REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LX - Nº 058 - QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2005/2006)

PRESIDENTE	SEVERINO CAVALCANTI – PP – PE
1º VICE-PRESIDENTE	JOSÉ THOMAZ NONÔ – PFL – AL
2º VICE-PRESIDENTE	CIRO NOGUEIRA – PP – PI
1º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PMDB – PE
2º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA – PTB – RO
3º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES – PSDB – TO
4º SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS – PL – AL
1º SUPLENTE	GIVALDO CARIMBÃO – PSB – AL
2º SUPLENTE	JORGE ALBERTO – PMDB – SE
3º SUPLENTE	GERALDO RESENDE – PPS – MS
4º SUPLENTE	MÁRIO HERINGER – PDT - MG

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 435, de 11 de setembro de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, permissão outorgada à Antena Um Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapetininga Ltda. para explorar serviço em onda média na Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de dezembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 4 de maio de 1993, a concessão da Rádio Clube de Itapetininga Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube De Leme Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de dezembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de abril de 1995, a concessão da Rádio Clube de Leme Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da TV RECORD DE RIO PRETO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de agosto de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 15 de abril de 1999, a concessão da TV Record de Rio Preto S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviço de radiodifusão freqüência modulada na cidade Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 632, de 24 de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de dezembro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.008, de 20 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Silvaniense de Desenvolvimento Artístico e Cultural – ASILDAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.586, de 9 de agosto de 2002, que autoriza a Associação Silvaniense de Desenvolvimento Artístico e Cultural – ASILDAC a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvânia, Estado de Goiás, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitaria de Ilhéus – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.792, de 10 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Ilhéus – BA a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Social Dídimo Ribeiro Gomes para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 372, de 17 de julho de 2003, que outorga permissão à Fundação Educacional e Social Dídímo Ribeiro Gomes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura do Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pau dos Fenos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de maio de 1993, a concessão da Rádio Cultura do Oeste Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pau dos Fenos, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Imperial Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 258, de 16 de maio de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de julho de 1998, a permissão outorgada à Imperial Comunicações Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 1998, a concessão da Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Comunitária Pe. Landel de Moura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 460, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pe. Landel de Moura a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sananduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.016, de 20 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de março de 1998, a permissão outorgada à Rádio Sananduva Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordislândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.416, de 21 de novembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Amigos de Cordislândia MG (AMACOR) a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordislândia, Estado de Minas Gerais, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 922, de 5 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Norte Pioneira Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Resendense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de outubro de 1998, a concessão do Sistema Resendense de Comunicação Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Cachoeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 31 de outubro de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 7 de fevereiro de 2000, a concessão da Televisão Cachoeiro Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Radio Clube de Guaratinguetá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de lº de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Clube de Guaratinguetá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVONº 273, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 185, de 17 de abril de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de setembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 11.109 ,DE 20 DE ABRIL DE 2005.

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$569.100.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 230, de 2004, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aberto, em favor dos Ministérios da Saúde, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito extraordinário no valor global de R$569.100.000,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões e cem mil reais), para atender às programações constantes do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação, no valor de R$564.500.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro milhões e quinhentos mil reais), sendo:

a) R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) de Recursos Ordinários; e

b) R$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

II – ingresso de operações de crédito externas, no valor de R$4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais).

Art. 3º Fica autorizada, em atendimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação da operação de crédito externa de que trata o art. 2º, inciso II, desta Lei, sem prejuízo da competência privativa do Senado Federal, estabelecida no art. 52, inciso V, da Constituição.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 20 de abril de 2005. – 184º da Independência e 117º da República. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1335	***TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES***							**80.000.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 845	**1335 099A**	**AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS**							**80.000.000**
10 845	1335 099A 0101	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							80.000.000
			S	3	1	90	0	153	80.000.000
		TOTAL - FISCAL							0
		TOTAL - SEGURIDADE							80.000.000
		TOTAL - GERAL							80.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	8032	**ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORCAS ARMADAS**							**4.500.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
05 212	**8032 09AK**	**MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O HAITI**							**4.500.000**
05 212	8032 09AK 0001	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O HAITI - NACIONAL							4.500.000
			F	3	2	90	0	100	2.740.000
			F	4	2	90	0	100	1.760.000
		TOTAL - FISCAL							4.500.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							4.500.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO — CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1096	**AVALIACAO DE POLITICAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL**							**1.300.000**
		ATIVIDADES							
08 126	**1096 6414**	**SISTEMA NACIONAL PARA IDENTIFICACAO E SELECAO *DE PUBLICO-ALVO PARA OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA - CADASTRO UNICO***							**1.300.000**
08 126	1096 6414 0101	SISTEMA NACIONAL PARA IDENTIFICACAO E SELECAO DE PUBLICO-ALVO PARA OS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA - CADASTRO UNICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.300.000
			S	3	2	90	0	148	1.300.000
	1335	**TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES**							**483.300.000**
		OPERACOES ESPECIAIS							
08 845	**1335 006O**	**TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA**							**480.000.000**
08 845	1335 006O 0101	TRANSFERENCIA DE *RENDA DIRETAMENTE* AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							480.000.000
			S	3	1	90	0	153	480.000.000
		ATIVIDADES							
08 122	**1335 2272**	**GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA**							**3.300.000**
08 122	*1335 2272 0115*	*GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)*							3.300.000
			S	3	2	90	0	148	3.300.000
		TOTAL - *FISCAL*							*0*
		TOTAL - SEGURIDADE							484.600.000
		TOTAL - GERAL							484.600.000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2005

Aprova o ato que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 240, de 1º de março de 2005, que "dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 1º de maio de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 20 de abril de 2005. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEÇÃO I

SUMÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

PROJETOS DE LEI

MEDIDA PROVISÓRIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Ata da 69ª Sessão, Solene, Matutina, em 20 de abril de 2005

Presidência dos Srs.: Severino Cavalcanti, Presidente, Eduardo Gomes, 3º Secretário, Wasny de Roure, § 2º do artigo do 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Passa-se à leitura do expediente.

A SRA. MANINHA, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Aviso nº 1.341-GP/TCU

Brasília, 15 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 105/2005-TCU. exarado na Sessão Plenária de 23-2-2005, nos autos do processo nº TC – 011/266/2004-4, que trata de Licitação de Concessão de linhas de transmissão Colinas – Ribeirão Gonçalves, São João do Piauí – Sobradinho, Irapé – Araçuaí.

Aproveito o ensejo para encaminhar cópia da Instrução da Unidade Técnica.

Atenciosamente, – **Adylson Mota**, Presidente.

O Plenário proferiu deliberação, nesta data, sobre a matéria em apreço, conforme proposto pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues, na Relação 2/2005 inserida na Ata 5/2005, Sessão de 23-2-2005, com o seguinte acórdão:

ACOMPANHAMENTO

ACÓRDÃO Nº 105/2005 – TCU – PLENÁRIO

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, de 23-2-2005, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV, e § 1º, 41 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143 do Regimento interno, bem como na IN/TCU 27/98, quanto ao processo a seguir relacionado, em aprovar o primeiro, segundo e terceiro estágios do processo de outorga de concessão de serviço público e informar esta decisão ao Presidente do Conselho Nacional de Desestatização – CND, à Ministra de Minas e Energia, ao Congresso Nacional e à Aneel, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. TC – 011/266/2004-4 (com 11 anexos)

Classe do Assunto: V – Acompanhamento.

Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Objetivo: Licitação de concessão de linhas de transmissão Colinas – Ribeirão Gonçalves, São João do Piauí – Sobradinho; Irapé – Araçuaí. – **José Márcio Silveira e Silva**, Chefe de Gabinete.

TC – 011/266/20044

Assunto: Licitação de concessão de linhas de transmissão Colinas – Ribeirão Gonçalves, São João do Piauí –Sobradinho; Irapé – Araçuaí.

Acompanhamento dos 1º, 2º e 3º estágios de licitação, conforme Art. 7º da IN TCU Art 27/98, para outorga da concessão para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão.

Edital de Licitação nº 2/2004 – ANEEL.

Interessado: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Responsável: José Mário Miranda Abdo.

1 – Introdução

1.1. Características Gerais

Trata-se de acompanhamento de licitação de outorga de concessão, por trinta anos, para a prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, referentes à linha de transmissão Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – Sobradinho, em 500 KV, e à linha de transmissão Irapé – Araçuaí, em 230 KV (fls. 1/2).

Tabela 1

LOTE	SISTEMA	DESCRIÇÃO
A	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS NORTE E NORDESTE	LT Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – Sobradinho – 500 kV, com aproximadamente 937 Km de extensão, passando pelos Estados de TO, PI e BA. O lote A é constituído pelos seguintes empreendimentos: • LT Colinas – Ribeiro Gonçalves – 500 kV; • LT Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – 500 kV; • LT São João do Piauí – Sobradinho – 500 kV; • SE Ribeiro Gonçalves – 500 kV – Seccionadora.
B	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS SUDESTE E CENTRO OESTE	LT Irapé - Araçuaí – 230 kV, com aproximadamente 65 Km de extensão dentro do Estado de MG. O lote B é constituído pelos seguintes empreendimentos: • LT Irapé - Araçuaí – 230 kV; • Transformação 345/230 kV na SE Irapé; • Transformação 230/138 kV na SE Irapé.

Fonte: fls. 2, anexo 7

2. A licitação da concessão da linha de transmissão Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – Sobradinho é recomendada pelo Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE no documento "Estudo de Suprimento ao Nordeste", de março de 2004. A licitação da concessão dessa linha de transmissão visa a ampliar as interligações regionais e assegurar o atendimento energético da Região Nordeste (fls. 1).

3. A licitação da concessão da linha de transmissão Irapé – Araçuaí é recomendada pelo Comitê Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – CCPE. A licitação da concessão dessa linha de transmissão constitui importante reforço à Rede Básica para Suprimento de Energia ao Vale do Jequitinhonha (fls. 2).

4. Os empreendimentos ora em análise estão incluídos no Programa Nacional de Desestatização – PND, por intermédio do Decreto nº 5.146, de 20 de julho de 2004, sendo delegado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a competência para a realização da Licitação (fls. 112).

5. Ressalta-se que o Conselho Nacional de Desestatização – CND aprovou as condições gerais de licitação dos empreendimentos, nos termos da Resolução CND nº 9, de 1º de setembro de 2004, publicada no **DOU** de 2 de setembro de 2004 (fls. 4).

6. No que concerne ao exame dos 1º, 2º e 3º estágios, os empreendimentos ora em análise são semelhantes aos empreendimento licitados por meio do Leilão nº 1/2004 – ANEEL (TC 006.226/2004-8).

7. Por esse motivo e considerando que os aspectos comuns aos 1º, 2º e 3º estágios já foram objeto de análise na Instrução às fls. 103/140 (TC 006.226/2004-8), nesta Instrução relataremos resumidamente os aspectos já analisados, concentrando-nos sobre os aspectos específicos dos Lotes A e E do Leilão nº 002/2004– ANEEL.

1.2. Legislação

8. As outorgas de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica são regidas pelas Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.491, de 9 de setembro de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 10.848, de 15 de março de 2004 e, no que couber, pelos critérios e normas gerais da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993.

9. No âmbito do Tribunal de Contas da União, o exame das outorgas de concessões está regulado pela Instrução Normativa nº 27, de 2 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a fiscalização, pelo TCU, dos processos de desestatização.

2- Cumprimento da IN TCU nº 27/98

2.1. Primeiro Estágio

2.1.1 – VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA

10. O estudo de viabilidade técnica e econômica visa a apresentar o cálculo do custo estimado de prestação do serviço, o cálculo do montante de investimento do empreendimento, a justificativa de necessidade de expansão ou reforço do sistema de transmissão e as características e os requisitos técnicos básicos dos empreendimentos.

11. Como intuito de atender às determinações do art. 7º, I, da IN TCU nº 27/98, referente ao primeiro estágio da fiscalização dos processos de outorga de concessão de serviços públicos, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL enviou a esta SEFID, por meio do Ofício nº 307/2004 – SCT/ANEEL de 21 de julho de 2004, os atos justificatórios referente aos Lotes A e B do Edital de Leilão nº 002/2004 – ANEEL (fls. 1/2).

12. Para cada Lote do Leilão nº 002/2004 – ANEEL há um ato justificatórios específico, nos quais constam, além de outros documentos, as planilhas de cálculo do montante do investimento do empreendimento e do fluxo de caixa, que servem para definir a receita máxima anual permitida prevista no Edital de Licitação (anexos 1 e 2).

13. Na tabela 2 estão listadas as premissas gerais para o cálculo do custo da receita máxima anual permitida.

Tabela 2

Premissas utilizadas no cálculo do custo estimado do serviço	
Desembolsos	Representam os investimentos da transmissora para a construção de linhas de transmissão, subestações, aquisição de insumos e materiais, gastos com elaboração de estudos e documentação, gastos com compensação ambiental e demais obras e serviços necessários a implementação do empreendimento. Os desembolsos são considerados constantes e lineares durante a implantação do empreendimento. O montante de desembolso e o período variam em cada um dos 2 lotes.
Entradas	São as receitas máximas permitidas. Elas são constantes até o 15º ano. A partir do 16º ano da entrada em operação a receita será reduzida em 50%.
Estrutura de Capital	40% de capital próprio e 60% de capital de terceiro.
Taxa de Remuneração	10,99% para o capital próprio e 12,60% para o capital de terceiro.
TIR desejada	9,39%
O&M anual	3% sobre o investimento inicial.
Taxa Média de depreciação	Varia de acordo com os tipos de equipamentos que compõem cada lote. Para o Lote A, a taxa média de depreciação anual dos equipamentos foi de 2,96% sobre o investimento inicial e para o Lote B a taxa média foi de 2,73%.
Tributos e encargos incidentes sobre a receita bruta de transmissão	Pis/Cofins: 3,65% Taxa de Fiscalização: 0,50% Pesquisa e desenvolvimento: 1,00% RGR: 2,50%
Tributos incidentes sobre o lucro	Contribuição social: 9% IR normal: 15% IR adicional: 10% (incide sobre o que exceder a R$ 240 mil)
Prazo de construção do empreendimentos (meses)	Varia em função do empreendimento Lote A: 24 Lote B: 18
Receita Máxima Anual Permitida (valores corrigidos pela ANEEL)	Calculado com base na projeção do fluxo de caixa da concessão descontada pela taxa interna de retorno – TIR desejada, fazendo com que o valor presente líquido do fluxo de caixa seja igual a zero Lote A: R$ 204.902.080,00 Lote B: R$ 11.586.250,00

Fonte: fls. 58, vol. principal e anexos 1 e 2.

1. Dos Itens Corrigidos pela Aneel

14. Após análise da planilha do fluxo de caixa e das demais informações que subsidiaram a definição do valor da receita máxima anual permitida, foram identificadas incorreções que afetaram os cálculos das receitas máximas anuais permitidas dos Lotes A e B, fazendo com que os valores expressos no Edital de Leilão nº 002/2004-ANEEL fossem superiores aos que deveriam. Na hipótese dos Lotes A e B serem arrematados pelos valores constantes do Edital, isso acarretaria ganhos indevidos para os investidores em detrimento dos consumidores.

15. As incorreções encontradas e seus reflexos sobre a receita máxima anual permitida foram relatadas na Instrução às fls. 31/35. Nesta Instrução foi proposto o encaminhamento dos autos ao Ministro-Relator, nos termos do Art. 17 da IN TCU nº 27/98 c/c com o Art. 250, II do RITCU, para que o Tribunal determinasse à ANEEL que saneasse as incorreções identificadas nas planilhas de cálculo do investimento e do fluxo de caixa dos Lote A e B e definisse novos valores para a receita máxima anual permitida.

16. Após tomar conhecimento das impropriedades encontradas nas planilhas de cálculo, a ANEEL comunicou a esta SEFID, por meio do Ofício 496/2004-SCT/ANEEL, de 5 de novembro de 2004, a correção dos erros apontados nas planilhas de cálculo do Lote A e B, publicando tempestivamente no Diário Oficial da União de 5-11-04 o Comunicado Relevante nº 3º, do qual constam as correções e o novo valor da receita máxima anual permitida (fls. 57/60).

17. Conforme o Comunicado Relevante nº 3º o valor da receita máxima anual permitida estabelecida para o Lote A, constante do subitem 10.3 do Edital de Leilão nº 002/2004-ANEEL passou de R$210.913.380,00 para R$204.902.080,00. No caso do Lote B, o valor da receita anual permitida, constante do subitem 10.3 do Edital de Leilão nº 002/2004-ANEEL, passou de R$11.791.770,00 para R$11.586.250,00 (fls. 60).

18. Os novos valores da receita máxima anual permitida foram decorrentes da correção dos seguintes itens:

a) consideração incorreta da variação do IGP-M para o período de junho/02 a junho/04 na planilha de cálculo do investimento;

b) consideração do custo de elaboração de estudos e documentação técnica na planilha de cálculo do investimento em desacordo com o valor expresso no Edital de Licitação;

c) não consideração do valor da conexão de reator manobrável da Subestação Sobradinho no valor do investimento total; e

d) consideração da RGR após o ano de 2010 na planilha de cálculo do fluxo de caixa em desacordo com o período estabelecido na Lei nº 10.438/02, que determina o fim da RGR ao final do ano de 2010.

19. Após a correção dos erros pela ANEEL, esta SEFID, na Instrução às fls. 61/62, propôs o encaminhamento dos autos ao Ministro-Relator para que o Tribunal considerasse saneadas as incorreções apontadas nas fls. 31/35 e acolhesse os novos valores das receitas anuais permitidas para os Lotes A e B estabelecidas pelo Comunicado Relevante nº 3.

20. Por meio de Despacho datado de 7 de dezembro de 2004, o Exmo Ministro-Relator, Walton Alencar Rodrigues, considerando que os erros verificados nas planilhas de cálculo foram corrigidos pela ANEEL antes da realização do leilão, determinou que os autos fossem restituídos a esta SEFID para que fosse dado prosseguimento ao acompanhamento dos demais estágios da licitação (fls. 65).

II. Dos Demais Aspectos Referentes À Viabilidade Técnica E Econômica Dos Empreendimentos

21. Os demais aspectos relativos à viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos de transmissão são:

a) Coeficiente de ponderação dos custos;

b) Custos modulares da Eletrobrás;

c) Taxa de depreciação e Estrutura de capital;

d) Taxa de remuneração; e

e) Custo de operação e manutenção.

22. Esses cinco itens apresentam as mesmas premissas utilizadas no Leilão n.º 1/2004–Aneel, já analisadas na Instrução às fls.103/140 (TC – nº 6.226/2004-8).

23. Assim, iremos fazer apenas um breve resumo de cada um dos itens acima, reforçando as propostas comuns formuladas na Instrução às fls.103/140 (TC – nº 6.226/2004-8).

II.1. Do Coeficiente de Ponderação dos Custos

24. Nos documentos enviados pela ANEEL não constava a metodologia e o detalhamento dos cálculos que justificassem os coeficientes de ponderação de variação do dólar americano e do IGPM utilizados para os diferentes equipamentos.

25. Nesse sentido, alertamos para a existência da Decisão TCU n.º 361/2001–Plenário que, no item 8.2, determina a Aneel que faça constar, dos atos justificatórios das futuras licitações de concessão de linhas de transmissão, a metodologia e a memória de cálculo empregadas para obter os coeficientes de ponderação da variação cambial e do IGP–M utilizados pata atualizar os custos modulares de referência da Eletrobrás.

26. Convém alertar a Aneel que o descumprimento da referida Decisão pode acarretar multa prevista no Art. 58, § 1º da Lei nº 8.443/92 c/c Art. 268, VII e § 3º do Regimento Interno do TCU.

II.2. Dos Custos Modulares da Eletrobrás

27. Recomenda-se à Aneel que avalie novas metodologias como meio de estimar os custos de construção das linhas de transmissão e das subestações, haja vista os elevados deságios que têm ocorrido nos leilões de concessão de linhas de transmissão.

II.3. Da Taxa de Depreciação

28. A Aneel deve fazer constar, nos atos justificatórios, as memórias de cálculo das taxas de depreciação utilizadas nas planilhas de investimento sempre que os percentuais utilizados não forem encontrados nas Resoluções Aneel que tratam da matéria.

29. Somos também de opinião de que a Aneel deveria adotar o valor dos equipamentos atualizados para calcular a taxa média de depreciação dos empreendimentos.

II.4. Da Estrutura de Capital e Taxa de Remuneração

30. A ANEEL deve fazer constar dos atos justificatórios das futuras licitações de linhas de concessão a metodologia detalhada sobre a estrutura de capital e sobre as taxas de remuneração.

II.5. Dos Custos de Operação e Manutenção

31. Identificamos oportunidade de melhoria na metodologia de O&M empregada pela Aneel, de modo que recomendamos a elaboração de novas metodologias como forma de estimar os custos eficientes com operação e manutenção (O&M).

III. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro

Revisão Tarifária Periódica

32. Não obstante a Decisão TCU nº 300/2001 – Plenário, que determinava a adoção de providências, por parte da Aneel, no sentido de regulamentar o processo de revisão tarifária para os serviços de transmissão de energia elétrica, ainda se encontrar sob recurso, no nosso entender o instrumento da revisão tarifária periódica da tarifa de transmissão de energia elétrica é imprescindível para manter as condições de equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuadas no contrato de concessão.

33. Sendo assim, vemos a necessidade de a Aneel incluir cláusula no contrato de concessão das futuras licitações de concessão de linhas de transmissão prevendo a realização de revisões tarifárias periódicas, evitando, assim, que futuramente que os consumidores paguem valores excessivos ou insuficientes, que poderiam propiciar, por um lado, ganhos econômicos indevidos aos concessionários ou, de outro lado, conduzir à deterioração da qualidade do serviço prestado e ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Receitas Acessórias

34. Ante a possibilidade do concessionário auferir receitas com outras atividades e visando contribuir para a modicidade tarifária do serviço público de transmissão, faz-se necessário que a ANEEL regulamente as cláusulas contratuais referentes à revisão do valor da receita máxima anual permitida sempre que houver receitas auferida pelo concessionário com outras atividades, segundo dispõe o art. 11 da Lei nº 8.987/95.

IV. Dos Requisitos Técnicos

35. O anexo 9 (fls. 1/80) apresenta as características e os requisitos técnicos básicos da linhas de transmissão e das instalações vinculadas. Após análise do anexo 9, considerou-se satisfatórias as informações relativas:

a) aos requisitos básicos das instalações;

b) à documentação técnica das linhas de transmissão;

c) às diretrizes para elaboração de projetos; e

d) aos cronogramas físicos de implantação do empreendimento.

2.1.2 – Estudo do Impacto Ambiental

36. As informações referentes aos estudos de impacto ambiental constam das fls. 11/16, anexo 1; fls. 12/30, anexo 2; anexos 3/6 e fls. 6/18, anexo 11.

37. O processo de licenciamento ambiental de obras do sistema de transmissão de energia elétrica é regulamentado, na esfera federal, pelo disposto nas Resoluções Conama n^os^ 1/86, 6/87, 2/96, 237/97 (fls. 13, anexo 2) e pela Lei nº 6.938/81.

38. Conforme o inciso VI do Art. 2º da Resolução Conama n.º 1, de 23 de janeiro de 1986, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do Ibama em caráter supletivo, o licenciamento ambiental de linhas de transmissão de energia elétrica acima de 230 kV.

39. Nos termos dos Artigos 1º e 2º da Resolução Conama nº 6, de 16 de setembro de 1987, as concessionárias de exploração, geração e distribuição de energia elétrica, ao submeterem seus empreendimentos ao licenciamento ambiental perante o órgão estadual competente, deverão prestar as informações técnicas sobre o empreendimento. Contudo, caso o empreendimento necessite ser licenciado por mais de um Estado, os órgãos estaduais deverão manter entendimento prévio no sentido de, na medida do possível, uniformizar as exigências.

40. O Artigo 6º da citada Resolução estabelece que a licença prévia – LP das subestações e linhas de transmissão deverá ser requerida no início do planejamento do empreendimento, antes de definido sua localização, ou encaminhamento definitivo. A licença de instalação – LI deverá ser requerida após concluído a projeto executivo e antes do inicio das obras. Já a licença de operação – LO deverá ser requerida antes da entrada em operação comercial do empreendimento.

41. Por sua vez a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804/89, determina que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, depende de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

42. Contudo, quando as atividades do parágrafo anterior forem localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados, o licenciamento ambiental competirá ao Ibama (art. 4º, II, da resolução Conama nº 237/97).

43. O licenciamento será realizado pelo Ibama após consideração do exame técnico efetuado pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, do parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento (§ 1, Art. 4º Resolução Conama nº 237/97).

44. Nos casos de atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional, o Ibama poderá delegar aos Estados o licenciamento ambiental, conforme § 2, Art. 4º, da Resolução Conama nº 237/97.

45. Os empreendimentos ora em análise ainda não possuem licenças ambientais. Segundo o Edital de Licitação, as proponentes vencedoras do leilão deverão implantar as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis. Elas também deverão adotar todas as providências necessárias, junto aos órgãos responsáveis, para a obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, cumprindo todas as suas exigências (fls. 5, anexo 7).

46. Independente de outras exigências do órgão ambiental licenciador, o Edital de Licitação prevê nas fls. 5, anexo 7, que as concessionárias vencedoras deverão implementar medidas compensatórias em reservas ecológicas a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, na forma do art. 36 da Lei nº 9.985/00.

47. Nas fls. 5/18, anexo 11, consta cópia do termo de referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, emitido pelo Ibama, referente à linha de transmissão Colinas – Sobradinho, que passa pelos Estados de Tocantins, Piauí e Bahia. O referido termo de referência estabelece procedimentos e critérios para a elaboração do EIA/Rima.

48. No caso da linha de transmissão Irapé – Araçuaí, por se situar dentro do Estado de Minas Gerais, não há termo de referência com critérios para a elaboração do EIA/Rima emitido pelo Ibama. Neste caso, o licenciamento ambiental se dará na esfera estadual (fls.13, anexo 2).

49. No Estado de Minas Gerais, o licenciamento ambiental de obras e sistemas de transmissão de energia elétrica é regulamentado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM e pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

50. A Deliberação Normativa COPAM nº 24, de 21 de outubro de 1997, modificada pela Deliberação Normativa Copam nº 54/02, dispõe no Artigo 4º que para os empreendimentos de linhas de transmissão igual ou maior que 230 kV será exigido do requeren-

te a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, segundo formatos fornecidos pela Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM.

51. Nos volumes 3 ao 6 constam estudos sobre o traçado preliminar para a construção das linhas de transmissão e sobre as características sócio-ambientais do traçado proposto.

52. O estudo da diretriz do traçado preliminar da linha de transmissão tem como objetivo principal a definição de uma alternativa de corredor que evite grandes impactos ambientais e sociais, tais como interferências com áreas densamente povoadas, interferências com recursos naturais de importância relevante para a região, bem como evitar conflitar com terras indígenas e sítios arqueológicos. Além disso, busca-se a menor distância e o menor número de deflexões para a ligação das subestações, bem como as melhores condições de acesso (fls. 11, anexo 1 e 13, anexo 2).

2.1.3 – Conclusão do Primeiro Estágio

53. Após a análise das informações referentes ao primeiro estágio, consideramos satisfatórias as informações relativas aos estudos de impacto ambiental, aos procedimentos adotados para a obtenção do licenciamento ambiental, bem como as características e requisitos técnicos das instalações de transmissão.

54. No que se refere às informações econômicas e financeiras, detectamos as mesmas insuficiências de informações e oportunidade de melhorias verificadas no Leilão nº 1/2004 – ANEEL que ensejaram propostas de recomendações e de determinações à ANEEL, conforme Instrução às fls. 128/131 (TC – 006.226/2004-8).

55. Ante o exposto, submeto os autos à consideração superior, propondo:

a) aprovar o primeiro estágio da licitação para outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica.

2.2. Segundo Estágio

2.2.1 – Edital de Licitação

56. Em 6 de setembro de 2004, foi publicado o Edital de Leilão nº 2/2004 – Aneel, que regulou, ao mesmo tempo, os dois empreendimentos citados na tabela 1 dessa Instrução (fls. 66).

57. O Edital de Licitação nº 2/2004 – Aneel e as respectivas minutas de contrato de concessão de serviço público de transmissão encontram-se às fls. 1/35, anexo 7.

58. As minutas de contrato de prestação de serviço de transmissão – CPTS, de contrato de uso do sistema de transmissão – CUST, de contrato de conexão ao sistema de transmissão – CCT e de contrato de compartilhamento de instalação – CCI encontram-se às e fls. 1/60, anexo 8.

59. Segundo o Edital, somente será habilitada a participar do leilão, mas não obrigada a apresentar proposta, a proponente pré-qualificada que constituir garantia de proposta e apresentar as declarações constantes do item 8.7 do Edital de Licitação (fls.11, anexo 7). A Aneel considera como pré-qualificação a proponente que atender às condições jurídicas, fiscais, econômico-financeiras e técnicas do Edital (fls. 7/10, anexo 7).

60. As proponentes deverão apresentar, em envelope lacrado, suas propostas financeira para cada um dos lotes para o qual forem habilitadas, considerando-se vencedora aquela que ofertar o menor valor para a tarifa de transmissão, correspondente a menor receita anual permitida pela outorga de concessão do serviço público de transmissão (fls. 12, anexo 7). As propostas não poderão exceder aos montantes estabelecidos no Edital (fls. 2, anexo 7).

61. Caso a diferença entre a menor proposta financeira e as demais propostas ofertadas pelas proponentes for igual ou inferior a 5%, o leilão para cada lote terá continuidade por meio de lances sucessivos, efetuados a viva-voz. (fls. 12, anexo 7).

62. O vencedor de cada lote licitado terá direito à outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e a celebrar o contrato de concessão com a União por um prazo de 30 anos (fls. 5, anexo 7).

63. A vencedora de cada lote será responsável pela construção, operação e manutenção das instalações de energia elétrica e terá suas atividades e remuneração reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme estabelecido em normas específicas e no contrato de concessão (fls. 6/7, anexo 7).

64. No que se refere ao cumprimento dos dispositivos legais, constatou-se que o Edital de Licitação e as minutas de contratos atendem aos princípios gerais de licitação constantes da Lei nº 8.666/93 e às cláusulas essenciais dispostas na Lei 8.987/95, conforme se observa no Anexo II desta Instrução (fls. 78/79).

2.13 – Conclusão do Segundo Estágio

65. Assim, considerando que a documentação exigida foi apresentada no prazo estipulado pela IN-TCU nº 27/98 e que o Edital de Licitação nº 001/2004 e as minutas de contratos observaram as formalidades previstas na legislação aplicável, propõe-se a aprovação do segundo estágio da licitação para outorga da concessão para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica.

2.3. Terceiro Estágio

2.3.1 – Julgamento da Habilitação e das Propostas

66. Esse estágio visa a verificar se as exigências para habilitação e julgamento das propostas são com-

patíveis com as prescrições legais e não comprometem o caráter competitivo do certame.

67. A Comissão Especial de Licitação, após a análise dos documentos apresentados no presente certame, decidiu qualificar, por terem atendido a todas as exigências do Edital do Leilão nº 2/2004 – Aneel, os proponentes relativos aos 2 Lotes (fls. 19/30, anexo 7), conforme Anexo IV às fls. 81 desta Instrução.

68. No dia 27 de outubro de 2004, foram apresentados recursos administrativos pelas empresas e consórcios à Comissão Especial de Licitação que foram encaminhados aos demais licitantes. Alguns licitantes apresentaram impugnações aos recursos administrativos interpostos pelas empresas/consórcios (fls. 21, anexo 11).

69. Após a análise dos recursos e impugnações, a Aneel decidiu manter o resultado da pré-qualificação publicado no Diário Oficial da União nº 202, seção 3, página 75, em 20 de outubro de 2004 (fls. 37, anexo 11).

70. Os qualificados poderão participar do Leilão desde que apresentem a garantia de proposta, nos termos do item 8 do Edital de Leilão nº 2/2004 – ANEEL (fls. 10/11, anexo 7).

71. Em 17 de novembro de 2004 foram depositadas as garantias de propostas pelos qualificados interessados em participar do leilão (fls. 38, anexo 11).

72. No dia 18 de novembro de 2004, às 13 (treze) horas, o leilão foi realizado em sessão pública na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (fls. 39, anexo 11).

73. Após a realização do leilão e tendo em vista a deliberação da Diretoria da ANEEL e a recomendação da Comissão Especial de Licitação, o objeto do leilão foi adjudicado às empresas/consórcios vencedores (fls. 38/47, anexo 11).

74. A tabela 3 apresenta o resultado do Leilão 002/2004 – ANEEL.

Tabela 3

[illegible] 002/2004			
Nome(s) da(s) Empresa(s) / Consórcio	Receita do Serviço [illegible]		
	Edital (R$)	Ofertado (R$)	Deságio
LOTE A			
Abengoa S.A	204.902.080	107.571.000	47,50%
LOTE B			
Consórcio Transleste 2, formado pelas empresas Cia Técnica de Engenharia Elétrica – Furnas, Furnas Centrais Elétricas S.A, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	11.586.250	10.311.756	11%

Fonte: fls. 42/43, anexo 11.

2.1.3 – CONCLUSÃO DO TERCEIRO ESTÁGIO

75. Após a análise da documentação exigida pelo Art. 7º, III da IN TCU n.º 27/98, propomos a aprovação do terceiro estágio do acompanhamento da licitação para outorga da concessão de que trata a presente Instrução.

3 – PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

76. Ante os fatos relatados e considerando que a análise do Leilão n.º 002/2004 – ANEEL assemelha-se à análise do Leilão n.º 001/2004 e que muitas das determinações e recomendações que seriam propostas já foram objeto de Instrução anterior, notadamente nos itens *c.3* a *c.7*, *d* e *e* (fls. 129/131, TC – 006.226/2004-8), submeto os autos à consideração superior, propondo:

a) aprovar o primeiro, segundo e terceiro estágios;

b) informar ao Presidente do Conselho Nacional de Desestatização – CND, à Ministra de Minas e Energia, ao Congresso Nacional e à ANEEL a decisão que vier a ser proferida por esta Corte; e

c) restituir os autos à Secretaria de Fiscalização da Desestatização – SEFID para que dê prosseguimento ao acompanhamento do 4º estágio da licitação de outorga.

À consideração superior,
SEFID, 1ª Divisão Técnica, em 02/02/2004

LEONARDO DOS SANTOS MACIEIRA
ACE. MAT. 5828-9

ANEXO I

1º ESTÁGIO

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
(INCISO I DO ART. 7º DA IN TCU N.º 27/98)

a) relatório sintético sobre os estudos de viabilidade técnica e econômica do empreendimento, com informações quanto a:
- objeto....................fls. 2, anexo 1
- área....................fl. 18, anexo 1
- prazo da permissão ou autorização....................fls. 5, anexo 7
- orçamento das obras realizadas e a realizar....................fls. 12, anexo 7
- data de referência dos orçamentos....................fls. 10, anexo 1
- custo estimado de prestação dos serviços....................fls. 9/10, anexo 1
- fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias e as provenientes de projetos associados....................fls. 10, anexo 1

b) relatório dos estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à outorga, de utilidade para a licitação, realizados ou autorizados pelo órgão, quando houver....................não se aplica

c) relatório sintético sobre:
- estudos de impacto ambiental....................fls. 11/16, anexo 1
- situação do licenciamento ambiental....................fls. 2, anexo 5

INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO

a) características do empreendimento....................anexo 9

b) estudos de viabilidade técnica e ambiental realizados e respectivos custos....................anexos 2 ao 6 e fls. 5, anexo 7

c) conclusões dos estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA)....................não se aplica

d) cronograma das obras....................fls. 40/41, anexo 9

e) estimativa de custo para implantação do empreendimento....................fls. 24, anexo 1 e fls. 37, anexo 2

PRAZOS
(INCISO I DO ART. 8º DA IN TCU N.º 27/98)

PRAZOS NO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO PRIMEIRO ESTÁGIO - 30 (trinta dias), no mínimo, antes da publicação do edital de licitação	Data de envio	Prazo
Enviada dentro do prazo	21/07/2004	04/08/2004

OBSERVAÇÕES: os relatórios sobre os estudos de viabilidade técnica e econômica do empreendimento de impacto ambiental constam dos anexos 1 ao 6. O Edital e as respectivas minutas de contrato constam dos anexos 7 ao 8. As características e requisitos técnicos constam do anexo 9. A documentação foi enviada dentro do prazo.

ANEXO II

2º ESTÁGIO

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
(INCISO II DO ART. 7º DA IN TCU N.º 27/98)

a) edital de pré-qualificação..fls. não se aplica
b) atas de abertura e de encerramento da pré-qualificação..fls. 19/30
c) relatório de julgamento da pré-qualificação...fls. 19/37, anexo 11
d) recursos eventualmente interpostos e decisões proferidas referentes à pré-qualificação..fls..36/56
e) edital de licitação...fls. 1/14, anexo 7
f) minuta de contrato ....fls. 15/35, anexo 7 e anexo 8
g) todas as comunicações e esclarecimentos porventura encaminhados às empresas participantes da licitação, bem como as impugnações ao edital, acompanhadas das respectivas respostas...fls. 5/18, 36/38 e 63

EXAME ESPECÍFICO
(ART. 18 DA LEI N.º 8.987/95)

CÁUSULAS ESSENCIAS DO EDITAL	Anexo 7
a) objeto, metas e prazo	fls. 5/7
b) descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço	fls. 1719
c) prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato...	fls. 14
d) prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas...	fls. 2/3
e) critérios e relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal..	fls. 7/10
f) possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados	fls. 17 e 21
g) direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço	fls. 17/20
h) critérios de reajuste e revisão da tarifa..	fls. 20/21
i) critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta	fls. 9/10
j) nos casos de permissão, os termos do contrato de adesão a ser firmado..	não se aplica

EXAME ESPECÍFICO
(ART. 23 DA LEI N.º 8.987/95)

CLÁUSULAS ESSENCIAIS DO CONTRATO DE CONCESSÃO	Anexo 7
a) objeto, área e prazo da concessão	fls. 16/17 e 23
b) modo, forma e condições de prestação do serviço	fls. 17/20
c)critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço............	fls. 19
d) preço do serviço, critérios e procedimentos para o reajuste e revisão das tarifas............	fls. 20/21
e) direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações............	
f) direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço............	fls. 17/20
g) forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la	fls. 21/22
h) penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação	fls. 22
i) casos de extinção da concessão	fls. 22/23
j) critérios para cálculo de indenizações devidas concessionária e sua forma de pagamento, quando for o caso............	fls. 22/23
k) condições para prorrogação do contrato	fls. 23
l) obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente	fls. 18/19
m) exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária............	fls. 19
n) foro e modo amigável de solução de divergências contratuais............	fls. 23/24

PRAZOS
(INCISO II DO ART. 8º DA IN TCU N.º 27/98)

VERIFICAR SE FORAM OBSERVADOS OS PRAZOS NO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO SEGUNDO ESTÁGIO – 5 (cinco) dias, no máximo, após:	Sim	Não
a) publicação, para o edital de pré-qualificação............não se aplica		
b) resultado final do julgamento, para os documentos relacionados nas alíneas "b" a "d" da documentação exigida............	X	
c) publicação, para o edital de licitação, acompanhado da minuta do contrato............	X	
d) esgotado o prazo de impugnação ao edital, para os documentos relacionados na alínea "g" da documentação exigida............	X	

ANEXO III

3º ESTÁGIO

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
(INCISO III DO ART. 7º DA IN TCU N.º 27/98)

a) atas de abertura e de encerramento da habilitação ....fls. 20/21
b) relatório de julgamento da habilitação ....fls. 22/30
c) questionamentos das licitantes sobre a fase de habilitação, eventuais recursos interpostos, acompanhados das respostas e decisões respectivas ....fls. 39/56 e 20/37, anexo 11
d) atas de abertura e de encerramento da fase do julgamento das propostas..não apresenta
e) relatórios de julgamentos e outros que venham a ser produzidos ....fls. 38/47, anexo 11
f) recursos eventualmente interpostos e decisões proferidas referentes à fase do julgamento das propostas..não apresenta

PRAZOS
(INCISO III DO ART. 8º DA IN TCU N.º 27/98)

VERIFICAR SE FORAM OBSERVADOS OS PRAZOS NO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO TERCEIRO ESTÁGIO - 5 (cinco) dias, no máximo, após:	Sim	Não
a) esgotado o prazo para a interposição de recursos ao resultado do julgamento da fase de habilitação para os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" da documentação exigida acima	X	
b) as decisões proferidas sobre eventuais recursos interpostos para os documentos relacionados na alínea "c" da documentação exigida acima..		X
c) a homologação do resultado do julgamento das propostas para os demais documentos exigidos	X	

ANEXO IV

PROPONENTES QUALIFICADAS PELA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA ANEEL PARA PARTICIPAR DO LEILÃO N.º 002/2004 - ANEEL

LOTE A:

a) T.E.R.N.A Transmissione Elettricitá Rete Nazionale - S.p.A;
b) Abengoa S.A; Elecnor S.A.;
c) Isolux Wat S.A.;
d) Schahin Engenharia Ltda;
e) Consórcio Colinas Norte-Nordeste, formado pelas empresas Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, Construtora Queiroz Galvão S.A., Mairengineering do Brasil Construção e Administração de Projetos Ltda, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
f) Consórcio Ipê, formado pelas empresas Cobra Instalaciones Y Servicios e Control Y Montajes Industriales - CYMI;
g) Consorcio Bandeirante formando pelas empresas LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. e Fuad Rassi Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

LOTE B:

a) T.E.R.N.A Transmissione Elettricitá Rete Nazionale - S.p.A;
b) Abengoa S.A;
c) Elecnor S.A.;
d) Isolux Wat S.A.;
e) Schahin Engenharia Ltda;
f) Consórcio Transleste 2, formado pelas empresas Cia. Técnica de Engenharia Elétrica, Furnas Centrais Elétricas S.A., Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.;
g) Consórcio Ipê, formado pelas empresas Cobra Instalaciones Y Servicios e Control Y Montajes Industriales - CYMI;
h) Consorcio Bandeirante, formando pelas empresas LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. e Fuad Rassi Engenharia Indústria e Comércio Ltda.

Encaminhe-se, por cópia, às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Minas e Energia. Publique-se. Arquive-se.

Em 20/04/05

SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

Of.CM-5/05

Barão de Cotegipe, 8 de março de 2005

Ao Exmo. Senhor
Presidente da Câmara dos Deputados,
Praça dos Três Poderes
70160-900– Brasília – DF

Senhor Presidente,

Levamos ao Vosso conhecimento que na reunião ordinária deste Legislativo, realizada no dia 7 de março de 2005, foi aprovada Moção de Apoio à pauta de reivindicações dos agricultores atingidos pela estiagem que acontece em nosso município. A moção foi apresentada pela Bancada do PT sendo que os demais Vereadores se associaram estendendo o apoio a todos agricultores indistintamente e não somente à agricultura familiar.

Sem mais para o momento, apresentamos os protestos de estima e consideração. – **Pedro Colet,** Presidente.

Senhor Presidente,

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, que esta subscreve, requer que após tramitação regimental nesta Casa Legislativa seja consignado Moção de Apoio a pauta de reivindicações dos agricultores familiares atingidos pela estiagem que acontece em nosso município, conforme segue:

Governo Federal:

1) Que todas as famílias atingidas pela estiagem tenham o direito à receber o seguro renda para manutenção de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), independente da realização ou não de financiamento.

2) Anistia Geral do Custeio Safra 2004/2005.

3) Anistia das parcelas de Investimento que vencem em 2005.

4) Abrir uma linha de crédito para custeio agropecuária de até R$6.000,00 (seis mil reais) com prazo de 3 anos para pagamento com juros do Pronaf.

Governo Estadual

1) Liberação de R$1.000,00 (mil reais) por família, como seguro renda, pelas perdas sofridas.

2) Anistia dos Programas Estaduais de fornecimento de sementes (troca-troca).

3) Implantação de programas de fornecimento de água para as propriedades com necessidade.

Governo Municipal

1) Anistia do programa troca-troca de sementes, junto com o Governo do Estado.

2) Criar um programa para fornecimento de sementes de culturas de inverno no sistema troca-troca;

3) Priorizar investimentos para abastecimento de água aos agricultores que ainda não foram beneficiados no município:

4) Apoiar financeiramente ou com o transporte nas mobilizações organizadas pelas entidades dos agricultores familiares.

Requer ainda, que seja dado conhecimento da presente moção ao Prefeito Municipal.

Secretário Municipal da Agricultura, Governador do Estado, Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento, Presidente da República, Ministro do Desenvolvimento Agrário. AMAU, FAMURS, Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente da Câmara dos deputados e ao Presidente do Senado Federal.

Sala das Sessões, Barão de Cotegipe, *7* de março de 2005. **Pedro Colet**, Presidente – **Floriano Ternes**, Ver. PT – **Silvia Rita Marmentini**, Ver. PT – **Valdecir Tomazelli**, Ver. PT – **Jacob M. Balihum** – **Carlos Luiz Brason**, Ver. PP.

Ref. Of.CM-005/05 – Câmara Municipal de Barão de Cotegipe – RS

Encaminhe-se à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Oficie-se e, após, publique-se.

Em, 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. Nº 352/2005-D

Ribeirão Preto, 10 de março de 2005

Ao Exmo. Senhor
Severino José Cavalcanti Ferreira
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Valemo-nos do ensejo, para mui respeitosamente, encaminhar à Vossa Senhoria, cópia de proposição do (a) Vereador (A) Dr. Samuel Zanferdini, aprovado na sessão realizada no dia 8 de março de 2005, requerimento nº 1207, que mereceu deliberação deste Poder Legislativo.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhe os protestos de elevado apreço, colocando-nos ao seu inteiro dispor.

Atenciosamente, **Cicero Gomes da Silva, Bertinho Scandiuzi,** Presidente 1º Secretário.

HISTÓRICO: Requerimento nº 1.207

SESSÃO DE: 8 de março de 2005 Promove(S): **Dr. Samuel Zanferdini**

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO

DESPACHO

08 MAR 2005

Nº 01207

EMENTA: Moção de Congratulações à Câmara dos Deputados pela aprovação da lei de Biossegurança.

SENHOR PRESIDENTE

SENHOR PRESIDENTE..

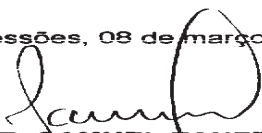
A Câmara dos Deputados aprovou no dia 02 de março de 2005, por 352 votos a favor, 60 contrários e uma abstenção, o substitutivo do deputado Darcísio Perondi ao projeto de Lei da Biossegurança, que dentre outros assuntos trata a respeito da autorização de pesquisa com células-tronco embrionárias para fins terapêuticos , ou seja a presente pesquisa envolve o cultivo de células com o objetivo de curar doenças – sem qualquer tipo de manipulação genética.

Ou seja é uma terapia celular para tratar doenças e lesões através da substituição de tecidos doentes por células saudáveis. Por exemplo, o transplante de medula óssea para tratar pacientes com leucemia é um método de terapia celular já conhecido e comprovadamente eficiente. A medula óssea do doador contém células-tronco sangüíneas que vão fabricar novas células sangüíneas sadias.

A terapia com células-tronco poderá no futuro tratar muitas doenças degenerativas, hoje incuráveis, causadas pela morte prematura ou mau-funcionamento de tecidos, células ou órgãos.

Como exemplo, podemos citar as doenças neuromusculares, diabetes, doenças renais, cardíacas ou hepáticas. Para isso, estão sendo feitas inúmeras pesquisas no mundo todo para descobrir como fazer as células-tronco se diferenciarem no tecido que está doente.

Ocorre que segundo entrevistas na imprensa escrita, falada e televisionada, vários cientistas comprovam a eficiência da ciência aplicada em seres humanos que após serem submetidos ao tratamento com células-tronco obtiveram resultados positivos.

EXPEDIENTE:

ATO Nº ______ **OF. Nº** ______ **DATA** ____/____/____ **FUNCIONÁRIO** ______

É público e notório os benefícios que a aprovação da presente Lei trará à população que necessita dos cuidados médicos e do método de aplicação de células-tronco, portanto todos os Deputados Federais estão de parabéns por tomar esta iniciativa de regulamentar a presente questão que é polêmica, porém foi enfrentada com muita responsabilidade.

Desta forma, é com muita alegria e satisfação que encaminho esta moção de congratulações aos Deputados Federais pela iniciativa de aprovar a lei de Biossegurança que dentre outros assuntos tratou da regulamentação da utilização de pesquisas com células-tronco, que beneficiará muitas pessoas que necessitam da presente tecnologia.

REQUEREMOS na forma regimental, após aprovação desta egrégia Casa de Leis, para que conste da ata dos trabalhos legislativos, e respectivamente seja oficiado o Presidente da Câmara dos Deputados Federais da presente Moção de Congratulações pela iniciativa de aprovar a lei de Biossegurança que dentre outros assuntos tratou da regulamentação da utilização de pesquisas com células-tronco, que beneficiará muitas pessoas que necessitam da presente tecnologia.

Sala de sessões, 08 de março de 2005

DR. SAMUEL ZANFERDINI
Vereador

Publique-se. Arquive-se.
Em 20/04/05

SEVERINO CAVALCANTI

OFÍCIO Nº 49/2005 – GAB 8

Caçapava, 14 de março de 2005

Do Vereador Fernando Cid Diniz Borges
Ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados
Severino Cavalcanti

Assunto: Reivindicações da família militar

Solicito de V.Exª empenho no sentido de que sejam atendidas as seguintes e justas reivindicações da Família Militar:

I – Que se cumpra o acordo firmado com a Família Militar no sentido de se reajustar de imediato o vencimento dos militares em 23%, e mais 17% em agosto de 2005, como forma de atenuar as perdas salariais dos últimos dez anos, que em muito superam o valor acordado;

II – Que se eleve o valor do vencimento do soldo do recruta para o patamar de 1 (um) salário mínimo, como forma até de justiça social, pois os nossos soldados são, em sua maioria, pessoas humildes que poderiam estar auxiliando nos lares e também sustentando seus estudos, além do estímulo para melhor se dedicarem ao serviço obrigatório da Pátria;

III – No sentido de ser votado, no Congresso Nacional, a MP 2215 – Lei de Remuneração dos Militares, com as emendas propostas pelo nobre Deputado Jair Bolsonaro.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração. **Fernando Cid Diniz Borges,** Vereador PL.

Encaminhe-se ao Senado. **Publique-se.** Oficie-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OFÍCIO Nº 1/2005

Brasília-DF, 21 de março de 2005

Excelentíssimo Sr.
Deputado Severino José Cavalcanti Ferreira
Presidente da Câmara dos Deputados
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Em razão do Pedido de Prioridade, aprovado pelos seus pares na Câmara Federal, o Deputado Federal Luiz Antonio Fleury (PTB/SP) apresentou o Projeto de Lei nº 7.466/2002, o qual apensou o Projeto de Lei nº 1540/2003 do Deputado Federal Carlos Nader (PFL/RJ), os quais alteram artigos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil.

O Novo Código Civil Brasileiro, exige que a adaptação de nosso Estatuto Social seja feita através de Assembléia Geral, instalada com a presença mínima de 1/3 (um terço) do quadro de associados (de acordo com o parágrafo único do artigo 59), até 10 de janeiro de 2006, o que é impossível pois desde a fundação de nosso Clube, jamais tivemos este quorum em nossas assembléias.

Portanto, solicitamos que em função do Regime de Tramitação ser Prioridade, o Projeto seja colocado em votação já na próxima sessão da Câmara, na melhoria do direito e da justiça, no que somos gratos antecipadamente pelo apoio de Vossa Excelência.

Atenciosamente, **Marcus Alencar de Araújo,** Diretor-Presidente – **Edson Firmino Lima**, Diretor-Administrativo e Financeiro

Publique-se. Oficie-se. Arquive-se.
Em 20-4-2005, **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of. Nº 136/2005-CN

Brasília, 20 de abril de 2005

Exmº Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. EXa e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que foi lido na sessão do Senado Federal realizada nesta data, o Oficio nº P-002/2005-CMRPO, cópia cm anexo, do Presidente da Comissão Especial Mista criada através do Ato Conjunto nº 1, de 2005, destinada a apresentar projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, comunicando a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao texto apresentado pelo Relator desta Comissão, Deputado Ricardo Barros, até o dia 27 do corrente.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa protestos de estima e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Oficio nº P-2/2005-CMRPO

Brasília, 20 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Digníssimo Presidente do Senado Federal.
Nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao texto apresentado pelo Relator desta Comissão, Deputado Ricardo Barros, até o dia 27 do corrente, conforme acordado na Primeira Reunião de Audiência Pública, realizada nesta data, que contou com a presença do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Deputado Paulo Bernardo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Fernando Bezerra,** Presidente.

Publique-se.
Em 20-4-05. **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício Circular nº 4/2005

Brasília, 13 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, esta Comissão foi criada com a finalidade de propor projetos reestruturando os orçamentos e sua tramitação, através do Ato Conjunto nº 1, de 2005-CN, de autoria dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Em virtude do prazo final para conclusão da primeira etapa dos trabalhos ser o dia **28 de abril próximo**, foi estabelecido cronograma de trabalhos, com os seguintes prazos estipulados:

1) Apresentação dos trabalhos aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados: 12-4-2005.

2) Entrega do Texto para ser emendado: *13-4-2005.*

3) Prazo para apresentação de emendas ao texto apresentado pelo relator: de 13 a 20-4-2005.

4) Realização das seguintes reuniões:

* 14-4-2005, às 10h: reunião do Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, e do relator, Deputado Ricardo Barros, com o Presidente da Câmara dos Deputados e o Colégio de Líderes Partidários desta Casa.

*20-4-2006, às 15h: reunião do Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, e do relator, Deputado Ricardo Barros, com o Presidente do Senado Federal e o Colégio de Lideres Partidários respectivos.

5) Previsão de reunião de audiência pública com o Ministro de Estado do Planejamen-

to, Orçamento e Gestão (a ser confirmada): 19-4-2005.

6) Entrega do Parecerás emendas pelo relator: 26-4-2005.

7) Discussão e votação do Parecer do relator no plenário da Comissão Mista destinada a propor a Reestruturação do Processo Orçamentário: 27 e 28-4-2005.

Com a finalidade de proporcionar a efetiva participação dos parlamentares no processo, encaminhamos em anexo a Proposta de alteração da Resolução nº 1/2001-CN, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN, e Oficio nº 824/2004-CN – Texto a ser emendado. É de fundamental relevância a interação dos parlamentares nesta etapa dos trabalhos, dando-se através da apresentação de sugestões (emendas) ao texto, no tempo aprazado, visando a contribuir com o aprimoramento do processo orçamentário brasileiro.

Com votos de elevada estima distinta consideração, Senador **Fernando Bezerra,** Presidente. Deputado **Ricardo Barros,** Relator.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROPOR A REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Proposta de alteração da Resolução nº 01/2001-CN, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003-CN e Ofício-CN nº 824/2004

Texto a ser emendado

DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E NORMAS DE TRAMITAÇÃO DAS MATÉRIAS ORÇAMENTÁRIAS

Presidente: Senador FERNANDO BEZERRA (PTB/RN)
Relator: Deputado RICARDO BARROS (PP/PR)

Membros:

Senadores EFRAIM MORAIS, HERÁCLITO FORTES, LEONEL PAVAN, SÉRGIO GUERRA, GARIBALDI ALVES FILHO, LUIZ OTÁVIO, MAGUITO VILELA, ALOÍZIO MERCADANTE, FERNANDO BEZERRA, MARCELO CRIVELLA, OSMAR DIAS E GERALDO MESQUITA JÚNIOR.

Deputados GILMAR MACHADO, JORGE BITTAR, PEDRO NOVAIS, ZÉ GERARDO, CLAUDIO CAJADO, PAUDERNEY AVELINO, RONALDO DIMAS, RICARDO BARROS, IBERÊ FERREIRA, MILTON MONTI, FERNANDO CORUJA E SÉRGIO MIRANDA.

13/abril/2005

REFORMA ORÇAMENTÁRIA

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 1-CN, DE 2001

Dispõe sobre a comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

O CONGRESSO NACIONAL RESOLVE:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a tramitação das matérias a que se refere o art. 166 da Constituição e sobre a comissão mista permanente prevista no § 1º do mesmo artigo, que passa a denominar-se Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO.

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

SEÇÃO I

Da Competência

Art. 2º A CMO tem por competência:

I – examinar, emitir parecer e deliberar sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, assim como sobre as contas apresentadas nos termos do art. 56, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 101;

II - examinar, emitir parecer e deliberar sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, nos termos do art. 166, § 1º, II, da Constituição;

III - examinar, emitir parecer e deliberar sobre os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal, nos termos dos arts. 70 a 72 e art. 166, § 1º, II, da Constituição e da Lei Complementar nº 101, especialmente sobre:

a) os relatórios de gestão fiscal, previstos no art. 54 da Lei Complementar nº 101;

b1) das informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União relativas à fiscalização de obras e serviços com indícios de irregularidades graves;

b2) das demais informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ou por órgãos e entidades da administração federal, por intermédio do Congresso Nacional;

c) os relatórios referentes aos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, e demais relatórios de avaliação e de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias; e

d) as informações prestadas pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101.

IV – demais atribuições constitucionais e legais.

Art. 3º. Para o exercício da sua competência, a CMO poderá:

I – determinar ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias, bem como requisitar informações sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

II – requerer informações e documentos de órgãos e entidades federais;

III - realizar audiências públicas com representantes de órgãos e entidades públicas e da sociedade civil;

IV – realizar inspeções e diligências em órgãos da administração pública federal, bem como em órgãos das administrações estadual e municipal e entidades privadas, que recebam recursos ou administrem bens da União.

SEÇÃO II

Da Composição

Art. 4º A CMO compõe-se de cinqüenta e seis membros titulares, sendo quarenta e dois Deputados e quatorze Senadores, com igual número de suplentes.

Art. 5º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos e blocos parlamentares na CMO, observado o critério da proporcionalidade partidária.

§ 1º Aplicado o critério do caput deste artigo e verificada a existência de vagas, essas serão destinadas aos partidos ou blocos parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, da maior para a menor.

§ 2º Aplicado o critério do § 1º, as vagas que eventualmente sobrarem serão distribuídas, preferentemente, às bancadas ainda não representadas na CMO, segundo a precedência no cálculo da proporcionalidade partidária.

§ 3º A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a sessão legislativa.

Art. 6º Até o quinto dia útil do mês de março, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara e do Senado os membros titulares e suplentes em número equivalente à proporcionalidade de suas bancadas na CMO.

§ 1º Esgotado o prazo referido no caput, e não havendo indicação dos líderes, o Presidente do Senado Federal, em cinco dias úteis, designará os membros das bancadas por ordem alfabética.

§ 2º A instalação da CMO e a eleição da respectiva Mesa ocorrerão até a última terça-feira do mês de março.

Art. 7º A representação na CMO é do partido ou bloco parlamentar, competindo ao respectivo líder solicitar, por escrito, ao Presidente do Senado Federal, em qualquer oportunidade, a substituição de titular ou suplente por ele indicado ou designado pelo Presidente.

§ 1º Será desligado da CMO o membro titular que não comparecer, durante a sessão legislativa, exceto no caso de afastamento por missão oficial ou por atestado médico, a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, convocadas para votação nos termos do art. 75.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, o Presidente da CMO comunicará o fato, imediatamente, ao respectivo líder do partido ou bloco parlamentar para que seja providenciada a substituição nos termos do caput deste artigo.

§ 3º O membro desligado não poderá retornar à CMO, na mesma legislatura.

CAPÍTULO II

DA DIREÇÃO

SEÇÃO I

Da Direção

Art. 8º A CMO terá um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato anual, encerrando-se com a instalação da CMO subseqüente, vedada a reeleição, observado o que estabelece o § 2º do art. 6º.

§ 1º As funções de Presidente, Vice-Presidente, Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual e Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, serão exercidas, a cada ano, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, observado o disposto no §2º deste artigo.

§ 2º A primeira eleição, no início de cada legislatura, para Presidente e 2º Vice-Presidente, recairá em representantes do Senado Federal e a de 1º e 3º Vice-Presidentes em representantes da Câmara dos Deputados.

§ 5º O suplente da CMO não poderá ser eleito para funções previstas neste artigo, nem ser designado Relator ou coordenador de Comitê.

Art. 9º. O Presidente será, nos seus impedimentos ou ausências, substituido por Vice-Presidente, na seqüência ordinal e, na ausência deles, pelo membro titular mais idoso da CMO, dentre os de maior número de legislaturas.

Parágrafo único. Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, realizar-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, que deverá recair em representante da mesma Casa, salvo se faltarem menos de três meses para o término do mandato, caso em que será provido na forma indicada no caput deste artigo.

SEÇÃO II

Da Competência da Direção

Art. 10. Ao Presidente da CMO compete:

I – ordenar e dirigir os trabalhos da CMO;

II – dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;

III – convocar e presidir as reuniões;

IV - designar os relatores;

V – designar os membros e coordenadores dos comitês;

VI – resolver as questões de ordem ou reclamações suscitadas na CMO;

VII – assinar os pareceres juntamente com o relator;

VIII – convocar reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela CMO;

IX – desempatar as votações, quando ostensivas;

X – declarar a inadmissibilidade das emendas;

Art. 11. A designação dos relatores e dos coordenadores dos Comitês Permanentes a que se refere o art. 10, IV e V, observará as seguintes disposições:

I – a do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária, a do Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a do Relator do projeto de plano plurianual será procedida de acordo com a indicação das lideranças partidárias;

II – a dos Relatores-Setoriais do projeto de lei orçamentária anual observará as indicações dos líderes partidários e os critérios da proporcionalidade partidária e a dos membros de cada Casa na CMO;

III - o Relator do projeto de lei do plano plurianual será designado, alternadamente, dentre representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e não poderá pertencer ao mesmo partido ou bloco parlamentar do Presidente da CMO;

IV - o Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual e o Relator da Receita não poderão pertencer à mesma Casa, partido ou bloco parlamentar do Presidente da CMO;

V – O Relator da Receita será designado por indicação do líder da minoria.

VI – não será designado para Relator-Setorial do projeto de lei orçamentária anual membro designado para essa função no exercício anterior ou na mesma legislatura, independentemente da área temática;

VII - o partido não poderá indicar Relator-Setorial para a mesma área temática em dois anos consecutivos;

VIII – o relator das informações de que trata o art. 43 não poderá pertencer à bancada do Estado onde se situa a obra ou serviço;

IX – a designação do Relator do projeto de lei do plano plurianual, do Relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do Relator-Geral e Relator da Receita do projeto de lei orçamentária anual deverá ocorrer até cinco dias após a publicação dos projetos.

X – a designação dos relatores setoriais do projeto de lei relativo ao orçamento anual deverá ocorrer até cinco dias após a votação do parecer preliminar.

XI - o relator das contas de que trata o art. 56, caput, da Lei Complementar nº 101, será designado até o último dia útil do mês de abril.

XII – o Relator da Receita não poderá pertencer à mesma Casa, partido ou bloco parlamentar do Relator-Geral, tampouco partido ou bloco parlamentar do Presidente;

§ 1º O Presidente, ouvido o Plenário, poderá dispensar a designação de relatores das matérias de que tratam os incisos III, "a", "b2", "c" e "d", e IV do art. 2º desta Resolução.

§ 2º Na ausência de dispositivo específico desta Resolução, a designação dos relatores, para cada tipo de proposição, obedecerá o critério da proporcionalidade partidária e a dos membros de cada Casa na CMO, e de rodízio entre os membros da CMO.

Art. 11-A Os Coordenadores dos Comitês Permanentes de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, de Avaliação da Receita e de Avaliação das Informações Encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União serão designados na mesma reunião a que se refere o art. 6º, §2º, desta Resolução.

Parágrafo único. A designação dos membros e coordenadores dos comitês a que se refere o caput deste artigo obedecerá o critério de proporcionalidade partidária e a dos membros de cada Casa na CMO.

Art. 12. O relator que, no prazo regimental, não apresentar o seu relatório, será substituído, não podendo mais ser designado relator na mesma legislatura.

Parágrafo único. Ocorrendo o previsto no caput, o Presidente designará novo relator, exceto quanto se tratar de Relator-Setorial do projeto de lei orçamentária anual, caso em que tanto a programação da respectiva área temática como as emendas a ela apresentadas serão apreciadas exclusivamente pelo Relator-Geral.

Art. 13. Das decisões do Presidente caberá recurso ao plenário da CMO, com o apoiamento de um décimo dos membros da Casa do recorrente na CMO.

CAPÍTULO III

DA APRECIAÇÃO DAS MATÉRIAS

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 14. A CMO realizará audiências públicas para o debate e o aprimoramento dos projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual e para o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária e financeira.

§ 1º. No caso do projeto de lei orçamentária anual, serão convidados representantes de órgãos de planejamento e orçamento e da fazenda e de órgãos integrantes de áreas temáticas.

§ 2º. As audiências públicas que tiverem como objeto o debate de assuntos relacionados aos campos temáticos regimentais das comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados serão realizadas, sob a coordenação da CMO, na forma de reuniões conjuntas.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º à discussão dos relatórios setoriais.

§4º Antes da apresentação de seus relatórios os Relatores Setoriais debaterão nas comissões permanentes a proposta orçamentária.

Art. 15. A proposta de modificação de matéria de que trata o art. 166 da Constituição, enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional nos termos do § 5º daquele artigo, somente será apreciada se recebida no caso dos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual até o início da votação, na CMO, do Relatório Preliminar.

§ 1º Pedidos originários de órgãos do Poder Executivo para correção da programação orçamentária constante dos projetos somente serão examinados pelos relatores se solicitado pelo Ministro de Estado da área correspondente e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão à Presidência da CMO.

§ 2º Caberá ao Relator-Geral indicar, no Parecer Preliminar, eventuais erros, omissões ou inconsistências detectadas no projeto, assim como solicitar medidas saneadoras ao órgão responsável.

Art. 16. O relatório aprovado em definitivo pela CMO constitui o parecer da CMO.

SEÇÃO II

Da Apreciação do Projeto de Lei do Plano Plurianual

SUBSEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 17. O relatório do projeto de lei do plano plurianual será elaborado por um único relator.

Art. 18. Aplicam-se, no que couber, às emendas às ações orçamentárias do plano plurianual as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual.

SUBSEÇÃO II

Dos Comitês de Assessoramento

Art. 19. Será constituído Comitê de Admissibilidade de Emendas, com o mínimo de cinco e o máximo de dez integrantes designados pelo Presidente.

Parágrafo único. As emendas apresentadas pelo relator não poderão ser votadas pela CMO sem manifestação prévia do comitê referido no caput.

Art. 19-A. Poderá ser constituído um comitê para apoio ao Relator, com o mínimo de três e o máximo de dez integrantes, por ele indicados.

Art. 19-B. A designação do conjunto dos membros e coordenadores dos comitês a que se referem os arts. 19 e 19-A obedecerá ao critério de proporcionalidade partidária e de cada Casa na CMO.

Art. 20. Os comitês apresentarão relatórios, que serão parte integrante do relatório final.

§ 1º Os relatórios serão aprovados pela maioria absoluta dos seus membros, cabendo, ainda, ao coordenador, o voto de desempate.

Subseção III

Do Parecer Preliminar

Art. 21. O Relatório Preliminar conterá, no mínimo:

I – as condições, restrições e limites que deverão ser obedecidos pelo relator no remanejamento e no cancelamento de valores financeiros constantes da programação;

II – os critérios que serão adotados na distribuição, entre as emendas, dos eventuais recursos adicionais decorrentes da reavaliação das estimativas das receitas;

III – as orientações específicas referentes à apresentação de emendas, inclusive as de relator, e ao conteúdo do relatório do relator;

Parágrafo único. Ao Relatório Preliminar poderão ser apresentadas emendas, por parlamentares e pelas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso Nacional.

SEÇÃO III

Da Apreciação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

SUBSEÇÃO I

Das Metas e Prioridades

Art. 22. A aprovação do anexo de metas e prioridades não deverá ocasionar aumento em seu valor original, ressalvada a correção de erros e omissões de ordem técnica ou legal.

Parágrafo único. Para fins do caput, serão estimados os valores financeiros associados às metas físicas constantes do anexo.

Art. 23. Aplicam-se, no que couber, às emendas do anexo de metas e prioridades, as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual.

SUBSEÇÃO II

Do Parecer Preliminar

Art. 24. O Relatório Preliminar conterá, dentre outras disposições, quanto ao Anexo de Metas e Prioridades:

I - as condições, restrições e limites que deverão ser obedecidos, pelo relator, no cancelamento das metas constantes do anexo;

II – os critérios que serão utilizados pelo relator para acolhimento das emendas;

III – demonstrativo contendo os custos unitários estimados de ações orçamentárias, em especial daquelas constantes do anexo de metas e prioridades;

Parágrafo único. Ao Relatório Preliminar poderão ser apresentadas emendas por parlamentares e pelas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso Nacional.

SEÇÃO IV

Da Apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual

SUBSEÇÃO I

Das Relatorias

Art. 25. O projeto poderá ser dividido em até dez áreas temáticas, definidas no Parecer Preliminar de que trata o art. 33, cujos relatórios ficarão a cargo dos respectivos Relatores-Setoriais.

Parágrafo único. Os relatórios setoriais serão apreciados pela CMO individualmente.

Art. 26. As propostas de parecer da Relatoria-Geral às emendas somente poderão ser incorporadas aos sistemas informatizados após a apreciação conclusiva de todos os relatórios setoriais pela CMO, ressalvado o disposto no art. 12 desta Resolução.

Art. 26-A. A avaliação da estimativa da receita orçamentária e das respectivas emendas é de competência do Relator da Receita.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, o Relator da Receita coordenará os trabalhos do Comitê Permanente de Avaliação da Receita.

Art. 27. A apreciação da reserva de contingência, do texto da lei ficará a cargo do Relator-Geral.

§ 1º O Relator-Geral poderá propor em seu relatório acréscimos nos valores das emendas parcialmente aprovadas nos pareceres setoriais, utilizando como fontes de recursos aquelas definidas no Parecer Preliminar decorrentes de:

I – reserva específica até o limite de dez por cento dos recursos adicionais reestimados destinados a despesas discricionárias;

II – cancelamento de dotações constantes do grupo "outras despesas correntes".

§ 2º É vedada ao Relator-Geral propor:

I - a aprovação de emendas com parecer setorial pela rejeição.

II – a aprovação de emendas destinando recursos para despesas discricionárias, ressalvado o disposto no parágrafo anterior e no Parágrafo único do art. 12 desta Resolução.

Art. 27-A O montante de eventuais recursos adicionais decorrentes de reestimativas de receitas constará do Relatório da Receita, não se admitindo novas reavaliações após sua aprovação.

§ 1º O Relator da Receita não poderá propor, em seu relatório, o cancelamento, parcial ou total, das dotações consignadas aos créditos orçamentários constantes do projeto de lei orçamentária.

Art. 27-B Os Relatores-Setoriais utilizarão como fontes de recursos aquelas definidas no Parecer Preliminar decorrentes de:

I – reserva de contingência e recursos adicionais reestimados e aprovados no Relatório da Receita;

II – cancelamento de dotações constantes do grupo "investimentos";

III – demais recursos indicados no parecer preliminar.

Art. 28. O Relator-Geral e os Relatores-Setoriais observarão, na elaboração de seus relatórios, os limites e critérios fixados no Parecer Preliminar e suas alterações, vedada a utilização, na aprovação de emendas, de quaisquer fontes que não tenham sido autorizadas.

SUBSEÇÃO II

Dos Comitês de Assessoramento

Art. 31. Será constituído Comitê de Admissibilidade de Emendas com o mínimo de cinco e o máximo de dez integrantes designados pelo Presidente.

Parágrafo único. As emendas apresentadas pelos relatores, inclusive Relator-Geral, não poderão ser votadas pela CMO sem manifestação prévia do comitê referido no caput.

Art. 31-A Poderão ser constituídos até dois comitês para apoio ao Relator-Geral, com o mínimo de três e o máximo de dez integrantes, sendo seus membros por ele indicados.

Parágrafo único. Os comitês de que tratam o caput terão sua atribuição e número de membros fixados em ato do Presidente.

Art. 31-B A designação do conjunto dos membros e coordenadores dos comitês a que se referem os arts. 31 e 31-A obedecerá ao critério de proporcionalidade partidária e de cada Casa na CMO.

Art. 32. Os comitês, inclusive os mencionados no art. 47, I a IV, apresentarão relatórios, que serão parte integrante do:

I – Relatório da Receita, no caso do relatório dos comitê previsto no art. 47, II;

II – Parecer Preliminar, no caso de relatórios dos comitês previstos no art. 47, I e IV;

III – Relatório Final, no caso de relatórios dos comitês previstos nos arts. 31, 31-A e 47, III.

Parágrafo único. Os relatórios serão aprovados pela maioria absoluta dos seus membros, cabendo aos coordenadores o voto de desempate.

Art. 32-A A metodologia a ser utilizada pelos Comitês Permanentes da Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e da Avaliação da Receita na análise de despesas obrigatórias e de estimativa de receita, respectivamente, deverá ser a mesma estabelecida pela lei de diretrizes orçamentárias.

SUBSEÇÃO III

Do Parecer Preliminar

Art. 33. O Relator-Geral apresentará Relatório Preliminar que, depois de aprovado pelo plenário da CMO, estabelecerá os parâmetros e critérios que, obrigatoriamente, deverão ser obedecidos pelos Relatores-Setoriais e pelo Relator-Geral na elaboração do parecer sobre o projeto de lei, inclusive quanto às emendas.

§ 1º Ao Relatório Preliminar poderão ser apresentadas emendas, por parlamentares e pelas Comissões Permanentes das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 2º O Relatório Preliminar será composto de duas partes:

I – Parte Geral, que conterá, no mínimo:

a) análise das metas fiscais em função dos resultados primário e nominal implícitos na proposta, comparando-as com as dos dois últimos exercícios;

b) avaliação da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, do ponto de vista do atendimento ao que dispõe o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias;

c) análise sobre a observância dos limites previstos na Lei Complementar nº 101;

d) análise da programação das despesas, dividida por área temática, incluindo a execução recente;

e) quadro comparativo, por órgão, entre a programação orçamentária do exercício anterior, da lei orçamentária em vigor e do projeto de lei;

f) análise de outros temas relevantes;

II – Parte Especial, que conterá, no mínimo:

a) as condições, restrições e limites que deverão ser obedecidos, pelos Relatores-Setoriais e pelo Relator-Geral, no remanejamento e no cancelamento de dotações;

b) as propostas de ajustes das despesas obrigatórias e da reserva de contingência;

c) os critérios adotados na distribuição, entre as áreas temáticas dos recursos adicionais;

d) as competências temáticas dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral e a estrutura básica de seus relatórios;

e) O montante da reserva específica a que se refere o art. 27, §1º, I, com a finalidade de reduzir desigualdades regionais;

f) as orientações específicas referentes à apresentação e apreciação de emendas, inclusive as de relator;

g) a classificação das emendas de relator quanto à finalidade, em conformidade com o art. 55.

h) o limite global de valor para apresentação e aprovação de emendas individuais por mandato parlamentar, bem como a origem dos recursos destinados a seu atendimento;

i) a definição das áreas temáticas;

§ 3º O Parecer Preliminar poderá ainda determinar:

I – remanejamento de dotações globais em nível de função, subfunção, programa, ação, órgão ou área temática;

II – outras alterações e limites que contribuam para adequar a estrutura, a composição e a distribuição de recursos às necessidades da programação orçamentária;

III – a programação passível de ser objeto de emendas individuais.

SEÇÃO V

Da Apreciação dos Projetos de Lei de Créditos Adicionais

Art. 34. Aplicam-se aos projetos de lei de crédito adicional as restrições existentes na apreciação do projeto de lei orçamentária anual quanto às receitas e cancelamentos, definidos no correspondente Parecer Preliminar.

Art. 34-A Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais somente serão apreciados pelo Congresso Nacional até o dia 30 de novembro.

Art. 34-B Não serão apreciados pelo Congresso Nacional projetos de lei de créditos adicionais que cancelem dotações oriundas de emendas parlamentares.

Art. 35. A CMO, no exame e emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição, observará, no que couber, o rito estabelecido em resolução específica do Congresso Nacional.

Parágrafo único. A inclusão de relatório de medida provisória na ordem do dia da CMO será automática e sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias em tramitação.

SEÇÃO VI

Da Apreciação dos Projetos de Lei de Planos e

Programas Nacionais, Regionais e Setoriais

Art. 36. A CMO emitirá parecer quanto à adequação e compatibilidade dos projetos de lei de planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos na Constituição, ao plano plurianual, após terem sido apreciados pelas comissões de mérito de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Os pareceres da CMO aos projetos de planos e programas de que trata o caput serão apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em sessão conjunta.

SEÇÃO VII

Da Apreciação das Contas Apresentadas nos termos da

Lei Complementar nº 101, de 2000

Art. 37. O relator das contas apresentadas nos termos do art. 56, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 101, apresentará relatório, que contemplará todas as contas e concluirá por um projeto de decreto legislativo, ao qual poderão ser apresentadas emendas, na CMO.

Parágrafo único. No início dos trabalhos do segundo período de cada sessão legislativa, a CMO realizará audiência pública com o Ministro Relator do Tribunal de Contas da União, que fará exposição do parecer prévio das contas referidas no caput.

SEÇÃO VIII

Do Acompanhamento e Fiscalização da

Execução Orçamentária e Financeira e da Gestão Fiscal

SUBSEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 38. No exercício da competência de que tratam os arts. 70 e 71 da Constituição aplica-se, no que couber, na Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Art. 39. A CMO emitirá, após recebimento das informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, parecer único para o conjunto de relatórios apresentados nos termos do art. 2º, III, "a", correspondentes ao mesmo período de apuração.

Art. 40. A CMO, na apreciação das matérias mencionadas no art. 2º, III, "a", "c" e "d", poderá decidir pela apresentação de projeto de decreto legislativo, determinando ainda, a órgãos ou entidades, a adoção das medidas cabíveis.

Art. 41. Os projetos de decretos legislativos referentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira poderão ser objeto de emendas na CMO.

SUBSEÇÃO II

Das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves

Art. 42. O relatório que examinar as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, por intermédio do Congresso Nacional, relativas à fiscalização de obras e serviços em que foram identificados indícios de irregularidades graves, concluirá por:

I- apresentar projeto de decreto legislativo dispondo sobre:

a) liberação da execução orçamentária, física e financeira da obra ou serviço;

b) suspensão da execução orçamentária, física e financeira da obra ou serviço;

II- dar ciência da matéria à CMO e propor o envio do processado ao arquivo;

III- requerer novas informações, sobrestando a apreciação da matéria até o atendimento da solicitação.

Art. 43. O projeto de decreto legislativo de que trata o art. 42 deve contemplar os subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, com a indicação, sempre que possível, dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados indícios de irregularidades graves.

Parágrafo único. A ausência de indicação no projeto de decreto legislativo dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios de irregularidades graves resultará na aplicação da decisão em relação ao subtítulo correspondente em sua totalidade.

Art. 44. As informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União referentes a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, pendentes de deliberação no âmbito da CMO até o último dia útil do mês de novembro, bem como outras enviadas posteriormente, serão remetidas ao Comitê Permanente de Avaliação das Informações Encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União que, sobre elas, se manifestará em relatório único.

Parágrafo único. A deliberação de que trata o caput precederá a do relatório final do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 45. Decreto legislativo disporá sobre normas que permitam o desenvolvimento satisfatório da fiscalização de obras e serviços pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Enquanto não for publicado o decreto legislativo, deverão ser observadas as normas constantes da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 46. A deliberação da CMO sobre parecer que trata de informações remetidas pelo Tribunal de Contas da União referentes a fiscalização de obras e serviços com indícios de irregularidades graves terá caráter terminativo, salvo recurso ao Plenário do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O recurso para apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional deverá ser assinado por um décimo dos representantes de cada Casa na CMO, e interposto no prazo de cinco dias úteis a partir da publicação do avulso do parecer da CMO.

SUBSEÇÃO III

Dos Comitês Permanentes

Art. 47. Serão constituídos os seguintes comitês permanentes, com o mínimo de cinco e o máximo de dez membros:

I – Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária;

II – Comitê de Avaliação da Receita;

III – Comitê de Avaliação das Informações Encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União.

IV – Comitê de Acompanhamento da Elaboração Orçamentária.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, os Comitês realizarão reuniões bimestrais de avaliação de seus relatórios com os Ministros do Planejamento e Orçamento e da Fazenda.

Art. 47-A Ao Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária cabe:

I – acompanhar o cumprimento das metas e a execução orçamentária e financeira;

II – analisar a consistência fiscal dos projetos de lei do plano plurianual e da lei orçamentária anual.

Parágrafo único. A análise da consistência fiscal de que trata este artigo será feita em conjunto com o Comitê de Avaliação da receita.

Art. 47-B Ao Comitê de Avaliação da Receita cabe:

I – acompanhar evolução das receitas;

II – analisar a estimativa de receita constante dos projetos de lei do plano plurianual e da lei orçamentária anual.

Art. 47-C Ao Comitê de Avaliação das Informações Encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União cabe manter atualizadas as informações acerca dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, constante da lei orçamentária anual;

Art. 47-D A Ao Comitê de Acompanhamento da Elaboração Orçamentária compete verificar:

I – no projeto de lei orçamentária, o cumprimento da lei de diretrizes orçamentárias;

II – nos projetos de lei de créditos adicionais, a manutenção do equilíbrio fiscal;

III – nos projetos de lei do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias, o cumprimento das disposições constitucionais.

CAPÍTULO IV

DAS EMENDAS

SEÇÃO I

Da Apresentação de Emendas

Art. 48. As emendas aos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, serão apresentadas, sempre que possível, em meio magnético e terão a assinatura do autor substituída por autenticação eletrônica, segundo as normas e procedimentos fixados pela CMO.

Art. 51. Cada parlamentar poderá apresentar:

III – até cinco emendas ao projeto de lei do plano plurianual ou a projeto que o revise.

II – até duas emendas ao anexo de metas e prioridades do projeto de lei de diretrizes orçamentárias;

I – até trinta emendas ao projeto de lei orçamentária anual;

IV – até duas emendas a projeto de lei de crédito adicional.

Parágrafo único. Serão consideradas apenas as emendas propostas pelo parlamentar no exercício do mandato quando do encerramento do prazo de apresentação de emendas.

Art. 52. Aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, poderão ser apresentadas emendas coletivas cuja iniciativa caberá:

I – às comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, cujos campos temáticos regimentais estejam direta e materialmente relacionados à área de atuação pertinente à estrutura da administração pública federal;

II – às bancadas estaduais no Congresso Nacional, relativas a matérias de interesse de cada Estado ou Distrito Federal, aprovadas por dois terços dos deputados e dois terços dos senadores da respectiva unidade da Federação;

§ 1º A apresentação de emendas coletivas obedecerá aos seguintes limites:

I – até duas emendas, para as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

II – até cinco emendas, para as bancadas estaduais do Congresso Nacional;

§ 2º As emendas de que trata o caput deverão:

I – ter caráter institucional e representarem interesse nacional, no caso do inciso I do § 1º;

II – referir-se a remanejamento de dotações em um mesmo órgão, no caso do inciso I do § 1º;

III – ser apresentadas juntamente com a ata da reunião da CMO que decidiu por sua apresentação, no caso do inciso I do § 1º;

IV – ser apresentadas juntamente com a ata da reunião da bancada que decidiu por sua apresentação, no caso do inciso II do § 1º.

§ 3º A emenda de bancada estadual deverá:

I – no caso de projetos, cumulativamente:

a) identificar de forma precisa o objeto da ação pretendida, vedada a designação genérica de ações que possam contemplar obras distintas em sua execução;

b) atender, alternativamente a:

1. projetos de grande vulto, conforme definido na lei do plano plurianual;

2. projetos estruturantes de interesse nacional ou estadual, nos termos do Parecer Preliminar;

c) em sua justificação, cujo atendimento deverá ser verificado pelo sistema previsto no art. 79, §3º e §4º, desta Resolução, no mínimo:

1. os elementos necessários para avaliar a relação custo-benefício da ação pretendida e seus aspectos econômico-sociais;

2. a execução orçamentária acumulada e o cronograma da execução a realizar, em caso de projeto;

3. as demais fontes de financiamento da ação e as eventuais contrapartidas;

4. as demais fontes de financiamento da ação e as eventuais contrapartidas;

II – no caso de atividades, restringir-se às modalidades de aplicação 30 e 90.

§ 4º Os projetos de que trata o §3º, II, deste artigo, uma vez propostas pela bancada e iniciada com recursos federais, deverão necessariamente ser objeto de emendas coletivas até a sua conclusão.

§ 5º Na hipótese do descumprimento do disposto no parágrafo anterior, o Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá a inadmissibilidade da emenda de menor valor da bancada e o Relator-Geral, emenda para a continuidade da obra.

Art. 53. A emenda de renúncia de receita ao projeto de lei orçamentária, decorrente de projeto de lei em tramitação, de iniciativa do Congresso Nacional, em qualquer das suas Casas, deverá contemplar projeto de lei que satisfaça as seguintes condições:

I – tenha recebido parecer favorável de mérito, na casa de origem, pelas comissões que devam apreciá-lo;

II – tenha a apreciação de sua compatibilidade e adequação orçamentária e financeira sobrestada pela comissão competente;

III – tenha sua vigência limitada ao mesmo exercício financeiro do projeto de lei orçamentária em apreciação;

IV – esteja, até o prazo final de apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária instruído com estimativa da renúncia de receita dele decorrente, homologada pelo órgão competente do Poder Executivo a menos de quatro meses.

Parágrafo único. As emendas de que trata o caput somente serão aprovadas caso indiquem os recursos compensatórios necessários, provenientes de anulação de despesas, conforme disposto no art. 57, II, ou redução das reestimativas positivas das receitas orçamentárias.

Art. 54. Ficam excluídas dos limites de que tratam os arts. 51 e 52, as emendas destinadas à receita, ao texto da lei, ao cancelamento parcial ou total de dotação e à renúncia de receitas.

SEÇÃO II

Das Emendas de Relator

Art. 55. Os relatores somente poderão apresentar, ao projeto de lei orçamentária anual ou de crédito adicional, emenda à despesa ou à receita, com a finalidade de:

I – corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal;

II – recompor, total ou parcialmente, dotações canceladas, limitada a recomposição ao montante originalmente proposto no projeto.

§ 1º É vedada a apresentação de emendas que tenham por objetivo a inclusão de subtítulos novos, bem como o acréscimo de valores a dotações constantes dos projetos, ressalvado o disposto no inciso I do caput e no Parecer Preliminar à lei orçamentária anual.

§ 2º As emendas de relator serão classificadas de acordo com a finalidade, nos termos do Parecer Preliminar à lei orçamentária anual.

§ 3º As propostas de parecer às emendas de relator deverão ter o mesmo valor da emenda apresentada.

SEÇÃO III

Da Admissibilidade e da Apreciação das Emendas

Art. 56. A emenda à proposição em tramitação na CMO, quando contrariar norma constitucional, legal ou regimental, será inadmitida pelo Presidente da CMO.

§ 1º O relator indicará em seu relatório, em demonstrativo específico, as emendas que, em seu entendimento, devem ser declaradas inadmitidas.

§ 2º O Presidente da CMO declarará a inadmissibilidade das emendas no plenário da CMO, imediatamente antes do início da discussão do correspondente relatório.

Art. 57. A emenda ao projeto de lei orçamentária anual ou a projeto de lei de crédito adicional que proponha inclusão de novo subtítulo ou acréscimo de valor em subtítulo constante do projeto, somente será aprovada pela CMO caso:

I – seja compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indique os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal;

III – não seja constituída de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas; e

IV – não contrarie as normas desta Resolução, bem como as previamente aprovadas pela CMO.

Parágrafo único. Somente será aprovada emenda que proponha anulação de despesa mencionada nas alíneas do inciso II quando se referir à correção de erros ou omissões.

Art. 58. A emenda, em projeto de lei, não será aprovada em valor superior ao solicitado, ressalvados os casos de remanejamento entre emendas individuais de mesmo autor, solicitados conforme disposto no art. 60, preservado o limite global previsto no art. 33, § 2º, II, "h".

Art. 59. Na apreciação do relatório final ao projeto de lei orçamentária anual, serão votadas, inicialmente, as emendas que proponham cancelamento parcial ou total de dotações constantes do projeto, seguidas pelas emendas destinadas a alterar o texto do projeto, ressalvados os destaques.

Art. 60. O remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor somente será acatado se solicitado ao Presidente da CMO até a apresentação do Relatório Setorial do projeto de lei orçamentária anual, pelo:

I – autor da emenda, no caso de emenda individual;

II – coordenador de bancada ou membro da CMO por ele autorizado, observado o art. 52, II, e §2º, IV;

III – Presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou membro da CMO autorizado pelo respectivo presidente, observado o art. 52, I, e §2º, III.

Art. 61. Serão inadmitidas as emendas ao anexo de metas e prioridades do projeto de lei de diretrizes orçamentária que incluam ações não constantes da lei do plano plurianual.

Art. 62. As emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando:

I – contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não beneficiária do crédito;

II – oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, §3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste tão-somente como cancelamento proposto; ou

b) integre dotação à conta de recursos oriundos de operações de crédito internas ou externas e as respectivas contrapartidas, ressalvados os casos decorrentes da correção de erro ou de omissão de ordem técnica ou legal devidamente comprovados.

III – propuserem:

a) em projetos de lei de crédito suplementar, a criação de subtítulos novos.

b) em projetos de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária;

c) em projetos de lei de crédito adicional, a anulação de dotações orçamentárias constantes do anexo de cancelamento sem indicar, como compensação, a programação a ser cancelada no correspondente anexo de suplementação;

IV – ocasionarem aumento no valor original do projeto, ressalvado o disposto no art. 55, I;

CAPÍTULO V

DOS RELATÓRIOS

Art. 64. Os Relatores do projeto de lei orçamentária e de créditos adicionais, excetuado o Relatório da Receita, deverão em seus relatórios:

I – analisar:

a) o atendimento das normas constitucionais e legais, especialmente quanto à compatibilidade dos projetos com a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101;

b) a execução orçamentária recente, comparando-a com os valores constantes do projeto;

c) os efeitos da aprovação dos créditos especiais e extraordinários aprovados ou em apreciação pelo Congresso nos últimos quatro meses do exercício;

d) os critérios utilizados nos cancelamentos e acréscimos efetuados na programação e seus efeitos sobre a distribuição regional;

e) as medidas adotadas em relação às informações enviadas pelo TCU quanto às obras e serviços com indícios de irregularidades graves, justificando sua inclusão ou manutenção;

II – indicar, para votação em separado, os subtítulos que contém contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União;

III – apresentar demonstrativo:

a) do voto do relator às emendas individuais à despesa, por tipo de proposta de parecer e por autor, contendo, para cada um, o número da emenda, a classificação institucional, funcional e programática, a denominação do subtítulo, a decisão e o valor concedido;

b) do voto do relator às emendas à despesa coletivas, por tipo de proposta parecer, por unidade da Federação e por autor, contendo, para cada um, o número da emenda, a classificação institucional, funcional e programática, a denominação do subtítulo, a decisão e o valor concedido;

c) das emendas com proposta de parecer pela inadmissibilidade;

IV – anexar os espelhos das emendas de relator, acompanhados dos respectivos fundamentos técnicos e legais, e demonstrativo dessas emendas por modalidade, como definidas no Parecer Preliminar da lei orçamentária anual.

Parágrafo único. Se o relator concluir por substitutivo, deverá apresentá-lo na forma de autógrafo da:

a) programação de trabalho dos órgãos que compõem sua área temática, no caso dos relatores setoriais;

b) integralidade do projeto de lei, no caso do Relator-Geral.

Art. 65. O relatório do Relator-Geral deverá, ainda apresentar demonstrativo das propostas de pareceres às emendas ao texto e de cancelamento.

Art. 65-A O Relatório da Receita deverá conter:

I – exame da conjuntura macroeconômica e do endividamento e seu impacto sobre as finanças públicas;

II – análise da evolução da arrecadação da receita e da avaliação da sua estimativa na proposta, com ênfase na metodologia e nos parâmetros utilizados;

III – demonstrativo das receitas reestimadas, comparando-as com as constantes da proposta orçamentária, classificadas por natureza e fonte;

IV – demonstrativo das propostas de pareceres às emendas à receita e de renúncia de receitas.

Art. 66. Os relatores deverão disponibilizar, na CMO, previamente à apresentação de seus relatórios, os seguintes demonstrativos:

a) dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade orçamentária e por subtítulo, com a especificação das metas correspondentes, indicando expressamente aqueles constantes do relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União;

b) dos acréscimos e cancelamentos das dotações por unidade da federação;

Art. 67. O relatório do projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá conter demonstrativos das propostas de pareceres as emendas ao texto, ao anexo de metas e prioridades e de relator.

Parágrafo único. Poderá ser dispensada a inclusão no relatório dos demonstrativos de que tratam os incisos I, III e IV do §2º do art. 4º, da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 68. O relatório do projeto de lei do plano plurianual será composto de duas partes:

I – A Parte Geral, que conterá:

a) análise do atendimento das normas constitucionais e legais,

b) exame crítico e prospectivo da conjuntura econômica e da consistência fiscal do período de aplicação do plano;

c) avaliação das fontes de financiamento, com ênfase nas estimativas de receita dos Orçamentos da União;

d) avaliação das diretrizes e objetivos do plano;

e) demonstrativos dos pareceres às emendas relativas à parte geral, por autor e número de emenda.

II – A Parte Orçamentária conterá:

a) análise dos programas e ações;

b) critérios e parâmetros utilizados para o acolhimento de emendas;

c) demonstrativos dos acréscimos e cancelamentos efetuados na programação;

d) demonstrativos dos pareceres às emendas apresentadas à Parte Orçamentária, por autor e número da emenda;

CAPÍTULO VI

DOS DESTAQUES

Art. 69. No âmbito da CMO serão apresentados destaques a requerimento de:

I – membro da CMO;

II – coordenador de bancada ou membro da CMO por ele autorizado;

III – presidente de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou membro da CMO autorizado pelo respectivo presidente.

§ 1º A ausência de autor, no caso dos incisos II e III, não prejudicará a votação do destaque apresentado.

§ 2º Os destaques a emendas coletivas somente poderão ser apresentados pelos autores previstos nos incisos II e III deste artigo.

Art. 69-A Somente será admitido destaque:

I – ao projeto de lei:

a) para recompor dotação cancelada, no limite de três destaques por membro da CMO, inadmitidos os decorrentes de cancelamentos lineares;

b) para restabelecimento de dispositivo ou parte de dispositivo suprimido do texto da lei;

II – ao substitutivo:

a) para suprimir dotação;

b) para supressão de dispositivo ou parte de dispositivo constante do texto da lei;

III – à emenda:

a) à despesa, para aumentar ou incluir dotação, por meio de aprovação de emenda com voto do relator pela rejeição ou aprovação parcial;

b) à despesa, para reduzir dotação, por meio de rejeição de emenda com voto do relator pela aprovação ou aprovação parcial;

c) de cancelamento, para aumentar ou incluir dotação, por meio de rejeição de emenda com voto do relator pela aprovação ou aprovação parcial;

d) de cancelamento, para reduzir dotação, por meio de aprovação de emenda com voto do relator pela rejeição ou aprovação parcial;

e) à receita, para aumentar receita, por meio de aprovação de emenda com voto do relator pela rejeição ou aprovação parcial;

f) à receita, para reduzir receita, por meio de rejeição de emenda com voto do relator pela aprovação ou aprovação parcial;

g) de renúncia de receita, para reduzir receita, por meio de aprovação de emenda com voto do relator pela rejeição ou aprovação parcial;

h) de renúncia de receita, para aumentar receita, por meio de rejeição de emenda com voto do relator pela aprovação ou aprovação parcial;

i) de texto, para inclusão de dispositivo do texto da lei, por meio de aprovação de emenda com voto do relator pela rejeição ou aprovação parcial;

§ 3º Não será admitido o destaque de parte de emenda apresentada.

§ 4º A rejeição do destaque implica a rejeição dos valores contidos no voto proposto pelo relator.

§ 5º Aprovado o requerimento para a votação em globo dos destaques, não será aceita solicitação para votação em separado de destaque.

Art. 70. O destaque com a finalidade de incluir, aumentar ou recompor dotação, ou reduzir receita, somente poderá ser aprovado pela CMO caso tenha sido:

I- identificada a origem dos recursos necessários ao seu atendimento;

II – comprovada a sua existência em montante suficiente para o atendimento do destaque.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso I do caput somente serão admitidos recursos provenientes de:

I – cancelamento de dotação proposto em emenda do autor do destaque;

II – remanejamento de dotação entre emendas do autor do destaque;

III – cancelamento de dotação decorrente da aprovação de destaque de que trata o art. 69-A, III, "b" e "d";

IV – cancelamento de dotação indicado pelos respectivos relatores.

CAPÍTULO VII

DOS PRAZOS

Art. 71. As mensagens do Presidente da República encaminhando os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais serão recebidas pelo Presidente do Senado Federal e encaminhadas à CMO até quarenta e oito horas após a comunicação de seu recebimento às Casas do Congresso Nacional.

Art. 72. A tramitação da proposições de que trata o art. 2º obedecerá, na CMO, aos prazos:

I – projeto de lei do plano plurianual:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento do projeto;

b) até quatorze dias para a realização de audiências públicas, a partir do término do prazo definido em "a";

c) até dez dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido em "a";

d) até três dias para a apresentação de emendas ao Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido em "c";

e) até seis dias para votação do Relatório Preliminar e suas emendas, a partir do término do prazo definido em "d";

f) até dez dias para a apresentação de emendas ao projeto, a partir da aprovação do Relatório Preliminar;

g) até cinco dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do término do prazo definido em "f";

h) até vinte e um dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório, a partir do término do prazo definido em "f";

i) até sete dias para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido em "h";

II – projeto de lei de diretrizes orçamentárias:

a) até cinco dias para publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento do projeto;

b) até sete dias para a realização de audiências públicas, a partir do término do prazo definido em "a";

c) até dez dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido em "a";

d) até três dias para a apresentação de emendas ao Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido em "c";

e) até seis dias para votação do Relatório Preliminar e suas emendas, a partir do término do prazo definido em "d";

f) até dez dias para a apresentação de emendas, a partir do término do prazo definido em "e";

g) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do término do prazo definido em "f";

h) até vinte e cinco dias para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório, a partir do término do prazo definido em "f";

i) até cinco dias para o encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido em "h";

III – projeto de lei orçamentária anual:

a) até cinco dias para publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento do projeto;

b) até trinta dias para a realização de audiências públicas, a partir do término do prazo definido em "a";

c) até quinze dias para apresentação de emendas à receita e de renúncia de receitas ao projeto, a partir do prazo definido em "a";

d) até três dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas à receita e de renúncia de receitas, a partir do prazo definido em "c";

e) até vinte dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita, a partir do prazo definido em "c";

f) até três dias para votação do Relatório da Receita e suas emendas, a partir do prazo definido em "e";

g) até cinco dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido em "f";

h) até três dias para a apresentação de emendas ao Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido em "g";

i) até três dias para votação do Relatório Preliminar e suas emendas, a partir do término do prazo definido em "h";

j) até dez dias para a apresentação de emendas ao projeto, a partir do término do prazo definido em "i";

l) até cinco dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do término do prazo definido em "j";

m) até vinte e quatro dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação dos relatórios setoriais, a partir do término do prazo definido em "j" ;

n) até dez dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório sobre a lei orçamentária anual, a partir do término do prazo definido em "m";

o) até cinco dias para o encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido em "n";

p) até cinco dias para a implantação das decisões do plenário do Congresso Nacional e geração dos autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional;

IV – projeto de lei de crédito adicional:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento do projeto;

b) até oito dias para a apresentação de emendas, a partir do término do prazo previsto em "a";

c) até cinco dias para a publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do término do prazo previsto em "b";

d) até quinze dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido em "c";

V – prestações de contas apresentadas nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

a) até quarenta dias para a apresentação, publicação e distribuição do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;

b) até quinze dias para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo previsto em "a";

c) até quinze dias para a apresentação do relatório às emendas apresentadas, a partir do término do prazo previsto em "b";

d) até sete dias para a discussão e votação do relatório e do projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo previsto em "c";

e) até cinco dias para o encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo previsto em "d";

f) até três dias para a sistematização das decisões do plenário do Congresso Nacional e geração dos autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional;

VI – projeto de lei de planos e programas nacionais, regionais e setoriais:

a) até quarenta dias para apresentação, publicação e distribuição do relatório, a partir do recebimento do projeto;

b) até quinze dias para a apresentação de emendas saneadoras da incompatibilidade ou inadequação orçamentária ou financeira, a partir do término do prazo previsto em "a";

c) até quinze dias para a apresentação do relatório às emendas apresentadas, a partir do término do prazo previsto em "b";

d) até sete dias para discussão e votação do relatório, a partir do término do prazo previsto em "c";

e) até cinco dias para encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo previsto em "d";

f) até três dias para a sistematização das decisões do plenário do Congresso Nacional e geração dos autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional;

VII – matérias relativas ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira:

a) até cinco dias para a publicação e distribuição dos relatórios e informações previstos nas alíneas do art. 2º, III, a partir do recebimento;

b) até quinze dias para a apresentação de relatório e, conforme o caso, projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo previsto em "a";

c) até dois dias úteis para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo, a partir do término do prazo previsto em "b";

d) até sete dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo previsto em "c";

§ 1º O prazo para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual somente será aberto após serem designados o Relator-Geral, o Relator da Receita e os relatores setoriais.

§ 2º Cinco dias após o prazo a que se refere o art. 11, IX e X, e não havendo indicação dos relatores a que se refere o parágrafo anterior, o Presidente da CMO designará como relatores os membros dos partidos na CMO, obedecida:

I - a proporcionalidade partidária e a dos membros de cada Casa na CMO,

II – a escolha, dentre os membros dos partidos na CMO, daquele com maior número de legislaturas e mais idoso;

III - a ordem numérica das áreas temáticas definidas no parecer preliminar, iniciando-se pela Casa do Presidente, cabendo ainda ao Senado a quarta e a oitava área temática, no caso das relatorias setoriais.

§ 3º A apreciação dos relatórios setoriais do projeto de lei orçamentária anual somente terá início após a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei do plano plurianual ou de projeto de lei que o revise, que estiver em tramitação.

§ 4º Os projetos de revisão ou alteração das matérias tratadas no caput obedecerão os prazos definidos no inciso IV deste artigo, salvo outra deliberação da CMO.

Art. 73. A apreciação dos relatórios ocorrerá somente três dias úteis após a sua distribuição, nos casos dos pareceres finais dos projetos de lei orçamentária anual, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, e 2 dois dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 74. A CMO fará, no prazo máximo de sessenta dias, as adequações necessárias ao seu regulamento interno, observadas as seguintes normas:

I - na discussão da matéria, cada parlamentar inscrito somente poderá usar a palavra por cinco minutos;

II – nenhum membro da CMO poderá falar mais de cinco minutos sobre emenda, salvo o relator, que poderá falar por último, por dez minutos;

III – no esclarecimento à CMO, de emenda de sua autoria, o parlamentar poderá falar por, no máximo, três minutos;

IV – não será concedida vista de relatório, parecer, projeto ou emenda;

Art. 75. A CMO somente poderá se reunir para votação após convocação escrita aos seus membros com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Parágrafo único. Os pedidos de verificação de presença, durante a votação, somente poderão ser feitos com o apoiamento de dez por cento dos membros presentes dentre os representantes da respectiva Casa na CMO.

Art. 76. As deliberações da CMO iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará em rejeição da matéria.

Art. 77. O parecer da CMO sobre emenda será conclusivo e final, salvo requerimento para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos congressistas, apresentado à Mesa

do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria no Plenário do Congresso Nacional.

Art. 78. O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pelo Plenário do Congresso Nacional, por proposta do relator do projeto, justificando-se cada caso.

Art. 79. A CMO contará, para o exercício das atribuições previstas nesta Resolução, com assessoramento institucional e permanente prestado pelos órgãos especializados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º A coordenação do trabalho de assessoramento caberá ao órgão especializado da Casa a que pertencer o relator, com a constituição de equipes mistas das duas Casas, quando se fizer necessário.

§ 2º Serão elaboradas notas técnicas que servirão de subsídio à análise do projeto de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

§ 3º O desenvolvimento de sistemas informatizados, destinados ao processamento das informações referentes às matérias reguladas nesta Resolução, será realizado em comum acordo pelos órgãos técnicos de ambas as Casas, cabendo a coordenação ao órgão da Casa do Presidente da CMO.

§ 4º Compõem acervo permanente da CMO a base de dados e os programas de informática utilizados no processamento das informações relativas às matérias reguladas nesta Resolução.

§ 5º A realização de serviços extraordinários pelos órgãos auxiliares, sempre que necessário, será solicitada pela Presidência da CMO aos Presidentes de ambas as Casas

Art. 80. A CMO organizará a reunião conjunta de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, em articulação com as demais comissões temáticas pertinentes das Casas do Congresso Nacional.

Art. 81. À redação final aplicar-se-á o disposto no art. 51 do Regimento Comum, concedendo-se, entretanto, à CMO, o prazo de três dias para sua elaboração.

Art. 82. Não serão recebidos pelo Congresso Nacional os projetos de lei previstos nesta Resolução que não estejam acompanhados da correspondente base de dados em meio magnético.

Art. 83. Ficam revogadas as normas da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, e suas alterações.

Art. 84. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em ... de 2005.

Ricardo Barros
relator.

Encaminhe-se, por cópia, aos Srs. Líderes partidários. Publique-se.

Brasília, 20 de 04 de 2005.

SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

OF/GABI/I/Nº 369

Brasília, 13 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Edinho Bez passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

Defiro. **Publique-se.**
Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 213-L-PFL/05

Brasília, 19 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Gervásio Silva, para integrar, como membro titular, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (biênio 2005-2007).

Atenciosamente, Deputado **Rodrigo Maia,** Líder do PFL.

Publique-se.
Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 408

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado João Tota, como Suplente, na Comissão de Viação e Transportes, em substituição ao Deputado João Paulo Comes da Silva, em vaga cedida ao Partido Liberal.

Atenciosamente, Deputado **José Janene,** Líder do PP.

Defiro. **Publique-se.**
Em, 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 431

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Zonta, do PP/SC, como suplente na comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene,** Líder do PP.

Defiro. **Publique-se.**
Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/A/PSB/Nº 139/05

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência a Deputada Janete Capiberibe para a vaga de titular da comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 75-A, de 2003, do Senado Federal, que “altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, destinando o percentual de cinco décimos por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados para aplicação pelas Instituições Federais de Ensino Superior na Amazônia Legal”.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande,** Líder do PSB.

Publique-se.
Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/A/PSB/Nº 140/05

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados André Zacharow como titular e Luciano Leitoa como suplente da comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.529, de 2004,

de autoria da comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, que “dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande,** Líder do PSB.

Publique-se.
Em 20-04-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/A/PSB/Nº 141/05

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Jorge Gomes para a vaga de titular da comissão, vinculada diretamente à Presidência da Câmara, composta por parlamentares de diversas comissões temáticas da Casa, para que sejam apresentadas sugestões de natureza política e legislativa, no sentido de racionalizar e dar maior eficácia aos trabalhos em torno da questão da violência.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande,** Líder do PSB.

Publique-se.
Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/A/PSB/nº 143/05

Brasília, 20 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado André Zacharow para a vaga de suplente da comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, de autoria da comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, que “aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSB.

Publique-se.
Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 264/2005

Brasília, 19 de abril de 2005

Ex^{mo} Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, o Senhor Deputado Paes Landim (PTB/PI), como Titular, para compor a Comissão Especial destinada a, no prazo de 90 (noventa) dias, analisar as proposições em trâmite referentes a assuntos que tratam das atividades da SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos S/A.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Defiro. **Publique-se.**
Em 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 168-PDT

Brasília, 20 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Mannato para integrar, na condição de Titular, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta o nome do Deputado Comissão Especial de Emenda à Constituição nº 344/Nepotismo, de 1996.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Severino Alves,** Líder do PDT.

Publique-se.
Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF/GAB/I/Nº 169-PDT

Brasília, 20 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados André Figueiredo e Jurandir Bóia para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda

à Constituição nº 120, de 1995, que "Dá nova redação ao inciso XX do artigo 7º da Constituição Federal".

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Deputado **Severiano Alves,** Líder do PDT.

Publique-se.

Em 20-4-05. – Severino Cavalcanti, Presidente.

Of. Presidência nº 235/2005

Brasília, 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Publicação da PFC 67/2001**.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência a apreciação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 67/2001, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, Deputada Maria Helena, Presidente.

Publique-se.

Em 20-4-05. **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. Nº 83-PP/2005 – CCJC

Brasília, 6 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298/04, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

Publique-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OF. Nº 95-PP/2005 – CCJC

Brasília, 12 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Decreto Legislativo apreciados por este Órgão Técnico, em 5 de abril do corrente, a seguir relacionados: 1.812/02, 1.409, 1.416, 1.438, 1.447, 1.457, 1.483, 1.516, 1.533, de 2004, e 1.578/05.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

Publique-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício-Pres. nº 90

Brasília, 6 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Publicação do PL nº 2.790/03

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei nº 2.790/03, do Sr. Elimar Máximo Damasceno, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que 'dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências'", para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Antonio Fleury,** Presidente.

Publique-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Of.P nº 67/2005

Brasília, 13 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 365-A/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

Publique-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

OFTP Nº 67/2005

Brasília, 13 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Deputado,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 133, caput, do Regimento Interno, a rejeição por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 2.123/2003.

Solicito a Vossa Excelência autorizar as providências inerentes.

Respeitosamente, – Deputado Luciano Castro, Presidente.

Publique-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 226/2005-P

Brasília, 31 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 5.413, de 2001.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputado Dr. Benedito Dias, Presidente.

Publique-se

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Ofício nº 235/2005-P

Brasília, 6 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 7.154, de 2002.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, Deputado **Dr. Benedito Dias,** Presidente.

Publique-se

Em 20-4-05. – S**everino Cavalcanti**, Presidente.

Of. P-14/05

Brasília, 13 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Exa que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 4.070/04 – do Sr. Ivan Paixão -que "denomina o trecho da BR-235 entre Aracaju e a divisa SE/BA Rodovia Padre Pedro".

Atenciosamente, Deputado **Mario Assad Júnior –** Presidente.

Publique-se

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

Voto de Lembrança

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2005

Requerem Voto de Lembrança, pela passagem da data natalícia do Deputado Luís Eduardo Magalhães.

REQUEREMOS, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança, pelo transcurso da data aniversária do Deputado Luis Eduardo Magalhães, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, que, se vivo ainda estivesse, completaria hoje 50 anos de idade.

Requeremos, ainda, que deste Voto de Lembrança sejam cientificados os familiares de Luís Eduardo Magalhães, em especial, seu pai, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Prefeito da cidade de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Justificação

O Deputado Luís Eduardo Magalhães, que faleceu prematuramente aos 43 anos de idade, foi uma das mais gratas e significantes revelações do meio político brasileiro. Pelo seu talento e dedicação ao mandato de Deputado Federal, ascendeu à Presidência da Câmara dos Deputados, e certamente mais longe iria se o infortúnio não o tivesse retirado do convívio com o povo

da Bahia e do Brasil, que tão bem e com dignidade soube representar no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 16 de março de 2005. – Senador **Arthur Virgílio,** Senador **José Agripino,** Senador **Sérgio Guerra,** Senador **Osmar Dias,** Senador **Tasso Jereissati,** Senador **Eduardo Azeredo,** Senador **Jorge Bornhausen,** Senador **Heráclito Fortes,** Senador **Marco Maciel,** Senador **José Jorge.**

Ciente. Encaminhe-se, por cópia, aos Senhores Líderes partidários, para conhecimento. **Publique-se.**

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.985, DE 2005
(Da Sra. Almerinda de Carvalho)

Institui o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Despacho: Às Comissões de: Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Mérito E Art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Fica instituído Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, com a finalidade de dar suporte aos programas destinados a implementar as políticas de promoção da mulher.

Os recursos do Fundo serão aplicados em ações voltadas à melhoria das condições de saúde da mulher, à sua integração em melhores condições de competitividade no mercado de trabalho e à melhoria de sua renda, mediante a capacitação da mão-de-obra feminina, tanto urbana quanto rural, bem assim em todos os demais programas de âmbito federal, estadual ou municipal consentâneos com as políticas públicas de melhoria das condições de vida feminina.

O Fundo contará com as seguintes fontes de recursos:

I – recursos orçamentários da União;

II – produto de operações de crédito internas e externas;

III – transferências intergovernamentais resultantes de convênios firmados com outros Entes da Federação;

Art. 4º. Esta lei entra em vigor no dia primeiro de janeiro do exercício imediatamente subseqüente ao de sua publicação.

Justificação

A promoção da mulher, mediante a adoção de políticas públicas especificamente voltadas para a melhoria das condições de vida da população feminina, vem, já há algum tempo, sendo objeto da atenção do Poder Público em nosso País.

Verifica-se, porém, que ainda falta a fonte de recursos indispensável à implementação das políticas públicas de promoção da mulher, no âmbito federal, deficiência que poderá ser suprida pela criação do Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, ora proposta.

Importa ter em consideração que o novo Fundo não terá qualquer impacto negativo sobre as metas fiscais, tendo em vista que terá a finalidade tão-somente de concentrar e otimizar a utilização de recursos que, de outra forma, ficariam pulverizados em diversos programas federais.

Eis as razões que nos levam a contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 31 de março de 2005. – Deputada **Almerinda de Carvalho.**

PROJETO DE LEI Nº 4.996, DE 2005
(Do Sr. Cabo Júlio)

Cria o Programa de Incentivo Profissional Superior para servidores das instituições das áreas de segurança pública.

Despacho: Às Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 4º Fica criado o Programa de Incentivo Profissional Superior para servidores da ativa das polícias federais e das polícias e corpos de bombeiros estaduais e distritais.

Art. 5º O programa referido no art. 1º consiste:

I – na concessão de financiamento para a realização de curso de nível superior, de interesse da respectiva instituição; e

II – no estabelecimento de cursos de especialização nas diversas áreas de segurança pública, para servidores graduados em cursos de nível superior.

Parágrafo único. O financiamento só será concedido para cursos realizados em estabelecimentos oficiais de ensino, ou naqueles devidamente reconhecidos pelo órgão competente.

Art. 3º Os recursos para o financiamento dos programas de que trata esta lei correrão à conta das dotações próprias das instituições de segurança pública, suplementadas, caso necessário.

Art. 4º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No âmbito do serviço público, como facilmente se constata, quanto melhor a qualificação profissional do agente público, maior a eficiência do serviço prestado à comunidade.

Isso é especialmente verdadeiro em se tratando da segurança pública, quando os usuários normalmente ficam muito dependentes da ação dos agentes.

Dessa forma, consideramos como uma maneira bastante eficaz de se melhorar a segurança pública é dar melhores condições de trabalho aos seus agentes, bem como promover um efetivo aperfeiçoamento da sua capacitação técnico-profissional.

Por isso, temos convicção da importância desta proposição para a melhoria da qualidade dos serviços a serem prestados nessa importante atividade pública.

Este é o intento do presente projeto de lei, para o qual pedimos o indispensável apoio dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2005. – Deputado **Cabo Júlio.**

PROJETO DE LEI Nº 5.024, DE 2005
(Do Sr. Cabo Júlio)

Dispõe sobre a comunicação de roubo, furto ou extravio de documentos pessoais à Junta Comercial.

Despacho: Apense-se a(o) Pl-nº 4.055/2004.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação Inicial Art. 137, **caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda ocorrência de roubo, furto ou extravio de documentos pessoais será comunicada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da lavratura do respectivo boletim policial de ocorrência, às Juntas Comerciais locais dos Estados ou do Distrito Federal, para fins do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, de que trata a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994.

§ 1º A comunicação será acompanhada de cópia do boletim policial de ocorrência e deverá conter:

I – nome completo da vítima;
II – órgão expedidor;
III – número e tipo de documento.

§ 2º Cabe à autoridade policial que lavrar o boletim encaminhar a comunicação de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 2º As Juntas Comerciais dos Estados ou do Distrito Federal e o Departamento Nacional de Registro do Comércio manterão cadastro atualizado com informações sobre documentos pessoais roubados, furtados ou extraviados.

§ 1º O cadastro só será acessível aos funcionários autorizados ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

§ 2º Caso seja verificada a utilização de cópias de documentos pessoais roubados, furtados ou extraviados, a Junta Comercial do Estado ou Distrito Federal comunicará a ocorrência, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade mencionada no § 2º do art. 1º, a fim de fornecer maiores elementos para a investigação.

Art. 3º O descumprimento dos dispositivos da presente lei sujeitará os infratores à multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sem prejuízo das penalidades civis, penais e administrativas cabíveis.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, quando um documento é roubado, furtado ou extraviado, o cidadão se encaminha até uma delegacia de polícia para lavrar o boletim de ocorrência. Só esse procedimento, no entanto, não impede a ação de bandidos que utilizam esses documentos para aplicar diversos golpes como, por exemplo: habilitar telefones celulares, abrir contas bancárias, contrair empréstimos e até abrir empresas.

Assim, a vítima acaba se tornando sócia de empresas que desconhece e que normalmente são usadas para fins ilícitos, prejudicando também a terceiros.

Portanto, a vítima é lesada duas vezes e as conseqüências são danosas. Quando o cidadão menos espera é surpreendido por ações judiciais que lhe causam grandes transtornos e até prejuízos financeiros.

Isso é possível porque tal ocorrência não é comunicada às Juntas Comerciais dos Estados ou do Distrito Federal e, por sua vez, ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, órgãos que ficam, dessa forma, sem condições de atuar.

O que pretendemos, com o presente projeto de lei, é evitar esse tipo de delito, que se acentua a cada dia, pois os tipos de fraudes estão ficando cada vez mais sofisticados.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2005. – Deputado **Cabo Júlio.**

PROJETO DE LEI Nº 5.029, DE 2005
(Do Sr. Cabo Júlio)

Obriga as empresas responsáveis por bancos de dados e cadastros de consumidores a avisar via carta registrada, na modalidade de aviso de recebimento, quando da inclusão do nome do consumidor em seus registros.

Despacho: Apense-se A(O) Pl-nº 1.547/1991.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação Inicial Art. 137, **Caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Ficam obrigadas as empresas, sob qualquer denominação, responsáveis pela criação ou manutenção de bancos de dados ou de cadastros de consumidores, a comunicar antecipadamente ao consumidor, por escrito através de carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento – AR, a inclusão do nome do inadimplente em seus registros.

Art. 2º O registro do nome do consumidor de que trata o artigo 1º, somente poderá acontecer 15 (quinze) dias após a data de ciência pelo consumidor do aviso do recebimento – AR, devendo constar assinatura e dados de documento de identidade do consumidor.

Art. 3º A inobservância das disposições desta lei acarretará a nulidade do registro efetuado.

§ 1º A empresa responsável pelo registro indevido fica obrigada ao pagamento de multa no valor de R$26.000,00 (vinte e seis mil reais) por registro indevido.

§ 2° O valor da multa mencionada no parágrafo anterior será pago em favor do consumidor, a título de indenização por danos morais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Justificação

O Código de Defesa do Consumidor – CDC, determina em seu art. 43, que o consumidor deve ter acesso às informações sobre ele registradas nos bancos de dados e cadastros de consumidores e, em seus parágrafos, descreve as obrigações dos registradores e os direitos dos consumidores.

No parágrafo segundo do dispositivo supracitado está disposto, de modo claro, a obrigação do consumidor ser avisado de eventual registro. Vejamos:

> "Art. 43 ....
>
> § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
>
> ....

No entanto, mesmo diante da clareza da norma, por falta de detalhamento do que seria óbvio, caso o princípio da boa-fé fosse realmente adotado em nossa sociedade, acreditamos que a proposição, que ora oferecemos, vem complementar o que já dispõe o CDC. Dessa forma, o Legislador estará normatizando a obrigação do consumidor ser devidamente notificado de qualquer registro sobre sua pessoa nos bancos de dados e cadastros de consumidores em todo o país.

Pela relevância do tema abordado, neste projeto, que trará significativos benefícios para o consumidor nacional, acreditamos no amplo apoio de nossos ilustres Pares para uma rápida aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2005. – Deputado **Cabo Júlio.**

PROJETO DE LEI Nº 5.032, DE 2005
(Do Sr. Carlos Nader)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública e dá outras providências.

Despacho: Apense-se a(o) Pl-nº 4.779/2005

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação Inicial Art. 137, **Caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica obrigatória a realização de exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública.

Art. 2º O aluno carente será tratado gratuitamente, mediante a adoção dos procedimentos clínicos e cirúrgicos e o fornecimento dos aparelhos necessários à correção da deficiência ou da lesão apresentadas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A saúde é direito do cidadão e fator decisivo para a qualidade de vida das pessoas.

A prevenção das doenças se faz não só impedindo sua instalação, mas também realizando diagnósticos precoces, que podem permitir uma recuperação mais rápida e eficaz. Desta forma o tratamento das crianças resultará em seu desenvolvimento adequado.

Exames preventivos são fundamentais na correção de problemas de saúde, sejam quais forem.

O tratamento odontológico é fundamental para o desenvolvimento de uma dentição sadia. A colocação de prótese e de aparelhos ortodônticos, quando clinicamente indicados e necessários, além de contribuir para a restauração da função orgânica, favorece o crescimento normal da arcada dentária.

Desnecessário enumerar os benefícios pessoais e sociais advindos do uso de aparelhos de correção, quando recomendados, que proporcionam a recuperação da auto-estima e uma real melhora do rendimento escolar.

Diante do aqui exposto, e do grande alcance social da medida, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição

Sala das Sessões, 11 de abril de 2005. – **Deputado Carlos Nader,** PL/RJ.

PROJETO DE LEI Nº 5.033, DE 2005
(Do Sr. Carlos Nader)

"Dispõe sobre a impressão de aviso nas embalagens de alimentos, remédios e bebidas energéticas que contenham álcool em sua composição e dá outras providências."

Despacho: Às Comissões de: Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Toda embalagem utilizada no acondicionamento de alimentos, remédios e bebidas energéticas que contenham álcool em sua composição, deverá conter impresso, de forma a propiciar fácil leitura no ato da compra, o seguinte aviso: " ESTE PRODUTO POSSUI ÁLCOOL EM SUA COMPOSIÇÃO".

Parágrafo único – O cumprimento da disposição do "caput" deste artigo independe da proporção de álcool utilizada na fabricação do alimento.

Art. 2º. No caso de produtos vendidos a granel, o aviso a que se refere o artigo anterior deverá estar exposto no local da venda.

Art. 3º. No caso de descumprimento do disposto nesta Lei, serão aplicadas as seguintes penalidades ao fabricante ou seu representante:

Parágrafo Único. Multa de 500,00 (quinhentos) a 2.000,00 (duas mil) Ufir's, e duplicada em caso de reincidência;

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A presente iniciativa de lei visa proteger o consumidor, possibilitando-lhe ser sabedor antecipadamente, de que o produto que está por adquirir, contém álcool ainda que em mínima proporção.

Esta determinação vem de encontro a proteger a população da ingestão involuntária do álcool, pois são muitos os indivíduos que não podem ingerir aquele produto, sob pena de sofrerem graves conseqüências para sua saúde, além dos que por motivos religiosos ou também por terem tido problemas de dependência, a ela não desejam retornar.

Diante do aqui exposto e do grande alcance social da presente proposição, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2005. – Deputado **Carlos Nader,** PL-RJ.

PROJETO DE LEI Nº 5.036, DE 2005
(Do Sr. Geraldo Resende)

Dispõe sobre a notificação compulsória de desnutrição.

Despacho: Apense-se ao Pl-nº 3.471/2004

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Ficam os estabelecimentos da rede de serviços de saúde, públicos ou privados, obrigados a notificar, na forma prevista em regulamento, os casos suspeitos ou confirmados de desnutrição moderada ou grave.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O problema da desnutrição envolve múltiplas determinações, sendo particularmente relevantes as questões sociais na rede de causalidade, o que de pronto demonstra a necessidade de adoção de políticas intersetoriais para o enfrentamento desse agravo.

Ao lado das mudanças estruturais que se fazem necessárias no sentido de possibilitar uma efetiva política de segurança alimentar e nutricional, com garantia de acesso universal a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, o desenvolvimento de ações específicas de combate e prevenção da desnutrição é inadiável. No âmbito do setor saúde, uma primeira

condição a ser atendida é o conhecimento dos casos de desnutrição para que possam ser desencadeadas as medidas de controle e de tratamento cabíveis, com a agilidade necessária.

Embora reconhecida como importante causa de morbi-mortalidade do país, especialmente em crianças até quatro anos, a desnutrição não está incluída no rol dos agravos de notificação compulsória, exceto em algumas poucas cidades brasileiras.

O Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN foi preconizado com o objetivo de "...monitorar as condições dos grupos desfavorecidos da população de risco, e proporcionar um método de avaliação rápida e permanente de todos os fatores que influenciam os padrões de consumo alimentar e o estado nutricional." No entanto, os dados gerados pelo SISVAN são, ainda, muito precários e com baixa cobertura. Em geral, tem-se que recorrer a estudos específicos para gerar informação sobre o estado nutricional da população, o que é de difícil operacionalização, além do inconveniente de não propiciar informação contínua e atualizada sobre a situação alimentar e nutricional.

A notificação compulsória é um procedimento já consagrado no campo da saúde pública, usada tradicionalmente para as doenças transmissíveis, que permite o conhecimento dos casos diagnosticados e, a partir daí, possibilita o desencadeamento imediato de ações voltadas para o controle da doença. É, portanto, de fundamental importância, seja para orientar a condução dos casos concretos seja para a geração da informação indispensável para fins de planejamento e de avaliação das políticas de saúde.

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no período de 17 a 20 de março de 2004, em Olinda, cujo tema foi "A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional", aprovou, em sua Plenária, a regulamentação da notificação compulsória da desnutrição infantil grave como uma das propostas prioritárias a serem implementadas no campo das Ações de Vigilância em Saúde e Nutrição.

Os recentes episódios das mortes de crianças indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul, expuseram com grande dramaticidade e força a necessidade de se melhorarem os mecanismos de conhecimento dos casos de desnutrição, principalmente os casos graves, para que ações possam ser desencadeadas de forma imediata e eficaz.

O presente Projeto de Lei visa a garantir que as políticas de segurança alimentar e nutricional disponham de informações confiáveis, mediante a instituição de um procedimento de geração de informação atualizada e ágil, imprescindível para a definição das próprias políticas e para uma atuação mais efetiva dos serviços de saúde diante dos casos diagnosticados. Os aspectos técnicos e operacionais necessários para a implementação da medida nos serviços de saúde, como a definição de casos suspeitos e confirmados, o fluxo das notificações, os profissionais responsáveis pela notificação, são remetidos para serem tratados em regulamento, já que não cabe à lei entrar nesses meandros técnicos relativos ao funcionamento dos serviços de saúde.

Temos a convicção de que a notificação compulsória da desnutrição protéico-calórica moderada e grave irá contribuir para o conhecimento do real quadro desse agravo na população brasileira, permitindo a identificação dos grupos mais vulneráveis e, dessa forma, permitindo uma atuação intersetorial mais efetiva.

Pela relevância da matéria tratada, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2005. – Deputado **Geraldo Resende,** PPS-MS.

PROJETO DE LEI Nº 5.037, DE 2005
(Do Sr. Neuton Lima)

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, incluindo dispositivo que trata sobre jogos eletrônicos em rede.

Despacho: Apense-se ao Pl-nº 4.361/2004

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Esta lei dispõe sobre as condições de acesso às casas de diversão que oferecem jogos eletrônicos em rede de computadores alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O art. 80 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 80. ....

Parágrafo único. É vedada a permanência de menores de 16 anos em estabelecimentos que explorem comercialmente o uso de jogos eletrônicos em rede de computadores." (NR)

Esta lei entra em vigor após a sua publicação.

Justificação

As casas de jogos em rede, também chamadas de **"lan houses",** estabelecimentos comerciais que

exploram o uso de jogos em computador, são uma grande atração para os jovens. Os usuários chegam a ficar horas a fio absortos nesse mundo de realidade virtual onde, na maioria das vezes, a assunto principal é a violência nas suas mais variadas formas. Seja combatendo alienígenas, seja sendo o jogador um policial na luta contra o crime, ou, no pior dos casos, sendo um criminoso praticante, o jovem interage constantemente com todo tipo de violência e criminalidade explicita.

O uso continuado desse tipo de diversão pode causar não somente transtornos de comportamento, mas também, outros distúrbios de ordem física. Muitas vezes essa prática, quando em larga escala, vem associada ao consumo de novos tipos de drogas, tais como o **Ice**. Informações coletadas da imprensa indicam que essa é uma droga com efeitos semelhantes aos da cocaína, porém com duração maior, sendo constituída de meta-anfetamina pura. Tendo a aparência de pequenos cristais, daí o nome, em geral o **Ice** é fumado, mas pode ser aspirado ou injetado. A droga pode causar mudanças violentas de comportamento, perda de apetite, alteração do sono, tremores, convulsões, aumento da pressão sanguínea, chegando a levar ao coma, derrame ou morte súbita. Já existem vários relatos indicando o seu consumo crescente no Brasil, especialmente entre usuários de *videogames* e de Internet.

Apesar dos riscos, entendemos que esses estabelecimentos comerciais, assim como todos os seus usuários, não devam ser penalizados apenas por presunção, pois a imensa maioria dos jogadores está apenas se divertindo sem praticar nenhum ilícito. Igualmente, entendemos que as casas devam ser consideradas atividades econômicas produtivas pois geram emprego e renda. No entanto, é de nosso entendimento que as crianças e os adolescentes devam ser protegidos da exposição aos possíveis malefícios contidos em alguns jogos, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente o instrumento legal adequado para o exercício dessa proteção. Ocorre, no entanto, que o Estatuto, de 1990, não previa o aparecimento desse tipo de diversão, que se tornou popular nos últimos 5 anos no País.

Apesar das casas em questão serem novidade, os jogos eletrônicos e de computador não o são e o Ministério da Justiça já regulamenta a sua comercialização através das Portarias n^os^ 899 e 1035, ambas de 2001. Assim, apesar da comercialização já sofrer classificação indicativa, o seu uso em lojas de acesso público carece de regulamentação, uma vez que seus usuários podem utilizar qualquer jogo diretamente da Internet ou então em computadores de propriedade de terceiros e a classificação indicativa, que possui poder somente de informação parental, não surte nenhum efeito sobre o efetivo usuário do entretenimento.

Dessa maneira, para fins de suprir essa lacuna legal e proteger os menores e a família, oferecemos o presente projeto de lei que regulamenta o acesso a esses estabelecimentos.

A proposição veda o acesso às casas de jogos de computadores em rede para menores de 16 anos, por ser esta a faixa etária mais importante para a formação social do ser humano. Para tal, foi incluído um parágrafo único ao artigo 80 definindo esses estabelecimentos comerciais e restringindo o acesso aos menores. Quanto à infração administrativa decorrente do desrespeito dessa inovação, acreditamos que o Estatuto já a ampara nos artigos 252 e 258, não carecendo de alteração legal nesse sentido.

Face ao exposto, solicitamos aos nobres pares o apoio à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2005. – Deputado **Neuton Lima**

PROJETO DE LEI Nº 5.038, DE 2005

(Do Sr. Nelson Bornier)

Concede isenção de pagamento de pedágio para os veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos.

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, "que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências", com a finalidade de conceder isenção de pagamento de pedágio para os veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos.

Art 2º O § 2º do Art 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Ficam isentos do pagamento de pedágio os veículos oficiais, aqueles do corpo diplomático e os veículos ciclomotores, motos, motocicletas, motonetas e triciclos."

Artº 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição objetiva contemplar uma parcela de veículos que, pelas suas características, não causam danos as estradas e rodovias, muito menos ao meio-ambiente. Tendo em vista que os veículos ciclomotores, motocicletas, motos, motonetas e triciclos são notoriamente veículos de baixo consumo de combustível. E considerando que o uso desse tipo de veículo, além de representar economia de gasolina, não causa, em razão do seu peso, danos à pavimentação das vias públicas e considerando, ainda que são veículos que pouco congestionam o trânsito, parece justo que mereçam uma atenção especial pelo que representam: diminuição do volume de tráfego, diminuição dos elevados índices de poluição e até mesmo diminuição dos contratempos ocasionados pelos engarrafamentos.

Além de que a relação custo/benefício não justifica a cobrança de pedágio dos veículos ciclomotores, motocicletas, motos, motonetas e triciclos.

O peso das motos chega a ser insignificante. As de 450 cilindradas, que são a maioria nas estradas, pesam cerca de 156 kg. As menores, de 125 cilindradas, cerca de 75kg. Sua área de contato com o solo é de cerca de 10cm, apenas.

Assim finalmente, qualquer incentivo que se dê à moto, concorrerá para melhorar o trânsito e demonstrará para a sociedade a preocupação que se tem com a qualidade de vida.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2005. – **Nelson Bornier,** Deputado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

DECRETO – LEI nº 791, DE 27 de agosto de 1969

Dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do artigo 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o que dispõe o inciso II do Artigo 20 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a, nos termos do Art. 20, Inciso II da Constituição, instituir cobrança de pedágio, que será devido pelos condutores de veículos automotores que utilizem vias públicas, integrantes do sistema rodoviário federal.

§ 1º Poderão ser submetidas ao pedágio:

a) estradas bloqueadas ou rodovias expressas;

b) pontes, viadutos, túneis ou conjunto de obras rodoviárias de grande vulto.

§ 2º Ficam isentos do pagamento de pedágio os veículos oficiais e aqueles do Corpo Diplomático.

§ 3º O Governo Federal, por intermédio dos órgãos competentes, poderá, excepcionalmente, autorizar o trânsito de semoventes em rodovias e obras rodoviárias de que trata este artigo, mediante pagamento de tarifa de pedágio e obedecidas as cautelas que a autoridade administrativa determinar.

Art. 2º A cobrança de pedágio será precedida da verificação técnico-econômica de viabilidade e rentabilidade.

....

....

PROJETO DE LEI Nº 5.039, DE 2005
(Do Sr. Jorge Gomes)

Regulamenta o exercício profissional da Grafologia e determina outras providências.

Despacho: Às Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º são considerados habilitados para o exercício profissional da grafologia:

I – os psicólogos, inscritos na forma da lei e portadores de certificados de conclusão de curso ou de título de especialização em grafologia, reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia.

II – os portadores de certificado de conclusão em curso de grafologia reconhecido na forma da lei.

§1º Os portadores de diplomas ou certificados emitidos por Escolas ou Associações de Classe de Grafologia não reconhecidas, expedidos até a data da promulgação desta lei, terão sua validade reconhecida para o exercício da profissão de Técnico em Grafologia

§ 2º Os certificados ou diplomas expedidos por instituições estrangeiras reconhecidas no país de origem serão revalidados na forma da lei.

Art. 2º Constitui função privativa do Grafólogo a utilização de métodos e técnicas para a análise da

personalidade do indivíduo por meio do estudo dos traços de sua escrita.

Art. 3º A fiscalização do exercício profissional da grafologia far-se-á pelo Conselho Federal de Psicologia, pelo Ministério da Educação e Cultura e Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 4º A profissão de técnico em grafologia incorporar-se-á, para os efeitos legais, no quadro das profissões liberais anexo à Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A importância da grafologia está baseada no princípio de que quem comanda a mão é o cérebro e o estudo da escrita revela as características e os traços da personalidade e do caráter de uma pessoa com base em seus símbolos gráficos, ou seja, sua escrita.

Desse modo, a grafologia é hoje bastante utilizada nas áreas de Recursos Humanos, na seleção, identificação e desenvolvimento de potenciais, administração de conflitos, etc. A grafologia também está auxiliando nos diagnósticos médicos nos casos de hipocondria, paranóia, embriaguez e esquizofrenia. A grafologia médica está muito avançada na Alemanha, Holanda e Suíça. É de grande utilidade, não apenas para o estudo dos pacientes, como também para prever enfermidades e para acompanhar a reação do paciente durante o tratamento.

As Polícias Civis, Forças Armadas, Bancos e o Poder Judiciário já possuem especialistas em grafotecnia para identificar as falsificações. Este ramo é o mais avançado em nosso país.

O avanço da Grafologia nos últimos anos e a sua entrada nas grandes universidades americanas e européias, principalmente na Alemanha e na Espanha, colocou este tipo de estudo na primeira linha de interesse.

A sociedade Internacional de Grafologia na França e Estados Unidos, que tem como finalidade a correção dos defeitos do caráter e a reabilitação dos pacientes, já completou cem anos e foi declarada de utilidade pública.

Existe uma tendência cada vez mais clara no mercado de trabalho na utilização da grafologia na contratação de seus profissionais.

Assim sendo, tendo em vista a relevância da matéria e a lacuna existente na legislação brasileira, contamos com o apoio dos nobres pares.

Brasília, 12 de abril de 2005. – Deputado **Jorge Gomes,** PSB-PE.

PROJETO DE LEI Nº 5.041, DE 2005
(Do Sr. Onyx Lorenzoni)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Despacho: Apense-se ao Pl-nº 3.941/2004

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

> "§ 3º. A competência da Polícia Federal a que se refere este artigo será exercida pelos órgãos de segurança pública dos Estados, desde que autorizado por lei estadual específica."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo permitir que os órgãos de segurança pública estaduais exerçam a competência de autorizar o porte de arma de fogo. Trata-se de medida de economia, pois tais orgãos públicos já detinham toda a estrutura física e de pessoal necessária a realização desta tarefa.

A transferência desta atribuição não é, todavia, incondicionada. A alteração proposta admite que o órgão estadual assuma a competência apenas no caso de lei estadual específica dispor nesse sentido. Assim, os Estados terão autonomia para decidir se estão aptos a arcar com tais despesas.

Por outro lado, a proposição não dispensa a adoção das cautelas exigidas pela lei, tais como a necessidade de prévia autorização do SINARM e de observância dos requisitos a que se refere o § 1º do art. 10.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2005. – Deputado **Onyx Lorenzoni.**

PROJETO DE LEI Nº 5.042, DE 2005
(Do Sr. Badu Picanço)

Dispõe sobre a veiculação de programas voltados à valorização da cultura afro-brasileira.

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei obriga as emissoras e retransmissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a veicular programas destinados à valorização da cultura afrobrasileira.

Art. 2º. As emissoras e retransmissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ficam obrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2006, a veicular, no horário compreendido entre as seis e as vinte e duas horas, programas destinados à valorização da cultura afrobrasileira.

Art. 3º. Os programas de que trata esta lei serão veiculados atendendo a percentual mínimo do tempo total diário de operação, respeitados os seguintes valores:

I – da publicação desta lei até 31 de dezembro de 2006, dois por cento do tempo total diário de operação;

II – de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009, três por cento do tempo total diário de operação;

III – a partir de 1º de janeiro de 2010, quatro por cento do tempo total diário de operação.

Art. 4º. A valorização da cultura afrobrasileira nas emissoras de radiodifusão compreende, para os efeitos desta lei, a veiculação de programa de qualquer gênero enfocando as tradições, o folclore, a situação econômica e social do afrodescendente ou a divulgação de fatos jornalísticos relativos a iniciativas da população negra.

Parágrafo único. O Poder Executivo oferecerá apoio e supervisão do conteúdo veiculado, nos termos da regulamentação desta lei, e produzirá programa jornalístico diário, com duração não inferior a dez minutos, destinado à divulgação de notícias relativas à população afrobrasileira, para veiculação em estações de radiodifusão que estejam obrigadas a cumprir os preceitos desta lei.

Art. 5º. A operação da emissora ou retransmissora em desacordo com o disposto nesta Lei constitui infração, punida com multa no valor de até dois mil reais e, na reincidência, suspensão das transmissões por até dois dias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A população afrobrasileira tem sido, por longo tempo, discriminada nos meios de comunicação social. A imagem do negro veiculada em nossa televisão se resume a enfoques de notícias degradantes, que o retratam como alguém a margem da sociedade. As produções brasileiras, tanto da televisão como de cinema, retratam os negros de forma inferior, veja por exemplo nossas novelas que, quando abrem espaços a raça negra, o fazem com o estigma da classe subjugada, escravos, bandidos, empregadas domésticas.

É preciso entender a complexidade intelectual, a forte carga de tradições e de cultura próprias e a noção de dignidade pessoal que o negro carrega, e parar de fingir que a raça negra é diferente da nossa. Somos todos afrodescendentes dos negros. A raça brasileira é mestiça e a maioria de nós tem mais de 60% do sangue negro correndo em nossas veias.

O governo federal abriu um importante veio de recuperação da moral e auto estima desta classe de pessoas tão discriminada, ao instituir o sistema de cotas nas universidades federais. É pouco. O trabalho de conscientização e orgulho de pertencerem, ou melhor, de pertencermos a descendência dos habitantes de nosso continente irmão, poderá vir através deste importante meio de comunicação, a televisão, que alcança mais de 80% dos lares, que leva às famílias o meio mais barato de entreterimento e, para muitos, diversão.

Nada mais justo, portanto, que as emissoras e retransmissoras passem a veicular programas de divulgação da cultura dos afrodescendentes, conforme é da natureza desses serviços públicos. Para viabilizar tal iniciativa, preservamos a flexibilidade de horários para a veiculação de programas que valorizem esta cultura e determinamos a realização, pelo Poder Público, de programa jornalístico diário que atenda a parte da demanda imposta pelo texto proposto.

Entendemos que, desse modo, estaremos assegurando o fim da discriminação e maior acesso aos veículos de comunicação social e melhor uso da mídia em proveito de suas necessidades.

Em vista da discriminação a que o negro brasileiro é permanentemente submetido, conclamamos os ilustres Pares a apoiar esta iniciativa, que reputamos de grande importância para assegurar a comunidade afrobrasileira um tratamento digno e um reconhecimento social compatível com sua importância histórica na formação do nosso País.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2005. – Deputado **Badu Picanço.**

PROJETO DE LEI Nº 5.043, DE 2005
(Do Sr. Badu Picanço)

Dispõe sobre a veiculação de programas voltados à valorização da cultura indígena.

Despacho: Às Comissões de: Direitos Humanos e Minorias; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei obriga as emissoras e retransmissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cuja área de cobertura atinja terras indígenas, a veicular programas destinados à valorização da cultura indígena.

Art. 2º. As emissoras e retransmissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cuja área de cobertura atinja terras indígenas, ficam obrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2006, a veicular, no horário compreendido entre as seis e as vinte e duas horas, programas destinados à valorização da cultura indígena.

Art. 3º. Os programas de que trata esta lei serão veiculados atendendo a percentual mínimo do tempo total diário de operação, respeitados os seguintes valores:

I – da publicação desta lei até 31 de dezembro de 2006, dois por cento do tempo total diário de operação;

II – de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009, três por cento do tempo total diário de operação;

III – a partir de 1º de janeiro de 2010, quatro por cento do tempo total diário de operação.

Art. 4º. A valorização da cultura indígena nas emissoras de radiodifusão compreende, para os efeitos desta lei, a veiculação de programa de qualquer gênero enfocando as tradições, o folclore, a situação econômica e social do índio ou a divulgação de fatos jornalísticos relativos a iniciativas da população indígena.

Parágrafo único. O Poder Executivo oferecerá apoio e supervisão do conteúdo veiculado, nos termos da regulamentação desta lei, e produzirá programa jornalístico diário, com duração não inferior a dez minutos, destinado à divulgação de notícias relativas à população indígena, para veiculação em estações de radiodifusão que estejam obrigadas a cumprir os preceitos desta lei.

Art. 5º. A operação da emissora ou retransmissora em desacordo com o disposto nesta Lei constitui infração, punida com multa no valor de até dois mil reais e, na reincidência, suspensão das transmissões por até dois dias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A população indígena tem sido, por longo tempo, discriminada nos meios de comunicação social. A imagem do índio veiculada em nossa televisão alterna momentos de ingênua estilização do silvícola com notícias degradantes, que o retratam como alguém incapaz de interagir com a sociedade e o Estado, seja por uma suposta fragilidade emocional, ou por uma pretensa rudeza.

Tais imagens, além de inverídicas, pois incompatíveis com a complexidade intelectual, a forte carga de tradições e de cultura próprias e a noção de dignidade pessoal que o índio carrega, são humilhantes para o próprio indígena.

Integrado à sociedade brasileira, muitas vezes em razão de violentos conflitos de terra, apesar da proteção, sempre insuficiente, do Estado, o índio tornou-se, como os demais brasileiros, consumidor de mercadorias e espectador dos meios de comunicação de massa.

Nada mais justo, portanto, que as emissoras e retransmissoras situadas em áreas de reserva indígena passem a veicular programas do interesse da comunidade atendida, conforme é da natureza desses serviços públicos. Para viabilizar tal iniciativa, preservamos a flexibilidade de horários para a veiculação de programas que valorizem a cultura autóctone e determinamos a realização, pelo Poder Público, de programa jornalístico diário que atenda a parte da demanda imposta pelo texto proposto.

Entendemos que, desse modo, estaremos assegurando aos povos indígenas maior acesso aos veículos de comunicação social e melhor uso da mídia em proveito de suas necessidades.

Em vista do descaso a que o índio brasileiro é permanentemente submetido, conclamamos os ilustres Pares a apoiar esta iniciativa, que reputamos de grande importância para assegurar às comunidades indígenas um tratamento digno e um reconhecimento social compatível com sua importância histórica na formação do nosso País.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2005. – Deputado **Badu Picanço.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, DE 2005
(Do Poder Executivo)
MENSAGEM Nº 184/2005
AVISO Nº 321/2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Minitério da Defesa, no valor de R$20.327.000,00, para fins que especifica.

Despacho: Publique-se. Submeta-se ao plenário

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação do Plenário

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$20.327,000,00 (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta medida provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta medida provisória.

Art. 3º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO I — CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	8032	ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORCAS ARMADAS							20.327.000
		ATIVIDADES							
05 182	8032 86BN	APOIO DAS FORCAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.327.000
05 182	8032 86BN 0001	APOIO DAS FORCAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							20.327.000
			F	3	2	90	0	100	17.327.000
			F	4	2	90	0	100	3.000.000
		TOTAL - FISCAL							20.327.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							20.327.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II — CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	RESERVA DE CONTINGENCIA							20.327.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							20.327.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							20.327.000
			F	9	0	99	0	100	20.327.000
		TOTAL - FISCAL							20.327.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							20.327.000

EM nº 72/2005-MP

Brasília, 4 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$20.327.000,00 (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais), conforme quadro abaixo:

R$ 1,00

ÓRGÃO/UNIDADE/AÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS
MINISTÉRIO DA DEFESA	20.327.000	
- Apoio das Forças Armadas na Região de Conflito no Estado do Pará	20.327.000	
- Reserva de Contingência		20.327.000
TOTAL	20.327.000	20.327.000

2. A aprovação da proposição possibilitará o apoio às ações das Policias Federal e Militar e Civil do Estado do Pará nas atividades de logística, segurança, inteligência e nas operações de busca e apreensão, envolvendo 40 organizações militares do Exército, bem como atender aos gastos com o deslocamento das topas e materiais pela Aeronáutica, em razão das características da região envolvida, que não permite outro tipo de transporte, de forma a assegurar a ordem pública e o equilíbrio social nas áreas de conflito.

3. A urgência e relevância da medida justificam-se pela imprevisibilidade dos fatos que deram origem ao presente crédito, considerando a exacerbação de ilícitos (assassinatos, grilagem de terras públicas, venda ilegal de madeira, tráfico de drogas etc.) que requereu ação tempestiva e firme do Governo Central no sentido de restabelecer a lei e a ordem na região de conflitos naquele Estado.

4. O presente crédito será atendido com recursos provenientes de anulação parcial da Reserva de Contingência, e está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

5. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à Consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeito

Ofício nº 108 (CN)

Brasília, em 19 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 244, de 2005, que "abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$20.327.000,00, para os fins que especifica."

Informo, por oportuno, que à Medida foi oferecida uma emenda e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.

Atenciosamente, Senador **Renan Calheiros** – Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244 ADOTADA EM 04 DE ABRIL DE 2005 E PUBLICADA NO DIA 05 DO MESMO MÊS E ANO, QUE " ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA DEFESA, NO VALOR DE R$ 20.327.000,00 (VINTE MILHÕES, TREZENTOS E VINTE E SETE MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA." :

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado ANIVALDO VALE	01

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 001

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-244
00001

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPnº 244/2005	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Defesa, Unidade Orçamentária 52101, o seguinte subtítulo:

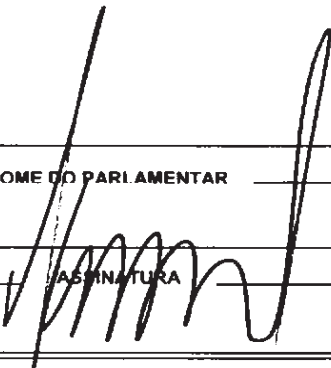
Acrescentar:
UO: 52101 – Ministério da Defesa.
Programa: 8032 – Adestramento e Emprego Combinado das Foças Armadas
Funcional Programática: 05.182.8032.86BN.0001
Subtítulo: Apoio das Forças Armadas na Região de Conflito no Estado do Pará - Nacional
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R$ 10.000.000,00

Cancelar:
UO: 90000 – Reserva de Contingência.
Programa: 0999 – Reserva de Contingência.
Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105
Subtítulo: Reserva de Contingência Fiscal
GND: 9 / Modalidade de Aplicação: 99 / Fonte: 100 / Valor: R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os municípios paraenses como: Cametá, Chaves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Pacajá, Novo Progresso, Redenção, Rondon do Pará, Rurópolis, Santa Cruz do Arari, Souré e Viseu, necessitam da presença e da garantia a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades.

Faz-se necessário propiciar condições para manter a presença e as funções do Exército Brasileiro na Região, levando treinamento, educação, seleção e disciplina através de "Tiros de Guerras" cuja sugestão, certamente conta com o apoio das Prefeituras e do próprio Governo do Estado Paraense.

CÓDIG	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3123-1	ANIVALDO VALE	PA	PSDB

DATA	ASSINATURA
07/04/05	

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 223, DE 2005
(Do Sr. Takayama e outros)

Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar a arrecadação e destinação de verbas referentes a direitos autorais principalmente no que se refere à atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.

Despacho: Às Comissões de: Educação e Cultura, Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar a arrecadação e destinação de verbas referentes a direitos autorais principalmente que se refere à atuação do escritório central de arrecadação e distribuição – ECAD.

Art. 2º A comissão será constituída por vinte e cinco membros e igual número de suplentes, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável até a metade, para conclusão dos seus trabalhos.

Art. 3º Os recursos administrativos e o assessoramento necessários ao funcionamento da comissão serão providos pelo Departamento de Comissões e pela Consultoria Legislativa, respectivamente.

Art. 4º As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata esta resolução correrão à conta de recursos do orçamento da Câmara dos Deputados.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em novembro de 1995, foram concluídas as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito que ficou conhecida como a CPI do Ecad. Foram encaminhadas à Polícia Federal e aos Ministérios Públicos federal e estaduais cópias do relatório final onde existem veementes indícios de ilícitos penais como: Falsidade Ideológica, Sonegação Fiscal, Apropriação Indébita, Enriquecimento Ilícito, Formação de Quadrilha, Formação de Cartel e Abuso do Poder Econômico, ente outros, com indigitamento dos seus autores e farta documentação.

Passados quase dez anos, a sociedade brasileira ainda não foi totalmente informada das providências tomadas. A situação dos autores e usuários do Direito Autoral continua praticamente a mesma. Estes, os usuários, pagam preços exorbitantes, sem qualquer critério racional; aqueles, os autores, recebem importâncias ridículas, sem qualquer possibilidade de fiscalização e aferição dos valores que lhe são devidos. Na época, aproveitando o descontentamento generalizado, deputados de diversos partidos faturaram alto prestígio político entre os autores e as entidades que utilizam as obras musicais. Em suas palestras pelo interior do País, costumavam afirmar que a CPI do Ecad cumpriu bem seu papel, mas que a Polícia Federal e o Ministério Público pouco fizeram para solucionar os problemas apontados.

Em 1996, uma comissão formada por entidades de autores gaúchos em parceria com o Deputado Federal Luiz Mainardi apresentou o Projeto de Lei nº 2.571 que pretendia estabelecer normas gerais sobre a arrecadação e distribuição de direitos autorais relativos à execução pública de obras musicais ou lítero-musicais. Tal projeto previa a criação da Curadoria da Propriedade Intelectual, com poderes de fiscalização efetiva, inclusive pela instauração de inquéritos civis e auditorias contábeis para apurar crimes e irregularidades cometidos pelas entidades arrecadadoras e distribuidoras dos direitos autorais. O projeto em questão enfrentou forte **lobby** das corporações interessadas na manutenção do **status quo**, sendo substituído por um outro que dormia havia muitos anos nas gavetas do Congresso Nacional e que resultou na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que manteve o Ecad com todos os seus vícios.

Muitas das relações que ocorrem sob a égide do direito autoral transcendem a órbita dos interesses individuais para inscreverem-se na órbita dos interesses difusos, reclamando, por isto, a intervenção do Ministério Público. Sejam as relações que se travam entre autores e as grandes gravadoras de obras musicais, sejam as relações que se travam entre autores e as entidades encarregadas da gestão dos direitos autorais de execução, sejam as relações que se travam entre estas entidades e os consumidores em geral, são todas elas perpassadas pelo princípio da vulnerabilidade, em que uma das partes é totalmente submetida ao arbítrio da outra. Nas relações entre autores e gravadoras não são raros os crimes contra a propriedade intelectual. Os mais comuns são a utilização de obras sem autorização do autor e o plágio estimulado e acobertado por algumas gravadoras.

Nas relações entre o Ecad e os consumidores, também são comuns os abusos. Não se cogita aqui das grandes emissoras de rádio e televisão que podem e sabem se defender do Ecad, mas dos pequenos consumidores (barzinhos, bancas de revistas e até mesmo espetáculos beneficentes) aos quais são impostos preços exorbitantes, calculados sem qual-

quer critério técnico, com possibilidade de acordos "por fora", em detrimento tanto dos autores, que não recebem seus direitos, quanto dos consumidores, que são coagidos por um poder de polícia que ninguém sabe de onde vem.

Nas relações entre o Ecad e a sociedade como um todo, esta tem estado desamparada por falta de quem a defenda ou garanta seu acesso aos bens culturais.

Antes de concluir, vale a pena transcrever um trecho de autoria do Dr. Sérgio Gilberto Porto, ex-Procurador Geral de Justiça do Rio Grande do Sul:

Os interesses individuais disponíveis, por regra, não integram a órbita de atuação ministerial. Todavia, já os chamados interesses individuais indisponíveis e os interesses sociais, integram o campo de atuação preferencial do Ministério Público, competindo-lhe a defesa ativa ou interventiva destes, observada, evidentemente, a disciplina de compatibilidade do art. 129, da Carta Federal, cuja enumeração das funções institucionais é meramente exemplificativa, eis que – até mesmo – o inc. IX do dispositivo sob análise, escancara tal interpretação. – O Ministério Público no Estado Moderno - Revista do Ministério Público, vol. 40, página 116.

Conto com o apoio dos nobres pares,

Sala das Sessões, 30 de março de 2005. – Deputado **Takayama,** (PMDB/PR).

Relatório de Verificação de Apoiamento

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 223/05

Proposição: PRC-223/2005
Autor da Proposição: TAKAYAMA
Data de Apresentação: 30/03/2005 14:51:39
Ementa: Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar a arrecadação e destinação de verbas referentes a direitos autorais principalmente no que se refere à atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD.
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Totais de Assinaturas:

Confirmadas	239
Não Conferem	5
Fora do Exercício	1
Repetidas	14
Ilegíveis	-
Retiradas	-
TOTAL	259
MÍNIMO	0
FALTAM	-

Assinaturas Confirmadas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Abelardo Lupion	PFL	PR
2	Adelor Vieira	PMDB	SC
3	Ademir Camilo	PL	MG
4	Affonso Camargo	PSDB	PR
5	Airton Roveda	PTB	PR
6	Alberto Fraga	S.PART.	DF
7	Alceste Almeida	PMDB	RR
8	Alex Canziani	PTB	PR
9	Alexandre Santos	PMDB	RJ
10	Alice Portugal	PCdoB	BA
11	Almeida de Jesus	PL	CE
12	Almerinda de Carvalho	PMDB	RJ

13 Almir Moura	S.PART.	RJ
14 Ana Alencar	PSDB	TO
15 Ana Guerra	PT	MG
16 André Figueiredo	PDT	CE
17 Angela Guadagnin	PT	SP
18 Anivaldo Vale	PSDB	PA
19 Anselmo	PT	RO
20 Antonio Carlos Biscaia	PT	RJ
21 Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	BA
22 Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
23 Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	SP
24 Antonio Cruz	PTB	MS
25 Ariosto Holanda	PSDB	CE
26 Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP
27 Asdrubal Bentes	PMDB	PA
28 Átila Lins	PPS	AM
29 Augusto Nardes	PP	RS
30 B. Sá	PPS	PI
31 Barbosa Neto	PSB	GO
32 Beto Albuquerque	PSB	RS
33 Bosco Costa	PSDB	SE
34 Cabo Júlio	PMDB	MG
35 Capitão Wayne	*PSDB*	*GO*
36 Carlito Merss	PT	SC
37 Carlos Abicalil	PT	MT
38 Carlos Nader	PL	RJ
39 Carlos Santana	PT	RJ
40 Carlos Willian	PMDB	MG
41 Celcita Pinheiro	PFL	MT
42 César Bandeira	PFL	MA
43 César Medeiros	PT	MG
44 Cezar Schirmer	PMDB	RS
45 Cezar Silvestri	PPS	PR
46 Chicão Brígido		
47 Chico Alencar	PT	RJ
48 Chico da Princesa	PL	PR
49 Colbert Martins	PPS	BA
50 Coronel Alves	PL	AP
51 Costa Ferreira	PSC	MA
52 Daniel Almeida	PCdoB	BA
53 Darcísio Perondi	PMDB	RS
54 Domiciano Cabral	PSDB	PB
55 Dr. Benedito Dias	PP	AP
56 Dr. Francisco Gonçalves	PTB	MG

57 Dr. Rodolfo Pereira	PDT	RR
58 Dra. Clair	PT	PR
59 Edinho Montemor	PL	SP
60 Edson Ezequiel	PMDB	RJ
61 Eduardo Cunha	PMDB	RJ
62 Eduardo Paes	PSDB	RJ
63 Eduardo Sciarra	PFL	PR
64 Eduardo Valverde	PT	RO
65 Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP
66 Eliseu Padilha	PMDB	RS
67 Enéas	PRONA	SP
68 Enio Tatico	PL	GO
69 Félix Mendonça	PFL	BA
70 Fernando Coruja	PPS	SC
71 Fernando de Fabinho	PFL	BA
72 Fernando Gabeira	PV	RJ
73 Feu Rosa	PP	ES
74 Francisco Appio	PP	RS
75 Francisco Rodrigues	PFL	RR
76 Francisco Turra	PP	RS
77 Geddel Vieira Lima	PMDB	BA
78 Geraldo Resende	PPS	MS
79 Geraldo Thadeu	*PPS*	*MG*
80 Gerson Gabrielli	PFL	BA
81 Gervásio Oliveira	PMDB	AP
82 Giacobo	PL	PR
83 Gilberto Nascimento	PMDB	SP
84 Gilmar Machado	PT	MG
85 Gonzaga Mota	PSDB	CE
86 Gonzaga Patriota	PSB	PE
87 Gorete Pereira	PMDB	CE
88 Guilherme Menezes	PT	BA
89 Gustavo Fruet	PSDB	PR
90 Heleno Silva	PL	SE
91 Homero Barreto	PTB	TO
92 Humberto Michiles	PL	AM
93 Ildeu Araujo	PP	SP
94 Iriny Lopes	PT	ES
95 Iris Simões	PTB	PR
96 Isaías Silvestre	PSB	MG
97 Ivan Paixão	PPS	SE
98 Ivan Ranzolin	PP	SC
99 Jackson Barreto	PTB	SE
100 Jair Bolsonaro	PFL	RJ

101 Jair de Oliveira	PMDB	ES
102 Jamil Murad	PCdoB	SP
103 Jefferson Campos	PMDB	SP
104 João Batista	PFL	SP
105 João Carlos Bacelar	PFL	BA
106 João Correia	PMDB	AC
107 João Grandão	PT	MS
108 João Leão	PL	BA
109 João Magalhães	PMDB	MG
110 João Magno	PT	MG
111 João Mendes de Jesus	PSL	RJ
112 João Paulo Cunha	PT	SP
113 João Pizzolatti	PP	SC
114 Joaquim Francisco	PTB	PE
115 Jorge Alberto	PMDB	SE
116 Jorge Bittar	PT	RJ
117 Jorge Gomes	PSB	PE
118 Jorge Pinheiro	PL	DF
119 José Carlos Aleluia	PFL	BA
120 José Carlos Machado	PFL	SE
121 José Chaves	PTB	PE
122 José Divino	PMDB	RJ
123 José Janene	PP	PR
124 José Mendonça Bezerra	PFL	PE
125 José Pimentel	PT	CE
126 José Santana de Vasconcellos	PL	MG
127 Júlio Cesar	PFL	PI
128 Júlio Delgado	PPS	MG
129 Julio Semeghini	PSDB	SP
130 Jurandir Boia	PDT	AL
131 Leandro Vilela	PMDB	GO
132 Leodegar Tiscoski	PP	SC
133 Leonardo Mattos	PV	MG
134 Leonardo Picciani	PMDB	RJ
135 Lincoln Portela	PL	MG
136 Lobbe Neto	PSDB	SP
137 Luci Choinacki	PT	SC
138 Lúcia Braga	PMDB	PB
139 Luiz Antonio Fleury	PTB	SP
140 Luiz Bassuma	PT	BA
141 Luiz Bittencourt	PMDB	GO
142 Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR
143 Luiz Carreira	PFL	BA
144 Luiz Couto	PT	PB

145 Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	SP
146 Luiz Sérgio	PT	RJ
147 Luiza Erundina	PSB	SP
148 Manato	PDT	ES
149 Manoel Salviano	PSDB	CE
150 Marcelo Castro	PMDB	PI
151 Marcelo Ortiz	PV	SP
152 Marcelo Teixeira	PMDB	CE
153 Márcio Reinaldo Moreira	PP	MG
154 Marcondes Gadelha	PTB	PB
155 Maria do Carmo Lara	PT	MG
156 Maria Helena	PPS	RR
157 Mário Negromonte	PP	BA
158 Maurício Rands	PT	PE
159 Mendes Ribeiro Filho	PMDB	RS
160 Michel Temer	PMDB	SP
161 Milton Barbosa	PFL	BA
162 Milton Cardias	PTB	RS
163 Miro Teixeira	PT	RJ
164 Moacir Micheletto	PMDB	PR
165 Moreira Franco	PMDB	RJ
166 Narcio Rodrigues	PSDB	MG
167 Nazareno Fonteles	PT	PI
168 Nelson Bornier	PMDB	RJ
169 Nelson Marquezelli	PTB	SP
170 Nelson Meurer	PP	PR
171 Nelson Pellegrino	PT	BA
172 Nelson Trad	PMDB	MS
173 Neucimar Fraga	PL	ES
174 Neuton Lima	PTB	SP
175 Ney Lopes	PFL	RN
176 Nice Lobão	PFL	MA
177 Nicias Ribeiro	PSDB	PA
178 Nilson Mourão	PT	AC
179 Nilton Baiano	PP	ES
180 Odair Cunha	PT	MG
181 Osmar Serraglio	PMDB	PR
182 Osório Adriano	PFL	DF
183 Osvaldo Biolchi	PMDB	RS
184 Osvaldo Reis	PMDB	TO
185 Pastor Amarildo	PMDB	TO
186 Pastor Francisco Olímpio	PSB	PE
187 Pastor Reinaldo	PTB	RS
188 Pauderney Avelino	PFL	AM

189 Paulo Afonso	PMDB	SC
190 Paulo Pimenta	PT	RS
191 Pedro Canedo	PP	GO
192 Pedro Corrêa	PP	PE
193 Pedro Irujo	PL	BA
194 Perpétua Almeida	PCdoB	AC
195 Philemon Rodrigues	PTB	PB
196 Rafael Guerra	PSDB	MG
197 Raimundo Santos	PL	PA
198 Raul Jungmann	PPS	PE
199 Reginaldo Lopes	PT	MG
200 Renato Casagrande	PSB	ES
201 Rodrigo Maia	PFL	RJ
202 Rogério Teófilo	PPS	AL
203 Romel Anizio	PP	MG
204 Romeu Queiroz	PTB	MG
205 Ronaldo Caiado	PFL	GO
206 Ronaldo Dimas	PSDB	TO
207 Ronivon Santiago	PP	AC
208 Rose de Freitas	PMDB	ES
209 Rubinelli	PT	SP
210 Salvador Zimbaldi	PTB	SP
211 Sandes Júnior	*PP*	*GO*
212 Saraiva Felipe	PMDB	MG
213 Selma Schons	PT	PR
214 Sérgio Miranda	PCdoB	MG
215 Silas Câmara	PTB	AM
216 Silvio Torres	PSDB	SP
217 Simão Sessim	PP	RJ
218 Simplício Mário	PT	PI
219 Takayama	PMDB	PR
220 Tarcísio Zimmermann	PT	RS
221 Telma de Souza	PT	SP
222 Teté Bezerra	PMDB	MT
223 Thaís Barbosa	PMDB	MT
224 Valdir Colatto	PMDB	SC
225 Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM
226 Vicente Cascione	PTB	SP
227 Vicentinho	PT	SP
228 Virgílio Guimarães	PT	MG
229 Waldemir Moka	PMDB	MS
230 Walter Pinheiro	PT	BA
231 Wasny de Roure	PT	DF
232 Wellington Roberto	PL	PB

233 Wladimir Costa	PMDB	PA
234 Yeda Crusius	PSDB	RS
235 Zé Lima	PP	PA
236 Zelinda Novaes	PFL	BA
237 Zequinha Marinho	PSC	PA
238 Zico Bronzeado	PT	AC
239 Zonta	PP	SC

Assinaturas que Não Conferem

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Moroni Torgan	PFL	CE
2	Nelson Bornier	PMDB	RJ
3	Tatico	PL	DF
4	Vadão Gomes	PP	SP
5	Zé Geraldo	PT	PA

Assinaturas Repetidas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF	Assinaturas Repetidas
1	Antonio Cruz	PTB	MS	1
2	Beto Albuquerque	PSB	RS	1
3	Bosco Costa	PSDB	SE	1
4	Dr. Francisco Gonçalves	PTB	MG	1
5	Edinho Montemor	PL	SP	1
6	Eduardo Valverde	PT	RO	1
7	Gilberto Nascimento	PMDB	SP	1
8	João Magalhães	PMDB	MG	1
9	João Mendes de Jesus	PSL	RJ	1
10	Jurandir Boia	PDT	AL	1
11	Luiz Couto	PT	PB	1
12	Luiz Sérgio	PT	RJ	1
13	Marcondes Gadelha	PTB	PB	1
14	Wladimir Costa	PMDB	PA	1

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Alvaro Dias	PSDB	PR

REQUERIMENTO Nº 2.605, DE 2005
(Do Sr. Antônio Carlos Magalhães Neto)

Requer tramitação conjunta de proposições.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 142 do Regimento Interno, seja promovida a tramitação conjunta das Propostas de Emendas Constitucionais nºs 213, de 2003, e 371, de 2005, por tratarem de matéria idêntica.

Sala das Sessões, 15 de março de 2005. – Deputado **Antônio Carlos Magalhães Neto,** Líder do PFL.

Defiro. Apense-se à PEC nº 213/03 a PEC nº 371/05. Oficie-se e, após **publique-se**.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

REQUERIMENTO Nº 2.657, DE 2005

Requeremos, nos termos regimentais, inclusão deste órgão técnico para apreciar o PL nº 4.896/2005.

Requeremos, nos termos regimentais, que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural seja incluída para apreciação do Projeto de Lei nº 4.896, de 2005, de autoria do Poder Executivo, que "regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição".

Justificação

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural incide as propriedades rurais em todo o País e é um dos importantes tributos que podem ser cobrados pelos municípios.

Como onera indistintamente todos os proprietários de terras rurais, acaba aumentando custos de produção e imitando a renda dos produtores.

Trata-se de matéria pertinente às atribuições desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e assim sendo, nada mais lógico do que este PL nº 4.896/05 ser analisado no mérito por este órgão técnico.

Sala da Comissão, 22 de março de 2005. – Deputado **Ronaldo Caiado** – PFL/GO, Presidente.

Defiro. Revejo, nos termos do art. 141 do RICD, o despacho aposto ao PL nº 4.896/05, para incluir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que deverá manifestar-se antes da Comissão de Finanças e Tributação. Oficie-se. **Publique-se**. (Novo Despacho)

Em 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.604, DE 2005
(Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio)

Requer novo despacho ao Projeto de Lei nº 4.476/04, do Sr. Sandes Júnior – que "dispõe sobre a destinação de espaços para a instalação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor em shopping center e em locais destinados a feiras e a exposições comerciais e industriais".

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 141, combinado com o art. 32, VI, **c**, do Regimento Interno da Casa, solicito a Vossa Excelência proceder à revisão do despacho concedido ao Projeto de Lei nº 4.476/04, do Sr. Sandes Júnior – que dispõe sobre a destinação de espaços para a instalação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor em **shopping center** e em locais destinados a feiras e a exposições comerciais e industriais, de modo a propiciar à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio a oportunidade de se manifestar sobre o mérito da proposição.

Sala das Comissões, 15 de março de 2005. – Deputado **Romeu Queiroz,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.476, DE 2004
(Do Sr. Sandes Júnior)

Dispõe sobre a destinação de espaços para a instalação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor em shopping center **e em locais destinados a feiras e a exposições comerciais e industriais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os empreendedores de **shopping center** e os organizadores de eventos de promoção comercial e industrial, na categoria de feiras, exposições, salões e similares, deverão destinar um espaço para a instalação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. O espaço a que se refere o **caput** deste artigo não poderá ter área inferior à metade da destinada aos estabelecimentos comerciais ou aos expositores.

Art. 2º Reputa-se **shopping center**, para os efeitos desta lei, o grupo de estabelecimentos comerciais unificados arquitetonicamente, com distribuição planejada das lojas segundo o ramo respectivo, administrado como uma unidade operacional.

Art. 3º O espaço de que trata o art. 1º será utilizado sem ônus pelos órgãos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, que poderão eventualmente autorizar as entidades privadas de defesa do consumidor a utilizar o mesmo.

Parágrafo único. No caso de ausência ou omissão dos órgãos a que se refere o **caput** o espaço poderá ser usado por associações de defesa do consumidor oficialmente integradas ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta lei constitui infração das normas de defesa do consumidor, punível na forma do art. 56 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente de projeto de lei tem objetivo de facilitar o acesso dos consumidores aos órgãos de proteção, fornecendo-lhes mais uma oportunidade para a defesa dos seus direitos.

Por meio da destinação de espaços para a instalação de órgãos de proteção do consumidor em **shopping center** e em locais destinados a feiras e a exposições comerciais e industrias, pretendemos oferecer tranqüilidade e segurança às diversas relações de consumo que ocorrem nesses locais.

De fato, os locais onde existe uma aglomeração comercial são os mais propícios para o surgimento de dúvidas e inseguranças por parte dos consumidores, que deparam com uma infinidade de ofertas, de promoções, de orçamentos e de modelos de contratos.

A presença, nos referidos locais, de órgãos públicos irá inibir qualquer tentativa de lesão aos consumidores, os quais poderão, antes de concluir um negócio, consultar esses órgãos e verificar a idoneidade das condições oferecidas. Qualquer infração às normas de proteção ao consumidor será imediatamente verificada e punida.

Verifica-se, portanto, que a presente proposta vem ao encontro da moderna política de valorização do consumidor e fortalecimento das relações de consumo.

Pelo exposto, contamos com apoio dos nobres pares, para a aprovação dessa matéria.

Sala das Sessões, de de 2004. – Deputado **Sandes Júnior.**

Defiro. Revejo o despacho inicial aposto ao PL n° 4.476/04, para incluir a CDEIC, devendo manifestar-se antes da CDC. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.640, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja dada divulgação nos meios de comunicação desta Casa das providências que estão sendo adotadas pela Comissão de Educação e Cultura com relação às denúncias envolvendo o Parque Nacional Serra da Capivara.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas,

Durante esta semana acompanhei, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, a situação de conflito e a polêmica em torno da regularização fundiária em terras na cidade de São Raimundo Nonato, especificamente no parque Serra da Capivara que fica localizado nos Municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São João do Piauí, João Costa, no sudeste do Piauí, distante 504km da capital do estado, Teresina.

Externo a minha preocupação com o parque Nacional Serra da Capivara criado em 1979, com o objetivo de proteger a maior concentração de sítios arqueológicos encontrados no Brasil e onde foram feitas as mais antigas datações que atestam a presença da passagem do homem pré-histórico pelo continente americano, há mais de 50 mil anos. O parque foi inscrito na lista de patrimônio mundial da Unesco em 1991.

Por outro lado, muito me preocupa na mesma dimensão a situação das famílias habitantes naquelas terras, assim como, as pressões, incluindo as ameaças de morte, que vem sofrendo a arqueóloga Niede Guidon criadora da Fundação Museu do Homem Americano (FUNDHAM) e administradora do parque, em parceria com o Ibama.

Reitero a minha posição em afirmar que a decisão do assentamento é equivocada. É inconcebível que um projeto de ocupação predomine ou concorra com a preservação por mais justas que sejam as razões do Incra. Apesar de ser uma área de caatinga, improdutiva é ao mesmo tempo abençoada pela arqueologia, sendo a riqueza ancestral da natureza, como poucas no mundo, reconhecem as Nações Unidas.

Diante da situação, respondendo aos membros da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal e à sociedade brasileira, informo que encaminhei ofícios ao Governador do Estado do Piauí Wellington Dias, solicitando informações e reivindicando uma posição do Governo, acerca do conflito, e, ainda, ao Presidente do Incra Rolf Hackbart, colocando-me à disposição

para colaborar na formulação de medidas saneadores que possam equacionar em definitivo o mencionado conflito, considerando que a proteção e a conservação dos bens declarados Patrimônio da Humanidade são compromissos do país onde se localizam.

A seguir o texto do ofício ao governador:

> "Senhor Governador,
>
> Cumprimento Vossa Excelência e parabenizo pelo trabalho que vem desenvolvendo no Estado do Piauí. Tendo sido abordado sobre o conflito existente na região do parque Nacional Serra da Capivara, reconhecido como Área do Patrimônio Natural da Humanidade e recomendado pela Unesco como um corredor ecológico, venho por meio do presente expediente solicitar informações, em caráter de urgência, sobre a questão mencionada para que possa informar aos membros da Comissão de Educação e Cultura e providenciar os encaminhamentos cabíveis, a partir deste parlamento.
>
> Esclareço que o assunto tem sido amplamente divulgado na imprensa nacional e que o acompanhamento das notícias nos tem deixado profundamente apreensivos.
>
> Certo de ser atendido no mais breve espaço de tempo possível, agradeço a atenção a ser dispensada no atendimento do meu pedido.
>
> Cordialmente, – Deputado **Paulo Delgado,** Presidente"

Para inteirar-me dos fatos, auscultando as perspectivas dos vários atores envolvidos, solicitei também a assessoria técnica da comissão uma vasta pesquisa, na qual se inclui uma entrevista por telefone e informe escrito da arqueóloga Niede Guidon.

Em resposta ao ofício encaminhado ao governador do Piauí, recebi um vasto documento historiando os fatos e apresentando medidas de solução que visem superar as dificuldades encontradas: Proteção e preservação do parque e o assentamento fundiária das 200 famílias aproximadamente que residem lá há muito tempo.

Segundo o governador do estado, está se dando ênfase ao parque como bem patrimonial daquele estado, além de ressaltar ser este "um dos mais bem cuidados parques da América do Sul".

Segue na íntegra o documento enviado pelo Senhor Governador do estado do Piauí Wellington Dias, a mim dirigido, na função de Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa:

> "Senhor Deputado,
>
> Com os nossos cumprimentos e atendendo à solicitação de Vossa Excelência reivindicando uma posição do Governo do Piauí a cerca da polêmica criada em torno da regularização fundiária em terras devolutas estaduais na região de São Raimundo Nonato, temos o dever de informar que:

1. O parque Nacional da Serra da Capivara foi criado em 1979 a pedido da missão Franco-Brasileira, composta por pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Piauí (UFPI), para proteger a maior concentração de sítios arqueológicos encontrados no Brasil, onde foram feitas as mais antigas datações que atestam a presença da passagem do homem pré-histórico pelo continente americano, há mais de 50.000 anos;

2. Em 1991, o parque foi inscrito na lista de patrimônio mundial da Unesco como bem cultural e foi declarado como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1992;

3. A serra, que já foi uma floresta tropical úmida, era habitada por grandes animais da megafauna, como mastodonte, preguiça-gigante e tigre-dente-de-sabre; mais recentemente por animais de mata úmida como a capivara. A área foi intensamente ocupada por grupos nômades, caçadores coletores, que deixaram nos inúmeros sítios o registro de sua passagem pela região;

4. O parque fica localizado nos Municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São João do Piauí, João Costa, no sudeste do Piauí, distante 504km da capital do estado, Teresina. O acesso é feito pela BR-343, até a cidade de Floriano, seguindo pela PI-140, até São Raimundo Nonato, todas asfaltadas. Outra opção, para quem vem do sul do País, é vir por Petrolina/PE, que dista 300km de São Raimundo Nonato, em vias asfaltadas;

5. A infra-estrutura do parque é de muito boa qualidade, conta com centro de visitantes, guaritas, estradas e aceiros. Está aberto a visitação o ano inteiro, sendo os meses com clima mais ameno (dezembro a junho), os de maior procura. O percurso aberto a visitação conta com mais de 100 sítios arqueológicos preparados para visitação, todos com escadas de acesso, passarelas e sinalização;

6. No início da década de noventa, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA) firmou o primeiro termo de cooperação técnica com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), com o objetivo de colaborar nas ações de proteção da unidade uma vez que o instituto não dispunha de servidores na região. Desde então, regularmente vêm sendo firmados acordos e

compromissos visando a co-gestão administrativa do Parque, parceria esta considerada bastante benéfica para a Unidade de Conservação;

7. Dando continuidade ao seu programa de proteção ambiental, o Governo Federal criou em 1998, o Parque Nacional da Serra das Confusões para proteger mostra significativa do ecossistema da caatinga ainda em condições primitivas, sítios arqueológicos e monumentos cênicos de rara beleza. A imensa área de 502.000 hectares, ainda em estado primitivo de conservação fazia parte de áreas ainda devolutas do estado do Piauí, o que facilitou a sua criação. O Parque dista cerca de 200 km do Parque Nacional da Serra da Capivara;

8. Os dois Parques Nacionais, com características semelhantes, encontram-se separados por um mosaico de áreas ocupadas, antropizadas, intercaladas por matas de caatinga nativa utilizadas como corredor de tráfego de animais entre as duas Unidades;

9. Dentre as características marcantes destas Unidades de Conservação citamos a beleza paisagística formada por planaltos que foram erodidos em todo seu entorno dando lugar aos canyons e cuestas, restando as áreas planas (chapada) em seu interior e a rica fauna com espécies como o Tatu Canastra, o Tatu Bola e o Tamanduá Bandeira que se encontram em risco máximo de extinção:

10. As zonas de amortecimento e a área entre os dois Parques embora se constituindo em um Corredor Ecológico entre as duas Unidades, não conta com qualquer tipo de ordenamento que garanta a sua proteção e a preservação das rotas migratórias dos animais silvestres endêmicos da caatinga, estando, portanto, susceptível a total destruição se não houver um planejamento das ações a serem ali implantadas conciliando desenvolvimento sócio-econômico e preservação ambiental;

11. Com a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara, em 1979 criou-se uma grande expectativa na população local quanto a melhorias em suas condições de vida, principalmente do ponto de vista social e econômico:

12. Passados 26 anos, a grande maioria da população continua vivendo em precárias condições de vida, não podendo exercer a agricultura, a que se constitui em sua principal atividade por não possuírem o domínio das terras em que moram ou por não terem sido legalmente indenizadas das áreas que possuem dentro dos limites do Parque. Desde 2003 o Governo Estadual e Governo Federal fortalecem o potencial turístico (construção de aeroporto, asfaltamento da rodovia ligando os 2 parques, projeto de água e saneamento, etc.).

13. O Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do IBAMA, e o Governo Estadual, através do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), criaram uma força-tarefa para elaborar um diagnóstico sócio-econômico e ambiental, com vistas a regularizar a situação fundiária das famílias habitantes nas terras devolutas estaduais entre os dois parques e propor um marco regulatório para facilitar o corredor ecológico e restringir o aumento da pressão habitacional, justamente para contribuir para a conservação dos Parques Nacionais;

14. O Incra apresentou o "Estudo de viabilidade sócio-econômico e ambiental da área Serra Branca/ Serra Vermelha, nos municípios de São Raimundo Nonato, Brejo do Piauí, São Brás e Jurema", como resultado do trabalho da força-tarefa no dia 23 de fevereiro de 2005, solicitando sugestões para aperfeiçoamento (quatro volumes, em anexo);

15. Nesses documentos, foram sugeridas várias medidas mitigadoras e compensatórias para contribuir para a preservação dos Parques Nacionais, dentre as quais destacamos:

15.1. Aumento das dimensões da área de reserva legal de 20% para 30% da área total, bem como sua localização nas proximidades do Parque Nacional Serra da Capivara para funcionar como zona de amortização;

15.2. As famílias que moram próximo ao limite do parque serão removidas para a área localizada na margem esquerda da rodovia PI 140 (sentido São Raimundo Nonato/Canto do Buriti), regulamentando a proibição de novas habitações nas proximidades do parque, bem como a proibição de desmatamento e uso de queimadas nessa localidade;

15.3. Capacitação dos moradores para a introdução de novas culturas voltadas para a convivência com o semi-árido e integração dessas famílias no modelo de desenvolvimento auto-sustentável (turismo, artesanato, apicultura, etc):

15.4. Criação pelo Governo de uma Unidade de Conservação entre os dois parques nacionais de modo a contribuir com o corredor ecológico;

16. A proposta é justamente encontrar a melhor alternativa que proteja as riquezas naturais e culturais dos Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, e ter a responsabilidade com o desenvolvimento social e econômico das famílias que vivem nesta região, principalmente adequando um modelo sustentável que possa ser imediatamente implantado e que não comprometa a atividade do turismo e preservação num futuro próximo;

17. Após tomar conhecimento do relatório da força-tarefa e das nossas declarações, a Dra. Niede Guidon e outras diretoras da FUMDHAM reconheceram que nossas propostas são coincidentes, conforme suas declarações na imprensa (em anexo, recorte do Jornal Meio Norte, de 27 de fevereiro de 2005);

18. Reconhecemos o importante trabalho da Fumdham, dirigida pela Drª. Niede Guidon, mas também pelo Ibama e por um conjunto de órgãos do Governo Federal e Estadual, com o apoio de alguns municípios, com vistas a dotar o território da região de São Raimundo Nonato de uma infra-estrutura de desenvolvimento, onde o turismo é grande prioridade. Este trabalho desenvolvido pelos Governos do Estado e Federal (Tem a participação dos Ministérios do Turismo, do Meio Ambiente (IBAMA), do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Integração Nacional (Codevasf), dos Transportes (DENIT)), além de parcerias internacionais, como a Unesco:

19. É preciso reconhecer também que o Governo Estadual e Federal, neste mandato, têm agido com total compromisso e responsabilidade de quem cuida de um patrimônio da humanidade. Apesar de uma atenção tardia, temos no Parque Nacional Serra da Capivara um dos mais bem cuidados parques da América do Sul;

20. Os investimentos que vêm sendo feitos pelos Governos Federal e Estadual para a melhoria das condições de acesso aos parques (aeroporto internacional e rodovias) resultarão em muito mais benefícios sócio-econômicos para a região;

21. Em virtude da polêmica criada, nós estamos propondo o seguinte:

21.1. A formação de um Grupo de Trabalho composto por membros do Governo Federal (Ministérios do Desenvolvimento Agrário/INCRA, do Meio Ambiente/IBAMA, da Cultura/IPHAN, da Integração Nacional/Codevasf) e Estadual (SEMAR, INTERPI, EMATER, SDR, PIENTUR, Secretaria da Cultura) para averiguar e dimensionar adequadamente as denúncias feitas pela da Drª. Niede Guidon e propor solução;

21.2. Regularização fundiária e assentamento das famílias que moram nas terras devolutas estaduais, fora do Parque Nacional Serra da Capivara, há mais de 10 anos (proposta da força-tarefa, com as reformulações acordadas com a sociedade);

21.3. Investimentos e capacitação para a introdução de novas culturas voltadas para a convivência com o semi-árido e integração dessas famílias no modelo de desenvolvimento auto-sustentável (turismo, artesanato, apicultura, etc);

21.4. Criação pelo Governo de uma Unidade de Conservação entre os dois parques nacionais de modo a contribuir com a preservação do ecossistema da caatinga e com o corredor ecológico;

21.5. Criação imediata dos Conselhos Gestores dos dois Parques Nacionais pelo Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, exigidos pela lei nº 9.985, de julho de 2.000 – Lei do SNUC;

21.6. Que o Ibama dê continuidade com maior agilidade no processo de indenização dos posseiros e proprietários de terras dentro do Parque;

21.7. Que a Fumdham, demonstrando sua boa vontade e compromisso no desenvolvimento da região, apresente os estudos e projetos já elaborados, dentre os quais incessantemente citados pela Ora. Niede Guidon o de agricultura alternativa e turismo ecológico;

21.8. Que o Governo do Estado e Federal possam disponibilizar recursos humanos e financeiros, bem como buscar outros parceiros Nacionais e Internacionais, para a realização dos projetos aqui citados.

Considerando de fundamental importância o acompanhamento dessas atividades pelo Ministério Público, pela Assembléia Legislativa e pela

Câmara Federal, e ressaltando a urgência das medidas a serem implementadas e da nossa disposição de estar contribuindo com nossa parte, subscrevemo-nos.

Atenciosamente, – **José Wellington Barroso de Araújo Dias,** Governador do Estado do Piauí.

Completando as informações, transcrevo o texto do oficio enviado ao senhor Rolf Hackbart, Presidente do INCRA

> "Senhor Presidente,
>
> Esta Presidência vem acompanhando, com muita preocupação, as notícias veiculadas pelos jornais de grande circulação em nível nacional sobre a situação de um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no município de São Raimundo Nonato/PI, um dos dezessete bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade.
>
> Trata-se de invasão de caçadores e de moradores da região que desmatam, fazem queimadas, ocupam e depredam sítios arqueológicos – que têm pinturas ruprestres ainda não estudadas. O Parque está com sua riqueza cultural e ambiental ameaçada.
>
> Para agravar mais a situação, a arqueóloga Niede Guidon, Presidente da Fundação

Museu do Homem Americano, que há quarenta anos, além de lutar pela conservação dos tesouros arqueológicos, leva em consideração as necessidades materiais do povoado local – criou escola, curso de alfabetização, posto de saúde e até um projeto de faculdade, entre outros -está ameaçada de morte por causa de sua resistência à ação dos caçadores e à proposta desse Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para assentar 1.113 famílias no entorno do parque, conforme noticiado pelo Jornal O Globo de ontem, em desacordo à Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que "dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos".

Diante da gravidade dos fatos, a imagem do País perante aos organismos de proteção ambiental e à opinião pública internacional pode ficar comprometida, o que leva esta Comissão de Educação e Cultura a colocar-se à disposição dessa Presidência no sentido de colaborar na formulação de medidas saneadores que possam equacionar em definitivo o conflito, considerando que a proteção e a conservação dos bens declarados Patrimônio da Humanidade são compromissos do País onde se localizam.

Cordialmente, – Deputado **Paulo Delgado** – Presidente."

Segundo a assessoria de imprensa do Incra, as iniciativas que vêm sendo encaminhadas por esta instituição constam no "documento-resposta" do Senhor Governador do Piauí, uma vez que a ação tem sido desenvolvida em comum acordo e entre Incra, Ibama e Emater.

Com igual teor também encaminhei o presente oficio ao Presidente do Ibama, senhor Marcus Luiz Barroso Barros:

"Senhor Presidente,

Esta Presidência vem acompanhando, com muita preocupação, as notícias veiculadas pelos jornais de grande circulação em nível nacional sobre a situação de um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no município de São Raimundo Nonato/PI, um dos dezessete bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade.

Trata-se de invasão de caçadores e de moradores da região que desmatam, fazem queimadas, ocupam e depredam sítios arqueológicos – que têm pinturas ruprestres ainda não estudadas. O Parque está com sua riqueza cultural e ambiental ameaçada.

Para agravar mais a situação, a arqueóloga Niede Guidon, Presidente da Fundação Museu do Homem Americano, que há quarenta anos, além de lutar pela conservação dos tesouros arqueológicos, leva em consideração as necessidades materiais do povoado local – criou escola, curso de alfabetização, posto de saúde e até um projeto de faculdade, entre outros – está ameaçada de morte por causa de sua resistência à ação dos caçadores e à proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para assentar 1.113 famílias no entorno do parque, conforme noticiado pelo Jornal **O Globo** de ontem, em desacordo à Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que "dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos".

Considerando que diante da gravidade dos fatos, a imagem do País perante aos organismos de proteção ambiental e à opinião pública internacional pode ficar comprometida.

Considerando, também, que dentre os objetivos finalísticos do Ibama estão a execução do controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional: a intervenção nos processos de desenvolvimento geradores de significativo impacto ambiental: o monitoramento das transformações do meio ambiente e dos recursos naturais e a manutenção da integridade das áreas de preservação permanentes e das reservas legais, esta Comissão de Educação e Cultura coloca-se à disposição dessa Presidência no sentido de colaborar na formulação de medidas saneadores que possam equacionar em definitivo o conflito, uma vez que a proteção e a conservação dos bens declarados Patrimônio da Humanidade são compromissos do País onde se localizam.

Cordialmente, – Deputado **Paulo Delgado,** Presidente.

Outra medida de caráter fundamental é a criação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados que deverá visitar o local provavelmente no início de abril para averiguar as denúncias sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, aprovada em requerimento da Presidência, na Comissão de Educação e Cultura, no dia 16 de março.

"REQUERIMENTO Nº , DE 2005
(Da Comissão de Educação e Cultura)

Requer a criação de Comissão Externa para averiguar as denúncias sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a criação de Comissão Externa destinada a averiguar e acompanhar os desdobramentos das denúncias veiculadas na Imprensa de circulação nacional sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara, declarado pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura – UNESCO Patrimônio Cultural da Humanidade, situado no Município de São Raimundo, Estado do Piauí.

A esse respeito, esclareço que a presente solicitação foi aprovada na reunião ordinária desta Comissão realizada hoje.

Justificação

Em cinco de junho de 1979 a Presidência da República criou o Parque Nacional da Serra da Capivara, situado no sudeste do Estado do Piauí. Essa criação havia sido solicitada pelos membros da Missão franco-brasileira que realiza, desde 1970, um programa de pesquisas na área e que, em 1986, criou a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), entidade civil sem fins lucrativos. A equipe, interdisciplinar, é formada por pesquisadores de instituições brasileiras (Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Piauí, Universidade de Campinas, Instituto Oswaldo Cruz) e francesas (Universidade Claude Bernard, de Lyon, Universidade Pierre et Marie Curie, Instituto Francês da Pesquisa Científica para o Desenvolvimento em Cooperação, Centro Nacional de Pesquisa Cientifica, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.

Para a preservação do Parque Nacional a FUMDH) adotou uma política que visa desenvolver, social e economicamente, a área vizinha. Em torno ao Parque foram construídos Núcleos de Apoio à Comunidade, com escola, posto de saúde e residência para professores e técnicos. Três feições diárias, assistência médica, ensino de alto nível com conteúdos de educação ambiental e línguas formarão crianças para que se integrem, mais tarde, na indústria turística. Cursos profissionalizantes estão sendo ministra criando-se uma série de atividades econômicas alternativas, aumentando-se a gama de possibilidades de trabalho As novas gerações serão guardiãs do parque e não mais predadoras.

Esta Comissão vem acompanhando, com muita preocupação, as notícias veiculadas pelos jornais de grande circulação nacional sobre a situação de um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no município de São Raimundo Nonato/PI, um dos dezessete bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade.

Trata-se de invasão de caçadores e de moradores da região que desmatam, fazem queimadas, ocupam e depredam sítios arqueológicos que têm pinturas rupestres ainda não estudadas. O Parque está com sua riqueza cultural e ambiental ameaçada.

Para agravar mais a situação, a arqueóloga Niede Guidon, Presidente da Fundação Museu do Homem Americano, que há quarenta anos, além de lutar pela conservação dos tesouros arqueológicos, leva em consideração as necessidades materiais do povoado local – criou escola, curso de alfabetização, posto de saúde e até um projeto de faculdade, entre outros – está ameaçada de morte por causa de sua resistência à ação dos caçadores e à proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para assentar 1.113 famílias no entorno do parque, conforme noticiado pelo Jornal **O Globo** de ontem, em desacordo a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que "dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos".

Diante da gravidade dos fatos, a imagem do País perante aos organismos de proteção ambiental e à opinião pública internacional pode ficar comprometida, o que leva esta Comissão de Educação e Cultura a requerer a criação de uma Comissão Externa desta Casa sugerir a adoção de providências e acompanhar as medidas que estão sendo adotadas para resolver o conflito existente naquela região.

Sala das Sessões , 16 de março de 2005. – Deputado **Paulo Delgado,** Presidente.

Com relação às pressões e ameaças de morte que vem sofrendo a arqueóloga Niede Guidon, o governador tem procurado garantir toda proteção física à ambientalista. Para isso, segundo noticia veiculada na imprensa no dia 15/03, o governador Wellington Dias conversou, por telefone, com o ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, com quem combinou um encontro em Brasília, nesta sexta-feira, 18/03, para tratar de garantias de segurança à arqueóloga Niede Guidon.

Segundo o Governador, a proposta é justamente encontrar a melhor alternativa que proteja as riquezas naturais e culturais dos Parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, e ter a responsabilidade com o desenvolvimento social e econômico das famílias que vivem na região, principalmente adequando um modelo de desenvolvimento sustentável que possa ser imediatamente implantado e que não comprometa a atividade do turismo e preservação num futuro próximo.

A arqueóloga Niede Guidon, em entrevista por telefone e informe enviado para a Comissão de Educação e Cultura, via e-mail, relata de forma denunciatória que vem sofrendo de ameaças, depois que assumiu a liderança do movimento contra os assentamentos, alegando que seria prejudicial ao parque, pois esses inviabilizariam o Corredor Ecológico entre os dois parques, transformando-os em ilhas, o que causaria um desequilíbrio ecológico das reservas. O Incra respondeu, segundo Niede, que iriam assentar e regularizar a situação fundiária somente dos antigos moradores que somam 200 famílias, como já foi mencionada, mas, a lista dos candidatos a assentados já subiu para mais de 1000 famílias. Segundo Niede, após a população ter tomado conhecimento do trabalho do Incra, em 2004, grupos de sem -terra começaram a ser instalados na região situada entre o Parque Nacional Serra da Capivara e Parque Nacional das Confusões. Afirma, ainda, que um fazendeiro teria vendido suas terras ao Incra e os assentados começaram o desmatamento em uma região onde há inúmeros sítios arqueológicos, inclusive um com pinturas de imensa beleza, únicas em todo mundo, realça Guidon.

Segue na íntegra o relato enviado pela arqueóloga Niede Guidon:

> "Vou relatar rapidamente e enviarei os últimos artigos de jornais.
>
> Na periferia do Parque Nacional Serra da Capivara cerca de 200 famílias, vivem instaladas em terras do Estado. Alguns são ricos comerciantes, políticos que têm suas casas de fim de semana às margens da rodovia PI-140, a uma distancia entre 3 e 5 km do limite do Parque Nacional. Outras famílias são pessoas que vieram trabalhar durante a construção da estrada ou da adutora que leva a água de uma bateria de poços até a cidade de São Raimundo Nonato. Outros são os caseiros e empregados dos moradores ricos. Essas pessoas se instalaram na área quando a estrada foi construída e a adutora feita. Furaram a adutora e utilizavam a água irregularmente. Isso aconteceu no fim dos anos 80.
>
> Ao mesmo tempo o governo do Piauí doou glebas imensas, também na periferia dessa estrada, a particulares, e a empresas. Essas doações são irregulares porque não houve uma lei da Assembléia as autorizando.
>
> Essas glebas foram desmatadas, em uma foi instalada uma fazenda em outra uma plantação de caju, nas outras nada foi instalado. Todas beneficiaram dos recursos da Sudene. Quando a Sudene fechou ninguém mais se interessou por essas terras.
>
> Em 2004 grupos de sem terra começaram a ser instalado na região situada entre o Parque Nacional Serra da Capivara e Parque Nacional Serra das Confusões. Um fazendeiro teria vendido suas terras ao INCRA e os assentados começaram o desmatamento em uma região onde há inúmeros sítios arqueológicos, inclusive um com pinturas de imensa beleza, únicas em todo o mundo.
>
> Em outubro de 2004 o Incra constituiu uma força tarefa, juntamente com o Ibama e anúncios foram feitos pela rádio local, chamando as pessoas que tivessem o perfil para serem assentados, a se apresentar para cadastro. E anunciaram que haveria dois assentamentos, um na periferia do Parque Nacional Serra da Capivara, alcançando todas as glebas situadas às margens da PI-140. A outra gleba ficaria entre os dois Parques.
>
> Quando protestamos contra essa decisão mostrando que esses assentamentos inviabilizariam o corredor ecológico entre os dois parques, transformando-os em ilhas, inviabilizando o equilíbrio ecológico das reservas, o Incra respondeu que iriam somente assentar os antigos moradores da região e regularizar a situação dos proprietários ricos que receberiam o titulo de posse da terra.
>
> Mas a lista de assentados subiu a 1.013, dos quais 990 teriam o perfil de assentados e os outros seriam os regularizados.
>
> Ao mesmo tempo, recebíamos denúncia de que comerciantes e funcionários da cidade de São Raimundo Nonato estavam invadindo o Boqueirão Grande, desmatando, queimando. Esses invasores se instalaram dentro de sítios de arte rupestre, quebraram as pinturas com marretadas e as cobriram de fumaça, queimando pneus dentro dos sítios. Cerca de 20 sítios já foram destruídos.
>
> Como a Fumdham foi à única instituição que se colocou contra esses assentamentos,

houve uma série de ameaças contra nosso *campus* onde estão o Museu do Homem Americano, nossas reservas técnicas, os laboratórios equipados, departamento de informática, escritórios, biblioteca e as instalações da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Em novembro, tivemos de contratar uma empresa de segurança de Petrolina, dezembro e janeiro, contratamos uma do Piauí, mais barata.

Agora, não vamos mais contratar ninguém porque todo o acervo aqui guardado pertence ao Governo Federal, à União. Comunicamos ao Ministério da Cultura, ao Iphan, responsáveis pela preservação desse patrimônio. A Policia Federal foi acionada, o governador enviou policiais militares e o Ibama enviou um guarda armado.

Agora, foi aberto um inquérito e a Policia Federal está rastreando os telefonemas que recebemos para identificar os autores das ameaças.

O corredor ecológico foi criado na semana passada, pois a maior parte dele já está desmatada e invadida.

Agradeço a atenção e o apoio, cordialmente Niéde Guidon."

Em face dos desdobramentos dos acontecimentos, outro encaminhamento feito como Presidente da Comissão, foi um contato com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Senhor José Dirceu, para informar-lhe dos fatos e decidir acerca das conseqüências do conflito instalado no Parque da Serra da Capivara, como bem patrimonial da humanidade.

As notícias sobre este fenômeno social, em andamento no Parque Nacional Serra da Capivara, já ganhou repercussão nacional e internacional. Nesta Casa, foram divulgadas no jornal **Informes do PT**, desta quinta-feira, 17-3, uma nota comunicando o envio dos ofícios, e, no dia 18-3, sexta-feira, o retorno dado pelo senhor governador. Registro a imprensa partidária pela evidente associação que o fato tem com o PT, nosso partido, tanto deste Presidente como do Senhor Governador Wellington Dias, do Piauí.

Seguem, na integra, as duas matérias.

"DEPUTADO QUESTIONA GOVERNO DO PIAUÍ SOBRE SERRA DA CAPIVARA.

O presidente da Comissão de Educação, deputado Paulo Delgado (PT-MG), pediu ontem ao governador do Piauí, Wellington Dias, informações sobre o conflito na região do Parque Nacional Serra da Capivara, reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade e recomendado pela Unesco como um corredor ecológico.

A decisão do Incra de formalizar os assentamentos que estão próximos a sítios arqueológicos, entre os parques nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões (PI), provocou reações contrárias.

Segundo o deputado, a decisão do assentamento é equivocada. "É incompatível que um projeto de ocupação predomine sobre o de preservação por mais justas que sejam as razões do Incra", afirmou. No ofício ao governo do Piauí, o deputado solicita informações em caráter de urgência. Uma comissão externa deverá visitar o local provavelmente no inicio de abril."

"GOVERNADOR ESCLARECE SITUAÇÃO NO PARQUE SERRA DA CAPIVARA

Em resposta ao oficio encaminhado pelo presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Paulo Delgado (PT-MG), sobre o conflito no Parque Nacional Serra da Capivara, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), ressaltou a importância patrimonial do parque para o estado e destacou que o local é "um dos mais bem cuidados parques da América do Sul".

Segundo o governador, em paralelo ao Parque Serra da Capivara está o Parque Nacional da Serra das Confusões e, entre os dois, que tem características similares, há um corredor de tráfego de animais. No entanto, embora seja um corredor ecológico, esse local não conta, ainda, com qualquer tipo de ordenamento que garanta sua proteção e a preservação das rotas migratórias e apresenta um mosaico de áreas ocupadas.

Diante da situação, o Incra, o Ibama e a Emater criaram uma força-tarefa para elaborar um diagnóstico econômico e social, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das famílias habitantes nas terras devolutas estaduais entre os dois parques.

Segundo a resposta do governo do Piauí, dessa proposta resultou o assentamento das famílias que lá residem há muito tempo, regulando a proibição de novas habitações na proximidade do parque. Esse assentamento das famílias nativas não está localizado dentro do parque. Essas famílias serão removidas para a área localizada na margem esquerda da rodovia PI-140 (sentido São Raimundo Nonato – Canto do Buriti). A proposta inclui ainda um programa de capacitação das famílias para novas culturas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Finalmente, reiterando à garantia de conservação e manutenção do parque em pauta, e, ainda preocupado com o bem-estar dos nativos daquela região, comunicarei os fatos em andamento à Comissão, em sua reunião ordinária da quarta-feira, dia 24 de março,

e fico no aguardo dos encaminhamentos e providências devidas a serem adotadas por este parlamento.

Subscrevo-me, – Deputado **Paulo Delgado**, Presidente.

Defiro, nos termos do artigo 17, inciso V, alínea **d**, do Regimento Interno. A Secretaria de Comunicação Social. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.711, DE 2005

Requer exclusão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do despacho do Projeto de Lei nº 4.323/2001.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 141 do Regimento Interno desta Casa, a revisão do despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 4.323/2001. de autoria do Senhor Alberto Fraga, que "institui o Sistema Nacional de Informações sobre Pessoas Procuradas pela Justiça e dá outras providências". – Deputado **Aroldo Cedaz,** Presidente.

Defiro. Revejo, nos termos do art. 141 do RICD, o despacho aposto ao PL Nº 4.323/01, para excluir a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e incluir a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que deverá manifestar-se antes da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54), rito ordinário, art. 24,11. Oficie-se. Publique-se. (Novo Despacho)

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.660, DE 2005

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Requer a reconstituição do PL nº 1.893/2003, de autoria do Deputado Vieira Reis.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 106 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência determinar a Reconstituição, por motivo de extravio, do Projeto de Lei nº 1.893103, de autoria do Sr. Vieira Reis, que "Obriga os hospitais e clínicas da rede Pública e Privada em todo o território nacional a adotarem medidas preventivas, tomando obrigatório um cartão de identificação com foto de todos os funcionário e prestadores de serviços".

Sala da Comissão, 22 de março de 2005. – Deputado **Benedito Dias,** Presidente.

Defiro. Publique-se.

Em 20-4-2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.671, DE 2005

(Da Comissão de Seguridade Social e Família)

Requer a reconstituição do PL nº 1.697/2003, de autoria do Deputado Geraldo Resende.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 106 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência determinar a Reconstituição, por motivo de extravio, do Projeto de Lei nº 1.697/03, de autoria do Sr. Geraldo Resende, que "altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades, e dá outras providências".

Sala da Comissão, 23 de março de 2005. – Deputado **Dr. Benedito Dias**, Presidente.

Defiro. Publique-se.

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.722, DE 2005

Requer redistribuição do Projeto de Lei nº 713/99 à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 139, **II**, **a** e 32, inciso **I**, a, 11 do Regimento Interno desta Casa, a revisão do despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 713/99, de autoria do Senhor Dr. Rosinha, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências", no sentido de que se pronuncie também sobre o mérito da proposição, após esta Comissão, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em razão de versar sobre matéria do campo temático da referida Comissão.

Justificação

Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 713/99 está tramitando nesta Comissão e que

em seu despacho inicial não consta a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. No entanto, essa proposição dispõe sobre matéria concernente a padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias, assunto incluído no campo temático da referida Comissão (art. 32, I, **a**, 11, do RICD.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2005. – Deputado **Dr. Benedito Dias**, Presidente.

Defiro, nos termos do art. 141 do RICD, a solicitação de redistribuição de proposição, e revejo o despacho inicial aposto ao PL Nº 713/99, para incluir a CAPADR, que deverá pronunciar-se após a CSSF. Por oportuno, exclua-se a CDCMAM, e inclua-se, em seu lugar, a CMADS – Resolução nº 20/04 **(Novo Despacho**: CSSF, CAPADR, CMADS e CCJC (art. 54) – Apreciação: Art. 24, II, RICD – Regime de Tramitação; ordinário). Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 20-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.564, DE 2005

Brasília, 8 de março de 2005

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 104, **caput**, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 4.419, de 2004, de minha autoria, que "altera a redação da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, estabelecendo nova base de cálculo para a compensação financeira pela exploração de recursos minerais, no caso do minério de ferro a ser exportado".

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – Deputado **José Militão.**

Defiro a retirada do Projeto de Lei nº 4.419/04, nos termos do art. 114, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se ao requerente e, após, **publique-se.**

Brasília, 20-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.571, DE 2005
(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Requer a retirada do Projeto de Lei Nº 1.666/2003.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência a retirada da proposição de minha autoria, Projeto de Lei nº 1.666 de 2003.

Sala das Sessões, 9 de março de 2005. – Deputado **Luiz Carlos Hauly**, PSDB-PR.

"Defiro a retirada do Projeto de Lei nº 1.666/03, nos termos do art. 114, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se ao requerente e, após, **publique-se."**

Brasília, 20-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.602, DE 2005
(Do Sr. Feu Rosa)

Requer o arquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 114, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª o arquivamento do Projeto de Lei nº 362/2003, de minha autoria, que dispõe sobre a divulgação ao público dos anunciantes e financiadores dos veículos de imprensa, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 15 de março de 2005. – Deputado **Feu Rosa.**

"Submeta-se ao Plenário (RICD art. 104, § 1º)."

Oficie-se ao requerente e, após, **publique-se**.

Brasília, 20 de março de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.654, DE 2005
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.147/2004, que dispõe sobre a exigência de carteira nacional de habilitação para dirigir, para aquisição de veículo automotor por pessoa física.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 104, **caput**, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.147/2004, de minha autoria, que "dispõe sobre a exigência de carteira nacional de habilitação para dirigir, para aquisição de veículo automotor por pessoa física".

Sala das Sessões, 22 de março de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Mendes Thame.**

"Defiro a retirada do Projeto de Lei nº 3.147/04, nos termos do art. 114, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Oficie-se ao requerente e, após, **publique-se**."

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.712, DE 2005
(Do Sr. Colbert Martins)

Requer retirada de tramitação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 58, de 2005, conforme o art. 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª., nos termos do artigo 104 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Proposta de Fiscalização e Controle nº 58, de 2005, de minha autoria, que "propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC que seja apurado os indícios de irregularidades na concessão de benefícios do programa bolsa família no Município de Candeias, região metropolitana de Salvador – BA", tendo em vista que o Governo Federal já está adotando averiguações e tomando todas as providências necessárias para solução desse problema, com a criação de comissão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para apurar os fatos mencionados.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2005. – Deputado **Colbert Martins,** PPS-BA.

Defiro a retirada da PFC nº 58/2005, nos termos do art. ll4, inciso VII, do RICD. Oficie-se ao requerente e, após, **publique-se.**

Em, 20-4- 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Esta sessão solene em homenagem ao 45º aniversário de Brasília foi requerida pelos nobres Deputados Wasny de Roure, Jorge Pinheiro, José Roberto Arruda e Mauro Benevides. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o nobre Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz *(palmas prolongadas);* o Coronel Afonso Heliodoro. *(palmas);* o ex-Deputado Israel Pinheiro Filho *(palmas)*; e o Pastor Vilarindo, representante da comunidade cristã de Brasília. *(Palmas.)*

Convido todos para ouvirem, de pé, o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Universidade de Brasília, sob a regência do maestro Éder Camúzis.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Sras. e Srs. Deputados, caros integrantes da Mesa, senhoras e senhores convidados, a inauguração de Brasília, no dia 21 de abril de 1960, não representou apenas a fundação de mais uma cidade, a entrega ao povo brasileiro da nova Capital da República: foi, principalmente, o início de uma nova era na história do Brasil, o começo de um novo tempo, de progresso econômico e de prosperidade social para a Nação brasileira. Esse, o sentimento de orgulho com que a Câmara dos Deputados promove esta sessão solene, comemorativa dos 45 anos de Brasília.

Ao requerê-la, os nobres Deputados Wasny de Roure, Jorge Pinheiro, José Roberto Arruda e Mauro Benevides se fazem porta-vozes não apenas de todos os colegas Parlamentares, mas também de toda a sociedade brasileira, testemunha da importância de Brasília como indutora do crescimento nacional, da verdadeira façanha que foi a transformação do Centro-Oeste em pólo do desenvolvimento brasileiro.

Ao homenagear Brasília pelo aniversário de 45 anos, reconhecemos o mérito do urbanista Lúcio Costa, do arquiteto Oscar Niemeyer, dos engenheiros Bernardo Sayão e Joaquim Cardozo e, desnecessário dizer, daquele que foi realmente o grande Presidente da República, Juscelino Kubitschek. *(Palmas.)* Eles entraram para a história por haver construído não um monumento, mas uma cidade, que hoje se põe entre as mais belas e mais fascinantes do mundo. Não podemos esquecer, porém, os verdadeiros construtores de Brasília: os trabalhadores anônimos, os milhares de conterrâneos nordestinos – muitos deles provenientes da Capital do meu Estado, Recife, e do interior do meu Pernambuco – que, ao levantar prédios e rasgar avenidas, ergueram uma cidade que transpôs as fronteiras do presente para se fazer uma metrópole contemporânea do futuro.

A Câmara dos Deputados conta a história da realização desse belo sonho nas mostras de artes plásticas e de fotografia *Trajetória JK; Brasília, Patrimônio de Todos os Brasileiros*; *Brasília em 3 Tempos* e *Brasília 45 Anos*. Lançamos também o livro *Arte e Arquitetura na Câmara dos Deputados*, em que nos orgulhamos de apresentar o patrimônio artístico e o projeto arquitetônico da nossa Casa como elementos da gigantesca obra de arte que é a Capital da República.

Ao Governo e ao povo de Brasília, a homenagem e a saudação da Câmara dos Deputados pelos 45 anos da cidade que engrandece o Brasil, e na qual

sentimos bater mais alto e mais forte o coração do povo brasileiro. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Convido para compor a Mesa o ex-Vice-Governador do Distrito Federal Benedito Domingos.

Assistiremos ao vídeo *Brasília em 3D*.

(Exibição de vídeo.)

O Sr. Severino Cavalcanti, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Gomes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – A Presidência convida para compor a Mesa o Dr. Ernesto Silva, médico e pioneiro de Brasília. *(Palmas.)*

A Presidência faz registro histórico em memória do engenheiro Israel Pinheiro, cujo filho, Israel Pinheiro Filho, compõe a Mesa. S.Exa. renunciou ao mandato de Deputado Federal à época, quando exercia o cargo de Presidente da Comissão de Orçamento, para participar do grande sonho da construção de Brasília. *(Palmas.)*

Convido todos a ouvirem, de pé, o Hino de Brasília, interpretado pelo Coral da Universidade de Brasília.

(É executado o Hino de Brasília.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Convido todos a ouvirem a música *Peixe Vivo*, do folclore nacional, também interpretada pelo coral da Universidade de Brasília.

(É executada a música Peixe Vivo*. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, um dos autores do requerimento desta sessão solene.

O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes; Sr. Governador Joaquim Domingos Roriz; Coronel Afonso Heliodoro; Sr. Deputado Israel Pinheiro Filho; dileto pastor Vilarindo, que representa a comunidade evangélica neste evento; historiador Adirson Vasconcelos; Dr. Ernesto Silva, médico e pioneiro de nossa Capital; Dr. Benedito Domingos, ex-Vice-Governador do Distrito Federal; senhores secretários, diretores e presidentes de empresas; lideranças comunitárias de Brasília; colegas Deputados, senhores embaixadores, meus cumprimentos.

Desculpem a escassez de espaço em nosso plenário, mas, sendo esta a Casa do povo, é bom que estejam presentes, ainda que faltem poltronas para todos. *(Palmas.)*

Brasília é a síntese do Brasil, cidade de todos os brasileiros. Foi essa brava gente que deu forma e jeito à cidade de curvas e formas sinuosas formadas pelos traços geniais de Oscar Niemeyer; urbana e bem planejada pelas mãos de Lúcio Costa; de jardins por toda a parte, graças ao toque paisagístico de Burle Marx; e de paredes destacadas de amarelos, azuis, verdes intensos, de azulejos desenhados por Athos Bulcão. Há alguns nomes perpetuados na história de Brasília, mas são principalmente os anônimos que emprestam vida a esta cidade.

Brasília, diferentemente das grandes capitais européias e de outros países deste continente, construiu sua própria arquitetura com os valores e a história do povo brasileiro.

Esta obra de arte pós-moderna, galeria de arte a céu aberto, patrimônio da humanidade, é tudo isso e mais ainda. Brasília abriga a história de gente de todos os jeitos, sotaques e maneiras, pois é plural como os brasileiros: com cidadãos de múltiplas cores e diferentes etnias, de diferentes países até. Aqui se fala muitos tons, muitas musicalidades da língua portuguesa e também idiomas de todos os lugares. Há na cidade representações diplomáticas de todo o mundo.

É difícil imaginar que, há mais de 45 anos, em meio a um verdadeiro canteiro de obras, com barro vermelho que impregnava na unha, nos poros, surgiria uma bela cidade. Aquele barro era a resposta da natureza à força pujante com que surgia a nova Capital da República, vista como castigo por muitos Parlamentares e funcionários públicos que tiveram de deixar as belas praias do Rio de Janeiro, deixar o mar, pela incerteza da vida nova em Brasília. Certamente não ouviram Lúcio Costa, que dizia: *"O mar de Brasília é o céu"*. Para alcançar essa beleza, é preciso andar pela cidade de cabeça erguida, com os olhos mirados para o alto, com olhos altivos, na certeza de entender Brasília como a Capital de todos os brasileiros. Tenho certeza de que esses mesmos que um dia maldisseram a vinda para Brasília, certamente, hoje, regozijam-se com o progresso da nossa cidade. E, sem medo de ser contrafeito, digo que os que para cá vieram orgulham-se de tê-lo feito.

Tudo isso se deve ao grande desbravador do Planalto, Juscelino Kubitschek, que cumpriu seu grandioso destino com a construção e a transferência da Capital Federal, tornando-a importante fator de integração e de comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento.

Lembro o famoso lema político da administração do Presidente JK: cinqüenta anos de desenvolvimento em 5. A partir deste pensamento, Brasília se transformou no melhor exemplo de como é possível romper as barreiras do impossível, em exemplo de audácia, coragem e capacidade empreendedora de um povo aguerrido e idealizador.

Parte que sou do povo brasiliense, minha forma de agradecer a esta cidade é trabalhar em prol de seus moradores, de sua gente. Sou membro efetivo e atuante da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e não é à toa que me empenho em garantir os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que este ano giram em torno de 4,5 bilhões de reais e custeiam as áreas de saúde, educação e segurança do Distrito Federal. *(Palmas.)*

É graças a esse dinheiro que será possível conceder reajuste salarial de 17% para bombeiros, policiais civis e militares do DF. Atualmente, uma de minhas principais lutas é para que esta Casa aprove com urgência o Projeto de Lei nº 5.030, de 2005, que prevê o aumento. São conquistas como essas do Fundo Constitucional que contam, há 45 anos, a história singular de Brasília. São tantas as vitórias que seria difícil enumerá-las. No entanto, como cidadão e ser humano, não posso desviar os olhos de questões como a disparidade na distribuição de renda do Brasil e, principalmente, da sua Capital. Comparar a qualidade de vida entre Lago Sul e Samambaia, por exemplo, é como comparar o desenvolvimento de países nórdicos ricos e desenvolvidos com os países do Leste Europeu, ainda pobres, mas com perspectiva de se desenvolverem.

Desde os primeiros anos, Brasília está às voltas com a vocação natural de ser a Capital de todos e com o impasse de ter tantos excluídos em torno do Poder Central. A poucos quilômetros, a metros do poder, choca a pobreza a que estão expostos muitos brasilienses. Muitas vezes, trata-se de imigrantes de todos os lugares do Brasil que, nos últimos 15 anos, foram atraídos por promessas inverossímeis de vida mais digna, pela qualidade de vida e pela esperança. Ora, ser cidadão é ter cidadania.

É preciso entender Brasília além desse belo cartão-postal que é a Esplanada dos Mistérios, a Catedral, o Congresso. É preciso reparar nas necessidades de quem mora, por exemplo, em Ceilândia, palavra cujas 3 primeiras letras um dia significaram Campanha de Erradicação de Invasões, quando as primeiras famílias retiradas do IAPI e de outras favelas foram assentadas em casas a pelo menos 30 quilômetros do Congresso Nacional. É preciso ouvir o clamor de quem vive na periferia do Distrito Federal, como Samambaia, Estrutural, Varjão, Recanto das Emas, Planaltina e tantas outras que não citarei agora, pela escassez do tempo. Essa gente também quer fazer parte de Brasília. É por isso que estamos aqui, para, de maneira unificada com a bancada do Distrito Federal, fazer a defesa intransigente da nossa Capital.

Aliás, como disse antes, nem é preciso ir tão longe para presenciar a disparidade na distribuição de renda da capital. Quem enxerga a Rodoviária de Brasília além dela mesma, nota desconfortado que lá há uma crescente massa de excluídos. Não acredito que seja dessa gente a vontade de não ser sujeito ativo, cidadão, nos rumos da nossa cidade.

Sabe-se o que fazer, sabemos o que fazer. É preciso impingir prosperidade, vida, aos focos de miséria da Capital, para que não tenhamos, por exemplo, oscilações tão bruscas na qualidade de vida dos cidadãos das diversas cidades do DF. Para isso, também deve trabalhar esta Casa de Leis, para dignificar os rumos sonhados por JK para a Capital do Brasil.

No entanto, mesmo em meio a tantas adversidades, Brasília e sua gente – falo de mim, de vocês – segue seu rumo de maneira confiante e esperançosa. Esta cidade foi predestinada a ser a Capital da Esperança. Agora faz 45 anos, quase meio século, mas pouco se comparado à história do Brasil. Contudo, esta cidade, outrora menina, desponta madura, repleta de sonhos realizados, metas conquistadas. E, mesmo assim, ainda há tanto a ser alcançado. Que venham novos desafios. Estamos prontos. Brasília está pronta.

Ao concluir meu pronunciamento, quero registrar meus agradecimentos à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e à bancada do Distrito Federal, que se tem comportado como aliada incondicional da população do Distrito Federal.

Sr. Presidente, fico feliz porque V.Exa., a despeito de ser um Deputado de Tocantins, hoje integrante da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, dispôs-se a presidir esta sessão, por suas raízes e como ex-morador da cidade de Planaltina.

Senhoras e senhores líderes, secretários e diretores de empresas, anônimos da nossa cidade, Sr. Governador, componentes da Mesa, a cidade espera de nós compromisso em todos os seus aspectos, para que ela sinta orgulho daquilo que fizemos e faremos por esta cidade, que representa a história do povo brasileiro.

Parabéns, Brasília!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Registramos a presença da Embaixadora da Suécia, Sra. Margareta Winberg, e do Embaixador da Alemanha, Sr. Prot Von Kunow.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Com a palavra ao Deputado Jorge Pinheiro, co-autor desta homenagem. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. JORGE PINHEIRO (Bloco/PL – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, cuja presença muito honra esta Casa, dada a maneira espontânea, inteligente e audaz com que tem

conduzido as rédeas do Distrito Federal já por 4 mandatos; Sr. Benedito Domingos, ex-Vice-Governador desta Capital; Pastor Vilarindo, que aqui representa o importante segmento evangélico da cidade; demais membros da Mesa; Sr. Cleiton Aguiar, em nome de quem cumprimento a todos os demais administradores da cidade aqui presentes; Srs. Secretários de Estado; demais autoridades do Governo do Distrito Federal; presidentes de empresas; lideranças comunitárias; senhoras; senhores; jovens e todos que juntos fazem de Brasília uma cidade que acolhe todos e reúne pessoas de todos os cantos do Brasil e do mundo, minhas saudações. *(Palmas.)*

Hoje a cidade de Brasília, símbolo de progresso e modernidade do Brasil, faz 45 anos. Parece muito, mas o tempo foi curto para tantas mudanças.

Apesar de ter sido sonhada, desenhada, arquitetada e planejada, ninguém nunca haveria de imaginar que Brasília pudesse chegar aos 45 anos à beira dos 3 milhões de habitantes, segundo dados do censo de 2000, apesar de ter sido planejada para apenas 500 mil. São pessoas que vieram até o Planalto Central em busca de um sonho: crescer.

Brasília cresceu em média 12% ao ano. Nas cidades-satélites, esse percentual chegou a 93%, no caso de Riacho Fundo, e 79,4% no Recanto das Emas.

As rédeas do crescimento da cidade se romperam e, muitas vezes desordenadamente, a cidade inchou, principalmente na região do Entorno.

Não podemos falar de Brasília sem lembrar o Entorno. Hoje não consigo dizer mais onde começa e onde termina o Distrito Federal. Temos de repensar a situação das cidades do Entorno, onde mora muita gente que na verdade trabalha aqui em Brasília, no Distrito Federal.

Atualmente a população de Brasília, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, o chamado “Grande Plano Piloto”, corresponde a apenas 16% da população do Distrito Federal. Já Taguatinga e Ceilândia, que na prática são como uma cidade única, correspondem juntas a 29% da população do DF. E detalhe: quando falamos em população do DF, não estamos incluindo as cidades do Entorno do DF. Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental e Águas Lindas ficam em Goiás, mas na prática poderiam ser consideradas cidades-satélites. Somando essas cidades, a população total ficaria próxima a 2,5 milhões de habitantes.

Com tanta gente para tão pouco espaço no Distrito Federal, surgiram os problemas típicos de grandes cidades. Milhares de automóveis, ônibus e caminhões circulam diariamente pelas vias e quadras do Distrito Federal. Engarrafamentos tornaram-se comuns e o desemprego é uma constante ameaça ao frágil equilíbrio social. O crescimento urbano desordenado traz inúmeros danos às cidades. No caso de Brasília, há um problema em que ela se sobressai perante as outras: a ocupação irregular do solo.

No começo, as pessoas enfrentaram muitas dificuldades. Moraram, literalmente, no meio do mato, sem água, esgoto, asfalto, telefone nem luz nas ruas. Mas em pouco mais de 10 anos os condomínios entraram definitivamente para a paisagem urbana de Brasília. A Federação dos Condomínios estima que quase 400 mil pessoas moram nos condomínios. Já os urbanistas estimam essa população em 250 mil.

Temos de repensar a questão dos condomínios e agilizar, o mais rapidamente possível, sua regularização, para impedir a proliferação de novos condomínios irregulares.

Lembro-me de que o Governador Roriz tentou fazer a Cidade do Catetinho, até para atender à demanda da classe média. Infelizmente, por questões políticas e ambientais, o Governador foi impedido de concluir a Cidade do Catetinho. Talvez se ela tivesse sido construída teríamos um número menor de condomínios irregulares. *(Palmas.)* É impossível impedir as pessoas de quererem morar bem. Essa é a grande verdade.

O pior: a proliferação sem controle dos condomínios irregulares têm ameaçado áreas de proteção ambiental. A intensa migração e conseqüente esgotamento dos recursos naturais têm causado sério impacto ambiental e até pode terminar por modificar a geografia do DF. E alguns exemplos de áreas de proteção que estão sofrendo degradação ambiental vão das invasões do Lago Paranoá até o Parque Nacional com a Estrutural.

O tombamento da cidade pela UNESCO, em 1987, por uma lado protege alguns aspectos da qualidade de vida do Plano Piloto, mas por outro dificulta certos tipos de propostas urbanísticas. Há o risco, segundo alguns, de “a Capital do Terceiro Milênio” se tornar, em alguns aspectos, “a Cidade Petrificada dos Anos 60”. É preciso unir o crescimento com o desenvolvimento sustentável enquanto ainda é tempo. Caso contrário, podemos perder uma das mais promissoras vocações da cidade: o turismo e, mais importante ainda, o ecoturismo.

Localizada acima de mil metros acima do nível do mar (cota do Lago Paranoá), no coração da América do Sul, Brasília está num platô de onde nascem as águas que formam todas as grandes bacias hidrográficas brasileiras, exceto a Amazônica. Da Estação Ecológica de Águas Emendadas, no DF, nascem as águas que correm tanto para o norte (Bacia do Tocantins) quanto para o sul (Bacia do Prata). Ali perto, nas

nascentes do Rio Preto, nascem as águas que formarão a Bacia do Rio São Francisco, que corre para leste e nordeste, até cair no Atlântico. Sem praias, o Distrito Federal dispõe de cachoeiras, córregos, rios, lagos e lagoas. Em sua volta há cidades históricas, refúgios naturais, reservas, monumentos naturais e principalmente as formações do cerrado, o tipo de vegetação que recobre todo o Centro-Oeste brasileiro.

Entretanto, um programa imperdível, que é assistir ao pôr-do-sol de Brasília na beira do Lago Paranoá, pode estar ameaçado. O lago está diminuindo a cada ano com o aterro das casas que beiram suas margens.

Na luta pela preservação do que Brasília tem de mais valioso, o seu meio ambiente, estamos trabalhando aqui na Câmara o projeto de ampliação de uma das mais importantes unidades de conservação dentro do Distrito Federal, o Parque Nacional. Serão quase 42 mil hectares de área nativa do cerrado. Estamos criando o maior parque urbano do mundo.

Ao mesmo tempo em que se cria o maior parque urbano do mundo, estaremos criando emprego com a Cidade Digital e desenvolvendo pólo industrial coerente com a vocação ambiental do Distrito Federal, de indústrias de tecnologia de ponta e, por isso, não poluentes.

Sr. Presidente, por último, gostaria de deixar uma reflexão sobre a vocação de Brasília. Seria o turismo? Seria a indústria? Seria o comércio? Não podemos continuar sendo uma cidade meramente administrativa. Tanto o Governo Federal como o do Distrito Federal não têm mais condições de absorver a mão-de-obra dos jovens que todos os anos se formam nas nossas universidades, daqueles que têm o desejo de morar em Brasília e precisam de trabalhar.

Tenho visto o Governador Roriz muito preocupado com a questão da vocação de Brasília. Qual a melhor vocação para Brasília? Neste momento, está sendo votado o projeto da cidade digital, que possibilitará a geração de 40 mil empregos. De repente, essa poderá ser a vocação do Distrito Federal, uma indústria limpa que pode conviver com o meio ambiente e gerar empregos e tecnologia de ponta.

Já morei em muitos cantos e recantos deste País. Conheço razoavelmente o Brasil, mas nunca morei numa cidade tão acolhedora. Vim de fora e fui bem recebido nesta cidade. Moro aqui há pouco mais de 10 anos, mas é a cidade que escolhi para criar o meu filho e para viver com a minha família.

Que Deus ilumine todos! Que Deus abençoe Brasília e esse povo maravilhoso que merece tudo de bom.

A melhor qualidade de vida do Brasil está aqui. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Neste momento, passamos a palavra ao Deputado José Roberto Arruda, também autor do requerimento de realização desta sessão solene. *(Palmas prolongadas.)*

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Deputado Eduardo Gomes, Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que pela primeira vez comparece a uma solenidade oficial na Câmara dos Deputados, minhas saudações. *(Manifestação dos convidados e das galerias. Roriz! Roriz! Roriz.)* Hoje estão presentes nesta sessão todas as pessoas – Da mais humilde a mais graduada – que ajudaram a construir esta cidade. *(Palmas prolongadas.)*

Quero pedir licença às senhores e aos senhores que lotam este plenário e estas galerias para cumprimentar, de forma especial, o ex-Deputado Israel Pinheiro Filho, filho de Israel Pinheiro, o construtor de Brasília; o Coronel Afonso Heliodoro, que por mais de 40 anos foi o ajudante-de-ordens, amigo leal e fiel do grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. *(Palmas.)*

Cumprimento também o Prof. Adirson Vasconcelos, que escreve a história desta cidade; o Dr. Ernesto Silva, que, na sua juventude e experiência de 90 anos, fez parte da comissão que demarcou o Sítio Castanho, onde foi construída a nova Capital, e é a memória viva da primeira Diretoria da NOVACAP, que construiu esta cidade. *(Palmas.)*

Agradeço ao Pastor Vilarindo a presença, em nome de quem saúdo todas as autoridades religiosas. Agradeço ao Deputado e ex-Vice-Governador Benedito Domingos, aos Srs. Deputados Distritais Wigberto Tartuce, Izalci Lucas e Leonardo Prudente a presença. Agradeço também a presença ao Deputado Federal Nelson Tadeu Filippelli, co-autor desta sessão e agora licenciado para exercer o cargo de Secretário de Estado. Agradeço a presença a todas as autoridades, aos Srs. Secretários de Estado, aos senhores dirigentes de empresas, aos Srs. Prefeitos das cidades do Entorno, tão integrados à vida de Brasília.

Agradeço, sobretudo, a Deus pela oportunidade de, neste aniversário de 45 anos de Brasília, receber no Congresso Nacional, na Casa do povo, aqueles que, vindos das mais diversas regiões do Brasil, do Norte e do Nordeste, do Sul e do Sudeste, movidos pelo sonho e pelo otimismo de JK, ajudaram a construir a nova Capital do Brasil.

Senhoras e senhores, 21 de abril talvez seja a data mais importante da história do Brasil, porque marca

o fim da Inconfidência Mineira, a morte de Tiradentes e o nascimento do sentimento de liberdade que iria impregnar a formação do povo brasileiro. Amanhã, o 21 de abril marca os 20 anos de morte de Tancredo Neves e, com ela, o nascimento da Nova República e o redescobrimento da liberdade brasileira.

Dia 21 de abril foi a data escolhida para Juscelino Kubitschek para há 45 anos inaugurar Brasília. Sabem os pioneiros que estão neste plenário, sabem os brasileiros que nos ouvem, que existia um Brasil antes de Brasília. Era este um país litorâneo, um país tímido, um país que, de Pedro Álvares Cabral a Juscelino Kubitschek, tinha vivido 450 anos, mas não tinha conquistado seu próprio território.

Veio JK e com ele vieram as indústrias, a construção de estradas, as usinas hidroelétricas, a indústria automobilística. O Brasil desenvolveu-se, modernizou-se e, a partir da construção de Brasília, meta-síntese do plano do Governo JK, inaugurou-se um novo momento da história do Brasil.

Nós, brasileiros otimistas, construímos nosso futuro a partir de Brasília, conquistamos nosso território. Foi Brasília que descobriu o mapa geopolítico brasileiro; foi Brasília que abriu as portas da Amazônia, da produtividade do cerrado e da beleza do Pantanal.

Ao comemorarmos os 45 de Brasília, prestamos justa homenagem ao maior dos brasileiros, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e aos pioneiros que construíram esta cidade.

Sr. Governador Joaquim Roriz, V.Exa., em seus 4 anos de governo, tem recebido inúmeras homenagens, mas permita-me dizer que o povo e os Parlamentares têm hoje a primeira oportunidade de homenageá-lo na Casa do povo brasileiro. *(Palmas.)*

Não se trata, senhoras e senhores, de uma homenagem política ou partidária. Trata-se de reconhecer que Brasília comemora seus 45 anos com orgulho de herdeiros que somos de Juscelino Kubitschek e de estarmos dando conta de cumprir nossa missão de consolidar esta Capital.

Brasília já é modelo em qualidade de vida. Esta cidade é considerada pela ONU como a que tem o melhor Índice de Desenvolvimento Urbano do Brasil. Brasília já é, queiram ou não, modelo de um projeto novo e arrojado, ousado, de habitação de baixa renda, que erradicou as favelas do Brasil. *(Palmas.)*

Mas, ao final deste ano, Sr. Governador, ao final do seu quarto Governo, quando estivermos juntos, o povo de Brasília e a sua base política, inaugurando a duplicação da Avenida da Nações, que dá acesso às pontes, às embaixadas, ao Eixo Monumental, à Universidade de Brasília e ao aeroporto, ao inaugurarmos a duplicação de, talvez, a principal artéria urbana da cidade; quando inaugurarmos o mais novo e maior centro de convenções do Brasil; no momento em que inaugurarmos o Museu e a Biblioteca Nacional, completando o plano arquitetônico de Oscar Niemeyer no Eixo Monumental; quando estivermos rodando com o metrô até Ceilândia, a cidade mais populosa do Distrito Federal *(palmas)*; mas, sobretudo, senhoras e senhores, meus amigos de Brasília, quando, ao final deste ano, a barragem do Corumbá fechar definitivamente suas comportas, e o novo lago, sonhado pelos pioneiros, estiver garantindo água para os próximos 100 anos na Capital do Brasil *(palmas)*, quando todas essas obras estiverem concluídas, talvez o Brasil inteiro entenda que renasceu na Capital do País o mesmo espírito de trabalho, de otimismo e de ousadia, herdeiros que somos todos, herdeiro que é V.Exa., Sr. Governador, de Juscelino Kubitschek. (*Palmas.*)

Ao terminar minhas palavras, ao agradecer a todos aqueles que, com sacrifício, saíram de suas cidades e vieram ao Congresso Nacional, ao agradecer à Mesa a compreensão, quero lembrar que Juscelino Kubitschek, no dia 21 de abril, no dia exato da inauguração, disse algo muito bonito: *"Valeu a pena ter esperança".*

E agora peço licença para também dizer a todos os brasileiros que sempre vale a pena ter esperança.

Valeu a pena, JK! Valeu a pena, brasileiros de todas as regiões do Brasil, que acreditaram, a partir de Brasília, na força do trabalho e na construção coletiva de um povo otimista, bom e trabalhador!

Que Deus nos abençoe! Parabéns, Brasília! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Esta Presidência suspende regimentalmente a sessão, atendendo à solicitação de Líderes, Deputados e daqueles que assistem a esta belíssima homenagem pelo transcurso dos 45 anos de inauguração de Brasília, para conceder a palavra ao Sr. Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal, pois S.Exa. se dirigirá ao Senado Federal, onde também receberá homenagens. *(Manifestações do Plenário e das galerias. Palmas prolongadas.)*

O SR. JOAQUIM RORIZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais autoridades, apesar de não estar regimentalmente prevista minha manifestação *(palmas prolongadas)*, agradeço a generosidade à Presidência em nos conceder a oportunidade de proferir essas palavras.

Não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos. É possível que, ao longo da minha vida pública, que já ultrapassa 35 anos, este seja o dia em que senti maior emoção. (*Manifestações do Plenário e das galerias.)*

Agradeço aos Deputados as generosas palavras proferidas nesta sessão de homenagem, em especial ao amigo e companheiro José Roberto Arruda. *(Manifestações das galerias.)*

Parece-me que o Regimento da Casa permite o uso da palavra somente a Parlamentares. Hoje, porém, recordo-me saudoso do tempo em que fui Deputado Federal por Goiás.

Neste momento, sinto empolgação por ver o povo de Brasília aplaudir-me de forma tão efusiva. Agradeço por essas manifestações.

O mais importante, além das emoções profundas, é saber que este povo e eu amamos Brasília, Capital do País! *(Manifestações do Plenário e das galerias.)*

Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Arruda, ao Presidente Eduardo Gomes e às autoridades a homenagem.

Que Deus nos ilumine! *(Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – A Presidência reabre os trabalhos da presente sessão solene em homenagem ao 45º aniversário de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Convoco para fazer uso da palavra, em nome da Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Mauro Benevides. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, faço especial menção à presença do Governador Joaquim Roriz, aquele que, intrinsecamente, é o grande homenageado desta sessão, porque comanda os destinos político-administrativos de Brasília.

Sr. Presidente, demais autoridades presentes, cumpro neste instante a delegação do meu partido para homenagear Brasília na passagem do seu 45º aniversário.

Estejam certos de que, sem ser Deputado por Brasília, sem disputar o voto popular na Capital da República, aqui estou, senhoras e senhores, compartilhando desta alegria, que é verdadeiramente imensa e que transborda nosso coração, para render o tributo do meu respeito a todos aqueles que, como Afonso Heliodoro, Israel Pinheiro, Ernesto Silva e Juscelino Kubitschek de Oliveira, construíram esta cidade, na concepção genial de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer.

Sou cearense, nascido a muitos quilômetros de Brasília, mas meus conterrâneos contribuíram significativamente para a formação demográfica desta Capital. Nós, cearenses, que somos o terceiro segmento demográfico e já chegamos a ser o segundo, ajudamos a construir Brasília. Portanto, razões sobradas teria eu para comparecer a esta tribuna hoje, representando o meu partido, o PMDB, e, como um dos co-autores desta sessão solene, prestar o tributo da minha admiração àqueles que, ao longo do tempo, souberam erigir Brasília nesta grande cidade, apontada por pesquisadores internacionais como detentora do maior Índice de Desenvolvimento Humano do nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por considerar-me identificado com Brasília e compartilhar de sua tradição político-administrativa nos últimos 30 anos, não poderia deixar de regozijar-me com os seus mais de 2 milhões de habitantes pela passagem do 45º aniversário de fundação, homenageando todos aqueles que, no contexto deste apreciável lapso de tempo, contribuíram para o desenvolvimento e o bem-estar de sua gente. Dirijo-me a todos os presentes, aos Deputados Distritais que ainda podem estar por aqui, aos Secretários de Estado – há poucos instantes vi o Secretário Tadeu Filippelli.

Aqui cheguei, com minha família, a 1º de fevereiro de 1975 – há 30 anos e não há 45 anos –, trazendo comigo, além do mandato de Senador da República pelo Ceará, empalmada com a maior firmeza, a maior coerência e a maior dignidade, a bandeira da normalização político-institucional, meta que empolgava, naquele momento, todos os demais colegas, num total de 16, que haviam sido guindados a membros daquela Casa legislativa, na legenda do aguerrido MDB.

Em 5 de outubro de 1988, a sessão não era presidida pelo Deputado Eduardo Gomes, que tem nessa homonímia com o grande brigadeiro a relembrança das lutas democráticas do passado. Nessa cadeira, estava sentado nada mais nada menos do que o grande brasileiro Ulysses Guimarães. *(Palmas.)* E ao seu lado estava eu assistindo à concretização da autonomia política de Brasília, a fim de que a Capital da República tivesse o direito de representar-se, dentro dessa configuração específica que, do ponto de vista institucional, assegura a sua presença no cenário político brasileiro.

O Sr. Marcelo Barbieri – Concede-me V.Exa. um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Com imenso prazer, Deputado Marcelo Barbieri.

O Sr. Marcelo Barbieri – Eu gostaria de registrar, nesta manhã de hoje, nobre Deputado Mauro Benevides, ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, a importância deste evento para o nosso partido, porque hoje quem governa Brasília é o PMDB, por intermédio do Governador Joaquim Roriz, que aqui se pronunciou. E registro, na pessoa de V.Exa., pela sua tradição e história, a luta do nosso partido pela democratização de Brasília para que o seu povo pudesse escolher os seus governantes e os seus Deputados Distritais. Em grande parte, nobre Deputado Mauro Benevides, devemos isso a V.Exa., ao seu trabalho,

ao lado de Ulysses Guimarães, para que houvesse na Capital Federal do Brasil, idealizada por Juscelino Kubitschek, a verdadeira democracia. Parabéns a V.Exa. e a Brasília por este aniversário. *(Palmas.)*

O SR. MAURO BENEVIDES – Agradeço a V.Exa., Deputado Marcelo Barbieri, a intervenção.

Mesmo nós que nascemos em outras plagas aqui estamos para esta festa de regozijo, que aponta para os 45 anos de Brasília, data que teria de ser festejada e comemorada com a explosão de todos os sentimentos que agora neste plenário estão sendo repassados aos segmentos que aqui se representam, das cidades-satélites, dos conglomerados que formaram a Capital da República, cidades-satélites que vi se formarem na década de 80, quando ascendi à Presidência da Comissão do Distrito Federal.

Ouço o nobre Deputado Pedro Chaves, representante do Estado de Goiás, que compartilha conosco deste grande momento vivenciado pelo Congresso Nacional em homenagem a Brasília.

O Sr. Pedro Chaves – Deputado Mauro Benevides, gostaria de dizer da nossa satisfação em poder participar da sessão solene em homenagem aos 45 anos de Brasília. Ressalto que o Governador Roriz, nas suas administrações, tem realizado obras importantíssimas, que ajudaram a melhorar a qualidade de vida do povo brasiliense. Sou de Goiás, acompanhei de perto o crescimento da nossa Capital. Entre as inúmeras obras feitas pelo nosso Governador, destaco a construção de mais de uma dezena de viadutos, a ampliação das vias públicas e a belíssima terceira ponte, obras fundamentais para resolver o grave problema de trânsito que vivia nossa Capital. Essas e inúmeras outras obras estão fazendo de Brasília uma cidade bonita e gostosa de se viver, graças ao trabalho do Governador Roriz e de toda sua equipe. Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES – Muito grato pelo testemunho valioso, Deputado Pedro Chaves, que no Estado vizinho de Goiás acompanhou de perto o trabalho levado a efeito pelo Governador Joaquim Roriz na construção desta cidade, com o apoio de todas as forças democráticas, mesmo aquelas que se contrapuseram ao seu ponto de vista político.

A nossa vitória no pleito de 1974 passou a ser um marco decisivo na busca do Estado Democrático de Direito, que principiou, no Governo Ernesto Geisel, com o anúncio da "abertura lenta e gradual", em processo que teve como principal articulador o saudoso Petrônio Portela, cuja genialidade esteve à prova nos contactos que soube estabelecer com os estamentos mais prestigiosos da sociedade civil brasileira.

Naquela ocasião, os cearenses compunham o segundo maior contingente na formação demográfica da Capital da República, superados pelos goianos e emparelhados com os mineiros, numa interação perfeita que conjugou energias para a construção da Nova Capital, sonhada por Dom Bosco e concretizada por Juscelino Kubitschek de Oliveira, dentro das concepções arrojadas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Nas opções com que a liderança de minha bancada, o MDB, apresentava aos seus integrantes, para compor, na ocasião, as Comissões Técnicas, indiquei a do Distrito Federal, como forma de oferecer a minha modesta colaboração a uma metrópole que se expandia, ainda sob a égide de governantes nomeados, à falta da esperada autonomia política, que se concretizou com a promulgação da Carta de 5 de outubro de 1988, da qual me honro de haver sido o segundo signatário, antecedido apenas pelo extraordinário brasileiro Ulysses Guimarães.

No Governo de transição de José Sarney, Brasília florescente passava a ser entregue a Joaquim Domingos Roriz, a quem passei a admirar por sua ação dinâmica, tornada timbre característico de sua profícua atuação na vida pública brasileira.

Vi-me, em 1989/1990, escolhido, por voto secreto, para presidir a Comissão do DF, que tinha a incumbência de gerir a vida legislativa desta portentosa urbe, à espera de que se instalasse a sua Câmara Distrital, o que ocorreu a 1º de janeiro de 1991, tendo-me cabido a missão de transferir, simbolicamente, a chave do novo Poder ao então Deputado José Ornelas, o menos jovem entre os eleitos na competição efetuada em 1990.

Como dirigente máximo daquela Comissão Permanente, composta por 21 membros, entre os quais Maurício Corrêa, Meira Filho e o saudoso conterrâneo Pompeu de Sousa, ofereci a minha decidida cooperação ao Governador Joaquim Roriz para que ele levasse a cabo as suas primeiras iniciativas de larga envergadura, inclusive a construção de cidades-satélites, que principiavam a surgir na ânsia de garantir o desenvolvimento da novel Capital do País.

Não poderia desvincular-me das antigas atribuições, uma vez que adotara Brasília como a minha segunda cidade natal, dividindo com a nossa Fortaleza as árduas responsabilidades de homem público, oferecendo sugestões que pudessem merecer apreciação por parte do GDF.

Tornei-me, assim, o quarto Senador de Brasília e, agora, o seu nono Deputado, o que me compele a acompanhar todas as proposições que digam respeito ao interesse de uma cidade que alcançou o melhor índice de desenvolvimento humano do nosso País.

Quando, na Legislatura passada, despontaram empecilhos para o disciplinamento do Fundo Constitucional, dispus-me a coadjuvar a ação profícua dos representantes brasilienses, o que fiz com a superioridade de quem não disputa, aqui, o voto popular, por ter o respectivo domicílio eleitoral nas plagas cearenses.

Também por isso, Senadores e Deputados brasilienses permitem a minha interferência em debates que aqui se efetuam, quando me tenho posicionado, espontaneamente, para realçar o esforço despendido por Roriz, com vistas a corresponder à confiança dos que o guindaram ao Palácio do Buriti, por expressiva e incontestável maioria de sufrágios, na refrega passada.

Vinculado, pois, à Capital da República e respeitando a pluralidade partidária que predomina aqui e alhures, faço questão de corresponder à condição de Cidadão Brasiliense e da Grã Cruz, distinções que envergo com justificado orgulho, na expectativa de poder continuar patrocinando os seus mais legítimos interesses.

Saúdo, assim, os 45 anos do Distrito Federal, homenageando aqueles que, ao longo dessa trajetória de lutas e de glórias, souberam enaltecer os fatos historiográficos que registram acontecimentos inapagáveis, de excepcional realce e relevância.

De forma particular, cumprimento o Governador Joaquim Roriz, estimulando-o, após o término de seu mandato, a continuar dedicado a esse patriótico afã, sempre em meio à mesma conduta retilínea, voltada, primordialmente, para as aspirações dos carentes e dos ainda marginalizados do mosaico social.

Brasília não dispensaria a presença dinâmica de um homem que possui clarividência e descortino bastantes para atentamente escutar o clamor do povo.

Por isso, o atual Governador e o DF se conjugam numa admirável simbiose, que nem mesmo os mais ousados adversários se incumbiriam de descaracterizar.

Parabéns a Brasília, aos integrantes de todos os Poderes e, especialmente, à sua gente, que há sabido impulsionar decisivamente o harmônico desenvolvimento do País.

Esta a mensagem que ora transmito, em nome da Liderança do PMDB, nesta Casa do Congresso Nacional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Dando continuidade à homenagem, concedo a palavra à Deputada Maninha, que falará em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, pelo prazo de 5 minutos.

A SRA. MANINHA (PT-DF. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades presentes, população do Distrito Federal, junto-me àqueles que neste momento homenageiam Brasília pelo seu 45º aniversário.

Todos se reportam ao Distrito Federal referindo-se a Brasília de todos nós, a Brasília de alguns pioneiros. E um dos representantes desses pioneiros é o meu colega Dr. Ernesto Silva, que expressa nosso sentimento de homenagem a todos os pioneiros do Distrito Federal e a Brasília, cidade muito bem traçada e arborizada, que nos orgulha. Refiro-me também às cidades que compõem o Distrito Federal, cujo povo vive um quotidiano que precisa ser modificado.

Não apenas falar da terceira ponte, mas também dos nossos hospitais, dos nossos centros de saúde, da saúde pública do Distrito Federal, que precisa ser modificada.

A Câmara Distrital, através de uma CPI, vem investigando a saúde pública. O Secretário de Saúde deixou o cargo com a pecha de utilizar-se dos recursos públicos para injetar em seu próprio hospital, o Hospital Santa Juliana.

Precisamos nos referir também às mortes evitáveis de cidadãos e de cidadãs que acontecem nos nossos hospitais, cuja responsabilidade é do Poder Público.

Vamos não só falar da beleza, mas também da CPI da Educação, que investiga desvio de recursos públicos que deveriam ser aplicados em nossas escolas, mas estão sendo utilizados para a propaganda oficial. O dia é de homenagem, é verdade. O dia é de falar de coisas bonitas, mas não podemos esquecer, jogar para debaixo do tapete o que a Capital Federal está vivendo neste momento.

Gostaria de ter dito tudo isso ao Governador do Distrito Federal, que estava presente, mas infelizmente não foi possível.

Hoje é um dia para refletirmos sobre segurança pública, sobre o cotidiano de Brasília. *(Apupos nas galerias.)*

Aqueles que ousam me vaiar neste momento não sabem da vida do povo de Brasília. Eu sei, porque ando por todos os lugares, ouço todas as vozes, escuto os elogios, mas escuto também as queixas e as reivindicações do nosso povo.

Sr. Presidente, este Congresso Nacional tem uma responsabilidade muito grande com esta cidade. Por isso criamos a Frente Parlamentar em Defesa do Distrito Federal, que terá olhos para o que acontece aqui.

Por que não falarmos sobre aquilo que é orgulho do Distrito Federal e que hoje está sendo ferido profundamente: o patrimônio histórico?

Convido o companheiro Ernesto Silva para juntar-se a nós, a fim de fazermos uma aliança em defesa da terra e do patrimônio histórico do Distrito Federal.

Ouço o Deputado Carlos Santana.

O Sr. Carlos Santana – Sr. Presidente, companheira Maninha, demais companheiros, não poderia deixar de pronunciar-me nesta homenagem a Brasília. Moro no Rio de Janeiro há mais de 40 anos, não sou carioca, sou capixaba. E na época meu pai ficou indeciso entre se vinha para Brasília ou se ia para o Rio de Janeiro. Como atuava nos portos, optou pelo Rio de Janeiro. Estou há 14 anos nesta cidade, como Parlamentar. Conheço a garra de V.Exa. e o compromisso que tem com o povo brasiliense, assim como conheço a importância que tem Brasília no cenário nacional. Aqui estão unificadas todas as culturas e todos os costumes. Aqui encontramos o Brasil. Companheira Maninha, a democracia é isso mesmo, e nós que lutamos muitos anos contra a ditadura militar sabemos elogiar quando é hora de elogiar e criticar quando é hora de criticar. Pertenço à categoria dos ferroviários e, como tal, posso dizer que a derrota da ferrovia começou com a construção das rodovias do País, e hoje vemos que a região do cerrado não consegue escoar seus produtos por falta de uma ferrovia decente. Cara Deputada, continue seu trabalho, com ímpeto e liberdade de elogiar e de criticar – assim é a luta democrática. Viva Brasília!

A SRA. MANINHA – Deputado Carlos Santana, fui eleita pelo Distrito Federal com o terceiro maior número de votos. Além disso, sou a única Deputada a representar esta Capital. Por isso, como representante desta terra, posso elogiar e tenho direito de denunciar os fatos a mim trazidos pelos meus eleitores, a quem devo prestar contas.

Neste momento de homenagem a Brasília, temos que ter sensibilidade de não fazermos lançamento de algo que está para vir. Temos que estar aqui prestando, de fato, homenagem a uma Capital que não é apenas dos brasilienses, mas de todos os brasileiros, principalmente de todos aqueles que ajudaram a construí-la, que deram seu suor e seu sangue para torná-la esse monumento público que orgulha a todos os brasileiros, mas que não é diferente, pois também tem problemas que precisam ser resolvidos.

Por isso, enfatizo que, neste dia, o Governador do Distrito Federal tem de voltar seus olhos para os problemas de saúde, educação e segurança, para que sejam resolvidos de acordo com o deseja a população.

Muito obrigada. *(Palmas e apupos nas galerias.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Para falar em nome do Partido da Frente Liberal, concedo a palavra ao pioneiro Deputado Osório Adriano.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (PFL – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Eduardo Gomes, Sr. Ernesto Silva, pioneiro dos mais respeitados na construção da nossa cidade, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, prezados amigos que nos prestigiam com sua presença hoje, 21 de abril, em que homenageamos o 45º aniversário de Brasília. A cada ano, empolgam-nos as comemorações desta data, principalmente pelo significado que a criação de Brasília teve na história recente e terá na história futura do nosso País.

Por mais que se fale nisso, nunca será demais demonstrar, em toda a sua extensão, a extraordinária contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e para a consolidação da soberania nacional.

Como pioneiro, aqui radicado desde 1957, participei da sua construção e acompanhei sua gloriosa trajetória com Juscelino Kubitschek.

Sinto-me envaidecido de ter participado, em todo esse tempo, de todos os movimentos políticos e sociais pela consolidação e engrandecimento da nova Capital, que concentra hoje uma população de cerca de 2 milhões e 300 mil habitantes, os quais usufruem a beleza, a tranqüilidade, o esplendor de uma cidade integrada à natureza, tendo à sua disposição os serviços públicos mais eficientes do País, especialmente no que se refere a saúde, segurança e educação. Posso até ser contestado pela Deputada Maninha, que me antecedeu, mas não é minha intenção, meus amigos, criar uma polêmica. Hoje é dia de homenagearmos Brasília, de ressaltarmos sua beleza, de elevarmos Brasília aos pícaros da glória. Foi aqui que se iniciou o desenvolvimento do nosso País.

Enquanto na maioria das cidades brasileiras convive-se com uma dramática carência de serviços de água e esgoto, por exemplo, 100% da nossa população terá, até o fim do presente ano, água potável e esgoto em sua residência.

Apesar da explosão demográfica registrada nessas décadas – superaram-se todas as expectativas e projeções –, Brasília se orgulha de abrigar cidadãos oriundos de todos os recantos do País, que para cá vêm movidos pelo mesmo ideal de integração nacional que nos une, esperançosos de conquistar uma vida melhor. Esses brasileiros, que aqui se radicaram, constituem ainda hoje mais de 60% da população do Distrito Federal, superando a dos brasilienses natos.

A criação de Brasília não constitui apenas a materialização do sonho de Dom Bosco, ou exclusivamente a idéia de trazer para o interior a Capital Federal. Brasília é a vitoriosa realização da metassíntese de Juscelino consubstanciada no objetivo transcendental do desenvolvimento integrado de todas as regiões do nosso País, cuja grandeza geográfica, há apenas

cerca de 4 décadas, somente figurava nos mapas cartográficos.

Nestes 45 anos de existência de Brasília, o Brasil deixou de ter como referência única de valor econômico e social a faixa litorânea atlântica – o resto era a hinterlândia, o sertão inóspito, desocupado, vazio e selvagem.

Através da radiação concêntrica das vias de acesso, iniciada com a arrojada construção da Belém – Brasília e continuamente ampliada para todas as direções, Brasília interligou as mais longínquas regiões do leste, do oeste, do norte e do sul do País, viabilizando o fluxo econômico e a integridade nacional no sentido territorial e populacional.

A criação de Brasília resultou no impulso de desenvolvimento econômico que hoje presenciamos.

A integração do Centro-Oeste ao sistema produtivo nacional possibilitou alcançarmos não somente o pleno atendimento do consumo interno, mas também os elevados índices de exportação dos nossos produtos agrícolas e industriais, que atualmente superam os 100 bilhões de dólares, contribuindo para o saldo expressivos de mais de 30 bilhões de dólares da nossa balança comercial, com o conseqüente significativo ingresso de divisas e a promoção dos superávites primários utilizados no pagamento da dívida pública, em parte constituída para que pudéssemos iniciar o desenvolvimento do nosso País.

A euforia desta realidade não pode, entretanto, ofuscar o ideal de progresso ainda maior que desponta das nossas potencialidades ainda adormecidas.

Para superar os atrasos sociais seculares e os índices atávicos de pobreza e subdesenvolvimento e alcançar a merecida posição de potência mundial, o Brasil precisa trilhar caminhos mais seguros e mais firmes, que garantam prosperidade econômica e social. Esse caminho aponta para o Centro-Oeste, tendo Brasília como pólo propulsor de todo o progresso nacional e fator decisivo de preservação da soberania nacional.

Homenagear Brasília nos seus 45 anos não teria sentido se não reverenciássemos todos os que aqui contribuíram e ainda contribuem, com o seu esforço, a sua perseverança, o seu trabalho e o seu sangue, na luta contínua iniciada por Juscelino Kubitschek com sua visão de grandeza do Planalto Central.

Ressalto, neste particular, o trabalho desenvolvido pelo Governador Joaquim Roriz – que infelizmente já não se encontra no plenário – nesta administração exemplar, que dá novas dimensões à cidade de Brasília, com a pavimentação de ruas, o incremento do transporte urbano, a construção de viadutos, pontes e monumentos que se somam aos grandes projetos arquitetônicos da nossa Capital, como a Ponte JK, reconhecida internacionalmente como a mais bela obra de engenharia do gênero no mundo. Enfim, criam-se condições para uma vida mais amena na cidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, saúdo efusivamente Brasília pelas comemorações da data do seu aniversário, que, por inspiração patriótica do seu fundador, nosso saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, coincide com a data magna da nacionalidade, a execução de Tiradentes, que reverenciamos por constituir a simbiose do ideal de desenvolvimento e união nacional com os mais profundos anseios de liberdade, justiça social e democracia nos quais todos comungamos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, registro a presença nesta sessão do Senador Lindberg Aziz Cury; do Dr. Rogério Villas Boas, Presidente da CEB; do Dr. Júlio César Amorim, ex-administrador do Gama, assessor do Secretário de Obras do Distrito Federal, o Deputado Distrital Roney Nemer; da Sra. Cristina Boner, Presidente do Grupo TBA; do Sr. Roberto Carlos Scheid Ninaut, Major Comandante da 17ª Companhia de Polícia Militar Independente de São Sebastião; do Sr. Antonio José Serra Freixo, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar do Guará, Distrito Federal; do Coronel José Nilton Matos, Subcomandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; do Coronel José Nilton Matos; do Sr. Paulo Cavalcante, Administrador Regional de Sobradinho; e do Sr. Paulo de Almeida, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – ADEPOL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Cardias, pelo PTB, por 5 minutos.

O SR. MILTON CARDIAS (PTB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, distintas autoridades que nos honram com sua presença nesta sessão solene. Na pessoa de V.Exa., Sr. Presidente, quero cumprimentar os componentes da Mesa.

Honra-me nesta oportunidade poder representar o Partido Trabalhista Brasileiro na homenagem que a Câmara dos Deputados presta em mais um aniversário da fundação de Brasília.

Para tanto, começo relembrando o longínquo dia 2 de outubro de 1956, quando o então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, olhando o horizonte à sua frente, afirmou:

> "Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino".

Hoje, 45 anos depois, o que era para muitos uma proposta inexeqüível, uma utopia, o sonho de visionários, configura-se na realidade sonhada por seu fundador, para quem a promessa feita se tornou obsessão. Fazer valer as disposições transitórias da Constituição brasileira foi a crença, foi a obsessão e foi, sobretudo, a realidade sonhada junto com inúmeros brasileiros.

Lúcio Costa fez o traçado, Oscar Niemeyer se encarregou das formas, e Juscelino, com sua fé inquebrantável na possibilidade de concretizar o sonho de tantos, propiciou-nos, ao conclamar brasileiros de todo o País, uma verdadeira exposição de arte a céu aberto, patrimônio cultural da humanidade, símbolo da ousadia e da criatividade humanas.

Hoje Brasília é o centro das altas decisões nacionais, e o que era metassíntese fez-se cidade-síntese. Aqui tudo é diversidade: a música, os falares, a culinária, os costumes, as religiões, o visual. Brasília é a síntese da multiculturalidade brasileira.

Muitas pessoas ilustres, umas de nomes conhecidos e outras anônimas, contribuíram para o crescimento e desenvolvimento desta cidade. Em consideração a essa variedade, convém destacar a importância das igrejas cristãs na formação religiosa, cultural e educacional dessa gente. Cito como exemplo o trabalho realizado pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus da Missão, que hoje possui, entre membros e congregados, mais de 35 mil fiéis, distribuídos em aproximadamente 480 templos.

Os primeiros cultos foram realizados no acampamento da construtora, na Granja do Torto, sob a direção do Pastor Cícero Canuto de Lima, entre 5 de junho de 1957 e janeiro de 1958.

Quando os pioneiros irmãos Virgílio José dos Santos, Carlos Messias, Alfredo da Silva, João Carolino dos Santos e Salomão Castro Sousa, chegaram ao Planalto Central, para trabalhar na construção de Brasília, entre 5 de junho de 1957 e janeiro de 1958, começaram também a se reunir no acampamento da construtora, na Granja do Torto, sob a direção do Pastor Cícero Canuto de Lima, onde era pregada a Palavra de Deus e anunciada a Salvação que há na pessoa bendita de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Fundada em maio de 1959, antes, portanto, da inauguração da Capital Federal, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus teve como seu primeiro líder o Pastor Francisco Miranda, que desempenhou papel fundamental na estruturação e expansão da Igreja até 1973, quando assumiu a liderança o Pastor Artur Xavier de Paula. Em 1985, foi empossado o Pastor Esdras de Oliveira, mas, por problemas de saúde, foi substituído pelo Pastor Evonir Teixeira da Fonseca.

Em 21 de abril de 1989, foi eleita a nova diretoria encabeçada pelo Pastor Orcival Pereira Xavier e, desde então, vem desempenhando com dinamismo e afinco um excelente trabalho social, assistencial e espiritual, que têm levado muitas vidas ao conhecimento das boas novas da Salvação e reintegrando outras tantas à sociedade. Hoje, a igreja possui, entre membros e congregados, repito, mais de 35 mil fiéis, aproximadamente 500 ministros, 480 igrejas e 38 missionários espalhados pelo Brasil, Estados Unidos, Japão, Índia e Bolívia, entre outros países. O Pastor Orcival Xavier é também o presidente da COMADEBG (Convenção dos Ministros Evangélicos da Assembléia de Deus de Brasília e Goiás), ligada a nossa CGADB, a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. Em seu nome e em nome do Pastor Otaviano Miguel da Silva, cumprimento os demais membros da diretoria pelos 16 anos de dedicação e devoção à Obra do Senhor.

Sr. Presidente, deixo, portanto, em nome do PTB e do meu Estado Rio Grande do Sul, os parabéns a todos os que participaram ou que fazem parte da história desta cidade. Sem dúvida, Brasília inaugurou, em 21 de abril de 1960, o início de outro período da história do Brasil, um novo ciclo de desenvolvimento no ponto mais central do imenso território brasileiro.

Quero ainda parabenizar a Direção desta Casa, que preparou uma programação especial para comemorar o aniversário da cidade. Diversas mostras de artes plásticas, fotografias e documentos relacionados a Brasília e a JK estão espalhadas pelos espaços de exposição da Câmara dos Deputados. **Ao todo,** 4 exposições integram a programação: *Trajetória JK*; *Brasília, Patrimônio de Todos os Brasileiros*; *Brasília em 3 Tempos* e *Brasília 45 anos*.

Também serão apresentadas reportagens e documentários especiais, como o programa inédito *Brasília 45*, na *Rádio Câmara* e na *TV Câmara*.

Seguramente, conhecer mais sobre o passado e o presente de Brasília é uma forma de homenageá-la em seu aniversário e de participar ativamente dessa história, que exige de cada um de nós uma boa dose de sonho e de conhecimento da realidade.

Sabemos que muitas são as dificuldades enfrentadas por esta capital. Há vários problemas a serem resolvidos, como explosão demográfica, serviços públicos de transporte, saúde, segurança e desigualdade social, realidades de hoje que estampam a necessidade

urgente de um replanejamento, a fim de que o sonho de ontem não seja um pesadelo amanhã. Estejamos atentos a isso, em homenagem a Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e que Deus, em Cristo Jesus, nos abençoe e continue abençoando a nossa querida Capital do Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Agradeço a compreensão ao Deputado Carlos Mota, que falará em nome do PL, e do Deputado Colbert Martins, que falará em nome do PPS. S.Exas. farão um breve registro de seus pronunciamentos, para que todos possamos, enfim, ouvir a Orquestra Jovem do Gama.

Com a palavra o Deputado Carlos Mota.

O SR. CARLOS MOTA (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasília existe há quase meio século. No início, foi difícil convencer o funcionalismo carioca a trocar a Cidade Maravilhosa por um canteiro de obras que, na época, era mais isolado do que a Amazônia de hoje. Do clima daqui, dizia-se que era dividido em duas estações: a da lama e a da poeira.

Carlos Lacerda chegou a profetizar que esta cidade seria o mais caro conjunto de ruínas da história. Muitos acreditavam que Brasília não sobreviveria ao fim do mandato de Juscelino. Contudo, mesmo apesar de Jânio, Jango e do Golpe Militar, Brasília consolidou-se. Hoje, podemos afirmar que é muito mais provável a realização da profecia oposta, a de Dom Bosco, segundo a qual aqui, em meio a fontes de leite e mel, se estabelecerá a Capital de uma nova civilização.

Os brasileiros sonham com uma utopia desde antes de Cabral. Os tupis espalharam-se pela América do Sul procurando a “Terra Sem Mal”, uma terra livre dos constrangimentos sociais. Os portugueses também tinham seu viés messiânico, eternamente esperançosos da volta do Rei Dom Sebastião e da glória que seu país perdeu para a Espanha. Com a colonização, muitos se aventuravam nos sertões brasileiros à procura de ouro, prata e outras riquezas.

Utopias arquitetônicas e sociais, já no século XX, circundaram com uma aura redentora os planos da construção de uma nova capital. Logo, legiões de místicos estabeleceram-se em torno dos canteiros de obras; uns esperando o juízo final, e outros, a revolução socialista. Esperava-se que em Brasília os Ministros do Supremo e os porteiros dos tribunais freqüentassem os mesmos clubes de vizinhança, e que seus filhos fossem às mesmas escolas públicas.

Assim de fato foi Brasília, em seus primórdios; mas, à medida que o tempo passava, logo ficou claro que os candangos não teriam como arcar com os custos crescentes das moradias do Plano Piloto. A Capital, que mesmo os mais otimistas duvidavam chegar ao meio milhão de habitantes, hoje tem 4 milhões de pessoas.

O Distrito Federal, hoje, tem densidade demográfica maior que a do Japão ou da Holanda. Inchada, Capital de um país que parecia ter perdido o trem da história, Brasília deixou de sonhar com utopias.

A desfiguração do plano urbanístico, a multiplicação dos bairros, as invasões urbanas lembram-nos de que Brasília sempre foi, é e será aquilo que o Brasil fizer com ela, ou deixar que ela se torne. O projeto urbanístico, as obras de arquitetura, por melhores que sejam, são incapazes de redimir, por si só, seus construtores e habitantes.

Brasília foi planejada para parecer uma capital mesmo durante sua construção e cumpriu perfeitamente este desígnio. Mesmo no final da década de 1950, o Brasil e o mundo tinham consciência de que aqui se erguia uma experiência urbanística única, e ninguém poderia supor estar num canteiro de obras comum. Ainda hoje, esta é uma cidade singular.

Grande parte do misticismo socialista e apocalíptico que guiou a construção de Brasília foi perdido, como já dissemos. Nada impede, porém, que novas utopias surjam para redirecionar as esperanças do povo brasileiro, cujo messianismo está cada vez mais órfão, em meio ao pragmatismo dos economistas e políticos.

As utopias não são incompatíveis com a realidade: são suas guias. Realidade sem utopia é realidade morta. Brasília, esta cidade monumental, serve para lembrar o Brasil de que, há menos de 50 anos, este era o País da esperança, capaz de erguer uma cidade em meio ao que era, na época, um planalto vazio e distante.

Nós, que trabalhamos no edifício mais alto e significativo de Brasília, somos aqueles que, desta tribuna, devemos apontar as saídas para o subdesenvolvimento brasileiro. No momento em que o Brasil entrar nos trilhos, senhoras e senhores, Brasília será revitalizada como símbolo deste grande País. E esta é a melhor homenagem que podemos lhe prestar.

Estejamos, senhoras e senhores, à altura desse antigo sonho dos brasileiros. Estejamos à altura desta cidade, fundada há 45 anos, mas planejada desde os tempos coloniais. Façamos tornar-se realidade os sonhos dos brasileiros, como soube fazer Juscelino, ao inaugurar Brasília.

É um orgulho para este Parlamentar, nascido no Vale do Jequitinhonha, ser conterrâneo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que nasceu em Diamantina e propiciou ao País essa obra-prima, Brasília, fruto da inteligência de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e tantos outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Com a palavra o Deputado Colbert Martins, pelo PPS.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse sonho – hoje uma indubitável realidade – que foi Brasília vem de longe. Vem de longe a idéia de centralizar a sede do poder nacional para que esse mesmo poder pudesse estar eqüidistante de todos os rincões do País. Uma forma simples mas profunda de acabar com a noção de "longe" dentro de um Brasil de dimensões continentais.

Os revolucionários que acompanharam Tiradentes, ainda no século XVIII, entenderam que seria necessário deixar o litoral, deixarmos de ser um país voltado exclusivamente para as cortes européias e começarmos a definir uma unidade nacional, uma unidade que, assim nos mostra a história, acabou por ser construída por nós mesmos.

Tanto que a primeira Constituição republicana, em 1891, já traçava os primeiros critérios para essa mudança. Havia a chamada Missão Cruls que, a duras penas, vencendo caminhos, atravessando rios, descendo e subindo serras, chegou até aqui. Em 1922, como um dos eventos para comemorar o centenário de nossa independência, plantou-se a pedra fundamental da nova capital, ali onde era a cidade goiana de Planaltina, hoje situada dentro do Distrito Federal.

A nossa primeira Constituição democrática, a de 1946, reproduziu a mesma exigência. E o Governo Federal lhe deu seqüência, tanto que, ao final de 1954, o então Presidente Café Filho recebia de nova missão técnica o laudo definitivo, de responsabilidade da empresa americana Donald Belcher, que fixava os limites, a dimensão e sobretudo a localização do que hoje é Brasília.

Juscelino substituiu Café Filho na Presidência. Cumprindo promessa de campanha, fez construir e, há 45 anos, inaugurou Brasília.

Seus primeiros anos, como não poderia deixar de ser, davam à cidade mais o aspecto de um distante povoado poeirento perdido a meio do cerrado, sem a grandeza de uma metrópole, mas, ao contrário, com as dificuldades inerentes à implantação e implementação do mais audacioso, do mais fantástico processo civilizatório jamais visto nessa parte do mundo. Uma obra de todos os brasileiros para o Brasil, o orgulho de fazer brotar naquele mesmo cerrado não apenas um centro administrativo, mas uma nova cidadela cultural que pudesse sintetizar, num modo de viver, a unidade cultural deste imenso País.

Tudo pronto? Ainda não. De resto, basta lembrar que o Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, contava com apenas 600 mil habitantes, sendo, com mais de 300 anos, a maior cidade brasileira. Nos seus 45 anos, o Distrito Federal já ultrapassou esse limite habitacional e, somando-se a isso os moradores do que conhecemos como Entorno, temos ultrapassado os 2 milhões de habitantes.

Os urbanistas sabem o que isso significa. São bolsões de miséria que se acumulam ao redor da Capital. Mas são também bolsões de esperança, de quem encontra na Nova Capital outro eldorado, mesmo cheio de promessas e desilusões, as desilusões e promessas que vêm encontrar por aqui. Os problemas se avolumam, mas nem sempre se resolvem. A população segue trabalhando, produzindo, estudando, ampliando os horizontes de cada um, fazendo com que – e isso já é indiscutível – Brasília se afirme como a Capital da República, indo além, muito além, do que sonhou Tiradentes, do que queriam os primeiros republicanos e mesmo do que conseguiu imaginar Juscelino Kubitschek. E é assim que, firmando-se e reafirmando-se no seu dia-a-dia, Brasília comprova ser a grande conquista do brasileiro de hoje, que interiorizou sua Capital e conseguiu, com esse imenso processo civilizatório, fazer mais amplas nossas fronteiras econômicas e políticas, permitindo ao País adentrar o século XXI com muito mais confiança em seu grande futuro.

Sr. Presidente, em nome do PPS, parabenizo Brasília e os homens e mulheres que fazem desta cidade uma grande Capital.

Um grande abraço ao povo de Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe, que falará em nome do Partido Socialista Brasileiro.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parabenizo os brasilienses. Aqui é o coração do Brasil. Todos nos encontramos no Congresso Nacional, tanto os que vêm de outros Estados, como os que vivem no Plano Piloto e no Entorno.

Sr. Presidente, quero entregar à Mesa uma separata, para que conste dos registros da Câmara Federal. Nela se lê:

> "Já no século XVIII se falava de mudar a capital do Brasil para o interior. Tiradentes foi um dos precursores dessa idéia. Mas, só em 1892, um primeiro passo importante foi dado para localizar a nova capital no Planalto Central: uma decisão política da jovem República. Essa decisão foi rapidamente concretizada pela missão chefiada por Luis Cruls, que delimitou

o futuro Distrito Federal, no que se tornaria conhecido como o 'Quadrilátero Cruls'.

O Relatório Cruls foi reeditado pelo Senado Federal em 2003.

Depois desse primeiro passo concreto, aconteceu pouco até 1946. A vontade de mudar a capital continuava firme, mas as prioridades políticas e econômicas eram outras. O Rio de Janeiro não queria perder a capital, e Minas Gerais pressionava para recebê-la e não deixar que a capital fosse para Goiás".

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição na íntegra desta separata nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – V.Exa. será atendida.

(A separata A Expedição Ruellan ao Planalto Central, a que se refere a Deputada Janete Capiberibe, encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme Memorando nº 37, emitido pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)

O Sr. Eduardo Gomes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wasny de Roure, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Wasny de Roure) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao celebrar o 45º aniversário de fundação, Brasília continua crescendo e buscando atender exigências de uma população em constante expansão, de modo que a Capital do Brasil tanto se notabiliza como cidade dinâmica e moderna, como apresenta, cada vez em maior número, os problemas comuns às grandes metrópoles.

Impõe-se, pois, submeter à discussão o projeto urbanístico de Brasília e também o papel da cidade como fator de interiorização do desenvolvimento do País, sabendo da necessidade de se proceder, com urgência, a medidas para desaceleração e redirecionamento de um processo que se tornou extremamente concentrador de expectativas e realizações.

Urge, em suma, deter o atual processo de expansão, extremamente excludente e perverso para os empobrecidos, contrário aos propósitos que nortearam a criação de Brasília.

Com mais de 2 milhões de habitantes, o Distrito Federal possui a mais alta densidade demográfica do País (354,3 habitantes por quilômetro quadrado), gerando, obviamente, fortes pressões na demanda por serviços.

Não obstante, jamais se poderá negar a ousadia, o exemplo de determinação, o acerto e o êxito da construção de Brasília, a consolidação da cidade planejada, de forma que o PSDB presta justo tributo àqueles que contribuíram para tornar realidade o sonho de erguer no Planalto Central do Brasil, a Capital da esperança.

Esse, o espírito que deve prevalecer hoje ainda sobre todas as demais considerações, o que honra o passado e o ânimo confiante daqueles que ajudaram a escrever a história de Brasília. Recebam, pois, a merecida homenagem os fundadores, os pioneiros, os candangos, gente que uniu esforços e comprovou em obra grandiosa a dimensão extraordinária da capacidade empreendedora do brasileiro.

Entre esses heróis da confiança e do poder transformador, protagonistas da grandeza nacional, sempre haveremos de lembrar Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Athos Bulcão.

A idéia de interiorização do desenvolvimento, a abertura de estradas, a ampliação das fronteiras agrícolas, as novas oportunidades de emprego, o modelo para os grandes projetos nacionais, o prestígio da criatividade e dos valores democráticos, o precioso legado de JK, os diversos matizes constitutivos da identidade nacional, tudo isso se acha consubstanciado em Brasília.

Que sejam, pois, estabelecidas condições mais favoráveis para o desenvolvimento da cidade, patrimônio cultural da humanidade, Capital da esperança.

Por fim, o PSDB reitera a justiça da presente homenagem e enfatiza a responsabilidade histórica de Brasília como pólo irradiador de progresso, exemplo de confiança no poder do trabalho e da realização do ser humano, expressão de modernidade e motivo de orgulho para a Nação brasileira.

O Sr. Wasny de Roure, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Gomes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes) – Convido a Orquestra Jovem do Gama a fazer sua apresentação.

Comunico aos presentes que esta sessão será retransmitida pela *TV Câmara*.

Solicito à Presidência da Casa atenção especial à divulgação desta apresentação, tão bem recomendada pelo colega, Deputado Wasny de Roure, visto que ela foi prejudicada em decorrência de outros eventos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Ouviremos, agora, a execução da *Miscelânea Espanhola* e da música *Gratidão* pela Orquestra Jovem do Gama.

(Sãoexecutadas a Miscelânea Espanhola *e a música* Gratidão. *Palmas.)*

O Sr. Eduardo Gomes, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wasny de Roure, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Wasny de Roure) – Em nome do Presidente da Casa, Deputado Severino Cavalcanti, agradeço ao Maestro Wanderley de Andrade e à Orquestra Jovem do Gama a apresentação. Lamento o esvaziamento da sessão. O momento áureo, infelizmente, havia passado, mas surgirão outras oportunidades. Entretanto, a *TV Câmara* registrou a apresentação e fará sua devida divulgação.

Agradeço a presença às Sras. e aos Srs. Parlamentares, à população, às autoridades civis e militares e aos servidores desta Casa. *(Palmas.)*

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Wasny de Roure) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Wasny de Roure) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 22 minutos.)

Ata da 70ª Sessão, Extraordinária, Vespertina, em 20 de abril de 2005

Presidência dos Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário. João Caldas, 4º Secretário.

ÀS 12 HORAS E 33 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Severino Cavalcanti
José Thomaz Nonô
Nilton Capixaba
Eduardo Gomes
Geraldo Resende
Mário Heringer

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PMDB
ALMIR SÁ PL Nº PL/PSL
DR. RODOLFO PEREIRA PDT
LUCIANO CASTRO PL Nº PL/PSL
MARIA HELENA PPS
Total de Roraima: 5

AMAPÁ

CORONEL ALVES PL Nº PL/PSL
DAVI ALCOLUMBRE PFL
EDUARDO SEABRA PTB
HÉLIO ESTEVES PT
Total de Amapá: 4

PARÁ

ANIVALDO VALE PSDB
ANN PONTES PMDB
ASDRUBAL BENTES PMDB
BABÁ S.PART.
JOSUÉ BENGTSON PTB
NICIAS RIBEIRO PSDB
NILSON PINTO PSDB
PAULO ROCHA PT
RAIMUNDO SANTOS PL Nº PL/PSL
VIC PIRES FRANCO PFL
ZÉ GERALDO PT
ZEQUINHA MARINHO PSC
Total de Pará: 12

AMAZONAS

FRANCISCO GARCIA PP
HUMBERTO MICHILES PL Nº PL/PSL
LUPÉRCIO RAMOS PMDB
SILAS CÂMARA PTB
VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB
Total de Amazonas: 5

RONDÔNIA

EDUARDO VALVERDE PT
NATAN DONADON PMDB
Total de Rondônia: 2

ACRE

JÚNIOR BETÃO PL Nº PL/PSL
PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB
RONIVON SANTIAGO PP
Total de Acre: 3

TOCANTINS

ANA ALENCAR PSDB
HOMERO BARRETO PTB
OSVALDO REIS PMDB
RONALDO DIMAS PSDB
Total de Tocantins: 4

MARANHÃO

CÉSAR BANDEIRA PFL
DR. RIBAMAR ALVES PSB
GASTÃO VIEIRA PMDB
NICE LOBÃO PFL
PEDRO FERNANDES PTB
PEDRO NOVAIS PMDB
REMI TRINTA PL Nº PL/PSL
SARNEY FILHO PV
WAGNER LAGO PP
Total de Maranhão: 9

CEARÁ

ALMEIDA DE JESUS PL Nº PL/PSL
ANTENOR NASPOLINI PSDB
ANTONIO CAMBRAIA PSDB
ARIOSTO HOLANDA PSDB
ARNON BEZERRA PTB
BISMARCK MAIA PSDB
GONZAGA MOTA PSDB
GORETE PEREIRA PL Nº PL/PSL
JOÃO ALFREDO PT
JOSÉ LINHARES PP
JOSÉ PIMENTEL PT
MAURO BENEVIDES PMDB
MORONI TORGAN PFL
PASTOR PEDRO RIBEIRO PMDB
Total de Ceará: 14

PIAUÍ

ÁTILA LIRA PSDB
JÚLIO CESAR PFL
MORAES SOUZA PMDB
MUSSA DEMES PFL
NAZARENO FONTELES PT
Total de Piauí: 5

RIO GRANDE DO NORTE

ÁLVARO DIAS PDT
FÁTIMA BEZERRA PT
IBERÊ FERREIRA PTB
NEY LOPES PFL
Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

BENJAMIN MARANHÃO PMDB
INALDO LEITÃO PL Nº PL/PSL
LUIZ COUTO PT
PHILEMON RODRIGUES PTB
RICARDO RIQUE PL Nº PL/PSL
Total de Paraíba: 5

PERNAMBUCO

ANDRÉ DE PAULA PFL
FERNANDO FERRO PT
JORGE GOMES PSB
PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO PSB
ROBERTO MAGALHÃES PFL
Total de Pernambuco: 5

ALAGOAS

BENEDITO DE LIRA PP
JOÃO LYRA PTB
JURANDIR BOIA PDT
ROGÉRIO TEÓFILO PPS
Total de Alagoas: 4

SERGIPE

BOSCO COSTA PSDB
JACKSON BARRETO PTB
JOÃO FONTES PDT
Total de Sergipe: 3

BAHIA

AROLDO CEDRAZ PFL
CLAUDIO CAJADO PFL
CORIOLANO SALES PFL
DANIEL ALMEIDA PCdoB
EDSON DUARTE PV
FÉLIX MENDONÇA PFL
FERNANDO DE FABINHO PFL
GUILHERME MENEZES PT
JAIRO CARNEIRO PFL
JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL
JOSÉ CARLOS ARAÚJO PFL
JOSÉ ROCHA PFL
JUTAHY JUNIOR PSDB
LUIZ ALBERTO PT
LUIZ BASSUMA PT
MÁRIO NEGROMONTE PP
NELSON PELLEGRINO PT
PAULO MAGALHÃES PFL
PEDRO IRUJO PL Nº PL/PSL
SEVERIANO ALVES PDT
WALTER PINHEIRO PT
ZELINDA NOVAES PFL
ZEZÉU RIBEIRO PT
Total de Bahia: 23

MINAS GERAIS

ADEMIR CAMILO PL Nº PL/PSL
ANA GUERRA PT
BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB

CARLOS MELLES PFL
CARLOS MOTA PL Nº PL/PSL
CUSTÓDIO MATTOS PSDB
EDUARDO BARBOSA PSDB
ELISEU RESENDE PFL
GERALDO THADEU PPS
GILMAR MACHADO PT
ISAÍAS SILVESTRE PSB
JAIME MARTINS PL Nº PL/PSL
JOÃO MAGNO PT
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA PL Nº PL/PSL
JÚLIO DELGADO PPS
LEONARDO MONTEIRO PT
LINCOLN PORTELA PL Nº PL/PSL
MARCELLO SIQUEIRA PMDB
MÁRCIO REINALDO MOREIRA PP
MARIA DO CARMO LARA PT
MÁRIO ASSAD JÚNIOR PL Nº PL/PSL
MAURO LOPES PMDB
ODAIR CUNHA PT
OSMÂNIO PEREIRA PTB
PAULO DELGADO PT
RAFAEL GUERRA PSDB
REGINALDO LOPES PT
ROBERTO BRANT PFL
VIRGÍLIO GUIMARÃES PT
Total de Minas Gerais: 29

ESPÍRITO SANTO

FEU ROSA PP
IRINY LOPES PT
JAIR DE OLIVEIRA PMDB
MANATO PDT
MARCELINO FRAGA PMDB
MARCUS VICENTE PTB
NILTON BAIANO PP
RENATO CASAGRANDE PSB
Total de Espírito Santo: 8

RIO DE JANEIRO

ALMERINDA DE CARVALHO PMDB
ALMIR MOURA S.PART.
CARLOS NADER PL Nº PL/PSL
CARLOS SANTANA PT
CHICO ALENCAR PT
DELEY PMDB
DR. HELENO PMDB
JAIR BOLSONARO PFL
JANDIRA FEGHALI PCdoB
JORGE BITTAR PT
JOSÉ DIVINO PMDB
LEONARDO PICCIANI PMDB
MIRO TEIXEIRA PT
PAULO FEIJÓ PSDB
RENATO COZZOLINO S.PART.
RODRIGO MAIA PFL
SANDRO MATOS PTB
Total de Rio de Janeiro: 17

SÃO PAULO

AMAURI GASQUES PL Nº PL/PSL
ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB
ARLINDO CHINAGLIA PT
ARNALDO FARIA DE SÁ PTB
CORAUCI SOBRINHO PFL
DELFIM NETTO PP
DIMAS RAMALHO PPS
EDINHO MONTEMOR PL Nº PL/PSL
EDNA MACEDO PTB
ENÉAS PRONA
ILDEU ARAUJO PP
IVAN VALENTE PT
JAMIL MURAD PCdoB
JOÃO BATISTA PFL
JOÃO PAULO CUNHA PT
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT
JOSÉ MENTOR PT
JOVINO CÂNDIDO PV
JULIO SEMEGHINI PSDB
LOBBE NETO PSDB
LUCIANO ZICA PT
LUIZ ANTONIO FLEURY PTB
LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT
LUIZA ERUNDINA PSB
MARCELO BARBIERI PMDB
MARIÂNGELA DUARTE PT
MILTON MONTI PL Nº PL/PSL
NELSON MARQUEZELLI PTB
PROFESSOR LUIZINHO PT
RICARDO IZAR PTB
ROBERTO GOUVEIA PT
RUBINELLI PT
SILVIO TORRES PSDB
TELMA DE SOUZA PT
VALDEMAR COSTA NETO PL Nº PL/PSL
WANDERVAL SANTOS PL Nº PL/PSL
ZARATTINI PT
Total de São Paulo: 38

MATO GROSSO

CARLOS ABICALIL PT
CELCITA PINHEIRO PFL
WELINTON FAGUNDES PL Nº PL/PSL
Total de Mato Grosso: 3

DISTRITO FEDERAL

ALBERTO FRAGA S.PART.
JORGE PINHEIRO PL Nº PL/PSL
JOSÉ ROBERTO ARRUDA PFL
MANINHA PT
OSÓRIO ADRIANO PFL
SIGMARINGA SEIXAS PT
TATICO PL Nº PL/PSL
WASNY DE ROURE PT
Total de Distrito Federal: 8

GOIÁS

BARBOSA NETO PSB
JOÃO CAMPOS PSDB
LUIZ BITTENCOURT PMDB
PEDRO CHAVES PMDB
RONALDO CAIADO PFL
RUBENS OTONI PT
SÉRGIO CAIADO PP
Total de Goiás: 7

MATO GROSSO DO SUL

ANTONIO CRUZ PTB
JOÃO GRANDÃO PT
MURILO ZAUITH PFL
NELSON TRAD PMDB
WALDEMIR MOKA PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

AFFONSO CAMARGO PSDB
ANDRÉ ZACHAROW PSB
DILCEU SPERAFICO PP
DR. ROSINHA PT
DRA. CLAIR PT
EDUARDO SCIARRA PFL
GIACOBO PL Nº PL/PSL
GUSTAVO FRUET PSDB
JOSÉ BORBA PMDB
LUIZ CARLOS HAULY PSDB
MOACIR MICHELETTO PMDB
ODÍLIO BALBINOTTI PMDB
OSMAR SERRAGLIO PMDB
RICARDO BARROS PP
SELMA SCHONS PT
VITORASSI PT
Total de Paraná: 16

SANTA CATARINA

ADELOR VIEIRA PMDB
CARLITO MERSS PT
EDINHO BEZ PMDB
FERNANDO CORUJA PPS
IVAN RANZOLIN PP
JOÃO PIZZOLATTI PP
LEODEGAR TISCOSKI PP
PAULO AFONSO PMDB
ZONTA PP
Total de Santa Catarina: 9

RIO GRANDE DO SUL

BETO ALBUQUERQUE PSB
ELISEU PADILHA PMDB
FRANCISCO TURRA PP
HENRIQUE FONTANA PT
LUIS CARLOS HEINZE PP
MARCO MAIA PT
MENDES RIBEIRO FILHO PMDB
MILTON CARDIAS PTB
ONYX LORENZONI PFL
ORLANDO DESCONSI PT
OSVALDO BIOLCHI PMDB
PAULO PIMENTA PT
Total de Rio Grande do Sul: 12

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 265 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. BENEDITO DE LIRA, servindo como 2° Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

O SR. PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na segunda-feira, estive em audiência com o Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira, e o questionei sobre a definição do número de habitantes por Município.

Na programação do IBGE, estava previsto novo recenseamento da população. O Fundo de Participação dos Municípios – disso todos sabem – é definido pelo número de habitantes de cada Município. Alguns, cuja população era decrescente, de acordo com a projeção realizada pelo IBGE, continuam a perder o número de habitantes. Isso tem feito com que vários Municípios do Brasil e muitos do Estado de Goiás tivessem sua população reduzida. Cito um exemplo: Santa Terezinha, cuja economia principal provém da extração mineral, com a saída de algumas pessoas que trabalhavam nessa área, sofreu uma queda populacional. Essa queda estagnou, mas, pela projeção do IBGE, o Município continua perdendo população a cada ano. Tal fato ocasionou brusca queda de repasses do FPM.

Apelamos ao IBGE para que enviasse ao TCU, por intermédio do Ministério do Planejamento, uma proposta de congelamento das populações dos Municípios, que não seja levada em conta essa projeção, para que os Municípios não tenham prejuízo na participação no bolo do FPM.

Solicito ao Ministro de Planejamento, Paulo Bernardo, que comunique ao TCU esse congelamento do número de habitantes dos Municípios, até que o IBGE possa fazer novamente o censo, quando, aí sim, teremos o número real de habitantes por Município.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que encaminhe minha solicitação ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nazareno Fonteles, que dispõe de até 5 minutos para seu pronunciamento.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo a tribuna para comentar tema que tem ocupado bastante os meios de comunicação não apenas do Brasil, mas do mundo inteiro: a eleição do novo Papa.

Diversos cadernos especiais dos jornais de hoje tratam da eleição do Papa Bento XVI.

Sou católico militante; leigo, porém atuante. Tenho todo o zelo pelo nosso cristianismo, principalmente com a visão cada vez mais concreta desse Evangelho na política e na vida cotidiana. Reconheço, na condição de membro dessa Igreja, que o Papa escolhido não seria o da minha simpatia.

Neste momento, estou sendo sincero. Afinal, uma das coisas mais importantes que Cristo nos ensinou foi a sinceridade. E Cristo mesmo disse que o único mestre e senhor é Ele; os outros são servos, auxiliares. Aquele que quiser ser o maior que seja o maior servidor.

Por isso, penso – como leigo tenho liberdade, para os membros da hierarquia é mais difícil falar – que nossa Igreja carece de processo mais democrático. Todos os bispos do mundo, os padres e até os leigos, todos os católicos deveriam participar da escolha. Hoje, com a Internet, isso é possível. Deveria haver maior debate. Pelo menos, todos os bispos, que têm o mesmo *status*, deveriam participar da eleição.

Assim como o Congresso Nacional encontra obstáculos para fazer a reforma política, percebemos que tal reforma é difícil no âmbito do Vaticano e da cúpula da nossa Igreja. Só os leigos, militantes, fiéis e dedicados poderão contribuir para oxigená-la.

Penso e digo livremente que nossa Igreja às vezes encontra dificuldade no exercício da autoridade no tocante, por exemplo, à igualdade de gênero, exatamente porque não adotamos a ordenação de mulheres. Não tenho preconceito, e não há uma linha no Evangelho ou na Bíblia contrária a isso.

No início da Igreja, principalmente nos 4 primeiros séculos, os bispos normalmente eram escolhidos por aclamação pública. O Espírito Santo atua da mesma forma em todas os batizados da comunidade, portanto, para o bem da Igreja, temos todo o direito de opinar sobre qualquer dos seus níveis.

Aliás, olhando a história do Papa eleito, verificamos que Sua Santidade teve participação importante na aprovação de teses progressistas da chamada esquerda católica no Vaticano II. Depois, mudou de idéia e ficou cada vez mais conservador.

Acho importante conservarmos os princípios básicos da Igreja, em especial o maior deles: a fraternidade. São Paulo cita a fé, a esperança e a caridade como princípios, mas diz que o maior deles é a caridade, ou seja, a fraternidade. No Evangelho de São João, Cristo diz que temos de ser reconhecidos como seus discípulos pela prática da fraternidade, que envolve o perdão, a abertura, o ecumenismo e o respeito aos que pensam diferente.

Não se trata, evidentemente, do relativismo banal, da abdicação aos valores maiores da família, da dignidade da pessoa humana. Longe de mim facilitar esse tipo de relativismo, mas sabemos que uma gestão mais democrática da Igreja seria extremamente necessária não para a conquista de mais fiéis, mas para a própria renovação dos seus integrantes.

Peço a Deus que o Divino Espírito Santo ilumine o novo Papa, para que seus erros do passado, como cardeal e grande teólogo da Igreja, com visão muito rígida, se amenizem.

Cristo veio evangelizar os pobres. Temos de ser cada vez mais servidores preferenciais dos mais pobres.

Que, portanto, o coração do Papa seja tocado, e, com nossas orações, de fato exerça bem esse mandato.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou citar algumas contradições na escolha do Papa. Os bispos do mundo inteiro, em geral, se aposentam aos 75 anos. Se isso valesse para todos – e, coerentemente, deveria valer –, o Papa não poderia sequer ser eleito, porque já tem 78 anos. Há que haver tratamento igual. É como se nesta Casa existisse regalia por ser Presidente ou membro da Mesa.

Falo isso na condição de leigo, mas é preciso que reflitamos e procuremos ajudar nossa Igreja a se tornar mais democrática, mais comunitária. Com isso, estaremos mais próximos da mensagem de Cristo. Temos de ter essa visão preferencial aos mais pobres, para que haja maior libertação de todo nosso povo e cheguemos a implantar, a partir da terra, o reino de liberdade, igualdade e fraternidade que Ele tanto pregou.

Então, é com preocupação que recebo essa notícia, mas com humildade. Minhas orações serão para que, de fato, esse papado não seja tão conservador como dizem os noticiários e como o seu passado como cardeal também testemunha, porque o Espírito Santo consegue inovar, tocar os corações das pessoas. Espero que isso ocorra para o bem da nossa Igreja e do nosso povo em todo o mundo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade para fazer um agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministério dos Transportes. A BR-101, rodovia que liga o Nordeste ao Sul do País, no trecho do Estado de Alagoas, foi construída há mais de 30 anos e nunca havia recebido melhorias. Diversos Governos nada fizeram para melhorar o tráfego na BR-101.

Temos o hábito de cobrar providências; isso faz parte da atividade parlamentar. Mas também é preciso agradecer. Portanto, agradeço ao Ministro dos Transportes, porque os trechos da BR-101 que ligam Alagoas a Sergipe e Alagoas a Pernambuco estão praticamente recuperados. Espero apenas que o Ministério dê continuidade a essa obra e ao trabalho de melhoria e alargamento das pontes que dão acesso a outros Estados.

Terminados os agradecimentos, quero fazer um apelo ao Governo do Presidente Lula. O Nordeste, inclusive o semi-árido alagoano, continua sofrendo as conseqüências da seca. Já se tornou comum, mas sinceramente penso que o Ministro da Integração Nacional não tem muita vontade de atender aos reclamos do Nordeste, particularmente do semi-árido do meu Estado. A preocupação de S.Exa. tem-se limitado, ultimamente, à transposição das águas do Rio São Francisco, a fim de atender aos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Não somos contra dar água a quem tem sede, mas é preciso que tais ações sejam implementadas de maneira abrangente. Não podemos dar a um e deixar de dar a outro.

Essa questão do Rio São Francisco deveria ser muito bem debatida no âmbito do Congresso Nacional, em especial da representação dos Estados envolvidos, desde Minas Gerais até os do Nordeste, por onde o rio passa. Primeiro, é preciso revitalizar o Rio São Francisco; depois, distribuir água para toda aquela região.

Sr. Presidente, recentemente, participei de palestra sobre o Rio São Francisco, juntamente com o Governador de Sergipe, João Alves, na qual observamos que o projeto, além de conter diversas falhas técnicas, não está sendo adequadamente discutido.

Talvez o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conheça o projeto em profundidade, considerando que o seu Ministro não tem feito outra coisa senão levar água para o Ceará.

No meu Estado, por exemplo, há 26 Municípios em que foi decretado estado de emergência, questão sobejamente conhecida pelo Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional. Mas as providências ficaram apenas no papel. Não houve materialização das ações propostas e ainda não foram atendidas as necessidades imediatas dos que passam por diversas dificuldades na região.

Agradeci ao Presidente da República a melhoria das condições de tráfego da BR-101, que passa pelo meu Estado. Cobro agora, em relação ao outro assunto, providências de S.Exa., e não do Ministro da Integração Nacional, porque este parece ser cego aos problemas do semi-árido nordestino.

Por incrível que pareça, quando não temos nordestinos ocupando aquela Pasta, o Nordeste é atendido com muito mais presteza. Quando o Ministro é nordestino, lamentavelmente, não verificamos a vontade de trabalhar em benefício da região. E tenho dito isso em diversas oportunidades.

Já tivemos 5 Presidentes da República nordestinos, porém, a região continua cada dia mais miserável. É preciso que o Presidente Lula, nascido em Pernambuco, determine ao seu Ministro da Integração Nacional – que, repito, tem pouca vontade de atender aos nossos reclamos – cuidado com o Nordeste. É fundamentalmente para isso que aquele Ministério existe.

Sr. Presidente, faço este apelo diretamente ao Governo do Presidente Lula para que o discurso de S.Exa. se materialize em ações efetivas. A região nordestina, particularmente o semi-árido, clama todos os dias ao Governo para que minimize suas dificuldades. Não vai

acabar a seca, mas, pelo menos, podem-se amenizar as agruras por que passam os que realmente precisam de água. Não apenas a Paraíba, o Rio Grande do Norte ou o Ceará precisam da água do Rio São Francisco, mas todo o semi-árido nordestino. Não adianta atender a 3 Estados e abandonar o resto da região.

Como nordestino, não sou contra a transposição, desde que não abranja só 3 Estados, mas todos os que precisam das águas do Rio São Francisco. O pior que se pode fazer é negar um copo de água potável a quem precisa. A água distribuída no sertão do meu Estado, particularmente, é imprestável.

O Ministro da Integração Nacional deve cuidar não só do Ceará, mas do Brasil. Para isso foi indicado. S.Exa. tem de atender, em especial, ao Nordeste brasileiro, a região mais sofrida do País, atuando onde for necessário.

Esse é o apelo que faço ao Presidente da República, não a seu Ministro, que tem ouvidos de mercador, já que não ouve o clamor do nordestino. O Presidente, também nordestino, pode nos ouvir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos no próximo dia 25 de abril, segunda-feira, o Dia do Contabilista. Uma das ciências mais antigas do mundo, a contabilidade é utilizada desde a época das antigas civilizações, quando as primeiras técnicas contábeis foram registradas.

Um exemplo histórico é a obra *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita*, de autoria de Frei Pacioli, publicada em Veneza, Itália, em 1494.

Denominada mais tarde de *Partidas dobradas* ou *Método de Veneza*, a publicação é um dos primeiros impressos no mundo e descreve o método com que os mercadores de Veneza controlavam suas operações de compra e venda.

A principal tarefa do contabilista é organizar e supervisionar contabilidade. Pode ser de uma empresa, de uma instituição, até mesmo de uma grande família. Contratado ou trabalhando por conta própria, o que importa é que o contabilista administra a situação financeira de quem contrata seus serviços.

Numa empresa, por exemplo, ele pode ser responsável pela gestão orçamental, fazer auditorias (“inspeções”) financeiras, registrar as principais contas, planejar investimentos, controlar gastos, orientar pagamentos, fazer balanços. Vivem imersos em números e documentos.

Por isso, precisam conhecer a legislação fiscal, comercial e do trabalho dentro de seu país, os princípios de funcionamento e o patrimônio da empresa onde trabalham. Também precisam de conhecimentos teóricos e práticos sobre estatística, matemática e de alguns ramos da administração, de recursos humanos e do direito. E, cada vez mais, o uso da informática e de novas tecnologias é um diferencial no perfil profissional do contabilista.

Os contabilistas também podem ser chamados para ajudar no cumprimento dos deveres fiscais de seu cliente. Na época de declarar o Imposto de Renda, por exemplo, esses profissionais com certeza vêem sua carga de trabalho aumentar.

Outra atribuição que o contabilista pode exercer é a de revisor de contas. Funcionam como auditores externos, verificando se as contas da empresa em que trabalham estão em ordem.

Quero registrar também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que amanhã, 21 de abril, comemoraremos o aniversário de fundação de Brasília, que completará 45 anos de idade, bem como o Dia de Tiradentes. Nesse mesmo dia 21 comemoramos o Dia do Metalúrgico. Parabéns também à nossa querida Força Aérea Brasileira, que comemora, no dia 22, mais um ano de existência.

Registro também, Sr. Presidente, que o dia 22 próximo é data comemorativa da nossa Comunidade Luso-Brasileira.

Por último, Sr. Presidente, quero deixar registrado que a movimentação que ensejou a derrubada da Medida Provisória nº 232 foi iniciada pela SESCON/SP. As entidades contábeis de São Paulo começaram essa grande luta, seguidas pelos contadores do Brasil e por outras entidades que com eles se congraçaram até a conquista obtida no âmbito deste Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, a todos os contabilistas deixamos registrado os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço hoje pronunciamento a respeito de uma categoria de trabalhadores muito importante para o Brasil, especialmente para a região do ABC: os químicos.

Trata-se de categoria estratégica, organizada, que tem feito história na busca de um novo modelo de sindicalismo. Estiveram à frente daquela entidade várias pessoas com quem tive o prazer de conviver, a

exemplo dos companheiros Agenor Narciso e Remígio Todeschini, este último atual Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Também lá esteve nosso companheiro Sérgio Novais. Hoje esse sindicato é dirigido pelo jovem, atuante e digno companheiro Paulo Lage.

Esse sindicato sempre teve atuação coerente com as idéias de um novo sindicalismo. Gostaria, caro Presidente, neste momento, de ressaltar e valorizar a atuação de sindicatos que, na prática, provam ser possível realizar uma reforma baseada em princípios de ética, participação popular, democracia e liberdade sindical.

Ainda no final de semana estive no 9º Congresso do Sindicato dos Químicos do ABC, no qual havia mais de 240 delegados, dos quais mais de 30% eram mulheres. Presenciei debate transparente e democrático, em que as pessoas deram opiniões variadas e manifestaram, dentro da unidade representativa, suas divergências.

Acompanhei, com especial atenção, o debate sobre a importância da reforma sindical, até porque aquele sindicato já pratica novo modelo de sindicalismo, verdadeiro e democrático na base. Os companheiros têm organização no local de trabalho e postura ética e transparente com referência à aplicação do dinheiro dos trabalhadores.

O congresso foi realizado em Nazaré Paulista, na Fazenda Atibainha, e pude testemunhar que o evento transcorreu sob clima de muita satisfação.

Quero, portanto, mandar meu abraço aos militantes, líderes intermediários e diretores daquela categoria fantástica, especialmente ao nosso companheiro Paulinho – é assim que me dirijo muito carinhosamente ao nosso companheiro Paulo Lage, que se tornou Presidente da entidade a partir da atuação no local de trabalho, da experiência e da luta forjada no cotidiano.

Esse companheiro tem macrovisão muito importante para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Recentemente, esteve em Brasília, acompanhado do companheiro Banhara, tesoureiro do sindicato, e do companheiro Sérgio Novais, em audiência com o Ministro do Desenvolvimento, para a defesa de interesses de uma empresa nacional. Na luta que desenvolvem pelos trabalhadores, seu papel principal, também contemplam a defesa de uma estrutura empresarial digna. Essa atuação foi fundamental para o fortalecimento do pólo petroquímico daquela região. Aquele sindicato, portanto, tem história de solidariedade com outras categorias, o que nos dá orgulho.

Por isso, companheiro Paulinho Lage, meu abraço fraternal. Sou testemunha perante os Deputados do papel que desenvolve. Quisera todos os sindicatos do Brasil tivessem esse respeito aos trabalhadores, a disposição de ouvi-los, de debater, de valorizar a militância, de discutir questões como o combate ao racismo e a construção de um sindicalismo cidadão, que participa dos movimentos populares, da organização dos trabalhadores, do fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores. A primeira sede nacional da CUT funcionou no espaço, hoje tombado, onde está a sede da associação dos companheiros aposentados, que também participaram do congresso e deram opiniões.

Por isso, caro Presidente, com muito orgulho, saúdo essa categoria e a Diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC, na figura do seu Presidente, o grande companheiro e irmão Paulo Lage.

Muito obrigado.

O SR. BETINHO ROSADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETINHO ROSADO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento à Mesa recurso contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar nº 111, de 2003, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Chapada do Apodi e institui o Programa Especial de Desenvolvimento da Chapada do Apodi. O projeto teve parecer favorável do Relator, Deputado Max Rosenmann.

A Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Chapada do Apodi vai juntar-se à Região Administrativa Integrada do Vale do São Francisco e à Região Administrativa Integrada do Distrito Federal, que já estão em pleno vigor, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento da Bahia e de Pernambuco, bem como do Distrito Federal e do Estado de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado João Caldas, o grande Estado de Alagoas volta a ganhar espaço não só na Mesa, mas no País inteiro. A propósito, cumprimento o Deputado Benedito de Lira, que acabou de fazer um discurso duro e forte, os Deputados, as Deputadas e os funcionários.

Quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, que ontem esta Casa foi palco de algo repreensível por parte do PFL, especialmente do PFL da Bahia.

Parece, Deputado Luiz Couto, que a quaresma não terminou. Ontem, havia aqui satanases pregando

quaresma. Esses Deputados da Bahia, fazendo críticas ao Governo Lula pelo excesso de contratação sem concurso, mostraram recortes de jornal comparando este Governo ao de Fernando Henrique. Foram duríssimas as acusações desses Deputados baianos, satanases em plena quaresma.

E o mais grave: um deles acabou por pedir ontem ao Tribunal de Contas da União que solicite informações ao Governo sobre essas contratações até no que se refere à economicidade, uma vez que esses Deputados entendem que as contratações de terceirizados são antieconômicas.

Estamos surpresos, porque a prática na Bahia é exatamente essa. No nosso Estado, conseguiram criar o Regime Especial de Direito Administrativo, cujo apelido é REDA, por se tratar de uma rede de contratação de parentes e amigos e de indicações políticas.

Esses mesmos Deputados que foram ao TCU e que argumentam que a contratação de terceirizados deve ocorrer somente em empresas, para o preenchimento de cargos sem importância na administração, na Bahia contratam para a Secretaria de Educação. De 7 mil a 10 mil cargos do Regime Especial de Direito Administrativo são preenchidos por indicação de Deputados, do Governador, de Vereadores, de Prefeitos. É a grande moeda de troca na Bahia. Hoje, quase 3 mil professores dão aula como estagiários. Não se faz concurso público na Bahia, as contratações são feitas por indicação política.

Fico muito feliz por ver que esse questionamento foi levado ao Tribunal de Contas da União, porque também vou fazê-lo. Estou requerendo ao TCU que apure, dos recursos federais mandados para a Bahia, quanto foi utilizado na contratação de terceirizados, porque essas contratações foram feitas por representações baianas completamente autorizadas. Espero que elas não tenham recebido nenhuma indicação para o preenchimento de tais cargos, porque aí nem Bento XVI para exorcizar esses satanases que fazem as indicações na Bahia e aqui posam de reis da moralidade. Não são, não.

Na Bahia, a realidade é completamente diferente, nada disso é publicado no *Diário Oficial.* Essas nomeações são feitas todo dia e são a base da distribuição do poder político no Estado.

Apresentaremos agora à tarde requerimento *ipsis litteris* ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia para que avalie as contratações feitas neste e nos Governos anteriores, até porque esse presente foi dado à Bahia na interinidade do Governador Antonio Imbassahy, em 1995. Eu era Deputado Estadual e fui um dos que votaram, quando ele assumiu o Governo do Estado da Bahia, essa novidade da terceirização. Em serviços propostos pelo Governo da Bahia, como o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, em 10 anos de funcionamento nunca se contratou ninguém sem indicação política. Não houve, em 10 anos, uma contratação por concurso público num órgão eficiente.

Permite-se fazer, nesse tal Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, apelido baiano para esse tipo de contratação, o que Lula não pode fazer, segundo o PFL, mas na Bahia se faz. Se não se pode fazer no Governo Federal, por que se pode fazer na Bahia?

Portanto, estou apresentando esse pedido de avaliação, de análise ao Tribunal de Contas da União, porque constatamos grande aumento nas contratações municipais sem concurso. E todos nós que somos contra o nepotismo entendemos que a única forma de se ingressar no serviço público é por concurso, pela porta da frente, não pela janela. O concurso público vai reduzir, senão acabar, com o nepotismo no Brasil.

O que se pede aqui em Brasília – e o PFL está certo em cobrar do Governo Lula – é o que tem de ser feito na Bahia. Na Bahia, essas ações deverão ser tomadas imediatamente pelo Governador, a fim de respaldar a atuação em Brasília de tão importantes Deputados, que, caso contrário, perdem completamente a credibilidade.

Muito obrigado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por conta das comemorações do Dia do Índio, ocorridas ontem, quero fazer breve relato da situação do povo indígena no Estado de São Paulo, onde se realizam ações de manifesta preocupação e cuidado com essa população.

No dia 9 de março de 2004, o Governador Geraldo Alckmin criou por decreto o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, que em sua composição tem 50% de representantes dos índios e 50% de representantes da sociedade civil, das universidades, das entidades de atenção aos povos indígenas e do Governo.

O Conselho vem trabalhando com a incumbência de cuidar das 10 etnias existentes no Estado de São Paulo, distribuídas em 34 aldeias, na Capital e no interior do Estado. Já trabalha efetivamente com 10 projetos; outros 9 estão em fase de análise e outros 10 em fase de elaboração. Todos eles estão focados nas políticas públicas voltadas para as comunidades indígenas, como o acesso à educação e à cultura, à saúde e à segurança alimentar, ao meio ambiente, à moradia e à geração de renda.

Uma das iniciativas prevê a criação de programa específico de fortalecimento, valorização, divulgação

e registro das manifestações culturais das etnias indígenas do Estado de São Paulo, contribuindo para a preservação de sua cultura e da própria etnia.

Essa importante parte da história do Brasil em São Paulo, Sr. Presidente, é passada de pai para filho nas aldeias até os dias de hoje, e faz-se necessário o registro dessa história em quantas mídias forem possíveis: livros, CDs e vídeos que contem a história indígena, evitando a perda de tão rica cultura com o avanço das gerações.

Semana passada, também teve início parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, a UNICEF e o Instituto Tekoarandu para a produção de material didático específico para a educação de crianças nas escolas indígenas guaranis.

Há também grande preocupação com a moradia dos índios. Um trabalho está sendo desenvolvido em parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU e a FUNAI. Em 2004, foram construídas 129 casas e a previsão para este ano é a construção de 110 unidades, e, no ano que vem, outro tanto desse.

O Governo de São Paulo tem motivos para se orgulhar do trabalho que está fazendo para desenvolver ações que ofereçam melhores condições de vida para os indígenas que vivem no Estado e conta, para isso, com o apoio da Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, órgão estadual que tive a honra de presidir até dezembro de 2004.

O CEPAM mantém um departamento denominado Núcleo de Assuntos Indígenas – NAI e, por seu intermédio, coordena com competência e seriedade as políticas públicas emanadas do Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

Parabéns ao Governo de São Paulo e ao CEPAM pelo trabalho que vem fazendo em favor da população indígena daquele Estado.

Sr. Presidente, antes de encerrar minha intervenção, quero deixar registrado artigo de minha autoria, publicado no jornal **Valeparaibano,** no último dia 15, sexta-feira, em que trato do Dia Mundial da Saúde, mais especificamente da grave situação das Santas Casas, entidades filantrópicas existentes em todo o Brasil, abordando o papel que elas desempenham. Quero, ainda, agregar ao trabalho que se desenvolve na saúde do Brasil resumo daquilo que é feito em São Paulo, por intermédio do Governo do Estado, com todos os números, as estatísticas e as conquistas logradas até agora.

ARTIGO E RESUMO A QUE SE REFERE O ORADOR

SOCORRO ÀS SANTAS CASAS

Silvio Torres

No dia 7 foi comemorado o Dia Mundial da Saúde. Data criada em 1948 pela Organização Mundial da Saúde, com o objetivo de possibilitar num só momento, amplo debate sobre o tema em todos os seus envolvimentos. Com base nesses propósitos, focalizo a grave crise em que estão mergulhadas as Santas Casas. Espalhadas por todo o Brasil, são 2.100 entidades seculares que, sem lucro, prestam atendimento a milhões de brasileiros. Segundo a Confederação das Santas Casas do estado de São Paulo, 95% delas passam por grave crise financeira, algumas inclusive em situação de falência. A dívida total chega a um bilhão e quinhentos milhões de reais.

Apesar de serem hospitais privados, as Santas Casas são parte fundamental da rede pública de saúde. Em 56% dos municípios do estado de São Paulo, as Santas Casas se constituem no único hospital da cidade e mais da metade dos leitos disponíveis estão reservados para pacientes do Sistema Único de Saúde. Em todo o País, 68% dos atendimentos do SUS são realizados em Santas Casas, mas mesmo assim, os valores pagos pelos procedimentos estão defasados. O repasse por um parto, por exemplo, é o mesmo valor desde 1998. A cada parto realizado, o Ministério da Saúde remunera a Santa Casas em R$300, sendo que o custo real é de R$600, o que significa que o hospital leva um prejuízo de R$300 por parte efetuado. Aí está a origem principal da grave crise instalada nas Santas Casas.

Os repasses públicos beiram o ridículo. Muitas entidades tomaram atitudes drásticas, como deixar de prestar serviços de emergência e urgência devido aos grandes prejuízos. A população mais carente novamente sai perdendo.

É urgente uma decisão política do governo, para pelo menos, promover a atualização das tabelas de repasse do SUS.

Em matéria de saúde, São Paulo vem fazendo sua parte:

– Reduziu pela metade os índices de mortalidade infantil.

Em 1990, a taxa era de 31,43, passando em 2002 para 15.04.

– São Paulo é o estado que mais transplanta órgãos no país

Silvio Torres (PSDB – SP) é Deputado Federal

– Em 2003, foram realizados 956 transplantes, um crescimento de 86,05% em relação a 1998.

– Em 2003, foram realizados 2.835 transplantes de córnea, um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

– Casos de dengue caíram pela metade no estado de São Paulo. Em 2002, a dengue atacou 40.111 pessoas em todo o estado. Em 2003, foram 20.221 casos, uma queda de quase 51%.

– Em oito anos o governo do estado de São Paulo investiu mais de R$274 milhões na inauguração de 15 novos hospitais públicos, um total de 3.797 leitos que beneficiam cerca de 4 milhões de pessoas.

O SR. CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado João Caldas, é uma honra falar em uma sessão presidida por V.Exa., mas, para a minha tristeza, venho relatar uma das maiores injustiças feitas neste País, envolvendo a Rede Ferroviária Federal – RFFSA, empresa cujo patrimônio ultrapassa os R$40 bilhões.

Temos uma batalha a enfrentar nesta Casa: a votação das Medidas Provisórias nºs 245 e 246, que temos de rejeitar. O Relator, o Deputado Inaldo Leitão, da Paraíba, que sabe da importância que a ferrovia já teve para o seu Estado, vai, junto conosco, corrigir esse erro histórico que vai prejudicar 140 mil aposentados e pensionistas em todo o Brasil.

Deveríamos, sim, ampliar as ferrovias. Quando aconteceu o processo de privatização das ferrovias havia 26 mil quilômetros de trilhos; hoje só há 16 mil quilômetros. Pelo relatório de 2004, sumiram R$1,4 bilhão, dinheiro que ninguém sabe onde está.

No dia 26, ao meio-dia, na Gare Dom Pedro II, reuniremos mais de 5 mil ferroviários aposentados do Estado do Rio de Janeiro. Dali sairemos para a Assembléia Legislativa numa mobilização para mostrar que queremos que se diga “não” a essa medida provisória.

Deputado Fernando Ferro, os companheiros de Pernambuco, o Estado de V.Exa., também estão gritando. Os ferroviários aposentados ficaram 8 anos sem reajuste e agora querem jogá-los para o Ministério do Planejamento.

Está presente o companheiro Deputado Almir Moura, da minha região de Bangu, que estará comigo nesta luta. Vários companheiros desta Casa sabem do prejuízo que representa para o País o fato de não possuir uma empresa estratégica de transporte ferroviário. O controle do setor vai acumular-se cada vez mais em uma empresa só, que domina mais de 80% das cargas deste País, num verdadeiro monopólio.

Este é o único país no mundo em que a mesma pessoa é proprietária da carga, da linha e do trem. Por isso, no dia 26 haverá o grito dos ferroviários em âmbito nacional, começando pelo Rio de Janeiro, na Gare de D. Pedro.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faleceu na terça-feira, 19, e sepultado no dia seguinte no Cemitério Piedade, em Feira de Santana, aos 81 anos de idade, Carlos Sampaio Marques. Empresário renomado, teve destacada atuação na minha cidade, contribuindo com dedicação e amor em todos os setores, especialmente nos meios sociais, artísticos e culturais.

Comerciante, notadamente no ramos de eletrodoméstico, se estabeleceu na quadra principal da cidade onde edificou a famosa “Galeria Carmac”, no começo dos anos 70, ligando a Praça João Pedreira com a Avenida Senhor dos Passos.

Desportista, foi um dos fundadores do Bahia de Feira Esporte Clube e formou o conselho deliberativo do Fluminense de Feira Futebol Clube. Apaixonado pelo esporte das multidões, foi um dos primeiros feirenses a acompanhar a Seleção Brasileira num Campeonato Mundial, o de 1966, na Inglaterra.

Sócio fundador do Feira Tênis Clube e também do Clube de Campo Cajueiro, os mais importantes da cidade, teve destacada atuação no Lions Clube de Feira e inspirado no avô musico teve fortes ligações com a Filarmônica 25 de Março.

Incentivador das festas populares locais fez marchas carnavalescas que o povo cantava nas festas de momo. Participou das comissões organizadoras das micaretas e quando chegou à presidência deu mais vida à micareta, numa atuação que se reflete no sucesso que ela alcança nos dias atuais.

Os grandes movimentos e grupos teatrais que surgiram na cidade sempre contaram com o apoio e incentivo de Carlos Marques, que, sendo amante da sétima arte, chegou a dirigir o filme *O Grito da Terra*, do saudoso cineasta Olney São Paulo, baseado no romance do feirense Ciro Leite.

Um dos estimuladores do Aeroclube de Feira, sócio benemérito da Associação Comercial, Carlos Marques também marcou presença no cenário político feirense como um dos fundadores do antigo PSD,

partido pelo qual disputou as eleições municipais proporcionais de 1954.

Tido como referencia da cidade, Carlos Marques deixa viúva dona Julieta Marques, 7 filhos, 8 netos e 1 bisneta que continuarão ao lado de outras personalidades pelo progresso e desenvolvimento de Feira de Santana, causa que Carlos Marques abraçou ao longo de sua vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Com a palavra o nobre Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro manifestação cívica extremamente inovadora e importante que terá lugar em meu Estado, Pernambuco, hoje, às 14h.

O povo pernambucano, por meio de proposta surgida em audiência pública com a ANEEL, definiu que a partir desse horário, por 15 minutos, será desligada a energia daqueles pontos considerados não críticos e essenciais da indústria, do comércio, de residências, de escolas, enfim, de todas as atividades que a requerem, em protesto contra o reajuste que o Grupo Neoenergia, controlador da CELPE, tenta impor ao nosso Estado.

Inicialmente, a empresa propôs reajuste de 56% no preço da energia elétrica, um verdadeiro assalto, uma agressão, uma brutalidade contra o consumidor. Após a intervenção da ANEEL, que recalculou e ofereceu outra alternativa, o reajuste ficou na faixa dos 34% para o consumidor industrial, o que na prática atinge mais de 42%, e dos 30% para o consumidor residencial. Esse índice é inaceitável. Por isso, a mobilização cívica da maior importância que está ocorrendo no meu Estado, pois mostra a tomada de consciência da população civil contra esse tipo de agressão, de tarifa abusiva e exorbitante.

É bom registrar que a CELPE não é dona da energia, mas concessionária de serviço público. Como empresa, além de buscar remuneração, deve ter compromisso social e moral ao propor certo tipo de reajuste tarifário.

Juntamente com o Deputado Inocêncio Oliveira estive, ontem à noite, com a Ministra de Minas e Energia e, hoje, com o Presidente da ANEEL. O Governo não concorda com esse procedimento. É evidente que isso decorre do modelo de privatização do setor elétrico brasileiro, que permite a uma empresa como a CELPE autocontratar energia.

O absurdo dessa iniciativa, Srs. Deputados, é que a CHESF, a companhia hidrelétrica que fornece energia produzida com a água do Rio São Francisco, propõe tarifa de geração de 57 reais por megawatts/hora. Mas a CELPE construiu uma usina termoelétrica, a Termopernambuco, que fornece energia a 137 reais por megawatt/hora.

Contratos firmados no modelo do Governo Fernando Henrique Cardoso permitiam à CELPE contratar sua própria energia. O que ela fez então? Descontratou 34% do seu mercado – ela comprava mais barato da CHESF –, e esse índice passou a ser suprido pela Termopernambuco, a 137 reais por megawatt/hora. Daí essa explosão tarifária, decorrente de uma manobra gerencial que tenho de reconhecer como legal, porque os contratos eram baseados no modelo anterior de privatização, e têm de ser respeitados.

Ocorre que, se o contrato tem lastro legal, por outro lado não tem lastro moral que o sustente. Por isso a reação da Assembléia Legislativa de Pernambuco, do Poder Judiciário do Estado e do Prefeito João Paulo, de Recife. A Prefeitura se somará a esse protesto: desligará por 15 minutos todo o seu sistema de energia.

Sr. Presidente, há formas de negociar essa situação. Propusemos ao Grupo Neoenergia o adiamento do reajuste, até que encontremos solução para o impasse. Por exemplo, reclama-se da incidência de tributos sobre os custos do fornecimento da energia. É possível negociar o PIS/COFINS e diminuir esses valores. Temos de buscar uma forma de reescalonar esses tributos, a exemplo do que fez, com sucesso, a COELCE, no Ceará.

O reajuste tarifário é de tal ordem, Sr. Presidente, que a indústria têxtil de Pernambuco, que tem nas contas de energia elétrica 30% dos seus gastos, ficará inviabilizada. A rede hoteleira e o comércio também serão violentamente atingidos.

Apelo para os empresários da Neoenergia a fim de que ajam com bom senso. Se querem manter uma boa relação com seus clientes, atentem para o crime que estão cometendo. O protesto, que inicialmente será feito com o desligamento da energia por 15 minutos, pode acabar se transformando numa desobediência civil de grandes proporções, numa resistência pacífica contra esse abuso do monopólio de distribuição de energia em Pernambuco.

Quando privatizaram o setor, os tucanos diziam que haveria concorrência, que a competição melhoraria as tarifas. Está aí o resultado, de responsabilidade de quem iniciou, conduziu e concluiu esse processo de privatização.

Sr. Presidente, se não for possível fazer uma negociação civilizada, vamos à Justiça solicitar uma liminar para impedir esse abuso inaceitável, que pode se estender a outros Estados. Mas esperamos que

prevaleça o bom senso e que a empresa recupere a credibilidade junto aos seus clientes.

Por fim, ressalto que essa ação está sendo conduzida solidariamente por várias entidades empresariais, de trabalhadores e de consumidores do Estado. A proposta surgiu na referida audiência pública. Encontramos boa vontade também no Ministério de Minas e Energia e na ANEEL. O Banco do Brasil e a PREVI, detentores de ações da Neoenergia, estão dispostos a discutir o assunto. Esperamos que o grupo da Iberdrola se sensibilize e também nos ajude. Caso contrário, apelarão à desobediência civil os que não concordam com essa agressão contra os consumidores.

Faço um alerta a todos os Deputados, porque essa mesma situação pode ocorrer em outros Estados Brasil afora. É preciso estar de olhos bem abertos, atentos a essas iniqüidades cometidas pela Neoenergia em Pernambuco.

Na terça-feira faremos audiência pública com todos os agentes do setor. Esperamos encontrar solução definitiva para esse atentado contra os interesses do povo do meu Estado, que, de forma corajosa e organizada, reage contra o aumento da tarifa de energia promovendo apagão cívico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO LIMA (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero desejar, em nome da Câmara dos Deputados, sucesso ao novo Papa, Bento XVI, que, tenho certeza, irá transmitir a paz maior à comunidade cristã e ao nosso Planeta. Espero que a Casa providencie o envio ao Vaticano de ofício de felicitações a Sua Santidade, com votos de boa gestão nos caminhos do Senhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos debatido nos últimos tempos, na Comissão de Educação desta Casa, a criação de universidades federais, importantes para aumentar a abrangência do ensino público gratuito em nosso País.

O Deputado João Grandão, aqui presente, conseguiu aprovar a criação de um desses centros na cidade de Dourados. Meus parabéns, Deputado! Em Minas Gerais e no Recôncavo Baiano – graças ao empenho do Deputado Walter Pinheiro – também foram criadas novas universidades federais. Hoje discutimos o pleito da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, em projeto de autoria do Deputado Betinho Rosado, relatado pela Deputada Fátima Bezerra.

Sr. Presidente, o Estado de São Paulo também quer ser contemplado. Temos uma única universidade federal na Capital, com a Faculdade de Medicina, uma das maiores e melhores do País, muito bem conduzida pelo Reitor Ulysses Neto, e outra em São Carlos.

Vamos apresentar à Comissão uma solicitação para instalação de campus avançado da Universidade Federal de São Carlos, em Presidente Prudente, oeste paulista, uma das regiões mais carentes do Estado de São Paulo, em Sorocaba, a pedido da Deputada Iara Bernardi, em Bauru, em São José do Rio Preto e em Santos. Pedimos especial atenção do Presidente Lula e do Ministro da Educação, Tarso Genro, para esse nosso pleito. O que queremos é garantir a isonomia. Mais de 50% das vagas das nossas universidade federais, já citadas, e estaduais – USP, UNICAMP e UNESP – são ocupadas por estudantes de fora do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, a Frente Parlamentar da Educação pretende ampliar a atuação desses centros por todo o Brasil. Esperamos que São Paulo também seja agraciado. Só em Minas Gerais, já são 17 os campi de universidades federais.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – O Deputado Paulo Lima se esqueceu de citar a Universidade Federal da Zona da Mata Alagoana.

O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero elogiar o Deputado Paulo Lima pelo seu trabalho na Comissão de Educação. Estamos realmente muito felizes com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados. Agradeço à Comissão de Educação as gestões para que esse processo se consumasse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das principais metas do Governo Lula é a educação com qualidade. E o ensino técnico profissionalizante é fundamental para garantir aos nossos jovens um futuro com mais oportunidades.

Assim, quero elogiar a iniciativa do Ministério da Educação que criou o Grupo de Trabalho para Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Agrotécnica de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul, com a finalidade principal de retomar a construção da Escola Agrotécnica daquele Município, obra que está paralisada há anos.

Senhoras e senhores, desde segunda-feira esse Grupo de Trabalho se encontra em Mato Grosso do Sul,

onde, acompanhado deste Parlamentar e do companheiro Deputado Antonio Carlos Biffi, reuniu-se com os Secretários de Estado de Meio Ambiente, Educação, de Governo e com o IDATERRA, culminando com a Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Nova Andradina, discutindo a melhor forma de retomar tão importante obra.

A participação de todos os segmentos sociais e políticos muito nos sensibiliza e demonstra o quanto é importante para a população do Vale do Ivinhema a Escola Agrotécnica, que poderá formar profissionais dentro da vocação natural da região. A formação, além de fixar os profissionais na região, vai garantir o emprego e renda para os jovens, além de dar qualidade e agregar valores à produção agropecuária.

Nesse sentido também sugeri que fossemos além, construindo não apenas a escola, mas um centro tecnológico de formação, que será também o primeiro passo para a implantação de uma universidade voltada para o setor.

Parabenizo, portanto, cada um que contribui para o encaminhamento desse trabalho, o Grupo de Trabalho, Parlamentares, Prefeitos, Vereadores, profissionais da Educação, alunos e principalmente à população que estão imbuídos de um grande desejo de fazer esse sonho se tornar realidade, consolidando Nova Andradina e o Vale do Ivinhema como referências na formação técnica agropecuária num futuro que está, sem sombra de dúvida, muito próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a recém-concluída viagem da Comitiva do Presidente Lula ao continente africano – a quarta em seu mandato – reveste-se não só de caráter político-econômico, mas também de uma forte simbologia de retorno a uma das raízes que fecundaram com sua seiva a frondosa árvore brasileira. Os ganhos políticos, os negócios bilaterais abertos e aqueles a serem arrematados posteriormente em missões específicas rivalizaram com o roteiro sentimental, de "indesmentível" resgate para com uma das vertentes que forjaram a nossa nacionalidade mestiça.

No aspecto econômico, como bem disse o Presidente Lula, o Brasil foi *"arar a terra, jogar a semente, para depois colher os frutos"*. A frase se insere na atual orientação do Itamaraty de buscar oportunidades com países que não compunham nosso cardápio habitual de trocas comerciais. De olho no potencial mercado de 3 bilhões de reais em exportações para os 5 países visitados – de 2003 para cá, nossa balança comercial com a África aumentou em 40% –, os Ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e Luiz Fernando Furlan, da Indústria e do Comércio, agendaram com os africanos futuras missões comerciais, que irão prospectar os nichos de mercado onde se localizam as citadas oportunidades.

No plano político, Sr. Presidente, o entusiasmo e a simpatia popular, somados à fala de seus dirigentes, demonstram a crescente liderança brasileira entre os países em desenvolvimento. A intenção é dar maior sonoridade a essas nações contra os subsídios e as medidas protecionistas impostas pelos Estados Unidos e pela União Européia.

A estratégia desenhada é a de sair da posição de espectador para uma participação mais influente nos desígnios mundiais. Para isso, nossa diplomacia, com viagens como essa à África, visa fortalecer a influência do G-20 – agremiação dos países de maior poderio político e econômico depois do G-8 – e assegurar a indicação brasileira para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Dos países visitados na *Mamma* África constam Camarões, Senegal, Nigéria, Gana e Guiné-Bissau; estes três últimos, mais Guiné e Benin, todos da costa ocidental, foram os principais "fornecedores" – entre aspas – de mão-de-obra escrava à colônia portuguesa na América, em meados do século XVI. Pessoas empilhadas cruelmente nos porões dos navios negreiros, chamados também de tumbeiros, aqui aportavam para ajudar a transformar a jovem terra tupiniquim na maior produtora e exportadora de açúcar do mundo.

Nobres pares, a partir do século XVII, o sul da costa africana, principalmente Angola, Moçambique e Congo, passou também a exportar a odiosa "mercadoria" – entre aspas. Os escravizados pertenciam ou à etnia dos bantos ou à dos sudaneses, as duas principais etnias que tanto influenciaram os usos, os costumes e o nosso atual jeito de ser do brasileiro.

Vários momentos do reencontro afetivo da caravana presidencial com nossos ancestrais foram marcantes. Entre eles, podemos destacar as manifestações culturais em Acra, capital de Gana, de cerca de 200 integrantes da tribo Tabom (nome proveniente da expressão "tá bom"), descendentes de ex-escravos que retornaram à África no final do século XIX. Outro fato emocionante ocorreu na ilha de Gorée, na costa senegalesa, quando o Presidente Lula pediu desculpas aos irmãos africanos pelas atrocidades cometidas outrora contra seus concidadãos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a caravana presidencial a um dos ramos de nossa árvore genealógica colheu, entre outros suculentos frutos, o fortalecimento do prestígio do Brasil no jogo do xa-

drez internacional. É o que se depreende do pedido do primeiro mandatário nigeriano para que se realize no Brasil uma conferência de cúpula reunindo o mundo árabe e o continente africano. A iniciativa seria o desdobramento do encontro que haverá no próximo mês aqui em Brasília, na Conferência Mundo Árabe e América do Sul.

De tudo, porém, o que mais marcou o pedido de perdão extremamente necessário aos nossos irmãos africanos foi o nosso jeito de nos reconciliarmos com quem literalmente nos doou seu sangue para plasmar nossa identidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (Bloco/PL – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que nunca houve tão pouco a se comemorar quanto neste 19 de abril, Dia do Índio. Infelizmente, a lembrança mais recente é a morte de indígenas vítimas da desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Esse fato, mais que tristeza, nos causa vergonha. Desde o início do ano, mais de 20 indígenas, em sua maioria crianças, sucumbiram à fome.

É inconcebível, Sr. Presidente, que um país com uma produção agrícola de mais de 123 toneladas de grãos deixe seus índios morrerem de fome.

A triste ironia está também no fato de que os nossos indígenas morrem de desnutrição cercados por lavouras como as de soja, grão tão nutritivo, cujo leite é recomendado por pediatras quando as mães não conseguem amamentar seus filhos.

Como vemos, é preciso não só mudar as políticas sanitárias e indígenas. Também precisamos rever conceitos culturais. Ainda hoje vemos a soja como um grande produto de exportação, mas infelizmente os seus derivados ainda têm pouca presença em nossa alimentação.

Outra questão importante é a territorial, intimamente ligada à desnutrição indígena. A situação da reserva indígena de Dourados, por exemplo, é dramática. Numa pequena área demarcada, em 1928, para 300 guaranis, se amontoam hoje 12 mil índios. Não há terra suficiente para produzir alimento para todos.

Ao mesmo tempo em que os índios são prejudicados pela forte expansão agrícola do país, há bons exemplos. Gostaria de ilustrá-los com uma iniciativa pioneira, que vem do meu Estado de Mato Grosso.

Na cidade de Primavera do Leste, para resolver uma questão de terras, os agricultores se uniram e ofereceram ajuda aos indígenas para que pudessem plantar e colher dentro da reserva.

Na semana passada foi iniciada a segunda colheita dessa parceria, realizada pelos próprios índios da etnia xavante, sob a supervisão da Associação dos Produtores da Grande Primavera.

A estimativa de colheita deste ano é de 3 a 4 mil sacas de arroz, cerca de 3 mil sacas de milho, além de cana-de-açúcar e mandioca.

Hoje a disputa por terras está resolvida e a qualidade da alimentação dos indígenas melhorou significativamente.

Diante disso, gostaria de sugerir aos colegas Parlamentares da Comissão Externa que investiga os casos de morte por desnutrição entre índios no Centro-Oeste que conheçam de perto esse exemplo de Primavera do Leste.

Sr. Presidente, as questões indígenas no Brasil precisam de planejamento, e não de medidas pontuais, adotadas ao sabor das circunstâncias, que chegam tarde para suprir a inexistência de ações preventivas.

Alguns dos resultados da falta de maior planejamento no setor podem ser conferidos num estudo inédito, publicado hoje no jornal *Folha de S. Paulo*. O trabalho mostra que as populações indígenas estão na extremidade inferior da tabela do IDH brasileiro.

O IDH é um indicador da ONU que aponta o padrão de desenvolvimento humano de cada país e que varia entre zero e um. No Brasil, esse índice é de 0,790, o que nos coloca na 62ª posição no *ranking* de 177 países divulgado em 2004. Isoladamente, os índios têm IDH de 0,68, próximo da 114ª posição, ocupada pela Bolívia.

Sr. Presidente, quero pedir ao Governo que a FUNAI seja reestruturada para que disponha de recursos suficientes. Há 10 anos decidiu-se transferir a saúde indígena, no passado atribuição da FUNAI, para a FUNASA, órgão não especializado na causa indígena, o que tem causado grande transtorno. Solicitamos, então, que a saúde indígena volte aos cuidados da FUNAI, inclusive detentora da tutela dos índios brasileiros. Várias vezes lhe fizemos críticas pontuais, mas é a única em condições de dar atenção especial aos nossos indígenas.

Como vemos, Sr. Presidente, realmente não há o que comemorar neste 19 de abril. Mas há muito sobre o que refletir no sentido de avançar na busca da igualdade social entre todos os brasileiros.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Está feito o registro, Deputado Welinton Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o grande avanço experimentado pela indústria naval do nosso Estado do Rio de Janeiro durante a gestão dos Governos Garotinho já é realidade. Ele trouxe enorme orgulho aos fluminenses, graças à atuação decisiva da Governadora Rosinha Matheus, que deu continuidade ao projeto de revitalização iniciado no Governo Anthony Garotinho. É possível testemunhar milhares de trabalhadores em plena atividade no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, e no estaleiro da Ultratec, em Niterói.

Os investimentos não param de chegar. Agora, a PETROBRAS acaba de acertar o contrato com esses estaleiros para a construção da P-53, cujo preço final vai ficar mais baixo. Por iniciativa da Governadora Rosinha, que ofereceu a isenção de ICMS incidente sobre a obra, nos mesmos moldes do que foi feito com a P-51, cujo casco está sendo convertido na sede da Núcleo, em Itaguaí.

Essas conquistas da Governadora Rosinha Matheus garantem a abertura de mais de 3 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. Trata-se de grande injeção na economia fluminense, que vai proporcionar uma gama de novos empregos, tão esperados pela população.

Segundo a PETROBRAS, o prazo de entrega da plataforma será de 24 meses. Isso representa um período considerável de trabalho garantido, com benefício direto para uma população que necessita realmente de emprego. Para se ter noção da grandeza dessa obra, que vai ocupar grande contingente de operários, o estaleiro Ultratec, que vai construir parte da plataforma, já está passando por obras de ampliação, promovendo aumento de sua área em 50%.

Outras empresas do Estado do Rio de Janeiro também estarão envolvidas na construção da P-53. Como exemplo poderíamos citar a Rolls-Royce, que ficará com a tarefa de construir os módulos de geração de energia, enquanto os módulos de compressão de gás serão construídos pela companhia Dresser.

Além da Governadora Rosinha Matheus, do Secretário de Governo Anthony Garotinho, o Secretário de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo, Wagner Victer, comemorou a decisão da PETROBRAS em realizar parte da obra da P-53 no Rio de Janeiro.

Parabenizamos a direção da PETROBRAS e a Governadora Rosinha Matheus pelo acordo realizado, que vai promover a abertura de milhares de empregos para os nossos operários.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, estamos entusiasmados e cheios de fé com a decisão Governo do Presidente Lula de olhar com mais carinho para a nossa sofrida população da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, da qual nos orgulhamos de ser um dos dignos representantes.

Em diversas oportunidades temos falado desta tribuna sobre as necessidades básicas de infra-estrutura daquela região, que abriga mais de 4 milhões de habitantes. Fizemos, por diversas vezes, neste plenário, apelos aos colegas Deputados que também representam o povo da Baixada para que se unam a nós numa bancada forte, a fim de concretizar os sonhos daquela comunidade.

Felizmente, o Presidente Lula acaba de anunciar ação de larga escala para socorrer a Baixada Fluminense. Segundo palavras do Chefe da Casa Civil, o Ministro José Dirceu, a União já está trabalhando para implantar na Baixada um plano de ação envolvendo os Ministérios da Saúde, Cidades e Justiça para melhorar as condições de vida de seus habitantes. De acordo com S.Exa., os prefeitos já estão sendo ouvidos, e desejamos acrescentar que nós, Deputados, que moramos na Baixada Fluminense, também estamos muito interessados nesse avanço. Acreditamos que, pela convivência diária na localidade, poderemos ser bastante úteis nesse planejamento, uma vez que conhecemos a Baixada como a palma da mão.

Há falta de saneamento, de bons hospitais; é precária a situação da segurança e da educação. Apesar dos esforços da Governadora Rosinha e dos prefeitos locais, há muito o que se fazer, principalmente pelo Governo Federal.

A educação é um dos pontos a serem atacados. A presença federal no setor é praticamente inexistente. Enquanto no Rio existem 24 unidades com salas de aula, somente 2 Municípios da Baixada contam com escolas federais: Nilópolis, com 79 professores, e Seropédica, com apenas 47. Em Duque de Caxias, desde o Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, vimos lutando pela instalação de uma escola técnica.

Para exemplificar o que é a Baixada, segundo dados do Censo de 2000, 20% dos moradores vivem em situação de risco social; de cada 10 pessoas, duas tem rendimentos mensais abaixo de meio salário mínimo, sem contar os que vivem abaixo da linha da pobreza.

Temos chamado a atenção de nossas autoridades para os problemas daquela região, em função dos inúmeros bolsões de miséria e da conseqüente violência urbana.

Sr. Presidente, aquela cidade é tão maltratada! É pior que o Nordeste, porque se torna a latrina do Rio de Janeiro. E seus 4 milhões e 200 mil habitantes têm de gritar, não por revolução, mas por independência. Estou quase realizando um movimento, sem pegar em armas, para criar mais um Estado da Federação: a Baixada Fluminense.

Portanto, a alvissareira notícia sobre a decisão do Governo é muito bem-vinda, notadamente neste mês de abril, em que festejamos, no próximo dia 30, o Dia da Baixada Fluminense.

Quero, ao término deste pronunciamento, agradecer ao Governo Federal a nova tomada de decisão e concitar todos os dignos representantes da Baixada Fluminense a juntos lutarmos em prol desse projeto, para que em breve venha a ser realidade.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar o Sr. Jorge Mattoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, pela inauguração em Governador Valadares, região leste de Minas Gerais, convênio entre o Banco BCP, de Portugal, de Caixa Internacional, visando facilitar a remessa para o Brasil, sobretudo para Governador Valadares, de divisas dos nossos amigos que emigraram para outros países.

Sr. Presidente, 5,8 bilhões de dólares chegam anualmente ao País provindos de brasileiros que vivem no exterior – quantia superior à exportação de soja brasileira.

Portanto, a inauguração desse Caixa Internacional foi extremamente importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Com a palavra o Sr. Deputado Coriolano Sales.

O SR. CORIOLANO SALES (PFL-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo continua batendo recordes em arrecadação tributária. A imprensa acaba de noticiar que a arrecadação no primeiro trimestre deste ano – janeiro, fevereiro e março – ultrapassou 85 bilhões de reais, batendo marco histórico. Mantido esse diapasão, ela vai ultrapassar 350 bilhões de reais no fim do ano.

O inacreditável é que, apesar de ter alcançado essa marca arrecadatória, o Governo não libera recursos para a educação, para a saúde, nem para os transportes. As rodovias brasileiras estão em situação deplorável. São diários os casos de violência, de assaltos e os acidentes com vítimas fatais.

E não se vê no Governo, Sr. Presidente, repito, apesar do volumoso recurso arrecadados, senão a preocupação com o superávit primário para agradar os organismos internacionais, notadamente os grandes bancos internacionais, que financiaram o Brasil, e nacionais, que têm recebido régios juros das dívidas interna e externas do País.

É lamentável, Sr. Presidente, que Governo apenas se preocupe em manter essa situação perante os organismos financeiros nacionais e internacionais e em ampliar cada vez mais a arrecadação tributária.

Estarrecido, a cada início do mês, o País ouve a notícia da Receita Federal de que a arrecadação tributária foi ampliada, de que foi batido novo recorde de arrecadação. Em contrapartida, nada se ouve sobre a liberação das emendas parlamentares, nem das emendas coletivas.

O Governo está liberando recursos referentes às emendas do ano de 2003, deixando as emendas de 2004 para a gestão orçamentária de 2005. Estamos quase adentrando no mês de maio de 2005 e o Governo continua inerte relativamente às ações que dizem respeito à execução do Orçamento da União. Daí a razão do nosso estarrecimento diante do comportamento contraditório do Governo, que não libera os recursos necessários nem mesmo para as áreas sociais.

Deixo esse registro, Sr. Presidente, com a convicção de que representa a opinião de parcela substancial da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, parabenizo o Presidente Lula pela homologação de mais 5 terras indígenas nos Estados do Maranhão, Pará, Roraima, Amazonas e Espírito Santo. Ao mesmo tempo, solicito a S.Exa. que também homologue a demarcação das terras dos índios da aldeia Montemor, em Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação, as quais há muito estão sendo motivo de conflito.

Sr. Presidente, parabenizo igualmente o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo, pelo trabalho que vem realizando à frente daquela Pasta e pela forma com que recebe as Sras. e os Srs. Parlamentares, abrindo-lhes as portas para ouvir seus pleitos e reclamações.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, rezo para que Sua Santidade, o Papa Bento XVI, venha a ser o Papa do diálogo. Precisamos muito de diálogo neste mundo cheio de violência e conflitos. Espero que sua diretriz máxima de ação seja o diálogo – diálogo com os países, com a ciência, com as demais religiões –, para

que possamos ter um mundo de paz e de justiça social. Que S.S. possa empenhar-se cada vez mais no combate ao crime organizado e ao narcotráfico em prol de um mundo onde cada ser humano tenha condições de viver de forma digna.

Por último, Sr. Presidente, esta Casa tem de aprovar o projeto de decreto legislativo que dispõe sobre a realização, em outubro, de plebiscito para o povo brasileiro decidir sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no País. Esse projeto já poderia ter sido aprovado nesta Casa se se cumprisse o que determina nosso Regimento Interno.

Os Deputados Luiz Eduardo Greenhalgh e Antonio Carlos Biscaia disseram hoje que o exame do projeto é de competência da Comissão de Constituição, Justiça, de Redação e de Cidadania, pois diz respeito a matéria eleitoral.

Espero que na próxima semana votemos o projeto neste plenário, em caráter de urgência, para que seja assegurada a realização do plebiscito. Segundo o Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nós o teremos de votar até o final de abril, para que o plebiscito possa ser realizado. E espero que esta Câmara dos Deputados o faça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, iniciou-se, ontem, o ciclo de reuniões do Conselho de Política Monetária, com o objetivo de examinar o quadro financeiro do País, no que tange à fixação da Taxa SELIC, fixada em 19,25%, o que é considerado exagerado pelo empresariado, que já se manifestou a respeito, através de seus segmentos mais representativos, como a Confederação Nacional da Indústria e outras instituições sindicais e privadas.

Todas as vezes em que se anuncia o encontro formal do COPOM, as atenções se voltam para aquele Colegiado, na expectativa de que se reduzam os índices fixados, assumindo aquele órgão uma linha descendente, que viabilize os investimentos em bases compatíveis com a realidade nacional.

O próprio Ministro Luis Fernando Furlan, em declarações ontem divulgadas, manifesta a sua impressão de que poderá ocorrer uma inversão no posicionamento até aqui adotado, uma vez que o patamar a que se chegou é reputado insuportável para os nossos anseios desenvolvimentistas.

Afirma, textualmente, aquele integrante do primeiro escalão governamental, que: *“Eu imagino que esse seja um efeito desapontador com a alta de juros. Pode significar o momento de uma inversão no vetor dos juros”*.

Há, pois, uma expectativa de que hoje já se conheça a decisão do referenciado Conselho, sendo raras as pessoas qualificadas que acreditam em um novo e desastroso acréscimo, como os que vêm se registrando nos últimos seis meses.

Sobre essa palpitante temática, o jornal *O Globo* divulgou ontem, em sua página nobre, um editorial bem lançado, quando se destaca o seguinte parágrafo: *“Dose de sacrifício nos juros não deve ser desmedida”*.

A íntegra da palpitante matéria é a seguinte:

> “Na Medida
>
> O Comitê de Política Monetária (Copom) começa hoje a sua reunião em que avalia mensalmente a trajetória da inflação. E como resultado dessa avaliação, as taxas de juros básicas da economia podem ser alteradas ou não. Desde setembro do ano passado o Copom vem elevando os juros gradualmente, na tentativa de manter a inflação dentro das metas estabelecidas pelo governo.
>
> Os juros básicos nominais já alcançaram o patamar de 19,25% ao ano, o que considerando-se a alta dos preços para o consumidor projetada para os próximos doze meses, corresponde às taxas reais mais altas do mundo.
>
> Para a grande maioria das empresas brasileiras, a remuneração do capital não é compatível com essas taxas de juros. Desse modo, uma desaceleração dos negócios – e também nos preços – parece ser inevitável, especialmente os que estão voltados para o mercado doméstico.
>
> Fatores climáticos e pressões externas, que fogem ao controle das próprias autoridades monetárias, têm levado a inflação a ficar ligeiramente acima das expectativas iniciais, mas não a ponto de pôr em risco as metas definidas para este ano e 2006 (cujos tetos são de 7% e 6,5%).
>
> Na ata da reunião de março, o Copom deu indicações de que as taxas de juros podem ter atingido de fato o seu limite. Assim, ainda que alguns analistas econômicos estejam contando com mais uma alta de 0,25 ponto percentual na taxa básica, o recomendável seria interromper esse movimento e esperar pelo recuo dos índices de preços.
>
> As metas de inflação são estabelecidas dentro do calendário gregoriano, porém os efeitos da política monetária não se restringem aos meses do ano. Neste momento, as autoridades já se preocupam com o que acontecerá

em 2006, e não podem ficar presas ao curtíssimo prazo. Não por acaso o Copom (e o Banco Central como um todo, em seus relatórios trimestrais sobre inflação) vem ampliando suas avaliações para um horizonte que ultrapassa 31 de dezembro de 2005. O cumprimento das metas é um compromisso da política econômica e não pode ser negligenciado. No entanto, a dose de sacrifício não precisa ser maior do que a necessária".

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mauro Benevides, o Sr. João Caldas, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra à nobre Deputada Selma Schons.

A SRA. SELMA SCHONS (PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, gostaria de aproveitar esta oportunidade que me é concedida por V.Exa. para registrar, com alegria, o anúncio das medidas concretas adotadas pelo Governo Federal em apoio aos agricultores atingidos pela seca nos Estados do Sul do Brasil. No início do mês de março, o Presidente Lula recebeu em reunião os integrantes do Núcleo Agrário da Bancada Federal do PT justamente para apresentarmos a S.Exa. uma pauta de reivindicações que incluía medidas emergenciais para amenizar os estragos provocados pela estiagem. Nossa gestão foi acatada, e os agricultores já podem acessar cerca de R$1,5 bilhão disponibilizado pelo Governo Federal para a safra de inverno. Desses recursos, R$800 milhões representam uma antecipação de créditos do PRONAF.

Em tempos de contingenciamento, gostaríamos de parabenizar o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que, com seu empenho pessoal, garantiu, na área econômica do Governo, os recursos suficientes para cobrir os custos adicionais do Seguro da Agrícola. O Governo manteve sua palavra e o pagamento do seguro deverá se iniciar no próximo mês. Os produtores que emprestaram recursos do PRONAF/Custeio, mas não fizeram o seguro e tiveram perdas, terão suas dívidas prorrogadas por dois anos, pagando 50%, em 2006, e 50%, em 2007. E mais: caso prefiram pagar este ano, eles terão um desconto de R$650,00 para quitação do financiamento.

Sr. Presidente, para as famílias de baixa renda atingidas pela seca e que não acessam o PRONAF foi anunciada uma bolsa estiagem no valor de R$300,00. Este auxílio emergencial deverá chegar a 100 mil famílias de agricultores nos Estados da Região Sul. É sobre este item do pacote de medidas anunciado pelo Governo, que gostaria de chamar a atenção de V.Exas. Já dissemos desta tribuna, e repetimos agora, a sobre a gravidade da situação dos pequenos agricultores de nossa região, prontamente socorridos pelo Governo Federal. Entretanto, o Governo não pode deixar de também garantir assistência aos milhares de trabalhadores rurais que não são proprietários de terras e não possuem vínculo empregatício ou qualquer contrato que lhes assegure garantias mínimas num momento de catástrofe, como este se configura. Fazemos um apelo não só ao Ministro Rossetto, mas também ao Ministro Patrus Ananias, da Assistência Social, para que analisem, com carinho, a situação desses brasileiros mais fracos, que não podem prescindir da atenção governamental, que são os nossos diaristas e bóias-frias.

O critério de cadastramento e de indicação das famílias que serão beneficiados pelo Programa Bolsa Estiagem, já anunciado, deve ser, ao mesmo tempo, rigoroso, para não permitir fraudes, mas também deve ser justo o suficiente para incluir as famílias dos trabalhadores despossuídos, diaristas, bóias-frias (ou qualquer que seja a denominação), que ficaram sem trabalho em vista da estiagem e também precisam ter garantido o acesso aos benefícios emergenciais já anunciados pelo Governo do Presidente Lula.

Era este registro que gostaríamos de fazer nesta oportunidade, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. LOBBE NETO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejo que o tempo que nos é concedido, antes de 5 minutos, é agora de apenas 3 minutos.

Isso me faz lembrar a discriminação que sofremos por parte do Governo no que diz respeito às nossas emendas parlamentares: quem é da Oposição não recebe nenhuma emenda parlamentar.

Trata-se de uma discriminação não apenas contra este Deputado, mas sim contra todos os munícipes, Prefeituras, entidades e APAEs, que não se beneficiam da emenda que constitucionalmente apresentamos ao Orçamento de 2004, ainda, e, agora, ao de 2005.

Espero que o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, proponha a liberação de recursos para outros partidos, não somente para o Partido dos Trabalhadores, dando fim a essa discriminação.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar a Comissão de Educação desta Casa, o seu Presidente, Deputado Paulo Delgado, que vem fazendo um grande trabalho, e todos os Srs. Parlamentares que dela participam, pela aprovação de várias novas universidades para inúmeros pontos de nosso País e também pela iniciativa de transformar algumas facul-

dades isoladas em centros de ensino para, posteriormente, serem convertidos em universidades.

Espero que o Governo Federal não se limite apenas a criar novas universidades, apesar de isto ser muito importante, pois se trata de ensino público gratuito de qualidade, como podemos constatar em nossa cidade, na Universidade Federal de São Carlos. Aguardamos do Governo a devida instalação das universidades criadas, com realização de concurso público para professores, mestres e funcionários para trabalharem nessas novas instituições, além de vestibular para que os jovens possam adentrar os novos cursos que serão criados futuramente.

Também reivindicamos que se instale, o mais rapidamente possível, o curso de medicina na Universidade Federal de São Carlos e que se proceda à extensão do campus da universidade para Sorocaba, para a Baixada Santista, bem como à instalação da Universidade do ABC, no Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, companheiros Deputados, venho à tribuna para manifestar-me sobre a situação da saúde pública no Brasil.

No momento, vemos travar-se verdadeira guerra no Rio de Janeiro a respeito da gestão de hospitais. Mas não apenas nessa cidade. Hoje mesmo, recebi telefonema do Prefeito de Sousa e da Prefeita da Guarabira, Estado da Paraíba. Ambos os Municípios estão decretando estado de calamidade pública na área da saúde.

No meu Estado, ocorre problema bastante peculiar. Apesar de os Municípios assumirem a gestão plena dos serviços de saúde de média e alta complexidade do SUS, os hospitais regionais pertencem ao Governo do Estado e são por ele administrados, não pelas Prefeituras. Em virtude disso, corriqueiramente, serviços são interrompidos, ora por falta de medicamento, ora por falta de pessoal de nível médio e até mesmo por carência de equipamentos essenciais, como aparelho de ar-condicionado em Unidade de Terapia Intensiva.

Diante de tudo isso, o CRM tem visitado esses hospitais e, caso algum de seus setores não ter condições para atender a comunidade, tem lacrado essas áreas, de boxes cirúrgicos até UTIs. E isso se repete constantemente. Vários serviços essenciais que deveriam ser mantidos pelos hospitais do Estado não estão ocorrendo normalmente.

Em Patos, há mais de 6 meses a Central de Hemodiálise não recebe pagamentos – nem os fornecedores, tampouco os médicos e os funcionários que trabalham naquela unidade. Em Guarabira, a UTI foi lacrada pelo CRM.

Temos um verdadeiro sucateamento em vários hospitais estaduais, a exemplo do Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, na cidade de João Pessoa, alvo de verdadeiro abandono por parte da gestão estadual, o que tem levado à degradação de seus serviços.

Então, neste momento, temos de refletir sobre o projeto de lei de autoria do Deputado Roberto Gouveia, ora em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família, sobre a Lei de Responsabilidade Sanitária. Temos de dar a ele prioridade nesta Casa, para que possa ser votado em plenário ainda este ano. Com certeza, é preciso definir as obrigações dos Municípios, dos Estados e da União no que se refere à gestão da saúde.

Não podemos nos limitar única e exclusivamente ao que diz a Emenda Constitucional nº 29, que dispõe sobre os recursos mínimos para financiamento das ações e serviços públicos de saúde – temos de ir além do aspecto financeiro. Temos de cobrar a qualidade de serviços, a sua boa execução e o atendimento de metas específicas, e cabe a cada uma das esferas dos Poderes, no âmbito do SUS, cumprir com sua obrigação. E caso não a cumpram, que sejam responsabilizados os administradores públicos que não estejam fazendo com que esses serviços funcionem, negligenciando suas obrigações perante à população brasileira.

Estamos encampando essa luta com a bancada da saúde nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Informo ao Plenário que neste momento há o registro de 209 presenças no painel eletrônico.

PRESENTES OS SEGUINTES SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

Alceste Almeida PMDB
Almir Sá PL Nº PL/PSL
Luciano Castro PL Nº PL/PSL
Maria Helena PPS
Total de Roraima: 4

AMAPÁ

Coronel Alves PL Nº PL/PSL
Davi Alcolumbre PFL
Eduardo Seabra PTB
Janete Capiberibe PSB
Total de Amapá: 4

PARÁ

Ann Pontes PMDB
Asdrubal Bentes PMDB
Nilson Pinto PSDB
Vic Pires Franco PFL
Zequinha Marinho PSC
Total de Pará: 5

AMAZONAS

Francisco Garcia PP
Lupércio Ramos PMDB
Pauderney Avelino PFL
Silas Câmara PTB
Vanessa Grazziotin PCdoB
Total de Amazonas: 5

RONDÔNIA

Eduardo Valverde PT
Natan Donadon PMDB
Total de Rondônia: 2

TOCANTINS

Eduardo Gomes PSDB
Homero Barreto PTB
Total de Tocantins: 2

MARANHÃO

César Bandeira PFL
Dr. Ribamar Alves PSB
Nice Lobão PFL
Pedro Fernandes PTB
Sarney Filho PV
Wagner Lago PP
Total de Maranhão: 6

CEARÁ

Almeida de Jesus PL Nº PL/PSL
Antenor Naspolini PSDB
Antonio Cambraia PSDB
Ariosto Holanda PSDB
Arnon Bezerra PTB
Gonzaga Mota PSDB
Gorete Pereira PL Nº PL/PSL
João Alfredo PT
José Linhares PP
José Pimentel PT
Mauro Benevides PMDB
Moroni Torgan PFL
Vicente Arruda PSDB
Total de Ceará: 13

PIAUÍ

Júlio Cesar PFL
Mussa Demes PFL
Nazareno Fonteles PT
Total de Piauí: 3

RIO GRANDE DO NORTE

Álvaro Dias PDT
Betinho Rosado PFL
Fátima Bezerra PT
Iberê Ferreira PTB
Total de Rio Grande do Norte: 4

PARAÍBA

Benjamin Maranhão PMDB
Inaldo Leitão PL Nº PL/PSL
Luiz Couto PT
Philemon Rodrigues PTB
Total de Paraíba: 4

PERNAMBUCO

André de Paula PFL
Fernando Ferro PT
Inocêncio Oliveira PMDB
Jorge Gomes PSB
Pastor Francisco Olímpio PSB
Total de Pernambuco: 5

ALAGOAS

Benedito de Lira PP
Givaldo Carimbão PSB
João Caldas PL Nº PL/PSL
Olavo Calheiros PMDB
Total de Alagoas: 4

SERGIPE

Jackson Barreto PTB
João Fontes PDT
Total de Sergipe: 2

BAHIA

Antonio Carlos Magalhães Neto PFL
Aroldo Cedraz PFL
Claudio Cajado PFL
Colbert Martins PPS
Coriolano Sales PFL
Daniel Almeida PCdoB
Félix Mendonça PFL
Guilherme Menezes PT
Jairo Carneiro PFL
João Leão PL Nº PL/PSL
José Carlos Aleluia PFL
José Carlos Araújo PFL
José Rocha PFL
Jutahy Junior PSDB
Luiz Alberto PT
Mário Negromonte PP

Milton Barbosa PFL
Nelson Pellegrino PT
Paulo Magalhães PFL
Pedro Irujo PL Nº PL/PSL
Walter Pinheiro PT
Zelinda Novaes PFL
Zezéu Ribeiro PT
Total de Bahia: 23

MINAS GERAIS

Ademir Camilo PL Nº PL/PSL
Bonifácio de Andrada PSDB
Carlos Mota PL Nº PL/PSL
Custódio Mattos PSDB
Eduardo Barbosa PSDB
Eliseu Resende PFL
Geraldo Thadeu PPS
Gilmar Machado PT
Isaías Silvestre PSB
Jaime Martins PL Nº PL/PSL
João Magno PT
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PL Nº PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira PP
Mário Assad Júnior PL Nº PL/PSL
Mauro Lopes PMDB
Odair Cunha PT
Paulo Delgado PT
Rafael Guerra PSDB
Reginaldo Lopes PT
Roberto Brant PFL
Total de Minas Gerais: 21

ESPÍRITO SANTO

Feu Rosa PP
Iriny Lopes PT
Jair de Oliveira PMDB
Manato PDT
Marcelino Fraga PMDB
Marcus Vicente PTB
Nilton Baiano PP
Renato Casagrande PSB
Total de Espírito Santo: 8

RIO DE JANEIRO

Almir Moura S.Part.
Antonio Carlos Biscaia PT
Carlos Nader PL Nº PL/PSL
Carlos Santana PT
Chico Alencar PT
Deley PMDB
Dr. Heleno PMDB
Jair Bolsonaro PFL
Jorge Bittar PT
Juíza Denise Frossard PPS
Leonardo Picciani PMDB
Miro Teixeira PT
Paulo Feijó PSDB
Renato Cozzolino S.Part.
Total de Rio de Janeiro: 14

SÃO PAULO

Antonio Carlos Pannunzio PSDB
Arnaldo Faria de Sá PTB
Cláudio Magrão PPS
Corauci Sobrinho PFL
Dimas Ramalho PPS
Edinho Montemor PL Nº PL/PSL
Edna Macedo PTB
Enéas PRONA
Ildeu Araujo PP
Jamil Murad PCdoB
João Batista PFL
João Paulo Cunha PT
José Mentor PT
Julio Semeghini PSDB
Lobbe Neto PSDB
Luciano Zica PT
Luiz Eduardo Greenhalgh PT
Luiza Erundina PSB
Mariângela Duarte PT
Milton Monti PL Nº PL/PSL
Paulo Lima PMDB
Professor Luizinho PT
Ricardo Izar PTB
Roberto Gouveia PT
Salvador Zimbaldi PTB
Silvio Torres PSDB
Telma de Souza PT
Valdemar Costa Neto PL Nº PL/PSL
Vicentinho PT
Wanderval Santos PL Nº PL/PSL
Zarattini PT
Total de São Paulo: 31

MATO GROSSO

Carlos Abicalil PT
Welinton Fagundes PL Nº PL/PSL
Total de Mato Grosso: 2

DISTRITO FEDERAL

Alberto Fraga S.Part.
José Roberto Arruda PFL
Osório Adriano PFL
Sigmaringa Seixas PT
Tatico PL Nº PL/PSL
Wasny de Roure PT
Total de Distrito Federal: 6

GOIÁS

João Campos PSDB
Luiz Bittencourt PMDB
Pedro Chaves PMDB
Ronaldo Caiado PFL
Sergio Caiado PP
Total de Goiás: 5

MATO GROSSO DO SUL

Antonio Cruz PTB
João Grandão PT
Murilo Zauith PFL
Nelson Trad PMDB
Waldemir Moka PMDB
Total de Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

Affonso Camargo PSDB
André Zacharow PSB
Dilceu Sperafico PP
Dr. Rosinha PT
Dra. Clair PT
Eduardo Sciarra PFL
Giacobo PL Nº PL/PSL
Luiz Carlos Hauly PSDB
Moacir Micheletto PMDB
Odílio Balbinotti PMDB
Osmar Serraglio PMDB
Ricardo Barros PP
Selma Schons PT
Vitorassi PT
Total de PARANÁ 14
SANTA CATARINA
Adelor Vieira PMDB
Carlito Merss PT
Edinho Bez PMDB
Fernando Coruja PPS
João Pizzolatti PP
Leodegar Tiscoski PP
Paulo Afonso PMDB
Zonta PP
Total de Santa Catarina: 8

RIO GRANDE DO SUL

Beto Albuquerque PSB
Francisco Turra PP
Henrique Fontana PT
Luis Carlos Heinze PP
Mendes Ribeiro Filho PMDB
Milton Cardias PTB
Onyx Lorenzoni PFL
Orlando Desconsi PT
Paulo Pimenta PT
Total de Rio Grande do Sul: 9

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Não havendo *quorum* para dar início à Ordem do Dia, declaro-a cancelada.

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

COMPARECEM MAIS OS SRS:

RORAIMA

Dr. Rodolfo Pereira PDT
Francisco Rodrigues PFL
Total de Roraima: 2

AMAPÁ

Hélio Esteves PT
Total de Amapá: 1

PARÁ

Anivaldo Vale PSDB
Babá S.Part.
Josué Bengtson PTB
Nicias Ribeiro PSDB
Paulo Rocha PT
Raimundo Santos PL Nº PL/PSL
Zé Geraldo PT
Total de Pará: 7

AMAZONAS

Átila Lins PPS
Humberto Michiles PL Nº PL/PSL
Total de Amazonas: 2

ACRE

Júnior Betão PL Nº PL/PSL
Perpétua Almeida PCdoB
Zico Bronzeado PT
Total de Acre: 3

TOCANTINS

Ana Alencar PSDB
Osvaldo Reis PMDB
Ronaldo Dimas PSDB
Total de Tocantins: 3

MARANHÃO

Clóvis Fecury PFL
Gastão Vieira PMDB
Neiva Moreira PDT
Pedro Novais PMDB
Remi Trinta PL Nº PL/PSL
Sebastião Madeira PSDB

Terezinha Fernandes PT
Total de Maranhão: 7

CEARÁ

Aníbal Gomes PMDB
Bismarck Maia PSDB
Pastor Pedro Ribeiro PMDB
Total de Ceará: 3

PIAUÍ

Marcelo Castro PMDB
Moraes Souza PMDB
Paes Landim PTB
Total de Piauí: 3

RIO GRANDE DO NORTE

Ney Lopes PFL
Total de Rio Grande do Norte: 1

PARAÍBA

Wilson Santiago PMDB
Total de Paraíba: 1

PERNAMBUCO

José Chaves PTB
Roberto Magalhães PFL
Severino Cavalcanti PP
Total de Pernambuco: 3

ALAGOAS

João Lyra PTB
José Thomaz Nonô PFL
Jurandir Boia PDT
Rogério Teófilo PPS
Total de Alagoas: 4

SERGIPE

Bosco Costa PSDB
Ivan Paixão PPS
Total de Sergipe: 2

BAHIA

João Carlos Bacelar PFL
Luiz Bassuma PT
Severiano Alves PDT
Total de Bahia: 3

MINAS GERAIS

Ana Guerra PT
Carlos Melles PFL
César Medeiros PT
Fernando Diniz PMDB
João Paulo Gomes da Silva PL Nº PL/PSL
Júlio Delgado PPS
Marcello Siqueira PMDB
Narcio Rodrigues PSDB
Osmânio Pereira PTB
Sérgio Miranda PCdoB
Virgílio Guimarães PT
Total de Minas Gerais: 11

RIO DE JANEIRO

André Luiz S.Part.
Fernando Gabeira PV
José Divino PMDB
Luiz Sérgio PT
Rodrigo Maia PFL
Sandro Matos PTB
Vieira Reis PMDB
Total de Rio de Janeiro: 7

SÃO PAULO

Amauri Gasques PL Nº PL/PSL
Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Celso Russomanno PP
Gilberto Nascimento PMDB
Ivan Valente PT
José Eduardo Cardozo PT
Jovino Cândido PV
Luiz Antonio Fleury PTB
Marcelo Barbieri PMDB
Nelson Marquezelli PTB
Rubinelli PT
Walter Barelli PSDB
Total de São Paulo: 13

MATO GROSSO

Thaís Barbosa PMDB
Total de Mato Grosso: 1

DISTRITO FEDERAL

Jorge Pinheiro PL Nº PL/PSL
Maninha PT
Total de Distrito Federal: 2

GOIÁS

Barbosa Neto PSB
Leandro Vilela PMDB
Total de Goiás: 2

MATO GROSSO DO SUL

Geraldo Resende PPS
Total de Mato Grosso do Sul: 1

PARANÁ

Alex Canziani PTB
Colombo PT

Gustavo Fruet PSDB
Total de Paraná: 3

RIO GRANDE DO SUL

Augusto Nardes PP
Marco Maia PT
Osvaldo Biolchi PMDB
Pastor Reinaldo PTB
Total de Rio Grande do Sul: 4

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

RORAIMA

Pastor Frankembergen PTB
Suely Campos PP
Total de Roraima: 2

AMAPÁ

Badu Picanço PL Nº PL/PSL
Dr. Benedito Dias PP
Gervásio Oliveira PMDB
Total de Amapá: 3

PARÁ

Jader Barbalho PMDB
José Priante PMDB
Wladimir Costa PMDB
Zé Lima PP
Zenaldo Coutinho PSDB
Total de Pará: 5

AMAZONAS

Carlos Souza PP
Total de Amazonas: 1

RONDÔNIA

Agnaldo Muniz PP
Anselmo PT
Hamilton Casara PL Nº PL/PSL
Marinha Raupp PMDB
Miguel de Souza PL Nº PL/PSL
Nilton Capixaba PTB
Total de Rondônia: 6

ACRE

Henrique Afonso PT
João Correia PMDB
João Tota PL Nº PL/PSL
Nilson Mourão PT
Ronivon Santiago PP
Total de Acre: 5

TOCANTINS

Darci Coelho PP
Kátia Abreu PFL
Pastor Amarildo PMDB
Total de Tocantins: 3

MARANHÃO

Antonio Joaquim PTB
Costa Ferreira PSC
João Castelo PSDB
Luciano Leitoa PSB
Paulo Marinho PL Nº PL/PSL
Total de Maranhão: 5

CEARÁ

André Figueiredo PDT
Inácio Arruda PCdoB
Léo Alcântara PSDB
Manoel Salviano PSDB
Marcelo Teixeira PMDB
Zé Gerardo PMDB
Total de Ceará: 6

PIAUÍ

Átila Lira PSDB
B. Sá PPS
Ciro Nogueira PP
Simplício Mário PT
Total de Piauí: 4

RIO GRANDE DO NORTE

Henrique Eduardo Alves PMDB
Nélio Dias PP
Sandra Rosado PMDB
Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

Carlos Dunga PTB
Domiciano Cabral PSDB
Enivaldo Ribeiro PP
Lúcia Braga PMDB
Marcondes Gadelha PTB
Ricardo Rique PL Nº PL/PSL
Wellington Roberto PL Nº PL/PSL
Total de Paraíba: 7

PERNAMBUCO

Armando Monteiro PTB
Carlos Eduardo Cadoca PMDB
Gonzaga Patriota PSB
Joaquim Francisco PTB
José Mendonça Bezerra PFL
José Múcio Monteiro PTB
Luiz Piauhylino PDT
Marcos de Jesus PL Nº PL/PSL
Maurício Rands PT
Miguel Arraes PSB

Osvaldo Coelho PFL
Paulo Rubem Santiago PT
Pedro Corrêa PP
Raul Jungmann PPS
Renildo Calheiros PCdoB
Ricardo Fiuza PP
Roberto Freire PPS
Total de Pernambuco: 17

ALAGOAS

Helenildo Ribeiro PSDB
Total de Alagoas: 1

SERGIPE

Cleonâncio Fonseca PP
Heleno Silva PL Nº PL/PSL
Jorge Alberto PMDB
José Carlos Machado PFL
Total de Sergipe: 4

BAHIA

Alice Portugal PCdoB
Edson Duarte PV
Fábio Souto PFL
Fernando de Fabinho PFL
Geddel Vieira Lima PMDB
Gerson Gabrielli PFL
João Almeida PSDB
Jonival Lucas Junior PTB
Josias Gomes PT
Luiz Carreira PFL
Marcelo Guimarães Filho PFL
Reginaldo Germano PP
Robério Nunes PFL
Total de Bahia: 13

MINAS GERAIS

Aracely de Paula PL Nº PL/PSL
Cabo Júlio PMDB
Carlos Willian PMDB
Cleuber Carneiro PTB
Dr. Francisco Gonçalves PTB
Edmar Moreira PL Nº PL/PSL
Ibrahim Abi-Ackel PP
Ivo José PT
João Magalhães PMDB
José Militão PTB
José Santana de Vasconcellos PL Nº PL/PSL
Lael Varella PFL
Leonardo Mattos PV
Maria do Carmo Lara PT
Maria Lúcia Cardoso PMDB
Mário Heringer PDT
Romel Anizio PP
Romeu Queiroz PTB
Saraiva Felipe PMDB
Vadinho Baião PT
Vittorio Medioli PSDB
Total de Minas Gerais: 21

ESPÍRITO SANTO

Neucimar Fraga PL Nº PL/PSL
Rose de Freitas PMDB
Total de Espírito Santo: 2

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral PFL
Alexandre Cardoso PSB
Alexandre Santos PMDB
Almerinda de Carvalho PMDB
André Costa PT
Bernardo Ariston PMDB
Carlos Rodrigues PL Nº PL/PSL
Edson Ezequiel PMDB
Eduardo Cunha PMDB
Eduardo Paes PSDB
Elaine Costa PTB
Fernando Lopes PMDB
Francisco Dornelles PP
Itamar Serpa PSDB
Jandira Feghali PCdoB
João Mendes de Jesus PSL PL/PSL
Josias Quintal PMDB
Julio Lopes PP
Laura Carneiro PFL
Moreira Franco PMDB
Nelson Bornier PMDB
Paulo Baltazar PSB
Reinaldo Betão PL Nº PL/PSL
Roberto Jefferson PTB
Simão Sessim PP
Total de Rio de Janeiro: 25

SÃO PAULO

Alberto Goldman PSDB
Angela Guadagnin PT
Ary Kara PTB
Carlos Sampaio PSDB
Delfim Netto PP
Devanir Ribeiro PT

Durval Orlato PT
Elimar Máximo Damasceno PRONA
Iara Bernardi PT
Jefferson Campos PMDB
João Herrmann Neto PDT
Luiz Carlos Santos PFL
Marcelo Ortiz PV
Marcos Abramo PFL
Medeiros PL Nº PL/PSL
Michel Temer PMDB
Neuton Lima PTB
Orlando Fantazzini PT
Paulo Kobayashi PSDB
Professor Irapuan Teixeira PP
Robson Tuma PFL
Vadão Gomes PP
Vanderlei Assis PP
Vicente Cascione PTB
Xico Graziano PSDB
Zulaiê Cobra PSDB
Total de São Paulo: 26

MATO GROSSO

Celcita Pinheiro PFL
Pedro Henry PP
Ricarte de Freitas PTB
Teté Bezerra PMDB
Thelma de Oliveira PSDB
Total de Mato Grosso: 5

GOIÁS

Capitão Wayne PSDB
Carlos Alberto Leréia PSDB
Enio Tatico PL Nº PL/PSL
Jovair Arantes PTB
Neyde Aparecida PT
Pedro Canedo PP
Rubens Otoni PT
Sandes Júnior PP
Sandro Mabel PL Nº PL/PSL
Vilmar Rocha PFL
Total de Goiás: 10

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT
Vander Loubet PT
Total de Mato Grosso do Sul: 2

PARANÁ

Abelardo Lupion PFL
Airton Roveda PTB
Assis Miguel do Couto PT
Cezar Silvestri PPS
Chico da Princesa PL Nº PL/PSL
Hermes Parcianello PMDB
Iris Simões PTB
José Borba PMDB
José Janene PP
Max Rosenmann PMDB
Nelson Meurer PP
Oliveira Filho PL Nº PL/PSL
Takayama PMDB
Total de Paraná: 13

SANTA CATARINA

Edison Andrino PMDB
Gervásio Silva PFL
Ivan Ranzolin PP
Jorge Boeira PT
Luci Choinacki PT
Mauro Passos PT
Paulo Bauer PFL
Vignatti PT
Total de Santa Catarina: 8

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
Alceu Collares PDT
Cezar Schirmer PMDB
Darcísio Perondi PMDB
Eliseu Padilha PMDB
Enio Bacci PDT
Érico Ribeiro PP
Francisco Appio PP
Júlio Redecker PSDB
Kelly Moraes PTB
Luciana Genro S.Part.
Maria do Rosário PT
Nelson Proença PPS
Paulo Gouvêa PL Nº PL/PSL
Pompeo de Mattos PDT
Tarcísio Zimmermann PT
Wilson Cignachi PMDB
Yeda Crusius PSDB
Total de Rio Grande do Sul: 18

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 59 minutos.)

Ata da 71ª Sessão, em 20 de abril de 2005

Presidência dos Srs. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário. Natan Donadon, Ana Alencar, Gilberto Nascimento, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II – LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna na sessão de hoje para informar que ontem, na cidade de Curitiba, foi realizado um movimento público pela Associação Comercial do Paraná. Creio que foi a primeira manifestação realizada, na sua história, contra impostos.

Em primeiro lugar, quero dizer que toda manifestação pública é democrática. Mas o mérito dessa está equivocado, porque a Associação não pede justiça tributária; pede, sim, redução de impostos. No País quem paga é o povo, o cidadão consumidor, uma vez que as empresas repassam os custos para as mercadorias.

Os manifestantes pediam redução de impostos, mas esses são necessários para que se faça justiça social. Portanto, a manifestação deveria ter sido no sentido de se fazer justiça tributária e social.

Justiça tributária significa diminuir os impostos sobre consumo, que são muito altos em nosso País. A tributação do capital, da renda e do patrimônio propiciam a justiça social, ampliação dos serviços de saúde e educação, com distribuição indireta de renda.

Ainda não foram fechados os dados relativos ao montante do Produto Interno Bruto de 2004, o que se dá em torno de junho ou julho, mas, quando comparamos os percentuais em relação ao PIB de 2002, no Governo Fernando Henrique Cardoso, constatamos que a relação Produto Interno Bruto/tributos era maior do que no Governo Lula, em 2003. Tenho absoluta certeza de que em 2004 acontecerá o mesmo.

Portanto, a Associação Comercial do Paraná tem o objetivo de manter os privilégios dessa classe da população em detrimento da justiça social.

A reforma tributária é necessária. Deve-se debater como e de quem cobrar impostos e a forma de distribuir melhor a renda. Não estava na pauta da manifestação a distribuição dos tributos.

Sabemos que os Municípios estão aviltados e com grande dificuldade de cumprir seu papel e seus programas, porque para eles a distribuição de recursos caiu muito.

Vamos debater os tributos, mas com justiça na sua cobrança, na distribuição e no atendimento à população.

Por que, durante o Governo anterior, quando os impostos eram maiores, aqueles não se manifestaram publicamente? Por que se manifestam agora, quando o próprio Governo já está preocupado com essa situação? Tanto é que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já mostra que é uma preocupação do Governo Lula dar um basta ao crescimento da carga tributária. Mas isso não foi mostrado na manifestação de Curitiba.

O Governo reconhece que o Brasil é o 18º país a cobrar os mais altos impostos e na proporcionalidade PIB/tributos, mas o que vimos ontem foi mera manifestação de rua desse setor privilegiado contra este Governo que está procurando fazer a justiça distributiva.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Novamente é 19 de abril. Novamente comemoramos o Dia do Índio no nosso País. Tudo seria uma repetição de anos anteriores – sessões de homenagem, justos protestos dos representantes dos povos indígenas e das entidades que os defendem – não fosse a tão esperada homologação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Até o ano passado, a comemoração do Dia do Índio começava, invariavelmente, com a cobrança ao Governo para homologar a demarcação dessa área. Há cerca de 30 anos os povos Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona perseveram na luta pelo direito de posse sobre a área, território que ocupam desde tempos imemoriais. Ao lado dos índios, de ma-

neira solidária, tem atuado a FUNAI e organizações não-governamentais tais como: CIR (Conselho Indígena de Roraima), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a Diocese de Roraima (na figura pioneira de Dom Aldo Mongiano e, depois, de Dom Aparecido José Dias), apenas para citar algumas.

A área foi homologada de forma contínua, excetuando as estradas e o Parque Nacional do Monte Roraima (mantido como Unidade de Conservação), as bases militares, o núcleo urbano do Município de Uiramutã, os leitos das rodovias e as linhas de transmissão de energia elétrica. Os 1.747.464 hectares serão de posse definitiva dos 14 mil índios da região. Mas, como bem salientou o Presidente Lula, o resgate da dívida com os indígenas vai muito além da demarcação e homologação das terras. Os passos seguintes envolvem os vários Ministérios afetos à questão. Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao INCRA viabilizar a concessão de 150.000 hectares de terras da União para a implementação dos Pólos de Desenvolvimento Agropecuário no Estado de Roraima; reassentar as famílias intrusadas na reserva indígena e apresentar o Georeferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.

Ao Ministério da Justiça, além da Portaria de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, caberá realizar em conjunto com a FUNAI o plano de transferência dos ocupantes não-índios e a regularização fundiária das terras indígenas existentes em Roraima. Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão caberá instalar a Gerência Regional da Secretaria de Patrimônio da União no Estado de Roraima, para garantir a regularização da ocupação de imóveis nesta unidade federativa, entre outras atribuições. Ao Ministério da Saúde e FUNASA, cabem a manutenção e ampliação das equipes de Saúde Indígena no Estado, para garantir a atenção integral nas aldeias e imediatamente, a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e melhoria dos 12 Postos de Saúde e da Casa de Saúde Indígena, além da implantação de Sistemas de Saneamento Ambiental para as áreas indígenas e para os municípios. Também os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo têm a obrigação de desenvolver medidas para dar sustentação e continuidade à homologação da área Raposa Serra do Sol.

Sras. e Srs. Deputados, este Parlamentar quer expressar seu reconhecimento aos esforços desenvolvidos pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário e pelo Presidente do INCRA, no sentido de viabilizar o reassentamento dos agricultores não-índios fora da área indígena. A retirada desses colonos se dará no prazo de um ano, a partir da data da homologação. Os rizicultores que exploram terras dentro da área indígena também serão transferidos depois de um ano, tempo necessário para a colheita da safra atual. A União indenizará as benfeitorias construídas de boa fé pelos 63 pecuaristas e rizicultores.

Lamentavelmente, o Governador de Roraima se declarou em luto e protocolou ação popular contra o decreto de homologação, esquecendo-se da diferença existente entre terra e território indígena, este último englobando não só a extensão fundiária, mas as áreas de caça, pesca, perambulação e espaço da realização cultural indígena.

Na Sessão Solene realizada no plenário dessa Casa, o índio Dionito Macuxi, ao louvar a assinatura da homologação da demarcação da Raposa Serra do Sol pelo nosso Governo, lamentou o que descreveu como *"um presente com uma sujeira dentro"*. Ele se referia à manutenção do núcleo urbano do Município de Uiramutã, com 4,7 mil habitantes. Realmente, é de se lamentar que os governantes do Estado do Roraima não tenham se apercebido do Município que se criava, 4 anos após a conclusão da identificação da terra indígena pela FUNAI. Evidente que estava fadado a ter complicações futuras um município incrustado em terra indígena!

Esse o teor do meu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. MARCUS VICENTE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCUS VICENTE (PTB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço duas breves comunicações à Casa. A primeira diz respeito à Resolução nº 415, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que determina à Companhia Docas do Rio de Janeiro estabelecer para a Companhia Portuária Baía de Sepetiba cota mínima de movimentação para atendimento a outras mineradoras.

A segunda é com relação à reunião, realizada em São Paulo, de siderúrgicas guseiras do Brasil. O assunto foi divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, da última quarta-feira, em artigo intitulado *Siderúrgicas se unem contra Vale*, sobre o combate contra o poder de mercado da Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da resolução e do artigo acima citados, além publicação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

RESOLUÇÃO Nº 415 -ANTAQ, DE 5 DE ABRIL DE 2005.

DETERMINA QUE A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO-CDRJ ESTABELEÇA PARA A COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA-CPBS COTA MÍNIMA DE MOVIMENTAÇÃO PARA ATENDIMENTO A OUTRAS MINERADORAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO:

I. o que consta do Processo nº 50300.001461/2004 em particular dos pareceres das áreas técnica e jurídica que analisam a questão;

II. que a COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRD é a detentora do controle acionário dos terminais portuários especializados na movimentação de minérios na Região Sudeste do País;

III. as várias reclamações existentes de empresas de mineração sobre a negativa da Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS, empresa controlada pela CVRD, em movimentar suas cargas de minérios para exportação, o que, ainda segundo aquelas empresas, se constituiria em mecanismo para bloquear suas vendas no mercado externo ou de forçar a venda do minério à CVRD;

IV. que o terminal operado pela CPBS está localizado em área arrendada dentro de um porto público;e

V. o que foi deliberado pela Diretoria em sua 135ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 2005

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que a COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO-CDRJ estabeleça para a COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA-CPBS uma cota mínima de movimentação para atendimento a outras mineradoras.

Parágrafo Único. A cota mínima mencionada no artigo anterior e bem assim os preços a serem praticados para a movimentação das cargas de terceiros serão informados a esta Agência pela CDRJ e deverão garantir condições de movimentação adequadas aos demais usuários.

Art. 2º Determinar que a COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO-CDRJ se abstenha de alterar ou aditar o contrato de arrendamento atualmente existente para o terminal da CPBS até que se estabeleçam as condições mencionadas nos artigos anteriores.

Art. 3º Considerar que existem indícios de infração à ordem econômica em função da negativa da COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA-CPBS em operar carga de terceiros, o que determina o envio da matéria pela ANTAQ, para averiguação, à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça-SDE/MJ, à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda-SAE/MF e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE, de acordo com o disposto no art. 31, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO WANDERLEY NÓBREGA
Diretor-Geral

Siderúrgicas se unem contra Vale

Querem que ela se desfaça de ativos em ferrovias e portos e renuncie a acordo preferencial com a CSN

As siderúrgicas brasileiras resolveram se rebelar contra o poder de mercado da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na mineração de ferro e na logística. O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), que representa todas as siderúrgicas brasileiras, solicitou reunião com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

As siderúrgicas vão defender o parecer da Secretaria de Direito Econômico (SDE) que recomenda à Vale que se desfaça de ativos em ferrovias, portos e renuncie a um acordo com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que prevê preferência no minério de ferro da mina Casa de Pedra.

O Cade começa a julgar o processo de concentração nas próximas semanas. "A siderurgia se manteve às margens da discussão, mas agora não podemos mais ficar omissos", disse, ao **Estado**, Marco Polo de Mello Lopes, vice-presidente executivo do IBS. "A Vale é hoje a única alternativa para fornecimento de minério de ferro e logística. Temos informações de nossas associadas de que há problemas na relação da Vale com suas clientes."

Essa é a primeira vez que as siderúrgicas vêm a público contra a Vale. Segundo um analista desse mercado, as siderúrgicas ficaram caladas porque têm medo de represálias. Elas temiam ter o fornecimento de ferro cortado ou enfrentar obstáculos para escoar a produção.

Além disso, as empresas se sentiram pressionadas pelo governo, que zerou a alíquota de importação de produtos siderúrgicos e investiga os preços na cadeia do aço.

Há pouco mais de um mês, o IBS enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmando que as medidas da SDE são "imprescindíveis" para viabilizar o desenvolvimento de novas minas de ferro.

Na carta, obtida pelo **Estado**, as siderúrgicas afirmam que o "estabelecimento de um ambiente logístico concorrencial é de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria brasileira".

Em janeiro, a SDE concluiu sua investigação sobre as compras de mineradoras feitas pela Vale em 2000 e 2001. A Vale comprou a Ferteco, Samitri, Socoimex e MBR, que elevaram "substancialmente" sua participação no mercado.

Segundo a SDE, a Vale monopoliza o fornecimento de ferro em pelotas. Em sua decisão, a SDE sugere ao Cade que aprove as compras da Vale, mas determine a venda de participação na empresa ferroviária MRS.

Nas operações de venda de ações que resultaram em descruzamento das participações societárias entre a Vale e a CSN, a SDE sugeriu ao Cade a aprovação, mas com eliminação da cláusula que garantia preferência à Vale na aquisição de minério de ferro produzido na mina de Casa de Pedra, da CSN.

"Queremos a eliminação dos entraves ao crescimento de mineradores independentes para alternativa de fornecedores de ferro, isso é saudável para qualquer economia de mercado", diz Lopes.

Segundo José Carlos Martins, diretor-executivo de Novos Negócios da Vale, o preço do minério de ferro no Brasil está bem abaixo da cotação internacional, o que mostra que as siderúrgicas não estão sendo prejudicadas. "A siderurgia brasileira só é competitiva por causa da Vale", afirmou Martins.

A Vale não concorda com as medidas sugeridas pela SDE. "A medida da casa de Pedra não beneficia a siderurgia nacional, só beneficia a CSN". A empresa também rejeita a sugestão de vender participação na MRS. •

Companhia controla quase todo o minério

MONOPÓLIO: Segundo dados da Secretaria de Direito Econômico (SDE), a Companhia Vale do Rio Doce passou a controlar grande parte do mercado de minério de ferro e corredores de logística após a compra das mineradoras concorrentes, em 2000 e 2001. Caso as compras sejam aprovadas sem nenhuma restrição pelo Cade, a Vale vai deter 65,02% de todo minério de ferro granulado produzido ao longo da ferrovia MRS e 91,85% do produzido ao longo da EFVitória-Minas. A mineradora vai ter 73,54% de todo minério de ferro sinter feed produzido ao longo da ferrovia MRS e 92,34% do produzido ao longo da Vitória-Minas.

A Vale também terá o monopólio absoluto sobre o minério de ferro pellet-feed (pelotas), detendo 100% das pelotas da região sudeste. Já em relação à logística, a Vale vai controlar os dois corredores de minério de ferro da Região Sudeste. A empresa já mantinha o controle da Vitória-Minas e passa a ter participação majoritária na MRS.
No caso dos portos, a Vale já detinha o terminal de minério de ferro do Porto de Tubarão, no Espírito Santo, e, com as operações de 2000 e 2001, passa ainda a ter o controle dos terminais de Ponta de Ubu (ES), Ilha Guaíba (RJ) e Sepetiba (RJ). P.C.M.

Inovação tecnológica terá R$ 319 milhões neste ano

POLÍTICA INDUSTRIAL

Denise Chrispim Marin
BRASÍLIA

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) vai usar R$ 319,3 milhões em programas de inovação tecnológica este ano, em sete áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, lançada no ano passado pelo governo federal. Do total, R$ 220 milhões financiarão pesquisas e R$ 99,3 milhões, encomendas diretas. Esses programas absorverão 72% dos recursos dos fundos setoriais neste ano. Em 2004, a verba para esses programas foi de R$ 238 milhões – 67% dos recursos desses fundos.

Ontem, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o MCT lançaram um conjunto de 20 editais para projetos de pesquisa científica e tecnológica nas sete áreas – bens de capital (que absorverá 24% dos recursos), nanotecnologia (20%), fármacos (17%), biotecnologia (16%), software (11%), semicondutores (8%) e biomassa (5%). Entre os projetos, está o programa sobre células-tronco, que absorverá R$ 2,5 milhões, e quatro editais voltados à pesquisa em nanotecnologia, com R$ 17,5 milhões.

Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, não há possibilidade de cortes desses recursos, provenientes do Fundo Setorial. "Não haverá contingenciamento nesse programa. Esses recursos estão assegurados, previstos e orçados", insistiu.

O ministro ressaltou que o financiamento aos programas de inovação tecnológica que constam da Política Industrial é sempre complementado por outras fontes, como Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e outras. Em alguns projetos, é exigida a contrapartida financeira do setor beneficiado. ●

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço algumas importantes comunicações.

A primeira é com relação à sessão que se realizará hoje na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no Município de Ji-Paraná, durante a qual os Deputados Estaduais vão tentar aprovar o acordo proposto pelo Ministério do Meio Ambiente com o Governo do Estado de Rondônia, referente à aplicabilidade da Medida Provisória nº 2.166, de 2001, naquele Estado.

Esse acordo está parado e é necessário que seja aprovado pela Assembléia Legislativa para ter eficácia jurídica. A MP nº 2.166 já foi postergada em demasia. Esperamos que o bom senso dos Deputados Estaduais prevaleça e que aprovem logo o acordo para que o Estado de Rondônia possa voltar à normalidade no trato das questões ambientais e efetivar definitivamente o seu ordenamento territorial.

A segunda comunicação é com relação à visita do Prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, aos Distritos de Extrema e Nova Califórnia, região distante da sede do Município. Nessa região há um sentimento separatista. Aguardamos lei complementar desta Casa para permitir que essa região consiga a autonomia e, com isso, defina seu destino.

Enquanto isso, a Prefeitura de Porto Velho vem buscando honrar grande dívida que os Prefeitos anteriores não conseguiram cumprir com essa região, que é muito mais próxima do Estado do Acre e da cidade de Rio Branco. Tanto é que até há pouco tempo os serviços municipais praticamente eram prestados por Rio Branco, enquanto essa região fica no Estado de Rondônia e pertence ao Município de Porto Velho. É uma dívida com a comunidade; por isso, esperamos que o Prefeito Roberto Sobrinho atenda a população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convido todos os Parlamentares para que, a partir do dia 25 de abril, participem do programa Brasil Indígena, a realizar-se em Brasília. O Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas promoverá várias atividades e debates juntamente com entidades indigenistas, Ministério Público, Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, nações indígenas, para tornar visível a problemática dos índios no nosso País e debater sua saúde, a demarcação das suas áreas, valorizar sua cultura e tradições.

É um convite que fazemos em nome da Frente Parlamentar. Ontem à noite tivemos uma reunião com o Ministro José Dirceu, quando convidamos representações do Governo e dos Ministérios para articular uma grande conferência de política indigenista, a ser construída ainda este ano. É uma dívida que temos com esses povos. Queremos dar ao Brasil uma política indigenista correta, que considere cidadão o povo indígena.

Sr. Presidente, vou falar sobre preocupação que temos com relação ao Município de Espigão d'Oeste, onde está a reserva dos índios cintas-largas. Lá existe uma mina com indícios de ter diamantes. No passado aconteceram 29 mortes, em função da incursão de garimpeiros no local, o que acaba acarretando conflitos com os índios Cinta Larga. A Polícia Federal e a FUNAI fazem apreensão das armas, mas infelizmente a área é muito grande e volta e meia há incursões de não-índios, muitas delas financiadas por contrabandistas de diamantes e quadrilhas internacionais. É preciso que esta Casa discuta e avalie os 17 projetos que regulamentam a exploração mineral em terras indígenas. É um assunto polêmico, mas o pior que podemos fazer é ficar inertes, pois isso os leva ao conflito, e quem perde é a população mais enfraquecida, a indígena.

Sr. Presidente, ontem à tarde apresentei projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação do exercício da medicina complementar e de terapias alternativas. Tal proposição visa proteger o conhecimento tradicional das populações indígenas no campo da saúde tradicional: uso das plantas, ervas e óleos. Muitas vezes, empresas farmacêuticas apropriam-se desse conhecimento secularmente acumulado. Resultado: ele acaba não se revestindo em benefício da população indígena.

Portanto, o projeto visa disciplinar, patentear e proteger a atividade, para que resultados decorrentes do uso do conhecimento tradicional em medicina complementar e terapias alternativas, fruto de conhecimento acumulado ao longo de séculos, possam ser revertidos em benefício das populações indígenas, permitindo à sociedade também valer-se dele.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, políticos, normalmente somos generalistas e cuidamos de tudo o que se refere à sociedade. No entanto, dentro desse conceito de generalidade, cada um de nós atua mais ou menos em determinado setor, dependendo da identidade que venha a ter com ele.

No meu caso, identifico-me com as causas urbanas. Sempre procuro desenvolver trabalho voltado para saneamento básico, habitação, transporte e segurança pública, assunto extremamente grave no País.

Sr. Presidente, hoje venho aqui expressar preocupação com o metrô do Recife. Ele foi uma das obras mais bem planejadas e realizadas do ponto de vista social e político do Estado. Há 20 anos, talvez ainda pelas mãos do Governador Marco Maciel, foram da-

dos os primeiros passos para a implantação da linha Recife-Jaboatão. Posteriormente, o metrô seguiu para Camaragibe-TIP (Terminal Integrado de Passageiros) e cresceu mais 14 quilômetros e 600 metros. Na terceira etapa, o metrô tem como destino a linha sul e faz o verdadeiro apoio para o transporte público de passageiros na grande Recife.

Pois bem, Sr. Presidente, trago à tribuna a preocupação que, aliás, não é apenas minha, mas de toda a bancada federal – Senadores e Deputados – de uma iminente paralisação das obras do metrô. Pergunto: imaginem se as obras dos metrôs do Recife, Belo Horizonte, Salvador ou Fortaleza tornarem-se inacabáveis?! Já pensaram na repercussão desse fato para a população de baixa renda? Subsidiado no mundo inteiro, o metrô é o maior meio de transporte de massa que conhecemos, exatamente por sua rapidez e capacidade de transportar o maior número de passageiros por quilômetro rodado. Atualmente, Los Angeles, nos Estado Unidos, tenta implantar um sistema público de passageiros: o metrô.

O metrô de Recife está ameaçado de não ser concluído. Esse é um fato. Falta de verba, falta de recursos. No ano passado, o Governo Federal concedeu apenas cerca de 30 milhões para a conclusão do metrô. Houve um corte linear de 4 milhões, e ficamos com 26 milhões. Vem agora um contingenciamento que reduz ainda mais a verba destinada à conclusão da obra. Pergunto: como vamos ficar? Tenho informações de que o metrô de Salvador passa pelos mesmos problemas. O metrô de Fortaleza também está em péssimas condições. Já para o de Belo Horizonte tenho informações melhores. Conseguiu-se, via superávit, por considerá-lo obra de infra-estrutura, aumento de dotação orçamentária para este ano. Posso assegurar que o metrô do Recife, dentre todos os que estão em construção, é o que está mais perto de ser concluído. O mais próximo a servir à população de baixa renda, que não tem capacidade de pagar a tarifa.

Falo isso na condição de Coordenador da Frente Parlamentar de Transporte Público de Passageiros. Pelos dados de que disponho, 37 milhões de pessoas estão excluídas do transporte por falta de condições financeiras para pagá-lo.

Por isso venho à tribuna fazer um apelo para o Ministro Olívio Dutra. Solicito a S.Exa. que não deixe paralisar as obras do metrô de Recife. Farei, por esses dias, reunião com toda a bancada, que formulará documento com o objetivo de intervir junto ao Procurador, ao Ministro Paulo Bernardo e, se necessário, até ao Presidente da República. Não podemos aceitar que as obras do metrô do Recife sejam paralisadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Álvaro Dias.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO ÁLVARO DIAS QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. CHICO ALENCAR (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na véspera do feriado nacional de Tiradentes, patrono cívico desta Nação, lutador de boas causas aparentemente derrotado, abordarei outras duas boas causas. Uma, vitoriosa: a de estudantes, funcionários e de um grupo de professores da histórica Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira – CACO tantas lideranças gerou. Eles conseguiram, após fiscalizar e denunciar os desmandos de um nefasto diretor, que renunciasse à função para o bem da própria universidade.

Destaco também a greve dos servidores federais da área da cultura, que pugnam não apenas por aumento salarial, nem que seja aquele mínimo de 1%, bem como a elaboração emergencial de plano de cargos, carreiras e vencimentos. A demanda é antiga, e o Governo já reconheceu a sua importância, mas tem protelado a solução.

Na área da cultura, o funcionalismo público federal não chega a 3 mil servidores, que estão em greve. A defesa da cultura e dos seus vários institutos públicos é fundamental. A morosidade do Governo em atender às reivindicações da categoria, deixando a demanda correr no tempo, é nefasta para a população brasileira.

Apelo para o Presidente, para a Casa Civil, para o Ministério do Planejamento, para as autoridades governamentais, a fim de que negociem o mais rapidamente possível, pois já declararam que consideram justas as reivindicações dos servidores federais da área da cultura.

Muito obrigado.

O SR. SANDRO MATOS (PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabou há pouco a audiência pública realizada na Comissão de Defesa do Consumidor para a qual foram convidados o Presidente da Concessionária NovaDutra e um representante da Diretoria da ANTT, para darem explicações sobre os engarrafamentos no trecho rodoviário entre os Municípios de São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu e toda a Baixada Fluminense, região com cerca de 3 milhões de habitantes.

Conseguimos há pouco dos convidados o compromisso de iniciarem as obras – prevista somente

para o final de 2006; e o término, para o começo de 2007 – no próximo mês de agosto.

Fiquei satisfeito com o resultado da audiência. Tomamos algumas providências para tentar reverter o quadro de calamidade naquela região. A população sofre com os constantes engarrafamento.

Dentro de 10 a 15 dias, verificada a viabilidade, será elaborado estudo sobre a construção de uma segunda pista, sentido Rio de Janeiro, a fim de ser liberado o trânsito e de propiciar a melhoria do atendimento à população.

Muito obrigado.

O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal **O Estado de S. Paulo,** edição de ontem, 19 do corrente, divulgou matéria da maior importância em que adverte os médicos sobre a importância de observarem, no caso de aborto, o registro do Boletim de Ocorrência – BO como instrumento necessário para livrar o médico de uma questão jurídica.

Sr. Presidente, V.Exa. também é médico e sabe que e o Conselho Federal de Medicina faz uma recomendação aos médicos para que utilizem esse procedimento, a fim de que possam cumprir norma ética da categoria e não haja proliferação do aborto, mesmo no caso de gravidez por estupro.

É importante que esse tema continue em discussão. Segundo consta da matéria, o Sr. Ministro Humberto Costa deverá manter a dispensa do Boletim de Ocorrência, caso alguma paciente recorra ao serviço profissional de um médico no caso de aborto.

Ora, ouvido o Conselho Federal de Medicina, não entendo o porquê dessa radicalização se há disposição do próprio órgão superior dos profissionais da medicina em obedecer àquele dispositivo. Seria de bom alvitre que o Sr. Ministro revisse sua posição, porque, se não o fizer, fica clara a existência de outro interesse.

Faço, então, um apelo ao Ministério da Saúde. Assim como houve revisão dos procedimentos médicos no que tange aos internamentos em Unidades de Tratamento Intensivo, que o Ministério da Saúde também faça a revisão dessa norma e volte a exigir o Boletim de Ocorrência do aborto nos casos estabelecidos em lei.

Sr. Presidente, também é oportuno falar sobre uma consulta à sociedade brasileira. Através da consulta plebiscitária vamos saber se a população brasileira quer realmente liberar o aborto, porque parece haver forte apelo para se debater essa proposta. Se pudermos fazer uma consulta plebiscitária, a sociedade poderá opinar, os brasileiros e as brasileiras poderão se posicionar em relação ao aborto. E não apenas em relação ao aborto, mas também sobre outro tema não menos polêmico: a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Essa proposta de plebiscito se dá, porque entendemos que uma corrente ou outra não pode prevalecer numa questão tão delicada como essa, que diz respeito à família. Isso não teria maiores custos, até porque nossa proposta é de que a consulta seja feita quando das eleições em 2006.

Com essa consulta plebiscitária sobre temas como união civil entre pessoas do mesmo sexo e aborto, daremos oportunidade à sociedade brasileira de fazer sua livre e soberana escolha, o que julgo da maior importância.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Bassuma.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma homenagem ao Estado de Minas Gerais pelo emblemático dia 21 de abril, feriado nacional.

O 21 de abril lembra a morte de Tiradentes, lembra a morte de Tancredo Neves, mas também a fundação de Brasília pelo grande mineiro, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Foi a marca de desenvolvimento que este País conheceu e, por coincidência, todas as 3 personalidades históricas são de Minas Gerais: Tiradentes, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sr. Presidente, quero, na tarde de hoje, falar a respeito da situação dos agentes comunitários de saúde.

Sabemos que há um exército de 170 mil brasileiros que visitam cidades de Norte a Sul, percorrendo distritos, bairros, ruas, vilas e logradouros de todo o País. São homens e mulheres de variadas idades, que levam consigo ensinamentos básicos de saúde e mantêm contato quase que diário com o restante da população brasileira em seus locais de moradia.

Esse exército, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, forma a espinha dorsal do atendimento de saúde preventiva em nosso País, organizado sob o emblemático nome de Programa de Saúde da Família. Eles são os Agentes Comunitários de Saúde.

Enquanto profissão que legaliza suas atividades, o Agente Comunitário de Saúde foi criado em 2002, através da Lei nº 507, de 10 julho daquele ano, mas sua atuação no País data de muito antes, des-

de quando começou o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. E daí os programas que ensejaram um contato mais direto e regular com a população, sobretudo a partir de ações domiciliares e comunitárias.

O Agente Comunitário de Saúde é, portanto, peça-chave na engrenagem fundamental da saúde pública em nosso País. Mas em que pese sua importância para que o Estado brasileiro possa oferecer, mesmo minimamente, assistência médica à população, esses trabalhadores padecem de diversos problemas que dificultam suas vidas, atrapalham o desenvolvimento de suas atividades e expõem à Nação a necessidade urgente de uma solução.

Mesmo tendo sido legalizada em 2002, a profissão de Agente de Saúde não teve ainda a regulamentação prevista pela Lei que a criou, o que impede esses profissionais de ter acesso a diversos direitos trabalhistas conquistados em nosso País. O quadro nacional apresenta-se de forma variada, com realidades distintas entre os Estados e mesmo dentro de cada Estado.

A forma como cada Município celebra o vínculo desses agentes com suas administrações é um verdadeiro mosaico de improviso. Há Municípios, como a capital sergipana, por exemplo, onde eles têm carteira assinada e gozam das prerrogativas dos celetistas. Muitos deles são admitidos ao serviço através da mediação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Muitos também são engajados através de cooperativas. Há os que entram através de contratos temporários e uma grande parcela também é admitida como cargo comissionado, sem falar em outras relações mais precárias de vínculo.

Como se vê, tal diversidade fragiliza a ação do agente comunitário e compromete sua atividade. Sem direito a 13º salário, em muitos casos, com gozo de férias irregulares, sem direito à licença-maternidade e outras conquistas, nossos agentes vivem o drama da instabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tal problema estaria resolvido, aparentemente, com a regulamentação da Lei nº 10.507 e a instituição de concurso público para o preenchimento das vagas de agentes comunitários de saúde. A situação é muito complexa, dado que o agente comunitário tem de morar em sua comunidade e conhecê-la. Por isso o concurso público não poderia ser o instrumento para solucionar tal questão.

Aproveito para falar a respeito da PEC nº 07/2003, de autoria do Deputado Maurício Rands, do PT de Pernambuco, que propõe alteração na forma de contratação desses agentes. Somos a favor que o ingresso ao serviço público do agente comunitário de saúde se dê através de um processo seletivo público direcionado às microáreas delimitadas de um território, proporcionando que somente os residentes daquelas áreas possam candidatar-se ao preenchimento das vagas, dando a chance aos atuais agentes concorrerem à efetivação, cumprindo, sobretudo, o requisito da imprescindível ligação com a comunidade que a própria lei estabelece.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedimos a esta Casa respeito à função do agente comunitário de saúde, peça importante na engrenagem da saúde pública. Que esta Casa acelere a tramitação da PEC, de autoria do Deputado Maurício Rands, que, sem dúvida alguma, regulamentará uma profissão tão importante para as pessoas mais carentes da sociedade brasileira, particularmente do nosso Nordeste, os agentes comunitários de saúde.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ipatinga Futebol Clube é o campeão mineiro de futebol em 2005. Uma conquista inédita de um jovem time fundado em 21 de maio de 1998, na minha cidade de Ipatinga, no Vale do Aço de Minas Gerais.

Nós, mineiros, que estávamos acostumados à eterna disputa entre Atlético e Cruzeiro, uma vez ou outra acrescida do América, todos da capital, agora devemos aprender a valorizar também os clubes do interior, como o Ipatinga.

Antes de mais nada, é preciso dar os parabéns ao presidente e fundador do clube, Itair Machado, e a sua equipe de diretores, pela persistência e confiança no trabalho, que em tão pouco tempo já vem dando frutos e títulos importantes.

O time do Ipatinga, muito bem orientado pelo Itair e pelo técnico Nei Franco, precisou superar grandes dificuldades para chegar ao topo. Um dos mais significativos talvez seja o fato de o Cruzeiro, o time mais rico do futebol mineiro atual, emprestar 17 jogadores e mais a comissão técnica para que o Ipatinga disputasse o Campeonato Mineiro de 2005.

O complexo de inferioridade entre os clubes grandes e pequenos ganhou mais notoriedade. Desde o início, falava-se com desconfiança na crônica mineira, nas torcidas e na imprensa que o Ipatinga, como filial, nunca poderia vencer a matriz Cruzeiro. A superação dessa tese, exatamente, no momento de decisão do campeonato demonstra que os jovens atletas, a comissão técnica e a diretoria do Ipatinga tiveram coragem e atitude de verdadeiros campeões.

No futebol, como também na vida, essa conquista espelha muito bem o mote da campanha do Governo Federal que diz que o melhor do Brasil é o brasileiro.

Os pequenos, por mais pequenos que sejam, sempre podem surpreender os poderosos, desde que tenham força de vontade, garra e união para superar os obstáculos.

Quero lembrar que, na época da fundação do clube, tinha acabado de encerrar meu mandato como prefeito de Ipatinga e dei todo apoio à formação do time, que adotou o tigre como símbolo oficial do tricolor do Vale do Aço; o vermelho, verde e branco imita as cores oficiais da bandeira do Município. O tigre, animal astuto, forte e ágil, provou ter sido uma escolha predestinada.

Em 1998, no seu primeiro ano de atividade, o "Tigrão" enfrentou seu primeiro desafio rumo à elite do futebol. O Ipatinga disputou o Campeonato Mineiro da 2ª Divisão, sagrando-se vice-campeão. No ano seguinte, conquistou uma vaga para o Campeonato do Módulo B.

A diretoria, sempre liderada pelo Itair e contando com o apoio da Usiminas e da Prefeitura Municipal, não mediu esforços e montou uma equipe competitiva, ficando com o vice-campeonato e alcançando o sonho de jogar a 1ª Divisão do Campeonato Mineiro.

Logo na sua estréia, no primeiro semestre de 2000, o Ipatinga mostrou que tinha chegado para ficar: sagrou-se campeão do interior do Estado, ficando com o quarto lugar geral, atrás apenas de Cruzeiro, Atlético e América.

Em 2001, 2002, 2003 e 2004, o Ipatinga sempre se destacou nos torneis disputados, como o Campeonato Mineiro e o Campeonato Brasileiro da Série C. Agora, chega à sua maior glória, como o melhor time de Minas Gerais, com méritos próprios. E tenho certeza de que a caminhada não pára por aqui; tem ainda a 1ª Divisão do Campeonato Brasileiro e muitos outros títulos pela frente.

Estou pessoalmente muito feliz com essa conquista, pois sou torcedor do Atlético desde criança e um título conquistado em cima do Cruzeiro tem sempre um gostinho especial. Mais especial ainda quando o vencedor é o meu time do coração. Longa vida ao Ipatinga Futebol Clube!

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e solicito a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa e na *Voz do Brasil*.

O SR. ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sociedade roraimense está abatida há quase uma semana, após o anúncio do decreto presidencial que homologa a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.

A sociedade roraimense e nós, Deputados e Senadores de Roraima, representantes dessa sociedade, não somos contra as demarcações indígenas. Os índios devem ter suas áreas, sem dúvida alguma, mas não podemos conceber como justa uma demarcação que passe, como um trator, por cima de pequenas localidades, lugarejos, vilas inseridas nessa área denominada Raposa Serra do Sol.

Vilarejos centenários, como Socó, Mutum, Água Fria, Vila do Surumum, originariamente ocupados por nordestinos, atenderam ao chamado do Governo Federal para pôr naquele torrão roraimense a bandeira do Brasil. Ali existia a bandeira americana. Talvez hoje esse território não fosse da Nação brasileira. Os nordestinos que para lá foram, atendendo a um chamado do Governo Federal há mais de 100 anos, instalaram-se, casaram-se até com índios e índias, tiveram filhos, netos, compõem hoje essas vilas ocupadas de boa-fé e nunca tiveram na sua história conflitos armados com indígenas. Ao contrário, conviveram com eles, nesses longos anos, na mais pacífica harmonia.

O decreto, estabelecido de forma autocrática e não mediada, esmaga esses moradores, esses heróis que estão em Roraima marcando sua presença. Seus ancestrais estão lá enterrados nos pequenos cemitérios dessas vilas. Esse decreto é desumano ao não considerar a importância dessas pessoas que estão povoando a nossa região e garantindo a soberania brasileira no Estado mais setentrional do Brasil, no extremo norte, acima da linha do Equador.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não deixaremos de acionar mecanismos legais, jurídicos ou até políticos para corrigir distorções que prejudicam a sociedade roraimense, particularmente famílias originalmente ocupantes que hoje vêem negado o direito de transitar nas áreas consideradas reservas indígenas e até chamadas de posseiras ou invasoras.

Deixo aqui nosso protesto em relação a esse decreto, que merecia a consideração da representação e da sociedade roraimense, que não foram ouvidas, em que pese as constantes manifestações nesta tribuna e nas audiências ministeriais.

Muitas Prefeituras administradas pelo PT têm orçamento participativo e foram responsáveis pela elaboração desse decreto, através dos gabinetes ministeriais de Brasília, sem ouvir a maioria das comunidades indígenas, que protestam e o estão reprovando, porque não querem voltar à segregação. Não se trata de silvícolas, de homens nus, apenas de tanga, mas de doutores, índios integrados à comunidade civilizada que tem intercâmbio com os núcleos populacionais consolidados nas sedes municipais e no Governo do Estado.

Ficou difícil, por meio desse decreto, o Governo do Estado ter respaldo para suprir a assistência médica,

odontológica, de enfermagem e educacional, através do professor, que tem dado ao índio a oportunidade de se desenvolver culturalmente. Eles não querem perder essa assistência nem o Governo quer deixar de prestá-la através da FUNAI, o que não tem sido feito.

A FUNAI não pode apenas demarcar terras sem cumprir seus verdadeiros propósitos, ou seja, dar uma condição de vida mais digna aos índios. Ontem, em comemoração ao Dia do Índio, escutamos aqui um rol de lamúrias, quando diversas aldeias, aqui representadas, manifestaram seu descontentamento com a falta de assistência da FUNAI.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitando esta semana em que comemoramos o Dia do Índio – e tivemos vários comentários nesta Casa sobre a questão indígena – quero dar conhecimento a este Plenário de ação inovadora do Governo do Estado do Amazonas com relação às etnias indígenas.

A integração regional e o desenvolvimento já fazem parte do espírito de crescimento da região do Alto Solimões. Foi com esta percepção que o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, participaram, no dia 14 de abril passado, da 4ª Reunião Ordinária do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões, no Município de Tabatinga, para implementação de um programa chamado Amazonas Indígena. Pela primeira vez o Estado concede uma linha de crédito, de financiamento para 22 etnias indígenas nas mais variadas ações daquelas comunidades no campo econômico.

O Governo Federal, como disse, está inovando no desenvolvimento daquela região, em parceria com o Governo do Estado e em ação direta com o fórum de desenvolvimento. O Governador e o Ministro estiveram nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Benjamin Constant por ocasião do lançamento de ações de crédito para as populações indígenas, resumidas no Programa Amazonas Indígena. A ação de crédito da agência de fomento do Estado do Amazonas vai liberar 1 milhão de reais em financiamentos para empreendimentos pequenos de 22 etnias nos Rios Negro e Solimões.

Houve também, Sr. Presidente, naquela oportunidade uma retomada de ação da RADIOBRÁS. Foi lançado o projeto de Sistema de Comunicação da Mesorregião do Alto Solimões, que poderá servir de modelo para outros lugares do País. A população exigia investimento na área de comunicações. Ao ato esteve presente também o Presidente da RADIOBRÁS, Eugênio Bucci.

Há alguns anos, no período da revolução ou da ditadura, como queiram chamar, a RADIOBRÁS tinha uma ação muito propositiva na região do Alto Solimões e naquela região de fronteira da Amazônia. Tínhamos a Rádio Nacional em Tabatinga, que transmitia alguns programas diretos de Brasília e que tinha uma programação boa para aquela região fronteiriça. Depois, no Governo Collor, as ações da RADIOBRÁS naquela região foram desativadas e as emissoras privatizadas. Hoje, o Governo retoma essas ações. Sabem por quê? Numa vasta área daquela região do Alto Solimões, toda a programação ouvida pela população vinha da Colômbia ou das emissoras do Peru, fazendo com que uma grande influência não só na música, mas na cultura daquela região tivesse relação com aqueles países vizinhos.

A RADIOBRÁS está retomando as atividades em Tabatinga. Está fazendo uma programação bem nacional, voltada para aquela região, para a cultura da nossa população, dos povos indígenas.

Serão 9 Municípios contemplados, os quais abrigam aproximadamente 200 mil pessoas. Teremos a implantação de mais 9 pequenas emissoras retransmissoras dos Municípios daquela mesorregião do Alto Solimões.

Junto a estas atividades da RADIOBRÁS serão implementadas diversas outras na área do desenvolvimento econômico. Dentre essas ações destaca-se um programa voltado para a pesca e a piscicultura.

Foi anunciado um investimento conjunto de R$3,14 milhões para o Arranjo Produtivo Local Pesca e Aqüicultura.

Aquela região é tradicionalmente pesqueira. Dali a população recolhe em torno de 13 mil toneladas de pescado, mas este pescado vai quase todo para a Colômbia, em uma prática já tradicional. Não é contrabando. É o mercado facilitador para o consumo do pescado daquela região.

Com esse Arranjo Produtivo Local Pesca e Aqüicultura, o Governo vai combater o contrabando de pescado e iniciar um programa de piscicultura de larga escala, inaugurando também a primeira fábrica de ração animal para facilitar a ação da piscicultura naquela região.

A boa notícia do ponto de vista ambiental, foi quanto à questão da extração da madeira, em razão de um acréscimo de produção da ordem de 60% e do decréscimo do desmatamento. Portanto, aumento da produção de madeira certificada, autorizada, produzida por empresas que trabalham dentro da lei. Isto decorreu apenas de manejo adequado.

O Ministro Ciro Gomes salientou a necessidade de olhar para as fronteiras da Amazônia não só como área de integração nacional, mas também como dever da União de resgatar uma dívida histórica com uma população que tem um sofrimento doloroso em comparação à população que sofre nas grandes cidades. *"Uma coisa é você ser brasileiro nas praias do Rio de Janeiro ou do Nordeste; outra é ser brasileiro como guardião das fronteiras, enfrentando toda sorte de sofrimento"* – afirmou o Ministro.

Portanto, Sr. Presidente, quero saudar desta tribuna as ações do Ministério da Integração Nacional, coordenadas com as de vários outros Ministérios e em parceria com o Estado do Amazonas.

Muito obrigado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna elogiar a atitude do Presidente da República, em visita ao Senegal. Emocionado, S.Exa. pediu perdão à população daquele país pela prática da escravidão de negros no Brasil.

De que serviu a atitude do Presidente da República? Para demonstrar que o povo brasileiro, de alguma maneira, não compactua com a covardia e a escravidão.

Faço um pleito ao Presidente Lula: repita o gesto em relação aos brasileiros que, padecendo de igual desgraça, acreditaram que, ao assumir o poder, S.Exa. usaria todas as forças e oportunidades para livrá-los dessa situação.

Elogio, aplaudo e cobro.

Muito obrigada.

O SR. JURANDIR BOIA (PDT – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto hoje a ocupar esta tribuna para falar de assunto que é dramático para a população do meu Estado, Alagoas, e também para todos os nossos irmãos nordestinos dos Estados vizinhos, que têm sofrido ao longo dos anos com a seca que aflige toda aquela região. A falta d'água no Nordeste brasileiro é uma questão crônica e anacrônica em nosso País e precisa urgentemente de uma solução definitiva.

É absurdo ver o Brasil aparecer em várias pesquisas como um dos países mais privilegiados do planeta pelo fato de possuir mais de 10% da água doce existente no mundo, volume esse que daria para abastecer com fartura toda a nossa população, e, no entanto, assistirmos todos os anos ao flagelo provocado pela seca no Nordeste.

A imprensa brasileira tem sido a grande voz do povo do semi-árido ao mostrar todos os anos o drama dos nordestinos que perdem o pouco que possuem e muitas vezes acabam perdendo a própria vida ou seus entes queridos pela falta d'água. Anualmente, assistimos a reportagens premiadas retratando o drama da seca. No entanto, nada de concreto é realizado para acabar com o flagelo da seca naqueles locais.

Enquanto isso, em outras partes do mundo, inclusive em áreas territoriais com clima de deserto, como é o caso de Israel, um dos mais afetados pela falta d'água, já há muito anos surgiam e ganhavam força projetos que rapidamente tornaram as atividades sociais e econômicas daquelas áreas permanentemente prósperas.

É um despropósito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, continuarmos a passar por esse sofrimento com a chegada de mais um nordestino à Presidência da República. É necessário um trabalho perseverante do Poder Público nesse sentido, o que compreenderia a liberação dos recursos prometidos e a eleição desse assunto como uma das prioridades governamentais.

Em Alagoas, apenas este ano, 26 Municípios tiveram decretado estado de calamidade pública devido à falta d'água. A previsão de safra da zona canavieira caiu drasticamente, de 28,7 milhões de toneladas para menos de 26 milhões de toneladas.

O que o Governador Ronaldo Lessa veio fazer em Brasília na semana passada não foi nada além do que cobrar mais empenho do Governo Federal em solucionar a questão da seca no Nordeste. Essa reivindicação dos Governos Estaduais e também dos Prefeitos é muito justa por se tratar de promessa de campanha do Presidente da República. Projetos importantes para Alagoas e para o Brasil, como o Canal do Sertão e a revitalização seguida da transposição do Rio São Francisco, dependem, impreterivelmente, de recursos da União.

Concluindo meu pronunciamento, gostaria de deixar registrado que sai muito mais caro ao Governo a chamada "indústria da seca", em que aproveitadores se beneficiam dos investimentos realizados e dos créditos bancários concedidos, além do ônus gerado ao Sistema Único de Saúde com os problemas de saúde ocasionados pela falta d'água. A solução definitiva dessa questão, além de apresentar caráter humanitário, é fundamental ao desenvolvimento do semi-árido brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO RESENDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO RESENDE (PPS – MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a Comissão Externa desta Casa destinada a averiguar *in loco* a

morte de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, dentre diversos problemas, identificou a urgente necessidade de prover as comunidades indígenas com habitação digna, pois centenas de famílias vivem em condições precárias, em casas que se desmancham à chuva e ao vento, e outras centenas de famílias nem sequer dispõem disso, vivendo em barracos de palha e lona.

Essa realidade parece estar muito distante das autoridades públicas: segundo o Coordenador da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, existe uma parceria com a agência de habitação do Governo do Estado para a construção de 300 casas em área indígena.

De sua parte, o Prefeito Municipal de Dourados cita um certo programa de habitação e saneamento indígena que tem por meta, segundo ele, a construção de mil casas, das quais 600 estão garantidas em parceria entre o Governo do Estado, o Governo Federal e a Prefeitura Municipal, que está entrando com R$400 mil. Dessas, 200 estariam iniciadas.

Já o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Giacomo Baccarin, vai mais longe: assevera que mil casas estão garantidas com recursos do Ministério das Cidades. E mais, em audiência pública no Senado Federal, disse que viu pessoalmente as casas sendo construídas na aldeia guarani-caiuá, para 2.300 famílias.

Impressiona o desencontro de informações: para um são 300 casas, para outro são 600 e para o último já são mil casas, que este, num surto de miragem, até viu sendo construídas. A retórica expõe inverdades.

Quer-nos parecer que existem 2 mundos: um utópico e um real. No utópico, tudo é perfeito, o Governo tem agido com presteza, e a habitação é uma questão praticamente resolvida. Já no mundo real, crianças indígenas morrem por desnutrição agravada pela falta de saneamento básico e abastecimento de água, supríveis com moradias que propiciem condições dignas de vida. E quando essas moradias existem, são tão frágeis, de tão baixa qualidade, que se tornam novo risco aos indígenas: o desabamento, uma realidade vivenciada no terror de uma noite de chuva.

Fato é que na atualidade somente 50 casas estão em construção nas Aldeias Jaguapiru e Bororó.

Fato é que as construções são de péssima qualidade: 38 metros quadrados, com banheiro externo e custo médio de R$6 mil para casas que se esfarelam.

Fato é que na semana passada fizemos requerimento de informações, através da Câmara Federal, ao Ministério das Cidades acerca desse problema, quando já se prenunciava um mal maior.

Fato é que na noite passada, havendo simples chuva com ventos fracos, inqualificável como temporal, 2 casas desabaram na reserva indígena de Dourados.

Fato é que as casas dos indígenas Ailton Fernandes e Cristina Benites foram ao chão, e as paredes que antes lhes serviam de abrigo agora se precipitam sobre sua família, provocando ferimentos em 2 crianças indígenas, que foram levadas a hospitais de Dourados.

Cabe ao Governo Federal revelar as verdades.

Queremos saber o valor destinado pelo Governo Federal a essas obras; quem são os gestores desses recursos; a existência de convênio com a Prefeitura de Dourados e o Governo do Estado e todo o seu conteúdo; a quantidade de casas a serem construídas; a empresa contratada para a realização dos trabalhos e a discriminação pormenorizada dos materiais utilizados nas construções.

O que antes era problema habitacional para os povos indígenas hoje pode virar caso de polícia, pois, se ficar demonstrado que a verba federal para a construção das casas que se vão com o vento foi mal aplicada, haverá a responsabilização não só por crime contra a administração pública como também por crime omissivo culposo contra a vida, inclusive homicídio se algum ser humano perder a vida, soterrado pela irresponsabilidade dos gestores públicos.

Este é o fulcro dos requerimentos que neste ato entrego à Mesa desta Casa.

Gratos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. BENJAMIN MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, os servidores públicos estaduais e a Polícia Militar, do soldado ao oficial mais graduado, pedem socorro e denunciam ao povo paraibano e à Nação a situação de verdadeiro caos que se estabeleceu no Governo do Estado da Paraíba. Os sucessivos atrasos no pagamento ao funcionalismo, aos fornecedores e aos prestadores de serviço são indicadores bastante fortes do descontrole governamental. Todas as entidades representativas do funcionalismo e da Polícia Militar lembram que a arrecadação estadual é sempre crescente.

O pior é que este Governo está constrangendo por muitas formas os funcionários estaduais e, por extensão, uma boa parte do povo de bem e consciente. Entre os servidores, o constrangimento é maior sobre os mais humildes, que recebem pouco e atrasado. E quem recebe um pouco mais está passando pelo constrangimento adicional de ter o nome indexado pelo

SERASA, em razão de outro compromisso não honrado pelo Governo, desta vez em relação ao famoso empréstimo que o funcionário tira para poder receber o próprio salário.

Não pára aí. Constrangidas também estão as entidades representativas dos servidores públicos estaduais, há 6 meses pelejando para receber mensalidades e outras consignações que o Governo desconta no contracheque do funcionário, mas não repassa a quem de direito.

Essa garfada, caracterizada juridicamente como apropriação indébita, e como roubo pelo senso comum, o Governo não consegue explicar. Aliás, em matéria de gestão dos recursos públicos, consegue explicar algo entre o muito pouco e o quase nada.

Talvez porque não consiga ele mesmo compreender o que está fazendo ou pensando fazer, dando ainda mais razão a quem acha este Governo, além de medíocre, incompetente até como gerente de pessoal.

O Fórum das Entidades dos Servidores Públicos, que envolve as entidades SINDIFISCO-PB, ASPOCEP, APC, SINTASP, ASPEP, SINTERPA, ASSERDER, SINSDER, ACS-PMPB, COPM-PMPB, ASSPOM, SINDESP, CBPOM-PMPB, ASSIM-PB, SINDICONTAS, SENGE-PB, SSPC-PB, AFAEP e AAFEP, resolveu partir, definitivamente, para a luta e denunciar o descalabro administrativo que se instalou na administração estadual.

Denuncia que o atual Governo do Estado resolveu inovar, implantando um novo hábito: reter ilegalmente as consignações das entidades de servidores públicos. Coisa nunca vista antes. O Governo desconta do salário do servidor uma certa quantia que deveria repassar imediatamente à entidade à qual o servidor é filiado, mas não repassa. Isso tem um nome: apropriação indébita.

Esse atraso no repasse das consignações tem causado toda espécie de dificuldade às entidades: atraso no pagamento de pessoal; de títulos; de fornecedores; de prestadores de serviços; de convênios; impossibilidade de adquirir materiais e equipamentos de uso constante; abalo no conceito que adquiriram em face de cumprirem seus compromissos rigorosamente em dia; reclamações dos filiados prejudicados pelo não pagamento de planos de saúde e de seguros, entre outras tantas mazelas causadas pela irresponsabilidade de um governante que, ao invés de administrar, caracteriza-se e se firma como um autêntico destruidor de obras e de pessoas.

A Polícia Militar, através de suas entidades representativas como o Clube dos Oficiais, a Caixa Beneficente de Oficiais e Praças, a Associação dos Inativos, a Associação dos Subtenentes e Sargentos e a Associação de Cabos e Soldados, é, sem dúvida alguma, a maior prejudicada, com reflexo direto na prestação de serviços pela corporação à população paraibana. Todas têm convênios com planos de saúde há mais de 7 anos, para atendimento aos seus associados, que, no dia-a-dia de suas ações, estão expostos à ação de marginais e criminosos de alta periculosidade.

Até meados de 2003, nunca houve, na Paraíba, qualquer problema para a manutenção desses convênios, cuja finalidade é justamente suprir uma omissão decorrente de ato do Estado. E é o próprio Governo do Estado que, há mais de 3 meses, vem efetuando o desconto nos contracheques dos sócios do Clube dos Oficiais e da Caixa Beneficente da Polícia Militar, para fins de pagamento aos planos de saúde, mas não está repassando as quantias descontadas às referidas entidades, que, por sua vez, estão em débito com as cooperativas de saúde prestadoras do serviço. As empresas deixaram de atender aos policiais, mesmo estes tendo, efetivamente, pago pelo serviço. Não há outro nome senão apropriação indébita para caracterizar a ação do Governo do Estado.

O procedimento adotado pelo Estado está causando graves problemas. Os servidores pagam, mas não têm acesso aos benefícios contratados, sendo obrigados, na maioria das vezes, a recorrer ao Judiciário para conseguir um atendimento de urgência ou de emergência.

O inusitado comportamento do Governo do Sr. Cássio Cunha Lima deixa a tropa extremamente insatisfeita e afeta, via de regra, a prestação do serviço de segurança à população. Esse serviço, aliás, está deixando muito a desejar e causando reclamações em todos os segmentos da sociedade.

Falta investimento no setor de segurança pública, fato que pôde ser facilmente constatado durante os últimos acontecimentos, quando bandidos fortemente armados invadiram cidades, matando e humilhando policiais militares, aterrorizando a população e demonstrando superioridade quanto ao aparato da segurança do Estado. O aumento da criminalidade também prova isso.

A medida agressiva do Governo de se apropriar indevidamente do dinheiro das entidades – não somente referente a planos de saúde, seguro de vida, outros convênios e a própria mensalidade dos associados para manutenção das sedes sociais – tem causado grandes e graves prejuízos, uma vez que as instituições ficam impossibilitadas de honrar seus compromissos. O fato tem afetado a auto-estima e a motivação dos policiais, que vêem no gesto do seu comandante maior, chefe supremo da corporação, um verdadeiro desrespeito e falta de reconhecimento aos serviços que, diuturna-

mente, prestam nas ruas, expondo-se e arriscando a vida para proteger a sociedade.

Nos Governos José Maranhão/Roberto Paulino, criou-se o Quadro Organizacional da Polícia Militar. Depois de mais de 20 anos com a PM dispondo de apenas 7.500 homens, o então Governador, através da Lei nº 7.165, de 2 de outubro de 2002, aumentou o efetivo para 14.875 praças e 1.090 oficiais. Instituiu ainda, através da mesma lei, no seu art. 6°, a gratificação de habilitação policial militar, estabelecida em 100% do soldo. Criou a lei de promoção de 10 anos para os praças, através do Decreto 23.287, de 20 de agosto de 2002. São antigos desejos de todos e conquistas obtidas através das associações.

A Polícia tinha, ainda, a Patrulha Escolar, para o que contava com veículos Santana e motos. Hoje, os alunos estão sendo assaltados e até mortos nas portas de colégios.

Criou-se o FUNESBOM, Fundo Especial mantido através da contribuição dos proprietários de veículos automotivos quando do emplacamento destes e destinado à emancipação do Corpo de Bombeiros. O que se sabe é que os recursos são desviados, e já há informações dando conta de que há pretensão de retirar dos bombeiros o referido fundo.

A auto-estima dos policiais está destruída. Também, pudera: as gratificações estão congeladas; o salário-família foi cortado; os salários estão atrasados; as consignações foram retidas indevidamente; as diárias não são pagas. Falou-se que há um projeto para construção de casas para a PM. As entidades desafiam o Governo Estadual a mostrar pelo menos um policial militar que tenha recebido uma dessas residências nos últimos 2 anos. Quanto ao seguro de vida, trata-se de outra balela do Governo: parente algum de policial morto recebeu qualquer benefício nesse sentido.

O “Governo em Movimento” também conseguiu transformar a aposentadoria dos servidores públicos estaduais em porta de entrada de muitas privações e angústias. Tanto quanto os professores, os policiais civis perdem todas as gratificações quando se aposentam.

É o que diz nota distribuída pelo Sindicato dos Policiais Civis.

Lembra que se aposentar hoje no Estado significa ter que se virar com o vencimento básico, mixaria e verdadeiro castigo, em vez de prêmio para quem passou mais de 30 anos trabalhando em condições quase sempre insalubres e perigosas. Segundo ainda o Sindicato, da crueldade não escapam nem mesmo os que se aposentam por invalidez. Triste situação a dos policiais em vias de se aposentar.

São vítimas de um sistema que se revela tremendamente injusto, justamente no momento em que o servidor mais precisa pelo menos manter a merreca que vem recebendo. De fato, é uma injustiça medonha, ou, como diz o Sindicato, *“o cúmulo da insensibilidade e da falta de lógica”*.

O sistema obriga o servidor a pagar a contribuição previdenciária (11%) sobre toda a remuneração, ou seja, pega também as gratificações, mas, na hora da aposentadoria, mantém o venha a nós e ao vosso reino, nada.

O que o Governo precisa explicar. O que o Governador Cássio Cunha Lima deveria fazer era explicar as razões, desde que assumiu os destinos do Estado: por que os servidores não tiveram motivo para comemorar o seu dia; por que as entidades do funcionalismo estão sendo perseguidas com a retenção das consignações; por que tantos servidores foram perseguidos nos Municípios do interior; por que o Porto de Cabedelo está paralisado; por que as finanças do Estado foram totalmente desmanteladas; e por que as verbas da saúde estão sendo retidas. O desafio que se faz é para que o Governador e seus apaniguados venham a público para explicar esse desastre administrativo que toma conta da Paraíba.

A paciência do paraibano tem limite. Hoje, são as entidades sem suas consignações. Amanhã, serão os servidores sem os salários.

Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, desde o último dia 14, encontra-se em poder do Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, para a emissão do respectivo parecer, a ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) que pretende a nulificação de resolução do Tribunal Superior Eleitoral que alterou a composição numérica dos Legislativos Municipais, gerando inconformismo por parte daqueles que disputaram uma cadeira de Vereador na passada competição.

O relator da importante matéria, Ministro Celso de Mello, um dos mais brilhantes integrantes do Pretório Excelso, já ouviu a respeito o Advogado-Geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, faltando, apenas, a manifestação da PGR, o que se espera para a semana entrante, antes, portanto, do prazo de 15 dias deferido àquele órgão do Ministério Público Federal.

Ontem, em contato com o Deputado Ivan Ranzolin, fizemos uma avaliação do quadro que se esboça no Judiciário, bem assim da expectativa que domina os círculos políticos de cada comuna, ensejando a realização de encontros para a troca de idéias entre prestigiosas

lideranças que obtiveram ponderável contingente de votos na última refrega, ocorrida em 2004.

No meu Estado, por exemplo, deverei participar, no final de semana, de encontros em Icó, Iguatu, Barbalha e Quixeramobim, quando dezenas de interessados procurarão inteirar-se do trâmite da pendência e da provável data de seu próximo deslinde.

Mesmo em meio à imprevisibilidade da pauta de julgamento, admite-se que o preclaro relator, tradicionalmente ágil no encaminhamento dos processos que lhe são entregues, por distribuição, desimcumbir-se-á de sua tarefa com a presteza possível, acolhendo ou não a postulação patrocinada pelo competente causídico, Dr. Eduardo Ferrão.

Não será demais ressaltar que toda essa dúvida teve origem em decisório que afetou a Câmara Municipal de Mira Estrela, em São Paulo, cuja correção, pelo Congresso, foi tentada, através de proposta de emenda relatada pelo Deputado Jeferson Campos, aprovada pela Câmara, mas prejudicada pela falta de *quorum* no Senado Federal, o que resultou em prejuízo para aqueles que então pretendiam alçar-se à condição de representantes populares em suas comunas.

Tendo-se caracterizado, no caso, a chamada *vacatio legis*, coube à nossa Corte Eleitoral publicar resolução, firmada pelo seu então dirigente máximo, Ministro Sepúlveda Pertence, o que trouxe sérios embaraços no cômputo das cadeiras, prejudicando algumas centenas de possíveis Vereadores no meu Estado e em outras Unidades da Federação.

A ADIN direciona-se, primordialmente, para a correção da providência emanada do TSE, restabelecendo-se a autonomia municipal, sob esse aspecto, ora referenciado sucintamente, no curso deste breve pronunciamento.

Os encontros programados servirão para melhor conscientizar os que se posicionaram na suplência de mandato, ampliando a corrente dos que torcem por um deslinde favorável para essa momentosa questão.

Reitero, pois, confiança em que o Ministro Celso de Melo, nas próximas horas, submeta os autos à decisão da Corte Suprema, já com o parecer emitido pelo Procurador Cláudio Fonteles.

O mês de maio será, dessa forma, um marco nesta luta em que se acham empenhadas expressivas lideranças, como o Deputado Ivan Ranzolin, com a minha modestíssima colaboração, no que tange aos esclarecimentos que me julgo no dever de transmitir aos suplentes de todo o País, particularmente os do Ceará.

O Vereador é a base de toda a nossa estrutura democrática, porque se situa bem mais perto do povo.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, participa hoje, no Município de Palhoça, de evento inaugurativo das obras de restauração de 3 escolas estaduais, a saber: Escola Pedro Ivo Campos, Escola Maria do Carmo Souza e Escola Venceslau Bueno. Os investimentos são superiores a R$1 milhão de reais, oriundos dos cofres do Estado.

Participarão também do evento o Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter José Gallina; o Secretário da Educação e Inovação, Jacó Anderle; e o Prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, entre outras lideranças regionais.

Venho à tribuna da Câmara dos Deputados nesta data por 2 motivos: parabenizar o Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e o Prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, por exercerem a função executiva com reconhecida competência administrativa; e justificar publicamente a minha ausência ao local, em virtude das atividades desempenhadas aqui no Congresso Nacional.

Este Deputado, quando exerceu o cargo de Secretário de Estado da Infra-Estrutura, até o último dia 8, viabilizou convênio no valor de 300 mil reais, sendo 240 mil reais do Governo do Estado e 60 mil reais de contrapartida da Prefeitura de Palhoça, com a aprovação do Governador Luiz Henrique, após ser priorizado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Participei de grande evento, a convite do Prefeito, em que foram anunciadas inúmeras realizações já no início do seu mandato, numa programação fantástica. As inaugurações anunciadas fazem parte do calendário comemorativo aos 111 anos de emancipação político-administrativa do Município de Palhoça.

Localizado a 15 quilômetros da Capital Florianópolis, o Município recebeu do Estado de Santa Catarina, por intermédio do nosso Governador Luiz Henrique, inúmeros recursos, a exemplo dos 2 milhões de reais destinados a investimentos na infra-estrutura e disponibilizados pelo BADESC. Também serão liberados recursos para aquisição de uma ambulância e para melhorias das unidades públicas de saúde. Serão viabilizados também 200 mil reais para o início da construção do Centro de Referência em Saúde da Ponte de Imaruí, além do convênio de 300 mil reais já citado.

Citamos ainda os ginásios de esportes entregues às escolas estaduais do Município: Irmã Tereza e Venceslau Bueno.

Quero parabenizar mais uma vez o nosso Governador Luiz Henrique da Silveira pela excelente administração estadual, cumprindo com honradez as promessas assumidas.

Parabenizo também o Prefeito Ronério Heiderscheidt e sua esposa, a Primeira Dama, D. Dirce, pela condução administrativa da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Vale aqui lembrar que o Prefeito Ronério, nos últimos 4 anos, vinha representando a esperança do povo palhocense, que correspondeu nas urnas de 2004. E o Prefeito, com sua equipe, com o apoio do PMDB e do Governo do Estado de Santa Catarina, liderado por Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, vem fazendo a sua parte, atento às reivindicação de Palhoça através da respectiva Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

Cumprimento também o Vice-Prefeito de Palhoça, figura imprescindível do resultado positivo até aqui alcançado. Por tudo isso e conhecedor da atitude, do caráter e do dinamismo do Prefeito, de sua equipe, da militância do PMDB e do apoio dos partidos coligados, acredito não haver mais dúvidas quanto à sua excelente administração, baseada também no resultado dos primeiros 100 dias de mandato.

Encerro registrando a minha satisfação e o meu orgulho de ser amigo de Palhoça, em especial dos 2 grandes representantes da administração municipal. Parabenizo mais uma vez o Governador Luiz Henrique da Silveira pela atenção especial dada a Santa Catarina e não diferentemente ao Município de Palhoça.

Parabéns ao amigo Ronério e, em seu nome, ao povo palhocense. Nós, que fazemos parte das lideranças do Estado, sentimo-nos privilegiados de acompanhar e de participar da evolução da nossa querida Palhoça, um dos maiores Municípios de Santa Catarina.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pessoas que perdem o senso do ridículo e muitas vezes se transformam em verdadeiras caras-de-pau. E, conforme ouvíamos nossos avós e pais dizerem, seria necessário óleo de peroba para melhor lustrar o rosto dessas pessoas.

O Maranhão é um dos Estados do Brasil mais ricos em recursos naturais: tem terras férteis, água abundante e povo laborioso. Para lá se dirigiram, nas décadas de 30 a 60, levas de nordestinos fugidos da seca, das agruras e da miséria, em busca do eldorado que representava naquele momento o maior celeiro e produtor de grãos do País, chegando a ser o maior de algodão não só em quantidade, mas em qualidade. As fábricas de tecido exportavam o melhor morim do mundo para o Sul do Brasil e para os países europeus.

Em 1965, a despeito de tirar do poder a oligarquia comandada por Vitorino Freire, uniram-se as oposições e lançaram como candidato o Deputado José Sarney, que venceu a eleição. Infelizmente, a política equivocada do Grupo Sarney transformou o rico Maranhão no Estado mais empobrecido do País. Dados do IPEA e do IBGE revelam que os indicadores socioeconômicos maranhenses fazem inveja aos dos países mais miseráveis da África. Nossa renda *per capita* é a menor do Brasil; temos o segundo menor IDH; a maior concentração de renda; o maior número de analfabetos; monoculturas espalhadas pelo Estado, em que se trocam as terras férteis do homem trabalhador pela cerca de arame farpado e a pata do boi.

Para aquele Estado se dirigiram grandes fazendeiros atraídos pela grilagem de terras, implantada em 1989, no final do Governo Sarney, chegando a 500 o número de áreas de conflito.

No jornal *O Estado do Maranhão*, edição de 17 de abril de 2005, li artigo assinado pelo Sr. Jorge Murad – que se diz economista, mas nada mais é do que genro do Senador Sarney, esposo da ex-Governadora Roseana Sarney –, em que cobra ações do atual Governador do Estado, José Reinaldo Tavares, e diz ainda que os Senadores do Maranhão não faltarão com o apoio e o voto, como fazem em matérias de interesse do Estado.

Refere-se ao Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, em tramitação no Senado desde o ano passado e pronto para ser votado. Mas o Senador José Sarney não deixa e inclusive pede a Senadores de outros partidos, como Garibaldi Alves Filho e Maguito Vilela, do PMDB, e Antônio Carlos Valadares, do meu partido, o PSB, que apresentem emendas ao projeto para evitar que seja votado. Cobra ainda do Governador a devolução de dinheiro destinado à construção de estradas fantasmas, mas se esquece de que a maior estrada fantasma que o Maranhão tem vai de Arame a Paulo Ramos. Foram investidos pela ex-Governadora Roseana Sarney 33 milhões de dólares na construção de uma estrada que não existe.

Jorge Murad diz também que o atual Governador deve tratar bem os professores, mas durante os 8 anos de mandato de Roseana Sarney não foi implantada no Maranhão uma sala de aula sequer para o 2º grau, em total desprezo aos estudantes.

Cobra do Governador que faça menos festas e viaje menos, esquecendo-se de que a ex-Governadora Roseana Sarney é useira e vezeira em jogatina, em Las Vegas, Estados Unidos, e de que usava cartão de crédito do dono do Banco Santos, Cid Ferreira, para pagar seus débitos.

Esses cobradores de hoje são os que transformaram o rico Maranhão em Estado miserável, o mais pobre da Nação. Não pode hoje o Sr. Jorge Murad co-

brar nada porque é responsável pela implementação do pólo de confecções de Rosário, projeto de 40 milhões de reais que levou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a "pagar o maior mico" porque hoje nenhuma máquina funciona. Ao contrário: centenas de pobres mulheres que lá trabalhavam por meio de cooperativas ficaram endividadas com o Banco do Nordeste.

O Projeto Salango sugou do Governo Federal cerca de 80 milhões de reais e não produz nenhum peixe sequer; o Governo do Estado gastou 330 milhões de reais para sanear o Banco do Estado do Maranhão, que foi vendido por apenas 79 milhões de reais; com o escândalo da USIMAR gastou 44 milhões para implantar indústrias que até hoje não entraram em funcionamento; no caso Lunus, a Polícia Federal encontrou 1 milhão e 370 mil nos cofres do Sr. Jorge Murad, que até hoje não deu explicações quanto à origem dos recursos.

Infelizmente, essas pessoas que matam o maranhense de fome e o deixam na miséria são as mesmas que cobram do atual Governador. Mas está formada a ampla Frente de Libertação do Maranhão. Vamos libertá-lo do jugo do Sr. José Sarney, da oligarquia mais danosa que já existiu, e fazer com que o Estado cresça e apareça no cenário nacional. São Luís vai voltar a ser chamada de a Atenas brasileira.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. autorização para apresentar requerimento de indicação ao Poder Executivo com objetivo de criar uma universidade federal no agreste meridional de Pernambuco.

Apesar de aquela região já possuir campus avançado da Universidade Federal Rural, merece expandir o ensino universitário. Trata-se de grande conquista, porém é preciso avançar, assim como ocorre em outras regiões do País, as quais, recentemente, tiveram a possibilidade de implantar campus universitário.

Devido à política descentralizadora do Governo Lula, está sendo possível implantar o ensino federal gratuito de qualidade em todos os rincões do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra o nobre Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PSDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da Confederação Nacional do Transporte, que hoje ocupa o cargo de Vice-Governador de Minas Gerais, Clésio Andrade, publicou artigo sobre a caótica situação do setor de transportes no País. O renomado economista e administrador de empresas compara, em seu artigo, os problemas do sistema viário brasileiro à terrível crise de energia elétrica ocorrida em 2001 que nos levou ao apagão.

Clésio Andrade alerta a sociedade para o risco de um "apagão" no setor de transportes no Brasil devido à desatenção para com o patrimônio público e à falta de investimentos em um setor fundamental para a economia.

Há falta de terminais multimodais, demora na modernização dos portos brasileiros, que se encontram abaixo do padrão internacional, uso limitado de hidrovias, falta de conservação e de novos investimentos em ferrovias e há principalmente um caos rodoviário, que vem provocando enormes prejuízos materiais, além da perda de milhares de vidas de inocentes.

Em seu esclarecedor artigo, Clésio adverte o atual Governo ao afirmar:

> "Em vez de investir minimamente na manutenção daquilo que foi custeado a duras penas pelo povo brasileiro e construído, em grande parte, ainda nos anos 50, por Juscelino Kubitschek, optou-se por priorizar o pagamento de juros de nossa dívida e pela formação dos superávits primários fixados pelo FMI".

Acrescenta, ainda, que Juscelino, em seu Governo, elegeu como pilares de sua administração o binômio energia e transporte.

O abandono do setor de transporte por parte do Governo tem como resultado estradas esburacadas, com grande parte de suas pontes desabando ou em vias de desabar; portos obsoletos, sem condições de suportar o crescente volume de cargas movimentadas; o sucateamento de ferrovias e a falência do transporte aéreo.

O principal modal de transporte do País é o rodoviário, responsável por 61% da movimentação de toda a carga nacional, que se encontra em verdadeira situação de calamidade.

Na última pesquisa rodoviária realizada pela CNT em 2004, 74,7% das rodovias apresentavam algum tipo de problema, sendo classificadas como péssimas (14,6%), ruins (23,7%) ou deficientes (34,4%). Nos 167 pontos críticos levantados pela pesquisa inclui-se quedas de barreiras, focos de erosão na pista, pontes caídas e registros de destruição de proteção lateral nas estradas e assustador índice de roubo de carga.

Sr. Presidente, a crise no setor já fechou milhares de empresas de transportes, devido aos enormes prejuízos causados por acidentes, roubos de cargas e

assassinatos de caminhoneiros que refletiram no alto custo do seguro de transporte e do frete que, nos últimos anos, tiveram aumento real de 40% em virtude da insegurança de nossas estradas.

Infelizmente, os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE sobre os combustíveis que, de 2002 a 2004, representaram 22,4 bilhões de reais pagos ao Governo pelos consumidores e que deveriam ser aplicados no setor de transporte teve apenas 4,2 bilhões de reais, ou seja, 19% investidos na infra-estrutura de transporte.

Para o bem do Brasil, esse quadro precisa mudar, pois é inadmissível a perda de milhares de vidas e a invalidez de vítimas inocentes devido à precariedade de nossas estradas, visto que nenhum país se desenvolve e se torna socialmente justo sem um sistema de transporte seguro e eficiente.

Muito obrigado.

O SR. ALMIR SÁ (Bloco/PL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade em que ocupo a tribuna, venho defender a concessão de aumento emergencial para os militares da União, visto que é nosso dever, além de reconhecer o notório merecimento dessa classe, corrigir injustiças a anos perpetradas contra esses valorosos guardiões da Pátria. E digo mais, se não o fizermos, há a possibilidade real de florescer grave insatisfação social entre os militares.

Os militares e suas famílias enfrentam atualmente a dicotômica divisão entre respeito à hierarquia e à disciplina, princípios basilares da vida na caserna, aliados à sua rigorosa e primorosa formação, contrapostos à baixa recompensa para viver satisfatoriamente. Para o ser humano, salário não causa satisfação, mas com certeza insatisfação!

Ainda que se tenha podido experimentar ares de relativa estabilidade econômica na história recente do nosso País, é certo que os índices de medição usados pelo próprio Governo, aliados aos estudos dos comandantes militares, sempre atentos a essa questão, já atestam fortemente a diminuição do poder de compra dos atuais salários, afetando a todos os segmentos econômicos da sociedade. A estabilidade apregoada em números e propaganda, conforme disse há pouco, contrasta com a piora na qualidade de vida dos militares. Há prolongada estagnação dos valores de soldo, sabe-se disso faz anos, e, sem nenhuma estratégia, a questão vem sendo empurrada, não obstante inúmeras iniciativas terem sido tomadas pelos comandantes militares, preocupados com o alarmante aumento do índice de suicídio e de ocorrências policiais com militares, por estarem, em horas vagas, fazendo "bicos" para sobreviver, alguns ilegais, no desvio de mão-de-obra extremamente preparada até para o tráfico de drogas, que, como forma rápida de conseguir dinheiro, emprega tanto militares da reserva como açoda os da ativa.

As iniciativas dos comandantes ficam perdidas se não atendidas, em suas bases científicas, por um Governo que, enquanto não se define, ignorantemente permite aos mais exaltados e descontrolados o aproveitamento do tema como bandeira inflamada de lideranças adversas.

Para tentar diminuir tão aviltante diferença entre as categorias do serviço público e a estagnação histórica, os comandos das 3 Forças já têm em mãos, há anos, várias hipóteses de reajuste, que, desde o ano passado, vêm sendo discutidas com os integrantes governamentais. Todavia, não se tem chegado a consenso no mínimo razoável, o que deixa dúvidas quanto ao comprometimento do Governo com tão estratégica classe.

Reportagens de jornais e panfletos – e é notório, no seio da sociedade – revelam a gritante disparidade salarial entre as diversas classes militares do País. Basta dizer que, enquanto um cabo do Exército, por exemplo, recebe 818 reais, na Polícia Militar do Distrito Federal um cabo recebe 2 mil e 100 reais. Não estou me referindo às ultimas tabelas divulgadas pela imprensa que mostram o salário bruto dos militares, mas me louvando na experiência que tenho com essa classe.

A proposta conhecida e alardeada em agosto de 2004, que avalizava o reajuste de pouco mais de 30% – inclusive a mais cautelosa –, previa o início do reajuste apenas em janeiro. Sendo assim, os militares teriam mais tempo para pleitear fatia maior no Orçamento 2005, entregue pelo Governo até o dia 31 de agosto. No primeiro estudo, Srs. Deputados, encaminhado pelo Ministro Viegas ao Presidente Lula, em abril de 2004, S.Exa. enfatizava a necessidade de reajuste de 23% a 34%, considerando apenas perdas dos últimos 4 anos. Foi decidido um aumento médio de 10% em 2004; o restante ocorreria em janeiro de 2005. Esse restante ainda não veio, e já caminhamos para o meio do ano, com mais perdas.

Sensibilizar-se somente com a difícil situação da tropa não é a melhor resposta. Sensibilidade não enche a barriga da família militar brasileira, já tão sacrificada com as peculiaridades que suporta, como rigorosos horários, formação extrema, altíssimo preparo, constantes mudanças de cidades.

Assim, creio que o aumento de 34% aos militares, referente às perdas ocorridas de 2001 a 2003, ajudaria a melhorar a compatibilidade entre os valores pagos a servidores civis, que tiveram no mesmo período reajuste médio de 31%. Isso não seria absurdo,

Sr. Presidente, mas, sim, demonstração de prudência, reconhecimento de inteligência e competência estratégica do Alto Comando das Forças Armadas!

Sr. Presidente, o encaminhamento de um projeto de lei a esta Casa, com pedido de tramitação em regime de urgência, seria o melhor caminho para satisfazer os interesses da nossa briosa força militar. Dessa forma, evitaríamos medida provisória para situação adversa e tiraríamos das ruas as mulheres dos militares que, em desespero, vão às praças públicas e ao Palácio do Planalto pedir aumento na remuneração de seus maridos. É hora de esta Casa também reivindicar para os militares o que lhes é de direito.

Que haja consciência do Presidente da República no cumprimento do seu dever e da palavra de apoio aos militares, compromisso assumido pelo antigo Ministro da Defesa.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que determine seja este pronunciamento divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Vice-Presidente da Caixa, Sr. João Carlos Garcia, esteve em minha região na última terça-feira para o lançamento da Caixa Internacional, uma parceria da Caixa com o BCP Bank. Representando esta Casa, compareci àquele evento, que contou com presença do nosso Superintendente Regional, o Dr. Marcelo Bonfim, e do Superintendente Estadual da Caixa, o Dr. Dimas.

Sr. Presidente, somente Governador Valadares tem hoje 35 mil cidadãos morando no exterior, que já enviaram para a cidade cerca de R$4,5 milhões.

O processo de internacionalização da Caixa começou ano passado, com o lançamento da e-conta, que permite o envio de valores por meio de operações com carta de crédito internacional. Por determinação do Presidente Lula, quando da sua visita aos Estados Unidos, com o novo sistema os brasileiros passarão a ser atendidos no balcão da Caixa dentro do BCP Bank, que tem mais de 20 agências nos Estados Unidos e outras 7 no Canadá, e as remessas serão feitas com taxa de 2,52%, contra a taxa média de 8,5% cobrada por outras instituições.

O lançamento do serviço na cidade deve-se ao grande contingente de mineiros de Valadares e sobretudo da região leste do Estado que estão no exterior, especialmente nos Estados Unidos.

Senhoras e senhores, um dos propósitos da Caixa e do Governo Lula é desmistificar a idéia de que essas remessas servem para identificação pela polícia americana ou pelo governo. Não é esse o objetivo do processo. É importante salientar que esse não é o papel da Caixa nem do BCP Bank. O que a Caixa Econômica Federal e o Governo brasileiro querem é garantir uma operação mais segura, mais confiável e mais barata para o cidadão que está fora do País. É preciso ressaltar que houve uma inversão: o Brasil, até o início do século passado, era um país que recebia imigrantes; entretanto, atualmente vivemos uma outra situação, pois mais de 3 milhões de brasileiros estão espalhados pelo mundo. Metade deles, 1,5 milhão, estão nos Estados Unidos. Desses, 700 mil são de Minas Gerais, a grande maioria da região leste. Esses cidadãos que migraram enviaram para o Brasil cerca de US$5,8 bilhões, um valor superior ao da exportação de soja no ano passado. Portanto, precisamos valorizar essas remessas e legalizá-las.

A CPMI do Congresso terá um papel importante na apuração de possíveis irregularidades nas transferências de recursos para o exterior a instituições que servem à rede de tráfico.

Acredito que é fundamental modernizarmos nossa legislação, pois somos um país hoje com um grande número de cidadãos vivendo em outros países, como Estados Unidos, Portugal, Japão e outros. É preciso atualizar a legislação, criando condições para que essas pessoas se enquadrem e sejam valorizadas como trabalhadores e trabalhadoras que estão fora do Brasil, mas produzem e transferem renda para cá.

O Programa Caixa Internacional é um passo importante, sendo justificada a preocupação do Governo Lula. Entretanto, cabe a nós, Parlamentares, a elaboração da legislação internacional, para que os emigrantes sejam tratados com dignidade, mesmo morando fora do nosso País.

Quero parabenizar a Caixa e o Governo Lula por tão importante ação.

Muito obrigado.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, desejo somar minhas palavras às do nobre Deputado Almir Sá acerca da lamentável situação das mulheres dos militares que, em desespero, pedem aumento salarial para seus maridos, além de respeito por parte das Forças Armadas.

Presidente Lula, crie juízo, ouça os militares, ou, uma hora, o tiro pode sair pela culatra!

Sr. Presidente, venho à tribuna no dia de hoje para falar a respeito de denúncia feita por mim no dia 17 de maio de 2004 sobre a empresa Múltipla Prestação de Serviços, prestadora de serviços ao Ministério do Meio Ambiente, a qual estava aplicando calote nos trabalhadores, não fazendo os pagamentos devidos.

Denunciei também outra situação: o Secretário João Paulo Capobianco estava demitindo funcionários que ganhavam 2 mil reais para contratar outros com salários de até 8 mil reais.

A resposta a requerimento de informações que encaminhei ao Ministério foi hilária.

À época, mostrei um cheque sem fundos emitido pela empresa em referência. Pedi providências à Ministra do Meio Ambiente no sentido de suspender, imediatamente, o contrato com a empresa, porque ela estava, repito, dando calote nos trabalhadores.

Para minha surpresa, passado quase um ano – a denúncia foi feita em maio de 2004 –, o que vimos foi a omissão, a conivência do Governo Lula em relação a essas maracutaias, pois as denúncias não surtiram nenhum efeito.

Mas, Sr. Presidente, como diz velho ditado, a justiça tarda, mas não falha. Esta semana, o Juiz José Ribamar Lima Jr., titular da 11ª Vara do Trabalho, concedeu liminar bloqueando os bens e os créditos da Múltipla Prestação de Serviços.

Eu disse que naquela árvore tinha jabuti, mas, como jabuti não sobe em árvore, alguém o tinha colocado lá. Aqui está a prova, e o Governo não fez absolutamente nada.

O Ministério do Meio Ambiente é recheado de ONGs e de algumas maracutaias, feitas até em nome do "nepetismo", o que é uma constante no Brasil – mulheres de Ministros e marido de Ministra trabalham no Governo, sempre arrumando complicações para o Presidente Lula. À época, eu anunciei: *"Dize-me com quem andas, e eu te direi quem és"*. Aí está: mais uma vez empresa contratada pelo Governo do PT envolve-se em maracutaia.

Vou reafirmar as palavras que proferi no último discurso que fiz no Pequeno Expediente: abre-se um jornal ou uma revista, como *Época* ou *Veja*, e só deparamos com escândalos. São escândalos atrás de escândalos, e nada está sendo feito para combatê-los ou para punir os responsáveis.

Quero saber onde está a Oposição. Por que não fazemos absolutamente nada contra essa gente, que a cada dia que passa pratica mais atos ditatoriais? Ontem, o Deputado Nicias Ribeiro se referiu a uma medida provisória que causaria inveja a Fidel Castro, a Hugo Chávez, ou, no passado, a Hitler e a tantos outros.

Temos um governo que não apura os escândalos que envolvem seus parceiros. Temos um governo que prefere pagar a dívida das Forças Armadas da Guiné-Bissau a dar o aumento salarial prometido aos trabalhadores.

O que se percebe claramente é que o Governo Lula se transformou em mestre na arte de prometer e não cumprir. Este é um Governo que só prometeu, não faz absolutamente nada para beneficiar o trabalhador.

O Presidente Lula, acompanhado dos seus Ministros e das respectivas esposas e de outros tantos, está aplicando, mais uma vez, o calote, e nós pagamos o preço da omissão.

O SR. ANDRÉ DE PAULA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, o motivo que me leva a ocupar esta tribuna é trazer ao conhecimento desta Casa 2 fatos importantes ocorridos na última segunda-feira no meu Estado, os quais merecem registro nos Anais desta Casa.

Primeiro, faço menção à iniciativa do Governador Jarbas Vasconcelos, que assinou, em cerimônia realizada no Palácio do Campo das Princesas, a liberação de 5 milhões e 500 mil reais para obras que beneficiarão 53 mil alunos da Região Metropolitana do Recife e do interior do Estado: a reforma de 20 escolas e a construção de 19 quadras esportivas. Vinte e quatro Municípios pernambucanos, de diversas regiões do Estado, serão contemplados.

Na reforma e recuperação das 20 escolas, 4 milhões de reais serão empregados, o que beneficiará diretamente 18 mil alunos e, indiretamente, 93 mil pessoas da comunidade escolar. Além de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, todos Municípios da Região Metropolitana do Recife, Tracunhaém, Paudalho, Catende, São Benedito do Sul, Sirinhaém, Cumaru, Bom Jardim, Cedro e Araripina serão igualmente beneficiados.

Na construção das 19 quadras esportivas, os investimentos são da ordem 1 milhão e 500 mil reais. As quadras cumprem papel ainda mais relevante, o de ser instrumento de integração social da comunidade.

Serão 34 mil alunos e cerca de 170 mil pessoas beneficiadas. As quadras serão construídas em escolas de Olinda (4 unidades de ensino), Recife (5), Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Frei Miguelinho, Taquaritinga do Norte, Toritama e Salgueiro.

Esse esforço do Governo Estadual merece nosso reconhecimento. No momento em que os diversos níveis de Governo enfrentam enormes dificuldades para promover investimentos e não raro fazem opção por outras ações que não as ligadas a educação, Pernambuco deposita seus recursos nesta área.

A redução das desigualdades sociais, o combate à violência, à criminalidade e às drogas só são possíveis com ações e investimentos sólidos na educação.

A iniciativa do Governo de Pernambuco aponta nesta direção e vai além: resgata o papel da escola

pública como forte elemento de integração comunitária e instrumento autônomo de transformação social.

Devo ainda assinalar que o Governador Jarbas Vasconcelos esteve esta semana no Senado Federal para tratar de empréstimo no Banco Mundial – BIRD, no valor de 31,5 milhões de dólares, com contrapartida de 21 milhões de dólares do Governo do Estado, para a implantação do Programa Educação de Qualidade – EDUQ, que tem como objetivo o aprimoramento e aperfeiçoamento do ensino básico em nosso Estado.

Aproveito, portanto, a oportunidade para registrar, com satisfação, o trabalho competente que vem sendo realizado pela Secretaria de Educação e Cultura do Governo de Pernambuco, nas pessoas do seu Secretário, Mozart Neves Ramos, e de sua Secretária-Executiva, Celecina Pontual, gestores comprometidos e responsáveis que vêm colocando sua experiência em administração pública a serviço da educação em Pernambuco.

Por fim, Sr. Presidente, foi com grande alegria que participei, na segunda-feira passada, na cidade de Vitória de Santo Antão, Município da Zona da Mata do meu Estado, da homenagem prestada ao Padre Renato da Cunha Cavalcanti por ocasião do jubileu de ouro de sua ordenação sacerdotal.

As homenagens prestadas pelos paroquianos, amigos, familiares e fiéis pelos 50 anos de absoluta dedicação ao anúncio do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo culminaram com a celebração Eucarística na Matriz de Santo Antão.

Padre Renato chegou na cidade de Vitória em 31 de março de 1963 para exercer, de forma admirável, sua missão pastoral à frente da Igreja Matriz de Santo Antão. Natural de Timbaúba, Padre Renato nasceu no dia 16 de novembro de 1929. Em 1944, entrou para o seminário, ordenando-se padre em 1955 na França, onde realizou a sua primeira missa na cidade de Lisieux.

Na Arquidiocese de Olinda e Recife foi capelão de igrejas das mais importantes. Foi vigário de Jaboatão, pároco de São Lourenço da Mata e Vice-Diretor do Seminário de Olinda. É autor de monografia sobre a vida de Santo Antão, de título *O Santo da Renúncia*.

Concluo esta parte do meu pronunciamento, Sr. Presidente, fazendo este registro em nome do povo vitoriense, que, em momento de grande júbilo, presta essa merecida homenagem ao seu pároco.

Ao Padre Renato Cunha Cavalcanti, nossas mais sinceras homenagens pelo transcurso de tão significativa data. Meu reconhecimento e minha sincera manifestação de respeito e de admiração pela obra religiosa realizada ao longo de 5 fecundas décadas.

Durante o discurso do Sr. André de Paula, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Natan Donadon, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Cardias.

O SR. MILTON CARDIAS (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os *gays* e as lésbicas têm conquistado espaço cada vez maior na sociedade e na mídia. Nessa onda, os defensores do movimento querem, ainda, legalizar a adoção de crianças por homossexuais como se fosse algo natural e normal.

Nos últimos anos, a visibilidade dos homossexuais tem aumentado. Um dos indícios mais flagrantes foi a recente vitória do professor baiano Jean Willys no *Big Brother Brasil*, da Rede Globo. Além das novelas, livros e revistas que abordam o tema, até um canal fechado da Globosat foi inaugurado.

Sr. Presidente, de acordo com as Sagradas Escrituras, a homossexualidade não é aceita por Deus.

Podemos invocar o relato de Sodoma e Gomorra, no Gênesis (Gn 19.4-5), de onde advém o termo "sodomia" como sinônimo de homossexualidade e outras anomalias do gênero. Ou, então, a condenação feita por Moisés ao povo de Israel contra a prática, no Levítico (Lv 18.22; 20.13), sem nos esquecermos de outras alusões significativas: no período dos Juízes (Jz 19.22-23); no Novo Testamento, epístola de Paulo aos Romanos (Rm 1.26-27).

Faço minhas as palavras de Jamiel de Oliveira Lopes, mestre em Psicologia Clínica, articulista, professor universitário e pastor na AD em Campinas, São Paulo: *"A sociedade atual está cada vez mais perdendo de vista o princípio divino de não aprovação de união de pessoas do mesmo sexo*".

Ilustres Parlamentares, se o propósito de Deus é que o homem se una a uma mulher e os 2 formem uma só carne (Gn 2.24), constituindo uma família heterossexual, como aceitar a adoção de um bebê por um casal homossexual?

Além de ser uma afronta à lei divina, a legalização pretendida fere frontalmente as leis do nosso País e os bons costumes do nosso povo.

De fato, para que seja deferido um pedido de adoção, faz-se necessário a apresentação de reais vantagens para a criança ou para o adolescente, segundo o art. 29 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ambiente familiar adequado, a condição estabelecida pela lei, significa ambiente moralmente sadio, onde se encontrem pessoas comprometidas com um único propósito: criar e educar o menor segundo os princípios ditados pela moral e pelos bons costumes.

Nobres Deputados, é possível ter um ambiente sadio para a criança numa "família" formada por homossexuais?

A criança não se sentirá marginalizada se não for suprida sua necessidade de apreender as identidades paterna e materna no lar, indispensáveis para sua formação saudável?

Ao tentar defender os direitos do adotante, não estaremos sacrificando o direito do adotado?

Ilustres pares, nossa sociedade está sendo levada a acreditar que a adoção por pretensos casais homossexuais não interfere na formação infantil. Contudo, psicólogos e psiquiatras têm demonstrado os malefícios que podem ser causados às crianças em tais circunstâncias.

Embora queiram desacreditá-la, a família permanece como a correia de transmissão de valores e tradições. Não há dúvida de que aprendemos em casa o que é certo ou errado, sobre nosso passado e nossa cultura.

Sendo assim, somente a família regularmente formada, constituída pelo homem e pela mulher, poderá exercer a influência correta na transmissão dos valores e das tradições.

Srs. Deputados, o homossexualismo é um dos resultados da decadência humana (Rm 1.24-28) e um ataque ao plano original de Deus, ou seja, a família (Mt 19.4-6).

É imperioso que, na abordagem do tema, resgatemos os princípios bíblicos. Tais princípios não podem ser ignorados, sob pena de violarmos nosso bem mais sagrado.

É imprescindível que obedeçamos às normas legais vigentes, se quisermos formar uma população com bom desenvolvimento psicossocial.

Essas são as razões que me levam a dizer não às aberrações, que desagregam a família, pondo em risco nossa sociedade.

Essas são as razões que me levam a condenar veementemente o espaço temático *gay* dado pela mídia brasileira e manifestar-me também contrário à adoção de bebês por homossexuais.

Sr. Presidente, trago esta mensagem para todo o Brasil, em defesa da família, da ética e da moralidade.

Que Deus tenha piedade de nós e não permita que idéias como essas venham prosperar, pois feriria de morte a moral da nossa sociedade. Mas rogamos que Ele nos ajude e abençoe todas as famílias e as crianças do nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminho à Mesa requerimento para que, no âmbito do Colégio de Líderes, seja feito um acordo para apreciarmos em regime de urgência o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.621, de minha autoria, em função do absurdo cometido contra o Estado de Roraima: demarcação em área contínua Raposa Serra do Sol.

Sr. Presidente, temos de discutir essa questão aprofundadamente. Nós, da bancada do Estado, e a população de Roraima não somos contra o projeto de demarcação do Governo, mas contra a forma como o processo foi encaminhado. É necessário que a base do Governo e o próprio Partido dos Trabalhadores assim entendam.

Deixo registrado o firme empenho de que esse absurdo – que faço questão de mostrar repetidamente para a população brasileira – não se perpetre contra o nosso Estado e, principalmente, contra a soberania e a segurança nacionais.

O SR. ALBERTO FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar que estou encaminhado à Mesa requerimento de informações para que o Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, se manifeste sobre as mudanças na gestão da Brasil Telecom S.A.

Quero saber, primeiramente, se existe algum parecer técnico. Se existe, que nos seja encaminhada uma cópia dele, para que possamos, pelo menos, tomar conhecimento de como ocorreram essas mudanças.

Nessa árvore tem jabuti.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Michiles, do Bloco/PL do Amazonas, que disporá de até 5 minutos na tribuna.

O SR. HUMBERTO MICHILES (Bloco/PL – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, celebramos neste mês de abril diversas datas comemorativas do livro. O dia 2 foi o Dia Internacional do Livro Infantil, homenagem ao nascimento do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen; 18 último, Dia Nacional do Livro Infantil, data natalícia do brasileiríssimo José Bento Monteiro Lobato. Monteiro

Lobato, juntamente com o mencionado Andersen, os alemães Irmãos Grimm, o francês Charles Perrault e, para muitos, a também brasileira Lygia Bojunga Nunes são considerados os maiores autores de livros dedicados ao público infanto-juvenil. Ainda dentro das datas que marcam a importância do livro, teremos, no próximo dia 23, o Dia Mundial do Livro e do Direito do Autor, mesmo dia do falecimento de 2 dos maiores escritores de todos os tempos: William Shakespeare e Miguel de Cervantes.

Qual a razão de tantas datas marcarem praticamente um mesmo evento? Poderíamos ainda lembrar que o dia 29 de outubro é consagrado ao Dia Nacional do Livro. Tamanha diversidade revela a importância que a humanidade dá ao livro impresso, embora não nos possamos esquecer do livro eletrônico, o chamado *e-book,* que muitos, há cerca de 10 anos, se apressaram em decretar como os substitutos definitivos de seus coirmãos produzidos em papel. Não só, felizmente, se equivocaram como também viram crescer de forma surpreendente, a cada ano, as edições de livros vendidos.

O Dia Internacional do Livro foi concebido pela UNESCO para incrementar cada vez mais sua disseminação em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento. Para a UNESCO e para todo homem de bom senso, o livro ainda é a maior tecnologia de informação já inventada. Apesar do crescente avanço da Internet, das revistas de informações gerais e específicas, do rádio, da televisão, das palestras públicas e dos cursos em todos os níveis, o livro impresso é o que propicia as maiores possibilidades de democratização e de aprofundamento do saber e da educação.

Disso já sabia, em 1918, o pai literário de Narizinho, do Visconde de Sabugosa, do Marquês de Rabicó e de dezenas de outros personagens saborosos. Naquele ano, Monteiro Lobato, cujo combustível maior era o sonho que sabia tenazmente converter em intrepidez, criou a primeira editora genuinamente nacional, a Editora Monteiro Lobato e Cia. Antes disso, todos os livros aqui concebidos eram impressos em Portugal. A importância que Lobato dava à leitura pode ser compreendida por meio de um de seus aforismos prediletos: "*Um país se faz com homens e livros".*

Portanto, afora outras dezenas de memoráveis iniciativas na área da produção cultural, é mais do que justa a homenagem que une o aniversário deste notável escritor ao dia dedicado ao livro infantil.

Sr. Presidente, nobres pares, nunca será por demais enaltecida a importância do livro para o crescimento pessoal, espiritual e profissional de todos nós. A necessidade vital de um livro é tanta que transparece em nosso imaginário e no inconsciente coletivo. Quando perguntados o que levaríamos para uma ilha deserta, respondemos, com relativa freqüência, que levaríamos determinado livro, sobretudo a Bíblia, como revela pesquisa feita há alguns anos por renomado jornal inglês.

Sigamos, pois, essa inclinação natural e também a sábia orientação de Castro Alves, que nos exorta a plantar livros, livros com abundância, que o poeta baiano considera como sendo a melhor arma para combatermos o bom combate da vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encerrar este pequeno pronunciamento, quero conclamar os Governadores de todos os Estados e os Prefeitos de todos os Municípios para que não deixem uma cidade sem biblioteca; que não construam nem inaugurem uma escola sem biblioteca. Hoje ainda é tão verdadeira quanto era no século passado a afirmação de Monteiro Lobato: *"Um país se faz com homens e livros".*

Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (PTB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir de 1º de maio teremos o novo salário mínimo de 300 reais, que não é o ideal nem o que a população brasileira deseja, mas será uma conquista, porque corrigido acima da inflação. Minha preocupação é quanto à correção dos salários e proventos dos aposentados.

Há muito o Governo Federal, e não apenas o atual, não dispõe de uma política de correção salarial para os aposentados. Na verdade, o que se vê é o achatamento salarial de muitos que se aposentaram com 3, 4, 5 ou 6 salários mínimos. Daqui a pouco a maioria do povo brasileiro estará aposentada com um salário mínimo.

Precisamos de uma política que preserve o poder de compra dos aposentados. Essa classe faz por merecer e não pode estar sujeita aos humores dos governos, nem de planos econômicos, muito menos ser responsabilizada pelos rombos da Previdência. Precisamos adotar uma política de correção para o provento desses aposentados, que a cada dia que passa vêem cair seu poder aquisitivo e o nível de consumo, que não é mais o de outrora. Vemos também bancos tentarem lucrar com os aposentados. Oferecem empréstimos a juros que não são baixos – giram em torno de 3% ao mês – para socorrerem aposentados que vão procurá-los porque já não têm o mesmo poder aquisitivo. Após a primeira ou a segunda prestação, os aposentados já começam a sentir o peso do empréstimo. E o pior é que, infelizmente, alguns artistas consagrados atuam como isca para esses aposentados, tentando levá-los a um nível de consumo que não conseguirão manter.

Faço apelo a esta Casa no sentido de não discutir apenas o salário mínimo e uma política salarial, para que todos saibam como se comportará daqui para frente, mas também uma política de correção salarial para os aposentados que recebem acima de um salário mínimo.

Chamo a atenção desta Casa e do Presidente Severino Cavalcanti para outra questão: não podemos permitir que o salário mínimo seja desvinculado dos benefícios previdenciários. Querem proceder a essa desvinculação para que milhões de brasileiros aposentados recebam o salário sem qualquer reajuste ou recebam o salário base, o que nada vai resolver. Precisamo-nos manter firmes na defesa de um salário mínimo coerente para todos. Não podemos ter cidadão de primeira ou segunda categoria, apesar de já haver grande discriminação.

Sr. Presidente, é preciso conter os reajustes, principalmente o das tarifas administradas pelo Governo Federal, como luz, água e telefone, e elaborar política de reajuste salarial adequada, basicamente para o salário mínimo e para o provento dos aposentados.

Deixo aqui meu alerta. A partir de 1º de maio, o salário mínimo será de 300 reais, o que ainda é pouco. Haverá sacrifício por parte das pequenas Prefeituras, mas é bom que se faça assim para se aquecer a economia como um todo, principalmente a dos pequenos Municípios. No entanto, é preciso que fiquemos atentos quanto ao reajuste do provento dos aposentados. Sinto que esta Casa abandonou por completo este debate e tenta punir os aposentados, aumentando cada dia mais o tempo de carência e a idade para a aposentadoria e estabelecendo uma remuneração inadequada.

São estas minhas preocupações.

A SRA. ANN PONTES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acontecimentos recentes têm demonstrado que chegamos ao século XXI sem ter conseguido definir uma política indigenista que consiga garantir os direitos básicos das várias etnias existentes no território brasileiro.

Boa parte das populações indígenas está morrendo de fome, vítimas de alcoolismo, em conflitos agrários ou pela falta de assistência médica. Outros índios, de forma mais drástica, recorrem ao suicídio, dada a falta de perspectiva em conseguir levar uma vida digna e produtiva.

"Estrangeiros em seu próprio País", é assim que o relatório da Anistia Internacional, divulgado no final de março, definiu a situação dos índios brasileiros.

O Brasil tem acompanhado pelo noticiário sucessivos casos de crianças das tribos Guaranis-Caiuás, de Mato Grosso do Sul, que morreram de causas direta ou indiretamente associadas à desnutrição aguda. Segundo dados divulgados pela revista *Época*, edição de março, no ano passado, a desnutrição matou 25 crianças índias. Este ano, 21 crianças já foram vitimadas.

É comum, ainda, a disputa das terras indígenas por fazendeiros, madeireiros e garimpeiros. Em abril do ano passado, no Estado de Rondônia, a tensão entre índios e garimpeiros resultou no massacre de 29 pessoas pelos índios cintas-largas, na Reserva Roosevelt.

A verdade, Sr. Presidente, é que os índios brasileiros estão perdendo sua identidade: não conseguem viver como índios, tampouco como brancos.

Sem acesso à educação, à saúde e ao trabalho, muitos de nossos índios vivem a mendigar ou a depender da doação de cestas básicas do Governo Federal. Uma situação que os leva à degradação, à descaracterização e à própria extinção.

Essa falta de perspectiva vem aumentando o índice de suicídios, por exemplo, nas tribos de Mato Grosso do Sul, principalmente entre os jovens com menos de 20 anos. Ainda segundo reportagem da revista *Época*, em média, 28 jovens se matam a cada ano. Um aumento de 20% desde 2001.

Sem opção, os índios negociam o que têm em busca de dinheiro – madeira, minérios ou diamantes encontrados em suas terras – e sempre acabam endividados com os comerciantes locais.

A situação da maior parte dos indígenas do Brasil é dramática e esta Casa não pode ficar indiferente a ela. Algumas reivindicações já estão postas e precisam ser encaminhadas.

O Congresso Nacional precisa votar o Estatuto do Índio, projeto de 1991 e que, desde 1999, está pronto para entrar na pauta de votação do plenário da Câmara.

O Poder Executivo precisa fortalecer a FUNAI, para que esta possa desenvolver programas de resgate da auto-estima das populações indígenas, garantindo sua sustentabilidade e promovendo atividades de esporte, cultura e lazer. No ano passado, o Município de Tucuruí, no Pará, sediou os primeiros jogos dos povos indígenas. Na época, apresentei requerimento ao Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, para que criasse uma gerência específica para conduzir os programas sobre esportes indígenas.

Outra reivindicação importante é a criação do Conselho Nacional de Política Indígena, com vistas a uma efetiva implementação e à condução de uma política que atenda às reais necessidades dos índios brasileiros.

Finalmente, precisamos garantir, em lei, os mecanismos previstos na Convenção da Diversidade

Biológica: a repartição justa e eqüitativa de benefícios, bem como a anuência prévia quanto ao acesso aos conhecimentos dos povos indígenas e das populações locais.

Isso, mais do que nosso dever, é o mínimo que podemos fazer para assegurar que as várias tribos existentes no País tenham o direito de garantir sua cultura, seu nome e sua sobrevivência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paes Landim, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB. S.Exa. disporá de 5 minutos.

O SR. PAES LANDIM (PTB. Como Líder.) – Sr. Presidente, imaginava que os pastores da Igreja Católica estariam hoje se regozijando com a eleição consensual e rápida do novo Papa, Bento XVI, mas vi com tristeza o despautério do Bispo Dom Tomás Balduíno, Presidente da Comissão Pastoral da Terra, contra o grande homem público e paradigma da vida pública brasileira José Alencar. Dom Tomás Balduíno disse: *"Até que se prove o contrário, ele é conivente com o trabalho escravo..."*.

Sr. Presidente, Dom Tomás se reporta a uma declaração do grande Vice-Presidente José Alencar, no ano passado, durante congresso sobre agronegócio, quando simplesmente afirmou: *"Não posso dizer que haja trabalho escravo"*. Ele não negou a existência de trabalho escravo, mas não podia afirmar o que nunca tinha visto. *"Há trabalho degradante"*, continuou. Esta é uma informação muito importante do grande e vitorioso empresário que é. Disse ainda: *"Escravo é quem não tem liberdade e tem dono. É preciso não haver condenação contra o setor agrícola moderno sem apuração"*. Quer dizer, não se pode condenar sem apuração, o que é uma regra divina e da justiça dos homens também.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Vice-Presidente da República estava falando para o setor agrícola moderno, não para a lavoura arcaica, atrasada. O agronegócio moderno vive dentro das regras da modernidade e da transparência, porque os próprios compradores e consumidores internacionais assim o exigem, em todos os sentidos. É exigida transparência contábil, trabalhista, do conteúdo dos negócios, da qualidade dos produtos.

Portanto, foi um absurdo, uma verdadeira absurdidade que um bispo da Igreja, já em idade vetusta, venha com afirmação dessa natureza, desvairada, contra um dos homens mais dignos deste País.

Sr. Presidente, ele informa ainda que o Sr. Vice-Presidente da República teria apoiado, na eleição passada, o Prefeito eleito de Unaí. Consultei agora um colega Deputado de Minas Gerais – que tem pelo Sr. José Alencar a mesma admiração que tenho –, e este me disse ter feito S.Exa. o Vice-Presidente da República mensagem de apoio a todos os candidatos do PL Nº de Minas Gerais, Prefeitos e Vice-Prefeitos, e, em Unaí, o Vice-Prefeito era do PL. Além do mais, quando fez S.Exa. a declaração, ninguém sabia das acusações ao Prefeito de Unaí, que está sendo julgado e que, se realmente tiver culpa, será devidamente condenado pela Justiça.

Então, Sr. Presidente, quero aqui protestar pela nota divulgada hoje na **Folha de S.Paulo.** Acho que Dom Tomás Balduíno presta um desserviço ao País ao acusar um homem público do porte de José Alencar. É preciso que ele saiba que o Sr. José Alencar vem de estrutura empresarial moderna.

Quando o Presidente Collor resolveu abrir as importações do Brasil para produtos têxteis, o Sr. José Alencar, dono da COTEMINAS, não foi pedir remédio ou socorro ao Governo, nem foi ao hospital da economia. O que fez S.Exa.? Simplesmente resolveu modernizar mais ainda sua empresa. Mandou seu filho, que hoje a dirige, visitar as empresas têxteis do mundo inteiro para saber qual era a melhor maneira de o Brasil competir nessa área. Assim o Sr. José Alencar enfrentou e venceu a competição. A COTEMINAS é uma das grandes empresas do mundo porque faz um trabalho moderno, sofisticado, paga decentemente seus assalariados. É uma empresa transparente, que praticamente não tem compromisso com o sistema financeiro, sobretudo, o sistema financeiro público, porque o Sr. José Alencar jamais pactuou com qualquer tipo de transação ou negociação com o setor público.

Sr. Presidente, quero aqui protestar contra as declarações profundamente injustas de Dom Tómas Balduíno, porque ele está lidando com um *self-made man*. Começou como balconista em Minas Gerais e, hoje, sua empresa é vitoriosa. Depois de vitorioso no setor privado, resolveu vir à vida pública ajudar o Brasil com seu exemplo.

José Alencar, Sr. Presidente, é um dos últimos moicanos da sábia e saudosa política mineira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem a palavra o nobre Deputado Alex Canziani.

O SR. ALEX CANZIANI (PTB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o turismo brasileiro, com o forte potencial que possui para gerar emprego e distribuir renda, representa setor estratégico para o desenvolvimento de nossa economia.

Segundo artigo publicado no *Correio Braziliense*, o setor turístico, não obstante receber apenas 0,17%

dos investimentos privados feitos no País, responde por 5,56% do Produto Interno Bruto. Isso revela a pujança de um segmento que pretende criar, nos próximos 2 anos, mais de 70 mil empregos.

Para tamanha geração de emprego, o País deverá receber 3,1 bilhões de reais em investimentos privados para a construção de complexos hoteleiros em pontos turísticos específicos.

A distribuição de renda revela importante alcance social a ser atingido com o desenvolvimento do setor. De fato, o consumo do turismo concentra-se nas classes altas, mas a remuneração advinda dele é distribuída crescentemente, em termos relativos, dos mais ricos para os mais pobres.

Assim, enquanto o rendimento vindo do turismo corresponde a 8,24% do total recebido pelas classes menos favorecidas, entre as famílias de alta renda o valor é reduzido a 4,92%.

Além do benefício econômico mencionado, a atividade turística poderá contribuir para a melhoria da distribuição de renda entre as diferentes regiões. A infra-estrutura surgida nas regiões pobres possibilita que elas recebam turistas de regiões mais desenvolvidas e com maior renda. Desse modo, o turismo constitui possibilidade concreta de diminuição de disparidades regionais.

Nobres Parlamentares, existe grande potencial de crescimento do nosso turismo. Conforme dados divulgados pelo Ministério do Turismo, o valor deixado este ano por estrangeiros no Brasil durante o verão, assim como o valor gasto por turistas brasileiros fora do País, foi maior em relação a 2004.

O ano passado também foi marcante pelo elevado número de desembarques em vôos internacionais. Informações da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO revelam aumento significativo nos vôos que transportam turistas estrangeiros. Foram 327 mil, 273 desembarques nos 12 meses, número 90,11% maior que o registrado em 2003. Os desembarques nacionais também subiram de 30,7 milhões em 2003 para 36,5 milhões no ano passado.

O Brasil apresenta características naturais favoráveis a essa expansão, mas precisamos investir continuamente em infra-estrutura. Para tanto, medidas como a melhoria de acessos nos transportes, o aperfeiçoamento da segurança, a ampliação de centros de informações, entre outras, ampliariam ainda mais o fluxo turístico.

Em diversos debates ocorridos no âmbito da Comissão de Turismo e Desporto, bem como da Frente Parlamentar do Turismo, que tenho a honra de coordenar, evidenciou-se a necessidade de ampliação de investimentos nesse importante segmento de nossa economia. Esses investimentos podem inclusive garantir maior sustentabilidade na nossa atividade turística, ao permitirem que futuras gerações usufruam dos benefícios no setor.

São louváveis os avanços promovidos no turismo, com a competente atuação do Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia. E o artigo jornalístico, ao trazer primorosa análise da estreita relação entre turismo e distribuição de renda, mostra que estamos na direção correta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *"nós somos o que fazemos, o que não se faz, não existe. Portanto, só existimos no dia em que fazemos. No dia em que não fazemos, apenas duramos."* (Padre Antônio Vieira.)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, num mundo de oportunidades como o que vivemos, cada conquista deve ser comemorada. E estamos comemorando! Os dekasseguis, migrantes japoneses de segunda geração que optam por viverem e trabalharem temporariamente no Japão visando poupar dinheiro, em breve vão contar com uma assistência fundamental para garantir seu sucesso profissional: o Projeto Dekassegui.

Um convênio firmado no Japão com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no dia 7 deste mês, vai possibilitar ao conceituado SEBRAE e à renomada Associação Brasileira de Dekasseguis – ABD promoverem programas específicos e voltados àquela comunidade. São 3 milhões e 100 mil dólares em investimentos no projeto!

Trata-se de mais uma vitória da qual orgulhosamente participamos. Lembro-me de quando fomos procurados pelo então presidente e amigo Rui Hara, da ABD. S.Sa. tinha o sonho de executar um projeto de apoio aos dekasseguis e pediu a nossa colaboração. Vimos a importância da proposta e, então, fomos em busca do SEBRAE. Falamos com o assessor para Assuntos Internacionais Renato Caporali. Em seguida, fomos ao então diretor do órgão, Paulo Okamotto (hoje presidente), que ficou entusiasmado com a idéia.

Tomamos a iniciativa, portanto, de promover uma parceria – bem sucedida, aliás – Do SEBRAE com a ABD. Naquela ocasião, o Termo de Cooperação foi assinado e resultou num profundo estudo das potencialidades que envolvem aquela comunidade. Foram feitos 1.179 questionários no Brasil e 322 no Japão, o que mostra a dimensão do estudo.

Apoiamos a proposta, Srs. Deputados, porque entendemos que os dekasseguis amealham recursos financeiros formidáveis e por isso merecem contar com uma assistência de primeira linha que os norteie em seus investimentos.

Pela pesquisa da ABD, realizada em conjunto com o SEBRAE, metade dos nipo-brasileiros que emigram para o Japão a fim de trabalharem está motivada a regressar ao Brasil com o intuito de abrir seu próprio negócio. São 268 mil pessoas que enviam em torno de 2 bilhões de dólares por ano ao Brasil.

Tamanho potencial vai levar o Projeto Dekassegui a ver, com especial atenção, as comunidades mais populosas de imigrantes japoneses, localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná.

O Sistema SEBRAE será o responsável pela implantação e gestão do projeto, que deverá abranger cerca de 10 mil pessoas, entre os que vivem no Japão e os que já regressaram ao Brasil. A proposta é mostrar aos beneficiários a importância de se ater às inovações tecnológicas e gerenciais que os mesmos captam no Japão, para depois aplicá-los no Brasil em nichos de mercado mais demandados.

E a preocupação é grande, Sr. Presidente: dados do BID apontam que os imigrantes brasileiros formam a terceira maior comunidade naquele país, depois dos coreanos e chineses. Em média, segundo o próprio BID, um entre cinco dekasseguis retornam ao Brasil após 5 anos de trabalho. Um estudo preliminar, porém, mostra que muitos dekasseguis acabam aqui realizando negócios malfadados, implicando em altos índices de mortalidade empresarial – o que muitas vezes os obrigam a realizar novamente a ponte aérea Brasil-Japão para mais uma árdua e sacrificante jornada de trabalho.

Mas isso vai mudar. Queremos cumprimentar o presidente do SEBRAE, Paulo Okamotto; o assessor para Assuntos Internacionais, Renato Caporali; o diretor de Administração e Finanças do órgão, César Rech; o ex-presidente, Rui Hara, e a atual presidente da ABD, Maria Helena Uyeda; o coordenador do Projeto Dekassegui naquela associação, Kiyoharu Miike; o presidente do BID, Enrique Iglesias; e também o consultor Dorval Rodrigues Júnior, do Instituto Educere, de Brasília, que atuou intensamente na elaboração do projeto.

O convênio, pois, foi um momento histórico para todos, cujo resultado vai beneficiar os dekasseguis e também o próprio País, com mais renda e mais emprego para a nossa população.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: há poucos dias, recebi em minhas mãos o exemplar do mês de março da *Revista Abrati,* uma publicação da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros. Ali, tive a grata satisfação de ver um artigo cujo teor também me trouxe a esta tribuna.

Cá estou para render meu preito ao Grupo Itapemirim, uma empresa brasileira que, ciente da necessidade de que a sociedade civil assuma com urgência a responsabilidade socioambiental, como forma de preservar nossa biodiversidade, tomou a dianteira no combate ao tráfico de animais silvestres, essa vergonha nacional que ameaça o nosso patrimônio.

É preciso, com extremada urgência, dizer "não" a esse que é o terceiro maior negócio ilegal do mundo, só perdendo para o tráfico de armas e o de drogas. Só no Brasil, a venda de animais silvestres movimenta cerca de 2 bilhões de dólares a cada ano, nobres colegas.

Há estimativas de que dos animais retirados do seu *habitat* natural, 60% permanecem em território nacional e 40% são mandados para o exterior. Mas o mais triste e o mais grave, nobres colegas, é que, de cada 10 animais traficados, só um sobrevive. Em outras palavras: a atividade é ilegal e imoral. Os traficantes vendem, embolsam o dinheiro, e 90% dos animais vendidos morrem, porque não encontram condições adequadas de sobrevivência. Se não houver uma conscientização da sociedade no sentido de banir essa prática, nossa fauna está seriamente ameaçada.

No artigo, Andréa Cola, Diretora Comercial do Grupo Itapemirim, afirma que está comprovado pelos órgãos responsáveis pela fiscalização desse negócio ilícito que os traficantes utilizam as estradas brasileiras para fazer a transferência dos animais capturados ilegalmente até os centros de venda, onde o tráfico se efetiva. A conscientização tem de ocorrer nas estradas, que é por onde o negócio começa.

O Grupo Itapemirim acredita que o setor de transporte rodoviário, por ser estruturado e ágil, pode assumir a responsabilidade e fazer a diferença na guerra contra o tráfico de animais silvestres.

Imbuído nesse espírito de combate, em parceria com a ONG RENCTAS – Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, o Grupo lançou uma campanha educativa, com vistas a mostrar à população brasileira o prejuízo que causa à natureza o tráfico de animais silvestres.

Houve uma série de seminários e treinamentos, em todo o território nacional, no sentido de esclarecer os mais de 15 mil funcionários da empresa, para que eles sejam multiplicadores da idéia e assumam a dianteira nessa luta.

Além disso, foram colocados adesivos em todos os veículos do grupo, estão sendo distribuídos panfletos educativos e a revista de bordo da empresa foi colocada a serviço da causa.

Sem dúvida, é uma ação de responsabilidade socioambiental da maior relevância. Por esta razão, parabenizo o Grupo Itapemirim pelo arrojo da iniciativa.

Trago a esta tribuna as palavras da Diretora Comercial do Grupo, Andréa Cola, e as faço minhas: *"Não*

se trata de campanha de marketing, mas de uma ação de responsabilidade socioambiental. Por isso, convocamos e contamos com a participação das outras empresas do setor, para que a mensagem a favor do meio ambiente possa ser ainda mais eficiente".

De minha parte, estou convicto de que ações como essa, aparentemente simples, são eficazes e podem garantir que se dissemine Brasil afora uma cultura de preservação ambiental, tão necessária para garantir qualidade de vida para nós e para as gerações futuras do Brasil e do mundo.

Parabéns, mais uma vez, ao Grupo Itapemirim! Que a sua exortação seja ouvida pelas outras empresas do setor, para que se intensifique o combate ao tráfico de animais em nosso território. Assim espero.

Sr. Presidente, ao concluir, quero deixar registrado que hoje a EMBRAPA Soja faz 30 anos. Todos sabemos da grande importância que tem a EMBRAPA para o desenvolvimento da agropecuária brasileira. A EMBRAPA Soja está localizada no Município de Londrina. Gostaríamos de deixar o nosso abraço a todos os funcionários, pesquisadores e trabalhadores da EMBRAPA Soja.

O SR. MARCO MAIA (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar, para os Anais da Casa, o falecimento, na última sexta-feira, do ex-Deputado Federal Hugo Simões Lagranha, Prefeito por 5 mandatos do Município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, homem que tem uma história de serviços prestados à comunidade.

Nossa homenagem a esse Deputado Federal – que não é do meu partido; nos últimos anos foi filiado ao PP –, deve-se ao trabalho, à dedicação e à forma carinhosa com que conduziu a Prefeitura da cidade de Canoas por 5 vezes, fazendo obras de interesse da comunidade, bem representando a figura do homem público.

Hugo Simões Lagranha foi enterrado no sábado, com a presença de muitas autoridades políticas do Estado. Queríamos deixar registrada a homenagem a esse bravo Deputado Federal e ex-Prefeito do nosso Município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está entre os países com maior potencial na produção de óleos minerais, entre eles o óleo da mamona.

Sr. Presidente, na microrregião de Irecê, os agricultores, impulsionados pelo programa do biodiesel, já estão plantando em grande escala a mamona.

A região é formada principalmente por pequenos agricultores, que dependem para o seu sustento, ano a ano, do que produzem em suas lavouras.

Nobres pares, para este ano, já é esperada uma safra recorde da mamona, e conseqüentemente um aumento na oferta, o que levará a uma diminuição na cotação do seu preço.

Na região, o grande entrave está no esmagamento da semente, devido à falta de unidades fabris especializadas na produção do óleo de mamona, que possui valor agregado e grande demanda internacional.

O Governo Federal deve mobilizar-se para que na próxima safra da mamona na microrregião seja assegurada, através do Banco do Brasil, a instituição do preço mínimo para o produto, o que certamente vai evitar prejuízo para os agricultores da região.

Solicito, ainda, da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que proporcione estudos e projetos no âmbito da sua Pasta para que no menor tempo possível sejam implantadas esmagadoras de mamona na microrregião de Irecê e, num futuro próximo, possa a região receber uma usina produtora de biodiesel, nos moldes da Brasil Eco Diesel, que já está em funcionamento no Piauí.

Muito obrigado.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cristãos, católicos, ecumênicos e homens de boa fé dos 5 continentes, de todos os credos e todas as raças, regozijam-se com a ascensão do Cardeal Joseph Ratzinger ao Pontificado da Igreja de Cristo e saúdam o advento do Papa Bento XVI nas alvoradas deste novo milênio.

O Vaticano proclamou em seus rituais seculares: *habemus papan*, ou seja, em nossa linguagem nativa: temos um novo papa. Temos um novo Pastor da Igreja Apostólica de Cristo. Ao ser aclamado, o novo Pontífice declarou: *"Após o grande Papa João Paulo II, os cardeais escolheram a mim, um simples, humilde trabalhador da vinha do Senhor"*. Seu primeiro gesto foi de reverência e sabedoria diante do grande vulto que o antecedeu no chamado "Trono de São Pedro".

Instituição basilar em 2 milênios de civilização, a Igreja de Cristo corporifica as 3 virtudes teologais: Fé, Esperança e Caridade. Imutável em sua essência, a Fé revigora-se nas fontes do Iluminismo e do Humanismo. A Esperança é sinônimo da vida que se renova. A Caridade é o nome universal da fraternidade entre os povos, as nações e as criaturas de Deus. Guardião da fé, ungido como novo Pontífice pelo Colégio de Cardeais do qual era o decano, D. Joseph Ratzinger, tornado Papa Bento XVI, projeta as virtudes renova-

das da Igreja de Cristo neste tempo de descrenças e desesperanças.

Sendo ambos luminares da Igreja, ao ser eleito Papa o Cardeal Joseph Ratzinger tem sido mencionado como figura indissociável ao Papa João Paulo II, de quem foi um dos principais colaboradores. Eles se engrandecem e engrandecem a Igreja de Cristo. Por ter sido durante 23 anos, a partir de 1982, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cujas origens remontam aos tempos medievais do Santo Ofício, nos tempos da Inquisição, o perfil doutrinário do cardeal alemão é identificado como sendo um dos expoentes do dogmatismo e do conservadorismo secular da Igreja. Nesse ponto, cabe a ressalva de que o Papa João Paulo II levou a Igreja Católica a redimir-se pelos pecados da Inquisição e também a pedir perdão ao judaísmo e aos muçulmanos por discriminação e perseguições cometidas durante as guerras de conquistas das Cruzadas.

Formulador das políticas doutrinárias da Santa Sé ao lado do Papa João Paulo II, o Cardeal Joseph Ratzinger compartilha dos méritos na revisão desses dogmatismos históricos. Sem abdicar da essência da Fé como herança dos Apóstolos de Cristo, o novo Papa Bento XVI deverá dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos por João Paulo II nas questões doutrinárias da Igreja. O princípio antidogmático é de que a Fé é uma virtude teológica imutável, as conjunturas históricas e sociais é que são mutáveis ao longo do tempo.

Alemão nascido na região da Baviera há 78 anos, o Cardeal Ratzinger possui sólida formação intelectual, filosófica e teológica. A acuidade intelectual de que é dotado leva-o a deslindar as obras religiosas de tal modo a filtrar sua pureza teológica, a essência do cristianismo milenar e eterno. Humanista na mais elevada concepção da palavra, o novo o Papa Bento XVI é intelectual respeitado nos fóruns internacionais filosóficos e acadêmicos. Com tal dimensão intelectual, está credenciado a mobilizar as elites pensantes e as elites eclesiais no enriquecimento do debate de idéias, acima dos superficialismos, modismos e falsos conceitos de modernidade.

Com formação refinada no campo das artes e da cultura, o Papa Bento XVI, a exemplo do Papa João Paulo II, comunica-se em 10 idiomas, é formado em Filosofia e Teologia e possui 7 títulos de doutorado em universidades européias. Nas horas vagas, revela-se excelente pianista e é aficionado das partituras clássicas do seu conterrâneo Ludwig van Beethoven. A Igreja Católica e os clássicos de Beethoven estão em boas mãos.

Líder espiritual de mais de 1 bilhão de católicos em todo o mundo, o Papa Bento XVI abençoa os seus irmãos em Cristo e invoca as bênçãos do Espírito Santo para que sejam iluminados os caminhos do seu Pontificado.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, presidida por um dos mais competentes homens ligados ao agronegócio do País, que honrou o nosso Estado de São Paulo nesta Casa, Dr. Fábio de Salles Meirelles, enviou ao Sr. Presidente da República carta contendo as inquietações e preocupações com os rumos da agricultura brasileira. Nós, homens ligados ao setor primário, desejamos endossar as suas palavras e incluir nos Anais de nossa Casa as sugestões para o aperfeiçoamento da política agrícola, com vistas à sustentação das atividades agropecuárias no País.

Diz a carta:

> "Considerando que a agricultura brasileira passa por momento de extrema dificuldade, com custos de produção em alta, preços de produtos em queda e rentabilidade negativa em várias atividades, redundando em elevado risco de inadimplência/endividamento nesta safra, sendo sugerido o que se segue:
>
> **a)** Realizar estudos para implantar uma política agrícola sustentável de médio/longo prazo (Plurianual).
>
> **b)** Estudar a viabilidade de aperfeiçoar e expandir a Política de Garantia de Preços Mínimos administrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da CONAB, para que possa comprar excedentes de produção, em momentos de crise, quando os preços das commodities estiverem inferiores ao custo efetivo de produção, podendo, inclusive, servir como estoque de garantia quando da ocorrência de quebra de safra. Para tanto, seria necessário dotação orçamentária exclusiva para esse fim. Dessa maneira, quando as cotações se recuperarem, a CONAB poderia comercializar seus estoques no mercado, inclusive garantindo meios de auto-sustentação do programa.
>
> **c)** Ampliar os recursos para custeio e principalmente comercialização, com o intuito de incrementar os instrumentos existentes (AGF/EGF – Aquisição do Governo Federal/Empréstimo do Governo Federal e PEP – Prêmio de Escoamento de Produto, etc.). Garantir recursos e incentivar a expansão de estrutura de armazenagem nas fazendas e nas coopera-

tivas para que os produtos possam comercializar sua safra no momento apropriado.

d) Apesar da iniciativa positiva estabelecida pelo Plano de Subsídio ao Prêmio do Seguro Rural, é necessário se implantar um seguro amplo de renda, que não garanta apenas indenização contra os sinistros climáticos e que, além disso, seja capaz de abranger toda a agricultura brasileira.

e) Estudar a viabilidade de implementação de instrumentos de controle dos preços de insumos, com intervenção disciplinar do Governo, quando for o caso.

f) Desenvolver uma política disciplinadora de mercado, a fim de coibir abusos e violações à ordem econômica, pelas indústrias à jusante e à montante da produção agropecuária.

g) Desonerar a produção e corrigir distorções nas legislações estaduais, a fim de que se estabeleçam regras justas de concorrência e produção. Revogar definitivamente o art. 6º da Medida Provisória nº 232.

h) Implementar estudos com medidas que cerceiam as oscilações bruscas da taxa de câmbio, inibindo movimentos especulativos e garantindo condições de flutuação do câmbio em patamares mais condizentes à realidade produtiva brasileira.

i) Garantir segurança jurídica no tocante ao direito de propriedade e ao cumprimento das leis, coibindo as ações espoliativas de movimentos políticos.

j) Adequar às políticas ambientais e de recursos hídricos à viabilidade econômica e social, considerando a presença do homem nesse contexto e a necessidade de compensação pela restrição de uso da propriedade, principalmente no que tange à Reserva Legal.

k) Revisar a legislação trabalhista com o intuito de adequá-la às particularidades do meio rural e estimular a contratação e a geração de postos de trabalho. "

Sr. Presidente, a essência de um documento dessa magnitude deve ser vista com o cuidado que merece a agricultura.

Acrescento a essas importantes reflexões, as posições defendidas pelo Presidente do Sindicato Rural de Ibiúna, Maurício Shigueroni Tachiba, que acrescentou a defesa dos produtores de hortaliças, flores e plantas ornamentais, semeaduras e plantios que necessitam de uma política agrícola diferenciada, pois não possuem safra determinada, já que os plantios são realizados em épocas diversas.

Temos que abrir linhas de crédito para esses homens e mulheres que são o sustento alimentar das cidades e sofrem discriminação latente, pois a ótica dos financiamentos agrícolas está concentrada na política de privilegiar as linhas de crédito rural para as chamadas *commodities* agrícolas.

Estamos vigilantes para que o setor não seja empurrado para um quadro de extrema dificuldade.

Reitero o meu incondicional apoio ao Dr. Fábio Meirelles e aos agricultores de Ibiúna e peço uma reflexão dos meus pares sobre o tema.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS NADER (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia 21 de abril lembramos o vigésimo aniversário da morte de Tancredo Neves. A proximidade da data trouxe, nos últimos dias, uma série de reportagens em jornais, revistas e televisão, relembrando o drama pessoal do Presidente e do povo brasileiro, que acompanhou sua agonia às vésperas de uma posse que não chegou a acontecer.

As histórias que vêm sendo contadas agora, com muitos detalhes, apenas comprovam a importância que Tancredo Neves teve e sempre terá para o Brasil, notadamente para a democratização política de nossa Pátria. Tancredo – revela a revista *Veja* desta semana – não era bem visto por alguns setores militares. Como bom mineiro, atuou para vencer todas as resistências e permitir que o Brasil reencontrasse o rumo da democracia.

Por uma infeliz coincidência, um problema de saúde justamente após a eleição pelo Colégio Eleitoral, na última escolha indireta do Presidente da República, Tancredo não chegou a tomar posse. À agonia que se seguiu a sua internação hospitalar, somou-se o temor de que fosse comprometida a transição política.

O Brasil, comovido, chorou a morte do homem que representava o sinal de liberdade, após a rejeição das eleições diretas. A morte de Tancredo, porém, despertou no povo brasileiro um sentimento ainda maior por poder escolher livremente os seus governantes. S.Exa. foi um grande brasileiro, com uma carreira política ímpar, irretocável. Quis Deus que o momento mais alto de sua trajetória política não fosse cumprido, mas ainda assim S.Exa. ajudou de forma indelével a fazer do País uma nação democrática.

Ao relembrar Tancredo, Sr. Presidente, não nos podemos esquecer de um outro personagem desse período histórico: o Senador José Sarney, pego de surpresa ao ser instado a assumir a Presidência da República. Como a honrar os sonhos de Tancredo, coube ao hoje nobre Senador dar uma aula de retidão e de determinação, com postura firme e inabalável em

busca da democracia que o Brasil tanto aspirava. Politicamente, José Sarney foi um gigante da nossa história, enfrentando com a sabedoria que sempre ostentou os percalços que se colocaram em seu caminho.

Não houve fato – e, diga-se de passagem, não foram poucos – capaz de desviar o Brasil do norte da democracia. Por isso, 20 anos depois, é preciso enaltecer estes 2 grandes brasileiros. Tancredo estará sempre presente, por tudo o que representou. O digno Senador José Sarney está neste Congresso para receber, com justiça, os nossos aplausos.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: 21 de abril, Dia do Livro. É uma boa ocasião para chamarmos atenção para a necessidade, em nosso País, de dar início a um grande movimento em favor da leitura. Esta semana, por conta da data, mais uma vez as escolas de todo o País estarão estimulando seus alunos à leitura.

Mas isso não basta. A escola faz o seu papel e o faz durante o ano inteiro. Todavia, fora de sala de aula, as crianças não têm o hábito de ler. Um hábito, por sinal, que vem perdendo adeptos a cada dia que passa, principalmente porque a geração de adultos de hoje não tem também o mesmo conceito de outras gerações de buscar conhecimento por meio da leitura.

Conseqüentemente, o que se sabe é que temos jovens, inclusive no ensino superior, com extrema dificuldade de entender o que lêem e com um grau de desconhecimento alarmante de fatos históricos e personagens mundiais.

Há quem veja neste comportamento, nesta falta de leitura, apenas uma questão dos tempos em que vivemos, onde os meios de comunicação eletrônicos, como a televisão, o rádio e a Internet, principalmente, tomam mais tempo das crianças e jovens do que acontecia antigamente. Aliás, nem faz muito tempo, sequer existia a Internet, um meio que virou febre entre as crianças, jovens e adultos.

Porém, quem tem o costume de ler sabe que não há nada comparável à leitura de um bom livro. O contato com as páginas, o conhecimento de autores de variados estilos, do romance à ficção, é importante para a pessoa adquirir algo que não tem preço: informação, conhecimento. Esses valores não têm medida.

Por isso, é importante que o Ministério da Cultura, as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, que todas as entidades ligadas à cultura promovam todos os tipos de atividade e estímulo que possibilitem fazer nossas crianças e jovens encontrarem o livro, despertando o hábito da leitura. Elas ganharão com isso, o País ganhará com isso.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita satisfação e alegria quero registrar a passagem, no dia 16 de abril, do Dia do Leonismo Nacional.

Não posso deixar passar em branco esta data, pois sempre tive o Lions Clube como referência no esforço humanitário global e, como tal, digno de ser destacado. Formado por verdadeiros leões, homens e mulheres que trabalham como voluntários de forma incansável, sob o magnífico lema *"Nós servimos"* – e como servem!

Nesta oportunidade, em que exaltamos essa organização internacional, julgo oportuno melhor situá-la.

A Associação Internacional de Lions Clubes nasceu do sonho de Melvin Jones, um empresário abnegado do Arizona, nos Estados Unidos. Aos 20 anos de idade, Melvin Jones mudou-se para Chicago, Ilinois, onde se associou a uma companhia de seguros e, em 1913, fundou sua própria agência. Como membro do Círculo de Negócios de Chicago, uma espécie de associação comercial, um grupo de empresários que se reunia na hora do almoço, logo foi eleito secretário. Porém, Melvin Jones acreditava que os clubes comerciais deveriam não só se ater às preocupações profissionais, mas também ao bem-estar das comunidades e do mundo como um todo. Com esta inquietação, Melvin Jones resolveu criar uma fundação que se empenhasse em levar melhor qualidade de vida aos que dela necessitassem. Sob esta ótica, ele foi um dos precursores das organizações do terceiro setor. Foi sob sua liderança dinâmica que os Lions Clubes conseguiram prestígio necessário para atrair homens com mentalidade cívica. Melvin Jones, o homem cujo lema pessoal era: *"Você não pode ir muito longe enquanto não começar a fazer algo pelo próximo"*, se tornou o princípio condutor de pessoas com espírito de serviço humanitário em todas as partes do mundo, falecendo em 1º de junho de 1961, aos 82 anos de idade, deixando um legado que perdura até nossos dias, praticamente em todo o planeta.

A primeira reunião organizacional do Lions foi realizada em 07 de junho de 1917 em Chicago, Ilinois, nos Estados Unidos. O novo grupo adotou o nome de um dos grupos convidados, a Associação de Lions Clubes, e uma convenção nacional foi realizada em Dallas, Texas, em outubro do mesmo ano, onde aprovaram um estatuto, com as regras e regulamentos da associação.

Em 1920, apenas 3 anos após a primeira reunião, a associação já se tornava internacional, com a criação do primeiro clube no Canadá. A expansão inter-

nacional continuou à medida que novos clubes foram estabelecidos, na Europa, Ásia e África.

Desde 1925, após significativo discurso proferido pela sócia Helen Keller, na convenção internacional do Lions, em Ohio, nos Estados Unidos, quando conclamou os associados a se tornarem *"cavaleiros dos cegos na cruzada contra a escuridão"*, os Lions Clubes têm-se envolvido ativamente no serviço para os cegos e deficientes visuais, criando, inclusive, o Dia Mundial da Visão do Lions, uma parceria global com órgãos das Nações Unidas. Cabe ressaltar que Helen Keller esteve no Brasil em 1953 visitando a Fundação Dorina Nowill para cegos, antiga Fundação para o Livro do Cego no Brasil, cuja missão é propiciar aos deficientes visuais condições para assumirem o seu papel de cidadãos independentes, oferecer à sociedade informações e serviços e participar ativamente de ações voltadas à prevenção de cegueira.

Aproveito este discurso para homenagear a Professora Dorina de Gouveia Nowill pela sua incrível trajetória de vida. Mesmo perdendo a visão com apenas 17 anos, ela continuou seus estudos, com todas as dificuldades que a época impunha, criando em 1946 a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, organização que em 1991, recebeu o seu nome pelo merecido reconhecimento de seu trabalho em prol da educação, reabilitação, cultura e profissionalização de pessoas cegas ou com baixa visão e na prevenção da cegueira. Ressalto, também, o magnífico trabalho desenvolvido pelos voluntários, voluntárias e funcionários da Fundação Dorina Nowill, homenageando-os por se dedicarem com tanto carinho a esta justa causa.

Mas quero ressaltar que o Lions Clube não é apenas voltado para programas relacionados à visão. O Lions tem também o compromisso de auxiliar os jovens, de melhorar o meio ambiente, construir casas para os deficientes, apoiar a conscientização sobre as diabetes, realizar programas auditivos e, por meio de sua fundação, oferecer auxílio às vítimas de catástrofes em todo o mundo.

Por isso o Lions Clube Internacional possui hoje quase 1,5 milhão de sócios em mais de 45.000 clubes localizados em nada menos do que 193 países.

Portanto, minhas senhoras e meus senhores, como um homem que sempre lutou pelas causas sociais, seja como Secretário de Estado, seja como Governador de São Paulo, como Deputado Federal, ou como cidadão, não poderia deixar de prestar esta homenagem ao Lions Clube do Brasil, por ocasião do Dia do Leonismo Nacional. Parabéns, meus amigos do Lions Clube do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. CÉSAR MEDEIROS (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é habitado por aproximadamente 345 mil índios, que se distribuem em 215 diferentes sociedades indígenas, vivem em aldeias espalhadas por todo o território nacional e representam aproximadamente 0,2% da população brasileira. E, de acordo com dados da FUNAI, estima-se que existam entre 100 a 190 mil índios vivendo fora das aldeias, muitos deles em áreas urbanas.

O tratamento dado pelo Estado a esses povos, até a Constituição de 1988, ignorava as tradições e costumes e tentava integrá-los à sociedade brasileira, não lhes dando a liberdade de manter sua cultura, mas tutelando-o e moldando-os a costumes estranhos a eles. A Constituição alterou substancialmente esse tratamento e consagrou o direito dos povos indígenas à terra, definindo as áreas habitadas por eles como "*terras ocupadas tradicionalmente pelos índios*" e passando a reconhecer os costume e tradições desses povos.

Apesar desses avanços, a violência contra os povos indígenas vem aumentando no País. Na maioria das vezes essa violência é dirigida a seus líderes, devido principalmente à disputa pelas terras, pelas riquezas naturais ali contidas e até pelo conhecimento indígena sobre a biodiversidade, conforme os dados do relatório da Anistia Internacional divulgado em março do corrente ano.

Sabemos dos esforços realizados pelo Presidente Lula no sentido de buscar soluções para mais essa dívida histórica. Nesse sentido, quero parabenizar o Presidente e toda a população da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, por mais essa conquista que foi a homologação dessas terras. Tive a oportunidade de conhecer e compartilhar a realidade desse povo na VIII Caravana de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e sei o quanto é importante esse ato homologatório, pois a terra tem um papel fundamental na preservação ambiental, no desenvolvimento social e inclusive na questão físico-cultural desses povos. E ali, Srs. Deputados, na Raposa Serra do Sol, temos aproximadamente 15 mil índios, entre as etnias macuxi, taurepang, wapexana e iugarikó.

Conforme afirmou recentemente o nosso Presidente Lula, *"a dívida com esses povos é secular, e pagá-la de uma só vez é impossível"*. Pensar nas questões indígenas enfocando somente o acesso à terra é um equívoco. É necessário que o Governo, paralelamente às homologações de terra, também construa uma política, em conjunto com os índios, adequada à sua realidade, nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, proteção cultural, proteção aos conhecimentos tradicionais, com participação nas

instâncias que tratem de seus interesses. Uma política não de tutela, mas de cidadania. Precisamos não só devolver-lhes o que lhes é de direito, mas aprender com eles a fazer democracia, a praticar a cidadania.

Um ponto também crucial nessa questão é o posicionamento dos não-índios em relação ao tema. Pelos resultados da pesquisa do IBOPE 2000, 82% deles afirmam que o Governo Federal deveria atuar para evitar a extinção dos povos indígenas, 91% consideram que eles devem ter espaço para viver conforme a sua cultura e 93% afirmam que devem receber uma educação que respeite os seus valores. Está de parabéns o povo brasileiro por assim se manifestar. Entretanto, o que a Caravana de Direitos Humanos pôde constatar é que boa parte da população ainda trata os índios como preguiçosos e atrasados, chamando-os até de "*bons selvagens",* e acha que "*é muita terra para pouco índio"*.

Diante disso, podemos observar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, apesar de avançar no sentido de reconhecer o direito à educação indígena, nada previu acerca da educação dos não-índios quanto à questão indígena, o que contribui para perpetuar o desentendimento. E, como podemos constatar nesta Casa e no Senado, não existe nenhuma representação indígena, o que com certeza é um dos grandes entraves para a consolidação dos direitos indígenas.

Acredito que todos nós devemos estar inseridos na discussão de políticas públicas para todas as etnias, mas para que de fato a igualdade racial aconteça é necessário que todas as etnias estejam presentes em grau de igualdade no debate. Infelizmente, isso ainda não é realidade no Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para lembrar a data de 17 de abril, *Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária* – data essa que nos remete ao massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, quando 19 trabalhadores foram mortos e outros tantos feridos –, na certeza de que um dia este País será justo e igualitário.

Sei que o problema fundiário do Brasil tem raízes profundas. O latifúndio está enraizado em nossa terra desde quando foi implantado o sistema de capitanias hereditárias e sesmarias. Mas perguntamos hoje: por que a reforma agrária ainda não saiu de fato do papel?

Quero levantar a questão do embate ideológico que existe entre reforma agrária e latifúndio. De um lado, senhores, sabemos que está a divisão das terras que proporciona a diversidade de produção, o equilíbrio ecológico, o aumento de emprego e renda, a produção de alimentos para a mesa do brasileiro; do outro, a concentração da terra, que proporciona a concentração de poder e renda, a monocultura, o desequilíbrio ecológico, a produção para exportação, a derrubada de florestas e por fim a exclusão social. Enfim, de um lado o alimento, a igualdade, o crescimento justo; do outro, o lucro, a ganância. E de que lado ficamos?

Venho de uma região onde predominam as pequenas e médias propriedades e o que se vê é uma diversidade de lavouras, famílias morando na roça, matas, água. Sabemos que muitas das vezes a tecnologia adotada pela pequena propriedade não é adequada, mas isso é culpa do modelo de assistência técnica prestada, que impõe às pequenas propriedades as mesmas tecnologias das grandes, que são atreladas ao capital estrangeiro.

É preciso que o Governo invista mais na agricultura familiar e mais ainda no processo de reforma agrária e agrícola. Não podemos continuar investindo recursos exorbitantes no agronegócio em detrimento da agricultura familiar.

Quero encerrar prestando minha homenagem a todos os que tombaram na luta pela terra, principalmente os que foram trucidados na chacina de Carajás. Não vou fazer discursos sobre a morte, o sofrer e a herança deixada por esses homens e mulheres; vou apenas pedir aos que são contra a reforma agrária que, ao descansarem hoje em seus lares fartos, lembrem-se dos que lutam por um pedaço de chão para plantar o grão que nos abastece a mesa.

A chacina de Carajás e todas as outras ditadas pela miséria, pela ganância pelo egoísmo neoliberal ficarão sempre manchando a nossa terra, e só o florescer de uma urgente reforma agrária e agrícola fará com que se apague essa mancha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é próprio dos sábios fazer nem receber elogios. Não é aos elogios que os grandes homens aspiram. Contudo, não podemos deixar passar a oportunidade de louvar as boas e generosas ações, os gestos de grandeza e de amizade. Isso faz parte da gratidão, do respeito e da boa educação.

Nosso Presidente, Deputado Severino Cavalcanti, realmente está fazendo aquilo que se propôs como principal meta de sua pauta: resgatar o papel constitucional do Poder Legislativo. E com que grandeza o tem feito! É surpreendente constatar que muitos se incomodam com isso, talvez porque gostariam de manter um Legislativo de fachada, por ser mais cômodo, uma vez que a subserviência serve melhor a determinados propósitos, embora não engrandeça o Brasil.

Por que se opor a um Legislativo atuante, altivo, cioso de suas prerrogativas? Por que querem alguns

submeter, subjugar e controlar o Legislativo a seu bel-prazer e, quando não conseguem fazer isso, passam a difamá-lo, como se ao buscar resgatar a independência que lhe é atribuída pela Constituição estivesse cometendo o maior dos crimes? Não será essa tendência remanescente do totalitarismo, em que certos segmentos ainda buscam inspiração?

Parabéns ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, que resgata nosso orgulho de ser Deputados, de participar deste Poder que é a voz do povo, embora muitas vezes seja visto de maneira distorcida pela imprensa e por supostas autoridades que não entendem e, parece, não aceitam o equilíbrio entre os Poderes.

É com muito gosto que reforço as posições, a coragem e a postura de nosso Presidente. Além de corajoso, Severino é homem espontâneo, transparente e amigo. Isso todos já sabem. Tive a oportunidade de ver pessoalmente o envolvimento e o compromisso de nosso Presidente e de testemunhar seu lado humano e solidário. Fui a Roma, por ocasião das exéquias do Papa João Paulo II. Viajei sozinho, em vôo comercial, por conta própria, pagando todas as minhas despesas. Chegando lá, encontrei a comitiva oficial brasileira, composta por pessoas da mais alta expressão: o Presidente da República, ex-Presidentes, chefes dos Poderes, inclusive o Presidente Severino Cavalcanti, que, percebendo minha presença desgarrada, acolheu-me e obrigou-me imediatamente a integrar o seleto grupo. Achei muito humano e generoso esse gesto de nosso Presidente, que mesmo fora da Câmara dos Deputados age como verdadeiro líder, que conhece seus companheiros e os quer junto de si.

Faço este registro com muita alegria: temos um verdadeiro líder como Presidente desta Casa. O resgate do Legislativo que ora se inicia, com a coragem, a altivez, o vigor e a independência que imprime a seus trabalhos, trará orgulho a nós e ao Brasil. Todos temos a ganhar com o fortalecimento e o equilíbrio das instituições. Todos temos a ganhar com a presidência do companheiro Severino Cavalcanti.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO SANTOS (Bloco/PL – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Município de Capitão Poço, no Estado do Pará, apresenta um acelerado crescimento populacional e econômico. Está em franco desenvolvimento e caracteriza-se como referência regional, portanto, cidade pólo dos Municípios circunvizinhos: Irituia, Ourém, Garrafão do Norte, Bonito e Nova Esperança do Piriá.

Com uma população de 56.000 habitantes, conforme dados fornecidos pelo IBGE, Capitão Poço destaca-se na pecuária e na agricultura, sobretudo, como o maior produtor de laranjas da região norte do Brasil, movimentando com relevância a economia do nordeste paraense, para onde converge maciçamente um número de pessoas em busca de emprego e renda.

O Município dispõe de todos os serviços básicos, bem como conta com agências do Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará e BRADESCO Postal, além de agências do INCRA, da EMATER e dos Correios.

Ainda nesse prisma, Sr. Presidente, vale informar que Capitão Poço é sede de Comarca, dispondo de juiz titular, promotor de justiça e defensor público, além de vários advogados militantes, apresentando grande movimento forense, com uma demanda de mais de 1.700 processos cíveis e criminais, somando-se, ainda, a esse bojo, na mesma Comarca, aproximadamente 600 procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

É oportuno citar que a Comarca de Capitão Poço é sede da 70º Zona Eleitoral, com cerca de 30.000 eleitores em mais de 100 seções eleitorais espalhadas pela cidade e zona rural. Esta, inclusive, de acesso dificultado em função da falta ou da má conservação de estradas, portanto, merecedora de atenção e cuidados especiais por parte do Poder Público.

É com base nesse quadro, Sr. Presidente, que faço este pronunciamento, apelando ao Exmo. Sr. Desembargador Milton Nobre, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para que, considerando as questões aqui levantadas, determine os estudos necessários à elevação da Comarca de Capitão Poço à 2ª Entrância e que viabilize a criação de mais uma vara judiciária naquela Comarca, possibilitando, assim, o melhor atendimento à população daquele crescente Município.

Ressalto que o atual Presidente do TJE do Pará, Desembargador Milton Nobre, é conhecido por lídima atuação na esfera jurídica, tendo sido advogado, consultor, professor e mestre de Direito dentre os mais renomados do País, e hoje empresta seu dinamismo, sua sapiência jurídica e seu espírito de justiça à condução daquele colendo Tribunal.

Que Deus abençoe a todos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS (PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui a minha homenagem à cidade de Brasília, Capital da República, que amanhã completa 45 anos. Infelizmente, não pude fazê-lo em sessão solene realizada agora há pouco, em comemoração à data. No momento, estava reunido com Líderes e o Presidente desta Casa, discutindo um dos temas que mais tem provocado polêmica nos últimos

meses: a possibilidade de mudanças no rito das medidas provisórias, objeto de estudo na Comissão Mista Especial da qual sou relator.

Entretanto, volto-me agora a este Plenário para falar sobre Brasília, cidade pela qual tenho imenso respeito, devido à sua grandiosidade e importância, bem como profunda gratidão, pois foi onde construí a minha família e a minha carreira de advogado e político.

Neste dia 21 de abril, em que Brasília faz 45 anos, é impossível não nos lembrarmos de 2 personagens que também fizeram a história deste País: Tiradentes e Tancredo Neves. Além, é claro, de Juscelino Kubitschek, que transformou Brasília em realidade. Tiradentes lembra a rebeldia dos brasileiros contra a imposição externa dos exploradores que daqui levavam o ouro das Minas Gerais; Tancredo, o compromisso de uma vida com a causa da democracia e das liberdades sociais.

Mas Brasília nos faz lembrar também do orgulho de sermos brasileiros, da nossa capacidade de sonhar e realizar. Quando anunciada a sua construção, poucos acreditaram que seria possível. Concluída, encheu os brasileiros de vaidade e orgulho, porque mostrou-lhes que podem muito fazer em conjunto.

Não temos medo de constatar os inúmeros problemas que hoje afligem a nossa Capital, mas também não o temos de reconhecer que Brasília eleva e edifica o Brasil porque é a síntese do povo brasileiro. Tenho certeza de que ela se afirmará cada vez mais sobre todas as suas mazelas e continuará dando ao País os exemplos de audácia, coragem e competência que recebeu no seu nascimento.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as bancadas da Oposição no Congresso Nacional, traduzindo a expectativa geral da opinião pública e contando inclusive com o respaldo de alguns segmentos da base aliada, estão empenhadas, nos últimos trinta dias, em gerar o que pode vir a ser um dos grande fatos novos da atual conjuntura política do País: uma reação organizada e eficaz aos abusos do Poder Executivo na edição de medidas provisórias, sem a menor atenção aos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância.

Recentemente, tivemos até a manifestação insuspeita do Presidente do Senado, o eminente Senador Renan Calheiros, aliado do atual Governo, que verberou contra a falta de critério na edição das MPs e até exibiu até para a imprensa a montanha de 559 matérias legislativas que, naquela Casa, estão sendo obstruídas pela excessivo número de medidas provisórias que travam a pauta de votação. O mesmo está ocorrendo nesta Casa, por onde começa a tramitação das MPs.

É um absurdo, Srs. Deputados, que um instituto criado pela Constituição de 1988 para, nos casos de extrema urgência e relevância do seu objeto, facilitar a governabilidade se tenha banalizado a tal ponto que passou a ser um instrumento de restrição e limitação danosa à atividade legislativa do Parlamento.

Não faltaram, nestes 17 anos de prática do sistema, alterações da Carta Magna e normatização infraconstitucional, com o objetivo de coibir os excessos do Poder Executivo. Temos a Emenda de Revisão nº 1/94, as Emendas Constitucionais nºs 5/95, 6/95 e 7/95. Por fim, a Emenda nº 32, de 2001, a mais importante de todas, a que tive a honra de ser o Relator.

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, além de disciplinar o processamento interno das MPs, veda expressamente a apresentação de emendas à MP com matéria estranha ao objeto que ensejou sua edição, reproduzindo, assim, a proibição da Lei Complementar 95/98, alterada pela de nº 107, de 2001, a qual jamais foi cumprida.

Ressalte-se, por oportuno, que a função da lei complementar, consoante dispõe o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, é exatamente disciplinar a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. O art. 7º dessa lei complementar dispõe que o primeiro artigo do texto da lei indicará o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação. Cada lei deverá tratar de um único objeto, exceto as codificações, e não poderá conter matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada, por afinidade, pertinência ou conexão. E não pode vingar a tese equivocada e esdrúxula de que a medida provisória não estaria sujeita a essa ordem. A MP destina-se a ser convertida em lei e o mandamento da lei complementar citada abrange as mais variadas formas de instrumentação normativa, inclusive decretos e regulamentos baixados pelo Poder Executivo.

Enfrentamos atualmente, na Câmara e no Senado, além do problema da edição abusiva de medidas provisórias, o que deixa praticamente paralisada a produção legislativa do próprio Parlamento, o descumprimento da norma que proíbe o enxerto, nas MPs, de matéria estranha ao seu objeto.

As soluções alvitradas para contornar tanta irregularidade são as mais variadas. Uma delas, em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, propõe mudanças na edição e tramitação das MPs, inclusive com alteração de prazos e alternância de tramitação. Outra providência, concebida inclusive com o apoio do Presidente do Supremo Tribunal Federal, é transformar em projeto de lei as medidas provisórias que não forem consideradas nem urgentes, nem relevantes. É o que já foi feito, em caso isolado,

no Senado, a despeito de que há opinião no sentido de ser necessária, para isso, alteração da norma constitucional. Há quem defenda até mudança na Constituição. E, como não há consenso ainda sobre o assunto e, considerando que o Presidente da República continua ultrapassando os limites constitucionais e obstruindo o livre exercício de um dos Poderes da República, parece claro que a saída mais prática é rejeitar em plenário aquelas MPs que não atendam às exigências de urgência e relevância, ou seja, não aprovar o pressuposto de constitucionalidade, deixando de apreciar o mérito, o que é uma forma de devolver a matéria ao Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna registrar a indicação do Cardeal Joseph Ratzinger para sucessor do Papa João Paulo II. Trata-se de momento de grande importância para a comunidade católica mundial. Quero manifestar a nossa torcida para que o novo Papa se volte para as teses do Concílio Vaticano II, imprimindo nos trabalhos pastorais da Igreja Católica a luta pelas conquistas sociais e pelas causas dos povos oprimidos. A propósito desse assunto, quero destacar o editorial intitulado Bento 16, Opção Ortodoxa, publicado na edição de hoje no jornal Folha de S.Paulo, do seguinte teor:

> "A escolha de Joseph cardeal Ratzinger para suceder João Paulo 2º no trono de Pedro representa uma inequívoca vitória da ala mais conservadora da Igreja Católica. Ratzinger, que reinará sob o nome de Bento 16, é com certeza um dos sacerdotes intelectualmente mais preparados para a missão.
>
> O novo papa, que domina dez idiomas, fez brilhante carreira acadêmica e lecionou teologia nas mais importantes universidades alemãs até sagrar-se arcebispo de Munique, em 1977, e, quatro anos depois, já em Roma, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o novo nome da velha Inquisição. Foi nesse posto que se tornou o braço direito de Karol Wojtyla e o cardeal mais influente da igreja, sempre a impor a mais fiel observância da ortodoxia doutrinária.
>
> A eleição de Ratzinger evidencia a enorme capacidade de articulação de João Paulo 2º no encaminhamento de seu sucessor. Seu nome emerge de um colégio eleitoral cuja esmagadora maioria dos cardeais foi nomeada no papado anterior. As exceções são apenas três, sendo uma delas o próprio alemão.

A escolha não deixa, porém, de frustrar as expectativas dos setores mais liberais, que confiavam, se não na eleição de um papa identificado com seus anseios, ao menos na opção por um pontífice mais aberto à colegialidade (descentralização) e à rediscussão de pontos tidos como não-essenciais da doutrina (uso de preservativos, por exemplo). Decepciona também os que esperavam uma maior abertura geográfica da igreja, com a eleição de um pontífice latino-americano ou africano.

Ratzinger é o exato oposto disso tudo: europeu, centralizador, arquiconservador. É visto como a voz que inspirou João Paulo 2º em suas posições mais duras em relação à anticoncepção, ao aborto, à ordenação de mulheres, ao homossexualismo, ao divórcio, à pesquisa com células-tronco embrionárias. Tem relação de grande proximidade com prelazias tradicionalistas, como o Opus Dei.

Ao contrário de seu antecessor, porém, Bento 16 não parece ter um talento especial para lidar com a mídia. Também difere de João Paulo 2º ao demonstrar menor entusiasmo pelo diálogo inter-religioso. É apontado como o responsável pela edição, em 2000, do documento "Dominus Iesus" ("Senhor Jesus"), no qual o Vaticano reafirma uma superioridade do catolicismo sobre outras denominações cristãs (e mais ainda sobre outros credos). Foi uma ducha de água fria nos esforços ecumênicos que vinham sendo registrados desde o Concílio Vaticano 2º.

Membros da chamada ala progressista da igreja, alguns dos quais reagiram à escolha com os termos "devastadora" e "catastrófica", não têm de fato motivos para comemorações. Como prefeito da Congregação, Ratzinger fez a linha de frente na vitória sobre a teologia da libertação.

Embora o perfil do novo sumo pontífice prenuncie um período enérgico e polêmico, este é considerado um pontificado de transição. Hoje com 78 anos, é pouco provável que Bento 16 permaneça à frente da Igreja Católica por período comparável ao de seu antecessor.

O colégio de cardeais fez uma aposta de risco ao escolher Ratzinger como 265º papa. O aprofundamento da ortodoxia, que deverá ser a marca de seu pontificado, tende a afastar e não a agregar fiéis, num momento em que a igreja se ressente da falta de novas vocações sacerdotais e já encolhe em antigos bastiões

> como a Europa e a América Latina. Os escritos de Ratzinger condenando o rock, a música pop e as "showmissas", que ele qualifica como "cultos profanos", tampouco ajudam.
>
> O problema não é de maneira alguma ignorado pelo próprio Bento 16, que tem consciência do que está em jogo, mas fez uma opção muito clara pelo que acredita ser o único caminho para a igreja. A visão do novo papa fica evidente em textos que levam a sua marca, como a encíclica "Fides et Ratio" ("Fé e Razão"), a penúltima do pontificado de João Paulo 2º, e na homilia que fez na missa "pro eligendo papa" (para eleger o papa), que antecedeu o conclave. Lá, condenou com veemência o relativismo religioso e o materialismo e afirmou que a única saída para a igreja é a "fé clara" – o que o aproxima de um fundamentalismo católico".

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está acontecendo na tarde de hoje, em Belém, a terceira audiência pública para discutir o Projeto Juruti, um empreendimento de R$1 bilhão da empresa norte-americana Alcoa/Omnia para exploração de bauxita naquele Município da região oeste do Estado do Pará.

A expectativa da população local e da região é muito grande. Localizado a mais de 800 quilômetros de Belém, com 31 mil habitantes, mais de 65% deles vivendo na zona rural, a base econômica do Município de Juriti é somente a agricultura familiar, a caça e a pesca. Espera-se uma verdadeira revolução na economia local com a implantação do projeto.

Durante a construção das instalações da empresa, serão gerados 4.300 empregos. E quando estiver em pleno funcionamento a empresa produzirá 10 milhões de toneladas de bauxita por ano e gerará 1.500 empregos diretos. Isso representa cerca de 15% da população urbana do Município.

A primeira audiência pública para discutir o projeto aconteceu em Juriti e reuniu mais de 6 mil pessoas, num dos mais importantes eventos do Município nos últimos anos. O Prefeito de Juruti, Henrique Gomes, o mais interessado no empreendimento, já firmou que, apesar de se preocupar com as questões relacionadas ao meio ambiente, é a favor do projeto. Interessado em todos os detalhes do projeto, tem acompanhado as audiências e se esforça para que a maior parte da mão-de-obra a ser contratada pela empresa seja de Juriti.

Há poucos dias aconteceu a segunda audiência, em Santarém, reunindo mais de mil pessoas. A Prefeita do Município, Maria do Carmo, tem a compreensão de que um projeto de tal envergadura tem um alcance bem maior do que o Município de Juriti e pode ser regionalizado com a contratação de empresas de serviços e fornecedores de suprimentos da região.

Senhoras e senhores, para a implantação de um projeto desse porte é preciso que tomemos todo cuidado para que não aconteça o que tantas vezes já ocorreu na Amazônia com os chamados grandes projetos. Não podemos perder de vista que o Relatório de Impacto Ambiental prevê o desmatamento de 5.500 hectares de floresta. Embora esse desmatamento esteja previsto para ser feito ao longo de 15 anos, é necessário que todas as medidas para a recomposição da floresta sejam tomadas agora.

É por isso que estão sendo realizadas essas audiências das quais participam todos os órgãos ligados à questão: a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o IBAMA, o INCRA, o ITERPA, o IPHAM, sindicatos, associações, ONGs e todos os interessados no assunto.

Sr. Presidente, pelo número de pessoas que têm participado dessas audiências, percebe-se que está havendo grande mobilização da sociedade para acompanhar a instalação desse projeto. Os ambientalistas, Prefeitos, políticos e toda a sociedade paraense, principalmente da região oeste do Pará, todos estão muito interessados no assunto.

Alguns estão vendo o projeto só pelo seu lado negativo. Avaliam com perspectivas sombrias e com certa dose de desconfiança a empresa multinacional americana. Mas há também os que vêem o Projeto Juriti com uma perspectiva de desenvolvimento sustentável da região. Eu me incluo nesses últimos. Não acho que devamos abrir mão de nenhuma das exigências que se referem ao meio ambiente, mas, acredito que, se todas as medidas necessárias forem tomadas nesse sentido, o projeto representará uma saída para a estagnação econômica do Município de Juriti e da região. Se conseguirmos implantá-lo de forma correta, estaremos garantindo emprego renda e desenvolvimento para o oeste do Pará.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Manato. V.Exa. dispõe de até 25 minutos.

O SR. MANATO (PDT – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou debater hoje um assunto de interesse nacional: a saúde pública.

Todos sabemos que no Brasil a saúde pública padece de alguns problemas estruturais, gerados pela forma como foi criado e como se desenvolveu ao longo dos anos o sistema de gerenciamento dessa área.

O sistema de saúde pública surgiu diretamente vinculado ao de seguro da Previdência Social, tendo sido concebido como um seguro do trabalhador e das empresas. Assim, sua criação deu-se sob um enfoque econômico, de forma mercantilizada. Por isso, inicialmente a saúde foi tratada apenas na sua dimensão assistencialista. Nesse contexto, não foi encarada como um direito fundamental do cidadão. Dessa foram, a rede assistencial de saúde foi erguida para servir ao trabalhador, que financiava o sistema; os serviços eram uma contraprestação das contribuições para a Seguridade Social.

Tais fatores também concorreram para a histórica separação entre as ações preventivas e de interesse coletivo, como as campanhas de vacinação e o combate a endemias, e as ações interventivas, de assistência médico-hospitalar, de caráter curativo, em que prevalecia o interesse individual. Enquanto as ações preventivas, que atingiam indistintamente toda a população, eram de responsabilidade do Estado – especificamente do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde –, a assistência médica fazia parte do sistema de Previdência Social, sendo um direito privativo de seus contribuintes.

Pela forma como foi concebido, o sistema de saúde apresentou graves problemas. O primeiro deles foi a exclusão de grande parte da população brasileira. Como a assistência à saúde era financiada pelos institutos de previdência dos trabalhadores, quem não trabalhava ou quem estava na informalidade não tinha direito à assistência à saúde, pois não fornecia a contraprestação ao sistema.

Um segundo problema, Sr. Presidente, constituiu-se na forte centralização das ações envolvendo a atenção à saúde, tanto na sua vertente pública, no Ministério da Saúde, como na sua vertente assistencial, no Ministério da Previdência Social. O Governo Federal era diretamente responsável pelo planejamento, pela normatização e pela execução das ações de saúde.

Outra característica do sistema de saúde que também pode ser apontada como problema consistia na ausência de participação da sociedade no processo decisório, especialmente dos trabalhadores e usuários. Não existiam mecanismos de controle pela sociedade civil organizada.

Por fim, pode-se citar a atomização e a falta de articulação da rede assistencial, que era mal distribuída e concentrada nos grandes centros urbanos. Havia congestionamento nos hospitais e baixa resolutividade, em decorrência da ênfase dada à assistência médica, de caráter curativo, em detrimento da promoção da saúde e da prevenção de doenças. Vale ressaltar que a concentração da atenção à saúde nos contribuintes do sistema previdenciário privilegiou a expansão da rede privada de assistência, bem como a especialização do atendimento e a incorporação tecnológica.

Ouço o nobre Deputado Augusto Nardes.

O Sr. Augusto Nardes – Nobre Deputado Manato, quero cumprimentar V.Exa. por trazer a debate tema tão importante. O grande problema que vejo – e V.Exa. conhece profundamente essa questão – é o fato de que passamos muitos encargos para os Municípios e ainda assim a centralização continua existindo, como V.Exa. acaba de dizer. Precisamos fazer uma grande discussão nacional sobre a matéria. Cumprimento mais uma vez V.Exa. e digo-lhe que comungo dessa preocupação, porque entendo que o bom funcionamento do sistema de saúde é primordial para o País. O recente exemplo do Rio de Janeiro é uma demonstração de que é necessário fazer o debate que V.Exa. está propondo. Passar a responsabilidade para o Município e não repassar os recursos é uma questão que temos que discutir. A concentração do atendimento nos grandes centros, que V.Exa. está apontando e que deixa de fora os demais setores da sociedade, que também precisam de atenção, é outro problema que precisamos debater. Então, quero parabenizar V.Exa. pela feliz iniciativa de trazer um tema tão importante ao Plenário desta Casa. Conte com nosso apoio. Muito obrigado.

O SR. MANATO – Agradeço a V.Exa. o aparte, Deputado Augusto Nardes.

Nesse contexto, a insatisfação social cresceu e criou um clamor para que tais problemas fossem extirpados e para que a saúde fosse reconhecida como um direito fundamental do ser humano, e não um privilégio de poucos. Nessa luta social, merece grande destaque a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em momento anterior ao da instalação da Assembléia Nacional Constituinte. As idéias manifestadas naquela conferência influenciaram de modo decisivo as normas sobre o direito à saúde inscritas na Constituição de 1988, partindo do reconhecimento de que a saúde é um direito de todos e dever único e exclusivamente do Estado.

Assim, contra a exclusão social presente no antigo sistema de saúde foi garantido o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, como cita o art. 196 da Constituição Federal. Contra a forte

centralização, a Constituição fixa a descentralização como diretriz da nova rede, regionalizada e hierarquizada em um sistema único, corolário do reconhecimento da prevalência do interesse local.

Releva fazer um parêntesis para ressaltar, no que concerne ao processo de descentralização, que na segunda metade da década de 70 já começavam a surgir as primeiras iniciativas federais para descentralizar algumas ações de saúde para Estados e Municípios. Vale citar o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, o antigo PIASS, assim como as Ações Integradas de Saúde – AIS e os Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde – SUDS, esses existentes já durante a Assembléia Nacional Constituinte e concebidos como estratégia de transição para implantação do Sistema Único de Saúde. Esses programas caracterizavam-se pela crescente descentralização, pela ampliação da cobertura e por um início de participação social nas decisões.

No que tange à participação social, ela foi fixada no art. 198, inciso III da Constituição Federal como uma diretriz do sistema de saúde. Essa foi a forma jurídica para tentar corrigir a ausência da comunidade nos processos decisórios envolvendo as políticas de saúde.

Na tentativa de eliminar a histórica separação entre os procedimentos de prevenção e os assistenciais, foi erigido o princípio da integralidade. As ações e serviços de saúde, então, deveriam ser voltados à promoção, à proteção e à recuperação, com prioridade para as atividades preventivas, nos termos dos arts. 196, *caput*, e 198, inciso II, da Constituição Federal.

De fato, a criação do Sistema Único de Saúde ocorreu a partir de uma reforma jurídica, de sede constitucional. Essa profunda reforma no sistema de saúde até então vigente ficou conhecida como “Reforma Sanitária” e resultou no reconhecimento da saúde como um direito fundamental, estreitamente ligado ao direito à vida. Houve uma ampliação do conceito jurídico do termo “saúde”, o qual deixou de se referir apenas à ação preventiva ou curativa para englobar as políticas econômicas e sociais, envolvendo alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, transporte, trabalho, renda, lazer e educação, entre outros fatores. Tais políticas foram reconhecidas como determinantes e condicionantes do estado de saúde do indivíduo.

Ouço com prazer o nobre Deputado Dr. Rodolfo Pereira.

O Sr. Dr. Rodolfo Pereira – Nobre Deputado, cumprimento V.Exa. pelo importante pronunciamento sobre saúde pública. O modelo, teoricamente, é muito bonito, mas pouco eficaz na prática. Chamo a atenção de V.Exa. para a questão da unificação dos serviços de saúde. Cada Região do País tem suas próprias características, seus problemas geográficos e habitacionais. Por isso, muitas vezes há falha nesse sistema unificado. É claro que o Sistema Único de Saúde tem sido a espinha dorsal dos programas nessa área, como, por exemplo, o PSF, que contribui para atender à população; porém, há uma imensa carência de investimento em saúde pública, principalmente na área preventiva. É preciso que se desafoguem os prontos-socorros, os hospitais-gerais de todos os Estados, para que não se repita a vergonhosa situação que ocorreu no Rio de Janeiro, para que não haja esse tipo de debate político em torno da causa da saúde, nem a intervenção do Governo Federal em hospitais federais, que devem ser administrados pelo Governo Municipal. Na verdade, isso não ajuda o País a avançar. Pedimos ao Governo Lula que tenha sensibilidade na escolha das políticas públicas de saúde. Acreditamos que S.Exa. o Sr. Presidente e seus Ministros são gestores responsáveis que trabalham no sentido da descentralização para alcançar os objetivos. Portanto, cada vez que se delegar alguma função a um Município, é importante que lhe seja dada também suficiente condição financeira para que ele possa bem desempenhá-la. O pronunciamento de V.Exa. é extremamente oportuno.

O SR. MANATO – Agradeço ao nobre Deputado Dr. Rodolfo Pereira as palavras. Devo dizer a V.Exa., que também é médico e um grande defensor das causas indígenas, que vamos lutar para que a saúde também chegue aos índios.

O Sr. Severiano Alves – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. MANATO – Com prazer, Excelência.

O Sr. Severiano Alves – Nobre Deputado Manato, pedi o aparte para parabenizá-lo. V.Exa., que é um profissional da área de saúde, sabe que o Brasil começou a universalizar essa área precisamente na década de 80, mas esse projeto ficou apenas no papel; na prática não há a plena universalização, sobretudo nas Capitais e nas grandes cidades. Gostaríamos que o Governo olhasse atentamente para os erros que foram cometidos nas áreas sociais. Um deles, por exemplo, foi a decisão de não universalizar a educação infantil, apenas a educação fundamental. No seu discurso, V.Exa. chama a atenção das autoridades do Governo para a importância de se rever a questão da saúde. Aliás, já tomamos algumas iniciativas nesse sentido. Nossa bancada esteve reunida com o novo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Severino Cavalcanti, para pedir prioridade para a rediscussão da universalização da saúde no Brasil. Parabéns, nobre Deputado. Sinto-me feliz por apartéa-lo.

O SR. MANATO – Agradeço ao nobre Deputado Severiano Alves, Líder do PDT, o aparte. S.Exa., por

sinal, tem desenvolvido um belo trabalho à frente da nossa Liderança, resgatando o Colégio de Líderes e as discussões internas do partido. Muito obrigado, Excelência.

De fato, a saúde deixou de ser conceito negativo, o estado de não-doença, para ser sinônimo de qualidade de vida, de bem-estar físico, social e mental, conforme expressamente formulado no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 8.080/90.

Assim, no seu surgimento, o SUS foi concebido para corrigir as deficiências inerentes ao sistema anterior. Na essência, sua meta era constituir uma assistência à saúde universal, integral, descentralizada, eqüitativa e construída com a participação social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como vimos, a reforma foi profunda.

Cumpre salientar que logo de início o novo sistema de saúde já teve de enfrentar o primeiro revés, conhecido como crise do financiamento. No momento em que se garantia a universalização dos serviços de saúde, com expressivo aumento da demanda, o financiamento não acompanhou tal acréscimo. Já então teve início o primeiro déficit do SUS, porque entre 1989 e 1993, enquanto o número de internações aumentou em 28%, o montante de recursos federais destinados à saúde foi reduzido em 41%, o que comprometeu a capacidade resolutiva do sistema.

Não obstante esse e outros desafios, o SUS passou por um processo evolutivo, incorporando diversas ações de saúde que ampliaram muito o âmbito de sua atuação. Entre essas ações, merecem destaque o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, o Programa Saúde da Família, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a Política Nacional de Atenção às Urgências e o Programa Nacional de DST/AIDS. Houve um grande aporte de ações de caráter preventivo e de promoção da saúde, ao lado das ações assistenciais.

O processo de descentralização também obteve grandes avanços. Menos de 1% dos Municípios brasileiros não estão habilitados para algum tipo de gestão previsto na Norma Operacional Básica do SUS. No entanto, para a gestão plena do sistema somente cerca de 600 Municípios foram habilitados até o momento.

Podemos afirmar que o SUS é um dos maiores e mais complexos sistemas públicos de saúde do mundo. Atualmente, o sistema gerencia um orçamento superior a R$40 bilhões anuais. Cerca de 28,6% da população brasileira utiliza exclusivamente esse sistema, ou seja, algo em torno de 48 milhões de habitantes.

Fazem parte do SUS aproximadamente 64 mil unidades ambulatoriais, que realizam cerca de 153 milhões de procedimentos ao ano. O sistema conta 441 mil leitos, distribuídos por quase 6 mil hospitais, que realizam mais ou menos 900 mil internações por mês, num total de 11,7 milhões por ano.

Os pacientes portadores de HIV recebem assistência integral, inclusive com variada gama de medicamentos. O programa brasileiro de combate à AIDS é reconhecido pela ONU e elogiado mundialmente.

O Programa de Saúde da Família já chegou a mais de 90% dos Municípios brasileiros, sendo um dos melhores exemplos de atuação preventiva e de promoção da saúde.

Vários outros dados poderiam ser citados com o intuito de demonstrar a grandiosidade do SUS – cuja importância, porém, só é notada no momento em que há falhas, em que aparecem as severas deficiências no seu funcionamento, como aconteceu recentemente no Rio de Janeiro.

A falta de medicamentos e insumos hospitalares, a deficiência de profissionais, a ausência de uma política de valorização de recursos humanos, a obsolescência dos equipamentos, a precariedade das instalações hospitalares e a suspensão do atendimento ambulatorial e de cirurgias, problemas vivenciados pelo sistema de saúde municipal, apesar de externarem as fragilidades desse sistema, salientaram seu meritório valor social.

Nessas situações, quando os problemas saltam aos olhos dos observadores, eles são utilizados para embasar ataques ao sistema sem que sejam considerados os aspectos positivos nele presentes. Nos momentos de crise, surgem idéias sobre uma possível falência ou deterioração do SUS. Todavia, é nesses momentos que o Brasil deve lembrar da assistência que pacientes com AIDS, doentes renais crônicos ou portadores de cânceres têm merecido. É nessas ocasiões que devem ser lembrados os mais de 8 milhões de exames de ultra-sonografia, ou os mais de 132 milhões de atendimentos de alta complexidade, como tomografias, exames hemodinâmicos, de ressonância magnética, sessões de hemodiálise, quimioterapia e radioterapia, além dos mais de 250 milhões de exames laboratoriais. Devemos lembrar ainda os mais de 23 mil transplantes de órgãos efetivados no âmbito desse sistema.

O caso do Rio de Janeiro pode ser tomado como exemplo paradigmático da ocorrência de uma contraposição entre os pontos negativos e positivos do SUS. O Brasil e o Rio de Janeiro, mais especificamente, viram o caos que se pode instaurar e o risco de vida a que se submetem significativas parcelas da sociedade quando o sistema público de saúde deixa de ser atuante.

A intervenção federal no Rio de Janeiro provou que existem meios para a solução dos problemas. Diversas medidas foram imediatamente tomadas e con-

tribuíram para a normalização do sistema de saúde, como a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, a imediata contratação de pessoal, a ampliação da oferta de leitos nas UTIs, a realocação de equipamentos do Instituto Nacional de Cardiologia para os hospitais requisitados, a compra emergencial de equipamentos e medicamentos, a ampliação de serviços de hemodiálise, o aumento da oferta de cirurgias eletivas e a compra de material de laboratório e medicamentos.

Nobres pares, os problemas existem, ninguém os nega, mas eles precisam ser confrontados, pois não são insolúveis.

Ouço, com prazer, o aparte do Deputado Coriolano Sales.

O Sr. Coriolano Sales – Primeiro quero cumprimentar V.Exa. pelo importante pronunciamento, em que discute um assunto relevante para o País, e foca com muita clareza a situação, que não se restringe ao Rio de Janeiro. Vejo que V.Exa. é especialista no tema. O fato é que começa a haver uma grande distorção no País na aplicação dos recursos do SUS, distorções de caráter moral. Não me refiro apenas a este Governo, porque o SUS foi implantado no início de 1990, após ter sido aprovado pelo Congresso Nacional. Refiro-me à manipulação dos recursos do SUS para fins políticos. V.Exa., um especialista no assunto, deveria aprofundar-se nessa matéria. Em vários Municípios brasileiros esses recursos são utilizados para fins eleitoreiros. São criadas entidades assistenciais que recebem recursos do SUS, firmam convênios com entidades privadas e pessoas jurídicas, e então começa todo um processo com finalidade eleitoreira, um processo que precisa ser averiguado. Tenho intenção de me manifestar perante a Controladoria-Geral da União, dirigida pelo ex-Governador Valdir Pires, um homem reconhecidamente sério, que eu tenho quase certeza de que ainda não observou esses desvios de finalidade. Então, somo-me a V.Exa. nesse seu pronunciamento e ressalto que considero o SUS uma das instituições mais importantes já criadas no Brasil, uma instituição que de maneira alguma deve ser manipulada para fins eleitoreiros. Muito obrigado.

O SR. MANATO – Agradeço a V.Exa. o aparte. Vou discorrer agora sobre o tema a que V.Exa. se referiu.

A citada intervenção federal nos hospitais da rede municipal do Rio de Janeiro é prova de que as fragilidades do SUS não são irreversíveis. É nesse contexto que a participação da sociedade no processo de aprimoramento desse sistema assume papel relevante. A atuação e o fortalecimento dos Conselhos de Saúde, tanto na gestão quanto no controle do sistema, são frentes de ação que precisam ser mais exploradas. Quem melhor pode definir como gastar melhor os limitados recursos públicos destinados à saúde são seus próprios beneficiários.

Como legítimo representante do povo brasileiro, o Congresso Nacional também precisa adotar uma posição estratégica para o engrandecimento do SUS. Ações que visem ao aprimoramento do regime jurídico do sistema, criação de melhores mecanismos de fiscalização dos gastos públicos e outras iniciativas que tais merecem maior empenho por parte deste Congresso.

Toda a sociedade, de forma direta ou indireta – pela provocação dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, como disse V.Exa., e dos Tribunais de Contas –, deve exigir a observância dos dispositivos constitucionais que garantem o direito à saúde. Os gestores do SUS precisam respeitar os princípios e diretrizes relativos à saúde estabelecidos no ordenamento pátrio, em especial as garantias de financiamento do SUS asseguradas pela Emenda Constitucional nº 29/2000, que até hoje não foi aprovada. Todo ano a Frente Parlamentar da Saúde tem de travar um verdadeiro combate para conseguir garantir o aumento e a destinação das verbas da saúde.

Como visto, amplas são as possibilidades de atuação social e das instituições comprometidas com a saúde pública. Há real necessidade de que tais possibilidades sejam exploradas ao extremo visando ao aprimoramento do Sistema Único de Saúde.

Quando o Ministro Adib Jatene criou a CPMF, na versão inicial, o objetivo era única e exclusivamente o de complementar o Orçamento da União na área da saúde. Hoje parte da CPMF é usada para outros fins, e nós Congressistas temos de fiscalizar isso.

Quero aproveitar o resto do tempo de que disponho para falar rapidamente do Município que represento. Lá, diferentemente da grande maioria do País, o Prefeito que foi eleito está investindo maciçamente em ordens de serviço para mais de 6 policlínicas. O Prefeito Audifax paga os salários rigorosamente em dia, inaugura obras e faz programas sociais. O Prefeito – que é do nosso partido, como também era o seu antecessor, o que muito nos orgulha – investe cada vez mais, mostrando que, quando um gestor exerce bem seu mandato, quem vem depois, com a mesma finalidade, só pode avançar. Hoje Serra é um exemplo de avanço, graças ao atual Prefeito Audifax Barcelos ao seu antecessor, Sérgio Vidigal.

É o que tenho a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e um bom final de semana para todos.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Natan Donadon, é uma satisfação ter V.Exa. à frente dos trabalhos.

Quero, de forma atrasada, parabenizar o Exército brasileiro pelo aniversário comemorado ontem.

Foi uma satisfação viajar com V.Exa. para conhecer o Comando Militar da Amazônia. A delegação esteve presente em outros comandos de fronteira e testemunhou o trabalho do Exército naquele local, motivo de orgulho para qualquer brasileiro.

Aproveito a oportunidade para recomendar a todos os Deputados, a todos os colegas da Casa uma visita ao Comando Militar da Amazônia e às fronteiras do Brasil.

Fomos a vários pelotões na fronteira da Venezuela, da Colômbia e do Equador, e testemunhamos não só o trabalho de segurança mas o social desempenhado pelo Exército.

Parabenizo o Exército brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmânio Pereira.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com a mais autêntica expressão de fé e esperança que ocupamos hoje esta tribuna, como católicos e cristãos convictos, para registrar, no âmbito do Parlamento brasileiro, a extensão e magnificência do legado de João Paulo II, cuja morte recente consternou e mobilizou todo o planeta.

Ainda sob a emoção de seu passamento, não podemos deixar de refletir a amplitude da obra ímpar, edificada sobre os alicerces de uma fé exemplar, aliada à extraordinária capacidade de interferir no mundo dos homens, pelo poder da palavra verdadeira, pela coerência absoluta dos gestos e atuação evangélica.

João Paulo II, sendo talvez o papa mais influente da História contemporânea, foi seguramente uma das mais importantes personalidades do século XX. Sua figura luminosa, que o fez conhecido como o Papa das Multidões, foi o resultado da combinação entre carisma pessoal e total dedicação às tarefas do pontificado. Sua própria origem polonesa, marcada pelos flagelos do nazismo e do comunismo, conferiu brilho especial a sua carreira eclesiástica, tornando-o especialmente atento aos conflitos políticos e sensível ao sofrimento. Assim, manifestou-se sempre corajosa e positivamente sobre os problemas do mundo, disposto a intervir com a Palavra de Deus nos mais variados conflitos e situações.

Mas foi, sem dúvida, a força de sua fé que o notabilizou mundo afora, como líder religioso de grande autoridade e convicção. Entre católicos e não católicos, semeou o exemplo da fé peregrina, que remove as barreiras e aproxima as nações em torno do ideal divino da justiça, da fraternidade, da paz entre os homens.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de rememorar sua atuação e importância a partir de 3 vertentes. Lembremos, em primeiro lugar, seu papel como Chefe da Igreja, frente às imensas responsabilidades que a missão acarreta. Em 26 anos de pontificado, o Santo Padre trabalhou incessante e incansavelmente pelo fortalecimento da Igreja e da doutrina católica. Internamente, teve atuação decisiva na retomada dos autênticos valores cristãos, relativizados por interpretações equivocadas, que pretendiam "atualizar" as posições da Igreja tendo em vista os movimentos sociais.

Com a firmeza e a segurança necessárias, restabeleceu expressamente o respeito às verdades eternas, considerando-as intocáveis em seu esplendor. Por seu intermédio, voltaram a brilhar, como o norte da cristandade, os mais sublimes valores morais, éticos e religiosos, hauridos dos ensinamentos bíblicos, da tradição da Santa Madre Igreja, dos corolários da doutrina católica.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Augusto Nardes.

O Sr. Augusto Nardes – Deputado Osmânio Pereira, V.Exa. foi muito feliz na homenagem que presta a João Paulo II, que deixou nesses 26 anos uma marca que gostaria fosse inserida no seu brilhante pronunciamento – talvez até V.Exa. ainda vá se referir a ela. Sua Santidade representa o fim de um milênio e de um século que foi de guerras intestinas. A 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra Mundial causaram milhões de mortes. O Papa conseguiu trazer para a humanidade, meu caro Deputado Osmânio Pereira, símbolos muito importantes, que são a representação do novo mundo que vivemos: paz, solidariedade, solidarismo. Nós, que professamos e defendemos a democracia cristã, entendemos que essa mensagem que João Paulo II deixou deve ser o caminho da humanidade. O final do seu Papado nesses 26 anos significou, no meu entendimento, o final de um século e o alvorecer de um novo milênio, que, espero, seja de paz e de solidariedade. O solidarismo deve ser o caminho da humanidade. Meus cumprimentos pelo feliz pronunciamento.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Deputado Augusto Nardes agradeço o aparte a V.Exa., o qual incorporo ao meu pronunciamento. Sinto que essa é a identidade de todos nós que acreditamos na nossa fé cristã. Vemos Sua Santidade o Papa João Paulo II como a

grande luz que iluminou esses 26 anos da Igreja e os passos da humanidade.

Assim, no âmbito pastoral e teológico João Paulo II lutou veementemente contra a vileza de práticas como o aborto e a eutanásia, em nome do sagrado e do inalienável direito à vida, dádiva de Deus em todos os seus estágios.

Lutou pela preservação da instituição da família, como o modelo abençoado por Deus para a procriação, e contra o escândalo da liberalização da moral sexual e o absurdo casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Lutou especialmente contra a ideologização da doutrina cristã, a introduzir componentes estranhos à seara de Cristo, a exemplo do que pretendeu na América Latina a anatomizada Teologia da Libertação. Como admitir de fato a substituição da fé em Deus por uma força simplesmente revolucionária e temporal, implicando a subestima da atuação divina em favor da sempre falível atuação humana?

Foi assim que o Santo Pastor reencaminhou seu rebanho, orientando e advertindo, sobretudo demonstrando a miséria da visão materialista, hedonista e consumista da vida, voltada para a satisfação terrena, distante da grandeza do projeto divino para sua criação. Não temeu a acusação de intransigência; consciente da grandeza e atemporalidade dos valores que defendia, só poderia mostrar-se inflexível, irredutível, religiosamente inabalável à influência de valores mundanos.

Mas João Paulo II, Sr. Presidente, não foi exato e preciso apenas intramuros. Sua participação na política internacional também se mostrou definitiva para os rumos da história, de acordo com as expectativas espirituais há tanto tempo associadas ao terceiro milênio.

Lembremos que a escolha do jovem polonês em tudo atendia aos santos interesses da Igreja, que desejava internacionalizar-se, nos termos do Concílio Vaticano II. Fluente em 6 idiomas, com experiência pessoal nas agruras do comunismo, Karol Wojtyla seria o primeiro Papa não italiano em quase 500 anos, trazendo uma nova voz ao trabalho da Igreja. Sua formação religiosa se dera à revelia da ocupação nazista, durante a 2ª Guerra Mundial, e sobretudo à revelia da dominação soviética, no período seguinte. Por ocasião de sua entronização, foi claro na disposição de estender sua autoridade ao plano secular; tornou-se célebre a exortação de caráter irrestrito, dirigida ao mundo não católico: *"Não temam!* – disse ele – *Abram as portas para Cristo*! *Abram as fronteiras dos Estados, dos sistemas políticos e econômicos, dos amplos domínios da cultura e da civilização!"*

Nos anos seguintes, valeu-se de sua especialíssima influência sobre a católica Polônia, que o recebeu como líder contra a dominação comunista, e apoiou claramente a luta de Lech Walesa no sindicato Solidariedade, atitudes essas que seguramente contribuíram para o esfacelamento do império soviético, que já não se sustentava pelas próprias impossibilidades internas.

Porque, sem dúvida, uma das mais cruciantes angústias de João Paulo II era a possibilidade de expansão do flagelo comunista, por ele tão conhecido, na contramão dos desígnios de Deus e da história dos homens, para o século XXI. A luta pelo fim do regime, ou contra sua influência na América Latina, foi a tônica de sua atividade política na primeira fase do pontificado. Em razão dela, surgiram teorias sobre o bárbaro atentado à bala que sofreu na Praça de São Pedro, em 1981, e do qual escapou, segundo a própria convicção, por obra e graça de Nossa Senhora de Fátima.

Não podemos deixar de lembrar a especial situação da América Latina nesse contexto, que vivia em 1978, quase que totalmente, sob regimes ditatoriais militares. A situação favorecia o florescimento do chamado esquerdismo clerical, que, do combate à ditadura, extrapolaria a questões teológicas de forma inaceitável. Nessa situação, o papel de João Paulo II foi fundamental e refletiu, acima de tudo, sua admirável lucidez. Ao mesmo tempo em que se opôs aos padres ideológicos, como se dizia, confrontou claramente a truculência das ditaduras latino-americanas, como a chilena, a brasileira, e, no extremo oposto, a ditadura cubana.

Foi assim que marcou posição indiscutível contra todas as formas de opressão e injustiça, agindo prontamente na defesa dos direitos humanos, da igualdade social e da democracia. Sua extrema coerência levou-o a explicitar o repúdio à invasão americana no Iraque, como já o fizera em relação ao bloqueio econômico a Cuba, e a não titubear na condenação dos excessos do capitalismo e do neoliberalismo, que em muito acirraram as desigualdades socioeconômicas em todo o mundo.

Ouço, com prazer, o Deputado Coriolano Sales.

O Sr. Coriolano Sales – Deputado Osmânio Pereira, perdoe-me interromper seu pronunciamento de homenagem ao Papa João Paulo II, que deixou muitas saudades para o povo brasileiro e para a humanidade. D. Lucas Moreira Neves, que V.Exa. conheceu muito bem, que além de ser mineiro foi Cardeal Primaz do Brasil e Prefeito da Cúria Romana, dizia que o Papa João Paulo II era uma figura extraordinária. Quando S.Exa. foi nomeado Cardeal da Bahia, mais tarde percebeu que Sua Santidade não era apenas uma figura excepcional, extraordinária, era um talento político. É sobre isso que gostaria de falar, porque o saudoso João

Paulo II se pôs praticamente contra todas as situações a que V.Exa. faz referência: o comunismo na Polônia, a situação de Cuba, o regime da China. E foi amado por todos. O que é muito interessante, é que quando morreu ocorreram manifestações de todos esses locais do mundo onde atuou politicamente, dando uma contribuição enorme para a normalidade democrática desses países. Deputado Osmânio Pereira, meu aparte é apenas para lembrar que o nosso Papa João Paulo II, com quem V.Exa. esteve várias vezes – nunca tive essa oportunidade –, pois sei que sempre que ia a Roma encontrava-se com Sua Santidade, além de ter sido essa figura excepcional, extraordinária, como lembrava Dom Lucas Moreira Neves, nosso amigo pessoal na Bahia, também foi esse talento político que transitou no mundo inteiro e saiu incólume, dando grande contribuição para a paz, a democracia e a liberdade.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA – Deputado Coriolano Sales, agradeço o aparte a V.Exa., que incorporo ao meu pronunciamento. Concordo plenamente com o que disse. Seriam pobres nossas palavras para falar desse homem. Passagem na Bíblia diz que, quando alguns encontraram Jesus diziam que Ele falava com autoridade. João Paulo II, perante as nações, verdadeiramente falou com autoridade, porque vivia tudo o que falava e pregava. Isso é um grande exemplo para todos nós. Como nenhum de seus antecessores, interferiu na evolução dos conflitos internacionais. Inclusive, no Oriente Médio, conferindo nítida dimensão ecumênica a seu pontificado, chegou a visitar uma sinagoga e uma mesquita e a rezar diante do Muro das Lamentações, em Jerusalém. Tomou para si, como nenhum outro, a santificada missão de agir em prol da aproximação e do diálogo entre nações e religiões.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, temos de mencionar o inédito e histórico encontro de Assis, onde o Papa que viajou a 129 países, num percurso de mais de 1 milhão e 200 mil quilômetros, recebeu todos os líderes religiosos do mundo para a mais bela confraternização de todos os tempos em torno da paz. Ali, cristãos de todos os credos, judeus, muçulmanos, budistas, hinduístas e outros fiéis reuniram-se para repelir a guerra e o terrorismo, em encontro que se converteu na mais significativa contribuição para a humanidade jamais oferecida pela Igreja Católica ou qualquer outra religião.

Será difícil abarcar no âmbito deste pronunciamento a múltipla atuação política deste bravo homem que foi João Paulo II. Valendo-se de todos os recursos oferecidos pela mídia, não desperdiçou ocasião de mostrar a face da Igreja, ampliando o horizonte do diálogo e da compreensão. Acusado de dogmatismo e de conservadorismo, foi extremamente inovador em rever o papel histórico da instituição; sem abrir mão de nenhuma de suas convicções, teve a magnífica humildade, ou a incomparável coragem, de pedir ao mundo perdão pelos erros da Igreja, aí incluídos a inquisição, o obscurantismo em relação à ciência, a cumplicidade com a escravidão de negros e índios, a omissão diante da barbárie nazista e o preconceito contra as mulheres. Foram mais de 100 pedidos de perdão. Nascia aí uma nova era, uma era de conciliação e renovação.

Mas a importância incomparável da figura de João Paulo II ultrapassa a contingência terrena. Seu papel na evolução da humanidade atinge dimensões de infinita grandeza e fundamenta-se na sublime arquitetura celestial. Como verdadeiro predestinado a que Deus atribuiu sagrada missão, Karol Wojtyla nasceu em 1918, cresceu no interregno entre as duas grandes guerras e fez sua opção religiosa quando seu país sucumbia ao poderio soviético. Sua ascensão ao papado, nitidamente, reporta-se ao conteúdo das mensagens de Nossa Senhora de Fátima, ocorridas em 1917, com referência ao então iminente perigo do comunismo. De fato, ele ocorreu. O regime que provocou a morte de pelo menos 100 milhões de pessoas ao redor do mundo desmantelou-se 70 anos após a Revolução Russa, com a decisiva participação do Papa polonês, ou seja, do Papa que representava, além do poder de Deus, a heróica resistência religiosa dos povos do Leste Europeu.

Muitos anos depois, Sr. Presidente, novas aparições de Nossa Senhora – agora em Medjugorje, na Iugoslávia – reafirmaram a importância da missão de João Paulo II na conversão dos infiéis. No início dos anos 80, o conjunto de profecias dava maior relevância às ações papais, evidenciando a sagrada missão de preparar a humanidade pecadora para o advento do terceiro milênio.

Há outros episódios de igual grandeza nesta passagem de século referindo-se a santa figura de João Paulo II, a seu papel crucial na salvação dos homens. A vidente grega Vassula Rydel, uma das mais extraordinárias de todos os tempos, que já publicou mais de 11 livros, todos inspirados pelo Pai, Filho e Espírito Santo, sobre seus contatos com Jesus Cristo e outras personalidades do céu, anuncia o fim e a redenção da Rússia comunista, seu futuro de glória em nome do Senhor. Segundo Vassula, Jesus promete a ressurreição da Rússia vinculando-a à visita de Pedro, o primeiro Papa, fundador da Igreja Católica, em óbvia referência a João Paulo II. Diz a mensagem:

> "Eu sou o Senhor, a ressurreição. Quando ressuscitar a Rússia, ela renovará os meus dons, embelezará a minha Casa com amor e eu uni-la-ei de novo a mim. Ah! Vassula! Es-

pera e verás, minha filha, como anseio por ver Pedro, o meu Pedro, visitar a tua irmã".

*S*empre se referindo à Rússia como a irmã de Vassula, em razão de serem ambas ortodoxas, Nossa Senhora intervém e, por sua vez, menciona o Papa em meio a lágrimas de emoção:

"Pedro, meu amadíssimo Pedro, nesses anos, supliquei-te que consagrasses a Rússia. Agora o Senhor e todos os santos mártires ouviram as tuas súplicas e as tuas inovações. Os teus sacrifícios não foram inúteis, bem-amado. Suas lágrimas foram um bálsamo para o coração ferido de Jesus. Pedro, louva o Senhor".

Essas passagens impressionantes, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e mais outras tantas, que seria impossível reproduzir devido ao tempo, são a exata antecipação da conversão da Rússia, diretamente ligada ao fim do comunismo, missão sagrada atribuída a João Paulo II e por ele exercida com dedicação e vigor.

Não podemos deixar ainda de trazer a público a espantosa profecia de Irmã Faustina, santa polonesa canonizada no ano 2000, cujo intercâmbio com o Pai, Filho e Espírito Santo, além de Nossa Senhora, transformaram-na numa das mais importantes referências proféticas do catolicismo atual.

Em 1935, quando Karol Wojtyla tinha apenas 16 anos, Irmã Faustina orava pela Polônia e ouviu as seguintes palavras:

"Amo a Polônia de maneira especial e, se ela for obediente à minha vontade, eu a elevarei em poder e santidade. Dela sairá a centelha que preparará o mundo para minha vinda derradeira".

É com profunda emoção, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que nos reportamos a essas passagens reveladoras da ação e do poder de Deus, por intermédio de João Paulo II, e que anunciam o fim da era de sofrimento e de miséria para a humanidade. É chegado o terceiro milênio; são chegados os novos tempos, para os quais Jesus Cristo prometeu sua vinda e o advento de uma nova era de justiça, misericórdia e paz.

Agora que o Papa João Paulo II deixa esta Terra para se encontrar com o Senhor Nosso Pai, temos como legado a obrigação de consolidar seus atos, fazendo ampliar o poder de Cristo e o reinado da fé.

Milagrosamente salvo de um brutal atentado na própria Praça de São Pedro, em 1981, João Paulo II resistiu aos sofrimentos físicos e, mesmo seriamente debilitado, prosseguiu com suas responsabilidades até o último de seus dias.

Seu exemplo de abnegação e coragem, certamente inspirado por Jesus, é o testamento vivo do mais brilhante e decisivo dos pontificados. Como católicos e brasileiros, devemos nos orgulhar de pertencer a seu rebanho, abrindo caminho para a chegada de Cristo, preparando o mundo para a aproximação definitiva com o Reino dos Céus.

Como homenagem máxima a seu apostolado, ajoelhemo-nos e peçamos tão simplesmente: a bênção, João de Deus. Que Deus o tenha na sua glória. Que lá do alto ele olhe para este Parlamento, para o Brasil e para a humanidade, que necessita tanto de paz. Que por meio de suas mãos junto de Deus tenhamos a paz pela qual ele tanto lutou.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Osmânio Pereira, o Sr. Natan Donadon, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Alencar, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. JORGE GOMES – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Ana Alencar) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGE GOMES (PSB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a iminente entrada em vigor do reajuste de mais de 34% nas tarifas de energia elétrica em Pernambuco deixa inconformados todos os segmentos da sociedade.

Nesta tarde, o Estado presenciou uma manifestação gigantesca que contou com a participação de consumidores residenciais, Prefeituras e tribunais. A partir das 14 horas, foram apagados todos os equipamentos elétricos e eletrônicos, durante 15 minutos, como forma de protesto contra a alta extorsiva que a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE insiste em aplicar nas contas de luz da sofrida população pernambucana. No mesmo horário, acontecia no centro do Recife um ato público que reuniu 27 entidades, que representam patrões e empregados. Em seguida, uma passeata percorreu as principais ruas do Recife e seguiu em direção ao palácio do Governo Estadual. O objetivo do ato foi alertar a população e as autoridades sobre a extensão dos prejuízos que advirão em conseqüência das novas tarifas.

Esse desequilíbrio é o resultado mais visível de uma privatização que se mostra absolutamente danosa e ineficaz. Com esse aumento, a direção da CELPE aplica pesadas punições ao cidadão, aos setores

produtivos, enfim, a todos os pernambucanos. Sem dúvida, sua eventual incompetência administrativa ou sede pelo lucro fácil não pode trazer tantos sacrifícios. O risco de um negócio dessa natureza, essencial em todas as áreas, não pode ser repassado tão brutalmente ao povo.

Está enganada a direção da Companhia Energética se imagina que o povo vai aceitar passivamente esse ultraje. A manifestação de hoje, com o apagão e o ato público, é apenas o ponto de partida para dar um basta ao descaso. Grupos e instituições de grande significado vão continuar lutando com todo vigor para impedir esse aumento escorchante. A Prefeitura do Recife, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), a Federação do Comércio Varejista (FECOMÉRCIO), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos são algumas das instituições e organizações que participaram do protesto.

Continuarei sendo a voz do povo pernambucano, nesta tribuna, para que essas situações não continuem ocorrendo impunemente.

Sra. Presidenta, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Ana Alencar) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, quero registrar a audiência que tive hoje com o Diretor de Licenciamento do IBAMA, Sr. Luiz Felipe, sobre a licença para início das obras da Hidrelétrica de Estreito, muito aguardada pelos Estados do Maranhão e Tocantins e que desperta imensa expectativa na população da minha região, porque vai gerar cerca de 16 mil empregos diretos e 15 mil indiretos.

Essa obra foi orçada com um custo total de 2 bilhões de reais e produzirá 1.100 megawatts de energia.

Estávamos acompanhados dos Prefeitos de Estreito e de Lajeado Novo, cidade próxima, quando o Sr. Luiz Felipe nos garantiu que o processo já está no final e que, no máximo em 30 dias, será aprovado o parecer que licenciará o consócio vencedor a iniciar aquela construção.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

O SR. ANIVALDO VALE – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Ana Alencar) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANIVALDO VALE (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, comunico que apresentei à Mesa várias emendas ao Projeto de Lei nº 4.776, com o apoio da Liderança do PSDB e do PMDB.

Muito obrigado.

A Sra. Ana Alencar, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Natan Donadon, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. CARLITO MERSS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLITO MERSS (PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, registro a realização do 11º Congresso da União Nacional dos Escoteiros do Brasil, que acontecerá a partir de amanhã, quinta-feira, e vai até o dia 23 de abril, na Praia dos Ingleses, em Florianópolis. A programação do congresso também inclui a fundação da União Parlamentar Escoteira Brasileira, no dia 22, com a participação de diversos Parlamentares e ex-Parlamentares que têm alguma identificação com o escotismo e com a educação não formal e possam interceder a favor dos escoteiros perante as instituições governamentais.

A União dos Escoteiros do Brasil é uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente e filantrópico, que prega, entre outras inúmeras lições, a justiça social, o amor à Pátria, a fraternidade mundial, o respeito ao meio ambiente, a importância das pessoas como formadoras de opinião e sua importância na sociedade atual.

Por isso, ressalto o trabalho essencial que a UEB desenvolve há mais de 80 anos, com milhares de jovens e a confiança que está creditando a nós, Parlamentares, na construção de parceria que visa ao debate e ao trabalho para o bem da sociedade brasileira.

Também ocupo a tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para alertar sobre o índice de morta-

lidade infantil e materna relacionada a gravidez, parto e pós-parto, em Joinville, a maior cidade do Estado de Santa Catarina.

Dados divulgados no Dia Mundial da Saúde, comemorado neste mês, mostram um alto índice do coeficiente de mortalidade infantil. E, segundo a Organização Mundial de Saúde, muitos casos poderiam ser evitados com medidas simples, como o aleitamento materno, por exemplo. Já está comprovado que crianças alimentadas exclusivamente com leite materno nos 5 primeiros meses de vida, têm de 5 a 7 vezes menos probabilidade de morrer de diarréia e pneumonia do que aquelas não alimentadas com o leite da mãe.

No ano passado, Joinville registrou duas mortes de mães em decorrência de complicações na gravidez, no parto ou no pós-parto e 55 mortes de bebês, a maioria ainda no útero da mãe ou logo após o nascimento, o que significa um índice de mortalidade infantil de 8,6 óbitos para cada mil nascidos vivos. Esses números não se enquadram às normas da Organização Mundial de Saúde. Joinville só ficou dentro da meta no ano de 2000, quando ocorreu apenas um óbito materno e o coeficiente foi de 12,7 mortes para cada 100 mil nascidos vivos.

Esta situação é preocupante, principalmente porque estamos falando da maior cidade de Santa Catarina.

A propósito, destaco que Joinville possui um elefante branco inacabado: o Hospital Infantil. Quando tiveram início os debates sobre a construção desse hospital, e eu legislava como Vereador de Joinville, fui orientado por uma equipe de pediatras sobre a falta de responsabilidade que seria construí-lo. A recomendação dos pediatras era no sentido de um repasse para a ala pediátrica dos Hospitais São José e Regional, para atender à demanda de internações infantis e, ao mesmo tempo, reduzir o seu número, pois já naquela época se sabia que a internação infantil estava em baixa e que se deveria investir mais na prevenção.

Fui muito combatido por defender essa idéia, e agora o que se vê é aquele prédio inacabado há praticamente 10 nos, sendo deteriorado pela chuva e degradado por delinqüentes.

Já foram investidos cerca de R$50 milhões na construção desse hospital, e seriam necessários mais R$15 milhões para terminar a obra e equipá-lo. Urge encontrar uma forma de terminar a construção desse hospital e, assim, dar ao Município estrutura suficiente para tratar das crianças e mães adolescentes que correm risco de morte. O que não se pode é continuar com esse alto índice de mortalidade infantil e materna e uma obra inútil na cidade.

Reforço ainda, Sr. Presidente, o compromisso do Governo Federal de reduzir a mortalidade infantil e materna, assumido quando da assinatura do tratado internacional elaborado na sessão especial da Assembléia das Nações Unidas sobre a criança, em 2002. Em 2003, o Governo Lula lançou o Plano Presidente Amigo da Criança, cujo cumprimento é fiscalizado pela Rede de Monitoramento Amiga da Criança: um grupo de 27 instituições nacionais e internacionais atuantes na área, que analisam os indicadores sociais da infância e adolescência brasileira e acompanham a execução das políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil. A meta desse plano é reduzir, até o ano de 2010, em um terço as taxas de mortalidade de mães e crianças com menos de 5 anos de idade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, a Justiça do Estado do Tocantins, atendendo a pedido do Conselho Regional de Medicina, cassou o direito de 73 médicos cubanos que ali trabalhavam há alguns anos graças a convênio entre o Governo Estadual do Tocantins e o Governo cubano. Agora, o Tribunal Regional Federal derrubou a medida da Justiça tocantinense, devolvendo a esses médicos o direito de exercer a Medicina no Brasil, mas eles já tinham regressado ao seu país.

Cerca de 40 Municípios do interior do Tocantins ficaram sem médico, porque a formação elitista do Brasil não forma médicos para trabalhar em favelas ou em pequenas cidades do interior. A Medicina Sanitária cubana, insuperável e tida como a melhor do mundo, ao contrário da Medicina brasileira, forma profissionais com sentido comunitário, algo que, infelizmente, ainda não temos.

Pode-se discordar de muita coisa de Cuba, mas em educação, saúde e esportes, efetivamente aquele país muito tem a nos ensinar – particularmente, sua concepção de Medicina Sanitária, que precisa ser ensinada em nossas universidades. Foi o Médico de Família cubano que inspirou o Programa Saúde da Família brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inúmeras cidades no interior do Brasil ficam sem médicos, porque a imensa maioria deles, por sua formação elitista, preferem os grandes centros urbanos.

No caso do Tocantins, a decisão da Justiça, embora depois revogada em instâncias superiores, revoltou o Governo do Estado. O Coordenador Institucional do

Governo Estadual, Dr. Paulo Miranda, afirmou ao jornal *O Globo* – isso está publicado em sua edição do último sábado, 16 de abril de 2005 – que vai *"pedir ao CRM que indique profissionais para os 40 Municípios que ficaram sem médicos*". Em várias dessas cidades, o único médico existente era um cubano do convênio.

A decisão do TRF, assinada pelo desembargador Aloísio Palmeira, indica que a proibição não tem sentido "*já que um acordo bilateral sobre o tema está prestes a ser concluído*". Para o Desembargador, o convênio com os médicos cubanos *"tem relevância constitucional para a continuidade da prestação de serviços de saúde pública naquele Estado*."

Congratulo-me com o Embaixador de Cuba no Brasil, Sr. Pedro Nuñes Mosquera, que, apesar dessa situação, afirmou que os cubanos poderão voltar se a Justiça não se opor a isso. Trabalham no Brasil em torno de mil médicos cubanos ou brasileiros formados em Cuba.

Cuba cede anualmente ao nosso País em torno de 100 bolsas para estudantes, que passam a integrar a Escola Latino-Americana de Ciências Médicas. São mais de 100 brasileiros só este ano, todos alunos carentes de regiões pobres como o Nordeste, que de lá voltarão médicos, com o compromisso de retornarem para suas cidades, em geral carentes de médicos para o Programa Saúde da Família. Gratuito, esse importante convênio precisa ser reconhecido e validado, para que tenhamos uma Medicina Sanitária digna. Sr. Presidente, a generosidade do Governo cubano em conceder estas bolsas a estudantes carentes precisa ser reconhecida.

Desde 1999, o Partido do Trabalhadores tem um convênio com a Escola Latino-Americana de Ciência Médicas, que permite ao PT, anualmente, mandar estudantes carentes para cursar Medicina em Cuba. Para tanto, o PT divulga pela Internet um edital, dando ampla publicização a essas bolsas. Os critérios de seleção são: ter boas notas; ser filiado ao PT há pelo menos um ano; ter até 21 anos; ser de baixa renda ou de origem rural e se comprometer a, quando voltar, trabalhar em áreas carentes de médicos.

Além da pré-seleção interna, os estudantes passam por entrevista na Embaixada cubana com um médico mandado pela Escola Latino-Americana de Ciências Médicas. Este ano, o PT selecionou 20 estudantes, sendo 10 moças e 10 rapazes. Todos estarão embarcando para Cuba no próximo dia 1º de maio. A Paraíba integra a delegação petista que se somará aos outros 80 brasileiros, com 2 estudantes: Vanusa Soares de Araújo, do Sitio Bom Conselho, Município de Maturéia, e Sérgio Carvalho, de João Pessoa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MILTON CARDIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MILTON CARDIAS (PTB – RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo, os produtores rurais de praticamente todo o País denunciaram às autoridades federais as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor em razão dos elevados custos de instalação da safra 2004/2005 e dos baixos preços de seus produtos nos mercados nacional e internacional. As demandas de então pleiteavam a implementação de políticas públicas voltadas para a sustentação dos preços dos produtos agrícolas.

Em algumas regiões, esse cenário de preocupações foi severamente agravado por estiagem prolongada. O Estado que mais sofreu com a seca foi o Rio Grande do Sul, obrigando inúmeros Municípios a decretar estado de calamidade. É desolador verificar os estragos deixados pela absoluta falta de chuvas: lavouras foram praticamente dizimadas, o gado perdeu peso, chegando, em vários casos, a morrer por falta de alimentação.

Na tentativa de amenizar a situação de penúria em que se encontram os agricultores gaúchos, o Governo anunciou a concessão de prazo adicional para o pagamento das parcelas vencidas e vincendas em 2005 de financiamentos de custeio e de investimento rural, amparados por recursos do PRONAF e do BNDES, respectivamente.

Entretanto, Sr. Presidente, entendo que tais medidas são importantes, porém insuficientes. Todo o sistema econômico regional está comprometido. Os produtores não têm como liquidar seus compromissos para com bancos e fornecedores, bem como para com compradores que anteciparam a aquisição da produção.

Como se não bastassem as dificuldades já referidas, a natureza reservou para os produtores gaúchos novo infortúnio. Por ironia, é o excesso de chuvas que no momento ameaça destruir o que restou da produção estadual.

Como se vê, custos elevados, estiagem severa e prolongada, seguida de excesso de chuvas, e baixos preços para os produtos agrícolas são os elementos que compõem o drástico cenário da safra 2004/2005, do Rio Grande do Sul.

A situação exige medidas mais contundentes, que efetivamente permitam a recuperação da atividade agrícola local e afastem a possibilidade de arrefecimento de seu dinamismo. Refiro-me ao direcionamento para a região de novas linhas de crédito, com taxas de juros dife-

renciadas, prazos mais elásticos que os correntes, limites de financiamento ampliados, bem como a deflagração de amplo programa de renegociação de dívidas, de custeio e de investimento, que alcance todo o estoque existente, inclusive no que se refere aos programas de securitização, PESA e RECOOP. Esse apoio é fundamental para o sucesso da recuperação da atividade econômica no meio rural de meu Estado. Os agricultores do Rio Grande querem e merecem continuar a contribuir intensamente para o agronegócio nacional.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando a esta Mesa requerimento de indicação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sugerindo a urgente adoção de providências no âmbito de competência daquela Pasta no sentido da implementação das medidas antes indicadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus, em Cristo Jesus, nosso Senhor, nos ajude e abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sarney Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, evidentemente, não tinha o desejo de usar a palavra pela Liderança do PV. Mas, com certo constrangimento, assomo hoje à tribuna para me referir aos fatos que vêm ocorrendo no Maranhão.

O Governador José Reinaldo demitiu ontem da Secretaria de Meio Ambiente o Presidente do Partido Verde no Maranhão, por ter-se negado a dar apoio político ao seu Governo.

Dentro desse entendimento, é importante esta Casa ter conhecimento daquilo que era o pensamento corrente no nosso Estado há 3 anos. O Governador José Reinaldo foi eleito pelo Partido da Frente Liberal numa ampla coligação. Passadas as eleições, por motivos meramente pessoais, S.Exa. saiu do partido, mudou para o PTB e se aliou aos seus ex-adversários na eleição, inclusive adversários que fizeram de tudo para ele não ganhar as eleições. Alguns chegaram a vender a candidatura, outros o mandato, alguns entraram na Justiça. São justamente essas pessoas que estão cercando o Governador do Estado e dando-lhe maus conselhos.

Passo a ler trecho da entrevista republicada pelo jornal *O Estado do Maranhão*, publicada originalmente no dia 14 de outubro de 2001, e que mostra a contradição do Governador José Reinaldo com o que defendia e o que diz hoje, 3 anos após assumir o Governo.

Eis um trecho da entrevista:

> "O ESTADO – Como o senhor enfrentaria na campanha as denúncias da oposição de que, sob o governo Roseana, o Maranhão teria empobrecido?"
>
> *JOSÉ REINALDO – Se for esse o argumento dos oposicionistas, eles já podem se considerar derrotados por antecipação, porque ninguém de bom senso, com um mínimo de sensatez e de capacidade de percepção, pode deixar de reconhecer o quanto o Maranhão melhorou no Governo Roseana. Não precisa de estatísticas, basta olhar em volta. As obras estão em toda parte. São mais de três mil quilômetros de estradas novas, asfaltadas. Regiões que antes estavam relegadas ao esquecimento, como o sul do Maranhão, hoje estão interligadas por asfalto. A BR-230, com 400 quilômetros, construída pela governadora, é uma obra histórica. Agora, terça-feira (16 de outubro de 2001), a governadora vai inaugurar o asfalto até Alto Parnaíba. Parece um sonho. Todas as sedes municipais estão recebendo melhorias urbanas, com obras de saneamento, abastecimento d'água, além de estradas. Imperatriz"* – terra do nosso Deputado Sebastião Madeira – *"ganhou a melhor estação de tratamento de esgoto do Brasil. Na área social, as conquistas são reconhecidas em todo o Brasil. Hoje, 96% das crianças maranhenses entre 7 e 14 anos estão na sala de aula"* – Graças à sua gestão, Deputado Gastão Vieira, à frente da Secretaria de Educação. *"O Governo Roseana participa com 60% dos recursos do Fundef, responsáveis pela melhoria do salário dos professores e das condições da rede física escolar. A saúde está municipalizada. A mortalidade infantil foi reduzida em 33%."*

Mais adiante, disse o Sr. José Reinaldo Tavares:

> *"Com uma política agressiva de investimentos, com a preocupação de gerar emprego e renda para a população, o Governo do Estado já viabilizou investimentos da ordem US$ 3 bilhões. Pólos industriais estão se consolidando em Imperatriz, onde o Pólo Coureiro já emprega milhares de pessoas; em Caxias, onde está se implantando uma fábrica da Schincariol, com investimentos de mais de R$ 100 milhões; em Santa Inês"* – terra do Deputado Dr. Ribamar Alves –*, "onde alguns empreendimentos estão sendo estudados (...). O Pólo Agrícola de Balsas é hoje uma realidade econômica global e não apenas maranhense. Nos próximos dias, a governadora Roseana Sarney começa a instalar os Centros de Capacitação Tecnológica na sede das gerências regionais (...). Se essas manifestações do povo, que são espontâneas, continuarem crescendo, a governadora Roseana seria uma grande presidente da República. O Maranhão e o Brasil só teriam a ganhar."*

Sr. Presidente, há 3 anos, repito, eram essas as palavras do então candidato a Governador do Maranhão José Reinaldo. Hoje, aliado daqueles que eram seus adversários, S.Exa. os instrumenta para virem aqui caluniar e injuriar a Governadora Roseana Sarney.

Não tenho nenhuma intenção de voltar a esta tribuna para tratar desse assunto, porque a defesa do Governo Roseana foi feita pelo próprio atual Governador do Estado, José Reinaldo – Vice-Governador, na época –, que assumiu o Governo depois da desincompatibilização de Roseana Sarney.

Ao finalizar, pergunto ao povo do Maranhão, que me ouve e me assiste neste momento, por meio da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara*, se o Maranhão hoje está melhor, após 3 anos de Governo José Reinaldo, aliado ao PDT do Sr. Jackson Lago, ou era melhor antes, no Governo Roseana Sarney.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que a referida entrevista faça parte do meu pronunciamento e seja registrada nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR

"Sucessor tem que ser confiável"

MARCO AURÉLIO D'EÇA
Da Editoria de Política

O Estado republica hoje entrevista com o então vice-governador José Reinaldo Tavares, publicada na edição de 14 de outubro de 2001. O texto exibe, de forma definitiva, a contradição entre o que ele defendia e o que diz hoje, três anos depois de assumir o governo. Na época, José Reinaldo declarou textualmente sobre a então governadora Roseana Sarney: "Ninguém de bom *senso, com o mínimo* de sensatez e de capacidade de percepção, pode deixar de reconhecer o quanto o Maranhão melhorou no governo Roseana". O detalhe é que José Reinaldo falava não no início, mas no final do governo Roseana, do qual, como ele mesmo diz, participou ativamente, como vice-governador. Na entrevista, José Reinaldo fez questão de afirmar sua lealdade ao grupo que o projetou na política, e pregava que o futuro candidato a governador, nas eleições de 2002, teria que ser, obrigatoriamente, "alguém confiável". Abaixo, a íntegra das declarações do então vice-governador José Reinaldo:

O ESTADO – ***Como o senhor recebeu a decisão do TSE sobre a possibilidade de os vices disputarem a reeleição após substituírem definitivamente os titulares?***

JOSÉ REINALDO – Recebi com naturalidade, sem surpresa. Uma leitura criteriosa do texto que estabeleceu o instituto da reeleição não deixa dúvidas. Embora substitua eventualmente o titular, o vice somente se torna governador, efetivamente, quando aquele renuncia ou deixa o cargo por outra razão superior. Uma vez governador, com as responsabilidades e deveres plenos da função, ele pode se candidatar, sim. Mas quero deixar claro que não estou raciocinando em causa própria. É a lei, e ela não permite injustiça. O TSE interpretou corretamente a legislação.

O ESTADO – ***Vamos direto ao assunto: se a governadora Roseana Sarney se desincompatibilizar do cargo em abril do ano que vem para disputar a Presidência da República ou o Senado, como está previsto, o senhor será candidato a governador?***

JOSÉ REINALDO – Eu participo de um grupo político comandado e liderado pela governadora. É ela quem, interpretando o sentimento da população e o desejo da classe política, vai dizer quem será o candidato do grupo para a sucessão. Eu não tenho dúvidas de que ela vai optar por alguém que tenha o compromisso de continuar o trabalho extraordinário que vem fazendo no Maranhão, de mudança de mentalidade, de seriedade e responsabilidade. Alguém que possa ganhar as eleições e no qual tenha plena confiança, pois a obra que ela vem fazendo em favor do desenvolvimento social e econômico do Estado, com planejamento, com transparência, competência e honestidade, não pode ser interrompida. O Maranhão não pode regredir.

O ESTADO – ***O senhor se enquadra nesse perfil?***

JOSÉ REINALDO – Sempre participei do grupo político a que pertenço, e a minha lealdade jamais foi sequer questionada em qualquer momento. Quanto à minha competência, posso lhe dizer, com humildade, que ela foi testada ao longo de uma carreira pública de mais de 30 anos, em que ocupei desde os mais modestos aos mais altos cargos e funções do meu estado e do país. De servidor do DER a ministro de Estado, de secretário a deputado federal, a minha conduta profissional sempre foi a mesma, trabalhando em benefício do Maranhão e do Brasil. Como vice-governador, eu tenho participado da formulação e da execução de todos os programas do governo, embora, pela natureza do cargo, tenha sempre procurado manter discrição e reserva. Não quero

dizer com isso que sou a única alternativa para a sucessão da governadora, até mesmo porque a eleição será apenas no próximo ano. Os partidos da base aliada do governo, principalmente PFL e PMDB, têm excelentes quadros.

O ESTADO – ***Por que seu nome não tem aparecido nas pesquisas como favorito? Por que seu nome é ultrapassado pelos outros pretensos candidatos, como o senador Edison Lobão e o prefeito de São Luís, Jackson Lago?***

JOSÉ REINALDO – Eu não tenho visto estas tais pesquisas, mas se isso ocorre, há uma explicação óbvia elementar. O senador Edison Lobão, meu amigo e correligionário, é candidato desde que saiu do governo, em 1994. Está permanentemente em campanha, visitando municípios, o que é um direito legítimo dele e de todo político. O prefeito Jackson Lago, com quem mantenho bom relacionamento, embora pertença a um partido de oposição, está cumprindo o terceiro mandato de prefeito em São Luís e o seu projeto, desde a primeira eleição, é ser governador. Ultimamente, tem estado em campanha aberta no interior do estado. Diferentemente de ambos, eu nunca disse que sou candidato. Nunca estive em campanha. Mas isso não significa que não esteja recebendo manifestações de apoio de toda parte: sindicatos, associações, lideranças políticas, prefeitos, deputados. Aliás, o próprio Lobão já disse que me apóia. O senador João Alberto, outra grande liderança, ex-governador, e político experiente, também disse que apoiará uma eventual candidatura minha. E não tenho por que duvidar da palavra deles. O fato é que, se dependesse da classe política, eu já estaria em campanha há muito tempo.

O ESTADO – ***E por que o senhor não assume logo uma candidatura e entra em campanha para eliminar a desvantagem que aparentemente o separa dos outros pré-candidatos?***

JOSÉ REINALDO – Porque, como já disse, sou um homem de partido e um político de grupo. Vamos aguardar a manifestação da governadora Roseana Sarney, pois ela é a nossa líder e vai comandar o processo da sua sucessão.

O ESTADO – ***Insistindo, vice-governador: o senhor será candidato à sucessão da governadora Roseana Sarney?***

JOSÉ REINALDO – A aspiração maior de todo político é governar o seu estado. Não posse negar que me honraria profundamente poder governar o Maranhão, durante um período regulamentar de governo. Seria a coroação de uma vida pública inteiramente dedicada aos meus conterrâneos e de convivência fraterna com meus correligionários políticos.

O ESTADO – ***O senhor acha que venceria as eleições contra uma oposição unida?***

JOSÉ REINALDO – O nosso grupo unido é imbatível. Um candidato apoiado pela governadora Roseana Sarney e pelo seu grupo – integrado por quatro senadores, dois dos quais os ex-governadores Edison Lobão e João Alberto, mais o senador José Sarney, que é o político mais respeitado e admirado deste país; o deputado Manoel Ribeiro, presidente da Assembléia Legislativa, além de nossa bancada na Câmara Federal e da maioria dos prefeitos, ex-prefeitos e vereadores que integram os partidos aliados - é invencível. Um candidato com esse leque de apoio, repito, é imbatível.

O ESTADO – *Como o senhor enfrentaria na campanha as denúncias da oposição de que, sob o governo Roseana, o Maranhão teria empobrecido?*

JOSÉ REINALDO – Se for esse o argumento dos oposicionistas, eles já podem se considerar derrotados por antecipação. Porque ninguém de bom senso, com um mínimo de sensatez e de capacidade de percepção, pode deixar de reconhecer o quanto o Maranhão melhorou no governo Roseana. Não precisa de estatísticas, basta olhar em volta. As obras estão em toda parte. São mais de três mil quilômetros de estradas novas, asfaltadas. Regiões que antes estavam relegadas ao esquecimento, como o sul do Maranhão, estão hoje interligadas por asfalto. A BR-230, com 400 quilômetros, construída pela governadora, é uma obra histórica. Agora, terça-feira (16 de outubro de 2001), a governadora vai inaugurar o asfalto até Alto Parnaíba. Parece um sonho. Todas as sedes municipais estão recebendo melhorias urbanas, com obras de saneamento, abastecimento d'água, além de estradas. Imperatriz ganhou a melhor estação de tratamento de esgoto do Brasil. Na área social, as conquistas são reconhecidas em todo o Brasil. Hoje, 96% das crianças maranhenses entre 7 e 14 anos estão na sala de aula. O governo Roseana participa com 60% dos recursos do Fundef, responsáveis pela melhoria dos salários dos professores e das condições da rede física escolar. A saúde está municipalizada. A mortalidade infantil foi reduzida em 33%.

O ESTADO – *Mas a melhoria dos indicadores sociais não quer dizer, necessariamente, que o estado cresceu economicamente...*

JOSÉ REINALDO – Para que se tenha uma idéia do quanto o Maranhão mudou, basta chamar atenção para o fato de que nos últimos seis anos foi o estado cujo PIB mais cresceu no Brasil. A média foi de 6% ao ano, quase três vezes a média nacional. Com uma política agressiva de investimentos, com a preocupação de gerar emprego e renda para a população, o Governo do Estado já viabilizou investimentos da ordem de US$ 3 bilhões. Pólos industriais estão se consolidando em Imperatriz, onde o Pólo Coureiro já emprega milhares de pessoas; em Caxias, onde está se implantando uma fábrica da Schincariol, com investimentos de mais de R$ 100 milhões; em Santa Inês, onde alguns empreendimentos estão sendo estudados; e Rosário, onde o pólo de confecções começa a atingir todas as suas metas. O Pólo Agrícola de Balsas é hoje uma realidade econômica global, e não apenas maranhense. Nos próximos dias, a governadora Roseana Sarney começa a instalar os Centros de Capacitação Tecnológica na sede das gerências regionais, para formar técnicos nos municípios, capacitando-os para o mercado de trabalho. O programa Primeiro Emprego, que está sendo levado esta semana a Balsas, está dando oportunidade a milhares de jovens que nunca tiveram chance de trabalho. O clima de confiança que se instalou no Maranhão está fazendo com que as empresas invistam mais nos seus negócios. Apenas na sua usina de pelotização, em São Luís, a Vale do Rio Doce está investindo mais de R$ 400 milhões. Todos esses investimentos significam mais emprego, melhor distribuição de renda, e melhoria do padrão de vida dos maranhenses.

O ESTADO – ***Mas a população percebe essas melhorias? Ela tem noção do que está ocorrendo?***

JOSÉ REINALDO – Tanto percebe que confere à governadora Roseana Sarney os maiores índices de aprovação de um governo no Brasil. Essa aprovação, que se reflete na admiração com que a governadora é vista hoje em todo o país, é fruto do reconhecimento do trabalho que ela está fazendo no estado e com o qual eu tenho orgulho de colaborar, como técnico e político e como amigo pessoal da governadora. Todo maranhense sabe que o Maranhão mudou, está melhor. Só não vê isso quem não quer.

O ESTADO – ***A governadora Roseana Sarney é candidata à Presidência da República?***

JOSÉ REINALDO – A governadora tem dito que desejaria muito continuar representando o povo do Maranhão, no Senado da República. Ocorre que nem sempre os políticos são donos dos seus destinos. Parcela expressiva do povo brasileiro está dizendo, através das pesquisas, que deseja vê-la comandando os destinos do Brasil. Hoje, Roseana é a segunda melhor opção, atrás apenas de Lula, que já foi três vezes candidato a presidente. Se essas manifestações do povo, que são espontâneas, continuarem crescendo, a governadora terá forçosamente que rever sua posição, e aceitar o desafio. Eu não tenho dúvida de que Roseana seria uma grande presidente da República. O Maranhão e o Brasil só teriam a ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições regimentais,

Resolve,

excepcionalmente, prorrogar, até o dia 29 de abril, o prazo para recebimento de emendas, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, do Poder Executivo, que 'dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências'.

Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente.

O SR. REMI TRINTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. REMI TRINTA (Bloco/PL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a privatização das telecomunicações trouxe muitas promessas ao povo brasileiro. Dentre elas, destaco a de que a telefonia brasileira teria um grande salto de qualidade, nos colocando ombro a ombro com as nações mais ricas do planeta. Diziam, naquela época, que haveria telefones para todos, e esses telefones deveriam funcionar de acordo com os mais altos padrões de eficiência.

Porém, passados mais de 6 anos desde a privatização, o que vemos é um grande descontentamento da população com os serviços de telefonia oferecidos no País. Tenho em mãos reportagem do jornal *O Estado do Maranhão* mostrando que, somente entre os meses de fevereiro e março, a ANATEL recebeu mais de 20 mil reclamações contra as operadoras de telefonia celular. E as empresas de telefonia fixa não ficam para trás – segundo a mesma reportagem, no último dia 22 de março deste ano foi aplicado um total de 1 milhão e 300 mil reais em multas na telefonia fixa. Isso aconteceu porque nada mais nada menos do que 2.589 metas de qualidade não foram cumpridas pelas empresas. Por essas e outras razões, no ano passado, somando-se os serviços de telefonia fixa e móvel, a população brasileira encaminhou quase meio milhão de reclamações à agência.

Essa falta de respeito com o consumidor obrigou a ANATEL a adotar medidas enérgicas – e essas medidas deixaram o descaso das telefônicas com seus clientes ainda mais explícito. Fiscais da agência visitaram 245 lojas de atendimento de telefonia durante o mês de março, e pasmem: apenas duas delas não tinham qualquer irregularidade. Nas outras 243 lojas havia uma infinidade de problemas, tais como venda casada, existência de longas filas, falta de atendimento ao público para reclamações sobre cobranças indevidas, entre muitos outros.

Sr. Presidente, permita-me utilizar um pouco dos meus conhecimentos de medicina para fazer um diagnóstico da atual situação da telefonia brasileira. Nós, médicos, ao nos depararmos com sintomas muito característicos de uma enfermidade, dizemos que eles são sinais patognomônicos dessa ou daquela doença. Pois bem, todos os dados que eu apresentei são sinais patognomônicos da impotência do Poder Público frente aos desmandos que estão sendo cometidos pelas empresas de telefonia no Brasil. As ações da ANATEL, ainda que enérgicas, têm sido insuficientes para garantir o cumprimento das metas de qualidade que a agência impôs. Com isso, são prejudicados mais de 67 milhões de brasileiros assinantes de telefonia móvel e quase 38 milhões que são clientes da telefonia fixa.

Mas essa não é uma doença incurável, e nós, Deputados, temos poder suficiente para alterar as regras existentes, de modo a instituir mecanismos necessários à melhoria da qualidade da telefonia brasileira. Exatamente agora estão sendo discutidos os novos contratos que as empresas de telefonia terão de assinar, e que passarão a valer a partir de 1º de janeiro de 2006.

É, portanto, dever deste Parlamento acompanhar atentamente a elaboração desses contratos. Precisamos criar regras que prevejam punições mais rigorosas no caso de descumprimento das metas de qualidade impostas pelo Poder Público, tanto na telefonia fixa quanto na móvel. Conclamo, pois, as Sras. e os Srs. Deputados para que participem deste debate, pois o que está em jogo é a correta prestação de um serviço público essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro. É nosso dever fazer a vontade do povo brasileiro ser respeitada. E é vontade do povo ter serviços de telefonia de ótima qualidade.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. GASTÃO VIEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assomo à tribuna para, de certa forma, responder às acusações da Oposição do meu Estado de que, durante o Governo Roseana Sarney, nenhuma sala de aula foi construída no Maranhão.

Para evitar que uma mentira repetida muitas vezes acabe virando verdade, em futuro pronunciamento, provarei o contrário. Mostrarei em que Municípios maranhenses estão as 82 escolas construídas naquele Governo.

Quando tiver tempo, comentarei o discurso do Deputado Dr. Ribamar Alves, do Maranhão.

Por hora, deixo à disposição de todos a relação das escolas construídas – repito –, Município por Município, durante o Governo Roseana Sarney, inclusive 3 de nível de segundo grau: uma em Balsas, com mais de 20 salas; uma em Açailândia, também com mais de 20 salas, e uma última em Guimarães, além da conclusão de outra em Bacabal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins, do PPS da Bahia. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores funcionários, brasileiros que acompanham esta sessão pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, convido todos a ouvirem o meu pronunciamento sobre a área de educação.

Ficaria feliz se todos seguissem o exemplo do Deputado Gastão Vieira, por quem nutro muito respeito, de comprometimento com a educação brasileira e de ativa participação e sério trabalho.

Desejo destacar nesta tarde o desempenho da educação e as medidas de apoio ao ensino básico tomadas pelo Ministério da Educação.

Antes esclareço o seguinte: ninguém desconhece a posição dos Parlamentares do PPS. Afastamo-nos da base de sustentação política do Governo e, neste momento, atuamos de forma independente na Câmara dos Deputados. Mas não podemos deixar de reconhecer os fundamentais avanços do setor educacional brasileiro, e o faço na condição professor do ensino superior na Bahia.

Uma das principais iniciativas é medida voltada para a educação básica que oferecerá acesso a cursos superiores a 150 mil professores de escolas públicas, com o Programa Pró-Licenciatura.

Outra iniciativa é a apresentação da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e prevê investimento de 4,3 bilhões de reais para a ampliação da educação básica. A proposta elaborada pelo Ministério da Educação está em análise na Casa Civil e, em breve, será encaminhada ao Congresso Nacional.

Acredito ser essa uma medida mais que louvável, pois o ensino básico é o alicerce do processo educacional. Precisamos investir nesse nível de educação, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Um de nossos maiores equívocos na área educacional é a centralização de recursos no ensino superior.

Mas não basta ter a maioria de nossos jovens matriculada no ensino fundamental. Temos de fazer com que os jovens se matriculem no ensino médio e tenham condições de fazer um bom curso superior, capacitando-se para o mundo altamente competitivo de hoje.

Temos visto que o Brasil conseguiu avanço importante relativo ao aumento do número de estudantes matriculados em suas escolas. Hoje, o ensino fundamental é praticamente universalizado. E aqui reconheço o esforço do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que criou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental, o FUNDEF. Hoje, praticamente 95% das nossas crianças estão matriculadas nas escolas de nível fundamental nos Estados e Municípios brasileiros. Mas é preciso fazer muito mais, porque um terço dos jovens que terminam a 8ª Série não chega ao ensino médio; e apenas pouco mais da metade das crianças de até 6 anos de idade são atendidas na educação infantil.

Na minha cidade, Feira de Santana, Estado da Bahia, há 120 mil vagas públicas no 1º grau e 25 mil no 2º grau. Estou falando, senhores, da 33ª cidade em tamanho do País. A responsabilidade pela rede de ensino público é dos Governos Estadual e Municipal. Cada um tem aproximadamente 60 mil vagas para o 1º grau; e no 2º grau, de responsabilidade do Governo do Estado, há 25 mil vagas. Teoricamente, se 70% a 80% desses 120 mil alunos do 1º grau, percentagem que representa a média de aprovação, quisessem cursar o 2º grau, mais da metade não encontrariam vagas. Aí aparecem os esquemas de aceleração: cursos de 3 anos em apenas 1. Alguns jovens optam por esse esquema, mas sua qualificação está muito aquém do necessário.

No caso da educação pré-escolar, é preciso, efetivamente, grande investimento. Tive oportunidade de estudar numa escola pública da minha cidade, mas hoje o número desse tipo de estabelecimento é muito pequeno. É necessário dar essa oportunidade a todas

as crianças, porque melhora muito o seu desempenho na educação infantil, de suma importância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação infantil prepara a criança para o processo educacional das séries mais avançadas, lançando as bases das habilidades que serão necessárias para acelerar o aprendizado: coordenação motora, lateralidade, companheirismo, noções abstratas, enfim, conceitos os mais variados que facilitarão a vida escolar da criança e diminuirão sensivelmente as elevadas taxas de repetência que complicam, dificultam e assolam o nosso ensino.

A quantidade de crianças que abandonam as escolas na metade do ano é muito grande em nosso País, bem como das que não completam sequer o 1º grau.

É hora de investir em qualidade para que nossos jovens possam dar seqüência aos estudos e ter mais oportunidades no mercado de trabalho, no presente e no futuro. Uma educação básica de qualidade sempre foi o ponto mais defendido por educadores, porque é fundamental para o desenvolvimento da nossa Nação, principalmente da nossa população jovem.

Investir na qualidade do ensino é valorizar professoras e professores, para que, dentro da escola, exercem muito bem o seu mister. Sabemos que é do interesse do Governo Federal que esse tipo de qualificação aconteça. Várias universidades já têm programas e cursos de qualificação para professores que, mais bem qualificados, poderão transmitir aos seus alunos as melhores informações e as melhores técnicas de ensino.

Neste momento, não apenas a formação do professor é importante, mas também o equipamento das escolas. Hoje ele precisa de ferramentas indispensáveis: além de biblioteca adequada, que muitos Municípios e muitas cidades nem têm, o computador. Através da Internet e de outros mecanismos de consulta, estudantes e professores podem ter acesso a dados e informações do mundo inteiro.

Quero louvar a iniciativa do Ministro da Educação de instituir 2005 o Ano da Qualidade Social da Educação Básica no Brasil. Foi lançada neste mês a Agenda de Trabalho para a Educação Básica, resultado de 3 meses de avaliação e de diagnóstico da situação do ensino básico em todo o Brasil. Essa iniciativa prevê a criação do Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores, que tem por base 2 programas: o Pró-Licenciatura, que já citei, e o Pró-Letramento, ambos com início previsto para agosto de 2005. O Pró-Letramento destina-se a 400 mil professores das séries iniciais do ensino fundamental e trará conteúdos em Língua Portuguesa e Matemática, áreas em que os estudantes avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica mostraram grandes dificuldades. O investimento será de R$120 milhões, em 2 anos.

A maioria dos estudantes que terminam o 1º grau dificilmente completam as 4 operações básicas em tempo razoável. Mais ainda: por todas essas deficiências, a pouca capacidade de redigir provocam-lhes situações as mais ridículas, podemos assim dizer, quando são aferidas em provas e testes, principalmente para acesso ao ensino superior, o que reflete a qualidade dos ensinos fundamental e médio.

Há ainda a Rede Nacional de Formação Continuada; o Programa Universidade Século XXI; a oferta de bolsas para professores de escolas públicas, no Programa Universidade para Todos – PROUNI; além da reestruturação dos cursos de licenciatura e do apoio à criação de novos cursos, com ênfase na diversidade cultural do País.

É importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que tenhamos condições de apressar a tramitação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, tão logo chegue nesta Casa por meio de proposta de emenda à Constituição.

Aqui já não falo apenas individualmente, mas na condição de Deputado do PPS, pois é uma posição do meu partido. Entendemos ser esse um grande salto que pode e deve ser dado por este Governo. Devemos aprovar a PEC e implementar o FUNDEB ainda neste ano.

Ouço, com prazer, o Deputado Coriolano Sales.

O Sr. Coriolano Sales – Deputado Colbert Martins, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz sobre a educação em nosso País, tema central de máxima relevância. Sem educação, as grandes questões nacionais, como o desenvolvimento e a geração de emprego e renda para o povo brasileiro, não serão resolvidas. Se o Governo não enfrentar os problemas do setor – e me refiro ao Governo do tempo e não apenas a este –, não avançaremos adequadamente. Cumprimento V.Exa. por escolher esse tema para discursar no Grande Expediente da sessão de hoje. Penso que V.Exa. tratou de questões básicas e fundamentais: educação pré-escolar e infantil. Sabemos que o ex-Ministro Cristovam Buarque foi demitido porque queria implementar amplo programa de apoio à educação infantil no País, e o Governo não queria – e parece que ainda não quer –, o que sabemos ser fundamental. Se não combatermos agora a repetência e a evasão escolar, elas vão se tornar ainda maiores no futuro. Veja V.Exa. que fato gravíssimo ocorre hoje no País: os jovens estão deixando de se matricular no 2º Grau para fazer o supletivo, o conhecido “3 em 1”.

A Diretora Regional de Educação do Município de Vitória da Conquista me disse na semana passada que mais de 5 mil vagas ficaram ociosas neste ano no ensino médio por conta do desejo dos jovens de fazer o supletivo, em vez de passar 3 anos nos bancos escolares. Preferem deixar de freqüentar a escola para fazer o supletivo, o chamado de curso de aceleração. Essa é uma questão muito grave. Os jovens ficaram despreparados para cursar a universidade. Quanto à educação pré-escolar, sem ela vamos enfrentar o problema da evasão e da repetência. E também porque não temos professores qualificados, seja do ponto de vista salarial, seja do ponto de vista da capacitação para o exercício da função. São questões que precisam ser enfrentadas e de que V.Exa. trata no seu pronunciamento com muito propriedade. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. COLBERT MARTINS – Muito obrigado, Deputado Coriolano Sales.

Antes de conceder o aparte ao Deputado Sebastião Madeira, farei observação que, penso, completará o que disse o Deputado Coriolano Sales.

Srs. Deputados, não poderemos ter uma educação de qualidade no Brasil sem investir dinheiro nela. É preciso aplicar todo o dinheiro possível na educação. E ainda será pouco. No seu programa de vida, o eminente brasileiro Ruy Barbosa já dizia:

> "Creio, porém, que o governo popular tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades e o erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum".

O Governo tem de fazer a sua parte. A iniciativa privada também tem de investir na educação, pois assim terá mão-de-obra mais qualificada para a formação de profissionais mais competentes e capacitados.

Aguardamos a aprovação do FUNDEB, Sr. Presidente, como a redenção do financiamento da educação básica do Brasil e, portanto, do aumento da sua qualidade. O PPS aguarda e exige a sua tramitação para votar favoravelmente. Entendemos absolutamente necessária a criação de um fundo que assegure financiamento, tanto do ensino pré-escolar quanto do 2º grau, a exemplo do salto qualitativo ocorrido no Governo Fernando Henrique Cardoso com o FUNDEF.

Outro dado que desejo ressaltar, Sr. Presidente, é a pesquisa realizada pela CNI/IBOPE sobre a área em que o Governo Lula vem obtendo melhores resultados. Essa pesquisa colocou a educação em segundo lugar em aprovação, com 21%, ficando curiosamente atrás do combate à fome, com 35%.

Ouço, com prazer, o nobre Deputado Sebastião Madeira.

O Sr. Sebastião Madeira – Agradeço a V.Exa. a generosidade. Usarei poucos minutos do tempo que lhe resta, apenas para me reportar ao ensino de 2º grau, hoje nitidamente em crise. Foi encontrada solução para o ensino fundamental com o FUNDEF. No meu Estado, por exemplo, no Governo de Roseana Sarney, o 2º grau foi quase todo realizado pela Fundação Roberto Marinho, com ensino a distância e monitores, num processo em que, num ano, faziam-se 3. No atual Governo, o de José Reinaldo Tavares, o ensino do 2º grau encontra-se em extrema crise. No ano passado foi extremamente prejudicado, com poucas aulas. Os alunos receberam a aprovação graciosamente porque praticamente não tiveram aula. Neste ano continuam prejudicados. O Estado continua em crise, há dificuldades para pagar as gratificações aos professores. Acredito que, nos outros Estados, a situação não seja diferente. Temos de procurar solução engenhosa, tal como a encontrada para o ensino fundamental, talvez com o FUNDEB. Parabenizo V.Exa. por abordar assunto de fundamental importância para o futuro do Brasil. Afinal, o ensino público é a única opção para a esmagadora maioria dos brasileiros. Se não cursarem ensino médio de qualidade, não terão acesso à universidade pública, obrigando suas famílias a mais sacrifícios, como o de ter pagar arapucas privadas que praticamente entregam diplomas sem oferecer conhecimento.

O SR. COLBERT MARTINS – Agradeço ao Deputado Sebastião Madeira a brilhante intervenção.

Lembro também o que ocorreu há pouco tempo no Rio de Janeiro, quando um concurso para gari foi disputado por mais de 100 mil pessoas.

Ouço, com prazer, o Deputado Átila Lins.

O Sr. Átila Lins – Não poderia deixar de aparteá-lo, Deputado Colbert Martins, meu amigo e colega de partido, no momento em que traz a debate tema tão importante: a educação brasileira. Todos somos reconhecidos ao Governo Fernando Henrique pela criação do FUNDEF, que melhorou consideravelmente o ensino fundamental. Agora pretende-se ampliar essa ação para o ensino básico, com o FUNDEB. Seria outra grande conquista, se viabilizada, que atenderia aos reclamos da sociedade. Diversas autoridades municipais e Prefeitos reivindicam ação ampliada do Governo Federal, ou seja, a liberação de recursos para atender a essa área da educação. V.Exa. tem razão quando faz essa exigência. E o nosso partido tem interesse em que se torne real o mais rapidamente possível. Percebemos que aqui e ali tem havido descompasso entre os Ministérios da Fazenda e da Educação. Esperamos que

o Governo se entenda e que o projeto chegue a esta Casa o mais brevemente possível. Esta Casa e o nosso partido continuam aguardando o envio do projeto de real interesse para o País. Muito obrigado a V.Exa. pela oportunidade do aparte.

O SR. COLBERT MARTINS – Muito obrigado, Deputado Átila Lins. Nós do PPS temos interesse no assunto. Consideramos prioritária a aprovação dessa matéria.

Prossigo com o pronunciamento. A variação na área da educação foi significativa em relação à pesquisa realizada em novembro de 2004. Os entrevistados que elogiaram as ações do Governo passaram de 15% para os atuais 21%. O tema educação mostrou evolução considerável: passou de 15% para 21% das menções, e se isolou em segundo lugar entre as áreas em que o Governo se sai melhor.

Outra iniciativa do Ministério da Educação considerada de grande impacto na área da educação é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O maior programa de alimentação escolar do mundo atende 21% da população brasileira, ou seja, 37,8 milhões de alunos de creches, pré-escola, ensino fundamental e comunidades indígenas, com investimentos de mais de R$1 bilhão. No interior da Bahia – e o Deputado Coriolano Sales sabe disso –, muitas crianças vão à escola, principalmente, para comer. Após quase 10 anos sem reajuste, o Ministério da Educação reajustou em 116% o valor *per capita* da merenda escolar da pré-escola. Ainda é pequeno avanço, mas é salto qualitativamente importante.

Em relação ao Programa Brasil Alfabetizado, em 2 anos foram atendidos 3,7 milhões de jovens e adultos, e 165 mil alfabetizadores, em mais de 4 mil Municípios do País, o que resultou em R$352 milhões investidos. Em 2005, serão investidos mais R$218 milhões na alfabetização de 2,3 milhões de jovens e adultos. No ano passado, o Ministério da Educação adquiriu 111 milhões de livros didáticos e atendeu 30 milhões de alunos em cerca de 150 mil escolas, com investimentos da ordem de R$604 milhões.

Volto, Sr. Presidente, aos fundos necessários para a educação básica do Brasil. Parece-me que existe, como era de se prever, resistência por parte da área econômica do Governo à criação desse fundo.

Ora, Sr. Presidente, o fundo é uma das promessas de campanha que apoiamos deste Governo e deve ampliar os recursos para o financiamento da educação básica no País. Pela primeira vez, podemos vislumbrar a aplicação correta de recursos orçamentários. Não ofereceremos nunca educação digna para jovens e crianças sem investimento maciço nessa área. Observem o nível de investimento na Coréia e a resposta hoje.

O projeto do Ministério da Educação prevê investimentos, pelo Governo, de cerca de R$1 bilhão por ano, até chegar a R$4,3 bilhões. Há pessoas no Governo que podem achar que não é necessária toda essa verba para melhorar a educação básica. O Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, pode achar que não é importante para a educação básica; talvez pense que seja demasiado dinheiro para as crianças e os jovens; que talvez eles não mereçam todo esse investimento.

Ora, R$4 bilhões é muito pouco! Muito mais seria necessário. Seria este um país muito mais próspero, competitivo e justo se empregássemos não só isso, mas muito mais em educação. É preciso que essa verba seja empregada por décadas para que consigamos reverter o difícil quadro educacional brasileiro.

Não basta o esforço de 1 ou 2 anos. É preciso firmar compromisso de longo prazo, permanente, que envolva todos – Governo, sociedade, empresas, Poder Legislativo e educadores. Um país do tamanho do Brasil e com os problemas que pudemos constatar não encontrará solução sem enorme esforço e aporte de verbas da área central diretamente na educação.

Educação não é gasto. Educação não é despesa. Educação, reitero, é investimento.

Faço um apelo ao Presidente Lula para que tome a decisão política certa, que marque o seu Governo com o que revolucionou a educação no Brasil. É isso que esperamos de S.Exa. Temos certeza de que não se deixará convencer por argumentos oriundos do "economês" e que levará em conta a real necessidade brasileira, a fim de encontrar solução definitiva que trará progresso consistente à única fonte de realização individual e coletiva experimentada por qualquer país próspero: a educação.

Tenho certeza de que o Presidente Lula decidirá muito claramente em favor da educação. Há outras áreas importantes nas quais atua o Governo, mas esta, creio eu, será a marca definitiva, não deste Governo Federal, mas de todos nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. CORIOLANO SALES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Ex.a. a palavra.

O SR. CORIOLANO SALES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um breve registro sobre um dos editoriais da **Folha de S.Paulo.** Trata-se do trabalho realizado pela Controladoria-Geral da União. O editorial elogia esse trabalho com o qual eu concordo. Estou inteiramente de acordo com o trabalho desse órgão, que fiscaliza a aplicação das verbas públicas nos Municípios. Até agora, a Controladoria já fiscalizou 741 Municípios, segundo levantamento da **Folha de S.Paulo.**

Mas, há de se convir, Sr. Presidente, que, apesar de a **Folha** trazer, como resultado da fiscalização, a notícia de que de 20% a 30% dos recursos federais são desperdiçados nos Municípios brasileiros, não se tem visto o desdobramento desse trabalho do ponto de vista do exercício das ações que precisam ser adotadas pelo Ministério Público Federal em relação à má aplicação desses recursos na base da Federação brasileira, que são os Municípios.

É louvável que esse trabalho seja revisado dessa maneira e que também a ação da Controladoria seja efetivada em relação à União. Que seja efetivada em relação à Administração Pública Direta e Indireta as fundações, as autarquias, para se fazer a averigüação da aplicação dos recursos federais, dos chamados recursos orçamentários, dos recursos do Orçamento da União.

Faço esse registro louvando o trabalho da Controladoria-Geral da União, mas é preciso que haja o desdobramento por parte do Ministério Público, para se alcançar as medidas que precisam ser adotadas, para se fazer as correções necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALMIR SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALMIR SÁ (Bloco/PL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminharemos o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.623, nesta data, que busca sustar a aplicação do decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Raposa Serra do Sol, tendo em vista ato arbitrário do Presidente da República, que consolida portaria cheia de vícios. Pretendemos, com esse decreto, sanar essa irregularidade do Presidente da República.

Passo a ler o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.623, de 2005.

“PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2005
(Do Sr. Almir Sá)

Susta a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica sustada a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Presidente da República editou, em 15 de abril de 2005, decreto, pelo qual homologa a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

Assim dispõe o art. 1º do referido decreto:

‘Art. 1º. Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, destinada à posse permanente dos Grupos Indígenas Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepang, e Wapixana, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.’

Ocorre, no entanto, que os grupos indígenas, a que se refere o art. 1º, ocupam suas próprias terras, que são independentes umas das outras. No espaço físico que as separam, existem territórios vazios, propriedades rurais, fazendas seculares, áreas de plantio de arroz e outros cereais, vilas e aglomerações urbanas.

De acordo com o art. 231, § 1º, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e que devem ser demarcadas são aquelas:

‘habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural.’

Portanto, à luz da exegese, não são indígenas as terras que, nos dias atuais, não preencham os requisitos e as condições estabelecidas no art. 231, § 1º, mesmo que no passado pré-colombiano tenham sido por eles, índios, ocupadas. Esse raciocínio se impõe, porque, caso contrário, chegaríamos à absurda conclusão de que todas as terras brasileiras pertenceriam aos índios, o que, de certo, não foi o objetivo do Constituinte ao inserir o art. 231 na Constituição.

Dito isto, fica claro que a Constituição Federal não deu ao Poder Executivo, muito menos ao Ministério da Justiça e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a liberdade, ou, como se diz usualmente, uma carta branca, para demarcar áreas a seu bel-

prazer. Foram estabelecidos parâmetros, que devem ser observados.

Assim, é de se concluir que o ordenamento constitucional brasileiro não prevê a chamada demarcação de área contínua, isto é, aquela que inclui os espaços vazios e as propriedades particulares, localizados entre as terras definidas pela Constituição (art. 231) como indígenas, sejam elas urbanas ou rurais.

O que nos leva à conclusão de que o Decreto Presidencial, de que estamos tratando, exorbita do poder regulamentar do Poder Executivo.

Outrossim, a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol resulta de um processo administrativo eivado de vícios, desde o Laudo Antropológico, de lavra duvidosa, que não resiste à mais superficial análise, dadas as suas imperfeições, imprecisões, erros e equívocos amplamente denunciados. Em processo judicial proposto com o fim de contestar a demarcação, foi apresentada uma Perícia Técnica que demonstrou, à saciedade, a inconsistência do Laudo Antropológico da FUNAI.

A demarcação transgrediu, também, princípios, direitos e garantias fundamentais insculpidas na Constituição, em especial os seguintes:

> 'Art. 5º..
>
> XXII – é garantido o direito de propriedade;
>
> XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
>
> LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.'
>
> 'Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...'

De fato, abusando de suas prerrogativas, o Poder Executivo, ignorou o direito de propriedade, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, pois incorporou no perímetro da Reserva Indígena propriedades rurais licitamente adquiridas. Não considerou, igualmente, as contestações apresentadas pelas partes interessadas no processo e não lhes permitiu a ampla defesa, como lhes garante a Constituição.

Por fim, devemos realçar a exorbitância do Poder Executivo explicitamente exposta nos últimos fatos que culminaram com a edição do Decreto Presidencial. Vejamos: Em 13 de abril, o Ministério da Justiça editou nova Portaria Ministerial, de nº 534, em substituição à anterior, de nº 820/98, que estava sub judice. Com esta manobra, todos os processos que contestavam a Portaria nº 820/98 foram automaticamente arquivados por perda de objeto. Em apenas dois dias após, surpreendendo as partes interessadas, o Presidente da República editou o Decreto, sem número, e homologou a demarcação, 'nos termos da Portaria 534'. Ou seja, o Poder Executivo, mais uma vez, exorbitou.

Ficou à evidência o abuso do poder regulamentar, e transparente a intenção de inviabilizar qualquer ação, administrativa ou judicial, das partes prejudicadas, nesse interregno. Dessa forma, tal medida constituiu um verdadeiro embaraço à manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre o mérito da matéria. Neste sentido, é oportuno recorrer aos sábios ensinamentos do reconhecido jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, que, em seu 'Curso de Direito Administrativo, ao tratar do princípio constitucional da moralidade administrativa, afirma:

'Segundo os cânones da lealdade e da boa-fé, a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhaneza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos.

Por força mesmo destes princípios da lealdade e boa-fé, firmou-se o correto entendimento de que orientações firmadas pela Administração em dada matéria não podem, sem prévia e pública notícia, ser modificadas em casos concretos para fins de sancionar, agravar a situação dos administrados ou denegar-lhes pretensões, de tal sorte que só se aplicam aos casos ocorridos depois de tal notícia.'

Outra questão relevante diz respeito à exorbitância do Poder Executivo estampada na extensão territorial da Reserva: 1.747.464 hectares. Uma área gigantesca para poucos índios. Não há nenhuma explicação razoável para tamanha generosidade. Trata-se, sem dúvida, de uma ofensa a outro princípio, o princípio da finalidade. Novamente, recorremos ao ilustre mestre que, com seu peculiar saber, nos ensina que:

'Em rigor, o princípio da finalidade não é uma decorrência do princípio da legalidade. É mais que isto: é uma inerência dele; está nele contido, pois corresponde à aplicação da lei tal qual é; ou seja,

na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada. Por isso se pode dizer que tomar uma lei como suporte para a prática de ato desconforme com sua finalidade não é aplicar a lei; é desvirtuá-la; é burlar a lei sob pretexto de cumpri-la. Daí por que os atos incursos neste vício – denominado "desvio de poder" ou "desvio de finalidade" – são nulos. Quem desatende ao fim legal desatende à própria lei.'

Complementando o questionamento sobre a dimensão da terra indígena, realçamos mais uma exorbitância do Poder Executivo manifestamente ilegal, representada pela inclusão, no perímetro da Reserva, da faixa de terra localizada em sua borda, ao Sul, às margens do Rio Surumu. Corresponde a pouco menos de 10% da Reserva, e o pleito do Estado de Roraima pela sua exclusão da Reserva não representava, como não representa, nenhum prejuízo para os índios. Trata-se da área produtiva de arroz e outros cereais, indispensável para a sustentação econômica do Estado. Com a extinção da rizicultura ali desenvolvida, o Estado perderá uma produção equivalente a R$100 milhões, e 6 mil empregos. Ora, é obvio que o ato do Poder Executivo ultrapassa o bom senso e fere, mais uma vez, um princípio da Administração Pública, o princípio da proporcionalidade. Recorremos, mais uma vez, ao insigne Mestre, Celso Antônio Bandeira de Mello:

'Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhes corresponderiam.

Sobremodo quando a Administração restringe situação jurídica dos administrados além do que caberia, por imprimir às medidas tomadas uma intensidade ou extensão supérfluas, prescindendas, ressalta a ilegalidade de sua conduta. É que ninguém deve estar obrigado a suportar constrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público.

Por fim, a extinção das vilas Socó, Mutum e Surumu, com o agravamento imposto pela proibição de 'ingresso, o trânsito e a permanência de pessoas ou grupos de não-índios dentro do perímetro' (art. 5º da Portaria nº 534-MJ), institui no País o apartheid às avessas, ou seja, o sistema oficial de segregação racial praticada na África do Sul para proteger a minoria branca, agora com uma nova versão: Sistema oficial de segregação racial praticada no Brasil para proteger a minoria indígena. Tal medida implicará a separação de famílias, porque na Reserva existem muitos índios, ou índias, casados com cidadãos não-índios. A norma afronta o direito de ir e vir, impede, também, que o cidadão roraimense não-índio visite o túmulo de seus ancestrais, em cemitérios localizados dentro da Reserva, a não ser com a autorização prévia da FUNAI.

O ato presidencial não contempla, também, as manifestações dos grupos indígenas atingidos que, em inúmeras oportunidades, se manifestaram contra a demarcação contínua da Reserva.

Diante do exposto, amparados no art. 49, V, da Constituição Federal, e convictos de que o Poder Executivo exorbitou de seu poder regulamentar, e incorporou, em seu ato, todas as arbitrariedades e todos os vícios do processo de demarcação da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol, estamos encaminhando à apreciação dos nobres pares o presente Projeto de Decreto Legislativo, com o objetivo de sustar a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, editado pelo Presidente da República, publicado no Diário Oficial de 18 de abril do mesmo ano.

Sala das Sessões, de de 2005. – Deputado **Almir Sá**".

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. DR. RODOLFO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna para relatar que, na cidade de Boa Vista, no meu Estado, ocorre hoje grande manifestação, que reúne todos os donos de táxis: táxis de lotação, táxis convencionais, os carreteiros. Os donos de postos estão também reunidos e os comerciantes da cidade fecharam seus comércios à tarde. Também há grande presença de produtores rurais, como os agricultores familiares representados pela Associação dos Assentados de Roraima, e alguns índios ligados à tribo dos macuxis, ingarikós e patamonas.

A manifestação é pela maneira como foi feita a homologação da reserva Raposa Serra do Sol e não propriamente contra essa homologação. Somos a favor da homologação desde que sejam respeitados alguns setores vitais, como o setor produtivo de arroz, que corresponde a 21% do PIB e detém 6 mil empregos, num Estado que já vem cambaleando para mantê-los.

Recebi telefonema do Senador Mozarildo Cavalcanti pedindo que se denuncie desta tribuna que a Polícia Rodoviária Federal está impedindo os ônibus de passarem de um bairro a outro. Eles vinham do Bairro Raiar do Sol e foram detidos na rodovia que passa no meio da cidade para não haver manifestação.

Estamos fazendo manifestações pacíficas. Mas não adianta tentar impedir dessa forma, porque os índios que lá estão, ingarikós e patamonas, foram a cavalo ou de bicicleta para burlar a barreira erguida pela Polícia Federal nas Comunidades do Contão e do Flechal e em outras regiões, para impedir a manifestação.

Somos a favor de grande manifestação pacífica, para a qual devemos reunir mais ou menos 10 mil pessoas no centro cívico do meu Estado. É uma quantidade muito grande, equivale a quase 20% da população. Essa manifestação tem o objetivo de fazer com que o Governo reabra a negociação com a população de Roraima e busque alternativa realmente viável para diminuir a tensão e a angústia lá dentro.

Com toda a franqueza que podemos ter na condição de Parlamentar, vamos continuar nessa luta, tentando sensibilizar o Governo. Qualquer Estado não sobreviveria se se retirasse 21% do PIB. É como tirar o turismo da Bahia; as praias do Rio de Janeiro; todo o ABC de São Paulo ou todo o agronegócio de Ribeirão Preto. São situações que Roraima está vivendo.

O Governo se utiliza de medidas paliativas, fazendo reassentamentos de 10 mil pessoas – já estão assentadas, falta apenas liberar os títulos – repassando 150 hectares. Fico até com vergonha. Libera uma reserva com 8 milhões de hectares para 6 mil índios e, para um Estado com 350 mil habitantes, 150 mil hectares. Fico reprimido, com vergonha de tal acontecimento.

Digo ao povo do meu Estado, que me está ouvindo, para continuarmos nessa manifestação, de forma pacífica, respeitando os direitos de todos, como é a característica pacífica do povo do Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte:

Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 334-A, de 1996, do Sr. Aldo Arantes, 'que veda a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança'.

A Comissão será composta de 31 (trinta e um) membros titulares e de igual número de suplentes, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas, designados de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 33 do Regimento Interno.

Brasília, 20 de abril de 2005. – **Severino Cavalcanti,** Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. COLBERT MARTINS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na Bahia, a empresa de energia elétrica propõe aumento de 23.4%, quando a inflação no Brasil não chegou a esse índice – é a mesma empresa que, em Pernambuco, propôs 40% de aumento para as tarifas de energia elétrica.

Apelamos à Ministra Dilma Rousseff que impeça que o povo baiano, nesse aspecto, seja mais do que explorado. Esse tipo de aumento é um absurdo. Não temos inflação que possibilite a uma empresa espanhola escorchar nossa população, cobrando, como única fornecedora que é, monopólio da distribuição de energia na Bahia, 23.4% de aumento. Isso é uma ameaça. Muitas pessoas, que têm dificuldades no seu orçamento, agora podem não ter condições sequer de manter energia elétrica em suas casas.

É o registro que faço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Apresentação de proposições.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:

Autor	Proposição	Ementa
André Zacharow	RIC 2766/2005	Solicita informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre o Texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares de propriedade dos EUA no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições governamentais brasileiras.
Paulo Lima	PL 5083/2005	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de Julho de 1994 - Estatuto da Advocacia - para dispor sobre o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado.
Betinho Rosado	REC 174/2005	Contra o parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar nº 111/2003, do Sr. Betinho Rosado, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Chapada do Apodi e institui o Programa Especial de Desenvolvimento da Chapada do Apodi."
Jair de Oliveira	PL 5084/2005	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispondo sobre a rescisão do contrato de trabalho.
Jackson Barreto	PL 5085/2005	Institui o Vale-Transporte Social e dá outras providências.
Dr. Rodolfo Pereira	PDC 1622/2005	Susta a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça, a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, promovida pela FUNAI.
Fernando Ferro	INC 5047/2005	Sugere ao Ministério da Educação a criação de Universidade Federal na Região do Agreste Meridional no Estado de Pernambuco.
Geraldo Resende	INC 5048/2005	Sugere a fiscalização, auditoria e/ou tomada de contas pela Controladoria - Geral da União - CGU, sobre convênios e recursos federais destinados a programas habitacionais em aldeias indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, onde habitações populares dentro da Reserva Indígena de Dourados estão desabando.
Geraldo Resende	INC 5049/2005	Sugere ao Sr. Presidente da República seja enviado projeto de alteração da Lei nº 11.095, de 2005, para modificar tabela de vencimento de cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Eduardo Gomes	REQ 2778/2005	Requer a constituição de Comissão Externa para acompanhar a discussão envolvendo a redução de 89% da APA Ilha do Bananal/Cantão, no Estado do Tocantins.
Vanessa Grazziotin	RIC 2761/2005	Solicita ao Senhor Ministro da Defesa, no âmbito da Infraero, informações acerca do Terminal de Carga III - TECA III, construído no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, estado do Amazonas.
Ricardo Izar	RIC 2762/2005	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações quanto às metas de implantação de Estações Rádio Base do Serviço de Móvel Pessoal.
Alex Canziani	REQ 2779/2005	Requer a realização de Sessão Solene em homenagem aos 50 anos de instalação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio.
Ricardo Izar	PL 5086/2005	Dispõe sobre o aprimoramento dos portos para incremento do comércio exterior e sobre a exportação no âmbito da indústria de construção naval, cria a Agência Nacional de Desenvolvimento de Portos e Indústria de Construção Naval e dá outras providências.

Geraldo Resende	RIC 2763/2005	Solicita informações ao Sr. Ministro das Cidades a respeito dos recursos oriundos desta pasta, ou de qualquer setor do Governo Federal, destinados à construção de habitações populares em aldeias indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul.
Roberto Gouveia	PL 5087/2005	Institui o Dia da Ioga
Moacir Micheletto	REC 175/2005	Requer recurso contra a decisão da Comissão de Finanças e Tributação contra Projeto de Lei 2526 de 2003 pela inadequação financeira e orçamentária.
Renato Casagrande	INC 5050/2005	Sugere ao Ministério da Justiça a concessão de equiparação salarial dos Policiais Rodoviários Federais com o salário dos Policiais Federais.
Milton Cardias	INC 5051/2005	Sugere ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a adoção de providências no sentido de se amenizar os efeitos dos infortúnios climáticos verificados no Rio Grande do Sul.
Paulo Lima	REQ 2780/2005	"Fundação Amaral Carvalho"
Almir Sá	PDC 1623/2005	Susta a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.
Hélio Esteves	REQ 2782/2005	Requer desapensação dos projetos que tramitam em conjunto, relativo a alteração no Regimento Interno da Câmara, conforme estabelecido no Art. 155.
Alberto Fraga	RIC 2764/2005	Solicita ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), informações sobre mudanças na gestão da Brasil Telecom S.A..
Pastor Francisco Olímpio	PL 5088/2005	Dispõe sobre a inclusão de legenda codificada na programação das emissoras de televisão.
Zarattini	RIC 2765/2005	Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa de todas as viagens realizadas, no período de 14.11.2001 a 03.04.2002, pelo então Secretário-Geral da Presidência da República, Arthur Virgílio, usando aeronaves da Aeronáutica.
João Caldas	REQ 2783/2005	Requer a desapensação do PL 4.861/05 do PL 3.213/00.
Maria Helena	PDC 1624/2005	Susta a aplicação do Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, promovida pela FUNAI, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.
Babá	PL 5089/2005	Autoriza o poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Pará e dá outras providências.
João Caldas	PL 5090/2005	Dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.
Luciano Castro	PDC 1625/2005	Susta o Decreto de 15 de abril de 2005, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

VI – ORDEM DO DIA

(Trabalho de Comissões)

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Valverde, pelo PT.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ato de governar não é tranqüilo. Muitas vezes, ao governar, tem-se que modificar o *status quo*, modificar paradigmas. O Governo Lula teve a ousadia de romper paradigmas, ao enviar a esta Casa, em 2003, as reformas tributária, previdenciária, universitária e também a que vou citar neste momento: a reforma sindical. É óbvio que toda mudança de paradigma envolve quebra de conceitos, quebra de interesses, mudança de comportamento.

Embora não pertença à Comissão do Trabalho, tenho participado de suas reuniões. Tenho interesse nessa causa porque fui sindicalista por mais de 15 anos, Presidente da CUT, fundador do Sindicato dos Urbanitários. No meu tempo de sindicalista, já sentia que a estrutura sindical brasileira, instituída no período do Estado Novo, já não mais conseguia englobar as transformações do mundo do trabalho, principalmente, as que vieram precarizar as relações de trabalho, não só pelo baixo dinamismo da economia brasileira como também pelas mudanças que a ordem econômica impôs ao mercado de trabalho.

O sindicalismo brasileiro mundial precisa, então, adequar-se à nova realidade. O contingente de trabalhadores hoje não subordinados, com relações não-empregatícias, relações em que a subordinação jurídica não é visível, é muito maior do que aquele que trabalha dentro de uma relação subordinada, entre patrão e empregado. E o movimento sindical tem que compreender esse fenômeno mundial.

A nossa estrutura sindical é pautada num conceito já superado no mundo todo, que é o corporativismo. A estrutura sindical corporativista é aquela que se estrutura em categorias, em que dentro do local de trabalho pode ter diversos sindicatos que se constituem em corporações. Isso, longe de significar unidade dos trabalhadores, na verdade, é uma unicidade imposta por lei.

O resultado disso é o enfraquecimento, é a fragilização, porque o sindicalismo não passa da porta da fábrica para dentro. Sempre é organizado de fora da porta da fábrica. Com essa forma de organização, não se consegue compreender o fenômeno que se dá nas relações de trabalho.

Obviamente, os Constituintes de 1988 não tiveram a coragem de suplantar o modelo sindical atual. Erigiram uma casta de dirigentes sindicais que hoje estão atrelados a burocracia sindical, a qual não se enquadra no novo fenômeno mundial, que precariza as relações de trabalho. Não adianta um código do trabalho, como é a CLT, se efetivamente, lá na ponta, não se cumpre a legislação trabalhista, não há fiscalização dessa relação.

Venho de um sindicato forte. O Sindicato dos Urbanitários talvez seja o mais forte do Estado de Rondônia. Ousamos devolver a contribuição sindical. Quase 90% da categoria participava de nossas assembléias. Em geral, no Brasil, o número de afiliados é pequeno. A participação em assembléias gerais é diminuta. A direção, muitas vezes, toma decisões em nome de um contingente muito grande de pessoas. É óbvio que esse sindicalismo não é representativo. O nível de sindicalizados no Brasil é muito baixo. Apenas 19% dos trabalhadores são sindicalizados.

Devemos mudar a estrutura sindical e passar para outra fase, como a dos países que já adotaram a Carta del Lavoro, como Portugal, Espanha e Argentina, que já superaram essa concepção sindical e passaram a adotar aquilo que a Convenção nº 87 da OIT ratificou. Um dos poucos países que não ratificaram a Convenção foi o Brasil. Os demais países modernos e democráticos já ratificaram essa convenção internacional.

O País precisa entrar no século XXI com uma nova ordem sindical que reúna os trabalhadores e os organize dentro do contexto mundial. O capitalismo selvagem transformou por completo a relação trabalhista.

Defendemos a reforma sindical. Devemos aperfeiçoar o texto encaminhado pelo Governo, mas não devemos romper com o paradigma sindical que teima em vigorar e que resiste em ser mudado há mais de 50 anos, sob pena de vermos a classe trabalhadora ainda mais fragilizada. Precisamos de interlocutores, de construir uma cultura de negociação com relações sindicais mais democráticas e representativas que permitam ao trabalhador se organizar no local de trabalho e ter porta-vozes que articulem os contratos coletivos de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Nardes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP, por 6 minutos.

O SR. AUGUSTO NARDES (PP – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participamos hoje de debate com o Ministro Miguel Rossetto para tratar de assunto de grande interesse do País, que é a distribuição de terras.

Ficamos perplexos diante do que disse o Ministro, que demonstrou a indefinição existente, particularmente na distribuição de terras em Roraima.

Houve, de certa forma, por parte do Governo, uma desvalorização do Estado. Boa parte de Roraima, com a demarcação da área contínua, está hoje sob o comando das populações indígenas, o que inviabiliza, naquele Estado, o setor do agronegócio. Sabemos que Roraima possui um diferencial agrícola em relação aos demais Estados. A produção de grãos, característica de seus lavrados, está indo muito bem, e com possibilidades de crescer.

Fui muito claro, nas indagações que fiz ao Ministro Miguel Rossetto, ao dizer que falta zoneamento agrícola para a Amazônia. Na ocasião, vários Parlamentares fizeram importantes questionamentos ao Ministro, que admitiu que o Estado não tem competência e é ineficiente na distribuição das terras de Roraima.

Sr. Presidente, sinto que não existe uma política de ecodesenvolvimento por parte do Governo Federal, ou seja, que integre preservação da ecologia e crescimento ao mesmo tempo. Vivemos num mundo extremamente competitivo. Temos de fazer com que o meio ambiente seja preservado, mas não podemos deixar de lado a possibilidade de desenvolver certas regiões. O Estado de Roraima está ficando órfão da sua capacidade de desenvolvimento, ou melhor, da Amazônia como um todo.

Há pouco, falava com o Deputado Átila Lins sobre a falta de definição do Governo em relação a essa questão. Por isso, em nome do Partido Progressista, registro aqui minha solidariedade, na condição de gaúcho, a toda a Amazônia. Quero dizer aos Deputados Almir Sá, Janete Capiberibe e tantos outros presentes naquela ocasião que infelizmente não sentimos, por parte do Governo, a intenção de implementar uma estratégia de desenvolvimento para a região. Simplesmente as decisões são tomadas, mas não se cumpre o que é fundamental, que é dar assistência técnica e financeira aos pequenos agricultores da região, que estão há muitos anos naquelas terras. O Governo agora cria uma série de normas, dificultando a vida daqueles produtores.

Registro solidariedade à bancada da Região Norte de alguém que vem do sul do Brasil. O Governo tem de apressar essas decisões e estabelecer uma política para o desenvolvimento naquela região, respeitando suas características. Cada Estado tem sua característica, mas não se pode frear o seu desenvolvimento, como está acontecendo.

A Câmara dos Deputados deveria solidarizar-se com a bancada do Norte para estabelecer um grande debate nacional no sentido de dar prioridade àquela região com estratégias de respeito ao meio ambiente, mas sem impedir os Estados de se desenvolverem.

Neste momento, em que o Brasil precisa de capacidade para competir, se o zoneamento e as regras não forem definidas de forma clara e o Estado não tiver condições e estrutura para definir aquelas questões, haverá total abandono daquelas pessoas, principalmente do Estado de Roraima.

Solidarizo-me com a bancada de Roraima. A reunião de hoje foi muito bem presidida pela Deputada Maria Helena e contou com a presença do Ministro Miguel Rossetto e todos os Deputados da Região Norte.

Estamos cansados de promessas. Basta de sugestões e normas não cumpridas. Queremos dar condições àquela região de implementar um projeto de desenvolvimento. Não podemos simplesmente estabelecer normas e jogar ao léu o desenvolvimento, a exemplo do que está acontecendo no Estado de Roraima.

Espero que haja movimentos de solidariedade nesta Casa a toda a bancada do Norte, especialmente a de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PFL, por até 7 minutos.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acabo de chegar do Supremo Tribunal Federal, que tomou uma importante decisão nesta tarde. Por dez votos a zero, o STF considerou o decreto presidencial inconstitucional nos artigos que tratavam dos hospitais do Município do Rio de Janeiro.

O Relator, Ministro Joaquim Barbosa, na última hora, mudou seu voto. A decisão do Supremo Tribunal Federal, na tarde de hoje, foi muito importante, não apenas para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil. É importante que o Governo Federal volte a respeitar aquela Federação e principalmente a democracia no País. Que o grande mentor do Presidente Lula, Ministro José Dirceu, comece, a partir de hoje, a respeitar os entes da Federação.

O que ocorreu no Rio de Janeiro – não são palavras minhas, mas de todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal – foi um ato ilegal, inconstitucional e de intervenção. Ninguém conseguiu caracterizar a ação do Governo Federal no Rio de Janeiro com outras palavras. O Ministro Sepúlveda Pertence, no final, quando foi dar seu voto, já com matéria resolvida, disse que não gastaria velas com esse defunto. De fato, o decreto do Presidente Lula é um defunto que fez mal à democracia brasileira por 40 dias.

Espero que se acabe com a demagogia do Ministério da Saúde a partir de hoje. Que o Governo Federal faça investimentos necessários à rede federal de saúde não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, e que comece a investir – já que quer fazê-lo no Rio de Janeiro – nas regiões mais carentes do Estado, como na zona oeste da cidade, na Baixada Fluminense e no interior do Estado. Quarenta por cento da filas dos hospitais municipais são de moradores da Baixada e do interior. A Prefeitura nunca negou atendimento a morador nenhum.

O representante do Governo Federal, no hospital de campanha da Barra da Tijuca, conforme noticia a imprensa nacional, quis proibir a fila dos moradores de fora da cidade do Rio de Janeiro, porque disse que aquele hospital era para atender à população da Barra da Tijuca, do Recreio e de Jacarepaguá – como se essa fosse a população mais carente da cidade e do Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, Sr. Presidente, a partir de hoje vamos cobrar do Governo Federal os investimentos que o sistema de saúde do Rio de Janeiro e do Brasil precisam. Devemos cobrar do Sr. Ministro da Saúde ações em toda a rede de saúde pública brasileira, não apenas no Rio de Janeiro. Este Governo tem de parar de fazer teatro com a vida dos outros.

A Prefeitura do Rio de Janeiro tem um convênio assinado com o Governo Federal, que inclui as 4 unidades federais que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, ficarão com o próprio Governo. O convênio inclui ainda 24 unidades, no valor de 14 milhões e 600 mil reais por mês, que não aumentou desde 1999 – era essa a grande briga. Depois da intervenção, pararam de repassar a verba para a cidade do Rio de Janeiro.

O que está acontecendo, Sr. Presidente? O Governo Federal está financiando seu teatro, ou seja, a intervenção, que hoje foi suspensa pela Justiça, com recursos que são do Rio de Janeiro e que para ele devem ser repassados ao Município urgentemente.

Hoje é dia 20. O repasse teria que ter sido feito até o dia 5. Não adianta o Secretário Estadual de Saúde dizer que foi um problema nacional porque não foi. A Prefeitura de Recife recebeu os recursos no dia 4 de abril; o Governo do Estado de Pernambuco recebeu no dia 5 de abril; o Governo do Estado do Rio de Janeiro recebeu no dia 5 de abril e mais 36 milhões de reais no dia 16 de abril.

Isso é uma falta de respeito à democracia por parte do Governo Federal, que hoje recebeu sua primeira grande derrota durante o mandato do Presidente Lula.

O Ministro José Dirceu todos os dias divulga uma notinha nos meios de comunicação fazendo alguma ameaça à Prefeitura do Rio.

Venha, Ministro José Dirceu, e nós o venceremos novamente. V.Exa. não rege sua vida pela democracia, pelo pacto federativo, pelo respeito ao cidadão. Sua vida foi na clandestinidade. V.Exa. respeite o Prefeito César Maia, que foi exilado como V.Exa. Foi preso e torturado, mas não abriu a boca como fizeram alguns companheiros do PT. Respeite a cidade do Rio de Janeiro, respeite a democracia, respeite o Brasil.

O Supremo Tribunal Federal tomou a decisão correta, e não foi por seis a cinco, foi por dez a zero, com todos os Ministros dizendo que o Governo Federal tinha feito um decreto inconstitucional, que representava uma intervenção.

A partir de hoje, Sr. Presidente, também vou acompanhar diariamente as ações deste Governo na área de saúde. Vou acompanhar com mais atenção a vontade deste Governo de liquidar seus adversários políticos. Foi isso que o Ministro José Dirceu disse a todos, que iria liquidar o Prefeito César Maia. Hoje é o Prefeito César Maia, amanhã, certamente, o Governador de São Paulo ou – quem sabe? – o Governador de Minas Gerais, que também podem ser candidatos a Presidente da República, ou o Prefeito de São Paulo.

Por isso, a decisão do Supremo hoje foi de extrema importância. Quem puder, pegue a fita da *TV Justiça* e acompanhe o voto de cada um dos Ministros, inclusive dos que foram indicados pelo Presidente Lula.

Na próxima quinta-feira, o Ministro da Saúde estará na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Prepare-se, Ministro, porque V.Exa., na quinta-feira, vai ouvir todas as verdades que o PFL tem a dizer: onde estão as filas de espera de atendimento à saúde que levam à morte, como a do INCA; onde se espera 6 a 8 meses para fazer um tratamento de radioterapia, quando deveria levar, no máximo, 2 meses.

Então, Sr. Ministro, repito, prepare-se, porque todos vão cobrar sua atuação como Ministro da Saúde, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. E nós, do Rio de Janeiro, vamos cobrar de V.Exa. que ponha na Baixada Fluminense pelo menos as duas tendas que serviram de teatro na cidade do Rio de Janeiro. Certamente, o Ministro não sabe onde é a Baixada Fluminense, porque fez intervenção na área nobre do Rio de Janeiro, no Centro e na Zona Sul. Espero que, a partir de amanhã, V.Exa. utilize sua competência e capacidade, que até agora não apareceram, para investir na área de saúde das regiões mais pobres do Rio de Janeiro e do Brasil. V.Exa. precisa ir a Nova Iguaçu, onde o Prefeito do PT, Lindberg Farias, 2 dias depois dessa maldita intervenção no Rio de Janeiro, pediu que

o Governo requisitasse também o Hospital da Posse, que é municipalizado. O Prefeito afirmou, esta semana, que não terá recursos, a partir de setembro, para continuar mantendo o Hospital da Posse.

Que o Ministro da Saúde e, principalmente, seu chefe, o Ministro José Dirceu, de fato comecem a administrar este País. Não há uma proposta nova deste Governo; o que há, na verdade, é muita demagogia e um grande assistencialismo. As políticas sociais deste Governo não existem. O que existia do Governo anterior acabou, tudo virou assistencialismo com intenções eleitorais.

O Governo só pensa em eleição. O Ministro José Dirceu só fala em eleição e em trucidar seus adversários. Disse o Ministro aos repórteres que o entrevistaram: *"Nossa missão, agora, é liquidar de vez o Prefeito César Maia."* Não vão liquidar o Prefeito César Maia, nem o Governador Alckmin, nem o Governador Aécio Neves, nem o Prefeito Serra, porque a Oposição terá candidato contra este Governo, que prometeu muito.

O Governo prometeu 100% de aumento do salário mínimo, e até agora não deu 15%; prometeu 10 milhões de emprego, e o que conseguiu até agora, Sr. Presidente? Criar 5 mil cargos em comissão para atender a seus apadrinhados e, ainda por cima, retirando uma parte do seu salário para o PT, que eles administram.

Sr. Presidente, desculpe pela extensão do meu pronunciamento, mas acho que a tarde de hoje vai ficar na história do Brasil pela decisão enérgica e importante do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, pela Liderança da Minoria. S.Exa. dispõe de até 7 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tarde de hoje foi extremamente gratificante para aqueles que confiam na democracia brasileira, na independência dos Poderes e no Supremo Tribunal Federal como o grande fiador da Federação brasileira.

A expedição do famigerado decreto da intervenção disfarçada do Governo Federal no Rio de Janeiro foi considerada inconstitucionalíssima – foi exatamente esta a expressão que ouvi do Plenário do Supremo Tribunal Federal. O Sr. Ministro Velloso, citando o Ministro do Tribunal Federal de Recursos, disse que esse decreto era inconstitucionalíssimo.

O referido decreto usava a figura da requisição de bens, serviços e recursos do Município para, de fato, caracterizar uma intervenção. E o caso é de grande repercussão jurídica no País.

Não acompanhamos de perto a vida da democracia mexicana, mas o Prefeito da cidade do México está sendo objeto de uma série de ações na Justiça, com o objetivo de impedir a sua candidatura à Presidência da República daquele país.

Não trago o fato à tribuna tendenciosamente, inclusive porque o Prefeito do México tem identidade política com o Presidente Lula, não com o meu partido. Mas eleição não pode ser decidida por meio de manobra mesquinha, como era esse decreto do Presidente Lula. Mesquinha, porque usou a saúde do povo do Rio de Janeiro; mesquinha, porque tentou dar um *show* e porque usou a televisão de forma massiva, todos os dias, inclusive conseguindo fazer com que o Prefeito Cesar Maia perdesse temporariamente alguns pontos nas pesquisas de opinião. Temporariamente, porque S.Exa. vai reavê-los.

Sr. Presidente, essa decisão é do interesse de todos nós.

A propósito, na manhã de ontem, participei de reunião do Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana. Sabe V.Exa. o que se estava conversando ali, que proposta constava da pauta? Intervenção no Estado de São Paulo, sob a alegação de há maus-tratos aos jovens da FEBEM.

Na condição de representante da Minoria, exigi que fosse colocado um representante da Câmara dos Deputados na Comissão que analisaria a questão, e procurei o partido de V.Exa., companheiro do PSDB, que indicou o ex-Ministro Barelli para acompanhar essa tentativa de prejudicar a candidatura do Governador Alckmin.

Fiquei ao lado do Deputado Rodrigo Maia, dos assessores do partido e do Senador José Agripino, acompanhando a reunião no plenário do Supremo Tribunal Federal. E saí de lá orgulhoso. Eu, que admiro tanto esta Casa; eu, que em algumas oportunidades, até divergindo de companheiros do partido, defendi a independência do Judiciário e a boa remuneração dos juízes, para que eles não se curvem a ninguém, nem da área privada nem da área pública.

Hoje, Sr. Presidente, as oposições estão de alma lavada. Mas quem está de alma ainda mais lavada são todos os brasileiros que confiam na Constituição e que não aceitam que um governo, com inspiração nitidamente autoritária, tente usar um instrumento ilegal e inconstitucional, para prejudicar a candidatura de Cesar Maia.

Agora, quero ver como o Ministro da Saúde, que não caiu porque fez um *show* no Rio de Janeiro, vai enfrentar a administração dos hospitais federais na-

quele Estado. Aliás, os hospitais federais são um caos na cidade do Rio de Janeiro, são um caos na Baixada Fluminense, são um caos em Recife – cidade do Ministro Humberto Costa –, são, enfim, um caos em praticamente todo o Brasil. O SUS está falido.

Sr. Presidente, estou com a alma lavada, muito alegre e realizado por ver o Supremo Tribunal Federal dar uma resposta tão firme e tão inequívoca ao Presidente da República, dizendo: *"Lula, não tente manchar a Federação"*; *"Lula, não somos um Estado unitário, respeite a independência dos Estados"*; *"Não está previsto na Constituição brasileira que a União pode fazer intervenção em Municípios, e não há como se fazer intervenção no estado de normalidade em que vivemos"*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também apresentar uma questão de ordem, para que possamos avançar na nossa pauta. Não o fiz antes porque, como disse, estava no Supremo Tribunal Federal acompanhando a decisão dos Ministros. A questão de ordem que apresento é extensa e será entregue à Mesa. Mas quero explicar do que se trata.

A Constituição Federal, no seu art. 62, § 6º, e a Emenda nº 32, de 2001, dispõem sobre medidas provisórias e estabelecem que, decorrido o prazo de deliberação, não tendo sido votada a medida provisória, as deliberações legislativas da Casa têm a sua tramitação sobrestada. Ou seja, a pauta fica suspensa em razão da não-votação da medida provisória.

A tese que trago aqui, fundamentada pela Consultoria Jurídica do meu partido e da Liderança da Minoria, levanta a idéia de que não são deliberações legislativas decisões como a votação do processo de cassação do mandato do Deputado André Luiz. Esse processo, assim como a escolha dos 2 representantes do Poder Legislativo para o Tribunal de Contas da União, no nosso entendimento e no de alguns juristas, não é decisão legislativa.

O jurista Di Pietro afirma: *"Legislação é ato de produção jurídica primária, porque se funda única e diretamente no poder soberano do qual constitui o exercício direto e primário"*. No nosso entendimento, não se trata de decisão legislativa e, portanto, não justifica a obstrução da pauta, o que tem trazido grandes dificuldades para nós.

Além disso, Sr. Presidente, há a questão de ordem levantada há algum tempo pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá no sentido de que, se fôssemos tomar ao pé da letra o que está escrito no art. 62, teríamos de parar as decisões até nas Comissões. Como os trabalhos das Comissões não estão parados, conforme decisão de questão de ordem dirimida pela Mesa, entendemos que a Presidência pode, com relativa segurança, colocar em pauta tanto o processo de cassação do Deputado André Luiz quanto a indicação dos 2 representantes do Poder Legislativo para o Tribunal de Contas da União.

Vamos imaginar, por exemplo, que as regras vigentes para a tramitação das medidas provisórias estivessem em vigor à época da votação do processo de afastamento do ex-Presidente Collor. Se entendêssemos que era decisão legislativa o decreto que afastaria o Presidente Collor, este poderia precaver-se editando em quantidade ilimitada medidas provisórias e orientando sua base para obstruir os trabalhos. Assim, nunca seria afastado.

Não podemos nos prender a esta preciosidade. No caso do Senado Federal, não há por que não deliberar a indicação de um Embaixador ou de um membro de Agência Reguladora, porque essas não são decisões legislativas.

Portanto, passo às mãos de V.Exa., para encaminhar à Mesa, esta questão de ordem que, entendo, vai ajudar a resolver a grande angústia de todos, que é a de não se poder votar praticamente nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Nobre Deputado José Carlos Aleluia, esta Presidência recebe e acata a sua questão de ordem e, posteriormente, dará uma resposta a V.Exa.

O SR. JOSUÉ BENGTSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o primeiro tratado internacional destinado a reduzir o tabagismo entrou em vigor em fevereiro deste ano, com o apoio da Organização Mundial da Saúde – OMS. Devemos, pois, aplaudir o importante reforço que a iniciativa da OMS proporciona à luta contra um mal que é responsável pela morte de 5 milhões de pessoas ao ano em todo o mundo.

Trata-se de assunto que acompanho com o maior interesse, pois sempre lutei contra o tabagismo e já fiz muitos pronunciamentos nesta Casa manifestando minha preocupação em relação aos danos à saúde e aos demais prejuízos provocados pelo fumo.

Os fumantes costumam subestimar os riscos a que estão expostos por conta do vício do cigarro. No entanto, se nada for feito para deter o consumo, o número de mortos em conseqüência do cigarro irá dobrar nos próximos 25 anos.

O tratado internacional contra o tabagismo surge, então, apontando caminhos e soluções para mudar o atual quadro.

Em 1999, os países-membros da OMS se reuniram e propuseram a negociação do tratado, a qual se estendeu até 2003. Somente depois de transcorridos 3 anos de difícil processo de negociações e vencidas as fortes pressões dos fabricantes de cigarros, foi, finalmente, adotado esse tratado, por decisão unânime dos 192 membros da OMS, em maio de 2003.

O Brasil, eleito pelos membros da OMS para a liderança do processo negociador, deu cumprimento à missão. Além disso, foi um dos primeiros a assinar o tratado em 2003, mas ainda não o ratificou.

Para entrar em vigor, o tratado exigia a assinatura e posterior ratificação de pelo menos 40 países, o que ocorreu em novembro do ano passado – o Peru foi o 40º país a ratificá-lo. Depois disso, observou-se um prazo de 90 dias para entrada em vigor do tratado. Assim, sua vigência teve início no dia 27 de fevereiro deste ano, contando, então, com a ratificação de 57 dos 192 membros da OMS. E esse foi um dos tratados mais rapidamente ratificados na história das Nações Unidas.

Para o Brasil ratificá-lo, porém, é necessária a aprovação do Congresso Nacional. O projeto foi aprovado na Câmara e encaminhado para o Senado em caráter de urgência, mas lá o caráter de urgência foi retirado do projeto, que tramita no Senado desde 21 de maio de 2004. Evidentemente, a indústria do tabaco está fazendo pressão para que o acordo não seja aprovado.

O Instituto Nacional do Câncer – INCA, órgão do Ministério da Saúde responsável pelo Programa de Controle ao Tabagismo e que acompanha atentamente a tramitação do projeto, acusa a indústria do cigarro de fazer pressão sobre Senadores para que não seja aprovada a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

A convenção proíbe completamente a publicidade do tabaco e prevê o aumento do preço do produto e dos impostos, assim como mensagens de advertência sobre seus efeitos nocivos para a saúde e medidas de proteção contra o fumo passivo. O tratado pede ainda a implantação de medidas legais para proibir o fumo em locais públicos e de trabalho.

Cerca de 90% da produção de tabaco no Brasil é feita por pequenos agricultores. Concentra-se no Sul do País a maior parte do cultivo. O Brasil é o segundo produtor de tabaco e primeiro exportador do mundo, e os fumicultores dizem temer a perda de empregos no setor.

Na verdade, o tratado prevê também a busca de alternativas economicamente viáveis para eles, e a não-ratificação do tratado no Brasil é que será prejudicial para os fumicultores.

Importa, principalmente, atentar para a extensão dos males decorrentes do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. Além do grande número de mortes, o tabaco causa prejuízos de mais de 200 bilhões de dólares ao ano no mundo. Não se pode ignorar a amplitude e a gravidade das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e culturais do tabagismo.

É preciso, com efeito, tomar providências urgentes para proteger as gerações presentes e futuras, dedicando especial atenção à saúde pública.

Reitero, por fim, as merecidas congratulações à OMS pelo empenho a favor das medidas para controle do uso do tabaco. Nesse sentido, aguarda-se com grande expectativa a decisão do Senado Federal, para que seja, finalmente, ratificado pelo Brasil o tratado internacional contra o tabagismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como faço parte da CPMI da Terra, aproveito a oportunidade para fazer outro registro.

Foi muito comentada nesta Casa e na imprensa brasileira a morte da Irmã Dorothy Stang, ocorrida no Estado do Pará. Na ocasião, houve a mobilização do Exército e da Polícia Federal, numa força-tarefa inédita, e até a utilização de helicópteros naquela região para resolução do crime. E, como resultado disso, os autores do crime já estão presos.

Pois bem, Sr. Presidente. Sexta-feira passada, 80 sem-terra, encapuzados, mataram o administrador de uma fazenda, um pai de família, no Município de Ipixuna, no Pará, e agrediram outras pessoas. Nem a Polícia Federal, nem o Exército, porém, foram àquele Município. Pergunto: Será que um estrangeiro que vive no Brasil vale mais do que um brasileiro que vive aqui?

O jornal *O Liberal*, em sua edição de ontem, mostrou a prisão de 22 sem-terra armados, no Município de Parauapebas, onde se preparavam para uma invasão. No Brasil, estamos vendo um grupo que se levanta à revelia da lei, sem que nada aconteça.

Precisamos manter a lei e a ordem em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lins, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS, por 3 minutos.

O SR. ÁTILA LINS (PPS – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *A Crítica*, de Manaus, completou ontem, dia 19 de abril, 56 anos de fundação.

O jornal do Estado do Amazonas já ganhou prestígio em todo o País e até no exterior. Está sempre preocupado com o bem-estar da população amazonense, com a justiça social e justifica sua missão, traduzida no *slogan* "De mãos dadas com o povo".

A Crítica continua mantendo bem viva a crença da família Calderaro, que é amar o próximo. Trata-se de empresa genuinamente familiar, que prepara seus herdeiros dentro da redação.

O jornal está sob o comando de Rita Araújo Calderaro, que, com muita competência, substitui seu esposo, já falecido, Umberto Calderaro Filho, e da Vice-Presidenta da organização, Teresa Cristina Calderaro Correa.

Competente grupo de diretores e funcionários contribui para elevar a cada dia a apresentação de um jornalismo sério e compromissado com a sociedade amazonense.

O jornal acrescenta novos equipamentos de ponta na área de informática, impressão, fotografia digital e redação, que receberá avançado processo de edição. Assim, os jornalistas irão desempenhar suas atividades com mais agilidade.

Apresento, desta tribuna, meus sinceros cumprimentos a todos os que ajudam a colocar na rua o jornal mais importante do Amazonas e da região amazônica: *A Crítica*.

Espero que esse matutino continue a desempenhar papel extremamente importante na vanguarda dos interesses maiores do nosso Estado e da nossa região.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Madeira, que falará pelo PSDB. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos juntar nossa voz à dos Líderes da Minoria e do PFL e parabenizar o Supremo Tribunal Federal pela decisão tomada. O Brasil, graças a Deus, é uma democracia onde funcionam os Poderes. O Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, derruba por unanimidade ato do Governo Lula.

Esperava-se que o Presidente da República, a despeito de toda a história do PT e de sua luta como sindicalista, respeitasse mais a lei, o povo brasileiro e a democracia, mas a cada momento toma atitudes que demonstram seu vezo autoritário.

Mais um exemplo disso é a matéria divulgada no jornal **O Estado de S. Paulo,** que diz:

> "Em 30 de dezembro, um dia antes de petista deixar cargo, Ministério antecipou repasses de R$70 milhões do SUS relativos a janeiro.
>
> A administração da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) recebeu antecipadamente, em dezembro de 2004, R$70 milhões em verbas federais relativas a repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), dinheiro que só deveria ser liberado em janeiro. A antecipação de receita foi fundamental para que a ex-prefeita fechasse o balanço de 2004 com um resultado financeiro mais favorável (...)".

Pergunto: se a Prefeita tivesse ganhado a eleição, o Governo teria antecipado esses recursos? Claro que não! O dinheiro chegaria no mês de janeiro. Antecipou porque quem ganhou foi um adversário, o ex-Ministro José Serra.

Se, de um lado, o Governo toma essas atitudes autoritárias para punir os adversários e privilegiar os aliados, por outro, quem interviria no Governo Federal em casos dramáticos de calamidade?

Cito como exemplo o caso da BR-316, a Pará – Maranhão, que liga a Região Nordeste ao Pará. No trecho entre Zé Doca e Araguanã, de mais de 200 quilômetros, a velocidade de um carro é menor do que a de uma pessoa que anda a pé.

Estivemos reunidos com o Governador do Maranhão, com toda a bancada e com o Ministro, por várias vezes – S.Exa. prometeu ir até lá, mas não foi. E também não chegaram os recursos.

Quem interviria neste Governo, que não faz o que deveria fazer e faz o que não deveria fazer?

Felizmente, estamos numa democracia. Só quem vai intervir é o povo brasileiro, nas eleições do próximo ano, conforme começam a demonstrar as pesquisas. Segundo elas, o imenso cabedal de esperanças depositado no Presidente Lula está caindo por terra. As pessoas começam a abrir os olhos. Só agüentarão mesmo este único mandato do PT. É o que também esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Ana Alencar, que falará em nome do PSDB.

A SRA. ANA ALENCAR (PSDB – TO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, 19 de abril, o Brasil comemorou mais um Dia do Índio. Mas comemorou o quê?

Quando criança, era dia de festa. Ironicamente para nós, de outras raças – brancos, negros –, menos para os índios. No entanto, estávamos comemorando o Dia do Índio. Era festa, vestíamos saias de penas, usávamos cocar, pintávamos a cara. Eu não entendia, porque era criança.

Hoje sei que era para nos lembrar – às crianças e à comunidade em geral – que diferente raça das nossas estava entrando em extinção: a indígena.

Ainda no último fim de semana, tivemos o dissabor de ver registrada a morte, por desnutrição, de mais uma criança índia. Ou será, melhor dizer, mais uma criança índia e indigente? Somando-se a outras 18 mortes, todas decorrentes de moléstias relacionadas à desnutrição.

Hoje sei, nobres Parlamentares, que se fala tanto em reserva indígena, como se assim os isolasse, se imaginasse uma redoma de vidro na sua grande reserva, e os mantivesse num total isolamento de tudo que é ruim. Ali, o movimento não precisaria ser provido, porque eles viveriam talvez de uma luz; não precisaria se preocupar também com doenças venéreas nem com o alcoolismo, nem com doenças infecto-contagiosas, porque essa redoma, chamada reserva indígena, os protegeria de tudo isso.

Mas, como disseram dias atrás, não temos com que nos preocupar, Deputado Sebastião Madeira, pois a morte de crianças indígenas está dentro da média histórica. Que ironia, não?

Falamos em avanço científico, em células-tronco, etc. mas em relação às crianças indígenas a sensibilidade ficou presa àquela redoma de vidro, também chamada reserva.

Mas pergunto-lhes: e se fosse um dos nossos filhos, estaríamos nessa fria dessensibilidade, falando que está dentro da média histórica? Com certeza, não.

Definitivamente não sou pessimista. Foi a certeza de ser instrumento de Deus, de ter o objetivo de melhorar as condições de vida dos nossos concidadãos que um dia me animei a ingressar na vida pública. E, com essa convicção, vou lutar e buscar junto aos meus pares, Parlamentares, tão convictos ou mais do que eu, que no Brasil não mais veremos mortes de crianças, indígenas ou não, por subnutrição.

As políticas públicas devem obedecer hierarquicamente às demandas sociais, Sr. Presidente, caracterizando-as como urgentes urgentíssimas ou de calamidade pública, como é o caso das mortes de crianças indígenas.

Registro certo descaso quando a revista *Veja* faz relato geral sobre a situação das tribos que vivem isoladas no interior da Amazônia. Algumas, na iminência de extinção.

Dieta precária e insuficiente, e a incidência de moléstias tropicais são agravantes estruturais na precariedade da vida desses índios, inexplicavelmente inalcançados pela ação do Governo. Talvez ainda não tenham encontrado a redoma de vidro chamada reserva indígena.

Comemorar o Dia do Índio, Srs. Parlamentares? Comemorar o quê? Pergunto a V.Exas.: há alguma coisa para comemorar?

Proponho ao Governo comemorarmos o Dia do Índio, em 2006, com uma meta: a real superação de grande parte dos problemas que os afetam hoje, e não fazer apenas filosofia barata de comemorar um dia que nada significa.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorizar a divulgação de meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Bez, que falará em nome do PMDB. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para dar continuidade ao nosso pronunciamento feito no Grande Expediente do último dia 8, quando retornei a esta Casa.

Agradeço novamente aos nossos amigos Deputados, colegas de trabalho do dia-a-dia, e aos funcionários desta Casa a calorosa recepção em Brasília, em especial na Câmara dos Deputados.

Exerço meu quarto mandato consecutivo: 1 de Deputado Estadual, 3 de Deputado Federal. No último, fui reeleito com 102.563 votos. Logo após minha posse, aceitei o convite do amigo Luiz Henrique da Silveira, Governador do Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Infra-Estrutura. Com muito orgulho e imensa honra, cumpri praticamente em 2 anos e 3 meses as metas e diretrizes estabelecidas para 4 anos, por um dos maiores homens públicos do País.

Fiquei afastado 758 dias do Congresso Nacional. Trabalhei ao lado de bons colegas, secretários setoriais e regionais, presidentes de instituições, como CASAN e CELESC.

Quero agradecer o apoio a todos os integrantes do nosso Governo, comandado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira e pelo Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira.

Ao fazer da atual administração uma das melhores de toda a história catarinense, o Governador Luiz Henrique inovou ao implantar novo sistema de governo descentralizado – mais próximo do povo catarinense, de sua comunidade, por meio das nossas 30 Secretarias Regionais –, dando prioridade às reivindicações de sua região, por intermédio dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, compostos por representantes das 30 regiões instaladas, tais como: Prefeitos; Presidentes

de Câmaras Municipais, independentemente de tendências co-partidárias; lideranças diversas, a exemplo de padres, bispos, CDL, associações comerciais e industriais, universidades e inúmeros outros segmentos, dependendo da característica de cada região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no cumprimento das metas do Governo de Santa Catarina, enquanto o Governador tinha como plano pavimentar 500 quilômetros de estradas no Estado, pavimentamos quase 600 quilômetros, em 2 anos e 2 meses. Entregamos a Secretaria com 740 quilômetros de pavimentação asfáltica e deixamos mais 340 quilômetros em pavimentação e reabilitação. Deveremos chegar a 1.050 quilômetros até o final do mandato. Também assinamos convênios com 160 Prefeituras, atendendo à reivindicação passada pelas Secretarias-Gerais; construímos mais de 500 abrigos de passageiros; inauguramos o aeroporto de Curitibanos; iniciamos a construção do aeroporto de Correia Pinto e do regional de Jaguaruna; implementamos o balizamento e a iluminação do aeroporto de São Miguel d'Oeste; deixamos em andamento projetos para rodovias e ferrovias.

Voltaremos muitas vezes à tribuna para falar desse assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de encerrar, prestamos homenagem ao grande amigo de mais de 20 anos, Luiz Henrique da Silveira, liderança incontestável, culta, de caráter inabalável, homem de palavra, que esnoba credibilidade e que esta Casa conhece muito bem. S.Exa. foi Deputado Federal por 5 Legislaturas, Líder do PMDB, Presidente Nacional do PMDB, Ministro de Estado, entre tantas outras funções importantes. Em Santa Catarina, foi Deputado Estadual; exerceu por 3 vezes o mandato de Prefeito do maior Município, Joinville; foi Presidente Estadual do PMDB; e atualmente exerce o cargo de Governador do Estado.

Reitero que, no Governo de Santa Catarina, fizemos nossa parte. Em Brasília, não mediremos esforços para também fazer o que nos cabe. Colocamo-nos à disposição de todos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ZARATTINI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZARATTINI (PT – SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha questão de ordem diz respeito às expressões usadas pelo Líder do PFL em referência não só a integrantes do Partido dos Trabalhadores, mas também ao Ministro José Dirceu, Deputado Federal licenciado. Foram proferidas palavras desairosas que afrontam o decoro parlamentar.

No caso do Ministro José Dirceu, o Deputado Rodrigo Maia se atreveu a fazer referências à sua vida privada. Não podemos concordar com isso. Em relação ao Partido dos Trabalhadores, S.Exa. foi infeliz porque, na época das torturas militares, ele ainda não existia. Inúmeros presos políticos depois vieram a integrá-lo. Muitos colegas desta Casa foram torturados durante a ditadura militar. Não há desabono ao comportamento deles durante o período de exceção, como genericamente expressou o Líder do PFL.

Solicito à Mesa que acolha a minha questão de ordem e providencie a retirada das notas taquigráficas das expressões usadas pelo Deputado Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Deputado Zarattini, esta Presidência recebe a questão de ordem de V.Exa. para posterior decisão.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Almir Sá, pelo Bloco PL/PSL.

O SR. ALMIR SÁ (Bloco/PL – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Boa Vista faltam 5 minutos para as 18h. Por meio de contato telefônico, soubemos que cerca de 30 mil pessoas estão no centro da cidade. Provavelmente, até as 20h mais de 50 mil ali estarão para repudiar o covarde ato do Presidente da República de demarcação da área Raposa Serra do Sol. Aproveito para informar ao Plenário que também foi publicada a ampliação da Reserva de Malacacheta, próxima à Capital roraimense.

Não sabemos aonde o Governo quer chegar. Talvez queira acabar com Roraima, pois não apresenta, de forma clara, projeto de viabilidade econômica para o Estado. É um absurdo! Rompe-se o pacto federativo, não se respeitam Estado, Governador, Assembléia Legislativa, bancada de Deputados Federais e de Senadores da República. Simplesmente, por decreto, na calada da noite, ao chegar de Roma, o Presidente da República demarca a reserva Raposa Serra do Sol.

Para que as pessoas entendam o que estou dizendo, informo que Roraima possui 230 mil quilômetros quadrados. É maior do que São Paulo. Restam para o Estado apenas 5% do seu território, pertencentes à União, que não regulamenta essas terras, não as titula, não permite que Roraima se desenvolva e produza em escala empresarial. Nem os pequenos produtores da economia familiar – até 100 hectares – conseguem seu título.

O INCRA não tem condições de atender à demanda das áreas de economia familiar. Os pequenos produtores estão abandonando as vicinais – 70% delas

já estão abandonadas. As pessoas estão na periferia da cidade, formando um bolsão de miséria. E o Presidente Lula, que recebeu quase 80% dos votos do Estado, ao chegar do exterior pratica ato idêntico ao praticado por Fernando Collor de Mello, que também recebeu o mesmo percentual. Collor demarcou 9 milhões de hectares de terra. Lula demarca mais de 1 milhão e 700 mil hectares, levando reservas às bordas da Capital. E nós, indefesos, vamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Oxalá consigamos um resultado parecido com o que conseguiu o Rio de Janeiro.

Diga-se de passagem que um juiz de Boa Vista já havia concedido liminar suspendendo a demarcação da área de Raposa Serra do Sol. A Ministra do Tribunal Regional Federal, Selene Maria de Almeida, também já havia confirmado a liminar, além do Supremo Tribunal Federal, quando o Governo argüiu a questão e, de forma rápida, sorrateira, como ave de rapina, demarcou a reserva Raposa Serra do Sol com muitas falhas, que já detectamos. Vamos tomar iniciativas a esse respeito.

Vinte e sete pessoas deveriam consolidar o laudo antropológico para configurar a Reserva Raposa Serra do Sol. Apenas uma o assinou. As outras 26 nem sequer sabem que fazem parte da comissão. Vejam os senhores os erros que o Governo comete. Com base nesse relatório eivado de vícios, foi feita a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

Não tenham dúvidas de que, se neste País há justiça, como houve no Rio de Janeiro, haverá de ser feita também em Roraima, onde só restam 5% das terras do Estado – não temos documentos acerca desse percentual.

Sr. Presidente, na tarde de hoje, o Ministro Miguel Rossetto não sabia como justificar-se, não tinha rédeas para resolver a questão da Amazônia, quiçá as de Roraima.

Lamentavelmente, a bancada roraimense, que está aqui até hoje, apoiou o Governo em 100%, inclusive no Senado Federal. Mesmo assim não tivemos o respeito do Presidente da República, que havia assumido conosco o compromisso de não demarcar a Reserva Raposa Serra do Sol antes de comunicar à bancada e ao Governo Estadual. Como pode um Presidente que não honra a palavra administrar o País? Fico preocupado com os destinos da Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WASNY DE ROURE (PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero lamentar profundamente – inclusive o Deputado Zarattini já se pronunciou a respeito – a maneira desairosa, desrespeitosa com que o Líder do PFL se manifestou com relação ao Ministro José Dirceu.

Sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, quero dizer que decisão judicial qualquer instância de Poder deve respeitar e cumprir.

Não há dúvida de que o Governo Federal recorreu quanto ao problema no Rio de Janeiro porque a Prefeitura não teve a disposição de fazê-lo. Tanto é verdade que na audiência com o Ministro da Saúde estava presente o Líder do PFL, que argüiu e fez sua discussão.

Sr. Presidente, o grande debate não é a vida particular do Ministro José Dirceu. Não entendo que o plenário desta Casa seja o espaço e a oportunidade para discutir tema dessa natureza. Na próxima semana, teremos a oportunidade de debater a questão da saúde no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, quero ainda fazer alguns breves registros.

Quero cumprimentar a Mesa Diretora do Senado, que acolheu o relatório feito naquela Casa sobre o reajuste de 15% no salário dos servidores da Câmara dos Deputados.

Sou um Parlamentar que fez aqui várias críticas e observações sobre essa questão. Não poderia deixar de registrar meu reconhecimento, a despeito da demora. Apenas lamento que o mesmo reajuste salarial para os servidores do Tribunal de Contas da União tenha sido postergado para a próxima semana.

Creio que a representação dos servidores e os Senadores, que estão comprometidos com essa questão, devem ter uma atitude firme no sentido de estender o reajuste de 15% aos servidores do Tribunal de Contas da União.

O último registro, Sr. Presidente, é para lamentar porque uma Casa como a Câmara, como o Senado, cujos respectivos Presidentes, Deputado Severino Cavalcanti e Renan Calheiros, encaminharam os projetos de reajuste salarial desde o final do ano passado, agora ser divulgado que o Presidente Lula vai vetar.

Creio que o Presidente Lula pode ter vários defeitos. No entanto, tem uma história de compromisso com o servidor público, com as decisões desta Casa e com as direções tanto do Senado Federal quanto da Câmara dos Deputados. S.Exa. não vai interferir nas decisões tomadas por esta Casa.

Sr. Presidente, não estou aqui para trazer recado da Presidência da República, nem da Casa Civil, nem de ninguém. Estou aqui para ressaltar a história de compromisso do Presidente Lula com a autonomia dos Poderes e com os trabalhadores.

Reafirmo esse compromisso com a decisão de se dar o reajuste de 15%. Só lamento que tenha demorado tanto.

Muito obrigado.

O Sr. Natan Donadon, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Natan Donadon, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. NATAN DONADON (PMDB – RO. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, participei de viagem de Parlamentares à Amazônia, sob a coordenação da Assessoria Parlamentar do Exército Brasileiro.

Enfatizo alguns pontos dessa viagem.

As atividades em Manaus tiveram início com a palestra proferida pelo General Comandante Militar da Amazônia, que teve por objetivo apresentar aos Parlamentares os principais problemas da região amazônica, as estratégias de defesa adotadas e como está estruturado aquele comando militar de área para cumprir sua missão.

O Comando Militar da Amazônia é o grande comando do Exército Brasileiro responsável por toda a região amazônica. E engloba organizações militares de todas as Armas e todos os serviços, participando do processo de consolidação da defesa do território nacional, haja vista guarnecer mais de 11 mil quilômetros de fronteiras com 7 países sul-americanos, fator que impõe ao Comando Militar da Amazônia constante preocupação com o adestramento de seu contingente.

O Comando Militar da Amazônia é, na região amazônica, o mais importante vetor de colonização e ocupação dos grandes espaços e vazios demográficos ainda existentes. Cumprindo seu papel social, coopera na modernização e no progresso de todas as comunidades da área, não só com componente militar, mas também na saúde, educação, pesquisa científica e muitos outros campos, além de prestar ajuda às populações indígenas ribeirinhas, principalmente por meio de atendimento médico nos hospitais militares. É também importante coadjuvante no Projeto Calha Norte de revitalização e vivificação da fronteira e desfruta de excelentes relações com as Forças Armadas dos países lindeiros.

No mesmo dia, houve um sobrevôo na cidade de Manaus em helicóptero do 4º Esquadrão de Aviação do Exército. Essa unidade militar presta apoio aéreo às operações do Exército na região amazônica e possui aeronaves do tipo Esquilo, Pantera, Black Hawk e Cougar.

Ato continuo, os Parlamentares visitaram o Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS. Localizado em Manaus, esse centro de instrução forma os guerreiros de selva, que, depois do término do curso, são distribuídos por várias unidades militares da região amazônica, onde têm a oportunidade de disseminar as técnicas aprendidas. Seu currículo inclui técnicas de deslocamento na selva, obtenção de alimentos, conhecimentos sobre animais peçonhentos, proteção na selva, conservação da saúde e primeiros socorros. Ressalte-se o fato de que o Centro de Instrução de Guerra na Selva é reconhecido internacionalmente como escola de excelência em guerra na selva.

No segundo dia, visitamos o Comando Fronteiro do Rio Negro e o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, que têm a missão de assegurar a soberania nacional e contribuir para o desenvolvimento nacional. A vigilância da fronteira é executada pelo Batalhão por intermédio dos seus pelotões de fronteira. A tropa do Batalhão de Selva formou em atenção às autoridades. Na ocasião, soldados de várias etnias indígenas apresentaram-se em suas línguas nativas.

Após a formatura, houve uma palestra do General Comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, unidade transferida recentemente de Niterói para São Gabriel da Cachoeira. Logo a seguir, houve uma exposição, onde foram apresentados materiais e técnicas regionais.

Ainda na mesma cidade, visitamos o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira. Nesse hospital, a comitiva pôde verificar os trabalhos realizados em prol não só da comunidade militar, mas também da comunidade em geral, pois o Hospital do Exército é o único naquela região.

Uma das visitas mais marcantes foi ao 5º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Maturacá, próximo ao Pico da Neblina e da fronteira com a Venezuela. O pelotão, além das missões de vigilância da faixa de fronteira, presta apoio às comunidades ianomâmis, que vivem em harmonia próximo das suas instalações.

No terceiro e último dia da viagem, visitamos o Comando de Fronteira Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva, situado em Tabatinga, no Amazonas. Localizado a aproximadamente 3.500 quilômetros de São Paulo, esse batalhão também possui a missão de assegurar a soberania nacional e contribuir para o desenvolvimento nacional, em sua área de responsabilidade.

Na ocasião da visita e da formatura, soldados, civis e crianças do Programa Segundo Tempo, desenvolvido pelo Ministério dos Esportes, desfilaram em atenção às autoridades. Após a formatura, houve uma visita à exposição de técnicas operacionais, materiais e frutas da região.

A comitiva também visitou o Centro de Treinamento Profissional do Solimões, que, por intermédio de cursos de preparação para o trabalho, oferece mecanismos para a comunidade aumentar a renda familiar.

O centro é administrado por intermédio de parceria entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Amazonas e o Exército Brasileiro. Lá são ministrados, entre outros, cursos de digitação, informática, marcenaria, serigrafia, música, entalhe em madeira e técnica de enfermagem.

Os Parlamentares assistiram à apresentação das crianças do Programa Segundo Tempo e dos alunos de música do CTP.

A exemplo do que fez em São Gabriel da Cachoeira, a comitiva visitou o Hospital de Tabatinga, onde pôde verificar os trabalhos realizados em prol da comunidade militar.

Outro ponto de destaque marcado na memória de todos os integrantes da comitiva foi a visita ao 4º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Estirão do Equador, às margens do Rio Javari, na fronteira com o Peru.

Além das missões de vigilância, o pelotão também dá apoio às comunidades ribeirinhas que vivem na região. Nesse aspecto, destaca-se o apoio escolar às crianças, prestado por intermédio de parceria entre o Governo do Amazonas e o Exército.

Após essa jornada, no final da viagem, o semblante dos Parlamentares externava satisfação e orgulho pelos conhecimentos auferidos sobre a Amazônia e as ações que o Exército Brasileiro desenvolve na região. Assim, todos de forma uníssona, gritaram: *“Selva!”*.

Sr. Presidente, fiquei contente em conhecer o trabalho realizado pelo Exército Brasileiro nas fronteiras do País.

Parabéns ao Exército Brasileiro, ao Comando Militar da Amazônia e a todos os soldados e batalhões que cooperam, defendem e cuidam das fronteiras brasileiras!

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO ESTEVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HÉLIO ESTEVES (PT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento trata de assunto de relevante importância para o meu Estado, o Amapá, que vive na iminência de um racionamento de energia. Há muito tempo não convivemos mais com tal situação. No ano de 2001, fizemos um planejamento integrado entre a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e a ELETRONORTE. Naquele ano, enquanto o resto do País amargava os riscos de apagão – lembro, com muita honra, que naquela época era o Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá –, lutamos e conseguimos evitar o racionamento de energia no Estado. Hoje, entretanto, o racionamento está na iminência de ocorrer.

Estivemos nesses dias na ELETRONORTE para conhecer melhor a realidade e verificar a necessidade de investimentos e, ao mesmo tempo, cobrar uma posição sobre este problema. O entendimento é que, por lei, a ELETRONORTE não tem obrigação de adquirir máquinas. Trata-se de impedimento de ordem legal. Por outro lado, a Companhia de Eletricidade do Amapá também não dispõe de capacidade financeira para realizar investimento de tal monta, a fim de adquirir, em 3 anos, 90 megawatts de energia, suficientes para evitar o racionamento. Só no corrente ano, até setembro, há a necessidade de suprimento de 40 megawatts. Caso não haja investimentos em obras e ocorrendo a baixa hidraulicidade (diminuição do volume das águas) do Rio Araguari e, conseqüentemente, diminuição da geração da Hidroelétrica Coaracy Nunes, o racionamento acontecerá, e a população pagará um alto preço social e econômico, como nunca visto na história do nosso Amapá.

Para que seja abreviada a solução, faz-se necessária, infelizmente, a alocação de geração. Em princípio, essa alocação seria de 40 megawatts, num valor de 18 milhões de reais, apenas para alocações neste ano de 2005. Para o ano de 2006, mais 49 milhões e, em 2007, mais 40,5 milhões de reais para investimento na área de geração de energia elétrica no Estado.

Diante desse grave e inadiável problema, instalado o impasse, e das dificuldades da ELETRONORTE foi que reivindicamos o apoio para uma imediata solução do Governo Federal, junto ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sugerindo a inscrição da obra no conhecido PPA, para que o Estado do Amapá não venha a amargar o dissabor de novo racionamento. Isso seria muito desgastante para nós, Parlamentares da base de apoio e representantes da população amapaense nesta Casa. Então, fazem-se necessárias as realizações de ações concretas e imediatas.

Nesse sentido, a ELETRONORTE possui um plano de ação em andamento e está cumprindo sua parte, fazendo, o que supomos, além da sua obrigação. Precisamos do apoio dos Ministérios de Minas e

Energia e da Fazenda, por meio do Ministro Antonio Palocci, no sentido de que haja alocação desses 18 milhões de reais este ano, a fim de que no próximo possamos ter uma solução mais concreta.

Entretanto, a solução definitiva seria levar o chamado linhão da Hidrelétrica de Tucuruí do Município de Altamira, no Pará, até o Estado do Amapá. Para isso, seriam necessários investimentos de maior monta. Estimando-se que num prazo de 3 anos o investimento se paga, retornariam em forma de custo evitado com combustível, isso em virtude do grande gasto com óleo diesel, hoje existente no Estado, para gerar energia elétrica.

Hoje, infelizmente, a base de geração de energia do Estado do Amapá deixou de ser hidráulica para ser térmica, portanto, consumindo bastante óleo diesel para o funcionamento das máquinas da ELETRONORTE.

Sr. Presidente, este o apelo que fazemos ao Governo Federal, de forma geral, aos representantes dos Ministérios de Minas e Energia, Fazenda e Planejamento, para que socorram a ELETRONORTE e a CEA, a fim de que a população amapaense não venha a amargar com o racionamento, que ocorrerá ainda este verão, a partir do mês de setembro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Nascimento, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Natan Donadan, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. VIEIRA REIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. VIEIRA REIS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao nobre colega Gilberto Nascimento, que com sua benevolência me concedeu seu horário.

Sr. Presidente, considerando que a integração do Continente americano passa necessariamente pela integração dos Parlamentos nacionais, pode-se observar que a atuação parlamentar brasileira nas discussões multilaterais está cada vez mais servindo de exemplo aos vários países das Américas.

Isso ficou evidenciado na recente viagem realizada por um grupo de 14 Parlamentares – Do qual fui integrante –, que participou, em missão oficial, da sessão extraordinária da Confederação Parlamentar das Américas – COPA, realizada em Havana, Capital de Cuba, nos dias 5 e 6 de março.

A Confederação é uma entidade multilateral que reúne os congressos nacionais, as entidades interparlamentares e as Assembléias Legislativas dos Estados Federados das Américas. Fundada em 1997, essa entidade reúne hoje todos os 35 congressos nacionais do Continente, o que a torna a única entidade pan-americana em que têm assento tanto os Estados Unidos quanto Cuba.

Na reunião de Havana, da qual participaram 40 parlamentares de 6 países das Américas – Argentina, Brasil, Canadá, Cuba, El Salvador e México –, o Comitê Executivo da Confederação aprovou duas resoluções: uma em apoio ao povo cubano e contra o bloqueio comercial dos Estados Unidos àquele país, outra de solidariedade à Senadora Ingrid Bittencourt e à sua assessora Clara Rojas, seqüestradas pelas FARC há 3 anos na Colômbia.

Durante o encontro, a Presidente da COPA, a Deputada brasileira Maninha, do PT do Distrito Federal, apresentou um relatório sobre a missão político-humanitária no Haiti, bem como da participação da entidade na Conferência Parlamentar sobre a Organização Mundial do Comércio, ações ambas desenvolvidas no final de 2004.

Ademais, a reunião extraordinária em Cuba logrou fixar os elementos fundamentais à organização da VI Assembléia Geral da COPA e deliberar sobre importantes questões administrativas, traduzindo-se em oportunidade ímpar de entendimentos entre seus membros, no sentido de consolidar a idéia essencial de que o avanço institucional depende do trabalho em equipe, da ampliação do exercício da democracia e da transparência nas decisões.

Assim, inegavelmente, a sessão conseguiu espelhar a força simbólica da integração e da aceitação, ao realçar a necessária reflexão exposta no art. 2º do Estatuto da Confederação de que o objetivo da entidade é a *"edificação de uma comunidade das Américas fundamentada no respeito da dignidade e dos direitos humanos, na paz, na democracia, na solidariedade entre os povos, na justiça social e na eqüidade entre gêneros"*.

Aproveito o ensejo para comunicar que a VI Assembléia Geral da COPA será realizada aqui no Brasil, em Foz do Iguaçu, de 7 a 11 de maio próximo. Parlamentares de todos os países americanos discutirão a migração, tratados comerciais e o papel dos Parlamentos no processo de integração continental.

Logo após Havana, seguimos, eu e a Presidenta da COPA, a Deputada Maninha, para a República da Jamaica, entre os dias 7 e 10 de março, para uma reunião em Kingston, com a intenção de ampliar as relações deste País com aquele Parlamento, assim

como com os membros da *Caribbean Community*, a CARICOM, divulgando a VI Assembléia Geral.

Na ocasião, tive a honra de ser apresentado à Embaixada brasileira na Jamaica como Coordenador da recepção aos Parlamentares que comparecerão à VI Assembléia Geral, bem como fui designado para presidir na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Brasil-Jamaica. V.Exas. receberão o convite para o termo de adesão a essa Frente.

Finalizo, portanto, este pronunciamento deixando o registro da contribuição brasileira ao processo de consolidação das relações entre os Parlamentos das Américas. Os compromissos assumidos e os contatos firmados são voltados para a promoção das aspirações da Confederação Parlamentar das Américas, um fórum aberto e pluralista, e significam singelos, porém inegáveis avanços em prol da edificação de um continente estável, democrático e justo.

Agradeço a todos a atenção e parabenizo a Deputada Maninha pela competência, pela dedicação e pelo trabalho realizado com os países integrantes da Confederação de Parlamentares das Américas – COPA.

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente o pronunciamento de V.Exa. sobre o grande trabalho realizado durante sua viagem pela bela região amazônica, a convite do Exército Brasileiro.

Desejo somar-me a V.Exa. no cumprimento a todos os que compõem nosso Exército – homens e mulheres que, mesmo com o soldo tão encolhido, desempenham excelente trabalho.

Passo a abordar outro assunto.

O Comitê de Política Monetária, meu querido Deputado Zarattini, aumentou em 0,25% as taxas de juros. Significa que os banqueiros, com a assinatura de alguns membros do COPOM e do Banco Central, que deseja autonomia – se sem autonomia está desse jeito, imaginem com autonomia –, deram um tombo no Brasil de mais de 2 bilhões. Cada elevação em 0,25% sangra o povo em 2 bilhões, repassados para 7 ou 8 banqueiros – grande parte deles, internacionais.

É profundamente lamentável, Deputado Babá. Por isso, não há dinheiro para dar aumento aos militares, investir na saúde e tapar buraco de rodovia. Quem está levando o dinheiro são os banqueiros. Quem autoriza o pagamento são os membros do COPOM, que afirmam que haverá inflação se as pessoas aumentarem o consumo. Dizem: *"Cuidado com o povo brasileiro. Vamos aumentar os juros para o povo não comprar*". Esta é a situação que vivemos.

Deputado Babá, li discurso de V.Exa. feito no passado. Felizmente, continua o mesmo. V.Exa. também deve estar angustiado com a situação.

Repito: o COPOM aumentou os juros em 0,25%. Portanto, mais 2 bilhões saem das contas do Brasil e vão para as contas de meia dúzia de bancos.

Perguntaram-me como avalio a situação. Vamos imaginar alguém com 3 filhos que saem bastante e costumam chegar de madrugada. O pai diz que eles estão gastando muito dinheiro e que precisa segurá-los em casa. Ele tem uma empresa e está devendo 100 mil reais ao banco. Paga 5 mil de juros por mês. Propõe aumento dos juros para mais de 7 mil reais. Ele prefere pagar mais dinheiro ao banco e não deixar os filhos saírem de casa, para acabar com sua preocupação. O Governo está "segurando os meninos para não saírem de casa". Não quer permitir que o povo compre para não haver inflação. Para que isso não ocorra, mete a mão no seu bolso e cobra mais juros.

É profundamente lamentável a política do Ministro Antonio Palocci. Desse jeito o Brasil não chegará a lugar nenhum. Não chegaremos a um porto seguro, com o aumento de juros todos os meses. Passo a questionar essa onda de crescimento. No meu Estado, São Paulo, empresas estão quebrando, pessoas estão desempregadas.

Deixo registrados os meus pêsames ao povo brasileiro, por haver perdido nesta tarde, por culpa do COPOM, mais 2 bilhões, que irão para as contas dos banqueiros. Nota zero para a política econômica do País.

Ao concluir, parabenizo o povo de Brasília. A Capital Federal, que completará amanhã 45 anos, tem identidade própria.

Sr. Presidente, Deputado Natan Donadon, Srs. Deputados, um dia desses, ao vir do Rio para Brasília, quando o avião aterrissava no aeroporto, pensei: *"Se o Rio de Janeiro, com a sua beleza natural, é um presente de Deus para os olhos dos homens, não tenho dúvidas de que Brasília é um presente dos homens para os olhos de Deus, feito com o melhor traço que o arquiteto criou*". Estão de parabéns Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Juscelino Kubitschek, enfim, todos os que projetaram esta cidade.

Infelizmente, deixo o meu protesto contra a degradação que Brasília está vivendo, em termos de poluição visual. Nunca vi nada igual. Quando aqui chegamos, há 2 anos, parecia uma cidade mais humana, mais tranqüila. Ultimamente, em vários locais – por exemplo, no Sudoeste –, vemos o excesso de

outdoors, blacklights, anúncios, que realmente muito nos decepcionam.

Peço ao Governador do Distrito Federal que puxe a orelha dos responsáveis pelos **outdoors** na cidade. Inclusive, já há decisão judicial a esse respeito. Não podemos deixar que deteriorem a cidade desse jeito, com tanta poluição visual.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. MARIA HELENA (PPS – RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira passada foi publicada a Portaria nº 534, do Ministério da Justiça, que demarca a reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Em primeiro lugar, reconhecemos os direitos dos índios e aprovamos a justa e necessária demarcação de suas terras. Apenas solicitamos ao Governo Federal que considerasse minimamente o nosso pedido de exclusão dessa área a ser demarcada dos núcleos urbanos, das estradas, das rodovias e dos 24 mil hectares do Vale do Arroz, que tem uma das maiores produtividades do País. Esses 24 mil hectares representam 1,3% de 1 milhão e 743 mil hectares de toda a área da reserva. O cultivo de arroz é eficiente, permite-nos exportar para a Venezuela e para o Caribe e não vai prejudicar a reserva, posto que, como disse, representa menos de 2% do seu total.

O Governo, que se diz popular e se notabiliza até pela ajuda que vem dando a outros países, não poderia agir com tanta indiferença ao problema social que está sendo criado em Roraima. Não é razoável que milhares de pessoas sejam jogadas ao desalento e que se ignore o prejuízo, em milhões de reais, em investimentos privados. O Governo desprezou também os pareceres de seus próprios Parlamentares e das Comissões Especiais, que durante meses debateram a questão nesta Casa e no Estado de Roraima.

O Senador Delcídio Amaral e o Deputado Lindberg Farias, ambos do PT, Relatores indicados pelo Governo, propuseram que a demarcação respeitasse o setor produtivo e também os núcleos urbanos. Infelizmente, as posições de S.Exas. foram ignoradas, não foram seguidas.

Essa medida aniquila a área produtiva de arroz. Os não-índios que vivem em Ilha do Socó, Água Fria, Mutum e Surumu terão de deixar seus lares, seu meio de vida, seu trabalho e até suas famílias. Essas pessoas já se uniram pelo casamento a muitos índios. Ali nasceram, casaram, miscigenaram-se, como disse, e são obrigadas a migrar para a periferia das cidades, somando-se aos milhares de desempregados urbanos. É o que tem ocorrido ao longo das duas últimas décadas.

Infelizmente, a Nação brasileira é receptora de informações quase que exclusivamente geradas no eixo Rio/São Paulo. Não temos idéia do que se passa verdadeiramente em nossos rincões. Não sabemos o que são as Vilas de Socó, Mutum, Água Fria, Surumu. Não imaginamos o significado da rizicultura para a economia local. Ficamos à mercê do que desejam, insinuam e divulgam aqueles que não conhecem Roraima e seu povo. Essas pessoas entendem que somos contra a demarcação pelo fato de pedirmos apenas a exclusão dessa área produtiva. Para agravar o quadro, ontem foi homologada mais uma área indígena, de 13 mil hectares: a de Malacacheta, nas proximidades da Capital, Boa Vista.

Precisamos reconhecer que a FUNAI não tem condições, orçamento, estrutura e capacidade de realizar os programas necessários para essas comunidades indígenas. Seus recursos são voltados quase que exclusivamente para a demarcação.

Nas aldeias indígenas de áreas não-homologadas, o Governo Estadual e os Municípios bancam a energia elétrica, a educação, os serviços básicos de saúde. Todos os serviços de atenção secundária e terciária são prestados pelos hospitais da sede desses Municípios e da Capital. O Estado fica impedido de atuar, inclusive de fornecer energia elétrica para as aldeias. E todas contam com esses serviços. Como medida compensatória, o Governo admite indenizar os produtores. Mas como será feito isso e a que preço?

Para concluir, Sr. Presidente, quero lembrar que o Governo Federal tem como bandeira o Programa Fome Zero. Entendemos que esses quase 7 mil empregos diretos e indiretos não poderiam ser extintos dessa forma. Há famílias que trabalham na área produtiva e nos núcleos urbanos. Elas se somarão aos milhares de desempregados da nossa Capital.

Quero, portanto, tornar público meu protesto, minha insatisfação. Vamos tentar alterar na Justiça, se possível, essa decisão de incluir os núcleos urbanos e a área produtiva na demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ZARATTINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZARATTINI (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ocupo hoje a tribuna para externar minha indignação com os pronunciamentos feitos neste

plenário pelo Líder do PFL, o nobre Deputado Rodrigo Maia, e pelo Líder da Minoria, também do PFL, o nobre Deputado José Carlos Aleluia. S.Exas. lançaram vários impropérios não só contra o Partido dos Trabalhadores e o Ministro José Dirceu, mas também contra vários Deputados desta Casa que militaram no duro período da ditadura, acusando-os de uma série de inverdades.

Essa gente vem dominando o Brasil há 505 anos. Trata-se da mesma elite do PFL e do PSDB que não se conforma com o significado da vitória do Presidente Lula nas eleições de 2002.

Sr. Presidente, estamos realmente mudando o Brasil. Tanto quanto queremos? Não. Queríamos fazer essas mudanças com maior velocidade. É certo que queríamos retomar o desenvolvimento, elevar o emprego a patamares mais altos do que os que temos hoje. Agora, recebemos uma herança realmente difícil, com mais de 12 milhões de desempregados; uma dívida interna monstruosa, que estamos tentando estabilizar – e estamos estabilizando – e, mesmo assim, recuperamos 2 milhões de empregos; estamos com um amplo programa de investimentos, que vem sendo e será feito neste País.

S.Exas. não reconhecem isso e temem que o caudal que os varreu em 2002 vá varrê-los, de novo, em 2006. Por isso, vêm a esta tribuna protestar contra figuras do Governo e dizem inverdades.

Várias vezes disseram nesta Casa que o nosso Governo não é democrático. Mas hoje fizeram até elogios a vários Ministros do Supremo Tribunal Federal, muitos deles indicados pelo Presidente Lula, que votaram a favor da ADIN contra um decreto editado por este Governo. Na Procuradoria-Geral da República temos o Sr. Cláudio Fonteles, um exemplo de democrata, que várias vezes deu parecer contrário ao Governo. Não é o que acontecia no tempo do Sr. Geraldo Brindeiro, que engavetava processos. Temos, no Supremo Tribunal Federal, pela primeira vez na história, um negro como Ministro.

Estamos mudando o Brasil e vamos mudar ainda mais. A política monetária não nos satisfaz, mas temos que dizer que o crédito consignado já está beneficiando mais de 10 milhões de trabalhadores a juros que não são os da Taxa SELIC. No crédito consignado em folha não são cobrados os astronômicos juros normais de mercado nem aqueles dos agiotas que ficam nas portas das fábricas. Quem vai à porta de fábrica sabe disso. Estamos libertando os trabalhadores e os aposentados dos agiotas. Esta é uma verdade! Isto é o que vem realizando o Governo Lula.

Quem não se lembra? A PETROBRAS estava nas mãos do genro, ou melhor, do ex-genro de FHC, que quase acabou com aquela empresa. Em menos de 3 anos, a nova administração da PETROBRAS conseguiu dar auto-suficiência de petróleo a este País. Esta é a verdade!

O que desespera o Sr. Aleluia e o Sr. Rodrigo Maia é que eles não têm o BNDES na mão, não têm o Banco do Brasil na mão, não têm a PETROBRAS na mão e não vão ter votos em 2006. Essa é a causa do desespero deles!

O nosso povo está cada vez mais consciente e politizado e não vai deixar escapar essa oportunidade, rara na nossa História, de mudar o País. Poucas vezes tivemos essa oportunidade e não vai ser agora que vamos perdê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BABÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BABÁ (Sem Partido – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros trabalhadores, inicialmente quero saudar as bravas mulheres dos integrantes das Forças Armadas, que ontem saíram em mobilização contra os péssimos salários que a tropa recebe.

O pior é que o Governo negocia como verdadeira tropa de choque do FMI – Lula, José Dirceu, Henrique Meirelles e Palocci –, concedendo aumento, por meio do COPOM, de 0,25% na Taxa SELIC, o que representa acréscimo de 2 bilhões de reais na nossa dívida. O dinheiro daria para pagar praticamente todo o aumento de salário dos servidores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Segundo o jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, o salário bruto de um soldado é de 170 reais; de um coronel, de 6 mil reais; de um general, de 10 mil reais. Há brutal defasagem nos salários dos integrantes das Forças Armadas. O Governo se comprometeu a corrigi-la, mas não cumpre sua palavra. Negociou o pagamento de 10% no ano passado, de 20% mais a inflação neste ano, mas não cumpriu o acordo. Preferiu remeter o dinheiro aos banqueiros.

Quero dizer ainda que apóio a greve dos professores, auxiliares de ensino e merendeiras de Niterói, cidade administrada pelo Prefeito Godofredo Pinto, do PT, um dos fundadores do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – SEPE.

Ora, qual a atitude de Godofredo? Ameaça cortar o ponto dos professores e recusa-se a negociar com eles. O Prefeito ameaça uma categoria importante. O piso salarial dos professores é de 500 reais; dos auxiliares de serviços gerais, de 250 reais – menos que

o salário mínimo; das merendeiras, de 260 reais. É brincadeira!

Registro nossa veemente crítica ao Prefeito e nosso total apoio aos professores, técnicos administrativos e merendeiras, que estão bravamente nessa luta há 45 dias.

Para finalizar, trago à tona um grave problema. Vários Parlamentares de Roraima atacaram a decisão do Governo de demarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Fazemos duras críticas ao Governo Lula, todo mundo sabe, mas essa medida é correta.

Tudo o que se alega contra a demarcação é em nome do emprego dos trabalhadores, das comunidades ali localizadas e dos plantadores de arroz. Estes grilaram as terras dos índios, mesmo sabendo que era uma reserva a ser demarcada. Gostaríamos de ver Parlamentares de Roraima criticarem o europeu, que detém centenas de milhares de hectares de terra naquele Estado, que derruba florestas nativas e planta acácias para o abastecimento de empresa de produção de celulose a ser implantada no Estado. Disso eles não falam aqui, mas sim das terras griladas em Roraima. Por que não as oferecem para que os trabalhadores que estão na reserva indígena sejam alocados, ou para que os produtores de arroz, que tanto defendem, se mudem para as terras que eles grilaram?

Não podemos mais aceitar essa situação, principalmente com o argumento de que há poucos índios ocupando milhares de hectares de terras. Fazem até a contabilidade para ver o número de índio por hectare, quando, na verdade, na região amazônica continuam ocorrendo problemas como este: o Sr. Cecílio Rêgo de Almeida se diz proprietário de 4 milhões e 700 mil hectares de terra grilada. Eu nunca ouvi um Parlamentar criticar essa questão. Afinal, são 4 milhões e 700 mil hectares de terra, da qual uma só pessoa se diz proprietária. Obviamente é terra grilada, não dá direito à posse. Pior ainda: a Justiça paraense reconheceu o direito desse senhor; no entanto, o recurso tramita na esfera federal.

Quando Cabral pisou em terras brasileiras, havia 6 milhões de índios. Hoje há 400 mil. Em Mato Grosso do Sul e nas regiões para onde foram empurradas, crianças índias morrem de subnutrição ou vêem seus pais caírem na marginalidade. No litoral, os índios tupiniquins, que recepcionaram muito bem Pedro Álvares Cabral, foram extintos em apenas 70 anos. Junto com eles foi todo o pau-brasil; depois, o ouro das Minas Gerais. Os que restaram se aprofundaram na região amazônica.

Sr. Presidente, não podemos mais aceitar esse discurso. Queremos chamar a atenção dos companheiros de Roraima para o seguinte fato: no meu Estado, o Pará, especialmente nas regiões sul e sudeste – se sobrevoarem o Tocantins, indo para o sul do Pará, e olharem para baixo vão perceber isso –, só há floresta nas reservas indígenas que restaram. O resto todo é capim, sem uma cabeça de gado. São verdadeiros campos de golfe. Com o passar dos anos, foram grilados, ocupados. Até castanheiras foram queimadas. Nos locais onde há reserva indígena a floresta está intacta, porque os índios continuam ali, apenas sobrevivendo.

Não dá para aceitar discursos de que o Estado de Roraima vem sofrendo tanto por causa da demarcação dessa reserva. Ora, quantos Governadores, apoiados por esses Deputados, foram e são coniventes com a política de ataque aos direitos dos trabalhadores em Roraima? Em relação a eles não fazem a mínima crítica.

Todos sabem que nós, do P-SOL, temos criticado muito a política econômica do Governo, mas neste momento apoiamos a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, antiga reivindicação dos índios. Felizmente, foi tomada essa decisão. Temos certeza de que a sociedade brasileira e a população roraimense saberão compreender a necessidade de se manter essa reserva.

Muito obrigado.

O SR. ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Governo Lula por enfrentar a desordem e a grilagem de terras no norte do Brasil.

A grilagem não ocorre apenas no Pará, mas em toda a Amazônia. Neste momento, com a grande concentração no Sul e no Sudeste do País e o esgotamento de riquezas nessas regiões, o que se vê é a ida do capital para lá, com as mesmas práticas de desmatamento adotadas em outras regiões.

O Governo vem fazendo investimentos de forma ordenada. Adota também uma política de respeito aos seringueiros, aos ribeirinhos, aos pequenos produtores, moralizando assentamentos feitos de forma errada pelo Governo passado. Grande parte desses assentamentos no Pará – Estado que tem sua maioria – estavam praticamente abandonados. Hoje, todos eles recebem assistência técnica.

Agora, o Governo envia a esta Casa projeto de lei de gestão florestal. Significa que não está paralisando a economia, mas quer ordená-la, fazer com que o desenvolvimento seja sustentável. No sul do Estado do Pará, em muitos Municípios, depois de 28 anos de

ocupação, 80% da floresta foram postos no chão e a maioria das áreas está improdutiva.

Nesse aspecto, nosso Governo merece parabéns. Não é fácil enfrentar a bagunça fundiária desses últimos 50 anos, principalmente porque os institutos de terra do Estado, e naquela região, não fizeram praticamente nada – o INCRA do passado também não.

A mentalidade de quem coordenava o INCRA e mandava nele e até nos Ministérios era de concentração da riqueza e, muitas vezes, de defesa das grilagens. A situação mudou. Como disse, não é fácil. Por exemplo, na região do oeste do Pará, várias serrarias estão tendo de parar ou de diminuir o seu trabalho. Estão desempregando gente, é verdade, mas não temos como mudar o rumo do carro sem que possamos fazer uma avaliação e ver para onde ele vai seguir. Queremos uma economia organizada, que essas riquezas, daqui a 100, 200 anos, continuem existindo e possamos gerar mais empregos na região, inclusive democratizando as riquezas locais.

Acabamos de concluir audiências públicas em São Félix do Xingu, ao sudeste do Pará, em Novo Progresso e Altamira, no oeste do Pará, em que discutimos a situação da BR-163, rodovia aberta há mais de 30 anos. Serão asfaltados, no Governo Lula, mais de 700 quilômetros dessa rodovia, somente no trecho referente ao Estado do Pará. Essa obra custará aproximadamente 1 bilhão de reais. Nem os buracos haviam sido tapados nos últimos 20 anos, nenhuma ponte de cimento havia sido construída. Agora essa estrada será asfaltada, o que facilitará a articulação da economia do Centro-Oeste com o Porto de Santarém, trazendo também a economia de Manaus para o Centro-Oeste, por via de transporte mais adequado.

A Oposição critica o Governo por aumentar gastos, por contratar pessoas – e tem de contratar mesmo. Queremos o INCRA, o IBAMA, a Polícia Federal, todos os órgãos federais e a universidade revitalizados. Por exemplo, no Pará, queremos a criação de outra Superintendência do INCRA. Isso significa contratar mais gente. Queremos a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, porque só há uma no Estado. Isso significa contratar mais gente. E não há problema algum em contratar pessoas para promover o desenvolvimento. Ocorre que, nesses últimos anos, levaram o País à falência, venderam o Brasil, dispararam o valor da dívida externa, desempregaram, aumentaram a violência, não fizeram a reforma urbana nem a reforma agrária. E agora querem que o Governo Lula resolva o problema em 2, 3 anos.

Com certeza, estamos no rumo certo. O povo tem avaliado a situação e compreendido bem as políticas adotadas pelo Governo Federal, principalmente no que tange ao combate à violência e à forte grilagem de terras no Estado do Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZICO BRONZEADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZICO BRONZEADO (PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, associo-me ao Deputado Zé Geraldo e aos que elogiaram a decisão do Presidente Lula de homologar as reservas indígenas do País. Muitas vezes as mudanças trazem consigo reações. Quando se resolve acabar de uma vez por todas com a irresponsabilidade que imperou por longos anos, alguns ainda tentam manter-se por meio dela. Temos hoje um Governo preocupado não só com as reservas indígenas, mas também com as florestais.

Aproveito a oportunidade para elogiar a Comissão da Amazônia, na pessoa de sua Presidenta, Deputada Maria Helena, e de todos os seus membros, pela competência e pela coragem de irem ao Estado discutir o projeto de lei de florestas públicas. No Acre não foi diferente. Discutimos com a sociedade civil organizada, políticos, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais. Acredito que uma lei discutida com o povo terá maior êxito. E os pontos polêmicos do projeto poderão ser corrigidos pelos Deputados por meio de emendas.

Fiquei muito satisfeito, porque foi acertada a decisão da Comissão da Amazônia de discutir o assunto principalmente no Estado do Amazonas, que detém a maior floresta tropical do mundo. Discute-se hoje o desenvolvimento florestal de modo racional, o manejo florestal madeireiro e não-madeireiro. Com essa lei, vamos saber realmente de quem é a floresta, se do Município, do Estado ou da União.

Sou defensor do desenvolvimento florestal sustentável, a partir dos planos de manejo, principalmente o comunitário, que vai chegar ao pequeno seringueiro, àquele que, na verdade, é o vigilante da floresta amazônica, e não o grileiro. Assim, é possível que todos tenham condições de mudar a cultura da produção. Vamos, então, acreditar que a floresta poderá ser desenvolvida de forma racional, por aqueles que realmente zelam por ela, como é o caso dos seringueiros e dos pequenos proprietários de florestas.

Então, deixo aqui minha satisfação de participar da Comissão da Amazônia, na condição de membro titular, e de ter discutido com os acreanos, meu povo, essa lei de iniciativa do Presidente Lula e coordenada pela Ministra do Meio Ambiente, minha conterrânea. A Senadora Marina Silva está fazendo um trabalho responsável, e, se Deus quiser, essa lei dará mais uma

garantia de que a Amazônia será cuidada de forma sustentável, gerando emprego e renda para aqueles que vivem nela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUCIANO CASTRO (Bloco/PL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para registrar as preocupações de toda a sociedade roraimense com a recente homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, ocorrida no dia 15.

Na realidade, a sociedade organizada do Estado e suas lideranças políticas não eram contra o processo demarcatório ou mesmo contra o processo de homologação. O que estava em discussão era o fato de a área ser contínua ou não.

A área de Raposa Serra do Sol é formada por várias etnias diferentes, com pensamentos e culturas distintos. A indagação é neste sentido: como se vai fazer uma área contínua para comunidades diferentes no Estado? Realmente vai haver problemas.

Agora à noite está havendo grande manifestação no Centro Cívico de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, onde estão reunidas mais de 10 mil pessoas contrárias à decisão do Sr. Presidente da República de homologar a área Raposa Serra do Sol.

Apresentamos à Casa decreto legislativo em que solicitamos anulação da decisão, tendo em vista que ela se baseia, erroneamente, em laudo antropológico de portaria refeita, para poder, de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, buscar o embasamento legal para a decisão.

Por meio do decreto, solicitamos a nulidade desse ato, para que ele seja revisto com calma, tranqüilidade e espírito público, a fim de que se encontre uma saída para a questão.

Mais do que isso, Sr. Presidente, desejamos que o Governo Federal olhe Roraima como ente federativo que precisa de ajuda, mas, antes de tudo, de ser tratado com respeito. O Estado nem sequer é olhado com atenção pelo INCRA, principal detentor de suas terras. Somos um Estado virtual, sem patrimônios em terra. Isso, sem dúvida nenhuma, tem dificultado enormemente o nosso desenvolvimento.

Queremos que o Governo Federal se comprometa a garantir as transferências das terras para o Estado, a fim de que possamos implementar os programas de desenvolvimento econômico, o que não vem ocorrendo até o momento. O INCRA quer adotar em Roraima modelos de assentamentos, de agricultura familiar que não obtiveram sucesso no País.

Por essa razão, ao apresentar o decreto legislativo, solicitamos ao Presidente Lula que efetivamente discuta com as autoridades, os Deputados, os Senadores e o Governador do Estado, que representam aquele povo, uma saída para a questão fundiária. Não podemos mais suportar essa situação. Cinqüenta e dois por cento do Estado estão demarcados em área indígena e 30% ocupam reservas florestais, ambientais e áreas alagadas. Efetivamente, à disposição do Estado, só sobrariam 8%. Nem isso foi transferido para o seu domínio.

Sr. Presidente, é hora de decisão. O Governo precisa refletir sobre o problema e olhar Roraima como ente da Federação que tem compromissos e precisa resolver seus problemas estruturais, como a questão fundiária.

Muito obrigado.

O SR. NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NICIAS RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento inicialmente o Deputado Luciano Castro pelo pronunciamento que acaba de fazer. O problema, Deputado, é que a Constituição imprimiu no Brasil um presidencialismo imperial. Se aprovarmos a Medida Provisória nº 239, mais imperador se tornará o Presidente Lula, que quer inviabilizar economicamente nossa região amazônica. Quer transformá-la num santuário, aonde as pessoas possam ir apenas para se deleitar com a floresta. E ela voltará a ser o que foi no passado: o Inferno Verde, que fez parte de tantos poemas e poesias.

Ainda há pouco ouvi o discurso do Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará. S.Exa., na minha avaliação, não reproduziu a verdade na tribuna. Disse, por exemplo, que os atos do Presidente Lula são porque o INCRA, nos Governos anteriores, nada fez na região amazônica. Fez tanto que conseguiu demarcar, titular e assentar terra no polígono desapropriado de Altamira. Inclusive, o Deputado Zé Geraldo tem lote na Agrovila de Nova Fronteira, no Município de Medicilândia. Contudo, no Governo Lula, para tristeza do Pará e da Amazônia, o INCRA não expediu um título de terra sequer naquela região. A partir daí, estabeleceu-se imensa dificuldade, uma vez que o INCRA é o proprietário das terras que são da União. Cabe a ele a responsabilidade da expedição dos títulos.

O Deputado disse também que na Transamazônica tudo foi abandonado, nada foi construído, nem uma ponte. S.Exa., que é morador de lá, deveria dizer

a verdade da história daquela região. Foram construídas inúmeras pontes definitivas de concreto, grande parte foi pavimentada.

Lamentavelmente, com a posse do Presidente Lula, a região ficou paralisada. Até as obras das pontes que estavam para serem concluídas foram paralisadas. O asfalto não apareceu mais. A Transamazônica está intrafegável, tal o abandono do Ministério dos Transportes – por conseguinte, do Governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, estamos no final desta sessão, véspera de feriado do Dia de Tiradentes, que deu sua vida para que este País fosse independente. Amanhã, Tiradentes vai estar chorando em seu túmulo, porque temos um Presidente que quer desabitar a Amazônia para entregá-la às ONGs internacionais, à cobiça internacional. Esse homem vai descobrir então que não valeu a pena ter morrido pela independência deste imenso País.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Antes de encerrar esta sessão, saúdo a população de Rondônia, ordeira e trabalhadora, que ama o seu Estado e nele deposita sua confiança e esperança.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Natan Donadon) – Encerro a sessão, convocando outra, para a próxima sexta-feira, dia 22, às 9h.

AVISOS

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

EMENDAS

1. PROJETOS COM URGÊNCIA (Art. 64, § 1º da Constituição Federal)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 5 Sessões (Ato da Mesa nº 177, de 1989)

PROJETO DE LEI

Nº 4.776/2005 (PODER EXECUTIVO) – Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF , e dá outras providências.
SOBRESTA A PAUTA EM: 30-5-05 (46º dia)
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 29-4-05
(Prazo prorrogado por Ato da Presidência até 29-4-05)

RECURSOS

1. CONTRA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RI

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 3º, combinado com ART. 132, § 2º, DO RI

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 1º, DO RI

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO:

Nº 1.495-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estereosom de Limeira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.505-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária – ARC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaculada, Estado da Paraíba.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.508-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Maria, Estado do Pará.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.514-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Manari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manari, Estado de Pernambuco.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.519-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.520-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Campeche a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.521-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Imbituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.526-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.531-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.534-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.541-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio e Televisão Dom Bonifácio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Pardo, Estado São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.543-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Movimento Cultural Pró-Cidadão de Buique a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buique, Estado de Pernambuco.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.544-A/2004 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Nova Rosalândia – TO – (AMNR) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Rosalândia, Estado do Tocantins.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

PROJETOS DE LEI

Nº 2.354-C/2000 (PODER EXECUTIVO) – Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 392-C/2003 (MURILO ZAUITH) – Denomina "Rodovia Alfeo Almeida Velozo" o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 1.438-B/2003 (WILSON SANTOS) – Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 2.485-B/2003 (ÁTILA LIRA) – Dá nova redação ao art.12 do Decreto-Lei no 9.295, de 27 de maio de 1946, que "cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências."
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 2.674-B/2003 (ÁTILA LIRA) – Altera o art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.040, de 21 de outubro de 1969, que "dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências."
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 4.183-D/2004 (PODER EXECUTIVO) – Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e dá outras providências.
ÚLTIMA SESSÃO: 22-4-05

Nº 4.889-B/2001 (CELSO RUSSOMANNO) – Altera a redação do art. 66 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-4-05

Nº 276-B/2003 (MARINHA RAUPP) – Altera o art. 11 da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 e dá outras providências.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-4-05

Nº 2.637-B/2003 (SENADO FEDERAL) – Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o trecho que liga o Porto de Vitória (Cais de Capuaba) à BR-262, no Estado do Espírito Santo.
Apensado a este o PL Nº 1.801/03. (VIDE ITEM 1.2)
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-4-05

Nº 3.167-C/1997 (MOACIR MICHELETTO) – Dispõe sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas e dá outras providências.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-4-05

Nº 4.538-A/2001 (JOÃO CALDAS) – Altera disposições sobre o impedimento no Código de Processo Civil, Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-4-05

Nº 5.124-B/2001 (ROBERTO PESSOA) – Denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza – CE.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-4-05

Nº 6.233-B/2002 (PAULO ROCHA) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-4-05

1.2 COM PARECERES, QUANTO AO MÉRITO, CONTRÁRIOS (Art. 133 do RI)

PROJETOS DE LEI

Nº 1.801/2003 (IRINY LOPES) – Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973, incluindo no Sistema Rodoviário federal uma rodovia ligando o cais de Capuaba à BR-262/ES
Apensado ao PL Nº 2.637/03. (VIDE ITEM 1.1)
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-4-05

Nº 2/1999 (SILAS BRASILEIRO) – Modifica a Lei nº 4.117, de 1962, que "institui o Código Brasileiro de Telecomunicações", proibindo a realização de sorteios por emissoras ou repetidoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.927/2000 (FEU ROSA) – Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 4.094/2001 (ALBERTO FRAGA) – Altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências. **(E seus apensados:** PL's nºs 1255/2003, do Dep. Benedito de Lira e 2735/2003, do Dep. Wasny de Roure).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 350/2003 (BISMARCK MAIA) – Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 531/2003 (CARLOS NADER) – Estabelece o fornecimento de cesta básica para os trabalhadores, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 647/2003 (ANDRÉ LUIZ) – Isenta do pagamento de IPVA os veículos de propriedade das instituições filantrópicas, creches, asilos, orfanatos, reconhecidos como de utilidade pública.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.034/2003 (RICARDO IZAR) – Dispõe sobre a implantação de norma técnica que regule a fabricação e a comercialização de doces e chocolates com brinquedos adicionados em seu interior e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.350/2003 (WLADIMIR COSTA) – Altera o art. 27 da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências", para dispor sobre multa aos infratores da norma.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.713/2003 (GERALDO RESENDE) – Regulamenta a atuação dos agentes de pressão junto a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.815/2003 (RICARTE DE FREITAS) – Cria a Zona de Transição Urbana e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.075/2003 (CARLOS NADER) – Estabelece o Sistema de Bolsa de Estudo para os Policiais Federais,

Civis e Militares, os Bombeiros e os Militares Federais. **(E seus apensados:** PL's nºs 2321/2003, do Dep. Pastor Reinaldo e 3006/2004 , do Dep. Paulo Lima).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.158/2003 (CORONEL ALVES) – Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS – para Mulheres vitimas de violência e dá outras providências. **(E seu apensado:** PL Nº 3.525/2004, do Dep. Ronaldo Vasconcellos).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.475/2003 (JOAQUIM FRANCISCO) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Sistema Único de Saúde – SUS fornecer lente intra-ocular para os que se submeterem à cirurgia de catarata.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.877/2004 (RONALDO VASCONCELLOS) – Acrescenta parágrafo único ao art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre o pagamento de honorários periciais caso a parte sucumbente seja beneficiária de Justiça Gratuita.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.892/2004 (EDUARDO VALVERDE) – Altera o artigo 1º da lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que trata da profissão de emprego doméstico e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.928/2004 (JEFFERSON CAMPOS) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.969/2004 (SERAFIM VENZON) – Acrescenta dispositivo ao art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro, para garantir livre estacionamento e parada aos veículos empregados em serviço de vigilância privado.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.066/2004 (CARLOS NADER) – Proíbe a cobrança de multas e juros sobre atrasos no pagamento de débitos, nos casos que especifica.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.267/2004 (JEFFERSON CAMPOS) – Dispõe sobre estágios como componente curricular do curso superior de graduação em Psicologia.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.358/2004 (ZEQUINHA MARINHO) – Altera o art. 19, § 1º da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio, submetendo ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.647/2004 (ALMEIDA DE JESUS) – Dispõe sobre a utilização de CPF e CNPJ para outros fins que não os autorizados pelo seu titular ou representante legal.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.712/2004 (JOÃO CALDAS) – Acrescenta novo parágrafo ao art. 5º da Lei nº 5.662, de 21 de Junho de 1971, que enquadra Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na categoria de empresa pública e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART 54, DO RI

(SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIAÇÃO PRELIMINAR,

NOS TERMOS DO ART. 144, DO RI)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 58, § 1º, DO RI

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: ART 58, § 3º, combinado com ART. 132, § 2º, DO RI

2.1 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE

PROJETOS DE LEI

Nº 3.449/2000 (LINCOLN PORTELA) – Determina a proibição da prática de brincadeiras conhecidas como empinar papagaio, pipas ou assemelhados.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.617/2000 (BISPO WANDERVAL) – Dispõe sobre a afixação de cartaz informativo a respeito da carta social nas agências da empresa concessionária dos serviços postais.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

2.2 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 111/2003 (CARLOS ALBERTO ROSADO) – Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Chapada do Apodi

e institui o Programa Especial de Desenvolvimento da Chapada do Apodi.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-4-05

Nº 186/2004 (LAURA CARNEIRO) – Dispõe sobre a preferência dos créditos dos segurados, dos participantes de planos de previdência complementar aberta e dos titulares de planos de capitalização.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

PROJETOS DE LEI:

Nº 2.526/2003 (MOACIR MICHELETTO) – Acrescenta parágrafo 4º ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-4-05

Nº 4.674/1994 (FRANCISCO DORNELLES) – Isenta do imposto sobre produtos industrializados os bens de uso agrícola que especifica, e dá outras providências. **(E seus apensados:** PL's nºs 538/1995, do Dep. Valdir Colatto; 2082/1996, do Dep. Adelson Ribeiro; 2545/1996, do Dep. Luiz Durão; 2705/1997, do Dep. Serafim Venzon; 3450/1997, do Dep. Enio Bacci; 3496/1997, do Dep. Silas Brasileiro; 355/1999, do Dep. Airton Dipp; 672/1999, do Dep. José Roberto Batochio; 721/1999, do Dep. Nilton Capixaba; 742/1999, do Dep. Freire Júnior; 770/1999, da Dep. Marisa Serrano; 1002/1999 , do Dep. Freire Júnior; 1256/1999, do Dep. Raimundo Colombo; 1319/1999, do Dep. José Carlos Elias; 2006/1999, do Dep. João Magalhães e 2348/2000, do Dep.Luiz Bittencourt).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 260/1995 (AUGUSTO NARDES) – Cria área de livre comércio no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **(E seus apensados:** PL's nºs 261/1995, do Dep. Augusto Nardes; 262/1995, do Dep. Augusto Nardes; 263/1995, do Dep. Augusto Nardes; 264/1995, do Dep. Augusto Nardes; 1036/1995, do Dep. Augusto Nardes; 1213/1995, do Dep. Wilson Braga e 1328/1995, do Dep. Jair Soares).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.382/1995 (NELSON MARCHEZAN) – Estabelece diretrizes para a desconcentração industrial. **(E seu apensado:** PL Nº 1528/1996, do Dep. Severino Cavalcanti).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.859/1997 (MARQUINHO CHEDID) – Isenta do imposto de renda os proventos de aposentados idosos. **(E seus apensados:** PL's nºs 224/1999, do Dep. Magno Malta; 281/1999 , do Dep. Rubens Bueno; 1433/1999, do Dep. Oliveira Filho; 2554/2000, do Dep. Rubens Bueno; 2636/2000, do Dep. Luiz Bittencourt; 2637/2000 , do Dep. Luiz Bittencourt; 3286/2000, do Dep. De Velasco; 3833/2000, do Dep. Alceu Collares; 4214/1998, da Dep. Lidia Quinan e 4633/1998, do Dep. Roberto Pessoa).
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.460/2003 (EDSON DUARTE) – Altera a Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, que institui a Universidade do Vale do São Francisco, estabelecendo sua sede nas cidades de Petrolina, Pernambuco e Juazeiro, na Bahia.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 1.928/2003 (CARLOS NADER) – Dispõe sobre incentivo fiscal para viagem de intercâmbio cultural, nas condições que especifica.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 2.911/2004 (POMPEO DE MATTOS) – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de máquinas e implementos industriais por parte de Prefeituras Municipais, nas condições que especifica.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 3.663/2004 (LUIZ CARLOS SANTOS) – Concede incentivo fiscal às empresas que contratarem profissionais recém-formados no ensino superior ou médio-profissionalizante.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 4.460/2004 (ENIO BACCI) – Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – na aquisição de automóveis para os Oficiais de Justiça e dá outras providências.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 1º, DO RI

(SUJEITOS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJR, NOS TERMOS DO ART. 164, § 2º E § 3º, DO RI)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: ART. 164, § 2º, DO RI

PROJETO DE LEI:

Nº 4.916/2005 (NELSON BORNIER) – Dá nova denominação ao Porto de Sepetiba, localizado em Itaguai no Estado do Rio de Janeiro.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

4. DEVOLVIDOS AO AUTOR, nos termos do artigo 137, § 1º, do RI.

Prazo para apresentação de recurso artigo 137, § 2º (05 sessões), as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 240/2005 (ROBERTO GOUVEIA) – Submete à autorização legal para o porte de arma de fogo, prevista em legislação própria, mencionada no art. 6º "**caput**", da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, ao disposto nos artigos 4º e 10, e demais normas do mesmo diploma legal.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

PROJETOS DE LEI

Nº 4.962/2005 (DANIEL ALMEIDA) – Dispõe sobre o horário de atendimento ao público nas instituições financeiras em todo o Território Nacional.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 5.007/2005 (CABO JÚLIO) – Altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para permitir aos regimes de previdência social efetuar empréstimos aos seus segurados.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

Nº 5.008/2005 (CABO JÚLIO) – Dispõe sobre a reserva de vagas para policiais nas Universidades Públicas Estaduais.
DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 27-4-05

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE ABRIL DE 2005

Dia 22, 6ª-feira

10:00 EDUARDO VALVERDE (PT – RO)
10:25 JOÃO CALDAS (PL – AL)
10:50 MARCUS VICENTE (PTB – ES)
11:15 MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL – BA)
11:40 ZÉ GERALDO (PT – PA)
12:05 FERNANDO DE FABINHO (PFL – BA)
12:30 AGNALDO MUNIZ (PP – RO)
12:55 JOÃO ALFREDO (PT – CE)
13:20 IRINY LOPES (PT – ES)

Dia 25, 2ª-feira

15:00 JOÃO BATISTA (PFL – SP)
15:25 ANTONIO JOAQUIM (PTB – MA)
15:50 VICENTE CASCIONE (PTB – SP)
16:15 ZONTA (PP – SC)
16:40 RAFAEL GUERRA (PSDB – MG)
17:05 JOSÉ MENTOR (PT – SP)
17:30 MURILO ZAUITH (PFL – MS)
17:55 THAÍS BARBOSA (PMDB – MT)
18:20 SIMÃO SESSIM (PP – RJ)

Dia 26, 3ª-feira

15:00 JOÃO LEÃO (PL – BA)
15:25 GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)

Dia 27, 4ª-feira

15:00 JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA)
15:25 ADELOR VIEIRA (PMDB – SC)

Dia 28, 5ª-feira

15:00 MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB – RS)
15:25 RUBENS OTONI (PT – GO)

Dia 29, 6ª-feira

10:00 TELMA DE SOUZA (PT – SP)
10:25 CORIOLANO SALES (PFL – BA)
10:50 SIMPLÍCIO MÁRIO (PT – PI)
11:15 ALMEIDA DE JESUS (PL – CE)
11:40 LEONARDO MONTEIRO (PT – MG)
12:05 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA)
12:30 PEDRO CANEDO (PP – GO)
12:55 JAIME MARTINS (PL – MG)
13:20 OLAVO CALHEIROS (PMDB – AL)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES

I – COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 25-4-2005)

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.896/05 – Do Poder Executivo – (MSC 136/2005) – que "regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição".
RELATOR: Deputado MOACIR MICHELETTO.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.434/04 – Do Sr. Eduardo Paes – que "autoriza o Poder Executivo a criar através do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, um Programa de Investimentos Setoriais no Rio de Janeiro – RECUPERA – RIO, para dar apoio financeiro às empresas dos Setores de Tecnologia, inclusive Telecomunicação, Informática, Biotecnologia, Pesquisa & Desenvolvimento e para o Mercado Financeiro, inclusive de negociação de Certificados de Carbono, sediadas no Estado do Rio de Janeiro".
RELATORA: Deputada PERPÉTUA ALMEIDA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade e Juridicidade (art. 54, I):

PROJETO DE LEI Nº 2.513/96 – Do Sr. Paulo Lima – que "altera o artigo 13 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que "complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações"".
RELATOR: Deputado LUIZ PIAUHYLINO.

PROJETO DE LEI Nº 4.217/01 – Do Senado Federal – Luiz Pontes – (PLS 601/1999) – que "dispõe sobre gratuidade na inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas". (Apensados: PL Nº 4.266/2001, PL Nº 4.980/2001, PL Nº 5.098/2001 e PL Nº 4.568/2001)
RELATORA: Deputada LAURA CARNEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 5.712/01 – Do Senado Federal – ARLINDO PORTO – (PLS Nº 64/2001) – que "regulamenta o exercício da profissão de decorador e dá outras providências". (Apensado: PL Nº 6.460/2002)
RELATOR: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 3.796/04 – Da Sra. Laura Carneiro – que "dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências correlatas".
RELATORA: Deputada ANN PONTES.

PROJETO DE LEI Nº 4.289/04 – Do Sr. Celso Russomanno – que "altera a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que "Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal"".
RELATOR: Deputado NELSON PELLEGRINO.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 473/03 – Do Sr. Luiz Alberto – que "dispõe sobre serviços cadastrais de consumidores". (Apensado: PL Nº 2.308/2003)
RELATOR: Deputado PAULO LIMA.

PROJETO DE LEI Nº 1.470/03 – Do Sr. Luiz Bittencourt – que "dispõe sobre aumento de pena para estabelecimento que venderem produtos com prazos de validade vencidos".
RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.373/01 – Do Sr. Félix Mendonça – que "faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços". (Apensado: PL Nº 867/2003)
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.998/05 – Dos Srs. Cabo Júlio e Cabo Júlio – (PL Nº 4.950/2005) – que "cria o Pro-

grama de Financiamento Habitacional para o Policial Militar – PROFHAM".

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.500/04 – Do Sr. Carlos Nader – que ""Dispõe sobre o Programa de Conscientização sobre "Consumo Sustentável" e dá outras providências.""
RELATOR: Deputado OLIVEIRA FILHO.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.960/04 – Dos Srs. Enéas e Elimar Máximo Damasceno – que "dispõe sobre a substituição, em todo o Território Nacional, de combustíveis derivados de petróleo por outros produzidos a partir da biomassa, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado LEONARDO MONTEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.076/04 – Do Sr. Lobbe Neto – que "proíbe o uso de chumbo e seus derivados em materiais de pesca".
RELATOR: Deputado SANDRO MATOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.961/05 – Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame – que "altera dispositivos da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996".
RELATOR: Deputado JORGE PINHEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 4.984/05 – Do Sr. Luiz Carreira – que "altera o art. 3º da Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, que "acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado PAULO MARINHO.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 26-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.618/03 – Do Sr. Mauro Passos – que "regulamenta a distribuição dos recursos financeiros provenientes da compensação financeira pela exploração de petróleo ou gás natural na plataforma continental". (Apensados: PL Nº 1636/2003 e PL Nº 4887/2005)
RELATOR: Deputado NELSON MEURER.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 283/03 – Da Sra. Laura Carneiro – que "dispõe sobre caso de concessão de visto permanente a estrangeiro residente no Brasil".
RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.

PROJETO DE LEI Nº 4.710/04 – Do Sr. Carlos Melles – que "dispõe sobre o comércio exterior brasileiro".
RELATOR: Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO.

PROJETO DE LEI Nº 4.745/05 – Do Poder Executivo – (MSC Nº 23/2005) – que "dispõe sobre o ensino na Aeronáutica e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ANDRÉ ZACHAROW.

PROJETO DE LEI Nº 4.746/05 – Do Poder Executivo – (MSC Nº 22/2005) – que "institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado ITAMAR SERPA.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.678/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “Dispõe sobre a exibição obrigatória, em salas de cinema, de filmes de curta duração que alertem e orientem sobre os problemas decorrentes do consumo de drogas.”
RELATOR: Deputado JOÃO CAMPOS.

PROJETO DE LEI Nº 4.970/05 – Do Sr. Takayama – que “Dispõe sobre o registro das ações dos órgãos policiais no controle de manifestações coletivas”.
RELATOR: Deputado CABO JÚLIO.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 25-4-2005)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.175/04 – Do Sr. Carlos Nader – que “”Estabelece a obrigatoriedade de constar placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizante para a saúde dos humanos nas dependências de academia de ginástica, “sport center”, “fitness”, clube esportivo ou similar, e dá outras providências.””
RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.761/03 – Do Sr. Coronel Alves – que “estabelece a obrigatoriedade das farmácias, drogarias e congêneres a venderem comprimidos e pílulas por unidade e dá outras providências”. (Apensados: PL Nº 2.073/2003, PL Nº 2.728/2003, PL Nº 2.935/2004 e PL Nº 3.323/2004)
RELATORA: Deputada JANDIRA FEGHALI.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.977/04 – Do Sr. Eduardo Cunha – que “cria a obrigatoriedade de realização de exames médicos trimestrais para os atletas brasileiros a fim de verificar a saúde, e cria a Comissão Esportiva de Prevenção e Assistência de Acidentes Desportivos – CEPAAD”. (Apensados: PL Nº 2.995/2004 e PL Nº 2.996/2004)
RELATOR: Deputado AMAURI GASQUES.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.387/04 – Da Sra. Laura Carneiro – que “acrescenta o § 5º ao Art. 616, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a obrigatoriedade de negociação coletiva”.
RELATOR: Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 25-04-05

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 4.599/04 – Do Sr. Lobbe Neto – que “dispõe sobre a criação da Faculdade de Medicina de São Carlos, na Região Central de São Paulo”.
RELATOR: Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA.

PROJETO DE LEI Nº 4.692/04 – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – (OFNº 7.630/2004) – que “extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais”.
RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.730/04 – Do Poder Executivo – (MSC Nº 871/2004) – que “dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.731/04 – Do Poder Executivo – (MSC 873/2004) – que “dá nova redação aos arts. 880 e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e revoga o seu art. 882”.
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.732/04 – Do Poder Executivo – que “dá nova redação ao art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.733/04 – Do Poder Executivo – (MSC Nº 874/2004) – que “dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988”.
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.735/04 – Do Poder Executivo – (MSC Nº 876/2004) – que “dá nova redação ao art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.
RELATOR: Deputado VICENTINHO.

PROJETO DE LEI Nº 4.920/05 – Do Sr. Alberto Fraga – que “altera a Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990, que “dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal””.
RELATOR: Deputado MARCELO BARBIERI.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.921/03 – Do Sr. Wilson Santos – que “altera o § 1º do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho para facultar a substituição do empregador na audiência de julgamento apenas por empregado”.
RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.

PROJETO DE LEI Nº 4.331/04 – Do Sr. Sandro Mabel – que “acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de coibir a troca de favores entre testemunhas que sejam parte em outro processo com causa de pedir e parte idênticas”.
RELATOR: Deputado JOVAIR ARANTES.
DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 22-04-05

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.653/94 – Do Sr. Paulo Paim – que “dispõe sobre a jornada de trabalho de 40 horas semanais” (Apensados: PL Nº 610/1999, PL Nº 948/1999 (Apensado: PL Nº 5.244/2001), PL Nº 1.115/1995 (Apensados: PL Nº 2.985/1997 e PL Nº 7.460/2002), PL Nº 1.242/1999, PL Nº 1.644/1999, PL Nº 2.409/2000 (Apensados: PL Nº 5.436/2001 e PL Nº 1.567/2003), PL Nº 2.658/2000 (Apensado: PL Nº 6.340/2002), PL Nº 2.719/1997 (Apensado: PL Nº 3.129/1997), PL Nº 2.767/2000 (Apensados: PL Nº 5.007/2001 e PL Nº 6.938/2002), PL Nº 3.128/2000, PL Nº 3.244/1997, PL Nº 3.249/1997, PL Nº 3.260/2000, PL Nº 3.510/2000, PL Nº 3.641/2000, PL Nº 3.812/2000, PL Nº 3.948/1997, PL Nº 7.477/2002, PL Nº 2.334/1996 (Apensado: PL Nº 3.783/2004), PL Nº 2.183/2003 e PL Nº 342/2003)
RELATOR: Deputado VICENTINHO.
PROJETO DE LEI Nº 4.022/04 – Do Senado Federal – Maguito Vilela – (PLS Nº 493/2003) – que “autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do

Sudoeste Goiano (UFSOG), por desmembramento do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Jataí, e dá outras providências”. (Apensados: PL Nº 2.611/2003 e PL Nº 4.663/2004)
RELATOR: Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA.

II – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE “ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO”.

AVISO

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 6ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 28-04-05
Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2/03 – Do Sr. Gonzaga Patriota – que “acrescenta artigos 90 e 91 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possibilitando que os servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário”.
RELATOR: Deputado PHILEMON RODRIGUES.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE “ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS” (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR, CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).

AVISO

PROPOSIÇÃO EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (10 SESSÕES)

DECURSO: 2ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 04-05-05

Proposta de Emenda à Constituição (Art. 202, §3º)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215/03 – Do Sr. Alberto Fraga e outros – que “acrescenta o § 3º ao art. 42 da Constituição Federal que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 20-4-2005:

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural:
PROJETO DE LEI Nº 4.896/2005

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
PROJETO DE LEI Nº 5.055/2005
PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 228/1994
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 379/2005

Comissão de Defesa do Consumidor:
PROJETO DE LEI Nº 5.029/2005

Comissão de Educação e Cultura:
PROJETO DE LEI Nº 5.032/2005
PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 223/2005

Comissão de Finanças e Tributação:
PROJETO DE LEI Nº 5.027/2005

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:
PROJETO DE LEI Nº 5.024/2005
PROJETO DE LEI Nº 5.027/2005

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
PROJETO DE LEI Nº 2.667/2003
PROJETO DE LEI Nº 2.668/2003

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5403, de 2001, que “dispõe sobre o acesso a informações da Internet, e dá outras providências”.:
PROJETO DE LEI Nº 5.009/2005

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

ATO DA PRESIDÊNCIA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVE

excepcionalmente, prorrogar, até o dia 29 de abril, o prazo para recebimento de emendas, em Plenário, ao Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, do Poder Executivo, que **"dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF , e dá outras providências.**

Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 2005.

SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

PARECERES

PROJETO DE LEI Nº 5.413-B, DE 2001
(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Dispõe sobre o teor máximo de concentração de íon fluoreto, nas águas minerais naturais e nas águas purificadas adicionadas de sais, comercializadas no país; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ANTÔNIO DO VALLE); e da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação, na forma do substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio (relator: DEP. DR. BENEDITO DIAS).

Despacho: Às Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família

I – Relatório

A proposição estabelece limites para a concentração de íon fluoreto nas águas minerais e águas purificadas adicionadas de sais comercializadas no País.

Prevê a realização periódica de testes de avaliação dos níveis da referida substância, com publicação dos resultados no Diário Oficial da União.

Prevê, ainda, penalidades para o descumprimento da lei, que deverá entrar em vigor noventa dias após a sua publicação.

Em sua justificativa, faz longo histórico sobre os estudos que levaram à comprovação de problemas dentários com excesso de flúor nas águas consumidas pela população. Destaca o grande crescimento do consumo de água mineral sem controle do teor do íon fluoreto como responsável pelo crescimento do número de casos de "fluorose dental".

Ademais, informo da existência de portaria da Vigilância Sanitária que obriga aos produtores de água mineral a informar que o produto contém fluoreto, quando este é identificado acima dos teores que especifica.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A proposição foi aprovada, nos termos do Substitutivo, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que considerou importante que o regulamento especifique o órgão responsável pela fiscalização e modificou as penalidades, introduzindo multa de até três vezes o valor de cada unidade comercializada, além da apreensão do produto até a interdição do estabelecimento.

Cabe a esta Comissão opinar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II – Voto do Relator

O Projeto de Lei que ora apreciamos mostra-se muito oportuno e bem fundamentado, apresentando relevante solução para o problema da "fluorose dental", que pela sua abrangência pode ser considerado uma questão de saúde pública.

A relação entre excesso de fluoreto e problemas dentários esta por demais demonstrada. Ademais, como bem frisa o autor, o crescimento do consumo de água mineral natural ou adicionada de sais tem sido vertiginoso em nosso País. Milhões de brasileiros utilizam diariamente esse tipo de água e estão submetidos aos riscos de sérios problemas dentários se não for estabelecidos os limites necessários do íon fluoreto na composição dessas águas.

Ademais, para o sucesso da medida, torna-se fundamental a fiscalização regular e criteriosa, que deverá ser realizada pelos órgãos de vigilância sanitária. Posição essa firmada pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio – CEIC, que oportunamente aperfeiçoou a proposição original.

O substitutivo da CEIC trouxe melhoras também no disciplinamento das penalidades, ao melhor defini-las.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável ao PL nº 5.413, de 2001, nos termos do Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Sala da Comissão, 3 de junho de 2003. – Deputado **Dr. Benedito Dias,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 5.413/2001, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Dr. Benedito Dias.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Dr. Benedito Dias – Presidente, Arnaldo Faria de Sá, Guilherme Menezes e Almerinda de Carvalho – Vice-Presidentes, Amauri Gasques, Angela Guadagnin, Dr. Ribamar Alves, Eduardo Barbosa, Geraldo Thadeu, Henrique Fontana, Jandira Feghali, Jorge Alberto, José Linhares, Suely Campos, Teté Bezerra,

Zelinda Novaes, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Homero Barreto, Maninha, Sandra Rosado e Selma Schons.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputada **Almerinda de Carvalho,** 3ª Vice-Presidente no exercício da Presidência.

PROJETO DE LEI Nº 7.154-A, DE 2002
(Do Sr. Inaldo Leitão)

Acrescenta Parágrafo Único ao art. 54, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. CARLOS MOTA).

Despacho: À Comissão de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família

I – Relatório

A proposição em epígrafe defende que seja formalizada a permissão de renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social, com vistas à obtenção pelo segurado de outro benefício do mesmo regime ou de benefício de regime diverso.

Em sua justificação, o Autor ressalta que a presente iniciativa tem por objeto a correção de equívoco cometido pelos órgãos competentes da Previdência Social que, baseados na ausência de previsão legal, vêm obstaculizando o direito de renúncia à aposentadoria, o qual tem sido reiteradas vezes reconhecido pelo Tribunal de Contas da União, como também em decisões de Poder Judiciário.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

É o relatório.

II – Voto do Relator

A questão do direito de renúncia à aposentadoria vem, há tempo, suscitando polêmica, sem ter ainda logrado um equacionamento considerado satisfatório.

Contrários ao reconhecimento desse direito têm-se manifestado órgãos da Administração Pública, especialmente da Previdência Social, alegando ser a aposentadoria um ato jurídico perfeito, que, uma vez concretizado, não pode ter seus efeitos dissolvidos. Ademais, ressaltam que a permissão de renúncia oneraria o Regime Geral de Previdência Social que, após assumir a responsabilidade do pagamento do benefício, ver-se-ia obrigado a emitir Certidão de Tempo de Contribuição relativamente ao tempo de usufruto desse direito. A contribuição recolhida sobre a remuneração do aposentado que retorna à atividade não lhe assegura novo benefício, salvo o salário-família e a reabilitação profissional. Nesse sentido, a Previdência Social tem negado o reconhecimento do direito à renúncia, firmando-se na decisão de que o tempo de serviço utilizado para fins de aposentadoria não pode ser computado para obtenção de novo benefício.

Favoráveis à renúncia à aposentadoria, em favor de benefício mais vantajoso têm-se manifestado, reiteradas vezes, o Tribunal de Contas da União, especialmente em processos que envolvem servidores públicos, e também o Poder Judiciário, com base na tese de que a renúncia é ato unilateral e o direito adquirido e o ato jurídico perfeito constituem garantias do detentor do direito e não do Poder Público. Assim, tem prevalecido o entendimento no sentido da possibilidade de renúncia à aposentadoria e contagem do respectivo tempo para fins de outro benefício do mesmo regime ou de benefício concedido por outro regime previdenciário.

A proposição em tela, postula, portanto, que se estabeleça previsão legal para permitir a renúncia, como forma de dirimir as dúvidas remanescentes e de garantir, administrativamente, o reconhecimento de um direito que, no momento, o Tribunal de Contas da União e o Poder Judiciário já vêm acolhendo em suas decisões.

Cumpre-nos também ressaltar que a matéria já foi objeto de apreciação nesta Comissão de Seguridade Social e Família, quando aprovou, em 17 de novembro de 1999, o Substitutivo do Deputado Ursicino Queiroz ao Projeto de Lei nº 2.286, de 1996, no qual se acolheu a proposta de renúncia à aposentadoria, permitindo-se a contagem do tempo que lhe deu origem para obtenção de nova aposentadoria, desde que o segurado recolha as contribuições correspondentes. O referido Projeto já obteve Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos de Substitutivo, e aguarda votação na Comissão de Constituição e de Justiça e de Redação.

Em face dessas considerações, entendemos igualmente não ser aceitável privar o indivíduo do direito de renunciar a benefício, a fim de obter outro que lhe seja mais vantajoso, mas julgamos que, para isso, há que se comprovar o recolhimento das contribuições relativas ao período que se deseja averbar.

Assim sendo, necessário se faz adequar a presente proposição ao entendimento que ora manifestamos, o que nos conduz a sua aprovação, nos termos, porém, do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2003. – Deputado **Carlos Mota,** Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.154, DE 2002

Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96..

....

III – não será contado por um regime previdenciário o tempo de contribuição utilizado para a concessão de aposentadoria pelo outro, salvo na hipótese de renúncia ao benefício.

....

Parágrafo único. Na hipótese de renúncia à aposentadoria devida pelo Regime Geral de Previdência Social, somente será contado o tempo correspondente a sua percepção para fins de obtenção de benefício por outro regime previdenciário, mediante indenização da respectiva contribuição, com os acréscimos previstos no inciso IV deste artigo. " (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2003. – Deputado **Carlos Mota**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente, com substitutivo o Projeto de Lei nº 7.154/2002, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Carlos Mota.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Dr. Benedito Dias – Presidente, Arnaldo Faria de Sá, Guilherme Menezes e Almerinda de Carvalho – Vice-Presidentes, Amauri Gasques, Angela Guadagnin, Antonio Joaquim, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Dr. Francisco Gonçalves, Dr. Ribamar Alves, Dr. Rosinha, Eduardo Barbosa, Geraldo Thadeu, Henrique Fontana, Jandira Feghali, José Linhares, Manato, Milton Barbosa, Nilton Baiano, Rafael Guerra, Remi Trinta, Roberto Gouveia, Suely Campos, Ana Alencar, Carlos Mota, Celcita Pinheiro, Durval Orlato, Elimar Máximo Damasceno e Homero Barreto.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputada **Almerinda de Carvalho,** 3ª Vice-Presidente no exercício da Presidência.

PROJETO DE LEI Nº 365-B, DE 2003
(Do Sr. Rogério Silva)

Altera o caput do art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências"; tendo pareceres: da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JAIRO CARNEIRO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e no mérito, pela aprovação nos termos do Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio (relator: DEP. PEDRO NOVAIS).

Despacho: Às Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação (Art. 54); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II

Publicação do Parecer da Comissão de Finanças e Tributação

I – Relatório

O Projeto de Lei n° 365, de 2003, de autoria do nobre Deputado Rogério Silva, visa a incluir os setores de comércio e serviços entre os beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO), mediante alteração do caput do art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta esses Fundos.

Os Fundos de que aqui se trata foram instituídos pelo art. 159, inciso I, da Constituição Federal, que determina, em sua alínea c, a destinação de três por cento da receita do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que tem representado significativo aporte de recursos para a alavancagem da economia dessas regiões.

De acordo com a regulamentação vigente, podem ser financiados pelos Fundos Constitucionais os produtores e empresas, tanto pessoas físicas como jurídicas, e as cooperativas de produção, dos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial, além de empreendimentos não-governamentais de infra-estrutura econômica e dos próprios setores comercial e de serviços, limitado, porém, o volume de recursos a estes destinado a dez por cento do montante anual de financiamentos de cada Fundo.

Ocorre, portanto, que a atual redação do caput do art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, cuja alteração é proposta, permite o financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais Regionais tão-somente das atividades produtivas agropecuária, mineral, industrial e agroindustrial; porém, o § 3º do mesmo artigo, com a redação dada pela Lei nº 10.177, de 2001, já estabelece a ampliação, proposta no Projeto em tela, da gama de atividades financiáveis pelos Fundos, permitindo que também sejam beneficiados os setores de serviços e comercial das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ainda que com a limitação, acima mencionada, do volume anual de financiamentos concedidos a estes setores.

O PL nº 365, de 2003, foi inicialmente apreciado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, que se manifestou favorável à sua aprovação, na forma de Substitutivo, e vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para exame do mérito e da adequação orçamentária e financeira, devendo, a seguir, ser submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

II – Voto do Relator

Assiste razão ao ilustre Deputado Rogério Silva quando se refere, na justificação do Projeto em apreço, à "preponderância econômica do setor terciário da economia" como fenômeno mundial, que não pode ser desconsiderado na formulação da política de fomento do desenvolvimento econômico regional em nosso País.

Parece-nos, com base nesse argumento, inquestionável o mérito da proposição sob exame. No entanto, conforme mencionado no Relatório acima, a Lei nº 10.177, de 2001, ao acrescentar § 3º ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, já contempla a proposta, ainda que o faça parcialmente, ao conceder aos empreendimentos dos setores comercial e de serviços até dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais.

Assim sendo, verifica-se que a alteração da Lei nº 7.827, de 1989, nos termos propostos, seria inteiramente inócua, pois em nada modificaria a regra vigente, dada pelo referido § 3º do art. 4º, que prevaleceria mesmo diante da aprovação do Projeto em apreço.

Diante disso, concordamos com o posicionamento assumido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC com relação a esta matéria, ao adotar Substitutivo à proposição, que não somente corrige a redação – na verdade, sujeita a dupla interpretação – dada, no Projeto original, ao caput do art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, como também suprime o referido § 3º desse artigo, eliminando a limitação que este dispositivo atualmente impõe ao financiamento dos setores de comércio e demais serviços pelos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional.

Entendemos, portanto, conveniente e oportuna a alteração do dispositivo em tela, na forma do Substitutivo da CDEIC, especialmente tendo em conta dois aspectos da questão. O primeiro, a que já nos referimos, e que se encontra bastante bem elucidado, tanto na justificação do ilustre Autor da proposição, como principalmente nas manifestações do Relator da matéria na CDEIC, nobre Deputado Jairo Carneiro, diz respeito ao dinamismo que adquiriu na economia contemporânea o setor terciário, abrangendo serviços diversos e as atividades comerciais, fazendo com que seja este o setor econômico a concentrar, em proporções crescentes, a produção, a renda e o emprego, não podendo, por conseguinte, deixar de ser objeto do apoio governamental nas regiões do País de economia mais débil, representado pelo financiamento concedido pelos Fundos Constitucionais .

Em segundo plano, releva também acrescentar que, sendo o objetivo da existência dos Fundos aportar recursos às regiões menos desenvolvidas do País, com a finalidade de promover seu desenvolvimento, a abertura do leque de suas atividades beneficiárias haverá, ainda, de induzir a intensificação das concessões de financiamentos pelos bancos gestores (Banco do Brasil, BASA e BNB), o que deverá trazer reflexos positivos na economia das regiões às quais são direcionados os recursos.

Este último aspecto ganha importância quando se sabe que as instituições bancárias gestoras dos recursos dos Fundos Constitucionais têm, ao longo dos anos, deixado de aplicar significativa parcela dos recursos a eles destinados, sob a alegação principal da falta de empreendimentos que preencham as condições exigidas para a obtenção dos financiamentos. Tendo em vista que os bancos devem assumir o risco dos créditos concedidos, a conservadora política de habilitação de empreendedores é aceitável, ficando a solução para o problema da retenção dos recursos

dependente da ampliação do leque de potenciais beneficiários, justamente como está proposto na proposição em apreço.

Ainda que certamente não venha a solucionar todas as distorções atualmente verificadas na operação dos Fundos Constitucionais Regionais, entendemos que a aprovação do PL em apreço mostra-se, assim, inteiramente meritória, pela contribuição que certamente dará ao pleno aproveitamento dos recursos federais destinados ao fomento da economia do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cabe a esta Comissão, além de proceder ao exame do mérito da proposição, apreciá-la quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 32, IX, "h", e 53, II, bem como da Norma Interna desta Comissão, datada de 29 de maio de 1996, que "estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira".

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que "importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública" estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira. Neste sentido dispõe também o art. 9º da citada Norma Interna, in verbis:

> "Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não."

A análise do PL nº 365, de 2003, demonstra que seu objetivo concentra-se na pura e simples ampliação do rol de beneficiários dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais Regionais, não representando, portanto, qualquer acréscimo ou redução do montante de recursos destinado a esses Fundos, ou impacto sobre a despesa ou a receita pública, razão pela qual entendemos não ter o Projeto implicação financeira ou orçamentária.

Diante do exposto, somos pela não-implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, pelo que não cabe pronunciamento desta Comissão quanto à sua adequação orçamentária e financeira, e, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 365, de 2003, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Sala da Comissão, 22 de março de 2005. – Deputado **Pedro Novais,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 365-A/03, nos termos do Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, de acordo com oparecer do relator, Deputado Pedro Novais.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Geddel Vieira Lima, Presidente; Eduardo Cunha, Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, Vice-Presidentes; Coriolano Sales, Delfim Netto, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, Gonzaga Mota, João Magalhães, José Carlos Machado, José Militão, José Pimentel, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Max Rosenmann, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Osório Adriano, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Roberto Brant, Silvio Torres, Vignatti, Wasny de Roure, Antonio Cambraia e Feu Rosa.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2005. – Deputado **Geddel Vieira Lima,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.123-A, DE 2003
(Do Sr. Ricardo Izar)

Acrescenta expressão ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; tendo parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela rejeição deste e da emenda apresentada na Comissão (relator: DEP. LEONARDO MONTEIRO).

Despacho: Às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se no parágrafo único citado no art. 1º do Projeto a expressão:

> ".... observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados, quando inexistir legislação municipal específica, os princípios e limites a que se refere este artigo.."

pela expressão

" .... serão respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo único e exclusivamente nos casos em que inexistia no município plano diretor ou lei específica para o parcelamento, uso e ocupação do solo."

Justificação

A presente emenda tem por objetivo tornar mais clara a redação do Projeto, tendo em vista os propósitos enunciados pelo Autor da iniciativa.

De fato, quando o parágrafo único proposto para o art. 2º da Lei 4.771/65 exige que o município tenha uma legislação específica como condição para fugir ao engessamento do Código Florestal, isso poderia ser interpretado, erroneamente, que deveria existir algo como um código florestal municipal, para cada município envolvido. Esse não é o objetivo do Projeto. Basta que o município tenha um disciplinamento legal sobre a questão, seja um plano diretor ou uma lei de uso do solo, para não se ver obrigado a seguir parâmetros definidos para regiões não urbanas.

Sala da Comissão, 22 de outubro de 2003. – Deputado **Paes Landim**

PARECER VENCEDOR

I – Relatório

O projeto de Lei 2.123/03, de autoria do nobre Deputado Ricardo Izar, recebeu uma emenda substitutiva do Deputado Paes Landim, durante o prazo regimental aberto na então Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias – CDCMAM e foi primeiramente distribuído ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, que apresentou parecer pela aprovação do projeto, com substitutivo, e contrário à emenda recebida.

Com a criação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em março de 2004, o projeto recebeu novo despacho e foi enviado para esta Comissão. O Deputado Ronaldo Vasconcelos foi novamente designado relator e apresentou parecer com novo substitutivo, também favorável ao projeto e contrário à emenda, que não foi apreciado por este Órgão Técnico.

Em fevereiro de 2005 o Deputado Sarney Filho foi designado relator do PL 2.123/03 e apresentou novo parecer, favorável ao projeto, com substitutivo, e contrário à emenda recebida na CDCMAM. Apresentei, juntamente com os Deputados Luciano Zica, Luiz Alberto, Cézar Medeiros e João Alfredo, voto em separado contrário à matéria.

O parecer do relator foi rejeitado na Reunião Ordinária Deliberativa do dia 6 de abril de 2005, ocasião em que fui designado pelo Presidente para elaborar o parecer vencedor, em face de ser o primeiro subscritor do voto em separado, cujos argumentos técnicos subsidiaram os membros da Comissão a votar pela rejeição da matéria, cuja íntegra encontra-se transcrita abaixo, no voto do relator.

II – Voto do Relator

O primeiro instrumento legal de controle sobre a ação do homem nas florestas brasileiras foi o decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934, conhecido como "Código Florestal Antigo".

Naquela época a execução do "Código Florestal Antigo" ficava a cargo do "Conselho Florestal Federal" . Este conselho, com sede no Rio de Janeiro, reunia representantes do Museu Nacional, do Jardim Botânico e até mesmo do Tourig Clube do Brasil. Seus principais objetivos eram de fomentar a criação dos Conselhos Florestais Estaduais e orientar as autoridades florestais na aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Florestal.

O Código Florestal de 1934 não foi capaz de conter o desmatamento predatório existente entre as décadas de trinta até a metade da década de sessenta,. Nesta período as regiões Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul da País sofreram um forte desmatamento fruto dos ciclos econômicos da cana–de-açucar, café, leite e pelas políticas desenvolvimentistas do Presidente JK.

O "Antigo Código Florestal" trazia em seu artigo 3º a classificação florestal brasileira assim ordenada:

Florestas protetoras;

Florestas remanescentes;

Florestas modelo;

Florestas de rendimento.

Desde os primórdios da civilização o Homem ocupa as áreas em torno dos cursos d'água. Tal ocupação se deu devido, inicialmente, ao fato da facilidade e comodidade para o abastecimento de água e para o esgotamento sanitário. Além dos rios fornecerem a água e receberem os esgotos eles, os rios, ainda hoje em regiões como a Amazônia, funcionam como via de acesso e comunicação com outras regiões.

Os rios brasileiros que agonizam por falta de investimento no setor de saneamento público também são alvos de outro mal: as ocupações urbanas em áreas de mananciais. Estas ocupações, em muitos casos, são promovidas pelos agentes especuladores imobiliários. Estas ocupações desordenadas podem e devem ser reguladas através de plano diretor municipal e, como no caso do Estado de São Paulo, por leis estaduais de uso e ocupação de áreas de mananciais e estuários.

Para melhor compreendermos a matéria em análise temos que nos remeter aos artigos 2º e 3º do Código Florestal e ao parágrafo único do artigo 2º que, com uma clareza solar, dirimem à dúvida sobre a quem o dispositivo legal apresentado como substitutivo à redação da Lei 4771/65, será de boa serventia. Diz o artigo, verbis,:

> “ Art. 2º Considera-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
>
> **a)** ao longo dos rios ou de qualquer curso d’água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
>
> 1 – de 30 m(trinta metros) para os cursos d’água de menos de 10 metros de largura;
>
> 2 – de 50 m (cinqüenta metros) para os cursos d’água que tenham de 10(dez) a 50(cinqüenta) metros de largura;
>
> **b)** ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d’água naturais ou artificiais;(...)
>
> Parágrafo único:” No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observa-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, **respeitando-se os princípios e limites a que se refere este artigo”** – grifo nosso.

Na lição sempre abalizada do Professor e Jurista Doutor Luiz Carlos Silva de Moraes na obra intitulada “ Código Florestal Comentado”, editora Atlas S.A 1999, assim analisa os artigos 2º e 3º da referida Lei, literis:

> “ Tanto nos casos do art.2º, alíneas d/h, quanto nos casos do art.3º, a proibição recai sobre o particular como regra especial, visando ao equilíbrio ambiental, pois apenas algumas propriedades serão atingidas, melhor, as hipóteses legais não são destinadas à propriedade de forma genérica, já é um comando especial por si.
>
> O § 1º do artigo 3º permite a supressão de vegetação de preservação permanente, condicionada à prévia autorização do poder executivo federal, contanto que seja o terreno aproveitado em projetos de utilidade pública ou interesse social.
>
> A utilidade pública encontra-se em toda ação com finalidade de se atender à coletividade, ou seja , no caso específico, será de utilidade pública a supressão de vegetação para a instalação de atividade lícita, desejada por toda a comunidade ou grande parcela dela (exemplo: obra de infra-estrutura, hidrelétricas, fábricas, geração de empregos de qualquer forma, etc).” Como podemos observar na lição do Professor Luiz Carlos Silva Moraes, o dispositivo legal em vigor visa coibir as ações predatórias ao meio ambiente sem, no entanto, prejudicar o desenvolvimento das cidades. Segundo o professor “Tal lição nos leva a entender que proteger o meio ambiente não é simplesmente proibir atividades mas qualifica-las e quantifica-las”.

Ademais, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Siva, acaba de vetar artigo em lei aprovada pelo Congresso que intentava banir o código florestal nas relações urbanas, o que de certa medida é o intento real deste Projeto de Lei.

Devido ao exposto, e por entender que o Projeto de Lei representa um retrocesso nas relações ambientais e sociedade, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.123/03 e da emenda nº 1/2003 CDCMAM.

Sala das comissões, 6 de abril de 2005. – **Leonardo Monteiro,** Deputado Federal, PT-MG.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 2.123/2003 e a EMC 1/2003 CDCMAM, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Leonardo Monteiro. O Parecer do Relator, Deputado Sarney Filho, passou a constituir Voto em Separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Luciano Castro – Presidente, Jorge Pinheiro e Kelly Moraes – Vice-Presidentes, Antonio Carlos Mendes Thame, Babá, César Medeiros, Edson Duarte, João Alfredo, Leonardo Monteiro, Luciano Zica, Oliveira Filho, Sarney Filho, Affonso Camargo, Cezar Silvestri e Joaquim Francisco.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Luciano Castro,** Presidente.

VOTO EM SEPARADO DA BANCADA DO PT

O primeiro instrumento legal de controle sobre a ação do homem nas florestas brasileiras foi o decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934, conhecido como “Código Florestal Antigo”.

Naquela época a execução do “Código Florestal Antigo” ficava a cargo do “Conselho Florestal Federal” . Este conselho, com sede no Rio de Janeiro, reunia representantes do Museu Nacional, do Jardim Botânico

e até mesmo do Tourig Clube do Brasil. Seus principais objetivos eram de fomentar a criação dos Conselhos Florestais Estaduais e orientar as autoridades florestais na aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Florestal.

O Código Florestal de 1934 não foi capaz de conter o desmatamento predatório existente entre as décadas de trinta até a metade da década de sessenta,. Nesta período as regiões Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul da País sofreram um forte desmatamento fruto dos ciclos econômicos da cana–de-açucar, café, leite e pelas políticas desenvolvimentistas do Presidente JK.

O "Antigo Código Florestal" trazia em seu artigo 3º a classificação florestal brasileira assim ordenada:

Florestas protetoras;
Florestas remanescentes;
Florestas modelo;
Florestas de rendimento.

Desde os primórdios da civilização o Homem ocupa as áreas em torno dos cursos d'água. Tal ocupação se deu devido, inicialmente, ao fato da facilidade e comodidade para o abastecimento de água e para o esgotamento sanitário. Além dos rios fornecerem a água e receberem os esgotos eles, os rios, ainda hoje em regiões como a Amazônia, funcionam como via de acesso e comunicação com outras regiões.

Os rios brasileiros que agonizam por falta de investimento no setor de saneamento público também são alvos de outro mal: as ocupações urbanas em áreas de mananciais. Estas ocupações, em muitos casos, são promovidas pelos agentes especuladores imobiliários. Estas ocupações desordenadas podem e devem ser reguladas através de plano diretor municipal e, como no caso do Estado de São Paulo, por leis estaduais de uso e ocupação de áreas de mananciais e estuários.

Para melhor compreendermos a matéria em análise temos que nos remeter aos artigos 2º & 3º do Código Florestal e ao parágrafo único do artigo 2º que, com uma clareza solar, dirimem à dúvida sobre a quem o dispositivo legal apresentado como substitutivo a redação da Lei 4771/65, grifos nosso, será de boa serventia. Diz o artigo, verbis:

> " Art. 2º Considera-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
>
> **a)** ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cujo a largura mínima seja:
>
> 1 – de 30 m(trinta metros) para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;
>
> 2 – de 50 m (cinqüenta metros) para os cursos d'água que tenham de 10(dez) a 50(cinqüenta) metros de largura;
>
> **b)** ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
>
> .... (...)
>
> Parágrafo único:" No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observa-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitando-se os princípios e limites a que se refere este artigo."

Na lição sempre abalizada do Professor e Jurista Doutor Luiz Carlos Silva de Moraes na obra intitulada " Código Florestal Comentado", editora Atlas S.A 1999, assim analisa os artigos 2º e 3º da referida Lei, literis:

> " Tanto nos casos do art.2º, alíneas d/h, quanto nos casos do art.3º, a proibição recai sobre o particular como regra especial, visando ao equilíbrio ambiental, pois apenas algumas propriedades serão atingidas, melhor, as hipóteses legais não são destinadas à propriedade de forma genérica, já é um comando especial por si.
>
> O PARÁGRAFO 1º(do artigo 3º) permite a supressão de vegetação de preservação permanente, condicionada à prévia autorização do poder executivo federal, contanto que seja o terreno aproveitado em projetos de utilidade pública ou interesse social.
>
> A utilidade pública encontra-se em toda ação com finalidade de se atender à coletividade, ou seja , no caso específico, será de utilidade pública a supressão de vegetação para a instalação de atividade lícita, desejada por toda a comunidade ou grande parcela dela (exemplo: obra de infra-estrutura, hidrelétricas, fábricas, geração de empregos de qualquer forma, etc)."

Como podemos observar na lição do Professor Luiz Carlos Silva Moraes, o dispositivo legal em vigor visa coibir as ações predatórias ao meio ambiente sem, no entanto, prejudicar o desenvolvimento das cidades. Segundo o professor "Tal lição nos leva a entender que proteger o meio ambiente não é simplesmente proibir atividades mas qualifica-las e quantifica-las".

Ademais, o Presidente Lula acaba de vetar artigo em lei aprovada no Congresso que intentava banir o

código florestal nas relações urbanas, o que de certa medida é o intento real deste PL.

Devido ao exposto e por entender que o PL representa um retrocesso nas relações ambientais e sociedade votamos contrários ao PL e seu substitutivo.

Sala das comissões, 9 de novembro de 2004. – **Leonardo Monteiro**, Deputado Federal, PT-MG.

Deputado Luciano Zica
Deputado Luiz Alberto
Deputado César Medeiros
Deputado João Alfredo

VOTO EM SEPARADO DO
DEPUTADO SARNEY FILHO

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 2.123, de 2003, de autoria do nobre Deputado Ricardo Izar, visa alterar a redação do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal). O referido art. 2º define florestas de preservação permanente e, em particular, estabelece a largura mínima dessas áreas ao longo dos cursos de água. O parágrafo único desse artigo, em sua redação original, determina que, em áreas urbanas, deverão ser observadas as disposições dos seus respectivos planos diretores e das leis de uso do solo municipais, respeitados os princípios e limites dispostos no Código Florestal (CF).

Conforme a redação proposta no PL em epígrafe, os princípios e limites dispostos no Código Florestal somente serão respeitados enquanto não existir legislação municipal específica.

O autor justifica sua proposição argumentando que a redação original do Código impossibilita que os municípios estabeleçam sua próprias normas, relativamente aos limites de área de preservação permanente (APP) em zona urbana. O PL em epígrafe, segundo seu autor, vem corrigir essa injustiça, permitindo aos municípios que apliquem suas próprias leis, em conformidade com as peculiaridades locais.

Encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias em 2003, o PL nº 2.123/2003 recebeu uma Emenda Substitutiva do Deputado Paes Landim, que tem por fim tornar mais clara sua redação. De acordo com a referida Emenda, serão respeitados os princípios e limites a que se refere o art. 2º do Código Florestal somente quando não existir no Município "plano diretor ou lei específica para o parcelamento, uso e ocupação do solo". Ainda em 2003, o Parecer do então Relator, Deputado Ronaldo Vasconcelos, manifestou-se pela rejeição da Emenda e pela aprovação do PL na forma de Substitutivo de sua autoria.

Em 26 de abril de 2004, a proposição foi encaminhada à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e novamente designado Relator o Deputado Ronaldo Vasconcelos, que apresentou Parecer com novo Substitutivo. No entanto, o projeto foi retirado de pauta de ofício, nas reuniões finais da sessão legislativa de 2004.

Encontra-se, agora, o Projeto de Lei nº 2.123, de 2003, na pauta desta Comissão, para apreciação quanto ao mérito, nos termos do inciso XIII do artigo 32 do Regimento Interno.

II – Voto

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pela Resolução nº 20, de 2004, cumpre a esta Comissão pronunciar-se quanto ao mérito das proposições que tratam de "política ambiental [...]; direito ambiental; legislação de defesa ecológica", "recursos naturais renováveis, flora, fauna e solo [...]" e "desenvolvimento sustentável" (art. 32, XIII, incisos a, b e c).

Para procedermos à análise da matéria, cabe, inicialmente, averiguarmos as disposições do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989). Diz a lei:

Art. 1º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

> **a)** ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:
>
> 1 – de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
>
> 2 – de 50 (cinqüenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinqüenta) metros de largura;
>
> 3 – de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinqüenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
>
> 4 – de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 – de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinqüenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, obervar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo" (grifo nosso).

Atente-se, ainda, para o disposto na Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, que "altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências", que dá a seguinte redação aos arts. 1º e 4º do Código Florestal:

"Art. 1º..

§ 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por:

....

II – área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

....

IV – utilidade pública:

a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária;

b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia; e

c) demais obras, planos, atividades ou projetos previstos em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

V – interesse social:

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do CONAMA;

b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; e

c) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do CONAMA;

Art. 4º A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

§ 1º A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

§ 3º O órgão ambiental competente poderá autorizar a supressão eventual e de baixo impacto ambiental, assim definido em regulamento, da vegetação em área de preservação permanente.

....

§ 5º A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues, de que tratam, respectivamente, as alíneas "c" e "f" do art. 2º deste Código, somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública" (grifo nosso).

É forçoso que citemos, também, as normas sobre política urbana, as quais estão definidas na Constituição Federal e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Conforme dispõe a Carta Magna, toda cidade com mais de vinte mil habitantes deve aprovar, por meio de lei, o respectivo plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (art. 182, § 1º). É no âmbito do plano diretor que são definidos os critérios para o cumprimento da função social da propriedade urbana (art. 182, § 2º). Por sua vez, o Estatuto da Cidade aponta o plano diretor como um dos instrumentos de planejamento municipal (art. 4º, III, a), em especial de ordenamento dos usos e ocupação do solo urbano (art. 39).

Destarte, sintetizando as normas acima transcritas, verifica-se que o Código Florestal institui limitação administrativa ao uso da propriedade, especificando áreas onde não é possível a supressão da vegetação existente. Em princípio, é vedado ao particular suprimir vegetação de área de preservação permanente para seu próprio interesse. No entanto, a limitação não é absoluta, pois a MP 2.166-67/2001 permite a supressão, por meio de autorização do órgão competente, em caso de utilidade pública ou interesse social. Além disso, é possível a "supressão eventual e de baixo impacto ambiental da vegetação de APP, assim definido em regulamento" (art. 4º, § 3º, redação dada pela MP).

Nas áreas urbanas, em especial, a autorização de desmatamento em área de preservação permanente por utilidade pública ou interesse social poderá ser dada pelo órgão ambiental municipal, se o Município possuir conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico. Caso o Município não possua o referido conselho, vale a regra geral, em que a autorização é tarefa do órgão estadual (art. 4º, § 1º, na redação dada pela MP).

Conclui-se, assim, que as áreas de preservação permanente são, em princípio, intocáveis, mas existe flexibilidade no âmbito do Código Florestal que torna possível suprimir a vegetação nos casos de interesse coletivo ou de obras e empreendimentos de pequeno impacto. E a lei não poderia ser de outra forma, caso contrário inviabilizaria a construção de pontes, barragens e tantas outras obras indispensáveis ao bem-estar da população.

Ressalte-se, entretanto, que toda cautela é necessária na proteção da vegetação nas áreas de preservação permanente, tendo em vista a função ecológica que essas áreas desempenham. A cobertura vegetal ao longo dos corpos de água é essencial para a conservação dos recursos hídricos, uma vez que esta protege o solo contra a erosão e evita o processo de assoreamento e poluição daquele precioso recurso ambiental. A cobertura vegetal nativa ao longo dos rios e nascentes, por sua vez, contribui para a manutenção de corredores ecológicos, os quais permitem o fluxo gênico entre populações da flora e da fauna situadas em áreas distantes que poderiam estar separadas, não fossem as áreas de preservação permanente.

É sabido, porém, que as normas do Código Florestal relativas à manutenção das florestas de preservação permanente têm sido largamente desobedecidas nas áreas urbanas, onde a dinâmica das transformações do espaço se dão de forma muito acelerada e intensa. Nessas zonas, grande parte das áreas de preservação permanente já foi destruída, dando lugar a assentamentos informais de baixa renda, cuja retirada poderá gerar muitos conflitos sociais. A remoção dessa população já consolidada é, em muitos casos, problemática e ineficiente, pois requer um aparato institucional de fiscalização que o Estado não possui, para evitar o retorno das ocupações.

Entendemos que poder-se-á admitir a supressão da vegetação para regularização fundiária desses assentamentos, desde que obedecidas certas salva-guardas, como a exigência de Estudo de Impacto Ambiental para fins de licenciamento ambiental e a destinação da área como zona de habitação de interesse social no plano diretor. Consideramos fundamental, ainda, que seja vedada a regularização fundiária em áreas de risco e a manutenção de uma faixa mínima de vegetação, para que a APP cumpra sua função ecológica.

Em área urbana, entendemos possível, ainda, a flexibilização do uso de parcela da APP para implantação de atividades de lazer em contato harmônico com a natureza, como parques ecológicos. Aqui, também, advogamos a ocupação dentro de critérios restritos, como a definição de uma taxa máxima de impermeabilização do solo e a manutenção de uma faixa mínima de preservação, onde a vegetação deverá permanecer intocável.

Assim, somos pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 2.123, de 2003, na forma do Substitutivo apresentado em anexo, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2005. – Deputado **Sarney Filho.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.123, DE 2003

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", dispondo sobre área de preservação permanente em área urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que "institui o novo Código Florestal", passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o parágrafo único a constituir o § 1º:

"Art. 2º ....

....

§ 2º Nas áreas urbanas mencionadas no § 1º, nas Áreas de Preservação Permanente -APP – de que tratam as alíneas "a" e "b" do art. 2º da Lei, fica permitido implantar infra-estrutura destinada a atividades de lazer em contato harmônico com a natureza, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, observadas as seguintes condições:

I – deve ser preservada a vegetação que assegure o cumprimento das funções ecológicas da APP;

II – a impermeabilização do solo não pode ultrapassar a taxa de cinco por cento da superfície da APP inserida na área verde usada para atividade de lazer;

III – a implantação de infra-estrutura de que trata este parágrafo depende de autorização do órgão ambiental competente."

....

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com o seguinte § 3º, renumerando-se os demais:

"Art. 4º ....

....

§ 3º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se de interesse social o projeto de regularização fundiária de assentamentos humanos de baixa renda, sem prejuízo de outros projetos e atividades assim definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, cuja ocupação esteja consolidada até a data de publicação desta Lei, respeitados os critérios estabelecidos pelo CONAMA, para supressão da vegetação, e atendidos os seguintes requisitos:

I – somente serão passíveis de supressão para regularização fundiária de ocupações de baixa renda as áreas de preservação permanente mencionadas nas alíneas "a" e "b" do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, respeitada, em qualquer caso, faixa não edificável correspondente à metade daquela constante nas referidas alíneas;

II – a área passível de regularização deve integrar zona habitacional de interesse social, definida no plano diretor, tendo regime urbanístico específico para habitação popular;

III – o licenciamento ambiental deve ser precedido de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);

IV – é vedada a regularização de ocupações em áreas sujeitas a inundações, deslizamentos, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outros riscos à segurança humana.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2005. – Deputado **Sarney Filho.**

PROJETO DE LEI Nº 2.790-A, DE 2003
(Do Sr. Elimar Máximo Damasceno)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências"; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. LUIZ BITTENCOURT).

Despacho: Às Comissões de Defesa do Consumidor; de Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor

I – Relatório

O projeto de lei em referência busca acrescer ao elenco de dispositivos que devem constar dos contratos, regulamentos ou condições gerais dos planos e seguros privados de assistência à saúde, como inciso XIII do art. 16 da Lei nº 9.656, de 1998, alterado pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, a exigência da informação dos "endereços para correspondência e eletrônico, bem

como telefones de contato, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e dos órgãos de defesa do consumidor atuantes na respectiva Unidade da Federação ou Município".

Não consta o recebimento de emendas ao projeto, cuja apreciação de mérito deve ser procedida por esta Comissão, na forma do art. 32, V, b, do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

Trata-se de medida que amplia bastante o nível de informação prestada ao consumidor, atuando em benefício deste, da comunidade em geral e da ordem público, facilitando o acesso do usuário de plano ou seguro de assistência à saúde ao órgão fiscalizador e cooperando com o controle governamental sobre a atividade privada, na forma da lei.

A medida proposta não onera de forma significativa os custos dos contratos alcançados, nem causa transtornos a sua operacionalização; ao contrário, apresenta sugestões que só aperfeiçoam a legislação vigente.

De nossa parte, faríamos a tão-só observação que as informações exigidas ficam sujeitas a alteração, por mudança de endereço, prefixo ou número telefônico, bem como podem variar conforme o domicílio do consumidor que firma o contrato de assistência à saúde.

Entendemos, porém, que tal fato poderá ser facilmente contornado, na execução da lei, pela apresentação de informações sobre órgãos de defesa do consumidor que atuam nas diversas unidades da federação, abrangendo, obviamente, o município respectivo.

Sendo assim, qualquer apuração redacional eventualmente necessária será facilmente detetada e certamente procedida, como sói acontecer, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.790, de 2003.

Sala da Comissão, 22 de junho de 2004. – Deputado **Luiz Bittencourt,** Relator.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO
PL Nº 2.790, DE 2003

A presente complementação de voto visa adaptar o texto do Projeto de Lei às contribuições e sugestões dos ilustres Deputados Jonival Lucas Junior e Eduardo Seabra, durante a discussão do PL nº 2.790/03 nesta Comissão.

Em face do exposto, voto pela aprovação do PL nº 2.790/03 na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Luiz Bittencourt,** Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
Nº 2.790, DE 2003

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências".

Art. 1º. O art. 16 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 16..
§ 1º. ....
§ 2º. ....
§3º. Deverão constar dos boletos bancários e dos outros instrumentos de cobrança encaminhados ao consumidor a que se refere o § 1º os endereços para correspondência e eletrônico, bem como telefones para contato, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e dos órgãos de defesa do consumidor atuantes na respectiva Unidade da Federação ou Município".

Art. 2º Esta lei entra em vigor após 90 (noventa) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Luiz Bittencourt,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 2.790/2003, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Bittencourt, que apresentou complementação de voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Luiz Antonio Fleury – Presidente, Eduardo Seabra – Vice-Presidente, Ana Guerra, Celso Russomanno, Jonival Lucas Junior, José Carlos Araújo, Luiz Bittencourt, Marcelo Guimarães Filho, Paulo Lima, Renato Cozzolino, Selma Schons, Simplício Mário, Julio Lopes, Maria do Carmo Lara e Remi Trinta.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Luiz Antonio Fleury,** Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.070-A, DE 2004
(Do Sr. Ivan Paixão)

Denomina o trecho da BR – 235 entre Aracaju e a divisa SE / BA "Rodovia Padre Pedro"; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes pela aprovação (relator: DEP. MARCELO CASTRO).

Despacho: Às Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão de Viação e Transportes

I – Relatório

O projeto de lei em tela, elaborado pelo nobre Deputado Ivan Paixão, pretende denominar "Rodovia Padre Pedro" o trecho da rodovia BR-235 entre a cidade de Aracaju e a divisa que separa os Estados de Sergipe e da Bahia.

Nos termos do art. 32, XX, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a este órgão técnico pronunciar-se sobre "assuntos referentes ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral". Quanto ao mérito da homenagem cívica, compete à Comissão de Educação e Cultura manifestar-se, nos termos da alínea "f" do inciso IX do mesmo dispositivo regimental.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – Voto do Relator

O nobre Deputado Ivan Paixão pretende homenagear o Padre Pedro que, ao longo de sua extensa vida, foi muito estimado e admirado pelo povo sergipano. O trecho da BR-235, entre a cidade de Aracaju e a divisa entre os Estados de Sergipe e da Bahia, é uma rodovia transversal e está inclusa no item 2.2.2 da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprovou o Plano Nacional de Viação (PNV).

No âmbito da competência da Comissão de Viação e Transportes, cabe registrar que este projeto de lei é amparado pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do PNV, cujo dispositivo é o seguinte:

> "Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade."

Diante do exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 4.070/04.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Marcelo Castro,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 4.070/04, nos termos do parecer do relator, Deputado Marcelo Castro.

Estiveram presentes os seguintes Deputados:

Mário Assad Júnior – Presidente, Nelson Bornier – Vice-Presidente, Affonso Camargo, Beto Albuquerque, Chico da Princesa, Devanir Ribeiro, Domiciano Cabral, Edinho Bez, Eliseu Padilha, Eliseu Resende, Giacobo, Hélio Esteves, Jair de Oliveira, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Marcelo Castro, Mauro Lopes, Milton Monti, Philemon Rodrigues, Telma de Souza, Vittorio Medioli, Wellington Roberto, Carlos Dunga, Jurandir Boia, Oliveira Filho e Pedro Fernandes.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2005. – Deputado **Mário Assad Júnior,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.812-A, DE 2002
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 1.437/2001
MSC Nº 1.356/2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Camaçari, Estado da Bahia; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: DEP. PAULO MAGALHÃES).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 575, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado,

primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

No que se refere à juridicidade da matéria, faz-se necessária a apresentação de substitutivo a fim de adequar o texto do projeto de decreto legislativo aos termos da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002. Esta alterou o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 para ampliar de três para dez anos a validade da outorga das rádios comunitárias.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.812, de 2002, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputado **Paulo Magalhães,** Relator.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.812, DE 2002
(Mensagem Nº 1.356/2001)

Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria no 575, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia, retificando o prazo original de três para dez anos, em vista do que dispõe a Lei nº 10.597/2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputado **Paulo Magalhães,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.812/2002, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

SUBSTITUTIVO ADOTADO – CCJC

Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria no 575, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia, retificando o prazo original de três para dez anos, em vista do que dispõe a Lei nº 10.597/2002.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.298-A, DE 2004
(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 05 de julho de 2002; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. CEZAR SCHIRMER).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de projeto de decreto legislativo, elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que intenta ratificar o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Cível, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 05 e julho de 2002.

A proposição em apreço teve origem na Mensagem nº 1.123, de 2002, do Sr. Presidente da República, acompanhada da Exposição de Motivos nº 347, também de 2002, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, cujo teor esclarece que "(...) à luz do objetivo de fortalecer os vínculos existentes entre os Estados Partes do Mercosul, a Bolívia e o Chile com vistas à conformação de um espaço jurídico integrado, apto a promover o adensamento das relações comerciais na região e aprofundar a assistência judiciária mútua, o Acordo, negociado no âmbito da Reunião de Ministros de Justiça do Mercosul, da qual participam os mencionados países como Estados Associados ao Mercosul, estende à Bolívia e ao Chile o mecanismo de cooperação jurisdicional já existente entre os Estados Partes do Mercosul, por força do Protocolo de Las Leñas (...)".

Pelo mencionado Acordo, os nacionais, cidadãos e residentes permanentes dos Estados signatários, terão livre acesso à jurisdição de cada país para a defesa de seus direitos e interesses, independente de caução ou depósito, sendo-lhes também reconhecida a eficácia extraterritorial de medidas processuais, inclusive sentenças e laudos arbitrais.

O Acordo prevê, ainda, que os documentos emanados das autoridades jurisdicionais dos Estados signatários, assim como as escrituras públicas e os documentos que certifiquem a validade, a data e a veracidade da assinatura ou a conformidade com o original, ficam isentos de toda legalização, certificação ou formalidade análoga para fins de apresentação no território de outro país signatário.

De conformidade com o art. 54, inciso I, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em tela.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Sobre os aspectos de competência deste Órgão Colegiado, constata-se que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298, de 2004, encontra-se albergado pelo art. 49, inciso I, da Constituição Federal, visto que se trata de matéria inserta na competência exclusiva do Congresso Nacional, qual seja, a ratificação de acordo internacional celebrado pelo Poder Executivo.

De outro lado, verifica-se que o texto do Acordo referido não contém nenhuma incompatibilidade vertical com os princípios e regras constitucionais vigentes. Ademais, o projeto de decreto legislativo é instrumento adequado para disciplinar a matéria, a teor do que dispõe o art. 109, inciso I, do Regimento Interno.

De modo idêntico, a técnica legislativa e a redação empregadas parecem estar conformadas aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Por derradeiro, somente ad argumentandum tantum, o Acordo mencionado se afigura oportuno ao tempo em que se torna imperativo o fortalecimento das relações entre os Estados Partes do Mercosul, a Bolívia e o Chile, tendo em vista a conformação de um espaço jurídico integrado na América do Sul, como bem frisado pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, na citada Exposição de Motivos nº 347, de 2002.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298, de 2004.

Sala da Comissão, 15 de novembro de 2004. – Deputado **Cézar Schirmer,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Cezar Schirmer.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Antonio Carlos Biscaia – Presidente, José Mentor – Vice-Presidente, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Bosco Costa, Carlos Mota, Carlos Rodrigues, Darci Coelho, Edmar Moreira, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Piauhylino, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Pellegrino, Nelson Trad, Ney Lopes, Odair Cunha, Osmar Serraglio, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Reginaldo Germano, Robson Tuma, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vilmar Rocha, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Ann Pontes, Antônio Carlos Biffi, Badu Picanço, Colbert Martins, João Fontes, José Pimentel, Júlio Delgado, Leonardo Picciani, Luiz Antonio Fleury, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Neucimar Fraga, Ricardo Barros, Sandes Júnior e Sergio Caiado.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.409-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 251/2004
MSC Nº 503/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. PAULO MAGALHÃES).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 719, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.409, de 2004.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputado **Paulo Magalhães,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.409/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Paulo Magalhães.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.416-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 271/2004
MSC Nº 512/2004

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Igreja de Araçuaí, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. CARLOS RODRIGUES).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 2.703, de 29 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio Igreja de Araçuaí, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.416, de 2004.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Carlos Rodrigues,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.416/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Carlos Rodrigues.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.438-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 222/2004

MSC Nº 500/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária – ACRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. CARLOS RODRIGUES).

Despacho: À comissão de constituição e justiça e de cidadania (art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 352, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária – ACRC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.438, de 2004.

Sala da Comissão, 6 de abril de 2005. – Deputado **Carlos Rodrigues,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e

técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.438/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Carlos Rodrigues.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.447-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 1.885/2002
MSC Nº 268/2002

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. EDMAR MOREIRA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato constante do Decreto de 1º de abril de 2002, que renova, por dez anos, a partir de 7 de fevereiro de 1999, a concessão outorgada à Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.447, de 2004.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputado **Edmar Moreira,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.447/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Edmar Moreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.457-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 245/2004
MSC Nº 503/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. EDMAR MOREIRA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 671, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.457, de 2004.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputado **Edmar Moreira,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.457/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Edmar Moreira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Ca-

milo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.483-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 293/2004
MSC Nº 523/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Água Quente de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ MENTOR).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 566, de 05 de novembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Água Quente de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

O projeto em tela atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado para discipliná-la. conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que a proposição em exame não contraria princípios ou regras da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.483, de 2004.

Sala da Comissão, 31 março de 2005. – Deputado **José Mentor,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.483/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Mentor.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo

Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.516-A, DE 2004
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 326/2004
MSC Nº 566/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural da Imagem e do Som de Sabará – ACISS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. BOSCO COSTA).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 766, de 22 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural da Imagem e do Som de Sabará (ACISS) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.516, de 2004.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2005. – Deputado **Bosco Costa,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.516/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bosco Costa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos,

Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.533-A, DE 2004

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

TVR Nº 319/2004

MSC Nº 564/2004

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural "Rádio FM" de Mirangaba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. JOSÉ MENTOR).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer Nº 9/90 – CCJR).

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 424, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural "Rádio FM" a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.533, de 2004.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. – Deputado **José Mentor,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.533/2004, nos termos do Parecer do Relator, Deputado José Mentor.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson

Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Rubinelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.578-A, DE 2005
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)
TVR Nº 465/2005
MSC Nº 84/2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. ; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. WILSON SANTIAGO).

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva (Parecer nº 9/90 – CCJR)

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprova o ato a que se refere a Portaria no 302, de 3 de agosto de 2004, que outorga permissão à Rádio Petrolina FM Ltda. pala explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

De competência conclusiva das comissões, o ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

Obedecidos os requisitos constitucionais formais, podemos constatar que o projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas parecem adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar no 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar no 107, de 2001.

Isto posto, nada mais havendo que possa obstar sua tramitação nesta Casa, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo no 1.578, de 2005.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2005. – Deputado **Wilson Santiago,** Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.578/2005, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Wilson Santiago.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Antonio Carlos Biscaia – Presidente, Wilson Santiago e Roberto Magalhães – Vice-Presidentes, Ademir Camilo, Antonio Carlos Magalhães Neto, Antonio Cruz, Benedito de Lira, Carlos Mota, Cezar Schirmer, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Gonzaga Patriota, Inaldo Leitão, Ivan Ranzolin, Jamil Murad, João Almeida, João Paulo Cunha, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Roberto Arruda, Juíza Denise Frossard, Jutahy Junior, Luiz Carlos Santos, Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcelo Ortiz, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Michel Temer, Nelson Trad, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Afonso, Paulo Magalhães, Professor Luizinho, Roberto Freire, Robson Tuma, Ru-

binelli, Sérgio Miranda, Sigmaringa Seixas, Vic Pires Franco, Vicente Arruda, Vicente Cascione, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Custódio Mattos, Enio Tatico, José Pimentel, Júlio Delgado, Luiz Couto, Mauro Benevides, Moroni Torgan, Ricardo Barros e Rubens Otoni.

Sala da Comissão, 12 de abril de 2005. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia,** Presidente.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 67-A, DE 2001
(Do Sr. Haroldo Bezerra)

Propõe que a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional fiscalize a Agência Nacional de Petróleo e outros órgãos e entidades federais competentes, na sua atuação em relação à implantação do sistema de transporte de gás natural de Urucu para Manaus; tendo parecer da Comissão da Amazônia, integração Nacional e de Desenvolvimento Regional pelo arquivamento (Relatora: Dep. Vanessa Grazziotin).

Despacho: Numere-se, publique-se e encaminhe-se à comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional.

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – art. 24, II.

Publicação do Parecer da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

RELATÓRIO PRÉVIO

I – Da Solicitação da PFC

O Excelentíssimo Deputado Haroldo Bezerra solicitou à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados, realização de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e demais providências que estão sendo tomadas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP – e por outros órgãos e entidades federais competentes objetivando a implantação do sistema de transporte de gás natural de Urucu para Manaus, baseando-se no Art. 100 § 1°, combinado com os Arts. 60, inciso I e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e art. 67 da Constituição Federal, que foi numerada pela Mesa como Proposta de Fiscalização e Controle n° 67, de 2001.

O ilustre autor propõe, ouvido o Plenário desta comissão, se digne adotar as medidas necessárias para que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, de conformidade com o artigo 67, inciso VI da Constituição Federal, inciso II do art. 1° da Lei n° 8.443, de 1992 e inciso II do art. 1° do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria operacional dos procedimentos da Agência Nacional de Petróleo e outros órgãos e entidades federais competentes, na sua atuação em relação à implantação do sistema de transporte de gás natural de Urucu para Manaus, Município de Coari, para a Cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

O nobre autor alega em sua justificação que o Estado do Amazonas tem hoje uma posição de destaque na produção nacional de petróleo, em função do grande volume extraído na província de Urucu, no Município de Coari. Os dados estatísticos sobre a produção de petróleo no Brasil apontam esse Estado, com uma produção média diária de petróleo da ordem de 54,8 mil barris, como o terceiro maior produtor nacional. Destacam-se nesse quadro a excelência do óleo ali extraído e a altíssima qualidade dos produtos dele derivados, especialmente a gasolina.

Concomitantemente à produção de petróleo, em Urucu são produzidos em média 6 milhões de metros cúbicos de gás natural, por dia, que é obtido no processo de extração de petróleo. Esse volume imenso de riqueza, todavia, não tem ainda adequado aproveitamento, apesar dos esforços e iniciativas das autoridades do setor e da incansável luta dos parlamentares amazonenses para a reversão desse quadro. Configura-se um desperdício inaceitável para o País como um todo, carente de energia, e, em especial, para o Estado do Amazonas, que, detendo em seu território as reservas gasoríferas, não agrega essa riqueza à cadeia produtiva de sua economia.

Parte do gás produzido em Urucu destinar-se-á à cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Para transportar o gás àquela cidade, a Petrobras, por meio do Consórcio TNG Participações (Gaspetro/Duto Norte) deverá construir um Gasoduto de 480km, ao custo de duzentos e cinqüenta milhões de dólares. O projeto da construção desse gasoduto encontra-se em fase de licenciamento ambiental.

Outra parte destinar-se-á à capital amazonense. Quanto ao transporte de gás natural para Manaus, em 4 de junho de 1999, na presença do Senhor Presidente da República, foi celebrado Termo de Compromisso entre a Companhia de Gás do Amazonas S.A. – CIGÁS –, a Petrobras, a Gaspetro, a Eletronorte e a Eletrobrás, com interveniência do Ministério das Minas e Energia e do Governo do Estado do Amazonas, com a finalidade de estabelecer e consolidar as condições e responsabilidades entre as partes num programa continuado de suprimento de gás natural da Bacia do

Solimões, destinado à geração de energia e outros usos, no Estado do Amazonas.

Nesse Termo de Compromisso, prevê-se a construção de Gasoduto de Coari a Manaus, em rota tal que permita também o suprimento de gás às localidades de Coari, Manacapuru, Caapiranga e Iranduba, todas no Estado do Amazonas. Além disso, o Estado do Amazonas, por intermédio da Cigás, e a Petrobras, por intermédio da Gaspetro, comprometem-se a estruturar, com a participação majoritária da iniciativa privada, uma sociedade de propósito específico para a construção e operação do Gasoduto ligando Coari a Manaus.

Esse Termo de Compromisso, segundo informações da Diretoria da Petrobras datadas de 15 de agosto de 2000, não foi denunciado por nenhum de seus signatários e continua em pleno vigor.

Ocorre que, em 30 de julho de 2001, o Governo do Estado do Amazonas publicou o Edital de Chamamento Empresarial n° 001/2001, com vistas a selecionar um interessado na participação acionária da Cigás, o qual ficaria responsável pela implantação, "no menor período de tempo, de um projeto de Distribuição de Gás Natural, compreendendo a movimentação e a comerciallzação desse produto, que possui a maior abrangência territorial e viabilidade técnica financeira para atender a demanda do mercado amazonense": A cláusula 4.2.3 do edital prevê que "não poderão participar neste Chamamento Empresarial, isoladamente ou como empresa líder do consórcio, empresas estatais ou controladas por ente estatal".

O art. 177, inciso IV da Constituição Federal estabelece que constitui monopólio da União "o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou derivados de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, do petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem". O § 12 do mesmo dispositivo constitucional estabelece que a União poderá contratar empresas estatais ou privadas para a realização das atividades referidas no art. 177, observadas as condições estabelecidas em lei. Observe-se que o monopólio legal atribuído à União para transporte de gás natural por meio de condutos não está condicionado à distância ou à transposição de barreiras estaduais, nem a parâmetros técnicos referentes a tubulações.

Ademais, o art. 5º da Lei nº 9.478, de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio de petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo e dá outras providências", estabelece que essas atividades sob regime de monopólio previstas no art. 177 da Constituição "serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País". O art. 56 do mesmo diploma legal, tratando do transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, dispõe que "observadas as disposições das leis pertinentes, "qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação".

Aos Estados cabe, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal, "explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado: O art. 69 da Lei nº 9.478/97 define "distribuição de gás canalizado" como serviços locais de gás canalizado junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal". Acreditamos que o Estado do Amazonas não pode, pois, contratar a implantação de projeto de distribuição de gás natural "compreendendo a movimentação e a comercialização desse produto"; devido à abrangência territorial do citado projeto.

Por outro lado, conforme informações oficiais da própria ANP, datadas de 28 de agosto de 2001, nem a CIGÁS, nem o Governo do Estado do Amazonas, possuem autorização da agência para o transporte de gás natural.

Deve-se enfatizar, também, que o citado Edital de Chamamento Empresarial não prevê, em nenhum de seus dispositivos, que o transporte de gás natural poderá ser feito por meio de conduto, o que certamente provoca dúvidas nos interessados quanto às modalidades dos sistemas de transporte a serem propostos. Salvo melhor interpretação, ao se analisar o mencionado Edital, evidencia-se que o Governo do Estado do Amazonas, não obstante o Termo de Compromisso firmado com a Petrobras, concebe o transporte por meio alternativo ao sistema de Gasoduto. Mais restritivo fica o certame, ainda, quando foram incluídos dispositivos excludentes à participação de empresas estatais ou controladas por ente estatal. Ao permanecerem essas restrições, empresas com competência e larga experiência no setor ficarão sem acesso à competição, o que é de se lamentar.

Independente das dúvidas geradas no processo de encaminhamento de uma solução viável para o aproveitamento do gás de Urucu, urge que se defina no menor prazo possível a modalidade de transporte mais indicada, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto ambiental. Em primeiro lugar, há que se

oferecer ao mercado um produto com preço compatível com a estrutura de renda da região. Essa questão ganha complexidade quando ao conceito de viabilidade econômica do investimento agrega-se a dimensão ambiental. Questões relevantes devem ser levantadas, como: o menor custo de operação e manutenção do sistema; a identificação de fontes de financiamento; os impactos ambientais de significância que deverão ser controlados, mitigados ou compensados; a legislação sobre transporte de produtos perigosos e de proteção ao consumidor; etc.

Não podemos ignorar que o transporte de gás natural de Urucu para a cidade de Manaus, após a publicação do Edital de Chamamento Empresarial nº 1/2001, de iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, gerou enormes polêmicas e divergências no âmbito das entidades interessadas no assunto, retardando, de maneira injustificável e com grandes prejuízos à região, a implantação dessa infra-estrutura.

Diante desse quadro, impõem-se, de imediato, medidas de fiscalização e controle por parte do Poder Legislativo.

Temos certeza que as medidas de fiscalização ora propostas contribuirão positivamente para que as autoridades do setor energético encontrem uma solução viável e segura para o transporte de gás de Urucu, compatível com a realidade da região e com o interesse da população amazonense.

II – Da Competência desta Comissão

O artigo 32, inciso V, alínea a do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e o Parágrafo Único do mesmo artigo, não deixam margem a dúvidas quanto a competência desta Comissão sobre o assunto suscitado pelo nobre Deputado Haroldo Bezerra.

III – Da Conveniência e Oportunidade

Inegável a oportunidade e a conveniência da medida proposta pelo autor pelos fatos expostos, consideramos que o assunto envolve questões relevantes, exigindo investigação firme e contundente da Câmara dos Deputados e seu órgão auxiliar, Tribunal de Contas da União.

IV – Plano de Execução e Metodologia de Avaliação

Esta Proposta de Fiscalização e Controle compreenderá apenas a realização de auditoria operacional pelo TCU segundo artigo 24, X do Regimento, que reproduzimos a seguir.

> "Art. 24. As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:
>
> ....

X – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de diligências, paridas, inspeções e auditoria operacionais de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal;"

A auditoria operacional a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União deverá responder sobre os procedimentos da Agência Nacional de Petróleo e outros órgãos e entidades federais competentes, na sua atuação em relação à implantação do sistema de transporte de gás natural de Urucu para Manaus, Município de Coari, para a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

V – Parecer do Relator

Em função do exposto esta Relatora propõe à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional o acolhimento da proposta do ilustre autor, Deputado Haroldo Bezerra, de tal forma que esta PFC será de fato executada de acordo com o mesmo rito do artigo 24, X do Regimento Interno como especificado neste Relatório – Prévio, e assinalando que cópia do resultado do trabalho do TCU deve ficar à disposição de todos os interessados na Secretaria desta Comissão.

É o parecer.

Sala da Comissão, 6 novembro de 2002. – Deputada **Vanessa Graziottin,** Relatora.

RELATÓRIO FINAL

I – Relatório

Trata-se de proposta de fiscalização e controle solicitada pelo Deputado Haroldo Bezerra para que esta Comissão fiscalizasse a Agência Nacional de Petróleo – ANP e outros órgãos e entidades competentes na sua atuação em relação à implantação do sistema de transporte do gás natural de Urucu para Manaus.

Em sua justificação, o autor ressaltou que o Estado do Amazonas tem hoje posição de destaque na produção nacional de petróleo, em razão da grande quantidade de excelente óleo extraído na Província de Urucu. No entanto, observou que o grande volume de gás natural associado à produção do óleo – em média seis milhões de metros cúbicos por dia – ainda não tem aproveitamento adequado. Sustentou que essa situação configura desperdício para o Brasil e, em especial, para

o Estado do Amazonas, que não agrega essa riqueza à cadeia produtiva de sua economia.

Noticiou que, quando da apresentação da proposição, já se encontrava em fase de licenciamento ambiental um gasoduto de 480 quilômetros, concedido à Petrobrás, para transportar parte do gás de Urucu a Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

Quanto à outra parcela, destinada à capital amazonense, o autor lembrou que, em 4 de junho de 1999, foi celebrado termo de compromisso entre a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, a Petrobrás, a Gaspetro, a Eletronorte e a Eletrobrás, com a interveniência do Ministério das Minas e Energia e do Governo do Estado do Amazonas, para estabelecer as condições e responsabilidades em um programa continuado de suprimento de gás natural da Bacia do Solimões, destinado à geração de energia e outros usos no Estado do Amazonas.

Esse termo de compromisso previa a construção e operação do gasoduto ligando Coari a Manaus por uma sociedade de propósito específico estruturada pelo Estado do Amazonas, por meio da CIGÁS, e pela Petrobrás, por intermédio da Gaspetro, com a participação majoritária da iniciativa privada.

Entretanto, destaca o autor, o Governo do Amazonas publicou, em 30 de julho de 2001, o Edital de Chamamento Empresarial nº 1/2001 para selecionar um interessado na participação acionária da Cigás, o qual ficaria responsável pela implantação, "no menor período de tempo, de um projeto de Distribuição de Gás Natural, compreendendo a movimentação e a comercialização desse produto, que possua a maior abrangência territorial e viabilidade técnico financeira para atender a demanda do mercado amazonense".

Ainda segundo o autor, a Constituição, em seu artigo 177, estabelece que é monopólio da União o transporte de gás natural por meio de conduto. Estipula ainda que a União poderá contratar empresas estatais ou privadas para a realização dessa atividade, nos termos da Lei. Já a Lei nº 9.478/97, dispõe que qualquer empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de gás natural para suprimento interno, importação e exportação. O autor noticiou ainda que, conforme informações oficiais da ANP, datadas de 28 de agosto de 2001, nem a Cigás, nem o Governo do Estado do Amazonas, possuíam autorização para o transporte de gás natural.

O autor ressaltou também que a Carta Magna, em seu artigo 25, § 2º, determina que cabe aos estados explorarem diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, que são realizados junto aos usuários finais, conforme disposto pelo art. 6º da Lei nº 9.478/97. Desse modo, entendeu que o Estado do Amazonas não pode contratar a implantação de projeto de distribuição de gás natural, compreendendo a movimentação e comercialização desse produto, devido à abrangência territorial prevista.

Além disso, o mencionado edital não previa que o transporte de gás natural poderia ser feito por meio de conduto, o que provocou dúvidas nos interessados quanto à modalidade de transporte a propor. Isso também evidenciou que o Governo do Estado do Amazonas concebia o transporte por meio alternativo ao sistema de gasoduto, apesar do termo de compromisso firmado com a Petrobrás. Além disso, o certame ficou mais restritivo com a inclusão de dispositivos que impediam a participação de empresas estatais ou controladas por estatais, o que excluía empresas com competência e larga experiência no setor.

O ilustre parlamentar considerou ainda que era urgente a definição da modalidade mais adequada, do ponto de vista tanto socioeconômico quanto ambiental, para o transporte do gás natural de Urucu. Entendeu também que, pelas polêmicas e divergências que gerou, o edital de Chamamento Empresarial nº 1/2001 atrasou, de maneira injustificada e com grandes prejuízos à região, a implantação do transporte do gás natural de Urucu para Manaus.

Por fim, sustentou que, diante desse quadro, impunham-se medidas de fiscalização e controle por parte do Poder Legislativo, de forma a contribuir para a definição de uma solução viável e segura para o transporte do gás de Urucu, compatível com a realidade da região e o interesse da população amazonense.

Em razão da justificação apresentada pelo eminente autor, Deputado Haroldo Bezerra, esta Relatora, em Relatório Prévio, propôs à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional o acolhimento da proposta de fiscalização e controle, que se processaria com a realização de auditoria operacional executada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, de acordo com o disposto no artigo 24, X, do Regimento Interno desta Casa.

Em reunião ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2002, a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional aprovou unanimemente o parecer prévio pela implementação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 67, de 2001.

Assim, o Presidente da Comissão, em 4 de dezembro de 2002, solicitou ao TCU a realização de auditoria operacional dos procedimentos da Agência Nacional de Petróleo e outros órgãos e entidades federais competentes na sua atuação em relação à im-

plantação do sistema de transporte de gás natural de Urucu para Manaus.

O Tribunal, por sua vez, enviou a esta Comissão o Aviso nº 1.112-SGS-TCU, de 18 de junho de 2003, encaminhando cópia do Acórdão n° 710/2003, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram.

Inicialmente, observa-se que a Corte de Contas não realizou a auditoria operacional solicitada no corpo da proposta de fiscalização e controle, por entender que os documentos e informações obtidos por meio de outros procedimentos foram suficientes para esclarecer todos os aspectos levantados.

A Secretaria de Fiscalização de Desestatização – SEFID, que realizou os trabalhos técnicos, considerou prudente a destinação que hoje se dá ao gás natural de Urucu, uma vez que a maior parte do volume produzido é reinjetado nos poços, permitindo que se preservem os recursos e se mantenha um bom nível de recuperação de petróleo.

A referida Secretaria da Corte de Contas entendeu que existiam diretrizes para o aproveitamento do gás natural de Urucu, mas os órgãos da administração direta do Governo Federal, notadamente o Ministério de Minas e Energia, não foram capazes de consolidar e coordenar esforços que pudessem resultar na implementação do sistema de suprimento de gás natural para a região de Manaus. Considerou ainda que o Conselho Nacional de Política Energética se omitiu em relação ao aproveitamento desses recursos naturais.

Amparada no ordenamento jurídico vigente, a Sefid ponderou que as agências reguladoras poderiam fornecer subsídios técnicos sobre a viabilidade e a vantagem de certos empreendimentos, mas não lhes caberia fomentar diretamente a atividade empresarial, pois estariam se comprometendo demasiadamente com determinados agentes, em prejuízo de suas atividades de fiscalização. Portanto, no caso do transporte de gás natural de Coari a Manaus, caberia à Agência Nacional do Petróleo – ANP apenas uma atuação mais passiva, que envolveria a autorização do empreendimento, a elaboração de estudos técnicos, que efetivamente foram apresentados em eventos que tratavam do tema. Não poderia, entretanto, fazer com que os projetos fossem efetivamente implantados. Deduziu, assim, que a ANP cumpriu adequadamente o seu papel.

Avaliou que a Petrobras também atuou convenientemente para concretizar o aproveitamento do gás natural de Urucu, como demonstra o Termo de Compromisso firmado, em 4-6-1999, entre a empresa e o Governo do Amazonas, com a finalidade de estabelecer e consolidar as condições e responsabilidades para o suprimento de gás natural da Bacia do Solimões. A estatal também realizou estudos que demonstravam a viabilidade de um gasoduto para atendimento às demandas energéticas previstas pela Eletrobrás para a região de influência de Manaus.

No entanto, a Sefid considerou que um ambiente político desfavorável evidenciou-se com o lançamento do Edital de Chamamento Público n° 001/2001, que vedava a participação de empresas estatais, ou por elas controladas, na execução de sistema de distribuição de gás natural em todo o Estado, envolvendo, inclusive, o transporte e o processamento do energético. Mesmo considerando que tal edital era ilegal e poderia ser questionado na esfera judicial, os riscos a que a empresa se exporia com a construção do gasoduto, em um ambiente de disputa com o Governo do Estado, seriam muito grandes, uma vez que são de competência estadual tanto o licenciamento ambiental quanto a distribuição local de gás canalizado, importante para garantir a viabilidade econômica do sistema de transporte do energético.

Concordando com o posicionamento de seu órgão técnico, o Plenário do TCU, conforme o referido Acórdão nº 710/2003, decidiu informar a esta Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional que:

1. "apesar da falta de coordenação por parte do Ministério de Minas e Energia e da não sistematização das políticas e diretrizes por parte do Conselho Nacional de Política Energética, é possível identificar a existência de diretrizes políticas que visam ao aproveitamento do gás natural de Urucu;

2. a Agência Nacional do Petróleo cumpriu adequadamente seu papel, como agência reguladora da indústria do petróleo e do gás natural;

3. o ambiente político desfavorável inibiu possibilidade de implementação, pela Petróleo Brasileiro S.A., do sistema de suprimento do gás natural de Urucu para a região de influência de Manaus".

Destaca-se ainda que, no voto do ministro relator, consta também a informação de que o mencionado Edital de Chamamento Público foi cancelado, pois a empresa vencedora no processo deixou de cumprir prazos definidos no contrato assinado com a Cigás.

Posteriormente ao referido acórdão do TCU, o Presidente da República assinou, em abril do ano de 2004, protocolo de intenções entre o Governo Federal, o Governo do Amazonas e a Petrobras, para a construção do gasoduto Coari-Manaus.

Ainda no mês de abril de 2004, o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPA-AM concedeu a licença de instalação do gasoduto. Esse mesmo instituto, em novembro de 2004, outorgou também á Petrobras a licença de desmatamento, necessária para o inicio das obras.

Já a Agência Nacional de Petróleo – ANP concedeu à Transportadora Amazonense de Gás S/A – TAG, subsidiária da Gaspetro, a autorização de n° 402, de 29-11-2004, para a construção do gasoduto CoariManaus, com 383km de extensão, vinte polegadas de diâmetro e capacidade de 4,5 milhões m3/dia de gás.

A Petrobras, por sua vez, assinou, em novembro de 2004, convênio com o Exército Brasileiro para a execução do desmatamento exigido para a construção do gasoduto. Esses serviços iniciaram-se em janeiro deste ano, com prazo de oito meses para seu término. Já a conclusão do gasoduto está prevista para o final de 2006.

II – Voto da Relatora

A construção de gasoduto que transporte o gás natural de Urucu para a cidade de Manaus é de fundamental importância para o Estado do Amazonas e para o Brasil. Certamente, proporcionará a geração de emprego e renda para a população amazonense e o desenvolvimento de nossa economia. Sua concretização possibilitará também a geração de energia elétrica de maneira mais limpa e com menor custo, substituindo usinas térmicas a óleo que sobrecarregam as contas de energia dos consumidores de todo o Brasil. Por isso, foi tão danoso o retardamento do início das obras, que motivou a presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Entretanto, de acordo com os dados levantados pelo TCU, conclui-se que a principal causa do atraso ocorrido na construção do gasoduto foi a postura pouco favorável ao empreendimento adotada, à época, pelo Governo do Amazonas. Em razão do clima político que vigorou até o final de 2002, não se poderia imputar à Petrobrás, nem tampouco à ANP ou ao Ministério de Minas e Energia, a responsabilidade pelo atraso verificado.

Passada essa fase, constata-se que os órgãos e entidades envolvidos no processo efetuaram as ações necessárias para a execução do projeto, que culminaram no início dos trabalhos de construção em janeiro deste ano.

Sendo assim, como não cabe qualquer responsabilização e não subsiste objeto que justifique o prosseguimento do processo de fiscalização, votamos pelo arquivamento desta Proposta de Fiscalização e Controle nº 67, de 2001.

Sala da Comissão, 21 de março de 2005. – Deputada **Vanessa Grazziotin,** Relatora.

III – Parecer da Comissão

A Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, em reunião ordinária realizada opinou unanimemente pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle n° 67/2001, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Vanessa Grazziotin.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Maria Helena – Presidente, Júnior Betão e Severiano Alves – Vice-Presidentes, Agnaldo Muniz, Ann Pontes, Carlos Abicalil, Carlos Souza, Davi Alcolumbre, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Lupércio Ramos, Miguel de Souza, Natan Donadon, Zé Geraldo, Zequinha Marinho, Zico Bronzeado, Anivaldo Vale.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2005. – Deputada **Maria Helena,** Presidente.

COMISSÕES

ATAS

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Primeira Reunião Ordinária Realizada em 4 de Junho de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e dezenove minutos do dia quatro de junho de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Alceste Almeida, Ann Pontes, Antonio Joaquim, Carlos Souza, Celcita Pinheiro, Edson Duarte, Janete Capiberibe, Luciano Castro, Maria Helena, Perpétua Almeida, Suely Campos e Vanessa Grazziotin – Titulares; Alberto Fraga, Eduardo Gomes, Humberto Michiles, Jaime Martins, João Tota, Mário Negromonte, Maurício Rabelo e Pastor Frankembergen – Suplentes. Compareceu também o Deputado Francisco Garcia, como não-membro. O Presidente declarou aberto os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os convidados Sr. José Carlos de Souza Braga, Secretario de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas; Sra. Flavia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Sr. Mauricio Andrade Marsiglia, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; Sr. João Ronaldo Melo Mota, Diretor Executivo do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas; Sr. Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Industrias e Empresas de Serviços do Polo Industrial do Amazonas; Sr. Paulo Figueiredo, representante da Fundação Getúlio Vargas – Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE, com o objetivo de discutir as políticas públicas para o desenvolvimento do Amazonas, o Pólo Industrial de

Manaus e o Desenvolvimento Regional. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os senhores Deputados Humberto Michiles e Lupércio Ramos. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às dezessete horas e trinta e oito minutos, antes convocando reunião de Audiência Pública para amanhã, dia cinco de junho, no Plenário 13 do Anexo II, para debater os movimentos culturais do Estado do Amazonas. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, Secretário, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública convocada para discutir as políticas públicas para o Estado do Amazonas, o Pólo Industrial de Manaus e o desenvolvimento regional, atendendo a requerimento dos Srs. Deputados Átila Lins e Vanessa Grazziotin, aprovado pelo Plenário desta Comissão.

Convido para compor a Mesa o Dr. José Carlos de Souza Braga, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas e a Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus. Convido também para tomar assento à Mesa os demais convidados, Sr. Maurício Andrade Marsíglia, Diretor da Federação das Indústrias do Amazonas; Sr. João Ronaldo Melo Mota, Diretor Executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas; Sr. Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas; e Sr. Paulo Figueiredo, representante da Fundação Getúlio Vargas/Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE.

Antes de os convidados iniciarem suas exposições, preciso esclarecer algumas providências que temos de adotar de acordo com o Regimento Interno e que devo repetir a cada reunião. O convidado deverá limitar-se ao tema do debate, dispondo para isso de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome e só poderão perguntar sobre o assunto em questão, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente, agradeço aos eminentes convidados, aos Srs. Deputados e a todos que aqui se encontram a presença.

Devido ao grande número de expositores, gostaria de solicitar que pudéssemos conceder 15 minutos a cada expositor, em vez de 20 minutos, para que possamos cumprir nosso Regimento, que obriga, à hora da Ordem do Dia, suspender a reunião na Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. José Carlos de Souza Braga, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas. S.Sa. dispõe de 15 minutos para sua exposição.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA – Deputado Átila Lins, obrigado pela recepção. Desde logo parabenizo a Deputada Vanessa Grazziotin pela iniciativa deste debate, por meio do qual, imagino, estaremos avançando substancialmente no sentido de colocar o Amazonas e a Amazônia de forma positiva no cenário nacional e internacional.

É sabido por todos nós que esse avanço é extremamente necessário e possível de acontecer, desde que tenhamos uma política federal e uma política estadual que caminhe nessa direção, o que não tem ocorrido. O Brasil não tem tido uma política de inserção internacional favorável. Ao contrário, ela apenas levou ao agravamento de nossa dependência financeira externa. O Amazonas, em particular, tem deixado de alavancar recursos e de repercutir sua imagem de forma positiva no Brasil e no mundo, o que precisa ser superado imediatamente. Debates com esse propósito são extremamente importantes.

A atual política externa brasileira está avançando em outra direção com grande celeridade. O Presidente Lula e o Ministro da Relações Exteriores têm trabalhado profundamente nisso, sobretudo no que diz respeito à integração da América Latina. O Amazonas, evidentemente, no que tange ao aspecto territorial, terá papel importante nessa integração. E, no que tange ao desenvolvimento do Amazonas, em particular, a política que o Governo Federal pretende desenvolver com esse propósito no âmbito regional será crucial.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, quero fazer alguns comentários sobre características da economia do Amazonas que talvez sejam conhecidas da maioria. Quero, sobretudo, ressaltar que o Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Amazonas, tal como estimado pelo IBGE para o ano de 2000, corresponde a 37% do PIB da Região Norte. Na verdade, é um PIB análogo ao do Pará. E a arrecadação do Amazonas é forte e importante no que se refere a tributos federais.

Ao lado disso, há o fato de o Amazonas ocupar a 10ª posição no ranking nacional de arrecadação. Esses pontos são fundamentais para começarmos a rediscutir qual é de fato o posicionamento que temos de adotar no que diz respeito à discussão federal sobre a prorrogação do pólo industrial de Manaus, as chamadas Zonas Francas de Manaus.

Em relação à divulgação do que acontece economicamente no Amazonas, é sabido que há um grande grau de distorção, e recentemente foi objeto de um comentário incorreto, para dizer o mínimo, de um economista da Fundação Getúlio Vargas, que se referiu equivocadamente à política industrial e à utilização dos incentivos fiscais como instrumento de mobilização da atividade econômica. Essa é uma ação executada internacionalmente, como mostraremos, inclusive pelos Estados Unidos. Os europeus e os americanos usam subsídios para a agricultura de maneira expressiva, mas dizem aos países em desenvolvimento para não utilizá-los.

Essas questões fazem parte do nosso reposicionamento nos planos nacional e internacional.

Se verificarmos o PIB, por atividade econômica, verificaremos que esse quadro revela sobretudo que, há cerca de 10 anos, aquela participação da agropecuária representava de 9% a 10% do produto do Estado do Amazonas. Hoje, representa 2%. Isso significa que o interior do Estado do Amazonas é um vazio econômico. Portanto, a discussão de hoje, “Pólo Industrial de Manaus e Desenvolvimento Regional”, aponta, além do que já salientei no que tange a redefinir a imagem e a ação política com relação ao pólo industrial de Manaus, que o desenvolvimento do interior do Estado do Amazonas é a prioridade fundamental. O Governo Eduardo Braga pretende fazer disso um alvo estratégico, por intermédio do programa Amazonas Verde, cujo nome aparentemente mudará nesse sentido. Essa é uma obviedade que desejávamos salientar.

Depois, temos alguns dados sobre participação dos setores da economia na receita tributária do Estado, números mais ou menos conhecidos.

Chamo a atenção agora para o comércio exterior. A Zona Franca de Manaus ou o pólo industrial de Manaus se tornará indefensável, caso ele não se transforme num pólo superavitário em termos de moeda internacional. De todo modo, podemos observar que, mesmo sem ter tido uma política federal e uma política estadual de incentivo efetivo às exportações, ainda assim, a performance da balança comercial do pólo industrial de Manaus começou a ter resultados favoráveis. O déficit comercial em dólar declinou recentemente. Se imaginarmos que haverá uma política industrial nacional, conforme o Ministro Luiz Fernando Furlan tem assinalado e, no bojo dela, uma política industrial com a qual nós, no Governo do Amazonas, temos trabalhado, é possível afirmar que a hipótese do Ministro Furlan de que durante o Governo Lula o pólo de Manaus se transformará em superavitário é correta. Ou seja, se Governo e empresariado do pólo industrial de Manaus trabalharem em cooperação, eu talvez até arriscasse dizer que, antes mesmo do término do mandato do Presidente Lula, o pólo poderá ser superavitário. É óbvio, depende do que vai acontecer com a economia internacional, que, por sua vez, está patinando enormemente porque os Governos da União Européia, dos Estados Unidos e Japão precisam, conforme a reunião do G8 explicitou, adotar políticas desenvolvimentistas. Essa é outra palavra que ficou fora de moda e foi muito atacada durante a década passada. Desenvolvimentismo tinha virado palavrão, porque tudo seria solucionado pelos mercados.

A crise econômica está aí, não só a nacional. Começamos a perder o controle até mesmo sobre a inflação. A crise internacional voltou e terão que voltar, com toda força, as políticas desenvolvimentistas.

Essa outra lâmina informa sobre a posição do Amazonas no ranking da arrecadação da receita tributária federal. Trata-se de uma posição importante, que explicita que o interior do Estado do Amazonas é um vazio econômico. Salvo Coari, porque tem a ver com petróleo e gás. E, salvo ignorância minha, parece-me que essa afirmação está muito próxima da verdade. Entretanto, dada a força do pólo industrial de Manaus e das atividades econômicas correlatas, o Estado acaba ocupando posição de destaque na arrecadação de tributos federais.

Portanto, mais uma vez, atacando os frágeis argumentos sobre a Zona Franca de Manaus, que, como disse o Presidente Lula, só é atacada por aqueles que não a conhecem ou que têm interesses claramente contrários, muitos deles não confessados.

Se analisarmos um pouco mais o perfil do pólo industrial de Manaus, observaremos, de logo, que ele gera pouquíssimos empregos diretos. Pelo que sei, já gerou cerca de 100 mil e, atualmente, gera 57 mil. O pólo industrial propriamente dito não gerará muito emprego, porque todos sabemos que a indústria moderna – e é assim que tem de ser – tem de ser de progresso técnico crescente, o que significa, na verdade, reduzir proporcionalmente a quantidade de mão-de-obra utilizada. Aliás, esse é um dos pontos importantes, que, a meu juízo, precisa ser revisto no âmbito dos Governos Federal e Estadual também no que diz respeito aos projetos industriais, porque, muitas vezes, o Governo cobra desses projetos unicamente itens de quantidade de mão-de-obra, que, em geral, salvo melhor juízo, não

são cumpridos. Obviamente, vamos apertar a fiscalização no que diz respeito a isso, mas a política tem de cobrar maior dinamismo e compromisso de investimento do setor privado que vier a ser incentivado. É evidente que o pólo gera e gerará pouco emprego.

Se houver o adensamento da cadeia produtiva e o aumento da produção de componentes, claro que haverá crescimento no número de emprego. Mas todos sabemos que, mundialmente, não é por meio da indústria que se expande velozmente a quantidade de emprego, sobretudo em um país estrutural e historicamente penalizado com taxas de desemprego brutais, para não falar do subemprego e do emprego informal. Creio que haverá, sim, crescimento do emprego no pólo industrial de Manaus, mas penso que não é esse o argumento fundamental, ainda que o emprego vá crescer, evidentemente. O argumento fundamental no que tange ao pólo industrial é o dinamismo que ele gera, a importância que ele tem para a arrecadação estadual e terá crescentemente para a arrecadação futura é de cerca de 9 bilhões de dólares.

Observem a parcela de salários. Ela é igual a 181 milhões de dólares sobre um faturamento de 9 bilhões. Isso significa que só 2% do faturamento corresponde a salários. O que, do ponto de vista do valor, confirma o que eu estava assinalando. É óbvio que há os empregos indiretos, mas estou discutindo especificamente o pólo industrial de Manaus. Para melhorar a performance de emprego no pólo – aqui está a Flávia Grosso, que conhece melhor o assunto do que eu e terá toda a liberdade para concordar ou discordar de mim –, o caminho é adensar a cadeia produtiva, ainda assim, não penso que o desemprego, no Estado do Amazonas, possa ser pensado prioritariamente por aí. A meu juízo, não é por aí. Depois, direi de que forma necessitamos articular isso.

Ao observarem a próxima lâmina, V.Exas. verão os dados que confirmam a melhoria da balança comercial, a queda do déficit. Há um erro nessa tabela. Na verdade, teríamos de ter vírgulas ao invés de pontos, uma vez que se trata de dólares, mas houve um problema técnico dos performáticos do Estado, que não conseguiram resolver a tempo, de modo que peço desculpas. Os dados confirmam que a balança comercial está melhorando, volto a dizer, sem uma política federal de crescimento industrial exportador e sem uma política estadual que faça algo nessa direção, tão pouco a SUFRAMA o fez.

Na seqüência, verificaremos algo curioso. Outro dia mostrei esses dados para o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Bernard Appy, que se surpreendeu. O relevante é que na última coluna há uma relação entre o valor total arrecadado e o valor total renunciado. Esse coeficiente era de 0,74, ou seja, para cada 1 real renunciado havia 0,74 de valor arrecadado. Hoje, tem-se 0,93. Isso significa que há um movimento, que podemos acelerar, de autonomização do valor arrecadado em face da renúncia. Portanto, podemos tornar o Pólo menos oneroso, do ponto de vista da concessão de incentivos fiscais. Esta é uma possibilidade também importante.

Finalmente, quero sinalizar alguns tópicos que dizem respeito a políticas de desenvolvimento regional. Não vou abusar da paciência de V.Exas. referindo-me a todos eles, mas quero salientar alguns pontos.

O que está ali sob o título de Amazonas Verde é o programa da Zona Franca Verde, que tenta levar, de fato, para o interior do Estado, o dinamismo econômico. Temos que pensar, e estamos começando a praticar, na implementação de pólos de desenvolvimento naquele imenso território. Noutro dia, conversava com alguns italianos e um perguntou: "Qual a população do interior do Estado do Amazonas?" Respondi: "Cerca de 1,7 milhão de pessoas." Ele falou: "Mas esse problema é fácil de resolver." Ou seja, a ignorância do sujeito em questão se devia ao fato de que ele não sabe que território e população têm que ser pensados conjuntamente. E a questão do Amazonas, em particular, e da Amazônia, em geral, para o Brasil – e o Presidente Lula e grande parte do seu Ministério, não ele todo, já perceberam – é que ali temos uma questão territorial seriíssima, sobretudo num contexto de globalização econômica e política perversas. Basta notar o espírito guerreiro que permeia o Governo norte-americano e boa parte da elite norte-americana. Portanto, num momento de globalização perversa do ponto de vista econômico, porque amplia as diferenças entre o centro do capitalismo e a sua periferia, e perversa do ponto de vista territorial, porque os Estados Unidos estão claramente numa expansão de domínio imperial do mundo, um território como o do Amazonas é evidentemente uma peça estratégica na geopolítica que tem de ser conduzida pela Presidência da República, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelos órgãos econômicos e por tudo o mais.

É fundamental – e o Governador tem conversado bastante sobre isso com os Ministros do Planejamento e o da Fazenda, com o Presidente Lula, com o Ministro José Dirceu – que de fato desenvolvamos uma política forte para que haja crescimento econômico, sustentabilidade do ambiente e melhoria expressiva da qualidade de vida das pessoas que vivem no interior do Estado.

Quanto à infra-estrutura, nem vou falar, porque é mais do que conhecida a necessidade de energia e

de outros itens. Temos que trabalhar fortemente para isso.

No que diz respeito ao fortalecimento do Pólo Industrial de Manaus, vou me calar porque sei que a Flávia Grosso falará com mais conhecimento e com mais competência do que eu. Mas, evidentemente, é importante.

Quanto aos itens da política social, aí sim, no que tange à Capital, reside a possibilidade de que façamos, junto com os setores serviço e comércio e as políticas sociais, acelerar a taxa de ocupação da mão-de-obra no Estado do Amazonas.

A política de pequenas e microempresas será objeto de um programa intenso que o Governador deverá lançar na semana que vem. O Vicente Schettini, que está na SEPLAN e é proveniente do SEBRAE, conhece profundamente o assunto e já está com o plano pronto para o Governador aprovar. É por aí, e pelo turismo também, outra atividade altamente empregadora de mão-de-obra que a Profª. Oreni Braga está conduzindo, através da AmazonasTur, que o emprego vai crescer.

No interior do Estado, há um conjunto de atividades agropecuárias que se pretende desenvolver, inclusive a que diz respeito à agricultura familiar de auto-subsistência, que precisa ser também contemplada. Além de projetos econômicos que impliquem o desenvolvimento dos clusters ou dos arranjos produtivos locais, tais como o do guaraná, o do dendê, etc., que vão compor a estratégia de desenvolvimento regional, que tem muita chance de dar certo, sobretudo porque o Governo Federal, com razão, como salientei numa outra exposição nesta Comissão, está finalmente pensando no desenvolvimento nacional através do desenvolvimento regional. A saber: não se trata de incentivar ações isoladas no Amazonas, no Rio Grande do Sul ou no Pará, mas de pensar nacional e regionalmente o desenvolvimento. Com isso, creio que o Brasil voltará à senda de desenvolvimento econômico e social que teve nos anos 50, 60 e 70. Nesse sentido, foi um Brasil que deu certo. E de meados dos anos 80 para cá, por várias razões da economia internacional e por opções políticas internas equivocadas, o Brasil passou a ser um País que não deu certo. Agora, está na hora de fazer uma inflexão política e econômica que acredito terá êxito.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Mesa agradece o Dr. José Carlos de Souza Braga os esclarecimentos prestados.

Concedo a palavra à Dra. Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus, para sua exposição. S.Sa. disporá de até 15 minutos.

A SRA. FLÁVIA GROSSO – Boa tarde a todos. Boa tarde Deputada Vanessa Grazziotin, em nome de quem, mais uma vez, saúdo a bancada da Amazônia; boa tarde Prof. José Carlos; minhas senhoras, meus senhores, Sr. Presidente desta Comissão. Agradeço a oportunidade de expor sobre o Pólo Industrial de Manaus, instrumento de êxito de política de desenvolvimento regional, na minha concepção.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Zona Franca de Manaus foi instituída com o objetivo geopolítico de criar, no centro da Amazônia Ocidental, um pólo de desenvolvimento comercial, agropecuário e industrial.

A área de atuação foi posteriormente expandida para a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, de Roraima, de Rondônia, do Acre e, depois, pela Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Os incentivos fiscais do modelo são federais.

Imposto de importação: redução de até 88% sobre os insumos destinados à industrialização, quando saírem da área incentivada.

IPI: redução de 100% sobre os produtos industrializados com projeto aprovado dentro do plano industrial de Manaus.

Imposto de Renda: redução de 75%, incentivo que é dado à toda Amazônia Legal.

Quanto ao Governo do Estado do Amazonas, temos a restituição do ICMS variando de 45 a 95%.

O modelo gerou, no início, grande desenvolvimento no setor comercial. Tínhamos uma economia fechada, ou melhor, com imensa dificuldade de importação. Não podemos dizer que a economia era fechada porque importávamos e exportávamos, mas era muito difícil importar produtos industrializados. Havia mais de 2 mil produtos de importação proibida. E o modelo foi concebido nessa conjuntura como substituidor de importação.

Para substituir a necessidade de importação, criou-se, com os incentivos, um pólo industrial na Amazônia. No começo, o que se desenvolveu foi o comércio, um pólo dinâmico que incentivava o turismo de compras, pois tínhamos o monopólio do mercado brasileiro. Ninguém podia importar nada e o comércio de Manaus podia. Tínhamos um comércio dinâmico e todo o Brasil corria para Manaus para fazer suas compras. Paralelamente a isso, a taxa de saída de produtos importados da Zona Franca de Manaus como bagagem acompanhada era de 2 mil dólares e, quanto ao restante do País, quem fosse ao exterior comprar não poderia trazer além de 500 dólares.

O fluxo de turistas era muito grande. Mas com a abertura da economia havida na década de 1990, em

todo o País havia produtos iguais aos que havia em Manaus, perto das casas das pessoas. Não houve mais a demanda por produtos importados, uma vez que o mercado brasileiro estava suprido desses produtos. O comércio atualmente se restringe ao comércio local.

Na área agropecuária, não há incentivos específicos.

A SUFRAMA atua no distrito industrial, uma área de 589 mil hectares, em que fez infra-estrutura. Há 428 quilômetros de estradas vicinais, a Rodovia Federal BR-174, a Rodovia Estadual M-10, a comunicação de dois sistemas de telefonia de utilidade pública e 5 unidades de pesquisa de órgãos estaduais e federais. Ele abrange o Município de Manaus, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo.

Nesse distrito agropecuário, estamos prevendo a implantação de um projeto piloto de colonização em grupo através do assentamento com explorações técnicas economicamente viáveis, ecologicamente corretas e socialmente desejáveis que elevem a profissionalização do agricultor. Esse projeto vem agregado com uma usina de dendê e prevê a construção de todo uma vila, onde o agricultor terá uma área para plantar e a usina onde vai vender a plantação.

O distrito industrial é outro incentivo que a SUFRAMA dá com a venda de lotes com preços subsidiados. Na primeira fase, o distrito industrial tinha 1.700 hectares e agora estamos com uma fase de expansão de 5.700.

Os lotes terão toda a infra-estrutura, sistema viário, abastecimento de água, telecomunicações, etc. Todos esses incentivos atraíram para Manaus empresas de nome mundial, como a Panasonic, a Sony, a Philips e todas essas que estão no mercado.

O Pólo Industrial de Manaus, na última década, teve um faturamento de 9 bilhões de dólares. Em 1996, tivemos um crescimento bem alto em dólares, quando a economia brasileira estava no auge do Plano Real, mas depois conseguimos uma estabilidade. Para este ano prevemos um faturamento de 9,3 bilhões.

Demonstramos aqui a distribuição desse faturamento: 31% do pólo eletroeletrônico – se somarmos eletroeletrônico com bens de informática, teremos 53% ainda na área eletrônica –, 15% duas rodas, 11% no químico, e o termoplástico com 8%. São os pólos mais importantes.

Dr. José Carlos falou sobre a mão-de-obra. Em 1990, tínhamos quase 90 mil empregos diretos. Realmente quase chegamos a isso, porque a característica da produção era altamente absorvedora de mão-de-obra. Isso até por uma política que o Governo brasileiro tinha de nacionalizar e ocupar a mão-de-obra a qualquer preço. Era possível porque tínhamos o monopólio do mercado brasileiro, uma vez que a economia, para esses produtos, era fechada. Os produtos que produzíamos eram de importação proibida, então, não tínhamos concorrentes.

Lembro que estava no controle de importação nessa época, e as empresas me procuravam, porque queriam comprar equipamento de inserção automática, e não deixávamos, por achar que causaria desemprego.

A partir da abertura, tivemos que rever essa política, porque passamos a ter competição de produtos do resto do mundo que tinham preços melhores que os nossos e, às vezes, até melhor qualidade. Como tínhamos a política de nacionalização sem considerar a competitividade, às vezes até a qualidade era melhor.

Tivemos que rever a política do modelo da Zona Franca e passamos em contrapartida pelos incentivos de nacionalização para processo produtivo básico. Esse processo, definido por lei, é um número de operações mínimas que tem de ser feito dentro do estabelecimento fabril para caracterizar a industrialização.

As empresas do Pólo Industrial de Manaus rapidamente fizeram a reconversão industrial e conseguiram competir dentro do mercado brasileiro e, posteriormente, exportar os produtos de Manaus. Como a reconversão industrial prevê no mundo inteiro, a quantidade de mão-de-obra caiu, houve a especialização e hoje temos um salário médio bem superior ao que tínhamos na época.

Não só os produtos da Zona Franca de Manaus são produtivos. A produtividade da mão-de-obra de Manaus é motivo de orgulho para nós, amazonenses, porque somos benchmark internacional. Essa é uma constatação das indústrias multinacionais que estão em Manaus.

O quadro a seguir mostra as lentes acabadas em uma empresa francesa que tem planta em Manaus, na França e na Tailândia. O benchmark nos demais países é de 800 lentes por 8 horas de trabalho, em Manaus se faz 1.600. Televisor: o benchmark internacional é de 40 e, em Manaus, fazemos 50, com o mesmo processo e a mesma quantidade de horas trabalhadas.

Nós, amazonenses, temos de nos orgulhar da produtividade do nosso caboclo amazonense.

O modelo, apesar de estarmos com data marcada para acabar, continua tendo a credibilidade das indústrias e dos empresários brasileiros e internacionais, haja vista a quantidade de projetos aprovados que vêm sendo apresentados ao longo do tempo.

Agora vou falar um pouco das exportações. Até pouco tempo eu trabalhava na área internacional da SUFRAMA, na assessoria da Superintendência. Vou me

permitir discordar do José Carlos, quando disse que a SUFRAMA não atuou no fomento à exportação. Atuamos, sim. A partir da abertura, começamos a entender que não podíamos ficar só como mercado brasileiro, apesar de ser importantíssimo para termos escala e competitividade para exportação. Se somarmos todos os mercados da América do Sul, o mercado brasileiro é o melhor e maior. Temos que dar muita importância para ele, mas também temos que nos voltar para a exportação, porque, num mundo globalizado, temos que atingir os outros países com os nossos produtos.

Começamos a estudar quais incentivos poderíamos dar em nossa área de atuação. Elegemos duas vertentes importantes. Uma era conseguir que o Brasil defendesse perante o MERCOSUL a mudança de condição de terceiro país que era dada para os produtos da Zona Franca de Manaus e em algumas negociações que estava fazendo com outros países ou blocos fora do MERCOSUL, como o Chile e a Bolívia. E nós ficamos de fora.

Começamos um trabalho primeiro de convencimento do Governo brasileiro. Fomos à CAMEX, ao Itamaraty, ao Ministério da Fazenda e conseguimos que, em abril de 2000, o Brasil propusesse, numa das reuniões do GMC, a mudança de tratamento dos produtos das zonas francas do MERCOSUL. A tese é: se cumprir o critério de origem, os produtos serão considerados originários do MERCOSUL. Não há diferença nenhuma em exportar de Manaus ou de qualquer ponto do território brasileiro usando draw back. A Zona Franca de Manaus dá os mesmos incentivos de exportação que o draw back.

O Brasil levou essa posição. Todos sabem que a negociação internacional é lenta. Mas, em dezembro de 2000, conseguimos uma primeira vitória, a decisão GMC 69 que, em seu art. 11, diz que, quando o MERCOSUL negociar com outros países ou blocos econômicos, os produtos das zonas francas serão considerados originários.

Nas negociações do MERCOSUL com os andinos, nosso principal mercado, até pela proximidade geográfica, os produtos da Zona Franca de Manaus já estão incluídos. Nas negociações da ALCA, excluídos. Nas negociações com a Comunidade Européia, nossos produtos estão, a princípio, incluídos.

Pensamos no incentivo. O que tirava a competitividade dos nossos produtos para exportação? O frete. O de Manaus é muito mais caro do que dos outros pontos do território nacional.

Criamos o Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental – PEXPAM, que compara o frete no principal porto do Brasil ou porto mais próximo do Brasil ao do principal porto de destino da mercadoria. A SUFRAMA abate esse diferencial do débito das empresas na sua taxa de serviços administrativos. Isso fez com que os produtos da Zona Franca tivessem competitividade para exportar.

Sempre digo que a SUFRAMA tem que agir como indutor e, a partir daí, as empresas andam por elas mesmas. Também tentamos criar uma cultura exportadora: conversamos, fizemos seminários e reuniões com os empresários. Isso fez com que o desempenho das exportações da Zona Franca de Manaus tivesse esse belíssimo crescimento. Os empresários estão de parabéns e nós também.

O interessante nisso tudo é que o diferencial do frete está caindo ao longo do tempo, porque começou a haver demanda. Aumentou a oferta de frete e o diferencial está tendendo a zero. Quer dizer, o instrumento indutor serviu de indução e, ao longo do tempo, deve desaparecer, porque não há mais necessidade dele.

Os nossos principais mercados são os Estados Unidos, a Venezuela, o Chile, o México, a Colômbia e a Argentina. A ALCA é o grande mercado da Zona Franca de Manaus.

Nossos principais produtos têm alto valor agregado. O principal é telefone celular, em seguida, concentrados para refrigerantes, televisores em cores, motocicletas, cinescópio de TVs em cores, aparelhos de ar-condicionado, aparelhos de barbear não-elétricos, telas ou grades catalisadoras de platina, decodificadores de sinal digitalizado e partes e acessórios para aparatos de fotocopia.

A preocupação com a qualidade é uma das temáticas das empresas da Zona Franca de Manaus. Temos mais empresas certificadas que a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana e o Paraguai, um dos nossos parceiros do MERCOSUL. Manaus, uma cidade com pólo industrial, tem mais empresas certificadas do que países da América do Sul.

Falarei aqui algo en passant, e o Sr. Paulo Figueiredo, mais adiante, falará mais profundamente a respeito.

O Sr. Paulo Figueiredo, professor da Fundação Getúlio Vargas, com a Dra. Nornela, da Malásia, fizeram um estudo que demonstrou a acumulação e a inovação tecnológica do Pólo Industrial de Manaus. A competência acumulada em equipamentos vai a reengenharia de equipamentos, modificação de moldes, automação de equipamentos, desenvolvimento de equipamentos de testes, como, por exemplo, sensores automáticos. Produtos: desenvolvimento de projetos de protótipos e produtos em conjunto com as matrizes e desenvolvimento de sistemas de controle de falhas.

Processos: uso de equipamentos de alta tecnologia e automação, prática do just in time nas operações

de produção, sistemas de controle de produção integrados on-line com matrizes e reprodução de processos produtivos fiéis à origem da tecnologia e também seu aperfeiçoamento em layout e fluxo.

Segundo Paulo, que os senhores ouvirão mais tarde, Manaus está exportando para as matrizes das multinacionais algumas dessas inovações que desenvolveu na nossa cidade. Isso faz com que fiquemos orgulhosos do nosso pessoal.

Os resultados positivos do Pólo Industrial de Manaus: desconcentrou as atividades industriais no País, produz produtos de alta tecnologia, tem irradiação nos efeitos socioeconômicos do desenvolvimento, porque a SUFRAMA faz investimentos em infra-estrutura, em qualificação e requalificação de mão-de-obra em toda a Amazônia Ocidental, com a taxa de serviços administrativos que recolhe principalmente do Pólo Industrial de Manaus.

O Pólo Industrial também contribuiu para a diversificação da atividade econômica e a criação de mão-de-obra especializada, o que não existia antes da implantação do Pólo. Hoje em dia temos inclusive várias universidades.

Preservação da floresta. Em todas as reuniões, ressalto a seguinte tese: se não tivéssemos a opção de emprego e renda gerada pelo Pólo Industrial de Manaus, a cobertura florestal do Estado do Amazonas com certeza não estaria 98% intacta. O modelo também propiciou a melhoria de infra-estrutura. Esse é um dos nossos gargalos. Temos ainda deficiência com infra-estrutura, mas, com o Pólo Industrial de Manaus, já obtivemos melhoria.

O José Carlos já comentou sobre o valor renunciado pela União para manter a Amazônia – e todos nós, da Amazônia, devemos bater e rebater nessa tecla –, uma vez que é um modelo geopolítico, é de 0,93 centavos de real para cada real renunciado. Isso é muito pouco para manter a Amazônia. Não vou me ater ao quadro, porque o José Carlos já mostrou um quadro muito parecido.

Faço aqui uma comparação dos benefícios tributários regionalizados, dados da Receita Federal de 2001. A Região Norte tem 23,61% dos benefícios tributários da região. Em compensação, a Região Sudeste, a mais desenvolvida do País, tem 47,78%.

A visão estratégica da SUFRAMA passa pela interiorização do desenvolvimento, como já comentei hoje de manhã, pela criação do Centro de Ciência e Tecnologia do Pólo Industrial de Manaus, pela CLAD, pelo EIZOF e pelo CBA.

Vou falar sobre o assunto en passant, porque já foi bastante comentado pela manhã.

São os recursos da SUFRAMA aplicados, de 2000 a 2002, na interiorização do desenvolvimento. É a taxa de serviços administrativos da SUFRAMA arrecadada do Pólo Industrial de Manaus e aplicada nos demais Estados da Amazônia. Aplicamos 38 milhões de reais no Acre; 50 milhões de reais no Amazonas; 11 milhões de reais no Amapá; 46 milhões de reais em Roraima; 32 milhões de reais em Rondônia e 37 milhões de reais em universidades e entidades de assessoria técnica, totalizando 216 milhões de reais.

O Centro de Ciência e Tecnologia do Pólo Industrial de Manaus foi constituído objetivando o alcance do cenário desejado em 2020. Quer dizer, a SUFRAMA elaborou um projeto de ações que deverão ser desenvolvidas para que atinjamos um cenário desejado em 2020. Ela levou em consideração as demandas e os gargalos identificados nos estudos realizados frente ao cenário atual. Foram definidas 5 diretrizes: a balança comercial superavitária a partir de 2005, com aumento das exportações e fabricação local, nacional, de componentes atualmente importados; proporcionar incentivos adequados que viabilizem a implantação de indústrias em toda a cadeia produtiva, bens finais, suas partes, peças e componentes, adicionados a financiamentos e programas de fomento; promover o domínio tecnológico avançado de forma que o pólo industrial gere produtos inovadores a serem inseridos tanto no mercado nacional quanto no mercado mundial, aumentando o faturamento do pólo industrial, as exportações e, principalmente, acabando com a dependência da aquisição de kits; uma marca forte que traduza a industrialização de produtos de classe mundial ambiental e socialmente sustentáveis e inclua conceitos de prosperidade, inovação, competência e indicadores de qualidade de vida; e transformar o aglomerado de indústrias hoje existentes no PIN em arranjos produtivos sinérgicos, integrados às potencialidades regionais.

Essas propostas geraram o desafio de 18 competências que têm 54 projetos e programas. Essas proposições foram elaboradas a partir de levantamento com equipe executora, com consultores de projeto e com a contribuição da comunidade. A SUFRAMA promoveu 10 seminários para ouvir as demandas da comunidade, considerando o cenário que havíamos programado.

A SUFRAMA, em parceria com o Centro das Indústrias do Estado do Amazonas e o Governo do Estado do Amazonas, está implantando o Centro de Logística Integrada, que deve começar a funcionar a partir de outubro, na cidade de Hollywood, no Porto de Everglades. Esse centro prevê armazém alfandegário para podermos exportar os produtos da Zona Franca para os Estados Unidos. Na negociação desse centro,

há uma linha direta de freqüência quinzenal do Porto de Everglades para Manaus e de Manaus para o Porto de Everglades, o que permitirá a redução do lead time do trânsito de mercadorias e a necessidade de capital de giro das empresas. Haverá também um showroom permanente desses produtos e de produtos regionais da Amazônia Ocidental.

O EIZOF, que todos conhecemos por ser um projeto antigo, deverá ter sua implantação retomada em Manaus. O EIZOF será a ponta, em Manaus, do CLAD. Temos também o projeto de ajudar na construção do novo porto do distrito industrial.

Há ainda o CBA, a respeito do qual já comentei bastante pela manhã, voltado para a inovação tecnológica e por isso está sendo encarado como a alavanca que impulsionará a criação do nosso pólo industrial de utilização sustentada da biotecnologia da Amazônia.

Agradeço a oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Agradeço a Dra. Flávia Grosso os esclarecimentos prestados e convido para compor a Mesa o Dr. Maurício Andrade Marsíglia, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, a quem concedo a palavra. S.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. MAURÍCIO ANDRADE MARSÍGLIA – Sr. Presidente da Comissão da Amazônia, Srs. Deputados, senhores presentes, boa tarde.

Inicio minha apresentação trazendo algumas figuras de imagem para dar contexto ao que foi dito até agora.

(Segue-se exibição de imagens.)

Há uma fotocomposição da NASA que mostra o mundo iluminado à noite. Por aí podemos perceber com facilidade onde existe investimento, infra-estrutura e riqueza. Se dermos um zoom, vamos chegar à região da América do Sul onde podemos perceber também que a concentração de riqueza está principalmente no litoral de todo o Continente, e resta um enorme vazio que compõe exatamente a Amazônia.

Ao falarmos em desenvolvimento da Região Amazônica, estamos falando de tudo o que ainda precisa ser feito.

Nesta nova imagem, podemos comparar a Amazônia com a Europa. Se olharmos pura e simplesmente o Estado do Amazonas, verificamos que podemos colocar dentro dele países como França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Holanda, os países mais ricos da Europa. Aí existe uma grande distinção daquilo que podemos fazer em termos de desenvolvimento, de investimentos, de riqueza.

Como já foi dito e bem explicitado, a Zona Franca é uma iniciativa de ocupação da Amazônia que não causa grandes impactos ambientais. Na verdade, é uma iniciativa vitoriosa, bem-sucedida, porém, ainda não terminada, temos que caminhar mais. Pelo Decreto nº 288, a Zona Franca de Manaus é composta de uma área de livre comércio de importação e exportação voltada para os pólos agropecuário, industrial e comercial. Já foi explicada também toda a sua evolução. E sabemos que existe muita coisa a fazer ainda no pólo agrícola.

O Pólo Industrial de Manaus é um modelo que está implantado dentro da região sem causar grandes impactos ambientais. Já foi citada também a quantidade de área que ainda não foi devastada por conta da sua existência. Lembramos ainda que o Pólo hoje desenvolve a aplicação do ISO14000. Temos várias empresas, várias indústrias que já estão com o ISO14000 implantado.

É também um modelo que não está restrito com benefícios somente a sua área de abrangência. Na verdade, é um modelo brasileiro, porque ele, de alguma forma, recebe influxos de todo o País. Por exemplo: todos os componentes oriundos de outras regiões estão recebendo os mesmos benefícios dados para o Pólo Industrial de Manaus. Na verdade, temos uma extensão territorial muito maior do que aquela que enxergamos normalmente quando falamos dos incentivos fiscais. A renúncia fiscal não está ligada somente àquilo que é produzido em Manaus, mas o que é produzido em outras regiões do País e encaminhado para Manaus.

Sobre a consciência da responsabilidade para com a importação, não há muito o que falar. O assunto já foi bastante explicitado. Na verdade, temos praticamente todas as entidades – Federação das Indústrias, o Centro da Indústria, SEBRAE, para citar esses poucos – muito envolvidas com o processo de conscientizar, de criar facilidades, de fazer treinamentos, trazer câmaras de comércio para apresentações feitas em Manaus que já geraram, inclusive, negócios de exportação.

O Pólo também age como um forte redutor do desequilíbrio social. Já foi dito que o nível salarial médio cresceu bastante ao longo desses anos. Também houve forte incentivo ao desenvolvimento de tecnologia, de aprendizado, de treinamento ao longo desses anos todos. Quem compara a capacidade técnica do operário quando se iniciou a produção em Manaus, 35 anos atrás, com a que ele tem hoje, a distância é simplesmente gigantesca. E isso veio através de treinamento, que não só as empresas fizeram, mas também entidades especializadas nesse assunto.

Creio que não tenhamos terminado nosso trabalho. Se analisarmos o quadro elaborado pelo IBGE, veremos que a taxa de urbanização – que retrata a

concentração das pessoas nas cidades – da Região Norte ainda é a menor do País.

O mesmo acontece com a razão de dependência, que diz respeito à quantidade de pessoas de até 15 e acima de 65 anos que dependem dos rendimentos de outros. A Região Norte tem também a maior razão de dependência, ou seja, há muito o que se desenvolver na região, em termos sociais.

Mostrarei agora aos senhores um quadro já exposto, o do PIB. Como foi dito, estamos emparelhados com o Estado do Pará. Porém, quando analisamos os dados da Região Norte tendo em vista o contexto brasileiro, vemos que estamos muitos distantes da realidade do restante do País; é muito evidente o desequilíbrio econômico e social existente no Brasil.

Esse desequilíbrio poderia ser reduzido um pouco com o desenvolvimento de algumas políticas, como a que encontrei recentemente no jornal O Estado de S. Paulo. Segundo o jornal, 25 milhões de hectares de áreas públicas da Amazônia serão submetidos a licitação pública para exploração de madeira, tanto do ponto de vista da madeira bruta como de componentes de móveis, de mobiliários, produtos voltados para a exportação.

A expectativa é a de que essa exploração represente cerca de 4% do Produto Interno Bruto do País. Em outras palavras, olhando esse quadro vemos que a iniciativa praticamente dobra o Produto Interno Bruto de toda região da Amazônia e pode representar também um incremento de 8% das exportações.

O assunto está sendo tratado pelo diretor adjunto do Programa Nacional de Florestas, que neste momento se encontra em Genebra representando o Ministério do Meio Ambiente e espera a curtíssimo prazo iniciar a experiência.

A partir daí podemos chegar a algumas conclusões. O trabalho, apesar de vitorioso e muito bem-sucedido, ainda não está completo. Por isso, a necessidade de manutenção dos incentivos fiscais é absoluta, imperiosa. Eles devem ser mantidos com regras claras, simples, sem gerar mais dificuldades, sem aumentar o Custo Brasil.

Além disso é preciso regularizar o incentivo do Imposto de Renda, que continua pendente; integrar as cadeias produtivas, incluindo toda a linha de componentes e peças – o que já foi bastante mencionado aqui –, diversificar o parque industrial, agregando-lhe biotecnologia – nesse sentido a implantação do CBA foi um passo muito grande, ao qual falta apenas dar continuidade –, incrementar o agronegócio; interiorizar a produção industrial e fortalecer a agroindústria.

Também é preciso corrigir a situação do terceiro país para o MERCOSUL. Essa notícia está sendo dada pela Superintendência da SUFRAMA. Diz-se que gestões nessa direção estão sendo feitas e que podemos esperar que essa situação de terceiro país acabe em curto prazo.

Esses pontos nos levam a crer que o sentido de uma política de incentivos para o desenvolvimento regional venha da certeza de que nenhuma região ou Estado deste País conseguirá prosperar isoladamente. Mesmo as regiões mais ricas do Brasil não conseguirão impulsionar seu desenvolvimento se forem indiferentes às dificuldades de seus vizinhos.

Trata-se, pois, de uma integração subordinada à cooperação, à ajuda recíproca, visando ao progresso de todos.

Encerro minha intervenção mostrando novamente o mapa do Amazonas vazio e apresentando aos senhores uma recente declaração do nosso Presidente no sentido de que é humanamente impossível falarmos em integração da América Latina ou em integração da América do Sul sem antes fazermos a integração do nosso território. E a integração passa por garantir as mesmas oportunidades a todos os 175 milhões de brasileiros, entre os quais, obviamente, estão incluídos os amazônidas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Agradeço ao Sr. Maurício Andrade Marsíglia os esclarecimentos prestados.

Concedo a palavra ao Sr. João Ronaldo Melo Mota, Diretor-Executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas – CIEAM, que também convido para compor a Mesa. S.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. JOÃO RONALDO MELO MOTA – Boa tarde a todos.

Prometo ser bastante breve. Não vou usar recursos de multimídia, pois isso tornaria minha apresentação muito repetitiva.

Em primeiro lugar agradeço ao Deputado Átila Lins a oportunidade que dá ao setor empresarial, em especial às indústrias, de aqui comparecer, a exemplo do que fez com o Secretário de Fazenda do Estado na semana passada.

Do mesmo modo, agradeço à Deputada Vanessa Grazziotin a iniciativa de ter promovido este encontro.

É preciso que se entenda a Zona Franca não simplesmente como um projeto qualquer de desenvolvimento regional. Ele é, acima de tudo, um projeto geopolítico, como já foi dito aqui, e ambiental. Disso não temos nenhuma dúvida.

Analisando isso e tudo o mais que foi apresentado aqui pela Dra. Flávia, pelo Dr. José Carlos e pelo Maurício, que me antecedeu, podemos dizer sem ne-

nhum medo de errar que a Zona Franca não é apenas do Amazonas, mas do Brasil.

Existem três vertentes de atuação de políticas públicas, tema que ficou reservado para o Centro da Indústria: promover o adensamento da cadeia produtiva, com a criação de uma forte indústria; produzir uma reforma tributária não-excludente; manter as vantagens competitivas que possui hoje o Pólo Industrial de Manaus.

Da logística não podemos nos esquecer. A Dra. Flávia já a mencionou. Ela precisa ser voltada tanto para o fluxo de matérias-primas que recebemos para industrialização como para o escoamento de nossa produção.

A Dra. Flávia também já falou da iniciativa de se criar o Centro de Logística Avançada de Distribuição – CLAD, do qual não tratarei, porque ela já o fez de forma brilhante. Acreditamos muito nele, e seu objetivo maior é a existência de uma linha regular de navios, pelo menos com a freqüência quinzenal, ligando o porto de Everglade e o porto de Manaus.

A outra vertente seria o incremento das exportações, tema do qual todos já falaram. Precisamos acabar de uma vez por todas com o estigma de que o projeto Zona Franca é um grande sorvedouro de recursos públicos. No ano passado o Pólo Industrial de Manaus exportou mais de 1 bilhão de dólares e este ano há a perspectiva de exportar cerca de 1,5 bilhão de dólares.

A SUFRAMA, órgão que administra nossos incentivos, estima que por volta de 2005 começaremos a alcançar os primeiros superávits, e nós, da indústria, acreditamos muito nisso. No entanto, é preciso quebrar muitas barreiras: diminuir a burocracia, principalmente dos órgãos fiscalizadores – no caso específico, a Receita Federal –, tornando mais ágeis os processos dos quais precisamos no fluxo tanto de matéria-prima como de escoamento da produção.

As exportações exigem agilização de procedimentos, pois concorremos com centros em que as barreiras burocráticas são quase inexistentes. Se não quebrarmos esse ciclo, perderemos divisas de exportações por falta de competitividade na área.

Precisamos desonerar totalmente as exportações, porque não podemos nos dar ao luxo de exportar impostos. Os países mais ricos fazem isso com muita propriedade e nós ainda não fomos capazes de enxergar que precisamos agir fortemente na área.

A reforma tributária nos preocupa muito, porque, da forma como foi proposta, há forte tendência de aumentar o peso dos tributos sobre o PIB – no ano passado, eles já beiraram 36%, quase 37% do PIB. As medidas que estão sendo tomadas nos levam a antever uma tendência de aumento da carga tributária, o que nos preocupa. Por isso pedimos ajuda da nossa bancada para trabalharmos intensamente no sentido de não permitir esse aumento, já que a matéria está sendo discutida neste momento.

Por último, mas não menos importante, precisamos investir na formação de recursos humanos. É preciso que o setor público – federal, estadual e municipal – realmente aplique recursos nessa área. É necessário fortalecer-se as unidades de formação de pessoal já existentes – tanto as universidades como as escolas profissionalizantes – e também as instituições que ministram o ensino fundamental e o médio, porque só por meio da capacitação de recursos humanos poderemos dar uma resposta maior ao Pólo Industrial de Manaus, que hoje é reconhecidamente altamente qualificado, conforme falará daqui a pouco o Prof. Paulo Figueiredo. Precisamos qualificar bem a mão-de-obra.

Durante muito tempo a universidade esteve de costas para setor industrial, mas acho que essa situação começou a ser revertida. Precisamos trabalhar intensamente na área.

Era o que tinha a trazer. Não tenho muito o que acrescentar ao que já foi dito, pois falou-se de todos os outros quadros. Por isso limitamo-nos a falar do nosso tema.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece a participação ao Sr. João Ronaldo Melo Mota, Diretor-Executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas.

Convido para compor a Mesa e fazer uso da palavra o Sr. Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas. S.Sa. dispõe de 15 minutos.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES LIMA – Sr. Presidente da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, Deputado Átila Lins; Prof. José Carlos Braga, Secretário de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico do Amazonas; Sra. Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Deputados Lupércio Ramos, Humberto Michiles, Carlos Souza, Silas Câmara; senhores da imprensa; senhoras e senhores convidados, primeiramente agradeço à Comissão a oportunidade de estar aqui para falar um pouco da nossa região, do nosso modelo.

É muito difícil falar depois de tão brilhantes oradores, porque muitos temas já foram abordados e será inevitável ser repetitivo em algum ponto. Vou procurar ser breve.

A Zona Franca de Manaus, criada pela Lei nº 3.173, assinada pelo então Presidente Juscelino Kubits-

chek, e efetivamente regulamentada pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, assinado pelo Presidente Humberto Castello Branco, já sofria, naquela época, com a incompreensão do modelo proposto, pois foram necessários 10 anos e a posse de um Governo militar para que projeto de tão grande importância e características altamente estratégicas para o País fosse devidamente regulamentado, efetivado e implantado.

O objetivo da criação da Zona Franca foi especificado no Capítulo I do Decreto nº 288, de 1967, de cujo texto peço a V.Exas. permissão para ler uma parte:

> "Das finalidades e localização da Zona Franca de Manaus.
>
> Art. 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos".

A Zona Franca foi implantada. Acreditamos ser um dos únicos projetos idealizados pelo Governo Federal que obteve grande sucesso – sucesso de 36 anos.

No entanto, apesar de sua trajetória, naquela mesma data se iniciou forte campanha contrária à sua implantação, o que nos obrigou por diversas vezes a contestar judicialmente medidas tomadas contra ela que resultaram em relevantes prejuízos aos investimentos ali instalados.

Os resultados são incontestáveis. Uma região que, equivocadamente, às vezes é chamada de paraíso fiscal hoje é o maior arrecadador de impostos federais no Norte do País, conforme quadros já apresentados. Na verdade, deve ser classificada não como um paraíso fiscal, mas como o paraíso do Fisco – como mencionava o saudoso Prof. Samuel Bechimol –, e, graças à quantidade de impostos que paga, tornou-se o maior arrecadador da Região Norte.

Várias foram as transformações ocorridas ao longo dos 36 anos de sua efetiva implantação. Setor comercial muito próspero no início das atividades na região, a Zona Franca hoje está praticamente restrita aos produtos nacionais, pois o País se tornou uma grande zona franca, distribuindo produtos importados em várias Capitais brasileiras. Isso sem contar o absurdo da Ponte da Amizade, que, indiscutivelmente, favorece a geração de empregos e renda fora de nossas fronteiras.

O setor agropecuário da região teve poucas oportunidades de evoluir, restando, portanto, o modelo do Pólo Industrial de Manaus, responsável por aproximadamente 50% da arrecadação de impostos estaduais e que, por meio da SUFRAMA, ainda participa, com investimentos, do desenvolvimento de outros Estados da Amazônia Ocidental.

A Zona Franca de Manaus, que temos tratado como Pólo Industrial de Manaus, representa hoje cerca de 57 mil empregos diretos e, quando agregados os indiretos, gera aproximadamente 250 mil empregos. É ainda o grande esteio de desenvolvimento da região, tendo os empresários cumprido suas obrigações de gerar empregos, desenvolver tecnologia e investir, com risco de seu próprio capital – os incentivos somente são alcançados após o funcionamento das empresas e, em alguns casos, somente após a obtenção de lucros.

Estamos fazendo nossa parte. Infelizmente, o Governo Federal ainda não fez a sua, motivo pelo qual dependemos muito do modelo. A infra-estrutura, de sua responsabilidade, ainda não foi feita. Exemplo é o fato de ainda sermos um Estado isolado, por via terrestre, do restante do País, o que faz com que a logística para escoamento dos produtos fabricados em nosso Estado seja uma das mais caras.

A incompreensão do modelo levou os Governos anteriores a tomar medidas que penalizaram as empresas instaladas. O desvio de conduta de parcela insignificante do nosso parque fabril – o que aconteceu também sem nenhum destaque em outras regiões do País – levou à extinção da SUDAM, o que, por sua vez, causou grande transtorno às empresas, que não dependiam de colaboração financeira, mas tinham em seus cálculos de custo a isenção de 75% do Imposto de Renda, conforme determina a lei.

Outro exemplo é o rigor excessivo da Secretaria da Receita Federal contra um universo de 400 empresas industriais, quando, na verdade, era preciso punir não mais do que meia dúzia delas.

Temos grande esperança no atual Governo, graças às palavras do Presidente Lula. No entanto, já se iniciaram as ações para reativação de outras agências de desenvolvimento, e nada vimos até o presente em relação à SUDAM. Por isso, lembramos ao atual Governo que o Norte também faz parte do Brasil e que o Ministério é o da Integração Nacional.

Precisamos que a reforma tributária ora em andamento na Comissão Especial ressalte a necessidade de se observar a exclusão da Zona Franca de Manaus quando da proibição para concessão de incentivos e ainda sua prorrogação pelo menos até 2023.

A performance do Pólo Industrial de Manaus, apesar das dificuldades apresentadas, é de desenvolvi-

mento. As indústrias não são poluentes – quase todas possuem Certificado ISO 9000, ISO 14000, e algumas têm até mesmo ISO 18000; a floresta no Estado está preservada em 98%, o que também já foi demonstrado; as exportações – não eram vocação da Zona Franca, pois ela foi criada para substituir importações – estão crescendo e, no ano passado, ultrapassaram a barreira de 1 bilhão de dólares americanos, e, ainda neste ano, esperamos ultrapassar a barreira de 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Conseguimos isso quase exclusivamente com o esforço dos empresários – houve participação da SUFRAMA.

Vale lembrar ainda que para cada dólar importado outros 2 são de componentes adquiridos no Brasil, principalmente em São Paulo, onde a Zona Franca gera significativa quantidade de empregos.

Além do sucesso econômico do Pólo Industrial de Manaus, há que se ressaltar a importância da sua presença na Amazônia, região cobiçada pelo mundo todo, por sua biodiversidade, pelo manancial de água potável – o maior do mundo –, por sua riqueza mineral etc.

Quando criada, no Governo militar, sem dúvida alguma a Zona Franca teve forte apelo estratégico. Esse fato muitas vezes passa despercebido, por causa de interesses outros que não os de nossa Nação, mas os quais sempre devemos lembrar, porque são ainda de extrema valia.

A manutenção da política de incentivos para a Zona Franca de Manaus é de suma importância para a sobrevivência do modelo, uma vez que não temos ainda nenhuma outra opção.

O País atravessou várias crises, o que fez com que o Governo Federal não cumprisse a tarefa de integrar a região aos demais Estados da Federação e combater, assim, as desigualdades regionais.

Portanto, senhores, fica no ar uma pergunta: teria sido possível, por meio de outro instrumento que não o atual, promover, numa região distante e isolada como o Estado do Amazonas, um modelo de desenvolvimento reconhecido por instituições de notório saber e conhecimento, que atestam sua eficiência e competitividade tecnológica?

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Agradeço ao Sr. Antonio Carlos Rodrigues Lima os esclarecimentos prestados.

Convido para compor a Mesa e usar da palavra o último convidado, Sr. Paulo Figueiredo, representante da Fundação Getúlio Vargas. S.Sa. disporá de 15 minutos para a exposição.

O SR. PAULO FIGUEIREDO – Boa-tarde, senhoras e senhores.

Primeiramente, agradeço o convite para participar desta audiência pública, o qual me foi feito pela Deputada Vanessa Grazziotin.

O tema de minha apresentação será A Internacionalização de Competências Tecnológicas e as Implicações desse Fenômeno para a Competitividade da Indústria Eletrônica no Pólo Industrial de Manaus.

Esse tema é parte do livro Internacionalização de Competências Tecnológicas. Implicações para estratégias governamentais e empresariais de inovação e competitividade da indústria eletrônica no Brasil, o qual acaba de ser publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas. O livro foi escrito por mim, em co-autoria com a Dra. Norlela Ariffin, PhD pela Universidade de Sussex, no Reino Unido. Ela também é pesquisadora na área de inovação tecnológica na indústria eletrônica. Trabalha para a Comunidade Européia e para o Banco Mundial e atua ainda no Gabinete do Primeiro-Ministro da Malásia, no que diz respeito a assuntos de inovação tecnológica. Exerce também intensa atividade de pesquisa em nível internacional, com publicações em jornais e livros bastante reconhecidas. Eu a convidei para fazer comigo uma pesquisa na indústria eletrônica em Manaus.

Falarei um pouco da pesquisa que deu origem ao livro. Ela começou em 1999, foi concluída no final de 2001 e surgiu dentro do Programa de Pesquisa em Aprendizagem Tecnológica e Inovação Industrial, da Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. O programa foi criado em 1999 para examinar o processo de inovação tecnológica em setores estratégicos da indústria brasileira e entender como as indústrias vêm aumentando a competitividade ao longo do tempo. Entre os setores estratégicos, escolhemos a indústria eletrônica em Manaus.

Para realização da pesquisa, também foi criado o Núcleo de Pesquisa em Inovação Industrial e Desenvolvimento da Região Amazônica, no Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas – ISAE. Além disso, houve associação com outras instituições, como a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI. Contamos também com apoio do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas e da SUFRAMA, que, desde o início do estudo, se mostrou extremamente interessada no empreendimento. Entre outras medidas, disponibilizou o auditório da instituição para a Dra. Norlela e eu apresentarmos os resultados preliminares e finais. Enfim, foi bastante encorajador o apoio que recebemos para fazermos o estudo.

Nesta apresentação, primeiro vou falar do que é internacionalização de competências tecnológicas e

das implicações disso para as empresas e, de certa forma, para a política governamental. Falarei um pouco sobre o debate que existe atualmente tanto no Brasil, como no resto do mundo, sobre o processo de disseminação de competências tecnológicas. Por fim, falarei da pesquisa em si: explicarei a metodologia usada e mostrarei os principais resultados encontrados, bem como as conclusões a que chegamos e as recomendações que fizemos em decorrência dela.

Primeiramente, explicarei o que é, afinal, internacionalização de competências tecnológicas, que é o assunto do meu livro.

Inicialmente, é preciso definir o que é competência tecnológica ou capacitação tecnológica. Capacidade tecnológica é um conjunto de habilidades, experiências e conhecimentos técnicos que estão armazenados não só na mente dos engenheiros, dos gerentes e dos técnicos, mas também no sistema organizacional das empresas, na estrutura institucional de um país e assim por diante.

Por que é importante a acumulação ou o desenvolvimento dessas competências tecnológicas? Porque é por seu intermédio que empresas podem fazer inovações em produtos, processos, equipamentos e assim por diante e ganhar, como resultado disso, maior competitividade no mercado internacional.

E também é muito importante para os países, porque se sabe cada vez mais que o desenvolvimento de capacitação tecnológica própria é entendido como questão de segurança nacional. Países ganham força no contexto internacional na medida em que detêm mais capacitação tecnológica própria.

O que é, afinal, a internacionalização desses recursos ou dessa capacitação tecnológica? Significa a disseminação dessas competências tecnológicas inovadoras de países industrializados para países em desenvolvimento, ou países emergentes, ou de áreas desenvolvidas para áreas em desenvolvimento.

Quando se fala em disseminação e em transferência dessa tecnologia, gera-se acirrado debate, que hoje está ativo no mundo todo e no Brasil tem reflexos como os que vou mencionar em seguida. Ou seja, há um debate internacional, no qual, de um lado, diz-se que não há nenhum tipo de disseminação ocorrendo de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, porque a tecnologia está concentrada totalmente em países desenvolvidos, como Alemanha, Japão e Estados Unidos. De outro lado, há um grupo de pesquisadores que diz que não é assim. Segundo eles, essa disseminação está ocorrendo, mas depende do país hospedeiro da empresa transnacional.

Ocorre que os argumentos usados no debate internacional possuem certas limitações, porque estão sendo usados para medir capacitação tecnológica, indicadores limitados ou está sendo focalizada somente a transferência de tecnologia de países ricos para países ricos, e ninguém estuda com intensidade como isso funciona em países em desenvolvimento. Essa foi uma das motivações que me levou a fazer a pesquisa.

Como funciona o debate sobre o tema no contexto de países em desenvolvimento e mais especificamente no Brasil? Há no mundo, em geral, uma perspectiva negativa em relação ao papel dos países em desenvolvimento na aquisição de domínio tecnológico. Em geral, é dito que, nos países em desenvolvimento, quase não acontece inovação tecnológica de alto nível. Diz-se que as empresas subsidiárias transnacionais existentes nos países em desenvolvimento fazem mera cópia ou maquiagem de produtos de países ricos.

Esse tipo de afirmação é feita com relação a áreas como Malásia e Índia e também quanto ao Brasil, especificamente a Manaus. Ou seja, há normalmente, tanto na academia, como na mídia em geral, perspectivas negativas ou pessimistas em relação ao Pólo Industrial de Manaus, e essas perspectivas são traduzidas em afirmações do tipo: Em Manaus, há um conjunto de galpões que fazem apenas maquiagem de produtos. De outro lado, diz-se que a atividade está limitada a operações básicas de processos.

Quando um pesquisador vê uma generalização como essa fica inquieto para buscar evidências, dados e dizer até que ponto isso faz sentido, até que ponto isso é válido. Um pouco inquietos com esses tipos de afirmações sem fundamentação empírica adequada, ficamos eu e a Dra. Norlela motivados a desenvolver essa pesquisa, para aquilatar até que ponto ela faz sentido ou não.

Por que a pesquisa é importante? Para explicar como e por que as empresas desenvolvem capacitação tecnológica na indústria eletrônica em Manaus, segmento altamente estratégico para o País, e gerar, a partir daí, explicações novas tanto para a gestão empresarial, como para a política governamental.

Rapidamente, abordarei a importância da indústria eletrônica em termos de emprego e faturamento. Ela responde por aproximadamente 53% do faturamento e por mais de 50% da quantidade de empregos.

Quanto aos modelos analíticos utilizados na pesquisa, ou seja, como ela foi feita, devo dizer que o trabalho foi realizado à luz de modelos analíticos já desenvolvidos na literatura, como, por exemplo, os de Norlela Ariffin, que tem publicado muito nessa área, e outros.

Para medir o nível de capacitação tecnológica da indústria eletrônica, usamos instrumento específico que é utilizado para o mesmo fim na Ásia, por exem-

plo. Portanto, utilizamos o mesmo termômetro usado em contexto diferente.

Esse tipo de instrumento é bastante robusto: capta níveis e tipos de capacitação tecnológica e não se limita, por exemplo, a mostrar somente números de patentes ou pesquisas de desenvolvimento, que são indicadores limitados.

(Segue-se exibição de imagens.)

Como os senhores podem ver, o modelo tem 6 níveis e faz distinção entre capacidade de rotina – capacidade para usar tecnologia – e capacidade inovadora – capacidade para fazer inovações tecnológicas em processo, produto, equipamento e engenharia de projeto.

A pesquisa quis medir, portanto, numa escala de 1 a 6, o nível alcançado pelas empresas eletrônicas em Manaus. Uma estrutura auxiliar é essa outra, esse triângulo, que possui 7 níveis, ao passo que o outro instrumento possui 6. Esses 7 níveis servem para mensurar, ou seja, identificar os níveis alcançados no triângulo, lembrando que 80% das empresas eletrônicas no mundo estão concentradas entre os níveis 3, 4 e 5.

A idéia foi ver em que nível do triângulo Manaus se localiza. Na ponta daquele iceberg, estão as empresas mais inovadoras do mundo, as que têm atividade mais voltada para design, projetos. Essas estão mais concentradas na Holanda ou em Cingapura. Mas é assim que a indústria funciona: concentra certa atividade. Não obstante, é importante ver que grande parte das outras empresas, 80% delas, pode estar localizada na área intermediária, de 4, 5 e 6.

Esses foram os instrumentos usados para avaliar o nível da capacidade tecnológica. Empregamos mais 2 instrumentos para responder às seguintes perguntas: se houve acúmulo de capacitação tecnológica, como ele foi feito? Como as empresas fizeram isso?

Usamos, então, 2 instrumentos. Um deles serviu para medir os processos de aprendizagem interno das empresas, ou seja, a aquisição de conhecimento tecnológico pelos operadores, como os engenheiros das empresas, e os fluxos de conhecimento, ou seja, como as empresas, muitas das quais são transnacionais, trazem conhecimento da empresa-mãe para as localizadas em Manaus ou como trocam conhecimento entre si.

Na outra tela, está a metodologia utilizada nessa pesquisa. Basicamente, na fase mais avançada, ela se concentrou em 3 tipos de pólos, ou clusters: 1 em Manaus, onde analisamos 29 empresas, e 2 na Malásia, onde coletamos amostras de 27 empresas do Vale Klang e de 26 empresas no Vale Penang, as áreas mais importantes do país na produção eletrônica. É importante dizer que as 3 áreas são de Zona Franca: todas têm incentivos governamentais, e, por isso, a comparação ficou bastante rica.

A cobertura do estudo foi de longo prazo, ou seja, não nos contentamos em analisar apenas dados relativos à atualidade, mas tratamos de um período de 25 anos.

O estudo foi feito em 3 etapas: a exploratória, a piloto e a definitiva. A Profa. Norlela foi da Malásia diretamente para Manaus, a fim de fazer comigo o trabalho de campo, e lá permaneceu mais de 1 mês, em intenso trabalho de pesquisa.

Foi interessante trazer uma autoridade internacional na área, que, por não ser brasileira, era extremamente isenta para medir comigo esse tipo de capacitação.

Vamos agora aos resultados, a parte mais interessante da apresentação, creio eu. Lembrando aquela escala de 1 a 6, aí estão os resultados encontrados na amostra de 29 empresas de Manaus. Como os senhores podem ver, na primeira coluna há uma concentração das 29 empresas analisadas.

Como os senhores podem ver também, 93% das empresas da amostra ficaram concentradas nos níveis 3, 4 e 5. Ou seja, ao contrário do que dizem as generalizações – que na Zona Franca estava sendo feita mera maquiagem de produto ou que as empresas estavam limitadas a atividades meramente de montagem –, a pesquisa revelou que a grande maioria está concentrada em níveis inovadores, ou seja, 3, 4 e 5.

As colunas seguintes fazem uma desagregação por função tecnológica, de modo a mostrar níveis inovadores respeitáveis para funções tecnológicas de processo e organização da produção, equipamentos e engenharia de processo.

É claro que, numa apresentação como esta, não dá para tratar de detalhes, mas os dados são extremamente animadores quando encontramos as próprias empresas construindo sensores automáticos e, em alguns casos, transferindo de Manaus para o restante da corporação soluções tecnológicas, como, por exemplo, automação em processo, e gerando inclusive patentes.

Esses, portanto, são dados que o restante do Brasil não conhecia acerca das iniciativas altamente inovadoras e complexas que acontecem dentro das fábricas. A própria Profa. Norlela, acostumada a estar nas fábricas mais avançadas da Ásia, ficou extremamente impressionada com o desempenho das fábricas em Manaus, o que foi muito animador.

Outro indicador auxiliar é o nível de automação das empresas. E, na pesquisa, fizemos questão de desagregar automação de inovação. As pessoas con-

fundem muito alto nível de automação com grau de inovação. Pode-se entrar numa fábrica e ver que está totalmente automatizada, mas não está ocorrendo inovação. E, na pesquisa, encontramos o seguinte: mais de 60% das empresas estão com um grau de aproximadamente 50% de automação. Descobrimos que para fazer essa automação elas mesmas se engajaram em processos inovadores, como, por exemplo, automação em processo, construção dos sensores. Isso significa que a automação está associada ao desenvolvimento de capacitação tecnológica inovadora.

Agora passaremos a tratar de um dado que mostra como elas alcançaram esse nível, ou seja, os processos de aprendizagem. Verificamos que existem vários tipos de processos de aprendizagem, ou seja, fluxos de conhecimento, que as empresas usam para obter conhecimento tecnológico. Esses vínculos entre a empresa-mãe e a empresa-filha, ou seja, a transnacional no Japão ou na Alemanha e sua subsidiária em Manaus, podem ocorrer de várias maneiras: elas podem trocar só produtos, tendo apenas vínculos de comércio, ou podem trocar conhecimento. Descobrimos que aproximadamente 70% das empresas estavam envolvidas em fluxos de conhecimento, relacionados a trocas de conhecimento, para aprender a fazer inovação.

Nossa idéia era captar o que estava dentro desses vínculos entre elas, e dessa forma descobrimos que a grande maioria estava obtendo conhecimentos das empresas-mães ou das empresas-irmãs para aprender a automatizar mais processos, a fazer inovações, adaptações em equipamentos e assim por diante.

Esse outro quadro também mostra as trocas de conhecimento diretas entre a empresa-mãe e a subsidiária. De novo, os indicadores mostram uma concentração em vínculos voltada para a inovação.

Os dados seguintes mostram uma comparação mais direta entre Manaus e os Vales Klang e Penang em termos, por exemplo, de nível de capacitação tecnológica.

Os senhores podem ver que desagregamos a empresa local, ou seja, a brasileira, da empresa transnacional, no caso de Manaus – na Malásia, da empresa puramente malaia. Descobrimos que, curiosamente, não há distinção muito grande entre a empresa local e a transnacional. Ambas estão engajadas em processos de inovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Professor, o tempo de V.Sa. já está esgotado. Peço que conclua, por gentileza.

O SR. PAULO FIGUEIREDO – Pois não, Sr. Presidente. Estou terminando.

O próximo quadro mostra a capacitação tecnológica agregada de Manaus comparada com a dos Vales Klang e Penang.

Os senhores podem ver que Manaus está numa situação bastante competitiva em relação às outras duas áreas. Não há nenhuma discrepância muito grande em termos de níveis de capacitação.

Em termos de conclusões, basicamente o que a pesquisa revelou é que há, em Manaus, diversidade de tipos e níveis de capacitação tecnológica, os quais não estão limitados somente a níveis extremamente básicos, como certas generalizações dizem. A pesquisa encontrou níveis extremamente competitivos de capacitação tecnológica.

Encontramos, sim, tecnologia de processo, porém em níveis avançados. Mas acúmulo de capacitação para processo é um caminho para desenvolvimento de produtos depois. E as empresas estão nessa trajetória, o que significa que têm que ser cada vez mais fortalecidas para permanecer assim.

Além disso, encontramos diversos tipos de mecanismos que elas usam para construir essas competências e também o papel da liderança em cada empresa.

A outra conclusão a que chegamos é a de que em geral as generalizações que taxam ou rotulam o Pólo Industrial de Manaus como sendo mero centro maquiador são equivocadas e enganosas. Isso é importante, porque estamos falando de indústria brasileira, e não apenas de indústrias de Manaus. É importante sabermos mais profundamente como funciona, afinal, a indústria brasileira. Estudos como esses possibilitam esse tipo de entendimento mais profundo.

Esse quadro é interessante porque fazemos a recomendação de posicionamento de Manaus em 2020 comparativamente a São Paulo, Cingapura, Malásia e China. E a sugestão é a de que Manaus possa, até 2020, ter sua capacidade de manufatura extremamente apurada, galgando mais níveis de inovação em processo, mas também em produto, concentrando basicamente toda a manufatura de eletrônica. São Paulo, por outro lado, poderia ficar mais com atividade de marketing e distribuição, como Cingapura, por exemplo, está fazendo hoje. Essa seria uma posição competitiva em relação à China, que está num processo muito determinado de aprofundar as competências de manufaturas nos próximos anos.

A próxima tela mostra as iniciativas governamentais que, obviamente, são importantes para os próximos períodos. Entre elas está, por exemplo, fortalecer a ligação entre a infra-estrutura tecnológica – universidades, institutos de pesquisas – e as empresas, para inovar em produtos e cuidar da infra-estrutura, como,

por exemplo, portos e aeroportos, conforme já foi dito, com o objetivo de fortalecer ainda mais esse pólo.

A pesquisa revelou dados bastante animadores em relação à indústria nacional. O estudo foi continuado e aprofundado pela Dra. Norlela Ariffin. Agora uma versão posterior do estudo será publicada pela Universidade de Oxford, o que significa que ele teve grande aceitação internacional, por refletir o rigor com que fizemos a pesquisa e, ao mesmo tempo, a importância que os outros centros internacionais dão ao Pólo Industrial de Manaus. O Brasil deveria dar-lhe mais atenção ainda, por se tratar de indústria estratégica para nossa economia.

Agradeço a todos a atenção e a paciência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Agradeço a participação ao Dr. Paulo Figueiredo.

Registro a presença do Deputado Dr. Evilásio, a qual nos honra muito.

Encerradas as exposições, iniciaremos os debates.

Os autores do requerimento de convite às autoridades aqui presentes fomos a Deputada Vanessa Grazziotin e eu. Nós desistimos de fazer indagações, porque haverá outra solenidade às 17h30min. Vamos abrir mão do nosso direito de fazer perguntas para conceder a palavra a outros companheiros que desejem formular indagações.

Concedo a palavra ao Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, falar depois de V.Exa. e da Deputada Vanessa Grazziotin seria desnecessário, porque normalmente os dois abordam todas as questões.

Em razão da solenidade que haverá a seguir, tecerei apenas rápidas considerações sobre o tema e farei alguns questionamentos aos expositores.

Primeiro cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, bem como a Deputada Vanessa Grazziotin, a Dra. Flávia Grosso – a quem manifesto minha satisfação por vê-la ocupando a direção da Superintendência da Zona Franca de Manaus – e todos os que proferiram suas palestras.

Sra. Superintendente, na exposição feita por V.Sa., foi informada a intenção da SUFRAMA de apoiar a implantação do projeto-piloto de colonização em grupo no distrito agroindustrial.

Penso que o distrito agroindustrial foi criado para atrair indústrias e empresas em geral que tivessem intenção de investir na agricultura e na pecuária, as quais teriam ali estrutura à disposição para fazer investimentos. No entanto, a prática tem demonstrado que esse distrito não tem tido bons resultados, bons frutos.

Comentávamos antes da reunião que, se fôssemos levantar o número de projetos iniciados e não concluídos – ou concluídos, mas com baixo resultado –, encontraríamos grande volume de recursos desperdiçados.

Por isso, vemos com satisfação o resgate da função de planejamento. Vemos que o Secretário de Planejamento do Estado, Prof. Braga, está estabelecendo metas e prioridades e as está apresentando ao debate público. Vemos que o Governo Lula está elaborando um Plano Plurianual participativo, que será debatido nos Estados – debate que, aliás, começará pelo Estado do Amazonas. Vemos também com satisfação a integração entre SUFRAMA e Governo do Estado.

Dra. Flávia, no interior – refiro-me ao interior, mas isso não ocorre apenas lá –, não há sequer uma escola técnica. O Governo do Amazonas não tem hoje nenhuma escola técnica implantada no Estado. Sei que já houve iniciativa do Governador Eduardo Braga de criar um instituto para cuidar especificamente do ensino pós-médio profissionalizante. Mas hoje ainda não existem instituições voltadas para esse fim.

O representante do Centro da Indústria, Sr. João Ronaldo, falou muito bem sobre a necessidade de cursos profissionalizantes, de ensino médio e fundamental, de educação de modo geral.

A pergunta que apresento à sua apreciação é a seguinte: por que não aplicarmos recursos na qualificação e na profissionalização nos Municípios, respeitando a vocação de cada região? Por que termos no distrito agropecuário um pólo que só dará resultados enquanto receber incentivos?

Tenho muito medo de projetos geridos pelo Governo. Existe um número muito grande de projetos iniciados, que receberam recursos, mas trouxeram resultados pífios. Uma empresa de dendê foi instalada no Município de Tefé e está totalmente destruída. Já houve uma série de outras iniciativas. Lembro-me do PROBOR, no qual muitos recursos foram aplicados. Por falta de planejamento, não se alcançou o resultado necessário.

Outro ponto que quero abordar, Deputado Átila Lins, mas no final, quando apresentarei proposta concreta para a Comissão, é o seguinte: a SUDAM e a SUDENE foram extintas na mesma data, dia 2 de maio de 2001. Uma foi abolida por meio da Medida Provisória nº 2.145, outra por intermédio da Medida Provisória nº 2.146. Com a Medida Provisória nº 2.199, de 24 de agosto, foi alterada parcialmente a legislação de concessão dos incentivos fiscais de isenção e redução do Imposto de Renda para as empresas instaladas no Norte e no Nordeste. As Portarias nºs 141 e 142, de 27 de fevereiro de 2002, instituíram respectivamente

a inventariança extrajudicial da SUDENE e a da SUDAM. Na mesma data.

Para que servem as inventarianças? Para analisar e expedir os laudos constitutivos das empresas cujos projetos se encontram pendentes de exame. Tudo na mesma data. A partir daí, o processo passou a funcionar de forma totalmente adversa.

O que aconteceu em relação à extinta SUDENE? Sua inventariança extrajudicial constituiu grupo de trabalho e passou a analisar todos os projetos que se encontravam pendentes. Não só os analisou, como emitiu os respectivos laudos constitutivos. Foram analisados inclusive projetos protocolizados em 2002.

O que aconteceu com a inventariança extrajudicial da SUDAM? Não conseguiu expedir sequer um único laudo constitutivo, apesar de haver mais de 400 projetos para análise, pendentes desde 1999.

O que estou dizendo consta de expediente encaminhado em fevereiro de 2003 ao Secretário-Geral do Ministério de Integração Nacional e por mim enviado ao Ministro Ciro Gomes. Trata-se de assunto da responsabilidade da AFICAM.

Lamentavelmente, até hoje não houve alteração desse quadro. Aproveito a presença de empresários, do representante do Governo do Estado, da Dra. Flávia, bem como da oportunidade de comemoração da Semana da Amazônia, fruto de iniciativa da Deputada Vanessa Grazziotin, para fazer manifestação escrita ao Ministro Ciro Gomes, a fim de que S.Exa. determine urgentemente providência no sentido de proceder à análise desses projetos, aos quais, aliás, se referiu o Dr. Antônio de forma muito educada – disse que não estavam sendo analisados.

Sr. Presidente, gostaria que houvesse o posicionamento desta Comissão acerca do tema. Esperamos ter posicionamento favorável também do Ministro Ciro Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Antes de passar a palavra à Dra. Flávia, que responderá à indagação do nobre Deputado Humberto Michiles, informo que, na próxima sexta-feira, o inventariante extrajudicial da SUDAM estará em Manaus para uma reunião na Federação das Indústrias com todos os empresários interessados na questão. Também estará presente um representante da ADA. Na oportunidade, será feita ampla discussão a respeito dos problemas que envolvem a SUDAM.

O Dr. Jaime Pacheco atendeu ao convite formulado por esta Comissão, em especial pela Deputada Vanessa Grazziotin e pelo Deputado Átila Lins, e estará conosco na sexta-feira, para amplo debate. Quero crer que dirimirá muitas dúvidas que ainda assolam a mente dos empresários amazonenses e quero crer também que nos dará algumas informações mais concretas, porque, se não me falha a memória, já começaram a se deslocar as equipes que vão proceder à fiscalização em diversos empreendimentos financiados pela SUDAM. S.Sa. nos dará informações mais concretas sobre o debate.

Deputado Humberto Michiles, V.Exa. será informado sobre a visita e também será convidado a participar do debate na Federação das Indústrias, na sexta-feira, às 10h.

Acredito que essas providências serão balizadoras para que a SUDAM adote as medidas da SUDENE. Reconheço que V.Exa. tem razão quando diz que as ações da SUDAM são muito lentas, vagarosas.

Não têm faltado desta Comissão intensas cobranças. Trouxemos a esta Comissão o Ministro Ciro Gomes, que em junho anunciará a criação das novas SUDAM e SUDENE, e o inventariante da SUDAM, que vai a Manaus, para a reunião. Parece-me que ele foi designado inventariante no final de março deste ano. Alegou uma série de dificuldades, impeditivos de uma ação mais rápida e mais urgente, porque não pode utilizar funcionários da SUDAM e da ADA para proceder à fiscalização. Pelo fato de o Tribunal de Contas da União, a Receita Federal e o Ministério Público considerarem todos sob suspeição, ele teve de formar grupos de trabalho de outros órgãos, do BASA e com funcionários dos Governos dos Estados da Região Norte.

Presto esse esclarecimento a V.Exa. porque é preciso que todos saibam que esta Comissão procura cumprir com o seu dever, para acabar, de uma vez por todas, com a penalização da região amazônica no que concerne à extinção da SUDAM, sem que até hoje tenha sido criado outro órgão que a substitua.

O Dr. Jaime Pacheco disse nesta Comissão que 90% dos empreendimentos são de excelente qualidade, deixando claro que apenas 10% têm problemas. Isso equivale a dizer que os bons empresários estão sendo penalizados pela demora de ação mais rápida da liqüidante da SUDAM.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, agradeço os esclarecimentos a V.Exa., mas insisto em que deveríamos aproveitar este momento para pedir a atenção do Ministro.

Também aproveito a oportunidade para perguntar à Dra. Flávia Grosso se esse projeto-piloto de colonização é consentâneo com o projeto do Governo do Estado do Amazonas, ou da Zona Franca Verde, para evitarmos duplicidade de ações e, conseqüentemente, desperdícios de recursos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, peço licença a V.Exa. e aos demais convidados para me dirigir ao Espaço Cultural, porque

lá haverá o lançamento de um livro. O Dr. Paulo Figueiredo, que está presente, é um dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Peço a V.Exa. 10 minutos, porque o Deputado Lupércio Ramos fará perguntas, e S.Sas. responderão à indagação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Enquanto V.Exa. dá continuidade à audiência, vou recepcionar os convidados, que já devem estar chegando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Eu sei, mas não vamos liberar o Dr. Paulo Figueiredo enquanto não acabar a reunião. Em face disso, não haverá cerimônia de lançamento de livro. Todos poderão participar do evento. Agradeço a contribuição e a compreensão a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente; eminente Superintendente da SUFRAMA, Dra. Flávia Grosso; querido Secretário de Planejamento, Dr. José Carlos, haja vista a hora, eu me privarei de fazer uma série de questionamentos e farei apenas uma pergunta, mas antes quero fazer breve comentário.

Em primeiro lugar, peço desculpas pela minha ausência no início da reunião. Eu estava participando da instalação da Comissão Especial da Reforma Tributária, da eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

O meu comentário cabe a todos os grupos, em especial ao Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, e à sua equipe.

Quero crer que esta Casa está vivendo momento ímpar na questão política com a Zona Franca de Manaus. Há muita boa vontade por parte do Congresso Nacional, o que também se observa no Governo do Presidente Lula, que tem reafirmado compromisso com a Zona Franca de Manaus.

Recentemente, tive oportunidade de participar de audiência com o Ministro Luiz Fernando Furlan em Moscou. Questionei a ausência de alguém naquela comitiva que representasse a Zona Franca de Manaus, o Pólo Industrial Incentivado de Manaus. O Ministro reafirmou que o Presidente Lula cumprirá o compromisso de, até o final do mandato, fazer com que a Zona Franca passe a exportar algo em torno de 3 bilhões de dólares. Proferiu o mesmo discurso, na semana passada, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio Exterior.

Portanto, este momento é propício para todo o trabalho da Zona Franca de Manaus, em que pese a estarmos discutindo a reforma tributária. Precisamos aproveitá-lo unindo o técnico e o político, falando a mesma linguagem, conduzindo as mesmas negociações, fazendo grande parceria entre a bancada da Região Norte, muito favorável à Zona Franca de Manaus, e o Governo do Estado, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, os empresários do Distrito Industrial e os empresários da Zona Franca de Manaus.

Eminente Superintendente, só uma coisa me preocupa: uma observação feita pelo próprio Ministro Luiz Fernando Furlan. O Centro de Biotecnologia, inaugurado recentemente, a meu ver é uma grande porta de criação, de inovação tecnológica, de avanço em ciência e tecnologia para os produtos da Zona Franca de Manaus para outros Estados e de aproveitamento em nossas indústrias. O Ministro disse que a Zona Franca não seria um elefante branco, mas uma anta branca, porque as instalações são boas, enormes, mas não temos cientistas, técnicos, pesquisadores, a massa humana que produzirá aquilo de que precisamos.

Como a SUFRAMA e o Governo do Estado analisam essa questão do Centro de Biotecnologia? Como fazer funcionar a anta branca, para mostrar ao País que ela andará na região amazônica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra a Dra. Flávia Grosso para responder às indagações dos Deputados Humberto Michiles e Lupércio Ramos.

A SRA. FLÁVIA GROSSO – Deputado Humberto Michiles, o Projeto de Colonização em Grupo é um projeto demonstrativo que conta com a participação de colonos, por intermédio de cooperativas, de empresários, entidades de treinamento, qualificação e requalificação de mão-de-obra, assistentes técnicos e Governo. O projeto engloba todas as entidades.

Em minha exposição, mostrei que o projeto de desenvolvimento da Zona Franca, da SUFRAMA, para a Amazônia Ocidental, se preocupa com a capacitação da mão-de-obra. Temos conhecimento de que, se não trabalharmos o desenvolvimento regional, o desenvolvimento das potencialidades como um dos pilares da capacitação da mão-de-obra, para implementar e dar assistência aos projetos, não conseguiremos fazer com que eles avancem. Então, esse é um dos pilares.

Respondendo à pergunta do Deputado Lupércio Ramos, a SUFRAMA já se antecipou a essa necessidade. Ela já fez, há 3 anos, convênio com universidades e entidades de capacitação para criação de cursos de graduação e pós-graduação em cima das necessidades do CBA. E o Centro de Biotecnologia também prevê a união com outras entidades de ensino e pesquisa e outros laboratórios. Ou seja, o CBA não atuará sozinho, e sim com uma rede de laboratórios. Então, como eu disse, a SUFRAMA já fez convênios com entidades de ensino superior e médio para criar curso de graduação e pós-graduação – que já estão em curso.

Ontem, à tarde, conversei com o Ministro Interino do Desenvolvimento e disse que a SUFRAMA tem condições, por meio de convênio com a ADA, de fazer a análise dos projetos de isenção do Imposto de Renda, principal demanda dos empresários do pólo industrial de Manaus. E S.Exa. concordou. Também conversei com o Sr. Djalma Melo, indicado para uma das diretorias da ADA, e disse que a SUFRAMA pode fazer esse convênio para analisar e zerar o passivo de recolhimento de isenção do Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Sr. José Carlos de Souza Braga.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA – Sr. Presidente, Deputado Átila Lins, quero fazer alguns comentários. Antes, porém, quero agradecer à Sra. Flávia Grosso por me prestar esclarecimentos sobre a atuação da SUFRAMA no que tange ao esforço exportador, cujo resultado concreto foi o PEXPAM e aquele programa relativo à Zona Franca como terceiro país. Sou testemunha do trabalho específico da Sra. Flávia Grosso.

Entretanto, quero dizer o seguinte: a SUFRAMA, como sabemos, foi esvaziada na sua capacidade de promover a Zona Franca de Manaus. E agora é desejo do Presidente Lula, do Ministro Luiz Fernando Furlan – que foi muito feliz ao escolhê-la –, fazer com que a SUFRAMA se fortaleça novamente e assim possa desenvolver de fato uma política industrial, porque o que foi feito foi muito pouco.

A meu ver, precisamos de uma política que faça com que as exportações da Zona Franca de Manaus sejam mais diversificadas. Segundo dados da SUFRAMA, aparelhos celulares correspondem a praticamente 50% do valor exportado; concentrado de bebidas, 8,26%; motocicletas, 6,8% – isso totaliza 63,9% das exportações. Ou seja, precisamos diversificar o conjunto de produtos, para gerar de fato uma base exportadora para a Zona Franca.

E não vale mais alegar que ela foi criada para substituir importações. Isso foi lá atrás. Hoje a Zona Franca tem de avançar no sentido de exportar e também substituir importações. Aliás, não adianta dar incentivo fiscal a empresas em Manaus sem que elas tenham compromisso de adensar internamente a cadeia produtiva. O Sr. Paulo Figueiredo demonstrou-nos o quanto o trabalho tecnológico é importante e o quanto a Zona Franca avançou.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão à Comissão. Seria interessante que os Srs. Deputados fizessem um esforço com as empresas que têm sede em Manaus no sentido de elas ajudarem a divulgar o modelo Zona Franca. Parece-me que há uma lacuna muito grande. É curioso que as empresas, sobretudo as grandes, que estão sediadas em Manaus até hoje não tenham feito esforço para divulgar o modelo. Elas seriam naturalmente interessadas em sua divulgação. Os empresários presentes, que atuam em Manaus, têm estado nesta Comissão – gostaria até de parabenizá-los –, mas me refiro sobretudo às direções das empresas, que estão fundamentalmente em São Paulo e que não se têm mobilizado em defesa do modelo da Zona Franca.

O Governador Eduardo Braga fez uma reunião no Palácio Rio Negro, da qual participei, e solicitou à Eletros que fizesse ampla divulgação do modelo Zona Franca de Manaus, sobretudo neste momento em que se está discutindo a reforma tributária. A Sra. Flávia Grosso e o Sr. Paulo Figueiredo, por meio dessa excelente pesquisa – gostaria inclusive de convidá-lo para ir à SEPLAN –, têm mostrado isso.

Sr. Presidente, questiono por que as empresas não fazem a divulgação. Então, sugiro à Comissão, tão bem presida por V.Exa., que faça gestões nesse sentido.

O Deputado Humberto Michiles fez um comentário importante. Gostaria de informar que o Governo do Amazonas, logo no início, justamente na data a que S.Exa. se referiu, em fevereiro, indicou técnicos para que o trabalho do Ministério da Integração Nacional avançasse no que tange à SUDAM. Gostaria de compartilhar da sua preocupação, mesmo sabedor da batalha do Presidente, Deputado Átila Lins, nesse sentido. De fato, é preciso acelerar o passo da SUDAM. Vou até pedir uma audiência com a Dra. Tânia Bacelar – ela é de Pernambuco e uma brilhante economista –, que, salvo engano, é uma das Secretárias do Ministério, para tratarmos disso.

O Deputado Lupércio Ramos fez referência ao CBA, e junto-me a ele nessa preocupação. Quero dizer que o Governo Eduardo Braga fez uma reforma administrativa e criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia justamente com o propósito de unir a SUFRAMA às demais entidades de pesquisa, na tentativa de inovar tecnologicamente o Estado do Amazonas, criando um sistema estadual de ciência e tecnologia articulado ao Governo Federal. E o CBA é fundamental nesse sentido. Entretanto, ele deve avançar na pesquisa articulado com as empresas.

Inovação de processo, tudo bem, as empresas fazem isso – foi-nos mostrado. O grande desafio é inovar produto. Sabemos que, nas economias periféricas, a inovação de produto é muito precária. E as multinacionais não o farão, a menos que o Brasil faça como a China, que abre suas portas para as multinacionais, mas determina que é investimento direto, que é preciso inovar tecnologicamente. Enquanto o Brasil

não tiver uma política industrial com esse componente – creio que o Ministro Luiz Fernando Furlan tem esse objetivo, e vamos trabalhar no Amazonas para isso –, não avançaremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Sra. Flávia Grosso quer dar uma palavra para encerrar a manifestação.

A SR. FLÁVIA GROSSO – A respeito do que o Deputado Lupércio Ramos disse sobre o apoio do Governo, quero registrar que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior está negociando com o BNDES, com a CAMEX, e o MERCOSUL com o Peru, e há previsão de investimentos do BNDES no Peru. Nessa negociação, o Ministro foi bem claro ao dizer que, se os produtos da Zona Franca de Manaus não tiverem acesso às preferências tarifárias que o Peru está oferecendo ao MERCOSUL, não haverá investimento do BNDES naquele país.

Quero apenas registrar o apoio do Ministério ao projeto Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Agradeço a presença a todos, principalmente aos expositores, que acolheram nosso convite para esta reunião de audiência pública.

Antes de encerrar, convoco reunião para amanhã, às 10h, no Plenário nº 13, para debater os movimentos culturais do Estado do Amazonas.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Segunda Reunião Ordinária Realizada em 5 de Junho de 2003. Audiência Pública Com a Participação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia cinco de junho de dois mil e três, reuniram-se as Comissões da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e de Educação, Cultura e Desporto, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva e Zequinha Marinho – Vice-Presidentes; Alceste Almeida, Anivaldo Vale, Anselmo, Antonio Joaquim, Asdrubal Bentes, Carlos Souza, Celcita Pinheiro, Josué Bengtson, Maria Helena, Miguel de Souza, Paulo Rocha, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Suely Campos, Terezinha Fernandes, Valdenor Guedes e Vanessa Grazziotin – Titulares; Agnaldo Muniz, Alberto Fraga, Carlos Abicalil, Colombo, Coronel Alves, Eduardo Gomes, Humberto Michiles, Jaime Martins, João Tota, Marinha Raupp, Maurício Rabelo, Mauro Lopes, Pastor Frankembergen e Vignatti – Suplentes. Compareceram pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto os Deputados Alice Portugal, Antônio Carlos Biffi, César Bandeira, Costa Ferreira, Eduardo Seabra, Fátima Bezerra, Gastão Vieira, Gilmar Machado, Iara Bernardi, João Matos, Kelly Moraes, Lobbe Neto, Neyde Aparecida e Paulo Lima – Titulares; Carlos Nader, Eduardo Barbosa, Milton Monti, e Rafael Guerra – Suplentes. Compareceu também o Deputado Hélio Esteves, como não-membro. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os convidados Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; Sra. Veralúcia Ferreira de Souza, Representante da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas; Sra. Lívia Mendes, Diretora-Presidente da Fundação Villa Lobos; Sr. Bonifácio José, Presidente da Federação Estadual dos Povos Indígenas; Sr. Tenório Telles, Coordenador Editorial da Livraria Valer; e Sr. Thiago de Mello, Poeta e Escritor, com o objetivo de discutir os movimentos culturais do Estado do Amazonas. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os Deputados Vanessa Grazziotin, Carlos Souza e Alceste Almeida. O Presidente concedeu então a palavra ao Escritor Thiago de Mello, para que o mesmo encerrasse as apresentações com uma mensagem especial. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às doze horas e trinta minutos, antes informando a instalação da Subcomissão para Estudar e Implementar os Eixos de Integração da América do Sul, nesta data, cinco de junho de 2003, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 15, e convocando reunião de Audiência Pública da Subcomissão Permanente para Estudar a Situação, Alternativas e soluções Energéticas para a Região Amazônica, para terça-feira, dia dez de junho, às dez horas, no Plenário quinze do Anexo II. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, Secretário, lavrei a presente Ata que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Átila Lins, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, com participação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, convocada

para discutir as manifestações culturais do Estado do Amazonas por requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, aprovado pelo Plenário.

Esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá, para tanto, de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Informo que a lista de inscrições para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Deputados que desejarem fazer uso da palavra deverão registrar seu nome e só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de 3 minutos.

O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, sendo vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente, agradeço a presença do Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário do Patrimônio, Museu e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; da Sra. Vera Lúcia Ferreira, da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas; do Sr. Bonifácio José, Presidente da Federação Estadual dos Povos Indígenas; e do Sr. Tenório Telles, Coordenador Editorial da Livraria Valer.

Agradeço aos colegas Parlamentares e aos demais presentes a participação.

Devido ao grande número de expositores, não podemos apresentar todos à Mesa. Dessa forma, optarei pela ordem dos convidados.

Dando início às exposições, convido a compor a Mesa e a fazer uso da palavra o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário do Patrimônio, Museu e Artes Plásticas do Ministério da Cultura. (Palmas.)

S.Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA – Bom dia a todos. Na pessoa do nosso amigo Bonifácio, saúdo todos os amazonenses presentes.

Sr. Presidente, agradeço à Comissão o convite feito ao Ministério da Cultura para que comparecesse a esta audiência. O Ministro da Cultura, Gilberto Gil, não está presente única e exclusivamente pelo fato de estar ausente de Brasília, mas nos pediu que representasse o Ministério neste evento, pois temos o compromisso de apoiar o Boi de Parintins, manifestação histórica na região amazônica.

Neste momento também se realiza em Brasília a Semana da Cultura do Amazonas, que reflete uma série de outros componentes da cultura amazonense, que é parte de cultura mais ampla, a amazônica, que para nós, do Ministério da Cultura, certamente é uma das matrizes importantíssimas da cultura brasileira.

O Ministro da Cultura, Gilberto Gil, recebeu, há cerca de mês e meio, uma delegação do Amazonas, representando especificamente os Bois Garantido e Caprichoso. A partir dessa audiência, estabelecemos uma relação bastante próxima com a diretoria dessas duas agremiações. De lá para cá, temos tido cooperação bastante próxima, de tal forma que o Ministério da Cultura possa apoiar manifestação tão importante da cultura brasileira, o boi-bumbá, que tem, em Parintins, um dos seus principais momentos.

O Ministro da Cultura estará presente em Parintins, compromisso este assumido e agendado, com o objetivo de prestigiar a realização do Festival do Boi.

Para nós, do Ministério da Cultura, é muito importante esse tipo de apoio e essa presença, porque temos consciência da necessidade de que a política cultural neste novo Governo seja efetivamente nacional. Não mais podemos admitir que a política cultural brasileira fique restrita a poucos lugares, a alguns setores e segmentos da sociedade. É necessário que ela ganhe caráter amplo e descentralizado; o sistema circulatório da política pública de cultura precisa ganhar mais irrigação, para que chegue aos pontos mais distantes do País. Temos ainda muito a conquistar.

Como foi dito pelo Ministro Gilberto Gil na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em discurso recente, o fato de o Ministério da Cultura ter abdicado da sua condição nos últimos anos reflete essa falta de circulação e essa ausência efetiva da política nacional de cultura na região amazônica.

A região amazônica é uma das regiões mais excluídas dessa política e sofre com a falta dela. Nesse sentido, temos como prioridade, no Ministério da Cultura, levar à região apoio, fomento, capacitação, enfim, uma série de iniciativas. Tais iniciativas visam agir em conjunto com todos os Estados da Amazônia, até mesmo com o Maranhão, que é muito mais amazônico do que propriamente nordestino, e formar importante rede de circulação e articulação das Secretarias de Cultura desses Estados.

De acordo com a nossa agenda deste ano, realizaremos reuniões com os Secretários de Cultura das regiões brasileiras para discutir como poderemos trabalhar de forma conjunta – o Governo Federal, através do Ministério da Cultura, as Secretarias de Cultura dos Estados da Amazônia e as Secretarias dos Municípios da região, principalmente das capitais.

Sabemos o peso que tem, por exemplo, a cidade de Manaus no contexto do Estado do Amazonas. Portanto, é importante também o diálogo com as Pre-

feituras de Manaus, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Belém, São Luís e Palmas.

A idéia é criar esse vínculo, essa aproximação, fortalecer esses laços entre o Ministério da Cultura e os entes federados da Amazônia. Essa rede, essa circulação precisa ser feita não só na relação ente/Poder Público, mas é basicamente realizável na medida em que tenhamos efetiva relação com a sociedade. Quando digo sociedade, refiro-me, no caso da cultura, principalmente à comunidade cultural riquíssima que existe nessa região.

Não podemos esquecer – por isso fiz a referência ao Bonifácio, quando iniciei minha fala – a diversidade das culturas indígenas que há na região amazônica e a importância que o Ministério da Cultura dá ao apoio, ao fomento e ao reconhecimento das diferenças dessas sociedades indígenas e das suas culturas para a formação da cultura brasileira. Além desse apoio e fomento específicos, queremos dialogar com essas comunidades e com outros segmentos da sociedade regional importantes na formação da cultura da região que fisicamente corresponde a mais da metade do Brasil.

Digo isso com muita tranqüilidade porque sou amazônida, como muitos aqui. Conheço não só as dificuldades, mas também a riqueza da região. Embora do ponto de vista econômico-financeiro não seja representativa diante da complexidade do Brasil, certamente, do ponto de vista da história e da cultura, a Amazônia é uma das regiões mais ricas e importantes do País, sem falar naquilo de que sempre se lembra quando se fala nela: a biodiversidade.

No Brasil, todas as vezes em que se fala da Amazônia, lembra-se da biodiversidade e se esquece da sociodiversidade, da diversidade cultural. Muitas vezes, quem mora fora da região acredita que lá não há gente. É importante lembrar que a Amazônia tem 20 milhões de habitantes com uma história profunda, relevante e bastante singular na história brasileira.

Nesse contexto, a existência de uma manifestação cultural como a de Parintins é um exemplar importante dessa diversidade cultural. Se fôssemos elencar a variedade de manifestações culturais da região, certamente teríamos uma série de audiências públicas na Câmara dos Deputados.

A mensagem que desejo trazer, em nome do Ministro Gilberto Gil, é que nós, do Ministério da Cultura, estamos empenhados em aproximar o Ministério da região amazônica, das diversas sociedades da Amazônia. Dessa forma, pretendemos dar à região o reconhecimento nacional que merece e que muitas vezes não tem por desconhecimento da sua história e da sua cultura.

Nesse sentido, o Ministério da Cultura está e continuará de portas abertas, tanto para a sociedade e os entes federados da região quanto para a bancada de Deputados e Senadores da Amazônia, a fim de estabelecer políticas que venham a fortalecer cada vez mais aquela maravilhosa região. Estamos de portas abertas a fim de que possamos ter resultados ao longo dos próximos 4 anos e, quiçá, além deles.

Mais uma vez, agradecemos à Comissão o convite e esperamos contribuir para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradeço ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira o esclarecimento prestado.

Convido a compor a Mesa a Sra. Vera Lúcia Ferreira de Sousa, representante do Estado do Amazonas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Pois não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, pela relação que temos aqui, seriam 8 convidados a fazer exposição nesta audiência pública.

Todos falarão. Entretanto, acho que temos de rever o tempo, caso contrário levaremos mais de 3 horas somente nas exposições. Sugiro a V.Exa. consultar nossos convidados sobre se seriam suficientes 10 a 15 minutos para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Gostaria de consultar a Sra. Vera Lúcia e os demais expositores sobre se seria possível encurtarmos o tempo de cada um. É desagradável fazê-lo para quem preside a Mesa, mas é necessário para que todos possam ser ouvidos.

A SRA. VERA LÚCIA FERREIRA DE SOUSA – Com certeza, é totalmente possível, porque, com poucas palavras, pode dizer-se tudo o que se quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradeço a V.Sa.

A SRA. VERA LÚCIA FERREIRA DE SOUSA – Bom dia a todos. Estou representando o Sr. Secretário de Cultura do Estado do Amazonas, Dr. Robério Braga, que, por motivos superiores, não pôde estar presente a esta audiência tão importante para a cultura do Norte do Brasil.

Sou Vera Lúcia Ferreira de Sousa, museóloga e Diretora dos museus do Estado do Amazonas.

Cumprimento todos de forma genérica, devido ao pouco tempo de que dispomos.

É importante para o Estado do Amazonas se fazer representar nesta Casa dessa forma. Esta Semana do Amazonas, organizada pela Deputada Vanessa Grazziotin, é de suma importância para o Amazonas,

porque representa uma porta e uma janela que se abriram para que todo o Brasil, que é representado nesta Casa, possa observar os diversos aspectos da cultura do Amazonas, não só a biodiversidade, mas também a grande diversidade cultural.

Temos, por exemplo, 2 segmentos de cultura que o Amazonas muito bem representa em âmbito nacional e internacional: a cultura representada pelo folclore, através do Boi de Parintins, e a cultura erudita, representada por nossos festivais de ópera. Já estamos, no Estado do Amazonas, no VII Festival de Ópera, evento único em toda a América Latina. É o único local dessa região em que em todos os anos se promove um festival de ópera.

A Secretaria de Cultura, neste Governo, foi desmembrada da Secretaria de Turismo; antes eram uma só instituição. Porém, as nossas ações continuam sendo voltadas para o público interno e externo, inclusive para o turismo.

Ontem estive assistindo à audiência sobre o turismo na Amazônia. Quando se fala em turismo, se fala em muitos bilhões de dólares, porque a indústria do turismo gera boa parte da economia no mundo.

Quando se fala em cultura, dificilmente se fala em dinheiro, mas a cultura também se faz com dinheiro. Embora não seja um dado preciso, acredito que pelo menos 90% de tudo o que é gerado no turismo no mundo se dê através da cultura, porque o turista, quando vai a determinada região e visita determinado País ou Estado, vai à procura da cultura. Então, eu gostaria de creditar na conta da cultura boa parte daqueles bilhões creditados na do turismo.

A Secretaria de Cultura, atualmente, vem seguindo orientação do nosso Governador, Dr. Eduardo Braga, no sentido de interiorizar a cultura, porque nós tivemos, ao longo dos últimos anos, um boom cultural no Estado do Amazonas, através de diversas manifestações. Normalmente, isso tem se concentrado mais na Capital. Acredito que a concentração da cultura nas capitais não ocorra em vários Estados brasileiros. Portanto, a orientação que recebemos e que já estamos seguindo busca interiorizar a cultura do Estado do Amazonas.

Por exemplo, em nosso VII Festival de Ópera, tivemos a apresentação de uma ópera em Itacoatiara, cidade do interior do Amazonas.

Nós temos outro projeto também muito interessante de interiorização da cultura, o Cinevídeo Mambembe, em que levamos o cinema nacional para as praças públicas de comunidades no interior da Amazônia totalmente desprovidas de acesso aos bens culturais. Trata-se de experiência que desenvolvemos e que tem dado resultados extraordinários. Em determinada comunidade do Município Altazes, levamos um telão de 8 x 10 metros. E um senhor ao meu lado disse: “Meu Deus, eu não se sabia que existia uma televisão tão grande!” Então, nós levamos também a cultura do cinema para o interior.

Quanto ao nosso cenário cultural atual, coordenamos, através da Secretaria, 6 museus públicos estaduais, 6 teatros, 7 bibliotecas públicas e 1 biblioteca virtual. Coordenamos também 5 centros culturais, além de atividades de formação e capacitação de recursos humanos. No Centro Cultural Cláudio Santoro, entidade ligada à Secretaria para a formação de jovens carentes, tivemos no ano passado cerca de 10 mil alunos matriculados para estudar música, artes plásticas e teatro. Na área de formação e capacitação, temos o Liceu de Ofícios, que é mais direcionado para a parte de profissionalização de pessoal ligado à área de cultura.

Acredito que, por exemplo, na área de bibliotecas, além das habituais, temos uma muito especial, a biblioteca infantil, voltada única e exclusivamente para a criança. Na realidade, ela tem o nome de biblioteca, mas funciona como centro cultural, porque existem ali diversas atividades que qualquer centro cultural tem, voltadas exclusivamente para o público infantil.

Temos no Estado o Museu da Imagem e do Som, o Espaço de Referência Cultural, a Pinacoteca do Estado, o Museu de Numismática, o Museu do Teatro Amazonas e uma experiência inovadora, que é o Ecomuseu do Seringal Vila Paraíso, do qual eu trouxe aqui um exemplar para o Presidente da Mesa.

Foi um projeto desenvolvido de forma agregada ao Museu Navio Justo Chermont. São duas experiências de museu que conseguimos fazer no ano passado. O Museu do Seringal Vila Paraíso reconstitui, em uma área rural do Município de Manaus, exatamente a vida dos seringais no período áureo da borracha. E o navio Justo Chermont, de época também, nós conseguimos readaptar para visita.

Os nossos projetos de implantação na área museológica para os próximos anos de Governo incluem o que considero ainda uma das nossas falhas. Trata-se exatamente do museu dedicado à cultura indígena. Temos apenas um museu privado no Estado do Amazonas, o Museu do Índio, que ainda não traduz exatamente a importância da cultura indígena para a Região Norte do Brasil.

Aproveitamos a oportunidade para dizer ao representante do Ministério da Cultura que com certeza vamos precisar do apoio de todos.

O Teatro Amazonas é um dos espaços culturais mais representativos e conhecidos do Estado. Gostaria apenas de enfatizar que, vinculado ao Estado do Amazonas, nos seus corpos estáveis, existem 4 orquestras,

1 coral, 1 corpo de dança e 1 balé folclórico. Temos a Amazonas Filarmônica, a Amazonas Band, a Orquestra de Violões e uma orquestra de câmara. Tudo isso é feito com a gente da nossa terra. Trata-se realmente de produção do amazonense, povo maravilhoso que dispõe de criatividade espetacular em qualquer área que se imagine. Basta dizer que nós temos prontas para apresentação em qualquer parte do Brasil ou do mundo 10 óperas produzidas no Estado do Amazonas, com cenários e figurinos. Uma delas, inclusive, já foi apresentada em São Paulo. Nós temos esses produtos também para oferecer.

Cito só um dado sobre a importância da cultura, do quanto representa para a economia e como fator sociológico: no último Festival Amazonas de Ópera, que encerramos no mês passado, empregamos diretamente 878 pessoas, envolvidas diretamente com o festival, e 2.634 empregos diretos foram oferecidos. Só de artistas do Amazonas 340 estiveram envolvidos nesse festival. É por isso que enfatizo a importância econômica das atividades culturais para o desenvolvimento do nosso Estado e do Brasil.

Outro item importante da política cultural do Estado foi a criação da Amazonas Film Comission. É a única do Brasil registrada na Federação Internacional de Film Comissions. Para quem não conhece, a film comission é um organismo criado por intermédio do Estado, que serve de suporte para a captação de produções audiovisuais. Através dela, vários filmes e produções internacionais foram captadas para o Estado do Amazonas, a exemplo do Programa Survivor, da televisão americana; recentemente, do filme My Father, filme italiano estrelado pelo ator Charlton Heston; de um filme alemão, Eclipse, estrelado por atores brasileiros; além do filme A Selva, produção húngaro-portuguesa que também foi feito lá. Esse é o trabalho que o Estado do Amazonas desenvolve através da sua Film Comission.

E gostaria apenas de fazer uma ressalva. Um dos principais museus do Estado do Amazonas, o Museu do Homem do Norte, sofre ameaça de extinção. Peço aos presentes, se puderem – e com certeza podem, principalmente o representante do Ministério da Cultura –, que não deixem isso acontecer. Não é um museu da esfera estadual, mas federal. É um museu que eu criei, posso dizer que é um filho, e não gostaria realmente de vê-lo fechado, porque seria o mesmo que fechar uma porta da cultura amazonense.

Eu agradeço a todos. Tenham um bom-dia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradecemos à Sra. Vera Lúcia Ferreira de Sousa o esclarecimento prestado.

Convido também para compor a Mesa o Sr. Bonifácio José, Presidente da Federação Estadual dos Povos Indígenas.

O SR. BONIFÁCIO JOSÉ – Bom dia, Sr. Presidente, Deputados e demais participantes desta reunião, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os Deputados pela iniciativa de promover este evento. Em segundo lugar, agradeço o convite, que nos permite expor, em 10 minutos, a nossa mensagem sobre o assunto.

Inicialmente, quero parabenizar os organizadores, as associações que têm levado adiante o folclore de Parintins ao longo dos anos. Com essa manifestação cultural nós obtemos espaço aqui para dar o nosso recado.

Hoje, nós representantes indígenas fazemos parte do Governo atual do Estado do Amazonas. Existem lá 74 povos diferentes, que têm cultura, costumes e língua diferentes. Nós representamos, no Estado do Amazonas, de 17% a 20% da população indígena do País e de terras indígenas existentes no País.

Como disseram os expositores que me antecederam, o Festival de Parintins não é a única manifestação cultural do Estado do Amazonas. Nos últimos anos, infelizmente, tem sido assim no nosso País: para se valorizar a nossa cultura, ela tem que ir primeiro para um país estrangeiro. Foi o que aconteceu com o Festival de Parintins, para que pudesse ser olhado pelo Brasil, pelo nosso Governo.

A cultura indígena tem sido deixada de lado pelo Poder Público. O nosso Estado, pela força e pela resistência da população indígena, tem mantido a cultura desses 74 povos diferentes e, a partir da nova Constituição, tem mobilizado a sua força política com os seus aliados para se manifestar. E temos obtido avanços. Alguns políticos têm dado ouvido e apoio a essa população.

Hoje nós temos uma organização indígena, a COIAB, no âmbito da Amazônia. Há 75 organizações indígenas no Estado do Amazonas, que lutam pelos direitos da população indígena e pela diversidade cultural que existe em cada região.

Quem vive em Brasília e em outras partes do Brasil pensa que no Amazonas só existem índios. Nós temos acompanhado isso na mídia e mesmo através dos nossos representantes, pela forma como são questionados por outras sociedades do mundo e mesmo do País. Pensam que lá só existem índios ou que o índio tem uma única cultura. Não é assim, é totalmente diferente. São povos diferentes com culturas diferentes. E a sua cultura tem sido distorcida nas divulgações e publicações. A riqueza de bibliotecas e museus tem contribuído para essas divulgações e publicações, seja no Brasil, seja fora dele. Temos viajado

um pouco por este mundo e pudemos conhecer alguns museus. Várias peças indígenas estão distribuídas e contribuem para a preservação da cultura ou para o desenvolvimento da economia daquele país ou daquela sociedade. Mas, ao contrário, se nós considerarmos a situação da população indígena ou ribeirinha do Amazonas, dos que realmente são proprietários daquele conhecimento, daquela cultura e da diversidade que faz com que a floresta ainda se mantenha verde, verificamos que ela continua ruim, e nós não devemos deixá-la de lado.

Hoje participamos do Governo do Estado, a partir da posse do Governador Eduardo Braga, com a expressão de voto da população indígena. Tenho ouvido a reivindicação das organizações indígenas e, por isso, nós fazemos parte do Governo atual. Estamos com a missão e o compromisso de montar uma política pública voltada para a população indígena.

Uma coisa é certa: não é possível ao Estado, sozinho, atender às necessidades e acabar com as dificuldades dessa população. A situação indígena varia muito de região para região e de povo para povo. Alguns povos indígenas têm desenvolvimento bastante avançado, estudo, pós-graduação, nível superior; mas existem também os índios recém-contactados e não contactados. São situações diferentes.

O País, o Estado, o Município, os políticos têm que entender que é preciso haver políticas públicas voltadas para essa população. Eu acredito que a população indígena tem que ser ouvida. Não é possível fazer política pública a partir de um gabinete, porque senão vai continuar aquele discurso de séculos anteriores: o índio é preguiçoso e contra o progresso. Isso não é verdade. Nós estamos mostrando isso na prática. Temos organizações com projetos concretos, e os seus projetos têm reconhecimento nacional ou internacional. Às vezes, os nossos políticos locais, estaduais ou federais não olham a questão por esse lado. E precisamos de apoio para esses projetos, não só legislativo, mas também financeiro, para acabar com essa versão de que índio é preguiçoso. Ele não tem condição de realizar sua atividade. Infelizmente, no nosso País capitalista dependemos de dinheiro para realizar uma atividade com competência e criatividade, para competir nessa concorrência em que vivemos. E nós, os indígenas, somos obrigados a conviver e a nos envolver com isso.

O plano do Governo do Estado do Amazonas é voltado para essa população, para atender às suas reivindicações e para que o processo dê a essa população o desenvolvimento que deseja, não uma política de apagar fogo e, sim, que comece, cresça e passe por um processo de entendimento e de envolvimento em defesa da sua própria vida, até mesmo das nossas terras.

Quero falar de um assunto bastante polêmico: os nossos governantes, seja no âmbito federal, seja estadual, seja municipal, dizem que não entendem por que tanta terra para tão poucos índios. Essa tem sido a versão, mas na verdade não é. O índio precisa da terra, e essa terra sempre foi dos índios. Acho que a política pública voltada para essa população deve ser aquela que respeite ambos os lados, seja indígena, seja não-indígena. Esse patrimônio é da União, essa cultura, essa riqueza é do nosso País, do nosso Estado, do Município a que pertencemos e da população.

O capitalismo tem influenciado muito na cultura indígena e na religião. Por outro lado, temos conseguido conviver com isso, resistir e manter a nossa cultura. Hoje, fazer parte do Governo e contar com a oportunidade que ele nos dá é a abertura de que precisamos para mostrar, durante esses 4 anos, a nossa capacidade de desenvolver esse povo, respeitando a sua cultura. Isso pode vir a ser um modelo, a partir do Estado do Amazonas, de respeito às culturas e de inclusão delas na política pública do nosso País.

A prioridade do Governador Eduardo Braga é a geração de renda e a melhoria das condições de vida da população indígena do nosso Estado. Queremos pedir apoio ao Governo Federal e aos nossos Deputados Federais, para que possamos desenvolver esse projeto, porque vamos precisar muito de apoio, inclusive do Ministério da Cultura, para manter a riqueza dos populações indígenas do Amazonas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradeço ao Sr. Bonifácio José os esclarecimentos prestados.

Devido ao pouco espaço na mesa, vamos fazer um rodízio. À Sra. Vera Lúcia, de praxe, concedemos 20 minutos, mas por sugestão da Deputada Vanessa Grazziotin pedimos aos demais que diminuam sua exposição para 10 ou 15 minutos, a fim de que todos sejam ouvidos.

Convido a Sra. Lívia Mendes, Diretora-Presidenta da Fundação Villa-Lobos, para prestar seus esclarecimentos.

A SRA. LÍVIA REGINA PRADO DE NEGREIROS MENDES – Bom dia. Sr. Presidente, eminentes membros da Mesa, senhores Legisladores, Srs. Secretários de Governo, amigos, colegas artistas, amazonenses e brasileiros.

É uma grande honra estar nesta Casa em que as idéias surgem e se encaminham em direção a uma construção cultural, com o objetivo superior de fazer deste País uma grande pátria organizada, reduzindo

desigualdades e visando a propiciar o ideal de convivência e de tolerância de coexistência de seres e linguagens diversas, no convívio com a diferença e mesmo com o contraditório.

Tendo a cultura o papel central de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais e culturais do nosso País, como disse o Ilmo. Sr. Ministro da Cultura em seu discurso de posse, a Fundação Villa-Lobos e o Departamento Municipal de Cultura promovem e desenvolvem política de ações no Município de Manaus, que, nos dias atuais, é de irrefutável importância, por sua capacidade multiplicadora de gerar empregos e de distribuir renda, de sedimentar valores sociais, humanos e artísticos.

No Brasil, as iniciativas estatais e privadas são responsáveis pelo surgimento de novos conceitos e formas de trabalhar a cultura, tanto que investir em cultura hoje é, antes de tudo, uma forma de se ter retorno empresarial e governamental de marketing.

Com tal perspectiva, a Prefeitura Municipal de Manaus, a Fundação Villa-Lobos e o Departamento Municipal de Cultura, ao longo dos anos, estruturaram um calendário de atividades culturais, voltando-se para a promoção, o desenvolvimento e a divulgação de uma política de ação cultural que objetiva a valorização dos nossos talentos regionais. É uma forma de resgatar e divulgar o trabalho do artista, incentivando-o a se tornar mais conhecido no seio de nossa população e de conquistar o que tanto almeja, ou seja, o reconhecimento de seu trabalho e de sua capacidade criadora, para que brilhe como porta-voz dos nossos sentimentos e de nossas raízes culturais.

A Fundação Villa-Lobos, ao longo dos últimos 9 anos, e com as recentes ações implementadas pelo Departamento Municipal de Cultura, desenvolve intensas atividades, tornando reconhecidos e respeitados os artistas locais, tanto pelo público quanto pelos artistas amazonenses. Destacamos os Projetos Valores da Terra; e os senhores tiveram oportunidade de assistir ontem à apresentação de 7 artistas inscritos nesse projeto. Foram editados cerca de 53 títulos em CDs, fato inédito no Brasil. Destacamos também a criação da Orquestra Jovem de Manaus, a Escola de Habilitação para Sopro e Corda Infanto-Juvenil e o Projeto Tambores Urbanos, para jovens percussionistas.

Nossas ações preenchem algumas lacunas artísticas existentes na cidade de Manaus. O planejamento está voltado para música, teatro, dança, literatura, artes plásticas e visuais, tudo isso no Projeto Valores da Terra; cursos e oficinas, pré-selecionando candidatos e contratando os melhores profissionais do País para ministrá-los.

São 3 aspectos de elevado significado que devem ser observados na formulação do planejamento dessas atividades. O primeiro diz respeito à geração de renda para os artistas, porque se desenvolvemos uma política que tem como prioridade o resgate e a valorização de seus talentos, aprimorando-os e divulgando seu trabalho, com certeza eles terão maiores condições de dar continuidade à sua vocação e de se tornarem cidadãos que vivem de seu trabalho profissional.

O segundo aspecto é o desenvolvimento dessas atividades, possibilitando a produção desses artistas nos segmentos música, dança, teatro, assim como na edição de obras de autores literários, o que os senhores também puderam verificar ontem, quando do lançamento dos livros aqui. Realizamos um trabalho junto ao Salão de Artes Plásticas, dando novas possibilidades a artistas que ainda não tinham espaço físico para trabalhar. Fizemos oficinas, cursos de cinema e de fotografia. Isso tudo ainda é muito pouco, mas é o que pudemos fazer para incentivá-los e torná-los profissionais atuantes.

O terceiro e último aspecto refere-se ao processo de arte/educação, por meio dos projetos em execução. O Projeto Orquestra Jovem atende cerca de 200 crianças da periferia de Manaus; existem ainda a Escola de Cordas e Sopro e o Projeto Tambores Urbanos, que forma jovens percussionistas que serão futuros profissionais na confecção de seus próprios instrumentos, e que em breve inaugurará a primeira fábrica de instrumentos de percussão no Brasil.

Assim, a Prefeitura Municipal de Manaus, proporciona a mudança de hábitos que representa acima de tudo a melhoria de vida e a elevação do nosso povo, mediante a filosofia da referência social, palavra emblemática da estrutura política da nossa administração, que dá oportunidade de cidadania por meio do compromisso com a valorização e o registro da nossa identidade.

Finalmente, enfatizamos que a cultura é componente essencial do desenvolvimento de qualquer nação. Ela é a voz uníssona dos grupos que formam a sociedade participativa, aquela que contribui para o bem coletivo, revelando os nossos fatores econômicos e sociais, para formar assim o tripé sobre o qual se apóia a cidadania de um povo.

Manaus se revela para o País como um dos pólos culturais de maior ascendência. Para tanto, contamos apenas com o apoio da classe artística. Infelizmente, ainda não há empresários apoiando esses projetos. Manaus tem grande dificuldade de conseguir financiamentos até na esfera federal, por conta das isenções fiscais.

É nesse quadro tumultuado e difícil que trabalhamos e desenvolvemos tais projetos na nossa Capital e imaginamos como deve ser difícil para outras cidades do interior do Amazonas fazer qualquer trabalho cultural. Manaus luta e trabalha, ou seja, faz sua parte. Por outro lado, gostaria de se associar a outros Estados brasileiros e fazer parte desse calendário cultural.

Por enquanto, só podemos gritar e dizer que existimos, que temos artistas e grandes possibilidades e que estamos à espera de apoio. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradeço à Sra. Lívia Mendes pelo esclarecimento prestado.

Convido para compor a Mesa, fazendo rodízio com o Sr. Bonifácio, o Sr. Tenório Telles, Coordenador Editorial da Livraria Valer, para sua exposição.

O SR. TENÓRIO TELLES – O poeta americano Wallace Stevens, reconhecendo o estado de miséria, de indigência espiritual da civilização, em um dos seus mais belos poemas, chamado O Homem do Violão Azul, escreveu uma das estrofes mais evocativas da condição humana, da condição do nosso tempo e do mundo em que vivemos:

> "A terra é nua e plana, não há sombras.
> A poesia, mais do que a música,
> há de ocupar o vazio.
> Há de ocupar o vazio de um céu sem hinos".

Vivemos em um tempo de céu sem hinos, sem esperança, marcado pela indigência espiritual, pela miséria, pela brutalidade e pelo embrutecimento do ser humano.

Ao longo deste evento tem-se falado muito das questões econômica, política e social. De fato, são problemas relevantes e que devem ser considerados. Porém, no meu entendimento, há um problema muito mais terrível e causador dessas mazelas: a miséria espiritual da sociedade, do País, do Estado, dos Municípios, do ser humano, da condição humana. No meu entendimento, este é o grande desafio a ser vencido.

Assim como precisamos do Programa Fome Zero para combater a penúria material da sociedade brasileira, precisamos também de um Fome Zero que contemple o acesso aos bens espirituais, porque no dia em que a sociedade for mais preparada intelectualmente, mais engrandecida espiritualmente, tenho certeza de que boa parte desses problemas que vivemos hoje serão superados.

O Amazonas realiza hoje experiência muito rica e que ilustra bem isso. Naquele Estado vivemos um momento de efervescência, um momento ímpar da nossa história, em que várias instituições e pessoas compromissadas com a vida e com a esperança somam esforços para contribuir no sentido de que a vida seja menos pior. Esse trabalho é resultado do esforço do Governo do Estado, da Secretaria de Cultura, representada pela Sra. Vera Lúcia, da Prefeitura junto com a Fundação Villa-Lobos, da Universidade Federal do Amazonas, agora da Universidade Estadual, além de empresas que se dedicam a esse trabalho, como a Editora Valer. Então, na música, no teatro, na dança, nas artes plásticas tem acontecido muita coisa boa.

O mais interessante de tudo isso é que esse trabalho tem sido respaldado pela sociedade, porque, diferente do que muita gente diz e afirma, que o povo não tem sensibilidade para entender a cultura, temos visto um povo admirado, fascinado com ela e que participa até mesmo dos festivais de ópera. Vera Lúcia pode dar seu testemunho. É emocionante ver as apresentações em praça pública, prestigiadas por 20, 30 mil pessoas. O povo se emociona, participa, canta e faz silêncio.

Isso mostra que a cultura tem um papel importante a cumprir no processo de redenção social do nosso povo, de modo que os legisladores, os homens que fazem as políticas públicas, precisam considerar a política como algo relevante no processo de formação e de engrandecimento da sociedade.

É importante, sim, construir prédios, estradas e escolas; é preciso, sim, elaborar projetos econômicos e sociais, mas não se podem deixar de considerar os projetos culturais como relevantes para a formação de nossa gente, para a melhoria da qualidade de vida, porque para muitas pessoas viver bem é apenas ter o pão na mesa. É preciso ter cultura também na mesa, porque assim as pessoas vão melhorar sua vida.

A propósito, há uma passagem bíblica que ilustra muito bem isso. Quando Jesus Cristo disse que nem só de pão vive o homem, há 2 mil anos, Ele já havia percebido a importância do conhecimento, da cultura, da beleza, da palavra para o processo de redenção e de transformação da vida das pessoas.

Acreditamos que a cultura pode contribuir para que o ser humano se torne melhor, que os livros podem contribuir para que o ser humano se torne melhor, que a beleza da arte pode contribuir para que o ser humano se torne melhor.

Aliás, acredito que não ficou pior porque, bem ou mal, as pessoas ainda estabelecem esse diálogo proveitoso e fundamental com a arte, com o conhecimento e com a beleza. Isso tem contribuído para aplacar a barbárie, a violência e a estupidez. No Amazonas, além da festa de Parintins, como disse muito bem Bonifácio, e de manifestações culturais mais visíveis, temos também manifestação literária da maior relevância.

Ousaria dizer que a literatura mais expressiva que se produz no Brasil hoje é a do Amazonas. Posso citar diversos autores: Márcio Souza, Milton Hatoum, Thiago de Mello e Luís Bacellar, além de Adriano, aqui presente, e outros menos conhecidos. É uma literatura que não faz vergonha se comparada à de outro Estado, porque é tributária das manifestações culturais hegemônicas do País. Por exemplo: em decorrência do que aconteceu em 1922, a Semana de Arte Moderna, também fomos capazes de criar no Amazonas uma estética modernista que teve como marco fundamental a criação, em 1954, do Clube da Madrugada, que atualizou a literatura regional. Vale dizer que antes de 1954 alguns autores ousaram pensar o novo no Amazonas, e alguns livros didáticos registram de maneira equivocada que o poeta Mário de Andrade seria o introdutor do primitivismo no Modernismo brasileiro, com a publicação de Macunaíma, em 1928, o que não é verdade. Em 1927, o poeta Pereira da Silva publicou o livro Poemas Amazônicos, em que abordava como temática fundamental o primitivismo e as culturas indígenas. Na verdade, o autor que introduziu a temática primitivista no contexto do Modernismo brasileiro foi Pereira da Silva, que, repito, publicou em 1927 o livro Poemas Amazônicos, cujo título evidencia que toda a sua obra tinha conotação regional e amazônica.

Outra autora importante, Violeta Branca Menescal de Vasconcelos, também foi uma das grandes responsáveis pela renovação da literatura e da cultura em nosso Estado. Com 19 anos de idade, em 1935, publicou o livro Ritmo de Inquieta Alegria. Escreveu também o poema Símbolos, interessantíssimo para a época; nele a poetisa – uma mulher ousada – retrata todo o seu fascínio pela realidade amazônica, especialmente por sua floresta. Diz o seguinte:

> "É porque nasci no Amazonas,
> que tenho a alegria das cachoeiras;
> a minha voz tem o ritmo das águas rolando sobre as pedras; e os meus olhos são dois muirakitã, com a fosforescência dos olhos das onças".

Podemos perceber nesses 2 autores – Pereira da Silva e Violeta Menescal – a tentativa de retratar em suas obras a realidade amazônica. E a busca de evocação da realidade vai trazer como conseqüência 2 aspectos fundamentais, suscitados na Semana de 22 e que constituíram os fundamentos do próprio Modernismo brasileiro, cuja preocupação fundamental era a tentativa de retratar a realidade brasileira não mais de uma maneira indiferente ou meramente descritiva, mas a partir de uma perspectiva crítica. É o que se percebe muito bem nas obras, por exemplo, de Graciliano Ramos, de Carlos Drummond de Andrade e do próprio Mário de Andrade. Aliás, o poema Mãos Dadas, de Carlos Drummond, é evocativo da preocupação que a estética modernista tinha com a realidade brasileira, quando o autor diz que não queria ser um poeta do passado, nem do futuro, mas do presente e preocupado com a vida.

> "Não serei o poeta de um mundo caduco.
> Também não cantarei o mundo futuro.
> Estou preso à vida e olho meus companheiros
> Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
> Entre eles, considero a enorme realidade.
> O presente é tão grande, não nos afastemos
> Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas".

Percebe-se, portanto, na dicção desses autores, uma grande preocupação com a realidade brasileira, porque também os poetas ousaram pensar o País e ansiaram pela possibilidade de transformação social e de construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraternal. De modo que essa ambição de construir um país mais legítimo não é só ambição política, mas também ambição daquelas que amam as palavras e que cultivam versos.

A fundação do Clube da Madrugada, em 1954, no Amazonas, de certa forma tentou estabelecer, no âmbito da produção literária amazonense, aquelas preocupações fundamentais do Modernismo brasileiro, ou seja, com a realidade regional. Foi uma tentativa, por meio da literatura, de mostrar a nossa realidade a partir de uma perspectiva crítica e, ao mesmo tempo, de contribuir para uma renovação estética.

O movimento recebeu o nome Madrugada pelo seu conteúdo até simbólico, ou seja, a madrugada como prenúncio de um novo tempo, de uma nova realidade cultural e até social. Na qualidade de representantes significativos desse movimento no Amazonas, surgiram poetas como Luís Bacellar, Astrid Cabral, L. Ruas, padre que, além de intelectual, participou da vida política de nosso Estado. Ele foi preso em 1964 e contribuiu para formar diversas gerações.

Outra vertente importante da nossa literatura, a telúrica, procura exatamente enfocar os dramas do homem interiorano e a realidade regional. E um poeta que, do meu ponto de vista, consegue retratar melhor essa realidade, até porque é do interior, é exatamente Elson Farias. Ele procura recuperar, por meio da poesia, o cheiro, as cores e a realidade do homem da Amazônia. Em seu livro Romanceiro há um romance

chamado Da Noite de Chuva. Quem viveu no interior se reconhece neste belo poema:

"Tremia o trovão na terra
Gota a gota os seringais.
Era o Deus que era raivoso
E vinha nos temporais.
Bramia o rumor do rio nas noites escuras e chuvas,
Caía a faixa da terra, piavam surdo as corujas.
Um noturno canto-pranto cortava o céu em dois meios, Nosso Deus vinha vestido de nós e nossos receios.
Minha mãe, onde é que acho a lamparina da noite?
Meu filho, ela deve estar pendurada lá no alpendre.
Minha mãe, por que a coruja pia agora sem parar?
Meu filho, certo que existe um defunto a amortalhar.
Quero dormir, minha mãe, dentro das trevas desta hora,
Mas não posso me embrulhar, meu lençol me apavora.
Meu filho não dorme, não chora, que o dia custa a vir.
Reza as três Ave Maria, muda a roupa e vai dormir.
A terra tremia toda".

Assim, a poesia do Amazonas tem sido uma tentativa, um grande esforço dos autores de evocar as vivências, a realidade, o sofrimento e as esperanças do homem que habita aquele vasto mundo de águas e de verdes.

Mas não foi só isso; não foi só essa preocupação com a realidade regional, não foi só essa preocupação telúrica que marcou a literatura amazonense. Há no Amazonas alguns autores que ousaram pensar socialmente a nossa realidade, e não só a realidade do Amazonas, mas também a do País. Muitos autores deixaram também os seus cantos a serviço da vida e da liberdade.

Quero prestar homenagem a um deles, de importância capital para a nossa cultura, que morreu há alguns anos, de certo modo esquecido. Quero resgatar aqui a memória de Farias de Carvalho, um dos poetas mais significativos da nossa terra, homem apaixonado pela liberdade. Foi também professor do colégio estadual, onde formou diversas gerações. Da mesma forma, Farias de Carvalho empenhou o seu canto a serviço da vida ao escrever um belo poema no livro Pássaro de Cinza, publicado em 1958. O poema A Nova República era uma clara referência à possibilidade de construção de um mundo novo, de um mundo mais feliz. Diz ele:

"Vou construir o meu mundo.
Este que não suporto me asfixia.
Os olhos já se cansam de assistir a mecânica dança dos bonecos.
Um botão e um sorriso encomendado rasga a máscara fria do fantoche.
Outros botões, e seguem-se outros gestos na estúpida intenção preconcebida.
Por isso eu quero um mundo, ei de cercá-lo com alta tensão da sensibilidade e da poesia inquilina no meu sangue.
Nele entrarão apenas os eleitos, os que apanham as estrelas como rosas e as dependuram vivas sobre o peito".

Fica aí evidente que a preocupação comum com a realidade não é exclusiva daqueles que se dedicam à atividade política. A preocupação com um mundo diferente deve ser de todos os cidadãos, não só daqueles que se dedicam a cultivar o verso e a poesia.

Por fim, tivemos no Amazonas a geração que sucedeu o Clube da Madrugada, a geração pós-Madrugada, composta por autores como Aníbal Beça, Aldísio Filgueiras e Simão Pessoa. Entre os mais novos, destaco Alison Leão, que se encontra presente, uma das mais novas esperanças da literatura do Amazonas.

Para finalizar, aproveitando a presença do representante do Ministério da Cultura, quero dizer que se faz necessária a formulação urgente de uma política capaz de integrar este País, não só do ponto de vista político e econômico, mas também da cultural, com a realização de festivais, de encontros em que os escritores divulguem seus trabalhos, dialoguem e interajam.

Precisamos também de política efetiva de promoção da cultura das diversas regiões, porque o que se percebe é que há uma espécie de colonialismo interno neste País. Só tomamos conhecimento do que se produz em São Paulo e no Rio de Janeiro. Manifestações das Regiões Sul, Nordeste e Norte ficam esquecidas. São manifestações importantes, como as pessoas que hoje participam deste evento. Elas foram capazes de perceber isso. São artistas plásticos, intelectuais, poetas e músicos trazidos pela Fundação Villa- Lobos. Eles trouxeram seu talento para alegrar o Congresso, mostraram a importante cultura que se produz no Amazonas e em outros Estados da Região Norte.

Portanto, nobre representante do Ministério da Cultura, é preciso criar políticas e iniciativas que inte-

grem efetivamente o País através de suas manifestações culturais.

É preciso ter pão e cultura na mesa; o povo precisa, todos os dias, de feijão, café e pão, mas também precisa de poesia na mesa, para alegrar sua vida, para fazer um país mais feliz e mais solidário. De nada adiantará darmos o pão, se não dermos também o alimento do espírito, para que as pessoas sejam mais sensíveis, mais generosas e mais felizes. Como ser feliz neste mundo, vivendo na ignorância e na estupidez? Meu Deus, como uma pessoa pode ser feliz, se vai morrer sem nunca ter lido Drummond? Como pode ser feliz, se nunca vai ouvir uma música de Bach, de Beethoven, de Mozart? Como pode ser feliz, se vai morrer sem ter lido Thiago de Mello, Luís Bacellar, Elson Farias? Como podemos ser felizes desse jeito?

Seremos felizes neste mundo no dia em que pudermos assistir a um bom espetáculo, como o Tarô-Beque, que será apresentado hoje, às 17h. Seremos mais felizes quando tivermos livros em nossas casas. Aliás, o trabalhador brasileiro deveria ganhar um livro todos os meses, para alimentar sua alma e iluminar sua vida com a luz do conhecimento. É isso que redime o ser humano da sua ignorância, da sua estupidez.

É por acreditar nos livros e na poesia que vou encerrar minha fala lendo um poema, que, a meu ver, haverá de, no futuro, transformar-se numa espécie de constituição metafórica de um mundo civilizado e verdadeiramente livre. Ele foi escrito por um caboclo de Barreirinha, da beira do Rio Paraná de Ramos, e que hoje vive na beira de um dos rios mais importantes e belos do Amazonas, o Andirá. Só não é mais bonito do que o nosso querido, alegre e bravo Solimões.

Eis o poema:

“Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida
e que de mãos dadas
trabalharemos todos pela vida,
pela vida verdadeira.

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converterem-se em manhãs de domingo.

Fica decretado que a partir deste instante
haverá girassóis em todas as janelas;
que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra e que as janelas devem permanecer o dia inteiro abertas para o verde, onde cresce, onde cresce a esperança.

Fica decretado que o homem não precisa
nunca mais duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.
O homem confiará no homem,
como o menino confia em outro menino.

Fica decretado que os homens
estão livres do jugo da mentira.

Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem armaduras de palavras.

O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade.

E a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar amor a quem se ama,
sabendo que é a água que dá à planta o milagre da flor.

Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor, mas que sobretudo tenha sempre o quente, o quente sabor da ternura.

Fica decretado por definição que o homem é um animal que ama e que por isso é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido.

Tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes como a imensa begônia na lapela.

Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.

Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras.

Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante, senhores, a liberdade será algo vivo e transparente, como o fogo, ou o rio,
ou a semente do trigo,

e a sua morada será sempre o coração do homem.

Que a poesia possa habitar o coração de todos nós".

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Encerradas as exposições, vamos dar início aos debates. Antes, porém, quero agradecer aos ilustres companheiros Deputados Humberto Michiles e Miguel de Souza que nos antecederam na presidência desta reunião de audiência pública.

A primeira oradora inscrita é a nobre Deputada Vanessa Grazziotin, autora do requerimento de realização desta audiência pública, que convidou as autoridades ligadas à cultura para este debate sobre o Amazonas.

Tem V.Exa. a palavra pelo tempo regimental.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, vou tentar ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Permita-me antes, Deputada, convidar para compor a Mesa os 2 outros palestrantes: a Sra. Vera Lúcia Ferreira de Souza, representante da Secretaria de Cultura do Amazonas, e o Sr. Bonifácio José, Presidente da Federação Estadual dos Povos Indígenas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Assim a Mesa fica mais bonita, com uma mulher e um representante indígena.

Sr. Presidente, vou fazer intervenção rápida. Já sugeri a V.Exa. que promova as intervenções em bloco para que os nossos convidados respondam a todos, visto que várias Comissões estão em funcionamento. Eu mesma já fui convocada para comparecer à CPI da Pirataria de Produtos Industrializados.

Antes de mais nada, agradeço aos convidados a presença. Foi sugestão das próprias pessoas ligadas à área de cultura do Estado do Amazonas a realização desta audiência pública durante a Semana do Amazonas. Entretanto, pelo que ouvimos do representante do Ministério da Cultura, devemos promover nesta Comissão outros debates sobre o tema, tamanha a sua importância e as dificuldades pelas quais a nossa região como um todo tem vivido.

Cumprimento o Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira, paraense, Secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura, pela sinceridade com que fez sua explanação inicial. Com muita tranqüilidade, V.Sa. nos disse tudo aquilo que já sabíamos, mas que dificilmente ouviríamos de qualquer representante do Governo Central. V.Sa. nos disse que a Amazônia é, sem sombra de dúvida, uma das regiões brasileiras mais prejudicadas do ponto de vista das poucas políticas públicas de cultura implementadas e desenvolvidas em nosso País. Quero cumprimentá-lo por sua coragem, Dr. Márcio. Não tenho dúvida de que não só na condição de paraense, mas também de brasileiro V.Sa. entende a necessidade de democratizar a cultura brasileira em todas as suas formas de expressão.

O que tenho ouvido muito durante esta Semana do Amazonas, de pessoas que transitam pela Câmara diariamente, inclusive Parlamentares, são elogios em relação àquilo que produzimos no nosso Estado.

Houve a apresentação dos bois-bumbás e depois uma homenagem aos 90 anos desse importante movimento folclórico do nosso País, que, de forma brilhante, reproduz a cultura e os costumes indígenas, misturando isso de maneira maravilhosa com a cultura do nordestino, que migrou para a Amazônia no período áureo da borracha.

Ontem também se apresentaram vários cantores, realizou-se uma peça de teatro e hoje haverá outras peças com outros cantores. Não foi possível, ainda desta vez, trazer a Orquestra Sinfônica do Amazonas e tantas outras que do Teatro Amazonas, nem o seu magnífico Corpo de Dança. As pessoas que compõem o Corpo de Dança do Teatro Amazonas, salvo engano, são quase todas concursadas – a Vera Lúcia pode me corrigir.

Enfim, produzimos cultura das mais diferentes naquela região, mas é um esforço muito isolado da Prefeitura de Manaus e do Governo do Estado do Amazonas, sem qualquer apoio do Governo Federal ou de grandes empresas que patrocinam o esporte e a cultura neste País. Perguntei ao Tenório Telles quantos projetos se habilitaram na Lei Rouanet e quantos foram aprovados, seja na literatura, na música, nas artes plásticas ou no artesanato indígena, uma manifestação da nossa cultura. Quantos? Não sabemos e por isso faço mais algumas perguntas. Desculpem aqueles que vêm do meu Estado, mas penso que o nosso foco hoje deve estar voltado para o Ministério da Cultura. Esse é o nosso maior objetivo.

Daí por que faço algumas perguntas ao representante do Ministro Gilberto Gil. Dr. Márcio, quero saber se o Ministério já trabalha uma política cultural para este País, tendo em vista que ainda não a temos.

Assistimos, com muita felicidade e satisfação, ao Presidente da República não apenas falar, mas também discutir um PPA para todo o Brasil e confirmar que um dos elementos a ser discutido no Plano Plurianual é o componente regional. Isso não diz respeito apenas aos Ministérios de Ciência e Tecnologia, Transportes, Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Minas e Energia, mas também ao Ministério da Cultura.

Portanto, o que tem o Ministério da Cultura a nos propor do ponto de vista de uma política que vise à democratização e à inserção das regiões isoladas nesta política nacional de cultura? Ontem não vimos apenas belos intérpretes cantando, mas ouvimos intérpretes cantando belíssimas músicas feitas lá.

Segundo, assistimos há pouco tempo a uma grande polêmica dentro do Governo, relacionada com a Secretaria de Comunicação e o Ministério da Cultura. A Secretaria de Comunicação queria pegar para si e adotar determinados critérios do ponto de vista do patrocínio à cultura neste País, pelo menos das grandes empresas públicas brasileiras. O Ministério da Cultura, do meu ponto de vista, com toda razão, passou a reclamar algo que pertence à sua Pasta. Parece-me que o problema foi resolvido e que o Ministério da Cultura politicamente trabalhará o patrocínio da PETROBRAS e de outras grandes empresas públicas brasileiras, porque, na realidade, são elas que participam da promoção cultural do País. Portanto, essa questão ficou no Ministério da Cultura. No entanto, quero saber se existe algum critério. Não estou querendo dizer que as peças teatrais ou os shows musicais que vêm da Região Sudeste, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e talvez hoje Bahia, grandes focos culturais deste País, não necessitem de apoio público, mas, muito mais do que eles, nós, que vivemos no Norte e no Nordeste, necessitamos desse apoio, porque o público tem que entrar exatamente para fazer a diferença, para propiciar aos mais isolados que tenham condições de galgar espaços iguais àqueles já reconhecidos não só aqui, como também internacionalmente.

Pergunto: o Ministério da Cultura, uma vez que será o grande orientador de todo o patrocínio cultural, pensa trabalhar esses elementos?

Por fim, há alguns dias, acompanhei a Fundação Villa-Lobos e uma fundação do Município de Manaus ao Ministério para encaminhar alguns pleitos. O Governo vive um problema de contingenciamento de recursos. Mesmo assim, pergunto a V.Sa., Dr. Márcio, como devemos agir sem buscar necessariamente o caminho das emendas, porque é muito fácil chegar no Ministério, dizer quais são as nossas carências e receber a seguinte resposta: “Os senhores têm uma bancada de Parlamentares, façam emendas.” Não acho esse tratamento correto. A bancada tem de apresentar menos emendas, até para reforçar programas abraçados pelo Ministério.

Assim, aproveito para pleitear que, não só no PPA, não só na LDO, mas principalmente na Lei Orçamentária, o Ministério se preocupe desde já em abrir programas de despesas que contemplem mais essas regiões, que vivem na penúria. Há alguns anos, no Amazonas, surgiu importante movimento de valorização e fortalecimento da cultura. Mas foi um movimento isolado, que não conquistou o apoio de absolutamente ninguém, porque as grandes indústrias e as grandes empresas privadas apóiam a cultura para obter isenção de tributos, além de terem seu nome nos grandes palcos do País.

Não sei se seria o momento de pensar em percentuais, afinal já temos os fundos constitucionais para o desenvolvimento das Regiões menos desenvolvidas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nos fundos de pesquisa, há percentuais para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E a cultura? Será que também vamos precisar apresentar projeto de lei que preveja percentuais para a cultura, ou isso não poderia ser iniciativa deste Governo, que tem, desde o início, mostrado grande preocupação com o elemento regional, com a integração do País como um todo?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Carlos Souza.

O SR. DEPUTADO CARLOS SOUZA – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para corroborar alguns questionamentos apresentados pela Deputada Vanessa Grazziotin, a quem, mais uma vez, parabenizo pela iniciativa da Semana do Amazonas.

Confesso, Sr. Presidente, na qualidade de amazonense, e até muito bairrista na defesa dos interesses, das vocações, das potencialidades e das variadas riquezas de meu Estado – tal como foi muito bem ressaltado pelo nobre poeta e escritor, meu amigo Tenório Telles –, que infelizmente é grande a discriminação que sofre hoje a Amazônia por parte do Governo Federal.

É clara, Sr. Presidente, a política de sempre deixar para lá a Amazônia, região que será o futuro do País e do mundo. Em contrapartida, continuamos a pagar por esse descaso da política interna. Não nos destinam mais que migalhas dos recursos do Tesouro Nacional. Já a política externa dos países de Primeiro Mundo, os grandes líderes do mundo, é de preservação da Amazônia, argumentando que a Amazônia tem que continuar intacta como o pulmão do mundo; que ninguém deve tocar, ninguém deve desenvolver. Em contrapartida, o preço disso quem paga somos nós, que somos amazonenses, que vivemos lá o dia-a-dia e que conhecemos o sofrimento do nosso povo.

Essas coisas, Sr. Presidente, me chamam a atenção e não eu consigo me calar. Peço até desculpas ao Sr. Márcio, que bem representa o Ministro da Cultura nesta Comissão, mas o fato é que não tivemos o privilégio de ver um só Ministro, nesta Semana da Amazônia, que viesse aqui, pessoalmente, discutir conosco, políticos e amazonenses, os problemas da Re-

gião. Não contamos ontem, nesta Comissão – embora S.Exa. tenha sido representado muito bem –, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, nem do Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, bem como não contamos hoje com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, ainda que – vale repetir – muito bem representado pelo Sr. Márcio Meira. Essas ausências são, no meu entendimento, mais um reflexo da política do "deixa pra lá a Amazônia", "deixa a Amazônia esperar". Isso é de interesse não só da política regional e macronacional, como também da política internacional, segundo a qual temos de preservar a Amazônia para que possam usá-la no futuro, quando desejarem. (Palmas.)

Sr. Presidente, entendo que, a partir deste momento, a Amazônia tem de ser levada a sério, tal como discutíamos na última reunião da Comissão da Amazônia, ocasião em que V.Exa. propôs que reuníssemos todos os membros, 35 titulares e 35 suplentes, para solicitar audiência pública ao Presidente da República, a fim de lhe dizer que a Amazônia existe, que já não é mais o futuro deste País, mas o presente do mundo, e que tem de ser respeitada.

Sr. Presidente, quero parabenizar os membros da Mesa pelo sofrido trabalho que realizam no Estado do Amazonas e que isso seja visto com bons olhos pelo Governo Federal.

Foi só um desabafo, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Registramos, com alegria, a presença do escritor e poeta amazonense Thiago de Mello, que mais uma vez nos honra com sua presença.

Com a palavra o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira para responder às indagações da Deputada Vanessa Grazziotin e às considerações do Deputado Carlos Souza.

O SR. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA – Reforçando o que disse a nobre Deputada Vanessa Grazziotin, reitero o que afirmei no início de minha fala: não houve, no Brasil dos últimos anos, o que hoje chamamos de política pública nacional de cultura. Isso significa que regiões como a Amazônica foram completamente postas de lado no desenvolvimento de quaisquer ações e investimentos de política cultural brasileira – isso se quiséssemos efetivamente chamar o que aconteceu nos últimos anos de política cultural.

A primeira pergunta da nobre Deputada foi exatamente sobre a política cultural para o País. Antes de mais nada, quero deixar claro que a área de cultura no Brasil tem vivido, nos últimos 15 ou 20 anos, crise conseqüente da falta de interesse e de empenho do Estado brasileiro de tornar a política pública de cultura uma política de Estado, ou seja, uma política estratégica, uma política efetivamente interessada na construção de uma cidadania cultural no País. Em outras palavras, a cultura nunca foi considerada uma necessidade, ou um direito; ela nunca foi considerada o principal, sempre foi o acessório – aí o ponto central do diagnóstico que podemos fazer sobre a política cultural no Brasil.

Isso se revelou muito claramente no período do Governo Collor, quando o Presidente então eleito praticamente desmontou todo o aparelho de política pública de cultura, parcialmente construído ainda no período da ditadura militar.

Temos de reconhecer que os 2 momentos de nossa história republicana em que a política cultural esteve nacionalmente mais presente ocorreram durante a ditadura Vargas, em 1937, quando teve início o fortalecimento de política pública de cultura, e durante a ditadura militar, quando tal política chegou até à nossa região – lembro-me dos shows do Projeto Pixinguinha, em Belém, e imagino que o mesmo aconteceu em Manaus. Nessa ocasião aprendi muita coisa sobre Música Popular Brasileira.

Depois do processo iniciado com o Movimento Diretas Já, e apesar da criação do Ministério da Cultura em 1985, a política cultural se enfraqueceu. Àquela época, pouco antes de 1985, Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura do Ministério da Educação e figura importante naquele momento, disse, numa frase de sua autoria que ficaria famosa, que ele preferia uma Secretaria de Cultura do MEC forte do que um Ministério da Cultura fraco. E foi exatamente o que aconteceu: o Ministério da Cultura foi criado em 1985, a cultura foi desvinculada do Ministério da Educação, e, sobretudo com o desmonte promovido pelo Presidente Collor, não se conseguiu, desde então, uma política pública de cultura forte no Brasil.

A conseqüência disso foi que, nos anos recentes, do Governo Fernando Henrique Cardoso, houve um deslocamento ainda mais grave e perverso, porque o que era atribuído ao Estado pela Constituição, que era efetivamente promover, fomentar e proteger a cultura brasileira em sua diversidade – encontra-se inclusive na atual pauta da Câmara dos Deputados emenda constitucional que prevê a criação de Plano Nacional de Cultura, fundamental para complementar a Constituição brasileira –, foi deixado de lado com a renúncia do Ministério da Cultura em assumir sua atribuição. Ou seja, foi criada a Lei Rouanet, que foi sendo modificada ao longo do tempo e que, por meio da renúncia fiscal, transfere recursos públicos para as empresas, principalmente as estatais, que passam a definir onde devem ser aplicados os recursos.

A conseqüência disso foi que, tal como obviamente ocorre no sistema capitalista, o capital passou a fluir para onde há efetivas condições de se multiplicar. Isso significa que nem mesmo aquilo que se disse por muito tempo no Brasil – que os recursos da renúncia fiscal se concentram no eixo Rio-São Paulo – vale mais. Eu diria que a situação é muito mais grave: não existe mais eixo Rio-São Paulo; hoje é São Paulo. De acordo com dados numéricos, nem mais o Rio de Janeiro é contemplado com recursos da renúncia fiscal. Ou seja, cerca de 70% dos recursos provenientes da renúncia fiscal da Lei Rouanet ficam em São Paulo.

Há que se dizer também que, além da concentração regional em São Paulo – e aí, no caso, é a cidade de São Paulo, a Capital –, existe uma perversidade de classe: recebem recursos aqueles que têm endereço na Avenida Paulista, não aqueles que vivem nas regiões periféricas da cidade.

Esse é o nível de perversidade a que foi levada a política cultural no Brasil nos últimos anos. Diante desse quadro, que é ainda mais grave, imaginem como nós ficamos na Amazônia. Não fôssemos nós mesmos, com nossas iniciativas e recursos de nossas próprias Prefeituras e Estados, não teríamos nada do que aqui hoje foi apresentado em relação ao Amazonas, e que certamente se poderia dizer do Amapá, do Pará ou de Rondônia, que vivem a mesma situação.

Nesse sentido, nós que assumimos o Ministério da Cultura, com o Ministro Gilberto Gil no comando da equipe, trouxemos para o Governo uma nova proposta de política cultural, proposta que visa recuperar o papel do Estado como atribuição importante, fundamental para o desenvolvimento da cultura no Brasil. O eixo central dessa política cultural é a implantação de um sistema nacional de política cultural, sistema esse que só pode ser efetivamente construído e implantado com a participação da sociedade e das diversas regiões brasileiras – frisei aqui a importância das Secretarias de Cultura Estaduais e Municipais e da sociedade na constituição do sistema.

Para tanto, contamos muito com o Congresso Nacional, pois tal medida implicará a modificação da Lei Rouanet. Precisamos modificá-la no sentido de fortalecer bem mais o Fundo Nacional da Cultura.

Já respondendo à outra pergunta da Deputada Vanessa Grazziotin, digo que há o Fundo Nacional da Cultura, mas ele não é um fundo democrático; não há controle social sobre ele e não chega às pontas, porque não existe um sistema. É preciso que os Estados e Municípios criem seus fundos e conselhos. Como funciona no Sul? Como funciona no FUNDEF? No caso da cultura, que esses recursos provenientes de loterias, do FINAM e do FINOR possam chegar efetivamente à ponta; ou seja, que a circulação dos mecanismos da cultura alcance efetivamente aquele que está na ponta e necessita do financiamento da cultura. Assim, teremos um aumento do Orçamento do Ministério da Cultura.

É bom que se diga que esse Orçamento representa, para este ano, 0,2% do Orçamento da União. Isso significa que não temos efetivamente condições de dar conta da demanda que a Nação brasileira exige hoje para o Estado do ponto de vista da política pública de cultura.

É necessário que, por meio de mudanças na legislação e sobretudo de mobilização, o Ministério da Cultura tenha um Orçamento digno da responsabilidade que tem de assumir diante do Brasil.

Em relação à pergunta formulada pela Deputada Vanessa Grazziotin sobre os critérios de uso dos recursos das estatais, por intermédio da renúncia fiscal, quero dizer que esse problema está resolvido. O Ministério da Cultura tem atribuição legal e constitucional para definir sua aplicação. É claro que isso é feito sempre, após discussão, com as empresas estatais. Nesse sentido, queremos, sim, estabelecer critérios. É claro que eles não significam, em hipótese alguma – pois isso é para nós uma questão de princípios –, censura ou qualquer tipo de dirigismo que pudessem evidentemente prejudicar o valor fundamental da liberdade de criação cultural. Queremos que os recursos públicos de cultura, que vêm por meio da renúncia, cheguem democraticamente àqueles que têm interesse e que podem produzir cultura no País e não só àqueles que têm acesso ao balcão. O Ministério da Cultura tem que deixar de ser um balcão para ser efetivamente um Ministério. É essa luta que vamos enfrentar com o apoio certamente da grande maioria da comunidade cultural brasileira.

No caso das Regiões Norte e Nordeste, abordadas pela Deputada, acrescentaria a Região Centro-Oeste. É muito importante desenvolvermos uma discussão específica quanto aos Fundos de Investimentos Regionais. Por exemplo, o BASA, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a SUDENE, o Banco do Nordeste do Brasil e, na Região Centro-Oeste, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Existe também um campo importante para discussão.

Portanto, subscrevo a proposta da Deputada no sentido de que a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional promova debate específico sobre a cultura na Comissão, isto é, que ela entre na pauta desta Comissão, a fim de que possamos discutir como o BASA e a SUDAM a destinação de recursos para a cultura na Amazônia. Nesse sentido, estamos interessados na contribuição do Ministério da Cultura.

Em relação ao PPA e à Lei Orçamentária, estamos exatamente na fase final de elaboração do PPA. Nessa elaboração, já contemplamos essa política que abordei, ou seja, elaboramos o PPA na perspectiva de uma política nacional, de um sistema nacional de política cultural que possa efetivamente chegar às regiões brasileiras e a vários setores daquelas regiões, como dizia o geógrafo Milton Santos, territórios opacos da Nação brasileira que ficam excluídos de qualquer tipo de presença efetiva do Estado brasileiro.

As emendas parlamentares são importantes, mas não podem ser o principal. O Ministério da Cultura não pode viver apenas das emendas. Elas são importantes, mas é preciso que o Orçamento do Ministério da Cultura e o Fundo Nacional da Cultura sejam fortalecidos e que tenhamos uma autonomia efetiva para que esses recursos sejam aplicados, como disse, de uma forma democrática e transparente, por meio de um sistema nacional de política cultural.

Imagino que respondi todas as perguntas.

Concluindo – e falo muito à vontade, porque sou da Amazônia, caso contrário seria indelicado fazer este comentário –, posso afirmar que esse colonialismo interno que foi frisado aqui por várias pessoas, com as quais concordo plenamente, porque sofri isso na pele em vários momentos, reproduz-se na nossa região. Devemos discutir o fato de que nós, da região amazônica, não nos conhecemos, e temos que ter a coragem de enfrentar essa discussão. Não existe naquela região uma política integrada de forma que possamos, efetivamente, fazer circular a produção local.

Sou paraense, mas trabalhei muitos anos no Amazonas, no Alto Rio Negro, portanto, sinto-me amazonense também. Como se diz lá, quem bebeu água do Rio Negro sempre volta. Digo com tranqüilidade que conheço bem Manaus. Quantos manauaras não conhecem Belém e quantos belenenses não conhecem Manaus? E assim, sucessivamente – Rio Branco, Macapá, Boa Vista e outras Capitais, Estados e Municípios daquela Região.

Precisamos quebrar nossas barreiras, pois parece que existe uma dificuldade de comunicação entre nós. Aprendemos desde crianças – eu, como paraense, e cada um de nós aqui, como amazônida ou de outro Estado – que há barreiras, muros, cercas que nos separam na região, principalmente os dois principais Estados, Pará e Amazonas. Nossa geração, essa geração mais recente, que tem uma visão política mais generosa e democrática da Amazônia, tem a tarefa histórica de quebrar essas ditas barreiras que, na verdade, foram criadas pelas elites da Amazônia e não por nós.

Precisamos, neste momento, ter a ousadia – e creio que esta Comissão pode contribuir muito nesse sentido – de realizarmos uma semana do Amazonas, como esta que acontece aqui, em Belém ou em Macapá; ou seja, é preciso criar um grande rebuliço, uma grande pororoca cultural em nossa região de tal forma que possamos conhecer, por exemplo, todos os escritores amazonenses. Eu os conheço por ter trabalhado na região, mas sei que muitas pessoas não os conhecem, assim como muitos escritores do Pará também não são conhecidos.

É necessário implementar ações, e nós, do Ministério da Cultura, temos o compromisso de estarmos juntos, dentro das nossas possibilidades, obviamente, para fomentar esse movimento, essa pororoca cultural amazônica, que é muito importante para que o Brasil conheça a verdadeira face da Amazônia, não apenas os estereótipos e imagens exóticas, mas o que ela realmente significa em termos de diversidade, história, cultura e riqueza.

Essa é a mensagem que deixo a todos. Como disse, trata-se de uma mensagem oficial do Ministério da Cultura, do próprio Ministro Gilberto Gil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece ao Sr. Marcio Augusto Freitas de Meira a manifestação.

Numa deferência especial ao poeta e escritor amazonense Thiago de Mello, esta Presidência lhe concederá a palavra, encerrando com chave de ouro esta reunião requerida pela Deputada Vanessa Grazziotin para que pudéssemos tratar dos movimentos culturais do Estado da Amazônia.

Peço a V.Sa. que componha a Mesa, a fim de fazer sua manifestação.

O SR. THIAGO DE MELLO – O Presidente Átila Lins me pede para fechar com chave de ouro esta reunião. Prefiro que as minhas palavras sirvam não ao ouro, mas à justiça e ao amor. Dividirei o meu tempo em duas partes, e serei breve.

A favor da justiça, queria discordar do companheiro, também filho da floresta, Márcio Augusto, quando diz que o Governo anterior ao do Presidente Lula, o de Fernando Henrique Cardoso, foi perverso no que se refere à ação cultural. Com o Estado do Amazonas, em vez de perversidade, o que houve foi uma luminosa generosidade. Nunca, desde que o Amazonas existe como Estado, se fez tanto pela cultura amazonense. O Governo de Amazonino Mendes, marcado sobretudo pelo respeito e valorização da cultura amazonense, só pôde realizar a sua obra graças ao apoio que teve do Ministério da Cultura. Não darei nenhum exemplo, porque isso tomaria um tempo muito longo. Gostaria apenas que o Márcio pudesse conhecer isso melhor, já que tanto serviu ao Amazonas.

Aproveito para dizer que, como promotor cultural, há quase meio século trabalhando pela cultura brasileira, e não só como criador literário, espero ardentemente que o Ministério da Cultura comece a atuar.

Acabo de vir do Ministério do Meio Ambiente, motivo pelo qual cheguei com um certo atraso, pelo que peço desculpas. Atendi a um convite do Presidente da República e da Ministra do Meio Ambiente para estar com eles na celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente. Inclusive, cometi a gafe de sair antes do Presidente para atender ao chamado desta cabocla, a Deputada Vanessa Grazziotin, que nos faz sentir orgulhosos de ser do Amazonas.

"Da altura extrema da cordilheira, onde as neves são eternas, a água se desprende e traça um risco trêmulo na pele antiga da pedra.

O Amazonas acaba de nascer. A cada instante ele nasce, descende devagar, sinuosa luz, para crescer no chão.

Varando verdes, inventa o seu caminho e se acrescenta.

Águas subterrâneas afloram para abraçar-se com a água que desceu dos Andes.

Do bojo das nuvens alvíssimas, tangidas pelo vento, desce a água celeste.

Reunidas elas avançam, multiplicadas em infinitos caminhos, banhando a imensa planície verde cortada pela linha do Equador; planície que ocupa a vigésima parte deste lugar chamado Terra, onde moramos.

Verde universo equatorial que abrange nove países da América Latina e ocupa quase a metade do chão brasileiro.

Aqui está a maior reserva mundial de água doce, ramificada em milhares de caminhos líqüidos, mágico labirinto que de si mesmo se recria incessante, atravessando milhões de quilômetros quadrados de território verde: é o Amazonas, a pátria da água.

Nós somos deste reino generoso, onde os seres nascidos dos seus verdes já nascem sábios e enfrentam o desamparo com a vocação da solidariedade.

Os caboclos do maior pedaço verde do planeta padecem instantes de amargura.

E, no entanto, são profundamente irmãos das coisas poderosas, permanentes como as águas, os ventos e a esperança." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Antes de encerrar os trabalhos, esta Presidência agradece ao Dr. Marcio Augusto Freitas de Meira, Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; à Sra. Vera Lúcia Ferreira de Souza, representante da Secretaria da Cultura do Estado do Amazonas; ao Sr. Bonifácio José, Presidente da Federação Estadual dos Povos Indígenas; ao Sr. Tenório Telles, Coordenador Editorial da Livraria Valer; à Sra. Lívia Mendes, Diretora-Presidente da Fundação Villa-Lobos; e ao amigo, poeta e escritor Thiago de Mello, a quem rendemos nossas homenagens.

O SR. DEPUTADO ALCESTE ALMEIDA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALCESTE ALMEIDA – Sr. Presidente, ao congratular-me com V.Exa. pela convocação de nomes da estirpe de Thiago de Mello, que abrilhantaram os diversos eventos desta Semana da Amazônia, eu, filho de um amigo fraterno da Amazônia, já falecido, Antônio Oséas de Almeida, seu companheiro de mocidade, fico muito feliz de ver coroado este encerramento com as brilhantes palavras de Thiago de Mello. Sem dúvida, elas engrandecem a literatura brasileira e, de forma ímpar, levam a nossa região ao mundo, porque palavras colhidas do seu íntimo, do coração, da sua vivência, fazem tornar mais verde a esperança de que a nossa Amazônia possa ser reconhecida, prestigiada, melhorando a condição social e de vida do seu caboclo. Sinto-me honrado e feliz com a presença tão estimulante do nosso poeta maior, Thiago de Mello.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Esta reunião de audiência pública, que teve a participação da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, foi convocada para discutir as manifestações culturais do Estado do Amazonas. A sua realização foi possível graças ao requerimento da nobre Deputada Vanessa Grazziotin, aprovado na Comissão da Amazônia, que traduziu, em nome da bancada, os anseios que todos nós, amazonenses, temos de ver discutidas amplamente as questões culturais do nosso Estado.

Neste momento, encerramos a série de audiências públicas, realizadas em Brasília, no âmbito da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, para tratar de assuntos pertinentes ao Amazonas. Ontem pela manhã, discutimos amplamente o turismo amazonense e amazônico; à tarde, falamos das potencialidades regionais, do desenvolvimento regional, do pólo industrial de Manaus; hoje, estamos concluindo os trabalhos da Semana do Amazonas.

Como disse o Poeta Thiago de Mello, nós não a estamos fechando com chave de ouro, mas com uma chave de amor e justiça.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes do momento derradeiro desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os meus agradecimentos a todos os presentes, especialmente ao poeta que não é apenas dos amazonenses, dos amazônidas, mas do País, do mundo. Digo isso sem medo de errar, pois hoje Thiago de Mello é um dos maiores poetas vivos do País.

Compreendemos, Thiago de Mello, o motivo da sua ausência no início da reunião, pois foi convidado pela Presidência da República e pela Ministra do Meio Ambiente para participar de uma atividade importante e muito maior do que esta que estamos realizando aqui. Devo dizer-lhe que temos um objetivo que nos une não ao Amazonas, mas à Amazônia, que é o de buscar caminhos para democratizar o acesso do povo brasileiro à cultura.

Demos um passo no sentido de permitir que o Estado cumpra o seu papel na economia, na infra-estrutura e na cultura por meio do incentivo e patrocínio daqueles que não têm oportunidades. Precisamos repensar o patrocínio público para aqueles que já são extremamente reconhecidos. O patrocínio público deve ser oferecido aos anônimos muito talentosos. Este é um dos grandes objetivos da Semana da Amazônia e da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional. Sinto que estamos alcançando o nosso objetivo.

A luta não acaba, apenas parte dela aconteceu. Essa luta não se iniciou agora; é uma luta antiga. Tantas pessoas antes de nós travaram essa mesma luta! Enfim, estamos apenas cumprindo o nosso dever.

Faço minhas as palavras do Deputado Alceste Almeida, um grande admirador da cultura, das artes, além de combativo Parlamentar. Cumprimento V.Exa., Deputado Átila Lins, e convido todos os presentes a comparecerem ao Espaço Cultural Zumbi dos Palmares para assistirem à apresentação de uma peça teatral da Companhia Vitória-Régia, A Maravilhosa Estória do Sapo Tarô-Bequê. Em seguida, assistiremos à apresentação de cantores vindos do Estado do Amazonas – em vez de almoço, seremos alimentados de cultura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Mesa se associa às homenagens prestadas pelo Deputado Alceste Almeida e pela Deputada Vanessa Grazziotin ao nosso querido amigo, o poeta Thiago de Mello.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião, antes convocando a próxima reunião para hoje, às 14h30min, no Plenário 15, para a instalação da Subcomissão que estudará a implementação dos eixos de integração da América Latina, e reunião de audiência pública da Subcomissão Permanente para a terça-feira, dia 10, às 10h, no Plenário 15, a fim de estudarmos a situação energética da região amazônica.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Quarta Reunião Ordinária Realizada em 12 de Junho de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia doze de junho de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Zequinha Marinho – Vice-Presidente; Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Anselmo, Asdrubal Bentes, Carlos Souza, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Miguel de Souza, Nicias Ribeiro, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Terezinha Fernandes e Vanessa Grazziotin – Titulares; Agnaldo Muniz, Coronel Alves, Dr. Benedito Dias, Hamilton Casara, Humberto Michiles, Jaime Martins, Marinha Raupp, Maurício Rabelo, Mauro Lopes, Nilson Pinto e Pastor Frankembergen – Suplentes. Compareceram também os Deputados Serafim Venzon e Welinton Fagundes, como não-membros. Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir o Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, com o objetivo de apresentar a este Colegiado as obras para a conclusão das rodovias federais na Amazônia e também de outros empreendimentos da região. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra ao convidado, que discorreu sobre o tema. Interpelaram o expositor os senhores Deputados Zequinha Marinho, Anivaldo Vale, Asdrubal Bentes, Miguel de Souza, Nilson Pinto, Humberto Michiles, Janete Capiberibe, Zé Geraldo, Perpétua Almeida, Welington Fagundes, Nicias Ribeiro e Marinha Raupp. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra ao expositor, para que apresentasse suas considerações finais. Exerceram alternadamente a Presidência os Deputados Zequinha Marinho e Nilson Pinto. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às treze horas e trinta e quatro minutos, antes convocando

Reunião Deliberativa para a próxima quarta-feira, dia dezoito, às onze horas, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em Exercício, Deputado **Zequinha Marinho**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para ouvir o Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Adauto, a respeito das obras para a conclusão das rodovias federais na Amazônia e também de outros empreendimentos da região, atendendo a requerimentos dos Deputados Zequinha Marinho e Anivaldo Vale, aprovados pelo Plenário.

Esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá para tanto de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Esse tempo pode ser prorrogado, a juízo desta Comissão.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome e só poderão abordar o assunto em questão, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

O Sr. Ministro já se encontra à mesa. Agradeço ao ilustre convidado, Sr. Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, aos colegas Parlamentares e aos demais presentes a participação.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Anderson Adauto, por 20 minutos.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma satisfação estar mais uma vez nesta Casa, que também é minha, para discutir com os senhores que representam a Amazônia Legal uma situação com a qual nós, do Ministério dos Transportes, do DNIT, nos preocupamos já há algum tempo. Queremos fazê-lo no sentido de obter colaboração para elaborarmos conjuntamente um projeto de investimentos naquela região.

Na avaliação do Ministério, do Ministro, dos nossos técnicos, é fundamental que haja tempo certo para que os recursos possam ser aplicados ali, exatamente em função das dificuldades climáticas, das diferenças de clima que existem entre a região e o resto do Brasil.

Naturalmente tínhamos de iniciar dentro do nosso planejamento, e começamos a fazer o trabalho com base na prioridade estabelecida, que é a recuperação da malha viária do País no setor e no modal rodoviário.

Dentro dessa linha, começamos a fazer o planejamento e fomos procurados por alguns Parlamentares do Pará e do Amazonas, que nos disseram o seguinte: enquanto nos preparamos para fazer a operação emergencial de tapa-buracos no centro-sul, inicia-se o período de chuvas na região amazônica, o que acontece exatamente agora. A partir dali, julgamos por bem ter um planejamento especial do Ministério dos Transportes para a Amazônia Legal.

Sr. Presidente, fiquei atento às exposições iniciais de V.Exa. no sentido de que nos ativéssemos exclusivamente ao objeto do requerimento aprovado, que seria discutir sobre as BRs mencionadas. Mas gostaria, se V.Exa. assim o permitir, que, além da discussão direcionada para as questões objeto do requerimento, pudéssemos debater também sobre o que poderíamos fazer para que os poucos recursos de que dispomos pudessem ser aplicados na hora certa, no momento certo, com planejamento prévio, para que pudéssemos ter o maior aproveitamento possível da aplicação desses poucos recursos naquela região. Esse seria o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – O senhor tem plena concordância de nossa parte.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Muito bem. Começarei pelo asfaltamento das BRs propostas. Com relação à BR-230 e à BR-158, ainda não temos nenhuma argumentação nem qualquer ação concreta no sentido de que este ano teremos condições de iniciar o asfaltamento dessas duas rodovias. Não teríamos condições de fazer nenhum encaminhamento no sentido de apontar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Sr. Ministro, peço ao senhor que não leve ao pé da letra. Apresentamos o requerimento, e ele foi alterado pelo Plenário. Infelizmente não temos acesso a ele neste instante. Conforme mencionamos, os colegas o emendaram no sentido de que o senhor pudesse abordar a situação das rodovias federais da Amazônia, num contexto bem mais amplo.

Então, sinta-se à-vontade para comentar sobre outras rodovias também, não somente esses trechos do Estado do Pará aqui citados. Sinta-se à-vontade para fazer um comentário bem mais amplo, incluindo rodovias federais de outros Estados.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Continuando, Sr. Presidente, falarei primeiro sobre o que originou o requerimento, depois partirei para a discussão mais ampla.

Tenho algumas novidades sobre a BR-163. Trata-se de um eixo extremamente importante não apenas para os Estados do Mato Grosso e do Pará, mas para toda aquela região e principalmente para o Brasil.

Fomos procurados pelo Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que nos perguntou sobre a possibilidade de obter solução para o asfaltamento da BR-163 nos moldes adotados para o asfaltamento de determinadas rodovias estaduais de seu Estado, criando consórcios, pessoas diretamente interessadas, que estariam participando. Com a participação também do Estado, ele está conseguindo viabilizar o asfaltamento de alguns trechos de rodovias estaduais que são extremamente importantes para a economia do Estado. Ele acreditava que seria possível fazer alguma coisa também em relação à BR-163. Se fosse, queria saber qual seria o interesse da União no sentido de fazer a concessão, para que ele pudesse criar um consórcio de empresas e trabalhar para asfaltar esse trecho.

Coincidentemente, hoje, o Governo Federal, ciente da grande demanda reprimida na área de infra-estrutura do País – uma série de obras absolutamente necessárias, que precisam ser feitas, mas para as quais não há as devidas condições de executar –, está discutindo uma forma de viabilizar as obras, com a participação da União e da iniciativa privada. Trata-se das PPPs, parcerias do setor privado com o setor público.

Dissemos-lhe que não víamos problema nesse sentido; fizemos a avaliação, até porque a BR-163 já passou por processos licitatórios. Fomos analisar, então, se haveria algum problema de ordem legal se cancelássemos esses processos licitatórios para que pudéssemos repassá-los ao Governador ou ao consórcio ou à empresa que se habilitasse ao processo de asfaltamento dessa rodovia.

Conversamos também com o Governador do Pará que nos disse que isso era fundamental. Também tivemos uma reunião com a bancada do PT do Estado que nos disse ser muito importante que o asfaltamento dessa BR não parasse no ponto estabelecido e já definido pelo Governador de Mato Grosso, porque a obra tinha que chegar até a cidade de Santarém. Nós argumentamos, então, tanto com a bancada quanto com o Governador do Estado, que tínhamos condições de avançar sobre aquela rodovia até o ponto que o Governador havia definido, exatamente porque era uma ação exclusiva da iniciativa privada. Iríamos, então, fazer a concessão, mas seria o Governador com o grupo de sojicultores de seu Estado, juntamente com os empresários da Zona Franca de Manaus que haviam conseguido formatar um projeto de Engenharia financeira que iriam possibilitar o asfaltamento do trecho. Seria um pouco para baixo da divisa com Mato Grosso até o Porto de Miritituba.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começamos a conversar sobre o projeto de concessões para asfaltamento da BR-163 um pouco para baixo, de Guarantã do Norte, no Estado do Mato Grosso, até o Porto de Miritituba, trecho estabelecido no programa de parcerias com o Governo de Mato Grosso, num total de aproximadamente 750 quilômetros.

Com a participação do Governador e da bancada do Estado do Pará, estamos trabalhando hoje o asfaltamento dessa BR, já não apenas até o Porto de Miritituba, mas até o Porto de Santarém, representando algo em torno de 230 quilômetros. Estamos falando de um trecho de 750 quilômetros mais 230 quilômetros, algo em torno de 1.000 quilômetros. Iríamos asfaltar esse trecho dentro de um programa de concessão, o primeiro trecho de Guarantã até Miritituba, e de Miritituba até Santarém. Seria feito uma PPP, com a participação do Governo do Estado, da União e dos empresários daquele Estado. Foi a condição estabelecida, Sr. Presidente, no sentido de fazermos com que o asfaltamento da rodovia não ficasse restrito apenas até o Porto de Miritituba, mas que pudesse efetivamente chegar ao Porto de Santarém, por solicitação da classe política daquele Estado.

Então, atualmente, o que temos de concreto de asfaltamento na região que interessa diretamente a esta Comissão é essa rodovia.

O tema, para o qual me preparei, quero dizer que estamos, com os técnicos do Ministério dos Transportes e do DNIT, a começar pelo Diretor de Planejamento e Projetos do DNIT, Dr. Ricardo, o Diretor de Aquaviário do DNIT, Dr. Washington Carvalho, trabalhando no intuito de prepararmos um programa de trabalho e de ação, que poderia ser iniciado neste ano e teria que avançar no próximo, nos momentos corretos, para que pudéssemos ter o melhor aproveitamento, repito, dos poucos recursos que teríamos condições efetivas de aplicar naquela região. Esse é o objetivo básico de minha presença hoje nesta reunião.

De modo geral, gostaria de concluir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, referindo-me ao programa de metas estabelecido pelo Ministério quando assumi.

Em primeiro lugar, constatamos que temos essa demanda reprimida. Veio o contingenciamento, tínhamos, portanto, que trabalhar na lógica de fazer o essencial, o elementar, aquilo que fosse absolutamente

prioritário. Escolhemos, então, ter como programa prioritário a recuperação das rodovias brasileiras.

Estamos avançando bem nesse programa. Nossa meta é fazer a recuperação primária dos principais trechos que estão hoje numa situação quase que de intrafegabilidade. Ao mesmo tempo, estamos realizando essa operação emergencial provisória de tapa-buracos.

Queremos recuperar pelo menos 7 mil quilômetros com 3 programas básicos. O CREMA, uma recuperação terceirizada, em que contratamos empresas para fazer a recuperação de determinado trecho, as quais ficarão responsável por sua manutenção durante 5 anos. O CREMINHA, um pouco mais simples do que o CREMA, um programa cuja recuperação é feita pela empresa, que permanece responsável pelo processo de manutenção e recuperação do trecho por mais 2 anos. E o programa normal de restauração de trechos, em que detectamos um determinado trecho numa rodovia e procedemos à recuperação.

No modal ferroviário, conseguimos restabelecer com nossos concessionários um programa de prioridades, para dar também a melhor forma de funcionamento dentro do que já existe hoje. Ou seja, não teríamos condições de fazer nenhuma ampliação, mas teríamos condições de atuar em cima de uns gargalos, que seriam então definidos por uma comissão, que já foi criada entre o Ministério dos Transportes e nossos concessionários. Iríamos estabelecer, com esse primeiro programa de revitalização, um novo programa de metas, uma vez que o primeiro programa de metas estabelecido no momento em que aconteceu o programa de concessões não foi atingido. Então, era absolutamente importante que criássemos novamente um novo programa de metas, que está sendo discutido com os concessionários, o Ministério e a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Com relação ao modal hidroviário, conversamos com as classes políticas dos Estados do Pará e do Tocantins. A prioridade desses 2 Estados é a conclusão das 2 eclusas. E estamos discutindo com a equipe econômica para encontrarmos formas de atender às prioridades: a conclusão das eclusas de Lajeado no Tocantins e de Tucuruí, no Pará.

Seriam estas, então, as nossas prioridades para o modal hidroviário. E o DNIT se prepara para também promover ações emergenciais em algumas hidrovias. Não apenas nas hidrovias, mas nos portos, que são as dragagens.

São estas, Sr. Presidente, as prioridades do Ministério dos Transportes para este ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito bem. Repetindo: esta audiência pública atende a requerimento de nossa autoria e também do Deputado Anivaldo Vale, que acrescenta a questão do modal hidroviário.

Queremos agradecer ao Sr. Ministro Anderson Adauto as informações aqui prestadas.

Encerradas as exposições, vamos dar início ao debate obedecendo à ordem de inscrições.

Inicialmente, peço ao Deputado Nilson Pinto que assuma a Presidência por alguns instantes para que eu possa fazer alguns questionamentos ao Sr. Ministro Anderson Adauto.

Convidamos o Dr. Hideraldo para tomar assento à mesa, ao lado do Sr. Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Com a palavra o Deputado Zequinha Marinho para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO – Sr. Ministro, inicialmente quero dizer da satisfação de poder contar com sua presença nesta Comissão, pela forma tão gentil com que sempre nos tem tratado no Ministério dos Transportes e em qualquer outro lugar.

O motivo da minha preocupação e a do Deputado Anivaldo Vale, que por sinal é o idealizador desta Comissão da Amazônia, na qual temos a oportunidade de congregar os Parlamentares daquela região, bem como de outros que têm interesse na região, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura de transportes, fundamental para a nossa gente.

Ao longo dos anos, e V.Exa., com tantos mandatos, tem acompanhado e visto que entra governo, sai governo e não vemos nossas expectativas nem em parte atendidas em relação às grandes rodovias federais na Amazônia – e aqui eu me refiro especialmente ao Estado do Pará. A Transamazônica, BR-230, considerada a espinha dorsal na região oeste do Pará, ligando a região sudeste do nosso Estado; a BR-163, que eu fico tão contente por ouvir de V.Exa. as articulações que estão sendo feitas para que sejam atendidas; a BR-158, que está encaminhada também, e outras mais. E eu me sinto satisfeito por ouvir de V.Exa. que aqui está para convidar esta bancada a utilizar os recursos já destinados como também reivindicar novas verbas.

Nosso pensamento é exatamente poder fazer, com o Ministério liderado por V.Exa., um trabalho conjunto a fim de buscar recursos, articular com quem é possível, para que o País possa sair dessa situação tão difícil que atravessa anos e anos, governos e governos, ao longo da história do nosso Estado.

Não é fácil tomar conhecimento pela imprensa e pela televisão, e viver, na prática, situações tão difíceis e deprimentes de escoamento de produção e de tráfego, principalmente em nosso Estado.

O Pará, que hoje é a bola da vez no desenvolvimento, no crescimento de sua economia, na implantação de uma agricultura tecnificada, avançada se ressente, de forma tremenda, da falta de infra-estrutura.

Quero aqui fazer um apelo aos companheiros do mesmo barco: que possamos, durante todo este mandato, envidar todos os esforços possíveis a fim de viabilizar as condições de escoamento, de transporte nas rodovias federais em nossos Estados. E aqui eu diria mais especificamente no nosso Estado do Pará. Estamos aqui empenhados também nessa questão.

Sabemos do grande potencial da Amazônia. E a Amazônia, ao longo do tempo, muitas vezes, tem ficado esquecida. Somos mais de 50% do território nacional. Somos mais de 20 milhões de habitantes. Temos particularidades que nenhuma outra região do Brasil tem, dificuldades imensas, mas um futuro brilhante e um potencial como ninguém. E, às vezes, somos preteridos em recursos, em atenção, em tantas outras coisas.

Nossa bancada e todos os que aqui estão e aqueles que aqui não puderam comparecer queremos dar-lhe as mãos para que possamos desempenhar um trabalho, digamos assim, mão a mão, usar tudo que pudermos, da forma mais correta possível, a fim de que tenhamos um bom resultado na implantação de hidrovias, na pavimentação de estradas, na restauração de pontes, enfim, em tudo o que for possível fazer durante esses 4 anos de governo que ora está começando.

Eu ainda gostaria de ouvir mais sobre a BR-230. Que V.Exa. pudesse tecer algum comentário, assim como o fez a respeito da BR-163.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Costumeiramernte, por medida de economia processual, o palestrante responde após os questionamentos de um grupo de 3 Deputados. Sugiro a V.Exa. seja novamente adotado esse critério para agilizar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Obrigado pela sugestão, Deputado Asdrubal. Em nome da praxe, a Mesa havia tomado essa deliberação. Agradeço a V.Exa. e me parece que a decisão é consensual.

Temos até o momento 7 Deputados inscritos. O primeiro já falou, Deputado Zequinha Marinho; o segundo será o Deputado Anivaldo Vale; em seguida, os Deputados Asdrubal Bentes, Miguel de Souza, Nilson Pinto, Humberto Michiles, Janete Capiberibe e José Geraldo, que acaba de se inscrever. Vamos ouvir, então, grupos de 3. Concorda, Ministro? Após a fala do terceiro Deputado, V.Exa. dará suas explicações.

Concedo a palavra, para seus questionamentos, ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Ministro, ao iniciar minha fala, quero agradecer-lhe pela presença nesta Comissão, motivo de muita satisfação, principalmente para nós, da Amazônia.

Quero ser bem objetivo e dizer que estou há 9 anos nesta Casa. E há 9 anos a bancada do Pará tem destacado maior parte de seus recursos, cerca de 60% 70%, para o Ministério dos Transportes, no entendimento de que, com a construção de infra-estrutura capaz de alavancar o segmento exportador do Pará, já que temos 25 mil quilômetros de rios navegáveis na Amazônia, que seriam todos canalizados para aquela boca, teríamos os Portos de Santana, de Vila do Conde, de Santarém e de Belém, além de um da Sotave, que agora foi novamente federalizado. E até hoje não entendo, acho que o País não tem a menor condição de se dar o luxo de ter um porto a serviço do narcotráfico, completamente ocioso, que deveria ser talvez até um porto de contêineres frigorificados como forma de oferecer à comunidade a oportunidade de exportar carne, frango, peixe, polpa e suco de fruta, bem como promover a interligação com o mundo. Não compreendo isso. Foi gasto um monte de dinheiro nesse porto, e ele está parado. Não entendo isso como não entendo também a ociosidade do Porto de Santana.

No meu requerimento busquei incluir a questão da Hidrovia Araguaia – Tocantins, o andamento das obras de Tucuruí e as BRs-163, 230 e 422. A missão do Governo é realmente difícil. Eu não vejo o Pará como a bola da vez, conforme disse o Deputado Zequinha Marinho. Ao longo do tempo, o Pará tem sido a bola da vez para perder dinheiro, porque falta recurso.

Entrando no assunto da BR-163, eu soube que a parceria do Governo Federal com a iniciativa privada vai até o Porto de Miritituba e não chega até Santarém. Essa falta de planejamento governamental traz para a sociedade certo ônus. Ao longo do tempo alocamos recursos para construir o Porto de Santarém, e ele foi construído. Miritituba, eu conheço muito bem, vai ter de construir uma estrutura de portos, porque lá não tem porto para exportar. O fato de não chegar até Santarém redundará em duzentos e poucos quilômetros de áreas que poderiam ter uma parte já construída ou reconstruída até pelo Exército, um trecho até Rurópolis, que está encostadinho em Miritituba. Continuamos a perder.

Quanto à questão da eclusa de Tucuruí, Sr. Ministro, tomei conhecimento de que a parceria relativa à BR-163 envolveu até Miritituba, e o nosso Governador teria uma audiência com V.Exa. Nessa audiência, pelo que eu soube, havia uma disposição do Ministério dos Transportes no sentido de conversar com o Presidente da República, para fazer uma parceria entre a iniciativa privada, o Governo do Estado, com um terço, e o Governo Federal, para chegar até Santarém. E eu soube também que há disposição do Presidente da República de carimbar essa proposição que foi apresentada a V.Exa.

Sobre a obra da eclusa de Tucuruí, Sr. Ministro, há mais de 20 anos escutei um Parlamentar brilhante do Pará, o Senador Gabriel Hermes, que foi Presidente da Federação das Indústrias, excelente Senador, homem honrado e probo, falar sobre esse assunto. Ele morreu falando da eclusa de Tucuruí. Desde o dia em que fecharam o rio ele falou que aquele rio não podia ter sido fechado. Agora, vejo, com muito agrado, a disposição do Ministério de fazer a eclusa de Tucuruí numa parceria com a iniciativa privada ou com o próprio Governo do Estado e também com o Governo do Tocantins – a questão do lajeado. Mas o rio vai continuar fechado. Nós vamos até Marabá somente, porque não se falaram nas corredeiras de Santa Isabel. Tem-se que construir mais indústria ou mais hidrelétrica para fazer outras eclusas a fim de possibilitar a trafegabilidade.

Há também a questão da BR-230. Essa rodovia não recebe dinheiro. O Ministério dos Transportes, nesse esforço emergencial que se está fazendo para dar trafegabilidade às rodovias brasileiras, retira do Estado do Pará 77 milhões de reais, inclusive o dinheiro previsto para a BR-230, e deixa no Estado do Pará apenas 18 milhões para a recuperação de estradas. O restante vai para outros Estados. E nós, da bancada, ficamos aqui até de madrugada, durante a votação do Orçamento passado, discutindo e empenhando para alocar recursos para essas obras que são estruturantes. Esse assunto é unanimidade entre todos os partidos políticos do Estado do Pará.

Resultado, Sr. Ministro: temos trechos na BR-230 em que se gastou muito dinheiro para fazer a preparação para receber o asfalto, que não foi feito. Isso significa jogar fora dinheiro público, jogar fora dinheiro da sociedade, porque o mais difícil foi feito e terá de ser feito outra vez daqui a uns dias. Como sempre ocorre! É costume preparar-se um trecho para receber asfalto e não asfaltar. Vem o inverno e todo aquele trabalho é jogado fora. Depois, tornam a fazer aquele trabalho outra vez.

Esse ciclo eu acho que tem que acabar, Sr. Ministro. Seus técnicos conhecem muito bem esse problema. E o pior é que estão sacrificando as Prefeituras do meu Estado. Muitos Prefeitos foram chamados ao Ministério para fazer um convênio a fim de garantir a trafegabilidade nas BRs-230, 163 e 010. Gastaram dinheiro da Prefeitura, gastaram sem crédito. Esses recursos estão empenhados desde janeiro, e até hoje não foi pago.

Então, o Pará é a bola da vez, sim, para perder dinheiro, para perder oportunidade de crescimento, de desenvolvimento do seu povo, de interligação com o mundo, de dar competitividade a este País. Estou alimentando, depois de vários embates nesta Casa, o entendimento no sentido de que há alguém que não quer dar competitividade aos produtos brasileiros, quer continuar quebrando caminhão nessas estradas. Alguém quer continuar estrangulando o Porto de Santos e de Paranaguá e deixar de agregar cerca de 30 a 40 dólares de lucro e competitividade dos nossos produtos, escoando para a Amazônia.

Estamos estribados nos 2 meios de transporte mais caros do mundo: o aéreo e o rodoviário. Nós sairemos daqui para ir para casa hoje à noite e vamos voar 1h20min até o Estado do Pará. E agora? Queremos uma solução para o problemas dos nossos portos, queremos que seja dada oportunidade ao Pará de ter uma relação com o mundo e poder se inserir no comércio internacional.

Em relação à BR-230, em vários trechos há pontos cuja obra não foi concluída, ou seja, o recurso destinado na Comissão de Orçamento foi retirado.

Por fim, queria dizer ainda que a questão dessa obra de emergência eu compreendo muito bem, até os recursos junto ao Banco Mundial para a questão da Belém – Brasília, que está ficando intrafegável. O Tocantins até já fechou, por meio de greve, e depois foram abertas 22 frentes de trabalho no Estado do Tocantins.

Particularmente, Sr. Ministro, vejo com muita simpatia e agrado a presença de V.Exa. nesta Comissão. Mas que haja uma razão maior: a solução definitiva desses problemas. Espero que haja planejamento para ser trabalhado na Comissão de Orçamento, que possam trabalhar juntas as bancadas do Pará e da Amazônia e que esses 25 mil quilômetros de rio navegável sejam interligados nos eixos de desenvolvimento do Tocantins, do Tapajós, como forma de abrir as oportunidades de crescimento.

Não temos condição de competir, principalmente numa economia globalizada. Não temos condição de trazer esse produto para o centro consumidor, onde está o dinheiro e o povo, em cima de caminhão. O Estado do Pará é o maior produtor de mamão. Temos a cidade de Castanhal, que foi construída às custas

do mamão, pimenta-do-reino e melão. O melão e o mamão foram para o São Francisco, para o Vale da Ribeira. Muito embora não tenham o brique do nosso, tem uma aparência boa. Não tem a qualidade do nosso, mas ganhou esse mercado. E a pimenta ganhou o Espírito Santo.

Sr. Ministro, desculpe-me a franqueza nas palavras, mas acho que essa situação tem que ser tratada com muita sinceridade, porque queremos ter a oportunidade que todos almejam: crescer, desenvolver e ter condição de vida igual à do restante do povo brasileiro. Não podemos continuar nessa desigualdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Muito obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

O próximo inscrito é o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, Sr. Ministro Anderson Adauto, companheiros Deputados e companheiras Deputadas, tenho sido contumaz e árduo crítico do que ocorre com relação à Amazônia em âmbito federal.

Hoje, no entanto, quero que minhas primeiras palavras não sejam de crítica, mas de louvor ao comportamento de V.Exa., Sr. Ministro, e de seus técnicos, porque pela primeira vez eu vi comparecerem a esta Comissão técnicos do seu Ministério para discutir com a bancada os nossos problemas, num ato de deferência, de cordialidade e de harmonia entre os Poderes – V.Exa., que é da Casa, sabe que a harmonia é fundamental para que possamos chegar a um denominador comum.

A vinda de V.Exa. alegra-me bastante, em especial depois da tristeza que me foi causada ontem, quando constatei que, lamentavelmente, ainda existem no Governo democrático do Presidente Lula umas peças antidemocráticas, que guardam resquícios do autoritarismo: o Presidente do INCRA proibiu a vinda de 2 superintendentes do órgão a esta Comissão para debaterem problemas fundiários do nosso Estado, o Pará, num desrespeito a esta Comissão e a esta Casa. Por isso mesmo, mais uma vez louvo a atitude de V.Exa., que tem sido sempre solícito em nos atender, seja no seu gabinete, aqui ou onde quer que o procuremos.

Hoje eu não estou azedo; estou até doce e dócil. O meu azedume passou para o Deputado Anivaldo Vale, que tem andado mais do que eu pela Transamazônica, tem percorrido mais do que eu a Santarém – Cuiabá. Eu já tenho a ventura de, na minha área de atuação na Transamazônica, contar com algum asfalto – refiro-me à região de Marabá até Palestina do Pará, de Marabá até próximo a Itupiranga. Mas comungo das preocupações do Deputado Anivaldo Vale.

Com a BR-230, a Transamazônica, hoje chamada por muitos – e até pelo companheiro Zé Geraldo, que é da área – de "Transamargura", nós realmente sofremos muito. Lembro-me de quando andávamos pela rodovia a 100 quilômetros por hora, logo na sua abertura, e pensávamos que o asfaltamento viria.

Depois foi considerada estrada de onça, a coisa complicou e a população daquela área – que foi chamada para ir para lá, foi convidada pelo Governo Federal para integrar a Amazônia ao resto do Brasil, para levar o homem sem terra para a terra sem homem – foi deixada ao léu tanto quanto pelos órgãos fundiários e de transportes. E o desenvolvimento emperrou.

Ora, nós temos, na Amazônia, a maior estrada natural do mundo, que são os rios, e até hoje eu não entendo por que ainda se discutem nas universidades, e até se proíbe a realização de estudos, sobre a viabilidade de uma hidrovia. Na minha cachola de caboclo da Amazônia isso não entra. Eu, que fui acostumado a andar de canoa, não entendo isso – eu não sei andar de bicicleta, mas sei andar muito bem a cavalo e de canoa, que eram os meus meios de transporte quando criança.

É fundamental que aproveitemos o nosso potencial hídrico. Não se pode conceber, por exemplo, o que está acontecendo com as eclusas existentes em nossa região. Aliás, tal situação até me provocou um sonho. Acho que por ter pensado muito sobre a reunião de ontem, esta noite eu sonhei com o tempo em que estive com o ex-Presidente José Sarney e S.Exa. assinava a liberação de recursos para as eclusas. E no meu sonho já nos via inaugurando as obras. Via bem a Deputada Ann Pontes, que é de Tucuruí, o Presidente Lula e o Governador Simão Jatene na inauguração. Espero que esse sonho se torne realidade na sua gestão, Sr. Ministro, porque são obras fundamentais para o desenvolvimento do País.

Imagine V.Exa. quantos dólares vamos agregar à nossa produção de soja se tivermos a Hidrovia Araguaia – Tocantins pronta, de modo a evitar que o produto percorra toda a costa do Brasil pagando frete mais caro. E se tivermos a Santarém – Cuiabá asfaltada? Sr. Ministro, tais obras são fundamentais não para a Amazônia – não podemos raciocinar só em termos de Amazônia –, mas para o Brasil.

Conforme disse o Deputado Anivaldo Vale, até o Porto de Santarém já está pronto. Falta apenas a rodovia, que é fundamental para que o produto chegue ao porto.

A parceria público-privada é um louvável ato de criatividade, muito embora fosse obrigação do Governo fazê-la. Mas os outros não a fizeram, e o atual teve a criatividade de propor a sua realização e a sociedade a aceitou. Portanto, é bom que se a faça.

O Governador Simão Jatene, numa reunião que tivemos com ele nesta semana, nos informou – não sei se já comunicou a V.Exa. – que o Governo do Estado estaria disposto a bancar um terço do trecho de Miritituba a Santarém. Um terço dos 230 quilômetros! Com relação às eclusas, S.Exa. – que até pediu o aval da bancada do Estado do Pará como um todo – quer propor ao Governo Federal que seja feito meio a meio: o Governo Federal entra com 50% e o Governo Estadual com 50%.

A meu ver, essa parceria não é desprezível em hipótese alguma e também não acredito que por causa de 10% – o Governo queria dar 40% e deixar 60% por conta da iniciativa privada e do Governo do Estado – o Governo Federal vá recusar a proposta, que é mais do que justa e, além disso, é viável.

Sr. Ministro, eu queria saber, primeiro, se V.Exa. está disposto a estudar essas duas propostas do Governo do Estado, para nós resolvermos praticamente de uma vez por todas a questão relativa à Cuiabá – Santarém.

Agora apresento a V.Exa. o choro de quem mora na Transamazônica: conforme o acordo que fizemos com os técnicos – a ata deve estar chegando às mãos de V.Exa. –, foram destinados 28 milhões e 739 mil para a construção de trechos rodoviários na ligação Marabá – Altamira – Itaituba. Já existem empreiteiras contratadas, licitações feitas, e nós corremos contra o tempo, pois daqui a 2 ou 3 meses não se faz mais nada, porque vêm as chuvas, não é, Deputado Zé Geraldo e Deputado Paulo Rocha?

Eu gostaria de saber se vão prosseguir os trabalhos de asfaltamento na BR-230, porque de Palestina do Pará a Porto Jarbas Passarinho, na divisa com o Tocantins, há aproximadamente 10 ou 12 quilômetros para serem concluídos para que o asfalto chegue até o porto. É até uma incoerência o asfalto ir até Palestina e não chegar ao porto. No trecho Marabá – Itupiranga faltam 12 quilômetros para a conclusão do asfaltamento. E procede o argumento do Deputado Anivaldo Vale.

Sr. Ministro, eu estou cansado. Se fôssemos levantar o que já foi gasto na Transamazônica com obras emergenciais, com recuperação e não sei o que mais – desculpe-me a franqueza, o problema não surgiu no seu Governo, V.Exa. entrou agora – veríamos que a rodovia foi usada como vala comum para se jogar dinheiro no bolso de muita empreiteira, e a população não foi assistida.

Agora mesmo, nesse contrato de asfaltamento, existe uma cláusula que prevê que as empreiteiras teriam de ficar na estrada para atender às emergências na época das chuvas. O que elas fizeram foi desmobilizar. E agora, para voltar, vão querer receber novamente pela mobilização. Tenha paciência! Por que fizeram sub-bases e bases e não deram uma imprimação para guardar essas sub-bases e bases? Com a chuva, foi tudo embora. Agora é mais dinheiro para se gastar. Com o que se gastou na recuperação da rodovia e em atos emergenciais, nós já teríamos asfaltado 2 ou 3 vezes a Transamazônica.

Sr. Ministro, nós confiamos em V.Exa., confiamos no Governo do Presidente Lula e esperamos que sejamos ouvidos na discussão desses problemas, que são de fundamental interesse para a Amazônia e também para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Muito obrigado, Deputado Asdrubal Bentes.

Até o momento estão inscritos, além dos 3 que já se manifestaram, os Deputados Miguel de Souza, Nilson Pinto, Humberto Michiles, Janete Capiberibe, Zé Geraldo, Maurício Rabelo, Perpétua Almeida e Pastor Frankembergen.

Completado o primeiro ciclo de 3 argüidores, concedo a palavra ao Ministro Anderson Adauto, para as respostas.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou responder de forma específica as observações feitas pelos 3 Parlamentares, mas quero antes mostrar o que foi que nos levou a vir propor esta conversa inicial.

(Segue-se exibição de imagens.)

Notem que a malha viária do País está concentrada aqui. Na área de planejamento do DNIT, não aparecem os serviços e ações de manutenção das estradas não-pavimentadas. Nós achamos que o ideal é acertarmos um programa de prioridades de asfaltamento desse trecho, para depois podermos conversar objetivamente. Esse é o primeiro ponto.

Como eu disse anteriormente, também sou Parlamentar. Converso muito com Governadores, Senadores e Deputados. Nossa demanda reprimida é terrível. Quando alguém pede asfaltamento nessa região, geralmente refere-se a pequenos trechos, e, quando falamos em asfaltamento, 500 quilômetros é pouco. Nessa região, não adianta adotarmos os mesmos procedimentos usados em outras estradas. Temos de mudar alguma coisa. Primeiro, é preciso levar em conta que temos poucos recursos e que a região é diferente, sob todos os aspectos, do restante do Brasil. É mais difícil asfaltar essa área.

Temos de definir um programa de prioridades e estabelecer, antes de mais nada, os eixos rodoviários que atendem a mais de um Estado. Se não fizermos isso, posso antever o horizonte do Governo Lula nesse setor daqui a 4 anos: não teremos dado conta de ampliar, nem de modernizar, nem mesmo de manter

aquilo que já temos. Prova disso é a situação das nossas estradas hoje. Mas os buracos nas rodovias são apenas a parte aparente de um problema que atinge também os outros modais.

O programa de prioridades é absolutamente necessário. Sem ele, não conseguiremos avançar. E precisamos ser corretos.

Eu fui absolutamente claro com o Governador do Pará. Quando ele me disse que a rodovia não podia parar em Miritituba, tinha de ir até Santarém, eu concordei com ele, mas nós estávamos falando dos primeiros 700 quilômetros. Mostramos ao Governador do Pará que só tínhamos condições de asfaltar a BR-163 porque existia uma proposta de parceria, de iniciativa do Governador e dos empresários.

Não temos nenhum recurso para a construção de novos trechos, podemos apenas concluir algumas obras inacabadas, que já estão 70% prontas. Nosso único programa é o de recuperação de rodovias, e ele não é um programa ruim, é absolutamente correto para a Nação. Não temos dinheiro para iniciar obras.

Quando eu tomei posse no Ministério, um Parlamentar me disse que a estrada tal já tinha a base e a sub-base feitas, então faltava só o asfalto, e, se ele não fosse feito logo, tudo ficaria perdido. É o caso da BR-230, que alguém já citou.

Num primeiro momento, pensamos que realmente tínhamos de resolver esse caso, mas depois eu descobri que fizeram isso no Brasil todo. Essa é uma estratégia das empreiteiras. Sabem que o recurso é pouco e, em vez de concluir o asfaltamento num trecho de 20 quilômetros, preferem fazer toda a base num trecho de 50 quilômetros, para depois poderem usar o argumento de que, se não for concluída a obra, tudo o que foi feito ficará perdido.

Estamos tendo o cuidado hoje de só começar uma obra com projeto executivo definido. Se temos condições de fazer a base em 50 quilômetros mas não podemos asfaltar todo o trecho, fazemos a base só em 20 quilômetros, mas nesse pedaço nós concluímos o asfaltamento, e, quando pudermos, voltamos para asfaltar o restante.

Vamos falar um pouco sobre a BR-163. De Itaituba para baixo só haverá asfalto se for fechado esse programa de parceria que envolve os exportadores da Zona Franca de Manaus e os sojicultores de Mato Grosso. Se a rodovia sair 50 quilômetros abaixo da divisa de Mato Grosso com o Pará, onde já há asfalto, e conseguirmos asfaltar até Miritituba, as pessoas que formataram essa engenharia financeira se sentiriam atendidas. Eles analisaram a lógica econômica dos sojicultores e dos empresários da Zona Franca de Manaus.

Então procurou-nos o Governador do Estado do Pará – também fomos procurados pela bancada do PT –, usando a mesma argumentação: não poderíamos deixar que o asfaltamento parasse em Miritituba, ele tinha de continuar até Santarém.

Fui absolutamente claro com o Governador. Disse-lhe que era preciso que entendesse que estávamos falando de asfaltamento de 763 quilômetros, porque havia uma proposta formatada pela iniciativa privada e conduzida pelo Governador de Mato Grosso.

Eu entendia, primeiro, a necessidade técnica de que o asfaltamento chegasse a Santarém e, segundo, a importância política da obra para o Estado. Santarém é uma das cidades mais importantes do Pará. Contudo, eu não tinha dinheiro para fazer esses 230 quilômetros. E fui sincero. Não adiantava dizer que ia fazer, porque eu não tinha como. Nós poderíamos tentar uma proposta de parceria. E já estávamos conseguindo formatar uma parceria 100% privada. Até poderia haver financiamento do Governo, por exemplo, com recursos oriundos de fundos constitucionais, mas não havia previsão para tanto no Orçamento.

Se o Governador fizesse a proposta, acredito que o Governo Lula não ficaria fora do projeto. Se faltasse algum recurso para o asfaltamento desses 763 quilômetros, a União não poderia ficar fora. O Brasil tem um Orçamento paupérrimo, mas ele não chega a ser miserável. Enfim, tínhamos de encontrar recursos para complementar essa rodovia. O que não podíamos era deixar que uma região se mobilizasse, encontrasse alternativas para um problema que interessa ao País todo, oferecesse dois terços da solução, e a União não assumisse nem um terço do projeto. Isso seria uma absurdo.

Eu disse ao Governador do Pará que, contando com a boa vontade do Presidente da República e aproveitando a saudável parceria que estava sendo conduzida pelo Governador do Mato Grosso para que o asfalto chegasse até Miritituba, talvez eu tivesse condições de criar uma proposta de engenharia financeira que possibilitasse o asfaltamento até o Porto de Santarém. Perguntei ao Governador se aceitaria conversarmos com base nestes termos: a União assumiria um terço da obra; o Governo do Estado, com todas as dificuldades que enfrenta, assim como os outros Governos, outro terço; e trabalharíamos para que os empresários conseguissem o restante. S.Exa. me disse que seria muito melhor para a Zona Franca de Manaus que o asfalto fosse até Santarém. Perguntei-lhe, então, se via a possibilidade de concretizarmos essa idéia. S.Exa. ficou de pensar.

Na quinta-feira passada, o Governador esteve comigo e disse que tinha condições de formatar a

proposta do Ministério. Muito bem. No dia seguinte, eu iria ao Mato Grosso e levaria a idéia ao Presidente da República. Quando transmiti a proposta do Governador do Mato Grosso e do Governador do Pará, o Presidente Lula disse que a estrada tinha mesmo de ir até Santarém.

Vim aqui, portanto, dizer que a BR-163 é assunto já definido para o Governo Federal, mas naquelas condições: um terço, um terço e um terço. Assim temos condições de chegar até o Porto de Santarém. Se não for nessas condições, vale até agora o esforço do Governador do Mato Grosso com os sojicultores do seu Estado, com as empresas que trabalham no setor de soja e com os empresários do Estado do Amazonas. Eles irão fazer esses 763 quilômetros, até Miritituba. É isso.

Passo agora a responder às perguntas objetivas.

Temos um problema com a BR-230. A recuperação de rodovias realmente está sendo uma prioridade deste Governo. Temos um programa ambicioso e esperamos gastar algo em torno de 6 bilhões de reais para a recuperação, em 3 anos, da malha rodoviária deste País. Neste primeiro ano, o próprio Orçamento está nos impedindo de fazê-lo. É como casa de pobre: a pessoa quer e precisa fazer, mas não tem condições. Quando tem uma coisa, falta-lhe outra. O primeiro de tudo é cuidar de ter os recursos.

Exatamente por isso, pela primeira vez, segundo me disseram, solicitamos uma negociação com cada bancada para propor o remanejamento de emendas, a fim de que o Governo pudesse caminhar de forma mais acelerada com esse programa. Viemos para cá e negociamos.

É importante que se diga que nossa negociação, autorizada pela equipe econômica do Governo, prioriza as emendas que serão objeto de remanejamento para utilização do recurso no programa de recuperação da malha viária.

A bancada do Pará, de forma competente, já redistribuiu, e o resultado será ainda objeto de negociação da bancada com a Casa Civil. O programa de construção ainda não está definido, como foi dito – por exemplo, 28 ou 29 milhões para a BR-230. Não está claramente definida a utilização dos recursos para a construção, o que está claro é o que nós tiramos para fazer a recuperação.

A BR-230 foi objeto de questionamento do Deputado Zequinha Marinho e do Deputado Anivaldo Vale. Não temos como assumir o compromisso de asfaltar os trechos que já estão com a base e a sub-base prontas, mesmo sabendo que, se a obra não for concluída, pode ficar perdido todo o trabalho até então realizado. Essa foi a lógica adotada pelas empreiteiras em todo o País, e não temos condições de nos comprometer com essas obras todas. Estamos esperando que, no segundo semestre, dependendo das negociações de cada bancada com a Casa Civil, tenhamos condições de definir, num programa de prioridades, a conclusão de pelo menos alguns trechos.

Já empenhamos 42 milhões de reais no programa de recuperação da região e esperamos, com esses remanejamentos, empenhar outros 50 milhões. É a nossa proposta não apenas para o Pará, mas para toda a Amazônia Legal. Se conseguirmos investir 100 milhões na recuperação dessas rodovias, o programa já será razoável. O que eu gostaria era de saber da possibilidade de estabelecermos esse programa de prioridades, para que fiquem definidos os principais eixos. Trabalharíamos efetivamente em cima desses eixos, fazendo, primeiro, o que precisa ser feito e, segundo, no momento certo, em função das chuvas. É a proposta.

Foi abordada também a situação das Prefeituras. Não fomos nós que procuramos as Prefeituras; na verdade, nós é que fomos procurados para dar uma solução, o que não tínhamos condições de fazer de imediato. Solicitamos, então, às Prefeituras que fizessem convênios. Não aceitamos pagar aquelas que tinham algum tipo de problema no SIAF. Ressalto que recursos para fazer o pagamento às Prefeituras nós temos. Está garantido desde o momento em que assumimos o compromisso de fazer os convênios. Se alguma Prefeitura não pôde receber os recursos, Srs. Deputados, isso aconteceu, com certeza, por absoluta falta de condições de receberem esses recursos; não por falta de recursos de nossa parte.

Quanto à eclusa de Tucuruí ocorre o mesmo. Conversei com o Governador sobre a possibilidade de conclusão daquela obra. Não adianta mais aquela conversa de "Vamos arrumar mais 10 milhões para eclusa de Tucuruí" ou "Vamos arrumar mais 100 milhões para a eclusa de Tucuruí". Isso não vai adiantar. Por quê? Porque mesmo que se invista 100 milhões, segundo cálculos dos nossos técnicos vamos precisar de 300 milhões. É aquele tipo de obra: ou se conclui, ou não se põe mais nada de recursos, porque não adianta uma eclusa não concluída. O mesmo ocorre com a construção de uma ponte. Não adianta ter 97% da obra pronta, se não há condições de utilizá-la.

Então, sobre a eclusa de Tucuruí, disse para o Governador e para as bancadas interessadas – e vários Deputados se mostraram interessados na conclusão daquela obra – que havia duas saídas: ou se faz um planejamento absolutamente correto, ou, com poucos

recursos, se investe naquela obra, sabendo que, mais tarde, não haverá condições de concluí-la.

Esse argumento que temos defendido se baseia em algumas indagações, como, por exemplo, o Governo Estadual estaria disposto a investir, ou seja, a aportar recursos? Por outro lado, sei que a ELETRONORTE, que também – vamos dizer assim – cortou a trafegabilidade do rio, tem obrigação de investir. É óbvio que essa empresa tem a obrigação de corrigir o acidente por ela criado no que diz respeito à trafegabilidade do rio. Óbvio também que a União, responsável pela obra, tem a obrigação de participar.

Formatado um projeto de parceria para conclusão das obras da eclusa de Tucuruí, não vemos nenhum problema na participação da União. É claro que a União tem de participar. Agora, se alguém diz que o Ministério dos Transportes tem os 300 milhões para concluir aquela obra num prazo de 2 anos e meio, eu vou contestar dizendo que não tem.

De outro lado, se conseguirmos formatar uma engenharia financeira em que o Governo do Estado participe com certo percentual e a ELETRONORTE com outro, o que, na nossa avaliação, é mais do que justo – sou mineiro e de uma região onde há várias usinas hidrelétricas, principalmente as últimas construídas, e lhes foi exigido que corrigissem os males causados à região –, essa proposta estará cercada de razoabilidade. Não devemos jogar todo o problema nas mãos da ELETRONORTE, mas tê-la como parceira na conclusão da obra. A nosso ver, só assim teremos condições de concluir a eclusa de Tucuruí.

Em relação às obras no Tocantins, Deputado Anivaldo Vale, houve uma coincidência; não sei se feliz ou infeliz. Quando os caminhoneiros resolveram se organizar para obstruir a estrada – e a Belém – Brasília é realmente uma das piores rodovias do País –, coincidentemente, naquele mesmo dia, havíamos mandado publicar no Diário Oficial o resultado do processo licitatório. Lembro aos senhores que, depois de publicado o resultado, corre um prazo de 5 dias úteis para apresentação de recurso por parte de quem se sentir prejudicado. Infelizmente, houve apenas um recurso referente a um trecho de estrada, em Goiás, também na Belém – Brasília. Como se trata de obra financiada, o edital de licitação é um só para 8 trechos. É um absurdo, mas foi feito assim. Então, a partir do momento em que uma empresa entra com recurso, mesmo que seja relativo a apenas um trecho, toda a obra fica paralisada.

Se a empresa que ficou, por exemplo, em segundo lugar se sentir prejudicada, ela pode recorrer porque tem esse direito. O que temos tentado negociar no recurso judicial – porque no administrativo a empresa já foi derrotada – são os outros 7 trechos da estrada, deixando caracterizado para o juiz que o interesse da empresa é exclusivamente sobre um trecho; que ela, tendo participado do processo licitatório, solicita uma avaliação jurídica sobre aquele único trecho. Se o recurso for interposto nessas condições, respaldado o direito de a empresa recorrer, nossos advogados vão trabalhar no sentido de conseguir a liberação dos outros trechos, a fim de que possa se dar ordens de serviço no futuro Estado do Tucuruí, bem como nos demais.

O Deputado Asdrubal Bentes também se refere à eclusa de Tucuruí e pergunta se estamos dispostos a ajudar. Sr. Deputado, mais do que ajudar, é nossa obrigação buscar a solução. O que não se pode admitir mais é aquela conversa: “Vamos fazer, vamos fazer, vamos fazer...”, e o recurso não aparece para terminar a obra. Sabemos muito bem o que precisa ser feito ali. Já existe o projeto final para concluir a obra, mas não temos os 300 milhões necessários. Se o Governador encontrar a solução – e S.Exa. já deu o o.k. para a 163 –, digo para V.Exa. que teremos todas as condições de formatar o projeto de parceria e concluir as obras da eclusa de Tucuruí.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Disse o Governador que está disposto a entrar fifty-fifty, meio a meio.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Não tem problema.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – E a União?

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Sem problemas. Se conseguirmos 50% de participação do Governador, não teremos como ficar de fora disso. O principal objetivo dos nossos programas tem a ver com a recuperação da malha viária. Obviamente todos sabem que não vamos ficar 4 anos cuidando apenas do que se estragou; temos também de ampliar e modernizar a malha viária em todo o País.

Naturalmente, no programa de ampliação, em que há obras novas, não conseguiremos dar conta de tudo o que o País precisa, mas temos de ter sensibilidade suficiente para entender que, se determinados Estados se organizam e trazem parte da solução, a União tem obrigação de entrar com a sua parcela para concluir o projeto, solucionando definitivamente o problema.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Ministro, queremos contar com a sua parceria, porque a ELETRONORTE paga royalties. Esses royalties poderiam ser antecipados em 3 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Nobre Deputado Asdrubal Bentes, V.Exa. já teve oportunidade de se manifestar. Temos uma lista de 9 Deputados inscritos...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Convido o Deputado Zequinha Marinho para reassumir a presidência dos trabalhos desta reunião e informo que o próximo inscrito é o Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho direito à réplica pelo prazo de 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Pinto) – Tem V.Exa. a palavra por 3 minutos, prazo que deve ser cumprido em respeito aos demais colegas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Antes de mais nada, Sr. Ministro, quero agradecer a V.Exa. a atenção dispensada à nossa fala.

Em relação a Santarém, quero deixar claro que não abordei o assunto. Quanto aos 700 quilômetros, certamente haverá concessão.

Quando se faz concessão, aparece um negócio chamado pedágio. Quero, então, demonstrar para V.Exa., Sr. Ministro, a nossa preocupação quanto ao fato de veículos de 10, 12 ou até 15 toneladas e os de passeio não estarem sujeitos ao pedágio.

Em segundo lugar, vou torcer muito para que esse trabalho se inicie logo, porque é um processo que diz respeito ao nosso desenvolvimento.

Agradeço também a sua equipe técnica, que estendeu a necessidade de recuperação da BR-316 até Alto Bonito e da BR-010, até Itinga, trechos que estão intrafegáveis.

Sr. Ministro, estamos diante de superávit financeiro jamais visto na história deste País, o que é uma situação muito ruim. Esta reunião era para ser com V.Exa. e com o Ministro da Fazenda. Conversei com o Ministro do Planejamento, e S.Exa. vai nos dispensar especial atenção e dizer qual será a próxima liberação que irá fazer. Na Legislatura passada fui Vice-Presidente da Comissão de Orçamento. Abrimos o Orçamento para que o Governo Lula fizesse o que bem quisesse. Continuo na Comissão de Orçamento e faço parte do Colégio de Líderes, representando meu partido, o PSDB. O que nos dificulta é lutar para colocar o recurso para investimento, brigar, destacar e depois o Ministro cortar esse recurso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sim, Ministro, V.Exa. tirou dinheiro da BR-230. Na hora em que V.Exa. conhecer essa rodovia, certamente vai dizer: “Eu tiro dinheiro de qualquer outro lugar, menos da BR-230”. Porque é um pólo emergente no Estado do Pará. E eu sou culpado também porque votei a favor.

Muito embora o Governador do Estado tenha manifestado o desejo de estadualizar a BR-222 e um pedaço da BR-163, não foi examinado esse pleito. Parece, porém, que era só para atender o Estado de Minas Gerais – eu também sou mineiro –, como se dissesse: “Pagou Minas Gerais, acabaram-se os problemas”. Não. O Pará ficou com 36 milhões de reais, o que para nós é muito dinheiro. Deveríamos ponderar para o Governo, nesse decreto legislativo, que aqueles Estados que se habilitaram na época própria e dentro dos ditames da Resolução nº 766, da Medida Provisória nº 82, pudessem oferecer ao Ministério dos Transportes a oportunidade de reexaminar essa situação, porque não podemos perder esses 36 milhões de reais, que são recursos importantes para a infra-estrutura do Pará.

Votei a favor de tudo no final do ano, porque havia essa possibilidade, atendia Minas Gerais. Agora, porém, vou externar que acho um absurdo o Governador desobedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal e depois buscar um argumento falacioso para conseguir dinheiro a fim de pagar contas, como a do funcionalismo, tirando recursos destinados à infra-estrutura.

Sr. Ministro, reconheço a sua participação. A sua equipe está de parabéns, deu toda atenção a esta Comissão, mas continuo a dizer que o Estado do Pará foi prejudicado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Deputado, sem querer polemizar, eu gostaria de justificar. Só aceito a tese de corte em cima de algo concreto. Eu não tive a honra, nem a satisfação ainda de cumprir um mandato nesta Casa, mas, de ouvir falar e como Parlamentar estadual que fui, sei que o Orçamento normalmente não se concretiza. Então, não posso aceitar a tese de que eu estou cortando alguma coisa, porque o Orçamento até agora, baseado nos outros anos, não é uma coisa concreta, mas algo fictício, abstrato. Como disse, só posso aceitar a tese de que estou cortando se eu o estivesse fazendo em cima de uma coisa concreta, não abstrata. E tanto é em cima de uma coisa abstrata, que houve alguns Parlamentares que assumiram uma posição idêntica a de V.Exa., mas a maioria absoluta dos Parlamentares entendeu que era correto o que se estava fazendo. E principalmente comunicando com antecedência, buscando negociar com antecedência. Então, essa é a primeira parte.

Segunda parte. As concessões que o Governo Lula está pretendendo fazer são diferentes das feitas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, porque aquelas foram concessões onerosas. Estamos tendo grande preocupação exatamente com o custo de pedágio. Não posso dizer a V.Exa. que será assim na

formatação final, mas estamos iniciando o processo de concessões da BR-163, formatando essa engenharia financeira, levando em conta a necessidade de veículos abaixo de 10 toneladas serem isentos de pagamento de pedágio. Então, eu acredito que nisso também atendemos ao pleito de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos iniciar mais um bloco de perguntas. Peço aos colegas que, em função do grande número de inscritos, observem o tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – Sr. Ministro, em primeiro lugar, parabenizo-o pela bela exposição. V.Exa. está aqui a convite desta Comissão da Amazônia, muitas vezes esquecida e desrespeitada como fomos ontem. Eu sou testemunha de que esta é a terceira vez que V.Exa. vem à Câmara – duas vezes V.Exa. esteve na Comissão de Transportes, falando das ferrovias e das rodovias. Portanto, num período extremamente curto, esta é a terceira vez que V.Exa. vem a esta Casa tratar desse assunto tão importante, infra-estrutura, malha viária, modais de transporte, hidrovias e ferrovias.

Nas outras vezes não me pronunciei de forma mais veemente até por temer perder a oportunidade de realização desta reunião, cujo requerimento aqui estava tramitando. Sou representante de Rondônia, e quero parabenizar os Deputados Zequinha Marinho e Anivaldo Vale pela iniciativa de convidar V.Exa. para falar sobre as rodovias federais da Amazônia Legal, que representa mais de 50% do território brasileiro. A Amazônia, junto com o Centro-Oeste, é o novo celeiro do Brasil, sendo responsável por esse fantástico incremento de produção agrícola do País. Por isso, precisamos dessa infra-estrutura para escoamento das nossas safras. E Rondônia, junto com o Mato Grosso, Acre, Amazonas Ocidental, tem dado expressiva contribuição na produção de grãos.

Recentemente, a hidrovia Madeira – Amazonas mostrou isso. Este ano, escoaremos mais de 2 milhões de toneladas de grãos pelo Porto de Porto Velho rumo a Roterdã, ao mercado tradicional europeu.

Peço a V.Exa. que fale sobre a BR-364, a Cuiabá – Porto Velho. V.Exa. bem disse que é preciso mais de 6 bilhões de reais para a recuperação de toda a malha viária. Mas essa é uma estrada já existente, que está acima daqueles 70% executados. Como está o cronograma de investimentos para a recuperação e manutenção da rodovia?

Sr. Ministro, no slide que exibiu, V.Exa. mostrou como eixo estruturante a BR-319, Porto Velho – Manaus, paralela à hidrovia do Madeira. Trata-se de uma estrada bastante solicitada, por permitir o acesso da Zona Franca de Manaus ao eixo São Paulo, o que também pode ser feito por Porto Velho, acessando a BR-364, que faz um entroncamento. Até Manaus, é um trecho de 870 quilômetros, que estão recuperando até Humaitá. Há no Ministério projeto de recuperação da BR-319 nos próximos anos?

Tivemos oportunidade de criar aqui a Subcomissão Permanente Destinada a Estudar e Implementar os Eixos de Integração da América do Sul (Saída para o Pacífico e Caribe). É lógico que os investimentos não são para agora, mas gostaria de ouvir de V.Exa. como o Ministério está tratando essa integração, a saída para o Pacífico, com o Peru, Bolívia, Guianas e Venezuela? São os eixos estruturantes que há 2 anos entraram no PPA. Sei que nos próximos dias 6 a 8 de julho haverá um encontro internacional em Trujilo, no Peru, um grande seminário para tratar da integração Brasil – Peru e da hidrovia Amazonas – Peru. V.Exa. é um dos convidados.

Li hoje na Gazeta Mercantil, em manchete de primeira página, e fiquei bastante feliz, de um lado, e preocupado, de outro, que o Ministério da Integração estaria alocando recursos dos fundos constitucionais para a BR-163.

Quero saber, Sr. Ministro, até que ponto é verdadeira essa notícia; essa verba vem dos fundos constitucionais ou da ADA? O pequeno produtor será prejudicado? Isso não vai fazer falta, já que o lençol é muito curto?

Mais uma vez, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo, bem como a sua equipe, que, com certeza, está acompanhando esta reunião e deverá dar continuidade às ações do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Obrigado, Deputado Miguel de Souza.

Com a palavra o Deputado Nilson Pinto, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, Sr. Ministro, quero agradecer a V.Exa. a gentileza da sua participação, assim como aos técnicos do Ministério dos Transportes que estiveram aqui na semana passada para discutir o orçamento deste ano para as rodovias no Estado do Pará.

Quero parabenizá-lo também, Sr. Ministro, pela guarida que deu à proposta formulada pelo Governador de Mato Grosso e de empresários daquele Estado para a viabilização de parte significativa, em termos de pavimentação, da BR-163, e também da proposta do Governador Simão Jatene para que o trecho entre Miritituba e Santarém pudesse ser viabilizado por

meio de parceria entre Governos Federal e Estadual e iniciativa privada. Creio que é um momento histórico, porque irá tornar viável a construção de estrada fundamental para o País.

Temos ainda a possibilidade, uma oportunidade única e que certamente marcará a nossa história, de concluir a eclusa de Tucuruí. O Governador Simão Jatene, como já foi anunciado aqui, deverá encaminhar a V.Exa. uma proposta de divisão meio a meio entre o Estado do Pará e o Governo Federal no que diz respeito aos recursos necessários à conclusão daquela obra.

O Pará estaria disposto a entrar com 180 milhões de reais para finalizar a construção das eclusas, a partir da participação natural da ELETRONORTE, porque esses recursos sairiam justamente dos royalties que o Governo do Estado recebe da Hidrelétrica de Tucuruí. Isso, no entanto, apesar de fundamental para o Estado, não resolve ainda o problema da hidrovia do Tocantins. Temos de regularizar outras situações anteriores, a montante de Tucuruí, para viabilizar a conclusão da hidrovia.

Quero chamar a atenção de V.Exa. para a necessidade de que, no PPA que vem sendo elaborado, a hidrovia do Tocantins seja considerada prioridade máxima. Tendo em vista que boa parte do investimento pode ser concretizado nessa parceria entre o Pará e o Governo Federal, é fundamental que se complemente esse investimento com recursos de outras fontes, do Tesouro mesmo, para viabilizar a realização da hidrovia na sua íntegra.

Com esses dois eixos, a BR-163, pelo lado oeste, e a hidrovia Araguaia – Tocantins, fluindo totalmente, desde o Planalto Central até Barcarena, teremos a possibilidade de dotar o País de duas vias de acesso a mercados do Hemisfério Norte que tornarão os nossos produtos muito mais competitivos. Isso interessa não só ao Pará mas a todo o País, porque vai desafogar diversos portos, como os de Paranaguá e Santos, hoje superlotados, além de reduzir os custos das cargas e dos transportes, tornando nossas exportações mais competitivas.

É uma das sugestões que deixo para V.Exa. no que se refere à elaboração do PPA. Temos chances concretas neste Governo de viabilizar duas obras fundamentais para a economia do País: a BR-163 e, na íntegra, a hidrovia Araguaia–Tocantins.

Seguindo a linha traçada pelo Deputado Anivaldo Vale, quero me referir ao desconforto – talvez seja esta a palavra mais adequada – de membros da bancada depois da solução engendrada esta semana quanto à aplicação de recursos na restauração de rodovias no Estado do Pará.

A bancada do Pará, como em todos os anos, fez enorme empenho para alocar recursos, por meio de emendas coletivas, para o Ministério dos Transportes. É doloroso verificar que essas emendas ainda não estejam viabilizadas em obras, que elas sejam apenas uma perspectiva e que esse esforço todo acabe sendo redirecionado em parte para outros Estados, na medida em que fomos instados a deliberar sobre as reformas, que poderão ser feitas num volume menor de recursos do que aquele que colocamos no Orçamento em favor do Ministério dos Transportes.

Certamente, esse remanejamento vai atender a outros pontos importantes do País. No entanto, eles não mereceram dos Parlamentares dos Estados onde se encontram a mesma atenção que tivemos na condição de bancada do Pará.

V.Exa. é Parlamentar e sabe muito bem que cada bancada estadual tem direito a apresentar 15 emendas ao Orçamento. A bancada paraense abdicou de apresentar emendas importantes para saneamento, para saúde ou para educação, justamente para concentrá-las naquilo que consideramos absolutamente prioritário: a recuperação das nossas estradas. E agora vemos que há a possibilidade de os recursos dessas emendas serem remanejados para outros Estados cujas bancadas não dispensaram a mesma atenção que dedicamos à questão.

Compreendemos as limitações que V.Exa. encontra na gestão dos recursos, que são limitados, mas gostaríamos de ter sua atenção para não perdermos esses recursos e eles possam ainda ser utilizados no Pará.

A questão da BR-230 é fundamental para nós, como também o é a das eclusas, que se tornam mais viáveis com a proposta a ser feita pelo Governador.

Ressalto novamente a importância de esses recursos passíveis de remanejamento serem aplicados no Pará.

Por último, gostaria de chamar a atenção de V.Exa. para outro fato. Durante as discussões para identificar os pontos fundamentais nas reformas a serem feitas nas rodovias federais no Pará, nossa bancada chamou a atenção para as duas rodovias mais importantes do Estado, aquelas que têm o tráfego mais intenso: a Belém – Brasília, a BR-010, que liga o Pará ao Centro do País e é fundamental para nós, e a Pará – Maranhão, a BR-316, que liga Belém ao litoral brasileiro.

Essas duas estradas, no território paraense, estão em estado lamentável, realmente muito esburacadas e com sérios problemas de tráfego, o que causa muitos acidentes ao longo de seu percurso. Portanto, Sr. Ministro, chamo sua atenção para a urgência dessas reformas.

Nossa bancada já priorizou, já alocou os recursos de acordo com o solicitado, e gostaria de ter por parte do Ministério dos Transportes a devida atenção para que essas reformas sejam feitas o quanto antes, a fim de que a economia paraense não sofra mais prejuízos do que já está tendo em função do mau estado das estradas e vidas sejam poupadas, pois são inúmeros os acidentes que ali ocorrem.

Obrigado, Ministro, pela sua atenção. Espero suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao Deputado Nilson Pinto e concedo a palavra ao Deputado Humberto Michiles por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, desejo cumprimentar o Ministro pela forma clara, firme, objetiva e sincera com que vem se conduzindo à frente do Ministério.

Fico muito satisfeito quando vejo V.Exa. afirmar que o Ministério tem prioridades estabelecidas – e prioridades claras. Primeiro, recuperar as estradas; depois, concluir aquelas que estão com mais de 70% das obras realizadas; depois, determinar que nenhuma obra seja licitada sem o projeto executivo e não iniciar qualquer obra cujo trecho não possa ser concluído. Quando não há planejamento ou definição de prioridades, normalmente se instala a confusão, E, nessa confusão, muitas vezes, o interesse nacional vai por água abaixo.

Portanto, V.Exa. tem uma linha definida. E, definida essa linha, é possível estabelecermos metas e prioridades. Sabermos em que direção caminha o Ministério dos Transportes. E vejo isso de forma muito positiva, assim como é positivo o fato de V.Exa. estar presente nesta Comissão acompanhado do Diretor de Planejamento e do Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT.

Vários Deputados já se reportaram ao fato de que a região amazônica não é atendida embora precise de atenção diferenciada. Evidentemente, não queremos nenhum tipo de privilégio para a região. Queremos que se conheça nossa realidade, que realmente é diferenciada.

Ministro, no Estado do Amazonas, apenas 10% dos Municípios têm portos. Municípios ligados essencialmente por rios não têm portos. Portanto, o primeiro apelo que faço a V.Exa. – e já encaminhei esse pleito à Diretoria do DNIT – é no sentido de priorizar e incluir no PPA a construção de portos nos Municípios do Estado do Amazonas.

O segundo pleito é para que se reforce a estrutura aquaviária. Somos uma região menos desenvolvida e, por isso mesmo, sofremos reflexos da outra parte do Brasil. Só para exemplificar o que estou falando, ressalto que Manaus tem uma rodoviária, mas não tem uma hidroviária. Manaus tem um porto construído ainda no início do século passado pelos ingleses. E esse porto, construído para navios de longo curso, foi dividido. Foi feito um arranjo ali para receber outros tipos de embarcações.

Combinei com um colega que ele falaria da Porto Velho – Manaus e eu da Manaus – Porto Velho. É a nossa ligação com o resto do Brasil. Precisamos saber de sua situação, porque ela é fundamental para nossos Estados.

No mais, Ministro, quero fazer coro aos companheiros do Pará, que lutam para que a estrada vá até Santarém, o que é de grande importância também para o escoamento dos produtos da Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao nobre Deputado Humberto Michiles.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Ao Deputado Miguel de Souza, que levantou a questão da BR-364, quero dizer que esse remanejamento das emendas nos deu condições de alocar 7 milhões e 270 mil reais para a BR-364. Quer dizer, tirando um problema que temos com uma construtora, a Planurb, conseguimos resolver a questão orçamentária. Na questão financeira, temos condições de fazer um bom trabalho ao longo da BR-364, com esses 7 milhões de reais.

Talvez não consigamos concluir as obras este ano, mas vamos dar-lhe boa trafegabilidade e, no ano que vem, entregaremos essa rodovia 100% recuperada.

Em relação à BR-319, estamos vendo a possibilidade. Em setembro, vamos ter mais recursos e estamos analisando como concluir o programa da BR-319.

Quanto à integração, o Presidente da República priorizou sua agenda do mês de junho com os Presidentes da América Latina. Praticamente falou com quase todos; fechou ontem com o Presidente da Argentina. De fato, fazer a integração real do Brasil com a América Latina é uma das prioridades do Presidente. Tenho certeza de que até o final do Governo Lula teremos pelo menos mais 3 ligações concretas com o restante da América Latina.

Em relação aos recursos constitucionais, não tenho condições de responder a V.Exa. nem à Comissão sobre parte do financiamento da BR-163. Sei que parte dos recursos virá dos fundos constitucionais, mas não tenho condições de dizer a V.Exa. de qual deles,

até porque o tema não está ligado ao meu Ministério, mas ao da Integração Regional. Daí recomendaria a V.Exas. buscar essas informações no Ministério da Integração Regional.

O Deputado Nilson Pinto fala da necessidade de a Hidrovia Tocantins constar do PPA; o Executivo vai inseri-la naturalmente como uma de suas prioridades, porque ela está sendo tratada como prioridade por nós.

No primeiro ano, suprir a necessidade de remanejamento de emendas é difícil, Deputado. O Governo tem de ter sua prioridade e trabalha com um orçamento que não é dele. O Orçamento não foi elaborado por este Governo. Então, tivemos essa necessidade, mas, repito: o corte feito não pode ser considerado corte, porque não estamos falando de fato concreto, mas de algo que nem em um ano se viabilizou como deveria.

Acredito que o Orçamento deve ser para valer, e não uma peça fictícia. Comungo dessa tese. Mas o orçamento não se viabiliza nunca da forma estabelecida, com todas as emendas individuais, coletivas e de bancada atendidas. Não acontece isso na prática. Então, exatamente por isso achamos que o caminho que teríamos era esse. A partir dos meses de agosto e setembro, se houver necessidade, vamos ter outra oportunidade e poderemos perfeitamente recompor esses remanejamentos emergenciais que estamos fazendo agora em julho. Tenho certeza de que vamos poder fazer isso. Por isso, com sinceridade, não vejo nenhum prejuízo para qualquer Estado e qualquer bancada. Nenhum. Teremos o mês de setembro para fazer essa possível recomposição.

A Belém – Brasília e a BR-316 estão sendo contempladas com recursos na ordem de 7 milhões. E achamos que vai dar para fazer uma boa ação, porque já estão empenhados. Esse remanejamento nos está permitindo fazer o atendimento que querem também no que respeita à recuperação das rodovias.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO – Sr. Ministro, permite-me V.Exa. perguntar se há previsão para o início das obras?

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Nos locais onde o processo licitatório está pronto, o início é imediato. Estamos acertando com todas as empresas. Tanto é que num determinado trecho da BR-364 já contatamos uma empresa com a qual tivemos problemas. E o fizemos em função da negociação que estamos fechando com as empresas que estão nos trechos priorizados no programa de recuperação da malha viária.

O Deputado Michiles falou também sobre os portos. Deputado Michiles, não vejo nenhum problema.

Aproveito a oportunidade para comunicar ao Presidente e a todos que vamos ter no Ministério dos Transportes um programa tanto de pontes quanto de portos, porque o porto representa uma pequena rodoviária à margem do rio. Trata-se de investimento muito barato. Solicitamos a área de hidrovias que nos fornecesse um valor aproximado de um porto padrão, um embarcadouro à beira do rio, uma coisa simples, mas que permitia ter o que não tem hoje.

Eles estão fazendo o levantamento do custo de cada um, para multiplicarmos por um número "x" de cidades que poderiam ser imediatamente atendidas. Vamos ter esse programa no Ministério dos Transportes, assim como teremos também um programa de pontes – pontes de cimento e metálicas. Vamos substituir até o final do próximo ano um grande número de pontes existentes na Região Norte, a única talvez em que temos pontes de madeira nas rodovias federais. E V.Exas. podem ter certeza de que vai ser um programa ambicioso e que vamos substituir as pontes de madeira. Será o nosso grande programa para a Região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao Sr. Ministro os esclarecimentos.

Com a palavra a Sra. Deputada Janete Capiberibe, por até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alegra-me saber que o Sr. Ministro reforça sua afirmação de que quer elaborar conosco, que somos a representação política da Amazônia, a recuperação da malha viária daquela região.

Sr. Ministro, não ouvi V.Exa. falar sobre a BR-156, no Amapá. Fiquei um pouco preocupada, porque desde 1999 há um acordo com a França de uma saída para o Caribe através do Arco Norte, ligação também do Brasil com o Brasil.

Então, nestes 3 minutos, meu querido Presidente, quero explicar a importância desse outro nicho, que não é só um mercado, mas também porta de intercâmbio cultural, desportivo, social e tudo que advém de uma relação para a qual estávamos de costas. Estávamos de costas para o Caribe, como estivemos de costas para a América do Sul. Com o empenho de alguns Governadores e Prefeitos conseguimos fazer alguma integração, tanto que não falamos espanhol. No nosso caso, falamos francês. Temos escola de língua francesa, porque o vizinho é francês.

A Rodovia Transguianense vai permitir ligar Macapá a Manaus e Caracas, passando pela Guiana Francesa, Caiena; Suriname, Paramaribo; República das Guianas, Georgetown, e chegando a Boa Vista, em Roraima. Vai ligar o Brasil ao Brasil. De Macapá

até a cidade de Oiapoque, situada na fronteira com a Guiana Francesa, são 800 quilômetros, dos quais 157 estão asfaltados, grande parte com recursos do Governo Estadual passado. Não foi colocado dinheiro do Governo Federal ali. Se foi, apenas o mínimo, para ser fiel.

A travessia do Rio Oiapoque em direção à cidade francesa de Saint-Georges é feita através da Ponte da Amizade com a França.

A propósito, pergunto ao Sr. Ministro como foi a viagem dos técnicos, nos dias 5 e 6, para discutir a construção da ponte no Oiapoque. Na margem francesa, os 80 quilômetros que separam as cidades de Saint-Georges e Régina foram desmatados, estão prontos e, em 2003, vão ser asfaltados, porque o Presidente Chirac cumprirá a palavra que deu a Fernando Henrique quando se encontraram na fronteira. De Régina até Caiena e Saint-Laurent du Maroní, fronteira com Suriname, há de se percorrer 480 quilômetros em estrada asfaltada.

A travessia do Rio Maroní entre as cidades de Saint-Laurent, Guiana Francesa, e Albina, Suriname, ainda é feita por balsa, mas vai ser modificada. Albina está situada a 150 quilômetros de Paramaribo, Capital do Suriname. De Paramaribo até a cidade fronteiriça de Nickerie, situada à margem do Rio Corantyn, há de se percorrer 245 quilômetros de estrada asfaltada. A travessia do rio fronteiriço entre Nickerie, no Suriname, e Springland, na República Guiana é igualmente realizada por balsas, mas há tráfego. Na República Guiana, da cidade de Springland a Georgetown há de se percorrer 140 quilômetros e atravessar um rio por balsa; são 237 quilômetros, dos quais 107 quilômetros estão asfaltados. Há ainda de se atravessar o Rio Itacutu até a cidade brasileira de Bonfim, em Roraima.

Concluindo, no Brasil, da cidade de Bonfim até Boa Vista, Capital de Roraima, são 124 quilômetros, dos quais, 40 quilômetros já estão asfaltados, os outros quilômetros restantes ainda serão asfaltados.

De Boa Vista é possível viajar até Manaus pela BR-174, que tem 760 quilômetros asfaltados, ou até Caracas, Venezuela, percorrendo 1.415 quilômetros de rodovia pavimentada. Essa interligação viabilizará o fluxo comercial e turístico no Platô das Guianas, permitindo o acesso das empresas amapaenses a um mercado de mais de 21 milhões de habitantes, o que proporcionará o desenvolvimento sustentável do Amapá. Lá eles não produzem frango. Não falo em grãos porque não é o forte na Amazônia exportar grãos. Podemos exportar outro tipo de produto, e importar produtos deles também. Trata-se de intercâmbio comercial e de outras áreas, diferentes projetos que envolvem a cultura, o desporto, o turismo e até a terceira idade, por exemplo.

Repito a pergunta: que resultado tiveram os técnicos que foram ver a ligação da ponte? De 1999 para cá, houve muito esforço do Governo do Estado do Amapá e do Partido Socialista Brasileiro para que houvesse todo esse avanço, a instalação, inclusive, de uma escola de língua francesa. Os franceses dão muito valor a isso e nos apoiariam mais se desenvolvêssemos a francofonia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Informo ao Plenário que o Ministro precisa se retirar às 13h. São 12h37min. Há ainda 5 Deputados inscritos. Faremos um bloco só desta vez.

Concedo a palavra ao Deputado José Geraldo, a quem peço que, assim como os demais Parlamentares, economize tempo, para termos oportunidade de ouvir o Ministro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GERALDO – Sr. Ministro, vou deter-me naquilo que é um calo para o Estado do Pará nos próximos anos: as rodovias Cuiabá – Santarém e a Transamazônica.

Essas duas rodovias foram abertas de 1972 a 1974 e somam em torno de 2.700 quilômetros no Pará. Depois de 30 anos, praticamente elas se encontram intrafegáveis. Portanto, queria rebater alguns argumentos, como, por exemplo, o do Deputado Anivaldo Vale, e dizer que V.Exa. foi o primeiro Ministro a, nos últimos 20 anos, no início do Governo, ir ao Estado do Pará, em Tucuruí e Altamira, assinar um convênio que possibilitasse que, em 2.000 quilômetros de estrada, houvesse máquinas durante o inverno. Se não fossem aquelas máquinas, esses 2.000 quilômetros de estrada estariam intrafegáveis. O inverno se intensificou no Estado do Pará e, neste mês de junho, está chovendo assustadoramente. É verdade que esse convênio foi paliativo e que vamos iniciar o verão com as rodovias danificadas.

É verdade que esse convênio foi um paliativo, e vamos iniciar o verão com as rodovias danificadas.

Gostaria de discutir a situação daquelas rodovias, principalmente a Transamazônica. A Cuiabá – Santarém já tem um incentivo. Os empresários do Mato Grosso pretendem transportar soja para Itaituba e Santarém. A CAGIL já construiu um porto no valor de 60 milhões em Santarém. Enquanto se fala sobre a Cuiabá, vamos ficando sem recursos para a Transamazônica, até para a sua recuperação.

Quero chamar a atenção para o seguinte: por mais que iniciemos as obras de asfaltamento das rodovias, vamos asfaltar 100 quilômetros na Cuiabá neste ano, vão ficar 600 quilômetros sem asfalto. Se

asfaltarmos de 30 a 40 quilômetros da Transamazônica, ainda restarão mil quilômetros sem asfalto. Então, precisamos discutir um programa de recuperação para esses 4 anos.

Cheguei à Transamazônica em 1979, exatamente no ano em que o Governo a abandonou. Aliás, não houve abandono, a estrada só ficou boa enquanto tinha o cascalhamento, feito durante sua construção até 1980. De lá para cá, a estrada nunca teve uma recuperação na sua totalidade. E o custo do asfaltamento dessas duas rodovias é em torno de 1 bilhão ou 1,2 bilhão. Portanto, se o Governo Fernando Henrique tivesse pegado 1 bilhão dos 300 bilhões das privatizações e jogado naquelas rodovias, estaríamos hoje discutindo outras obras ou só a sua manutenção.

Preocupa-me o fato de que, neste verão, que começa em julho e vai até dezembro, não tenhamos mais recursos para fazer uma recuperação que dê trafegabilidade no próximo inverno. Se não fizermos isso agora, vai ser uma calamidade pública para nós de janeiro a julho do próximo ano.

Hoje, encaminhamos para o gabinete de V.Exa. o pedido de audiência para o dia 26 deste mês. Na Assembléia Municipal do Pará foi criada uma comissão para vir a Brasília discutir um plano de trabalho. A partir dessa audiência, iríamos ao Presidente Lula e à Casa Civil com o objetivo de conseguirmos, para este verão, 30 a 40 milhões para a recuperação das rodovias.

Há 20 anos ninguém cobrava o asfalto, todos trafegavam normalmente. E a estrada era de chão, mas ela acabou. E sabemos que em 2 ou 3 anos não se vai asfaltar 2.500 quilômetros de estrada na Amazônia. Isso está muito claro. Então, eu, na qualidade de Deputado governista, tenho responsabilidade de discutir esses assuntos de forma bastante concreta. V.Exa. tem a dupla tarefa de dar um bom encaminhamento no Governo e desmanchar aquela trapalhada que fizeram.

Tínhamos, no PPA,165 milhões de reais para a Transamazônica e 70 milhões de reais para a Cuiabá. Mas só de Marabá a Medicilândia fizeram licitações no valor de 360 milhões de reais. E o trecho de Medicilândia a Rurópolis, para 4 ou 5 pequenas empresas de conservação, o DNR fez um contrato de conservação de 13 milhões de reais, enquanto temos apenas 5,2 para a conservação de todo o Estado do Pará. E a medição que está aqui, no DNER, para recuperação de um pedaço da Transamazônica chega a 7,5. Portanto, se V.Exa. não tivesse tomado as medidas que tomou, estaria contribuindo exatamente para a corrupção colocada em prática naquela região.

No passado, se faziam pontes de cimento e de imbaúba na região. Estou há 20 anos lá, acompanhei todo o processo e quero dizer que no Rio Penatecal, Município de Medicilândia, trecho Altamira – Itaituba, tem uma ponte de 60 metros que se iniciou no início do segundo mandato de Fernando Henrique e, infelizmente, vamos ter que terminá-la. Em 4 anos não construíram uma ponte de cimento de 60 metros! Ela não foi terminada até hoje.

Portanto, parabenizo o Ministério dos Transportes por sua organização e, principalmente, por esta prudência: se é asfalto, é asfalto; se é recuperação, é recuperação. O que não é possível é gastar 60 milhões, como ocorreu na recuperação da Transmazônica, em 40 quilômetros de asfalto, e deixar mil quilômetros sem uma máquina para possibilitar o tráfego na estrada.

Peço a V.Exa. que, se possível, no dia 26, realize essa audiência suprapartidária com a comissão criada na Assembléia, para podermos trabalhar no sentido de ter um recurso extra-orçamentário, para que possamos salvar o tráfego daquela região.

Estou falando com conhecimento de causa. Se não fizermos, nos próximos 6 meses, a recuperação das duas rodovias, no próximo inverno, teremos uma situação dramática para o povo da região. E isso é politicamente dramático para o Governo também. Estou disposto a contribuir no sentido de convencermos o Governo a buscar algum recurso para, inclusive, possibilitar o Ministério dos Transportes cumprir sua tarefa de, pelo menos, recuperar a estrada. Ela foi construída há 30 anos e até hoje, infelizmente, não recebeu o asfaltamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Ministro, quero saudá-lo e dizer que estamos aguardando V.Exa. no Acre com muito ânimo. Estamos aqui, mais uma vez, na Comissão da Amazônia, discutindo as questões da região e percebemos que os Parlamentares não estão ansiosos em tirar o atraso da região, mesmo sabendo que, em todos esses anos, temos sempre levado prejuízos. É vergonhoso ler no IDH que os Municípios da Amazônia são os de menos condições de vida. Inclusive, sabemos que esse índice verifica a vida nas cidades e sequer leva em consideração a vida na floresta e as dificuldades da região amazônica. Está circulando entre os Parlamentares uma proposta de reforma da Previdência, que pede melhores condições no trato com produtos da biodiversidade, do manejo sustentável, mais concentrados na Amazônia.

Por que estou introduzindo essa discussão? Porque a região amazônica nunca foi vista como realmente é: uma das maiores potencialidades de biodiversidade do mundo. O Brasil ainda não a reconhece como uma

região que pode se autodesenvolver, se auto-sustentar, e ajudar o restante do País. Assim também foi com relação às hidrovias e às estradas. Daí o nosso desejo de tentar sair do prejuízo.

Hoje pouco se discute a questão das hidrovias na Amazônia. E sabemos que o grande manancial do País está naquela região. Então, como faremos com que um planejamento estratégico venha suprir essa necessidade na região? Muitos rios hoje estão intrafegáveis, porque sequer temos recursos mínimos para fazer a limpeza das pausadas na época necessária, para que o produtor possa trafegar e escoar sua produção.

Também quero me referir às estradas, Sr. Ministro. Sei que não dá para desembocar em seu Ministério todos os recursos colocados em algumas regiões da Amazônia. Alguns Governadores fizeram com que fossem pelo ralo, talvez até em alguns rios, de forma irresponsáveis. No Acre, por exemplo, nos últimos 20 anos, muitos Governadores e Senadores ganharam eleições à custa de estradas que nunca foram feitas. Apenas agora, nos últimos 4 anos, se tem buscado sair desse prejuízo. Queria, não diferentemente de outros Parlamentares, puxar a brasa para nossa sardinha. Não sei por que, mas a estrada que liga Porto Velho ao Acre teria de ser percorrida em 6 horas e está sendo feita hoje em mais de 9 horas. Por conta da buraqueira, principalmente no trecho Porto Velho até a metade da estrada, onde está a ponte do Rio Madeira. Infelizmente, também de Porto Velho para o Acre ainda se atravessa por balsa. Olha onde estamos! Então, uma viagem que deveria ser feita em 6 horas está sendo feita em 9 horas.

Para concluir, insisto em dizer que há projetos importantes naquele pedaço de chão. Colocamos a cara no mundo e construímos a rodovia que liga o Brasil ao Pacífico, que passa pelo Acre e tem passivos que precisamos receber para concluir um pedaço daquele chão.

Com relação às obras da BR-364, metade do Acre está isolado por falta de estradas. Até querem tornar independente o Estado do Juruá por falta de estradas, uma vez que é muito difícil conseguir dinheiro para comprar passagem aérea.

Hoje nos reuniremos com 2 Secretários do Estado do Acre para discutir sobre estradas. Temos insistido nisso e seremos ainda mais, embora reconheça o esforço de V.Exa. e do Governo Lula. Precisamos continuar a insistir. Não há outra forma de os Municípios se unirem internamente nem com o resto do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradecemos à Deputada Perpétua Almeida.

Tem a palavra o Deputado Welinton Fagundes, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Em respeito ao horário, mesmo tendo ficado aqui o tempo todo, não farei perguntas. Só quero dizer que tive oportunidade de sair de Cuiabá de carro até Santarém, com o Ministro Pimenta da Veiga, passando não só pelo Estado de Mato Grosso, mas também pelo Pará, em comunidades onde o Ministro anunciaria o asfaltamento da BR-163, a Cuiabá – Santarém. Lá estive com o Ministro, que disse já ter a equação financeira, os recursos do FUST e que a população poderia ter a certeza de que o asfaltamento começaria em breve. É tão frustrante para o Mato Grosso e o Pará ouvir tal anúncio e depois saber que a população está descrente.

É importante a união de todos os Parlamentares da região. Nós, da região amazônica, temos 54% do território brasileiro, mas infelizmente temos uma representação muito pequena em relação a outras regiões do País. Devemos invocar não só a Comissão da Amazônia, mas também o Congresso, a Câmara dos Deputados, Parlamentares de outros Estados. A Amazônia deve e precisa ser brasileira e é uma das regiões mais ricas do mundo, com reservas de biodiversidade e outras que dariam para pagar nossas dívidas por muito tempo. Nossas reservas são cobiçadas principalmente pelos países desenvolvidos, que buscam a internacionalização da Amazônia.

É importante a conscientização de cada um de nós. Não estamos puxando a brasa para nossa sardinha. Nós, do Mato Grosso, temos certo privilégio. Nossa maior preocupação hoje é chegar ao Pará pelas BRs 163 e 158 e outras alternativas para escoamento de nossa produção.

Na semana passada, estivemos no Mato Grosso juntamente com o Presidente Lula. Na viagem, tivemos a oportunidade de ouvir o Ministro dos Transportes falar sobre as estradas da Amazônia. Tenho certeza, Ministro, de que estamos aqui também para dar o testemunho do seu compromisso com nossa região. É importante que os Parlamentares da região amazônica e da Comissão nos unamos e apoiemos o Ministério. Hoje há recursos da CIDE. Nossos problemas só serão resolvidos mesmo com dinheiro. Precisamos fazer com que a equipe econômica libere pelo menos parte dos recursos, para que o Ministério atenda às necessidades do sistema viário do Brasil.

Sr. Ministro, mais uma vez, quero testemunhar o seu compromisso, que tem sido demonstrado não só em audiências, mas também pela veemência com que defendeu a questão perante o Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao Deputado Welinton Fagundes.

Tem a palavra o Deputado Nicias Ribeiro.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Caro Ministro, primeiramente, peço desculpas por não ter tido o prazer e o privilégio de assistir a palestra de V.Exa. Eu não poderia faltar, pelo menos para cuidar de alguns pontos. Antes, porém, em função de algumas falas aqui havidas, devo lembrar ao Plenário que, nos 2 mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro dos Transportes integrava o PMDB. Portanto, se corrupção houve naquele Ministério e no antigo DNER, que seja debitada a esse partido, que faz parte da história do Brasil. Fora isso, devo lembrar também que o primeiro convênio entre o antigo DNER e as Prefeituras da Transamazônica foi assinado em 1975. Os convênios feitos hoje nada mais são do que a extensão daqueles assinados a partir de 1995.

Sr. Ministro, a Transamazônica e a Cuiabá – Santarém nasceram no mesmo dia, hora e lugar. Em 06 de junho de 1970, o Presidente Médici foi a Pernambuco e ficou apavorado, segundo dizem os discursos, com a seca no Nordeste. Na volta para Brasília, a 10 mil pés de altura, era decidida, juntamente com seu Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, e o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, a construção de duas rodovias. Uma delas seria chamada de Transamazônica, que se iniciaria em Picos, no Piauí, e de lá atravessaria o Estado do Maranhão, o hoje Estado do Tocantins, adentraria no Pará, no Rio Araguaia, atravessando o Pará até Marabá, Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Humaitá, onde cruzaria com a rodovia Manaus – Porto Velho. A outra rodovia sairia de Cuiabá e chegaria a Santarém, denominando-se Cuiabá – Santarém, que se encontraria com a Transamazônica no Distrito de Campos Verdes, no Município de Itaituba. De lá, sobreposta à Transamazônica, caminharia, no eixo norte, até a cidade de Santarém.

Essas duas rodovias nasceram, primeiro, da necessidade de se ocupar fisicamente a Amazônia, uma vez que o Hudson Institute, dos Estados Unidos, havia proposto a construção de um grande lago na Amazônia. Então, os militares estavam assustados com a possibilidade da internacionalização da Amazônia.

Por outro lado, a ligação da Transamazônica com o Nordeste viabilizaria a fuga do nordestino da seca, pois poderia ser transportado em lombo de burro, a pé, em caminhão, adentrando na Amazônia, onde há muita água. Lá, o Governo da época aceitaria esses colonos nordestinos, diminuindo a densidade demográfica existente no Nordeste.

Nasceram as duas rodovias no mesmo momento. Dez dias depois da decisão de construção dessas rodovias, foi editado o Decreto nº 1.106, de 16 de junho de 1970, instituindo o Programa de Integração Nacional. Nesse decreto, dizia-se que a primeira fase do Programa era a construção da Transamazônica e da Cuiabá – Santarém. As duas seriam construídas ao mesmo tempo, em 2 anos. O Presidente Médici chamou os homens sem terra do Brasil para ocupar as terras sem homens da Amazônia. As duas rodovias, Sr. Ministro, são federais. Quem convidou os homens sem terra do Brasil para ocupar as terras sem homens da Amazônia foi o Governo Federal, que é impessoal.

Ao longo desse tempo, houve uma batalha nas bancadas do Pará e de Mato Grosso pela pavimentação da Cuiabá – Santarém. Quero registrar, pelas informações que tive, o anúncio de V.Exa. da construção da engenharia financeira que viabilizará a pavimentação da Cuiabá – Santarém em toda sua extensão. Também me foi dito que V.Exa. e o Presidente Lula já teriam acatado a proposta do Governador Simão Jatene.

Fico feliz por isso, mas, já que está resolvida a questão Cuiabá – Santarém, não posso deixar de pedir, a exemplo do pássaro pipira, que vive na minha região, Amazônia – sou filho do Marajó, como fiz numa outra oportunidade, em Altamira, a V.Exa. que seja um aliado nosso. É impossível fazer essas obras sem o apoio, sem a simpatia, sem o carinho do Ministro dos Transportes. Sei que o caso é difícil, porque, lamentavelmente, desde o Governo Sarney, vivemos neste País a ditadura da política monetarista, e por certo isso gera dificuldades para a administração financeira.

O Ministério de V.Exa. é gastador. A Constituição de 1988 acabou com o Fundo Rodoviário Nacional, e o DNER deixou de ter dinheiro tanto para manter quanto para movimentar nossas rodovias. Criamos a CIDE, e ela foi outro problema, porque foram vetados determinados dispositivos da lei exatamente para garantir o aumento do superávit primário.

Sei da sua dificuldade, Sr. Ministro, mas gostaria de poder contar com a sua boa vontade para a pavimentação da Transamazônica. Não me refiro ao todo da rodovia, porque é possível pavimentar novamente o repartimento a Altamira e o repartimento a Tucuruí. O senhor já fechou o anel rodoviário com pavimentação. As pontes estão praticamente concluídas. As pontes de concreto definitivo estão concluídas. Houve licitação para a pavimentação. Grande parte da terraplanagem foi feita. Houve cortes. Todos os cortes que tinham de ser feitos nas ladeiras estão concluídos, Sr. Ministro, basta agora que V.Exa. faça um milagre – não sei qual, procure um santo qualquer – e encontre recursos para

a conclusão, pelo menos, desse trecho. V.Exa. já estará dando alegria a muitos brasileiros, não só do Pará.

Não tenho perguntas a fazer, só tenho a agradecer-lhe, na condição de membro que sou desta Comissão, pela presença e pelo carinho com que tem tratado os problemas rodoviários do meu Estado. Saiba V.Exa. que é no Estado do Pará que se encontra a maior malha rodoviária federal de chão deste País. Não gostaríamos de continuar ostentando esse título.

V.Exa. é mineiro, e eu lhe peço que se lembre de seu coestaduano Juscelino Kubitschek e nos dê o mesmo tratamento e o mesmo carinho que recebemos dele na década de 50.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito obrigado, Deputado Nicias Ribeiro.

Tem a palavra a Deputada Marinha Raupp.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Sr. Ministro, sou Deputada eleita pelo PMDB de Rondônia, um partido que fez história neste País – sei que V.Exa. também já pertenceu aos nossos quadros. Tenho certeza, Deputado Nicias Ribeiro, de que qualquer avaliação que deva ser feita no âmbito do partido deve ser feita sem muita empolgação, porque somos muito amigos. Precisamos contar com o apoio deste Governo, principalmente com o apoio do Ministério dos Transportes, para conseguir diminuir os problemas da região amazônica.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Eu não quis acusar ninguém, só quis responder um comentário.

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – Com certeza, Deputado.

Nós, de Rondônia, temos a grata satisfação de ter podido contar com essa parceria do Ministério dos Transportes. Nossa bancada já esteve reunida em audiência com o Governador e com o Ministro, reivindicando o atendimento das nossas necessidades.

Também quero parabenizar a equipe do Ministério pelo pronto atendimento das nossas reivindicações. O Dr. Deraldo e o Dr. Plínio estiveram conosco em Rondônia quando a BR-364 foi interditada na ponte de Ji-Paraná. O problema foi seriíssimo. Ficaram isolados parte do Estado de Rondônia, do Acre e da cidade de Manaus, no Amazonas. Buscamos com o Governador e com o Ministro da Integração fazer uma parceria para reforçar a ponte do Rio Machado e promover o seu alargamento, com apoio da Defesa Civil.

Ministro Anderson Adauto, há disposição do Ministro Ciro para atender essa nossa reivindicação, mas não será suficiente o recurso por ele alocado. Esperamos poder contar com o apoio do Ministério dos Transportes para resolver esse problema.

Sr. Ministro, o problema da BR-364, como disse o Deputado Miguel de Souza, não é só de Rondônia. Temos enfrentado essas dificuldades junto com Mato Grosso, Acre e Amazonas. No que tange à restauração da rodovia, o BEC já iniciou o projeto de restauração do trecho que liga Presidente Médici a Cacoal. Foram liberados 2 milhões e 800 mil reais pelo seu Ministério, porém, como bem disse V.Exa., a PLANURB ainda é um problema sério. Não tenho ligação nem com a PLANURB nem com nenhuma outra empresa, mas é verdade que as empresas têm sofrido muito neste País. Em audiência que tivemos com V.Exa., o próprio Senador Amir Lando fez essa observação. As empresas executam as obras, mas demoram para receber o pagamento. Quando V.Exa. diz que fez um remanejamento dos recursos do Orçamento, tinha em mente a necessidade de priorizar determinadas obras. Vamos começar pela restauração e conservação, para depois passar para a construção, e, no âmbito da construção, uma reivindicação justa é a obra da ponte que liga o Estado de Rondônia ao Estado do Acre. Essa obra tem de ser considerada prioritária.

Parabenizo o Ministro por ter ressaltado como pontos prioritários para o seu Ministério as pontes e os portos. Não poderíamos deixar de lado a questão amazônica dos portos, que precisa ser revista. Precisamos do apoio de todos. Está aqui o Dr. Washington, que certamente encaminhará a Rondônia um técnico para discutir conosco os problemas de Guajará-Mirim, Costa Marques, Pimenteiras, Porto Velho. Faremos um grande trabalho de apoio à população ribeirinha, que utiliza os rios como estradas. Para nós, do Estado de Rondônia, as estradas não estão no âmbito da infra-estrutura, estão no âmbito do desenvolvimento social.

Não poderia deixar de dizer, Ministro, que, se recuperamos a BR-364, é necessário instalar as balanças e cuidar dos pontos de estrangulamento, como a ponte sobre o Rio Machado, em Ji-Paraná, e a rotatória em frente à UNIR, em Porto Velho, que infelizmente tem vitimado alguns estudantes. Principalmente, temos de iniciar a recuperação das nossas rodovias 429, que já está na pauta do Ministério, 421 e 174.

Para concluir, Sr. Ministro, quero dizer que o Estado de Rondônia, assim como o Estado do Acre, aguarda ansioso a sua visita.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Zé Geraldo, por isso quero prestar um esclarecimento.

Sr. Ministro, nunca fui um homem de extremos, sempre procurei ser comedido. Tenho a clara compreensão de que o Brasil que o Itamar deixou para o Fernando Henrique estava bem melhor do que o Brasil que ele recebeu do Collor, e de que o Brasil que o Fernando Henrique deixou para o Lula está bem melhor do que o Brasil que ele recebeu do Itamar. Espero que o Presidente Lula deixe para o seu sucessor um Brasil melhor do que o que ele encontrou.

A questão que abordei sobre os convênios é verdadeira. Compreendo claramente a dificuldade da situação que o Ministro está enfrentando e me disponho a ajudá-lo, seja na Comissão de Orçamento, seja em outros foros de debate. Sei que essas obras na Amazônia são um grande desafio e requerem recursos. Certamente, toda a bancada irá apoiá-lo. Mas a rodovia está com a trafegabilidade garantida. Aliás, Ministro, o ano passado e este ano são os 2 únicos anos em que a Transamazônica e a Santarém – Cuiabá tiveram trafegabilidade, graças a esse convênio assinado com as Prefeituras.

O senhor nos disse que fez os convênios, e o Zé Geraldo citou essa parceria. Não posso deixar de lembrar a dificuldade das várias Prefeituras que estão em situação irregular perante o Ministério. Sr. Ministro, no momento em que o senhor me deu essa informação, solicitei informações ao SIAFI. Coincidentemente, as 3 Prefeituras que eu consultei, por amostragem, não estão inadimplentes. São elas Mãe do Rio, cujo Prefeito está aqui presente, Trairão e Altamira. Temos de procurar um meio-termo, porque os convênios foram assinados, mas as Prefeituras estão passando por dificuldades. Deve estar havendo algum entrave dentro do próprio Ministério ou nas Prefeituras, o que até compreendo. Pode estar acontecendo algum problema com a documentação de convênios assinados. Enfim, gostaria que houvesse uma solução para esses casos.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Encerrado o debate, concedo a palavra ao Sr. Ministro, para as respostas e suas considerações finais.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Primeiro, gostaria de responder à Deputada Janete Capiberibe. Deputada, nós já acertamos com os Senadores, com os Deputados e com o próprio Governador uma linha de ação para a BR-156, já para o segundo semestre. Quanto à ponte, existe uma comissão mista cuidando do caso. A reunião não aconteceu antes em função de problemas com a outra parte, mas aconteceu nos dias 5 e 6. Parece-nos, pelas informações que recebemos do diretor de planejamento, que pelo menos conseguimos embicar o processo de definição do projeto da ponte, estabelecendo os compromissos de cada uma das partes na elaboração do projeto.

O Deputado Zé Geraldo comunica a vinda da bancada estadual a Brasília, onde, de forma suprapartidária, discutiremos um programa de recuperação das rodovias do Estado do Pará. Quero dizer aos senhores, levando em conta que não teremos condições este ano de asfaltar 1 mil quilômetros de rodovias, que temos todas as condições de guardar de 30 a 50 milhões de reais para usar na recuperação das estradas da região amazônica. Está acertado, Deputado. Pode confirmar a vinda dos Parlamentares. Já vou deixar o pessoal técnico preparado, para que possamos tirar dessa reunião um programa de recuperação das rodovias sem asfalto no Estado do Pará. Será um prazer.

Aproveito para responder também ao Deputado Nicias Ribeiro. Já que os Deputados Estaduais estão vindo, poderíamos fazer uma reunião suprapartidária da bancada estadual com a bancada federal, para acertarmos um programa mínimo de asfaltamento. Seria uma coisa razoável, que nos permitisse trabalhar segundo essa lógica que o senhor sugeriu. Podemos também programar a recuperação efetiva desses trechos. Andei pouco, mas deu dó a situação em que vivem as pessoas à margem da rodovia. Se não vamos ter reais condições de asfaltar as estradas neste primeiro momento, temos pelo menos de dar a elas condições de tráfego. Poderíamos fazer um ambicioso programa de recuperação das rodovias de chão. Elas vão continuar sem asfalto, mas pelo menos com levantamento de greide e sem buracos. Temos recursos para isso. A reunião está marcada para o dia 20. Vou pedir aos técnicos que façam o levantamento e vou solicitar ao nosso representante de lá que no dia 26 venha com todos os estudos, para que possamos desenvolver o programa. Como disse, nosso programa é ambicioso. Ele não será feito no primeiro ano, será feito em 3 anos. Precisamos de quase 6 bilhões de reais e temos condições de concretizá-lo.

Deputada Perpétua Almeida, recebi a visita do Governador, do Secretário de Planejamento e do Secretário de Infra-Estrutura do Acre. Eles disseram que têm mais experiência do que a nossa equipe no programa de condução de obras, então acertei com eles a construção da ponte e o convênio para a recuperação de todas as rodovias do Estado. Estou a cavaleiro. Não pechinchei. Eles me disseram que precisam de 12 milhões de reais para recuperar todas as rodovias. Muito bem. Como já estamos liberando 1 milhão para o BEC, para o Exército, que está cuidando de uma área, perguntei se com os outros 11 milhões eles cuidariam do restante. Eles disseram que sim, e estamos formatando um convênio. Não tínhamos condições de

fazer esse remanejamento, porque não havia recursos previstos. O remanejamento de emendas permite que o Ministério faça esse convênio. Vou afirmar a todos os senhores que, a partir deste momento, a responsabilidade é do Governo do Estado. Minha responsabilidade é repassar os 12 milhões: 1 milhão para o Exército, 11 milhões para o Governo do Estado.

Agradeço ao Deputado Welinton Fagundes as palavras.

Deputado Nicias Ribeiro, na reunião do dia 26, formataremos esse programa mínimo de ações para o Estado do Pará, e o Governo Lula irá cumpri-lo.

Deputada Marinha Raupp, estamos cuidando da BR-364. Fica a questão da ponte e da rotatória de Porto Velho. Quanto por cento já está executado?

A SRA. DEPUTADA MARINHA RAUPP – A rotatória fica na BR, em frente à universidade. Ela não tem projeto ainda. Nós precisaríamos desse apoio. Tive agora uma boa notícia da sua assessoria, Ministro. Será nomeado o supervisor técnico da obra. Só temos por enquanto nomeado o representante do órgão. Estamos com a área técnica em aberto. Acho que essa nomeação já será um avanço. A rotatória fica em frente à universidade, em trecho da BR-364.

O SR. MINISTRO ANDERSON ADAUTO – Está certo.

Deputado Anivaldo Vale, o Prefeito está aí, então eu gostaria de recebê-los hoje. Vou convidar também o gerente financeiro, para que possamos encontrar uma solução para o caso. Às 14h, mais tardar 14h30min, estarei no Ministério, reunido com a área financeira. A informação que tenho é de que só não receberam os Municípios que estavam inadimplentes. Mas esclareceremos isso mais tarde. Aguardo os senhores lá pelas 14h30min.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em minhas considerações finais, gostaria de dizer que o Ministério dos Transportes é um dos mais complicados de se gerir, sob todos os aspectos. É realmente muito difícil. Hoje mesmo estamos trocando um dos diretores do DNIT.

O que quero dizer aos senhores é que estamos tentando fazer nossa parte. Eu não sou engenheiro e em momento algum pensei ocupar um Ministério. Imaginei que viria para Brasília ocupar minha cadeira de Deputado, mas quis o destino e a composição político-partidária que eu fosse indicado Ministro do Governo Lula. Estou fazendo a minha parte. Já detectamos os principais problemas do setor e estamos procurando trabalhar para saná-los. Começar obra sem projeto gera problemas de toda natureza. Muitas vezes se imagina, equivocadamente, que a questão é até de corrupção. Por exemplo, uma obra orçada em 14 milhões gasta 45 milhões, o Tribunal de Contas manda suspendê-la e descobre-se que ainda não há metade do trabalho pronto. Alguém vai dizer que o dinheiro sumiu, e às vezes não é bem isso. Muitas obras são iniciadas sem projeto executivo completo, e dá nisso, não se sabe o que realmente está sendo contratado.

Nós reforçamos a diretoria de projetos, e nossa tese é esta: não se começa nenhuma obra sem projeto. Quando nós assumimos, não tínhamos recurso nenhum para desenvolver projetos executivos. Esse remanejamento de emendas está possibilitando ao DNIT começar no segundo semestre a contratar projetos.

Fiscalização é outro terror. Um órgão desse tamanho, num país tão grande, e o senhor dá uma ordem de serviço aqui para ela ser executada numa ponta do País. Não se tem a garantia de que aquilo está sendo devidamente fiscalizado. Enquanto não tivermos o funcionário de carreira, concursado, estável e com aposentadoria digna para poder fazer esse enfrentamento com os parceiros, teremos de encarar ainda muitas dificuldades, embora provisórias, para implantar esse processo de fiscalização.

Já temos recebido ajuda do Exército. Formatamos, na semana passada, um convênio com a Caixa Econômica Federal, já acostumada com a fiscalização de obras. Ela dispõe de 530 engenheiros para fiscalizar obras, muitas delas de infra-estrutura. Então, esse convênio vai permitir que parte desses engenheiros fiquem à disposição do Ministério dos Transportes e possam atuar nessa área, não esquecendo ainda dos CREAs.

É isso que desejamos, ou seja, tornar mais transparente o processo. Por exemplo, no programa que iremos fazer com o Estado do Pará, quanto será gasto, quanto será distribuído para cada trecho, para que as Prefeituras e as Câmaras Municipais saibam de quanta verba dispomos e nos ajudem a fiscalizar.

A participação da sociedade é muito importante no processo de fiscalização. É impossível manter – já constatamos – uma fiscalização 100% eficiente a partir de Brasília. É impossível! Evidentemente, temos de fazer a nossa, reforçá-la ao máximo, e estimular o trabalho da chamada sociedade civil organizada.

Por outro lado, o trabalho que temos feito não é só vir aqui, mas ir a todos os lugares onde somos convidados, a fim de estimular a realização de mais audiências públicas. Semana que vem, por exemplo, participaremos de audiência pública para rediscutir a Lei nº 8.630, a Lei dos Portos, que irá completar 10 anos. Essa audiência será realizada no Ministério dos Transportes, onde teremos condições de avaliar o que aconteceu com o advento dessa lei, transcorridos 10

anos, quais foram os impactos, tanto os positivos como os negativos.

Temos procurado trabalhar de forma participativa, levando em conta que todos os modais pertencem àqueles que dele se utilizam. Por isso temos de ouvir todas as pessoas e as entidades diretamente envolvidas. Temos procurado ouvir todos da forma mais democrática possível. A partir disso, conseguimos estabelecer nossos programas e prioridades.

Segundo nossos técnicos, Sr. Deputado, a população começa a perceber uma mudança. E o que vem acontecendo nesses locais, não se deve à força das empreiteiras. Não se trata aqui – isso não existe – de uma grande empreiteira, por ser a mais forte, receber um empenho maior. O que existe é a lógica natural das necessidades. Em relação à BR-364, por exemplo, se se constatar uma prioridade, vamos acertar com as empresas que já estão ali, alocar recursos razoáveis e resolver o problema.

De outro lado, muitas vezes, não podemos atender a um pleito justo e correto pelo fato de estarmos focados nas nossas prioridades – e só assim dará certo.

Ao encerrar, quero dizer a V.Exas., Sr. Presidente e Srs. Deputados, que deste momento até setembro será o melhor período para discutir de forma objetiva que tipo de infra-estrutura desejamos para o País. O que posso fazer em termos de gestão tem sido feito. Não concluí ainda, mas acredito que, no máximo em 30 dias, com a mudança de diretoria, numa sinalização clara para o mercado e para a minha equipe, estamos aqui para fazer o que precisa ser feito. Então, dentro de 30 dias, nosso programa de gestão estará concluído. Porém, isso não basta, porque infra-estrutura precisa de dinheiro.

Assim, peço a V.Exas. que nos ajudem a obter mais recursos. Sem recursos não conseguiremos fazer nada. O Deputado Messias disse muito bem: são obras de responsabilidade do Governo Federal. Contudo, se não houver a participação dos Governos Estaduais e da sociedade em geral, não teremos condições de estabelecer compromissos e concluir obras. Não temos essas condições, Deputado.

Será muito, pelo nosso programa, se conseguirmos gastar 2,5 bilhões de reais, e ressalto que 2 bilhões serão destinados à recuperação da malha viária do País. Não se faz nada em infra-estrutura com 500 milhões de reais. Podem até conduzir um excelente programa social, mas programa de infra-estrutura requer recursos. Temos de fazer de uma forma diferente. E o que é fazer de forma diferente? É o Ministério da Infra-Estrutura ter recursos continuados e permanentes. O que foi constatado há pouco? A situação precária das estradas, obras que precisam ser concluídas, modernizadas e rodovias que precisavam estar bem cuidadas e não estão. Não se trata de incompetência dos Governos anteriores. É falta de dinheiro.

Com relação à CIDE, e lembro que ela faz parte da Constituição, temos de cumpri-la. Faço parte de um governo que é, antes de tudo, legalista. O Governo Lula é legalista. Então, a CIDE, além de ser legal, tem que funcionar de acordo com os princípios estabelecidos, ou seja, realizar investimentos.

Entendemos – e é a minha concepção – que o Ministério dos Transportes, com a imagem que tinha e tem ainda, e nenhum governo correto vão alocar recursos carimbados. Nenhum governo faria isso. Como disse, temos feito a nossa parte para poder modificar essa situação e mostrar que o dinheiro que cair ali dentro será bem aplicado. Vamos criar, e já começamos a fazer isso, mecanismos mais transparentes a esse processo de aplicação de recursos. Vai chegar o momento em que não basta apenas a intenção nem a transparência; vamos precisar efetivamente de recursos no caixa.

A CIDE é um caminho, ainda mais agora, período ideal, até setembro, quando se começa a discutir algumas reformas tão importantes para o País. Baseado nessa afirmação e a partir da discussão do PPA, feita de forma participativa, com a presença de Governadores e Secretários de Transportes e Infra-Estrutura de todos os Estados, vamos ter condições de anunciar para a Nação um plano nacional de infra-estrutura, que contemplaria não apenas as obras emblemáticas e as possibilidades do Governo Federal, mas também obras emblemáticas do ponto de vista de cada administração regional, de cada Estado da Federação. Nossa intenção é juntar isso tudo e criar esse programa. Vamos mostrar que quem cuida da infra-estrutura do País está fazendo a sua parte. Sabemos onde estão os problemas e temos os programas que irão resolvê-los. Só precisamos de recursos.

O País precisa dizer se quer ou não mudar a feição da sua infra-estrutura. Se quiser, vamos precisar de pelo menos duplicar o maior valor já aplicado em infra-estrutura no País. Em 2001, foram aplicados 3 bilhões e 300 milhões de reais. Então, temos de duplicar pelo menos; precisamos de 6 a 7 bilhões. E com 7 bilhões/ano vamos demorar 10 anos para mudar a feição da infra-estrutura do País. Não estou me referindo, Sr. Presidente, à construção de todas as obras necessárias. Refiro-me somente à mudança de feição, isto é, resolver o problema daquelas obras mais necessárias e mais emblemáticas e que ninguém discute, como a BR-163, a Transamazônica, a duplicação da BR-101, no Sul e no Nordeste, a conclusão das eclusas, dando condições de as cargas passarem pela cidade de São

Paulo até o Porto de Santos. São obras emblemáticas que ninguém discute mais a necessidade de se fazer ou não. Mas eu digo que têm de ser feitas.

É uma honra estar aqui, Sr. Presidente. Muitas vezes não temos condições de atender a todos como gostaríamos. O nosso tempo é curto, embora de 24 horas, mas os problemas são inúmeros. Ideal seria esse tipo de negociação, como apontado, em que uma bancada estadual e a bancada do Governo Federal se mobilizam de forma suprapartidária para buscar uma solução, quando, por exemplo, o Governador de Mato Grosso vem, com toda a bancada estadual, dizer que tem mesmo um problema, mas traz a solução no todo ou em parte, como já havia acontecido com o Pará, obrigando o Governo Federal a responder. Garanto a V.Exas. que daremos respostas – infelizmente, não a todas as indagações, até porque é publico e notório que há uma demanda reprimida muito forte. Quanto a situações claras e de responsabilidade do Estado, que terá de mobilizar-se e trazer as soluções, podem ter certeza de que o Governo Federal dará respostas, como temos respondido aqui de forma objetiva, para recuperar esse grande patrimônio nacional: as nossas rodovias. Vamos ampliar a infra-estrutura do País com esse projeto de parcerias.

A situação do Ministério é de pobreza, mas não é de miserabilidade. Pelo menos, temos poucos recursos para ombrear com os Governadores, dispostos a aportar recursos e a resolver problemas graves e prementes dos seus Estados.

Por último, Sr. Presidente, vamos definir as datas para aplicação de recursos na região, na chamada Amazônia Legal, em função das chuvas, para que a equipe econômica saiba que essa definição partiu dos técnicos e de toda a classe política da região e que terão de adiantar o cronograma de liberação de recursos. Só assim conseguiremos aplicá-los prioritariamente. Será fundamental esse tipo de interação. Trouxemos nossos diretores e gerentes aqui exatamente para tratar disso. Esta Comissão é o palco ideal para estabelecer essas datas. O dia 26 já está definido, Sr. Presidente. Vamos fazer melhor, ou da mesma forma que o Pará vem fazendo: vamos determinar um dia por semana e discutir todos os Estados. Vamos deixar definido para todos os Estados o programa mínimo de prioridades, a fim de que o Ministério trabalhe rigorosamente em cima dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao Ministro Anderson Adauto. S.Exa. atendeu com presteza o convite desta Comissão e prestou esclarecimentos de grande importância.

Agradeço ainda aos colegas Parlamentares e aos demais participantes a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos, antes convocando reunião deliberativa para a próxima quarta-feira, dia 18, às 11h, no Plenário 15 deste anexo.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Oitava Reunião Ordinária Realizada em 12 de Agosto de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e onze minutos do dia doze de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva e Zequinha Marinho – Vice-Presidentes; Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Anselmo, Celcita Pinheiro, Luciano Castro, Maria Helena, Miguel de Souza, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas e Zé Lima – Titulares; Agnaldo Muniz, Alberto Fraga, Casara, Humberto Michiles, Ivo José, João Tota, Marinha Raupp, Nilson Pinto e Vanderlei Assis – Suplentes. Compareceu também o Deputado Júnior Betão, como não-membro. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir o Prof. Francisco das Chagas Fernandes – Diretor do FUNDEF – Ministério da Educação, com o objetivo de apresentar a este Colegiado a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF na Região Amazônica. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra ao convidado, que discorreu sobre o tema. Interpelaram o expositor os Senhores Deputados Zequinha Marinho e Nilson Pinto. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra ao expositor, para que apresentasse suas considerações finais. Exerceram, alternadamente, a Presidência da Sessão os Senhores Deputados Átila Lins, Miguel de Souza e Zequinha Marinho. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às quatorze horas e quatorze minutos, antes convocando Reunião de Audiência Pública para amanhã, às dez horas, no Plenário 15. E, para constar, eu _______________,

Márcio Coutinho Vargas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Átila Lins, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para tomarmos conhecimento da aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF na região amazônica, atendendo a requerimento do ilustre Deputado Zequinha Marinho, aprovado pelo Plenário.

Esclareço, para melhor andamento dos trabalhos, que adotaremos os seguintes critérios, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados: o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá para tanto de 20 minutos, não podendo ser aparteado. O tempo do expositor poderá ser prorrogado a juízo da Comissão.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome e só poderão abordar o assunto em questão, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente, agradeço o comparecimento ao nosso convidado, Prof. Francisco das Chagas Fernandes, Diretor do Departamento de Acompanhamento do FUNDEF, do Ministério da Educação; aos colegas Parlamentares e as demais pessoas que se encontram no recinto a presença.

Convido o Prof. Francisco das Chagas Fernandes a tomar assento à Mesa e lhe concedo 20 minutos para a sua exposição.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Deputado Átila Lins, assim que recebemos o convite, de pronto procuramos atendê-lo.

Durante todo este mês o MEC promoverá encontros nos Estados para discutirmos o Programa Toda Criança Aprendendo, lançado no mês passado. Mas atendemos ao convite desta Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional para falar um pouco sobre o FUNDEF.

Recebemos, no Departamento de Acompanhamento do FUNDEF, a visita de 2 Deputados desta Comissão e de vários Secretários de Educação, todos do Estado do Pará.

O FUNDEF, conforme sabem V.Exas, foi criado pela Emenda Constitucional nº 14 e regulamentado pela Lei nº 9.424, de dezembro de 1996. O primeiro Estado em que se concretizou foi o Pará, logo após o mesmo ocorreu nos demais Estados.

Em linhas gerais, apresentarei 3 questões sobre o FUNDEF.

O FUNDEF é composto por 15% dos 4 principais impostos de transferência constitucional – ICMS, IPI-Exportação, FPM e FPE. Ou seja, 10% dessas transferências não estão no FUNDEF. Além disso, incluem-se no Fundo 25% de todos os outros impostos municipais e estaduais. Quando o Estado não atinge o valor mínimo por aluno/ano, é dever da União fazer a complementação, de acordo com o art. 6º da Lei nº 9.424.

Como disse anteriormente, contabilmente, o FUNDEF é formado por 15% dos 4 impostos de transferência constitucional, mais a complementação da União, no caso de o Estado não atingir o valor mínimo nacional por aluno/ano.

De acordo com o art. 6º da Lei nº 9.424, a regra para estabelecer o valor mínimo nacional é a previsão de receita dos 15% das transferências constitucionais, que citei há pouco, dividida pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental em todo o Brasil, conforme o Censo Escolar do ano anterior.

(Intervenção inaudível.)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Para descobrir o valor mínimo estadual, usa-se a mesma regra: a previsão de receita do Estado é dividida pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental do ano anterior.

Há no FUNDEF uma subvinculação da transferência de 15%, a saber: no mínimo, 60% são destinados ao pagamento de professores; e até 40%, para custeio. Até dezembro de 2001 podia ser usada parte dos 60% para a formação de professor leigo. Hoje, pode ser usado dinheiro do FUNDEF para formação de professor leigo, desde que seja dos 40%. De acordo com a lei, não podem ser retirados dos 60%.

Dei uma explicação técnica, um resumo do que é o FUNDEF. Na realidade, o que interessa mais à Comissão é saber quais os problemas que o FUNDEF enfrenta, que mais causam reclamações e denúncias.

Citarei 5, pelo menos. O primeiro diz respeito ao valor mínimo por aluno, um problema gerado no Governo passado e que continua no atual. A chamada complementação da União não está sendo feita de acordo com o art. 6º, segundo o qual, como disse anteriormente, a previsão de receita do ano deve ser dividida pelo número de alunos matriculados no ano anterior. Nos últimos 6 anos de vigência do FUNDEF, essa regra não foi cumprida, apesar de todos os esforços deste Governo para aumentar o valor mínimo por aluno. Com o Orçamento aprovado, sugerimos que se aumentasse o valor mínimo.

Houve um aumento de 6,7% em janeiro. O Ministro da Educação, com base em estudos, chegou à conclusão de que seria possível aumentar o valor mínimo – conforme foi determinado em janeiro –, de R$446,00 e R$468,30 para R$500,00 e R$525,00, mas ainda não conseguimos fazer com que isso aconteça. Na realidade, o aumento apenas diminuiria a diferença entre o valor atual e o valor determinado por lei. Mas o cumprimento da lei não é possível este ano, de acordo com o Orçamento.

Esse é um dos problemas do FUNDEF. E por que isso é um problema? Alguns Estados adotam um valor mínimo baixo por conta das suas receitas e transferências e, por isso, reclamam a complementação da União. Hoje apenas 4 Estados a recebem: Pará, Bahia, Piauí e Maranhão. O valor é de R$446,00 para o ensino de 1ª a 4ª séries e de R$468,30 para o ensino de 5ª a 8ª séries.

A segunda questão que também não está na Lei nº 9.424, devido ao veto do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, é a matrícula de jovens e adultos. As matrículas de jovens e adultos no ensino fundamental não contam para cálculo da composição do FUNDEF. Já apresentamos uma proposta para que se discuta esse veto. Quando o Censo é feito, eles não são contabilizados. Esse é outro detalhe da Lei do FUNDEF.

Quanto ao custo aluno/qualidade, a Lei do FUNDEF estabelece que, em 5 anos, deveríamos tê-lo definido, mas isso não ocorreu. Qual é o custo de um aluno para uma escola com padrão de qualidade no Brasil? Não temos esse estudo, mas nós do FUNDEF já solicitamos ao INEP a realização de uma pesquisa para nos ajudar na definição do custo aluno/qualidade no Brasil, não só do ensino fundamental, mas também de toda a educação básica.

Outro ponto que nos tem chamado atenção e sido objeto de debates, principalmente com Deputados Federais, diz respeito à relação entre o FUNDEF e a Lei de Responsabilidade Fiscal. V.Exas. sabem que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo Estadual só pode comprometer 60% de sua receita – na realidade são 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo municipal – para gastos com pessoal. A Lei do FUNDEF prevê a garantia de no mínimo 60% do FUNDEF para pagamento de professores. Por conta disso, tem havido uma série de denúncias de que as Prefeituras não garantem esse percentual mínimo para pagamento de professores porque, se fizerem isso, extrapolarão o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa questão precisa ser discutida. Na opinião do MEC, a Lei do FUNDEF, como emenda constitucional, está acima da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, deve ser cumprida. Cumprindo, porém, a Lei do FUNDEF, a Prefeitura ultrapassa o limite de 54% para gastos com pessoal. Então, é obrigada a mexer com outros funcionários.

Espero que V.Exas. estejam entendendo a situação. Não foram só 2 Deputados que me procuraram para fazer essa reclamação, mas também Prefeitos, os próprios professores e os sindicatos.

Por último, enfrentamos um problema no que se refere aos conselhos e ao controle social do FUNDEF. V.Exas. sabem que a lei estabelece a criação do Conselho Nacional do FUNDEF, bem como de Conselhos Estaduais e Municipais. Todos os Municípios que oferecem ensino fundamental e, portanto, recebem verba do FUNDEF devem criar um Conselho de Acompanhamento e Controle Social.

Não duvidamos da existência dos Conselhos. Aliás, desde que assumimos o Departamento de Acompanhamento do FUNDEF, estamos cadastrando todos os Conselhos Municipais. Já chegamos a 80% cadastrados e pretendemos atingir os 100%. É claro que há Municípios no Brasil sem ensino fundamental e, portanto, sem conselho do FUNDEF.

Quanto ao controle social, também temos acompanhado de perto a situação, porque há uma série de problemas. Por exemplo: os conselheiros são indicados pelo Prefeito; às vezes, o professor é designado conselheiro, mas nem sabe disso; o Conselho quer verificar as contas, mas não consegue o material porque a Prefeitura não libera; não há local para se reunir; ou seja, há uma série de dificuldades. Cito também a capacitação dos conselheiros. É outro problema, pois, para lidar com contabilidade e estatística, é preciso ter uma capacitação mínima.

Quais as medidas adotadas pelo Departamento de Acompanhamento do FUNDEF, do MEC, em relação às reclamações e denúncias enviadas? Recebemos as denúncias de várias maneiras: por fax, telefone, visita ao Departamento, por intermédio dos Parlamentares ou do número 0800 616161. Após recebermos as denúncias, encaminhamos uma carta ao Prefeito ou ao Governador e pedimos esclarecimento sobre aquela denúncia.

Vamos supor que o cidadão faça a denúncia de que no seu Município não está sendo cumprido o mínimo de 60% para o pagamento de professores. Fazemos um ofício ao Prefeito e pedimos esclarecimentos sobre a denúncia. O Prefeito tem 15 dias para responder. Esclarecida ou não aquela situação, enviamos a denúncia ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado para que façam a averiguação do caso. Portanto, o Ministério da Educação não faz esse tipo

de fiscalização. Não é nosso papel fiscalizar a aplicação dos recursos nem ir ao Estado verificar qualquer denúncia sobre o FUNDEF. Esse é o papel do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

O denunciante pode ou não se identificar. Vamos supor que o cidadão que denunciou que não está sendo gasto o mínimo de 60% com o pagamento de professores no Município "x" não queira se identificar, alegando que isso pode lhe criar problemas. Não há problema: acolhemos a denúncia assim mesmo e adotamos o mesmo procedimento. Se o cidadão se identificar, mandamos-lhe um ofício sobre as providências tomadas, ou seja, envio de carta ao Prefeito e solicitação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas de averiguação do caso.

Tendo em vista que hoje existem Conselhos Municipais do FUNDEF cadastrados, dispomos do nome dos presidentes e de seus membros. A eles também enviamos uma carta, caso tenha sido feita a denúncia naquele Município, para que acompanhem as providências.

Então, esses são os procedimentos em relação às denúncias.

A pretensão do Governo é a de que o FUNDEF seja uma política de transição, que venhamos a transformá-lo, não apenas porque tem data para acabar – 26 de dezembro de 2006, porque foi criado para viger por 10 anos –, mas também porque temos uma proposta de criação de um fundo para todo o ensino básico, incluindo de jovens e adultos. Nos próximos dias, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal vão tomar conhecimento dessa proposta do MEC.

Em linhas gerais, em nome do Ministério da Educação e do Departamento de Acompanhamento do FUNDEF, são esses os pontos que queria apresentar, para posterior discussão sobre os esclarecimentos e as propostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece ao Prof. Francisco das Chagas Fernandes os esclarecimentos prestados e o atendimento ao convite desta Comissão, em atenção ao requerimento do nobre Deputado Zequinha Marinho.

Encerrada a exposição do convidado, vamos dar início aos debates, concedendo a palavra inicialmente ao autor do requerimento desta audiência pública, o ilustre Deputado Zequinha Marinho.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO – Sr. Presidente, muito obrigado.

Inicialmente cumprimento o Prof. Francisco das Chagas e agradeço-lhe a atenção dada ao requerimento e a esta Comissão, vindo a esta audiência pública para conversar sobre um assunto que é para nós, não só da região amazônica mas também do Brasil, da maior relevância.

Depois de dar entrada ao requerimento nesta Comissão, tive oportunidade de participar, no MEC, de uma reunião com representantes do nosso Estado, na qual estava também o Deputado Nilson Pinto, presente a esta reunião, educador e ex-reitor de universidade, portanto um homem ligado à área educacional.

Sr. Presidente, meu caro convidado, nós militamos na política, principalmente no interior do Estado do Pará, no meio da Amazônia, e convivemos basicamente com 2 reclamações. A primeira é das comunidades, sobre o mau atendimento no setor educacional. Para que V.Sa. tenha idéia da situação, primeiramente esclareço que o Pará tem 1 milhão e 248 mil quilômetros quadrados e apenas 143 Municípios. Via de regra, um grande número de médias e pequenas comunidades estão ligadas a Municípios. Por exemplo: São Félix do Xingu tem cerca de 84 mil quilômetros quadrados, é maior do que alguns Estados do Brasil; Altamira também é gigante; enfim, esses Municípios não dão conta do atendimento educacional.

A comunidade reclama do transporte escolar, das chamadas turmas multisseriadas, em que os alunos fazem da 1ª a 4ª séries de uma vez só, o que compromete a qualidade dó ensino. Com isso, aquele sonho de fazer faculdade – e também fiz Pedagogia – e do ensino de qualidade vai por água abaixo.

Diante desses problemas e das reclamações da população não temos muito o que fazer. Do Prefeito ouvimos reclamação exatamente no sentido contrário, ou seja, de que não tem dinheiro para atender a população.

Nesse sentido, tivemos curiosidade de conhecer a atuação do FUNDEF no Brasil, especialmente na Região Norte. Essa curiosidade recentemente se aguçou em nossa mente com a publicação de dados pela ONU com relação à qualidade de vida da Região Norte e com os baixos índices sociais lá verificados. Então, começamos a trabalhar no sentido de saber o porquê disso.

O FUNDEF é um dos itens que estamos levando em conta diante dessa dificuldade em que vive o Norte. Pudemos detectar que o Estado do Pará é um dos que menos recebe dinheiro do FUNDEF para atender a uma demanda muito grande. O Pará cresce acima da média nacional, e o Censo Escolar não acompanha esse crescimento. Por exemplo: neste ano, número "x" de alunos vai ser usado como base para a previsão dos recursos do próximo ano. Entretanto, o número de alunos no Pará cresce, no mínimo, 5% ou até mais de 10%. Cito como exemplo o Município de Santana do Araguaia, no extremo sul do Estado, onde o número

de alunos cresce mais de 10% ao ano. Digamos que no Município haja 3 mil alunos. No mínimo, no ano seguinte, vão ser 3.300 alunos. E o Município vai dispor de recursos para 3 mil alunos; os outros 300 ficarão descobertos, ou seja, a situação é complicada. Se neste ano há recursos para 5 mil alunos, e a cidade tem 5.500 alunos, os 500 restantes ficarão completamente descobertos de qualquer tipo de financiamento.

Então, a nossa preocupação era ouvir de V.Sa. os detalhes dessa questão. Hoje temos em mão o mapa do que cada Estado arrecada por aluno para mantê-lo na escola durante o ano, mas verificamos fatos diferenciados, Deputado Átila Lins. Por exemplo: tenho amigos que sempre vão a um Município de São Paulo chamado Santa Rita do Passa Quatro, onde só há aposentados, ou seja, qualidade de vida. Lá, o FUNDEF de 1ª a 4ª é de R$ 1.252,47 e de 5ª a 8ª é de R$ 1.315,09. É uma cidadezinha que não cresce mais, é aquilo mesmo, não tem nada para fazer, com qualidade de vida excelente, tranqüilidade. Se a pessoa se mudar para Santana do Araguaia, no sul do Pará, na Região Norte, no coração da Amazônia, ou para qualquer outro Município do Estado, verá que está tudo por fazer. Nessa região, o crescimento está acima de 10% ao ano, enquanto o FUNDEF de 1ª a 4ª é de R$ 446,00, contra R$ 1.252,00 em Santa Rita do Passa Quatro, e de 5ª a 8ª é de R$ 468,00, contra R$ 1.315,00 no mesmo Município. Isso termina irritando qualquer pessoa que se preocupa com questões sociais.

Por isso, professor, estamos nesta Comissão não apenas para cobrar, mas também para, acima de tudo, sermos parceiros do Governo na busca de uma saída para essa situação de dificuldade. Sei que é difícil nivelar o FUNDEF pela média no Brasil. Roraima tem o maior valor, R$ 1.521,00 e R$ 1.597,00 por aluno. É um ex-Território que foi transformado em Estado e que, segundo nos informa o professor, tem recebido um certo benefício, algo completamente fora da realidade. Lá, o benefício é de R$ 1.521,00; na outra ponta, no Rio Grande do Sul, está na ordem de R$ 990,00; no Pará e na Bahia, é de R$ 390,00 e, com a complementação do Governo Federal, fica entre R$ 446,00 e R$ 468,00.

Sei que é uma utopia igualar esse valor pela média, mas quem sabe podemos fazer isso em termos de Região Norte ou qualquer outra região, para termos a possibilidade de sonhar com um certo equilíbrio. Cada Estado tem a sua economia. Se o cálculo do FUNDEF é baseado na sua arrecadação, nos seus impostos, na sua renda, é lógico que não vai ser igual para todo o mundo. Mas o Ministério da Educação precisa pensar a educação para o Brasil. É claro que as realidades regionais e estaduais dentro do Brasil são diferentes, mas precisávamos que o Governo Federal tivesse um carinho especial com os Estados que vivem o drama de não dar conta de atender todos os estudantes, por ter de trabalhar com o número de alunos do ano anterior, havendo uma média de crescimento grande, como ocorre na Região Norte e principalmente no Estado do Pará.

Estávamos conversando há pouco – sabemos que não está relacionado ao seu departamento – sobre a questão do censo escolar. Hoje, as Prefeituras estão pior do que antes. Todo o mundo acompanha pela imprensa, professor, essa situação, de norte a sul e de leste a oeste do Brasil. Os Prefeitos não se prepararam para este momento, e a situação está complicada. Eles têm que atender de 5% a 12% de alunos a mais em determinado ano com recursos iguais aos do ano anterior. É uma fórmula que condena as Prefeituras, de início, a viver numa situação de precariedade e é uma eterna forma de arrastar a situação. O departamento encarregado disso, com certeza, vai receber-nos para discutirmos o assunto, mas queremos contar com a sua ajuda, a sua sensibilidade, a sua compreensão de educador, a sua boa vontade e o seu espírito público no sentido de que se mude essa situação pelo menos até o meio do ano, a fim de não cansarmos demais os Municípios e termos condições de atendê-los um pouco melhor.

Professor, ao deixar minha preocupação, gostaria de ouvir do senhor as perspectivas de melhoria nessa área fundamental para o País. Sem educação, estaremos cada dia pior.

A Região Norte, para nós, é emblemática. Estamos caindo nos índices, não estamos melhorando. É a única região do Brasil que, dentro dos próximos 15 anos, não vai atender às metas estabelecidas, que as outras regiões do País, com certeza, estão querendo alcançar. Temos preocupação com isso.

Quero ter o MEC, quero ter o senhor como parceiro na busca de uma saída para essa dificuldade, que é tão grande e é de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Continuando os trabalhos, vamos conceder a palavra ao Deputado Nilson Pinto, para que depois o palestrante possa responder às perguntas em bloco.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO – Obrigado, Sr. Presidente. Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Deputado Zequinha Marinho pela iniciativa de propor a realização desta audiência pública, que é absolutamente fundamental, porque trata de tema relevante, extremamente importante para toda a região amazônica.

Em segundo lugar, dou as boas-vindas ao nosso ilustre visitante, Prof. Francisco, e dirijo a ele 3 questões, fazendo primeiro uma observação.

Não tenho dúvida de que o FUNDEF é um fantástico mecanismo de redução de desigualdades regionais, intra-regionais e inter-regionais criado no Governo passado e que constitui certamente uma daquelas heranças que se podem chamar de benditas. Na verdade, para a Amazônia e para o Nordeste, significou um extraordinário avanço. Isso realça a importância do cargo que V.Sa. está agora exercendo, de diretor desse fundo importante para todos nós.

Há 3 questões que quero dirigir-lhe muito especificamente, de forma a possibilitar respostas também bastante objetivas.

A primeira pergunta refere-se a algo citado por V.Sa. no seu pronunciamento inicial. Até 2001, os Municípios podiam usar recursos para a formação de professores a partir dos 60% destinados a pagamento de professores, ou seja, daí se podia abater alguma coisa para formar professores. Depois de 2001, isso não foi mais possível. Se o Município quiser contratar uma universidade, por exemplo, para formar professores para seus quadros, tem que fazer isso retirando recursos dos 40%, que são destinados a muitas outras coisas.

Pelo que tenho observado, isso acabou reduzindo o ímpeto das Prefeituras na formação e qualificação de pessoal. Enquanto foi possível fazer essa formação com recursos derivados dos 60%, houve muita oferta de cursos, muitos convênios, muitos contratos entre Municípios e universidades para a formação de profissionais. Depois que isso passou a não ser mais permitido, reduziu-se esse ímpeto. Hoje, o número de Municípios que contratam cursos superiores para professores é muito menor.

Na verdade, a demanda ainda existe, e em grande escala. Na Região Norte, há ainda um número muito grande de professores que precisam ser licenciados, ter formação superior. Nem digo que é para cumprir a LDB, segundo a qual até 2007 os professores teriam de ter curso superior, mas falo da necessidade de qualidade mesmo. É preciso dar treinamento adequado ao pessoal. O professor de ensino fundamental precisa ter curso superior, sim.

Tendo em vista essa redução no número de cursos de formação de professores, que credito ao fato de não ser mais possível extrair recursos dos 60%, mas só dos 40%, pergunto a V.Sa.: o MEC está preocupado com essa questão, que incide diretamente na qualidade na educação ministrada? Se está preocupado, qual é a forma de encaminhar uma solução para esse problema? Mudar a legislação de tal forma que se retorne à possibilidade de os Municípios usarem recursos dos 60% destinados ao pagamento de professores também para a formação de pessoal qualificado? Ou o MEC trabalhará com outro programa, um programa de formação docente, por exemplo, independente do FUNDEF, de modo a ajudar os Municípios, principalmente os mais carentes, a suprir a necessidade de pessoal qualificado, que persiste ainda em larga escala? Essa é a primeira questão.

A segunda questão refere-se à transparência. No ano retrasado, se não me engano, o Ministro Paulo Renato anunciou medida que considerei muito interessante, mas não sei se foi operacionalizada. Gostaria de ouvir a sua opinião a respeito.

Justamente para permitir maior transparência no manuseio dos recursos do FUNDEF que chegam às Prefeituras, o Ministério havia feito um convênio com o Banco do Brasil de modo a permitir que Vereadores, Deputados, membros do Ministério Público e membros dos conselhos gestores do FUNDEF tivessem acesso aos extratos bancários da movimentação da conta do Fundo em cada Município. Por exemplo: se sou membro do conselho gestor, posso chegar à agência local do Banco do Brasil e dizer que quero o extrato da conta do FUNDEF, para verificar o que está sendo movimentado. Pareceu-me uma medida muito interessante, porque permitia que cada um – essas autoridades, claro – tivesse a possibilidade de acompanhar mais detalhadamente a movimentação da conta.

Isso até me entusiasmou. Apresentei proposta de emenda constitucional estendendo a possibilidade para todas as contas públicas, tanto do Governo Federal como dos Estaduais e Municipais, a fim de que cada cidadão brasileiro tenha o direito de chegar ao banco e saber como está o dinheiro da conta de tal órgão do Governo. A proposta está tramitando, e espero que seja aprovada algum dia.

Quero saber, no caso da conta do FUNDEF, se esse acordo entre o MEC e o Banco do Brasil continua funcionando. Naquele momento, pareceu-me algo realmente muito interessante do ponto de vista de ampliação da transparência. Essa é a segunda questão.

A terceira refere-se ao Fundo de Educação Básica, o FUNDEB. O Orçamento do ano que vem está em plena discussão. Já aprovamos na Casa a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e o Executivo já está trabalhando o Orçamento, que brevemente será discutido na Comissão de Orçamento.

Pergunto se, na proposta orçamentária do Executivo para o ano que vem, o valor do FUNDEF por aluno já vem ampliado para aquilo que é um desejo de todos – sei que também é um desejo do MEC – e se contempla também uma provisão de recursos para que o Ministério possa tocar, em todo o território na-

cional, o FUNDEB, um programa mais amplo e que exige um custo maior.

São as 3 perguntas que submeto a V.Sa.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Primeiramente, vou falar um pouco sobre o que o Deputado Zequinha Marinho disse.

Na realidade, os 2 princípios básicos do FUNDEF, que, na minha opinião, foram bem pensados e que estamos transportando para o FUNDEB na proposta que estamos apresentando, são exatamente a equalização dentro do Estado e a diminuição das diferenças regionais.

Em termos de equalização dentro do Estado, o FUNDEF está bem, está cumprindo seu objetivo. No Pará, tanto em Belém, capital do Estado, como em Porto de Moz, o valor mínimo por aluno é o mesmo.

Os recursos do FUNDEF foram equalizados dentro dos Estados. Entretanto, em relação ao outro princípio, que é a diminuição da diferença regional, há um problema, porque ela só acontecerá se a União complementar. Mesmo a União complementando hoje em 4 Estados, a diferença é muito grande, como V.Exa. expôs pelos seus números, que são os mesmos que eu tenho. O valor mínimo do FUNDEF no Estado de São Paulo é de R$ 1.250,00 por aluno/ano, previsão para este ano, e o valor mínimo do FUNDEF no Pará é de R$ 400,00. Então, a distância está muito grande. Sendo R$ 446,00, diminui, mas continua grande. Só seria possível essa diferença ficar menor se houvesse o cumprimento do art. 6º.

Então, estamos de acordo, e o Ministério quer fazer isso. Mesmo para o FUNDEF, queremos diminuir a diferença. O Ministro da Educação já expôs várias vezes, inclusive na Câmara, na Comissão de Educação, que quer aumentar o valor mínimo do FUNDEF para R$ 500,00 e R$ 525,00. Portanto, diminuindo a diferença.

Quanto ao segundo princípio, sem sombra de dúvida, há regiões em que a situação é mais complicada. Semana passada, estive no Alto Solimões. É uma região que tem 7 ou 8 Municípios: Tabatinga, Benjamim Constant, Atalaia, Atalaia do Norte... Fui conversar sobre o FUNDEF com os professores da lá. É uma situação realmente muito difícil. Por exemplo, o transporte escolar, que é muito complicado em todos os Estados, nas regiões mais distantes é pior ainda, apesar de o Congresso Nacional ter aprovado recentemente uma lei sobre o assunto, da qual V.Exas. têm conhecimento. Pode ser que avancemos um pouco nesse drama que é o transporte escolar.

Para finalizar, quero dar um exemplo ainda mais claro da questão da diferença regional. V.Exa. deu o exemplo de Santana do Araguaia, não foi isso? Pois é, Santana do Araguaia, no Estado do Pará, faz divisa com 2 Estados, o Tocantins e Mato Grosso. O valor mínimo do FUNDEF em Mato Grosso é, em média, de R$ 840,00. O valor mínimo do FUNDEF no Tocantins é de R$ 1.000,00, em média. Mas em Santana do Araguaia, Município vizinho, na divisa, é de R$ 446,00, já com a complementação. Então, a diferença realmente é muito grande. Por isso, diminuí-la é importantíssimo para nós. Tanto no FUNDEF, como, se conseguirmos aprovar, em outro fundo, vamos tentar garantir isso.

É claro que a utopia de que V.Exa. fala seria o ideal: equalizar nacionalmente. Equalizar nacionalmente significa o quê? Significa fazer com que os chamados Estados ricos – que são ricos mesmo – passem a transferir para os Estados pobres. Isso seria o ideal.

Como sabemos que é muito difícil uma equalização nacional, temos hoje o FUNDEF com equalização para o ensino fundamental no Estado e diminuição das diferenças.

Sobre a questão do censo, também concordo com V.Exa. Acho que não devo meter-me diretamente nem devo negociar isso com V.Exas., mas já conversei com os companheiros do INEP sobre a questão, que vem desde quando o FUNDEF começou. Aliás, não é só do FUNDEF, o censo escolar serve para todas as transferências da Educação, desde a merenda escolar ao livro didático. O livro só vai para o aluno que está no censo. Se o censo não é atualizado, há complicações. Na questão do livro didático, parece que o FNDE faz uma previsão de aumento de matrícula. Mas em relação ao FUNDEF não há condições de fazer essa previsão.

De qualquer maneira, em relação ao censo, minha opinião é que, no mínimo, deve ser atualizado. É preciso ver qual é a estrutura, como isso poderia ser feito. Confesso-lhes que já conversei com o pessoal do INEP sobre essa situação.

Agora, sobre as questões do Deputado Nilson Pinto. Primeiro, quanto ao professor leigo. Na realidade, quanto ao uso de recursos dos 60% para formação de professor leigo, realmente o tempo da lei já passou, mas o MEC está apresentando proposta, de que falei a V.Exas., de formação através do Programa Toda Criança Aprendendo, que leva em consideração a formação continuada para professores e trabalha com a possibilidade de certificação nacional com uma bolsa de incentivo.

Esse programa já está sendo desenvolvido pelo MEC. O Governo está discutindo, através de um comitê, com o CONSED, o DME, a CNTE, que representam os trabalhadores, no sentido de garantir a formação continuada.

Sobre a formação do professor leigo, já que não se pode mexer nos 60%, a única alternativa que existe é trabalhar com até 60% e com os 10% que sobram dos 25% ou com os 25% de todos os outros impostos. Essa é a alternativa que o Município tem para tratar a questão do professor leigo. Não temos nenhum estudo, nenhuma proposta para voltar ao que valeu durante 5 anos, a formação de professor leigo pelos 60%, no mínimo, do FUNDEF.

Sobre formação continuada, já expus, o programa é Toda Criança Aprendendo, que tem como meta uma bolsa para os professores que fizerem o exame nacional. Eles adquirirão o benefício de uma bolsa para a formação continuada.

Sobre o acesso à conta no Banco do Brasil – V.Exas. tomaram conhecimento –, nós distribuímos e estamos encaminhando a todos os conselhos que cadastramos manual de orientação no qual está dito que conselheiros do FUNDEF e Parlamentares têm acesso à senha da conta do Fundo no Município. Então, isso está garantido. E acho que não apenas isso deveria ser garantido, mas deveria ser garantido também todo o material de movimentação da conta, tanto de débito, como de crédito. Acho que não haveria nenhum problema de ser disponibilizado aos Parlamentares, aos conselheiros. Aliás, os conselhos só podem funcionar se tiverem esse material em mão. Se não tiver a folha de pagamento, se não tiver a nota fiscal, se não tiver o empenho, com certeza, o conselho vai reunir-se e não terá como trabalhar. E é essa uma das principais reclamações.

Deputado Nilson Pinto, incluímos no PPA para os próximos 4 anos o FUNDEF e o FUNDEB. Para o FUNDEF, o cumprimento da lei; para o FUNDEB, uma previsão de receita de complementação da União. Esperamos que no Orçamento, em outubro, estejam garantidos recursos, primeiramente, para o FUNDEF. É claro que, se tivermos os recursos, de acordo com a lei, para o FUNDEF, teremos meio caminho andado para começar a trabalhar o FUNDEB, que precisa de mais receitas.

O Ministro Cristovam Buarque tem dito sempre que o Orçamento é essencial para a educação e para as questões sociais como um todo e, em relação ao FUNDEF, muito mais ainda. Por quê? Porque, por exemplo, o aumento do FUNDEF só seria possível se houvesse mais dinheiro garantido no Orçamento deste ano. Como não há, o FUNDEF está restrito a, no máximo, R$ 500,00 e R$ 525,00 por aluno/ano.

Então, esperamos, estamos trabalhando e já discutimos em vários momentos, que no Orçamento para o próximo ano esteja garantido o cumprimento da Lei do FUNDEF. Claro que também colocamos no PPA o FUNDEB. E no orçamento do MEC está incluído, já para o próximo ano, o Programa Toda Criança Aprendendo, a que fiz referência aqui e que leva em consideração a formação continuada para os professores. Sendo que, no primeiro momento, não estão colocados no Programa Toda Criança Aprendendo todos os professores, mas só os de 1ª a 4ª.

V.Exas. sabem que o Programa Toda Criança Aprendendo surgiu, primeiro, porque é necessário ter a formação continuada e, segundo, devido à divulgação de pesquisa do SAEB que constatou que 59% das crianças de 9, 10 anos que cursam até a 4ª série não estão letradas; 18%, por exemplo, não sabem ler; 22%, por exemplo, lêem, mas não conseguem interpretar. Em função disso, o Ministério antecipou o Programa Toda Criança Aprendendo. E a idéia é que comecemos ainda este ano esse programa.

Sobre as questões que V.Exas. trouxeram, erra isso que teria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência indaga ao nobre Deputado Nilson Pinto se está satisfeito com as respostas.

O SR. DEPUTADO NILSON PINTO – Na verdade, estou, mas tenho mais uma questão a fazer ao Prof. Francisco. Quero uma opinião pessoal do professor.

Os valores custo/aluno para alunos de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série sempre foram, desde que o FUNDEF foi criado, muito próximos, como se o custo de um aluno de 1ª a 4ª série fosse parecido com o de um aluno de 5ª a 8ª. Não é. De 5ª a 8ª, são vários professores para a mesma turma. O custo é muito maior do que para um aluno de 1ª a 4ª. Todos os Prefeitos reclamam disso, todos.

Estamos trabalhando com a meta atual de R$ 500,00 para alunos de 1ª a 4ª série e de R$ 525,00 para alunos de 5ª a 8ª série. A complexidade de 5ª a 8ª é muito maior que de 1ª a 4ª e se para um é 500, para outro deveria ser, pelo menos, 600.

Quero saber se existe algum estudo no MEC sobre essa diferença real. Porque me parece que ela acaba por não atender à realidade. Na verdade, esses valores, de tão próximos, não podem estar corretos. Se um está correto, o outro não está. Eu quero ouvir sua opinião sobre isso.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Sabemos que existe diferenciação entre os vários níveis de ensino e dentro deles. Pela Lei do FUNDEF, nos primeiros 5 anos, era para ter sido estabelecido um custo aluno/qualidade, que iria definir qual realmente seria o valor de escola pública de qualidade para o aluno de creche, o do ensino de 4 a 5 anos (educação infantil), o de 1ª a 4ª série, o de 5ª a 8ª série, etc.

Isso está na Lei do FUNDEF. Como não foi feito, solicitamos ao INEP um estudo, que ele já está fazendo, sobre custo aluno/qualidade. Por esse estudo, acho que vamos ter condições de saber qual é a verdadeira diferenciação que deve haver, visando à qualidade na escola pública, entre os diferentes níveis e também dentro de cada nível.

Nos 2 primeiros anos, se não me engano, não havia diferenciação do valor mínimo do FUNDEF, era um valor único para educação rural, 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e educação especial. Depois, o MEC, diante de pronunciamento do Tribunal de Contas da União, estabeleceu uma diferença de 5% entre 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e aluno especial. Nessa proposta que estamos fazendo, de 500 e 525, estamos seguindo a norma estabelecida, de 5% de diferenciação.

Na minha opinião, isso não resolve o problema. Mas também não quero chutar qual deve ser o valor de um e de outro. Só quero dizer que, na proposta do FUNDEB, vamos sugerir investimento diferenciado para todos os níveis de ensino e, dentro do nível de ensino, as diferenciações. Exemplo: vamos apresentar uma proposta para creche e uma proposta para ensino infantil de 4 a 5 anos. Nós achamos que a educação indígena no ensino fundamental é diferente da urbana, por exemplo. Assim como achamos que a educação rural tem um custo diferente. Assim também para jovens e adultos do ensino médio e jovens e adultos do ensino fundamental.

No nosso entendimento, deve haver uma diferenciação de valor entre os níveis, mas não temos parâmetros científicos para dizer que a diferença deve ser de 10%, de 15% ou de 5%. Tomamos a iniciativa de pedir ao órgão que estuda, que faz cálculo, que faz pesquisa em âmbito nacional, o INEP, órgão do MEC, que nos ajude no sentido de sabermos qual deve ser o custo aluno/qualidade. Por esse custo, teríamos condições de fazer uma diferenciação entre os vários níveis de ensino e modalidades da educação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Encerrados os debates, a Presidência concede a palavra ao expositor se desejar fazer suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES – Eu gostaria de agradecer em nome do MEC. Vamos sempre estar à disposição não apenas no departamento, como para vir a esta Comissão ou a qualquer outra.

Aliás, acho muito interessante que a Comissão de Desenvolvimento da Amazônia coloque na pauta discussão sobre educação. É claro que colocou na pauta a discussão sobre o financiamento do FUNDEF, mas acho que, quando se trabalha com desenvolvimento, deve-se trabalhar com educação. Assim todos dizem. Todas as pessoas dizem que desenvolvimento tem a ver com educação. Portanto, acho que todas as Comissões do Congresso poderiam estar discutindo educação.

Acho que a iniciativa dos Srs. Deputados de discutir o financiamento nesta Comissão é muito importante. E na hora em que se discute financiamento, está se discutindo qual a qualidade necessária para a educação no Brasil.

Nós, do Departamento, estamos à disposição dos Deputados desta Comissão, no Departamento ou aqui, e louvamos a iniciativa de V.Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Desejo agradecer ao Prof. Francisco das Chagas Fernandes, Diretor do FUNDEF, que atendeu com presteza ao convite desta Comissão, pelos esclarecimentos prestados, que serão de grande importância para os debates dos Srs. Deputados.

Agradeço ainda a participação dos colegas e demais pessoas presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos, convocando reunião de audiência pública para amanhã, dia 13, às 10h, com a presença do Senador Jefferson Peres, que vai abordar o Fundo de Desenvolvimento do Norte, e às 14h30min, com a presença do Presidente do ITERPA e de representantes do INCRA.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Vigésima Nona Reunião Ordinária Realizada em 13 de Agosto de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva e Davi Alcolumbre – Vice-Presidentes; Alceste Almeida, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Antonio Joaquim, Asdrubal Bentes, Carlos Souza, Celcita Pinheiro, Edson Duarte, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Luciano Castro, Maria Helena, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Suely Campos, Terezinha Fernandes, Vanessa Grazziotin e Zé Lima – Titulares; Agnaldo Muniz, Carlos Abicalil, Coronel Alves, Darci Coelho, Dr. Be-

nedito Dias, Eduardo Gomes, Humberto Michiles, Ivo José, Jaime Martins, João Tota, Kátia Abreu, Marinha Raupp, Maurício Rabelo, Mauro Lopes, Nilson Pinto, Pastor Frankembergen, Thelma de Oliveira e Vanderlei Assis – Suplentes. Compareceram também os Deputados Francisco Garcia, Júnior Betão e Silas Câmara, como não-membros. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir o Senador Jefferson Peres, com o objetivo de apresentar a este Colegiado as questões que norteiam a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Norte. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra ao convidado, que discorreu sobre o tema. Interpelaram o expositor os Senhores Deputados Humberto Michiles, Janete Capiberibe, Anivaldo Vale, Carlos Souza, Maria Helena, Asdrubal Bentes, Luciano Castro, Ann Pontes, Vanessa Grazziotin, Alceste Almeida e o Senador Augusto Botelho. O Presidente registrou a presença em Plenário da Desembargadora Marinildes Costeira, Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, e concedeu a palavra à convidada, que agradeceu a oportunidade de saudar os membros dessa Comissão. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra ao expositor, Senador Jefferson Peres, para que apresentasse suas considerações finais. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às doze horas e vinte e um minutos, antes convocando Reunião de Audiência Pública para hoje, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional convocada para ouvirmos o ilustre Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas, que apresentará a este Colegiado as questões que norteiam a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Norte, projeto de autoria do Senador, que, apresentado no Senado Federal e já aprovado naquela Casa, no momento encontra-se na Câmara dos Deputados para deliberação final. O convite ao Senador Jefferson Péres é decorrente do requerimento do ilustre Deputado Humberto Michiles, aprovado pelo Plenário da Comissão da Amazônia.

Esclareço que, para melhor andamento dos nosso trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, na forma regimental: o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá para tanto de 20 minutos, não podendo ser aparteado; a Mesa poderá prorrogar o tempo do convidado, se ele assim desejar.

Informo que a lista de inscrição para os debates se encontra sobre a mesa, e os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome, e só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Será vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente desejo agradecer ao eminente Senador Jefferson Péres, que acolheu com presteza e com muita distinção o convite formulado por esta Comissão em atenção ao requerimento do Deputado Humberto Michiles. Agradeço ainda a presença aos eminentes Parlamentares e às pessoas que se encontram no recinto.

Neste momento, para dar início à exposição, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. V.Exa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente da Comissão, Deputado Átila Lins, Deputado Humberto Michiles, autor do requerimento, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, vou procurar falar em 15 minutos apenas, ser o mais objetivo possível. Há poucos instantes eu conversava com o Senador Hélio Costa, que tem uma vasta experiência de Estados Unidos e me disse que nunca viu nenhum Senador ou Deputado no Congresso americano falar mais do que 15 minutos, porque, para os anglo-saxônicos, quem não consegue expor a essência de uma idéia em 15 minutos é um incompetente – e concordo com eles (risos).

Estou aqui para expor algo que é muito importante; não é utopia, não é fantasia, é algo muito concreto e muito real, porque já foi aprovado no Senado e está pronto para ser votado no Plenário da Câmara. Ainda terá de voltar ao Senado, porque foi modificado aqui; aliás, modificado para melhor, Deputado Átila Lins. V.Exa. foi o Relator, e não é para lhe ser agradável, não, mas V.Exa. modificou o projeto e ele ficou bem melhor do que na forma original.

Minha preocupação, que é de todos nós amazônidas, é quanto a que fazer em favor do desenvolvimento da região, porque falta ao Brasil um projeto para a Amazônia. O Brasil como nação não tem um projeto para a Amazônia. Temos tido ações isoladas, esporádicas, fragmentadas, mas não temos um projeto.

O que seria o projeto? Não necessariamente um plano de desenvolvimento, mas um conjunto de políticas públicas articuladas, com prazo e sobretudo com recursos certos. É inútil fazer qualquer projeto, qualquer plano, qualquer programa para a Amazônia se não

houver a garantia de recursos sistematicamente aplicados na execução desse projeto. Isso é absolutamente fundamental. É por isso que pensei na criação de um fundo via emenda à Constituição, que é o mais difícil, porque exige quorum qualificado, mas é o mais seguro, uma vez que uma lei ordinária poderia facilmente ser amanhã modificada, ou até revogada.

O que estabelece esse fundo? Estabelece exatamente a garantia de recursos anuais, durante 15 anos, para o desenvolvimento do interior dos nossos Estados. Excluí as Capitais porque acho que o grande problema está no interior da Amazônia, que hoje sofre um enorme constrangimento ambiental. A Amazônia tem de se desenvolver e tem de aceitar uma enorme renúncia econômica, que são as áreas de preservação, as áreas protegidas em geral e mais as reservas indígenas.

Vejo aqui à minha frente o Senador Augusto Botelho, meu correligionário de Roraima, e sei o que os roraimenses sofrem lá, tendo mais de 50% do seu território ocupado por reservas indígenas e áreas de preservação. O que se tem de fazer? Lutar contra os ambientalistas? Lutar contra os indígenas? Obviamente, não. Temos de transformar essa azeda limonada da questão ambiental e da questão indígena num dulcíssimo limão, do contrário não vamos ter êxito nessa luta. A questão ambiental não é uma invenção, a questão indígena não é uma invenção; são fatos concretos, e hoje preocupação da comunidade internacional. Não temos como superar isso. Temos é de aceitar. Temos o problema de preservar ecologicamente a região e assegurar aos povos indígenas o direito a terem reservas delimitadas. Isso é um fato que não há como modificar.

Como estabelecer, no fundo, recursos em valores que não se alterem, a não ser sempre para mais, e de forma que o Governo Federal não possa podá-los todos os anos com o contingenciamento? O fundo usa como parâmetro um fato singular do Estado do Amazonas, que é o único Estado da Região Norte e um dos poucos das Regiões Norte e Nordeste somadas que têm saldo com a União, se considerarmos nesses cálculos apenas 2 elementos: de um lado, o que a União arrecada no Estado do Amazonas; de outro, o que a União repassa para aquele Estado em termos de FPM e FPE. Todos os Estados da Região Norte são deficitários. A União manda para esses Estados todos, inclusive o Pará, que é mais desenvolvido, muito mais do que arrecada lá. No Estado da Amazonas é o inverso: o

Amazonas manda para a União – ou a União retira de lá – muito mais do que a União manda para o Estado do Amazonas, e isso vem crescendo ano a ano. No ano passado, se o fundo já estivesse em vigor, teria recebido R$1,6 bilhão; foi esse o saldo do Amazonas, como vamos ver daqui a pouco na projeção que vou apresentar.

Vejam bem, o fundamento ético e político do projeto não é o saldo que o Amazonas tem, até porque isso poderia ser contestado facilmente pelos opositores, alegando-se que outros Estados também têm saldo, como São Paulo e Minas Gerais, mas não é isso. O fundo não foi proposto apenas porque o Amazonas tem saldo. Isso é apenas um parâmetro, uma base de cálculo. A fundamentação ética do projeto é o fato de que temos uma enorme renúncia econômica, porque temos a questão ecológica e indigenista, e temos de ser ressarcidos por isso.

Entretanto, eu não quis criar um fundo com um percentual de receita. E por quê? Em primeiro lugar, porque a Constituição não permite vinculação de receita de impostos a fundos. Isso é expressamente vedado pela Constituição. Já quanto às contribuições sociais seria permitido, mas elas têm desatinação específica. Então, não estabeleci percentual de receita federal; estabeleci o fundo usando como parâmetro esse saldo do Estado do Amazonas, que é imutável. Já sabemos todos os anos o que vai para o fundo: é o saldo que o Amazonas tiver com a União. Simplesmente isso.

E o contingenciamento? O Deputado Átila Lins teve o cuidado de inserir aqui o que eu não tinha colocado, por um descuido meu: é incontingenciável. Se o saldo for de R$1,6 bilhão, esses R$1,6 bilhão vão para o fundo, ainda que o Ministro Antonio Palocci ou seus sucessores não gostem disso. Daí por que há resistência do Governo. De qualquer Governo haveria. Mas seriam R$1,6 bilhão mesmo.

O projeto é muito simples: estabelece a criação do fundo, estabelece que a receita irá toda para o interior, excluídas as Capitais, proíbe o contingenciamento, resume-se aos Estados do Norte e vincula a questão ambiental. De que forma está vinculada a questão ambiental? Esse projeto não é auto-aplicável; vejam bem, isso também pode servir para tranqüilizar o Governo. Ele não é auto-aplicável. Ele vai exigir uma lei, que vai regulamentar a forma de aplicação e de repartição dos recursos. Ainda precisa de uma lei ordinária. Vai precisar. Ou seja, se V.Exas. aprovarem neste ano a emenda na Câmara dos Deputados e ela voltar ao Senado, e vamos aprová-la no Senado, com certeza isso será tranqüilo, na melhor das hipóteses em 2004 votaríamos no Senado e na Câmara dos Deputados o projeto de lei regulamentador, que entraria em vigor, portanto, em 2005, na melhor das hipóteses, quando, evidentemente, a não ser que aconteça um terremoto, a situação fiscal do País já será muito melhor. Em 2005 presume-se que a situação fiscal do País será

muito melhor, e R$2 bilhões não farão tanta falta assim à União. Então, esse é um argumento tranquilizador para o Governo: não é auto-aplicável, não entrará em vigor imediatamente.

Estão ali e é claro que distribuirei depois aos Srs. Deputados cópias do projeto.

Vamos agora projetar as tabelas de 2001 e 2002. Vejam nessa tabela os nossos Estados do Norte e do Nordeste; na primeira coluna, a arrecadação tributária da União nos Estados; na segunda coluna, o repasse de FPM e FPE; e, na terceira coluna, a diferença, o saldo, positivo ou negativo. Só o Estado do Amazonas, graças ao parque industrial da Zona Franca, tem saldo positivo, e no Nordeste apenas Pernambuco e Bahia. Todos os outros são deficitários. O que se pode dizer, na verdade – e aqui está o meu colega Senador Geraldo Mesquita Júnior; vejam o saldo do Estado do Acre, e vocês acreanos não têm culpa, obviamente –, é que o Estado é tão pobre que realmente o repasse da União é muitas vezes maior do que aquilo que ela arrecada lá. Bahia e Pernambuco também são privilegiados.

Vamos ver só o final. Isso é de 2002; outra vez 2002.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Um bilhão e novecentos já. Sim, esse saldo vem crescendo. Em 1999 foi de R$1 bilhão apenas. Isso quer dizer que em 2005, se tudo correr bem, seriam mais de R$2 bilhões por ano para o interior dos nossos Estados.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Ah, aqui é sugestão minha, obviamente, sobre como seriam distribuídos esses recursos, e a lei regulamentadora é que vai definir isso; é claro que isso será decidido pelos Srs. Deputados e Senadores. É claro que não terei nenhuma influência, a não ser pelo meu voto, nesse projeto de lei. Mas até faço uma sugestão ao senhores: essa proposta de emenda à Constituição teve início no Senado; então, faríamos um pacto, e o projeto de lei regulamentador teria origem na Câmara. Algum Deputado ou um conjunto de Deputados apresentaria esse projeto de lei regulamentador. Mas, na minha concepção, seria o seguinte: o fundo seria distribuído, repartido com os Municípios do interior levando em conta a população, a renda per capita na razão inversa, ou seja, quanto mais baixa a renda per capita, maior volume de recursos, e o percentual de área protegida, isto é, quanto maior o percentual de áreas protegidas no Município, maior o volume de recursos.

Agora, vejamos a distribuição setorial. É claro, esses percentuais são chutados; não sei quanto seria, mas isso seria aplicado em pesquisa, principalmente nas áreas de biodiversidade e biotecnologia, na manutenção das áreas protegidas, que hoje não funcionam na prática, estão todas abandonadas, em infra-estrutura, que não pode ficar de fora, e 50%, se dependesse de mim, seriam aplicados em programas sociais, porque minha concepção de desenvolvimento é a elevação de qualidade de vida das pessoas. É isto que eu acho: uma região desenvolvida seria aquela na qual haveria universalização da educação, da assistência médico-hospitalar, da moradia e do emprego. Acho que qualquer região ou país do mundo em que a população tiver isso é uma região desenvolvida, mesmo que não tenha grande desenvolvimento industrial ou agrícola. Se ninguém morrer à mingua por falta de tratamento, se todos estiverem na escola, se todos tiverem moradia e não passarem fome, essa população, no meu entender, na minha concepção, é desenvolvida.

E, finalmente, o gerenciamento do fundo, não sei, a lei dirá se será feito pela ADA, se será criada uma agência nova ou se não haverá agência alguma. Não sei. Na fiscalização, eu acho que, além dos mecanismos de controle habituais, Ministério Público e TCU, o controle social seria fundamental para evitar o desperdício de recursos, desperdício na forma de má aplicação e de corrupção também. Eu acho que um controle social, com conselhos comunitários, não sei, é uma idéia minha, seria absolutamente indispensável, para que essa não fosse mais uma tentativa frustrada de desenvolver a nossa região.

Resumi ao Norte porque eu acho que "Amazônia" seria a Amazônia clássica, dos 6 Estados do Norte. Pode-se argumentar que a Amazônia Legal é uma região muito heterogênea, que o Maranhão nada tem a ver com a Amazônia, a rigor, nem o norte de Mato Grosso, mas, enfim, acho que a Amazônia mesmo é a Amazônia clássica, que é a Região Norte. Inicialmente fui até um pouco egoísta e resumi à Amazônia Ocidental, mas os Deputados tiveram o bom senso de ampliar, incluindo o Amapá e o Pará, e eu acho que estão certos.

Então, em síntese, é isso. Eu sairei daqui muito feliz se tiver conseguido convencer os poucos que estão aqui, que serão multiplicadores, formadores de opinião junto aos colegas sobre a importância disso. O projeto já passou pelo Senado, já está pronto para ser votado na Câmara, mas se não houver uma articulação política muito forte... É claro, o Presidente da Câmara dos Deputados pode colocá-lo em pauta a qualquer momento, o Deputado João Paulo Cunha já me disse que coloca quando quisermos, mas se o colocarmos em pauta sem articulação prévia não vamos conseguir 308 votos para aprovar esse projeto. Ele vai ser rejeitado, com absoluta certeza.

Enfim, se ultrapassei os 15 minutos é porque sou incompetente mesmo, desculpem-me. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Encerrada a exposição do ilustre Senador Jefferson Péres, a quem agradecemos os esclarecimentos prestados, vamos dar início aos debates.

Inicialmente, obedecendo à ordem de inscrição, concedo a palavra ao autor do requerimento de convite ao Senador Jefferson Péres para vir a esta Comissão, o nobre Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, ilustre Senador Jefferson Péres, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, sou Deputado de primeiro mandato. Estou chegando aqui a esta Casa e, evidentemente, estou tendo a oportunidade de aprender, e aprender muito, sobretudo com alguns Deputados e Senadores que já estão aqui há bastante tempo. E por este período em que estamos aqui, e também pelo período em que atuamos como Deputado Estadual, lá no Estado do Amazonas, uma coisa que foi dita aqui pelo Senador Jefferson Péres se nos configura muito clara: falta um projeto para a Amazônia. O País não tem um projeto para a Amazônia.

Já citei aqui outras vezes e vou repetir uma frase da Senadora Marina Silva, hoje Ministra do Meio Ambiente: o Governo é muito explícito em dizer o que não pode ser feito na Amazônia, mas não diz o que pode ser feito na Amazônia. E é um ledo engano, é um terrível engano achar que vamos preservar a Amazônia só proibindo, só dizendo o que não pode ser feito. Não vamos conseguir, não há formas, não há meios, não há maneira de conseguirmos preservar a Amazônia se não tivermos um projeto para a região, se nós não a desenvolvermos. Evidentemente, o desenvolvimento que pregamos é o desenvolvimento responsável.

Procurei conhecer a proposta do Senador Jefferson Péres. É uma proposta que a mim me parece coerente, viável, exeqüível, racional, lógica, e sobretudo, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é uma proposta que tem peculiaridades importantíssimas: não retira dinheiro, não transfere recursos de outras Regiões. São recursos gerados na própria Região, mais especificamente no Estado do Amazonas. E tem o fundamento ético de observar a questão ambiental e a questão indígena. E além desse fundamento ético, além dessa lógica, dessa racionalidade, é uma proposta que já se encontra aprovada no Senado, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, aprovada na Comissão Especial, pronta para ser votada, e num momento em que esta Casa debate temas como reforma tributária. Então, isso precisa ser colocado na ordem do dia.

O que eu penso ser importante e fundamental, Sr. Presidente, que a gente debata e defina aqui? Estabelecido que é uma boa proposta, que interessa aos Estados da Amazônia Ocidental, que é um caminho, um norte, um rumo, é fundamental que estabeleçamos aqui uma estratégia de ação, para que possamos articular-nos com bancadas de outros Estados, de outras Regiões, para que possamos ver como colocar no plenário os 308 Parlamentares, como fazer para votar; enfim, uma estratégia que permita aprovar essa proposta – que já caminhou muito, já andou muito; que foi aprimorada pela Câmara, como disse o Senador autor da proposta –, para que possamos agora dar seqüência e levá-la a bom termo, a bom cabo.

Em conversa, trocando idéias a respeito do assunto, ainda no Gabinete do Sr. Presidente, o Senador Jefferson Péres dizia o seguinte: "Seria bom, na minha concepção, se escolhêssemos 3 Deputados, 1 de cada Estado e de cada partido, para que fizessem uma articulação e conversassem com Deputados e Senadores de outros Estados, reunissem, negociassem e vissem qual seria a melhor estratégia para articularmos a aprovação dessa proposta".

Portanto, Sr. Senador, se, como um Senador americano, V.Exa., que é o autor da proposta, autolimitou-se a 15 minutos, eu, que sou apenas o autor do requerimento, quero concluir, não chegando a usar 7 minutos, cumprimentando V.Exa. pela proposta e o Deputado Átila Lins, Presidente da Comissão e Relator dessa matéria na Câmara, pelo aprimoramento. Mas digo o seguinte: é dever nosso, Deputados e Senadores da região amazônica, se considerarmos correto e adequado, encamparmos essa proposta e lutarmos pela sua aprovação; o que não pode acontecer, pelo menos não com o nosso silêncio, é que não haja um projeto para a região amazônica.

Ontem, Srs. Deputados e Srs. Senadores, estávamos na reunião da Comissão da Reforma Tributária e ouvimos argumentações de alguns membros daquela Comissão comparando Estados do Norte com Estados desenvolvidos, querendo igualá-los. Eu digo que não pode haver essa forma de comparação. Precisamos definir qual é o País que desejamos, qual é o Brasil que queremos. Queremos um País razoavelmente desenvolvido, de forma homogênea, ou queremos um País capenga? Como podemos falar em distribuição de renda, em justiça social, se a União não tiver a preocupação de cumprir seu dever constitucional, que é diminuir as desigualdades regionais?

Então, eu creio, Senador Jefferson Péres, que a proposta de V.Exa. precisa ser encampada por todos aqueles que têm compromisso ético com a região amazônica. Temos que efetivamente definir uma proposta, um projeto, um conjunto de políticas públicas articuladas, como bem disse V.Exa., para a região amazôni-

ca, porque é uma região absolutamente atípica, com suas características, com suas peculiaridades, com a preocupação ambiental e também com a preocupação com a causa indígena.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Vamos adotar como praxe nesta Comissão ouvir 3 Parlamentares, e o Senador responderá aos 3.

Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Sr. Presidente Deputado Átila Lins, Exmo. Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas da Comissão da Amazônia, quero parabenizar o Senador Jefferson Péres pelo projeto apresentado e antecipar-lhe que terá o nosso apoio, sim, porque, como amazônidas, conhecemos profundamente a realidade dos mais longínquos recantos da nossa região e a necessidade que ela tem de que o desenvolvimento econômico, com a melhora da qualidade de vida do povo que vive ali, aconteça, e tenho certeza de que V.Exa. não elaboraria um projeto que já tramitou por várias Comissões para prejudicar o nosso povo, mas gostaria de fazer uma pergunta, antes agradecendo aos colegas Deputados que acrescentaram meu Estado: no projeto, não entendi muito bem se os repasses do FPM e do FPE... Os Estados que não têm superávit junto ao Governo Federal, como tem o Amazonas, como ficam? Usufruiremos do saldo do Amazonas e do FPM, no caso dos Estados e Municípios? Como ficará o FUNDENORTE, que vai precisar ainda de uma lei ordinária para ser regulamentado?

É impressionante como é curto o tempo de mandato de um Deputado. Um Senador ainda tem mais possibilidades, porque são 8 anos, mas um período de 4 anos é curto para aprovar um projeto de que a população brasileira precisa.

Parabéns, Senador Jefferson Péres. V.Exa. é muito bem vindo à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Tem a palavra o Sr. Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Senador Jefferson Péres, meus colegas Deputados e Deputadas, de início, quero parabenizar o Senador pela iniciativa, fruto, sobretudo, do seu exemplo de homem público. S.Exa. é sério, honrado e inquieto no que diz respeito às dificuldades experimentadas pelo povo amazônida.

Gostaria, sim, de falar da minha satisfação ao ver a disposição de V.Exa. para corrigir essa desigualdade, propondo ao Governo Federal e à sociedade brasileira, por intermédio do Senado, projeto que – com certeza, será apreciado pela Câmara dos Deputados e contará com o total apoio dos Parlamentares da Amazônia – busca mostrar ao Governo que o Estado do Amazonas não pode continuar a fazer uma transferência de renda tão forte e a sofrer uma desigualdade social jamais vista em toda a Amazônia.

Gostaria de falar da minha satisfação e da minha inquietação. Recentemente, registrei, nesta Comissão, que nós Parlamentares, ao trabalharmos na criação da Comissão da Amazônia e do Desenvolvimento Regional, tínhamos como objetivo primeiro trazer para a Comissão todos os assuntos que dizem respeito à Amazônia e vê-la se transformar realmente em um foro de discussão dos assuntos da região, oferecendo oportunidade a todos os Parlamentares e ao povo brasileiro para dela participarem.

Já fui do Poder Executivo, durante muitos anos, e sinto, há algum tempo, a necessidade de um núcleo de inteligência operacional por parte do Poder Executivo que agrupe toda a força operacional do Governo, por meio de seus órgãos de desenvolvimento, como Banco do Brasil e Banco da Amazônia, da SUFRAMA, da SUDAM, das Secretaria de Governo Federal ou de Estados e Municípios. Tenho certeza de que isso maximizaria todos os resultados e diminuiria os riscos que temos experimentado na Amazônia.

Estamos em plena discussão da reforma tributária, que, na minha visão, objetiva – digo isso com muita firmeza – a federalização e a constitucionalização do ICMS, um imposto que, apesar das distorções produzidas pela guerra fiscal, é a ferramenta de trabalho de que os Governadores dispõem. Preocupa-me a federalização e, sobretudo, a forma como está sendo discutida essa situação na Amazônia. Não está sendo discutido um fundo que possa representar a correção das nossas dificuldades na região. Essa proposta já aprovada no Senado não está sendo considerada na discussão da reforma tributária.

Não quero fazer o papel de advogado do diabo, mas gostaria de deixar registrada uma preocupação: o Imposto de Importação, quando foi criado era estadual; depois, foi federalizado. Hoje, é utilizado como imposto de política econômica e não de política fiscal, muito embora eu nunca tenha visto ser utilizado um centavo dele para baixar taxa de juro, estimular exportação ou para interferir na política cambial. Por que a própria Comissão e todos nós, já que segunda-feira será colocado em discussão relatório final da reforma tributária, não chamamos o seu Relator e propomos a discussão desse assunto? Se entrarmos com essa proposta depois da reforma tributária, certamente entraremos enfraquecidos. O projeto de V.Exa. e a sua postura como homem público vêm ao encontro daquilo que penso. Valoriza aquilo que tem de ser valorizado no ser humano: a força das idéias. V.Exa. teve a idéia de corrigir essa desigualdade.

Imagino que seja mais do que oportuno a Comissão, por meio do Presidente e dos seus membros, de V.Exa., como Senador, autor do projeto já aprovado no Senado, convidar imediatamente o Relator da Comissão da Reforma Tributária para abrir essa discussão. Talvez essa inquietação de V.Exa. possa ser satisfeita com uma simples emenda de relator ou com um item da reforma tributária, sob pena de amanhã se dizer que não podemos abraçar essa causa a fundo porque, por outro lado, o Estado do Amazonas é o maior importador depois de São Paulo. Quando ele importa, na lei atual, passa a gerar ICM sobre o produto e tem um ganho fantástico na tributação, muito embora outros Estados exportadores tenham de satisfazer esse déficit na balança comercial.

Penso, então, que a discussão seria mais do que oportuna. A idéia de trazer para esta Casa a inquietação de V.Exa., que todos referendamos, é mais do que oportuna. É justo trazer o Relator da Reforma Tributária para abrir essa discussão. Louvo e apoio a iniciativa de V.Exa., que objetiva fortalecer a Amazônia.

Sr. Presidente, não podemos continuar convivendo com essas barreiras que atropelam nosso processo de desenvolvimento, sejam elas barreiras sanitárias, ambientais, das reservas indígenas ou sejam até as barreiras que nos impedem de fazer qualquer coisa, que nos proíbem de fazer tudo, mas que não dizem como fazer o certo, de que forma fazer e como vamos nos juntar para fazer melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Tem a palavra o nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Deputado Humberto Michiles, primeiramente, agradeço a V.Exa. as palavras elogiosas ao projeto. Como V.Exa. disse, o projeto realmente não é de pedinte. Tive o cuidado de não bancar o coitadinho, pois não gosto dessa postura que muitos nortistas e nordestinos adotam, pedindo para transferir dinheiro de São Paulo, porque é um Estado rico, para nós, que somos pobrezinhos. Acho essa postura extremamente humilhante para nós. Apresentei o projeto para que negociemos e discutamos com altivez. Não estamos pedindo esmolas. O Estado do Amazonas tem até um saldo considerável com a União. Está havendo uma “despoupança” no Amazonas.

Por outro lado, temos também outro argumento a favor disso. Muitos brasileiros, acho que 99% da população – eu me incluo no 1% que não pensa assim –, temem falar de internacionalização da Amazônia, embora eu não acredite nisso. Mas como a maioria acredita, e não quero bancar o único soldado do batalhão com o passo certo, vamos admitir que a maioria tenha razão, que existe o risco, senão imediato, mas remoto, de internacionalização da Amazônia. Obviamente, se existe esse risco, ele crescerá na medida em que o Brasil não for competente para desenvolver a Amazônia. Se não cuidarmos da nossa floresta, dos nossos indígenas e dos nossos excluídos sociais, esse risco aumentará. Temos de dizer ao mundo que não há por que internacionalizar a Amazônia, porque o Brasil está cuidando bem dela, porque a floresta está preservada, porque as populações indígenas estão protegidas e porque temos o mais generoso projeto de inclusão social da região amazônica. Temos de usar outros argumentos contra a internacionalização da Amazônia, em favor do projeto.

Deputada Janete Capiberibe, sei que o Amapá tem políticas de desenvolvimento sustentável muito importantes feitas na gestão do Senador Capiberibe, então Governador do Estado. Mas, respondendo objetivamente à pergunta de V.Exa., o parâmetro é o saldo que o Amazonas tem, mas isso não dará ao Estado nenhum privilégio na distribuição de recursos. Os critérios serão adotados de acordo com a lei regulamentadora, válida para todos. Isso quer dizer que pode até haver Estados da Região Norte que recebam mais recursos que o próprio Amazonas. Eu não quis ser egoísta e criar um fundo só para o Amazonas, mesmo porque um projeto egoísta não teria a menor chance de ser aprovado. Eu quis, generosamente, distribuir com todos os Estados do Norte. Então, o déficit que os outros Estados têm não interferirá na repartição dos recursos.

Deputado Anivaldo Vale, a preocupação com a reforma tributária é de todos nós. Acho que as mudanças no que tange ao ICMS podem ser boas para o País, como um todo, mas tiram dos Estados pobres um instrumento importante de concessão de incentivos fiscais e de atração de investimento. Vai ser ruim para nós, nesse particular.

Quero fazer um alerta aos Srs. Parlamentares. Na última proposta do Relator, Deputado Virgílio Guimarães, há algo extremamente danoso para todos nós. Refiro-me à extinção gradativa do IPI, que reduzirá à metade o FPM e o FPE, pois juntamente com o Imposto de Renda, ele é uma das fontes desses 2 fundos. Dessa forma, podemos ser pesadamente prejudicados com a proposta. Essa é mais uma razão pela qual devemos lutar por um fundo para a Região Norte – se não este, que seja um outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Srs. Parlamentares, com a aquiescência do nosso ilustre convidado, Senador Jefferson Péres, peço permissão aos membros da Comissão para expressar nossa satisfação de receber a Presidenta do Tribunal de Justiça do Amazonas, que aqui veio agradecer aos Parlamentares

amazonenses o apoio às medidas aprovadas na reforma da Previdência. Eu a convidei para vir aqui porque, ao agradecer os Deputados do Amazonas, também agradecerá aos Deputados do Norte, pois todos colaboraram para que a emenda de interesse da magistratura fosse aprovada na reforma da Previdência.

Passo a palavra à Sra. Marinildes Costeira. Logo após daremos continuidade à nossa reunião.

A SRA. MARINILDES COSTEIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Senador Jefferson Péres, o pioneiro em aceitar a nossa defesa como argumento fundamental para que nosso pleito fosse atendido. A todos os Parlamentares, o nosso agradecimento, não só pessoal, mas em nome de todo o Tribunal do Estado do Amazonas.

O que conseguimos não foram privilégios, mas sim prerrogativas inerentes à nossa profissão. Reconheço que a luta foi muito grande, mas conseguimos vencer.

Muito obrigada. Que Deus proteja V.Exas. na luta que deve continuar no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece a presença à Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, que aqui compareceu em companhia do seu esposo, Sr. Marcelo Lima, e do ilustre Deputado Francisco Garcia. Fique tranqüila e certa de que todos os Srs. Deputados, sobretudo os da Amazônia, estaremos sempre atentos aos justos pleitos da magistratura nacional, especialmente do Estado do Amazonas. Saiba que contará sempre com o apoio e a solidariedade dos Srs. Deputados, dos Senadores Jefferson Péres e Augusto Botelho. A proposta de reforma vai para o Senado, e a magistratura vai alcançar novas conquistas.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres e depois o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Quero apenas manifestar minha enorme satisfação de receber aqui a Desembargadora Marinildes Costeira. Primeiro, porque é minha amiga particular e da minha família, e, em segundo lugar, porque todas as minhas raízes estão no Judiciário. Portanto, não poderia ser outra minha posição em relação às justíssimas reivindicações da Magistratura nacional.

A SRA. MARINILDES COSTEIRA – Podem acreditar, Srs. Parlamentares, que ficamos muito felizes. A Magistratura será grata; tentaremos não desapontá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Continuando os debates, com a palavra o nobre Deputado Carlos Souza.

O SR. DEPUTADO CARLOS SOUZA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Senador Jefferson Péres, bom-dia. Primeiramente, quero elogiar – não jogar confete, muito pelo contrário – o nosso Senador. É uma honra tê-lo conosco, uma figura de peso, que sempre se portou muito bem no Congresso Nacional em defesa do nosso Estado. Precisamos de pessoas como V.Exa. Nós o parabenizamos pelo projeto que apresenta.

Senador Jefferson Péres, sou um dos muitos que acreditam na internacionalização da Amazônia, infelizmente. No meu leigo entendimento, isso já está acontecendo. É fato. Haja vista que estão tomando conta da nossa região de uma forma pacífica, branda, não agressiva, e, além do mais, com a aquiescência do Poder Central.

Hoje, Senador Jefferson Péres, 1 milhão e 350 metros quadrados da nossa região correspondem a áreas indígenas – nada contra os povos indígenas. Outros 700 mil metros quadrados pertencem a latifundiários, a grileiros. Mais de 800 mil metros quadrados pertencem a organismos internacionais, a ONGs ambientalistas. Isso é preocupante.

E nesta Casa muito pouco está-se discutindo a respeito. Há mais de 25, 30 anos, está-nos sendo imposta, por organismos internacionais, a idéia de que aquela região tem de permanecer intacta, como dizia o ex-Ministro, "imexível", ninguém pode tocar. Isso tudo, conforme exposto muito bem por V.Exa., Senador Jefferson Péres, representa grande renúncia fiscal para aquele povo sofrido, que, como dizem, vive pisando em ouro e morrendo de fome. Para os países do Primeiro Mundo, isso é muito benéfico. Para o G-7, hoje G-8, para os grandes líderes do mundo, isso é muito bom.

Não acredito, Srs. Parlamentares, que não existam organismos financeiros nos países desenvolvidos interessados numa região que é a mais rica do mundo. Não consigo entender. Ou será possível que somente nós, amazonenses, amazônidas, conhecemos nossas potencialidades? Claro que não. Eles conhecem muito mais do que nós o que possuímos.

E por que então não fazem os investimentos devidos, não digo conservar intacta a região, mas para promover seu desenvolvimento com responsabilidade, preservando o meio ambiente? Porque, no meu leigo entendimento, repito, aquela região, da forma como se encontra, ou seja, intacta, é muito mais produtiva para os países desenvolvidos. Como muito bem defendia, com altivez, o nosso grande amazonólogo, saudoso Samuel Benchimol, aquilo lá é a maior usina de que dispomos para limpar a sujeira promovida pelo Primeiro Mundo. Somos responsáveis hoje, Senador, por retirar moléculas poluentes de dióxido de carbono jogadas na atmosfera. Somente o hemisfério norte contribuem com 25% dessa poluição, que conspira contra a hu-

manidade. Quem faz essa trabalho de gari somos nós. A nossa região paga esse ônus para continuar sendo preservada.

Existe, então, uma tendência muito certa, existe algo muito tendencioso por parte dos países do primeiro mundo em não querer ver nossa Região desenvolvida. Existe o interesse pela pobreza, pela miséria desse povo sofrido.

Senador, nós amazônidas temos de fazer, neste Congresso Nacional, o que o nosso saudoso Samuel Benchimol dizia e defendia com muita propriedade. Temos de cobrar esse imposto pelo serviço que prestamos ao primeiro mundo. Temos de brigar no Congresso Nacional e buscar esse dinheiro, já que somos os garis do mundo, para limpar essa sujeira que eles promovem, em benefício do povo, pela riqueza, por uma renda per capita muito maior, por um desenvolvimento muito mais acentuado. Temos de cobrar pelo que fazemos, já que os organismos internacionais não fazem investimentos na nossa Região.

Voltando ao projeto de V.Exa., preocupo-me em saber onde vamos buscar esses recursos para promover esse desenvolvimento e que tipo de desenvolvimento será promovido na Região. Temos de trabalhar em cima de um projeto coadunado com essa inteligente proposta de V.Exa., de levar recurso para essa Região tão sofrida. Não gostaria, no entanto, que esse dinheiro fosse oriundo do que já é nosso, não.

Hoje, arrecadamos, mediante recursos federais, mencionado por V.Exa. com muita propriedade, mais de 1 bilhão e 800 milhões de reais, valor que nos devolvem menos de 700 mil reais, pelo FPE e FPM. Então, esse dinheiro já é nosso, Senador. Não seria, no meu entendimento, a busca desse dinheiro que já é nosso, não. Esse, teríamos de brigar para que nos devolvessem pelo que produzimos, pelo trabalho que temos lá. Aliás, eles dão a mais do que os Estados contribuem, mediante tributos federais.

Gostaria, Senador, só para não me alongar muito, de saber de que maneira poderíamos buscar mais recursos para contemplar esse projeto maravilhoso e desenvolver nossa Região.

Senador, dentro do possível, naquela distribuição que V.Exa. mencionou com muita propriedade, peço que não esqueça as Capitais, haja vista que Manaus é uma Capital-Estado. Temos 2 milhões e meio de habitantes, mas temos quase 1 milhão e 780 mil habitantes só na cidade. Seria de bom alvitre também que prestigiasse as Capitais, principalmente a de Manaus.

Parabéns, Senador, pela grande idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra a ilustre Deputada Maria Helena. Em seguida, o Senador Augusto Botelho.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente, ilustre convidado, Senador Jefferson Péres, colegas Deputados e Deputadas e Senador Augusto Botelho, que nos honra com sua presença.

Gostaria de agradecer inicialmente ao Deputado Humberto Michiles por nos dar essa oportunidade de tomar conhecimento dessa PEC, de sua autoria, para que possamos, efetivamente, apoiá-la. Nós que fazemos parte da Comissão da Amazônia, aliás, todos os Parlamentares do Norte certamente a apoiaremos de forma irrestrita. Agora, resta-nos montar uma estratégia, como se referiu o Deputado Humberto Michiles, para obtermos o apoio dos 308 Deputados que necessitamos.

Quero comentar a vedação da aplicação dos recursos nos Municípios das Capitais Estaduais. Ao contrário do que acabou de falar o Deputado Carlos Souza, do Estado do Amazonas, entendemos que a preocupação do autor é direcionar esses recursos para as áreas mais carentes de infra-estrutura e também, como o projeto, no seu § 2º prevê aplicação exclusiva em investimentos de infra-estrutura socioeconômica, bem assim na geração de emprego e renda, para que tenhamos condições também de direcionar esses recursos para geração de renda no interior dos Estados, para a fixação do homem no campo e nas áreas do interior. Hoje, o que vemos é uma concentração da população e dos investimentos nas Capitais. Em Roraima, por exemplo, o Município da Capital concentra 62% da população do Estado, e assim entendo que acontece nos demais Estados do Norte.

Apenas teria uma pergunta para fazer, Senador, com relação aos critérios a serem definidos ainda na lei reguladora, que seria, obviamente, a renda per capita do Estado e também o percentual das áreas a serem protegidas. No caso do percentual das áreas a serem protegidas, indago se seriam contempladas as reservas ecológicas e indígenas do Estado, porque, neste caso, nós de Roraima estaríamos beneficiados, porque 70% da nossa área é indígena.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada ao Deputado Humberto Michiles pela oportunidade de conversar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Átila Lins, Senador do meu partido Jefferson Péres, meu guru, os habitantes tradicionais do Estado de Roraima, o povo da serra, o ribeirinho, o do lavrado e o povo da floresta – em Roraima temos 4 tipos de habitação, afora as inúmeras etnias, como todos os Estados da Região Norte, porque temos o lavrado e a serra, que os outros Estados não têm

– sofremos muito com essa indefinição territorial que agora acho que está caminhando para uma solução. Apesar de 60% do meu Estado ter sido definido para área de reserva, para mim, área indígena de reserva não é área excluída do processo de desenvolvimento e de geração de riquezas.

Acredito que, com esse projeto do Senador, temos a responsabilidade e a obrigação de pensar numa solução, Deputado Humberto Michiles. O Governo Federal não tem de dar uma solução. Nós é que temos de propor nossas soluções. Tenho certeza de que V.Exas. têm idéias. O Senador Jefferson Péres foi muito feliz ao criar esse instrumento, que, se conseguirmos aprovar, vai proporcionar investimento principalmente nas cidades do interior, que são as mais abandonadas.

V.Exa., Senador, deu esperança de desenvolvimento para meus povos indígenas e para o meu povo de Roraima.

Gostaria também de sugerir que entre os critérios de distribuição setorial dos recursos – sei que seremos privilegiados, como a Maria Helena já falou, mostrou o segredo, temos muita área indígena, mas, considerando todos os fatores, ficará equilibrado para todo o mundo – se considerasse o IDH das cidades e dos Municípios. Porque quanto mais baixo o IDH, mais necessidade de investimento, principalmente em infra-estrutura e em produção de trabalho. Creio que o IDH é um critério muito bom para sermos mais justos na distribuição. Esses critérios tradicionais de renda per capita, percentual e população são bons, mas o IDH deve ser sempre lembrado por nós.

Conclamo os Deputados da Amazônia a começarem a trabalhar no sentido de divulgar esse projeto e de conseguir apoio. Comprometo-me a trabalhar pessoalmente com todos os Deputados que conheço. Nasci no Espírito Santo, tenho ligação com o Espírito Santo e estou cultivando essa ligação, por causa de meus familiares e por interesse do meu Estado, de minha região amazônica.

Tenho certeza de que esse projeto será um instrumento a mais para possibilitar o nosso desenvolvimento.

O Presidente Lula falou, no Acre, que o FNO não deve voltar de nenhum Estado. Agora, o FNO não é aplicado porque não se tem titularidade da terra. Fiquei triste ao saber que 70% do Estado do Pará estão em nome da União também. Todos nós Parlamentares deveríamos criar instrumentos para que o Estado passasse a gerir as suas terras. Lá em Roraima, se fizermos a conta, perdemos, nos últimos 10 anos, meio bilhão de FNO, porque lá não se tem título da terra.

Gostaria, então, de parabenizar o Senador Jefferson Péres e dizer que S.Exa. pode contar que iremos trabalhar, porque esse é um interesse nosso. Também me sinto orgulhoso de ser amazônida e não gosto de ficar pedindo esmolas. Acho que podemos produzir nossas riquezas. Nós os Deputados e Senadores temos o compromisso e a responsabilidade ética de criar os instrumentos para que essas riquezas possam ser geridas por nós, o povo que lá habitamos.

Fiquei feliz também de um Senador, pela primeira vez, admitir a internacionalização da Amazônia, mesmo que como argumento para defender a sua tese. Creio piamente que está ocorrendo uma internacionalização branca de nossa Região, mas se conseguirmos enriquecer o nosso povo, diminuir a distância entre os mais ricos e os mais pobres, não só na Amazônia, mas no Brasil todo, seremos donos da nossa Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Deputado Carlos Souza, gostaria de participar de uma reunião para discutir especificamente a suposta internacionalização da Amazônia. Hoje, não posso, pois não seria adequado e nem haveria tempo, alongar no tema. Mas não acredito. A internacionalização formal é uma impossibilidade jurídica e política. Com relação à internacionalização branca, a premissa é falsa. As pessoas que acreditam nisso – perdoe-me, esta é a minha opinião, não sou dono da verdade, posso estar errado – ainda estão com a cabeça na civilização industrial.

Estamos vivendo na fase da civilização pós-industrial, na qual os recursos naturais não são mais importantes. Os países ricos não brigam mais por matérias-primas. Isso não é importante para eles. Um país sem recurso natural nenhum, sem matéria-prima nenhuma, zero, como a Coréia do Sul, pode ser um país altamente desenvolvido, e é hoje, apenas com políticas públicas adequadas e investimentos em educação, saúde, etc. A Coréia conseguiu isso e não tem petróleo e não tem absolutamente nada. Os países ricos, os americanos não brigam mais por petróleo, por cobre, por borracha. Isso não é mais importante para eles. Querem ter acesso ao mercado, o direito de comprar. A Microsoft, por exemplo, não consome matéria-prima alguma. É uma empresa maior do que qualquer empresa americana hoje. Estamos no capitalismo pós-industrial. O serviço e a tecnologia hoje são importantes e não mais a matéria-prima.

De qualquer modo, ainda que seja verídica a internacionalização, repito, o Brasil só terá segurança de que não haverá internacionalização da Amazônia se cuidar bem dela. E este fundo é um caminho nesta direção.

Quanto à não-aplicação nas Capitais, Deputado, eu quis direcionar para o interior, porque lá estão as áreas ameaçadas de devastação, lá está a floresta, lá estão os excluídos, mais que nas Capitais.

Em segundo lugar, se conseguirmos, por intermédio de projeto, desenvolver o interior, estaremos retendo essa população, evitando o êxodo para a Capital e a pressão demográfica sobre Manaus, Rio Branco e outras Capitais. Se esse fundos forem bem aplicados no interior, o Governo do Estado terá mais recursos disponíveis para aplicar na Capital. De forma que acho que é melhor manter as Capitais de fora. Esta é a minha opinião.

A Deputada Maria Helena fala sobre os critérios, aliás o Senador Augusto Botelho também. Acho que estaríamos antecipando a discussão. Isso será definido em lei. Repito a minha sugestão, acho que o projeto de lei deveria ser elaborado pelos Deputados da Região, a começar na Câmara, e V.Exas. definam quais são os critérios.

Agora, O Senador Augusto Botelho disse que as áreas indígenas não estão proibidas de exploração, mas há restrições. Considero área indígena e área protegida não apenas os santuários, que são como os parques nacionais, onde não é permitido tirar absolutamente nada, onde a exploração econômica é proibida. Mas há restrições também às reservas ambientais, às reservas de desenvolvimento sustentável, às áreas indígenas. Nelas se pode fazer exploração, mas há restrições muito grandes. Por exemplo, nas áreas indígenas, enquanto não for regulamentado o artigo da Constituição, não se pode fazer exploração mineral. Esta é uma restrição enorme, e até agora não se conseguir votar um projeto de lei. Mesmo em áreas como a de Mamirauá, por exemplo, que é uma reserva ecológica do Amazonas, um parque estadual onde se permite a exploração de extrativismo vegetal, há muitas restrições.

Então incluo tudo isso nas áreas onde há uma real renúncia econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, companheiros Deputados e Deputadas, ouvi atentamente a exposição do ilustre Senador Jefferson Péres e quero associar-me àqueles que já se predispõem a trabalhar pela aprovação desse projeto que é fundamental para nossa região.

Embora discorde de S.Exa. no que se refere ao não perigo de internacionalização, porque vejo que ela já se efetiva de outras formas, por meio de pressões externas que redundam na criação de reservas indígenas que extrapolam o limite do bom senso e do racional, todas essas áreas de proteção ambiental, sejam sob a denominação de reservas extrativistas, florestas nacionais etc., na realidade, um Estado como Roraima tem mais da metade de seu território ocupado por esse tipo de reservas. O meu Estado do Pará, só de áreas indígenas, já tem 24%, acrescido das reservas ambientais, mais a reserva legal e as áreas que foram federalizadas em função do Decreto-Lei nº 1.164 – sobra um pouco menos de 8% como patrimônio fundiário do Estado do Pará. Constitucionalmente, desde a primeira Constituição Republicana de 1989, todo esse patrimônio deveria pertencer ao Estado e por ele ser gerido. Mas essa federalização vem ocorrendo também agora na reforma tributária. Portanto, minha preocupação maior é que estamos sendo vítimas de um rolo compressor que, ao invés de diminuir as desigualdades regionais, está a aumentá-las, porque vai favorecer os Estados mais ricos, tornando-os mais fortes e empobrecendo os mais fracos, não em termos de potencial, mas de arrecadação.

Vejam bem, não considero a Amazônia como uma região problema. Pelo contrário, ela é a solução para os problemas do País e já está sendo utilizada, como bem disseram os meus antecessores, no sentido de nos transformar em garis e – acrescento outra denominação – em guardas florestais, mas não nos pagam nada por esse trabalho, ao contrário, usufruem dele. Então, precisamos mesmo é aprovar esse projeto.

Não concordo com alguém que me antecedeu, não sei se foi o Deputado Carlos Souza, que disse que aquilo já é nosso. Tudo bem, já é nosso mas não é, porque não fica lá. Precisamos fazer com que esses recursos fiquem lá. Aí, sim, serão nossos, e teremos de buscar mais recursos externos, por intermédio desses organismos, no sentido de que nos paguem o trabalho por sermos garis e guardas florestais.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu também quero ser dono, mas, lamentavelmente, existe no Brasil uma pressão sobre a Amazônia que não sei se é medo da concorrência. Costumo dizer, Senador, que se trabalharmos corretamente, se o Governo Federal nos der autonomia para trabalhar, se sairmos desse jugo, desse colonialismo interno, o meu Estado do Pará, neste século, vai representar para o Brasil o que São Paulo representou no século passado. O que não aceitamos de maneira alguma é que nos engessem, que nos impossibilitem de trabalhar dizendo que, na reserva tal, podemos trabalhar. Pode? Vai. Aprove um projeto de reserva indígena. Eu duvido. Vem a pressão externa, interna, de ONGs, enfim, de tantas pessoas que não têm comprometimento com a Amazônia e

com o Brasil. Pelo contrário. Estão a serviço não sei de quem, nem com que objetivo.

Este é apenas um desabafo. Quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa e dizer que nós, juntamente com a Deputada Ann Pontes e outros companheiros de bancada – Deputado Enivaldo Vale já expressou o nosso ponto de vista –, iremos não só votar como trabalhar pela aprovação desse projeto, que é altamente benéfico para a nossa região e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Obrigada, Sr. Presidente. Serei breve para não ser repetitiva. Acho que não há o que complementar e debater sobre o conteúdo do projeto. Isso nós fizemos com muita intensidade no momento em que participamos da Comissão Especial que aprovou o substitutivo que, na minha opinião, vem aperfeiçoar a idéia inicial do Senador Jefferson Péres.

Penso que o Fundo de Desenvolvimento Socioambiental se difere dos demais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento do Norte, exatamente por levar em consideração o componente ambiental, que é o que falta hoje na legislação brasileira. É inadmissível que uma região de grande dimensões como a Amazônia, que tem um componente ambiental que é a sua própria marca e ocupa 60% do território brasileiro, tenha seus indicadores econômicos e sociais muito abaixo da média dos indicadores nacionais e não disponha de nenhum fundo nem de qualquer mecanismo que lhe garanta benefícios em decorrência da necessidade que temos hoje de manter a preservação, obviamente, buscando o desenvolvimento, mas dentro de uma política de preservação ambiental.

Senador Jefferson Péres, gostaria de, mais uma vez, cumprimentá-lo. Tenho visto o esforço de V.Exa. para que possamos aprovar esse projeto. Entretanto, a Câmara se diferencia em muito do Senado. Lá são 81 Senadores, cada Senador tem o seu próprio microfone. Na Câmara, nós temos 6 para serem divididos e compartilhados com os 513 Deputados. Portanto, o funcionamento da Câmara dos Deputados é muito mais difícil do que o do Senado Federal. Obviamente que não estamos conseguindo aprovar esse projeto aqui na Casa com a mesma agilidade com que foi aprovado no Senado. Entretanto, o que precisamos – este o objetivo maior desta audiência pública – é discutir os encaminhamentos no sentido de debater os mecanismos e os passos a serem dados daqui para a frente para vermos esse projeto aprovado.

Eu gostaria de dar uma opinião. Já ouvi falar aqui em reforma tributária. Incluir esse projeto no debate da reforma tributária não é o melhor caminho. Se sem ele a confusão já é imensa, imaginem inserindo mais esse projeto. Acho que este não seria o melhor caminho para vermos o projeto aprovado.

O nosso grande desafio é levá-lo ao plenário. Ele está pronto para a votação. Isso dependerá de um grande esforço político de todos nós, não só do Amazonas, da Região Norte, como também de Parlamentares de outras regiões, no sentido de agilizarmos os projetos que, da mesma forma, tramitam na Casa, criando outros tipos de fundo.

Tão-somente, gostaria de sugerir que esse esforço fosse feito por todos nós. Entretanto que esse esforço tivesse uma coordenação efetiva, senão ficam atitudes como as dos Deputados Luciano Castro, Carlos Souza, Humberto Michiles, Átila Lins, a minha, ações isoladas e dispersas. Como sempre faço, sugiro que a Comissão da Amazônia fosse o fórum privilegiado para debatermos esses encaminhamentos e que o seu Presidente, Deputado Átila Lins, fosse, em nome de todos nós, a pessoa responsável para organizar ações, conversas políticas no sentido de agilizarmos o máximo a tramitação e a votação desse projeto, obviamente, com a participação direta de V.Exa., Senador Jefferson Péres. V.Exa. está em outra Casa, mas a sua participação nessa luta empreendedora que deveremos realizar é fundamental para o nosso êxito e para o nosso sucesso. Quando digo nosso, é o êxito e o sucesso de toda uma região.

Agradeço, pedindo desculpas a V.Exa., Senador, por ter que me retirar, pois já está iniciando outra audiência pública provocada por mim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, gostaria de cumprimentar o Deputado Humberto Michiles pela iniciativa de trazer para este debate o ilustre Senador Jefferson Péres, nosso amigo e um intransigente defensor da Amazônia.

Parabenizo também o Senador pela genialidade desse projeto. Trata-se de um projeto oportuno e que vem em busca daquilo que nós, da Amazônia, sempre desejamos: corrigir as desigualdades regionais, em especial a forma como somos tratados pela União. Isso permite, pelo menos, que contemporizemos numa compensação financeira daquilo que se contribui. E, nesse caso, o Amazonas contribui efetivamente e de maneira expressiva, até pela sua condição excepcional da Zona Franca de Manaus, um projeto bem-sucedido e de grandes resultados.

Quero sinalizar duas questões que são importantes para nós nesse projeto. Uma já foi mencionada

aqui, se não me engano, pela Deputada Maria Helena. Trata-se da questão dos recursos destinados às capitais estaduais. Não podemos excluir as capitais. Elas são a grande concentração populacional da Região Norte. Não é diferente no Pará, no Amazonas, em Roraima e no Amapá . Temos problemas que merecem atenção especial, como saneamento e habitação. São problemas que precisam ser resolvidos como prioridade. Embora eu entenda que o objetivo da proposta é buscar o fortalecimento do interior do Estado, com a infra-estrutura mais adequada até para descomprimir as capitais, não nos podemos esquecer desse problema que aflige a todos nós.

Por essa razão, gostaria que o nosso eminente Presidente, Deputado Átila Lins, e os membros desta Comissão examinassem a possibilidade de, no plenário da Câmara dos Deputados, apresentar uma emenda supressiva ao art. 1º, quando diz: "Vedada a aplicação de seus recursos nos municípios das capitais estaduais".

Faríamos uma emenda supressiva no plenário excluindo essa parte – isso é possível fazer – e manteríamos o restante do texto intacto, garantindo os recursos para as capitais, o que seria uma discussão, inclusive de nível técnico, no âmbito da própria regulamentação em projeto de lei. Quando fôssemos regulamentá-lo em projeto de lei poderíamos até destinar qual seria o percentual que caberia ao interior de cada Estado e às capitais limitando esse valor. Agora, deixar as capitais de fora, realmente, não me parece ser agora a posição mais adequada.

Por essa razão, creio que poderíamos encaminhar ao plenário uma emenda supressiva para solucionar esse problema.

A outra questão é como vamos fazer. Sr. Presidente, V.Exa. sabe, assim como muitos outros Parlamentares presentes nesta Casa, que esta é uma Casa de negociação e de acordo. Aqui só se vota no acordo, buscando, pelo menos, a maioria que sempre é conquistada por meio do acordo. Por isso, acho de fundamental importância aprovarmos esse projeto ainda no final deste ano. Como bem disse o Senador Jefferson Péres, precisamos, no ano que vem, cuidar somente da regulamentação, já no primeiro semestre, e resolver, para que venhamos a ter os benefícios gerados em 1994.

Entendo ser esta a nossa estratégia. A bandeira da aprovação do projeto tem que ser da Comissão da Amazônia e a ação dos Parlamentares, aliás, de todas as bancadas, com seus Líderes. Por exemplo, aqui estamos eu, os Deputados Humberto Michiles, Coronel Alves e Carlos Souza, somos do PL e, por meio do nosso Líder pressionar o Presidente da Câmara no sentido de votarmos essa matéria. É uma prioridade do partido; passa a ser prioridade do PL.

Temos aqui alguns Deputados do PDT, do PPS, como é o caso do nosso Presidente, e temos também Deputados do PMDB. Cada um solicita ao seu Líder que estabeleça prioridades porque estas seriam decisões das lideranças na reunião de Líderes com o Presidente da Casa.

Que possamos, então, estabelecer essa prioridade da votação, inclusive com um documento no qual os Líderes possam pedir ao Presidente da Casa a prioridade. Então, cada grupo se encarregaria de pedir a prioridade da votação e, assim, levaríamos às bancadas de cada partido já num sentimento da aprovação do projeto. Essa deve ser a nossa estratégia imediata para que possamos ter esse projeto aprovado em benefício de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Apenas para colaborar com o nobre companheiro, gostaria de dizer que creio ser louvável a sua preocupação, porém essa estratégia de pedir prioridade de votação sem que antes tenhamos feito meio campo para garantirmos os votos é altamente perigosa. Acho que, em primeiro lugar, devemos trabalhar no sentido de conseguir os votos e, aí sim, irmos às Lideranças pedir a prioridade. Caso contrário, correremos o risco da não-aprovação.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Não é réplica, Sr. Presidente. É um adendo à afirmação do eminente Deputado Asdrubal Bentes. Quando eu digo que devemos conversar com os nossos partidos e nossas bancadas é o meu sentimento de que devemos partir para o convencimento da bancada à qual pertencemos. É lógico! Se eu vou conversar com a bancada do PL, é para tentar convencer os 43 Deputados do partido a votarem favoravelmente à proposta. Simultaneamente, nosso Líder já assina essa prioridade. Tenho certeza de que o Deputado Asdrubal Bentes também fará isso dentro da sua bancada com o seu Líder, dada a sua grande capacidade de convencimento. Eu mesmo já fui convencido pelas propostas de S. Ex.a.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Eminente Deputado Jefferson Péres, temos 2 oradores inscritos. Pediria a compreensão de V.Exa. para ouvi-los para depois encerrarmos o debate: a Deputada Ann Pontes e o Deputado Alceste Almeida.

Concedo a palavra à nobre Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senador, gostaria apenas de fazer uma manifestação referente ao fundo. Achei interessantíssimo destinar um percentual para pesquisa.

Concordo com V.Exa. que teremos esse domínio a partir do momento em que conhecermos a Amazônia. De que forma? Preparando e gerando conhecimento nacional. Talvez assim entenderemos a importância de defendermos as nossas florestas. É lá que está a nossa grande riqueza, a nossa grande biodiversidade. Minha grande preocupação é que não tenhamos a competência para transformar essa biodiversidade em benefícios para a população. Na segunda-feira participei de uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado, com a presença de representantes de vários institutos. Na oportunidade, fomos informados de que mais um produto nosso foi biopirateado e patenteado. Trata-se do jambu, usado no tacacá, hoje utilizado em produtos cosméticos em Paris, na França. Essa é a minha preocupação.

Outro alerta é para o fato de que não conseguimos manter as pessoas que formamos nas universidades. Elas acabam migrando para outros pólos porque lá não temos condições de estimulá-los no sentido de desenvolver um conhecimento voltado para a nossa tecnologia. Então, a grande revolução, de fato, está em que eles estão preocupados não com os nossos animais, mas em codificar o patrimônio genético, em saber como isso pode ser revertido em um subproduto, seja alimento, seja fármaco, seja cosmético. É esse o nosso grande desafio. Não temeremos a internacionalização se tivermos a nossa tecnologia. Parabéns, Senador, por incluir a destinação de recursos para pesquisas.

Só a título de complementação, foi divulgado ontem que, no Bosque Rodrigues Alves, no centro da cidade, foi descoberta uma espécie de aranha que até então não havia sido catalogada. É isso que precisamos deixar de forma bem clara.

Está em andamento também uma lei que vai regularizar o acesso à nossa biodiversidade, vai estipular quais serão os ganhos que teremos em função disso, e precisamos brigar para que isso também saia. Aí, sim, teremos a nossa autonomia, teremos a nossa competência para gerir esses recursos que naturalmente nos foram ofertados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o último orador, Deputado Alceste Almeida.

O SR. DEPUTADO ALCESTE ALMEIDA – Senador Jefferson Péres, em primeiro lugar, meus cumprimentos por essa brilhante proposição, que dirige à Amazônia, ao Norte, mais condições para o seu desenvolvimento.

No tópico em que V.Exa., ao início de sua proposição, especifica essa questão das capitais, quando diz que é vedada a aplicação dos recursos nos municípios de capitais estaduais, creio que V.Exa. esteja sobretudo protegendo o desenvolvimento que as cidades do interior merecem ter. Sem dúvida alguma, a capital acaba tendo sempre outras fontes de arrecadação, muito maiores do que as do interior. Como V.Exa. bem ressaltou, acaba sendo poupado o direcionamento do recurso ao interior, facultando-se à capital, por si só ou por outras fontes, uma condição mais favorável ao desenvolvimento.

Porém, não podemos alijar as capitais de receber uma cota. Eu acho que o caminho do meio seria o mais justo, no sentido de não deixar também a capital vedada em toda a sua forma. Poderia ser estabelecido um percentual à capital, uma cota menor. O percentual mais consistente seria direcionado aos municípios do interior. Assim, seria possível contemplar a capital de forma mais limitada, para que ela não tirasse essa oportunidade que os municípios menores precisam.

Portanto, acredito que emenda que ajustasse a direção dessa alocação poderia fazer com que a capital tivesse uma contemplação menor, mas que também não deixasse de ser amparada, permitindo a fatia maior, realmente, aos municípios do interior. Acredito que aí daria um balanço que atenderia aos anseios da grande maioria dos Parlamentares da Amazônia.

Era só isso, Senador, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. SENADOR JEFFERSON PÉRES – Deputado Asdrubal Bentes, há pouco a dizer sobre o seu pronunciamento. V.Exa. tem toda a razão, nós, da Amazônia, somos os garis da atmosfera e somos guardas florestais. Mas está aí a fundamentação ética do projeto. Por que isso? É um encargo para nós. Sermos os guardas florestais é um encargo para nós, porque existe enorme renúncia econômica. O outro não é encargo, mas a própria natureza amazônica se incumbe de ser uma das limpadoras da atmosfera. Por isso, devemos ser compensados. É essa a fundamentação do projeto, é essa a justificativa.

A Deputada Vanessa Grazziotin já saiu. Ela disse que o que há de diferente no projeto é o componente ambiental, e é isso. Creio que o projeto tenha passado tranqüilamente no Senado, Deputado Carlos Souza, exatamente por isso. É difícil combater no mundo de hoje um projeto que se destine também a preservar o meio ambiente. Essa é uma fundamentação muito sólida ao projeto. É difícil ficar contra ele por isso. A Deputada Vanessa tem razão.

Deputados Luciano Castro, Alceste Almeida e Carlos Souza, não vou fazer cavalo de batalha quanto à destinação exclusiva ao interior; esta é uma decisão dos Srs. Deputados, claro. Se quiserem apresentar emenda supressiva, como sugeriu o Deputado Luciano,

e cancelar, tudo bem. Eu até assumo um compromisso. Como o Senado é a minha Casa, que eu conheço bem e é onde tenho um mínimo de influência, assumo um compromisso: quando o projeto sair da Câmara, será aprovado no Senado. Então, decidam. Se acham conveniente incluir as capitais com um limite a ser definido por lei, nada contra.

Deputada Ann Pontes, realmente, o investimento em pesquisa é fundamental. Eu não gosto desse choro de que a biopirataria está nos levando recursos. Se nós não pesquisamos, então, que outros pesquisem, no interesse da humanidade. Temos é que investir pesadamente em pesquisa. E se for 5% num orçamento de 2 bilhões, serão 100 milhões para pesquisa anualmente. Isso, em 15 anos, faria toda a diferença no aproveitamento da nossa biodiversidade.

Não tenho mais nada a dizer sobre o projeto. Agradeço a atenção e gostaria de fazer um apelo aos senhores: não deixem isto em banho-maria. Articulem-se. Concordo com o Deputado Asdrubal Bentes, que disse que, antes de levar aos Líderes e ao Plenário, é preciso articular. Vocês devem fazer como o antigo PSD mineiro: a gente combina tudo antes e depois leva para a discussão na reunião. Está tudo acertado. Senão corre-se o risco enorme de termos 300 votos em plenário e o projeto ser reprovado, porque faltaram 8.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, queria aproveitar sugestões de alguns Parlamentares para que tomássemos uma medida de caráter prático e pudéssemos levar adiante esse projeto, levá-lo à votação e à aprovação.

Faço a sugestão de que cada bancada indique um de seus membros, tomando o cuidado para que contemple todos os Estados. Esse núcleo seria encarregado dessa articulação, evidentemente que sob a coordenação de V.Exa., que é o Presidente da Comissão. E, a partir daí, que adotássemos uma estratégia e levássemos com segurança esse projeto à votação, uma vez, que pela manifestação unânime dos Srs. Deputados, o projeto é aceito por todos os que compõem as bancadas do Norte. Trata-se de proposição muito feliz, de iniciativa do Senador Jefferson Péres, do Estado do Amazonas, já reeleito. Eu já disse e repito, é nosso dever desenvolver todos os esforços para aprovar esse projeto. Se será aprovado ou não, só o tempo dirá, mas é nosso dever lutarmos por ele.

Senador Jefferson Péres, além de todos os outros méritos, não conheço nenhum projeto que tenha a preocupação ambiental e ecológica que encerra o projeto de autoria de V.Exa.

Quero cumprimentá-lo pela exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Encerrados os debates, a Presidência agradece a presença na Comissão do Senador Jefferson Péres, que, repito, atendeu com presteza o convite desta Comissão e prestou todos os esclarecimentos a respeito do seu projeto – aprovado no Senado, encontra-se em tramitação final na Câmara dos Deputados.

A Presidência agradece este debate muito importante entre o Senador Jefferson Péres e todos nós, companheiros, Deputados da Comissão da Amazônia.

Agradeço ainda a participação dos colegas Deputados, dos eminentes Senadores e dos demais presentes que contribuíram para o êxito desta reunião.

Convido as Sras. e os Srs. Deputados para uma reunião esta tarde, quando teremos um debate com o Presidente do Instituto de Terras do Pará – INTERPA e representantes do INCRA. A reunião será às 14h30min, para tratar das questões fundiárias do Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O Senador me havia feito uma sugestão no sentido de que tratássemos desse problema fundiário. Como o assunto é comum à Amazônia, gostaria de fazer um apelo aos companheiros para que comparecessem a essa reunião, porque vamos alargar os horizontes e discutir o problema não apenas do Estado do Pará, mas da Amazônia.

E faço uma indagação a V.Exa.: como eu estive em viagem oficial, gostaria de saber se a Subcomissão de Assuntos Indígenas definiu aquele calendário ou se ainda não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Não, Excelência, ainda não foi votado, será na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Solicitaria a V.Exa. que conversasse com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Nós retiramos de pauta, conforme solicitação de V.Exa., e combinamos com a ilustre Deputada Perpétua Almeida que apreciaríamos na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria que V.Exa. interferisse junto à Deputada Perpétua Almeida para que ela estivesse presente na próxima reunião, porque o assunto é de fundamental importância e precisamos discuti-lo o mais breve pos-

sível, sob pena de esgotar-se o prazo sem que tenha havido uma reunião sequer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Reunião Ordinária Realizada em 13 de Agosto de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e oito minutos do dia treze de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Zequinha Marinho – Vice-Presidente; Anivaldo Vale, Ann Pontes, Asdrubal Bentes, Carlos Souza, Edson Duarte, Nicias Ribeiro, Paulo Rocha, Ricarte de Freitas, Terezinha Fernandes e Zé Lima – Titulares; Casara, Dr. Benedito Dias, Jaime Martins, João Tota, Mário Negromonte, Maurício Rabelo, Nilson Pinto e Pastor Frankembergen – Suplentes. Compareceu também o Deputado Zé Geraldo, como não-membro. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião havia sido convocada para ouvir os Senhores Sérgio Luiz Almeida Maneschy, Presidente do Instituto de Terras do Pará; Sra. Bernadete Ten Caten, Superintendente Regional do INCRA no Sul do Pará e Sr. José Roberto Oliveira Faro, Superintendente Regional do INCRA em Belém, com o objetivo de discutir as questões fundiárias do Estado do Pará. Após informar as normas regimentais que norteariam a reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os Senhores Deputados Asdrubal Bentes, Zé Lima, Zequinha Marinho, Zé Geraldo, Nicias Ribeiro, Ann Pontes, Paulo Rocha e a Senadora Ana Júlia. O Presidente registrou a presença em Plenário dos Senhores Calixto Leite de Melo e José Defante, agricultores da Associação de Produtores Rurais do Vale XV, Município de Altamira – PA, e permitiu que o Senhor Calixto prestasse um testemunho da situação em que vive aquela comunidade. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. Exerceram alternadamente a Presidência, os Deputados Zequinha Marinho e Ann Pontes. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às dezenove horas e cinco minutos, antes convocando Reunião de Audiência Pública para terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 13. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo 2° Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado **Zequinha Marinho,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para ouvirmos o Presidente do ITERPA, Sr. Sérgio Luiz Almeida Maneschy; o Superintendente Regional do INCRA em Belém, Sr. José Roberto de Oliveira Faro; e a Superintendente Regional do INCRA do Sul do Pará, Sra. Bernadete Ten Caten, com o objetivo de discutir as questões fundiárias do Estado do Pará, atendendo a requerimento de autoria do Deputado Asdrubal Bentes, aprovado por este Plenário.

Esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os convidados deverão limitar-se ao tema em debate e disporão, para tanto, de 20 minutos, não podendo ser aparteados.

Quero informar, ainda, que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome e só poderão abordar o assunto em questão, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, sendo facultada a réplica e também a tréplica pelo mesmo prazo, vetado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente, queremos agradecer o comparecimento dos senhores convidados, Dr. Sérgio Luiz Almeida Maneschy, Presidente do Instituto de Terras do Pará; Sra. Bernadete Ten Caten, Superintendente Regional do INCRA em Marabá, região sul e sudeste do Pará; e Sr. José Roberto de Oliveira Faro, Superintendente Regional do INCRA em Belém.

Agradeço ainda a presença dos colegas Parlamentares e das demais pessoas que se encontram no recinto.

Inicialmente, concedo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes, autor do requerimento, para que faça sua exposição e informe o motivo pelo qual solicitou esta audiência.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente; Sra. Bernadete Ten Caten, Superintendente do INCRA do Sul do Pará; Sr. José Roberto de Oliveira Faro – mais conhecido como Beto da FETAGRI –, Superintendente do INCRA em Belém; Dr. Sérgio Maneschy, Presidente do ITERPA; companheiros

Deputados, o Estado do Pará sofre as conseqüências de um caos fundiário que lhe foi imposto ao longo dos tempos, historicamente, desde os primórdios, ainda quando, há séculos, falava-se em capitanias hereditárias, sesmarias e tudo o mais. Atualmente, é com a intervenção da União no patrimônio fundiário do Estado, conseqüência de ato autoritário que, através de um simples decreto-lei, usurpou do Estado 100 quilômetros de terras à margem de suas rodovias federais, construídas, em construção ou projetadas. A partir daí, essa intervenção se aprofundou, travestida das mais variadas formas, ora como reservas ambientais, ora como reservas indígenas, ora como reservas legais. Enfim, o Estado do Pará hoje fica resumido a pouco mais de 12% de área no seu patrimônio fundiário. Se eu estiver errado, que me corrija o Dr. Maneschy.

Na realidade, o princípio do pacto federativo é hoje figura morta na Constituição, porque a União, que não passa de mera ficção, atua naquilo que é a realidade, nos Estados e, mais precisamente, nos Municípios, onde as pessoas vivem e têm os problemas que precisam ser solucionados.

Ao longo dos tempos, foram criados órgãos, como GETAT e GEBAM, para gerir o patrimônio fundiário ou do sul do Pará ou do baixo Amazonas. Na realidade, só o GETAT teve atuação, porque o GEBAM não tomou nenhuma medida que pudesse ter contribuído para o desenvolvimento do nosso Estado.

Atualmente, com o INCRA e ITERPA, o que vem ocorrendo? Embora todos tenham o mesmo objetivo, o INCRA caminha para um lado e o ITERPA para outro. A exemplo do que ocorreu no âmbito do Governo Federal com os órgão afins, como INCRA, IBAMA, FUNAI etc., em que cada qual fala uma língua, o INCRA e o ITERPA também estão caminhando em sentidos opostos e não vão convergir nunca para a solução dos problemas fundiários do Estado.

Dessa forma, o principal motivo que me fez requerer a esta Comissão a aprovação do convite para que os que gerem hoje o patrimônio fundiário federal e estadual no Estado do Pará viessem até esta Comissão é a busca, que creio deva ser incessante, da harmonização das ações, para que o INCRA e o ITERPA, ao invés de divergirem, passem a convergir. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já não há como o Estado do Pará suportar essa verdadeira balbúrdia fundiária dentro dos seus limites territoriais.

Apenas fiz essa preliminar para mostrar que o que se pretende com esta reunião é a busca da harmonização das ações do INCRA e do ITERPA para a solução dos problemas fundiários.

Mas quero pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que defira sejam ouvidos 2 colonos da Associação de Produtores Rurais do Vale do Quinze, no Município de Altamira. A região onde eles estão situados dista aproximadamente mil quilômetros da sede do Município, que é Altamira, e eles já estão ali há aproximadamente 15 anos brigando para ver reconhecida a legitimidade de suas posses e documentadas suas terras, mas não o conseguem. É inadmissível que isso aconteça.

Peço a V.Exa. que defira que, após a oitiva dos nossos primeiros convidados, esses 2 produtores rurais sejam ouvidos, como testemunho. E o Deputado Zé Geraldo deve, melhor que eu, conhecer aquela realidade, porque é atuante na região. Gostaria que V.Exas. ouvissem qual é a real situação dos produtores rurais, principalmente na região oeste, sul e sudeste do Pará. Está presente a Bernadete, que certamente vai narrar o que está acontecendo e o que se pretende fazer para corrigir essas distorções.

Mas, no fundo, o que pretendemos com esta reunião é dar um pontapé inicial para que possamos chegar a um denominador comum, Estado e União, na gerência do patrimônio fundiário do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Caro Deputado, com certeza o requerimento está deferido pela Mesa. Vamos ouvir agora os nossos expositores e, em seguida, antes de conceder a palavra aos Deputados inscritos, ouviremos o depoimento dos 2 produtores rurais da região de Altamira.

Concedo a palavra ao Superintendente Regional do INCRA em Belém, Sr. José Roberto de Oliveira Faro. S.Sa. dispõe de 20 minutos para a exposição.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA FARO – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheira Bernadete, que é Superintendente do INCRA em Marabá, Dr. Sérgio Maneschy, Presidente do ITERPA, e demais pessoas que comparecem a esta audiência pública.

Primeiro, quero ressaltar a importância deste debate, parabenizar a Comissão da Amazônia por promovê-lo e agradecer o convite para que dele participássemos. Nos poucos meses que estamos exercendo essa função, temos trabalhado na busca dessa harmonização não só no âmbito federal, nos órgãos federais que atuam no nosso Estado, no sentido de trabalhar conjuntamente, de buscar entendimentos para que possamos falar, como disse o Deputado Asdrubal, a mesma língua. Buscamos esse entendimento com Estado e Municípios.

Nesse último período, desenvolvemos todas as ações para tentar buscar o entendimento. Várias conversas foram mantidas com o Presidente do IPEA, com o Secretário de Agricultura, com representantes da área de produção do Estado, ligados à questão fundiária agrícola do nosso Estado, para tentar harmo-

nizar, do ponto de vista da ação concreta no Estado, e trabalharmos essa iniciativa. Esta convocação nos remete cada vez mais a essa necessidade, o que é fundamental.

Agradeço à nossa bancada federal a atuação, no caso do nosso Estado, na busca de recursos para aplicar na infra-estrutura, por exemplo, dos assentamentos rurais feitos no Estado. Tem sido uma luta grande da bancada. Parabenizo, em nome da Superintendência, a atuação dos Deputados na busca da garantia dos recursos necessários, tão reclamados pelo nosso povo, pelas pessoas que estão sendo assentadas no Estado, e agradeço a S.Exas.

Vou fazer uma exposição, para mostrar um pouco o que é nossa Superintendência, o que estamos recebendo, os problemas principais, e entrar no debate específico da regularização fundiária e de como estamos tentando fazer, do ponto de vista da Superintendência e do INCRA nacional, para atuar nesse Estado. (Pausa.)

(Segue-se exibição de imagens.)

Dando seqüência, o Estado do Pará tem 125 milhões de hectares – área de atuação da nossa Superintendência. Temos 2 Superintendências da SR-01, com 96 milhões de hectares, o que não quer dizer que seja do INCRA, mas a área que abrange os Municípios, que corresponde a 104 Municípios em que atuamos como Superintendência, e 6 que têm parte em interseção com Marabá. Há Municípios ali em que nossa Superintendência atua em conjunto com Marabá – a maior parte desses Municípios é de Marabá, mas temos parte desses Municípios. Colocamos alguns dados, áreas discriminadas matriculadas em nome do INCRA, que são discriminadas: quase 13 milhões de hectares. Há áreas arrecadadas sumariamente. Depois tem outro programa – podemos até mostrar do ponto de vista do mapa –, mas são por meio de decreto e não estão necessariamente discriminadas. São 7 milhões e áreas desapropriadas. Ali se encontra o polígono de Altamira, ao longo da Transamazônica, com o projeto de colonização. Como áreas desapropriadas para assentamentos de reforma agrária, o Estado como um todo tem esta quantidade de área: 6 milhões, 233 mil hectares.

Nossa Superintendência atua com 1 sede em Belém e com 8 unidades, distribuídas dessa forma: Altamira e Municípios ao redor. E ali temos o número de projetos de assentamentos rurais que fizemos durante a existência da Superintendência e o número de famílias assentadas dentro dessa unidade: Altamira, 19 projetos, 4.628 famílias. Temos uma relação de todos, sendo que o maior é Capitão Poço, com 11 projetos e 5.526 mil famílias assentadas.

Quero mostrar um pouco esse quadro.

Criamos até então 114 projetos de assentamentos rurais, sendo que 4 são recentes. Portanto, não tem nem tempo hábil para uma ação. Já temos 110 há algum período, e 101 são Projetos de Assentamentos – PAs da forma mais tradicional, desapropriação, assentamento, como tem sido feito País afora; 7 são projetos especiais de quilombos, um projeto casulo na cidade de Belém. São 5 projetos, na verdade, de PDS, só que um completa os 110, já está em desenvolvimento, e 4 estamos começando agora. Aí é o número de hectares, abrangendo um total de 40 Municípios.

No gráfico abaixo, o azul é o tamanho da área, a capacidade de pessoas que poderíamos estar assentando nessas áreas desapropriadas, ou arrecadadas, para se fazer o projeto de assentamento. O outro quadro é o número efetivo de famílias assentadas nesses assentamentos. Então, temos uma área com capacidade maior do que aquilo que foi assentado ao longo dos últimos anos.

Esse aí é a procedência dos projetos criados. O 18 está inserido no 39. Temos 90 projetos construídos no período de 1994 a 2002. Desses, 51 foram feitos em terras que já eram da União, e 39 projetos foram processos de desapropriações feitas no Estado.

Aqui retrata um pouco o quadro anterior. Dos 110 projetos, temos capacidade de assentar – pelo menos teríamos, em tese – 33.169 famílias, pelo tamanho da parcela que possamos dar para cada assentado. No entanto, só assentamos nesse último período 25.430 famílias, 23% das áreas destinadas à reforma agrária estão desocupadas, ou ocupadas de forma irregular por pessoas que não são beneficiadas dos programas de reforma agrária e estão dentro dessas áreas.

Esse é um gráfico para mostrar um pouco o processo de assentamento no Estado em nossa Superintendência: no ano de 1995, 2.241; em 1996, 10 mil, junto com Marabá. Nossa Superintendência era uma única superintendência, e de 1997 até 2002, último ano, veio o processo de diminuição do número de famílias assentadas para a reforma agrária, que era a principal ação do INCRA nesse Estado.

Colocamos aqui um pouco a idade dos assentamentos feitos no Estado para depois fazermos um gráfico da situação desses projetos e de como recebemos o projeto de assentamento.

Verifica-se aqui que 16 projetos, ou 14,55%, têm mais de 10 anos de existência; 22 projetos, ou seja, 20%, entre 6 e 10 anos; 63 projetos de assentamentos, ou seja, 57% do total, têm entre 2 e 5 anos; e 9 projetos, ou 8,18%, têm menos de 2 anos. Nota-se que mais da metade dos nossos projetos têm no máximo cinco anos.

Esse dado mostra um retrato de como recebemos os assentamentos. Esse gráfico mostra a demarcação topográfica, uma das primeiras ações que se faz dentro dos assentamentos: a demarcação das parcelas. Do total, 72% e 28% dos lotes das parcelas nesse assentamento não foram demarcados.

Esse quadro se refere à política estabelecida até então de titulação das propriedades. Uma coisa é a demarcação. Vamos trabalhar com outro processo. Até o final do ano passado, nossa Superintendência expediu título de propriedade para 13% apenas do número de famílias assentadas, e 87% da demanda ficou reprimida.

Outro processo se estabelece a partir da constituição dos assentamentos, o PDA, um projeto de desenvolvimento do assentamento. Como ele vai desenrolar-se, como vão ser aplicados os recursos, que programa agrícola se desenvolve para o assentamento são discutidos por meio da elaboração de um plano de desenvolvimento do assentamento. Foi elaborado o PDA de apenas 53 dos 110 projetos em que trabalhamos até o ano passado. Para o restante, 57, mais da metade, nem sequer elaboramos o plano de desenvolvimento.

Esse é um dos programas a que nos temos empenhado em dar seqüência, pois é um dos mais animadores na nossa avaliação. Refiro-me ao programa de educação para a reforma agrária, o programa de alfabetização. Hoje estamos discutindo a escolarização e a formação profissional para jovens e adultos nos assentamentos da reforma agrária. Até 2001, quando iniciamos efetivamente o programa, 870 alunos concluíram a alfabetização; em 2002, 1.660 pessoas concluíram o programa; e, durante este ano, 6.230 pessoas, que estão em fase de alfabetização, vão concluir o programa. Cinqüenta pessoas desse assentamento, basicamente os monitores, escolhidos pelas próprias famílias assentadas, num convênio do INCRA com a universidade, estão se formando no 3º grau. Há 3.995 alunos com previsão de conclusão da alfabetização, e a demanda de alunos é de 3 mil.

Essa é a demanda de 2002, cujo levantamento estamos fazendo. Esse ainda não é o número exato. E estamos fazendo o levantamento da demanda de 2003 nesse assentamento. Aquele outro gráfico mostra os recursos aplicados para esse resultado no programa de educação nos assentamentos.

Esse é o número de famílias efetivas atendidas pelo programa de crédito de produção nos assentamentos: primeiramente pelo PROCERA, depois pelo PRONAF A, que o substituiu. Esse é o número de famílias atendidas a cada ano. Notem V.Exas. que, até 1996, junto com Marabá, tínhamos a mesma Superintendência. De 1997 a 2001, houve baixa no número de famílias atendidas com esse crédito, por vários fatores, entre os quais a falta de assistência técnica nos assentamentos. Vamos abordar essa questão em outro gráfico.

Esse é o quadro da infra-estrutura nesses assentamentos – o quadro que estamos assumindo –, da infra-estrutura básica implantada. Trabalharíamos nas questões de eletrificação rural, abastecimento de água e estradas nesses assentamentos.

No que se à abertura e à recuperação de estradas vicinais, em 71 dos 110 projetos, 64,55%, foram construídos 2.249 quilômetros de estradas vicinais, e, em 24 projetos, foram recuperados 990 quilômetros. Conclui-se, portanto, que 35,45% dos projetos não foram contemplados com estradas vicinais durante esse período. Mesmo depois de criados, estradas não foram construídas. A construção de 2.249 quilômetros não quer dizer que todas as estradas dos assentamentos estejam concluídas, mas apenas o que foi feito. Em muitos desses assentamentos, existe grande defasagem quanto ao quantitativo de estradas.

No que se refere à eletrificação rural, em 18 projetos apenas, 16,36%, foram implantados 555 quilômetros de rede. No restante, em 83% dos assentamentos, ou seja, 86 projetos, nem sequer houve o benefício da eletrificação rural. Além disso, os 555 quilômetros não contemplam todas as famílias dos 18 projetos de assentamentos.

No que tange a abastecimento de água, o quadro é pior ainda. Foram estabelecidos 45 sistemas de abastecimento de água nesses assentamentos, que atenderam a 20 projetos, 18,18%, do que se deduz que, em 90 PAs, ou 81,82%, não foi estabelecido programa de tratamento de água, de rede de distribuição.

Esses são os dados conclusivos do aspecto da infra-estrutura. Aqueles outros são os dados com infra-estrutura e sem infra-estrutura, o que reproduz aquele que já li.

Esse é um dos últimos itens: Crédito Instalação. Existem duas modalidades de Crédito Instalação, e uma é o apoio. Já receberam essa modalidade 19.408 famílias. Esse é o recurso de maior porte nos últimos anos na Superintendência. Esse é o valor por cada família. Já receberam 76,30%. Outro tipo de crédito que compõe o Crédito Instalação é o da habitação, e já receberam esse tipo de crédito 58,51%. Desculpem-me. Aqui, no segundo, vamos tratar do Crédito Instalação. Segundo o enunciado, 14.195 famílias já receberam a modalidade crédito de apoio, cujo valor atual é R$3.100,00. Esse, sim, é o crédito de habitação, para material de construção, por família, apresentando

55,81% da demanda de produtores assentados nos assentamentos que receberam.

No que diz respeito à assistência técnica, até o ano de 2002 apenas 20% possuíam ou possuíram assistência técnica nos assentamentos rurais, e 80% não possuíram qualquer tipo de assistência técnica. Essa é uma das prioridades neste ano. Nessa nova etapa, mais da metade, 58 projetos de assentamento, dispõe de assistência técnica. Esperamos, até o final do ano, garantir assistência técnica à totalidade dos assentamentos.

Esse é o quadro dos nossos recursos humanos, que também são poucos. Ao longo dos anos, o quadro funcional do INCRA foi diminuindo.

Quero levantar os aspectos que temos como desafio e que trabalham nessa seção. Fizemos agora o cadastramento de famílias acampadas ou em terras ocupadas, famílias de agricultores familiares, de pessoas que querem ser assentadas como agricultores familiares nos módulos abaixo de 100 hectares. Foram cadastradas 9.700 famílias em mais de 100 acampamentos. O tempo não vai permitir-nos falar sobre isso. Apenas 2 acampamentos formaram-se no Estado durante este ano, e o restante já tem 2, 3, 4, 5, 6 anos e até mais do que isso. Então, recebemos a Superintendência com pressão e demanda. Há grande tensão nas ocupações e nos acampamentos na área do nordeste paraense, onde, na nossa Superintendência, há o maior número de famílias acampadas.

Com o deslocamento da fronteira agrícola para as regiões do Tapajós e do Baixo Amazonas, está havendo pressão pela titulação dos lotes acima de 100 hectares das áreas matriculadas em nome da União ou do INCRA. Do ponto de vista interno do INCRA, foi estabelecido há algum tempo o processo de regularização e titulação de terras com até 100 hectares.

Estamos fazendo um estudo para o estabelecimento de regras para trabalhar a questão. Comissões estabelecidas pela Direção Nacional do INCRA, em conjunto com as Superintendências – não só a nossa e a da Bernadete, em Marabá, mas também as de outros Estados da Amazônia e de outras Unidades da Federação – , estão debatendo esse aspecto, a forma como vamos fazer. Esse é um debate que queremos fazer, e temos feito isso. O modelo até hoje estabelecido, na nossa avaliação, também tem problemas de regularização dessas áreas. Geralmente, regularizam-se as áreas, e elas facilmente são vendidas. Faz-se um processo também de comercialização das áreas.

Precisamos rediscutir o modelo de regularização fundiária dessas áreas. Sabemos da pressão existente, do número de famílias na área, mas existe um processo e um mecanismo interno para estabelecer as regras, as condições, a forma como vamos trabalhar isso. Estamos discutindo o processo em conjunto. Temos realizado várias reuniões no Estado, para que não haja uma política do INCRA e uma política do Estado, mas uma política comum dos órgãos ligados à questão.

Há grande pressão no sentido de trabalhar a questão dos projetos de manejo no Estado, sobre a questão das terras públicas, que temos também debatido muito. E o INCRA está debatendo a regularização não só na questão da pecuária, da agropecuária, da agricultura, mas também no aspecto do manejo florestal. Estamos elaborando isso, mas existe todo um processo rigoroso de legislação, a que precisamos obedecer, para estabelecer mecanismos de como vamos fazer isso no Estado.

O quadro não mostrou grave problema que enfrentamos no Estado, principalmente na nossa Superintendência. Eu disse no início que 77% de famílias foram assentadas. Não necessariamente esses 77% de famílias estão nos assentamentos. Há grande reconcentração nesses assentamentos. Muitas pessoas que não são clientes da reforma agrária e não são beneficiárias não atendem aos critérios estabelecidos pela reforma agrária e estão nos assentamentos.

Há uma ação, uma operação estabelecida por nós na Superintendência, em conjunto com o INCRA e outros órgãos do Estado e da União, para rever, rearticular essas áreas, para assentar as pessoas que estão acampadas e as que efetivamente precisam das áreas para fazer o assentamento da agricultura familiar. Consideramos essa demanda um gravíssimo problema no Estado. Recentemente, conseguimos recuperar 8 mil hectares que estavam na mão de 2 pessoas – 2 propriedades de 4 mil hectares num único projeto de assentamento. Existem lá projetos com capacidade para assentar 50 famílias, mas há 8 famílias assentadas, e o resto está reconcentrado novamente. Então, precisamos de ação concreta nesse sentido.

Esses são alguns dos problemas que temos enfrentado. Há uma série de comissões e grupos de trabalho estabelecidos por nós e pela direção nacional do INCRA para dar a resposta a esse conjunto de problemas. Estamos com graves problemas há muito tempo, desde que estamos nesse órgão.

Uma última questão ainda muito grave, principalmente em nossa Superintendência, são as terras indígenas ocupadas por não-indígenas. Temos, por exemplo, na Reserva Indígena Alto Rio Guamá, dos índios tembés, mais de mil famílias. E assim por diante: na Transamazônica e em outras áreas, há pessoas que não são indígenas e lá vivem há 30 anos. Inclusive, hoje começamos a fazer ação de retirada das famílias dessas áreas, para assentá-las em outras, embora não

possamos fazer isso num curto espaço, e há grande pressão social nesse sentido.

Assim, coloco-me à disposição para, após ouvi-los, debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Gostaríamos de agradecer ao Sr. José Roberto os esclarecimentos aqui prestados.

Quero registrar a presença do Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima. Seja bem-vindo, Senador. Fique à vontade. A casa também é sua.

Concedo a palavra à Sra. Bernadete Caten, Superintendente da Regional do INCRA no sul e no sudeste do Estado do Pará.

A SRA. BERNADETE TEM CATEN – Gostaria de saudar a todos os presentes; o Presidente em exercício dos trabalhos desta Comissão, Deputado Zequinha Marinho; o Sr. Sérgio Maneschy, do ITERPA; meu companheiro Beto; o Deputado Paulo Rocha, coordenador da bancada do Pará na Comissão da Amazônia. De saudar com muita alegria o autor do requerimento, Deputado Asdrubal Bentes, assim como o Deputado Zé Lima, Deputados da nossa região. E também o Deputado Zé Geraldo e os demais Deputados e Senadores presentes.

Estamos, com alegria, atendendo a esse convite, entendendo que este debate – o Deputado Asdrúbal me falou sobre isso várias vezes por telefone – enfoca a questão do conflito agrário no Pará. É um tema que precisa muito ainda ser debatido para que consigamos construir algo que possamos chamar de solução ou de minimização do conflito, dando uma resposta à sociedade. Entendemos como um debate que terá, certamente, conseqüências.

Gostaria de dizer que a questão agrária fundiária em todo o País – em especial no Pará e, talvez, de modo muito singular, no sul e no sudeste do Pará – não envolve simplesmente a regularização fundiária. Trata-se de um emaranhado muito complexo de problemas. É necessário colocarmos um enfoque muito importante na questão de como a Amazônia foi ocupada, na questão da grilagem das terras, da ocupação das terras, das chamadas invasões das fazendas, assim como das áreas indígenas, quilombolas, e assim por diante. E a questão agrária, ainda não resolvida, requer política que realmente nos leve a chegar a um nível de produtividade, de segurança alimentar e de qualidade de vida.

Todos nós somos conhecedores de que a Amazônia, na verdade, foi humanamente ocupada com o chamamento e o enfoque em grandes projetos, na abertura de estradas, no grande Projeto Carajás, no Projeto Jari, nas hidrelétricas de Tucuruí, nos Projetos ALBRAS/ALUNORTE, no anúncio do Salobo, que ainda não saiu, e, recentemente, em Sossego, em Canaã dos Carajás. E temos que lembrar também do programa de colonização, que fez com que milhares de famílias de todas as partes do Brasil fossem para a Amazônia, e elas se sentiram, de certa forma, obrigadas a devastar a mata, porque, naquela época, eram exigidos 50% da área para produção, o que, desde a década de 70, levou a intensivo desmatamento no Estado do Pará.

Há uma uma questão muito forte e originária de muitos conflitos: a grilagem. Em 1999, tivemos CPI realizada pela Assembléia Legislativa do Pará. Gostaria aqui de mencionar esse relatório. Temos, por exemplo, o ofício de um Vereador de Altamira, líder do PPS, ao então Presidente da República, dizendo que uma madeireira, depois de adquirir 4 milhões e 700 mil hectares de terras através de documentos fraudados pelo cartório da cidade, área que engloba terras do INCRA, do Exército e da FUNAI, tem comprado todo documento frio que encontra, totalizando aproximadamente 15 milhões de hectares, já com ofertas de venda para o exterior.

Na página 28 do relatório se fala de outra indústria madeireira com arrendamento de 17 glebas, totalizando 4 milhões e 350 mil hectares, para fins de extração de madeiras como mogno, cedro etc. O relatório da CPI diz também que, por exemplo, o cartório de Altamira emitiu 3 documentos em épocas diversas sobre o mesmo imóvel com áreas completamente diferentes: um registro de 6 de agosto de 1997 traz 4 milhões de hectares; outro, de 12 de abril de 1996, 4 milhões e 770 mil hectares; o terceiro, de 20 de maio de 1999, 4 milhões e 772 mil. Isso para dar idéia do que significou no Pará a questão da grilagem das terras. Muitas vezes, quando se fala em conflito, dá-se à sociedade a imagem do trabalhador que invadiu uma fazenda, provocando assassinatos e manchando a história da região.

Finalizando, o relatório afirma que vários Municípios do Pará têm áreas registradas superiores à área geográfica real. Acará, com superfície de 854 mil hectares, tem registro, em cartório, de 1 milhão e 40 mil hectares. Tomé-Açu, que tem 582 mil hectares, tem registrados 819 mil. A CPI elenca vários Municípios.

Esse é um aspecto do nosso conflito fundiário. O relatório cita mais 30 milhões de hectares grilados no Estado do Pará. Isso levou, logicamente, à busca de terra. Os grandes projetos trouxeram milhares de pessoas, dos mais diversos recantos do País, buscando um pedaço de chão, sem emprego nem oportunidades de trabalho.

Temos na nossa história os conflitos sobre os quais os senhores muito já ouviram falar. Relatório

produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em outubro de 2001 traz dados estarrecedores em relação à violência e à impunidade no Pará.

O relatório cita, por exemplo, que o Estado nem de longe conseguiu acompanhar a velocidade da ocupação das terras. A atuação das instituições, tanto do Governo Federal quanto Estadual, foi socialmente perversa nos últimos 30 anos, em duas linhas. A primeira foi mobilizar agências como a SUDAM e o aparato de segurança em favor de interesses privados dos grandes proprietários de terras e contra os pequenos agricultores sem terra. A segunda linha foi a omissão do Poder Público exatamente onde ele mais se faz necessário, em face das fortíssimas desigualdades entre os sujeitos sociais em disputa. São recorrentes os relatos sobre a ausência da força policial em defesa da cidadania dos trabalhadores rurais, sobre a omissão diante da pistolagem; da formação de milícias por latifundiários; de notórias fraudes na titulação de terras públicas; de carência de juízes, promotores e policiais na região; da falta de condições de trabalho desses agentes; e da alarmante deficiência no serviço público de modo geral.

A ação do Governo Federal pouco difere da estadual. Até mesmo a pequena delegacia da Polícia Federal para a Região Sudeste, instalada num prédio antigo da CONAB, em Marabá, estava com os telefones cortados por falta de pagamento quando da visita dessa delegação. Os rádios de comunicação usados pelos agentes tinham sido adquiridos por eles próprios. Isso ilustra um pouco o relato da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Entra também na questão do conflito fundiário no Pará a impunidade. O relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados diz que, entre 1971 e 2001, houve registro de 706 assassinatos de trabalhadores rurais no Pará, sendo que 534 ocorreram nas regiões sul e sudeste do Estado. Esses dados demonstram a persistência da violência contra trabalhadores. Na primeira década desses 30 anos, foram mortos 340 e, na segunda metade, 366. Segundo dados da CPT, ocorreram 534 execuções de trabalhadores rurais nos últimos 30 anos, e somente 2 executores foram a julgamento. Ainda assim, executores e mandantes fugiram das prisões pouco tempo depois e gozam de regalias.

A impunidade, segundo a CPT, alcança 99,54% da violência no Pará. O relatório fala também de milícias particulares de fazendeiros. O relatório da Comissão de Direitos Humanos cita a vergonhosa lista dos marcados para morrer, que, segundo um componente da coordenação da FETAG no Pará, só diminui quando alguém é assassinado. Temos aqui 24 pessoas marcadas para morrer. A lista só diminui quando lideranças e trabalhadores são assassinados.

O Deputado Asdrubal Bentes tem razão ao convocar este debate. O quadro tem de ser alterado. O quadro é de hoje, praticamente, porque a violência não estacionou. Em 2002, para termos um resumo da situação no campo, temos cômputo de 16 trabalhadores assassinados, 5 desaparecidos em conflitos, 36 ameaçados de morte, 73 presos – nenhum latifundiário foi preso. Temos 19 fazendas ocupadas e 440 famílias despejadas no ano passado. Temos 36 fazendas em situação de conflito e 82 ocupadas, inclusive antes da medida provisória que proíbe a vistoria depois da ocupação; temos 22 fugitivos, pistoleiros ou mandantes. Esse quadro é de 2002. É uma situação recente.

O que ocorreu nas regiões sul e sudeste do Pará? Por força da mobilização e da pressão dos movimentos sociais, foi originada toda a situação de conflitos, violências e assassinatos. Por exemplo, na SR-27, 365 assentamentos foram criados. Ao contrário de 110 aqui, lá temos quase 400, mais 23 esperando portaria de criação, e em torno de 60 mil famílias assentadas. Quando assumimos no INCRA, encontramos apenas 45 famílias cadastradas no SIPRA, nosso sistema de dados. Nesses 365 projetos de assentamentos, temos lotes para 74 mil famílias, e 45 mil no SIPRA. Esses lotes são, em parte, de famílias ainda não cadastradas, porque temos projetos de assentamentos onde o INCRA não colocava os pés há 2 ou 3 anos. O Governo assentou famílias, mas não demarcou os lotes, não as cadastrou no sistema, portanto, estão 100% sem atendimento no tocante aos benefícios da reforma agrária.

O Deputado Zé Lima gosta de dizer que temos de parar de falar do Governo anterior. Ele vai dizer isso novamente daqui a pouco. Mas, se não trabalharmos o quadro que encontramos, fica difícil. Como vamos trabalhar metas e ações para resolver a enorme problemática dos assentamentos criados irresponsavelmente? Não há outra palavra. Os assentamentos ficam a 150 ou 200 quilômetros da cidade. Como lhes levar infra-estrutura? A quantidade de reforma agrária foi muito divulgada, mas, até agora, não temos qualidade.

O Beto falou muito bem do percentual ou número de famílias, mas só vou falar sobre os valores. Na modalidade de apoio, quando a família é assentada, no primeiro ano, ela deveria imediatamente receber aporte para se instalar. Encontramos um passivo de 44 milhões, 746 mil e 800 reais; de crédito habitação, 128 milhões e uma fração. Quanto à infra-estrutura – estradas, pontes, instalação de água, poços, redes trifásica e monofásica, energia elétrica –, temos, na SR-27,

39 Municípios e um passivo de 916 milhões e 188 mil reais. Quase um bilhão é o débito de infra-estrutura básica nos assentamentos criados até o ano passado. Em demarcação, a dívida pública nos assentamentos chega a 3 milhões, 384 mil e 400 reais. Se somarmos o PRONAF-A que estamos devendo aos assentados, 540 milhões de reais, sem incluir a assistência técnica, que deve ser a alma, o coração, o sangue da reforma agrária, para se construir qualidade de vida, segurança alimentar, excedente de produção, chegamos ao passivo de 1 bilhão e 600 milhões.

Considerando que o INCRA tem para este ano 1 bilhão e 400 milhões para todo o País, o passivo somente da SR-27 supera esse montante. Isso para que tenhamos idéia do que foi quantidade, qualidade e passivo criado pela reforma agrária até então.

Temos hoje ainda motivo para conflito: a venda de lotes, porque as pessoas não conseguem ficar lá. Sem assistência à saúde, estrada e energia, elas comercializam o lote.

Além da problemática dos assentados, temos a dos acampados. Se considerarmos as áreas e fazendas antes da medida provisória e os atuais, em torno de 4.500, chegaremos a um número de 15 mil famílias que esperam ser assentadas.

Fazer o que diante disso tudo? Os senhores já devem ter ouvido o Ministro, o Presidente do INCRA e o Presidente Lula falarem do programa de governo que agora, de fato, faz a reforma agrária, dando qualidade de vida às famílias assentadas e acabando com a história de criar assentamentos muito longe dos centros consumidores, da infra-estrutura, gerando favelas rurais, a não-cidadania e a não-dignidade, tudo o que caracteriza a desumanização.

Precisamos, sem dúvida, do enorme apoio desta Casa, dos Deputados, dos Senadores, para que de fato haja compreensão da prioridade da reforma agrária, assim como da educação, em que tudo sempre é colocado como prioridade. Sem investimento de fato na educação e na reforma agrária, não podemos falar em desenvolvimento humano, em criação de oportunidades para promover a qualidade de vida.

Quais as prioridades hoje da reforma agrária, em poucas palavras? Precisamos potencializar a estrutura do INCRA. Sem o concurso público regionalizado, não temos como fazer reforma agrária em nossa região. Desde o GETAT, de 30 anos atrás, INCRA não fez mais concurso público, não teve, na verdade, a potencialização da força de trabalho. Vamos priorizar assentamento dos acampados, vamos tentar recuperar essas famílias. Prioridade zero é assistência técnica. Hoje atendemos em nossa SR apenas 10% a 12% das famílias com esse serviço essencial e estamos retomando as áreas irregularmente ocupadas. Já iniciamos esse trabalho. Já retomamos de grandes proprietários os lotes que haviam adquirido dentro de assentamentos e estamos assentando famílias acampadas.

Temos grande investimento também através do PRONERA. Por uma articulação interessante, o Deputado José Geraldo esteve conosco na semana passada, junto com um representante do Ministério da Educação, o Secretário de Ensino Superior, que, ouvindo a nossa demanda por educação rural, garantiu, Deputado Asdrubal Bentes, a instalação de uma escola técnica federal de nível médio para capacitar jovens da região para trabalhar nos assentamentos. Hoje, nas prestadoras de serviços que fazem a assistência técnica, 70% da mão-de-obra vêm de outros Estados, quer dizer, não concluímos nenhuma turma de agronomia pela UFPA. Estamos avançando também nessa discussão, instalando a partir do ano que vem um curso de agronomia, demandado pelo MST, em parceria com o INCRA, a UFPA e assim por diante.

A regularização é um dos maiores problemas herdados por este governo. É necessário buscar alternativas conjuntas do Governo Federal, INCRA, MDA, MMA e ITERPA. Nosso diálogo com o ITERPA foi interessante. Fizemos mesa de trabalho, foram deslocados 2 servidores para a nossa região, que fizeram o levantamento das áreas. Temos 7 áreas pautadas, onde trabalham em torno de 2 mil famílias, há 17 anos, e que nunca puderam ser atendidas pelo INCRA porque a área era do Governo do Estado. Estamos negociando isso, mas é muito mais que essas 7 áreas. É preciso resolver a questão fundiária para atingir o desenvolvimento humano na agricultura, com a socialização não só da terra, mas também do conhecimento, do saber, com a recuperação das famílias e a construção da cidadania.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradecemos à Sra. Bernadete a exposição e passamos a palavra ao Dr. Sérgio Maneschy, Presidente do Instituto de Terras do Pará.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Agradeço à Comissão da Amazônia o convite, na pessoa do Deputado Zequinha Marinho, que hoje representa o Presidente. Gostaria de cumprimentar o Deputado Asdrubal Bentes, autor do requerimento para a nossa presença; os Deputados Zé Geraldo, Zé Lima e Nicias Ribeiro; o Senador Augusto Botelho – é um prazer conhecê-lo; os nossos companheiros e amigos do INCRA, da Superintendência de Belém, Dr. Beto, e de Marabá, Dra. Bernadete Ten Caten.

Falo inicialmente sobre os problemas fundiários na Amazônia, em especial no caso do Pará. É com

pesar e preocupação que a cada dia lemos nos jornais de circulação seja nacional, seja estadual, sobre a grilagem, a morte, os enfrentamentos. Mas o Governo do Estado do Pará tem claro que, além da análise objetiva da história dos conflitos resultantes de uma colonização perversa, como gestores públicos temos a responsabilidade de pensar o passado como elemento estruturante de reflexão sobre o presente e o futuro.

Nesse sentido, sinto-me plenamente recompensado ao ouvir os ilustres representantes do INCRA na reflexão sobre a história e na apresentação de números relativos ao Estado do Pará. Por isso, seria repetitivo tomar o mesmo caminho.

Entendemos, acima de tudo, a responsabilidade dos governantes do Estado, em especial do Governador Simão Jatene, e a necessidade de fortalecimento do Instituto de Terras do Pará. Sem ele, não teremos condições de enfrentar o dilema e os problemas que encontramos.

Apresentaremos eslaides sobre a questão fundiária em nosso Estado, em especial o aspecto político, cópia dos quais passei às mãos do ilustre Deputado Zequinha Marinho.

(Segue-se exibição de imagens.)

É importante caracterizar a responsabilidade compartilhada entre o Estado e o Governo Federal. O Deputado Asdrubal Bentes se enganou por pouco em sua observação. Na área total do Estado, observamos que o domínio federal das terras federalizadas, associado às áreas indígenas, de proteção ambiental e militares, totaliza 70,80%. Portanto, as áreas estaduais remanescentes representam 29,20%. Para simplificar, vamos colocar 30% como responsabilidade de avaliação técnica pelo Estado e 70% pelo Governo Federal. Mas não podemos, com isso, deixar de reconhecer que um dos grandes problemas é a falta de diálogo e de relacionamento institucional entre o INCRA e o ITERPA.

Faço uma pequena brincadeira para ilustrar esse ponto: meu companheiro Beto apresenta a área total em hectares, enquanto eu a apresento em quilômetros quadrados. É um pequeno diferencial, mas significar muito quando tratamos dos documentos e dos mapas do ITERPA e do INCRA.

Nesses 7 meses no ITERPA, constatei documentação enviada ao INCRA, informando que determinado cliente estava destinado a ser tratado por ele porque os mapas apontavam a terra como sua. Logo em seguida, chega resposta, através do interessado, dizendo que aquela terra não é do INCRA, mas do ITERPA. Então, os dois institutos se sentem confusos sobre os limites e áreas em que cada um trabalha.

É importante caracterizar este mapa para demonstrar também o nível de intervenção que o Estado do Pará sofreu no governo de exceção, através do Decreto-Lei nº 1.164, do Presidente Garrastazu Médici.

Posta essa questão, temos de enfrentar os desafios. É imprescindível o fortalecimento do Instituto de Terras do Pará, focado em promover e defender os valores estratégicos do Estado pela via legítima do domínio, do controle e dos valores culturais, sociais, econômicos e biológicos, enfeixados no patrimônio, sem os quais, evidentemente, os problemas só se avolumarão e só serão abordados novamente daqui a 4 anos, como disse a companheira Bernadete Ten Caten.

Tendo em conta o desafio, a missão do ITERPA é contribuir com o desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentado, coordenando a política fundiária do Estado no sentido de oferecer oportunidades crescentes para preservar a saúde e o patrimônio fundiário, usufruto da nossa e das futuras gerações.

Para cumprir a missão do ITERPA, precisamos estabelecer as premissas contidas no fortalecimento institucional. Elencamos o patrimônio fundiário como fator essencial de produção, fonte de emprego e desenvolvimento socioeconômico, vinculado à estabilidade e à receita fiscal, também elemento fundamental para a correção da distorção social que se apresenta não só no Estado do Pará, mas no Brasil como um todo.

Há evidências da necessidade desse fortalecimento. Se ele é baixo, a opção política se restringe ao objetivo apenas satisfatório. Portanto, precisamos cuidar desse aspecto.

O eixo estratégico necessário para o enfrentamento desses problemas é o fortalecimento da gestão do patrimônio fundiário como fundamento estratégico de incentivo à produção e eixo de proteção e promoção social, especialmente aos mais humildes. Quero fazer uma ressalva: o ITERPA, hoje, é componente fundamental da política do Governo do Estado. Em 22 Municípios há convênio de cooperação técnica com Prefeitos e associações locais. O ITERPA se apresenta para fazer a regularização dos pequenos produtores rurais, clientes da própria agricultura familiar, contemplados com menos de 100 hectares. Há 1.246 títulos concluídos para serem entregues a esses pequenos produtores, meta da agenda mínima do Governo Simão Jatene, que abrange 2.500 a 3 mil.

Para combater a dicotomia entre a riqueza e a pobreza, a desigualdade social, as instituições precisam compreender a importância de atender aos mais pobres e mais humildes e também como devem trabalhar no sentido de dar titulação aos produtores rurais, para que os recursos advindos desse reconhecimento sejam destinados ao implemento da titulação dos

pequenos. Este é o trabalho que o ITERPA tem feito: titular os pequenos a partir de um orçamento que ele constrói no reconhecimento e na titulação dos médios e grandes produtores.

A premissa estratégica é questão prioritária do Governo Simão Jatene. O patrimônio fundiário paraense é mecanismo essencial de produção, de fonte de emprego e desenvolvimento socioeconômico, vinculando estabilidade social e receita fiscal para o Estado.

É importante fazer um parêntese para reconhecer a importância do diálogo entre a Superintendência do INCRA nas áreas de Marabá e de Belém e a Presidência do ITERPA. Precisamos discutir de que maneira ordenada, cuidadosa e respeitosa, acima de tudo cumprindo os preceitos constitucionais e legais, reintegraremos o patrimônio fundiário ao Pará, dando possibilidade ao Governo paraense de ser o gestor desse seu patrimônio.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Dr. Sérgio Luiz, permita-me interrompê-lo por um minuto para fazer uma solicitação ao Sr. Presidente.

Estou sendo informado de que começou a votação em plenário. Peço, então, a V.Exa., Sr. Presidente, que suspenda por alguns minutos nossos trabalhos, para que possamos votar. Em seguida, voltaremos a esta reunião, que é de grande importância. E todos têm interesse em que os trabalhos se alonguem, na busca de soluções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – A votação começou agora mesmo, segundo a sinalização da Mesa. Vamos, então, suspender a reunião por 8 minutos, tempo em que votaremos.

Peço a compreensão do Dr. Sérgio Luiz Almeida Maneschy, da Dra. Bernadete Ten Caten e do Dr. José Roberto Oliveira Faro. Retornaremos em seguida.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Ao reiniciar a reunião, registro a chegada do Deputado Nilson Pinto, companheiro e membro desta Comissão.

Devolvo a palavra ao Dr. Sérgio Luiz Almeida Maneschy, que dará continuidade à sua exposição.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, na busca de resultados que venham a ajudar a resolver pelo menos em parte os problemas do Estado, a reintegração do patrimônio fundiário é elemento fundamental. E, evidentemente, essa reintegração deve ser feito de forma ordenada e avaliada.

Acima de tudo, é preciso observarmos algumas questões. Existem normas e procedimentos criados pelo Governo Federal que, em dado momento, estabeleceram responsabilidades e, conseqüentemente, a necessidade de o Estado trabalhar no sentido de que pudesse haver o retorno de área ou de parte de áreas federalizadas.

Assim, nos últimos 4 anos, o Governo do Estado do Pará vem trabalhando especialmente com o pessoal do chamado Vale do 15 – e aqui se encontra presente a Associação dos Produtores Rurais – e outras áreas. Foram feitos todos os procedimentos necessários previstos na legislação em vigor para que o Estado pudesse ter de volta determinada área, a fim de trabalhá-la.

Já conversei em particular com o Dr. Roberto, que fez algumas considerações sobre o assunto numa apresentação do INCRA. E reconheço que, nessa área, há serviço para mais de 3 ITERPAs e mais de 10 INCRAs.

Então, é necessário haver entendimento sobre alguns aspectos. Especialmente no que diz respeito aos planos de desenvolvimento integrado, pré-requisito para haver esse retorno, o Estado do Pará apresentou 4 trabalhos nessa área e está na expectativa de que haja a devida tramitação. Entendemos que um contrato foi estabelecido entre os Governos Federal e Estadual. Trabalhamos com a hipótese de que essa área possa ser retornada; tanto é assim que, ao longo de 3 anos, investimos nosso trabalho, recursos humanos e financeiros do Estado para sua concretização. Em conseqüência, ele está sendo analisado pelo Governo Federal. Há a expectativa de que ele seja utilizado pelo próprio INCRA.

Parece-me que aí há uma espécie de quebra de acordo de trabalho feito entre o Governo Federal e o Governo Estadual. Vejo isso com preocupação, e já externei minha compreensão sobre esse quadro para o Superintendente, Dr. José Roberto. Disse-lhe que aquilo que fosse novo na construção poderia ser discutido, e que poderíamos levar em conta uma nova abordagem, se fosse o caso, de interpretação do Estado e do Governo Federal. Mas, quanto àquilo que, por força da organização e da lei, já estava concluído, me parece contra-senso jogarmos por terra – a história e o trabalho institucional, acima de tudo – e recomeçar tudo, como se nada tivesse acontecido.

Então, eu gostaria de externar essa preocupação, porque entendo que há um diálogo muito significativo entre o INCRA e o ITERPA no novo momento que vivemos. Como a Dra. Bernadete disse ao final de sua exposição, de forma muito justa, fui a Marabá, a convite do INCRA, juntamente com o Secretário do MDA. Lá estando, foi-me feito um convite para participar da resolução de determinado problema que envolvia áreas do Estado e questões federais. Estivemos

reunidos posteriormente, e o Governo do Estado, por intermédio do ITERPA, não mediu esforços no sentido de atender as solicitações. Os trabalhos já estão bastante adiantados, e, com certeza, vamos concluí-los de forma satisfatória.

Então, gostaria que fosse levado em conta o fato de que o Governo do Estado, por meio do ITERPA, já encontra mecanismos de formulação para a aplicação de determinado tipo de regularização, enquanto o INCRA vai criar isso por intermédio de comissões etc. Então, é preciso que haja parceria e, ao mesmo tempo, compreensão, para que os diversos setores da sociedade não fiquem esperando tudo recomeçar.

Para concluir, quero dizer que nessa área fundiária há um problema muito sério em relação aos institutos jurídicos, tendo em vista o fato de que a forma de doação, compra ou compra em condições especiais, da maneira como é feita, acaba também estimulando a grilagem no Estado do Pará e em todo o Brasil. Sim, porque, no momento em que a pessoa não tem a posse, ela busca a construção dessa posse, e a ausência de ações do Governo, seja Federal ou mesmo Estadual, evidentemente, com o tempo, consolida essa posse e, conseqüentemente, abre condições de se pretender a compra.

Então, quero agradecer a oportunidade da apresentação e dizer que estamos abertos ao diálogo, não só com o INCRA, exercício que já vínhamos fazendo, mas também com o IBAMA. Há um mês e meio precisamos fazer um trabalho de fortalecimento dessas relações, tendo em vista a questão do manejo florestal, e o Governo do Estado propôs o uso de bem público estadual. Foi a fórmula encontrada para objetivar, depois, as concessões na área de manejo. Já estamos bastante adiantados nesse sentido, o que demonstra, da parte do Estado, enorme preocupação em fortalecer a democracia por meio do diálogo e, acima de tudo, da defesa dos interesses do povo paraense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao Dr. Sérgio Maneschy, Presidente do ITERPA, os esclarecimentos.

Deferimos, no início, requerimento verbal do Deputado Asdrubal Bentes no sentido de ouvirmos o depoimento de 2 companheiros da Associação dos Produtores Rurais do Vale do 15, Município de Altamira. Assim, primeiro, facultarei a palavra por 3 minutos ao Sr. Calixto Leite, para que rapidamente exponha as dificuldades sofridas naquela região, relativamente à regularização da terra.

Com a palavra o Sr. Calixto Leite.

O SR. CALIXTO LEITE DE MELO – Boa-tarde a todos. Faço a minha apresentação. Sou Calixto Leite de Melo, Presidente da Associação de Produtores Rurais do Vale do 15. Já estou morando naquela região há 25 anos. E para lá fui incentivado pelo Governo militar, assim como os demais companheiros que moram na região.

Vou fazer uma breve explanação. Cheguei até aqui a convite do Deputado Asdrubal Bentes. Aqui está também um Deputado Federal que é testemunha do tempo que estou lá na área, o Deputado Nicias Ribeiro, que várias vezes marcou audiência aqui em Brasília comigo para termos essa terra de volta.

A terra em que estamos era uma área militar. Ganhamos essa terra dos militares, e essa terra, em vez de vir para nós, foi para o INCRA. Então, eu não tinha conhecimento de que ela estava no INCRA, fizemos o requerimento da posse por intermédio do ITERPA. Hoje, estamos com 312 processos no ITERPA.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados que olhem com mais carinho e nos dêem apoio. Eu já estou velho – estou com 60 anos –, há 25 anos moro naquela região, onde não temos apoio por parte do Governo. Então, eu gostaria que os Deputados presentes ajudassem o ITERPA e o INCRA a resolverem o nosso problema, porque o nosso problema não é de infra-estrutura, não é estrada, não é ponte. Isso tudo nós já fizemos. O nosso problema é documento de posse da terra, o que nós não temos.

Gostaria, mais uma vez, de pedir que olhem por nós, da Cuiabá – Santarém, com carinho, porque ali existem mais de 4 mil produtores rurais sem documento de posse da área que ocupam. O INCRA já expediu alguns CPCVs (Contratos de Promessa de Compra e Venda) naquela região, a região do Castelo. Conheço pessoas que têm o CPCV há 18 ou 20 anos e até hoje não têm o título definitivo. Gostaria também que o Dr. Roberto olhasse para esse pessoal que tem CPCV na região e emitisse o título definitivo, porque vários já estão pagos.

Eu gostaria também que os Deputados apoiassem a proposta de que essa terra vá para o ITERPA, porque o nosso trabalho está todo feito pelo ITERPA. Agora, se não tiver possibilidade, que o INCRA também... que sejamos bem servidos pelo INCRA. O povo, porém, tem medo do INCRA, porque o INCRA é muito lento para trabalhar.

Então, esse é o meu argumento. Vamos olhar por nós, Deputados, que é do que precisamos.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se poderíamos dispensar o outro depoimento, porque será o mesmo. Eles são da mesma associação, da mesma área. Acho que, por economia processual, deveríamos evitar o outro

depoimento, porque vai repetir o que já foi dito pelo Sr. Calixto, vai chover no molhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Assim como deferimos a sua solicitação no sentido de ouvirmos os 2 depoimentos, atendemos sua solicitação com relação à dispensa do depoimento do outro representante dos produtores da região.

Registro a chegada do meu querido amigo do Tocantins, Deputado Maurício Rabelo, membro desta Comissão, e de um grande amigo e membro do Governo estadual, Dr. Luiz Pinto, Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ. Cumprimento também a Senadora Ana Júlia Carepa, que acaba de entrar neste recinto.

A partir deste instante, declaro aberto o período de questionamentos. Os inscritos devem observar o tempo de 3 minutos. Há muitos querendo participar, e é importante que tenhamos por parte dos nossos representantes do INCRA e do ITERPA respostas para aquilo que for questionado.

Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Deputado Zequinha Marinho, nosso Presidente; companheiros expositores; Senadora Ana Júlia, que nos honra com a sua presença; Deputado Maurício Rabelo; fico muito gratificado por ter apresentado esse requerimento, e a presença de tão ilustres personagens nesta Comissão demonstra realmente a importância da matéria ora em discussão.

Temos, preliminarmente, de deixar bem claro que não estamos aqui para buscar quem é culpado disso ou daquilo, até porque entendo que o Governo é impessoal. Então, não adianta chorarmos pelo leite derramado e ficarmos buscando quem errou e quem não errou. O que temos de buscar são as soluções para esse problema, porque, do contrário, mais uma vez, teremos o desenvolvimento do nosso Estado atrapalhado, dificultado, porque tudo repousa na terra. Se não pudermos utilizar a terra de forma racional, com proteção para quem dela faz uso e nela está assentado, não vamos ter o desenvolvimento que almejamos.

Nada mais vou expor, porque o tempo é curto, é exíguo. Aliás, sempre reclamo disso, aqui na Comissão e no plenário. A Amazônia é imensa, e seus problemas são bem maiores que ela, mas, quando chega a hora de discutirmos, há a limitação do tempo. É terrível isso.

Não é possível que, em uma discussão dessa natureza, os Parlamentares sejam limitados a 3 minutos, prazo insuficiente até para as saudações.

Vamos ser objetivos. Acabamos de ouvir o relato de um produtor rural de Castelo dos Sonhos – vejam bem, companheiros, a região de Castelo dos Sonhos fica mil quilômetros distante da sede do Município, Altamira.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Mil e duzentos, precisamente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O Deputado Nicias Ribeiro, que é da região, me corrige: são 1.200 quilômetros. Vejam bem: 1.200 quilômetros da sede do Município. Esses produtores, essas 300 famílias, estão lá há 25 anos – 25 anos, bodas de prata. Sinceramente, creio que eles merecem ser condecorados pelo heroísmo, primeiro, porque foram enganados com o chamamento de trazer o "homem sem terra para a terra sem homens" com o objetivo de "integrar para não entregar", como dizia o slogan da época militar, que tinha a terra como um fator de segurança nacional.

Hoje, a coisa é outra, mas, na realidade, precisamos dar uma resposta a esse povo que está lá abandonado. Esses são os verdadeiros clientes da reforma agrária. Vinte e cinco anos na terra, trabalhando sem documento, sem poder fazer um financiamento, sem nenhuma proteção, e permanecem lá. Então, precisamos dar uma resposta. Não quero saber se é o INCRA, se é o ITERPA, acho que buscamos hoje aqui entendimento entre esses 2 órgãos, para que possam falar a mesma língua e dar as devidas repostas para situações como essa.

A primeira pergunta que faço é dirigida ao Dr. Sérgio Maneschy.

Dr. Maneschy, que ações efetivas o Estado do Pará adotou para rever o seu patrimônio fundiário, usurpado pelo Decreto-Lei nº 1.164, e devolvido, posteriormente, pelo Decreto-Lei nº 2.375, que teve um dos seus artigos, justamente aquele que trata da devolução dessas terras, regulamentado por decreto datado de 26 de abril de 1988? Eu gostaria de saber quais as ações efetivas já tomadas pelo Estado para reaver esse patrimônio, porque, como é sabido, pelo decreto-lei que revogou o Decreto-Lei nº 1.164, as terras voltariam para o Estado, obedecendo as limitações nele contidas. Sei que já houve criação de comissão interministerial, que o assunto já foi discutido e que já há decisões, mas não há nada executado. Daí aquela tônica de que, quando não se quer resolver, se cria comissão.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Deputado, só para completar, quero dizer que, na realidade, a comissão criou a condição que estabeleceu os PDIs. Isso foi feito e está à espera do posicionamento do Governo Federal, porque, como são consorciados, o Governo Estadual e o Governo Federal, esperamos essa posição.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O outro questionamento é dirigido aos 2 superintendentes: a Constituição Federal permite a alienação de terras públicas até 2.500 hectares, também obedecidas as limitações previstas inclusive no próprio Estatuto da Terra. Mas o INCRA – não é o INCRA de agora, mas o INCRA de antanho – alega outra limitação: diz só poder titular área de até 100 hectares. Ora, a lei tem de nascer em assentamento que se possa dizer que foi planejado. Esses projetos de assentamento vêm a reboque de ocupações de áreas geralmente inservíveis para a reforma agrária. Essa é a dura realidade.

Mas o que ocorre? Existe um universo imenso. No sudeste do Pará, Senadora, algumas áreas no Polígono dos Castanhais já estão ocupadas. E entendo que hoje esse processo de reforma agrária, da maneira como está, é um dos elementos concentradores de terra. Por quê? Porque a omissão do INCRA – temos de falar português claro – e sua desídia fizeram com que aquele trabalhador assentado abandonasse seu lote. Existem alguns vagabundos que venderam a terra para beber cachaça, mas a grande maioria foi premida pelas circunstâncias da doença, da falta de apoio, da falta de estrada, de educação, de saúde, enfim, da falta de uma infra-estrutura que deveria haver para que o seu ocupante pudesse permanecer e se fixar na terra, tornando-a produtiva.

Pergunto: quando isso ocorreu? Em 1995, mais ou menos. E, lamentavelmente, até hoje não tem solução. Entendo saneadora a medida de retomada desses lotes. Agora, precisava haver uma diferenciação entre aquele que realmente está na terra produzindo e aquele que tem a terra para negociar. Embora seja muito difícil separar o joio do trigo, é possível fazê-lo analisando caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Para resumir, Deputado, se não os outros não vão participar. Já são 17 horas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Presidente, complacência, por favor.

Ouvi que 87% das terras não são tituladas, parece que foi o Dr. Roberto quem disse isso. Ou seja, apenas 13% das áreas são tituladas.

Então, gostaria de saber quais as medidas adotadas para aquele que está assentado tenha a sua posse regularizada.

Quando o GETAC foi extinto, houve uma briga entre os remanescentes do GETAC e o INCRA. A turma do INCRA não queria pegar nada que fosse do GETAC, porque tinha sido do regime militar. Resultado: aqueles camaradas que já tinham a sua área demarcada – e existem vários projetos lá no sul do Pará com áreas já demarcadas – não tiveram as suas posses regularizadas. Eles foram abandonados.

Hoje, existem aqueles que são clientes da reforma agrária e os que não são. O que ocorre é que os que são clientes da reforma agrária têm direito a crédito, à infra-estrutura, e os que não são estão abandonados. É a dura realidade constatada também em outras áreas do Estado.

Muitas vezes, as áreas de assentamento são contíguas, mas seus ocupantes não podem usufruir do mesmo direito, como se eles não fossem também trabalhadores rurais. É outro erro que precisa ser corrigido.

Quero que os senhores entendam que não estou aqui acusando ninguém; são erros que vieram se acumulando de vários Governos. O que estamos buscando é solução. A Senadora Ana Júlia sabe muito bem que ressalvamos este Governo, pois não se pode atribuir a ele a responsabilidade pelo que está ocorrendo. Mas também não podemos dormir sobre a história de que herdamos uma herança maldita. O Governo é impessoal; vamos lá e vamos resolver.

Outro problema é o das áreas indígenas – e ele está afeto tanto à Superintendência do Dr. Roberto, quanto à da Dra. Bernadete. Para protegê-lo e para preservar a sua cultura, tradição e costumes, nós, os Constituintes, criamos um capítulo destinado ao índio.

No art. 231 da Constituição, definimos o que eram áreas indígenas e, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinamos que as áreas indígenas tivessem a sua demarcação concluída no prazo de 5 anos. O que fez a FUNAI? Distorceu a interpretação; não concluiu as demarcações e aumentou absurdamente as áreas indígenas, dificultando o trabalho do INCRA e do próprio Estado.

Então, o que está acontecendo? Áreas indígenas como, por exemplo, a Apiterewa, o Projeto de Assentamento de São Francisco, a Baú e tantas outras foram ampliadas e nelas há milhares de famílias. Agora, esse problema tem de ser resolvido.

Gostaria de saber do Governo do Estado e do INCRA o que pensam sobre isso.

Há também o problema dos projetos de manejo florestal. Hoje existem bons e maus operadores da floresta. Existem aqueles que querem cumprir a lei e aqueles que a querem fraudar. Não podemos generalizar pela exceção. A regra geral é a de que todos são bons; ruim é a exceção. Lamentavelmente, o que está acontecendo é que hoje fazendeiro e madeireiro são considerado bandidos no Estado do Pará. Mas não pode haver essa generalização.

Na parte florestal, a dificuldade de aprovar um projeto de manejo é escandalosa, porque não há documento hábil. A maioria dos documentos pode ser fruto de fraudes cartoriais.

Então, vamos ter de adotar uma medida para não engessarmos uma atividade que é responsável por geração de renda, de emprego etc.

Sei que me alonguei muito nesta intervenção, mas gostaria de dizer que, quando propus a realização desta audiência tive o objetivo de ver o assunto discutido na Comissão. Não era para chegar aqui e apenas ouvir; se fosse para isso, não precisava que eles viessem. Bastaria que nos mandassem uma fita gravada. Queremos questionar. Queremos saber o que o INCRA e o Governo do Estado vão fazer.

Gostaria de saber também se há realmente, por parte dos 2 órgãos, a intenção de se darem as mãos, para que possamos otimizar os recursos financeiros e humanos para a solução dos problemas. Porque da maneira como está, o INCRA trabalha para um lado; o Governo do Estado, para o outro, e não resolvemos nada, ao passo que, se nos dermos as mãos, com certeza, vamos buscar soluções para muitos problemas que hoje estão aí a nos atormentar e a dificultar o desenvolvimento do nosso Estado.

Teria muito mais a dizer, mas vou deixar a palavra para os colegas que, certamente, vão abrilhantar e aprofundar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Essa é uma prerrogativa do autor do requerimento; os outros só terão direito a 3 minutos mesmo. (Risos.)

Vamos ouvir ainda os Deputados Zé Lima, Zequinha Marinho, Zé Geraldo, Nicias Ribeiro, Nilson Pinto e a Deputada Ann Pontes. Vamos correr atrás do tempo, porque os expositores terão de voltar hoje, e o avião sai daqui a um pouco mais.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Sr. Presidente, como somos 7 Deputados, peço a V.Exa. que acrescente o meu nome no final da fila. Se todos usamos 5 minutos, ou seja, 35 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Não, Deputado. São 3 minutos para cada orador.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Faríamos um bloco só, uma vez que daqui a uma hora teremos de voltar ao plenário para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Atendido o requerimento de V.Exa., em função da exiguidade do tempo.

Com a palavra o Deputado Zé Lima, por 3 minutos. Antes, porém, convido a Deputada Ann Pontes para assumir a direção dos trabalhos desta audiência, para que eu possa, em seguida, do lado de lá, fazer meu questionamento.

O SR. DEPUTADO ZÉ LIMA – Parabenizo o companheiro Asdrubal. Seu questionamento, Deputado Asdrubal, já contemplou muitas pessoas.

A Senadora Ana Júlia diz que quando pego o microfone não quero parar, mas não vou extrapolar meus 3 minutos.

Parabenizo o Sérgio Maneschy, Presidente do ITERPA, a Bernadete e o Beto pela explanação.

Na nossa região, a situação é realmente calamitosa na área de regularização fundiária. Os assentamentos carecem de todo tipo de infra-estrutura, como foi dito. A colonização feita no passado não foi titulada. As áreas ocupadas não têm assistência do INCRA, nem do ITERPA e carecem de regularização fundiária. Em alguns Municípios, a área total empata com a de assentamento. A gleba Paracanã, paralela à dos índios, foi desapropriada pela ELETRONORTE. O pessoal foi remanejado e voltou. Conseguimos autorização do INCRA para regularização dessa área. Foi até rápido fazer o levantamento: quatrocentas e poucas famílias. Só que a área nunca foi titulada. Dra. Bernadete, é interessante a senhora atualizar-se quanto a essas ações em que foi autorizada a regularização fundiária. São pequenos produtores. São áreas de 10, 20 alqueires, módulo que o INCRA regulariza com facilidade.

Gostaria de saber como vai desencadear-se o trabalho daqui para frente entre o ITERPA e o INCRA, para levar a informação aos companheiros, que, além de outros investimentos, têm necessidade da regularização fundiária para ter acesso a financiamento para agricultura familiar e para fazer infra-estrutura. O banco tem recursos para isso, mas sem o título da terra esses produtores não conseguem o financiamento.

Era esse o meu questionamento. O Asdrubal já fez outras perguntas que eu iria fazer. Vou aguardar a decisão da Mesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Agradeço ao Deputado Zé Lima a colaboração.

Passo a palavra ao Deputado Zequinha Marinho.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO – Sra. Presidenta, cumprimento os nobres expositores, o Beto da FETAG (permita-me chamá-lo assim), nosso amigo lá do Pará; a Bernadete, de Marabá; o Dr. Sérgio Maneschy, companheiro do Pará, pessoas pelas quais temos muita estima e respeito. Quero parabenizá-los pelo enfrentamento da situação. Não é fugindo, mas encarando o problema que conseguiremos chegar pelo menos a situação suportável.

Faço uma observação sobre o INCRA. O MST continua acampando. Eu, particularmente, não vejo necessidade disso, até porque foi parceiro na eleição do Presidente Luiz Inácio, que merece um crédito de confiança. Antes, o MST acampava porque o Governo não falava a mesma língua, havia dificuldades de relacionamento, o Movimento tinha de pressionar para os assentamentos saírem. Ainda há necessidade de acampamentos uma vez que o Governo ouve e entende o MST? Não seria necessário apenas negociar, Estado por Estado – nosso Pará também –, apresentando o número de famílias que se precisa assentar? Com certeza, o Governo faria o possível e o impossível para atender.

Os senhores são ligados ao Partido dos Trabalhadores e certamente têm boa relação com as lideranças do MST. Gostaria de ouvir o ponto de vista dos senhores sobre essa questão, porque penso que neste momento não há necessidade de tantos acampamentos, inclusive os que existem no Estado do Pará.

Vou dirigir-me ao Dr. Sérgio Maneschy. Em fevereiro, participamos de audiência com o Governador. Fizemos ofício com um relato da situação. A audiência realizou-se no dia 24. S.Exa. despachou para a Secretaria de Produção. No final do documento, após o relato da situação das terras arrecadadas, às quais não foi dada destinação, sugerimos a criação de um grupo de trabalho.

O Estado fica sem saber como é. O senhor falou sobre a questão com muita clareza. Mandou rapaz ao INCRA, que devolveu: “Não, a criança é tua, não é minha”.

A quantas anda isso? O Beto, a Bernadete e o senhor são novos, chegaram agora, e isso deve fazer parte da pauta de trabalho, naturalmente. Qual é o entendimento que vocês montaram? Como estão construindo essa proposta? Ela tem de ser eficiente, porque não pode mais ficar no papel. O Pará precisa trabalhar, precisa crescer. O Governador Simão Jatene quer produzir, mas isso não é possível com situação fundiária irregular. Como o agricultor vai conseguir financiamento se não pode oferecer garantia real ao banco? Não se faz mais agricultura a enxada, foice e facão. Temos de buscar tecnologia: trator, etc. Gostaria de ouvi-los sobre essa questão.

Quanto ao INCRA, faço uma observação: falta pouco para a instituição fazer um trabalho completo. Vou fazer uma pergunta aos 2 Superintendentes no final de rápida exposição sobre isso. O INCRA desapropria a terra, assenta a família, assiste-a com alguma coisa, dá-lhe um dinheirinho para começar, um crédito de apoio, depois a inclui na relação de benefícios, manda para o banco, sai um financiamento, mas esbarra exatamente aí.

Bernadete, na região de Conceição, que fica pouco depois de Marabá, onde vivo há 30 anos, desde criança, existe o caso da Fazenda Bradesco, assentamento recente que poderia ser modelo no sul do Pará, mas muitos dos camaradas que vão para lá não têm costume de mexer com terra, falta-lhes experiência, vão tentar engatilhar na vida. O camarada chega lá e se pergunta: “Vou fazer o que nessa terra?” A questão não se resume a assistência técnica. A assistência técnica tem de ser direcionada. Acho que falta atrelar o projeto de assentamento a um projeto de desenvolvimento.

Na Fazenda Bradesco, existem 750 famílias, que deveriam estar agrupadas de 50 em 50 ou de 100 em 100 para plantar banana, abacaxi, cultivar abelha, produzir leite. Elas estariam produzindo e sendo treinadas e orientadas para fazer alguma coisa. Senão, a falta de vocação, que não foi citada aqui, também faz a pessoa deixar a terra. Isso não ocorre só em decorrência de falta de estrada, telefone, escola, saúde, mas também por não saber trabalhar a terra. O assentado se pergunta: “Vou fazer o que aqui? Como é que faço?” O INCRA precisa só completar isso para fazer de fato projetos de assentamento eficiente.

Eu gostaria de ouvir dos senhores, jovens que são, cabeças boas, se já estão pensando não só em comprar e assentar, mas também em destinar atividade produtiva e interessante para o cara viver dignamente.

Pergunto aos representantes do INCRA também como estão fazendo ou vão fazer com os Municípios. Existem Municípios no sul do Pará que são quase só assentamento. As Prefeituras estão literalmente quebradas, não têm como recuperar, quanto mais abrir estradas. O que vocês vão fazer? Muita coisa está sendo cobrada das Prefeituras. Sei que elas têm de ser parceiras, mas a situação é tão difícil que não dão conta de nada. Aí se dá uma briga infernal entre o produtor rural familiar assentado do INCRA e a Prefeitura, que diz: “Isso é do INCRA, não é meu, não. Se quiserem, me dêem dinheiro que eu vou lá e faço”. Isso é uma tribulação. Vivo isso no dia-a-dia. Tento encontrar uma solução, mas não é fácil. Como os senhores estão encarando essa dificuldade? Quase todas as Prefeituras estão quebradas. Como o INCRA está gerenciando isso? Ainda há tremenda pressão de novos assentamentos. O MST acampa e quer a criação do assentamento. Se os assentamentos existentes não estão sendo contemplados, como os senhores vão fazer com os novos?

Fico feliz e agradecido por tê-los aqui, porque vivo essa realidade no sul do Estado todos os dias.

Gostaria de ouvir boas notícias.

O SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, Deputado Zequinha Marinho.

Passo a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, saúdo a Mesa, os Superintendentes do INCRA e o Diretor do ITERPA.

Até aqui, tanto o INCRA como o ITERPA, na minha avaliação, ajudaram mais aqueles que tinham intenção de promover grilagem de terra e estiveram mais ao lado dos grandes proprietários do que dos pequenos, mas percebo muita mudança no INCRA, até porque nosso Governo realmente quer fazer reforma agrária, que não é só distribuição da terra, e que o ITERPA dá sinais de que pretende também encarar a questão fundiária no Estado.

Penso que, na medida em que vamos redirecionar os recursos do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil, da SUDAM, que será recriada, do Orçamento, do BNDES e demais recursos que vão existir – o próprio papel da ELETRONORTE, na regiões sul e sudoeste, da Vale do Rio Doce –, vamos melhorar a economia do Pará no sentido da distribuição de renda e da consolidação da agricultura familiar.

Entendo que uma questão precisa ser encarada. Quero propor a vocês, que estão no Executivo, no ITERPA e no INCRA, e aos Deputados presentes uma discussão com os Governos Federal e Estadual para encararmos de uma vez por todas algo que vai resolver muitas questões. Refiro-me ao zoneamento econômico-ecológico do nosso Estado. Existe dinheiro para isso. Um dia desses, estive com o pessoal do Banco Mundial. O Governo do Estado pretende buscar um financiamento de 100 milhões, parece-me, para o Programa Pará Rural. Não podemos continuar promovendo políticas públicas e econômicas no Pará sem cuidar do zoneamento, principalmente na região oeste do Estado. Se o zoneamento não puder ser feito em todo o Estado, vamos fazer pelo menos no oeste, que abrange a região da Cuiabá – Santarém, o Baixo Amazonas, a Transamazônica. A região oeste do Pará, que tem apenas 35 Municípios, representa 50% do território paraense. É lá que estão os grandes projetos. As madeireiras do sul e do sudeste do Pará estão se direcionando para lá. O anúncio da Belo Monte, o asfaltamento da Cuiabá – Santarém, a soja indo de Mato Grosso para Santarém. Se não cuidarmos do zoneamento, penso que tanto o ITERPA como o INCRA e os agentes que vão financiar o desenvolvimento econômico terão dificuldades, porque não podemos mais plantar açaí em terra que não produz açaí, assim como não podemos plantar soja em terra que não é propícia para soja e fazer assentamento em cima da piçarra e em lugar que não tem água, como vários projetos de assentamento que conheço. Por exemplo, no Projeto Surubim, que depois da colonização na Transamazônica é o projeto mais antigo, numa área seca, os agricultores estão vendendo todas as terras porque em 15 anos não foi feito sequer um poço artesiano. Essa deveria ser uma área de reserva, não poderia ter sido utilizada para projeto de assentamento.

Então, proponho um consenso entre nós para que possamos reivindicar dos Governos Federal e Estadual o zoneamento econômico-ecológico do Estado do Pará, para definirmos áreas com vocação para pecuária, áreas com vocação para as reservas, os PDS, áreas com vocação para programas de reflorestamento. Precisamos de um ponto de partida. No que diz respeito à questão fundiária, o nosso Governo precisa, nas nossas terras e nas federais, encontrar modalidade de regularização, que, acredito, caminha muito para a concessão das terras.

Parece que o ITERPA já tomou a decisão de documentar áreas de até 2.500 hectares, e percebo que nos últimos anos fez uma concessão bastante grande de áreas na própria Terra do Meio, em Altamira e em Porto de Moz. Cabe agora vermos se realmente essas terras vão ser utilizadas, para não termos grilagem de terra documentada, porque, no caso de cada uma de 10 famílias adquirir 2.500 hectares, teremos 25 mil hectares de terra, uma quantidade muito grande.

Portanto, proponho que avancemos no Estado do Pará para termos, nos próximos 3 ou 4 anos, um zoneamento econômico-ecológico completo. Existem recursos para isso no Banco Mundial e no PPG7, e não sei por que esse zoneamento não sai do papel. Ou buscamos isso ou teremos conflito inclusive na hora de buscar alguns financiamentos, como este, por exemplo, do Banco Mundial, que considero interessante. Estou disposto a contribuir para isso, mas coloco em debate essa questão do zoneamento econômico-ecológico do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, Deputado. De fato, as considerações de V.Exa. foram pertinentes.

Antes de convidar o Deputado Nicias Ribeiro, gostaria que o Deputado Zequinha Marinho assumisse a Presidência, para que eu possa também participar dos debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Deputado Nicias Ribeiro.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria que a Mesa tivesse comigo a mesma boa vontade que teve com os nossos

ilustres Deputados Asdrubal e Zequinha Marinho. Tudo é brincadeira, Sr. Presidente, não vou demorar-me.

Começo tomando a liberdade de fazer uma correção na fala da Dra. Bernadete, porque me parece que cometeu um equívoco quando disse que recebeu uma herança maldita do Governo passado. V.Sa. está equivocada, porque a herança maldita é histórica, vem de D. Pedro II. A questão fundiária no Brasil é uma anarquia, e no Pará muito mais anda. No Pará, existem 11 tipos de títulos de terra, cada qual com uma legislação própria.

Falou-se de mortes pela terra. Faço o registro de que um dos maiores culpados por essas mortes no Pará são exatamente os Juízes de Direito, os Promotores de Justiça, os advogados, os bacharéis como um todo, que não estudam a questão fundiária do Pará e do Brasil em geral. Quando se entra com alguma ação de reintegração de posse ou coisa parecida – é claro que há exceções, e brilhantes exceções, como é o caso do Deputado Asdrubal –, basta que o juiz dê despacho pedindo que as partes apresentem em juízo o encadeamento dominial completo até o título da terra. Com isso, ele vai saber que tipo de título a pessoa tem, se é de propriedade, se é de posse. No Pará, temos título de posse; título definitivo de propriedade; título legitimado de posse; carta de sesmaria; título paroquial. No entanto, lamentavelmente, os juízes não se dedicam a essa questão, e, como ela não é resolvida na Justiça, as pessoas a resolvem com o dedo no gatilho. Infelizmente, essa é a grande realidade do Estado do Pará.

Mas quero cumprimentar o Dr. Sérgio Maneschy, Presidente do ITERPA, a Dra. Bernadete, o Dr. José Roberto Faro e agradecer-lhes a presença nesta Comissão. Ressalto ainda a coragem de V.Sas. ao assumirem o desafio de discutir a questão fundiária no Pará, algo dificílimo.

No que se refere ao INCRA, pouco falarei, Dra. Bernadete, sobre sua área, apenas rapidamente sobre devastação. É importante lembrar que, na década de 70, a devastação havida no sul do Pará, precisamente na região do Bico do Papagaio, foi estimulada pelo Governo Federal, que, na sua luta contra a guerrilha do Araguaia, determinou que fosse devastada toda a floresta, para que o Exército pudesse, dessa forma, aniquilar a guerrilha. Portanto, foi o próprio Governo Federal que estimulou, propiciou e financiou, com recursos da SUDAM, a devastação, em todas aquelas terras, das florestas de castanhais. Isso ocorreu nos governos militares, precisamente no Governo Medici, que acabou com a guerrilha. Fazenda Bradesco, Volkswagen, o diabo aconteceu naquela região.

Gostaria de dizer ao prezado Dr. José Roberto Oliveira Faro, da Regional de Belém do INCRA, que existe uma coisa que me incomoda. Conheço a Transamazônica a palmo, do Rio Araguaia até o Rio Tapajós. Da mesma forma, conheço a Cuiabá – Santarém. Uma coisa que me entristece, prezado Superintendente, é que essa rodovia foi aberta na década de 70, época em que foram demarcados os lotes na faixa da rodovia e os lotes adentrando as vicinais, que então eram de até 30 quilômetros, e desde lá grande parte da gente assentada não recebeu seus títulos da terra. As pessoas requereram, mas como o título não saía ou a malária expulsava o cidadão, muitas foram embora e passaram as terras para terceiros, que até hoje não têm o título da terra.

Briguei muito no INCRA e registro para a Dra. Bernadete e o Dr. José Roberto Faro que sou do PSDB e fui, no Governo Fernando Henrique, o maior crítico do INCRA e do Ministério da Reforma Agrária. Antes, na época dos militares, dava-se o título da terra, que era elaborado em Belém do Pará, na Superintendência. Depois, não sei por que cargas d'água, os títulos passaram a ser feitos no Paraná.

Disse-me a Dra. Santana, quando Superintendente, que a elaboração desses títulos estaria voltando para a Superintendência do Pará. Não sei se efetivamente esse fato aconteceu. O certo é que não podem aquelas áreas continuar sem os títulos. Peço a V.Sa. que me informe não só sobre isso como também sobre os contratos de promessa de compra e venda que existiam na época em que foi aberta a Transamazônica, porque esses contratos pululam no Município de Anapu até hoje. O INCRA não resolveu esse problema até o momento, e a culpa não é de V.Sa., nem do atual Governo, mas dos Governos anteriores. Como disse o Asdrubal, é importante resolver esse problema, e faço esse apelo.

Gostaria que o Superintendente do INCRA de Belém, juntamente com o Presidente do ITERPA, respondessem a uma pergunta comum aos 2: a quem pertencem as terras situadas na margem da Rodovia Cuiabá – Santarém, desde a divisa do Pará com Mato Grosso até as proximidades da Vila Caracol, no Município de Trairão? A partir daí, pertencem ao polígono desapropriado de Altamira. A faixa do polígono desapropriado de Altamira pertence à União e é administrada pelo INCRA. Depois disso, na faixa da Rodovia Cuiabá – Santarém, a quem pertencem as terras? É o que foi abordado pelo nosso prezado amigo Calixto Melo. O povo que mora em Castelo de Sonhos, Vila Mil, Vila Moraes Almeida, Riozinho das Arraias não sabe a quem recorrer. Recorrem ao INCRA, dizem que não

é do órgão. Recorrem ao ITERPA, este diz que não é dele, mas do INCRA.

Sr. Superintendente do INCRA, o que vou dizer já o disse ao Ministro Jungmann e ao Ministro que o antecedeu, e gostaria de dizer a V.Sa., para que informasse ao Sr. Ministro. Existe um absurdo lá. Quando Medici abriu a Transamazônica, foi criado o Projeto Cachimbo, para cuidar da Cuiabá – Santarém. Mas em determinado momento puseram a sede em Itaituba. Só dentro do Pará, a Cuiabá – Santarém, da divisa com Mato Grosso até o distrito de Campos Verdes, na Transamazônica, são precisamente 699 quilômetros. Como a sede do Projeto Cachimbo está em Itaituba, e em Novo Progresso, Trairão e Castanhal não há ninguém?

Senhores que tratam dessa questão de terra, temos que encontrar uma solução. Quero fazer um apelo para que a Unidade do Cachimbo vá para Novo Progresso. Já que não fica no Cachimbo, que fique, pelo menos, mais perto.

Foi mencionado que o pessoal não tem como tirar a madeira. Não vou falar de grande madeireiro, mas do caboclo que tira meia dúzia de pau, que mora na beira do rio e tira o pau para sobreviver com sua família. Na região de Portel, das ilhas do Marajó, tive que enfrentar, no ano passado, no Governo Fernando Henrique Cardoso, uma briga dos diabos, porque esses caboclos ribeirinhos, cujos ancestrais moram lá há 100, 200, 300 anos, não podiam tirar uma tora porque não tinham projeto de manejo. E por que não tinham projeto de manejo? Porque não tinham o título da terra.

Fiz um movimento no Pará com o então Secretário Especial de Produção, Simão Jatene. Fomos até Portel e conseguimos entrar com processo no ITERPA para regularizar as terras da margem do rio.

Quando comecei essa briga, caro Superintendente José Roberto, me vi envolvido numa confusão que nunca havia experimentado. Apareceram muitos madeireiros, com muitos projetos de investimentos da área. Era inacreditável.

Sr. Superintende do INCRA em Belém, fomos informados que passavam pela beira do rio balsas e balsas cheias de madeira, toneladas e toneladas de toras. Como nossos caboclos não podiam tirar a madeira, porque não tinham o seu título de 20, 30, 50 hectares, perguntei-me como passava tanta balsa naquele local. E fiz uma reunião em Portel, à qual levei a Dra. Santana, ex-Superintendente do INCRA. No Alto Rio Pacajá, no Alto Rio Anapu e no Alto Rio Camarapi, pode anotar os nomes, havia uma empresa chamada Galete. A sede dessa empresa fica em Santa Isabel do Pará, perto da região metropolitana de Belém. Esta empresa estava no alto desses 3 rios fazendo devastação rasa. O caboclo não devasta, tira a madeira que é comerciável, que pode ser vendida. A devastação a que me refiro era rasa. Essa empresa utilizava máquinas skidder para devastar a floresta. Tirava mil metros cúbicos de madeira por mês, o que o caboclo faz num ano. Só uma máquina skidder faz isso.

Estranhamente, caro Superintendente, o ITERPA me disse que as terras não eram suas, mas do INCRA. E a Dra. Santana disse que não existia documentação de legalização de terra de empresa chamada Galete no INCRA. E essa empresa tira milhares e milhares de metros cúbicos de madeira do Município de Portel, passando na cara do IBAMA, do INCRA, de todos, e não há nenhum processo contra ela.

É claro que eu sei que V.Sa. não é do IBAMA, apenas registro a preocupação sobre quem deu esse título de terra. É só para Galete? Não. São 3 grandes empresas. E comenta-se na área que esta empresa tinha um sócio que, na época, era Ministro do Meio Ambiente.

Faço, então, o registro, a denúncia formal. Convidarei a Ministra do Meio Ambiente para tratar desta questão porque não se pode ir contra isso. Peço ao Presidente do ITERPA que encontre uma solução para essas questões. Os caboclos de Portel sempre foram pobres, Deputado Paulo Rocha, mas nunca foram miseráveis. Hoje se espalha a tuberculose naquela região, porque eles não têm como comprar comida para si e para seus filhos. E todo o problema se encontra na questão fundiária, porque os pobres cultivam a terra e não podem fazer o seu manejo simplificado, comunitário, e os grandes, que não têm terra, conseguem o manejo porque alguém deu o título da terra. Isso ocorre com esta empresa Galete e outras tantas que devastam de maneira rasa a região.

A Galete não é de Portugal, mas de Santa Isabel do Pará. Dizem que há coligações com o Estado do Maranhão.

Eram essas as perguntas e as observações que eu queria fazer. Peço ao Superintendente do INCRA que me informe claramente a quem pertencem as terras que margeiam a Rodovia Cuiabá-Santarém, pelo menos na divisa de Mato Grosso até à região de Caracol ou talvez Trairão. Pertencem, a partir daí, ao INCRA, devido ao fato de estar contido no Polígono de Altamira.

Citarei mais um dado para os Deputados do Pará. No meio dessa indefinição existente do que é do Pará e do que é do INCRA, o pessoal de Mato Grosso estabeleceu a divisa entre o Pará e aquele Estado e empurrou para o interior do Pará 50 quilômetros, porque naquele local o INCRA resolve rapidamente, sem

problemas, e as pessoas tiram madeira à vontade. O Pará, então, perdeu 50 quilômetros do seu território porque empurraram a divisa para diante para resolver o seu problema.

É o apelo que faço. Gostaria de obter as respostas para que se esclareça essa questão.

Cumprimento os 2 Superintendentes do INCRA e o Presidente do ITERPA por terem a coragem – não de virem a esta reunião, pois para nós é um prazer recebê-los – de enfrentar esta questão, que se vem arrastando, sem solução, desde a época de D. Pedro II. Lamentavelmente, ninguém, neste País, levou a sério a questão fundiária, por isso sofremos até hoje suas conseqüências.

Agradeço ao Presidente sua boa vontade ao ouvir uma pouco mais este Parlamentar da planície.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – É um prazer, Deputado Nicias Ribeiro.

Concedo a palavra à nobre Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, nobres Deputados, caros convidados, comungo da preocupação externada pelo Deputado Zé Geraldo. Acredito que a busca tão sonhada do desenvolvimento sustentável envolve necessariamente a elaboração do zoneamento econômico-ecológico e a implementação de um plano fundiário do Estado.

Confesso que fiquei extremamente satisfeita em saber que estão, pelo menos, pensando em trabalhar integradamente o Estado e a União. Isso é um bom começo para que possa haver o tão sonhado plano fundiário para o Estado do Pará.

De forma bem objetiva, gostaria de fazer alguns questionamentos ao Sr. José Roberto. Entre os projetos implementados pelo INCRA, no Estado do Pará, foi citado o Projeto Casulo. V.Sa. poderia detalhar o que seria esse projeto? Entre os desafios abordados por V.Sa., foi mencionada, pelo Deputado que me antecedeu, a titulação para o colono. O que seria necessário para ampliar o atendimento da demanda por titulação?

Dra. Bernadete, com relação àqueles assentamentos criados aleatoriamente, eles existem em grande quantidade no Pará? Qual o tratamento que o INCRA pretende dar a esse tipo de assentamento? Qual é o tratamento que o INCRA está dispensando às terras indígenas que estão sendo ocupadas por não-indígenas?

Pergunto ao Dr. Sérgio Luiz: a criação da Câmara Intersetorial de Desenvolvimento Florestal seria o link que faltava para que haja essa linguagem institucional entre ITERPA e INCRA?

Apresentei requerimento de informação ao IBGE, com relação à disputa de posse de uma área de fronteira entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A resposta que me foi dada divulgarei aos membros da Comissão. Se houver interesse, encaminharei uma cópia. Em resumo, o Presidente do IBGE informou que este órgão reconhece como linha divisória entre os Estados do Pará e do Mato Grosso a convenção de limites Mato Grosso/Pará, baseada num relatório do francês Henri Condreau, de 1897 e que foi cartograficamente representado, em 1922, pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, ao elaborar a primeira coleção de cartas CIM do Brasil. Portanto, para o IBGE, o Salto das Sete Quedas serve como ponto de partida à linha geodésica que separa as duas Unidades da Federação.

Sr. Sérgio Luiz, é esse o limite considerado pelo ITERPA?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Obrigado, Deputada Ann Pontes.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Rocha.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Saúdo os companheiros que vieram a esta reunião e desejo-lhes sucesso, porque esse é o grande incentivo que precisam. Percebemos, pelas exposições realizadas, que V.Sas estão preparados para executar as tarefas das quais foram incumbidos. Parabenizo os companheiros, a Sra. Bernadete, o Sr. José Roberto e Sr. Sérgio Luiz.

Quero chamar a atenção para o fato de que – não entrarei no mérito das questões – todos os que estão aqui conhecem o Estado, sabem dos problemas da região. A maior conquista desta geração – Deputado Nicias Ribeiro, que apesar de seus cabelos brancos, sei que V.Sa. é tão jovem quanto eu – é a democracia. Governos democráticos não mais são submetidos aos donos da terra. Por isso que ao longo desses 500 anos os problemas não tenham sido solucionados. A grande conquista da geração dos políticos da nossa geração é a de que podemos exercitar a vontade de governos democráticos. À medida que há estes governos, faz-se políticas para a maioria. A questão da terra no Brasil, principalmente no Pará, é baseada na vontade da maioria que deseja o desenvolvimento, resolver os problemas. Ninguém quer mais esses conflitos no Pará. A nossa geração conquistou este Governo democrático. Para mim, este é o grande legado. .

Sou Presidente do PT no Pará e quero dizer com todas as letras que as gerações passadas disputavam quem era o autor das iniciativas políticas. Hoje o Pará sofre conseqüências disso, inclusive da briga entre Pará e Maranhão. Agora, há esse problema da Vale. Tudo conseqüência de disputas de políticas equivocadas da nossa liderança de então.

A nossa geração não pode cometer esse erro. É preciso fazer um mutirão da democracia no Brasil. O problema da terra, no Brasil, deve ser objeto de mutirão dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Nós, Deputados, devemos discutir o Orçamento para assegurar dinheiro, porque necessitamos de recursos para assegurar essa vontade política.

Se ficarmos disputando quem é o pai da criança – se é o INCRA ou não; o INCRA está governado pelo PT e o INTERPA pelo PSDB –, veremos novamente a nossa geração não fazer aquilo que hoje a democracia exige em nosso País.

Era o que queria deixar registrado, a fim de que a nossa geração possa aproveitar a democracia que construímos e conquistamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito obrigado, Deputado Paulo Rocha.

Tem a palavra a nossa visitante ilustre, Senadora Ana Júlia, que fará o encerramento dos interlocutores.

A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Obrigada, Deputado, por me conceder a palavra. Tentarei ser breve. Quero apenas apresentar a minha visão.

O Deputado Paulo Rocha já expôs bem o nosso desafio. Quero referir-me a um assunto abordado pelo Deputado Asdrúbal, mas que diz respeito à questão fundiária, qual seja a questão dos projetos de manejo florestal.

Na verdade, além das dubiedades da legislação e, às vezes, até das suas incongruências, ainda tínhamos a realidade de que nem o que estava na legislação era exigido. Quando o IBAMA passou a exigir apenas o que está na legislação, houve uma grita generalizada.

Já criamos e já tivemos uma reunião com o Governo do Estado, onde o próprio Presidente Nacional do IBAMA esteve presente. Vamos exatamente fazer com que se crie um momento de transição, a fim de que possamos ter um projeto sustentável nessa área. É bem verdade que se cria emprego, mas de que tipo? Esse tipo de emprego temporário, precário e, principalmente, itinerante. Essa é a verdade. Hoje, discute-se no INCRA e no IBAMA a questão da titulação da terra. Primeiro, o INCRA e o IBAMA não mais titularão área pública para formar latifúndios. Estamos discutindo uma concessão de uso. Isso não é novidade. Nos países mais desenvolvidos no mundo é assim. No Canadá, o que é público é de todos. Há uma concessão de uso daquilo que é público.

O Deputado Asdrúbal está dizendo que é autor de um projeto de lei exatamente nesse sentido. É nisso que estamos pensando. A terra é pública e temos de permitir o seu uso. Em relação aos pequenos produtores, o IBAMA já resolveu a questão. Não está exigindo mais o título quando se trata dos pequenos produtores. Pelo menos foram esses os encaminhamentos recentemente feitos.

Temos um desafio. É verdade que tivemos uma maldita herança. Não me canso de dizer isso, mas não é só do Governo passado, são de muitos governos anteriores. Concordo, mas o grande desafio é olhar para frente e ver que não queremos mais ser o Estado campeão de morte, de violência no campo, campeão de trabalho escravo. Não acho que todos os madeireiros sejam bandidos. Mas quando um setor não separa o joio do trigo, acaba fazendo com que todos fiquem como farinha do mesmo saco – e não o são. Há os que trabalham na ilegalidade e não querem a definição para continuar assim. Isso ocorre em vários setores. É bom separar o joio do trigo. Esse é o desafio de todos.

Estamos num momento político propício, pela credibilidade da população no Governo. Isso facilita aos agentes políticos atuar melhor, no entendimento de que não vamos fazer guerra. Temos de pensar grande, pensar o Brasil e pensar o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito obrigado, Senadora. A palavra volta à Mesa. Nossos expositores retomam a palavra neste momento. Não vou delimitar o tempo, porque cada um fará economia, como diz o Deputado Asdrúbal, a economia processual na condução dos seus esclarecimentos com relação aos questionamentos aqui feitos.

Com a palavra a Dra. Bernadete Tem Caten.

A SRA. BERNADETE TEM CATEN – Foram levantadas várias questões. Como já foi dito, se herdamos um passivo de toda a ordem é por que há uma herança de leis, que não se muda num piscar de olhos, não se resolve assim. Como o Paulo bem colocou, não podemos fazer de forma verticalista, autoritária, somente o Governo Federal. Há toda uma construção coletiva que terá de ser feita.

O certo é que há mais ou menos 15 anos não se titula. Quer dizer, no período do GETAT se fazia isso. A Instrução Normativa nº 29, de 2002, exige o PID – Plano Integrado de Destinação. Na verdade, a instrução normativa diz que quem tem de elaborar são as chefias da divisão técnica do INCRA. O art. 12 menciona isso, o que nunca foi feito.

O Governo Federal, o MDA, juntamente com o MMA, Ministério do Meio Ambiente, e o INCRA estão construindo uma alternativa. Não é possível apresentar agora, mas há um projeto de cadastro de terras de regularização fundiária no Brasil, MDA, INCRA, juntamente com órgãos estaduais de terra, com o financiamento previsto do BID. Um grupo de trabalho está cuidando disso.

O objetivo geral do projeto é integrar ações do Governo Federal nos Governos Estaduais e Municipais, na constituição de um cadastro nacional de imóveis de uso múltiplo, na execução de um amplo programa de regularização, dentro da linha que a Senadora Ana Júlia expôs, dirigido prioritariamente aos agricultores familiares em apoio ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

O objetivo específico é dar suporte ao cadastro. É preciso fazer identificação de todas as terras federais e estaduais. Só hoje, nesse debate, vimos a dubiedade em relação a quem pertence cada pedaço de terra. Outros objetivos são: eliminação dos focos de grilagem, consolidação dos domínios legais existentes, integração dos cartórios públicos, constituições governamentais, identificação e regularização de áreas indígenas – quilombolas –, e subsídios ao planejamento de projetos de desenvolvimento rurais e regionais.

Isso está em curso. Já é uma informação de que o Governo não está parado ou não preocupado. Terá de ser uma construção conjunta.

Em relação aos acampamentos, na verdade, o papel do INCRA é cadastrar as famílias que precisam de terra, ainda não contempladas com o direito de ter acesso a um pedaço de chão para produzir. Cadastramos primeiramente quem está acampado, mas os não-acampados também serão cadastrados. Dessa forma, há uma opção do movimento de acampar ou não, mas o certo é que o INCRA tirou como definição assentar primeiramente os acampados. Sem dúvida, já é um critério de seleção de quem precisa de terra. Às vezes, quem tem emprego na cidade também quer um pedaço de chão, ou quem está subempregado, mas não vai para um acampamento. Não faço aqui uma defesa do acampamento, mas esse é um critério de seleção. Há a preocupação de se ter não só a assistência técnica, como disseram Zequinha e Ann Pontes. O grande problema é que a assistência técnica chegou à uma minoria de assentados, é antecedida da elaboração de um plano de desenvolvimento do assentamento. Logicamente, teria de ser, na verdade, ligado a um grande plano de desenvolvimento. Teria de ser feito depois de um zoneamento econômico, agroecológico como apontado pelo Deputado Zé Geraldo. Na verdade, na questão de planejamento e zoneamento temos muito a fazer.

Onde já chegou o PDA dos assentamentos, sem dúvida há uma outra qualidade de vida, pois que já se pôde fazer um plano de desenvolvimento do assentamento seguido de assistência técnica.

Em relação ao compromisso das Prefeituras, do Governo de Estado e da União, na verdade é preciso dizer que se espera, nesse aspecto de assentamentos, praticamente tudo do INCRA, do Governo Federal. Todas as Prefeituras têm Secretarias de Agricultura, mas uma ação muito tímida nos projetos de assentamento. Se as Prefeituras pelo menos cuidassem da parte de saúde e educação nos assentamentos, já teríamos um outro patamar de qualidade de vida. Estamos buscando isso. Estamos conversando com os Prefeitos, chamando os Secretários de Agricultura, a fim de integrar as ações, somar os agrônomos da Prefeitura aos do INCRA, que são poucos, para ver se potencializamos as ações.

O Governo do Estado do Pará precisa assumir, de fato, um compromisso maior. O orçamento do Governo do Estado, nos últimos 8 anos, foi de 0.8% na agricultura familiar. Não sei se foi investido esse mínimo posto no Orçamento.

Todos sabem que o pessoal da EMATER vai comigo ao INCRA pedir a gasolina para voltar a Eldorado, Paraopebas. Não há condição de se locomover, fazer o trabalho. Os técnicos da EMATER querem que o INCRA os apóiem em infra-estrutura, para poder dar mais assistência técnica. São órgãos vitais para o desenvolvimento da agricultura familiar e estão despotencializados na parte do Governo do Estado. Precisamos de uma parceria maior, inclusive na infra-estrutura com o Governo do Estado.

Quanto aos PAs criados aleatoriamente, estamos fazendo todo um levantamento da situação. Não há uma pesquisa de todos os assentamentos para termos dados fechados, mas acredito que talvez haja assentamentos em que teremos de transferir as famílias para um outro lugar, porque o custo para se levar infra-estrutura para 150 famílias talvez seja maior do que se criar condições de vida para mil famílias em espaços mais próximos a centros consumidores e infra-estrutura. Essa possibilidade de fechar assentamentos e transferir as famílias para outros lugares existe no INCRA.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Obrigado Bernadete. Passo a palavra ao Sr. José Roberto, para seus esclarecimentos.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Algumas questões, com certeza, não conseguiremos responder, até pelo tempo. Disse ao Deputado Zequinha que, inclusive, poderíamos, se for o caso, como há gravação desta reunião, mandar as respostas das perguntas que não forem respondidas num outro momento.

Nos pontos que consegui anotar, tentarei responder dentro do meu tempo. Primeiro vou referir-me à questão da titulação nas áreas, no que diz respeito aos que têm algum título do INCRA sob cláusula reso-

lutiva – seja o CPCV, seja a CAPP ou outro qualquer. Aqueles que foram estabelecidos naquele período e cujas cláusulas resolutivas foram cumpridas, estamos titulando. Temos dificuldades, muitas vezes, porque há muitos processos que não cumpriram o estabelecido nas cláusulas. Mas com relação aos outros, estamos fazendo isso, a fim de sair a titulação. Hoje, é outro programa que vamos estabelecer.

O que passou, no nosso mandato, já fizemos a titulação com respeito aos que cumpriram o que estava estabelecido nas cláusulas resolutivas. Não há hoje proibição, como a norma interna trabalha a questão da regularização para terras acima de 100 hectares.

Estamos começando um processo. Juntamente com o Presidente do ITERPA, fizemos uma reunião conjunta com a Sra. Bernadete e o Secretário Francisco Victer. Fiz também uma reunião individual na nossa Superintendência. É muito difícil estabelecer as regras num prazo de 2 reuniões e 2 conversas. Não depende só do Presidente do INTERPA ou só de quem está na Superintendência. Precisamos construir um processo para estabelecer as regras.

Por exemplo, o PID que foi estabelecido. Tenho dialogado sobre isso, sobre a utilização inclusive do debate, do levantamento, do estudo que foi estabelecido. A legislação que estabeleceu que para regularizar de acordo com a constituição do PID diz que isso teria de ser feito pela divisão técnica do INCRA. A divisão técnica do INCRA não construiu, não participou do processo de elaboração do PID. Aqui não se questiona se o que foi feito está certo ou errado. Esse é o processo da legislação. E para que possamos utilizar isso e acertar o processo de titulação, vamos ter de combinar, não necessariamente do ponto de vista da legislação, mas vamos precisar conversar melhor sobre o assunto. Caso contrário, vamos ferir um processo que estava estabelecido, inclusive, do ponto de vista da lei, que regulamentou isso.

A lei que cria a necessidade de ter o PID não regulamentou efetivamente o que ele seria. Só disse que a divisão técnica do INCRA era a responsável por constituí-lo, mas não estabeleceu nada. Ao longo do tempo, não foi construído. Temos um processo em que as pessoas utilizaram recursos para fazer isso, bancaram estudo, mas não está dentro do estabelecido na própria lei. Precisamos discutir o assunto. Não se pode estabelecer que o PID vale isso ou aquilo se não fizemos essa combinação.

Temos dialogado sobre a questão da parceria, sobre o desenvolvimento territorial. A proposta de desenvolvimento territorial estabelecida no Estado e em 5 territórios foi feita por nós na mesa do Conselho de Desenvolvimento Rural do Estado juntamente com a associação dos Municípios, com o Estado, com os todos os movimentos sociais. Precisamos discutir a parceria não só na regularização fundiária. Por exemplo, na infra-estrutura dos assentamentos, o INCRA dispõe de um aporte de recursos para fazer isso. Com os Municípios, vamos ter de dialogar. Com poucos recursos, como fazemos a contrapartida? Tenho dialogado hoje. Estamos fazendo convênios com Prefeituras no processo de barateamento do custo para recuperar o quilômetro de estrada com a Prefeitura utilizando as suas máquinas, e o que ele conseguiria juntar. Com quanto o Estado entra? Os assentamentos são no Estado. Precisamos dialogar sobre esse aspecto, porque hoje não há nada disso. Precisamos construir essa proposta, essa visão de parceria.

Quero discutir sobre a questão da assistência técnica. Estamos contratando – as 2 superintendências – 170 técnicos e agrônomos. Já fizemos vários convênios, fizemos outros em Belém. Daqui a 15 dias esses técnicos estarão contratados, nós os treinaremos para que elaborem os projetos, prestem serviços de assistência técnica, trabalhem essa questão. Isso não é suficiente. Estamos nesse processo. Na nossa Superintendência, já chega a mais da metade dos assentamentos com assistência técnica. Na área em que atua a Sra. Bernadete, no entanto, o percentual não é esse.

Há um esforço grande do INCRA para garantirmos, até o final do ano, assistência técnica para 90 mil famílias assentadas. Segundo o IBGE, o número de produtores familiares em nosso Estado chega em torno de 200 a 220 mil famílias. Só o INCRA estará dando assistência técnica para próximo de 40% da população da agricultura familiar do Estado do Pará. Aí nós vamos ter que combinar esse passo...

(Não identificado) – O senhor está falando de 90 mil só nos assentamentos?

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Só nos assentamentos. Há uma regra estabelecida entre nós de que não faremos mais assentamentos onde não esteja estabelecida essa condição do início do projeto. Em todos os projetos, estamos seguindo o que foi estabelecido. Tínhamos 4 estabelecidos no início e estamos construindo mais 5, que já estão com ação ajuizada para construir e todos eles começam desde o primeiro momento – PDA para construir o projeto de desenvolvimento do assentamento, assistência técnica, em 2 anos. Este o acerto que fizemos com a direção do INCRA. Em 2 anos vamos colocar infra-estrutura que o PDA estabelecer para os assentamentos. Esta é uma regra. Podemos até nem assentar o tanto que foi assentado no último período. Nós temos discutido isso. Foram assentadas 524 mil famílias, nós podemos as-

sentar 100, 200, mas as que assentarmos será tentando buscar dar a elas condições (falha na gravação).

Outra questão: titulação acima de 100. Temos uma Comissão Interna, com regra estabelecida, para discutirmos o assunto e ter uma visão da concessão de uso. A política, hoje, não é só titular. Titulamos alguns processos nos assentamentos e nas glebas. Quem está lá nas áreas hoje? Todo o processo foi vendido. Nós só legalizamos e fizemos o acúmulo. Há casos de pessoas que chegam ao INCRA com vários títulos. Um único proprietário foi ao INCRA com 20 títulos para fazer a propriedade. A área era nossa, titulamos. Hoje, para se fazer o processo de desapropriação, o Estado tem de pagar novamente para essas pessoas, a fim de assentar os clientes da reforma agrária. Alguns podem até achar que este debate está demorado. Mas queremos fazer esse processo com a certeza de que o que vamos fazer está certo, ou pelo menos próximo dessa certeza. Precisamos fazer esse debate claro, todos abertos para o diálogo. Já expressamos essa posição ao Estado para encontrar a melhor forma. Não existe uma receita pronta na cabeça de quem está na direção do INCRA hoje ou de quem o está assumindo. Não está nada estabelecido.

Ouvir os Deputados aqui é importante, até porque, como o Paulo disse, aqui todo mundo é rodado, conhece o Estado muitas das vezes mais do que qualquer um de nós e precisa nos ajudar, inclusive, nessa elaboração.

Nós estamos fazendo parcerias. O nosso orçamento, este ano, é muito pouco. Estamos recebendo um orçamento já estabelecido.

A título de esclarecimento, sou oriundo de um movimento sindical, que cobrava do INCRA, naquele Estado, agilidade no processo de reforma agrária. Havia uma briga histórica nossa, sempre foi. O Pará tinha em torno de 14% dos assentados do Brasil e dizíamos que tínhamos de ter 14% de recurso do INCRA, e não tinha. Este ano, estabelecemos uma regra; a divisão do recurso é pouca, mas ficou determinado que quem tinha a maior demanda levava o maior recurso, e nós o levamos. Esse foi um debate que nós fizemos. E o orçamento, tanto da nossa superintendência quanto da Bernadete, foi construído em um seminário do qual participaram o ITERPA, a SAGRI – a Secretaria de Produção não estava, mas foi convidada –, as associações dos Municípios, todos os movimentos sociais, as ONGs. Enfim, aqueles que estão envolvidos na questão foram lá e ficamos debatendo durante 2 dias.

Apresentamos as nossas propostas orçamentárias, a demanda e discutimos onde aplicar, qual a área prioritária, porque não dá para fazer tudo. Onde vamos priorizar. Estamos discutindo áreas prioritárias inclusive de intervenção e dialogada com todos os setores. Isso não é tudo, mas é o início. Temos muitos problemas e não vamos conseguir resolver este ano um terço dos nossos problemas, mas estamos fazendo essa intervenção em parceria, construindo em parceria com as prefeituras que têm assentamentos, seja do PSDB, do PMDB, até porque não tem nenhuma prefeitura do PT na região.

A idéia do zoneamento, levantada pelo Zé, é fundamental. Há espaço para o pequeno, o médio e o grande naquela região para fazer isso; há espaço para fazermos assentamentos, para manter reservas, para fazer exploração, mas há dificuldades, porque tem de haver aporte de recursos, de técnicos, de pessoas para construírem esse processo. Nós temos deficiências. Estamos pegando uma estrutura que só vem diminuindo ao longo do tempo e os recursos também estão diminuindo. Precisamos construir isso em parceria, e tem vontade política para fazer isso. A Direção Nacional do INCRA nos tem dado autonomia grande – muitas vezes tínhamos que ficar presos à estrutura nacional – para que possamos estar construindo e dialogando lá no Estado. É possível fazermos isso. Vai ter questões que eu não respondi.

O Casulo, por exemplo, é um projeto que fazemos ao redor das cidades, na busca de geração de renda, com áreas menores de assentamento, com o objetivo de construir cinturões verdes ao lado das cidades, em terras do Município, que é o proprietário da terra. Ele entra na construção da parceria com determinados processos de infra-estrutura, e nós com outros, por exemplo, neste que estamos construindo, entramos com casas, com crédito de instalação, e a Prefeitura com a energia, com a estrada. Como é próximo da sede não há tanta dificuldade para construir estrada. Dependemos da disposição do Município para construirmos tudo isso juntos. Não podemos fazer isso sozinhos. Temos instrumentos para construir outros projetos casulos já neste ano.

Não poderei abordar todas as questões levantadas, mas as anotei. Depois, posso até achar uma forma de respondê-las por escrito à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Gostaria que o nosso Superintendente respondesse se as terras da Cuiabá – Santarém são do INCRA.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – São do INCRA. Por isso é que está sendo construído o PID.

Mas para fazermos o processo de titulação, temos de fazer esses acertos aqui. Não podemos fazê-lo à revelia do que está estabelecido na lei.

(Não identificado) – Só um esclarecimento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Há terras que são do INCRA e há terras que são do Exército. Recebi há pouco dias mapas de parte das terras do Exército invadida. O pessoal já tem todo o mapinha: 2.500 para um; 2 mil para outro; 1.500 para outro – todo o processo da terra do Exército.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Roberto, você defendeu, com muita convicção, que aquela área pertence ao INCRA.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Todos nós trabalhamos com esse dado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu tenho uma dúvida.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Deputado Asdrubal Bentes, quanto à cartografia, inclusive fizemos um debate sobre o assunto, precisamos uniformizar a nossa cartografia, do ITERPA e do IBAMA. Cada um tem um mapa de um jeito.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – A FUNAI também.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – A partir do SIPAM, e estamos fazendo esse diálogo para construir, faremos um projeto mais avançado de tecnologia para unificar a nossa cartografia. Do jeito que está, realmente, pode haver muita confusão. Hoje todos aqui trabalham com a convicção de que as terras são do INCRA, caso contrário não estaríamos fazendo o PID...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Vou suscitar uma dúvida, não que eu queria ser o advogado do diabo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Deputado Asdrubal, o Superintendente disse que são terras do INCRA. Vamos de provar na Justiça que não é.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não é questão de provar na Justiça. Estamos aqui em busca do mesmo objetivo. Quando foi editado o Decreto-Lei nº 1.164 não havia a BR-163.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Mas estava projetada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não sei se já estava projetada.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Já. Foi projetada junto com a Transamazônica.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Aí eu concordo em gênero, número e grau.

Era esse o esclarecimento.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem só para um esclarecimento, não para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – O Superintendente de Belém disse que aquelas áreas são do INCRA. Mas não foi revogado o Decreto-Lei nº 1.164? Então, como é ainda do INCRA?

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Foi revogado.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Deixa-me só concluir.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Tudo bem.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Em paralelo à BR-163, o ITERPA, na gestão do nosso prezado Ronaldo Barata, intitulou – ou está em processo de titulação – aquela área do entorno da Pousada São Benedito.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Perfeito. Gleba São Benedito.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Essa gleba é do ITERPA?

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – É.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – A Cuiabá – Santarém que é do INCRA? (Pausa.)

Só para concluir, Sr. Presidente.

Então, mais do que nunca, meu caro Superintendente, me pegue a Unidade do Cachimbo e me instale, já, já, em Novo Progresso, porque é impossível se resolver este problema.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – A unidade do Cachimbo, para se ter idéia, além de ela estar em Itaituba, quando assumimos o INCRA não tinha nem executor; não tinha nem coordenação. Inclusive, começamos, primeiro, o processo de restruturação, até nomeamos o chefe. Apesar de a unidade ter DAS, nos últimos tempos nem tinha chefe. Estamos restabelecendo e há uma proposta, mas tem que se fazer um debate, com toda a sociedade, de restruturação das unidades, de local onde ela funciona.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Fica em Itaituba?

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Estamos discutindo não só para o caso do Cachimbo, mas para outras situações.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Há uma unidade em Itaituba que fica em Miritituba.

(Não identificado) – Claro. Inclusive, vamos criar uma unidade também do IBAMA em Novo Progresso.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Isso. Estamos estabelecendo um pólo, inclusive, para ficar em Novo Progresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito obrigado, Roberto, pelas informações. O tempo está passando rápido.

Concedo a palavra à Sra. Bernadete.

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Sr. Presidente, eu preciso me retirar em função da minha viagem.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição dos senhores. Convido-os para continuarmos o debate, principalmente lá na nossa região.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, a questão que quero solicitar demanda a presença da Superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Mas o Presidente do ITERPA vai falar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas ela vai ter que se retirar e ficaremos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Estamos falando muito; estamos gastando tempo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas eu gostaria que ela participasse dessa decisão, que é muito importante. Não gostaria de sair desta reunião só com esse bate-boca, bate-papo e sem nenhuma conclusão prática, objetiva. O que eu quero sugerir, com a presença...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito bem. Então vamos ouvir o Dr. Sérgio Maneschy...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas ela terá de se retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Ela vai esperar mais um pouco, não é, Bernadete? Daremos um jeito de ela chegar lá rápido.

Dr. Sérgio, por gentileza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Procurarei ser mágico para explicar em um tempo bem menor do que os outros. Quero inverter um pouco a apresentação e iniciar pelo que falaram o Paulo e a Ana Júlia.

Este é um momento histórico importante e diferenciado, porque, na realidade, a democracia deste País amadurece a cada instante. Tenho certeza de que nós, de idade cronológica e intelecto mais amadurecidos, temos um compromisso fundamental com a questão da democracia. Acima de tudo, está para nós o Brasil, está para nós o Pará.

Por via de conseqüência, embora alguns tenham a bandeira do PSDB, outros do PT, outros do PMDB ou de qualquer coloração partidária, temos que ter, acima de tudo, a responsabilidade de entender que, na condição de gestores públicos, governamos para todos. Nesse sentido, precisamos levar em conta os grandes, os médios e os pequenos. É nesse intuito que o Estado do Pará se tem colocado à disposição de todos as instituições.

Fico feliz, porque quando o Paulo Rocha e a Ana Júlia falam, eles estão expressando aquilo que é o sentimento nosso dentro do ITERPA e do Governo do Estado. Isso tem se clarificado muito bem e muito expressa e concretamente não só no discurso e na palavra quando aqui, permanentemente, eu, Beto e Bernadete temos manifestado a vontade, o interesse, o desejo de, em parceria, discutirmos as grandes questões fundiárias e buscarmos soluções.

Por via de conseqüência, também é importante reconhecermos que nós todos não pensamos igual. Graças a Deus, não pensamos todos de forma igual. Nos lugares em que a direção do país pensou igual, quem sofreu foi o povo. Prefiro continuar acreditando que temos muitos pontos em comum. Aliás, em grande parte daquilo que pensamos, estamos de comum acordo. Devemos valorizar aquilo que pensamos juntos e dar menor valor àquilo que pensamos diferente. Mas cada um de nós não pode, muitas vezes, deixar de defender alguns pontos de vista diferenciados. É por isso que em alguns momentos pode haver certa discordância entre aqueles que hoje são gestores do INCRA ou do ITERPA, o que não é problema. Problema é quando calamos e, na surdina, tentamos construir aquilo que não fortalece a democracia.

Democracia pressupõe debate aberto, como está sendo feito nesta Casa, que por conta disso nos possibilita também esclarecer questionamentos e observar intervenções feitas. É verdade a argumentação feita pela Bernadete, reafirmada pelo Beto, de que a comissão de divisão técnica do INCRA deveria participar do plano. Por isso mesmo, tenho anotado nas partes técnicas, e posso passar à mão do INCRA, que em outubro de 1995 a Presidência da República – portanto é impessoal –, em articulação com o Governo do Estado, determinou e constituiu uma comissão interministerial composta por representantes do Governo Federal e do governo estadual. A partir das conclusões dessa comissão, foi possível abrir caminho para discussão da devolução ao Estado de gleba por gleba arrecadada sem ter destinação no Governo Federal. É neste sentido que estão os Processos nºs 1028000035, 097 e 92, referentes a particularmente 3 glebas: Gorotire, Curuaés e Cachimbo.

É importante que sejamos capazes de discutir de forma macro e de nos ajudar a esclarecer quando os preceitos constitucionais podem estar cumpridos

e quando o seu não-atendimento pode ser entendido como quebra contratual. Isso não invalida a permanente discussão, o diálogo, a troca e que, em certo momento, no que concordo plenamente com o Beto, possamos chegar a um consenso feliz, acima de tudo, não para o INCRA ou para o ITERPA, mas para aqueles que estão há mais de 25 anos na área.

Nesse sentido, já iniciei respondendo ao Deputado Asdrubal, que perguntou como o Governo do Estado está fazendo. Embora haja, do ponto de vista legal, alguns que acham que basta devolver integralmente e acabou, reconheço que os problemas estaduais são muito grandes e só o Governo do Estado ou mesmo o Governo Federal não serão capazes de resolver. E aí não é mais só o INCRA e o ITERPA, envolve não só os órgãos dos Governos Estadual, Federal e mesmo Municipal, como temos de entender e continuar reafirmando que se a sociedade civil não se organizar e não for permanente vigilante dessa discussão, não fortaleceremos a democracia nem encontramos solução, porque a solução, perdoem-me, não está dentro do Estado, mas da sociedade civil. Pelo menos é este o meu entendimento.

No que diz respeito ao exposto pelo Deputado Zequinha Marinho, a parceria concretamente se deu quando estivemos reunidos eu, Bernadete e Beto, em Marabá, e foram tratadas 7 comunidades da clientela da reforma agrária. Depois, Bernadete e Beto estiveram no ITERPA. Assumi o compromisso tácito, naquele momento, por dificuldade do INCRA, inclusive, de dar não só os técnicos, mas equipamentos, recursos e carro para ir lá resolver junto com os técnicos do INCRA. Isso mostra que em dado momento o INCRA compreende a dificuldade da EMATER e a auxilia e em dado momento o ITERPA compreende a dificuldade do INCRA e se predispõe a fazer. Isso se chama relacionamento de mão dupla, que com certeza vai garantir o fortalecimento do nosso trabalho. Acredito que o desafio que temos não será vencido se não tivermos esses entendimentos. Tenho certeza de que eu, Bernadete e Beto comungamos do mesmo propósito.

Deputado Zé Geraldo, o zoneamento econômico-ecológico faz parte, sim, de um projeto que o Estado está pensando. É o Programa Pará Rural, que vem responder uma questão que, de certa maneira, o Pará Urbe já vem respondendo. Havia uma concentração muito grande nas zonas metropolitanas. Por via de conseqüência, o Governo do Estado entendeu a necessidade de implantar o Pará Urbe como forma de dar condições adequadas para que os Municípios pudessem conter o êxodo e, a partir daí, as pessoas pudessem ter melhor qualidade de vida nos Municípios. Mas também percebemos que, com a melhora dos Municípios, o pessoal da zona rural vai para lá. É a questão perversa da concentração; é a dicotomia que vivemos numa sociedade plural e desigual e o gestor público tem a responsabilidade de buscar alternativas para reverter esse quadro. É neste sentido que o Governo do Estado vem discutindo o Pará Rural com o Banco Mundial, no que estão presentes a Secretaria Especial de Produção, o ITERPA, a EMATER, a SAGRI, ou seja, todos os órgãos estaduais do setor de produção, para buscar um projeto que possa atender essa demanda.

A discussão, Deputado Zé Geraldo, também se dará com o conjunto da sociedade. É compromisso do Governador Simão Jatene. Há de se entender que as missões de bancos internacionais, primeiro, querem ver o arcabouço disso e é do que estamos tratando. Espero que não sejam os 6 milhões de dólares que V.Exa. disse, mas que seja mais, porque as necessidades são maiores.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Uma sugestão, Dr. Sérgio. Gostaria que o senhor ajudasse a articular, na formulação desse arcabouço, de forma a contemplar a sociedade civil por meio de suas organizações. Se chegarmos com esse arcabouço ao Banco Mundial e não tiver havido essa participação, poderemos ter alguns problemas. Minha sugestão é para avançar, porque percebo que é desejo da FETAGRI, da FAEPA, de algumas ONGs, de todo o mundo, participar.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Perfeito, Deputado. Se já não fosse um desejo do Governo do Estado, passa a ser uma exigência do Banco Interamericano. Os bancos internacionais exigem na sua organização, para construção de projetos de financiamento... Fiz parte, na condição de consultor, do Programa de Macrodrenagem. É exigência do próprio banco. Mas, antes que seja dele, tenho certeza de que é de todos nós, paraenses, seja do Poder Federal, Estadual ou Municipal.

Outra questão mencionada por V.Exa. é relativa à titulação que o ITERPA faz em áreas de até 2.500 hectares e o surgimento de alguns elementos que, por família, acabam construindo 25 mais 25 vezes 10, que daria 25 mil hectares, que são os chamados laranjas. Digo a V.Exa., com a maior tranqüilidade, que na realidade quem denunciou isso foi o ITERPA. E, para deixar bem claro que não é questão pessoal e personificada, não fui eu. Quando cheguei ao ITERPA, em janeiro deste ano, havia documentação feita pelos profissionais do ITERPA comunicando esse fato ao IBAMA. Ao assumir, entendi que era importante e preocupante e reiterei o assunto. Fui conversar com Marcílio, que me

recebeu muito bem e, a partir daí, começamos a travar uma relação de parceria.

O Governo do Estado, preocupado com a questão dos "laranjais", como costumo chamar, e entendendo que não somos produtores de laranja nas áreas de floresta, fizemos um trabalho que, como dito aqui, tinha de respeitar a legislação. A sustentação legal estabelece duas relações fundamentais.

A concessão, que já vínhamos discutindo, sobre a qual temos mais ou menos um arcabouço, nos traz também uma dificuldade. Do ponto de vista da legislação, a posse reconhecida pela condição de morada habitual e de cultura efetiva é direito de determinado morador e, por via de conseqüência, isso lhe permite adquirir determinada área.

O manejo não contempla isso porque a forma de exploração é diferenciada. Foi com esse intuito que o ITERPA criou um instrumento chamado Uso de Bem Público Estadual, documento precário e transitório, mas que já conversa com todas as empresas que têm projetos dentro do ITERPA e do IBAMA no sentido de que os "laranjais" terminem. Tanto é assim que deixo claro aos senhores que esse ato não foi publicado hoje, porque precisei estar aqui, mas o será ainda esta semana, no Diário Oficial, o qual nos garante a questão do bem público estadual e exige que as empresas apresentem o projeto global como apresentavam ao IBAMA. A empresa apresentava vários projetos de 2.500 hectares individualmente com pessoas e no IBAMA apresentava de forma global, como empresa.

Essa denúncia que fizemos foi recepcionada no IBAMA e está sendo tratada no ITERPA da seguinte maneira. Se você quer uma autorização de bem público estadual, apresente a realidade do seu problema e reconheça. Aí é que está a responsabilidade de cada um de nós. Não podemos simplesmente condenar o passado; precisamos entender também como ele se deu.

O Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal, orientou muitas pessoas de bem a se conduzirem dessa forma. Então, não podemos penalizar, e a lei é clara nisso, aqueles que agem de boa-fé. É preciso encontrar um caminho que atenda os que agem de boa-fé e que de boa-fé querem construir este País e exclua aqueles que se utilizam muitas vezes exatamente da separação entre órgãos e que não é, diga-se de passagem, entre órgãos estaduais e federais mas, muitas vezes, entre órgãos federais e federais e estaduais e estaduais, infelizmente.

Estamos assumindo essa responsabilidade. Sabemos que isso é transitório e caminhamos para a floresta estadual de rendimento e para as reservas estaduais de rendimento, portanto, para a concessão de direito real de uso, trabalhando em algumas matrizes que estamos construindo tendo em conta a questão jurídica. Como não sou da área, procuro ser um estudioso. Temos profissionais que conhecem um pouco disso, mas não poderia prescindir de convidar o Deputado Asdrubal e outros que conhecem o setor para nos dar a sua contribuição.

Deputado Nicias Ribeiro, quanto a questão da floresta, em parte, creio que o Deputado Beto... Gostaria que você fosse Deputado, Beto, por isso o ato falho. Mas, de qualquer maneira, poderá ser no futuro.

Deputado Nicias Ribeiro, V.Exa. perguntou ao Beto sobre as fronteiras.

Há uma questão colocada na lei, que é discussão do ponto de vista jurídico, que diz que as terras que não foram matriculadas, não tiveram destinação pelo Governo Federal nem foram discriminadas poderiam ser inscritas pelo Governo do Estado, matriculadas etc. A São Benedito está enquadrada nesse critério e, por via de conseqüência...

(Não identificado) – E a Cuiabá – Santarém também.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Também.

A conversa com o Governo Federal será muito profícua e a melhor maneira de fazer isso é em parceria. Tenho certeza de que ele pensa a mesma coisa.

Deputada Ann Pontes, quanto à informação recebida do IBGE, o Governo do Estado já está de posse dela. Tentou-se trazer essa discussão à baila por volta de 1999. Fizemos uma consulta ao IBGE, que afirmou isso também. O que Mato Grosso diz em sua defesa é que se for ao campo para definir isso por GPS, ou seja, por equipamentos de mais alta precisão, poderia dar uma diferença a seu favor. Entendemos ser essa uma questão vencida, mas evidentemente, em uma sociedade de Estado de Direito, eles poderão recorrer. Recorrerão e tenho certeza de que, por intermédio do Governador Simão Jatene, lutaremos com unhas e dentes para manter o território sem modificação.

Sinceramente, apesar de ter de falar rápido e correndo, espero ter externado o que foi a preocupação de todos nós. O ITERPA está à disposição de cada um. Tenham a certeza de que não descansaremos em buscar parceria não só com o Governo Federal mas com governos municipais, com os representantes do povo, que tem aqui presente uma parcela significativa, com o movimento social organizado, com federação de trabalhadores.

Agradeço a oportunidade. Coloco-me à disposição para responder a questões que porventura não respondi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Para seus últimos esclarecimentos, passo a palavra ao José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Apenas duas questões que considero importantes.

O Deputado Zequinha Marinho levantou o fato de que as ocupações continuam no caso do nosso Estado, e há processos diferentes no Brasil. Na nossa Superintendência, temos mais de 100 acampamentos e áreas ocupadas. Há nove mil setecentas e poucas famílias cadastradas. Duas novas áreas de acampamento foram estabelecidas neste ano. O restante é de anos anteriores, não resolvidos, em que, naturalmente, o problema ainda persiste. Nessas duas áreas, o número de famílias não chega a 300. O restante é processo estabelecido há tempos. Isso não quer dizer que outros não venham a surgir, porque os movimentos sociais são autônomos e eles próprios definem suas ações. Na Superintendência da Bernadete não é diferente: as áreas foram ocupadas anos atrás.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. Ainda há pouco perguntei às duas autoridades fundiárias aqui presentes a quem pertence a responsabilidade da administração das terras do entorno da Rodovia Cuiabá/Santarém.

Aqui se falou que é do INCRA, mas eis que o Sr. Calixto, aqui presente, ao fazer uso da palavra, disse que deu entrada no processo no ITERPA. Ele ainda disse que queria que fosse pelo ITERPA, que é mais rápido, o que não sei se é verdade. Ele está também um pouco equivocado. Mas falou mal do INCRA, dizendo que o INCRA é muito devagar, com o que concordo plenamente. Qual solução dada para o caso dele? Ele terá que refazer o pedido no INCRA ou os superintendentes aqui presentes dariam seguimento ao processo que ele deu entrada no ITERPA?

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Entendo, e disse isso de forma clara, que evidentemente haverá conversações sobre isso. Precisamos analisar como o INCRA vê a questão. Não vejo nenhum problema de parceria ou convênio para isso. O procedimento que o Estado precisava fazer para arrecadar essas terras ele já o adotou, e por inteiro.

Quanto ao que o Beto e a Bernadete interpretaram como ausência de participação, reafirmamos aqui, e colocamos no documento que pode ser entregue ao INCRA, que a ausência não existiu, tendo em vista ter havido a comissão interministerial criada pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado. Portanto, houve participação das partes.

Evidentemente, há possibilidade de as questões serem revistas. O INCRA tem condições de rever e avaliar o que é melhor para ele. Mas quero deixar claro que o procedimento que o ITERPA precisava fazer para receber essas terras – e ele se colocou como candidato a receber, porque cumpriu as formalidades –, foi feito. Isso não invalida discussão, parceria, não invalida nada. É evidente que, estando na alçada do Governo Federal, ele vai precisa dar uma resposta para nós, que estamos abertos para discutir, porque tenho certeza de que é esse o propósito de todos.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra, com sua permissão e a do Deputado Paulo Rocha, para contrapor rapidamente as palavras do Presidente Maneschy.

Além de fazer política na região da Cuiabá/Santarém, quando Deputado Estadual fui criador, se é que esse é o termo correto, dos Municípios de Trairão e de Novo Progresso e quase o fui de Castelo dos Sonhos. Na época, o Governador Hélio Gueiros me chamava de "tarado por emancipação". Eu disse a ele que o era porque conhecia o Pará.

Aqui foi dito que Castelo dos Sonhos fica a duas horas e vinte minutos, de bimotor, da sede do Município de Altamira. Isso em rota direta: Altamira/Castelo dos Sonhos.

Aquela gente, meu caro José Roberto Oliveira Faro, não pode continuar sem ter documentos de propriedade da terra. Aquela gente já trabalhou muito. Há lotes e fazendas implantadas; há agricultura ostensiva.

O Governador Almir Gabriel fazia propaganda do sul do Pará mostrando colheitadeiras colhendo arroz, milho e outros produtos porque não conhecia o sudoeste do Pará. Lá há colheitadeiras colhendo tudo, mas aquela gente não tem o diabo do documento. É aquele papelzinho que antigamente no INCRA se chamava de LO, Licença de Ocupação, ou então o protocolo.

Meu caro Oliveira Faro, não sei o que se poderia fazer. Talvez pudéssemos fazer uma viagem até lá e nos sentarmos com o povo ao menos para criar uma expectativa: "Olhem, daqui a 1 ou 2 anos vamos dar o documento dessa terra que vocês estão ocupando".

O povo de Novo Progresso é sofrido. São pessoas expropriadas do Lago de Itaipu que foram para lá e estão vivendo numa bagunça; o Prefeito, aperreado, não consegue resolver nada, porque ninguém sabe quem é dono de quê. O ITERPA não resolve porque não é dele; o INCRA está com dificuldade porque o cachimbo está lá em Itaituba.

Não sei se os senhores poderiam me apresentar, e especialmente para o Calixto, que aqui está presente e que representa a comunidade na região, a perspectiva do que acontecerá daqui para frente. É isso o que eu

e Deputado Asdrubal Bentes estamos querendo, pois ele trouxe o Calixto para expor a situação.

Estou pedindo muito? Sei que estou, porque sei que os órgãos dos senhores enfrentam grandes dificuldades, mas a mim resta fazer este apelo desesperado em nome das comunidades não só de Novo Progresso, mas de Castelo dos Sonhos e de toda a região, que não sabe por onde vai e ainda sofre a confusão do índio, que de vez em quando aparece.

Agradeço a boa vontade, o carinho, a educação sempre fidalgal do nosso Presidente. Peço perdão por não saber, como S.Exa., falar maneira professoral. Sou um pouco enfático nas colocações, mas é só a ênfase com que tento expressar a necessidade da solução do problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito bem, Deputado Nicias Ribeiro. Deputado Paulo Rocha, V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Na verdade, por um outro viés, a pergunta do Deputado Nicias Ribeiro é importante para o cidadão que na prática já pôde perceber que há uma interface de vontade política, mas acho que também funcional. Se alguém entra com um processo no ITERPA – processo que deveria ser protocolado no INCRA – deveria haver uma interface capaz de fazer com que aquele processo servisse para ter continuidade ao INCRA, ou vice-versa.

O SR. SÉRGIO LUIZ ALMEIDA MANESCHY – Sr. Presidente, é preciso dizer também o seguinte: o Governo do Estado fez isso foi porque essa área é produtiva hoje – é uma área com mais de 200 mil cabeças de gado, produtora de grãos etc.

Atualmente, o ITERPA tem hoje uma legislação própria que lhe permite agir. O INCRA hoje não tem; poderá ter, se quiser, mas vai precisar haver uma decisão a respeito. Terá de haver vontade política, se quiser ter uma legislação. Hoje. o ITERPA possui uma legislação que lhe permite fazer até 2.500 hectares e conta também com um procedimento que ele já executa – o próprio Deputado Zé Geraldo afirmou isso há pouco –, enquanto o INCRA ainda não tem. Mas se houver decisão política, repito, poderá ter.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Para tranqüilizar um pouco o companheiro de Novo Progresso e o Deputado Nicias Ribeiro, quero informar que uma comissão interministerial está dando prioridade à discussão da Cuiabá-Santarém, até pelo fato de estarmos formatando a questão do asfaltamento. Na verdade, ninguém lá tem documento, nem aqueles que querem 100 hectares. Aliás, em Castelo dos Sonhos, perdemos uma liderança sindical valorosa, o Brasília, que foi morto.

A situação é realmente grave, mas, repito, já foi criada uma comissão interministerial e há a reivindicação de fortalecer o INCRA, o IBAMA e a Polícia Federal na região, porque se não conseguirmos resolver a questão da segurança, não conseguiremos trabalhar, porque ali acontecem coisas verdadeiramente inadmissíveis. A grilagem de terra é assustadora, principalmente com a ofensiva da soja, que exige grandes áreas. E agora, com a notícia do asfaltamento da Cuiabá-Santarém, essa prática vai proliferar ainda mais.

Nosso Governo está tendo de trabalhar com muita pressa, capacidade e determinação para resolver o problema da documentação. De uma forma ou de outra, tem de ser definitivamente regularizado, seja por titulação, seja por concessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, confesso que agora, mais do que nunca, quem está perdido sou eu. Honestamente, não estou entendendo mais nada.

Creio que há absoluta necessidade de se sair daqui com uma proposta concreta, porque do contrário vamos ficar nesta audiência pública. As palavras o vento leva, e vamos voltar ao tempo de Lao Tsé, 750 anos antes de Cristo, segundo quem quanto maior o número de leis, maior o número de infratores. É o que está acontecendo agora no Estado Pará no aspecto fundiário – um caos total.

Se quisermos realmente pacificar a Santarém-Cuiabá, o primeiro passo é resolver o problema fundiário, para evitar um derramamento de sangue amanhã. Não tenho a menor dúvida.

E aí precisamos acabar com essa história de que essa área é do INCRA e essa outra é do ITERPA. Vamos conveniar.

Também não entendo onde a legislação proíbe o INCRA de titular até 2.500 hectares. Existe uma instrução normativa, ato administrativo que pode ser cancelado por outro. Não é possível que alguém tenha sido convocado para lá pelo Governo Federal – não interessa se era ditadura ou não –, tenha acreditado no convite e 25 anos depois não possa ter os documentos da terra que ocupa por pruridos apenas.

A proposta concreta que quero submeter ao INCRA e ao ITERPA é: vamos sair daqui com um seminário marcado para discutir o problema com os vários segmentos sociais interessados, para que a decisão seja debaixo para cima, e não, como continua até hoje, de cima para baixo. Tem de haver essa discussão com a comunidade, que está sofrendo as conseqüências e que é vítima dessa balbúrdia que aí está posta.

Repito, Sr. Presidente, a minha proposta é a seguinte: sairmos daqui com a decisão de fazermos um seminário. Custos, o INCRA e o ITERPA dividem. Se querem entrosamento, falar a mesma língua, tem de haver isso. Se uma questão isolada já é difícil de resolver, imaginem essa confusão toda. Sabemos que os companheiros naturalmente tem suas limitações, porque depende de uma decisão, talvez, da direção nacional. Mas estão em jogo interesses maiores, a paz no campo e o desenvolvimento do nosso Estado. Não podemos ficar à mercê de letras mortas de leis que ninguém conhece.

Há ainda um pedido que eu queria endereçar ao Deputado Zé Geraldo: que se dê mais publicidade dos planos que se pretendem fazer para o Pará. Estou sabendo agora que, em relação à Santarém-Cuiabá, existe esse grupo de trabalho. Ora, nós, da bancada do Pará, temos a necessidade de saber da sua existência, para que possamos colaborar. Afinal de contas, o Deputado Nicias Ribeiro é um dos legítimos representantes daquela região e tenho certeza de que ele também não sabia. Precisamos que haja transparência, a fim de que possamos ajudar nesse trabalho.

Quero, por último, agradecer aos convidados a presteza com que aqui vieram para esclarecer as dúvidas que tínhamos e a disposição de sentar à mesa e falar a mesma língua, diferentemente do que vinha ocorrendo até agora, com órgãos do mesmo Governo falando línguas diferentes e acarretando problemas gravíssimos no Estado do Pará.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, antes do Dr. José Roberto Faro falar – e eu gostaria que ele depois nos explicasse se há alguma restrição administrativa para V.Exa. gerenciar a questão aqui colocada –, tomo a liberdade de pedir a palavra para fazer uma reclamação à Presidência da Comissão.

Assunto como este, Sr. Presidente, não pode ser tratado de afogadilho, pois diz respeito a um problema complexo por sua própria natureza, a um problema histórico. Assunto dessa monta – com as autoridades que aqui estão, com o poder que a Constituição e os Governos a elas conferiram – deveria ser tratado em dia em que houvesse maior disponibilidade de tempo, para que pudéssemos aprofundá-lo, apesar de termos falado bastante.

Fica o registro. Esse é o maior problema do Estado do Pará. Talvez tenhamos até que fazer uma outra reunião, desta feita, quem sabe?, com a presença do Ministro da Reforma Agrária e do Presidente INCRA, para discutir com amplitude essa questão. Mas que não seja à tarde, numa dia de sessão importante como a de hoje, porém com tempo suficiente para tratar com muito cuidado e carinho desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – A reclamação será registrada.

Com a palavra José Roberto Oliveira Faro

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Primeiro, há alguns impedimentos. Estamos fazendo um processo de convergência, buscando entendimentos, mas há algumas dúvidas que ainda precisam ser dirimidas.

Estabeleceu-se um entendimento a partir da instrução normativa que exige o PID. O que o Estado tem hoje é outro; o entendimento era até equivocado, segundo nossa opinião, porque ali se estabelecia que era competência exclusiva da divisão técnica, não havia procedimento a ser feito. Para a constituição disso tem de se envolver não apenas nós, do ITERPA, mas outros órgãos, como a EMBRAPA, o IBAMA, a SECTAM etc. Mas era isso o que estava estabelecido na instrução e nenhuma das divisões das Superintendências fez. Então, temos um problema.

Esse é o principal problema vivido no Estado, e até por ser esse o problema mais grave, estou advertindo para a necessidade de irmos com cuidado. Já conversei com o Sr. Calixto muitas vezes. Não temos nos negado a dialogar. O problema é que uma medida para lá não dirá respeito apenas a 300 famílias, mas tem de valer para a região como um todo e para o Estado inteiro. Não se pode estabelecer uma regra para uma vila ou para uma comunidade apenas.

O mecanismo do Estado já está definido, mas nós precisamos fazer esse debate interno, como, aliás, estamos fazendo. Tenho dialogado com eles, assim como com os movimentos sociais que estão acampados há 6 anos, pressionando para serem assentados. Tenho dito a eles que é verdade que eles já estão há muitos anos na região e que precisam de uma resposta, mas não para exigir que, em 3 meses, cheguemos com todas as medidas e as regras já estabelecidas.

Temos uma questão que estava guardada. Na verdade, a minha leitura foi nesse sentido. Aliás, fiz essa avaliação hoje com o Presidente, quando nos reunimos, pela manhã. Na minha leitura, a questão do PID, na verdade, foi uma fórmula criada no passado de se livrar do problema. Deve-se regularizar acima de 100 e, então, estabelecer-se um PID, mas não disse o que era o PID. Não disse como ia efetivamente ser construído. Dizer que era uma divisão técnica do INCRA não era a melhor forma de se fazer. Então, resolve-se desse jeito. Vai lá e faz. Era essa a forma como foi tratada a questão.

Se muito bem da pressa, e não há, do ponto de vista do INCRA ou pelo menos daqueles com quem

temos conversado da direção do INCRA, o desejo de fugir desse debate, de não ter um prazo estabelecido. E vai ter de ser estabelecido não por mim, mas pela direção nacional do INCRA um prazo para que possamos ter uma resolução clara e definitiva para todas essas questões.

E vamos ter que dialogar se pode haver ou não o seminário. Há um processo de debate com a direção nacional do INCRA. Não se trata apenas de uma definição nossa. Temos de conversar com a direção nacional. A Câmara tem tratado do assunto, e esta reunião é uma prova disso. Podemos estabelecer o que fazer nesse aspecto. Não há má vontade. Problemas há na região, mas também há problemas em outras regiões. Anapu tem um problema gravíssimo. Temos ido lá. Inclusive haverá um seminário, amanhã ou depois, em Anapu. O pessoal pediu para irmos lá.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Um aparte. Em relação a Anapu, quando fui Superintendente em 1991 e 1992, determinei à Procuradoria que ajuizasse ações para cancelar registros imobiliários. Sabe por quê? Porque nem o INCRA nem o promitente comprador cumpriram a sua parte. Então, o certo seria cancelar o registro imobiliário, a terra voltar ao patrimônio público e se dar a ela uma nova destinação.

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Foi feito isso. Foram feitas e continuam sendo feitas ações em grande parte e outras, não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Agora, nesse caso do Calixto, já houve precedentes: o INCRA e o ITERPA fizeram convênios e o INTERPA fez a articulação. Isso resolveria não só a situação dele, mas a de tantas outras famílias. É um caso a ser estudado.

A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Um aparte, por favor. Dr. José Roberto, há necessidade de decisões práticas e objetivas desses encontros. Acredita V. Sa. que 6 meses seriam suficientes para a retomada dessa discussão, até que os senhores pudessem apresentar algo mais concreto a esta Comissão?

O SR. JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA FARO – Acho que sim. Não posso afirmar definitivamente, até porque envolve uma decisão nacional. Mas penso que é um tempo razoável para se ter uma posição clara sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – O Coordenador da nossa bancada, o Deputado Paulo Rocha, está presente. Poderíamos, depois, reunir a bancada da Amazônia para, intramuros, conversarmos. (Risos.) E V.Exa., Deputado Paulo Rocha, com o seu prestígio em termos do INCRA nacional, propor medidas concretas para deliberarmos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Estamos precisando.

Nós queremos agradecer aos nossos convidados, ao Dr. José Roberto, ao Dr. Sérgio Maneschy e à Dra. Bernadete Caten, o atendimento ao convite e os esclarecimentos prestados. Estaremos acompanhando daqui para frente essa questão.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco os Srs. Deputados para audiência pública a realizar-se terça-feira, dia 19, às 14h30, no Plenário nº 13, com o Presidente da ELETRONORTE.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Primeira Reunião Ordinária Realizada em 19 de Agosto de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e dois minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva, Zequinha Marinho e Davi Alcolumbre – Vice-Presidentes; Alceste Almeida, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Anselmo, Asdrubal Bentes, Babá, Celcita Pinheiro, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Miguel de Souza, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Suely Campos, Terezinha Fernandes e Zé Lima – Titulares; Carlos Abicalil, Casara, Coronel Alves, Darci Coelho, Dr. Benedito Dias, Humberto Michiles, Ivo José, João Tota, Marinha Raupp e Mário Negromonte – Suplentes. Compareceu também o Deputado Eduardo Valverde, como não-membro. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os Senhores Silas Rondeau Cavalcante Silva, Diretor-Presidente da ELETRONORTE, com o objetivo de apresentar a este Colegiado a política energética na Amazônia e os projetos da nova administração da ELETRONORTE, em atendimento a requerimento de autoria da Senhora Deputada Ann Pontes. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra ao convidado, que discorreu sobre o tema. Interpelaram os expositores os Senhores Deputados Ann Pontes, Casara, Zé Lima, Humberto Michiles, Paulo Rocha, Miguel de Souza, Asdrubal Bentes, Zequinha Marinho, Eduardo Valverde, Terezinha Fernandes e Josué Bengtson. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra

ao expositor, para que apresentasse suas considerações finais. Exerceram alternadamente a Presidência, os Deputados Rogério Silva, Miguel de Souza, Zequinha Marinho e Ann Pontes. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às dezessete horas, antes convocando Reunião de Audiência Pública para quarta-feira, dia vinte, às dez horas, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo 1º Vice Presidente no exercício da Presidência, Deputado **Rogério Silva,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, para a qual foi convidado o Presidente da ELETRONORTE, Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, com o objetivo de discutirmos a política energética na Amazônia e os projetos da nova administração da ELETRONORTE, atendendo ao requerimento de autoria da Deputada Ann Pontes, aprovado pelo Plenário.

Esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o convidado deverá se limitar ao tema em debate e disporá para tanto de 20 minutos ou mais, não podendo ser aparteado.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa, que os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar seu nome e que só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de 3 minutos.

O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplicas e a tréplica, pelo mesmo prazo, sendo vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente, agradeço o comparecimento ao Presidente da ELETRONORTE, Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, aos colegas Parlamentares e às demais pessoas que se encontram no recinto.

Dando início à exposição, concedo a palavra ao Presidente da ELETRONORTE, Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Quero saudar o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Parlamentares e falar da grande alegria que tenho por estar aqui com V.Exas. A ELETRONORTE sente-se honrada por estar sendo ouvida sobre um tema tão importante, por falar das suas ações na Amazônia e da visão da nova gestão com respeito a esse trabalho importante, por isso mesmo de interesse da Comissão da Amazônia.

Sr. Presidente, peço permissão para usar o recurso das transparências para melhor passar a mensagem que preparamos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O tema da minha exposição é Projetos e a Nova Política da ELETRONORTE para a Região Amazônica.

Aqui estão as informações sobre a empresa. Cinqüenta e oito por cento do território nacional equivalem à área de atuação da nossa empresa, a ELETRONORTE; 22,2 milhões de habitantes estão nesta área, dos quais 16,3 milhões são atendidos com energia elétrica – essa diferença de 33%, de um terço, é teoricamente o nosso desafio; dos 16,3 milhões de habitantes, 12,7 milhões são atendidos com energia elétrica produzida pela ELETRONORTE, o que corresponde a 57%.

Os ativos com que trabalhamos para a geração dessa energia elétrica são: energia hidráulica: 5.154 megawatts; e usinas térmicas próprias da ELETRONORTE: 787 megawatts. Temos ainda o concurso de produtores independentes de energia, que contribuem com 675 megawatts.

Essa energia produzida precisa ser transportada para os centros de consumo em linhas de transmissão. Temos um somatório nessas classes de tensão de 500, 230 e 138 quilowatts da ordem de 9 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Para se ter uma idéia do consumo de energia nessa região importante, os 31.600 gigawatts/hora de energia produzida correspondem apenas a 8% do mercado nacional. Dessa produção, suprimos 15 mil. A questão do suprimento e do fornecimento está entre a entrega de energia para consumidores diretos – no caso, os contratos de alumínio – e o fornecimento para empresas distribuidoras nos novos Estados.

Nosso ativo é da ordem de 18 bilhões de reais, e temos registrada no balanço de 2002 uma receita bruta realizada de 3 bilhões de reais.

Esta é uma imagem de satélite. Estamos vendo aí a imensidão do território que corresponde à nossa Amazônia. Temos aí as 3 principais hidrelétricas e o nosso sistema.

Esta área amarela mais próxima da linha azul refere-se ao atendimento de Manaus. Vemos claramente que não tem nenhuma ligação física com o restante do Brasil.

Aqui, mais à direita, está a Usina de Tucuruí; estas linhas vermelhas ligam o Nordeste, o Sul e o Sudeste, a partir de Tocantins.

Esta é a parte do sistema interligado nacional do qual faz parte a ELETRONORTE. Portanto, esta-

mos isolados em Manaus, num sistema hidrotérmico. Temos usinas térmicas e a Hidrelétrica de Balbina. No Amapá, temos também um sistema hidrotérmico atendendo à Hidrelétrica de Coaracy Nunes, com um parque térmico nosso. E aqui temos o Acre e Rondônia interligados entre si, mas desligados da rede básica nacional, onde temos também linhas de transmissão. Aqui atuamos também.

Estou mostrando este quadro só para comparar a geração de energia elétrica do mundo com a do Brasil.

Vejam o que acontece: 40% do carvão que o mundo usa, no Brasil, correspondem a 1,6%. Na composição da matriz, enquanto 19% da matriz mundial é energia hidráulica, o Brasil dispara com praticamente 90%, ou seja, tem vocação hidráulica. A quantidade de energia nuclear utilizada no mundo é de 17%; no Brasil corresponde a 4,4%; em relação ao gás, é de 1,4% contra 13%.

Enfim, estou mostrando que o Brasil é um país de vocação hidráulica. A nossa geração é hidráulica e utilizamos usinas hidrelétricas.

E a Amazônia? O nosso mercado isolado, aquele que lhes mostrei, que não tem conexão, corresponde a 2% do mercado. O Norte interligado, aquele atendido a partir de Tucuruí, corresponde a 6,7% em relação ao País.

Vejam V.Exas.: a Amazônia está no Brasil, que tem vocação hidráulica, e tem somente 2% do seu sistema isolado. Os 2% são mais ou menos 8%, mas as maiores reservas estão aqui. Ainda há 113 gigawatts, potencialmente, na Amazônia, que correspondem a 43% do potencial nacional, dos quais são aproveitados somente 4,8%.

Estas são as nossas obras em andamento. A nossa maior usina é a Hidrelétrica de Tucuruí. Estamos agora no processo de duplicação. Duas etapas de 375 megawatts já entraram em operação, sendo que as 9 unidades restantes devem entrar em operação até 2007.

Os investimentos da segunda etapa de Tucuruí correspondem a 3,7 bilhões de reais. O aumento da capacidade de geração praticamente dobra: vai para 8.370 megawatts. O mercado favorecido por essa energia disponibilizada pela Hidrelétrica de Tucuruí é de 40 milhões de brasileiros.

Mostrei a V.Exas. que Amapá e Manaus estão separados do grid nacional. Estamos trabalhando no sentido de viabilizar a interligação de Tucuruí com Manaus e Macapá e, o que é mais importante, atender aos Municípios da margem esquerda do Amazonas e os da margem esquerda do Pará.

Será um desafio muito grande para a ELETRONORTE, porque 500 quilowatts requerem uma linha muito importante, com duas travessias no Rio Amazonas, mais ou menos na altura da Ilha de Jurupará. O comprimento dessa linha é de aproximadamente 1.500 quilômetros e ela terá a capacidade de transportar 1.200 megawatts.

O investimento previsto para essa linha é de 2,5 bilhões de reais. Só para se ter uma idéia da sua importância para o País, considerando-se o ano de 2003, significa evitar o consumo de combustível da ordem de 1 bilhão e 422 milhões.

Essa linha deriva, tão logo atravessa para a margem esquerda do Rio Amazonas, ainda numa extensão de 330 quilômetros, chegando a Macapá. O investimento aí é de 450 milhões de reais, e a capacidade de transporte é de 300 megawatts. Para se ter uma idéia, hoje a linha de Macapá tem 100 megawatts, e estaríamos disponibilizando através dessa obra 3 vezes mais a maior carga já requisitada na área do sistema interligado hidrotérmico da cidade.

Essa interligação é muito importante. Na margem esquerda do Pará, praticamente atenderemos a todos os Municípios: Monte Dourado, Alenquer, Almeirim, Curuá, Monte Alegre. Todos esses Municípios serão beneficiados com a passagem dessa linha.

No Amapá, serão atendidas as cidades de Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Macapá, todas também ilhadas e não interligadas ao sistema da rede básica nacional.

No Amazonas, serão atendidos os Municípios de Urucará, Itapiranga, Itaquatiara – a segunda maior cidade do Estado, depois de Manaus – Silves, São Sebastião do Uatumã, Maues e Parintins, aquela ilha onde é realizado um festival famoso.

O mais importante desafio da ELETRONORTE está aqui. Cada marca desta equivale a uma terra indígena ou a uma unidade de conservação. São áreas com as quais nos preocupamos em relação ao traçado. Dentre 6 alternativas escolhemos 1, a título de exemplo, porque ainda estamos estudando-a. Atravessaríamos o Rio Amazonas na Ilha de Jurupari, passaríamos pelo lado do Amapá e seguiríamos na margem esquerda do Estado do Pará, atendendo a todos aqueles Municípios que já citei.

Esta questão normalmente é levantada: se for feita a linha para Manaus, como fica a situação do gás de Urucu? Mostrei este quadro para dizer que eles não competem entre si. Há uma complementação entre a utilização do gás das reservas de Juruá e Urucu com essa linha, que funciona nos 2 sentidos. Num momento ela poderá levar energia para Manaus; num outro momento poderemos monetizar esse gás que lá está

sendo reinjetado sem nenhum valor direto, ou seja, seria utilizado para geração de energia não só em Manaus, através do Gasoduto Urucu – Manaus, mas também em Porto Velho, através do Gasoduto Urucu – Porto Velho, onde já temos construída uma usina com capacidade para produzir 350 megawatts de energia.

Temos ainda como desafio a interligação Acre – Rondônia – Mato Grosso, que é aquela última ilha de que falei. Fica mais à esquerda do Brasil, numa tensão de 230 quilowatts. Precisaremos vencer os 610 quilômetros que faltam, uma capacidade de 300 megawatts e um investimento de 250 milhões de reais, para um custo em combustível, previsto para 2004, de 927 milhões de reais. Ou seja, estamos trocando 927 milhões de reais de custo pela geração térmica por um investimento de 250 milhões de reais.

Vemos no mapa a parte que ainda se encontra isolada. Para as linhas verdes a ELETRONORTE já tem autorização, e o desafio é completar o trecho do qual falamos antes.

Este é o esquema do que seria essa interligação. As linhas tracejadas são o que estamos pretendendo viabilizar com esses estudos.

O que são projetos estruturantes para o Brasil? Significam trabalhar no sentido de entregar as variáveis necessárias para a tomada de decisão no âmbito do Governo sobre o que seria o maior aproveitamento hoje já estudado: o da Usina de Belo Monte. As características estão aí: potência de 11.181 megawatts; área de reservatório já bem estudada; queda do projeto de 90 metros; e energia firme de 4.700 megawatts. O custo da usina está previsto em 7,5 bilhões de reais, incluída aí uma parcela para o atendimento na área de influência, a exemplo do que fizemos no plano de desenvolvimento da área de Tucuruí, no qual pretendemos realizar um investimento da ordem de 1,2 bilhão de reais. Essa obra pode gerar, entre empregos diretos e indiretos, 100 mil postos.

Teremos um reservatório de 440 quilômetros quadrados. Praticamente a metade desse reservatório já equivale ao que é inundado numa cheia anual normal. A outra seria das obras de abertura de canal.

Srs. Deputados, temos problemas para administrar. Cito o das famílias atingidas. Os Municípios serão contemplados com aqueles recursos que citamos anteriormente.

Ainda como desafio para a Amazônia podemos citar o aproveitamento de Santo Antônio de Jari. É a única hidrelétrica com autorização para ser construída. É uma pequena usina que temos no Rio Jari, na divisa entre Amapá e Pará.

Quanto à concessão da Jari Energética, a ELETRONORTE está trabalhando em parceria com essa empresa. Já temos a licença de instalação emitida pelo IBAMA. Essa é a única alternativa a curto prazo para o atendimento do Estado do Amapá, antes da interligação de que falamos há pouco.

Outro desafio que temos no Estado do Amazonas é o de dar continuidade a um aproveitamento que já se arrasta há muito tempo no Estado, em São Gabriel da Cachoeira. A concessão foi outorgada ao Ministério da Aeronáutica, e hoje a ELETROBRÁS está em entendimento com o Ministério da Defesa para que a ELETRONORTE possa viabilizar esse empreendimento tão importante para aquela área do Amazonas.

Aqui há um ponto forte, segundo o entendimento da nossa gestão.

Estou aqui com toda a Diretoria da ELETRONORTE, ou seja, com os Srs. Israel, Diretor de Engenharia; Astrogildo, Diretor Financeiro; Lourival, Diretor de Gestão; e Dilson, Diretor de Comercialização. O nosso empenho tem sido muito grande no que diz respeito às ações de desenvolvimento social. Sobre isso temos um plano de desenvolvimento sustentável para a microrregião do entorno da Hidrelétrica de Tucuruí. Esse plano foi aprovado ainda na gestão anterior, e esta nova administração está fazendo ajustes. Entramos em entendimento com os Prefeitos para que esses ajustes não prejudiquem o andamento nem a finalidade do nosso programa, que visa ajudar na solução dos problemas dos Municípios de Tucuruí, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Itupiranga e Novo Repartimento, todos no entorno do lago de Tucuruí, no que chamamos de montante. São aqueles Municípios atingidos antes da barragem.

O objetivo geral desse plano é propor estratégias de desenvolvimento sustentável para a microrregião que citamos. Os objetivos específicos são: aumento da renda e da ocupação produtiva da população; elevação dos níveis de escolaridade da população; redução do analfabetismo; melhoria da saúde pública; ampliação da rede de saneamento básico; abastecimento de água; esgoto; coleta e tratamento de lixo; dinamização da economia regional; aumento da articulação da economia intra-regional; diversificação da estrutura produtiva regional; integração e adensamento; preservação do meio ambiente.

O Plano de Inserção Regional dos Municípios do Entorno do Lago de Tucuruí – PIRTUC faz parte desse programa de desenvolvimento. É aquela proposta maior. O PIRTUC prevê um trabalho de 18 anos: de 2002 a 2020. Temos programas específicos de fortalecimento da infra-estrutura social, econômica e da produção; de desenvolvimento institucional; e de ações de compensação dos impactos ambientais. Temos

alocados para esse programa recursos da ordem de 200 milhões de reais.

Inovamos também no processo de revisão quanto à forma de tratar os atingidos a jusante de Tucuruí. Inicialmente, estamos falando dos Municípios de Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

O plano de desenvolvimento prevê uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região que fica depois da barragem. Ele está estruturado em diálogo amplo, participação social, transparência e gestão participativa.

Sobre isso promovemos um primeiro seminário em Cametá. Estiveram presentes alguns Parlamentares, entre eles o Deputado Paulo Rocha, a essa grande discussão com todas as entidades envolvidas e que têm interesse no desenvolvimento dessa região.

O objetivo do Plano de Desenvolvimento dos Municípios a Jusante – PDJUS é propor estratégias de desenvolvimento sustentável para a microrregião a jusante da Hidrelétrica de Tucuruí. Os objetivos específicos são os mesmos que vimos atrás.

A exemplo do que aconteceu lá, o Plano de Inserção Regional da Jusante – PIJUS também é um subconjunto do programa maior, do Plano de Desenvolvimento dos Municípios a Jusante de Tucuruí.

Quais serão os nossos próximos passos? Já realizamos aquela reunião em Cametá e estamos no processo de detalhamento desse programa, que tratará da quantificação e da alocação de recursos; da elaboração dos planos de ação municipal, para a qual foram realizadas oficinas em todos os Municípios; da avaliação dos planos de ação; da elaboração dos projetos; da implementação e gestão desses projetos; da ampliação da sua abrangência, para incluir os Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Oeiras do Pará e Moju.

Ainda com a visão macro sobre essa região continental que é a Amazônia e sua responsabilidade social, a ELETRONORTE desenvolve um projeto, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia. O Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – PRODEEM ainda está em fase de reavaliação, mas já existem alguns exemplos para mostrar aos Srs. Deputados.

Esta é uma escola rural onde há um conjunto de painéis solares. Essa energia é utilizada para bombeamento da água e conexão desse ponto remoto com o mundo através de satélite e utilização dessa escola durante a noite. Enfim, todos os benefícios de conforto e qualidade de vida trazidos pela energia em qualquer lugar do mundo. A energia é coletada diretamente do Sol e acumulada sob a forma elétrica em baterias. Por um processo de conversão dessa energia contínua, ela é utilizada de forma convencional, como vemos aqui, através de conversores.

Este também é um exemplo de um desses muitos projetos que estamos acompanhando na Amazônia. Vemos aqui uma comunidade atendida com os painéis solares.

Finalmente, quero mostrar uma experiência também nova: o programa que chamamos de Rede Floresta de Inclusão Digital. O nome Topawa-Kaa, na língua indígena, quer dizer rede floresta. Basicamente, esse programa foi resultado da sensibilidade demonstrada pelo nosso Diretor de Engenharia, quando estivemos em Altamira para avaliar a nossa presença lá. Verificamos que havia computadores lá, e o Prefeito pediu que não os retirássemos porque seriam importantes para a coletividade, para as crianças. Daí surgiu a idéia, e Israel está à frente do projeto.

Este mapa mostra o retrato da exclusão digital no País. Esta parte mais iluminada é aquela em que se usa normalmente o computador. Observamos, em função da tonalidade do vermelho, estes grandes espaços em que as pessoas estão desconectadas da rede mundial de informação.

Portanto, nosso programa objetiva inserir na era digital a comunidade local de baixa renda; gerar alternativas de emprego, de ocupação; o empreendedorismo; a qualificação e a educação para a população; a diminuição do abismo de conhecimento tecnológico da população de baixa renda; o apoio ao Programa Primeiro Emprego; a inclusão de comunidades indígenas na área digital; e o desenvolvimento da consciência de cidadania, porque, a partir deste momento, nossos internautas da floresta serão considerados também cidadãos do mundo; e a ajuda na redução dessas desigualdades.

As comunidades a serem atendidas são estas aqui, que coincidem com a nossa área de atuação, ou seja, Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, enfim, todos os que compõem a Amazônia Legal.

Era o que tinha a apresentar a V.Exas.

Agradeço a atenção e estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Agradeço ao Presidente da ELETRONORTE, Silas Rondeau Cavalcante Silva, os esclarecimentos e passo a palavra à autora do requerimento, Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro convidado, a importância desta audiência pública está não só no fato de discutirmos a construção de hidrelétricas nos Rios da Amazônia e suas conseqüências ambientais, sociais

e econômicas para a sociedade amazônica especificamente, mas também de conhecermos as alternativas e as políticas energéticas que deverão ser implementadas neste novo milênio e neste novo Governo.

Vou tentar fazer o mais brevemente possível os meus inúmeros questionamentos. Muitos deles, Sr. Presidente, já tive oportunidade de fazer quando participei das reuniões do COMPART.

O primeiro é o seguinte: a construção da Hidrelétrica de Belo Monte foi considerada, no Governo anterior, obra prioritária. Essa prioridade foi mantida no atual Governo com o mesmo grau? Como se encontra o atual processo?

Segundo questionamento: o Governo Federal está dando mais prioridade ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira do que ao do Rio Xingu. E por quê?

Terceiro questionamento: qual é a previsão da ELETRONORTE no que tange à instalação das 23 máquinas previstas para Tucuruí? Com todas elas, qual será a potência firme de Tucuruí? Exigirá novos aproveitamentos a montante para regularizar o fluxo do rio?

Quarto questionamento: qual é o orçamento da ELETRONORTE para 2003? Que medidas a atual administração tem tomado para cumprir o compromisso assumido de aplicar os cerca de 56 milhões de reais referentes aos anos de 2002 e 2003 nos Municípios afetados pela alteração da cota do Lago de Tucuruí?

Quinto questionamento: por que a ELETRONORTE já fala em discutir as ações para 2004, se as ações de 2002 e 2003 ainda estão pendentes? Por que a empresa não aceita a sugestão das Prefeituras do COMPART no sentido de que os valores sejam repassados aos Municípios, tal como é feito com os demais órgãos da República, já que, do compromisso assumido junto à SECTAM, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, menos de 10% foram executados?

Para concluir, de acordo com o Código de Águas, em vigor desde 1934, o responsável pelo barramento de rio navegável deve restabelecer suas condições originais. A Barragem de Tucuruí bloqueou a navegação no Rio Tocantins, impediu a migração de peixes entre jusante e montante. Tal situação não transforma essa obra em um investimento ilegal por ferir uma lei federal? O que ainda precisa ser feito para concluir as eclusas? De que forma a empresa participará dessa obra?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra ao Presidente da ELETRONORTE, para as respostas, e convido o Deputado Miguel de Souza a presidir os trabalhos.

(Pausa.)

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Sra. Deputada, não consegui anotar todos os seus questionamentos. (Pausa.)

Deputada, vou esforçar-me para responder às suas questões de acordo, naturalmente, com as informações que tenho. Talvez eu tenha de detalhar algumas delas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para solicitar a V.Exa. que adote nesta reunião a praxe das Comissões, ou seja, ouvimos 3 Deputados antes da resposta do convidado, naturalmente com a sua aquiescência, para economia de tempo.

Haverá hoje uma sessão tumultuada e precisaremos sair mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – V.Exa. sabe que é prática desta Comissão o autor do requerimento ter direito a um tempo maior para fazer seus questionamentos. Tendo em vista que a Deputada Ann Pontes fez 6 indagações, o equivalente à fala de 6 Deputados, seria interessante que o convidado logo a elas respondesse.

Podemos combinar que, em seguida, 3 ou 4 Deputados façam suas perguntas, que serão respondidas em bloco.

Então, o convidado responderá inicialmente à Deputada Ann Pontes. Em seguida, passarei a palavra aos Deputados Hamilton Casara, Zé Lima, Humberto Michiles e aos demais inscritos.

Com a palavra o Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Vou tentar responder às perguntas da Deputada. Se faltar alguma coisa, utilizando este roteiro, posso desmembrar e mandar por escrito posteriormente. Não sei como é a prática da Comissão, Sr. Presidente, se tudo é registrado nos Anais ou é transcrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – É registrado nos Anais.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Lerei as perguntas da Deputada Ann Pontes e em seguida responderei a elas.

"A construção da Hidrelétrica de Belo Monte foi considerada no Governo anterior obra prioritária. Essa prioridade foi mantida no atual Governo com o mesmo grau de prioridade? Como se encontra o processo?" Posso assegurar que o Governo tem demonstrado grande preocupação com respeito a obras chamadas estruturantes, e Belo Monte é uma delas, que juntamente com o Madeira e o processo de estruturação hídrica do Nordeste estão contemplados no PPA. O Governo diz que Belo Monte é prioritário também, a despeito de qualquer problema que tenhamos na Justiça. Ain-

da estamos em fase de estudos e, naturalmente, o prosseguimento desta fase vai depender do desdobramento das questões jurídicas entre o Estado do Pará e o Supremo Tribunal Federal. No meu entendimento, é uma sinalização clara de que o Governo considera essa obra interessante, no momento em que a classifica como tal no PPA. E assim está registrado, como todos nós sabemos.

"O Governo Federal está dando mais prioridade ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira do que ao do Xingu? Por quê?" Acho que não. Na minha opinião, o Governo Federal em nenhum momento se manifestou mais a favor do Xingu ou do Rio Madeira. Furnas, que está em parceria no processo de estudo do Rio Madeira, tem aparecido mais na mídia, e está fazendo o papel dela. Uma ação civil pública nos fez paralisar os estudos no Rio Xingu, portanto não estamos podendo confrontá-lo com o Rio Madeira. Na condição de representante da ELETRONORTE, entendo que as duas obras são importantes para o Brasil, embora tenham vocações diferentes. O aproveitamento de Belo Monte é prioritário e primeiramente uma obra hidrelétrica, enquanto que a obra do Rio Madeira é de aproveitamento múltiplo. Eu diria que esta é uma hidrovia que gera energia. Na visão da ELETRONORTE, a melhor hidrelétrica no ranking dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil seria a do Xingu.

Então, objetivamente, não percebo nenhuma sinalização do Governo de preferência entre uma e outra. As duas devem estar nas mesmas condições, de modo que a decisão será tomada no momento em que os 2 estudos de viabilidade estejam prontos e disponíveis para colocá-las no ranking.

"Qual a previsão da ELETRONORTE para instalar as 23 máquinas previstas para Tucuruí?" A essa pergunta respondi quando apresentei as transparências. A previsão é para 2007.

"Com todas as 23 máquinas, qual será a potência firme de Tucuruí?" Estamos acrescendo algo em torno de 1.040 megawatts médios; nominais, são 4 mil megawatts.

"Exigirá novos aproveitamentos a montante para regularizar o fluxo do rio?" Entendo que essa pergunta se refere aos Rios Araguaia e Tocantins. Existe um estudo de visão de quedas tanto para o Rio Tocantins quanto para o Araguaia. A ELETRONORTE, a rigor, não discute isso. Na realidade, a grande bacia de acumulação e regulação para a Usina de Tucuruí é a de Serra da Mesa.

"Qual o orçamento da ELETRONORTE para 2003?" O nosso orçamento é de 921 milhões de reais.

"Que medidas a atual administração tem tomado para cumprir os compromissos assumidos de aplicar cerca de 55 milhões de reais referentes aos anos de 2002 e 2003 nos Municípios afetados pela alteração da cota do Lago de Tucuruí?" Realizamos aquelas reuniões – V.Exa. liderou duas delas –, e a última foi no Ministério. Constituímos uma força-tarefa, e o conjunto – ELETRONORTE e os Municípios – entende que progredimos bastante. Estamos nos esforçando e esperamos realmente que as administrações municipais também nos ajudem a resgatar o mais rapidamente possível o nosso cronograma físico e financeiro.

"Por que a ELETRONORTE já fala em discutir ações de 2004, se as ações de 2002 e 2003 ainda estão pendentes?" Já passamos da metade de 2003. Hoje temos 2 esforços: resgatar as ações de 2002 e 2003, que são a nossa prioridade, mas não podemos chegar sem horizonte a 2004. Esse é o entendimento da ELETRONORTE. Precisamos não só rever as condições de velocidade do que está atrasado, mas também nos posicionar melhor de 2004 para a frente, porque aí estaremos utilizando toda a experiência acumulada em 2002 e 2003. Muito do que pensávamos conseguir facilmente não conseguimos, foi mais difícil; e muito do que pensávamos ser mais difícil foi mais fácil. É um processo normal de amadurecimento que estamos aprendendo com as pessoas que fazem parte desse grupo.

"Por que a empresa não aceita a sugestão das Prefeituras do COMPART no sentido de que os valores sejam repassados aos Municípios, tal como é feito com os demais órgãos da República, já que do compromisso assumido com a SECTAM menos de 10% foram executados?" Realmente, esta é uma questão que temos discutido bastante, mas temos regras a seguir. Na última reunião, já com a força-tarefa, foi discutido esse assunto. Entretanto, há uma instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional extremamente rigorosa. Estamos na metade do ano de 2003. Para passarmos recursos interconvênios, é necessária dotação orçamentária tanto da ELETRONORTE quanto do Município. Isso é praticamente impossível no exercício de 2003, muito menos em 2002. A nossa idéia, discutida na força-tarefa, é de ajustar 2002 e 2003, como muito bem S.Exa. sugeriu. Primeiramente, vamos resolver o que está no passado. É possível um entendimento, desde que seja bom para as partes. E não fazemos nenhuma objeção, a princípio, quanto ao repasse de recursos. Apenas devemos estar certos de que essa é a melhor solução. O entendimento que passamos para a Comissão é o de que a melhor solução deve ser para as duas partes.

Então, chegaremos a uma conclusão com os 9 integrantes do conjunto e com a ELETRONORTE. Na execução talvez não seja esta a situação. Vamos tentar agilizar de outra maneira, como já vínhamos praticando. Se, de repente, o repasse de recursos resolver todos os problemas, com certeza a ELETRONORTE não objetará, desde que mantidas todas as exigências da instrução normativa do Tesouro Nacional.

Leio outra pergunta: "De acordo com o Código de Águas, em vigor desde 1934, o responsável pelo barramento do rio navegável deve estabelecer suas condições originais. A Barragem de Tucuruí bloqueou a navegação do Rio Tocantins, impediu a migração de peixes entre a jusante e montante. Tal situação não transforma essa obra em investimento ilegal, por ferir uma lei federal? O que ainda precisa ser feito para concluir as eclusas? De que forma a empresa participará dessa obra?" Quem barrou o rio fomos nós, do Governo. Ficou a cargo da ELETRONORTE a parte relativa ao aproveitamento da barragem para a geração de energia elétrica. E coube ao Ministério dos Transportes resolver a regularização da hidrovia, concluindo a eclusa. Mesmo assim, nós da ELETRONORTE estamos conscientes de que devemos trabalhar junto com o Ministério dos Transportes ou com o próprio Governo no sentido de auxiliar na busca de uma solução que acelere o cumprimento dessa promessa. A eclusa não é responsabilidade da ELETRONORTE, e isso ficou claro na época da construção da barragem. Temos vários entendimentos, inclusive em andamento, com o objetivo de conseguir, desde que seja legal e assim seja confirmado pelo setor jurídico das partes, talvez uma antecipação de royalties ou algo nesse sentido. Estamos dando prosseguimento a entendimentos anteriores e acreditamos que brevemente teremos boas notícias, conforme o que temos visto nos jornais.

Sobre a legalidade de barrar o rio e não permitir a passagem de peixes, na realidade não tenho essa informação, mas acredito que a barragem foi feita há mais de 15 anos. Precisamos aprofundar a discussão das conseqüências desse fato jurídico.

"O que precisa ser feito para concluir as eclusas?" Precisamos resolver de onde virá o dinheiro. Na realidade, está faltando saber quem dará os 350 milhões necessários, sendo que boa parte desse valor já está lá sob a forma de concreto.

"De que forma a empresa participará dessa obra?" A ELETRONORTE participará da melhor forma que puder, legalmente, visto que está interessada na solução e torcendo também para encontrar uma saída para esse impasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Obrigado.

Prosseguindo, com a aquiescência do convidado, faremos um bloco de 4 Parlamentares, que farão as perguntas, e o Sr. Silas as responderá imediatamente, para acelerarmos o nosso trabalho, porque em breve deveremos comparecer ao plenário.

Usarão da palavra os Deputados Hamilton Casara, Zé Lima, Humberto Michiles e Paulo Rocha.

Tem a palavra o Deputado Hamilton Casara, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabenizo V.Exa. pela boa condução dos trabalhos desta Comissão. Cumprimento e parabenizo a Deputada Ann Pontes pela iniciativa de sugerir o debate desse importante tema.

Registro a presença do Deputado Estadual Beto do Trento, do Estado de Rondônia, que prestigia a nossa reunião.

Agradeço ainda ao Sr. Silas Cavalcante a sua presença e o parabenizo pela bela explanação.

Tenho algumas questões a fazer. Primeiro, algo que muito nos agrada em suas palavras é a aproximação entre a produção de energia, a proteção ambiental e a inclusão social. Muito nos agrada essa notícia, porque era necessário que essa variável social estivesse inclusa na produção da energia.

Ouvi com bastante atenção a explanação de V.Sa. no sentido de que se deve privilegiar as zonas onde se possa produzir energia com menos impacto ambiental em toda a Amazônia.

V.Sa. citou o município de São Gabriel da Cachoeira. Conheço aquela região. Sua formação geológica, sem dúvida, permitirá a produção de energia com o menor impacto possível e atenderá uma quantidade imensa de populações ribeirinhas. Também parabenizo pela iniciativa o Sr. Deputado Humberto Michiles.

Dr. Silas, em nosso Estado, Rondônia, os senhores estão promovendo a conciliação entre a produção de energia e a inclusão social. No último sábado, o Deputado Eduardo Valverde e eu assistimos ao lançamento de um programa de iniciativa da ELETRONORTE do Estado de Rondônia, já testado, de produção de peixes em tanques-redes, com menor impacto ambiental, envolvendo as famílias de pescadores. Faço esse registro com muita propriedade, porque sou da oposição, mas temos de registrar aquilo que é bom e externar nossas opiniões. Parabenizo a ELETRONORTE, na pessoa do seu gerente, o Sr. Fernando Fonseca, que tem realizado um trabalho exemplar, por aquela iniciativa.

Sr. Presidente, o gasoduto de Quari, Porto Velho e Manaus, com certeza, contará com a participação da ELETRONORTE. Ele é muito importante para os

Estados de Rondônia e do Acre, bem como para todo o processo de desenvolvimento da região.

Tenho percebido, nas discussões sobre produção de energia por meio de hidrelétricas do Rio Madeira, a presença de FURNAS. Considero-a legítima, mas gostaria de contar com uma presença maior da ELETRONORTE – acredito que ela tem trabalhado nisso –, até porque conhecemos a ELETRONORTE da Amazônia e ela conhece as potencialidades e peculiaridades da região. Tenho observado que em todos os estudos de viabilidade que têm sido feitos para a construção de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, normalmente se contrata a academia e se deixa de lado, de certa forma, os órgãos ambientalistas promotores do licenciamento ambiental.

Passei pela presidência do IBAMA e julgo que com uma conciliação entre a academia, que propõe os estudos de viabilidade, e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, ganharíamos um tempo precioso e, com certeza, eliminaríamos alguns aspectos negativos que surgem por ocasião dos estudos de impacto ambiental e das licenças ambientais necessárias à implementação das obras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradeço a participação ao Deputado Hamilton Casara.

Tem a palavra o Sr. Deputado Zé Lima.

O SR. DEPUTADO ZÉ LIMA – Inicialmente gostaria de cumprimentar o Deputado Miguel de Souza, que ora preside os trabalhos desta audiência pública, o Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, Presidente da ELETRONORTE, em nome de quem cumprimento toda a diretoria presente, e de parabenizar a Deputada Ann Pontes pela iniciativa de convocar esta audiência pública.

Sr. Presidente, quase todas as minhas perguntas já foram feitas pela Deputada Ann Pontes, a quem parabenizo por ter sido incisiva em seus questionamentos sobre a nossa região.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Silas sobre as indenizações às famílias atingidas pela elevação da quota de 72 para 74. Em que estágio está e quando será retomado o pagamento dessas indenizações? Sou muito questionado sobre isso. Eu gostaria de saber da sua equipe se há prazo estabelecido para a conclusão desses pagamentos.

Outro questionamento seria sobre fraudes no pagamento das indenizações. Parece que não só foram pagos alguns valores absurdos, mas também que pessoas que não tinham nada a ver com o caso conseguiram entrar na lista de famílias atingidas. Existem muitas queixas e muitas denúncias. A ELETRONORTE está fazendo alguma coisa para reaver os recursos pagos indevidamente? Segundo comentários feitos por Deputados que conhecem a nossa região, há indenizações absurdas sendo pagas, e concedidas sem maiores critérios.

Parabenizo V.Exa. pelo trabalho que está desenvolvendo à frente da ELETRONORTE. Se esse planejamento para a Amazônia for realmente implementado em 10 ou 20 anos, já estaremos de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Agradeço ao Deputado Zé Lima a participação e passo a palavra ao Sr. Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, serei muito breve. Quero inicialmente cumprimentá-lo, V.Exa. que é um grande defensor do contribuinte na Comissão Especial da Reforma Tributária, e saudar o Dr. Silas Cavalcante.

Quero também parabenizar a Deputada Ann Pontes, que, com a competência de sempre, abordou praticamente todos os assuntos. Só não gostamos, eu, o Presidente da Comissão e outros colegas, de ouvir S.Exa. dizer que quer deixar o Madeira de lado. Com exceção disso, foi perfeita a exposição da Deputada Ann.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Você é de Humaitá e tem de fazer jus a sua terra natal.

Dr. Silas, é muito importante para o nosso Estado a ligação com o linhão de Tucuruí. V.Sa. abordou muito bem essa realidade, informando-nos sobre a necessidade de se investirem uns 2,5 bilhões de reais na obra. Minha primeira indagação é a seguinte: já há alguma previsão, alguma estratégia para se conseguirem esses recursos? Enfim, quero saber se a ELETRONORTE já falou com o Ministro Palocci sobre essa possibilidade.

A segunda questão é específica sobre São Gabriel da Cachoeira. Quando V.Sa. começou a falar, eu estava dando uma entrevista para a Cláudia, da Rede Amazônica. Temo ter perdido parte da exposição.

Em 1998, a comissão para coordenação do Projeto SIVAM iniciou a construção, no jargão da área, de uma PCH – Pequena Central Hidrelétrica – no Município de São Gabriel de Cachoeira. Pedi informações ao SIVAM e soube que a empresa vencedora da licitação havia abandonado o empreendimento alguns meses após o início das obras, o que findou por forçar aquela comissão a rescindir unilateralmente o respectivo contrato, em 1999. Mas informa ainda o Brigadeiro Ramon Cardoso que está mantendo contatos com a ELETROBRÁS e com a ELETRONORTE a fim de encontrar uma solução para o problema do Município, que tem uma base do SIVAM e é um dos mais distantes Mu-

nicípios da Capital. Segundo informações, gastam-se 2 litros de diesel para transportar 1 litro de diesel até São Gabriel da Cachoeira.

Eram essas as perguntas que eu tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Obrigado, caro colega Humberto Michiles.

Tem a palavra o Deputado Paulo Rocha, último inscrito neste bloco.

O SR. DEPUTADO PAULO ROCHA – Sr. Presidente, meu caro Silas, Presidente da ELETRONORTE, nobres Parlamentares presentes a esta audiência, meus cumprimentos. Este encontro é de grande importância para debatermos a necessidade de investimentos na infra-estrutura da nossa região.

A região amazônica é ímpar no País, assim como são, guardadas as devidas características, o Pantanal e o Nordeste, flagelado pela seca. Já fui áspero e radical crítico da atuação da ELETRONORTE na Amazônia. Também, pudera, dada a forma como foram pensados os grandes projetos, principalmente o de implantação da Hidrelétrica de Tucuruí.

A ELETRONORTE tinha uma visão autoritária, por isso mesmo quebrou a cara em várias situações. O projeto energético não levava em consideração o debate político, a vontade da população, o bom relacionamento com a gestão local. Depois de apanhar muito, a empresa foi se adaptando ao novo momento da história do País e do processo democrático que se estabeleceu.

A Deputada Ann Pontes bem sabe que foi por causa dessa visão autoritária, com decisões tomadas de cima para baixo, a partir de Brasília, que ocorreram tantos erros técnicos e omissões nesse processo de construção. Exemplo disso é a tal da escada da subida do peixe para o processo de procriação.

Eu era muito exigente na época e, como era dirigente sindical, tive a oportunidade de estar próximo do poder, e mais vigilante.

No projeto do Belo Monte, desde os primeiros projetos até o último, percebemos uma evolução, um cuidado com os impactos ambientais na nossa região. O Belo Monte está parado exatamente porque a sociedade civil questionou o processo, a que a própria ELETRONORTE se adaptou.

A Direção da ELETRONORTE e o Governo têm agora um projeto global, pensam a Amazônia como um todo, aproveitando seu potencial hídrico, mas também as outras alternativas ali oferecidas, como o gás. O grande problema é o investimento, que é alto. Pelo fato de nossa região ser continental, os núcleos urbanos e os núcleos de desenvolvimento ficam muito distantes uns dos outros. Só mesmo o Governo se interessaria em alavancar o desenvolvimento dessa área. É um desafio para o Governo encontrar nos setores privados parceiros para esse processo. Se o investimento for apenas estatal, o resultado demorará muito a aparecer.

Mas o grande desafio da ELETRONORTE, do Governo e da classe política da região é encontrar projetos alternativos de energia para atender a comunidade que reside abaixo dos grandes linhões. Está claro no projeto que serão atendidos os grandes centros de impulso e de desenvolvimento, mas, para que o cidadão tenha acesso ao mínimo de energia e à modernidade, parece-me que é esse nosso grande desafio. No mais, acho que o Governo avança, como disse a Deputada Ann Pontes, no sentido do controle social, do debate político feito pelo conjunto da população. Exemplo disso foi o investimento na diminuição dos impactos causados pela hidrelétrica tanto a jusante como a montante. Acho que o Governo começa a ouvir o movimento social, a população organizada, para que as prioridades não sejam mais definidas apenas pela vontade dos Prefeitos, até porque esses investimentos deverão ser feitos ao longo de 20 anos. Juntos, Prefeito e comunidade têm condições de apontar as prioridades no uso desses 56 milhões de reais. Isso evitaria erros que já aconteceram a montante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel de Souza) – Antes de passar a palavra ao nosso expositor, convido o 2º Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Zequinha Marinho, para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Concedo a palavra ao Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, para que responda aos questionamentos feitos pelos Parlamentares.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Deputado Casara, muito obrigado. Conheço sua brilhante atuação no Amazonas. O senhor estava no IBAMA quando eu atuava na Manaus Energia e na CEAM. O cuidado com a Amazônia é uma preocupação de todos os brasileiros. Fico muito feliz em encontrá-lo ainda preocupado com os problemas do nosso Norte.

Proteção ambiental e justiça social realmente têm sido uma preocupação do Governo na orientação desta nova diretoria. Eu não diria que a ELETRONORTE se descuidou. Ela tem uma história que prova o contrário. Mas agora há uma orientação mais focada nessa questão. Vários exemplos poderiam ser citados, entre eles a utilização dos tanques-rede no projeto em Rondônia.

Sobre a presença da ELETRONORTE no Rio Madeira, asseguro-lhe que, na nova gestão ELETROBRÁS, o Presidente Pinguelli está agindo, naturalmente orientado pela Ministra Dilma Rousseff, de modo a que

as empresas que formam a holding ELETROBRÁS atuem realmente em conjunto. O estudo de viabilidade foi autorizado pela ELETRONORTE, que consorciou-se com Furnas, por isso Furnas está aparecendo. Essa é a primeira etapa do processo, depois faremos a licitação. A definição de quem vai fazer é outra questão. Não sei se será Furnas, a ELETRONORTE, uma empresa privada ou todas juntas. Estamos torcendo para que estejamos juntos, Furnas e ELETRONORTE, no projeto Rio Madeira. Se houver uma autorização para a construção de Belo Monte, no rio Xingu, provavelmente a ELETRONORTE estará na liderança, mas contando com a soberba capacitação dos nossos colegas de Furnas, das CHESF e de outras empresas. É nesse espírito que o setor elétrico está atuando. Furnas faz seu trabalho para mostrar que o Rio Madeira é importante, e nós estamos fazendo o nosso, sem muita dificuldade, para mostrar que Belo Monte é o empreendimento mais viável. Mas em qualquer dos empreendimentos estaremos juntos.

Muito obrigado por sua demonstração de confiança, Deputado Casara. Sou obrigado a concordar com V.Exa. A ELETRONORTE é quem tem competência. Temos toda uma história de atuação na Amazônia, onde estamos instalados há mais de 30 anos. Podemos, sim, emprestar ao País mais uma grande contribuição para o resgate dessas dívidas sociais todas.

Muito obrigado pela sua sugestão de academia e Secretaria Estadual do IBAMA. É essa a preocupação que estamos tendo agora. Na realidade, como disse o Deputado Paulo Rocha, nós aprendemos apanhando, e uma das boas lições que aprendemos foi esta: temos de discutir com as Secretarias Estaduais, integrando nossa capacitação com a inteligência local.

O Deputado Zé Lima pergunta sobre a indenização às famílias da cota 72 para 74. Estivemos na região semana passada, mais precisamente no dia 13, com o Israel Bayma, nosso Diretor de Engenharia, e o Dilson. Havia um movimento. Ali havia cota 74, mas primeira etapa, e eu posso lhe assegurar que o estágio em que estamos é este: retomamos o pagamento de todas as indenizações referentes à cota. A data é dia 13. Naquele dia a diretoria deliberou, e, a partir do dia seguinte, as comissões entraram em campo.

Quanto à denúncia de irregularidade, quero afirmar que a ELETRONORTE, tão logo tomou conhecimento da denúncia, constituiu uma comissão de sindicância, que já apresentou à Diretoria a conclusão do seu trabalho. Aprovadas as apurações em reunião da Diretoria, foi o estudo encaminhado ao Ministério Público, para as providências cabíveis. Além disso, constituímos, ato contínuo, processo administrativo disciplinar para responsabilizar as pessoas do nosso quadro envolvidas na eventual suspeita de desvio. O Ministério Público irá tomar as providências para responsabilizar as pessoas de fora. Todos os processos identificados pela comissão de sindicância como suspeitos estão sendo reavaliados. Os que estão regulares não podem ser prejudicados. Estamos dando prosseguimento ao pagamento das indenizações cabíveis.

Deputado Humberto Michiles, é uma grande satisfação revê-lo – estivemos trabalhando no Amazonas muito tempo. Tenho muito orgulho dessa minha passagem por ali.

O leão tem ou não tem recursos? Como eu disse, estamos fazendo esse estudo. Há uma determinação do Governo para que a interligação seja feita. Como não temos ainda os projetos executivos, criamos uma comissão de engenheiros da ELETRONORTE e da ELETROBRÁS, coordenados pelo Ministério de Minas e Energia, para aprimorar os estudos do projeto básico. Mesmo assim, tamanha é a fé do Governo no projeto, que já considerou no PPA uma rubrica, que chamamos de janela. O PPA de 2004 previa recursos para isso. Vamos fazer os estudos e o projeto. Com o estudo e o projeto consolidados, seremos informados se a obra será objeto de uma autorização para a ELETRONORTE – isso pode acontecer – ou se a linha será licitada. Se valer a segunda opção, participaremos da licitação. Nós sabemos trabalhar na Amazônia. Temos a competência e o diferencial competitivo para fazer a interligação de Tucuruí não só com o Estado do Amazonas mas também com o Estado do Amapá.

Quanto a São Gabriel da Cachoeira, quero confirmar que o SIVAM já fez contato com a ELETROBRÁS. Temos um grupo de profissionais técnicos trabalhando para resgatar toda a documentação técnica necessária à viabilização dessa importante PCH, que eu conheço pessoalmente e tanto faz falta a uma região que ainda está queimando óleo. V.Exa. sabe muito bem que, quando o rio está seco, temos de fazer 2 ou 3 transbordos para chegar lá com o suprimento de óleo. Pior ainda é a situação de Iauaretê, lá na ponta. São necessários 27 dias para se chegar lá, com os tambores nas costas de jumentos, com índio empurrando e tudo. A dificuldade é realmente grande. A PCH vai resolver um problema fundamental numa região que conta com vigilância do SIVAM e é muito importante para a segurança e a soberania nacional.

Ao Deputado Paulo Rocha eu agradeço as manifestações de apoio ao trabalho que estamos realizando. Pretendo contar com o apoio da bancada do Pará, que tanto nos tem ajudado na resolução dos muitos problemas que herdamos em Tucuruí, tanto a montante quanto a jusante. Quanto aos processos alternativos, em todo o trecho que será atendido com grandes linhas

de 500 quilowatts estão sendo consideradas as comunidades vizinhas. As alternativas são do tipo pára-raio energizado – tecnologia que a ELETRONORTE detém – , energia solar, pequenos rebaixamentos. Enfim, hoje está muito em pauta na ELETRONORTE a discussão sobre a bioeletricidade, que é a utilização de geradores a partir de óleos vegetais e pode ser uma solução muito importante para a questão agroflorestal e para a auto-sustentação.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito bem. Ouviremos mais um bloco de 5 Parlamentares: Deputados Miguel de Souza, Asdrubal Bentes, Zequinha Marinho, Eduardo Valverde e Terezinha Fernandes.

Tem a palavra o Deputado Miguel de Souza, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, cumprimento a Deputada Ann Pontes pela iniciativa do requerimento que possibilitou a realização desta bela palestra. A ELETRONORTE é uma empresa muito importante para o Brasil, em especial para a região amazônica, que, como foi mostrado, ocupa mais de 58% do território nacional. Cumprimento também os Deputados Estaduais de Rondônia Beto do Trento e Haroldo Santos, que prestigiam este evento.

Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Hamilton Casara de felicitação à empresa pelo belo trabalho que realiza no Estado de Rondônia. A ELETRONORTE é hoje responsável pelo projeto de agroindustrialização, com a Hidrelétrica de Samuel, e também pelo linhão que leva energia até Ji-Paraná, interior do Estado. Recentemente, em tempo recorde, o linhão foi de Porto Velho até o vizinho Estado do Acre, com derivação para a nossa Guajará-Mirim.

A ELETRONORTE também trabalha em projetos sociais do Estado, a exemplo dos rebaixamentos e dos pára-raios energizados, projeto piloto na nossa cidade de Ji-Paraná. Os Municípios de Jaru e Ariquemes foram inicialmente contemplados, mas hoje os benefícios se estendem para todo o Estado. Projetos alternativos com energia solar, criados em parceria com o Ministério de Minas e Energia, levam até as pequenas comunidades do Estado de Rondônia, ribeirinhas e indígenas, o conforto da energia.

Agradeço também à ELETRONORTE o programa social desenvolvido no Município de Itapuã, à beira do Lago Samuel. Aquela ponte e o maquinário foram um grande benefício para a comunidade.

Sr. Presidente, parabenizo em especial a gerência local da ELETRONORTE, na pessoa do Dr. Fernando Fonseca, que tem feito um belo trabalho em prol do desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Dr. Silas, eu gostaria de saber como está a situação do linhão até Ji-Paraná, de Ji-Paraná a Vilhena e de Vilhena ao sistema Jaru, e também como andam as discussões com a Bolívia para que possamos levar nossa energia de Guajará-Mirim até Ribeiralta, exportando energia de Rondônia para o país vizinho. Nossos irmãos bolivianos têm necessidade desse suprimento e estão interessados na compra de energia através daquele linhão, que já chegou à fronteira, em Guajará-Mirim. Como estão essas tratativas?

Por fim, cumprimento V.Exa. pela brilhante palestra. Espero que a ELETRONORTE some forças com Furnas e Odebrecht para a viabilização do projeto Madeira, de navegação e aproveitamento energético, tão importante para o sistema nacional brasileiro. Convido-o antecipadamente a participar das audiências que esta Comissão realizará dia 11 em Porto Velho e dia 12 em Manaus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Tem a palavra o Deputado Asdrubal Bentes, pelo prazo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Conto com a costumeira benevolência de V.Exa., Sr. Presidente.

Dr. Silas, Presidente da ELETRONORTE, em seu nome saúdo todos os diretores da empresa e seu competente quadro funcional.

Minha colega Ann Pontes, por ter partido de V.Exa., eu já sabia que era muito pertinente e oportuna a convocação desta audiência, para dirimir nossas dúvidas e para que possamos saber como a ELETRONORTE pretende atuar nos próximos anos.

Já fui um crítico contumaz e mordaz da ELETRONORTE, cuja sede já cheguei a ocupar aqui em Brasília, no tempo do Raimundão de Tucuruí, do Belém de Novo Repartimento e de tantos outros líderes dos alagados e expropriados. Aquela foi uma fase difícil. Mas também já fui parceiro da empresa, como Presidente do GETAT, no assentamento de alagados e expropriados. Nesta Casa, participei de muitos movimentos em defesa da ELETRONORTE, mas também fiz críticas à gestão da empresa, quando achava que estavam agindo errado. Isso é democrático.

A meu ver, entre erros e acertos, a ELETRONORTE tem saldo credor com o Pará. Disso não tenho a menor dúvida. Houve muitos erros, sim, mas ainda há crédito. A parte social da atuação da empresa ainda deixa muito a desejar, mas não se podem atribuir as mazelas ao atual Governo. Elas vêm se acumulando ao longo do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Deputado Asdrubal Bentes, peço licença a V.Exa. para convidar a Deputada Ann Pontes a assumir a presidência da Comissão.

O tempo de V.Exa. está assegurado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Vou iniciar logo os meus questionamentos, e o primeiro vai parecer até esdrúxulo e fora do contexto desta reunião.

Presidente Silas, o senhor poderia nos informar qual é o giro de recursos financeiros da ELETRONORTE em Brasília e qual é o quadro de pessoal lotado nesta Capital? A pergunta me leva a uma segunda indagação, que, aliás, foi proposta minha em 1987. Refiro-me à transferência da sede da ELETRONORTE de Brasília para o Pará, que tem amplas e fundadas justificativas.

A ELETRONORTE é a única empresa do setor que não está situada na própria região de atuação. Será que não há no Norte do País pessoas competentes para compor os quadros técnicos da empresa? Creio que sim. Ora, se todas as outras estão sediadas nas suas próprias regiões, nada mais óbvio do que a ELETRONORTE se situar no Norte do País, até porque lá está a maior hidrelétrica genuinamente nacional.

Outras indagações, agora com relação à palestra.

De acordo com o Plano de Inserção Regional dos Municípios do Entorno do Lago de Tucuruí – PIRTUC, durante 18 anos serão aplicados 200 milhões de reais. O valor será fixo ou reajustável ao longo dos anos?

Havia estudos para a implantação de uma hidrelétrica em Santa Isabel. Fui informado, no entanto, de que não é mais viável essa usina e de que para a perenização do rio eles teriam de fazer um canal lateral, a fim de evitar o alagamento de Xambioá, São Geraldo do Araguaia e tantos outros. Eu gostaria de saber o que há de concreto sobre esse assunto, porque me parece que o consórcio que ganhou a concorrência da hidrelétrica desistiu da obra. Não sei se o senhor tem essa informação, até porque o caso é mais pertinente ao Ministério, mas, dadas as ligações, acho que o senhor deve nos informar.

Que estudos a ELETRONORTE realiza para aproveitamento de recursos naturais para a energia eólica e solar e para o aproveitamento do potencial de gás do Amazonas?

Outra pergunta, importantíssima para o Estado do Pará. A Companhia Vale do Rio Doce, nossa madrasta, a maranhense mais genuína de todo o Brasil, explora no Pará o minério e embarca o produto para o exterior, via Porto de Itaqui. Nada de mais até aí, tudo muito natural. Ocorre que a Vale é beneficiada também com a energia produzida no Pará, e recebe um subsídio invejável, que qualquer cidadão gostaria de ter. Quem realmente paga imposto sobre energia é o cidadão comum, porque a grande Companhia Vale do Rio Doce não paga. Além disso, a Lei Kandir desonerou as exportações. Conclusão: o Pará dá o ferro, mas fica com o buraco da vergonha, da miséria, da fome, do problema social causado pela falta de energia. Está prestes a terminar o contrato que subsidia energia para a ALBRÁS, a ALUNORTE, a ALCOA, enfim, para a Companhia Vale do Rio Doce. Também sei que esse assunto não é pertinente a ELETRONORTE, mas certamente a empresa será ouvida. Nós gostaríamos de saber qual é o posicionamento da ELETRONORTE. Não temos nada contra o fato de a Vale ter subsídios, exportar, receber o nosso minério, mas somos a favor do Pará e queremos ganhar alguma coisa com isso. Se alguém for levantar o que representou esse subsídio para o setor energético da Vale do Rio Doce durante toda a vigência do contrato, chegará seguramente a algo em torno de 9 a 12 bilhões de dólares, que, aplicados em obras sociais e de infra-estrutura no Estado do Pará, certamente nos alçariam a uma posição bem melhor em termos de IDH.

Eram essas, Sra. Presidenta, as minhas indagações. Parabenizo o Presidente Silas pela exposição. Estamos à disposição de V.Sa. para ajudar no que for necessário. Energia é, acima de tudo, desenvolvimento.

Faltou fazer uma pergunta sobre a Hidrelétrica de Belo Monte. Supondo que tenha sido superada a fase crítica de proibição dos estudos sobre a viabilidade da obra, eu gostaria de saber se eles já voltaram a ser realizados. A Hidrelétrica de Belo Monte é, sem sobra de dúvida, importantíssima para o desenvolvimento do Estado do Pará e do País.

Algumas dúvidas de natureza técnica com relação à segurança do fornecimento de energia me foram apresentadas por pessoas que são contrárias à construção da hidrelétrica. Alegam que Belo Monte exigiria um investimento muito alto e que, durante determinada época do ano, a usina não seria capaz de fornecer energia. Sinceramente, não conheço o projeto em profundidade, mas essa dúvida deve ser dirimida. Ninguém melhor do que o senhor para fazê-lo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, nobre Deputado Asdrubal Bentes, por sua contribuição para esta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Zequinha Marinho.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO – Sra. Presidenta, antes de mais nada quero cumprimentá-la

pela iniciativa do requerimento. Entendo ser da maior importância a realização desta audiência.

Meus cumprimentos ao Dr. Silas pela presteza e boa vontade com que comparece a esta Comissão. Eu cheguei muito atrasado porque estava exercendo outras atividades.

Eu gostaria de fazer uma pergunta relativa às comunidades e Municípios distantes de uma rede da qual se possa puxar a energia vinda de Tucuruí ou de qualquer outra usina produtora.

Existe, ou existia, um programa que atendia pequenas demandas de cidades e vilas utilizando o potencial de rios e até de córregos. Eu gostaria de saber se a ELETRONORTE continua interessada nesse programa e se dispõe de recursos para custeá-lo. Essa tem sido uma forma de atender as comunidades isoladas que não são atendidas pelas redes comuns da matriz energética?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada pela contribuição, Deputado Zequinha Marinho, e pela observância do prazo.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde. (Pausa.) Ausente S.Exa.

Tem a palavra a Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. DEPUTADA TEREZINHA FERNANDES – Saúdo a Deputada Ann Pontes, autora do requerimento que possibilitou a realização desta audiência pública, bem como o Dr. Silas, que fez uma exposição de grande importância para nós, representantes da Região Norte.

Destaco em primeiro lugar, Dr. Silas, nossa preocupação com a atuação da ELETRONORTE na área social. Venho de Imperatriz do Maranhão, um dos maiores entrepostos energéticos da região. Até então nunca tinha havido nenhuma tentativa de estabelecer parcerias com a empresa. Para nosso espanto, foi a atual gestão da ELETRONORTE quem procurou o Município para conversar sobre a contrapartida social que a empresa pretende dar às comunidades onde atua. A surpresa foi positiva. Até então nunca havíamos tido o prazer de ser convidados – nem Prefeitos nem a comunidade – para discutir a contrapartida social às comunidades carentes da região.

Em nome do Governo, parabenizo-o por esta importante iniciativa. Não é de hoje que a ELETRONORTE tem sido combatida em muitos locais onde implementa grandes empreendimentos exatamente por que falta diálogo com a comunidade, conforme destacou ainda há pouco o Deputado Paulo Rocha.

Portanto, terão V.Exas. de tomar uma iniciativa realmente importante: levar energia a 30 mil escolas. Esperamos que, durante o Governo Lula, algo em torno de 275 Municípios amazônicos sejam incluídos no Programa de Informatização. Essas iniciativas serão importantíssimas para incluir comunidades hoje totalmente isoladas.

Quero destacar outra das minhas muitas preocupações. Vivo às margens do Rio Tocantins e, ao longo dos anos, tenho percebido as mudanças que ele vem sofrendo, e todas para pior, como, por exemplo, o assoreamento. Além disso, próximo à minha cidade, há um grande espaço, onde serão construídas duas grandes barragens e hidrelétricas: Serra Quebrada e Estreito.

Por outro lado, quero saber como o Governo vai contribuir – sabe-se que já têm sido feitas pesquisas sobre o biodiesel com vistas a substituir o combustível utilizado atualmente – e buscar alternativas para substituir o modelo hoje utilizado na implementação de projetos que, além de caro, causam grandes prejuízos ao meio ambiente e à população local. Que tipo de energia será utilizada? Eólica ou solar? Que alternativas poderão, num futuro próximo, substituir o atual modelo?

Quanto à construção de hidrelétricas no Tocantins, existe a possibilidade de as obras serem concluídas neste Governo? Hoje a população questiona: essas hidrelétricas sairão do papel, ou serviram apenas para determinados políticos que visavam angariar votos nas eleições? A população quer saber: elas serão construídas? O atual Governo fará algo nesse sentido mesmo restando poucos anos?

Muito obrigada.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, Deputada, pela contribuição.

Antes de passar a palavra ao Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, solicito ao Deputado Zequinha Marinho que reassuma a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Obrigado, Deputada Ann Pontes.

Concedo a palavra ao Sr. Silas Rondeau Cavalcante Silva.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Deputado Miguel de Souza, muito obrigado por reconhecer o esforço que a ELETRONORTE vem fazendo para interligar Porto Velho ao Acre. Realmente, a ELETRONORTE tem-se esforçado muito para concluir aqueles trabalhos.

Quero lembrar, aproveitando este momento, que ainda não conseguimos auferir, no que diz respeito à ELETRONORTE, qual seria a maior vantagem dessa interligação, porque aguardamos a chegada do gás de Urucu, via gasoduto Urucu-Porto Velho.

Quanto à questão específica Ji-Paraná e Jauru, mostrei aqui que a obra está prevista e contemplada

no programa de obras, a ser encaminhado, segundo o PPA, a partir de 2004.

Temos mantido entendimentos sobre Guajará-Mirim e Guajará, na Bolívia. Participamos de 3 reuniões no Ministério e entregamos toda a documentação necessária. Esperamos agora que o Governo boliviano se manifeste sobre as condições e preços de fornecimento. Estamos abertos e temos potência e qualidade suficientes para entregar aquela energia.

Diria que a bola está no campo do adversário. Eles precisam confirmar os valores desse intercâmbio de energia e resolver um pequeno problema, de natureza técnica, que acontece do lado deles: a utilização do conversor de freqüência. No Brasil, utilizamos conversores de 60 hertz, enquanto eles, com aquela velha justificativa da soberania nacional, o de 50 hertz.

São os problemas que mais chamam nossa atenção, mas o processo está sendo bem encaminhado.

Deputado Asdrubal Bentes, do PMDB, respondo agora a pergunta de V.Exa. sobre o porquê de a sede da ELETRONORTE ser em Brasília e não em qualquer outra cidade da Amazônia, de Belém, de Manaus, ou mesmo de São Luís. (Risos.)

Vejam só: a ELETRONORTE nasceu em Brasília, e havia uma razão para isso. Basta verificar a área de atuação – 9 Estados da Amazônia Legal – , passando um compasso e marcando o centro em Brasília. Praticamente alcançamos, no mesmo raio médio, toda a área de atuação da ELETRONORTE. Pegar um avião em Cuiabá, ir para Porto Velho, ou Belém, ou Manaus, dá no mesmo, porque, como citei, pela localização geométrica e característica continental, o ponto central estaria em Brasília.

Além dessa característica de natureza topológica, há outra, de natureza logística. Em sua sede, no Venâncio 3000, de um total de 2.470 funcionários, 800 são servidores do quadro. Na realidade, em relação à força de trabalho, temos menos de 30% aqui na sede, no seu quartel-general.

A Amazônia, vale ressaltar em primeiro lugar, é o melhor lugar para se deslocar; segundo, aqui só se realiza alta gerência. Quem tem de operar Tucuruí, tem de estar em Tucuruí, nosso contingente está lá; quem tem de operar e tomar decisões em Roraima – e nossa administração é descentralizada – tem de estar em Roraima, ou em Rondônia, ou onde tiver de operar.

São as razões da ELETRONORTE. Naturalmente isso depende de decisão governamental. Se de repente surgir outra decisão, ela poderá ser transferida para outro lugar. Relatei aqui as razões da empresa, que, inclusive, foram apontadas formalmente, depois de questionamentos relativos à transferência.

O terceiro problema tem a ver com custos. Avaliamos o custo da transferência. Seria uma enormidade, valores muito grandes. Teríamos de deslocar pessoal de apoio, computadores, centro de telecomunicações, etc., daqui para lá. Mudar time que está ganhando? A troco de quê? Na realidade, não conseguimos vislumbrar nenhuma contrapartida a esse valor altíssimo, ainda mais se levarmos em conta que se inicia uma gestão e que o Presidente Lula nos conclamou a gastar o mínimo possível.

Se o Deputado quiser, tenho todo um arrazoado, com argumentações de natureza técnica e não-corporativista. Além disso, quem não gostaria de se transferir para Manaus, por exemplo, ou para Belém, ou para Macapá? A Deputada Terezinha escolheria São Luís.

Assumo aqui o compromisso de passar para V.Exa. os argumentos da empresa. Destaquei apenas 3 dentre aqueles que considero principais em relação à transferência da sede.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma réplica, na forma regimental.

As explicações de V.Exa. não me convencem, até porque não tenho dados nem estatísticas. Creio que a decisão tomada foi mais política do que técnica. O Presidente Lula assumiu o Governo sob o signo das mudanças, e essa seria uma mudança que certamente marcaria seu Governo, demonstrando o apreço e o interesse que S.Exa. tem pelo desenvolvimento de nossa região. E, tenho certeza, em nada aumentaria as despesas no Orçamento. Pelo contrário, tenho certeza de que as despesas diminuiriam, porque o preço de locação de salas e prédios aqui em Brasília é algo absurdo. São 800 funcionários. Multiplique esse número e veja quanto dá. Esses recursos iriam girar em Belém ou Manaus. Em São Luís não, porque já tem demais. Aquela cidade já está descartada por antecipação.

Temos de analisar bem o assunto. O Deputado Paulo Rocha, Líder da bancada do Pará na Casa, pode levantar essa bola, até porque já há pessoas que querem trazer a SUDAM para Brasília. Esperem aí! Não quero passar por esta Casa como um omisso, ou como responsável pelo esvaziamento do Pará, o que infelizmente vem ocorrendo.

Precisamos, Deputado Paulo Rocha, tomar uma atitude. Devemos aproveitar a ida do Presidente a Belém para relançar a SUDAM e iniciar processo de discussão.

Aliás, está faltando convite, Paulo. O Nordeste foi em peso para a SUDENE, e nós, até agora, não recebemos nenhum convite. Como diria Hélio Gueiros, irei de enxerido. Na realidade sabemos que não é assim, porque somos representantes do povo do Pará e es-

taremos em nosso hábitat. Mesmo assim precisamos retomar a discussão que eu iniciei em 1987. Ela não foi avante, mas precisa ser retomada.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Continuando, Deputado, a outra pergunta foi sobre o PIRTUC. Na realidade, há um processo de atualização desse valor, previsto inclusive no contrato.

Infelizmente, sobre a Usina de Santa Izabel, não tenho elementos. A gloriosa Vale do Rio Doce já havia se comprometido a conduzi-la, mas, por um problema de não-aprovação do relatório sobre o Estudo de Impacto Ambiental, não foi possível.

Quanto à Vale do Rio Doce, é verdade que o contrato termina em junho de 2004. Ali realmente a tarifa é privilegiada. O tratamento que se dá a tarifas de eletrointensivos é uma questão de Governo. Essa discussão não se dá no âmbito da ELETROBRAS, mas diretamente no Ministério, que considera esse item de natureza estratégica para viabilização do novo modelo institucional, que também contempla os subsídios a eletrointensivos.

Finalmente, sobre Belo Monte, V.Exa. perguntou se já foi julgada a ação civil pública. Diria que não. O processo está em andamento.

Quanto a uma característica técnica da Usina de Belo Monte, que seria a sazonalidade de geração, gostaria de afirmar que esse item foi absolutamente considerado em todos os estudos técnicos. Por se tratar de sistema interligado, o fator de capacidade de uma usina, mesmo a fio d'água, como é considerada, torna-se muito interessante para o sistema elétrico, porque tratamos o sistema, ao ser inteligado, como um condomínio. O que significa isso? No momento em o Rio Xingu tem vazão suficiente, abundante, coincide com a vazão menor de outros rios e pode-se fazer esse intercâmbio. Portanto, não causa nenhum prejuízo à qualidade do índice de mérito desse projeto a questão da hidraulicidade ou o fato de ela ser uma usina fio d'água.

Deputado Zequinha Marinho, quanto às hidrocinéticas – não tenho certeza –, acho que V.Exa. se referiu à utilização em pequenas comunidades, com pequeno aproveitamento, que poderiam ser os PCHs.

Criamos na ELETRONORTE – e o Dr. Israel Bayma, nosso diretor de engenharia, pode confirmar –, no Departamento de Engenharia, uma área de fontes alternativas. Embora a missão da ELETRONORTE seja de vocação estatutária voltada mais para grandes aproveitamentos e hidrelétricas, além de imensas linhas de transmissão, somos conscientes – como muito bem expôs a Deputada Terezinha Fernandes – de que temos participação, sim, na complementação dos menos afortunados com o recebimento de energia, a fim de gerar bem-estar social. No Departamento de Engenharia, criamos um setor para cuidar apenas de fontes alternativas. Sua atuação vai além do painel solar, tecnologia já dominada e caríssima. Temos estudado o uso da energia eólica e da biomassa, assim como a realização de pequenos aproveitamentos, de acordo com a especificidade do atendimento.

Nosso objetivo é oferecer fontes alternativas à comunidade, mas sempre atuando como parceiro de uma Prefeitura, de um Estado ou de outro organismo que, como nós, esteja sensibilizado com o atendimento de energia elétrica aos que dela necessitam.

Agradeço à Deputada Terezinha Fernandes o convite. Temos feito esforço muito grande para darmos atenção ao segmento social. Foi criada a Assessoria de Responsabilidade Social, na Presidência, que se faz presente em todas as áreas de atuação da ELETRONORTE. Nossa unidade em Imperatriz já fez contato com a Prefeitura. Faz parte do compromisso de gestão que assumimos. Queremos estar próximos de todas as entidades governamentais que desejam nos apoiar a implementar programas, quando poderemos demonstrar nossa competência técnica da melhor forma possível e beneficiar diversos segmentos sociais.

Quanto às mudanças nas usinas de Estreito e Serra Quebrada, no Rio Tocantins, posso dizer que estamos em processo de licitação. Já houve uma, mas a outra enfrenta problemas depois de uma invasão em terra indígena. Na realidade, temos duas respostas aos que perguntam se elas vão ou não ser construídas: primeiro é necessário saber se a questão ambiental está absolutamente resolvida e se o parceiro está interessado em aplicar o dinheiro. Como a discussão depende do novo modelo, acredito que o projeto ficará paralisado até definição mais clara. A Ministra Dilma Rousseff vem se esforçando para, até janeiro de 2004, discutir o novo modelo com a sociedade. Até lá as grandes dúvidas dos investidores das usinas deverão estar todas respondidas. Tenho certeza disso.

Não está clara – até porque a legislação vigente não a definiu ainda – a participação do Governo no processo. Seremos autorizados a construir a usina ou teremos de fazer parcerias com os investidores privados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Vou conceder a palavra ao Deputado Josué Bengtson, que acaba de chegar, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTSON – Peço desculpas pelo meu atraso. Acabamos de eleger o 3º Vice-Presidente da Comissão de Turismo.

Mesmo não tendo participado do debate, pedi informações sobre o tema da reunião ao ilustre Deputado Asdrubal Bentes. S.Exa. possui memória prodigiosa.

Sei que não é competência exclusiva da ELETRONORTE, mas a empresa faz parte do contexto nacional de energia. Apesar de o Pará e a Amazônia terem energia suficiente para o seu grande potencial, no caso específico do Pará e da usina de Tucuruí, sofremos, no ano passado, com o racionamento de energia e o apagão em razão de problema climático. Tal acontecimento nos deixou assustados. Se uma pequena intempérie gera transtorno tão grande, preocupa-me muito se houver mesmo o propalado crescimento econômico. Se o Brasil alcançar um crescimento econômico de 4%, 5%, 6% – e dirijo esta pergunta ao Dr. Silas – , o que terá de ser feito, em âmbito nacional, para que não venhamos mais a correr o risco de sofrer um apagão em função do crescimento econômico ou de razões climáticas?

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – A contribuição do Estado do Pará para diminuir a insuficiência de energia verificada em 2001 e 2002 deveu-se, mais uma vez, como afirmei, ao fato de estarmos fazendo parte de um condomínio. Naquele momento, havia necessidade de se repartir a energia por todo o condomínio. Várias vezes o Estado do Pará recebeu energia. Quando a usina de Guamá foi desligada, a energia veio da maior linha de 69 do mundo – 1.800 quilômetros de Sobradinho, passando por Paulo Afonso, até chegar ao Pará. O Nordeste contribuiu muito. Embora não se trate de moeda de troca, Tucuruí respondeu, já que as usinas nordestinas estavam absolutamente secas. Como se vê, funcionamos como vasos comunicantes.

Qual a solução que o Governo pretende dar ao problema? No novo modelo em discussão, a Ministra Dilma Rousseff tem insistido na idéia de que iremos retomar o planejamento. Sairemos do planejamento indicativo e iremos para o determinativo. Conseguiremos identificar com antecedência suficiente as obras necessárias para evitar qualquer problema em relação à oferta de energia. A decisão está tomada e o processo, em andamento.

Tenho certeza de que a apresentação do novo modelo responderá à preocupação da falta de energia. Hoje, estudamos a matriz energética como um todo; não estudamos somente as linhas e hidrelétricas, se estão ao sabor do interesse do capital investir ou não. Informações serão monitoradas, a

médio e curto prazo, e se não aparecer nenhum investidor privado que queira se responsabilizar pela obra estruturante, assumirá o Governo. A pior e mais cara energia é a que não existe, ou seja, a do apagão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Encerrada a fase de debates, concedo a palavra ao Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva para suas considerações finais.

O SR. SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA – Agradeço à Casa o convite, que honra a ELETRONORTE e os diretores presentes, que fornecerão as informações necessárias a V.Exas. Colocamos à disposição de V.Exas. a sede da ELETRONORTE em Brasília, para que tratemos dos interesses da Amazônia, especificamente dos Estados que representam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço ao Presidente da ELETRONORTE, Dr. Silas Rondeau Cavalcante Silva, por ter atendido com presteza o convite da Comissão e pelos esclarecimentos prestados, que serão de grande importância.

Agradeço aos colegas Parlamentares e aos demais presentes a participação, pois contribuíram para o êxito da reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente reunião, antes convocando audiência pública para quarta-feira, dia 20, às 10h, no Plenário 15, no Anexo II, com a presença do Presidente do SEBRAE e do Presidente da EMBRAPA.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Segunda Reunião Ordinária Realizada em 20 de Agosto de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às onze horas e treze minutos do dia vinte de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva e Davi Alcolumbre – Vice-Presidentes; Alceste Almeida, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Asdrubal Bentes, Carlos Souza, Celcita Pinheiro, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Luciano Castro, Maria Helena, Miguel de Souza, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Suely Campos, Terezinha Fernandes, Valdenor Guedes, Vanessa Grazziotin e Zé Lima – Titulares; Agnaldo Muniz, Alberto Fraga, Carlos Abicalil, Casara, Confúcio Moura, Coronel Alves, Dr. Benedito Dias, Eduardo Gomes, Ivo José, Jaime Martins, João Tota, Maurício Rabelo, Mauro Lopes e Pastor Frankembergen – Suplentes. Compareceu também o Deputado Francisco Garcia, como não-membro. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada

para ouvir os Senhores Herbert Lima, Diretor-Executivo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria – EMBRAPA, Jorge Cuauhtemoc Fernandez Rincon, Gerente da Unidade de Apoio a Comercialização do SEBRAE Nacional e José Carlos Reston, Diretor Superintendente do SEBRAE no Estado do Amazonas, com o objetivo de apresentar a este Colegiado o Evento Amazontech dois mil e três – Novos Rumos para a Ciência e Tecnologia e Negócios Sustentáveis. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os Senhores Deputados Átila Lins, Perpétua Almeida, Henrique Afonso e Carlos Souza. O Presidente registrou a presença em Plenário dos Senhores Ministro Marco Vidaurre, Encarregado de Negócios da Bolívia; Sayed Durán, representante da Embaixada da Venezuela e Gillian Patrícia Rowe, 1ª Secretária da Embaixada da Guiana. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às doze horas e trinta e sete minutos, antes convocando Reunião Deliberativa para esta data, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Coutinho Vargas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para ouvirmos o Sr. Herbert Cavalcante de Lima, Diretor-Executivo da EMBRAPA, que substitui o Sr. Clayton Campanhola, Diretor-Presidente – obrigado a retirar-se para outro compromisso, uma vez que o início desta reunião sofreu pequeno atraso; o Sr. Jorge Cuauhtemoc Fernandez Rincon, Gerente de Apoio e Comercialização do SEBRAE Nacional; e o Sr. José Carlos Reston, Superintendente do SEBRAE Amazonas.

Esta audiência pública foi solicitada para que essas autoridades apresentem o evento Amazontech 2003 – Novos Rumos para a Ciência e Tecnologia e Negócios Sustentáveis, a realizar-se em Manaus, de 24 a 27 de setembro próximo, atendendo a requerimento de nossa autoria aprovado pelo Plenário.

Para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados: os convidados deverão limitar-se ao tema em debate e disporão, para tanto, de 20 minutos, não podendo ser aparteados. Como são 3 expositores, procuraremos compatibilizar as normas regimentais com o tempo, para que cada um possa usar da palavra.

A lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a Mesa, e os Deputados que desejarem fazer uso da palavra deverão registrar o nome. Somente poderão abordar o assunto em questão e pelo prazo de 3 minutos. O interpelado disporá de igual prazo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. É vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Inicialmente, agradeço o comparecimento aos senhores convidados, Sr. Herbert de Lima, Diretor-Executivo da EMBRAPA; Sr. Jorge Fernandez Rincon, Gerente de Apoio e Comercialização do SEBRAE Nacional; e Sr. José Carlos Reston, Diretor do SEBRAE Amazonas.

Agradeço ainda a presença aos nobres companheiros Deputados e às demais pessoas que prestigiam esta reunião.

Dando início à exposição, concedo a palavra ao Sr. Jorge Fernandez Rincon,

Gerente da Unidade de Apoio à Comercialização do SEBRAE Nacional. S.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. JORGE CUAUHTEMOC FERNANDEZ RINCON – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, bom-dia a todos e meus agradecimentos pela receptividade. Serei bastante breve.

É extremamente relevante a participação conjunta da EMBRAPA e do SEBRAE na promoção desse evento, que visa ao desenvolvimento de negócios e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Tenho a honra de representar nosso Diretor-Presidente, Sr. Silvano Gianni, que nos incumbiu da importante tarefa de divulgar na Câmara dos Deputados e para seus representantes, principalmente os dos Estados da Amazônia, evento que terá lugar em Manaus, de 24 a 27 de setembro próximo.

A parceria com a EMBRAPA é um trabalho muito intenso, que visa desenvolver a região do Amazonas sob a ótica da preservação ambiental e do efetivo desenvolvimento sustentável.

Nessa ação coordenada com a EMBRAPA, o SEBRAE não perde o foco nas pequenas empresas, que, no caso específico da região do Amazonas, correspondem às comunidades, inclusive as indígenas, às cooperativas agropecuárias e agrícolas e às associações de produtores.

O desenvolvimento sustentável que se pretende dessa forma não pode ser diferente sem que sejam aplicadas a ciência e a pesquisa desenvolvidas pela EMBRAPA, de modo a manter o aproveitamento efe-

tivo e sustentável da região. Não se pretende uma exploração extrativista e irresponsável da Amazônia. Temos na riqueza de sua biodiversidade grande acervo de produtos naturais e derivados que podem vir a ser remédio para diferentes e recentes doenças descobertas no mundo.

A biodiversidade explorada com racionalidade será também uma base sustentável para promover a integração socioeconômica da região e de suas comunidades.

O SEBRAE vê nessa integração à economia nacional e – por que não? – à economia do mundo, hoje globalizado, a forma de preservarmos patrimônio que é do País, da sociedade brasileira e pode ser, sim, explorado de forma racional, sem perdermos a ótica da soberania e da independência do Brasil e da região.

Sabemos da freqüente incidência de biopirataria na região, e a melhor forma de combater as ações predatórias é a efetiva integração da economia e das sociedades da região à economia do País.

Não pretendo estender-me. A apresentação em si do evento Amazontech será feita pelo Sr. José Carlos Reston, Superintendente do SEBRAE Amazonas, e pelo Sr. Herbert de Lima, Diretor-Executivo da EMBRAPA.

Estou à disposição de todos para prestar quaisquer esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao Diretor-Executivo da EMBRAPA, Sr. Herbert de Lima.

O SR. HERBERT CAVALCANTE DE LIMA – Sr. Presidente, Deputado Átila Lins, que nos permitiu apresentar a esta Comissão o importante evento que a EMBRAPA, juntamente com o SEBRAE, promoverá em Manaus; Sras. e Srs. Deputados; representantes de instituições parceiras da EMBRAPA, minhas saudações.

A mim e a meus parceiros cabe repassar as contribuições prestadas por diversas instituições além da EMBRAPA – universidades e Governos dos Estados –, a partir de ação do sistema de assistência técnica local aos Municípios. Grande é o esforço que temos feito para mostrar a empresários, movimentos sociais, organizações não-governamentais e segmentos de produtores familiares as alternativas de que dispomos para que os governos possam inseri-las no planejamento, como política pública que possa ser organizada a partir da ação e da articulação do Governo Federal com os Estados e Municípios. É essa visão que temos e que queremos trazer para a sociedade amazônica a partir desse evento.

O Amazontech, caro Deputado Lins, é a terceira edição de um evento. E estamos continuando nessa tarefa junto com o SEBRAE. Já promovemos o Amazontech na versão do Acre, com grande sucesso; ali conseguimos consolidar uma parceria trilateral, envolvendo os 3 países daquela fronteira, principalmente o Acre, na sua ação de Governo, o Departamento de Pando, na Bolívia, e de Madre de Dios, no Peru. Como conseqüência daquele evento, temos uma agenda de colaboração que também inclui ações de pesquisas, além de outras ações, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável da região. Teremos agora uma reunião em Madre de Dios, possivelmente em setembro, onde os 3 países darão continuidade a essa articulação. Tudo isso é fruto da primeira edição do Amazontech.

A segunda edição foi realizada no Estado de Roraima, um evento de suporte do Estado, fundamental para que essas articulações que envolvem o setor empresarial do Estado e os países daquela fronteira pudessem discutir seus interesses comuns, visando às cooperações bilaterais, incluindo nessa articulação os órgãos e as instituições que dão apoio à Agenda de Cooperação Internacional do Brasil. Neste momento, também já se envolve nessa articulação a organização do Tratado de Cooperação Amazônica, funcionando atualmente no Brasil, que está ajudando-nos nessa tarefa de promover a articulação dos Governos nessa região de fronteira amazônica.

Na edição de Manaus, queremos trazer como novidade uma articulação ainda maior, envolvendo os diversos países da fronteira Amazônica, trazendo para Manaus, no período de 24 a 27, representantes desses Governos. E estamos promovendo também – depois os senhores vão ter a apresentação da programação – toda uma série de eventos internos, que abrangem a apresentação do portifólio de cada instituição, ou seja, o que cada instituição pode apresentar como alternativa, dentro da visão do desenvolvimento sustentável regional. Essa é uma tarefa.

Ainda durante o evento, por parte da EMBRAPA, faremos uma programação em paralelo, no que diz respeito a uma agenda de dias de campo, de cursos, de visita à nossa unidade de pesquisa em Manaus. Mostraremos para as pessoas que estão inscritas no evento que temos opções de tecnologias para desenvolvimento das regiões de várzea, de sequeiro, daquelas que incluem áreas florestais naturais para a exploração de madeira, a certificação da legalização dessa atividade. Temos opções para manejo de florestas nativas e para utilização de sistemas agroflorestais, como alternativa para os produtores da região. Então, é uma série de opções que a EMBRAPA estará mostrando aos em-

presários, aos produtores, aos agricultores familiares, às ONGs e aos demais parceiros.

Esperamos que esse evento seja o momento de uma grande efervescência, tanto na geração de oportunidades de negócios quanto na articulação institucional. Um evento desse porte significa para nós da EMBRAPA a busca de novas demandas de pesquisas que poderão ser incluídas na nossa programação, para que os nossos centros na Amazônia possam programar-se e planejar, e os pesquisadores fazerem projetos para incluir na programação, buscando alternativas no campo experimental ou no sistema de produção local, seja ele uma área empresarial, seja uma área de reforma agrária, de pequenos produtores, de segmentos de agricultores familiares. Quer dizer, a demanda realimenta a ação da instituição, no caso de que estamos falando, na região amazônica. Então, para a EMBRAPA esse evento é importante, é fundamental, e por isso estamos promovendo sua terceira edição em conjunto com o SEBRAE.

Temos unidades de pesquisa em todos os Estados da região: Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. E as ações da EMBRAPA nesses Estados estão voltadas para dar conta das demandas estaduais e regionais, principalmente dos Estados. Realizamos pesquisas na frente de oportunidades para manejo de florestas nativas. Esse é um dos exemplos. E aí temos trabalhos segmentados com empresários que trabalham essa perspectiva de manejo florestal, como também com pequenas comunidades, com produtores, através do manejo sustentável e comunitário de florestas nativas. Temos desenvolvido trabalhos na frente de produção de grãos, como milho, arroz, feijão e soja. Temos dado suporte ao desenvolvimento de tecnologia para esses setores. Temos trabalhado com a pecuária. Recentemente produzimos um evento em Rondônia em que se discutiram alternativas para a pecuária sustentável na Amazônia. Enfim, temos uma série de tecnologias que podemos passar para os nossos clientes, também para articular-nos melhor com os nossos parceiros, para que se possa fazer a transferência e a validação dessas tecnologias. Então, para nós esse evento é importante.

Colocamo-nos à disposição para qualquer questionamento na fase de perguntas. Deixo o grande abraço do Presidente Clayton Campanhola, que não pôde estar presente devido a um compromisso externo, e gostaria de estender o convite feito ao Presidente da Comissão para uma visita à EMBRAPA a todos os Parlamentares desta Casa. Temos um assessor nesta Casa, Elcione, que fica aqui no dia-a-dia, acompanhando a rotina do Congresso, dando suporte à presença da EMBRAPA nesta Casa. Portanto, colocamo-nos à disposição para futuras visitas e articulações que porventura sejam necessárias para que possamos dar suporte técnico e informações dos nossos resultados de pesquisa. Quer dizer, estamos à disposição desta Casa para qualquer informação que for demandada.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece as palavras ao Diretor-Executivo da EMBRAPA, bem como o convite para irmos à EMBRAPA para uma visita. É claro que esse convite está estendido a todos os membros da Comissão, que poderão agendar a qualquer momento essa visita.

Antes de passar a palavra ao Dr. José Carlos Reston, quero registrar a presença em plenário da Sra. Gilliam Howe, Primeira Secretária da Embaixada da Guiana, e também do companheiro e amigo Jadir Magalhães, ex-Superintendente da SUFRAMA, e dizer que tivemos também a presença do Ministro de Negócios Estrangeiros da Bolívia e da Sra. Sayed Duran, representante da Embaixada da Venezuela. Na verdade, para o Amazontech 2003, além buscar o apoio de diversos órgãos e Ministérios do País, estamos procurando também dar a nossa contribuição, através da Comissão da Amazônia, e envolver os países amazônicos, as embaixadas dos países amazônicos. Daí a presença neste recinto de representantes dos Governos amazônicos, o que sem dúvida vai permitir que o Amazontech 2003 tenha a participação não só dos Estados brasileiros, mas também dos países amazônicos, o que nos proporcionará fazer, em função da nossa proximidade e das nossas localizações, o estreitamento das nossas relações comerciais, já que são sempre muito importantes nesse contexto.

Concedo a palavra, então, ao Dr. José Carlos Reston, Superintendente Regional do SEBRAE Amazonas.

O SR. JOSÉ CARLOS RESTON – Sr. Presidente Deputado Átila Lins, permita-me dizer que vamos utilizar aqui o recurso de projeção em power point.

(Segue-se exibição de imagens.)

Gostaria de dizer que o SEBRAE Amazonas se faz presente aqui por intermédio da minha pessoa, da Diretora Técnica Dra. Maria José Alves da Silva e da Sra. Vanusa Reis, além do nosso Assessor de Comunicação para este evento, o companheiro Garcéz.

Nas minhas primeiras palavras, gostaria de fazer um agradecimento bem forte e substantivo à Comissão da Amazônia pelas duas oportunidades que tivemos: uma foi no nosso relacionamento com todo o corpo diplomático da Amazônia internacional, como se diz, o que já gerou enormes frutos; a de hoje foi contarmos com a presença do Deputado do Estado do Amazonas Carlos Souza, da Deputada Perpétua, do Deputado

Henrique e da Deputada Janete, que muito nos honra com sua presença.

Além do amigo Jadir, temos também aqui a representante da Dra. Izani, do Projeto SIVAM/SIPAM, que muito engrandece este momento.

E gostaria de aproveitar o que já foi dito por V.Exa., meu amigo Átila, pelo Dr. Rincon e por Herbert, no sentido de que a Amazônia continua sendo um enorme instrumento de cobiça internacional. Não podemos, aqui... Os que estão nos outros Estados, no Acre, no Amapá – o Deputado Anivaldo retirou-se há pouco –, sabem que quase todos os dias nossa imprensa registra atos de biopirataria. O mais recente foi esse de uma senhora que levava o menor macaco do mundo misturado com seus cabelos. A prisão dela ocorreu recentemente. Mas todos os dias, em Manaus, em Rio Branco, em Boa Vista, temos denúncias de pessoas levando as nossas sementes, as nossas folhas, que se transformam em riquezas, com absoluta certeza, em pouco espaço de tempo. E vamos combater essa biopirataria com o poder de polícia? Não. Temos que criar estruturas e instrumentos de bioprospecção, e o Amazontech é também o esforço de uma ação de bioprospecção, para que possamos atenuar essa excessiva biopirataria que está ocorrendo em nossa região, não só na Amazônia brasileira, mas também na Amazônia internacional. Esses atos de biopirataria estão ocorrendo com uma freqüência, eu diria, já exagerada.

Isso é muito comum porque, segundo recente matéria publicada pela revista Exame e depois replicada pela revista Veja, foi identificado que se as nossas riquezas, os nossos recursos naturais fossem bem explorados, numa projeção de 10 anos, o montante, Deputado Átila Lins, é um valor que às vezes é até difícil repetirmos. Nas nossas riquezas, em termos de petróleo, de recursos minerais, como a piscicultura e a madeira, o turismo de um modo geral, temos um potencial de US$ 1,450 trilhão. É preciso termos consciência de que precisamos de competência para explorar esse enorme potencial.

Nesse esforço feito pela EMBRAPA, pelo INPA, pelas nossas universidades, realizando eventos promocionais, como foi dito pelo amigo Herbert, o Amazontech pegou carona em um evento da EMBRAPA, no qual o Sistema SEBRAE se aproximou da EMBRAPA. O evento era o Ciência para a Vida, e criamos um novo evento, que é o Amazontech, que não é mais um laboratório; é uma experiência que obteve êxito, ocorreu no Estado de Roraima, em Boa Vista, no Estado do Acre, em Rio Branco, e o terceiro evento será em Manaus. E já temos programado o quarto evento, no próximo ano, que será no Estado do Mato Grosso, sempre com o objetivo de fazer com que o Amazontech seja um ato de bioprospecção das nossas riquezas e dos nossos produtos naturais.

Minha amiga Vanusa, por favor.

Às vezes confunde-se o Amazontech com uma feira. A feira que vamos realizar é um dos eventos entre mais de 14 ou 15 – perdoem-me a imprecisão; a cada dia estamos identificando um evento importante. A feira será um evento em que o grande objetivo está centrado no próprio slogan do Amazontech: Novos Rumos para a Ciência e Tecnologia e Negócios Sustentáveis para a Amazônia.

É um evento que abrange os 7 Estados da Região Norte mais os Estados do Maranhão e Mato Grosso, e também tem um foco centrado na Amazônia Internacional, com a Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Trinidad Tobago e Venezuela. Tem caráter itinerante, como já disse aqui, e já uma experiência exitosa, tanto que ocorreu em Roraima, no Acre, e vai ocorrer, com a ajuda dos senhores e com o esforço de todos nós, no Amazonas e no Mato Grosso. Serão eventos de sucesso.

Permita-me, Deputado Átila, gosto muito de brincar com esta imagem: em Roraima houve o grito da Amazônia para o mundo; no Acre, o berro da Amazônia para o mundo; no Amazonas haverá o estrondo da Amazônia para o mundo, e no Mato Grosso, com certeza, a pororoca da Amazônia para o mundo, ou melhor, como disse o Deputado, o terremoto da Amazônia para o mundo.

Nesse quadro vemos que em Boa Vista 64 mil pessoas visitaram a feira, em Rio Branco 60 mil pessoas tiveram o privilégio de visitar a feira. Em Roraima foram 138 expositores, 58 empresas de Roraima, 40 da Amazônia, 16 empresas dos demais Estados brasileiros, 3 empresas da Guiana, 6 empresas da Venezuela e uma empresa de Trinidad Tobago. O evento tem realmente caráter internacional.

A rodada de negócios propiciou R$1,053 milhão; de projeto, R$15 milhões, quase R$16 milhões; a Vitrine Tecnológica obteve quase R$10 milhões. As receitas apuradas nos setores impactados, já que um evento como esse mexe com a cidade como um todo, foram de quase R$2 milhões. O total da movimentação financeira foi de R$ 28 milhões no Estado de Roraima.

Em Rio Branco foram 98 expositores, 8 stands da Amazônia Legal, que envolve um conjunto bastante grande de empresas, 5 stands institucionais, 8 stands de alimentação, de patrocinadores, com as outras instituições, os outros "S", as federações institucionais, todos participando do grande evento que foi o Amazontech II no Estado do Acre. Os negócios também se materializaram, na rodada de negócios, em quase

R$20 milhões; de projetos, quase R$4 milhões; nas exposições, vendas diretas, R$230 mil; a movimentação financeira foi de quase R$24 milhões.

O Amazontech pretende envolver-se com toda a nossa biodiversidade, a agroindústria alimentar, turismo, madeira, móveis, piscicultura, artesanato, plantas e flores tropicais, petróleo e gás, confecção, e também o pólo eletroeletrônico, basicamente concentrado na cidade de Manaus.

Como foi dito, seguindo o lema Novos Rumos para a Ciência e Tecnologia, haverá a preocupação de apresentação de novas tecnologias e equipamentos, demonstração de processos produtivos das empresas privadas e instituições governamentais e não-governamentais. Haverá rodadas de negócios, rodadas de projetos, mais de 36 cursos, palestras e seminários técnicos. A EMBRAPA vai desenvolver a sua cozinha experimental, como já disse o companheiro Herbert, além das Vitrines Tecnológicas e os Dias de Campo, que normalmente são programados durante esse evento – quer dizer, ao longo do ano e também durante esse evento.

Hoje dizemos que esses eventos estão consolidados. O Sistema SEBRAE tem a grande preocupação de identificar qual o produto que tem a cara brasileira, e nós, no Amazontech, vamos ter a preocupação de realizar o salão com a cara brasileira da Amazônia. Já está confirmado um fórum dos Secretários de Ciência e Tecnologia, um fórum de todos os reitores, não apenas da Amazônia brasileira, mas também da Amazônia internacional. As ONGs pretendem realizar durante o evento, entre 24 e 27 de setembro, um fórum das ONGs. Haverá um fórum de jornalistas com especialidade em ecoturismo. Temos a enorme esperança de realizar a reunião dos Governadores da Amazônia, se a votação das reformas permitir; um Seminário da Amazônia Sustentável, com ênfase no Programa Fome Zero; um Fórum SEBRAE, em que todos os SEBRAEs do Brasil estarão reunidos, durante o evento, de 24 a 27 de setembro, em Manaus. Já é decisão desse fantástico parceiro que é a EMBRAPA reunir toda sua inteligência durante esse evento para discussão de problemas. Haverá um fórum dos SEBRAEs da Amazônia Legal.

Os expositores no evento serão: a EMBRAPA, os SEBRAEs, o SEBRAE Nacional, as universidades públicas, o Governo Federal, as agências de fomento, empresas comerciais, industriais e de serviços, e todos os agentes financeiros oficias e alguns agentes privados estarão expondo durante o evento. O público esperado é de empresários, pesquisadores, professores, estudantes, pequenas e microempresas, técnicos e dirigentes de órgãos de assistência técnica, investidores nacionais e a população em geral.

Quero lembrar que nos 2 eventos anteriores houve a presença computada, rigorosamente computada, de 60 mil pessoas em média, tanto no Acre como em Roraima, e estamos com a perspectiva audaciosa de trabalhar com um público de 70 mil a 100 mil pessoas, que durante os 4 dias estarão visitando o Amazontech.

Vamos ter 100 expositores. Estamos até buscando novos espaços, porque os stands estão comprometidos. São esperadas 100 mil pessoas. Haverá 40 palestras, 8 cursos técnicos, cursos de cozinha experimental, 4 dias de campo, uma rodada de negócios e uma rodada de projeto. São missões que estamos divulgando com a ajuda da Comissão da Amazônia e também pelo presencial. Já visitamos 3 países, divulgando de maneira exaustiva o Amazontech. Além de missões municipais, são esperados 1.500 negócios, 12 eventos paralelos, e a estimativa é de R$80 milhões, ou o equivalente a US$28 milhões.

Esse não é um evento isoladamente do sistema SEBRAE, mas também da EMBRAPA e da Associação Brasileira dos SEBRAEs estaduais.

Por último, meu caro amigo, Deputado Átila Lins, sempre estou repetindo uma frase dita por um grande comunicador do Estado do Amazonas: inquieta-me muito o problema da biopirataria e da imagem de que a Amazônia é um patrimônio da humanidade. A Amazônia, diz esse comunicador com muita propriedade, é um patrimônio brasileiro a serviço da humanidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Como Presidente e autor do requerimento que convidou as autoridades da EMBRAPA e do SEBRAE para esta reunião, não desejo formular nenhuma pergunta; quero apenas saudar as presenças dos Drs. Herbert Lima, Jorge Rincon e José Carlos Reston, e das Dras. Maria José, da Dra. Izani, do Dr. Jadir, dos funcionários da EMBRAPA e do SEBRAE, da Sra. Secretária da Embaixada da Guiana, dos representantes diplomáticos que aqui estiveram e dos Srs. Deputados. A motivação que nos levou a convidá-los para esta reunião foi exatamente este debate a respeito dos objetivos que se pretende alcançar com o Amazontech 2003.

Pela exposição do Dr. José Carlos Reston, pudemos verificar o sucesso do Amazontech 2001 no Estado do Acre, do Amazontech 2002 no Estado de Roraima, e agora, no de 2003, no Estado do Amazonas, quero crer que esse sucesso se repetirá. É claro que será bastante ampliado, porque a cada ano que passa sem dúvida os negócios sustentáveis aumentam. No próximo

ano, em Mato Grosso, certamente muito maior será o impacto da realização do Amazontech 2004.

Agradeço a presença aos nossos convidados. Repito: o que nos motivou a trazê-los foi o desejo de que houvesse um debate mais amplo a respeito das oportunidades que o Amazontech vai trazer para os negócios sustentáveis da região amazônica, dos países amazônicos e do Brasil como um todo.

Como primeiro orador, concedo a palavra à nobre Deputada Perpétua Almeida, que disporá do tempo regimental.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, saúdo os participantes e ao mesmo tempo parabenizo o Presidente da Comissão da Amazônia, porque os debates que estão acontecendo na Casa, nesta Comissão, têm posto a Amazônia no patamar de despertar a sociedade brasileira para os riscos que todos estamos correndo.

Saúdo os representantes do SEBRAE Nacional e do Amazonas. Sabemos da importância do trabalho do SEBRAE no Brasil. Milhões de pessoas hoje conseguem realizar algo na vida a partir do SEBRAE, a própria EMBRAPA. Inclusive, no Acre, articularmos os Parlamentares para participarmos do dia de campo da EMBRAPA, exatamente para que o Parlamento se desse conta da sua importância para o Acre e para o País.

Para nós, do Acre, um dos grandes momentos que o Estado viveu foi quando estávamos no processo de realização do Amazontech. Tivemos oportunidades, que os senhores acabaram mostrando. Eu sempre digo – este é meu primeiro mandato de Deputada Federal – que é impossível morarmos na Amazônia e não nos apaixonarmos pela causa da Amazônia, da sustentabilidade que o Amazontech está, talvez pela primeira vez, priorizando, mais do que quando realizado em meu Estado e no Estado anterior. Temos procurado fazer uma articulação para garantir a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Sustentável, porque sabemos que o rumo é esse.

O Amazontech está destacando como eixo principal o despertar para a Amazônia e para a questão da sustentabilidade. Meu mandato está voltado para esse fim. Anteontem, em meu posicionamento sobre a Amazônia, levantei a preocupação com a soberania, quando citei o exemplo do avião francês em território brasileiro sem autorização de ninguém. É um pequeno exemplo da vulnerabilidade da Amazônia e de nossas fronteiras. Acredito que o Amazontech, inclusive, desperta para isso, pela relação de seminários e debates que vão acontecer.

É um momento novo para o Brasil e para a Amazônia. Com certeza, quando ocorrer o Amazontech, será destacado o que vai acontecer amanhã em Belém, a ida do Presidente Lula, para garantir o sonho dos amazônidas, a recriação da SUDAM. Essa Superintendência, depois, tem que se envolver no Amazontech, a fim de mostrar a importância do evento. São ações como essas que importam ao Brasil e aos amazônidas.

O senhor destacou a questão da cobiça. Quem vive na Amazônia sabe, desde a época em que levaram sementes de seringueiras e tantos megaprojetos internacionais, de americanos e outros países, em relação à Amazônia, que é a maior reserva de água doce, de terras agricultáveis, a maior biodiversidade do mundo. É impressionante como o Amazontech está conseguindo focar esses aspectos, para fazer o debate no Brasil e no exterior.

Estou propondo, por meio de requerimento, que esta Casa, a partir da Comissão da Amazônia – e ninguém melhor do que o Presidente para comandar isso –, oficialize a presença do Parlamento no Amazontech. Não podemos ficar de fora. A Comissão da Amazônia deve tomar a frente, mas o Parlamento brasileiro como um todo não pode ficar de fora desse debate.

No próximo final de semana, o Presidente Lula estará no Peru. O Estado do Acre tem se esforçado para garantir as relações comerciais de fronteira, o intercâmbio de produtos, aquilo que é possível levar para o Peru e trazer para nós também. É como se a Amazônia estivesse de costas para esse grande mercado, que, sabemos, podemos envolver a partir dos países andinos. O Amazontech já traz os países para esse debate.

Não tenho nenhuma pergunta, apenas quero parabenizar os senhores. O projeto do Amazontech interessa ao povo brasileiro. Naquilo que pudermos ajudar e impulsionar, na condição de Parlamentares, com certeza absoluta o faremos.

Parabéns, bom trabalho e sucesso.

Temos mantido contato com o Governador Jorge Viana e com o Presidente do SEBRAE no Acre para sabermos como está o envolvimento do Estado nesse processo.

Para encerrar, o Amazontech este ano vem no melhor momento do Amazonas. Pela primeira vez, de forma oficial, o Amazonas aparece no cenário nacional debatendo a questão da sustentabilidade. O Governo Eduardo Braga tem procurado fazer isso. Não há melhor momento para realizar o Amazontech no Amazonas do que agora.

Parabéns, companheiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao próximo orador, o Deputado Henrique Afonso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, expositores, que estão dando uma das maiores contribuições para o desenvolvimento de nossa região, quero dizer que também tenho procurado, em meu mandato de Deputado Federal, compreender melhor a Amazônia e o conjunto de relações que se estão estabelecendo com ela. Um dos indicadores é a questão da internacionalização. Temos buscado no seio da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional desmistificar esse debate, essa reflexão. Nosso objetivo é sair do extremo do denuncismo e do extremo da omissão para encontrarmos um ponto de equilíbrio nesse debate.

A Folha de S.Paulo e outros divulgadores da imprensa nacional têm feito bastante alarde a respeito desse assunto. Estamos precisando de ações como as do Amazontech. Devemos superar a fase do denuncismo e começar a construir nossa soberania nacional. Essa é a verdade. Se estamos no marco de um Governo que não é entreguista e está buscando resguardar a nacionalidade do Brasil, hoje o grande slogan não é lutar contra a internacionalização da Amazônia, mas pela amazonização do Brasil. Hoje amazonizar o Brasil é a grande tarefa que nós, amazônidas e que temos a representatividade legítima, precisamos realizar.

O Sr. José Carlos Reston, Superintende do SEBRAE na Amazônia, levanta uma preocupação que me deixa aliviado e contente, na verdade, um dos pressupostos que conduzem à realização do Amazontech, um ato de bioprospecção. Isso vai fazer com que se crie efetivamente um mecanismo de defesa para aquilo que estão levando da maneira mais branda e sutil, que são as nossas sementes, plantas medicinais, secreções, DNA por meio de sangue indígena, o que está rendendo bilhões e bilhões de dólares em laboratórios farmacêuticos.

Acho que se temos um evento que reúne, como objetivo, conforme foi observado, um conjunto de eventos de tecnologia e de pesquisa, concretamente, estamos efetivando uma forma ofensiva e diferente, que será eficiente e eficaz, de combater a internacionalização da Amazônia e a questão da biopirataria. Esse investimento em ciência e tecnologia é que dá a magnitude para o Amazontech.

Tenho procurado por assessores e organizadores desse evento, e acredito que o momento mais especial e interessante está sendo esta audiência pública. Aliás, a Câmara Federal foi muito feliz em alçar o Deputado Átila Lins à Presidência desta Comissão, porque está pautando em cima daquilo que estamos precisando na Amazônia.

Aí, Herbert, precisamos de tecnologia, de investimento científico para fazermos o manejo de várzea, porque somos vocacionados para isso, e sei que a EMBRAPA tem isso para nos dar. Precisamos de tecnologia, de uma ação mais ofensiva da pesquisa e da ciência, para fazermos o manejo florestal para atendermos a cooperativas e comunidades sem agredir a natureza. Tanto do ponto de vista madeireiro quanto não-madeireiro, precisamos de tecnologias que nos dêem condições e tranqüilidade para que possamos dizer que esse é o rumo para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O que vemos é a nossa Amazônia sendo invadida por empresas madeireiras estrangeiras, que estão trazendo tecnologia inclusive dentro dos pilares do desenvolvimento sustentável, nos ensinando a fazer manejo florestal. O medo é que esse manejo, por melhor que seja a intenção, esteja sendo um dos pilares para uma nova forma de reconcentração de terras de latifúndio.

Quero ter tranqüilidade, quando formos discutir a questão de política de concessão de reservas florestais públicas, para fazer manejo de floresta nativa com segurança. Tenho certeza de que a EMBRAPA tem tecnologia e conhecimento de como fazer isso de maneira comunitária, para que possamos beneficiar os pequenos e não os grandes.

Concretamente, o Sr. José, o Sr. Jorge estão aqui representando o SEBRAE Nacional e o SEBRAE da Amazônia e o diretor-executivo da EMBRAPA. Estou dizendo isso sem nenhuma demagogia, para quem está pautando desde o início, a importância da ação da ciência e da tecnologia para desenvolvermos e protegermos melhor a nossa Amazônia e termos uma política de exploração para que possamos conservar o ambiente e crescer economicamente, e que os 20 milhões de amazônidas possam ter inclusão social e se beneficiar.

Para concluir, convido todos os que estão nos ouvindo para evento talvez o mais importante que esta Comissão estará realizando amanhã. É uma audiência pública para discutir direitos intelectuais das populações tradicionais e a questão de repartição de benefício e reconhecimento.

Já levaram o cupuaçu, o sapo kambo, a andiroba, a copaíba, centenas de plantas e o açaí está no alvo. Vão levar a pupunha e nossas florestas. Daqui a pouco, se não nos cuidarmos, levarão a gente; já estão levando até o sangue dos nossos índios.

Então, reconhecer as populações tradicionais e o valor ambiental e econômico desses conhecimentos vão fazer com que criemos mecanismos na lei, na

ciência e na tecnologia para defender e mostrar que tipo de desenvolvimento queremos.

Não precisamos que ninguém venha de fora dizer como devemos explorar a riqueza amazônica. Queremos a cooperação deles. Nunca nos vamos negar, mas sob o devido monitoramento e direção da EMBRAPA. Não digo isso porque a EMBRAPA está aqui representada. A EMBRAPA precisa ser mais valorizada e ter mais investimento para que tenhamos um Brasil crescendo, valorizando mais as suas riquezas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Deputado Carlos Souza.

O SR. DEPUTADO CARLOS SOUZA – Sr. Presidente, Deputado Átila Lins, Dr. José Carlos Reston, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa, Deputados e Deputadas, senhores e senhoras convidados, meu bom dia.

Eu não poderia, Dr. Carlos Reston, deixar de me posicionar a respeito de uma das suas preocupações sobre a possibilidade de internacionalização da nossa região. Fiquei até entristecido no último debate que participei nesta Casa com a afirmação do ilustre Senador Jefferson Péres, pessoa por quem tenho profundo respeito e admiração, acima de tudo pelo grande Parlamentar e representante do nosso Estado, que fazia parte de 1% das pessoas que não acreditavam na internacionalização da Amazônia. Eu disse ao Senador, com todo o respeito, que eu fazia parte dos 99% que acreditavam na possibilidade de a nossa região ser internacionalizada.

Foi agora muito bem abordado pelo Deputado Henrique Afonso a questão das nossas riquezas e biodiversidade, nossas etnias, os DNAs dos nossos índios que estão sendo levados por organismos internacionais. Não sei por que as pessoas não vêem isso como uma internacionalização. Eu vejo como tal, afrontosa e agressiva para a nossa região.

Causa-me tristeza termos uma região como a Amazônia, de tanta potencialidade e riqueza, tão cobiçada pelos organismos internacionais, grupos G-7 e G-8, e grandes lideranças do mundo, e, ao mesmo tempo, sermos relegados pelas autoridades e irmãos brasileiros e levados ao descaso os 340 milhões de hectares de floresta. Com toda essa potencialidade, o próprio País vira as costas para a nossa região.

Acredito na internacionalização. E essa internacionalização, infelizmente, está acontecendo a passos largos, não só conforme as observações que fez o Deputado Henrique Afonso com muita propriedade, mas, acima de tudo, como questionei nesta Comissão, a internacionalização branca e pacífica. Hoje, no nosso território, as áreas mais ricas, onde pagamos por essa renúncia fiscal, o povo sofrido, que pisa em ouro e morre de fome, como sempre digo, estão sendo tomadas e levadas muitas das vezes com a aquiescência do Poder Central.

Temos hoje na Amazônia mais de 1 milhão e 350 metros quadrados que não pertencem mais aos amazônidas, mas aos nossos indígenas – nada contra os povos indígenas. São áreas riquíssimas onde não mais podemos produzir. Temos também áreas de mais de 700 mil metros quadrados, que são de latifúndios, que não podemos tocar e produzir. Temos áreas com mais de 800 mil metros quadrados que pertencem a ONGs ambientalistas ou reservas florestais em que também não temos mais direito de entrar nem tampouco de extrair riquezas para continuar crescendo e desenvolvendo a região da Amazônia.

Isso, senhores, é internacionalização, sim, pacífica. Não é como da maneira que os Estados Unidos fizeram no Iraque. Mas da forma como eles têm interesse de tornar essa região intocável, sempre preservada, como se fosse um verdadeiro santuário, como sempre incutiram na cabeça de nós, amazônidas. Temos que desenvolver essa região, temos que torná-la rica para que possa realmente gerar inclusão social. É o que precisamos.

Temos que defender aquela tese que foi muito bem argumentada e que tenho batido aqui no Congresso Nacional. É a tese do saudoso amazonólogo, um dos homens mais importantes da nossa região, Samuel Benchimol, que defende o IIA – Imposto Internacional Ambiental.

Se os grandes organismos internacionais, as grandes potências mundiais, os grandes que detêm a moeda para poder fazer investimento, têm conhecimento tão aprofundado da Amazônia – como sabemos têm –, por que não querem fazer grandes investimentos na nossa região? É a pergunta que já fiz nesta Comissão. É porque para eles interessa muito mais a Amazônia da maneira que está, porque é uma usina natural que retira o lixo que eles produzem e não nos pagam nada. Já disse aqui que fazemos o trabalho de gari do mundo e nada recebemos por esse trabalho. Muito pelo contrário, recebemos a pobreza que vive o nosso povo, e, eles, a riqueza da renda per capita que geram nos seus países com inclusão social, com desenvolvimento, com tudo a que eles têm direito.

Senhores, faço essa manifestação até para elogiar e parabenizá-los pelos excelentes trabalhos que vêm realizando a respeito do Amazontech. Isso dá um estímulo muito grande aos nossos produtores, aos pequenos e microempresários, aos artesãos para que realmente se sintam prestigiados e possam continuar

produzindo porque sabem que vão encontrar apoio por meio desse evento.

Parabenizo também a EMBRAPA e, ao mesmo tempo, faço um apelo. Sei que a EMBRAPA tem contribuído muito para a nossa região por meio de pesquisas. Acredito que seja o órgão mais importante da região, não tanto o nosso INPA onde tive a oportunidade de passar 2 anos como biólogo que sou, tentando trabalhar em pesquisas. Na verdade, fui muito usado como serviço de manipulação e não tanto como pesquisa. Quem fazia pesquisa lá dentro eram os gringos e não nós, brasileiros. A EMBRAPA realiza um trabalho muito importante para a região, mas gostaria de ver esse esforço voltado para os grandes projetos de desenvolvimento sustentável para a região amazônica e não para os pequenos e microprojetos, como infelizmente tem se voltado – não sei porque cargas d'água. Parecem mais projetos familiares, projetos micros que realmente não trazem uma dimensão maior para a região para que possamos ter desenvolvimento. Acredito até pela falta de muitos fatores que todos conhecemos, principalmente pela falta de produção de energia. Ninguém, evidentemente, vai desenvolver a região amazônica se não tivermos uma potencialidade energética na região para que possam esses investimentos se materializarem.

Fiz essas considerações para dizer que acredito, infelizmente, nessa internacionalização que está acontecendo e que temos de ter essa preocupação, sim, e temos de dar um basta, como vem sendo feito por esta Comissão muito bem dirigida pelo nosso colega Deputado Átila Lins. E vamos cobrar, Deputado Átila Lins, como é sua preocupação, aquela audiência pública com o nosso Presidente da República, para que possam ir tanto os Deputados titulares quanto os suplentes e dizer que a Amazônia merece ser respeitada e desenvolvida e que podemos, sim, desenvolver aquela região com responsabilidade, sem criar danos de impacto ambiental, como ocorre com o Projeto Urucu. Eu tive a oportunidade de estar lá e vi a preocupação daquele projeto, que hoje gera 6 milhões de metros cúbicos de gás natural. E numa região rica, milionária, cobiçada, como é a Amazônia, estamos pegando aquele gás natural e reintroduzindo na natureza, ao invés de gerar riqueza para a região, quando estamos pagando, no nosso Estado, mais de 150 dólares por megawatt produzido de energia. É brincadeira o que fazem com a gente!

Temos de dizer ao Brasil, primeiramente, que temos de ser respeitados, que temos de desenvolver aquela região porque é preciso, e acabar com aquele engodo que nos foi passado, através de 30 anos, por organismos internacionais que aquilo ali é o santuário do mundo ou que faz parte da humanidade, como bem disse o Dr. José Carlos Reston. Faz parte da humanidade, sim, mas acima de tudo é nossa, é do Brasil. Faz parte da humanidade para prestar serviço, para beneficiar a humanidade, mas ela nos pertence.

Portanto, meus parabéns pelo trabalho que os senhores vêm realizando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência vai conceder a palavra aos convidados.

Com a palavra o Diretor-Executivo da EMBRAPA, Dr. Hebert Lima.

O SR. HEBERT CAVALCANTE DE LIMA – Gostaria de agradecer as palavras dos nossos Deputados e o reconhecimento do papel da nossa instituição na realização dessas ações de pesquisa na Amazônia. Queria apenas fazer justiça às outras instituições que trabalham conosco nessa parceria: o Museu Paraense Emílio Goeldi, o INPA e as universidades na região, na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável na região. Possivelmente sem essas parcerias entre cientistas pouca coisa teria sido produzida, e fazemos parte daquela rede de pesquisadores que se preocupam e têm compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

A EMBRAPA representa na região uma iniciativa do Ministério da Agricultura que se complementa com as ações do Ministério do Ciência e Tecnologia, por intermédio das universidades e também do Ministério da Educação. Então, o suporte para esse segmento é dado a partir daí.

Vou contextualizar alguns aspectos da limitação de nossa ação institucional. Na EMBRAPA a nossa função é gerar tecnologia, disponibilizar as informações para que, num processo de transferência e validação, possam ser repassadas ao sistema de produção. Aí tem uma importância muito grande a extensão rural e a assistência técnica tanto dos Estados quanto dos Municípios. Sem essa conexão, essa forte ação em parceria entre a pesquisa e a extensão rural pouca coisa conseguimos.

Então há necessidade também de esta Casa discutir melhor e buscar os elementos para esse debate junto possivelmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Temos lá uma secretaria de apoio à extensão rural que está discutindo uma melhor articulação do sistema de extensão em todo o Brasil. Aí encontramos um grande gargalo para repasse dos resultados da nossa tecnologia, seja ela da EMBRAPA, seja das universidades ou dos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia que atuam na região.

Esse é um contexto que queria trazer para este debate, um elemento para que se possa entender a

dificuldade dessa articulação institucional. Os Estados têm dificuldade. Esse sistema de assistência técnica de extensão rural foi repassado da coordenação que antigamente tínhamos, a partir do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, para os Estados, e os Estados até então têm dificuldade de articular melhor essas ações. Esse é um elemento para um debate fundamental, que é estar discutindo, nesta Comissão, como poderiam os Parlamentares da região estar dando uma importância maior às ações de ciência e tecnologia, no que diz respeito à validação e à transferência dessas tecnologias geradas no sistema de ciência e tecnologia que atuam na região: universidades, EMBRAPA e institutos de pesquisa. Esse contexto é fundamental e queria apresentá-lo como elemento de preocupação desta Comissão.

Vou também fazer alguns comentários sobre a questão que o Deputado Carlos Souza apresentou com relação às ações da EMBRAPA.

Esse contexto da geração de tecnologias para o desenvolvimento da região coloca a EMBRAPA como a instituição que vai gerar, que vai produzir, mas as políticas públicas para gerar desenvolvimento regional ou desenvolvimento sustentável, como se apresenta hoje, é uma decisão do Executivo, dos Estados, dos Municípios e do Governo Federal. A limitação da ação da EMBRAPA é porque ela foi pensada para produzir, para gerar inovação. A definição da política pública para o desenvolvimento é feito no Executivo. Então, essa articulação fica muito em função das decisões dos governos. Temos gerado tecnologias para grandes temas que podem ser apresentados como estratégicos para a região.

Em relação ao biodiesel, desenvolvemos tecnologias, estamos apoiando os vários grupos que estão discutindo alternativas de utilização de biomassa, a utilização do dendê como alternativa para geração de energia na Amazônia. Temos um centro de pesquisa em Manaus, com 400 hectares de dendê, e geramos informação, nesses últimos 20 anos, com produção de sementes melhoradas, híbridas do dendê, que vem da Europa, da Ásia, com o nosso dendê, com o nosso caiauê, que são sementes de excelentes qualidades adaptadas às condições da região. Estamos vendendo esse material genético para Venezuela, Colômbia e Equador, mas precisamos de uma ação mais coordenada do Governo Federal e também por parte do Estado, principalmente do Amazonas, para que possamos avançar em alguma ação governamental que possa considerar o dendê uma cultura estratégica para o desenvolvimento agrícola local dentro do contexto logicamente da visão do desenvolvimentos sustentável.

Temos também gerado tecnologias para a exploração madeireira na Amazônia. Identificamos que o problema da atividade ilegal pode ser superado e temos tecnologias e métodos para acompanhar a exploração madeireira na Amazônia, para viabilizar a legalização da atividade. E o caminho é a certificação de madeiras. Temos discutido o assunto no âmbito do Governo Federal e temos dado suporte a esses indicadores para que se possa tomar decisão. Temos hoje em elaboração um manual, uma ação de certificação que visa à implantação de boas práticas de exploração florestal em áreas empresariais. São projetos que estamos executando no Estado do Pará, com apoio da ITTO, que é uma instituição que nos dá respaldo e apoio financeiro para execução dessas pesquisas.

Mas não é só para o setor empresarial que estamos trabalhando, estamos também viabilizando o compromisso do Governo com a inclusão social. Nossa preocupação é dar alternativas também para manejo florestal sustentável de pequenos agricultores, de pequenos extrativistas, por meio de alternativas de manejos comunitários. É uma experiência que a EMBRAPA tem desenvolvido no Estado do Acre, com uma equipe que trabalha a pesquisa florestal. E não só alternativa de manejo florestal, mas alternativa de construção de sistemas e arranjos institucionais que viabilizam a exploração, além da madeira, de outros cultivos agrícolas, por meio de manejo de sistemas agroflorestais.

Enfim, a tecnologia. Temos trabalhado, mas é importante que tenhamos uma noção, uma visão de que a política pública é feita e definida pelo Executivo, principalmente. Aí é importante que esse evento possa demostrar isso, uma articulação grande entre os Governos Federal, Estadual e os Municípios, para que possamos ter essas definições. E a EMBRAPA entra no suporte, no que diz respeito à geração da inovação das tecnologias, mas também ao processo de validação no sistema e na transferência dessas tecnologias geradas.

Esse é o nosso papel que queríamos apresentar muito claramente e mostrar as limitações que temos na definição das políticas públicas. Não definimos políticas públicas; trabalhamos em demandas definidas, a partir de avaliação do sistema. Aí, sim, essas demandas vêm para nossos grupos de pesquisadores; os pesquisadores elaboram as propostas de projetos; esses projetos são aprovados dentro dos comitês internos de aprovação de projetos de pesquisa, são executados e a partir daí fazemos a transferência de tecnologia.

Quero me aprofundar um pouco mais e contextualizar a importância desse evento em Manaus. Esse evento em Manaus vai indicar, e estamos incorporan-

do, além da questão do desenvolvimento sustentável no que diz respeito à tecnologia para o agronegócio, um elemento novo, que é o parque eletroeletrônico de Manaus. Estamos querendo incorporar também a preocupação com a questão do desmatamento na Amazônia.

A EMBRAPA tem se preocupado e orientado demandas de pesquisas para adotar alternativas de utilização otimizada do que já se fez, do que já se está explorando. Temos informações de que nesta região do arco do desflorestamento, essa região da entrada da atividade agrícola, temos cerca de 60% das pastagens em estado avançado de degradação.

Essa demanda de gerar tecnologia para otimizar a exploração pecuária, a melhoria das pastagens nessa região da frente do desmatamento é fundamental para que possamos reduzir a pressão sobre o avanço da atividade agrícola em áreas florestais. Esta é uma estratégia fundamental para que possamos diminuir o desmatamento. Então a EMBRAPA está atuando nessa frente também. Estamos, como postura da empresa, definindo um comportamento e uma posição para os pesquisadores. E precisamos, na região de floresta, onde a atividade agrícola ainda não é tão intensa, porque não utiliza essa frente de expansão com altos insumos, orientar a pesquisa para viabilizar a exploração e o manejo florestal madeireiro e não-madeireiro. Essa é a frente em que vamos atuar. O princípio é que devemos atuar também dando suporte à melhoria dos sistemas na frente, principalmente essa frente do arco do desmatamento.

Então essa é a postura que estamos adotando, com a qual temos orientado a pesquisa na região. Temos uma ação de pesquisa muito voltada para o que definimos como cenários de futuro para a região; temos uma análise, definimos isso no nosso plano diretor e repassamos essas orientações para os grupos de pesquisa na região. Aí ocorre uma parceria forte entre universidades, institutos de pesquisa, principalmente o Museu Paraense Emílio Goeldi e o INPA, que são os nossos grandes parceiros de pesquisa na região amazônica.

Então, queria levantar esse contexto, para compreendermos o limite da ação da EMBRAPA no que diz respeito à definição da política que vai ser implantada; a decisão quanto à política pública, seja ela em relação ao segmento de agricultores familiares, aos extrativistas, aos pescadores, seja no que se refere ao empreendimento de grande porte, como exploração madeireira e plantio de grãos, como soja, arroz e outros mais. Há grande demanda a partir desse segmento de empresários.

Enfim, a EMBRAPA tem trabalhado dando suporte, e essas são as vertentes da sua diretoria nessa atual gestão: apoio à agricultura familiar e à ação do grande negócio, do agronegócio, do agribusiness. Vamos continuar atuando nessas 2 frentes. Não existe essa idéia de que iremos apoiar apenas a questão pontual, pequenos empreendimentos. Não existe isso, estamos apoiando, da mesma forma, as atividades empresariais na região. Esse é o contexto que gostaria de levantar.

Quero convidar também o Deputado e todos os senhores para que estejam cientes, e nos colocamos à disposição para visita às unidades da EMBRAPA na região.

Temos, em Manaus, uma série de experiências no que diz respeito, principalmente, ao dendê, que incluo como uma das grandes alternativas que encontramos para substituir a frente de expansão da soja, que representa grande perigo para a exploração da região. O dendê representa grande alternativa, tanto no que diz respeito à manutenção e seqüestro de carbono, à manutenção da biomassa florestal, quanto à manutenção de empregos na área rural.

Todos sabemos que a cultura do dendê emprega o ano inteiro, porque produz o ano todo. Já temos estudos que mostram que 6 mil hectares de dendê, explorados num projeto de ação integrada, que envolve agroindústria e atividades com empresários e pequenos produtores, podem gerar uma série de alternativas, de negócios, que podem alimentar uma agrovila e uma cidade, tanto no que diz respeito a outras indústrias que podem surgir a partir dessa animação do setor do negócio local, quanto também a atividades agrícolas. Sua cultura suporta também consórcios com outras atividades agrícolas.

Então, identificamos, atualmente, o dendê como grande alternativa à soja, na Amazônia. Temos a perspectiva de apoiar essa cultura. Temos tecnologias prontas para utilização e apoio à expansão da cultura do dendê na Amazônia.

Há mais esse enfoque, hoje, de busca de alternativas energéticas, às quais o dendê se incorpora. É uma das principais culturas que podem ser pensadas como alternativas para projeto de suporte à colonização, para assentamentos rurais na Amazônia, para melhorias e substituição de pastagens degradadas, para manejo de dendê com espécies florestais. Temos essa tecnologia para grande porte, tanto para grandes empresários quanto se pensando em produção integrada, envolvendo projetos de colonização da reforma agrária. O dendê representa isso.

Gostaria de apresentar esse contexto, e nos colocar, enquanto instituição, à disposição de todos os

senhores para qualquer apoio, qualquer suporte técnico que possamos dar, nesse debate da Comissão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece.

Com a palavra o Dr. Jorge Fernandez Rincon, Gerente do SEBRAE Nacional.

O SR. JORGE CUAUHTEMOC FERNANDEZ RINCON – Primeiramente, para essa parte final, quero agradecer, em nome do Dr. Silvano Giani, Presidente do SEBRAE Nacional, ao Deputado Átila Lins, o convite para apresentar nosso projeto e reiterar o compromisso do SEBRAE Nacional, do Sistema SEBRAE como um todo, nos aspectos que foram levantados. Com certeza, estaremos dando continuidade aos cuidados quanto aos direitos de exploração, de aproveitamento, de denominação e de certificação de origem, utilizando a biodiversidade da Amazônia como elemento de integração da sociedade à economia e, ao mesmo tempo, ao compromisso de todas as forças públicas e privadas no que se refere à ocupação e geração de renda.

Não tenham dúvida de que o impacto que se procura num evento como o Amazontech é a efetiva integração à economia da região, que preserve a soberania nacional.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Com a palavra o Dr. José Carlos Reston.

O SR. JOSÉ CARLOS RESTON – Nobre Presidente Átila Lins, quero registrar a presença do Dr. Manoel Alexandre, aqui representando todos os SEBRAEs do Brasil, que também é co-realizador do Amazontech.

Quero dizer, Presidente Átila, como esta Comissão está fazendo bem, especificamente para o Amazontech. Vou voltar a agradecer, Presidente Átila, a oportunidade que tivemos de relacionamento com o corpo diplomático e de estarmos nesta audiência publica. Temos certeza de que em breve boa parte do Brasil vai tomar conhecimento de que houve este evento, e que a Comissão da Amazônia está apoiando a realização do Amazontech.

Compartilhamos com o que disse a Deputada Perpétua, de que é muito importante que a Comissão da Amazônia se faça presente durante o Amazontech. Quero também dizer da minha alegria, Deputada Perpétua, quando a senhora registrou que amanhã vai ser um dia muito importante, pois o Presidente Lula, demonstrando o mesmo respeito que dispensou aos nordestinos, vai instalar nossa principal agência de desenvolvimento, a SUDAM. Isso é muito importante.

Agradeço a V.Exa., também, Deputado Henrique. Fiquei impressionado com seu depoimento e com aquela imagem que achei fantástica, de que o Brasil precisa amazonizar-se, ter olhos mais voltados para nossa região. O Senador Gilberto Mestrinho, em recente discurso sobre biopirataria, registrou dado impressionante, Deputado Átila: o esforço para pesquisa, nos 3 últimos anos, na área de ciência e tecnologia, dedicado á Amazônia, de um modo geral, chega bem próximo do ridículo, pelo tamanho, pela representatividade que é a Amazônia neste País. São dados de 2002, mas não é uma coisa inteligente.

Quero dizer ainda, Deputado Carlos Souza, quanto ao resgate do IAA, do seqüestro de carbono, do direito que temos, que esta deve ser bandeira permanente desta Comissão. Sobre sua denúncia a respeito da internacionalização branca, é algo com que devemos estar constantemente preocupados.

Mas, Presidente Átila, muito obrigado. Esta Comissão já faz parte do Amazontech, pela fantástica ajuda que nos está nos dispensando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Quero informar aos Srs. Deputados que a Comissão da Amazônia vai disponibilizar espaço para que todos os seus membros possam participar do Amazontech. Já entramos em contato com o Governador Eduardo Braga, que colocou o Governo do Estado à disposição. O Presidente João Paulo Cunha também já pôs a Câmara à disposição, em parceria com o SEBRAE e com a EMBRAPA. Vamos levar a maior delegação possível de Deputados que queiram participar do Amazontech, em Manaus. Vamos fazer uma programação importante, para que todos possam participar dos seus principais eventos.

Agradeço a todos os convidados a presença, inclusive do Dr. Manoel Alexandre. Convido-os para um vinho de honra que será oferecido no Gabinete da Presidência.

Convoco os Srs. Deputados para reunião ordinária deliberativa, às 14h30min, no Plenário 15.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Sexta Reunião Ordinária Realizada em 10 de Setembro de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e treze minutos do dia dez de setembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva – Vice-Presidente; Ann Pontes, Asdru-

bal Bentes, Babá, Celcita Pinheiro, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Luciano Castro, Maria Helena, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Suely Campos, Terezinha Fernandes e Vanessa Grazziotin – Titulares; Carlos Abicalil, Casara, Humberto Michiles, Jaime Martins, Mário Negromonte, Maurício Rabelo e Vignatti – Suplentes. Compareceram também os Deputados Eduardo Valverde e Luciano Zica, como não-membros. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir o Senhor José Graziano, Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, com o objetivo de apresentar a este Colegiado o Programa Fome Zero para a Região Amazônica, atendendo a requerimento de autoria do Senhor Deputado Rogério Silva. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra ao convidado, que discorreu sobre o tema. Interpelaram o expositor os Senhores Deputados Rogério Silva, Terezinha Fernandes, Celcita Pinheiro, Janete Capiberibe, Zé Geraldo, Carlos Abicalil, Vanessa Grazziotin, Ann Pontes, Eduardo Valverde, Maria Helena e Casara. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra ao expositor, para que apresentasse suas considerações finais. Exerceram, alternadamente, a Presidência da reunião os Deputados Átila Lins e Rogério Silva. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às dezessete horas e trinta e cinco minutos, antes convocando Reunião de Audiência Pública para o dia dezesseis de setembro de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Vargas, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para ouvir o Exmo. Sr. Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Sr. José Graziano, a respeito do Programa Fome Zero para a região amazônica, atendendo a requerimento do nobre Deputado Rogério Silva, 1º Vice-Presidente desta Comissão, aprovado pelo Plenário.

Esclareço que, para melhor andamento dos nossos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, na forma regimental: o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá, para tanto, de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Pode o expositor ter o seu tempo prorrogado por idêntico prazo, a juízo da Comissão. Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar o seu nome e só poderão abordar o tema em questão pela prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Convido o Sr. Ministro José Graziano a tomar assento à Mesa e agradeço ao nosso ilustre convidado a presença. Agradeço também aos Srs. Parlamentares e aos presentes a presença.

Dando início à exposição, concedo a palavra ao Ministro José Graziano. S.Exa. disporá de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. MINISTRO JOSÉ GRAZIANO – Vou pedir que o material seja distribuído aos Srs. Deputados.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. MINISTRO JOSÉ GRAZIANO – Boa- tarde a todos. Uma saudação especial aos nobres Deputados Átila Lins e Rogério Silva.

Sinto um grande prazer em retornar à Casa. Trouxemos alguns documentos com a finalidade de facilitar o debate e a interlocução. Um dos documentos é um resumo das principais ações que o Programa Fome Zero, por intermédio do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, vem implementando. O outro é uma lista das atividades já desenvolvidas pelo Ministério, devidamente atualizada até o dia 5 deste mês de setembro. Há também um destaque de todas as ações e convênios que estão sendo implantados na Região Norte e um resumo do programa mais novo que estamos implantando, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que, certamente, despertará maior interesse – vou deter-me depois sobre esse assunto – e um resumo comparativo do nosso programa de combate à fome com o programa mexicano, o Oportunidades, muito citado como exemplo.

Esse material, na verdade, é apenas para orientar o interesse da leitura. Vou discorrer um pouco sobre a nossa prioridade na região amazônica.

Chegamos, em setembro, à região amazônica. Começamos pelo Acre. A primeira ação específica, in loco, que fizemos na região, além das ações gerais que abrangem todo território nacional, aconteceu nos dias 3 e 4 de setembro, na região de Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia e Capixaba. Por que isso? Digo ação específica porque o Programa Fome Zero, na verdade, é composto por um conjunto de ações em que a maior parte delas não é de atribuição e de alçada do Ministério que coordeno. O Programa Fome Zero é

um conjunto de 60 programas e 200 ações que fazem parte do PPA e que somam, aproximadamente, 15 bilhões de investimentos e que incluem um conjunto de ações de naturezas diversas destinadas a promover a inclusão social. Essas ações englobam ações de geração de emprego e renda, como, por exemplo, a ação do primeiro emprego, de atendimento à saúde, ações de alfabetização, reforma agrária e apoio à agricultura familiar. Ou seja, há um escopo bastante amplo de ações, e a maior parte delas fazem parte de outros Ministérios que não o MESA.

O MESA tem, por sua constituição, dupla função: desenvolver ações específicas na área de segurança alimentar – é a sua atribuição específica – e coordenar todas as ações de inclusão social no âmbito do Programa Fome Zero, uma ação mais ampla.

O Programa Fome Zero não é, portanto, um programa de um ou de outro Ministério; é um programa do Governo, é uma das ações estruturadoras da proposta de inclusão social do Governo. E é nesse sentido mais amplo que deve ser entendido. Ele é um conjunto de ações para evitar uma prática, sempre condenada, de setorializar e tornar as ações muito específicas, aquela história de que um Ministério faz uma parte independentemente de outro Ministério.

O Programa Fome Zero tem a pretensão de articular as diferentes ações e de integrar as ações de Governo.

Vou dar um exemplo que ocorreu há pouco. Acabamos de assinar, agora pela manhã, um convênio com a Fundação Zerbini, do qual são intervenientes os Ministérios das Cidades, da Saúde, do Meio Ambiente e da Segurança Alimentar, para a erradicação dos lixões.

É incrível, mas temos hoje no Brasil uma população de cerca de 25 mil pessoas que sobrevivem catando lixo nas ruas. Quase todas elas estão em situação de insegurança alimentar, e não exatamente porque não tenham o que comer. Às vezes, elas até têm o que comer, mas devemos convir que não se pode dizer que as pessoas que dependem do lixo para comer vivem em uma situação de segurança alimentar de qualidade, digna, ou seja, estejam bem alimentadas. Portanto, uma das prioridades do Programa de Combate à Fome era atender a essas populações mais vulneráveis.

Quando fomos fazer um programa de segurança alimentar para as populações que vivem nos lixões, a primeira constatação que fizemos foi a de que o grande problema deles não era falta de comida, mas a qualidade da comida e do meio ambiente em que viviam. Não adiantava alimentar aquelas pessoas porque o problema de sanidade que envolvia aquelas populações era muito mais grave do que propriamente um problema de nutrição ou de desnutrição.

Da mesma maneira, havia um problema de moradia daquelas pessoas. As pessoas moravam precariamente naquele entorno dos lixões ou, às vezes, dentro dos próprios lixões. Havia um problema de habitação também. Sem dúvida alguma, havia um problema mais grave ainda, relativo ao meio ambiente, porque o lixo exposto e sem tratamento contaminava as águas periféricas, o ar, etc.

O que fizemos? Criamos um grupo interministerial para conduzir de forma integrada essas ações. Cada um dos 5 Ministérios envolvidos, volto a repetir: das Cidades, do Meio Ambiente, da Segurança Alimentar, do Emprego e da Saúde, participa tanto do aporte de recursos, como da capacitação, do treinamento, da localização e da determinação. Enfim, há uma ação integrada para atender ao problema dos lixões. Um Ministério, isoladamente, nunca conseguiria resolver o problema, porque não se trata só de saúde, só de habitação ou só de meio ambiente, mas de um problema que perpassa todas essas áreas. Por isso, as ações precisavam ser integradas.

Essa é a característica do MESA que considero mais importante e fundamental e que precisa ser entendida. O MESA não é apenas um Ministério dedicado a distribuir alimentos, o que se pensa muitas vezes, nem a promover melhora da qualidade da dieta nutricional. As ações objetivas e fundamentais que efetivamente irão erradicar a fome no Brasil são estruturais e devem promover a geração de emprego e renda das famílias. Na hora em que todos tiverem emprego digno, de qualidade, poderemos dizer que está garantida a segurança alimentar dessas famílias também.

Isso é muito importante para se entender o escopo das nossas ações, porque, muitas vezes, parece que nós nos metemos em seara alheia, que estamos fazendo coisas que não são da alçada do Ministério, como, por exemplo, um programa de erradicação dos lixões.

Dito isso, quero falar um pouco sobre as nossas ações específicas para a região amazônica. Disse que havíamos iniciado, no mês de setembro, atividades específicas na região amazônica. Entre as atividades específicas, os senhores podem ver que está listado um conjunto de ações: o Programa Cartão-Alimentação, na página 1; as ações emergenciais para grupos específicos, no caso, os acampados da reforma agrária, indígenas e quilombolas; o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; os programas de ampliação da merenda escolar, de nutrição materno-Infantil e o de alimentos.

Vou discorrer resumidamente sobre essas seis ações específicas do MESA na região amazônica, começando pelo Cartão-Alimentação, o programa mais visível até o momento.

Antes de mais nada, o Programa Cartão-Alimentação deverá integrar, a partir do próximo mês, o programa unificado de transferência de renda que o Presidente da República deverá anunciar em breve. É intenção do Governo unificar sob a mesma coordenação administrativa e financeira todos os atuais programas de transferência de renda. Vale dizer: o Programa Bolsa-Escola; o Programa Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde; o Programa Vale-Gás, do Ministério de Minas e Energia; parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Ministério da Promoção Social; e o Cartão Alimentação. São 5 programas que deverão ser integrados.

O objetivo da integração é duplo. De um lado, unificar os valores, o que deverá propiciar ao Governo grande economia de recursos. Vou citar apenas um exemplo. De cada recurso transferido pelo Governo na forma de uma dessas bolsas é cobrada uma taxa bancária de transferência, que hoje está em 1 real e 20 centavos. Na transferência, por exemplo, de um benefício de 15 reais, paga-se 1 real e 20 centavos. Ou seja, 8% já fica a caminho e, às vezes, vai para a mesma família. A mesma família recebe o Vale-Gás, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e, às vezes, o PETI, e a cada uma dessas transferências há um custo bancário, além de múltiplas contas na Caixa Econômica Federal e, pior, múltiplos cadastros. Ou seja, até hoje o Governo não é capaz de dizer quantos benefícios diferentes recebe uma mesma família. Ele tem apenas um valor aproximado disso, uma vez que os cadastros não estão unificados. Por exemplo, somente 40% do cadastro do Bolsa-Escola está integrado ao cadastro único. Temos apenas a indicação do nome do beneficiário e do aluno matriculado de 60% da transferência do Bolsa-Escola, sem nenhuma outra informação adicional, o que torna esse programa bastante precário.

O segundo ponto importante é que a unificação permitirá sabermos claramente que famílias recebem tais benefícios. Ou seja, permitirá ao Governo finalmente ter um cadastro unificado para saber quem está dentro do programa, quanto está recebendo e quem não está dentro do programa ou está apenas dentro de parte dele, como é o caso do Bolsa-Escola ou do Vale-Gás, o maior dos cadastros.

O Cartão-Alimentação fará parte de um programa integrado de transferência de renda cuja implantação será gradativa, a partir do seu anúncio no próximo mês, e ficará a cargo de uma secretaria-executiva subordinada ao conjunto de Ministros da área. O Programa Cartão-Alimentação vem sendo implantado a partir de prioridade estabelecida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para atender aos Municípios da região do semi-árido nordestino, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, portanto, área da SUDENE, com população menor que 75 mil habitantes. A razão desse corte é o formato de atuação do programa, que prevê a instalação de um comitê gestor formado por aproximadamente 10 pessoas – alguns por 8, 9, 12 –, da própria comunidade, indicadas parte pelo Prefeito, pelo Poder Público local, pelos Governos Federal e Estadual, e parte indicada diretamente pela sociedade. A composição normal média do comitê gestor de um Município como esse é de 10 pessoas, sendo aproximadamente um terço indicado diretamente pela Prefeitura e o restante composto em sintonia com os interesses dos Governos Federal e Estadual e da sociedade civil.

Em geral, a sociedade civil é amplamente majoritária. Entre 51% a dois terços do comitê são constituídos por um representante das igrejas, um dos sindicatos, um da associação comercial, um da classe política – da situação e da oposição –, etc. Há composição padronizada, sugerida, possível de ser alterada, de comum acordo com o Ministério, a Prefeitura e a sociedade civil local.

A região semi-árida considerada prioritária estará coberta no início de setembro. Existem comitês gestores instalados em mais 1.400 Municípios, dos quais 1.300 na região semi-árida do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, cobrindo praticamente toda a região, operando em aproximadamente 900 deles, com um total de 758 mil famílias sendo atendidas, em setembro, e escalonamento da data de recebimento do benefício em função do dia de nascimento e da idade da pessoa, para evitar filas, aglomerações, principalmente nas cidades onde há apenas um posto pagador.

A segunda prioridade foi a região amazônica, onde planejamos atender cerca de 405 mil famílias, em 449 Municípios. Parte dessa meta vai ser atingida ainda este ano, embora seja difícil mensurar com precisão os números, devido às dificuldades da área, que não são menores do que as do semi-árido não apenas pelo grau de miséria, mas também pela falta de infra-estrutura, especialmente em comunicação e transporte. Muitos desses Municípios sequer têm linha telefônica, aparelho de fax ou computadores instalados que facilitem o cadastro junto ao Ministério.

Iniciamos a implantação do Programa Cartão-Alimentação pelo Acre. O motivo de termos começado por aquele Estado, disse isso ao Governador Jorge Viana, foi porque sua dimensão e tamanho da popu-

lação facilitam a abordagem. Em uma semana foram atendidas 500 mil famílias, nos 21 Municípios acreanos, sendo 300 mil na Capital. Em uma semana atingiremos as outras 200 mil. Não se trata de privilégio, apenas houve facilidades logísticas e aproveitamento de treinamento preexistente, realizado pelo Governo anterior por meio do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DELIS.

A partir desse exemplo do Acre criamos um protótipo, da mesma maneira que Guaribas vai servir de modelo para o funcionamento do Programa Cartão-Alimentação nos demais Estados da região amazônica. Sua implantação não vai se dar isoladamente, mas por um conjunto de Municípios integrados que tenham projetos comuns e ações compartilhadas entre si.

Criamos na região amazônica o Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD. Há um livro que contém um mapa de todos os Conselhos que vão ser implantados na Amazônia, discriminando os Municípios, entre eles Xapuri, Assis Brasil, Epitaciolândia e Capixaba, no Acre. Existe um plano integrado de desenvolvimento local por meio de ações que visam fortalecer atividades já desenvolvidas na região.

O exemplo de Xapuri mostra atividades como a compra de borracha dos seringueiros locais e de castanha por pequenos processadores da região, os programas integrados para a formação de um cinturão verde nas cidades da região para fornecer legumes e verduras para creches e para a compra da agricultura familiar.

Existem também ações voltadas para o desenvolvimento do extrativismo, por exemplo, um programa de certificação da madeira extraída, que vai lhe dar maior valor agregado, se legalmente extraída e controlada sua extração. Há programas destinados a outros produtos extraídos da floresta, com vistas a valorizar a região amazônica.

Basicamente, o formato do Programa Cartão-Alimentação na região prevê forte apoio à agricultura familiar local e ao extrativismo sustentável; educação das populações locais no sentido de ensiná-las a conviver com a floresta e valorizá-la; educação alimentar que valorize os produtos da região e os inclua na dieta básica da população – a região amazônica é muito rica em frutas, que, entretanto, são pouco aproveitadas -; e alfabetização, programa que sempre caminha junto com o Cartão-Alimentação.

Também estamos atendendo emergencialmente alguns grupos da região, como as populações indígena e quilombola, assistidas há algum tempo pelo Ministério. Firmamos convênio com a Fundação Palmares para prestar assistência às famílias quilombolas, 27 delas no Amapá e vamos ter outras 20 no Maranhão, onde vou estar no próximo sábado para participar da implantação do programa, que posteriormente vai ser ampliado para toda a Região Norte.

No caso das comunidades indígenas, estamos nos esforçando para não transferir simplesmente renda ou cesta básica, mas para incentivar essas populações a recuperarem seus hábitos tradicionais de plantio e de criação de pequenos animais. Queremos, com isso, valorizar aquela alimentação típica desses povos e criar condições de eles mesmos sobreviverem à custa do seu trabalho.

Outra ação importante na região amazônica é o Programa de Inclusão Digital. Na maior parte dessas áreas não é possível o acesso à Internet. Em conjunto com o Ministério das Comunicações, estamos instalando nos Municípios participantes do programa, especialmente nos pequenos, acesso à Internet por meio de banda larga. Estamos implantando pólos de inclusão digital com computadores doados por instituições bancárias que já não o utilizam por já estarem defasados e por não valer a pena fazer upgrade, trocar placas, etc. São máquinas de muito boa qualidade para uso pessoal e nas escolas, Prefeituras, postos de saúde.

Além desses programas de apoio às populações quilombola e indígena, destaco também o apoio que temos dado à merenda escolar e às creches. Uma das prioridades do Ministério é a divulgação da importância da nutrição materno-infantil e a ampliação do fornecimento da merenda escolar. Se não acudimos preventivamente nossas crianças, se não garantimos que tomem leite e tenham refeição de boa qualidade, não só isso compromete seu desenvolvimento mental e físico no futuro, como vai se tornar problema de doença, não de saúde. Quer dizer, o que não gastarmos preventivamente no apoio à alimentação das crianças, vamos gastar depois com ações emergenciais de saúde.

Já beneficiamos na Região Norte 3,5 milhões de crianças de 4 a 5 anos, transferindo um total de 93 milhões de reais, em 2003. Estamos repassando também para os Municípios que têm creches públicas um valor de 10 mil reais, beneficiando 52 mil alunos, em aproximadamente 900 estabelecimentos. Esse aporte é uma forma também de ajudar e incentivar os Municípios a implantarem creches públicas. Muitos deles não querem porque o Prefeito não tem recursos – não querem não é bem o termo, não podem.

Estamos repassando 18 centavos por criança. Além disso, estamos lançando programa, que me parece ser a grande novidade, que apóia o cultivo de alimentos, a formação de hortas domésticas e comunitárias, a aquisição, enfim, local de alimentos para serem utilizados em merenda escolar, creche, asilo,

hospital, etc. O Programa compra até 2.500 reais por produtor no ano/safra e transfere esses recursos para as famílias que necessitam desse apoio. Quer dizer, é um instrumento criado para a Prefeitura ter ação de segurança alimentar no seu Município.

Sempre ouvimos as reclamações dos Prefeitos no sentido de que não têm instrumentos legais para fazer ação de segurança local.

Pois bem, agora está sendo criado um programa que não só nos dá essa possibilidade, como também permite que as Prefeituras criem uma verdadeira política agrícola de desenvolvimento local de apoio à agricultura familiar em seus Municípios.

Para concluir, informo que a última das ações específicas que estamos prevendo para a Região Norte é um forte apoio à instalação de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares. O Ministério vai financiar os equipamentos necessários, até um valor que depende do projeto.

O banco de alimentos é figura nova em nossa institucionalidade jurídica. Está sendo criado pelo Ministério e por meio dele as Prefeituras vão ajudar no combate ao desperdício. Toda sobra de alimentos que não é consumida no CEASA, no dia-a-dia, no mercado, produtos que vão vencer e que o supermercado se antecipa e descarta ainda com boa qualidade ou que tenham rótulo rasurado ou que, por alguma razão, não são levados ao consumo da população, vão ser transferidos para esses bancos de alimentos, a fim de beneficiar as entidades assistenciais cadastradas no Ministério da Previdência e Ação Social, e distribuídos às famílias carentes.

São basicamente essas as ações específicas do Ministério: Programa Cartão-Alimentação, atendimento emergencial a indígenas, quilombolas e acampados, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, no valor de até 2.500 por produtor, Programa da Merenda Escolar e o Banco de Alimentos. É esse conjunto de ações que o MESA estará implantando na região amazônica, a partir deste mês de setembro, com a previsão de cobrir integralmente até o final do ano alguns Estados, como é o caso do Acre. Mas todos vão ser atingidos, pelo menos parcialmente, até o final do ano.

O cronograma de treinamento, capacitação, formação do comitê gestor e pagamento depende um pouco do ritmo de andamento das atividades. Temos toda a pressa do mundo, toda a vontade de cobrir integralmente esses 499 Municípios e pagar essas 405 mil famílias até o final do ano, mas não sabemos se será possível, pelas dificuldades próprias da região amazônica, ainda mais quando se iniciar a estação das chuvas.

Era o que tinha a dizer.

Estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece ao Ministro José Graziano as informações prestadas e reconhece sua luta pela implantação do ousado programa do Governo Federal, que todos nós, Parlamentares, torcemos para que alcance amplo sucesso.

Vamos dar início aos debates. Concedo a palavra ao autor do requerimento, nobre Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sr. Ministro José Graziano, agradeço a V.Exa. por atender ao nosso convite para estar aqui na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional.

Apresentei requerimento para que V.Exa. comparecesse a esta Casa, com o objetivo de conhecer as ações do Ministério para a Amazônia. Até vou me alongar um pouco para falar da região amazônica, porque Mato Grosso tem mais de 50% de seu território naquela área, e no programa foram citados os Estados da Região Norte.

Foi a necessidade de esclarecimentos dessa natureza, Sr. Ministro, que ocasionou o convite que fizemos a V.Exa. para vir a esta Comissão.

O norte de Mato Grosso, de onde venho, tem grande integração com os Estados do Amazonas, de Rondônia, do Pará e de Tocantins. É comum Prefeitos, Vereadores, associações e clubes de serviço cobrarem do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome programa voltado para a Amazônia. Relativamente ao programa para a Região Norte recentemente anunciado – creio que depois de apresentado nosso requerimento –, tenho para mim que o Ministério tem pecado um pouco.

Não tenho dúvida de que é vontade do Ministério e de todo o Governo que o combate à fome e à desigualdade social tenha sucesso. Temos conhecimento de algumas das ações por V.Exa citadas no início de sua fala – merenda escolar, Programa Bolsa-Escola –, mas, na maior parte das iniciativas que toma, o Ministério não mantém qualquer contato com Deputados e Senadores. Não raro atende à solicitação de Prefeitura ou associação sem nem sequer falar com a bancada do Estado, na Câmara ou no Senado, o que nos deixa sem qualquer tipo de informação sobre dessas ações.

Faço essa reclamação porque muitos aqui têm condições de dar sugestões que poderiam, a baixíssimo custo, tornar melhores programas como esses. Mas o que ocorre, repito, é que, de maneira geral, as bancadas estaduais e federais de Deputados e Senadores ficam sem informações sobre esse tipo de ação.

Por exemplo, V.Exa. falou sobre a compra de produtos da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito ao extrativismo, e não pude deixar de lembrar de programa com armazéns específicos para a venda dos produtos produzidos no Município, com isenção de ICM, que atendia a pequenas indústrias ou mesmo às de fundo de quintal, vendia tanto no varejo quanto no atacado e praticava preços muito menores do que os de mercado, dando, assim, condições ao pequeno produtor de vender seu produto e, ao mesmo tempo, gerando empregos e levando ao consumidor de baixa renda produtos mais baratos. As famílias eram cadastradas no programa. Elas informavam sua capacidade de compra, para ter acesso aos armazéns populares. O programa, portanto, casa com as ações do Ministério.

As famílias e sua respectiva capacidade de compra eram cadastradas para ter acesso aos armazéns populares. Conheci armazém popular com 3, 4 mil famílias cadastradas, fomentando o negócio de pessoas que não conseguiam vender sua mercadoria em mercados. Trata-se de programa de efeito espetacular, que pode casar bem com as ações do Ministério.

Minha reclamação é, portanto, no sentido de que o Ministério mantenha maior contato com as bancadas para tratar dos programas lançados nos Estados. Estou satisfeito com o que o Ministério acaba de implantar na Amazônia, mas até então não tínhamos conhecimento dele.

Queremos estar juntos ao Governo Lula, acertando nos programas, dando sugestões, trabalhando juntos, para, no final, brindar o sucesso. O mais importante para o Brasil é atender às famílias menos favorecidas ao desempregado, gerando de empregos. Eu, particularmente, quero interagir com o Governo e V.Exa. para que os programas obtenham sucesso.

Vou dar uma sugestão – já falei a respeito disso na sala da Presidência – sobre o Programa Auxílio-Gás, que tem valor atual de 7,50 reais. Isso é muito pouco. Um botijão de gás custa 30, 35 reais. É muito importante dobrar o valor do auxílio. Isso não vai aumentar muito a despesa do Governo. Já apresentei essa sugestão ao Presidente Lula.

Na condição de autor do requerimento, Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito com a explanação do Ministro José Graziano e com a introdução desse programa na Amazônia, que peço seja estendido a Mato Grosso. Vai ser criado programa para o Centro-Oeste, mas gostaria que Mato Grosso participasse deste que S.Exa. colocou em prática agora na Região Norte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra à Deputada Terezinha Fernandes.

A SRA. DEPUTADA TEREZINHA FERNANDES – Ministro José Graziano, parabenizo V.Exa. pelo trabalho que vem realizando. Aparentemente, para a população menos informada, a responsabilidade de V.Exa. se resume a um programa, que consiste num cartão, de distribuir todo mês 50 reais para determinadas famílias carentes da população. Na verdade, essa é uma pequena parte da sua tarefa de coordenar as mais de 100 ações a que se referiu, em torno de 60 programas. Essa missão não é fácil de ser cumprida, até porque as ações não estão localizadas no seu Ministério, mas disseminadas em diversos setores do Governo. É uma dificuldade, num país do tamanho do Brasil, fazer os diversos setores conversarem entre si, trabalhar essa relação. Então, é enorme o desafio que V.Exa. enfrenta.

Parabenizo-o também pela coragem com que, mesmo recebendo críticas, vem trabalhando no sentido de garantir a seriedade na implementação do Programa Cartão-Alimentação. E V.Exa. falou ainda há pouco sobre a criação de conselhos nos Municípios, com a participação e o controle da sociedade, para evitar a manipulação desses recursos. Apesar de todas as dificuldades, V.Exa. vem conseguindo manter e garantir que o programa seja implementado dessa forma. Temos a convicção de que precisa ser dessa forma, sob pena de acontecer o mesmo que aconteceu a outros programas implantados no País.

V.Exa. está de parabéns, porque não é fácil colocar em movimento políticas que alguns consideram assistencialistas. Em princípio, se vistas de forma isolada, algumas poderiam até ser consideradas como tal. Não se trata disso. Essa é uma política estrutural que V.Exa. vem trabalhando para implementar no Brasil, e que não vai dar resultado em 1, 2 ou 6 meses. Por sua profundidade, é preciso tempo para ela atingir seus objetivos.

Gostaria que V.Exa. falasse mais sobre o incentivo à formação de consórcios intermunicipais. No Maranhão existem vários consórcios intermunicipais. Neste momento, estou com a tarefa de buscar apoio e uma forma de fazer parcerias entre esses consórcios e o Governo Federal. Gostaria de saber de V.Exa. de que maneira isso pode ser feito.

Quanto ao programa unificado de transferência de renda, vão estar juntos os 5 programas existentes? Como vão funcionar? Será um só cadastro? O valor será o mesmo? Vai ser basicamente uma única ação, um único programa? Como se resume esse programa unificado de transferência de renda?

Outra dúvida minha diz respeito à transferência de recursos para as creches, porque o Governo Federal já possui o Programa de Atenção à Criança, que trans-

fere recursos, por meio da Secretaria da Assistência e Promoção Social, para os Municípios trabalharem com creches. Gostaria de saber se essa é a mesma política que está sendo integrada ou isso é algo novo que está sendo criado a partir deste momento.

Agradeço a V.Exa. a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra à nobre Deputada Celcita Pinheiro.

A SRA. DEPUTADA CELCITA PINHEIRO – Sr. Presidente, cumprimento o Ministro José Graziano, por conseguir fazer a integração dessas ações espalhadas, o que já é um grande passo, e o Deputado Rogério Silva, de Mato Grosso, por ter apresentado o requerimento para realização desta audiência pública.

Pergunto ao Ministro se os cadastros que estão sendo utilizados para distribuição desses vales são novos ou antigos.

Desejo saber quem organiza o comitê gestor no Estado – quem determina, quem lidera – e quem faz a coordenação geral de todo o trabalho. É o Governo do Estado ou há uma organização?

Quando se referiu a bancos de alimentos, V.Exa. falou de cozinha comunitária. Como ela funciona? Faz-se a comida ali para distribuir? Entendi que há distribuição dos alimentos aproveitados, mas não entendi a função da cozinha.

Peço a V.Exa. que fale sobre inclusão digital. Conversei hoje com a Primeira-Dama do meu Estado a respeito do assunto e parece-me que quanto a isso ainda existe grande dificuldade no Mato Grosso.

Faço uma pergunta mais aprofundada sobre o programa unificado de transferência de renda, que alguns consideram paternalista. O Ministério tem resultados práticos do que fez até agora para mostrar à sociedade?

Para terminar, pergunto quando esse importante programa será estendido a Mato Grosso, que também faz parte da Amazônia. Esse programa vem acudir mesmo a comunidade. Isso não é paternalismo, mas uma forma de chamar a comunidade, que, com essa alimentação toda, vai tomando seu rumo, seu caminho, em busca de renda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra à nobre Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Sr. Presidente, Deputado Átila Lins, Sr. Ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, a quem parabenizo pelo esforço em alcançar, neste trabalho, inicialmente o Nordeste,

depois, a Amazônia, e, em seguida, acredito, todo o restante do Brasil. Sou da Região Norte, mas, quando estive no Rio Grande do Sul, vi uma mendiga loira de olhos azuis. Não acreditava que era mendiga, porque no nosso imaginário é diferente o aspecto do amazônida.

É admirável o trabalho do Ministério. É desafiador alcançar o sucesso, mas não é impossível. Tivemos oportunidade de vivenciar, durante 7 anos e 3 meses, no Amapá, antes de os DELIS serem colocados em prática, nos 16 Municípios, ou seja, no Governo do Fernando Henrique, projetos dessa natureza.

Sr. Ministro, a aquisição de alimentos com base no poder de compra dos Governos Estaduais e Municipais é um trabalho magnífico. Não podemos imaginar seu alcance. Esse projeto não é só de combate à fome ou de segurança alimentar, é de desenvolvimento econômico. No nosso Estado, obtivemos esse resultado.

Na condição de amazônida, digo a V.Exa., Sr. Ministro, que a agricultura familiar na região trata de mudar seus rumos. Tive oportunidade de ouvir o Ministro da Integração Regional, Ciro Gomes, falar sobre os Ministérios com os quais trabalha e percebi que a linguagem tem de mudar, porque em Roraima a floresta não pode continuar queimando daquele jeito, tampouco em outro Estado.

Nas terras que já foram desmatadas a agricultura familiar e as culturas permanentes devem ser desenvolvidas. Por exemplo, a mandioca que Deus nos deu ninguém nos tira. Temos de plantar mandioca para comer a farinha.

Os produtos oriundos do extrativismo florestal e os frutos da maior variedade possível devem ser adquiridos por meio dos cartões, para que o dinheiro circule nas comunidades indígena, quilombola, cabocla, interiorana, da Capital, do bairro. Isso é que enriquece nossa população e melhora sua qualidade de vida.

Fiquei satisfeita ao ouvir o Ministro Cristovam Buarque dizer que alocou certa quantia para garantir a alimentação nas creches. As creches que atendem crianças de zero a 3 anos não são ideais. Pelo contrário, existem graças ao grande esforço da mulher que, para trabalhar, tem de deixar seus filhos nas mãos de outra colega, a mãe crecheira.

Mas isso também cria outro problema, que tem de ser levado em consideração pelo Governo Lula, de cuja base de apoio faço parte: a não-criação de espaços adequados para receber nossas crianças após os 4 meses da licença-maternidade. As creches devem ser diferentes, senão o Governo vai gastar mais dinheiro, em todas as esferas, para combater exploração sexual e a emasculação de crianças, absurdos que acontecem no País.

Outro problema, Ministro, que deve ser considerado. Na Amazônia existe a safra da castanha, da se-

ringa e de outros alimentos riquíssimos, inclusive para a agroindústria a ser instalada na região.

A mãe que vai coletar seringa, castanha, leva seus filhos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que lugar da criança é na escola. O que a mãe da Amazônia vai fazer? Onde ela vai deixar suas crianças, se ela se muda para o local de coleta?

Esse problema deve ser resolvido com creches no meio da floresta, na margem do rio, no campo das nossas cidades, porque senão a criança vai roçar, vai plantar. Não podemos proibi-las, mas existe uma lei.

No Amapá, tivemos a oportunidade de participar de um trabalho, com a Pastoral da Criança, que comprou equipamentos baratíssimos para combater, nas creches, a desnutrição de nossas crianças. Há livros publicados sobre a riqueza nutricional de certos alimentos da Amazônia, a exemplo da folha de macaxeira. Existem médicos militantes nesse assunto, e o trabalho é voluntário. Logo, ele não sai caro para a nossa Nação.

Sr. Ministro, um aspecto importante, no projeto dirigido por V.Exa., é o combate ao analfabetismo. As nossas crianças de 7 a 14 anos, com certeza, não serão adultos analfabetos. Precisamos zerar essa defasagem.

Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Concedo a palavra ao Ministro José Graziano.

O SR. MINISTRO JOSÉ GRAZIANO – Deputado Rogério Silva, autor do requerimento, quanto às questões específicas por V.Exa. levantadas, diria que o auxílio-gás fará parte do programa unificado.

Aproveito para explicar um pouco a concepção do programa no formato até o momento. O programa deve utilizar um cadastro unificado. Partiremos do cadastro existente, apesar de conhecermos todas as suas limitações, porque é o único disponível. A principal limitação é ser incompleto. Segundo a avaliação do Tribunal de Contas da União, nos 27 Estados, não se atingiu mais de 40% do público potencial de 11 milhões de famílias. Esse número foi motivo de muita disputa na época eleitoral. O Fome Zero foi acusado de inflar o número de pobres. A nossa surpresa foi encontrar documentos oficiais do Governo anterior demonstrando a meta de cadastrar 11 milhões de famílias, exatamente o mesmo número até a terceira casa de grandeza do projeto Fome Zero, produzido humildemente no Instituto Cidadania.

Esses cadastros estão bastante desatualizados. Em 2 anos, nessa faixa de população muito pobre, há muitas mudanças. Não encontramos pessoas, porque elas se mudam, saem da cidade. Esse tem sido o maior problema. E há também um cadastramento indevido. Encontramos, principalmente na região do semi-árido, um cadastramento feito para o programa Bolsa Renda, no qual um terço de pessoas não precisavam estar no cadastro. Uma vez que esse cadastro estava fechado na Prefeitura, as pessoas continuavam recebendo o benefício sem nenhuma punição. Nosso primeiro passo foi publicar os dados, colocá-los na porta da Prefeitura, da Câmara Municipal, do armazém e da farmácia, o que fez com que o número de famílias fosse reduzido, substancialmente, em algumas cidades.

Vamos ter de aprimorar o cadastro único e unificar o valor da transferência. O valor da transferência deverá obedecer ao princípio de um valor básico que está em 50 reais, englobando dinheiro, alimentação e o vale-gás. A partir daí, uma diferenciação pelo número de crianças, até os 16 anos de idade. Isso contemplaria as crianças de 0 a 6 anos, com bolsa alimentação; de 7 a 14 com bolsa escola, e de 14 a 16, com o PETI. Depois, seriam contemplados com bolsas do primeiro emprego, que já é a legislação do trabalhador aprendiz. Com isso, estaríamos garantindo a erradicação do trabalho infantil e as crianças na escola.

Estamos discutindo o valor limite por família, com o objetivo de procurar ampliar o programa ao maior número possível de pessoas. Já está assegurada a contrapartida múltipla da família. Se uma mãe recebe qualquer um dos valores, terá de ter todos os filhos na escola, seguir o atendimento médico e nutricional para toda a família, o programa de saúde da família, e terá, no caso de filhos analfabetos, de inscrevê-los em curso de capacitação e alfabetização.

Essas são as contrapartidas unificadas do programa de transferência, respondendo também à Deputada Terezinha Fernandes.

Quanto à extensão do programa para o Centro-Oeste, estivemos ontem reunidos com a Frente Parlamentar de Combate à Fome e à Miséria, presidida pelo Deputado João Caldas, para ampliar o programa o mais rapidamente possível. Já estamos com os mapeados – estão no documento. Está programado um incentivo à formação do consórcio, que já prevê, neste ano, 25 áreas; pretendemos estender a cento e tantas áreas, no próximo ano, em todas as regiões do País. A partir de agora, não há mais limite regional para essas metas. Como bem disse a Deputada, há miseráveis loiros de olhos azuis, do mesmo jeito que há morenos e negros. Infelizmente, temos miseráveis e famintos espalhados por todas as regiões deste País.

Quanto às questões levantadas pela Deputada Terezinha Fernandes, a nossa maior dificuldade está sendo fazer entender que o Programa Fome Zero não é setorial, de um ou outro Ministério. São feitas especulações. É dito que isso ou aquilo foi cortado. Depois,

quando divulgamos a lista das ações contempladas pelo Programa Fome Zero, algumas pessoas, em vez de reconhecerem o trabalho – nem todo mundo pode entender da primeira vez –, acusam-nos de inflar os recursos do programa. Na verdade, o PL 2004 prevê recursos de exatos 15 bilhões, 164 milhões 111 mil reais para o próximo ano das ações do Programa Fome Zero que estão listadas aqui. Vou deixar essa documentação com o Presidente da Comissão para os eventuais interessados.

Quanto ao papel dos comitês gestores, se fôssemos resumir o sucesso do programa, que entrou, acredito, na sua fase de colher os frutos, diríamos que começamos do mais difícil, de Guaribas, onde não havia água, luz e esgoto. A situação era tão complicada que, quando pedíamos que nos passassem os resultados por fac-símile, a pessoa perguntava: o que é isso? A pessoa não sabia o que era fac-símile.

Na primeira vez que fomos a Guariba, todas as casas tinham cor de barro. Não havia nenhuma casa pintada, tamanha a pobreza. Hoje, temos várias casas pintadas, há salão de beleza, butique, hotel. Isso é sinal de que as pessoas estão tendo algum tempo, além do destinado à luta pela sobrevivência diária.

As mulheres levavam de 4 a 6 horas para buscar água na mina, o que consumia integralmente o tempo e as levava à exaustão. Não havia tempo ocioso para ir ao salão de beleza, porque a luta pela sobrevivência consumia todo o tempo útil disponível. O símbolo mais visível do sucesso do Projeto Fome Zero é o salão de beleza de Guaribas.

As ações dos outros Ministérios são muito importantes, e não são ações isoladas. A idéia é procurarmos integrar essas ações. Estamos fazendo isso com a coordenação da Câmara Social, coordenada pelo Ministro José Dirceu e por grupos de trabalhos interministeriais que estão sendo criados. Estamos criando um grupo de trabalho contra a seca e um grupo de trabalho para as ações de erradicação dos lixões. Assim, sucessivamente, teremos outros grupos de trabalho de atuação interministerial.

Os consórcios são outra ação integrada. A idéia é que o conjunto de Ministérios atue num conjunto de Municípios onde já exista ação integrada. Ninguém vai forçar a unificação. A idéia é criar instâncias intermunicipais de ação que incentivem a ação de saúde, saneamento básico, apoio à agricultura familiar e segurança alimentar.

Divulgaremos o plano de instalação dos consórcios. Todas as relações estão disponíveis. Já temos as relações dos Municípios e dos consórcios criados nos Estados neste ano. O Estado de Mato Grosso já está contemplado. Estaremos chegando com o programa unificado de renda e do cartão ao Estado de Mato Grosso ainda este ano.

Os recursos para creche são diferentes. Repassamos mais 0,18 centavos por criança, especificamente para alimentação, fora o outro programa repassado com recursos do Ministério da Segurança, afora os recursos do Ministério da Assistência Social.

Deputada Celcita Pinheiro, estamos utilizando o cadastro disponível. Vamos fazer um processo de atualização. Primeiro, vamos fazer o batimento, verificar se a família ainda mora lá, se ainda precisa do recurso, vamos retirar as famílias indevidas e promover, num segundo momento, a atualização do cadastro. É a parte mais difícil, porque estamos encontrando uma quantidade extraordinária, acima do que estimávamos e acima do registrado pelo IBGE, de pessoas sem documentação, seja por perda, extravio, seja porque nunca tiveram nenhum documento.

Vamos fazer um mutirão da documentação -- e vou pedir a ajuda dos Srs. Deputados –, no mês de outubro, conjuntamente com o Ministro Nilmário Miranda. Isso é o básico da cidadania. Temos encontrado pessoas que não têm documento. Elas acham que não têm direito ao programa porque não possuem documento. A primeira condição de habilitação é algum número, algum nome para que o Governo possa identificar a pessoa. E o sujeito acha que, por não ter esse documento, não tem direito. É exatamente essa pessoa que queremos habilitar.

Vamos esforçar-nos para, no próximo dia 25 de outubro, fazer no País inteiro o que estamos fazendo no Maranhão. Convido a Deputada a participar da solenidade no sábado pela manhã, com a comunidade quilombola. Vinte mil famílias que estavam absolutamente perdidas serão documentadas, assistidas e qualificadas a integrar o programa. A existência dessas pessoas não era sabida, não havia o reconhecimento da sua cidadania.

Quem organiza os comitês? Assinamos um convênio com o Governo do Estado, que credencia um interlocutor junto ao Ministério. Já o Ministério tem um representante por região. Não existe estrutura estadual. Existem 5 representantes alocados nas diferentes regiões do País que coordenam essas ações de implantação do programa. A partir daí, cada Município contemplado indica 2 representantes: um indicado pelo Prefeito, que vai ser o representante do Poder Público, e outro, pela comunidade.

O processo de indicação pela comunidade, no caso do Nordeste, foi realizado em parceira com a Associação do Semi-Árido – ASA, que está fazendo a indicação. No caso da implantação no Governo do Acre, em parceria com as representações dos povos

da floresta, um conjunto unificado de entidades que atuam na região.

Em cada Estado, o interlocutor é indicado para apontar o primeiro representante, que volta e deve fazer o cadastramento de todas as entidades que existam no Município e queiram participar do processo. A partir daí, faz-se uma eleição. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Patronal, as associações comerciais, o conjunto de entidades locais é conclamado a indicar representantes que formarão o comitê que receberá a lista, procurará as famílias e depois nos autorizará a fazer o pagamento.

Quanto à inclusão digital, temos um programa em conjunto com o Ministério das Comunicações. Em mil Municípios, estão sendo implantadas banda larga e um núcleo de 20 a 30 computadores doados ao Programa Fome Zero.

O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BRADESCO, todo o sistema bancário teve de fazer um *upgrade* em função das atualizações de equipamentos. Um volume enorme de computadores está sendo revisado, separaram os de boa qualidade, bem como os apreendidos pela Receita Federal, e sua instalação destina-se aos Municípios do Programa Fome Zero. Existem 50 computadores em fase de instalação, 600 deverão ser instalados neste ano, e devemos aumentar esse número no próximo ano.

Inclusão digital. Este ano, dispomos de 50 milhões de reais só para treinamento e capacitação, fora equipamentos.

Deputada Janete Capiberibe, utilizamos a idéia de que o poder de comprar da Prefeitura deve ser canalizado para compra local. Essa lei que instituiu o programa de aquisição de alimentos foi aprovada pela Casa e autoriza dispensa de licitação se o Poder Público comprar de agricultores familiares do local, para uso local dos produtos.

Não estamos mais submetidos à Lei nº 8.666, que dificultava a merenda escolar, que às vezes era comprada do Centro Sul, por meio de uma licitação, e os grandes atacadistas sempre ganhavam. Agora vamos autorizar as escolas que já têm autorização do MEC para comprar a merenda localmente. Também vamos autorizar a compra para agricultores familiares.

Temos convênio com a Pastoral da Criança. Em todo o semi-árido, um dos membros do comitê gestor era sempre indicado pela Pastoral da Criança. Com todas as entidades que têm essa capilaridade, utilizamos esse método. É muito simples, não caímos na tentação de estatizar ações da sociedade que funcionam maravilhosamente bem.

Tive a oportunidade de ver o trabalho dos Vicentinos no Vale do Jequitinhonha. Não há organização estatal que consiga ter a mesma capilaridade dos Vicentinos. É surpreendente.

No Ministério existem 92 pessoas, mas não há capilaridade. Por isso nos valemos das maravilhosas redes da sociedade civil e estamos trabalhando, na medida do possível, em parceria com elas para caminhar o mais rapidamente possível e evitar duplicação de esforços. Todos têm o mesmo objetivo. Coordenamos as ações por meio dos comitês, criamos essa participação popular.

Tenho repetido à exaustão que, enquanto esse programa não for abraçado pela sociedade local, não teremos chance de ganhar essa guerra. Conseguimos o sucesso na hora em que a sociedade local toma a frente do programa. O sucesso do comitê gestor garante o sucesso do Programa Fome Zero.

Este mês tivemos uma surpresa: o número de famílias beneficiadas duplicou, passou de 300 mil para 758 mil famílias, e até o final dessa semana faremos a apuração. Este sucesso deve-se à instalação de 500 comitês gestores em diferentes Municípios, o que gerou o salto de qualidade do programa.

Peço aos senhores que nos ajudem a estimular o programa. Distribuímos periodicamente o boletim do comitê, em que procuramos valorizar a ação dos agentes anônimos do Programa Fome Zero nos Municípios. Publicamos a cada mês alguns exemplos de comitês gestores dos novos Municípios participantes. Muitas vezes há Municípios da base de V.Exas. Todo mês distribuímos o boletim. Peço que o valorizem, que o leiam em plenário e o registrem. São pessoas anônimas que não recebem nada por isso, trata-se de trabalho voluntário. É necessário que essas pessoas sejam reconhecidas publicamente, pois muitas vezes compram briga, perdem tempo do seu trabalho, mas não se sentem valorizadas. Ajudem a reconhecer esse trabalho anônimo, pois ele está garantindo a lisura, a competência, a rapidez e a integridade dessas ações. Sabemos que por melhor que seja o Prefeito e o Governador não é possível monitorar essa ação na ponta, mas os gestores conseguem e estão fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Há mais 5 Deputados inscritos.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, cumprimento o Prefeito de Matupá, Valter Miotto, e sua comitiva, e o Prefeito de Tangará da Serra, Jaime Muraro, e sua comitiva.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, gostaria de parabenizar o Governo Lula e o Ministro José Graziano pela firmeza e seriedade com que vêm conduzindo esse trabalho.

O programa precisa ser implantado. Na sua implantação, precisamos discutir o Fome Zero para fazer com que o comitê gestor a ser formado em cada Município, além de implantar o cartão, ajude na coordenação de outras políticas de crédito que surgirão neste País. Nos Municípios por este Brasil afora, principalmente em algumas regiões do interior, é muito difícil obter o crédito, o microcrédito, o dinheiro do Banco da Amazônia, da Caixa Econômica Federal para diversos programas. À medida que esses recursos forem aplicados, com certeza, a fome diminuirá neste País.

Acredito que estamos dando importante passo no sentido de combater a fome neste País. Em várias comunidades, em vários Municípios, a situação é muito difícil.

Fiquei com uma dúvida: são cidades ou Municípios com menos de 75 mil habitantes? *(Pausa.)* Então, são os Municípios.

Não consegui acompanhar quem mentalizou a idéia. Pergunto: por que os Municípios com menos de 75 mil habitantes serão contemplados pelo cartão e os com mais de 75 mil não o serão? A propaganda do programa que está no ar afirma que a cobrança é muito grande. Em vários Municípios do Pará, a exemplo de Santarém, Itaituba, Marabá ou de Belém, há muita fome. Por terem mais de 75 mil habitantes, não serão, neste primeiro momento, contemplados pelo programa. Quero saber qual a avaliação feita para a tomada dessa decisão.

Estou no Pará há 22 anos. Tenho feito nesta Casa um debate sobre a região amazônica. Precisamos de um tratamento diferenciado para a região, que representa quase 50% do território nacional. Apenas um representante para toda aquela região é pouco. Se as outras regiões têm um representante, a região amazônica, pela sua dimensão geográfica e pelas dificuldades de coordenação, merece ter mais. Poderíamos pensar em uma estrutura diferenciada, quem sabe, inicialmente, 2 representantes.

Também precisamos de condições para que essas estruturas regionais funcionem. A nossa grande dificuldade é exatamente a articulação. E um coordenador, por menos que viaje, precisa ter uma forma de se comunicar, de se articular. Em muitos Municípios daquela região, isso não é tarefa fácil. Talvez pudéssemos permitir uma estrutura econômica para essas regionais, no sentido de criar infra-estrutura para que o coordenador possa trabalhar. Muitas vezes, as negociações feitas por telefone e não têm a mesma força. A pessoa que vai ao Município, à comunidade, pode discutir com o poder local, convencer o Prefeito de que haverá lucro, pois o dinheiro que entrar mensalmente no Município fortalecerá a economia. Deve-se considerar que o cidadão que receber os 50 reais comprará no comércio local.

Dos 143 Municípios do Estado do Pará, 133 serão contemplados, quase 183 mil famílias serão atendidas.

Gostaria de saber se, nos Estados, está sendo avaliada a necessidade de as famílias receberem o cartão. No mesmo Estado, há uma região muito pior, embora em todas haja pobreza. A Ilha de Marajó, por exemplo, equipara-se a algumas regiões da África. Estive no Município de Curralinho, no Rio Canaticu, que não tem mais peixe. Não há mais madeira no Município, só açaí e farinha. Os recursos naturais esgotaram-se devido à depredação.

A Igreja Católica constatou que se trata de uma das regiões mais pobres do planeta. Em 4 Municípios, a situação é dramática, as pessoas nem estão mais crescendo. Precisamos dar atenção a essa realidade. Por alguns encaminhamentos da economia no passado, algumas regiões foram levadas à pobreza.

Acredito que esse é um programa que precisa contar principalmente com a participação das Prefeituras. Os Prefeitos têm sempre como ajudar. As pessoas acabam batendo à porta da Prefeitura para pedir cesta básica. E a Prefeitura, às vezes, não tem condições de fornecê-las.

São essas as minhas considerações. Quero parabenizar, mais uma vez, o trabalho realizado pelo Ministro. Parlamentar, conhecedor da realidade da região amazônica e do Estado do Pará, estou disposto a utilizar algum tempo do mandato para ajudar no processo da discussão. Aposto na idéia de aproveitarmos o comitê gestor, a fim de que ele ajude também outras políticas de crédito. Apesar da existência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal nos Municípios, às vezes, o cidadão não consegue ter acesso ao auxílio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Agradeço a presença ao Prefeito de Nova Marilândia e ao Presidente da Associação das Cooperativas de Santa Catarina.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL – Caro Presidente, prezado colega de bancada, Deputado Rogério Silva, autor do requerimento, a quem saúdo e parabenizo pela iniciativa, em que pese não sermos considerados amazônidas no Mato Grosso, pertencemos também à região amazônica, mesmo não estando configurados no mapa geográfico brasileiro como pertencentes à Região Norte. Sem dúvida nenhuma, temos uma identidade regional indispensável.

Esta audiência tem tudo a ver com a afirmação dessa identidade necessária, mesmo considerando

que o Mato Grosso tem ainda duas outras identidades importantes, a do cerrado e a do pantanal, o que faz com que sejamos uma espécie de síntese da Região Centro-Oeste do País.

Saúdo o Ministro José Graziano, que mais uma vez retorna a esta Casa, pela disposição. Desta vez S.Exa. vem para apontar um pouco as luzes do Programa Fome Zero sobre a região amazônica.

Saúdo também os Prefeitos que nos visitam nessa marcha extraordinária pela reforma tributária.

Inicio minha intervenção sobre o Fome Zero dizendo que, para minha felicidade, conseguimos considerar um verso da música popular brasileira: *"A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte"*. É muito provável que o salão de beleza de Guaribas seja a afirmação do povo brasileiro, que quer saltar da condição de mero atendente de necessidade ou portador de necessidades e alcançar a dimensão acima da animal, a de portador de direitos.

Nesse particular, saúdo a todos pela realização, amanhã e depois de amanhã, da I Reunião Preparatória dos Conselhos Gestores de 5 Municípios da Baixada Cuiabana, no Estado de Mato Grosso, envolvendo região fortemente empobrecida em função de ocupação dedicada à mineração, ainda no final do século XVIII. O Deputado Zé Geraldo citou a situação da Ilha de Marajó, onde a depredação ambiental provocou pobreza enormemente agravada pela ocupação humana.

Esses Municípios, que se reúnem amanhã e depois, preparam a conformação do consórcio tão bem indicado para estabelecer as políticas de desenvolvimento local, tendo em vista sua identidade regional, cultural, etc.

Apraz-me muito poder afirmar que acompanhei a Ministra Matilde Ribeiro ao Quilombo Mata Cavalo. Por iniciativa interministerial, os quilombolas daquela comunidade, que sofriam até recentemente não apenas com a fome, mas também com a sede, porque haviam sido despejadas mais de 180 famílias, que passaram a viver à beira das estradas, estão com o suporte da Fundação Palmares, produto do Fome Zero, recebendo segurança alimentar até que a solução de titulação definitiva seja resolvida.

Sou de um Estado que tem boa parcela da sua população indígena. Tenho a firme convicção de que esse programa aponta para um consórcio que dá sustentabilidade às terras já demarcadas, sem abandonar a tarefa difícil, mas absolutamente imprescindível, do Estado brasileiro de seguir reconhecendo e demarcando territórios indígenas. Aponta ainda para o cidadão índio e índia, que precisa reencontrar-se com a sua cultura e com a sustentabilidade de culturas tradicionais.

Nesse particular, considero fundamental para a orientação que está sendo dada, inclusive na garantia de assistência técnica para o resgate dessas culturas tradicionais, o envolvimento da EMBRAPA e das empresas estaduais, a exemplo da EMATER no meu Estado. Já foi feita referência às populações extrativistas, mas quero citar, especificamente, as populações indígenas.

Em que pese não ter o carimbo do Fome Zero, esse programa já conseguiu fazer com que, depois de 5 anos de congelamento, o valor específico por criança para merenda do pré-escolar saísse de 6 centavos para 13. Agora, as creches passaram a receber 18 centavos por criança. Foram reconhecidos os esforços das Prefeituras e das inúmeras entidades comunitárias, filantrópicas e da sociedade civil, que, na ausência do Poder Público, atuaram em muitos lugares.

Isso indica que a efetivação de um cadastro único que coloque sob a égide dessa garantia fundamental o Programa de Erradicação de Exploração do Trabalho Infantil, o Programa Bolsa Escola, o Cartão-Alimentação, como está indicado aqui, a Bolsa de Alimentação para a Gestante até os 4 meses de idade do filho, sem dúvida nenhuma, apontará para outra configuração sob a coordenação do Ministro, que, desde o início, lembro, enfrentou muitas polêmicas. Há a possibilidade de o Ministério informar, por decreto ou não, o destino de cada real dos 50 dedicados a cada família, se seria ou não possível que o recurso auferido pela família fosse medido em quantidade de alimentos através de vales ou coisa similares, para garantir que seria a segurança alimentar o destino do dinheiro.

Já com o amadurecimento desses 9 meses de intensos debates e, recentemente, com a escusa acusação de estar se apropriando de recursos alheios a sua Pasta, faço-lhe elogio pessoal pelo fato de o Ministério ter pouca estrutura e se valer de amplíssima rede social e rede pública de prestação de assistência e de serviço público. São 92 profissionais valorizados e dedicados a garantir os direitos da população, sem fazer com que seu carimbo pessoal ou do Fome Zero esteja presente em cada uma das repartições.

Asseguro que essa talvez seja a condição da extraordinariedade da sua Pasta, que tem na configuração da segurança alimentar não a finalidade de garantir o Ministério, mas fundamentalmente o direito à alimentação básica das famílias brasileiras.

Por essa razão, estou extremamente feliz, em que pese no seu relato o Mato Grosso não ter aparecido, por já registrar que, sendo da região amazônica, as iniciativas do seu Ministério já chegaram a inúmeras Prefeituras mato-grossenses.

Reitero meus parabéns pela organização do I Seminário dos Conselhos Gestores de 5 Municípios da Baixada Cuiabana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Antes de conceder a palavra aos próximos oradores, apelo aos Srs. Deputados para que se atenham aos 3 minutos, já que o Sr. Ministro precisa se deslocar às 17h30min para Petrolina.

Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Ministro, em primeiro lugar, cumprimento V.Exa. pelo trabalho que vem realizando no Ministério.

A divulgação do Programa, que tem várias faces e não somente a do cartão, como já foi dito, é de fundamental importância, porque nós Parlamentares temos de agir nas questões estruturantes do Estado brasileiro – fome, miséria, desemprego. A impressão que a sociedade tem sobre o trabalho do Ministério Extraordinário é de que suas ações são relativas ao Cartão-Alimentação. Por isso essa publicidade tem de ser dada, e V.Exa. acaba de nos pedir que a façamos no plenário. É também de nossa responsabilidade parte da divulgação, assim como o acompanhamento de todos os programas sob a coordenação do Ministério que V.Exa. dirige.

Sr. Ministro, vou falar rapidamente sobre preocupação que tenho com o Programa Cartão-Alimentação. V.Exa. acha que está correta a decisão do Ministério de fazer com que a representação da sociedade civil nos Conselhos Gestores seja superior à do Poder Público? Esse é um caminho interessante e necessário, é a tentativa de corrigir as inúmeras distorções que têm os programas sociais desenvolvidos nos últimos anos, inclusive pelo Governo anterior.

O boletim a que V.Exa. se referia diz, na página 2, que o Governo anterior deixou cadastro ceifado de irregularidades e distorções e que o percentual de pessoas que saem do programa porque recebiam os recursos indevidamente chega, em alguns casos, a 37%. Ou seja, é extremamente elevado.

Na página seguinte, lemos afirmação da Irmã Anália, do Município de Brotas de Macaúba, Bahia, de que o cadastro do Município continha o nome da sogra do Prefeito, de pequenos empresários da cidade e de professores. Essa, infelizmente – e a matéria relata isso de forma muito clara –, não é a realidade daquele Município.

Eu me preocupei e trouxe para análise a penúltima fiscalização que a Controladoria-Geral da União realizou sob a coordenação do Ministro Waldir Pires, que considero fantástica. Separei o Município de Alvarães, que o Deputado Átila Lins conhece muito bem, no nosso Estado, Amazonas, que tem aproximadamente 20 mil habitantes. O relatório da CGU analisa os diversos programas federais lá desenvolvidos.

No Programa Renda Mínima há 636 famílias cadastradas e o valor fiscalizado pela CGU foi de aproximadamente 150 mil reais. Veja as irregularidades detectadas: cadastro inconsistente, divergência de 100% no controle da freqüência das crianças. Apesar de todas elas terem a freqüência muito bem atestada, os diários de classe mostram que são desistentes. Imagine que 38,46%, ou seja, quase 40% das famílias não tiveram acesso sequer ao cartão magnético. Sabe por quê? Porque não há Caixa Econômica Federal em Alvarães, como não existe em boa parte dos Municípios brasileiros qualquer agência bancária.

Há ainda mais, Deputado Carlos Abicalil. O Conselho Municipal de Controle Social se reuniu uma única vez, para sua instalação. Quem devia representar a sociedade civil era um professor que tinha cargo comissionado na Prefeitura, exatamente o Coordenador do Programa.

Aqui tem o PETI, que também é a mesma coisa, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ou seja, podemos chegar à conclusão de que nesses Municípios, pelo menos onde a CGU chegou, em 80% das famílias que deveriam ser beneficiadas, havia irregularidades. No dia em que a Controladoria acabar de fiscalizar todos os mais de 5 mil Municípios do País, vai encontrar irregularidades.

Vejo algumas iniciativas importantes que seu Ministério está adotando. Uma delas, como falei, é a representação maior da sociedade civil, que pode diminuir muito os problemas, entretanto, não significativamente como deveria.

Que outras formas V.Exa. busca ou vislumbra para que haja controle social efetivo? Na educação – tenho origem no movimento de educação, o Deputado Carlos Abicalil, professor, também –, a instalação dos Conselhos Municipais foi grande avanço e conquista. Entretanto, na maioria dos Municípios são meramente órgãos formais; na prática, não existem. Os Prefeitos colocam lá seus parentes, amigos, correligionários, e deixa de haver esse controle.

Que tipo de publicidade ou ações, além das já relatadas nos documentos, V.Exa. imagina para que os recursos cheguem efetivamente ao destino? Se são poucos, o pouco que há não chega à ponta. Essa é a leitura que faço, posso até estar errada. V.Exa. sabe que a Amazônia se diferencia muito das outras regiões do País pelas longas distâncias que separam uns Municípios dos outros, o que dificulta muito a fiscalização.

Enfim, sobre o Cartão-Alimentação era o que eu desejava.

E onde não há bancos? Aqui, pelo que está escrito, o cadastro seria único, óbvio, para todos os programas, e o recebimento, através da Caixa Econômica. E onde ela não se faz presente, ou qualquer outra agência? Como os recursos chegariam às pessoas e às famílias beneficiadas?

Outro aspecto que levanto, para concluir, diz respeito à ampliação do valor destinado à merenda escolar. Acho esse trabalho fantástico. Fiquei sabendo só agora, confesso minha ignorância, que havia sido ampliado de 6 centavos *per capita* por dia por aluno do ensino fundamental, para 13 centavos, muito distante ainda do que deve ser. Com 13 centavos sequer um pão se compra em qualquer padaria. Esse é aspecto importante que, sem dúvida, avança na política de merenda escolar, assim como a inclusão das creches, com valor um pouco maior *per capita*.

Pergunto a V.Exa. se há projeto para regionalizar a merenda escolar. Não podemos mais aceitar que alunos da nossa região não tomem açaí. Deve haver programas que interliguem a regionalização da merenda escolar com parceria entre o Ministério que cuida da alimentação e o de Meio Ambiente, por exemplo, com relação ao agroextrativismo. Nossas crianças têm de ser bem alimentadas, nossos produtos devem ser valorizados, ao mesmo tempo em que um pai se sente valorizado no trabalho do agroextrativismo, e a criança também. Abordamos isso há muito tempo, mas poucos avanços conquistamos.

No Amazonas, Deputado Átila Lins, tivemos duas ou 3 experiências que não tiveram continuidade. A merenda é municipalizada, pois são os Municípios que a compram. No entanto, os Conselhos não funcionam. Boa parte da merenda acaba antes do tempo por falta de planejamento ou porque apodrecem, ou porque são compradas com data vencida, ou porque são compradas de distribuidores parentes ou amigos, fraudando todo e qualquer processo de licitação.

Essas eram as questões que queria apresentar.

Parabenizo V.Exa. pelas iniciativas. Sentimos falta – não só Mato Grosso, mas outros Estados – de várias outras experiências. Poderíamos começar a implantá-la na região amazônica, que, apesar da abundância de alimentos e água, é habitada por gente desnutrida, conforme as áreas mais áridas do Nordeste e em outras regiões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra à Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro, farei alguns questionamentos, mas antecipadamente peço desculpas se, porventura, já tiverem sido feitos e respondidos.

O *folder* de ações do MESA na Região Norte nos informa que a capacitação dos agentes responsáveis pela implementação do Programa Cartão-Alimentação deverá estar concluída até o final deste mês. Pergunto: quem são os agentes? Qual o critério adotado para ser um agente? Segundo questionamento: Quais as atribuições dos comitês gestores? Quem os comporá?

Pegarei o gancho da Deputada que me antecedeu. Sr. Ministro, sou do interior do Pará, de Tucuruí, aonde também chega o PETI e temos uma grande reclamação: o atraso do recebimento dos valores, que às vezes é de 3 a 4 meses. Em decorrência disso, quando a assistente social vai localizar as crianças, descobrem que retornaram ao trabalho infantil. A justificativa dada é que os recursos atrasam.

Outra preocupação: qual o mecanismo não só para que esses recursos cheguem a essas famílias, mas que sejam aplicados? Existe alguma parceira com o Ministério que cuida da infância e da adolescência no sentido de ajustar a conduta para aquela família que utiliza os recursos para outras finalidades? Temos informações de que em alguns Municípios o pai pega esse dinheiro para beber ou a mãe, para comprar armário, e as crianças continuam naquela situação de subnutrição. Esta é minha preocupação também: que não só haja a efetiva participação da sociedade, mas que as famílias envolvidas nos programas consigam participar e entender a sua finalidade.

Para concluir, sou favorável, Sr. Ministro, à inclusão digital, sem dúvida alguma. Mas, conforme foi dito aqui, nossa região tem uma particularidade, ainda que sediemos a maior hidroelétrica genuinamente brasileira, alguns Municípios e Distritos não têm energia. Como falar em inclusão digital se não há como instalar um computador?

Por isso peço que, uma vez que há esse entrelaçamento de ações entre os Ministérios, faça a inclusão energética nessas regiões para podermos implantar a inclusão digital, senão, mais uma vez nossas crianças e adolescentes serão excluídos do programa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, Sr. Ministro, o programa é tão bom que gostaria de vê-lo implementado em minha terra, Rondônia, porque não é assistencialista, mas de ações estruturantes. Tornou-se um desafio fortalecer a agricultura familiar, até para impedir o avanço desordenado da pecuária, do agronegócio, que desestrutura a produção familiar.

A compra de alimentos por parte do Programa seria uma maneira de fortalecer a agricultura familiar na região, que sofre hoje desordenada depredação ambiental. Para reverter essa ótica, é fundamental fortalecer a agricultura familiar, melhorando a renda e dando ocupação às pessoas e preservando o meio ambiente.

Minha preocupação é que ainda não chegou a Rondônia esse programa, principalmente às 14 comunidades indígenas que têm seu local tradicional de vida no Estado e aos quilombolas da região do Vale do Guaporé, onde existe reminiscência de população de escravos africanos que para lá acorreram após a construção do Forte Príncipe da Beira. A rede da CONAB no Estado teve seus armazéns durante o Governo Collor vendidos ou privatizados. A rede atual disponível é muito pequena para fazer a compra direta do produtor rural.

São essas dificuldades e a falta de convênio, que, a meu ver, vão impedir a inserção de Rondônia no Fome Zero. Ou seja, na verdade, ainda falta aos Governos Estadual e Municipais interesse em propor convênios para a construção de restaurantes populares, para a compra de alimentos para hospitais e escolas com o intuito de fazerem parte do Programa. Há uma vontade muito grande por parte da sociedade para isso, mas falta arranjo institucional que permita ser implementado o Programa.

Como fazer com que nesse curto espaço de tempo que se tem, até dezembro, se implemente o Programa Fome Zero em Rondônia, em função da falta de estrutura institucional para viabilizar o projeto no Estado? Apesar de terem sido realizadas várias reuniões com entidades civis organizadas, foi realizado até um fórum de segurança alimentar, que contou com a presença do Frei Beto. Temos a sociedade civil ativa, mas falta o arranjo institucional para implementar isso no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Ministro, pela segunda vez, conversamos com V.Exa. Agradecemos sua disposição em responder as nossas dúvidas. Como tive oportunidade de externar em outra ocasião, sou entusiasta do Fome Zero, porque não é um programa do cartão, mas o conjunto de políticas públicas voltadas para diminuir a fome e a miséria no País.

Para ir direto às dúvidas que tenho ainda com relação ao Programa, no que se refere à Região Norte, vou me referir ao fato de que os Municípios com mais de 75 mil habitantes estão fora dele. Em Roraima, o único que ultrapassa esse número é também o que concentra maior pobreza: 58% da população de Boa Vista vive abaixo da linha de pobreza. Esse diagnóstico foi feito casa a casa.

Com a crescente demarcação das áreas indígenas e com o problema que estamos tendo também com os produtores no sul do Estado, muitos agricultores migraram para a Capital, para a periferia, e como o único ofício que sabem desenvolver é agricultura ou pecuária, além do desemprego que se verifica no País, encontraram situação muito pior do que a que viviam no campo, com desemprego e fome. Isso fez com que a pobreza se concentrasse na capital, porque quase todos os demais Municípios estão em áreas produtivas; e, pelo menos para o auto-sustento, essas famílias ainda estão produzindo.

Indago se é justo estabelecer, em termos numéricos, mais de 75 mil fora do programa. Também pergunto como será feita a distribuição dos alimentos às comunidades indígenas. Entendo que essas comunidades têm necessidade de ajuda, no que diz respeito à orientação técnica, ao incentivo à produção. Hoje, por exemplo, os índios do Estado de Roraima não recebem sequer incentivos para a produção de farinha, em que são PhD. Estamos importando farinha do Pará, e os nossos índios passando fome. Eles têm terras para produzir, mas precisam que o Governo do Estado se preocupe em ajudá-los a produzir e a comercializar aquilo que produzirem.

Nosso artesanato é o mais belo deste País e também não é comercializado. Poucos conhecem a cerâmica macuxi, tão linda, nem a cestaria dos maiongong, que é a mais bela do País – digo isso com muito orgulho!

Não acho que ajudaria os indígenas o fato de distribuirmos cestas básicas para eles, porque sei que precisam realmente é de incentivo à produção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado Hamilton Casara. V.Exa. dispõe de 3 minutos, na forma regimental.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Ministro José Graziano a presença e ressalto minha satisfação por conhecer também sua fase histórica profissional e meu prazer em revê-lo aqui. Parabenizo V.Exa. pela iniciativa de estabelecer um controle social do Fome Zero. Isso é de fundamental importância.

O meu mandato mesmo tem controle social. Existe um conselho que tanto avalia os resultados mensais da minha atividade, como analisa e propõe a programação seguinte. Tenho notado uma melhora enorme desde o momento em que esse conselho passou a ser uma

instância superior à minha vontade como Parlamentar. Tenho trabalhado ao longo da minha vida profissional, e com certeza o controle social cada vez mais ajudará o fortalecimento do trabalho do programa.

Sr. Ministro, dentro da filosofia do programa, com certeza, pela sua vasta experiência, V.Exa. vem observando o princípio federativo. Temos notado aqui algumas iniciativas de programas em que, muitas vezes, por falta do entendimento do princípio federativo, a União normalmente perpassa os Estados e Municípios e, assim procedendo com esses 12 entes federativos, não promove a articulação necessária com a sociedade civil. Parabenizo V.Exa. por essa observação, de fundamental importância.

Sou Parlamentar pelo Estado de Rondônia. Quero me somar às belas explanações e à lembrança do Deputado Eduardo Valverde, quando recordou os quilombolas do Vale do Guaporé, região de onde venho. Essa região concentra talvez o maior trabalho de conservação aliado à questão social do meu Estado. Com certeza, o Governo do Estado estaria pronto a se sentar com pessoas da sua equipe para o fortalecimento dessas ações no Estado de Rondônia.

Finalmente, Sr. Presidente, quero acrescentar algumas informações, além das já contidas no trabalho do Ministro José Graziano. Vejo que o programa tem enorme alcance e poderá se fortalecer cada vez mais, principalmente com V.Exa. à frente dos trabalhos. Temos observado, ao longo das últimas duas décadas, um enfraquecimento brutal dos serviços de assistência técnica, de extensão rural e de difusão de tecnologia.

Ouvimos os colegas Deputados que me antecederam. Eles analisaram, com muita precisão e propriedade, alguns fatos e problemas que poderiam ser solucionados a partir do programa. Com certeza, aproximando-nos mais das instituições, dos órgãos de assistência técnica, de extensão e difusão tecnológica, poderemos ir desonerando gradativamente o programa e melhorando as variáveis sociais, ecológicas, culturais, éticas e econômicas de todas essas comunidades que tanto sofrem com o problema da fome.

Era o que tinha a dizer, Sr. Ministro. Agradeço a presença de V.Exa. nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Antes de passar a palavra ao Ministro José Graziano, quero registrar a presença dos Prefeitos do meu Estado, o Amazonas, Sr. José Tomé Filho, de Autazes; Antônio Graça, do Município de Borba; e do Presidente da Câmara Municipal de Autazes, Vereador Cecílio Correa, integrantes da comitiva dos Prefeitos em Brasília para a marcha dos Prefeitos. Sejam bem-vindos à Capital Federal!

Com a palavra o Sr. Ministro José Graziano.

O SR. MINISTRO JOSÉ GRAZIANO – Sr. Presidente, serei bem sucinto porque tenho um vôo marcado para as 17h30min. Depois pedirei ao Ubirajara, meu assessor parlamentar, que complete os contatos com os Deputados presentes, para fornecer as informações adicionais que vou indicar.

Quanto às perguntas do Deputado Zé Geraldo e da Deputada Maria Helena sobre o tamanho do corte nos Municípios, fizemos os pilotos com 25, 50 e 75. O comitê gestor, com 25, tem 8 pessoas e funciona muito bem; com 50, tem 12 pessoas e funciona bem; com 75, tem 16 pessoas e já não funciona tão bem. Estamos convencidos de que, para aumentar esses números, precisamos partir os Municípios. Estamos estudando partições, bairros para as cidades maiores que 70, mais ou menos. O mais difícil é acertar o cadastro com essa base territorial, porque às vezes não existe endereço. O processo está demorando mais do que gostaríamos, mas logo vamos chegar a Boa Vista, a Rio Branco e a todos esses Municípios na faixa de até 500 mil habitantes.

Depois temos um outro salto tremendo: a área metropolitana. Essa realmente está nos dando uma dor de cabeça, porque temos de saber como atacar a periferia da região metropolitana, e por uma razão que V.Exas. vão entender muito bem. Não temos nas periferias das grandes metrópoles o que chamamos de comunidade e família. A família ampliada e a comunidade são as bases para implantar esses programas. Nessas regiões metropolitanas, essa comunidade mínima, essa célula básica está destruída. Ocorrem muitos casos de mulher abandonada pelo marido, família degradada, homem alcoólatra etc. Portanto, não conseguimos atingir essas unidades. Hoje mesmo expusemos o resultado de uma dessas pesquisas ao Presidente da República, conduzida com muita competência pelo Instituto Clarice Herzog, na periferia da Grande São Paulo. É uma tristeza o resultado quando se comparam essas periferias metropolitanas com nossos pequenos Municípios. Realmente estamos quebrando a cabeça para ver como vamos fazer isso.

Sobre o comitê gestor, nossa ambição é de que ele realmente seja um interlocutor de todas as ações de Governo, para ampliar a capacitação. No nosso caso, estamos fazendo para a agricultura familiar algo além da capacitação dos agentes de extensão de saúde da família para integrarem o comitê gestor. Há um acordo nesse sentido com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Toda a capacitação de acampamentos e assentamentos também será feita com nossa ajuda. Estamos repassando recursos para

esse fim. Trata-se de uma nova proposta de extensão: a ação da família.

Agradeço ao Deputado Carlos as palavras.

E, para completar a questão levantada pela Deputada Vanessa, vou falar da importância da alimentação. De fato, os conselhos municipais pouco funcionam. Aliás, contratamos uma assessoria da FAO, que está levantando onde funcionam os conselhos. O resultado, um pouco preliminar, mostra a importância de as pessoas sentirem que esses conselhos têm de funcionar, porque muitos deles existem para não funcionar. O Prefeito diz que terá problemas, e eles são constituídos para não funcionar.

Acredito que esta Casa poderia ajudar o Governo a criar uma formatação, além de encontrar um caminho para criarmos normas e regulamentos que permitam que não se trate apenas de uma questão formal para cumprir uma regra, mas que haja participação efetiva.

Continuamos com dificuldade para divulgar nossas ações, principalmente porque o que chama a atenção da imprensa são esses atos de doação de alimentos e coisas semelhantes. Temos dificuldade para divulgar as ações da merenda e da creche, por exemplo. Estamos começando a fazer propagandas, como a da creche, que está em andamento. Nosso intuito não é fazer propaganda do Governo, mas essa ação permite às Prefeituras que não podiam ter creches implantá-las. A idéia é estimular a implantação de creches. Isso é realmente necessário, para que as mulheres tenham onde deixar suas crianças e possam trabalhar com tranqüilidade.

Deputada Ann Pontes, tenho por escrito a explicação sobre como se forma o comitê. Vou solicitar ao Ubirajara que lhe encaminhe toda a documentação, que também está disponível na nossa *homepage*. O comitê gestor é escolhido pela localidade e deve preencher algumas regras e normas. Treinamos duas pessoas antes, que não farão parte do comitê, para o criarem: uma indicada pela Prefeitura e outra indicada por uma entidade da sociedade civil previamente contatada. As atribuições estão normatizadas numa portaria do Ministério.

Estamos criando agências pagadoras nos Municípios que não as possuem. A idéia é fazer o pagamento local, para poder exigir o gasto no local. Esse foi o grande problema de Guaribas, cujo pagamento era feito em Caracol, distante 40 quilômetros e cujo percurso era realizado em 6 horas, em situações normais. Portanto, a pessoa ia para lá e gastava metade, entre outras coisas, com comida. O custo da passagem era altíssimo. Hoje, há um banco postal, uma agência dos Correios, e estamos credenciando estabelecimentos para serem agentes pagadores da Caixa.

Com relação à energia elétrica, existe uma parceria da ELETRONORTE, na Região Norte, com o programa Fome Zero, e conseguimos instalar, este ano, 1.344 *kits* de energia solar em 417 comunidades. Estamos em fase de montagem de 1.040 *kits* e vamos atender, no conjunto total, a 29 mil escolas dessa Região que não tinham energia elétrica. Devemos repetir essa performance no ano que vem.

A inclusão digital é uma das nossas prioridades, e vamos fazê-la por meio de parceria com o sistema elétrico e a ELETRONORTE.

Quanto às populações indígenas de Roraima e Rondônia, estamos cadastrando-as, a Fundação Palmares está trabalhando lá. Estamos fazendo isso no Maranhão, e há uma programação para vários Estados. Não sei responder, de imediato, sobre a programação para Rondônia, mas vou pedir que a verifiquem e passem os dados a V.Exa.

Também queremos evitar a distribuição de alimentos. Estão sendo oferecidas sempre a esses indígenas duas alternativas. Implantamos em Mato Grosso do Sul um programa de alto consumo, em que eles são instruídos a voltar a praticar técnicas tradicionais com produtos tradicionais. Por exemplo, estamos recuperando variedades de milho que eram cultivadas anteriormente e que estão armazenadas no CENARGEN, da EMBRAPA. Estamos transformando aqueles mostruários que só serviam para tubo de ensaio de laboratório novamente em planta – os kraô estão plantando seu milho de festa – e recuperando alguns hábitos e costumes. Estamos também fazendo um programa de incentivo à produção de alto consumo.

Eram as respostas que tinha a dar aos senhores. Mais alguma questão?

(Não identificado) – Sr. Ministro, gostaria de saber o que fazer quando não há convênio com o Estado, porque algumas ações necessitam do convênio com o Estado ou com Prefeituras.

O SR. MINISTRO JOSÉ GRAZIANO – Pois não, Deputado. Temos forçado a mão nos Estados para que criem os CONSEAs, pois, do contrário, não pode existir o programa. Uma condição do Programa Fome Zero é de que esteja funcionando uma seção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA no Estado; ou seja, de que exista ação de interlocução e de controle da sociedade civil. Temos feito o possível para que os Governadores criem os seus CONSEAs. Nos casos em que eles não existem, procuramos ir direto à Prefeitura. Porque não temos outro caminho a não ser passar pela via do Governo

do Estado ou da Prefeitura; não temos outra maneira de fazê-lo diretamente, não temos estrutura para isso, Deputado.

A compra pode ser feita pela CONAB ou pelas CEASAs, que têm autorização para fazê-lo. Mas, não havendo nenhuma estrutura dessas, teríamos de pensar numa forma de como fazê-lo. Proponho estudarmos uma forma juntos. Se V.Exa. puder marcar um horário para conversarmos a respeito, estou aberto a sugestões. Mas, *a priori*, não sei como fazê-lo.

(Não identificado) – Sr. Ministro, no mesmo Estado, no caso de uma região mais pobre, como Marajó, teria como...

O SR. MINISTRO JOSÉ GRAZIANO – Está pensado! Marajó está incluída. É uma das ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Presidência agradece a presença ao Ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, que atendeu com presteza ao nosso convite.

Antes de encerrar a reunião, convido a todos para participarem do Seminário "Ações Governamentais para os Povos Indígenas da Amazônia", promovido por esta Comissão juntamente com a Subcomissão de Assuntos Indígenas, com início marcado para o dia 17 de setembro do ano corrente, às 9 horas, no Auditório Nereu Ramos, nesta Casa.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Sétima Reunião Ordinária Realizada em 16 de Setembro de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Anivaldo Vale, Anselmo, Celcita Pinheiro, Luciano Castro, Perpétua Almeida, Suely Campos, Terezinha Fernandes, Vanessa Grazziotin e Zé Lima – Titulares; Agnaldo Muniz, Casara, Confúcio Moura, Ivo José, Jaime Martins, Maurício Rabelo, Mauro Lopes e Vanderlei Assis – Suplentes. O Presidente declarou abertos os trabalhos e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os Senhores: General de Divisão Synésio Scofano Fernandes, Chefe do Departamento de Administração e Legislação do Ministério da Defesa; João Donadon, Coordenador Geral de Legislação e Normas do Ministério da Previdência Social; e José Paulino da Costa, Presidente do Sindicato dos Aposentados do Acre, com o objetivo de discutir a Proposta de Emenda Constitucional número quinhentos e cinqüenta e seis, do ano de dois mil e dois, que determina os mesmos direitos dos ex-combatentes para os ex-soldados da borracha. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os Senhores Deputados Vanessa Grazziotin e Perpétua Almeida. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. Exerceram, alternadamente, a Presidência da reunião os Deputados Átila Lins, Vanessa Grazziotin e Perpétua Almeida. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às dezessete horas e quinze minutos, antes convocando Reunião de Audiência Pública para o dia vinte e quatro de setembro de dois mil e três, às dez horas, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Vargas, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro aberta a presente reunião ordinária de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 556, de 2002, que determina os mesmos direitos dos ex-combatentes para os ex-soldados da borracha, atendendo a requerimento das Sras. Deputadas Vanessa Grazziotin e Perpétua Almeida, aprovado pelo Plenário.

Convido para compor a Mesa o General-de-Divisão Synésio Scofano Fernandes, Chefe do Departamento de Administração e Legislação do Ministério da Defesa; o Sr. João Donadon, Coordenador-Geral de Legislação e Normas do Ministério da Previdência Social; e o Sr. José Paulino da Costa, Presidente do Sindicato dos Aposentados do Acre.

Registro a presença em plenário do Chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa, Coronel Ivan Cavalcanti Gonçalves, que temos a alegria de receber mais uma vez nesta Comissão.

Esclareço que, para o melhor andamento dos trabalhos, adotaremos o seguinte procedimento, de acordo com o Regimento Interno: o convidado deverá limitar-se ao tema em debate. Disporá para tanto de 20 minutos, não podendo ser aparteado. O expositor poderá ter esse tempo prorrogado, se necessário for.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Srs. Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão inscrever-se e só poderão abordar sobre o assunto em questão, pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo que é dado ao expositor para interpelar qualquer um dos presentes.

Agradeço, pela presença, aos senhores convidados, aos eminentes Parlamentares e a todos os que se encontram neste plenário.

Dando início às nossas exposições, concedo a palavra ao General Synésio Scofano Fernandes, Chefe do Departamento de Administração e Legislação do Ministério da Defesa, que dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós nos sentimos muito honrados por estar com os senhores. Venho em nome do Ministro da Defesa, representando-o, para trazer o nosso ponto de vista a respeito da proposição que está sendo feita.

Inicialmente, desejamos afirmar o nosso reconhecimento de que essa proposição procura fazer justiça àqueles que foram recrutados em diversas regiões do País, principalmente na Região Nordeste, em particular no Ceará, até mesmo no interior da Amazônia, para trabalhar como seringueiros, visando a obter o máximo de borracha no mínimo tempo, no esforço de guerra de que o Brasil participou na década de 40.

Entendemos esse ato como meritório por tentar reparar uma situação social que se produziu em função do desenvolvimento político da época.

A nossa Constituição Federal de 1988 confirmou os direitos desses chamados soldados da borracha – na época, quase 55 mil –, aos quais dá amparo, por intermédio do art. 54.

O art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias tipifica uma situação de amparo a esses cidadãos brasileiros.

Diz ele:

> "Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.
>
> § 1º O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.
>
> § 2º Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.
>
> § 3º A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinqüenta dias, na promulgação da Constituição".

Dessa forma, já existe dispositivo constitucional que ampara esses cidadãos.

Em 1998, ocorreu outra tentativa de emenda à Constituição, visando ampliar esses direitos e estendendo-os a alguns aspectos dos incisos do art. 53, fazendo com que os soldados da borracha fossem amparados por aproveitamento no serviço público sem exigência de concurso com estabilidade e tivessem assistência médico-hospitalar e educacional gratuita extensiva aos seus dependentes e prioridade na aquisição da casa própria para os que não a possuíssem ou para as viúvas ou companheiras. Essa PEC procurou reformular o art. 53.

A PEC nº 556, de 2002, ora em discussão, propõe que seja dada nova redação ao art. 54 das referidas disposições transitórias, nos seguintes termos: "Ao*s seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, serão assegurados os mesmos direitos concedidos pelo artigo anterior aos combatentes"*.

Quer dizer, o artigo anterior, ou o art. 53, trata do amparo que se dá aos ex-combatentes brasileiros.

Dizem os incisos do art. 53:

> "Art. 53..
>
> I – aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;
>
> II – pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;
>
> III – em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual à do inciso anterior;
>
> IV – assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;
>
> V – aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;

VI – prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

Parágrafo único. A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente".

A PEC nº 556 propõe a extensão dos direitos concedidos pelo art. 53 aos ex-combatentes aos soldados da borracha.

Sem entrar no mérito da proposição, a preocupação do Ministério da Defesa é quanto ao reflexo que a extensão desses direitos aos seringueiros recrutados, nos termos do Decreto-Lei nº 5.803, de 1943, acarretará em decorrência da aprovação da PEC nº 556. Por isso, a análise que farei enfocará apenas esse aspecto.

No que se refere à assistência médico-hospitalar e educacional gratuita, ela não poderá ser prestada pelos sistemas próprios das Forças Armadas, como não vem sendo prestada atualmente, de acordo com a legislação vigente, aos atuais beneficiários das pensões especiais referentes aos ex-combatentes.

Não prestamos assistências médico-hospitalar e educacional aos ex-combatentes amparados pelo art. 53. Elas são prestadas por outros sistemas assistenciais do Governo Federal, não pelos sistemas próprios das Forças Armadas, porque há total impossibilidade de apoiar outros universos, devido à sua estrutura. O sistema de saúde é organizado em função de um fundo de saúde, para o qual todos os integrantes das Forças Armadas descontam até 3,5% dos vencimentos. As despesas com o amparo de saúde a esse pessoal são custeadas por recursos próprios, com essa finalidade.

No que diz respeito à concessão da pensão especial, temos uma ressalva a fazer sobre as fontes orçamentárias. Os senhores estão a par da discussão pública. Não temos condições de aumentar o valor na nossa folha de pagamento – os senhores verão que se trata de soma vultosa –, com a extensão dessas pensões especiais dentro das fontes de financiamento dos militares. É claro que, se o Governo resolver estabelecer outras fontes, não haverá nenhum empecilho. Os senhores sabem que os vencimentos de um segundo-tenente, hoje em dia, estão em torno de 2.560 reais.

Vemos também que a maioria dos beneficiários já será pensionista, porque acredito que grande parte será herdeira dos originais soldados da borracha.

Também temos um regime particular de previdência nessa área. Os senhores sabem que, no nosso regime previdenciário, os custos para o pagamento dos inativos, isto é, do pessoal da reserva e reformado, é integralmente coberto pelo Estado, como ocorre na maioria dos países. O militar na inatividade, principalmente o da reserva, tem estatuto jurídico próprio, porque a qualquer momento pode ser recrutado, obedece a prescrições de obediência a regulamentos do Exército e faz exercícios em determinadas épocas do ano ou de vez em quando.

Portanto, o regime jurídico do pessoal da reserva não é exatamente igual ao de um aposentado. Por isso, na maioria dos países o pessoal inativo das Forças Armadas é custeado integralmente pelo Tesouro. O militar desconta, sim, durante toda a sua vida profissional – mesmo na reserva e reformado –, 7,5% de seus vencimentos para custear as pensões militares que deixa aos seus filhos, à sua esposa. É constituído um fundo com esses 7,5%.

Custear pensões para um universo de pessoas que não contribuíram para a constituição desse fundo é um problema contabilmente complicado. Por isso, também deixamos à reflexão dos senhores essa preocupação. Não temos recursos para pagamento de pessoal inativo. Também temos total impossibilidade contábil de custear, com um fundo conseguido ao longo de 50 anos, o pagamento de pensionistas.

Quero apresentar algumas hipóteses sobre o impacto financeiro do pagamento dessas pensões. Supondo que sejam 65 mil ex-combatentes, vamos aumentar de 23,1%, que são as pensões especiais dos ex-combatentes, para 44%, resultando num impacto anual de 2,2 bilhões de reais.

Atualmente, 23% dos pagamentos feitos são relativos a pensões especiais de ex-combatentes. Existe uma série de leis que amparam a concessão de pensões, tipificando essas pessoas como ex-combatentes em diferentes situações. Elas constituem 23% do nosso pagamento. Por exemplo, com a incorporação de 60 mil soldados da borracha, se for o caso...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas há apenas 17 mil .

O SR. SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES – Estou apresentando várias hipóteses. Há 17 mil vivos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – (*Intervenção inaudível.*)

O SR. SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES – Há várias hipóteses. Se houver isso, teremos um impacto de 44%. Aumenta-se de 23% para 44%, e o impacto será de 2.2 bilhões de reais. Se levarmos em conta a hipótese de 40 mil, o impacto financeiro vai ser de 1.3 bilhões de reais. Se ela for de 10 mil – parece-me que é a mais próxima –, o impacto será de 342 milhões de reais anuais. A questão é estabelecer uma fonte de recursos para isso, porque a nossa não resiste mais.

Conforme a legislação em vigor, os militares da ativa e da reserva – volto a tocar nesse assunto – contribuem uniformemente para a pensão com 7.5% das suas remunerações. As pensões especiais concedidas sem que tenha havido qualquer contribuição anterior por parte dos beneficiários acarretam distorções nos resultados das avaliações.

Quero também ressaltar que as organizações militares responsáveis pela implantação de pagamento e controle de algumas milhares de novas pensões especiais não possuem atualmente estrutura física nem recursos financeiros, materiais e de pessoal para absorver essa nova atribuição.

Resumindo nosso posicionamento, entendemos que, no mérito dessa proposição, pretende-se resgatar uma dívida social do Estado brasileiro. Mas também queremos apresentar nossas dificuldades estruturais.

Quanto ao apoio e à saúde educacional e assistencial, como se faz no caso de ex-combatentes, nós não os concedemos a esse pessoal, porque isso é custeado por um fundo nosso, e os contribuintes são os próprios militares e seus dependentes atuais. No que se refere ao pagamento das pensões especiais, haveria de se estudar novo aporte de recursos ou de se estabelecer uma fonte específica para isso. Não vemos nenhum inconveniente.

Agradeço-lhes pelo privilégio de estar aqui com os senhores e de contribuir para a elucidação de tão importante assunto. De certa maneira, associamo-nos a um importante aspecto social da nossa querida Amazônia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – A Mesa agradece ao General Synésio Scofano Fernandes pelos esclarecimentos prestados a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. João Donadon, Coordenador-Geral de Legislação e Normas do Ministério da Previdência Social, que dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. JOÃO DONADON – Muito obrigado.

Cumprimento V.Exa., Sr. Presidente, os membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados e os demais presentes, que nos honram ao nos ouvirem neste momento.

Também o Ministério da Previdência se faz presente – represento o Ministro Ricardo Berzoini –, com a maior disposição de discutir o tema e apontar as questões que considera relevantes para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras.

No caso específico da PEC nº 556, da nobre Deputada Vanessa Grazziotin, percebemos que ela pretende estender aos ex-soldados da borracha as vantagens e benefícios concedidos aos ex-combatentes.

O que nos chama a atenção é que, se vamos estender um benefício, precisamos primeiramente conhecer a realidade dos fatos. Será interessante fazer essa extensão? Ela vai beneficiar alguém? Vamos observar.

O general já fez a leitura do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que indica quais os direitos assegurados pela Constituição aos seringueiros recrutados nos termos do Decreto nº 5.813, de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882.

Na verdade, o benefício concedido aos seringueiros era de 2 salários mínimos, desde que considerados carentes; e ele se estendia aos dependentes. Não se estabeleceu qualquer outra condição. Quer dizer, para se fazer jus ao benefício, basta que se comprove a situação de ex-soldado da borracha, que tenha trabalhado na produção da borracha, tanto na exploração como na produção desse produto na região da Amazônia, na forma indicada por esses decretos-leis. Já se faria jus ao benefício se se comprovasse ainda a situação de carência. No caso, a própria legislação estabeleceu que seria por meio de atestado fornecido por órgão público.

A guerra acabou em 1945, a Constituição foi promulgada em 1988, e a lei que assegurou o direito a esses trabalhadores, que regulamentou esse dispositivo constitucional foi a Lei nº 7.986, de 1989. Significa dizer que, a partir da sua edição, no dia seguinte, 100% dos chamados soldados da borracha poderiam ir ao INSS comprovar o exercício da atividade e obter o benefício, desde que comprovassem a sua condição de ex-soldados da borracha e apresentassem atestado de comprovação de que não tinham condições de prover as suas próprias necessidades e as de sua família.

De lá para cá, a Previdência vem concedendo esses benefícios. De sorte que, em 2003, temos em manutenção 17.481 benefícios equivalentes a 2 salários mínimos cada um. Desses, 12.132 são recebidos pelos próprios soldados da borracha, pelos próprios garimpeiros; 5.349 são recebidos por dependentes.

O benefício é concedido a partir da data do pedido. No ano de 2002, embora já pudessem ter sido requeridos em 1989, foram concedidos 23 novos benefícios, certamente de pessoas que só então conseguiram comprovar sua condição de ex-soldado da borracha. Mais ainda: houve a conversão de 453 benefícios vitalícios em pensões aos dependentes, certamente decorrentes de morte dos próprios seringueiros.

Percebe-se que, em 2002, a movimentação foi praticamente mínima, tendo sido maior a transformação dos benefícios instituidores para os dependentes. Já em relação aos ex-combatentes, o benefício deixou de ser assistencial e passou a ser previdenciário.

Observem que, no caso do seringueiro, para se obter o benefício, bastaria comprovar a condição de ex-soldado da borracha.

Como é feita essa comprovação? A Instrução Normativa nº 84, do INSS, relaciona documentos que considera prova plena. Quer dizer, basta comprovar a situação e já está caracterizado. São eles: documento emitido pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA; contrato de encaminhamento emitido pela CAETA; caderneta de seringueiro com anotação de contrato de trabalho; contrato de trabalho para extração de borracha com número de matrícula e de contrato de seringueiro; ficha de anotações do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA ou da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA; documento do ex-Departamento de Migração do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ou da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, que era vinculado ao Ministério da Fazenda. Esses documentos devem comprovar que, na verdade, ele havia sido amparado pelo programa de assistência imediata, quando recrutado. Além disso, havia a possibilidade de comprovação, por meio de justificação administrativa ou de justificação judicial, caso não fossem esses documentos considerados como prova plena, mas tivessem algum outro elemento indiciário, algum indício de prova capaz de caracterizar o seringueiro como ex-soldado da borracha.

Essa é a situação atual. A lei, em 1989, assegurou que todos eles, independentemente de idade, de tempo de permanência como soldado da borracha, de continuarem no cultivo desse tipo de extração de atividade rural ou não, simplesmente pela condição de ex-soldado da borracha, fariam jus ao benefício. O que se pretende agora é equipará-los aos ex-combatentes.

O que é assegurado aos ex-combatentes? Numa eventual equiparação, o que ocorreria?

O general também leu aqui os benefícios assegurados aos ex-combatentes. Peço-lhe que me permita pequena reparação quanto ao que foi dito, por uma questão de entendimento.

No rol de benefícios, consta aproveitamento no serviço público sem exigência de concurso. É a possibilidade de ele vir a tornar-se servidor público, se não era. Na verdade, essa possibilidade não mais existe, porque a pessoa terá mais de 70 anos de idade, no mínimo. Com 18 anos em 1945 e tendo sido um dos últimos a serem recrutados, ele teria hoje, no mínimo, 76 anos. Então, isso não é possível.

Pensão especial correspondente à deixada por um segundo-tenente era para aqueles que se engajaram nas Forças Armadas, não para os civis que estavam na condição.

O terceiro benefício – em caso de morte, pensão à viúva, ao companheiro ou ao dependente, de forma proporcional – não traz nenhuma novidade, porque o outro, conquanto seja assistencial, também assegura a concessão da transferência da pensão ao dependente carente.

Assistência médica, hospitalar e educacional gratuita.

De acordo com a Constituição, a assistência médica é direito de todos e obrigação do Estado. Então, na verdade, independentemente da condição, o SUS tem de atender todo mundo.

Assistência educacional.

A Constituição também assegura ensino fundamental gratuito. E não estamos imaginando educação para as pessoas acima de 70 anos de idade.

Aposentadoria com proventos integrais, aos 25 anos de serviço efetivo, em qualquer regime.

Finalmente, prioridade na aquisição da casa própria.

Vamos deixar para comentar o outro assunto depois, pois também não vejo muita finalidade. Na verdade, o direito à aquisição da casa própria ainda poderia ser exercitado. Mas não se trata de recebê-la gratuitamente e sim de ter prioridade na aquisição. Quer dizer, é para se obter financiamento para a casa própria. Também acho que não é esse o objetivo da medida.

Então, a equiparação faria com que as pessoas, hoje detentoras do direito de obter benefício assistencial de 2 salários mínimos, passassem a receber aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço efetivo, em qualquer regime previdenciário. O que isso quer dizer? Que elas fazem jus à aposentadoria integral, dependendo de quanto tenham pago. Se continuaram exercendo atividade rural, por exemplo – acho que seria o mais comum –, em regime de economia familiar, fariam jus ao benefício equivalente ao do segurado especial: 1 salário mínimo. Cem por cento de 1 salário mínimo são 1 salário mínimo. Se não se tratar de segurado especial – quer dizer, não explora a atividade em regime de economia familiar na área rural –, mas de empregador rural, estará contribuindo com seu carnê. O benefício é: 80% do melhor salário de 1994 para cá. Se fosse anteriormente, seria a média dos últimos 36 salários de contribuição. Se estivesse contribuindo sobre 1 salário mínimo, o benefício médio seria 1 salário mínimo. Se estivesse contribuindo sobre o máximo, aí, sim, poderia obter benefício máximo. Agora, para obter esse benefício máximo, ele teria de ter, digamos, 25 anos de contribuição comprovada.

Mas isso seguiria a aposentadoria por tempo de contribuição. Como todos têm mais de 70 anos, estariam aposentados por idade há mais tempo, pelo menos há 15 anos; os homens, pelo menos há 11 anos.

Então, não estou vendo vantagens nessa mudança, com a simples equiparação de um sistema com outro. Se a pessoa é servidora pública, aposenta-se pelo seu último salário. Pelo menos até agora foi assim. Mas isso acontece independentemente de ter sido soldado da borracha ou não. É pela condição de servidor público.

Portanto, a contribuição que quero deixar é a seguinte: para se conseguir algum tipo de vantagem, será preciso repensar o projeto, pois, da forma como está, não vai beneficiar ninguém. Simplesmente vai retirar o direito a um benefício que depende exclusivamente da comprovação de que a pessoa faz parte do grupo e não tem condição de manter a própria família – situação de carente. Ela vai ter como vantagem exclusiva o fato de fazer jus a um benefício integral, mas segundo as regras do regime previdenciário a que estiver vinculada. Isso é o que diz a lei.

Aos poucos vai se reduzindo a quantidade de ex-combatentes. Alguns receberam valores mais elevados, mas de acordo com as primeiras leis, porque depois a própria lei que estabeleceu as regras para o ex-combatente – Lei nº 5.698, de 1971 – dispôs sobre os valores e ainda estabeleceu como teto previdenciário 100% do salário de benefício. Então, particularmente, não vejo grandes vantagens quanto a essa questão.

Claro que nos colocamos à disposição para, eventualmente, verificar outros ângulos da questão, mas, pela disposição ora submetida à análise, observamos que seria mais ou menos inócua.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, pela ordem. Estamos sendo convocados para votar. Poderíamos ir aos poucos à votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Podemos todos ir votar. Logo depois voltaremos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Suspenderíamos a reunião rapidamente e depois voltaríamos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Suspendo a reunião por 5 minutos.

(A r*eunião é suspensa*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Vou conceder a palavra ao Sr. José Paulino da Costa, Presidente do Sindicato dos Aposentados do Acre. Antes, porém, desejo agradecer ao ilustre Sr. João Donadon, do Ministério da Previdência Social, pelos esclarecimentos oferecidos a esta Comissão.

O Sr. José Paulino dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. JOSÉ PAULINO DA COSTA – Agradeço-lhes pela oportunidade.

Em primeiro lugar, acredito que o soldado da borracha está sendo um pouco desestimulado. Sou acreano, vivo no Acre. Meu pai era mateiro. Então, a própria portaria, no art. 3, refere-se à questão dos filhos carentes devido à morte do beneficiado.

No Acre, só pude enquadrar até hoje 22 pessoas como inválidas. No meu Estado, para ter direito à pensão social, a pessoa tem de ser inválida, tem de passar pelo médico, uma série de coisas.

Outro detalhe é que precisa ser publicado o art. 10, porque o próprio art. 3 tem o respaldo dele.

No final, o Sr. Ministro Jader Barbalho assinou. Diz aqui: ao ser publicado o art. 10. Há muitos filhos com 60, 65, 70 anos de idade, e os pais... e não têm esse mínimo direito. Até aqui não é aceita essa prova. Meu irmão cortou seringa por 45 anos e eu por 30 anos. Deixei de cortar porque vim a Brasília para ser operado do coração, de emergência. Mas por 30 anos fui mateiro. Então, nessa área, em toda a região amazônica, existe isso.

Então, eu gostaria que fôssemos equiparados, como a Deputada está sugerindo, ao pracinha.

Outro detalhe, também citado pelo Sr. Ministro, é que não existe dinheiro. Concordo com isso. Agora, vejam bem, a Previdência Social me informa, no Acre, que só pode ser um salário mínimo para manter 4 pessoas. Um rapaz, ultimamente, chegou à idade de se aposentar pela lei dos idosos: 67 anos. Levei-o para se aposentar, pegar aquela pensão, e me informaram que a filha dele era inválida. Então, não se podiam enquadrar duas pensões. Ele vive só numa casa, com a família. Essa filha vive num outro canto. Não querem procurar saber, nem sequer verificar essa questão. Para mim, esses casos estão fora de qualquer coisa.

Quero que seja cumprida a lei do soldado da borracha, que seja publicado o art. 10. Tenho quase 64 anos de idade. No dia em que minha mãe for embora, terei o direito já conseguido como mateiro, e assim por diante.

O Sr. Ministro da Guerra enviou circular – tenho a circular aqui, de 1944. Ele não está excluindo nenhum, está incluindo todos na região amazônica: o amazonense ou o acreano, o soldado da borracha ou o nordestino etc. Todo mundo está colocando nessa...

Então, estou aqui defendendo esse caso para criar esse mecanismo, a fim de que tenhamos algo mais. O povo acredita muito na minha pessoa, porque sabe que sou um lutador. Gostei muito do que foi dito coronel, mas não quero que isso aconteça lá na frente, conforme está pela Previdência Social.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Deputada Perpétua Almeida, V.Exa. pode assumir a Presidência?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Está inscrita a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Muito obrigada, Deputada.

Gostaria de cumprimentar os nossos convidados e de agradecer ao representante do Ministério da Previdência e Assistência Social; ao General Fernandes, que representa o Ministério da Defesa; ao Sr. José Paulino da Costa, Presidente do Sindicato dos Aposentados; aos soldados da borracha e aos seringueiros do Estado do Acre.

Infelizmente, a pauta do plenário da Câmara dos Deputados impede que esta audiência pública tenha maior participação dos nossos colegas Parlamentares. Nós mesmos estamos nesta audiência pública contrariando decisão do Presidente da Casa, tendo em vista a realização de votações importantes neste dia, no plenário da Casa.

Na minha opinião, esta audiência pública é importante, primeiro, para que nós, Parlamentares, tenhamos oportunidade de conhecer o posicionamento do Poder Executivo – tanto do Ministério da Defesa quanto do Ministério da Previdência e Assistência Social; segundo, porque iniciamos debate sobre o assunto na Câmara dos Deputados.

Não tenho dúvidas de que este é o primeiro, mas certamente não será o último debate acerca do tema. Mesmo porque, General Fernandes, em períodos passados, vários Deputados que detinham mandato abraçaram a luta dos soldados da borracha, mas o que tivemos foi apenas a tramitação de projetos de lei. Eu, a Deputada Perpétua Almeida e inúmeros outros Parlamentares já tomamos consciência da necessidade de abraçar a luta dos seringueiros, desses homens que, no período da Segunda Guerra Mundial, tanto contribuíram para o País.

Essa luta não ocorre somente na Câmara dos Deputados. É óbvio que o espaço do Parlamento brasileiro é privilegiado e extremamente importante, porque, afinal de contas, é aqui que deverá ser decidido se mudará ou não a legislação.

Entretanto, estamos num processo de mobilização muito próximo dos seringueiros, dos soldados da borracha. No último sábado, realizamos reunião na cidade de Manaus. Dela participaram, ajudando na organização, não só o sindicato dos seringueiros, dos soldados da borracha, mas outras associações, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. A plenária contou com a presença de aproximadamente 600 pessoas.

Na última segunda-feira, estávamos no Estado da Deputada Perpétua Almeida. Lá realizamos reunião – fiquei até surpresa – não num recinto fechado, mas em amplo espaço, em um ginásio esportivo. Havia aproximadamente 3 mil pessoas. Fiquei impressionada com o nível de mobilização dos seringueiros, dos soldados da borracha, principalmente no Acre. Sem dúvida, concentra-se ali o maior número de pessoas que já adquiriram ou que lutam para adquirir esse direito. Durante a guerra, a maioria dos que foram trabalhar na Amazônia, no esforço de maior produção e de extração do látex, localizou-se no Estado do Acre.

Discutimos com todas essas pessoas e com os sindicatos a necessidade de mobilização. Dando seqüência a todas essas atividades, estamos aqui para debater as reivindicações que eles apresentam. Esta audiência pública tem como objetivo básico discutir uma das reivindicações, que é a equiparação da situação do soldado da borracha com a do ex-combatente de guerra, conforme o art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Eu, pelo menos, não vou me referir a outras reivindicações, que são importantes, mas que debateremos em outro momento.

Depois de ouvir as considerações feitas principalmente pelo general que representa aqui o Ministério da Defesa e pelo Dr. Donadon, que representa o Ministério da Previdência e Assistência Social, gostaria de fazer alguns questionamentos.

O primeiro deles é dirigido ao general.

De acordo com o conjunto de legislação que vimos separando e estudando, há o Decreto-Lei nº 5.225, de fevereiro de 1943, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, que dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração de borracha no Vale Amazônico. O art. 2º desse decreto-lei diz que, para efeito do atendimento da incorporação mencionada no artigo anterior, os encargos oficiais do Governo brasileiro remeterão ao Comandante da Região Militar as relações nominais dos trabalhadores convocados para o serviço ativo.

Pergunto ao General Synésio Scofano Fernandes onde está essa relação. De acordo com o que foi lido pelo Dr. Donadon, os soldados da borracha têm de apresentar vários documentos para fazer jus à assistência social a que se refere o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais: o documento emitido pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA; a caderneta de seringueiro; o contrato de trabalho para extração da borracha, entre outros.

O Decreto-Lei nº 5.225, de 1943, estabeleceu que todos esses dados deveriam ser remetidos ao Comandante da Região Militar. Portanto, seria impor-

tante ter acesso a essas informações. Imagino que, em decorrência da normatização, que vem desde a década de 40 do século passado, as Forças Armadas, o Ministério da Defesa disponham de arquivo contendo esses dados.

Gostaria de saber se esse arquivo existe. Em caso afirmativo, qual a possibilidade de termos acesso a ele? Esses dados são preciosos não só para a PEC que estamos discutindo como também para o recebimento da pensão vitalícia de 2 salários mínimos. Passaram a exigir muitos documentos dos seringueiros, dos soldados da borracha, e muitos deles não têm absolutamente nada, pois, na Amazônia, ficaram sujeitos a todo tipo de situação, como alagamentos, e por isso perderam seus documentos.

Concordo, Dr. Donadon, que a concessão desse benefício social tem diminuído por causa da diminuição da procura, que se esgota devido à idade das pessoas interessadas e também porque os requerimentos dos seringueiros, dos soldados da borracha são rejeitados por falta de prova material. Eles não dispõem mais dessa documentação. Se o Exército tivesse essa relação, facilitaria e muito.

Portanto, a primeira pergunta diz respeito a esses dados a que se refere a legislação brasileira, os quais, no nosso entendimento, devem estar de posse do Ministério da Defesa.

Concordo com o General Synésio Scofano Fernandes, quando diz que, quanto ao mérito do projeto, não há opinião contrária do Ministério da Defesa, mas há preocupações no sentido de viabilizar esses direitos que poderão vir a ser concedidos a um grupo de no mínimo 17 mil pessoas, conforme dados do INSS. Mas, se concedido esse direito, deve haver a preocupação de essa despesa não ficar a cargo do Ministério da Defesa e sim do Tesouro Nacional, como despesa geral.

Isso poderá ser definido por lei ou por emenda à proposta de emenda constitucional, ao chegar o momento de se julgar o mérito, porque até então a emenda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que decide apenas a respeito de sua admissibilidade. Concordamos com o tópico, e o assunto pode ser definido por emenda à PEC ou por lei que venha a regulamentar a concessão desse benefício, caso ocorra a equiparação. Devo lembrar, entretanto, que na prática não existe a diferença a que se refere o representante do Ministério da Previdência Social, entre assistência previdenciária e benefício. Na prática, essa diferença não existe, porque tudo cai na conta da Previdência. Ainda estamos discutindo a reforma previdenciária. O benefício que o trabalhador rural recebe é computado na despesa da Previdência Social brasileira. Essa é outra luta. O discurso vale para determinado momento, mas para outro não. Portanto, este novo Governo tem de definir exatamente o que é. Se é assistência social, como a aposentadoria do trabalhador rural, que assim seja definida. Nesse caso, não pode ser computada para determinar o déficit da Previdência Social. É dessa forma que penso.

Discordo do Dr. Donadon em alguns pontos. Ao analisar o inciso V do art. 53 da Constituição, ele questiona se haveria alguma vantagem na equiparação do soldado da borracha com o ex-combatente de guerra, uma vez que ele poderia estar enquadrado no inciso V do art. 54 e, portanto, teria direito a aposentadoria com salário integral após 25 anos de serviço.

Não é bem assim. Peço ao general, desde já, sua colaboração. Afinal, vamos solicitar-lhe muitas informações relativas aos ex-combatentes de guerra, até para podermos discutir com maior conhecimento da realidade o nosso projeto de emenda constitucional. Vamos pedir-lhe inúmeros dados relativos às pensões especiais concedidas aos ex-combatentes de guerra.

O Dr. Donadon fala muito do inciso V, mas temos de nos reportar ao inciso II do art. 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que assim reza:

> "Art. 53. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:
>
> ....
>
> II – pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas..."

Ou seja, ele tem direito a essa pensão. E é exatamente em cima desse direito que foi construída toda a intervenção do Ministério da Defesa. A partir do momento em que aprovarmos a PEC, estaremos iniciando o debate, e os soldados da borracha teriam imediatamente esse direito. A pensão especial, hoje de 2 salários mínimos, passaria a ser equivalente à recebida por segundo-tenente das Forças Armadas brasileiras.

Esta é minha opinião. Não questiono V.Sa. quanto a isso, mas faço esse reparo, não apenas quanto à interpretação do art. 53, mas principalmente quanto a benefícios e a direito previdenciário. Mais de 17 mil soldados da borracha tiveram acesso a esse benefício. Nenhum deles, em qualquer momento da vida, teve qualquer vínculo empregatício, seja no serviço público, seja na iniciativa privada. Jamais tiveram carteira de trabalho assinada ou vínculo em órgão públi-

co. Portanto, eles não seriam enquadrados no inciso V, mas no inciso II.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Muito obrigada, Deputada Vanessa Grazziotin.

Quero comunicar aos nossos convidados que há apenas 2 Parlamentares inscritos – a Deputada Vanessa Grazziotin e eu – e pedir-lhes que se manifestem depois.

Passo a Presidência à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – A Presidência concede a palavra à nobre Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sra. Presidenta, Srs. convidados, apesar de o Plenário estar funcionando hoje, em caráter extraordinário, é muito positivo estarmos mantendo esta discussão. A atitude tomada demonstra a vontade tanto dos nossos convidados quanto nossa de levarmos adiante este debate com a seriedade que ele merece.

Quero agradecer em particular ao Presidente da Comissão da Amazônia, Deputado Átila Lins, que nos tem dado todo o apoio na discussão relativa aos soldados da borracha. Nem todas as Comissões têm agido neste momento, em relação a esse assunto, com responsabilidade igual à da Comissão da Amazônia. É importante reconhecermos o apoio que o Deputado Átila Lins nos tem dado.

Agradeço ao representante do Ministério da Defesa, general Synésio Scofano Fernandes, e ao Sr. João Donadon, do Ministério da Previdência Social, a presença.

Gostaria de parabenizar publicamente o Sr. Abdon, que, com a idade que tem, faz inveja a qualquer sindicalista brasileiro. Ele, com responsabilidade, persistência e esforço, mobiliza toda a sua categoria.

Aliás, outras 4 pessoas também me impressionaram, todas na mesma faixa etária do Dr. Abdon. Elas têm conseguido tocar seu sindicato sem recursos. Sem contar com apoio financeiro algum para transporte, embarcaram em ônibus 3 mil soldados da borracha, no Acre, e os enviaram para cá para debater este assunto. Isso é para os senhores entenderem como esse reconhecimento político é realmente uma exigência dos soldados da borracha da Amazônia.

A Deputada Vanessa Grazziotin e eu já nos comprometemos a apoiar os Deputados do Pará, de Roraima, de Rondônia e dos demais Estados da Amazônia que querem debater o assunto.

Esteve presente na Assembléia do Acre o Líder do Governo daquele Estado, e isso foi muito importante. S.Exa. disse que o Governador Jorge Viana vai envidar todos os esforços possíveis para apoiar a luta pelo reconhecimento social dos soldados da borracha.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Acre é também o Presidente do Parlamento Amazônico. S.Exa. se comprometeu a realizar esse debate no Parlamento Amazônico, a fim de que todas as Assembléias Legislativas da Amazônia possam debater conjuntamente o direito dos soldados da borracha.

A Deputada Vanessa Grazziotin já mencionou importantes detalhes, que não preciso lembrar, para não ser repetitiva. O Brasil tem uma dívida social muito grande com esses homens que foram para os seringais da Amazônia. Às vezes, perguntamo-nos se muitos deles ainda estarão vivos para assistir a esse reconhecimento social, político, enfim, ao pagamento dessa dívida que o Brasil tem com eles. Foi impressionante como muitos deles, tanto no Amazonas como no Acre, choraram de tanta emoção ao relembrar tudo que passaram no momento em que foram transferidos, em que saíram do seu Estado de origem em direção à Amazônia para enfrentar as feras, as doenças, as correrias entre seringueiros e índios, que acabavam em muitas matanças. Foi impressionante ver como eles se emocionaram relatando essa situação.

Sabemos – as estatísticas mostram isto claramente – que naquela época morreram muito mais soldados na Amazônia do que no *front* de guerra. É por isso que o Acre e os Estados da Amazônia fazem questão de se referir àquele momento como a Batalha da Borracha. Muitos homens se curvaram para atender a um chamado do Presidente da República e foram alistar-se para servir a Pátria, embora em *fronts* diferentes, uns pegando o rifle e indo para a guerra, outros pegando o facão e enfrentando as feras, às vezes até desarmados.

Vou ler apenas uns trechos, para que fiquem registrados nesta Casa, do *Lamento dos Seringueiros*, que me foi entregue no Estado do Amazonas:

> "Os arigós – ou seja, os cearenses – que se alistaram para vir à Amazônia quando aqui chegaram não tinham conhecimento do trabalho da borracha nem conheciam a seringueira, porque eles eram brabos. Não eram soldados nem seringueiros, eram recrutas. E nem eram soldados da borracha ainda, pois não tinham a experiência, nem o exercício, nem o trabalho da seringa. Não havia democracia; havia somente o imperialismo dos coronéis, que usavam e abusavam dos pobres seringueiros. Quando um seringueiro tinha mulher bonita, o patrão a buscava para ficar com ele um mês ou mais, como mulher dele, e o pobre seringueiro não podia fazer absolutamente nada,

> senão levaria uma grande surra no tronco para castigo ou morreria.
>
> Aqueles que não sabiam ler ou escrever nunca pagavam a conta. Sempre no final do ano continuavam devendo. Os que sabiam ler e escrever prestavam conta com os patrões. Em caso de saldo, o patrão pagava no balcão, mas quando o pobre voltava para a casa os capangas do patrão estavam no caminho, esperando para matá-lo, e traziam o dinheiro de volta para o patrão".
>
> Continuando a leitura do Lamento:
>
> "Esse é um passado verídico não considerado hoje para recebermos os nossos direitos. É preciso enfrentar a Justiça Federal. Lá, o juiz até acredita em nós. Sabe que nós não estamos mentindo. A Justiça dá os nossos direitos. Nós até não temos queixa da Justiça".

O problema, Sr Donadon, como expressa o Lamento dos Seringueiros, é o seguinte:

> "O INSS quer a todo custo documentos que provem que trabalhamos na borracha. Eles não vêem em nós as marcas do sofrimento que passamos nos seringais. Ora, se a Justiça nos dá esse direito, por que o INSS interfere? Será que o INSS tem mais poderes do que Justiça?"

Continua. Não vou ler todo o trecho. Este é um dos documentos dos seringueiros da borracha, assinado por vários cidadãos de 79 a 94 anos.

A Deputada Vanessa convidou-me para entrar nessa luta. A proposta da PEC é de S.Exa. Temos propostas conjuntas relativas ao assunto. Estamos na luta, fazendo um abaixo-assinado na Amazônia inteira com os seringueiros, os soldados da borracha, para entregarmos ao Presidente Lula, homem que veio também do trabalho forçado. Esperamos que S.Exa. reconheça que os soldados da borracha têm direito ao 13º terceiro salário.

Faço esses comentários porque hoje não tenho mais isso como bandeira política desse ou daquele mandato. Acabamos nos envolvendo com a questão de forma emocional, os soldados da borracha fazem passar como um filme na nossa mente o que viveram naquela época.

Então, general, fiquei muito animada e feliz quando vi o documento que V.Exa. nos entregou. Vou usá-lo como documento importante na nossa luta.

Ele dispõe: *"Inicialmente, desejamos afirmar o nosso reconhecimento de que essa proposição procura fazer justiça àqueles que foram recrutados em diversas regiões do País".*

O documento é da mais alta importância para nós. A Deputada Vanessa e eu concordamos plenamente com ele. Não achamos justo que os parcos recursos do Exército brasileiro tenham de bancar uma ação como essa, caso venhamos a conquistá-la. Não achamos isso justo. Há outras rubricas precisando de discussão, e vamos debatê-las mais à frente.

É importante o reconhecimento dos senhores. Não tenho dúvida de que, se os senhores conseguirem, por um milagre do destino, encontrar as listas do recrutamento daquela época, com certeza com muita alegria vão reforçar nossa proposta e nossa luta.

Não teria pergunta a fazer a V.Exa. Agradeço-lhe por estar publicamente documentando a luta dos soldados da borracha.

Faço apenas alguns questionamentos ao representante do INSS. O número dos soldados da borracha é alto quando comparado ao dos ex-pracinhas. O reconhecimento dessa conquista pelo Governo Lula será de grande importância para a Amazônia, uma das regiões mais ricas do Brasil, mas relegada ao esquecimento. Com isso, talvez o povo da Amazônia perdoe muito do sofrimento pelo qual passou nos últimos anos.

Gostaria de saber do INSS e do Ministério da Defesa se esse direito dos soldados da borracha é reconhecido. O que a Previdência é capaz de fazer para ajudar a reconhecer esse direito adquirido?

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Deputada Perpétua Almeida, agradecemos-lhe a brilhante intervenção. V.Exa., nesse curto espaço de tempo, conseguiu resumir o que têm sido nossas conversas e encontros nos Estados da Amazônia com os soldados da borracha.

Nesta última fase da sessão, para não perdermos a próxima votação no Plenário, passarei a palavra aos nossos convidados, para suas considerações finais.

Temos certeza de que teremos outros debates sobre o tema, quem sabe também na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e em várias outras permanentes.

Tem a palavra o Sr. João Donadon, representante do Ministério da Previdência e Assistência Social.

O SR. JOÃO DONADON – Começarei pela última pergunta da Deputada Perpétua Almeida.

A Previdência Social reconhece todos os segmentos deste País. Ela é hoje uma instituição que pertence não ao Governo, mas à sociedade, porque é um direito dos trabalhadores. Há dificuldades na concessão de benefícios? Há. É natural que haja, principalmente quando se trata de trabalhadores da área rural, que já têm uma dificuldade natural muito grande. Se eles trabalham na mata, a dificuldade é muito maior, principalmente na

época em que eles foram recrutados para fazer esse trabalho. Não há a menor dúvida de que se trata de um direito e de que há um reconhecimento de todos os brasileiros pela dedicação, empenho e disponibilidade dessas pessoas para defender a Pátria.

A Previdência, mais especificamente o INSS, é um órgãos de execução. Ela não faz as leis. Apenas cumpre aquilo que este Parlamento determina como legislação a ser aplicada para o reconhecimento dos direitos e concessão dos benefícios. Ela não pode fazer de forma diferente, porque tem regras a seguir.

Gostaria de me reportar à fala do Sr. José Paulino quando se referiu às dificuldades de enquadramento das pessoas, principalmente à comprovação de carência. A própria lei determina que a comprovação da carência do soldado da borracha, aquele que foi para a Amazônia no período da guerra, seja feita por intermédio de um atestado fornecido por órgão oficial. Não há grandes dificuldades para obtenção desse atestado de pobreza, que, com esse nome, foi extinto pelas medidas de desburocratização ainda na época do saudoso Ministro Hélio Beltrão, mas um documento público que reconheça esse estado de carência é suficiente.

O senhor mencionou a questão da renda *per capita* familiar de um quarto do salário mínimo para o benefício da LOAS. Esse é um benefício assistencial válido para qualquer cidadão, independentemente de ser urbano ou rural. São regras de assistência social devida àquele que chega à idade de 67 anos e não tem condições de prover sua própria subsistência ou tê-la provida pela família. Nesse caso, é assegurado o benefício de 1 salário mínimo. Uma das condições é a comprovação de que a renda *per capita* familiar seja inferior a um quarto do salário mínimo. Esse não é o caso que está sendo discutido aqui. Estamos discutindo o soldado da borracha. Nessa condição, a carência é demonstrada através de um atestado fornecido por órgão oficial. Claro que, se não for esse, a Previdência tem outros meios para buscar.

A Deputada Vanessa Grazziotin comentou sobre a possibilidade de ser previdência ou assistência. Na verdade, o benefício de soldado da borracha é instituído como assistência. O seu custo é suportado pelo Tesouro. A Previdência concede o benefício, mas o Tesouro a reembolsa. Já a previdência rural faz parte do rol dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Aí, sim, é concedida como um benefício previdenciário, não obstante seu custeio seja muito menor do que as despesas.

Se compararmos a receita com os valores dos benefícios concedidos para os segurados especiais, veremos que a arrecadação se situará em torno de 3% do que se gasta. Se considerarmos a arrecadação de toda a área rural, comparando-a com todos os benefícios da área rural, veremos que a arrecadação situa-se em 8% a 9% do que se concede. Então, ela é quase assistencial, mas é rotulada de previdenciária, porque está dentro da nossa legislação de previdência social. Temos de reconhecer que a previdência rural não tem condições de suportar todo o custeio, não só no Brasil, mas em parte nenhuma do mundo. No nosso caso, ela está dentro da previdência, que, até por um dever legal, particulariza suas contas no Orçamento, tanto que aparece como renúncia fiscal, dando conta de que o Tesouro precisa subsidiar essas receitas para fazer face a esses benefícios.

No que diz respeito ao projeto em si, se inciso II ou V, diria que, se fosse para enquadrar diretamente no inciso II, não haveria necessidade do inciso V. Se todos os ex-combatentes tivessem direito ao benefício instituído no inciso II, não haveria razão de prever o inciso V. O inciso II trata daqueles incorporados às Forças Armadas. Terminada a guerra, muitos seguiram sua vida civil e passaram a obter benefícios, comprovando 25 anos de atividade, tanto que a Previdência tem um número grande de pessoas assim consideradas e benefícios concedidos.

Deputada, se a intenção é enquadrá-los no inciso II, seria conveniente que isso ficasse expresso. Não pode ser colocado de forma genérica, senão a tendência seria fazer um enquadramento da forma como abordei.

A comprovação de atividade é realmente um complicador. Desde a edição da Lei nº 8.213, de 1991, há dificuldades na concessão dos benefícios para a área rural. Não obstante todas essas dificuldades, temos algo em torno de 7 milhões de aposentados na área rural. Portanto, não são tão intransponíveis essas dificuldades. Para modificar essa sistemática e, ao mesmo tempo, adaptá-la aos novos conceitos constitucionais, principalmente os introduzidos pela Emenda Constitucional nº 20, que determina que os benefícios da Previdência sejam contributivos, estão sendo elaborados estudos, no âmbito do Ministério da Previdência, com a participação ativa e propositiva do Conselho Nacional de Previdência Social, da CONTAG, da FETRAF-Sul, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Movimento dos Pescadores e de outros segmentos da área rural, para tentar analisar as reivindicações desses segmentos, na tentativa de elaborar uma nova legislação, que se aproxime mais da realidade e favoreça os trabalhadores na obtenção dos benefícios da Previdência.

Hoje, para o trabalhador urbano, estamos dispensando praticamente toda a documentação, porque temos todos os dados armazenados mês a mês, in-

clusive com a remuneração. Na área rural, nem sabemos quem são, só ficamos sabendo que têm direito à aposentadoria quando batem às portas da Previdência para requerer seu benefício. Essa realidade precisa ser modificada. A Previdência está-se preocupando com isso. Estão sendo desenvolvidos estudos. Até existem alguns bastante avançados, mas queremos ouvir os segmentos que realmente conhecem a realidade e podem contribuir de forma efetiva para a melhoria dessa legislação.

No mais, colocamo-nos à disposição da Comissão e dos Deputados para eventual retomada das discussões, na busca do melhor para o País e seus cidadãos.

Muito obrigado pela oportunidade desta participação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Agradecemos ao Dr. Donadon.

Passamos a palavra ao Presidente do Sindicato dos Aposentados do Estado do Acre, Sr. José Paulino da Costa.

O SR. JOSÉ PAULINO DA COSTA – Agradeço pela oportunidade. Quero dizer ao representante da Previdência Social que, quando foi editada a medida provisória, em 1998, o pessoal entrou com processo contra o Governo do Acre. Em seguida, o salário das pessoas que recebiam há 1 ou 2 meses foi bloqueado.

Procurei saber da portaria. No dia 6 de agosto de 1998, apresentaram-me uma portaria, informando que já estava bloqueado. Achei que não estava correto. Voltei à Previdência Social. Fui com o Dr. Celso Caitete, Defensor Público Federal da Previdência Social do Estado do Acre, que disse que eu iria com a doutora. Mexendo no computador, ela me disse que a medida provisória havia sido emitida no dia 28 de maio de 1998 e publicada no dia 29. Naquele momento, não disse a ela que era mentirosa porque respeitei o órgão, mas guardei no coração essa grande mentira.

Quando fizemos uma assembléia-geral no Teatrão, para saber como estava o andamento da medida provisória, contamos com a presença de mais de 6 mil pessoas, das quais 80% eram soldados da borracha. Hoje é lei. A assembléia-geral foi em dezembro. Eu disse para todo o mundo ouvir. Havia 100 mil pessoas ou mais. Por que a Previdência Social usou essa manobra de 2 portarias? O Senador Nabor Júnior e a Senadora Marina Silva estavam com as 2 portarias na mão. Eu disse: *"Veja Senadora, mais uma portaria"*. Fico impressionado como a Previdência Social trabalha no Estado do Acre e em todo o Brasil.

Muitos soldados da borracha, nordestinos, vários que conheço, e tantos acreanos pioneiros que ajudaram os nordestinos a aprender a cortar seringa não sabiam de nada. O meu pai era mateiro e foi cortar seringa para os nordestinos. Por que esse povo não volta a receber através da prova testemunhal? Prova material há 60 anos? Ninguém tem mais talão de conta corrente. Poucos daquele tempo casavam. Portanto, não têm certidão de casamento. Por que não pode voltar a existir a prova testemunhal? É preciso rever e dar muita atenção a outras questões que podem entrar no mesmo requisito, como a publicação do art. 10.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Nós é que agradecemos por sua participação.

Passamos a palavra ao general Synésio Scofano Fernandes.

O SR. SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES – Inicialmente, no que se refere à solicitação da Deputada Vanessa a respeito do registro dos nomes dos soldados da borracha, comprometo-me a averiguar a questão, pesquisar e diligenciar. Por intermédio da nossa assessoria parlamentar, faremos chegar à senhora, se for possível, esses dados.

Quero também agradecer pela oportunidade que as Deputadas Vanessa Grazziotin e Perpétua Almeida nos deram de participar de debate de assunto da maior importância. Estamos sempre ao dispor dos senhores para aprofundar a discussão sobre o tema.

Quero dizer à Deputada Perpétua que nos comove sempre a emoção que coloca nas suas palavras e nos seus sonhos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Mais uma vez, agradecemos a todos os nossos expositores, que, com muita presteza, atenderam ao nosso convite para que travássemos este debate tão importante. Agradeço a participação de todos os colegas, particularmente da Deputada Perpétua Almeida. Muitos não puderam estar aqui, mas haverá outras oportunidades de debater o mesmo tema.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrados os trabalhos da presente reunião, convidando todos os presentes para o Seminário *Ações Governamentais para os Povos Indígenas da Amazônia*, promovido pela Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, juntamente com a Subcomissão de Assuntos Indígenas, que é presidida pela Deputada Perpétua Almeida.

O Seminário terá início no dia 17 de setembro, às 9h, no Auditório Nereu Ramos, desta Câmara dos Deputados.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a sessão.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Trigésima Oitava Reunião Ordinária Realizada em 24 de Setembro de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e cinqüenta e um minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Rogério Silva, Zequinha Marinho e Davi Alcolumbre – Vice-Presidentes; Alceste Almeida, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Antonio Joaquim, Babá, Carlos Souza, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Luciano Castro, Maria Helena, Miguel de Souza, Nicias Ribeiro, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Terezinha Fernandes, Vanessa Grazziotin e Zé Lima – Titulares; Alberto Fraga, Carlos Abicalil, Casara, Confúcio Moura, Coronel Alves, Humberto Michiles, Jaime Martins, Kátia Abreu, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Pastor Frankembergen – Suplentes. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Rogério Silva, Primeiro Vice-Presidente, que declarou aberta a Sessão e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os Senhores Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes; Michel Dib Tachy, Superintendente de administração das Hidrovias da Amazônia Oriental e Josenir Nascimento, Superintendente de administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia, com o objetivo apresentar a este Colegiado os Projetos de Construção das Hidrovias da Amazônia e a Política Governamental para o Setor, em atendimento a requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Zequinha Marinho e Ann Pontes. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os Senhores Deputados Zequinha Marinho, Ann Pontes, Raimundo Santos, Nicias Ribeiro e Babá. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. Exerceram, alternadamente, a Presidência os Deputados Rogério Silva, Humberto Michiles, Raimundo Santos e Zequinha Marinho. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às quatorze horas e doze minutos, antes convocando Reunião Deliberativa Ordinária para a próxima quarta-feira, dia primeiro de outubro, às onze horas, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Vargas, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Deputado **Rogério Silva**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para ouvir os Srs. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes; Francisco de Assis Ramalho Além, Gerente de Hidrovias e Portos Interiores do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT); Michel Dib Tachy, Superintendente da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR) e Josenir Gonçalves Nascimento, Superintendente de Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (AHITAR), para discutirmos os projetos de construção de hidrovias na Amazônia e a política governamental para o setor, atendendo a requerimento dos Srs. Deputados Zequinha Marinho e Ann Pontes, aprovado pelo Plenário.

Para melhor andamento dos trabalhos adotaremos os seguintes critérios.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os convidados deverão limitar-se ao tema em debate e disporão de 20 minutos, não podendo ser aparteados.

Informo que a lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa e que os Deputados que desejarem fazer uso da palavra deverão registrar seus nomes e só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de três minutos.

Os interpelados terão igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado aos expositores interpelar qualquer um dos presentes.

Inicialmente agradeço aos convidados, Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Sr. Francisco de Assis Ramalho Além, Sr. Michel Dib Tachy e Sr. Josenir Gonçalves Nascimento pelo comparecimento, como também aos colegas Parlamentares e a todos os presentes.

Dando início à exposição, convido os Srs. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Michel Dib Tachy e Josenir Gonçalves Nascimento para compor a Mesa.

Com a palavra o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes.

O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA PASSOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais presentes a esta audiência, é com muita satisfação que, em nome do Ministério dos Transportes, aqui compareço nesta manhã para discutir assuntos relacionados ao transporte hidroviário na Amazônia brasileira.

Eu organizei o material, que deveria ser exposto, mas tivemos algumas dificuldades por conta de ajuste por mim solicitado. De modo que vou avançar e tecer algumas considerações a respeito.

Inicialmente gostaria de contextualizar a atuação do Ministério no que diz respeito ao transporte hidroviário que se faz através de áreas regionalmente definidas. São cerca de 8 unidades regionais, das quais duas cuidam das hidrovias da Amazônia, as superintendências relacionadas à Amazônia Ocidental e à Amazônia Oriental.

Trabalhamos com um sistema que envolve cerca de 20 portos, uma frota nacional no transporte hidroviário interior na faixa de 1 milhão e 500 mil de toneladas de porte bruto, e cerca de 28 mil quilômetros de vias navegáveis dos quais 10 mil são efetivamente navegados. Temos uma produção de transporte *(falha na gravação)*, e esta operação de transportes é responsável, no País, por algo na faixa de 500 milhões de reais em geração de frete/ano. Nesse setor há um universo de cerca de 150 empresas que operam comercialmente de forma regular.

Inevitavelmente a Bacia Amazônica se destaca das demais na rede hidrográfica brasileira por bacias. Se falamos em 40 mil quilômetros, cerca de 18.300 quilômetros são de hidrovias localizadas no contexto da Bacia Amazônica, que inclui os Rios Amazonas, Solimões, Negro, Branco, Madeira, Purus, Juruá e Tapajós.

Recentemente o Ministério, até para efeitos de organização de seu Plano Plurianual e de suas ações futuras, identificou os fluxos de transportes. Infelizmente, não posso apresentar os dados neste momento – talvez oportunamente seja possível. Ao avaliar esses fluxos, estudados dentro dos diversos modos de transporte, na área hidroviária, damos forte destaque à demanda de transporte relacionado à Amazônia brasileira. Registre-se que ao considerarmos a dimensão das demandas, dos fluxos relacionados ao transporte de cabotagem, somos inevitavelmente levados a estabelecer conectividade entre a navegação costeira, de natureza oceânica, com a navegação interior, de natureza hidroviária, relacionada à Bacia Amazônica.

Nos estudos a que se procedeu a fim de balizar suas decisões, foram identificados diversos corredores, entre os quais podemos citar pelo menos quatro, que de alguma forma se relacionam com a Amazônia: o Pacífico-Caribe, o Tapajós-BR-163/Santarém, o BR-156-Porto de Santana, ao norte do território brasileiro, já conectando com a Guiana. E ainda o Tocantins-Araguaia-Vila do Conde-Itaqui, corredor estratégico da maior importância na esfera hidroviária e para todo o País.

Apenas para caracterizar um pouco a questão relacionada à movimentação de cargas, peço licença a V.Exa. para que meu pessoal possa instalar o material, o que nos ajudaria em muito. *(Pausa.)*

Peço que avance até o quadro de movimentação geral nas principais hidrovias.

(Segue-se exibição de imagens.)

Essa é uma visão dos cursos navegáveis. E essa é a rede que eu havia falado.

Aqui temos idéia da movimentação de cargas nas principais bacias. Observem que, de 2000 a 2002, temos uma faixa de movimentação global que vai de 22 a 28 milhões de toneladas. Mais uma vez, destacadamente, a Amazônia aparece como área preponderante no transporte de cargas.

Aqui apresentamos uma visualização desse transporte por quantidade, inclusive de produtos. Destaco a bauxita, carga geral, grãos, milho, gipsita, minérios. É uma decomposição identificada por bacias e por produtos.

Na seqüência, temos uma informação que caracteriza as aplicações de recursos verificadas no somatório das bacias tanto nos investimentos como na manutenção até o exercício de 2002.

Quando falamos sobre as responsabilidades do Ministério e tudo que é da nossa alçada executar, é importante termos em mente o que efetivamente ocorreu na área de transporte nesses últimos anos.

Esse quadro é, por si só, contundente, bastante forte, porque identifica a redução de recursos relacionados à área de transportes, principalmente se considerarmos o que está assinalado em vermelho, a partir da extinção do Fundo Rodoviário Nacional. De certa forma, isso foi responsável por uma grande compressão nas possibilidades de o Ministério atender aquilo que é do nosso desejo, mas que, por razões de limitação orçamentária, não conseguimos fazer.

Esse quadro – eu já havia mencionado – identifica os fluxos na esfera hidroviária. Vejam o destaque, entre 5 e 10 milhões de toneladas, nessa faixa correspondente à Amazônia brasileira.

Aqui temos o estudo de fluxo feito pelo Ministério, relacionado à cabotagem. Também pode se perceber a escala, pela largura da faixa em azul, e a conexão desse transporte com o transporte hidroviário no interior da Amazônia.

Mencionei há pouco os diversos corredores. Aqueles que mencionei estão nessas faixas verdes que entrecortam a Amazônia.

Hoje, ao analisar a matriz de transporte do Brasil, verifica-se que o transporte brasileiro está altamente concentrado no transporte rodoviário, que representa 63%; o transporte ferroviário, 24%; o transporte hidroviário, 13%. Precisamos mudar esse quadro. Precisamos mudar esse panorama. E só conseguiremos mudá-lo à medida que sejamos capazes de estimular a operação por outros modos de transporte, seja o modo ferroviário e, principalmente, quando cabível, o modo hidroviário.

A tela seguinte traz uma comparação bastante elucidativa do ponto de vista da eficiência do transporte hidroviário. Os senhores podem ver uma barcaça capaz de transportar 1 mil e 500 toneladas. Isso corresponde a 15 vagões jumbo ou a 60 caminhões. Ela é capaz de operar com custos muito mais baixos. Esse tipo de transporte opera em condições ambientalmente mais limpas, considerando-se o consumo de combustível.

Na realidade, o País dispõe de uma malha que ainda não alcançou seu potencial do ponto de vista de utilização. Assim, a expectativa, o desejo e a firme determinação do Ministério é no sentido de caminhar na direção da valorização e criação de estímulos e oportunidades para que essa malha venha a ser utilizada efetivamente.

Essa lâmina dá uma idéia dos fretes médios comparativamente. Observem as diferenças acentuadas no frete médio. Aqui utilizamos a distância de 1 mil e 200 quilômetros: 0,37 por tonelada na área rodoviária; 0,19 na ferroviária e 0,14 na hidroviária.

O Ministério dos Transportes, tendo estudado a necessidade de intervenção nas diversas hidrovias do País, montou um programa de investimentos que atingiria algo na faixa de 2,3 bilhões de reais. Evidentemente, varia o custo/quilômetro das intervenções eventualmente necessárias. Aí temos de ter em mente todo o processo, principalmente quando, ao longo de um curso navegável, surge a necessidade de se construir, por exemplo, uma eclusa, investimento de porte, investimento pesado, que, em alguns trechos hidroviários do País, se apresenta como intervenção absolutamente necessária. Do contrário, trabalharemos com a possibilidade de seccionamento em um curso d'água que pode permitir uma navegação franca por mais de mil quilômetros. Sem esse tipo de investimento estaríamos subaproveitando ou até criando impedimentos à livre circulação de embarcações que podem transportar vários produtos, sejam grãos, minérios, cargas de interesse da região atendida.

Quando falamos em mudar a matriz de transportes, quando mencionamos o empenho, a ênfase e o interesse na utilização de outros modos, no fundo isso se enquadra nas referências que o Ministério dos Transportes vem adotando para criar um novo paradigma no País em termos de transportes.

Essas referências têm como correspondência um cenário desejado, que pressupõe novas práticas de gestão envolvendo planejamento orçamentário e o controle na execução de obras, fortalecimento institucional do setor, infra-estrutura capaz de atender à demanda interna e crescimento do comércio exterior. Falamos em competitividade e em custos mais baixos. Para tornar o Brasil um país viável e bem posicionado internacionalmente, teremos de atuar com determinação, buscando a redução de custos e o aumento da nossa competitividade.

Teremos de enfatizar os corredores de transportes, corredores associados a produções de relevância no País, que precisam ser carreadas, seja para abastecimento interno, seja para exportação. Teremos também de enfatizar a interligação viária com os países limítrofes, entendendo o Brasil como um país de peso na América do Sul e que, portanto, tem de se articular com seus vizinhos.

Estímulo à multimodalidade.

Aqui fazemos referência ao uso integrado e articulado de diversos modos de transportes, com a dinamização de entroncamentos modais.

Incentivo à utilização dos modos ferroviário e hidroviário.

Já havia mencionado e enfatizo mais uma vez.

Redução dos custos logísticos.

Incentivo à parceira público-privada.

Transporte como fator de geração de emprego e renda.

Aplicação de recursos com critério e eficácia.

Fluxo de recursos necessários e em condições previsíveis e regulares.

Todos esses itens irão romper aquele conhecido círculo vicioso e garantir o início da recuperação da imagem do Ministério dos Transportes. Hoje, o Ministério dos Transportes tem essa preocupação, mas, por outro lado, evidencia sua determinação de estimular ações necessárias ao transporte hidroviário interior.

A próxima tela mostra os investimentos em transporte que seriam compatíveis se tivéssemos a possibilidade de trabalhar em escala muito superior àquela que temos podido alocar hoje. O Ministério entende que, para alterar esse quadro de concentração do transporte na área rodoviária, a fim de permitir cada vez mais o deslocamento de cargas para segmentos de transportes mais eficientes, necessitaria trabalhar

com volume de recursos consideravelmente superiores ao atual. Nem por isso deixamos de realizar os levantamentos para identificar o que realmente seria necessário.

Aqui, como podem ver, está evidenciado o que precisaríamos fazer no Solimões-Amazonas, no Trombetas-Amazonas, no Branco, Negro, Guaporé, Tapajós e outros. Temos todos os estudos e os levantamentos das intervenções necessárias. Estamos aptos a trabalhar firmemente na direção do crescimento do transporte hidroviário interior. Para tanto precisaremos, sim, ter meios e condições no sentido de efetivar essa expectativa.

Aqui, uma rápida passagem pelas hidrovias.

Temos aqui a hidrovia do Branco-Negro, onde destacamos sua importância para uma futura produção de grãos nos campos de Roraima, assim como os aspectos que se relacionam com nosso intercâmbio com a Venezuela.

A Guaporé-Mamoré-Madeira, hidrovia com 1 mil e 56 quilômetros de extensão, está numa posição geográfica estratégica e pode alcançar a extensão de 3 mil e 56 quilômetros. Também se relaciona com a produção de grãos e o beneficiamento de áreas agricultáveis, com destaque para a Chapada dos Parecis.

O Teles Pires-Tapajós, com 1 mil e 43 quilômetros de extensão, é de grande importância para os Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Evidentemente, para que se possa pensar na utilização dessa hidrovia, aspectos ambientais merecem ser tratados e discutidos com cuidado e responsabilidade. Nesse particular, o Ministério dos Transportes não pretende tomar nenhuma atitude que agrida o meio ou que traga alguma incompatibilidade com as leis de meio ambiente. Serão intervenções articuladas e fruto de entendimento entre nós, Ministério dos Transportes, e o Ministério do Meio Ambiente, responsável pelo assunto, deve, por isso, nos perceber não como demandantes a qualquer custo, mas sobretudo como parceiros no que diz respeito aos aspectos que se relacionam com o meio ambiente.

Em relação à Hidrovia Teles Pires-Tapajós, na primeira avaliação, constatou-se a necessidade de investimento de 255 milhões, mas do ponto de vista de aproveitamento estrito pela navegação. À medida que outras obras se iniciem, tenham prosseguimento, ou até se concluam, como, por exemplo, as barragens previstas, é claro que teremos de refazer essa estimativa.

Aqui, apenas para se ter uma idéia de escala da Hidrovia Teles Pires-Tapajós. O rio tem dois quilômetros e meio de largura. Pergunta-se: o que significa 80 metros de canal de navegação? Não significa nada.

Hidrovia do Marajó.

Foi manifestado interesse do Estado do Pará por essa obra. Aqui, uma simulação do que seria feito. *(Pausa.)*

A simulação da tela anterior tem relação com esta. Trata-se, a rigor, da construção de um canal de 32 quilômetros, que diminuiria bastante o trajeto, ou seja, de 580 quilômetros passaria a ter 432 quilômetros.

(Falha na gravação.) ... com 372 quilômetros de extensão, abrange vários Municípios, entre eles Paragominas e São Domingos do Capim. Na realidade, trata-se da desobstrução de trechos em um volume de cerca de 2,6 milhões de metros cúbicos.

Próximo, por favor.

A Hidrovia Araguaia-Tocantins, com extensão de 3.770 quilômetros, é fundamental para a conexão do Norte com o Brasil Central, além da articulação com portos no Pará, como o de Vila do Conde.

Nesse mapa esquemático, mostramos que hidrovia atende a uma área agricultável de mais 35 milhões de hectares, com potencial de produção acima de 100 milhões de toneladas/ano de grãos. Isso equivale, senhores, ao que o País produz hoje. Essa área já iniciou a produção. Possuidora de fantástico potencial, não podemos permanecer como seus devedores. Não podemos ser um fator de obstrução; temos, sim, de criar meios e facilidades e propiciar oportunidades, com a geração de emprego e renda e a circulação de riquezas.

Aí uma imagem da eclusa de Lageado, em construção.

Aí, a de Tucuruí, onde V.Exas. podem ver a eclusa a montante. Ela está praticamente concluída – depende de apenas da instalação de equipamentos.

Aí as escavações, uma visão geral da obra e alguns dados técnicos relacionados com o projeto da eclusa a jusante. As eclusas têm comprimento de 210 metros, com largura de câmara de 33 metros. A capacidade máxima é de 260 milhões de toneladas/ano nos 2 sentidos.

Mais ainda, um histórico da construção da eclusa, que teve início em 1981 e sofreu diversas paralisações. É nosso desejo dar prosseguimento às obras de construção da eclusa. No Orçamento de 2004 estão previstos 70 milhões para assegurar sua continuidade.

Encerro por aqui, reafirmando a disposição do Ministério dos Transportes de dar continuidade às obras de construção das eclusas de Tucuruí e de Lageado. São 2 importantes empreendimentos do Sistema Araguaia-Tocantins.

O Governo do Pará há algum tempo manifestou desejo de, com o Governo Federal, aportar recursos para dar maior celeridade a esses projetos, compre-

endendo as nossas dificuldades. Se for possível, dos 360 milhões que faltam para a conclusão da eclusa de Tucuruí, o Estado do Pará investiria 180 milhões e o Ministério outro tanto.

Apostamos nessa parceria. Evidentemente, dependemos de entendimentos de com o Ministério das Minas e Energia, que deverá voltar a conversar conosco. Acreditamos nessa possibilidade de parceria. Ainda que ela não fosse possível, é responsabilidade do Ministério dos Transportes dar continuidade à obra, empenhando-se, no limite das suas possibilidades, pelo prosseguimento e conclusão das duas eclusas.

Temos enfrentado diversas dificuldades – e mostramos um quadro que evidencia esse tipo de problema –, mas elas não nos abaterão nem reduzirão a nossa determinação de concluir esses importantes projetos.

Acreditamos que, no contexto do desenvolvimento do País, a Amazônia, verdadeira dádiva da natureza, pode perfeitamente, além de ser aproveitada para a geração hidráulica e outras finalidades, propiciar aos diversos produtores -agricultores e mineradores – condições de transporte, principalmente de média e longa distâncias, por suas vias navegáveis. Repito o que disse anteriormente: tudo isso será realizado levando-se em conta uma concepção de respeito a quesitos de ordem social e de sustentabilidades econômica ambiental. Não queremos fazer nada que infrinja ou afronte as nossas leis.

Muito obrigado. *(Palmas.)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Silva) – Agradeço ao Secretário Paulo Sérgio Passos os esclarecimentos prestados.

Concedo a palavra ao Sr. Michel Dib Thachy, Superintendente de Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental.

O SR. MICHEL DIB THACHY – Exmo. Sr. Presidente, demais membros da Mesa e Srs. Deputados.

Quero deixar registrado especiais agradecimentos aos Deputados Ann Pontes, Zequinha Marinho e Babá, além do meu companheiro do Partido Liberal, Deputado Raimundo Santos, que nos prestigia com sua presença, pelo convite para apresentar este trabalho sobre hidrovias.

Antes de começar, quero pedir desculpas aos presentes, pois algumas das transparências são repetições das já apresentadas pelo Dr. Paulo Sérgio Passos. Quando for o caso, passarei imediatamente para a seguinte, até para ganhar tempo.

Em palestra parecida com essa na UNAMA, levei uma hora. Para reduzi-la a 20 minutos, terei de ser rápido. Tomara que consiga apresentar os aspectos mais importantes para o conhecimento de V.Exas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Iniciando, mostrarei o quadro da nossa subordinação, embora já tinha havido algumas modificações. Somos do DNIT, da Diretoria Aquaviária, e temos ligação administrativa com a CDP, por um convênio de 1990, quando foi extinta a PORTOBRÁS. Agora, dependemos administrativamente da Docas e financeiramente do Ministério.

Aqui está o mapa que temos para apresentar. Destaco a nossa área de trabalho: a Teles Pires-Tapajós. Aqui a Hidrovia Araguaia-Tocantins; mais para cima, uma rodovia.

Aqui o Xingu, que não está plotado, não faz parte. No caso, o que se discute é a Hidrelétrica de Belo Monte, com 8 mil megawatts de energia. Aqui os Rios Capim e Guamá.

Aqui as diversas administrações.

Mais um mapa mostrando a jurisdição da AHIMOR.

Aqui um mapa geral da Amazônia, com os diversos rios da região.

Aqui o Pará e suas principais hidrovias.

Aqui o Rio Trombetas e sua navegação facilitada em 260 quilômetros até Cachoeira Porteira. O Terminal Trombetas fica a 140 quilômetros do Amazonas, com tráfego de até 8 metros de calado.

A Tapajós-Teles Pires até São Luís de Tapajós. São 346 quilômetros navegáveis, precisando apenas de algum trabalho de dragagem e manutenção.

Mas daqui para cá, até Cachoeira Rasteira, chegamos a um total de 1.043 quilômetros. E se levarmos até lá embaixo, em Sinop, no Mato Grosso, chegaremos a 1.500 quilômetros de hidrovia.

O problema principal são as corredeiras de São Luís do Tapajós, entre São Luís e Buburé. De Buburé para cá é navegável. Temos outros problemas aqui, antes da Cachoeira de Chacorão: as corredeiras de Mangabalzinho. Depois, as corredeiras de Chacorão e, por último, a Cachoeira Rasteira, nosso limite atual de projeto.

A partir de Cachoeira Rasteira, há 3 grandes corredeiras. Chega a 100 metros o desnível dessas 3 corredeiras entre cachoeira Porteira e a subida, a terceira cascata. Será difícil transpor essas dificuldades, mas o projeto é de longo prazo.

Temos aqui o Rio Xingu, navegável até Vitória do Xingu.

Aqui o projeto da hidrelétrica que vai, evidentemente, quando aprovado, estabelecer a condição de navegabilidade rio acima.

Aqui a Hidrovia Araguaia-Tocantins, navegável até Tucuruí. Aqui estamos tamponados pela falta das duas eclusas, como iremos mostrar lá na frente. Da-

qui para cá é navegável até o final do lago, depois há um trecho de pequenas pedras. Aqui, quando errar o caminho, você pode corrigir, pois é navegável.

Daqui para frente o representante da AHITAR poderá falar com mais propriedade.

Aqui os Rios Guamá e Capim. O Guamá é navegável até São Miguel, e o Capim, até Tauari, distância que chega a 300 quilômetros. Depois ele desce e vai até mais embaixo para tornar toda essa região navegável, numa distância de mais de 300 quilômetros.

Atualmente, esse rio é muito utilizado para transporte de caulim e bauxita. A previsão é utilizá-lo para escoar a produção de *commodities* de Paragominas pelo Rio Capivara.

Aqui é para dar uma idéia de comparação, isto é, a substituição de um comboio de 200 metros de comprimento, um comboio normal, por 9 quilômetros de caminhão na estrada.

Aqui as vantagens do sistema hidroviário sobre o rodoviário: menor deficiência energética, maior segurança, redução de emissão de gases, maior capacidade de carga, reduzindo congestionamentos, e baixo custo de implantação e operação.

Essas são as vantagens das hidrovias sobre os outros modais de transportes.

Devemos considerar aqui os custos de implantação dos diversos modais. Nas rodovias, o custo por quilômetro é de 400 mil a 1 milhão de dólares; nas ferrovias, 800 mil a 1 milhão; e nas hidrovias, até 200 mil dólares.

Esse valor é resultado de experiência realizada no Rio Madeira, lá em cima. O Madeira é navegável a partir de Porto Velho até Itacoatiara. Conseqüentemente, houve apenas um trabalho de dragagem, resultando nesse valor muito baixo. Acho que deve ser descartado aquele valor.

Aqui os investimentos. Já bastante abordados, mostram a inferioridade dos investimentos no setor hidroviário do País.

Aqui a diferença do uso do sistema na Amazônia em relação a outros portos do Brasil. Em quase todos os casos, temos quase 3 mil, 4 mil quilômetros de distância em relação aos diversos consumidores dos nossos produtos.

Aqui a Teles Pires – Tapajós.

Aqui um comboio normal, com cargas para 1 metro e meio de calado, com capa de 2 metros e meio metro de calado. Vejam que se duplica a capacidade do comboio.

Aqui a Teles Pires. De Santarém até Itaituba e São Luís do Tapajós é navegável. Precisa apenas manter a dragagem, o balizamento e a sinalização.

Aqui as corredeiras de São Luís até Buburé. São 28 quilômetros. Teremos de corrigir, ou seja, fazer não só uma pequena eclusa de 17 metros de desnível, bem como um trabalho de derrocamento na região.

Depois vai até Mangabalzinho, novamente uma área de pedragem, passa por um trecho normalmente bom, em Chacorão, até Teles Pires e, por último, cachoeira Rasteira – 1.034 quilômetros.

Aqui uma amostragem do trabalho de derrocamento: uma rocha que tem de ser cortada para tornar o rio navegável ao nível da profundidade desejado

Aqui o trecho São Luís – Buburé, onde será construído um canal. Esse projeto foi escolhido entre várias opções estudadas pela AHIMOR. A idéia é fazer um canal aqui do lado, uma pequena eclusa aqui, e também uma barragem, um dique, por onde, num desnível de 117 metros, se faria todo o sistema de transporte, tornando o rio navegável até lá em cima.

Há um projeto da ELETRONORTE para construir aqui uma hidrelétrica. Nesse caso, deverá ser feito um novo estudo para construção de outra eclusa depois da hidrelétrica.

Aqui uma simulação de como ficariam a eclusa e o dique. Com o bloqueio do canal, manteríamos o nível de água lá em cima.

Outra imagem do mesmo trecho.

Aqui o custo estimado de todo o trabalho, incluindo derrocamentos, dragagens e construção do dique. Valor: 148 milhões de reais. Está em reais, que, na época, equivalia a 1 dólar. Então, corresponderia a 148 milhões de dólares.

Mostramos aqui a interferência dos diversos fatores que teremos de negociar para implantar essas hidrovias. É evidente que há interferências de toda ordem, como reservas indígenas e meio ambiente. Temos de negociar não só com os órgãos responsáveis, mas também com o Ministério Público, que, às vezes, entra no circuito por conta própria, inviabilizando determinados projetos.

Temos aqui uma comparação dos preços de transporte. Tendo início em Sinop, no Mato Grosso, o custo do escoamento, por meio hidroviário pela Amazônia, seria 34 dólares por tonelada. Se levássemos para São Paulo, Santos ou Paranaguá, 125 dólares por tonelada. Essa é diferença do custo do transporte de produtos de uma modalidade.

Aqui novamente um mapa mostrando o Madeira, que se liga com o Mamoré e o Beni – área da AHIMOC.

Aqui também o Madeira, Porto Velho e o terminal da Maggi. Essa empresa escoa sua produção pelo Rio Madeira até Itacoatiara. Em seguida vamos ver o terminal de Itacoatiara.

Aqui um comboio no Madeira.

Aqui a descarga do comboio em Itacoatiara.

Aqui um navio atracado.

Aqui outra simulação. Se fôssemos de Sapezal, no Mato Grosso, até Paranaguá, a diferença no custo do transporte seria de 52 dólares a 131 dólares por tonelada.

Aqui outra imagem da Hidrovia Araguaia – Tocantins até Marabá. Esse trecho de Marabá até o entroncamento precisará de um trabalho de derrocamento para se tornar navegável. Além das eclusas, teremos de fazer um trabalho de derrocamento antes de entrar no cruzamento dos Rios Araguaia e Tocantins.

Novamente o mesmo trecho, mostrando detalhes, incluindo a barragem e os derrocamentos na área.

Aqui eixos de escoamento.

Aqui o atual, onde se usa o sistema da Ferrovia Carajás até Itaqui.

Aqui a Ferrovia Norte – Sul, que também está sendo reparada para fazer o transporte até Açailândia e de Açailândia até Itaqui. Isso é novo. Achamos que seria mais conveniente o escoamento via Barcarena e Porto de Vila do Conde.

Para os senhores tomarem conhecimento, quero dizer que tínhamos um projeto para escoar via hidrovia, num porto aqui em cima, na Ilha Guará, e na Ponta do Espardate, com profundidade de mais de 20 metros. Em certa ocasião, ao participarmos de um seminário em São Luís, o Paulo Vivacqua explicou por que foi escolhido o Porto de Itaqui, e então levantamos o motivo de não interferir em Espardate usando a hidrovia. Realmente, aquele ponto não ficou bem explicado. Não houve tempo, e acabamos não discutindo a matéria.

O CDP agora nos pede um estudo de batimetria para verificar as condições de construção de um porto na Ponta do Espardate, tornando ainda mais importante a Hidrovia Araguaia – Tocantins.

Temos realizado esse trabalho de batimetria para diversos usuários, como a CEASA, que tem um porto com mais de 13 metros de profundidade. Agora estamos trabalhando com o CDP, aqui na saída de Belém, até o porto da SOTAVE.

Há pouco, começamos um trabalho em Tucuruí sobre as condições de instalação da segunda Usina de Tucuruí. A jusante há uns enrocamentos que terão de ser quebrados. Então, recentemente, foi feito um trabalho nesse sentido. Agora, estamos na fase de relatório, que, depois, será encaminhado.

Fizemos também um trabalho de levantamento para a CPH, que pediu um estudo sobre a área próxima da ENASA.

Aqui o esquema que prevalece em termos de escoamento do Mato Grosso para o Sul, e aqui, para o Madeira.

Aqui a nova hidrelétrica, quer dizer, a antiga ampliada.

Aqui o trabalho de batimetria realizado na região para verificar as condições a jusante da hidrelétrica, para melhorar a operação da hidrelétrica.

Aqui o vertedouro e do lado a Eclusa nº 1.

Esse trabalho é antigo. Mostra que desde 1981 essa eclusa estava projetada para começar a trabalhar. Já se foram mais de 20 anos, e os únicos recursos aplicados nela foi em 2001, quando foram gastos 90 milhões de reais. De lá para cá parou; em 2002 nada se gastou, e este ano ainda não se pôde fazer nada nas eclusas.

Aqui uma foto antiga da Eclusa nº 1, e outra, mais nova. Esse arco foi construído para facilitar o trabalho, depois será destruído. Vai ficar liberada a entrada da eclusa.

Vemos a Eclusa nº 1, o canal que vai comunicar com a outra, a Eclusa nº 2, em baixo. A distância é de 5 quilômetros e meio. Vamos transformar em trecho navegável, com largura mínima de 140 metros. Aqui há um dique parcialmente construído, que vai tornar navegável todo o trecho.

Vemos o dique e a Eclusa nº 1, a representação de como vai ficar o conjunto, o dique, numa largura mínima de 140 metros.

Os investimentos feitos até agora somam 173 milhões de reais. Foram gastos 89 milhões de reais em 2002; 37 milhões de reais em 2000; 26 milhões de reais em 1999; e 18 milhões de reais em 1998.

Aqui é quanto falta para concluir. Esse valor pode variar em poucos reais. Existe o grande PPP, proposto pelo Governo Federal; o Governo Estadual também se propôs a participar. O processo está sendo conduzido pelo Ministério. Não sei em que fase está, mas o Governo do Estado ofereceu-se para contribuir com 50%, a partir dos royalties da ELETRONORTE.

Em conversa mantida com o Governador, S.Exa. se prontificou a contribuir com 20 milhões de reais este ano, desde que o Ministério entrasse com os 63 milhões de reais previstos no Orçamento deste ano. A partir do ano que vem, entraria com 60 milhões de reais por ano, até a conclusão.

Chegamos a propor, por iniciativa do Sr. Luiz Carlos, Presidente da COSIPAR, a redução do prazo de conclusão para 2005, o que seria viável na ocasião em que a proposta foi apresentada, porque o tempo de aquisição dos equipamentos faltantes era de 9 meses. Então, se naquela época houvesse sido fechado o PPP, daria para concluir em 2005. Considerando o espaço

de tempo, não há condição nenhuma, temos de adiar até 2007, como está no PPA do Governo Federal.

Se o PPP garantisse ao empresário o pagamento cash do trabalho realizado, poderia reduzir tranqüilamente para 300 milhões. Normalmente, o empresário, em defesa de seu interesse, põe um sobrepreço, porque sabe que lidar com o Governo é sempre difícil. O Governo pára a obra, tem o poder de império, e é o empresário que arca com eventuais pequenos prejuízos. Ele se cerca dessas garantias para evitar que, no final, tenha prejuízo e não obtenha o ganho que deseja. Quanto maior, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Dr. Michel Dib Thachy, V.Sa. dispõe de um minuto.

O SR. MICHEL DIB THACHY – Vou concluir, Sr. Presidente.

Aqui vemos um comboio na Hidrovia Guamá – Capim, de que já falamos.

A idéia é levar até Jurupari, depois vir a Talhari, que seria a complementação da rodovia – até o Km 372 da PA 256 – e serviria a Paragominas.

Aqui vemos nossa draga trabalhando. Esse é um problema sério a enfrentar, porque temos de jogar o produto dragado no rio. Vivemos uma luta permanente. Se jogamos no rio, ele volta para o leito, e temos de dragar de novo. O Meio Ambiente não permite que se jogue para fora do leito. Existem providências que devem ser tomadas para jogar no lugar certo, a fim de que o mínimo possível volte para o leito, de modo que também se drague o mínimo possível no ano seguinte.

A do Marajó, de 32 quilômetros. O custo total está orçado em 25 milhões de reais. Há redução de cento e poucos quilômetros de distância. Há interesse não só do Pará, como do Amapá.

Aqui é o projeto de integração da América Latina, com saída via Sarameriza, pela hidrovia, vindo até Paita, no Peru. Há previsão de saída via Negro, Casiquiare e Orinoco, até a Venezuela. Está no projeto de integração da América Latina.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Agradeço ao Sr. Michel Dib Thachy a valiosa explanação.

Concedo a palavra ao Sr. Josenir Nascimento, Superintendente de Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia, que dispõe, igualmente, de 20 minutos.

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – Agradecemos à Comissão da Amazônia a oportunidade de falar sobre assunto tão importante: as hidrovias da Amazônia. Agradecemos também aos Deputados Ann Pontes e Babá a iniciativa de realização desta audiência pública. Agradecemos ainda aos Deputados da Amazônia presentes e aos que não puderam comparecer a luta que têm empreendido em favor das hidrovias amazônicas.

Também vamos usar transparências. Pedimos permissão ao Sr. Presidente para falar daqui, da Mesa.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Transcrevemos a seguir um trecho do programa de Governo do Presidente Lula:

> "O setor de transporte no Brasil tem sofrido excessiva concentração de demanda no rodoviário, tanto no tocante à movimentação de carga como no de passageiro.
>
> O novo Governo trabalhará no sentido de ampliar a participação das modalidades de grande porte, como ferrovias, navegação de cabotagem e navegação de interior".

Assumimos a AHITAR em abril deste ano. Nossa intenção é contribuir para a implantação do plano de Governo do Presidente Lula.

Essas são as administrações de hidrovias. A AHITAR está no meio. Nossa jurisdição abrange os Rios Araguaia e Tocantins.

O projeto da hidrovia está dividido entre 3 rios: Tocantins, Araguaia e das Mortes. Fizemos questão de dividir, porque os 3 rios têm características próprias e devem ser trabalhados, sobretudo no que diz respeito à questão ambiental, de forma separada.

Com relação ao Rio Araguaia, trabalhamos principalmente no trecho de Aruanã a Xambioá – 1.230 quilômetros. Nesse trecho, a sinalização está 100% pronta, com monitoramento ambiental. Trabalhamos o licenciamento ambiental e a fiscalização. Opinaremos sobre qualquer transposição de energia elétrica ou sobre outro aspecto. Essa é uma das atividades da AHITAR.

No Rio das Mortes, trabalhamos no trecho de Nova Xavantina à foz do Rio Araguaia. São 580 quilômetros. Nesse trecho, estamos com a sinalização paralisada em razão de sentença judicial e atuamos por meio de licença ambiental.

Já no Rio Tocantins, temos possibilidade de navegação caso seja construída a Eclusa de Peixe, a montante do Rio Peixe. Hoje é navegável da jusante de Peixe até a Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, no Tocantins. E, na jusante, o trecho que vai até Estreito é totalmente inavegável. De Estreito a Imperatriz, temos das corredeiras. De Imperatriz a Marabá são 221 quilômetros; daí para frente está o trecho sob jurisdição da Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR.

Aqui dá para perceber um corte longitudinal do Rio Tocantins – são 1.100 quilômetros até Estreito. E aqui está a Hidrelétrica de Serra da Mesa.

Um dos grandes problemas que enfrentamos é o seguinte: a Serra da Mesa está em operação; a montante, há boa possibilidade para o transporte, mas está sem eclusa. Existem projetos de hidrelétricas para Cana Brava, São Salvador, Peixe, Ipoeiras, Lajeado, Tupiratins, Estreito, Serra Quebrada, Marabá, Tucuruí, todas no Rio Tocantins, mas a maioria sem projeção de eclusas. Temos apenas duas hidrelétricas com projeção de eclusas, Lajeado e Tucuruí.

Aqui está um quadro dos gargalos hoje enfrentados pela navegação no Rio Tocantins, Rio das Mortes e Rio Araguaia. A corredeira de Santa Isabel é impedimento natural. Temos projetadas as Hidrelétricas de Serra Quebrada e Estreito, e estão sendo construídas as eclusas de Tucuruí e de Lajeado, e a Hidrelétrica de Peixe.

Desejávamos falar detalhadamente sobre esses projetos, mas como isso já foi feito, não há necessidade de repetir.

Chegamos à Hidrelétrica de Itá e fizemos o diagnóstico dos problemas. A situação institucional da Hidrelétrica de Itá precisa ser resolvida. Temos relacionamento administrativo e financeiro com a Companhia Docas do Pará – CDP. Temos relacionamento técnico e orçamentário com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Essa é a situação institucional das administrações de hidrovias no Brasil até 31 dezembro.

No que se refere ao licenciamento ambiental, quanto aos nossos gargalos, temos a seguinte situação: o EIA-RIMA foi protocolado no IBAMA em maio de 99, está sendo organizado pelo IBAMA e aguardando complementação.

Pedimos, em abril de 2003, a divisão da Hidrovia do Tocantins e da Hidrovia do Araguaia, até porque os 2 rios possuem morfologia e características completamente diferentes, e um estava segurando a saída do outro.

A correção do foco de licenciamento é algo que buscamos. O processo vem sendo conduzido segundo o conceito de licenciamento de hidrovia e não das obras da hidrovia.

O Tribunal de Contas bloqueou recursos para investimento. Fizemos gestões no TCU e na Comissão Mista de Orçamento para resolver a situação, e contamos com o apoio das bancadas principalmente do meu Estado, o Pará, e do Estado do Tocantins, que também tem nos ajudado bastante nessa questão.

Na decisão tomada no dia 17 deste mês, a AHITAR poderá usar recursos de investimento para continuar o processo de licenciamento ambiental. Passada essa etapa, haverá necessidade de recurso para obras das vias navegáveis, o que ainda não está previsto no Orçamento de 2004 nem no PPA.

Hoje as eclusas são os gargalos físicos. Em Tucuruí havia impedimento do TCU, mas foi resolvido com o apoio da bancada do Pará – ressalto que tenho sempre brigado por essa questão. O impedimento para utilização dos recursos orçamentários por enquadrar indícios de irregularidades graves foi resolvido também com o apoio da bancada.

A proposta de parceria do Governo do Estado do Pará para conclusão da obra é da forma como o Dr. Michel disse. Em Lajeado, temos uma obra licenciada ambientalmente, sem nenhum impedimento junto ao TCU, sem nenhum óbice judicial e que pode ser tocada naturalmente. O DNIT está fazendo alguns ajustes com relação aos contratos. O Dr. Francisco de Assis Ramalho Além é uma das pessoas que cuidam disso no DNIT. É o nosso gerente de hidrovias lá dentro, tem feito bom trabalho nessa área e lhe agradeço de público.

As ações ambientais em execução são fruto do Termo de Ajuste de Conduta. Foram firmadas com o Ministério Público do Tocantins. Essas ações são muito bem-feitas, servem de exemplo para qualquer eclusa e qualquer ação ambiental no País. Temos trabalho muito bom com as quebradeiras de coco e com outras populações no que se refere às ações ambientais na eclusa de Lajeado.

Tomamos a iniciativa de fazer algumas propostas. Geralmente se apresenta a situação e não se faz proposta. Temos algumas a serem observadas: a retirada da verba orçamentária de investimento da Hidrovia do Araguaia – Tocantins das obras com indício de irregularidades graves – o Tribunal já decidiu no último dia 17, até multou os anteriores. Precisamos hoje tirar essa obra daquelas com indício de irregularidade para dar continuidade ao licenciamento ambiental; utilização da bacia hidrográfica, comunidade de planejamento das administrações de hidrovias – fazemos esta sugestão de público; necessidade de terminal multimodal em Marabá, que tem característica excepcional. Temos lá ferrovia e rodovia. Secretário, é importante esse terminal multimodal em Marabá, principalmente para a Região Norte, cujos Municípios têm características boas para abrigar o terminal; retomada das eclusas em construção; providências junto ao Ministério de Minas e Energia para os barramentos projetados sem previsão de eclusa. Precisamos urgentemente negociar com o Ministério essa questão. Há uma série de projetos de barramento sem os de eclusas.

Sugiro à Câmara dos Deputados a elaboração de PL sobre a necessidade da inclusão das obras de transposição nos projetos de aproveitamento hídrico. Em todos os países desenvolvidos isso ocorre. No Brasil, basicamente, não está intrinsecamente ligado ao barramento. Há necessidade de projeto de lei nesse sentido para que possamos resolver esse problema.

É basicamente isso. Não gostaria de me alongar mais. A questão das hidrovias foi bastante discutida pelos expositores anteriores. O Dr. Paulo Sérgio mostrou o panorama geral, o Dr. Michel falou especificamente sobre as hidrovias da Amazônia. Espero que esta audiência pública possa contribuir para que a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional avance na questão hidroviária naquela região.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Santos) – Agradeço ao Sr. Josenir Nascimento.

Encerrada esta parte da exposição, passamos de imediato a ouvir os Srs. Parlamentares inscritos, começando pelos ilustres autores do requerimento, Deputado Zequinha Marinho e, em seguida, Deputada Ann Pontes.

Com a palavra, por 3 minutos, o Deputado Zequinha Marinho.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO – Sr. Presidente, levanto questão de ordem com relação à autoria dos requerimentos. Lamento que os palestrantes tenham errado durante suas exposições.

(Não identificado) – No convite estava o nome dos 2.

O SR. DEPUTADO ZEQUINHA MARINHO – Ressalvando esses pequenos erros, cumprimento todos os expositores presentes a esta Comissão, o meu querido amigo Josenir Nascimento, Dr. Michel Dib Thachy e Dr. Paulo Sérgio. É uma satisfação poder ouvi-los, de forma bem detalhada, sobre essas questões importantes.

Somos do Estado do Pará, no coração da Amazônia. A Região Norte espera pelo sonhado desenvolvimento. Não se faz desenvolvimento sem infra-estrutura. Vivemos momento crítico no transporte brasileiro, com as rodovias esculhambadas, sem dinheiro para consertá-las. Os governantes estão desesperados para viabilizar condições para que se possa nelas trafegar. Diante do potencial tamanho da região amazônica, não podemos deixar de lado a possibilidade de baratear o custo do escoamento da produção, do transporte.

Fiquei muito contente ao ouvir o Dr. Paulo Sérgio, que demonstrou paixão e vontade de ver essa questão resolvida. Cumprimento-o por isso. O motivo do nosso requerimento era exatamente ouvir isso.

Depois dessas considerações, faço 2 ponderações. Não tive tempo de entrar nos detalhes do PPA, mas vi que há muito pouca coisa voltada para esse setor. Parece-me que há algum recurso só para as eclusas de Tucuruí. A primeira pergunta é a seguinte: quais são as hidrovias priorizadas pelo atual Governo para os próximos 4 anos e que recursos se pretende gastar?

A segunda pergunta: como se encontra a questão ambiental? Temos convivido, ao longo dos anos, com a luta pela Hidrovia Araguaia – Tocantins. Foram marcadas audiências públicas, mas antes de chegar o dia designado a Justiça embargava. Nem para falar sobre o assunto se tinha permissão. Quero saber sobre a prioridade de recursos e sobre as questões ambientais.

Agradeço-lhes mais uma vez, festejando a presença de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo dos Santos) – Esta Presidência pede escusas ao Deputado Zequinha Marinho. Segundo fomos informados, houve lapso na menção dos nomes dos autores dos requerimentos. Foi incluído, em vez do nome do Deputado Zequinha Marinho, parece-me que o do ilustre Deputado Babá, que está presente, talvez pelo fato de ser muito atuante e muito presente na mídia. Foi inserido seu nome no requerimento e também nesta Comissão. A Presidência pede escusas, porque não houve qualquer intenção de troca. Foi um lapso.

Passo a palavra à querida e atuante Deputada Ann Pontes, do Estado do Pará.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobres convidados, a idéia de convidá-los é para que possamos, neste ambiente, discutir tema de total relevância para o desenvolvimento não só da região, mas do País.

No momento em que se buscam alternativas ambientalmente menos impactantes para aumentar o saldo da balança comercial e gerar emprego, as hidrovias na região amazônica são alternativa para o desenvolvimento, observando-se o respeito ao meio ambiente.

Farei algumas perguntas ao Dr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos: as obras das eclusas de Tucuruí e Lajeado, de grande importância para a região e para o desenvolvimento da navegação comercial dos Rios Tocantins e Araguaia, não apresentam nenhum impedimento. Não temos ações judiciais, licenças ambientais ou algo pendente no Tribunal de Contas. O que impede até o presente momento a emissão das respectivas ordens de serviço para a retomada das obras no exercício de 2003? Há previsão de emissão dessas ordens de serviço? Qual o volume de recursos

destinados a essas 2 importantes obras hidroviárias? Dr. Paulo, digitei as perguntas, para que eu possa acompanhar suas respostas.

Segundo questionamento: tive informações de que há mais de 13 anos as administrações hidroviárias estão ligadas às Companhias Docas por meio de convênio de descentralização, firmado inicialmente pelo Ministério dos Transportes e posteriormente, por sub-rogação, ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Quais as providências tomadas, no âmbito do Ministério dos Transportes e do DNIT, para o encaminhamento do assunto, tendo em vista que referido convênio deverá ser finalizado em 31 de dezembro de 2002?

Último questionamento: o programa do Governo Lula, como bem expôs o Sr. Josenir Nascimento, estabelece como meta de desenvolvimento o transporte hidroviário. Quais as medidas materiais e concretas que o Ministério dos Transportes está tomando a fim de dar aplicabilidade ao plano do Governo? De que forma nós, da Comissão da Amazônia, podemos trabalhar em sintonia para que o desiderato finalmente se torne realidade?

As perguntas para o Dr. Michel Dib Thachy são as seguintes: como está sendo feito o acompanhamento das análises das contas da Hidrovia Araguaia – Tocantins junto ao Tribunal de Contas da União? O senhor teria condições de me dar informações, ou seria o Dr. Paulo? O licenciamento ambiental das hidrovias brasileiras vem se arrastando, em alguns casos, há mais de 8 anos. Quais as providências tomadas no âmbito das administrações hidroviárias para obtenção das licenças ambientais? Como está ocorrendo esse processo e de que forma agilizá-lo? No Brasil há alguma hidrovia licenciada ambientalmente? O Rio Amazonas é considerado hidrovia interior, com utilização expressiva pelas comunidades ribeirinhas. Houve algum processo de licenciamento dessa hidrovia?

Farei algumas perguntas ao Sr. Josenir Nascimento: já me fizeram uma pergunta, mas fiquei em dúvida. A hidrovia deve ser vista como recurso natural ou como obra humana? Sempre haverá necessidade de licenciamento, ou somente quando visar à melhoria das condições de acesso? Os Rios Araguaia e Tocantins fornecem, nos períodos de águas médias e altas, condições de franca navegação a embarcações com calados de até 2 metros, em extensões de até 1 mil e 200 quilômetros, considerada bastante econômica para a utilização de transporte hidroviário. O período coincide, em parte, com o da safra da maioria dos grãos produzidos nas regiões do Mato Grosso, Pará, Tocantins e Goiás. Por que ainda não se utiliza esse modal para o escoamento da produção da região, bastante expressiva em relação à nacional?

Sr. Josenir, gostaria que suas sugestões fossem encaminhadas à Presidência da Comissão, uma vez que discutiremos as propostas para o Orçamento. Essa é a forma pela qual podemos contribuir para que as sugestões sejam viabilizadas. Com relação à construção de eclusas, portaria determina a garantia de fazer retornar à situação anterior o rio barrado. É preciso fazer com que a lei se cumpra. Ela já existe: o Código das Águas.

Para que os senhores tenham idéia, sou de Tucuruí. Há mais de 20 anos esperamos a volta da navegabilidade do rio. Há problema seriíssimo: temos constatado junto às populações ribeirinhas abaixo da hidrelétrica que o peixe, alimentação básica, está sumindo. Além de ser impossível a viabilização das eclusas, não temos uma escada ou outro mecanismo que propicie a reprodução do peixe, colocando em risco a biodiversidade aquática da região. De fato, a questão ambiental é importantíssima. A sua sugestão vai nos subsidiar para que, perante a Ministra de Minas e Energia, os temas sejam abordados.

Agradeço aos senhores a participação. O debate contribuirá para que as pessoas entendam um pouco da nossa realidade e saibam do nosso potencial. Já tive de explicar, em algumas situações, para alguns Deputados o que são eclusas, pois não tinham idéia do que se tratava.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Ouviremos mais um Deputado. Costumamos fazer blocos de 3, e depois os debatedores respondem. Faremos 2 blocos. Somos apenas 5 neste momento.

Ouviremos agora o Deputado Raimundo Santos. Em seguida, os palestrantes e, depois, o segundo bloco.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO SANTOS – Ilustre Deputado Zequinha Marinho, parabenizo V.Exa. pela oportunidade de brindar a Comissão com a presença de tão ilustres expositores, que nos trazem informações importantes e precisas sobre a situação hidroviária e o modal de transporte fundamental para o País. Creio que a Deputada Ann Pontes não deixou mais nada a ser perguntado. Fez verdadeiro tratado, inclusive o trouxe digitado.

Sr. Presidente, ontem e hoje a Câmara está sendo agraciada com informações do Ministério dos Transportes. Ontem, na Comissão de Fiscalização e Controle, tivemos a presença do ilustre Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que fez, de forma precisa e com riqueza de detalhes, diagnóstico da situação, principalmente do modal rodoviário, e respondeu com

serenidade a todos os Parlamentares. Nós nos sentimos contemplados e espantados – contemplados com as informações e espantados com a falta de recursos. Como nos expôs o ilustre Dr. Paulo Sérgio e como também pude ver pela transparência, parece-me que em 1986 o investimento na área de transporte era 1,8% do PIB; hoje é 0,2%, salvo equívoco. Mais do que nunca, as estradas estão clamando por cuidados. Mas hoje o assunto é hidrovia, que considero ser a esperança maior para este País.

Não quero mais fazer perguntas, mas cumprimentar o Dr. Paulo Sérgio, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes; o meu companheiro e grande guerreiro na construção do Partido Liberal no Estado do Pará, Dr. Michel Dib Thachy, advogado conhecidíssimo e muito competente; o nosso querido Josenir Nascimento, que, com igual competência, fez sua exposição, e também o Dr. Francisco de Assis, ao nosso lado, que se sentiu contemplado com a exposição do Dr. Paulo Sérgio, mas está aqui também para fornecer qualquer informação na qualidade de Gerente de Hidrovias e Portos Interiores do DNIT.

Eu me sentirei bem melhor ouvindo as respostas às perguntas feitas pelo Deputado Zequinha e também pela Deputada Ann Pontes.

Sr. Presidente, ontem, durante a exposição do Sr. Ministro Adauto, fiz-lhe pergunta sobre as eclusas e sobre a Santarém – Cuiabá. No caso das eclusas, S.Exa. nos deu resposta animadora, dizendo que como a bancada do Pará escolheu, Deputada Ann Pontes, as eclusas seriam uma das 3 grandes prioridades para o Estado. As outras são a Transamazônica e a Santarém – Cuiabá. Disse S.Exa. que as eclusas serão uma das áreas de investimentos mais agraciadas no próximo Orçamento. Também nos deu a notícia, que o Dr. Jatene já nos tinha dado, de que o Governo do Estado do Pará está agindo fervorosamente, até oferecendo recursos do Estado para que as eclusas sejam finalmente concluídas.

Louvo a atuação do Ministério dos Transportes e a pronta atenção a esta Casa. Ontem foi feito convite ao Ministro dos Transportes, que nos atendeu, abrindo vaga em sua agenda.

Por último, quero somar-me ao ilustre Prefeito de Tucuruí, Dr. Parsifal Pontes, esposo da Deputada Ann Pontes. Recordo-me de que na primeira viagem do Ministro dos Transportes a Tucuruí, há menos de 1 mês de seu Governo e do Governo do Presidente Lula, S.Exa. dizia ansiar pelo dia em que o caboclo da região pudesse, com a sua canoa e seu remo, novamente singrar as águas do Rio Tocantins, atravessando a parte hoje interditada à navegação.

Assim como o Prefeito tem essa esperança, creio que todos nós, da região do Estado do Pará, particularmente a Deputada Ann Pontes, anelamos ver não apenas o escoamento da produção, mas também a volta do nosso caboclo com a sua canoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Cumprimentamos também a Dra. Ieda Rizzo, Conselheira do CONAMA e da Comissão Permanente do Meio Ambiente.

A palavra está agora com o Dr. Paulo Sérgio, para a resposta às perguntas. Em seguida, falará o Dr. Michel Dib Thachy e, depois, o Dr. Josenir Nascimento.

Lembro que o tempo trabalha contra nós. Vamos tentar resumir da melhor forma possível.

O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA PASSOS – Antes de iniciar as respostas, registro a presença do Dr. Francisco de Assis, do DNIT, e da Dra. Ieda, responsável pela área de meio ambiente do Ministério dos Transportes. Além dos 2 Superintendentes, na medida em que eu não tiver elementos em detalhe sobre algum assunto, gostaria de me valer também dos colegas, com a concordância da Presidência, para efeito de esclarecimentos cabíveis.

Relativamente ao primeiro ponto apontado pelo Deputado Zequinha Marinho, na realidade, o PPA elaborado e encaminhado ao Congresso é o possível e não o desejado pelo Ministério dos Transportes. Temos consciência da envergadura das responsabilidades, dos incontáveis projetos nos mais diversos modos de transportes e nas várias regiões do País. Evidentemente, não conseguimos acolher tudo quanto desejaríamos nesse projeto de lei na ordem de preocupações do Governo.

Foi possível alocar, do ponto de vista hidroviário, pouco mais de 800 milhões de reais. Com isso, temos de considerar toda a parte de garantia de manutenção das hidrovias que hoje operam na Amazônia Oriental e Ocidental, no Nordeste, Tocantins, Araguaia, São Francisco, Paraguai, Paraná, Sul, mas também a ênfase em relação a alguns projetos prioritários do ponto de vista de investimento. Já apontei com toda a clareza a questão das eclusas de Lajeado e de Tucuruí, melhoramentos no São Francisco e algo também no Tietê e no Paraná. Isso é o que efetivamente foi possível alocar.

Os anos têm evidenciado que os Orçamentos resultam não só daquilo que o Executivo manda, pois o Congresso Nacional tem poderes. Os Srs. Parlamentares sabem disso e, organizados em torno dos interesses legítimos de suas regiões, vão ter oportunidade de nos ajudar a ampliar e a adequar, dentro do seu entendimento, as prioridades apresentadas.

Se não fizemos mais do que isso foi porque efetivamente não havia espaço para tanto. A ação do Congresso e das bancadas, dos setores representativos, seguramente vai reforçar alguns pontos, algumas áreas que ainda merecem atenção. Dentro do espaço de manobra que o Congresso tiver, tenho certeza de que os Srs. Parlamentares da região estarão atentos e farão ouvir a sua voz no que diz respeito a esses pontos.

Relativamente à Hidrovia Araguaia – Tocantins, como bem mencionou a Deputada, que fez relação de pontos muito pertinentes e objetivos quanto ao propósito da nossa audiência, houve dificuldade muito grande este ano. Não obstante o Ministério ter orçamento numa dimensão, ele viu-se compelido a ajustar sua programação de gastos a patamares compatíveis com a imposição de desempenho fiscal do País. O Ministro, que estava chegando, tinha de dar atenção imediata ao patrimônio rodoviário, cuidar da sua manutenção e enfatizar esse tipo de ação. Do contrário, daqui a pouco não vamos ter estradas. E houve concentração de esforços nesse sentido.

O Ministro Anderson Adauto tem sido incansável, tem batalhado de maneira determinada e feito verdadeira cruzada para ampliar os recursos do Ministério, mas fazemos parte de um Governo e, portanto, temos de estar alinhados com os fatos que dizem respeito à administração federal.

Os senhores viram ontem em todos os jornais e na televisão o anúncio do ajuste para baixo nos patamares de gastos autorizados. A área de transportes foi atingida. Tivemos de caminhar um pouco para trás. Existe de nossa parte uma expectativa de reversão desse quadro, até porque já tivemos algumas informações, dos nossos interlocutores na área da Fazenda, de que já começa a haver sinais positivos do ponto de vista da arrecadação. A nossa esperança é que, havendo confirmação de tendência e, como tudo indica, a arrecadação voltando a caminhar numa trajetória boa, o Ministério possa não só recuperar o que perdeu nessa oportunidade, cerca de 114 milhões de reais de ajuste para baixo, mas também trabalhar para ampliar a dimensão dos recursos para tocar os seus programas de investimento.

Quanto à administração das hidrovias, citada pela Deputada, ontem, coincidentemente, esse assunto foi discutido no Conselho de Administração do DNIT. Com a extinção da PORTOBRÁS, foram organizadas soluções não definitivas referentes às administrações hidroviárias. As administrações deveriam estar neste momento com pessoal vinculado ao DNIT, do ponto de vista de relação de emprego, assim como os profissionais deveriam, administrativamente, estar sob a responsabilidade do Departamento de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT. Até o momento isso foi resolvido por meio dos convênios celebrados com as Companhias Docas, que, de certa forma, nos ajudam no papel de supervisão desse assunto. As pessoas que atuam nas diversas áreas regionais são vinculadas às Companhias Docas. Esperamos, e estamos trabalhando nesse sentido, que numa próxima decisão do Governo se solucione a questão do vínculo dessas pessoas e, por conseqüência, haja comando direto das superintendências das administrações hidroviárias pela área de infra-estrutura aquaviária do DNIT.

O terceiro ponto apresentado pela Deputada Ann Pontes diz respeito às prioridades para as hidrovias e ferrovias. Na realidade, esse ponto está associado à disponibilidade financeira, aos meios para executar o que já conhecemos e temos pela frente de compromisso e responsabilidade. É óbvio que, quando falamos em mudar a matriz de transportes, em enfatizar modos de transporte, estamos falando em investir. Essas coisas não ocorrem simplesmente por atitudes no plano normativo ou por boa vontade – e nossa boa vontade e nosso empenho são imensos. É preciso que o setor recupere a capacidade de investimento perdida. Isso é absolutamente necessário para que possamos avançar firmemente, fazendo as intervenções necessárias, de modo a trabalhar no sentido da mudança da matriz.

Relativamente ao aspecto ambiental, outro ponto levantado pela Sra. Deputada, o Ministério trabalha com base em licenciamentos, ou seja, licenças prévias de instalação. Até ações futuras do nosso desejo e da nossa vontade e que ainda não se materializaram, como é caso da Teles Pires – Tapajós, só serão postas em execução à medida que forem removidas todas as dificuldades, esclarecidas todas as dúvidas e superadas todas as exigências do ponto de vista ambiental.

Nesse particular, o Ministério dos Transportes tomou iniciativas no que diz respeito à esfera ambiental. Temos um documento que deve ser do conhecimento dos senhores, pois já foi distribuído em universidades e setores representativos, que traduz as diretrizes ambientais do Ministério dos Transportes. Representa evidente demonstração da consciência e da responsabilidade do Ministério com relação às intervenções que faz.

Independentemente disso, o Ministério tem tratado os assuntos ambientais na esfera da Câmara de Infra-Estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Também tem-se esforçado e trabalhado conjuntamente com o Ministério do Meio Ambiente no sentido de estruturar resoluções próprias, aplicáveis ao setor de transporte. Essa é uma forma de dar objetividade e clareza às obras, desde a simples recuperação ou construção de rodovia e ferrovia ou a utilização de leito navegável,

de forma criteriosa e rigorosamente acorde com os quesitos ambientais.

Como disse, esse é o nosso desejo, e não é figura de retórica. O Ministério hoje tem clara consciência dos seus deveres, das suas responsabilidades, do que tem de mitigar, do que tem de responder do ponto de vista de passivos ambientais e daquilo que precisa cumprir para efeito da execução de novos projetos.

Se o Presidente permitir, gostaria que a Dra. Ieda Rizzo complementasse o aspecto de licenciamento, conforme pediu a Deputada, sendo mais precisa e detalhada em relação a este assunto para que eu encerre minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra a Dra. Ieda Rizzo.

A SRA. IEDA RIZZO – Só quero prestar as informações básicas. O Ministério dos Transportes cumpre toda a legislação ambiental.

Temos várias hidrovias brasileiras licenciadas. As hidrovias do Madeira e do Araguaia – Tocantins passam pela divisão desse processo de licenciamento ambiental. A hidrovia do Tocantins está em andamento, mas a do Araguaia passa por um processo de discussão. Há também a hidrovia do São Francisco. Todas as obras hidroviárias estão em licenciamento ambiental ou em processo. Então, não temos nada sendo executado sem atendimento à legislação ambiental brasileira.

O Dr. Paulo Sérgio falou do grande avanço para o setor dos transportes. Estamos discutindo no CONAMA as resoluções específicas. Já concluímos as relativas às ferrovias, em que as atividades de rotina passam a ter procedimentos simplificados, conforme previsto na própria legislação ambiental – Resolução n.º 237. Na seqüência, vamos discutir resoluções para portos, hidrovias e rodovias brasileiros.

O Ministério tem buscado dar formato profissional a essa questão ambiental extremamente polêmica, que, às vezes, passa por um discurso ideológico. A Hidrovia Araguaia – Tocantins tem esse peso, essa conotação, porque foi a primeira a ser licenciada no Brasil.

Os órgãos ambientais brasileiros desconheciam o tipo de intervenção que seria realizado na via. Por isso, fizeram exigências até exageradas. A hidrovia passa por essas dificuldades. A hidrovia do São Francisco é considerada pelo IBAMA modelo padrão de monitoramento da qualidade de água e mitigação do programa de peixamento. Na Amazônia, também temos a hidroviado Madeira, considerada pelo IBAMA um projeto bem-sucedido e desenvolvido.

O atendimento à legislação é feito com todo o rigor. Temos uma equipe preparada e capacitada para dar suporte. Existem dificuldades inerentes à própria legislação, que é extremamente rigorosa.

São essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Dr. Michel Dib Thachy.

O SR. MICHEL DIB THACHY – Tenho apenas a comentar o aspecto relativo à AHIMOR.

Antes de mais nada, os primeiros custos das eclusas são administrados pelo próprio Ministério, pelo DNIT, que orça e acompanha os trabalhos. Damos suplementação e fiscalização. A nossa intenção é que eles passem esse trabalho para nós, mas é uma conversa ainda a ser desenvolvida.

Quanto ao licenciamento, gostaria de acrescentar que temos um problema no trecho São Luís – Tapajós com Buburé. Fizemos um estudo técnico, projeto básico executivo, mas esbarramos no Ministério Público, que interferiu, alegando estar incompleta a informação. Havia um atropelamento em termos de usar projeto de outra hidrovia. O projeto ficou parado por muito tempo. Não pudemos dar andamento aos estudos, porque o Ministério Público impediu que resolvêssemos o primeiro problema.

O programa ficou um ano parado, entre a decisão da Justiça e a publicação do resultado do acórdão. Faltava um Ministro assinar o acórdão. Pressionamos ao máximo, telefonamos várias vezes para o Secretário do Ministro, que agora o assinou. Não é possível demorar um ano para um acórdão ser publicado. O Secretário justificou que o Ministro tinha viajado.

Agora ainda não foi liberado o outro estudo, que voltou para a instância original. Marquei reunião com nosso advogado. Continuamos impedidos? Disse que está *sub judice*. Em princípio, poderíamos trabalhar, temos até 200 e poucos mil reais para gastar lá. Só que não quero tomar a iniciativa e amanhã ser acusado de agir ilegalmente. Quero cercar-me das condições legais para começar a trabalhar com a devida autorização do DNIT.

Quanto ao Capim, fizemos todo um processo de licenciamento que, ao nosso entender, seria feito mediante SECTAM, que nos liberou para trabalhar. No entanto, depois disseram que o licenciamento teria de ser pelo IBAMA. Voltamos a fazer tudo de novo e entregamos, há pouco tempo, o projeto EIA-RIMA do Capim para o IBAMA, que leva um ano para dar uma resposta. Se houver alguma exigência, será gasto um tempo para cumpri-las e depois, então, voltaremos ao IBAMA para pedir autorização e liberação. Não é que haja má vontade de alguma parte, o processo é complicado e demorado. Imaginem quantos processos o IBAMA analisa nessa área. Acredito que ninguém age de má vontade nesse contexto e não ponho culpa em ninguém.

O pacote que enviamos ao IBAMA continha 17 volumes. O IBAMA vai mandar o pacote para ser analisado e comentado por todos os partícipes. Só depois vai analisar e dizer se podemos ou não fazer o trabalho na hidrovia.

Há pouco tempo, quisemos fazer dragagem simples de manutenção na hidrovia do Capim, um trecho pequeno. Havia exigência tão grande da área da SECTAM que fui obrigado a ir ao Secretário, que é acessível, nosso colega da Amazônia. Ele me disse para fazer a obra e depois entregar o relatório para que fosse analisado se foram cumpridas as exigências legais.

Uma das exigências é o local a ser despejado o material dragado. Se jogamos no rio, temos de procurar o melhor lugar para ele não voltar para o leito. Só que ele volta, porque o rio não obedece a nossa ordem, e temos de dragar de novo.

Hidrovia licenciada também está no mesmo contexto.

Por último, um dos itens do argumento que usei com o nosso Secretário é que o Rio Amazonas tira e bota ilha e não pede EIA-RIMA de nada. O Amazonas não tem licenciamento ambiental, porque é navegável de ponta a ponta, pelo menos até onde estamos utilizando. O Amazonas não vai obedecer, porque muda ilha de lugar.

Só para terem uma idéia, sou filho de Prainha, no interior do Amazonas. Passei 40 anos longe da minha terra. Quando voltei, num barquinho menor, pedi ao condutor do barco para ultrapassar a ilha para chegar à Prainha. O rapaz me perguntou qual era a ilha. Respondi-lhe que era a que ficava em frente à Prainha. Ele me disse que não havia ilha lá. Perguntei como não havia, se sempre a tinha navegado. Ele me falou que não havia mais ilha. Duvidei. E a ilha não estava mais lá, está mais em baixo. Como fazer o EIA-RIMA para o Rio Amazonas? Ele não obedece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Dr. Josenir Nascimento.

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – O Deputado Zequinha Marinho referiu-se às audiências públicas e à situação ambiental. Fomos fazendo uma retomada do processo. A Dra. Ieda Rizzo disse que a hidrovia do Araguaia – Tocantins foi uma das primeiras, em maio de 1999, a entrar com processo de EIA-RIMA – está presente o Presidente do Comitê Pró-Hidrovia, Adalberto Tokarski – na briga para apressá-lo. Naquele momento, as pessoas não sabiam direito como seria feito esse processo. A legislação era recente.

Pensamos em fazer o EIA-RIMA da hidrovia. Fez-se o processo. Contratou-se a FADESP, da Universidade Federal do Pará, instituição pública, para fazer o processo de EIA-RIMA do Araguaia – Tocantins. Fez-se o processo, deu-se entrada e verificaram-se mudanças, nesses anos para cá. Não é que a legislação mudou. As pessoas começaram a entender o processo de licenciamento. Começou-se a observar que muitos dos pontos abordados poderiam ser revistos. O próprio IBAMA, dentro dessa consciência, fez a separação do Araguaia – Tocantins. O Rio Tocantins é encaixado, mais antigo; o Rio Araguaia é mais novo, em formação. Não se pode tentar licenciar os 2 ao mesmo tempo. Um precisa de mais informação do que o outro.

No País, não existe nenhuma hidrovia licenciada. Existem obras licenciadas. Obras pontuais do São Francisco foram licenciadas. Se quero fazer um derrocamento, uma dragagem, vou licenciar essas obras. Não foi licenciada a hidrovia do São Francisco; foram licenciadas as obras executadas. No Rio Madeira aconteceu o mesmo.

Os licenciamentos ocorreram depois do EIA-RIMA do Araguaia – Tocantins, e o conceito de licenciamento já mudou. Essa é uma tomada de posição nova dentro do processo.

Estamos estudando, porque o processo é bem delicado. A AHITAR foi condenada pelo Tribunal de Contas a realizar obras antes do licenciamento. O Tribunal liberou no mês passado a utilização do recurso de investimento para fazer o licenciamento. Tomada de posição nova do Tribunal de Contas da União.

Temos muitas novidades nessa área que está sendo bem conduzida pela Dra. Ieda Rizzo. Foi criada uma Comissão, da qual participam o DNIT e o Ministério dos Transportes. Estamos estudando e trabalhando no sentido de que tomemos uma única linha para as hidrovias brasileiras.

Quanto à sugestão da Deputada Ann Pontes sobre a utilização do trecho navegável, temos uma posição formada. Ninguém precisa de autorização, porque o trecho já está sendo utilizado. Só para se ter idéia, o Araguaia está todo sinalizado, de Aruanã a Xambioá, mantido com recursos do Governo brasileiro pela AHITAR. As navegações estão ocorrendo naturalmente. Hoje já se transporta borracha em muitas embarcações regionais.

A Constituição proíbe a autorização para navegar. Ninguém precisa de autorização para navegar. Conceição do Araguaia, São Félix do Araguaia e Marabá surgiram em função do rio; não existia estrada para lá. A hidrovia, a via navegável já era utilizada. Essas pessoas não tiveram autorização para navegar.

Como bem disse o Dr. Michel, não é possível licenciar hidrovia no Amazonas. A pororoca não deixa, há aquelas conturbações e tudo mais. É uma questão de conceito. É preciso trabalhar muito essa questão.

Evidentemente, temos de respeitar profundamente a legislação existente. E isso estamos fazendo com a orientação do Ministério dos Transportes.

Quanto à sugestão de lei, só faria uma correção. Na realidade, lei complementar vai regular uma lei existente. O barramento pelo Código das Águas é algo pelo qual brigamos muito. Temos de liberar e desafogar Tucuruí. Já se fazia navegação de Belém para Marabá direto. Com o barramento essa navegação deixou de existir. A legislação já estabelece desobstrução. Sugiro a criação de lei complementar que regule essa questão.

Nos custos dos projetos hidroviários não estão inclusas as hidrovias. As eclusas são obras do Ministério dos Transportes e, em alguns países do mundo, as hidrovias são obras de quem barrou o rio. Essa é uma questão polêmica. Não estou falando pelo Ministério dos Transportes. Com certeza, o Dr. Paulo fala pelo Ministério dos Transportes. Dou só uma colaboração.

Era só isso que gostaria a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos.

O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA PASSOS – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma complementação.

Falou-se em disciplinamento legal relativo a ações de barramento e garantia das obras de transposição. Já existe o Projeto de Lei nº 3.009, que tramita no Congresso Nacional. Parece-me que o projeto está em uma das Comissões, e a Relatora é a Deputada Telma de Souza, se não engano.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Certamente. Acabei de ser informada de que esse projeto de lei está em tramitação. Caberia, então, entrarmos em contato com a Relatora, Deputada Telma de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Deputado Nicias Ribeiro.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V.Exa. e os Deputados Ann Pontes e Babá, que requereram esta audiência pública. Segundo, cumprimento os palestrantes por nos dar a oportunidade de conhecer alguns pontos que, para mim, eram obscuros.

Sr. Presidente, quero reclamar da ausência da *TV Câmara*, que deveria estar presente para ouvir a exposição feita há pouco pelos Drs. Michel Dib Thachy e Josenir Nascimento, sem nenhuma falta de respeito para com o Dr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos.

O Dr. Josenir disse que na discussão para o licenciamento de obras em nossas hidrovias o IBAMA provavelmente não sabia que o Rio Araguaia é muito mais jovem, geologicamente falando, do que o Rio Tocantins. Isso se justifica porque no IBAMA só há engenheiro agrônomo, engenheiro florestal e veterinário. Então, terão dificuldade de discutir essas questões.

O Dr. Michel Dib Thachy, de maneira muito simpática, levantou a questão do Rio Amazonas, que não aceita licenciamento, não aceita EIA-RIMA. O rio é novo, em ebulição no seu leito.

Discuti o assunto no Ministério das Minas e Energia. O Governo Fernando Henrique queria levar a energia de Tucuruí para Macapá e Manaus, por cabos submarinos, atravessando o Amazonas acima da foz do Rio Xingu, ramificando uma parte para cada cidade. Eu disse que não havia condição técnica nem tecnológica para fazer isso. Um engenheiro do Ministério me respondeu que a engenharia estava avançada. É verdade, mas eles nunca estudaram o fenômeno das terras caídas do Rio Amazonas nem conhecem a pororoca. Disse ao engenheiro que eles iriam colocar um cabo no rio, e os 300 bilhões de metros cúbicos de água no inverno levaria esse cabo para o inferno. Resultado: atrasaram o linhão da Transamazônica em um ano, para, no final, dizerem que a obra era inviável. Agora estão estudando o assunto novamente. Querem atravessar o Amazonas com um cabo submarino, não sei por onde.

Desconhecem, por exemplo, o que nós da região sabemos: na época do inverno, o Amazonas empurra o Oceano Atlântico para fora 32 quilômetros, o que fez com que Francisco Aureliano chegasse a Marajó antes de Pedro Álvares Cabral chegar à Bahia.

Aquelas pessoas não têm informação sobre este imenso País, mas resolveram ser doutores sobre Amazônia e decidem sobre determinadas questões.

Gostaria de perguntar, com todo o respeito, ao Dr. Paulo Sérgio, se ele é diplomata. *(Pausa.)* Não? O senhor fala igual a um diplomata, com muita tranqüilidade.

Sou caboclo da Ilha de Marajó. Lá nasci e me criei. Existe uma certa questão que o Ministério dos Transportes precisa tomar frente. Com todo o respeito à senhora, que trabalha com o meio ambiente, não agüento mais esse povo do meio ambiente.

O Sr. Michel disse da necessidade de se fazer um estudo. Por que existe problema na Hidrovia Guamá – Capim? Porque lá também há a pororoca. Esse é o problema.

A Constituição é clara: o IBAMA só deve intervir em rios nacionais, não em rios estaduais. Essa a minha avaliação sobre Direito Constitucional.

O meu amigo Josenir contratou a FADESP, da Universidade Federal do Pará. Graças à Justiça Federal e aos Procuradores da República, no Governo Fernando Henrique, a FADESP acabou por inviabilizar

a contratação das obras de construção da hidrelétrica de Belo Monte, o que é um absurdo, porque aquele é o mais perfeito projeto de engenharia para hidrelétrica já concebido no planeta. Tudo porque se discute o meio ambiente – diz-se que o rio vai secar de um lado, vai abrir para outro e vão encher o rio não sei do quê.

Podemos encontrar no museu do Palácio de Belém, em Portugal, carta, do séc. XVIII, de um padre alemão à Rainha de Portugal, D. Maria I, a Louca. A Rainha D. Maria I contratou o padre alemão e o mandou ao lugar que é hoje Altamira, a fim de confirmar notícia que lhe havia chegado de que o Rio Xingu, muito embora fosse um único curso d'água, na verdade, eram 2 rios. A Rainha, que estava doida, enlouqueceu de vez e mandou o padre descobrir a verdade. Ao final, o padre responde-lhe que o Rio Xingu – à época não era Xingu – , de água verde-escura, muito embora tivesse o mesmo curso d'água, na verdade, eram 2 rios: o rio de cima e o de baixo, que se encontram exatamente numa cachoeira que os índios chamavam de Kararaô, hoje batizada de Belo Monte.

Os ecologistas não sabem que os peixes existentes na parte de baixo do rio não existem na parte de cima, mas resolvem discutir questões de meio ambiente em nossa região. Na parte de baixo, há tartaruga, pirarucu, peixe-boi, boto; em contrapartida, na parte de cima, há um peixe chamado pacu de seringa, considerado pelos pescadores de pesca desportiva o peixe mais inteligente do mundo – e só há na parte de cima do Rio Xingu. O IBAMA não sabe disso. Como o IBAMA vai discutir essas questões, numa região por onde nem passeou?

Registro essas questões para pedir ao Ministério dos Transportes que reaja contra tudo isso. Não é possível que se paguem nos organismos federais deste País salários altíssimos para advogados. Como os advogados da ELETRONORTE não conseguem vencer a indocilidade dos Procuradores da República que, lamentavelmente, são paraenses, moram no Pará e trabalham contra o progresso daquele Estado? Como o Ministério dos Transportes – não sei se é o caso das outras hidrovias – permite que um promotor de Justiça, do Município de Afuá, na Ilha de Marajó, tenha o desplante de dizer que a hidrovia de Marajó, se aberta, mudará o clima, a temperatura das águas e, com isso, o peixe poderá até gripar? Para verificar isso, basta pegar o processo.

Havia 10 milhões de dólares no Orçamento – à época, a paridade era 1 real por 1 dólar. Conseguimos destinar dinheiro do Orçamento para essa hidrovia de Marajó, mas a obra não foi executada, porque o Ministério Público do Estado conseguiu fazer essa confusão do diabo e, por conseguinte, a obra não foi sequer iniciada.

Perdoe-me o Dr. Paulo Sérgio – por isso lhe perguntei se o senhor era diplomata. Não o sou, sou caboclo lá de dentro. Não posso aceitar que advogados formados, que devem ser competentes, não encontrem soluções jurídicas para chamar a atenção da Justiça para esses sonhos equivocados de pessoas que se dizem defensoras da lei e da sociedade, mas que, no caso, estão sendo contra o desenvolvimento. São contra a sociedade e, em respeito à lei, estão defendendo o meio ambiente ou algo parecido.

Na época de Getúlio Vargas, foi criado o DNPVN – Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, que abriu vários canais na Ilha de Marajó. Os canais estão lá: o canal do Rio Cururu, o canal do Rio Mocoões, o canal da Glória. Não teve nenhum peixe gripado por lá até hoje.

Agora esse promotor atrapalha a construção dessa hidrovia. E fica uma confusão danada, perde-se dinheiro, o Estado teve que devolver o dinheiro para o Tesouro Nacional. E este recurso já estava no Estado.

Meu caro Dr. Paulo Sérgio, faço um apelo a V.Sa. para que a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes tenha uma conversa mais séria com os advogados do setor, a fim de que possam melhor enfrentar essa situação. Caso contrário, vamos viver dessa forma: saímos da ditadura dos militares e vamos viver agora sob a ditadura, sob o tacão do pessoal do meio ambiente, que impede e dificulta a execução de obras que garantam o desenvolvimento do Estado do Pará e do Brasil. Mas quero cumprimentá-los pelas considerações feitas.

Registro uma preocupação sobre a Hidrovia Araguaia – Tocantins. Falam e brigam pelas eclusas de Tucuruí. Ouvi e não sabia que estavam em execução também as eclusas de Lajeado.

Mas nessa caminhada do rio, nesse curso d'água, foi feito o leilão de concessão para a construção da Hidrelétrica de Santa Isabel do Araguaia, com mais de 2 mil megawatts de potência. Não ouvi falar de eclusas. No momento em que se fizer a Barragem de Santa Isabel do Araguaia, a meu ver – escrevi isso em artigo para o jornal **O Liberal** –, a Hidrovia Araguaia – Tocantins estará inviabilizada.

Meu caro Dr. Paulo Sérgio, sinto saudade de um caboclo, de um cidadão mineiro, gente muito boa. Ele foi bom para o Pará, para a Amazônia e muito bom para o Brasil. Sinto saudade de Juscelino Kubitschek, Presidente que tinha metas em seu governo, metas precisas, sem nhenhenhém, sem discurso vazio, que começaram e acabaram em seu governo.

Certamente o pessoal que defende o transporte intermodal deve ter restrições ao Governo JK, no que eu concordaria em grande parte, porque S.Exa. optou pelo transporte rodoviário. Mas o fez, porque, à época, tinha exatamente o Fundo Rodoviário Nacional.

Os Constituintes de 1988 vieram para cá escrever a nova Constituição e acabaram com o Fundo Rodoviário Nacional. Da antiga Taxa Rodoviária Única – TRU constituía-se o Fundo Rodoviário Nacional, indo parte para os Estados e outra para os Municípios.

Acabaram com o Fundo Rodoviário Nacional e criaram o IPVA, sob o discurso fácil do fortalecimento do poder municipal. Isso foi verdade para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Para nós, do Pará, nada, porque nossa quantidade de veículos certamente é muito menor do que a dos Estados do Sul. Em contrapartida, o Ministério dos Transportes, antigo DNER, ficou sem os recursos do Fundo Rodoviário Nacional que ele mesmo gerenciava, administrava.

A partir daí, o Ministério dos Transportes, que é um órgão gastador, passou a depender da disponibilidade orçamentária. E, lamentavelmente, a partir da década de 1980, os Ministros deste País não têm mais autonomia para nada – só quem manda é exatamente a área econômica. Isso ocorreu nos Governos dos Presidentes Sarney, Collor, Fernando Henrique e, lamentavelmente, no do Lula.

Quando nosso Ministro dos Transportes opta por salvar o patrimônio rodoviário nacional, merece meu respeito e aplauso por isso, mas é lamentável que o próprio Ministério tenha de andar com pires na mão, pedindo, porque este patrimônio é muito caro e custou muito suor e lágrimas ao povo brasileiro.

Falou-se da Hidrovia Tapajós – Teles Pires. Talvez os senhores não saibam, mas já estive lá. De um lado Teles Pires, na reserva dos índios munduruku, e conheci de perto o próprio rio. É verdade que, acima de Itaituba, existe a Corredeira de São Luiz de Tapajós, cujo potencial, já estudado pela ELETRONORTE, atinge 15 milhões de quilowatts, maior do que o de Itaipu.

Assim, se se pretende amanhã fazer isso, que haja consonância entre os Ministérios, a fim de que possamos ter, de fato, um planejamento correto, desde o início do próprio projeto, para que não tenhamos de tampar o sol com a peneira.

Quando se fala de pontes que sofrem com as eclusas do Tucuruí, lembro-me de um fato, quando era Deputado Estadual. Vim a Brasília, à época do Presidente Figueiredo. Havia um Senador biônico, chamado Gabriel Hermes, que defendia desesperadamente a construção dessas eclusas. E foi uma briga só para conseguirmos, com o Presidente João Figueiredo, uma tal de cabeça das eclusas – não sei se o termo é correto – , que custava não sei quantos milhões. Foi feita a tal cabeça. Era ainda rapaz e já estou de cabelos brancos, ficando velho, e não se chega ao final dessas eclusas.

Aí, Dr. Paulo Sérgio, pergunto por que o próprio Ministério dos Transportes não disse: “Olha, o que não começamos, ninguém vai começar nada, até que acabe o que já está começado”. É incrível essa batalha, essa luta e, mais incrível ainda – o que vou dizer agora já o fiz no Plenário –, parece-me que no Governo do Gen. Castello Branco foi criado o Ministério do Planejamento, que não sei o que faz, não sei o que faz – repito. Não é possível que o Ministério do Planejamento não possa, ao longo do tempo, ter visto que as eclusas eram indispensáveis, que dispensável é a Hidrovia Araguaia – Tocantins, porque, se aproveitarmos o Porto de Vila do Conde, estaremos mais próximos da Europa e dos Estados Unidos. E a pergunta é: se existia o Ministério dos Transportes, e não queriam fazer a Hidrovia Araguaia –Tocantins, por que fizeram o Porto de Vila do Conde? Para jogar dinheiro fora? São perguntas que temos de fazer, e cabe ao Ministério dos Transportes, com a autoridade do Ministro e de sua assessoria, discutir isso com veemência, *interna corporis*, para que nós, Deputados, possamos depois debater as verbas orçamentárias.

Para concluir, farei uma consideração a meu amigo Michel Dib Tachy. O Porto da Madeira, na Baía de São Marcos, sabemos que foram engendrados até os dados técnicos. Era universitário, Presidente do Diretório Central dos Estudantes à época, quando se falava da saída do ferro de Carajás, o ponto melhor. V.Exa. falou do Porto da Ponta dos Pardais: lá perto também há outra ponta, a Ponta da Tijoca, perto de Salinas, com profundidade quase semelhante à da Baía de São Marcos, no Maranhão. É lamentável que numa questão sobretudo técnica decidiu-se politicamente. À época, o Governo era militar. Quando o general batia o martelo, ninguém podia mais discutir, porque, se o fizéssemos, seríamos presos.

É importante que agora o Ministério dos Transportes, após a redemocratização do País, possa discutir tecnicamente as questões, enfrentar o Ministério do Planejamento e dizer aos seus técnicos que está lá para planejar e não apenas controlar o déficit público e obter o superávit primário. O Ministério do Planejamento existe para planejar o futuro deste País, em consonância, é claro, com o Ministério dos Transportes.

Ao fim e ao cabo, depois do exagero das minhas expressões, peço desculpas por elas, parabenizo os convidados pela palestra, por essa audiência pública,

e agradeço, feliz da vida, pelo que pude aprender com V.Sas. nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Obrigado, Deputado Nicias Ribeiro.

Com a palavra o Deputado João Batista Babá.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Primeiramente, quero dizer que me sinto honrado. Peço desculpas pelo equívoco da Comissão, Deputado Zequinha Marinho. Realmente não faço parte desse requerimento, mas acho que esse debate é muito importante.

Para promover esse debate temos de ter claro problema sério que atravessa este País: o Orçamento. É brincadeira o que se está fazendo.

Até o mês de julho foram pagos 89,20 bilhões de juros da dívida. Conseguimos aumentar, por meio de emendas e brigas, a verba de investimento, enviada a esta Casa pelo ex-Presidente Fernando Henrique, de 7 para 14. O Ministro Palocci assumiu, e logo no início dos 14 ele contingenciou 80%. Sobraram 4. Da sobra do investimento, fundamental para o País, foram gastos até agora 600 milhões. Isso é gravíssimo. Nesse mesmo período, 800 mil trabalhadores caíram no desemprego.

Vejam bem. Como se não bastasse o contingenciamento de todas as verbas, no início do ano, houve o corte de 414 milhões. No Ministério dos Transportes, cortaram 114 milhões; no Ministério da Integração Regional, 41 milhões e no Ministério das Cidades, 31 milhões.

Deputado Zequinha Marinho, se V.Exa. tinha alguma esperança nas nossas emendas, pode esquecer. Foram 186 milhões só nesses 3 Ministérios.

Esse corte coloca por terra todo e qualquer projeto; não apenas os destinados à construção, mas também os destinados à manutenção, como ocorre com as estradas.

Esses cortes são gravíssimos, uma vez que atrasam brutalmente o desenvolvimento deste País. Nossas regiões são afetadas, e muito, por causa desse processo.

No ano passado, entraram 93 bilhões para juros, o que será mais por causa da ampliação e negociações de juros. Tanto é que até julho foram pagos 89 milhões. Mas no Orçamento de 2004, que está no Congresso Nacional, essa parcela subiu para 117 bilhões. Imaginem: passa de 93 milhões no original, em 2003, para 117 bilhões. E como o Sr. Paulo Sérgio disse, incluiu-se 818 milhões destinados no Orçamento de 2004.

Como vamos desenvolver este País, com todos os sonhos de muitos Deputados? Vou analisar alguns pontos, porque tenho críticas a algumas situações. Mas suponho que ninguém tenha crítica a hidrovia alguma.

Companheiros, esses projetos não têm condições de serem executados, porque não há dinheiro. Esse é o problema. Se de um ano a outro passa de 93 para 117, só aí são 20 bilhões a mais. Só o que foi ampliado de juros é mais de 20 vezes o que está destinado para o Ministério dos Transportes. É impossível!

Celso Furtado tem razão, tem de declarar a moratória. Não há alternativa. E quando se fala em moratória todo mundo fica de cabelo em pé. O próprio FMI reconheceu que dos 26 países que declararam moratória 19 cresceram. E os que seguiram o receitário do Fundo Monetário Nacional quebraram. É uma questão de escolha.

Tenho muita preocupação com o nosso Estado. Estou cansado de ouvir a palavra desenvolvimento em nosso Estado. Levam ouro, ferro, manganês, energia, e para nós ficam os desastres ambientais.

Em regiões como Balbina, o próprio Tucuruí, a jusante, sumiram 11 espécies de peixe; a alimentação básica do cametaense, o mapará pequeno, sumiu. Isso é um problema seriíssimo.

A água que cai do lago para a população a jusante, a ELETRONORTE agora assumiu o processo, dá coceira e uma série de problemas.

A eclusa de Tucuruí se arrasta há quantos anos? Por quanto mais vai se arrastar? A conclusão está prevista para 2006. Esperamos que seja. Essa situação gera dúvidas, porque não sabemos se vai ser concluída dentro do prazo determinado, em face desses subseqüentes cortes.

Quanto à Hidrovia Araguaia – Tocantins e do próprio Xingu – o Deputado Nicias Ribeiro não está aqui para ouvir –, ainda bem que há o Ministério Público e o pessoal do meio ambiente. A camada de ozônio está do tamanho da Europa. Não sei se os senhores sabem, mas o farol que estava a quatrocentos e poucos metros, nas calotas polares da água, hoje está a 48 metros. O nível do degelo está subindo assustadoramente. Essas ondas, esses vendavais que acontecem nos Estados Unidos, por exemplo, que parecem ser coisa de maldição, têm origem no meio ambiente. Isso é um problema seriíssimo.

Falou-se muito do Rio Xingu. Mas quando analisamos isso aqui, vimos muitos projetos destinados à soja. É o que está sendo discutido. Certo dia, inclusive, ouvi uma reportagem bonita no *Globo Repórter* sobre a festa dos índios.

As nascentes do Rio Xingu, por exemplo, devido ao desmatamento tresloucado no Mato Grosso, que começa a entrar no Pará, estão morrendo. Daqui a

pouco não vai adiantar a instalação de hidrelétricas, hidrovias, se matam a origem desses rios.

Quem tem a oportunidade de fazer um vôo baixo por Brasília, Palmas e sul do Pará, pode perceber que os Rios Araguaia e Tocantins estão sendo assoreados por falta de matas ciliares ao seu redor. A potencialidade de morte desses rios não é coisa de loucos que defendem o meio ambiente. Isso é fato, é realidade.

Hoje discutimos a construção de muitas hidrovias. Se não houver investimento pesado na origem desses rios, Deputado Zequinha, os Rios Tocantins e Araguaia vão virar praticamente praias. Nesses rios, há algumas vielas de água que atravessam durante o verão. Isso é um problema seriíssimo. Não sei como será desvendado o derrocamento nos rios. Imaginem os senhores o desastre ambiental. Não sou especialista no assunto, mas imagino. O fundo do rio terá de ser estourado com dinamite.

Peço esclarecimentos, porque há problemas seriíssimos de meio ambiente que têm de ser profundamente analisados. Não adianta fazermos todo o projeto, sendo que, depois, o meio ambiente vai cobrar. Não são os ambientalistas que vão cobrar, mas o meio ambiente. Estou muito preocupado com essa situação.

No sul do Pará, não há mais florestas. Nas áreas de florestas ainda existentes, há aldeias indígenas, diga-se de passagem. Naquela região, Deputado Nicias Ribeiro, as serrarias foram avançando. Passaram por Paragominas, pelo sul do Pará; agora estão avançando para a região de Altamira, de São Félix do Xingu. Mas o projeto de soja vem comendo toda a região da Rodovia Santarém – Cuiabá, que vai alimentar de soja o gado norte-americano, pois essa soja não é alimento para a população brasileira. E mesmo a exportação é comida com um mês de juros. Eu tenho muita preocupação com esse processo.

É muito difícil entendermos que ainda se cortem mais 414 milhões do Orçamento brasileiro para alimentar o John Snow, Secretário do Tesouro americano, que está elogiando o Lula e o Palocci desbragadamente. Para ele, o Governo de Lula e Palocci é maravilhoso. É óbvio que é maravilhoso. O Governo brasileiro realimenta a economia norte-americana, a européia, os banqueiros, porque nem emprego geram lá. Mas são 89 bilhões. E até o final do ano, entre juros e amortização, pode chegar a quase 200 bilhões do Orçamento brasileiro.

Temos de discutir seriamente essa situação, porque senão todos os projetos da hidrovia, que seguirem essa política, sem discutir a questão ambiental, que é grave, não haverá dinheiro para nada, companheiros. Debatemos longamente essa questão, mas não há dinheiro, e o que tem ainda é cortado.

Imaginem que cortaram 114 milhões do Ministério dos Transportes. Vejam a situação da Rodovia Belém – Brasília, que está intrafegável! Vejam a Transamazônica! Não tenho atuação política naquela região, mas posso imaginar como o Deputado Zé Geraldo, do PT, deve estar sendo crucificado lá. No entanto, ontem, votou-se medida provisória para injetar 1 bilhão e 800 milhões nas companhias de energia privatizadas e cortaram 114 milhões do Ministério dos Transportes. Além de tudo isso, concederam 600 milhões, como empréstimo, para a companhia AES ELETROPAULO, comprada com dinheiro do BNDES. Não pagou; mandou os lucros para o exterior e ainda obteve benesses do Governo Federal de novo empréstimo de 600 milhões. É brincadeira! Fora o Seguro Apagão que a população está pagando.

Falou-se da Hidrovia Araguaia – Tocantins. Não vou discutir a questão ambiental daqui para cima, porque acho que é um debate bom de ser feito. Mas para a eclusa de Tucuruí, estamos cansados de ouvir que não há dinheiro. Ora, há quantos anos, de 1981 para cá, não há dinheiro para concluí-la? Já começaram a segunda fase de Tucuruí, porque é interessante exportar energia, mas não ficamos com o ICMS da energia.

Estamos cansados desse tipo de desenvolvimento do nosso Estado de onde sai a produção de minério. A Vale do Rio Doce, por exemplo, que foi privatizada, ampliou a produção de ferro de 43 milhões de toneladas para 87 milhões de toneladas ao ano. Em Macapá, acabaram com o manganês, cuja produção era de 1 milhão e 200 mil toneladas. Hoje a Vale do Rio Doce conseguiu autorização para exportar 1 milhão e 700 mil toneladas de manganês por ano. O ouro do Igarapé – Bahia acabou. Não sei se os senhores sabem, mas há, em Canaã dos Carajás, um processo de pelotização do cobre. E vamos continuar importando cobre acabado. Faz-se essa pelotização: dentro das pelotas vai o ouro. A Vale do Rio Doce exporta a pelota. Lá, eles separam o ouro, e nós vamos continuar importando cobre. Isso é brincadeira! Depois, quando acabar o cobre de Canaã dos Carajás, vão aparecer problemas com o meio ambiente, com os trabalhadores rurais sem terra, com chacinas no campo. Para nós, esse tipo de progresso não interessa mais.

Temos de nos preocupar seriamente com o meio ambiente. Depois de feita – desculpem-me a expressão – a porcaria, a natureza não se recupera. Agora, o preço que a natureza vai cobrar em função desse processo está sendo pago em nossa região.

O Governador do Mato Grosso do Sul, Blairo Maggi, um dos maiores desmatadores, é produtor de soja. Eles estão avançando, estão entrando no Pará

com tudo. É devastação pura e simples. Há também grilagem de terra naquela região.

Portanto, as hidrovias poderão não ter objetivo para os pequenos produtores.

Penso que devemos seriamente discutir, apesar de ser um pouco mais caro, o processo de prosseguimento das ferrovias. A Rússia, a China, a Europa, por exemplo, são cortadas por ferrovias. Esse projeto pode ser mais caro do que o de hidrovias. Mas onde houver condições deve-se fazer hidrovia. Não devamos ser simplesmente contrários. Minha preocupação é com a destruição da natureza provocada pela construção de certas hidrovias. E esse processo pode provocar danos ambientais seriíssimos e irrecuperáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Começaremos pelo Dr. Josenir Nascimento; depois, Dr. Michel Dib Thachy e, por último, Dr. Paulo Sérgio.

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – Gostaria de ressaltar a questão ambiental que foi bem argumentada pelo Deputado Babá.

Desde abril, quando ingressei no Ministério dos Transportes, a questão ambiental tem sido olhada com bastante seriedade. No Ministério dos Transportes, não vejo nenhuma intenção de passar por cima disso. Deixo isso bem claro, porque estou muito tranqüilo com essa questão.

As hidrovias poderiam ser utilizadas – e aí por sugestão do Deputado Babá – para viabilizar a questão ambiental, como ocorre nos países desenvolvidos. Por quê? Hoje o Rio Araguaia pede socorro, está se assoreando, daqui a alguns dias não terá condições de navegação. Tudo isso por causa do desmatamento das matas ciliares.

Desse modo, se se formula num projeto de consciência ambiental a recuperação das matas ciliares e a utilização do Araguaia por transporte, haverá a necessidade da permanência do fio de água necessário para que o transporte seja realizado. Dentro dessa necessidade e das condições ambientais corretas, viabiliza-se a questão ambiental.

Então, se o transporte é viabilizado, para que a questão ambiental seja viabilizada, avança-se no processo. É o chamado desenvolvimento sustentável, isto é, viabiliza a questão ambiental, o que garante às nossas populações futuras uma situação melhor.

Outra questão é a dos derrocamentos. Há muito, quando se referia a hidrovias, falava-se em explosão de pedras. Isso não existe. Hoje o martelo hidráulico faz o trabalho de explosão, como antigamente, com muito mais eficiência.

Outro detalhe importante: há uma média de leito de rio, mostrada pelo Dr. Paulo, de um quilômetro e trezentos metros da média do Araguaia – 1.300 metros. Desses 1.300 metros, deve-se garantir um canal de 45 metros, no caso do Araguaia. Portanto, não precisamos, na realidade, utilizar a outra parte.

A questão ambiental tem de ser desvestida dos preconceitos mostrados pelo Deputado Nicias Ribeiro, que se referiu muito bem ao tema. Temos de acabar com os preconceitos para acabar com a mistificação.

Acredito no transporte hidroviário como meio de viabilizar a questão ambiental. Tenho fé nisso. Sem olharmos para o meio ambiente com carinho, não poderemos viabilizar o meio hidroviário. Precisamos do fio de água para atuar.

Com relação às ferrovias, não existe – quero deixar isso bem claro – competição de ferrovia com hidrovia nem competição de rodovia com ferrovia ou hidrovia. A multimodalidade veio para dar fim a isso. Existem, sim, cargas que só podem ser transportadas em rodovia. São mercadorias com alto valor agregado, que só podem ser transportadas em rodovias. Transporte com baixo valor agregado e com volumes altos teriam de ser feitos em ferrovia e em hidrovia. Há carga tanto para ferrovia como para hidrovia. Um modal não compete com o outro.

Podem construir uma ferrovia ao lado do Tocantins – Araguaia, que não vai competir, de forma nenhuma, com o transporte de carga do Araguaia, pois há volume de carga suficiente.

Deveríamos ter viabilizado a Tapajós – Teles Pires e a Hidrovia Araguaia – Tocantins. Hoje, a BR-163 está sendo pressionada para ser asfaltada em função do transporte de carga de baixo valor agregado, os grãos.

Se as duas hidrovias estivessem funcionando plenamente, acabaríamos com a pressão da entrada de rodovias para a Amazônia e com o avanço da fronteira agrícola degradante. Se tivéssemos viabilizado a hidrovia no passado, teria sido reduzido o impacto do avanço da fronteira agrícola na Amazônia. A nova ótica do Governo Lula tem de ser observada.

Dentro dessa ótica, estamos trabalhando com o objetivo de viabilizar as hidrovias o mais rápido possível, para que as estradas não avancem na Amazônia. Não há estradas paralelas ao Rio Amazonas. Por quê? Porque ele é utilizado na sua plenitude como se fosse uma hidrovia. E a pressão de estradas sobre o Rio Amazonas diminuiu bastante pela utilização da hidrovia.

Temos de levar em conta esses detalhes e desmistificar a questão ambiental. O problema tem de ser discutido com muita seriedade.

Outro ponto importante. Se as hidrovias estivessem funcionando, os senhores poderiam imaginar a

quantidade de caminhões que tiraríamos das estradas e o quanto de gás carbônico e de emissão de gás seriam diminuídos se tivéssemos mais hidrovias? Uma balsa tira 60 caminhões da estrada. Se multiplicarmos esse número pela quantidade de emissão teremos muitas vantagens. Considerando todas essas premissas, temos certeza de que o Governo Lula está no rumo certo em relação às hidrovias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Concedo a palavra ao Dr. Michel Dib Thachy.

O SR. MICHEL DIB THACHY – Farei uma peroração.

Como não pude apresentar toda a palestra, em razão do curto espaço de tempo, alguns dados devem ser expostos, sobretudo a economia da hidrovia em relação à ferrovia e à rodovia.

As 3 modalidades não são totalmente competitivas, mas existe, sim, uma certa competição. Por exemplo, abaixo de 300 quilômetros, a hidrovia não compete com a rodovia. Nesse caso, a rodovia leva vantagem. Cerca de 80% da carga transportada na Argentina é feita por rodovia, mas aquele país é pequeno. O Brasil tem dimensões continentais. Aqui o problema é diferente. Quando temos uma hidrovia de 2 mil e 614 quilômetros, como a do Araguaia – Tocantins, não podemos pensar em fazer o transporte por rodovia, porque existem as economias derivadas do uso da hidrovia. Por exemplo, em Ox, COx, para a atmosfera é absurda a contribuição do sistema rodoviário.

Foi citado agora o caso dos caminhões. Só um comboio de 200 metros de comprimento, 240 metros com o empurrador, substitui 234 caminhões. São 9 mil metros de caminhões enfileirados.

Ora, na medida em que cresce a produção nacional e agora a soja compete fortemente no exterior, a previsão do Governador Blairo Maggi – também concordo com o Deputado que ele está devastando um pouco – é de em 2012 a produção chegar a 45 milhões de toneladas de soja só no Mato Grosso, e não há condições de escoar pela BR-163. Terá que ter uma hidrovia. Ele enfatiza isso e é uma necessidade imperiosa. Mas isso não é só lá.

Também quando todo o cerrado – Mato Grosso, Goiás e Tocantins – tiver a produção esperada nessa área de *commodities*, vamos precisar das hidrovias, rodovias e ferrovias, e deixar que usem o meio modal mais importante, de acordo com o mercado que vamos disputar. É questão de criar opções no Brasil para que possamos disputar o mercado internacional.

Sabemos do protecionismo lá fora; eles se protegem de todo o jeito. E, muitas vezes, temos de fazer das tripas coração para competir com eles e ganhar mercado.

Agora estamos com a China, que representa apenas 4% do nosso mercado; os Estados Unidos ainda estão com 25% e a Europa também. Temos de competir e para isso não adianta discutir a exclusão; temos de admitir que a hidrovia é o sistema mais barato. Podemos utilizar o parâmetro 1 para 4 e para 8 como regra: 1 para hidrovia, 4 para ferrovia e 8 para rodovias em termos de custo.

No Pará, nossa terrinha, temos 17 mil quilômetros de hidrovias possíveis de utilização. Nossa rodovia na Amazônia é o rio, não tem outro.

Aquele quadro apresentado, em termos de investimentos nas áreas de rodovias e ferrovias, torna absolutamente inquestionável o desenvolvimento de hidrovias no Pará. E estendo mais o raciocínio: não só no Pará, mas para o Brasil é importante, pelos dados apresentados. Não apresentei todos, porque o tempo foi muito curto, mas na UNAM fiz exposição de tais dados e levei mais de uma hora para apresentá-los aos estudantes de lá.

Na realidade, o Brasil precisa da Amazônia agora com suas hidrovias para exportar seu produto. Caso contrário, não há competitividade. E aquela saída para o Pacífico é outro grande objetivo que temos para integrar o Brasil à Amazônia.

O Brasil ainda não enxergou a Amazônia na sua potencialidade. Isso é que é importante – não é só bairrismo não. Temos de pensar nisso em termos de país, a Amazônia é brasileira e tem de ser utilizada em toda a sua potencialidade para o desenvolvimento, usar suas facilidades, aquilo que tem disponível de melhor para explorar.

Outro ponto importante que não falamos aqui: o ecoturismo, a indústria sem chaminé. Se desenvolvermos a Amazônia, criar toda essa potencialidade, teremos ali um potencial de desenvolvimento extraordinário para nosso País.

Costumo dizer aos meus amigos do exterior ou do Sul que quem não conhece a Amazônia não conhece o Brasil, porque o restante do País é igual a qualquer outro do mundo. Conheço 25 países. Morei na Itália, mas Nova Iorque, Paris, é tudo igualzinho; só mudam as torres, uma ou outra colocação. O resto é tudo igual: casas, prédios, etc. Mas a Amazônia não. A Amazônia é diferente, é o coração do Brasil, no meu entender.

Concordo com o Deputado Babá quando diz que o Brasil não tem dinheiro para tudo.

Quando fui superintendente em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, o Prefeito havia me dito que a PETROBRAS não ajudava o Município. Voltei de lá pensando no problema, sentei com meu pessoal da refinaria e disse a eles que realmente não tínhamos condições de financiar todas as nossas necessidades.

Precisamos de dinheiro para a Saúde, Educação, Saneamento, Infra-Estrutura, para tudo! Então, é preciso que cada brasileiro contribua com um pouco. E criamos um projeto, em Duque de Caxias, de a cada final de ano construir uma escola e doar ao Município. Fizemos a primeira, mas só passei 2 anos, porque tive de sair da refinaria para a sede.

É isso que o PPP agora vê como solução. Não há dinheiro no Governo para fazer tudo. Investimento em qualquer um dos setores esgotará o dinheiro do País e não se resolverá o problema, sem falar também nessa dívida fabulosa. Mas temos de juntar todos nossos esforços nesse PPP, solução hoje encontrada pelo Governo, para alocar o máximo de recursos possível necessário ao nosso desenvolvimento. Se pensarmos só em governo, não vamos resolver nada, vamos ficar esperando que as coisas aconteçam, que os orçamentos sejam melhorados, que cada um brigue por um pouquinho, como diz o Deputado. Em compensação, o maior volume destina-se a pagar a dívida. Temos de criar esse PPP mesmo e desenvolvê-lo para utilizar todo o potencial de recursos do País e aplicar nas suas principais necessidades, sobretudo na infra-estrutura, que permite o crescimento nacional. Conseqüentemente, com o crescimento, vamos resolver outros problemas sociais que nos afligem muito.

Voltando apenas ao Deputado que foi brilhante nas suas observações, informo que na Hidrovia do Marajó, um dos sérios problemas alegados é que, ao fazer a ligação do canal dos Rios Anajás e Atuá, havia conflito, dificuldade de comunicação dos peixes. *(Risos.)* Mas se esqueceram de que no inverno fica tudo alagado, e os peixes se comunicam assim mesmo. (*Risos*.)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Muito bem, Dr. Michel.

Com a palavra o Dr. Paulo Sérgio, para algumas considerações. Estamos encerrando.

O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA PASSOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, informo que já estou com a cópia do Projeto de Lei nº 3.009, mencionado nesta reunião de trabalho. Ele é originário do Senado e está na Comissão de Viação e Transportes da Câmara. Os Srs. Parlamentares poderão nos ajudar nesse tema que trata da obrigatoriedade de eclusas nas obras de barramento de vias navegáveis.

O segundo ponto que gostaria de abordar refere-se mais uma vez à questão ambiental.

Ouvi muito atentamente as palavras apaixonadas e convictas do Deputado Nicias Ribeiro, que fala com conhecimento da sua própria região. Para lhe tranqüilizar, Deputado, afirmo que o Ministério tem na sua agenda superar essas dificuldades ambientais. Quanto ao próprio Executivo, nosso acerto é com o Ministério do Meio Ambiente. Vamos nos sentar e discutir o assunto em vez de nos centrar em decisões ou avaliações do tipo “não pode ser feito”. É preferível discutirmos a melhor forma de fazer, como conduzir corretamente o processo, como fazer essas intervenções. Inevitável é considerarmos que, quando se constrói uma rodovia, hidrovia, ferrovia, de alguma forma se afeta o meio ambiente. Mas qual nosso pressuposto? Vamos trabalhar observando a natureza de frente e não de costas para ela.

Até para complementar, Deputado Babá, independentemente da informação dada pelo Sr. Josenir, sobre o bombardeamento, é normal que quando o Governo, agindo responsavelmente, decide tomar alguma atitude em relação a uma intervenção que possa implicar derrocamento de área ou até em dragagens volumosas, tudo isso é precedido de estudos que avaliam os impactos.

Na área aquaviária trabalhamos muito inclusive com a realização de modelos reduzidos, que simulam aquilo que será feito. Assim, pode-se tomar uma decisão ou executar um projeto com absoluto conhecimento do tipo de conseqüência que ele desencadeará. Quando falamos em utilizar hidrovias e fazer intervenções, pode estar certo V.Exa. de que modernamente a visão dos Ministérios é fazer com responsabilidade, estudando, avaliando.

O Deputado Babá comentou alguns fatos relacionados à devastação, à atitude predatória em relação aos rios, o que me lembrou que há poucos dias, quando estivemos na Bahia, ouvimos atentamente a preocupação da população de Juazeiro e Petrolina em audiência pública voltada para a revitalização do Rio São Francisco.

Na agenda de revitalização estava clara uma das preocupações e interesse da comunidade: que o rio seja utilizado para navegação. Diria mais: no caso do São Francisco, foi curioso para mim constatar naquela audiência pública um sem-número de questões abordadas que não têm a ver com navegação. Pelo contrário. A navegação sofre os efeitos da atitude pouco cuidadosa como o rio foi tratado nos últimos anos, com destruição de matas ciliares, com mau uso pelas populações lindeiras. Isso configura um conjunto de problemas que naturalmente devem ser tratados pelos Poderes Públicos: Governos Federal, naquilo que lhe compete; Estaduais, uma vez que estamos falando de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais; Municipais e a própria sociedade organizada. Dessa forma, será possível conviver harmoniosamente com o rio, garan-

tindo sua vocação e os benefícios que ele oferta tão generosamente à comunidade no que diz respeito à irrigação, à geração de energia, à alimentação e também ao transporte, dinâmico fator de desenvolvimento e crescimento.

Tenha certeza de que, Deputado Nicias Ribeiro, esse assunto está na ordem de nossas preocupações e, com relação ao que precisar ser discutido no âmbito do Executivo, estamos atuando no próprio Ministério do Meio Ambiente. Quanto àquilo que extrapola a esfera do Poder Executivo, estaremos também igualmente preocupados em levar posições atualizadas, argumentos e nos esforçar no que for possível no sentido do convencimento, do esclarecimento desses pontos de resistência onde eles existirem. Sempre levaremos argumentos técnicos, sólidos e conseqüentes, porque não estamos aqui nem estaremos lá com o fito de enganar ninguém. Queremos fazer tudo com muita clareza, com reconhecimento do nosso papel, das nossas responsabilidades e daquilo que devemos produzir com zelo e cuidado no manuseio das questões ambientais. Tenho a impressão de que as observações dos senhores se harmonizam com nossas preocupações.

Relativamente a outro ponto, levantado pelo Deputado Babá, temos imensas dificuldades do ponto de vista orçamentário. O Ministério sabe, tem clara consciência do que tem de fazer, do custo da obra, do local a ser feito, do tempo para realizá-la, e estamos prontos para dar essa resposta. Fazemos parte de um governo que conhece e define as limitações e as possibilidades com as quais devemos trabalhar. Desejamos muito trabalhar evoluindo para patamar compatível e sustentável de recursos, que nos permita cumprir nossas obrigações de maneira eficiente e responder aos legítimos reclamos da sociedade. V.Exas. mais do que nós sabem disso.

Com relação ao investimento, às vezes somos obrigados a não dar continuidade a empreendimentos que estão a meio caminho, embora saibamos e reconheçamos sua importância. E os senhores devem avaliar o quanto pesa e significa para nós determinadas atitudes que tomamos.

Acreditamos no País, acreditamos na discussão do Governo, do Presidente Lula em recuperar e dar outra dimensão ao setor de transportes e temos esperança de evoluir para condição muito mais razoável.

Gostaria, Sr. Presidente, se me permite, de agradecer a presença aos Superintendentes Josenir e Michel; aos companheiros do Ministério, engenheiro Martinho Cândido, a quem não precisei acionar, mas que estava de prontidão para qualquer assunto que tivéssemos necessidade de esclarecimento mais preciso; à Dra. Ieda; ao Francisco, do DNIT; agradeço imensamente aos membros da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional na pessoa dos Parlamentares responsáveis pelo requerimento, Deputados Zequinha Marinho, Babá e Ann Pontes. Peço que transmitam também os agradecimentos aos Deputados Rogério Silva, Humberto Michiles, Raimundo Santos e Nicias Ribeiro.

Foi um prazer estar nesta Comissão. No Ministério dos Transportes, na Secretaria de Gestão, estamos à disposição dos senhores para quaisquer assuntos que, dentro de nossa responsabilidade, de nossa área de competência, pudermos esclarecer, informar ou tomar alguma atitude do interesse dos senhores.

Sr. Presidente, espero que com esta audiência tenhamos dado contribuição positiva aos debates sobre a questão hidroviária na Amazônia. Trouxemos nossa visão, mas também compartilhamos com os senhores nossas ansiedades, grande parte das quais são comuns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Nicias Ribeiro.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Regimentalmente, tenho direito à réplica ou à tréplica. Deixei uma questão para depois do comentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Ainda não terminamos. Portanto, pedimos aos companheiros mais alguns minutos.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Estranhamente, enquanto não houver recursos para se concluir com rapidez a eclusa de Tucuruí, em conseqüência a implantação definitiva da Hidrovia Araguaia – Tocantins, de acordo com o Sr. Josenir, não há previsão da construção das eclusas da provável Hidrelétrica Santa Isabel do Araguaia. Em contrapartida, temos informação de que no Ministério dos Transportes há previsão de investimento em grande escala de recursos orçamentários e financeiros para a conclusão da Ferrovia Norte – Sul, sonho do ilustre ex-Presidente da República, José Sarney.

Dr. Paulo Sérgio e ilustres Deputados, no trecho em que a Ferrovia Norte – Sul se encontra com a Ferrovia do Carajás, completando o Eixo Sul seu percurso, considerando a informação aqui apresentada da não-previsão de uma eclusa na área da provável Hidrelétrica de Santa Isabel do Araguaia, creio que, a partir daí, vamos cantar o réquiem da Hidrovia Araguaia – Tocantins.

Concluída a Ferrovia Norte – Sul, que transportará a produção do cerrado e já conectada com a Ferrovia do Carajás, com o ponto de Itaqui à sua mercê, a partir daí é provável que os economistas, falando em econo-

mês, que não entendemos muito, nos convidem para cantar o réquiem da Hidrovia Araguaia – Tocantins.

É o registro que faço no final e ficarei feliz se estiver absolutamente errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Com a palavra o Dr. Paulo Sérgio.

O SR. PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA PASSOS – Deputado, gostaria de transmitir algumas contundentes informações em relação à hipótese. Digo hipótese porque o senhor verá que ela não se confirmará no que concerne à Ferrovia Norte – Sul.

É fato que temos uma ferrovia que vem sendo construída, mas estamos muito distantes de um ponto de maturação e até mesmo de sua conclusão.

Para o senhor ter idéia, apenas a título comparativo, no Orçamento de 2004 estão previstos para a Ferrovia Norte – Sul 10 milhões de reais e, para a eclusa de Tucuruí, 70 milhões de reais. Então, isso lhe dá idéia muito explícita de que ainda que os 70 milhões não sejam suficientes, acreditamos, como tive oportunidade de mencionar a parceria com o Governo do Estado, mediante recursos de *holding*, que, somados aos federais, podem catalisar um processo de execução e de construção da eclusa.

Esses valores associados à ferrovia e que foram o possível em temos de alocação para 2004, dentro de quadro extremamente limitado, permitirão avançar muito pouco. De modo que acredito que vamos caminhar, e caminhar bem, no que diz respeito à construção da eclusa de Tucuruí e, na seqüência, da eclusa de Lajeado.

Nosso desejo é que essa extensa via hidroviária seja navegada, transporte riquezas e contribua para o desenvolvimento da sua área de influência.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Estou torcendo para que isso aconteça para a felicidade geral da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Considerando que o Dr. Paulo Sérgio, além de responder, fez suas considerações finais, passo a palavra ao Dr. Josenir e depois ao Dr. Michel Dib Thachy.

Informo aos palestrantes e à Dra. Ieda que pretendemos entrar com requerimento para criação de uma comissão de representação externa ou uma subcomissão sobre esse assunto. Temos interesse na discussão da questão ambiental e vamos ver se aceleramos esse tema. Seremos muito chatos, mas teremos de fazer isso.

Concedo a palavra ao Dr. Josenir, em seguida ao Dr. Michel para considerações finais.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Aproveito a oportunidade, já que ficou bem claro que não há disponibilidade fiscal, financeira para liberar o previsto no Orçamento de 2003, para convidar os Parlamentares desta Comissão para nos dirigirmos ao Ministro, a fim de tentar o descontingenciamento desse valor referente ao ano de 2003. Dessa forma articulada poderemos contribuir para o desenvolvimento da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Deputada, seu requerimento verbal será atendido, vamos trabalhar junto à Presidência para que isso aconteça.

Com a palavra o Sr. Josenir Nascimento.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Sr. Presidente, antes das considerações finais do Sr. Josenir, gostaria de dizer algo que a Deputada não comentou: que esta Comissão se dirija ao Ministro do Planejamento, que guarda o dinheiro e perdeu a chave. (*Risos. Muito bem.*)

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – Em primeiro lugar, agradeço à Comissão da Amazônia pela oportunidade que nos deu de fazer exposição sobre o tema e também à equipe que nos acompanhou. A equipe do Ministério está à disposição.

Fui tirado da sociedade comum e levado para trabalhar no Ministério para o Governo Federal, num sonho da minha região. Venho das regiões do sul e do sudeste do Pará, e era um sonho viabilizar a Hidrovia Araguaia – Tocantins, com responsabilidade social e ambiental. Estamos caminhando nesse sentido.

É preciso deixar bem claro que não vamos passar por cima de nada, apesar da nossa vontade, do nosso sonho. Vamos respeitar tudo, porque a orientação do Ministério e do Governo Lula é responsabilidade com as questões a que me referi.

É preciso separar: dinheiro para eclusa é uma coisa, dinheiro para hidrovia é outra. Estou me referindo à falta de recursos para a hidrovia. Precisamos dessa verba, depois que fizermos as tratativas ambientais e de liberação do Orçamento, para fazer as obras da hidrovia. Recursos para eclusa, como o Dr. Paulo disse, existe no Orçamento, tanto para a de Lajeado quanto para a de Tucuruí. Foi sugerido pela Deputada Ann Pontes – é função dos Parlamentares e da comunidade da região – fazer gestões para viabilizar esse dinheiro, que com certeza existem. Estamos falando sobre PPA, recursos para viabilizar as obras de hidrovias, de que vamos precisar, na hora em que resolvermos a questão ambiental.

Obrigado, mais uma vez, por esta grande oportunidade que nos foi dada. Estamos à disposição na Superintendência da Hidrovia Araguaia – Tocantins,

que não sei porque é sediada em Goiânia. Estamos longe da Amazônia.

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – É em Goiânia?

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – O senhor não sabia?

O SR. DEPUTADO NICIAS RIBEIRO – Acho que o senhor está informando isso para a Nação. Mas, como a sede da ELETRONORTE é em Brasília...

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – Mas, o DNIT, com certeza, está procurando uma maneira para resolver isso.

O SR. JOSENIR GONÇALVES NASCIMENTO – Obrigado pela oportunidade.

O SR. MICHEL DIB THACHY – Agradeço pelo convite e pela oportunidade de estar aqui em especial à Deputada Ann Pontes e ao Deputado Babá, aos demais Deputados que nos prestigiaram, àqueles que nos ouviram durante tanto tempo e que deram atenção às perorações a respeito dos nossos problemas, que são de todos nós, brasileiros, ao Dr. Nélio, professor da Universidade do Pará, e ao Dr. Guilherme, que está agora na AHIMOR, ex-Superintendente da Doca do Pará. Esses homens são de extrema importância para nossa hidrovia.

Muito obrigado a todos pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zequinha Marinho) – Agradeço aos Srs. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, Francisco de Assis Ramalho Além, Michel Dib Thachy, Josenir Nascimento e Ieda Rizzo, que atenderam com presteza ao convite desta Comissão, os esclarecimentos prestados, que serão de grande importância para darmos seqüência ao trabalho que pretendemos realizar.

Agradeço ainda a participação aos colegas Deputados e aos demais presentes que contribuíram para o êxito desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente reunião, antes convocando reunião deliberativa ordinária para a próxima quarta-feira, dia 1º de outubro, às 11h, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Quadragésima Quinta Reunião Ordinária Realizada em 19 de Novembro de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Rogério Silva e Davi Alcolumbre – Vice-Presidentes; Alceste Almeida, Anivaldo Vale, Ann Pontes, Anselmo, Antonio Joaquim, Asdrubal Bentes, Babá, Carlos Souza, Celcita Pinheiro, Edson Duarte, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Luciano Castro, Maria Helena, Miguel de Souza, Nicias Ribeiro, Paulo Rocha, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Rose de Freitas, Suely Campos, Terezinha Fernandes e Valdenor Guedes – Titulares; Agnaldo Muniz, Alberto Fraga, Confúcio Moura, Coronel Alves, Dr. Benedito Dias, Hamilton Casara, Jaime Martins, Kátia Abreu, Marinha Raupp, Maurício Rabelo e Pastor Frankembergen – Suplentes. Compareceu também o Senador Augusto Botelho e o Deputado Dr. Rodolfo Pereira, como não-membros. O Presidente declarou aberta a Sessão e informou que esta reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir os Senhores Alcir Gursen de Miranda, Presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias, Aldo Azevedo Soares, Professor da Pontifícia Universidade Católica – PUC/GO, e Lucas Abreu Barroso, Professor da Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG, com o objetivo de apresentar a este Colegiado esclarecimentos sobre o Congresso Internacional de Direito Amazônico, que será realizado em Boa Vista/RR, no período de dois a cinco de dezembro de dois mil e três, atendendo ao requerimento de autoria do Senhores Deputados Luciano Leitoa e Rodolfo Pereira, aprovado pelo Plenário. Após informar as normas regimentais da reunião, o Presidente passou a palavra aos convidados, que discorreram sobre o tema. Interpelaram os expositores os Senhores Deputados Dr. Rodolfo Pereira, Maria Helena e Pastor Gutemberg e o Senador Augusto Botelho. O Presidente concedeu mais uma vez a palavra aos expositores, para que apresentassem suas considerações finais. Exerceram, alternadamente, a Presidência os Deputados Pastor Frankembergen, Maria Helena e Ann Pontes. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às doze horas e doze minutos, antes convocando Reunião Deliberativa Ordinária para hoje, quarta-feira, dia dezenove de novembro, no Plenário 15. E, para constar, eu, Márcio Vargas, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro abertos os trabalhos da reunião ordinária de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, convocada para ouvir os Srs. Alcir Gursen de Miranda, Presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias; Aldo Azevedo Soares, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; e Lucas Abreu Barroso, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que irão prestar esclarecimentos sobre o Congresso Internacional de Direito Amazônico, a ser realizado em Boa Vista, Estado de Roraima, em dezembro de 2003, atendendo ao Requerimento nº 83, de autoria dos Srs. Deputados Luciano Leitoa e Rodolfo Pereira, aprovado pelo Plenário desta Comissão.

Esclareço que, para melhor andamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios, na forma regimental: os convidados limitar-se-ão ao tema em debate e disporão, para tanto, de 15 minutos, não podendo ser aparteados; o tempo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da Comissão.

Informo aos Srs. Deputados que a lista para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem formular alguma indagação deverão registrar o seu nome e só poderão abordar sobre o tema em questão pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Concedo a palavra o Sr. Juiz Alcir Gursen de Miranda.

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Sr. Presidente, inicialmente, registro nossas escusas por não termos podido comparecer à audiência marcada na semana passada. Nossa ausência se deu à falta de transportes: em Roraima temos somente uma aeronave, que atrasou e, assim, não conseguimos chegar a tempo.

A idéia de falar sobre Direito Amazônico nesta reunião se deve ao fato de que nós, que vivemos na Amazônia, temos peculiaridades muito próprias. Um frei, que passou pela região no século XVIII, registrou muito bem que temos a qualidade de comer de arremesso e dormir de balanço – gostamos de comer uma farinha boa e gostamos de uma rede boa. Não tem coisa melhor.

A Amazônia é bem distinta em termos regionais não apenas em se tratando de ambiente. O mundo todo, o Brasil, principalmente, tem se preocupado com os animais, com as plantas, mas se esquece de que lá existem seres humanos. Nossa preocupação é esta: ressaltar que na Amazônia existem seres humanos, que nasceram na região, conhecem-na e podem ajudar a solucionar seus problemas.

Nossa preocupação é, portanto, discutir um Direito para a região, considerando nossas peculiaridades. Temos muitos aspectos a considerar. Uma idéia que temos é que na Amazônia a grande cultura, a cultura tropical, é baseada na farinha, embora as pessoas não dêem muito valor a esse aspecto. Mas a grande agroindústria no Brasil, agora familiar, está lá. Temos um sistema de agroindústria milenar que é a base da nossa cultura. Se não houvesse farinha, não haveria seres humanos na região. Esse fato é interessante.

É isso que queremos discutir e, ao mesmo tempo, mostrar que temos direitos na região, em função da realidade em que vivemos, do *modus vivendi* que temos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estabelecemos alguns pressupostos, ao mostrar essa situação. O primeiro é o desconhecimento, tão grande, que se tem da Amazônia. Por quê? Porque ela não fazia parte do Brasil, que foi descoberto do Atlântico para o Pacífico. A Amazônia, diferentemente, foi do Pacífico para o Atlântico. Este mapa, de Orellana, é de 1542. Um século mais tarde, Pedro Teixeira fez o percurso de Belém para Quito e voltou, e fez este outro mapa. Mostra-se, assim, desconhecimento total.

A Amazônia só passou a fazer parte do País depois da Independência. Até 1822, o Grão-Pará era um Estado distinto do Brasil. Em 15 de agosto de 1823 o Grão-Pará aderiu ao Estado do Brasil, do qual hoje faz parte, o que demonstra essa formação distinta. Depois, teve a conseqüência terrível da Cabanagem, o maior genocídio do Ocidente até hoje, que teve como resultado a redução praticamente às comunidades indígenas da região.

A própria estruturação histórica mostra que a penetração na nossa região é diferente no que se refere à colonização. Temos no Pará, no Amazonas, em Roraima e no Amapá colonização vinda do Grão-Pará, enquanto Rondônia e Acre são distintos. Na Amazônia temos características próprias. A grande problemática é que ela não é apenas brasileira, gerando uma questão internacional, que chamamos de Pan-Amazônia.

A Amazônia envolve vários países, como vemos aqui: Brasil, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, República Cooperativista da Guiana e Suriname. Isso nos traz alguns problemas internos. Temos até a Amazônia Legal, que é mais de dois terços da região no Brasil.

Toda essa problemática vem de longe, desde a época em que procuravam o famoso eldorado, essa cobiça que se apregoa em relação à Amazônia. Chegaram até a fazer o Lago Parima, região que hoje é

Roraima, onde existiria toda a riqueza. Daí decorre essa cobiça em relação à Amazônia de muito tempo.

É bem verdade que, em função desse lago, os ingleses, em 1840, por meio do pesquisador Robert, patrocinado pela coroa britânica, e o missionário Thomaz Young entraram na região, estudaram-na. Depois, em 1904, o Brasil perdeu 19.630 quilômetros quadrados para a Inglaterra. Hoje não é diferente: ONGs e missionários continuam na Amazônia, e a preocupação é que se repita o que aconteceu no século XIX.

Observando esses acontecimentos, aqui, atualmente, temos as áreas indígenas de Roraima e, coincidentemente, nestes pontos, as áreas minerais, situação que se procura discutir. Por quê? Porque a região tem uma imensa bacia hidrográfica, que penetra no Brasil e no resto da Pan-Amazônia, como chamamos.

Entendemos que essa realidade regional exige visão jurídica própria. Vários temas perpassam nossa Amazônia. Observamos que o Tratado de Cooperação Amazônica, ou o Tratado Pró-Amazônia, ou o Pacto Amazônico, celebrado em 1978, mas infelizmente reconhecido pelo Brasil somente em 1990 – e somente a partir de 2000 é que temos Comissão Permanente –, traz ou define alguns temas de interesse da Amazônia, que estabelecemos como específicos para discutir a região numa visão jurídica não restrita ao Brasil, mas transnacional. O direito que se procura para discutir a região vai além das nossas fronteiras.

Podemos observar que o Projeto Calha Norte também estabeleceu alguns temas observados internamente, nacionalmente, para discutir a Amazônia de forma objetiva, bem clara, no que respeita a sua problemática. Importa, pois, discutir a Amazônia sob perspectiva jurídica, dentro do nosso entendimento de realidade do povo.

Nossa preocupação não é ver Direito Amazônico como ramo jurídico novo. Não é essa a visão que se tem, mas a de um direito de aplicação. Essa é a idéia do Direito Amazônico. Quando se quiser aplicar o Direito da Amazônia, é preciso observar a realidade regional. Isso é novidade no Brasil. Os professores Paulo Bonavides, do Ceará, e Paulo Saraiva, do Rio Grande do Norte, já fizeram estudo sobre o regionalismo jurídico que deveria prevalecer no Brasil. Lamentavelmente, isso não ocorre e o País sofre com a forma jurídica que temos, em que apenas as pessoas do Sul, vamos dizer assim, fora da região, detêm o poder do conhecimento e querem impor regras para a realidade própria da Amazônia.

Essa idéia encontra amparo na Constituição, porque a perspectiva constitucional brasileira traz informações da necessidade de entendimento regional da problemática brasileira. O art. 43, bem como outros, é muito claro quando trata do assunto. Podemos observar que já temos tribunais regionalizados: o Tribunal Regional do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral, os Tribunais Regionais Federais. Isso demonstra que não estamos trazendo nenhuma novidade, apenas algo direcionado à realidade amazônica, ou seja, um direito que trate da questão amazônica dentro da visão dos objetivos ou valores da região amazônica.

O MEC reconheceu no Direito Amazônico uma grande saída acadêmica para discutir a região. Diz que toda essa vocação diretamente ligada à realidade social deve ser incentivada, tendo em vista um projeto acadêmico da Universidade Federal de Roraima, a que o MEC deu parecer concordando que se discuta a região e que Direito Amazônico envolva várias outras disciplinas como classificação jurídica, como o Direito Público e o Direito Privado.

O Direito Amazônico envolveria o quê? Direito Agrário, Direito Minerário, Direito Ambiental, Direito da Navegação, e outros ramos jurídicos pertinentes à realidade amazônica.

O mais interessante é que não podemos esquecer essa realidade regional. O Brasil tem regiões distintas. Então, sua realidade tem de ter tratamento distinto. Não podemos tratar as regiões de forma igual. E para a Amazônia teríamos – seria em módulos – as disciplinas jurídicas pertinentes à sua realidade.

Esta parte diz respeito a um elemento típico da nossa região: uma canoa e uns cachos de açaí, bem peculiares da Amazônia.

Tratemos das fazendas. A pecuária não apenas se dá em Marajó. Chamo a atenção para o fato de que a região amazônica não é só mata, como aprendemos na escola, também não é uma grande província. Lá existem grandes áreas de campos naturais, como em Marajó, em Roraima, que tem 17% do seu território coberto por eles, no Baixo Amazonas, onde há pecuária. Roraima começou sua colonização com a instalação de fazendas públicas. O gado foi levado para lá por causa dos seus campos naturais. Trata-se de atividade bem peculiar.

Que dizer dos igarités? Os regatões existem até hoje na Amazônia e levam notícias e mercadorias. Não sou roraimense de nascença, sou de coração e diplomado. Nasci no Marajó, onde até hoje existe o regatão. É uma peculiaridade da região.

Neste quadro, temos os nordestinos irmãos, que na época dos soldados da borracha foram para lá trabalhar na seringa. Outra atividade típica da região é o seringueiro, assim como o catador de ovos de tartaruga. Sempre digo para todos que como, até hoje, tartaruga, jabuti. Nasci comendo esses animais. Ninguém vai dizer para eu não comer. Quem vem do Sul

pode até não comer, mas eu como, porque sou nativo. Hoje estou um pouco sabido, mas nasci lá no centro do Marajó. Nossa criação foi essa e nenhuma lei ambiental vai nos dizer para não comer tartaruga ou jabuti. Vou comer mesmo, tranqüilamente, e ainda faço propaganda. Mas o pessoal do Sul e os estrangeiros podem achar isso um absurdo. É para eles, que não conhecem a região. Se não comêssemos esses bichos, morreríamos de fome. Entre morrer de fome e matar um jabuti, mato um jabuti.

Outra atividade, o coureiro, também típica da região, está acabando. Aqui temos o piabeiro. Todos acham bonitos os peixes ornamentais. Ninguém sabe o sacrifício dos homens que vendem esses peixes, que enfeitam os aquários da Europa e de Brasília também. Ninguém imagina a miséria em que eles vivem. O Baixo Rio Branco é de onde mais se exporta peixe. Quanto fica para Roraima? Zero!

Vamos falar agora de madeira, produto histórico da região. O homem da Amazônia não destrói a Floresta Amazônica. Aliás, Roraima tem destruído da sua floresta menos de 2,5%; Amapá, 1,2%, e toda a Amazônia, menos de 20%. Quem a destrói não são os amazônidas, mas o pessoal do Sul e os estrangeiros, principalmente asiáticos, canadenses e norte-americanos.

Essa é a farsa em que vivemos, acusando o amazônida de destruir sua floresta. Naturalmente vivemos da floresta para quê? Para construir nossas canoas, nossas casas de palafitas. Mas nunca destruímos a floresta. A hipocrisia dessas ONGs e falsos ambientalistas acusa o amazônida de destruir as florestas. Eles é que a destroem! Sempre digo que a Amazônia é exemplo para o mundo todo de conservação do seu ambiente, e não de destruição. Exemplo de destruição são os Estados Unidos, onde não existem florestas, índios. Na Amazônia existem índios, existem florestas.

A questão de garimpos. Roraima especificamente, a Amazônia de maneira geral é a maior reserva mineral do mundo. Não podemos explorá-la de forma aleatória. É um direito que temos que discutir bastante, não apenas com relação aos garimpeiros, mas à questão mineral na forma jurídica. Queremos levantar esses problemas para discutir numa visão amazônica. É bem verdade que temos mil problemas na região: tráfico, inclusive indígena fazendo tráfico de entorpecente, prostituição infantil. Temos de solucioná-los com visão nossa.

Trabalho escravo é outra questão séria que temos na Amazônia. Em maio estouraram uma fazenda em Rondônia com 432 pessoas trabalhando como escravas. É uma realidade. No sul do Pará também existe muito isso. Vamos resolver o problema com a visão própria que temos no nosso ordenamento jurídico.

Enfim, nossa região precisa de tratamento próprio, que as pessoas a vejam respeitando os valores do ano amazônico. Não podemos aceitar as pessoas do Sul dizerem que conhecem a Amazônia com base no Hotel Tropical, em Manaus, no Hotel Hilton, em Belém, no Hotel Aipana, em Boa Vista. Elas não têm idéia do que é a região e querem impor soluções para os problemas sem conhecer nossa realidade.

Então, nossa preocupação é ter um direito para discutir a problemática da região. No Congresso Internacional de Direito Amazônico, que vamos realizar de 1º a 5 de dezembro, em Boa Vista, e que vai contar com a participação de 31 conferencistas de 9 países pan-amazônicos e ibéricos, vamos discutir essas problemáticas e tentar estruturar cientificamente o Direito Amazônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Frankembergen) – Agradecemos ao Sr. Alcir Gursen de Miranda as análises feitas.

Convido os outros expositores para fazerem parte da mesa.

Passo a palavra ao Prof. Aldo Azevedo Soares, pelo tempo de 10 minutos, para fazer sua exposição.

O SR. ALDO AZEVEDO SOARES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, caros colegas da Academia Brasileira de Letras Agrárias, antes de comentar a realização do Congresso Internacional de Direito Amazônico, presto homenagem ao Dr. Altir de Souza Maia, respeitável jurista agrário, um dos pioneiros no estudo do Direito Agrário Brasileiro e membro da nossa Academia.

Os temas que vamos abordar no Congresso caminham para o regionalismo das pessoas, como eu, apaixonadas pela região amazônica. O Prof. Alcir Gursen de Miranda trouxe *flashes* dos problemas amazônicos, que lá serão discutidos evidentemente. O Congresso disporá de tempo para esses debates regionais, informações que não são minhas, não sou da região amazônica clássica, sou da Região Amazônica Legal. O Direito Amazônico que se prega não é mais a criação de um ramo jurídico, é a aglomeração de diversos problemas dentro do Direito que teremos que abordar.

Agora vou apenas trazer temas sobre a área que conheço: Direito Agrário Brasileiro. Uma confissão me parece interessante: sou o professor de Direito Agrário em atividade mais velho do Brasil. Há 32 anos leciono a disciplina. Vou abordar uma porção do Direito Agrário ligado à Amazônia, algo que a Amazônia dispõe na área de fronteira.

A área de fronteira, segundo a Constituição, é de 150 quilômetros adentrando pelo Brasil nas fronteiras terrestres e representa na Amazônia o maior campo brasileiro, 20% dos 8 milhões e 600 e tantos mil quilômetros quadrados. Basta lembrar que temos 10.930 quilômetros de linha da fronteira brasileira na Amazônia! Rondônia com Bolívia, 1.342 quilômetros; Acre com Bolívia, 618 quilômetros; Acre com Peru, 1.562 quilômetros; Amazonas com Venezuela, 537 quilômetros; Amazonas com Peru 1.430 quilômetros; Amazonas com Colômbia, 1.644 quilômetros; Roraima com Venezuela, 958 quilômetros; Roraima com Guiana, 946 quilômetros; Pará com Guiana, 642 quilômetros; Pará com Suriname, 541 quilômetros; Amapá com Suriname, 52 quilômetros; Amapá com Guiana Francesa, 655 quilômetros.

Isso representa na Amazônia 1.639.000 quilômetros quadrados, eqüivalendo a 19,18% do território nacional só de área de fronteira. Calculem os senhores como vamos resolver o problema do tráfico dos outros países. Essa é apenas parte da informação que pretendo prestar a esta importante Comissão.

É preciso que tenhamos um Direito para cuidar disso, não apenas o Agrário que vai cuidar das terras de fronteira, não apenas o Ambiental que vai cuidar dos aspectos ambientais, não apenas o Econômico que vai cuidar dos problemas socioeconômicos brasileiros, mas de tantos outros campos na Amazônia cheia de problemas mostrados pelo nosso Presidente.

Muito obrigado pela atenção. Era o recado que desejava transmitir aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Frankembergen) – Agradecemos a V.Sa. as análises feitas.

Passo a palavra ao Sr. Lucas Abreu Barroso, por 10 minutos, para sua exposição.

O SR. LUCAS ABREU BARROSO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, vou me ater à questão jurídica que envolve o evento.

Quando fui convidado pelo Prof. Gursen de Miranda para integrar o quadro daqueles que escreveriam sobre os temas pertinentes ao evento, apesar de também não ser da região amazônica, embora tenha vivido em Belém dois terços da minha vida, até hoje, quis me fixar no aspecto jurídico partindo da regionalização – a que se referiu o Prof. Gursen de Miranda – , que no Brasil tem como grande pregador o constitucionalista Paulo Bonavides. No entanto, a preocupação jurídica da instituição de um direito regionalizado não é criação dos professores brasileiros que têm se dedicado a defender essa postura.

Os historiadores do Direito moderno, principalmente na Europa, têm tido grande preocupação com o regionalismo, que se acentua com o fator crescente da globalização. Quanto mais nos tornamos globalizados, mais perdemos nossa identidade em face de uma cultura transnacional, mais se faz necessária a criação, senão uma interpretação e aplicação regional do Direito com base na vivência do povo daquela região.

Este trabalho vai ser exposto no Congresso, em Boa Vista – estou apenas fazendo um pequeno resumo para os senhores. Fiquei com uma das partes, digamos, de maior atribuição: falar sobre o que seria o Direito Amazônico juridicamente e o que implica para os Srs. Congressistas, que nos representam na construção de nossas leis, qual seria a missão desta Casa de hoje em diante na construção de um Direito não só amazônico, mas um Direito brasileiro regionalizado.

Importa-nos dizer que o Direito mundial tende a identificar áreas culturais com áreas jurídicas, o que significa dizer que a criação das normas jurídicas, das leis de um país tendem cada vez mais a se regionalizar.

E se regionalizam com finalidade muito própria: fazer prevalecer as peculiaridades de um povo, sua economia, sua cultura e aspectos sociais, como o geográfico, que é importantíssimo, e tantos outros. Essa é a visão que o Direito tende a desempenhar no mundo.

Hoje, quando, na criação jurídica, somos compelidos a criar normas, devemos considerar a realidade cultural, regionalizada, identificando as áreas culturais, como a Amazônia, com as áreas jurídicas. Certa vez, ao fazer uma palestra na Universidade Estadual do Mato Grosso, um defensor público fez a seguinte observação brilhante: *"O Direito Penal brasileiro é criado na Avenida Paulista para vigorar no sertão do Brasil, no Centro-Oeste, no interior de Minas Gerais, que tem uma política de vida toda própria"*. Na Amazônia, por exemplo, o Direito Penal é o da Avenida Paulista, ou seja, foge completamente à sua realidade. O Direito Ambiental de Minas Gerais não pode ser o da Amazônia ou da região do cerrado.

Então, os senhores que comparecerem ao evento vão poder ver meu trabalho completo. Na noite de abertura do congresso, haverá o lançamento de um livro, e obviamente todos vão receber um exemplar.

Defendemos que a experiência cultural, econômica e o *modus vivendi* peculiar de um povo, como foi mostrado aqui, é o que deve ser levado em conta na criação legislativa. O Direito engendrado por uma Casa Legislativa tem de levar necessariamente em conta as regionalidades. Só assim o povo será valorizado em sua completa e integral absorção no conceito de cidadania.

E o povo amazônico – e eu o sei porque dois terços da minha vida foi vivida em Belém – precisa desse acréscimo legislativo no momento da concreti-

zação dessa idéia jurídica. Não vamos criar um Direito Amazônico – sistematicamente não é possível criar um código amazônico – , mas leis que, ao entrarem em vigência, vão gerar conseqüências para o povo daquela região. E é também responsabilidade do Judiciário amazônico criar a consciência de que essas leis, munidas de instrumentos e procedimentos próprios para a Amazônia, sejam aplicados pelos juízes, promotores e advogados da região, como uma forma de emancipação do povo amazônico.

É isso o que defendo neste trabalho. A experiência econômica, política e cultural de um povo de uma região deve ser levada em conta na construção do Direito e do processo emancipatório dele decorrente.

Ademais, vale dizer que é Direito supra-estatal. Não podemos pensar num sistema de leis aplicáveis à Amazônia que só diga respeito ao Direito pensado segundo o conceito de soberania brasileira, porque ele é supra-estatal, válido para os 8 países que compõem o Tratado de Cooperação Amazônica.

De mais a mais, é um Direito transnacional. E aqui chamo atenção para o importante papel que esta mais do que relevante Comissão pode exercer na integração com as outras Casas Legislativas dos países da Amazônia, de modo que lá também sejam criadas leis sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica, normas que passem de território para território sem agredir a soberania, levando a efeito um pensamento mais um menos uníssono sobre as coisas típicas da Amazônia.

Era essa idéia que queria expor. Vamos, no congresso, congregar os brasileiros, sobretudo os povos amazônicos, num discurso de emancipação dos povos pan-amazônicos no contexto jurídico, uma vez que já são emancipados culturalmente há séculos – e que belíssima cultura têm!

Por isso mesmo estou aqui, um mineiro criado na Amazônia, a defender aquela região, a defender um Direito da Amazônia para proteger seu povo e seu ecossistema, que, neste momento, mais do que nunca tem de ser pensado nesta Casa como sujeito de direito. Não se pode pensar a questão ambiental em função só do homem amazônico, mas do meio ambiente, com direitos que lhes são próprios, integrando a ele o homem, num contexto transnacional. Isso não é difícil fazer, basta que aprofundemos o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Frankembergen) – Agradeço ao Sr. Lucas Abreu Barroso os esclarecimentos.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Dr. Rodolfo Pereira, do PDT de Roraima.

O SR. DEPUTADO DR. RODOLFO PEREIRA – Sr. Presidente, Deputado Pastor Frankembergen, que dirige os trabalhos com muita naturalidade e conhecimento das questões amazônicas, por se tratar de homem daquela região; Sr. Presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias, Dr. Alcir Gursen de Miranda, cujo trabalho tenho acompanhado e cuja persistência tenho constatado diante das dificuldades que enfrenta, porque o homem da Amazônia é assim mesmo, persiste em todas as etapas da vida diária; Prof. Lucas Abreu Barroso, Prof. Aldo Azevedo Soares e demais professores que tanto vêm trabalhando para suprir essa grande lacuna existente no Brasil, seja no Direito Agrário, seja no Direito Amazônico, cumprimento-os por encabeçarem o corajoso movimento de realizar um congresso internacional em Roraima.

Também é extremamente corajoso pretender fazer com que o Brasil reconheça determinadas questões peculiares do Direito Agrário e a necessidade da existência de Direito Amazônico, considerando as particularidades das suas microrregiões, em um mundo globalizado.

Nós, amazônidas, defendemos a Amazônia brasileira buscando assegurar nossa terra, contrapondo-nos a ONGs e a todos que visam eliminar fronteiras, passar por cima da soberania nacional, criar uma Amazônia para o resto do mundo. Ficamos angustiados quando alguém ou alguma organização internacional diz que a Amazônia não é nossa, porque temos o sentimento profundo de que a Amazônia é nossa, e crescemos nessa realidade. Esse é sentimento do amazônida e do brasileiro.

É legítima a criação de um Direito Amazônico, que viria nortear a elaboração de outras leis. Alguns já criaram até um Parlamento Amazônico, um Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Buscamos assegurar que aquele território seja dos brasileiros e discutir diversas outras questões da área. O Direito Amazônico deve ser discutido dessa forma, porque a região sempre foi dirigida por estrangeiros ou por brasileiros que não a conhecem, que nunca descobriram como é bela, que jamais sobrevoaram suas matas, seus rios, suas praias ou visitaram suas metrópoles, como Belém e Manaus. É essa a Amazônia que nós, amazônidas, amamos e defendemos.

Lá, agronegócio está em pleno desenvolvimento; o meio ambiente também é defendido e explorado, sem agressões, como fonte de renda – o Acre tem demonstrado isso muito bem. A agricultura familiar, os assentamentos do INCRA, a área industrial, em Manaus, as comunidades indígenas, embora ainda na fase inicial de evolução – índios da Raposa/Serra do Sol, por exemplo, querem criar peixes com tanques,

usando técnicas modernas – , todos esses setores se desenvolvem. Essas diferenças da Amazônia devem ser debatidas e levadas em consideração dos pontos de vista jurídico e social.

Meus parabéns aos senhores. Tenho acompanhado as notícias e sei das dificuldades. Se falamos em Direito Amazônico é porque às vezes sentimos o peso brutal de decisões erradas sobre o homem e a Amazônia.

Outro dia, um jovem promotor federal de 22 anos, recém-chegado a Roraima, desses que só conhecem a Amazônia de avião, de onde nem se consegue ver direito, tomou a decisão de retirar de Pacaraima, a maior cidade de fronteira do Estado, 100 empresas comerciais, por entender que estavam prejudicando o meio ambiente e os povos indígenas.

A decisão era tão errada que alguns dos comerciantes prejudicados foram exatamente índios. O promotor estava legalmente certo; tomou a decisão baseado no Código Civil, baseado em normas que não condizem com a realidade da Amazônia. É que esse promotor foi habilitado sem o conhecimento da nossa realidade – algo como se eu, médico, submetesse a uma operação alguém que não conhecesse e, por isso, o levasse à morte.

Essas decisões estão levando à morte o Estado de Roraima, impedindo-o de crescer, de desenvolver-se, pois não se resolve a questão indígena. A decisão mencionada, além de brutal, não atende às necessidades dos índios, de Pacaraima, de Roraima, enfim, não atende a ninguém. Foi mais um erro cometido em virtude de uma legislação não adequada às condições da Amazônia.

Se nós, amazônidas, conseguirmos para a Amazônia leis específicas que obedeçam ao ordenamento jurídico nacional, que obedeçam aos planos de desenvolvimento nacional, mas sejam compatíveis com as nossas particularidades, com certeza Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins, Amapá, Pará e Amazonas proporcionarão grandiosos benefícios para o seu povo, povo que há centenas de anos briga contra as leis, enfrenta dificuldades, muitas vezes com o sacrifício da própria vida, mas que até hoje não tem permitido que a Amazônia deixe ser brasileira, mesmo contestado por quase todas as ONGs que atuam na região.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Com a palavra a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, nobres convidados que nos honraram com suas palestras, minhas saudações.

Peço desculpas ao Sr. Alcir Gursen de Miranda, Presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias, pelo atraso, mas estava relatando matéria na Comissão de Seguridade Social.

Considero da maior importância este debate promovido por sugestão do Deputado Rodolfo Pereira. Nele, efetivamente estão sendo abordados problemas que nós, da Região Norte, enfrentamos a cada dia por falta de leis adequadas à nossa realidade e também por falta de consciência do que representa a região amazônica.

Antes de falar em Roraima, comentarei problemas que de modo geral hoje constatamos: a biopirataria, principalmente na Floresta Nacional de Tapajós, e o tráfico de peixes ornamentais, não considerados fauna pelo IBAMA.

Quanto a esse último problema, a justificativa é a de que esses peixes podem ser exportados porque são esterilizados e, dessa forma, não há reprodução. Não consideramos assim. Quem são os biólogos que orientam? São biólogos estrangeiros. Se tivéssemos legislação adequada à nossa realidade, com certeza não estariam ocorrendo esses atos que prejudicam o País.

Se tivéssemos legislação específica, também não estaríamos perdendo – dirijo-me mais à Deputada Ann Pontes, do Pará – as tartarugas dos Tabuleiros de São Miguel. Como não há biólogo para acompanhar a desova, perdemos muitas tartarugas, porque qualquer um as pode pegar.

Desejo ainda referir-me à degradação das nossas florestas, especialmente ao longo da Rodovia Belém – Tucuruí, na região chamada Tailândia.

Atualmente, a Polícia Federal está trabalhando mais efetivamente com relação à venda de animais silvestres. Em todas as feiras de Belém, inclusive no Mercado Ver-o-Peso, animais silvestres são livremente vendidos. Essa prática nos preocupa muito. Precisamos adotar medidas para que não continue a prosperar.

Temos também muitas preocupações relativamente ao Estado de Roraima. Há absoluta necessidade de preservarmos os nossos bens naturais, as nossas reservas, a nossa cultura e de darmos tratamento adequado à questão indígena. Contudo, estamos esquecendo do caboclo, do não índio, que também é cidadão brasileiro e precisa sobreviver. Roraima está recebendo tratamento desigual em relação às outras Unidades da Federação. Se temos mais índios, merecemos maior atenção do Governo Federal.

A Reserva de São Marcos foi demarcada sem que dela fosse retirada a área urbana e a faixa ao longo da Rodovia BR-174.

Na Reserva Raposa Serra do Sol, já demarcada e ainda não homologada, estão incluídas áreas produtoras de arroz, pontos turísticos e 3 áreas urbanas, compreendendo os Municípios de Normandia, Uiramutã e parte de Pacaraima, a Vila Surumu. Se essas áreas não forem excluídas da Reserva, haverá um grave problema social, sem falar econômico, em nosso Estado e no Brasil.

Não queremos ser dependentes do País, mas, sim, contribuir para seu crescimento. Hoje, o Governo está olhando de forma diferente o crescimento econômico, voltando-se também para a ecologia, para as nossas reservas naturais e para os índios. Isso é muito bom, mas as ações têm de ser tomadas de forma que o nosso Estado tenham condições de sobreviver e que o País não tenha de adotar medidas para segurar a situação econômico-financeira do Estado.

Vejo com muita angústia a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, porque já estamos vivendo o problema, citado pelo Deputado Dr. Rodolfo Pereira, da retirada dos moradores da Vila de Pacaraima, onde já existem 100 ações contra comerciantes lá estabelecidos. Trata-se de um núcleo urbano que não cresce porque está incrustado na Reserva. São pessoas que, não podendo plantar, criar gado ou exercerem outra atividade, se voltaram para o comércio. Sendo um núcleo de fronteira, com o enfraquecimento econômico da Venezuela, o povo desse país vem comprar no Brasil. Essa foi a saída por eles encontrada. Muitos são índios; a maioria, caboclos.

Realmente, precisamos de uma adequada legislação, com a participação de pessoas efetivamente comprometidas com a região.

Mais uma vez, agradeço aos convidados a participação e louvo o Deputado Dr. Rodolfo Pereira pela iniciativa, porque o assunto é da maior importância para a região amazônica.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Deputada Maria Helena, muito obrigada pelas suas contribuições.

De fato, é preciso ter esse olhar diferenciado e conhecer a realidade amazônica para, a partir de então, tomar as decisões aplicáveis aos casos concretos.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Exma. Sra. Presidenta, Deputada Ann Pontes, representante do Pará, terra do Presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias, Dr. Alcir Gursen de Miranda; Dr. Lucas Abreu, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Dr. Aldo Azevedo Soares, professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiânia; Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores: nós – digo nós porque também vibro e participo do movimento – estamos fazendo algo novo e, por isso, vamos enfrentar muitas dificuldades, muitos problemas. Os senhores vão tentar dar ordenamento ao Direito Amazônico, que afeta diretamente a nós, os amazônidas.

O Tratado de Desenvolvimento Amazônico está precisando de algo para começar a funcionar. Além de cientistas do Direito, os senhores são idealistas, assim como também o somos a Deputada Ann Pontes, os Deputados Rodolfo Pereira e Pastor Frankembergen e eu. É a vida do amazônida que está em jogo.

A Deputada Maria Helena disse que pessoas estão sendo retiradas, mas a palavra usada foi inadequada: o certo seria dizer excluídas da área indígena. Faço a correção para deixar bem claro que ela não quer retirar ninguém do seu lugar.

Esses fatos acontecem justamente por desconhecimento não só do Direito Amazônico, mas do Agrário. É o pensamento da Academia Brasileira de Letras Agrárias criar o Direito Agrário neste País. Só quem vive em cima da terra sente o que é a terra.

Gostei muito quando o Prof. Lucas Barroso falou em diferenciação da legislação ambiental, respeitando-se as características das pessoas que vivem na região. Em Roraima, por exemplo, o emprego e a produção estão sofrendo agressão decorrente de medida adotada pelo IBAMA, de só autorizar o plantio de grãos em 100 hectares de área de lavrado, que é o cerrado com menos árvores, baseado não sei em que lei.

Realmente, não existe propriedade em Roraima. Menos de meio por cento das terras do Estado possui títulos de propriedade. Metade das terras pertencem aos indígenas e a organizações ambientais e a outra metade à União. Lá, o IBAMA não permite que se arem mais de 100 hectares. Quem for fazer um investimento um pouco maior não conseguirá retorno em área de 100 hectares. Isso está inviabilizando o emprego.

Em Roraima, temos praticamente 15 serrarias, as quais, juntas, não dão uma serraria da minha, em tamanho, estrutura e produção. Duas já fecharam, porque o IBAMA não autoriza a retirada de árvores de áreas sem título definitivo. Autoriza 3 hectares para os assentados fazerem roças, com permissão para derrubar e queimar, mas não para tirar a madeira de lei da área. São mais ou menos 20 metros cúbicos de madeira serrada por hectare. Ou seja, são incongruências do Direito.

Sou médico, não entendo muito de Direito, por isso fico confuso com essa situação. Talvez consigamos dar uma direção com a ajuda dos senhores. Nesta sala só há pessoas idealistas. Ninguém está ganhando dinheiro para defender o Direito Amazônico e o Agrário. Só faz quem gosta da matéria.

Essas injustiças podem ocorrer, porque sempre haverá injustiça para um lado ou para o outro, mas fico esperançoso de que sejam em menor escala. Agora, no meu Estado, houve um concurso público, e, dos aprovados, 17 mil ficarão fora do emprego. As serrarias estão fechando. Já fecharam mais de 10% das serrarias de Roraima. Os agricultores não podem plantar grãos.

Dizem que sou meio paranóico, mas, a meu ver, existe um trabalho articulado para inviabilizar a Amazônia, que é propriedade dos brasileiros, particularmente dos que vivem lá.

Deixo patente a minha felicidade em ver que a sociedade está se organizando, principalmente os cientistas, para ordenar o chamado Direito Amazônico e defender a nossa terra, tomar posse e ser seu efetivo dono. Arrotamos que temos a maior biodiversidade do planeta, mas ela só vai ser nossa quando catalogarmos cientificamente os seres vivos, bactérias, plantas, animais existentes naquela região. Aí, sim, seremos donos. Por enquanto, não somos donos, porque chega qualquer um, pega o cupuaçu, o açaí, o jambu, registra e diz que é dono.

Meus parabéns aos senhores. Podem contar com o meu apoio para, nesses 8 anos, consolidarmos e estruturarmos o Direito Amazônico e o Direito Agrário em nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, Senador Augusto, pelas contribuições.

Faço Pós-Graduação em Direito Ambiental e minha professora, a Dra. Cristiane Derani, diz que não basta possuir a maior biodiversidade: é preciso conhecê-la. O direito de propriedade intelectual parte do momento em que se conhece a biodiversidade. Além de o nosso território dispor dessas riquezas, precisamos ter competência para conhecer a biodiversidade. Aí, sim, poderemos ter o direito de propriedade intelectual sobre esses produtos.

Dando prosseguimento aos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Pastor Frankembergen.

O SR. DEPUTADO PASTOR FRANKEMBERGEN – Agradeço à nobre Deputada Ann Pontes a oportunidade.

Inicio minhas palavras felicitando o ilustre Prof. Alcir Gursen de Miranda pelos relevantes trabalhos prestados, em especial ao nosso Estado. O Prof. Gursen de Miranda é paraense, mas está conosco em Roraima, onde presta um trabalho que nós, roraimenses, não temos como pagar – e não me refiro só aos roraimenses.

Os amazônidas estão de parabéns por terem um filho preocupado com o desenvolvimento agrário e, de forma geral, com a Amazônia. Os trabalhos realizados por V.Sa., os escritos, as palestras, têm sido de grande importância para a Amazônia.

Chamo a atenção sobre sua palestra no que se refere à grande necessidade de desenvolvimento da Amazônia e ao fato de que hoje a Amazônia não é agredida pelo amazônida, e, sim, por forças exteriores que muitas vezes usam o poder da mídia e o financeiro para tentar burlar, enganar a Nação, mentir para ela. O senhor é um grande defensor e não tem medo de falar. São de homens como o senhor que precisamos no Brasil. Nós, na Câmara dos Deputados, queremos também ser a voz que venha a ecoar neste País para que as pessoas conheçam o que é a Amazônia. Não é somente o que vendem lá fora. Na realidade, não é isso. Todos devem conhecê-la.

Não me vou alongar. Aproveito a oportunidade para mencionar o ensino do Direito Amazônico. Nobres pares, apresentamos projeto de lei para que seja incluído na educação brasileira matéria sobre o estudo da Amazônia. Hoje, os estrangeiros conhecem e estudam mais a nossa Amazônia do que nós, brasileiros. Por isso, peço apoio aos nobres Deputados a fim de que seja aprovado esse projeto, que certamente colaborará – como sua palestra – para que o estudo do Direito com relação à Amazônia seja incluído na educação brasileira. Assim conheceremos realmente aquilo que nos pertence.

Parabenizo ainda o Prof. Aldo Azevedo pela exposição. S.Sa. salientou bem a questão da soberania nacional nas fronteiras do Brasil. É fato lamentável, mas realmente há descaso em relação à soberania. Devemos, sim, habitar essa região para exercer em definitivo a soberania.

Meus parabéns também ao Prof. Lucas Abreu Barroso pela exposição nesta audiência pública, que muito contribui com esta Comissão e com o Brasil, com relação a questões jurídicas. Realmente é necessário, como bem frisou o Senador Augusto Botelho, haver ordenação jurídica para efetivamente colocarmos em prática aquilo que é direito do povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Agradeço ao Deputado as contribuições.

Antes de conceder a palavra aos expositores para o debate, tecerei algumas considerações.

Na Constituição, há alguns instrumentos disponíveis para a proteção do meio ambiente, como ação civil pública, mandado de segurança coletivo, ação popular e – não sei se caberia – mandado de injunção. De que forma? Desejo saber dos senhores, de forma

bem sucinta, como essas ações têm sido utilizadas na defesa do meio ambiente. E, se não, por que não estão sendo usadas com a freqüência e a intensidade devidas?

Vou conceder a palavra aos expositores para que respondam os questionamentos e façam suas considerações finais. A fim de otimizar os trabalhos, seria interessante que seguíssemos a ordem inicial das exposições.

Com a palavra o Prof. Alcir Gursen de Miranda.

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Obrigado. Vou apenas comentar, dentro da temática do nosso Congresso de Direito Amazônico, o que foi exposto pelos nobres Deputados.

Vou começar com a Deputada Maria Helena, porque sempre dou preferência às mulheres na minha terra. O homem amazônico, Sra. Presidenta, tem esta característica: ele gosta de ser mandado por mulher. É verdade. Temos essa vantagem. Gostamos de mulher na Amazônia, porque a mulher sempre manda. Não temos aquele arroubo todo de ser machista. É a grande característica do homem amazônico, bem diferente de outras regiões. Não vou fazer comparações, mas a nossa região tem essa característica, e isso é legal. Sempre damos preferência às mulheres. Por isso, começo pegando o gancho das colegas Deputadas para abordar a temática do nosso Congresso Internacional de Direito Amazônico.

A questão dos povos da floresta amazônica e a ordem jurídica preocupam-me muito, em relação a se querer destacar apenas o indígena. Fico preocupado. A Constituição Federal garante direitos aos indígenas e aos negros, agora também aos negros quilombolas. Aí fico pensando: onde fica o caboclo, Deputado Dr. Rodolfo Pereira? Não existe nenhum dispositivo para nos proteger. Vamos ficar na rua da amargura, às margens do Rio Amazonas. Não sei onde vamos ficar. Portanto, temos de discutir os povos da floresta amazônica de maneira geral.

Fiquei preocupado comigo mesmo. Não temos onde ficar, porque não existe previsão para o caboclo. Há previsão para o índio e para o negro. E nós? Somos parte do povo da floresta também. Nasci no centrão de Marajó.

Temos de discutir isso juridicamente. Um dos painéis tem como tema os povos da floresta amazônica e a ordem jurídica – não se trata apenas de um povo. Temos de deixar isso bem claro e abordar todos aqueles que vivem na Amazônia de maneira geral.

Vivemos em um mundo globalizado, mas temos de reforçar o regionalismo na discussão, porque só podemos enfrentar uma globalização se tivermos um regionalismo forte. Não adianta querer entrar no mundo globalizado se a base regional é fragilizada. Primeiro temos de fortalecer a base regional.

Outro tema que também vamos debater é o potencial genético da nossa floresta. Vamos discutir a biodiversidade e também a biopirataria. Não podemos deixar de discutir esse assunto hoje. Esse será um dos temas dos nossos painéis.

Não esquecemos a água, que é tema da Campanha da Fraternidade do ano que vem. Amazônia, planeta água. A Amazônia possui a maior reserva de água tratável do mundo. Vamos discutir não apenas a água, nesse sentido, mas também a navegação na Amazônia.

Vejam os senhores como este País é ingrato com a Amazônia. Os Parlamentares são ingratos com a região, porque não destinam suficientes recursos para desenvolver estaleiros e o transporte fluvial, que é natural da Amazônia. É uma maldade o que fazem com a nossa região. Vamos debater, no painel sobre a água, a navegação e, mais ainda, o desenvolvimento da Amazônia tendo por base a sua água. Se dizem que o petróleo vale muito hoje, a água vale muito mais.

Não sei como o Iraque está hoje, mas ele pagava 100 barris de petróleo por 1 barril de água para a Bulgária. Proibiram a Bulgária de vender água, e o Canadá passou a fazê-lo. Não sei como está hoje a situação.

Não podemos afirmar que a água da Amazônia é patrimônio da humanidade, porque há um custo. Vamos discutir a questão da água, abordando a navegação e o desenvolvimento de forma bem clara.

Um tema muito peculiar a essa região é a questão agrária e fundiária. Não podemos discutir a região amazônica sem considerar a sua ocupação. Comentei com os professores que, em outubro, fez 20 anos que comecei a participar de conferências nacionais.

Quando comecei o meu primeiro curso de pós-graduação em Goiânia, fiz uma pesquisa sobre a terrível situação do sul do Pará. Toda vez que minha mãe ia lá, chorava; só parava de chorar quando voltava. Isso entre 1981 e 1984. Não sei como está hoje, mas deve continuar daquele jeito.

Fiz um trabalho sobre posseiros e, depois, um trabalho sobre posse agrária, analisando a questão do sul do Pará. O problema agrário e o fundiário são muito complexos, não apenas nessa região, mas na Amazônia de maneira geral.

Vamos discuti-los e tentar buscar soluções, porque a questão do Pará não se compara à de Roraima. São situações distintas. Dentro da Amazônia existem realidades distintas, temos de entender isso. Não se pode analisar a Amazônia com uma só visão, olhando

só o Pará ou o Amazonas. O Pará possui uma problemática; Roraima, outra.

Vamos discutir isso no Congresso de Direito Amazônico, enfocando as microrregiões amazônicas para buscar soluções distintas. Não podemos oferecer soluções generalizadas, como se faz.

A nossa preocupação em fazer uma discussão sobre o direito amazônico é esta. A Amazônia representa mais de dois terços do território brasileiro. Não podemos continuar sendo marginalizados como temos sido desde a época em que aderimos ao Brasil, pois queríamos fortalecer o Imperador Dom Pedro I. Lamentavelmente, o País está de costas para essa região.

As leis feitas pelos Parlamentares do sul do País não nos dizem respeito. Estamos falando agora na Casa dos Parlamentares para que eles possam conhecer a Amazônia e o respeito e o interesse do povo amazônico. É para isso que o Direito Amazônico chama a atenção, procurando oferecer soluções jurídicas para nossos problemas.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Prof. Alcir, muito obrigada pelas contribuições. Foi com grande satisfação que tomei conhecimento de que V.Sa. é paraense, lá da terra. De fato, é preciso olhar essas especificidades. Somos diferentes, mesmo dentro do próprio Estado. Os problemas de determinado Município são diferentes dos problemas de outro Município, apesar de estarem no mesmo Estado.

Cada Estado que compõe a região amazônica tem os seus problemas e as suas peculiaridades. Esse olhar diferenciado para a nossa região é de fundamental importância.

Deixo uma notícia alvissareira. A Comissão da Amazônia destinou, no que diz respeito às suas emendas, um investimento em ciência e tecnologia. Estamos apresentando emendas no PPA para melhoramentos na Hidrovia Araguaia – Tocantins. Também penso que o modal aquático é o natural e o mais correto do ponto de vista do meio ambiente. De fato, ele precisa ser implementado.

V.Sa. pode contar com esta Comissão e com a atuação dos Deputados e Senadores. O Congresso Nacional vai cuidar da nossa região com esse olhar diferenciado, e pode começar aqui conosco.

Com a palavra o Prof. Aldo Azevedo Soares.

O SR. ALDO AZEVEDO SOARES – Aprendi agora, nesta Casa, que Roraima dispõe de um privilégio, suas terras são federais. Quando era criança, aprendi que os negócios do Governo eram agenciados pelos Deputados e Senadores da República. Estamos com a faca e o queijo na mão, em face de termos Roraima ainda com terras do Governo Federal, e temos aqui os homens da República que negociam.

O triste é sentir que no Amazonas a MANASA dispõe de 4.140 hectares; no Pará, o Jari dispõe de quase 3 milhões de hectares, e assim por diante. São 27 proprietários com 26 milhões de hectares. Roraima é privilegiada. Esse é o primeiro aspecto que tinha a abordar.

Meus agradecimentos aos Deputados Dr. Rodolfo Pereira e Luciano Leitoa por terem promovido esta nobre e importante reunião para a divulgação do que queremos no Brasil, impor esse direito agrário para a análise dessas questões agrárias. O Congresso de Direito Amazônico vai analisar a questão com todo o critério. É o primeiro passo nesse caminho. Refiro-me às ONGs amazônicas que não querem conscientizar os estudantes brasileiros de que somos capazes de administrar a Amazônia. Chegaremos ao ponto de dizer que somos capazes de administrar tão grande território e tão complexo problema.

É o meu pronunciamento final.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, Prof. Azevedo.

Com a palavra o Prof. Lucas Abreu Barroso.

O SR. LUCAS ABREU BARROSO – Na verdade, poderíamos chamar a Amazônia de continente amazônico. A Deputada Ann Pontes deu-me a idéia de assim chamá-la, porque só em um continente um mesmo Estado componente pode ter diversidade tão grande como, por exemplo, o Pará. Só de pensar que naquele Estado grande parte da Europa se conteria, percebemos que a diversidade é realmente muito grande.

Uso estes minutos finais para fazer convite formal a todos, como coordenador temático do evento, para que estejam conosco em Roraima, de 1º a 5 de dezembro, a fim de debatermos essas questões de forma democrática, ampla, abrangente e, por que não dizer, minuciosa.

A Academia Brasileira de Letras Agrárias foi concebida com o fim de integrar as pessoas que ficam em suas universidades estudando e pensando os problemas do País, a sociedade em geral, esta Casa, as universidades, as ONGs, enfim, todos que fazem parte da sociedade civil.

Ficaremos muito felizes de vê-los no Congresso. Os resultados serão transcritos como propostas que talvez possam ser o diferencial para a nova visão de como se deve tratar juridicamente a questão amazônica em todo o País e particularmente nesta Casa, já que ela nos vincula como cidadãos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) – Muito obrigada, Prof. Lucas.

Mais uma vez, reitero o pedido de tê-los como nossos aliados nas proposituras que esta Casa vier a apresentar com relação à questão da água – há pouco comentei com o professor que nossa região ainda não tem o Comitê de Bacias para disciplinar o uso desse recurso natural – ou com relação à questão agrária, também abordada pelo Prof. Aldo. Talvez esse seja o primeiro passo a ser dado, até para que definirmos que tipo de desenvolvimento econômico queremos para a nossa região.

Agradeço aos senhores expositores por terem atendido com presteza o convite desta Comissão e prestado tais esclarecimentos, que serão de grande importância. Agradeço ainda a participação dos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, e dos demais presentes, que contribuíram para o êxito desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convidando todos a permanecer no recinto, onde se realizará reunião ordinária desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, Realizada em três de dezembro de 2003.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia três de dezembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Zequinha Marinho e Davi Alcolumbre – Vice-Presidentes; Anivaldo Vale, Ann Pontes, Anselmo, Antonio Joaquim, Babá, Celcita Pinheiro, Edson Duarte, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Maria Helena, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Rose de Freitas, Valdenor Guedes e Vanessa Grazziotin – Titulares; Agnaldo Muniz, Alberto Fraga, Carlos Abicalil, Confúcio Moura, Dr. Benedito Dias, Eduardo Gomes, Hamilton Casara, Humberto Michiles, João Tota, Marinha Raupp, Mário Negromonte, Maurício Rabelo, Mauro Lopes, Nilson Mourão, Nilson Pinto, Pastor Frankembergen, Sarney Filho, Thelma de Oliveira e Zenaldo Coutinho – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alceste Almeida, Amauri Robledo Gasques, Asdrubal Bentes, Átila Lins, Carlos Souza, Francisco Rodrigues, Henrique Afonso, Jader Barbalho, Luciano Castro, Miguel de Souza, Nicias Ribeiro, Pauderney Avelino, Paulo Rocha, Ricarte de Freitas, Rogério Silva, Suely Campos, Terezinha Fernandes e Zé Lima. Compareceram também os Deputados José Geraldo e Givaldo Carimbão. O Presidente declarou aberta a Sessão e informou que esta Reunião de Audiência Pública havia sido convocada para ouvir a Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, atendendo aos requerimentos de números 10, 115, 116 de 2003 de autoria dos Senhores Deputados Átila Lins, Nicias Ribeiro e Babá, aprovados pelo Plenário. Após informar as normas regimentais da Reunião, o Presidente passou a palavra à convidada, que discorreu sobre o tema. Interpelaram a expositora os Senhores Deputados: Nilson Mourão, Babá, Zenaldo Coutinho, José Geraldo, Perpétua Almeida, Janete Capiberibe, Anselmo, Hamilton Casara, Valdenor Guedes, Humberto Michiles. O Presidente concedeu a palavra a expositora a cada quatro interpelações, após os debates a Ministra fez as suas considerações finais. Exerceram, alternadamente, a Presidência os Deputados Zequinha Marinho, Davi Alcolumbre e Hamilton Casara. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos às treze horas e trinta e cinco minutos, antes convocando Reunião Ordinária Deliberativa para hoje, quarta feira, dia três de dezembro, neste Plenário. E, para constar, eu, Neusa Maria Lima Barreto, Secretária substituta, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Zequinha Marinho**, e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lins) – Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, destinada a ouvir a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva.

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2003, de minha autoria, a Sra. Ministra deverá prestar esclarecimentos sobre programas de meio ambiente daquele órgão voltados para a região amazônica.

O Deputado Babá, por meio do Requerimento nº 115, de 2003, solicitou a presença da Ministra do Meio Ambiente para discutir a respeito da Hidrelétrica Belo Monte, no Município de Altamira, Pará.

Já o Deputado Nicias Ribeiro, com o Requerimento nº 116, de 2003, pediu a convocação da Ministra do

Meio Ambiente para tratar da extração madeireira na região da Ilha de Marajó, também no Estado do Pará.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá, para tanto, de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

A lista de inscrição para os debates encontra-se sobre a mesa. Os Deputados que desejarem solicitar a palavra deverão registrar o seu nome e só poderão abordar o assunto em questão pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao expositor interpelar qualquer dos presentes.

Convido a Sra. Ministra Marina Silva para compor a Mesa.

Agradeço a presença à Ministra, aos colegas Parlamentares e a todos os presentes.

Concedo a palavra à Ministra Marina Silva.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parceiros de trabalho do Ministério do Meio Ambiente – estou acompanhada dos Diretores do IBAMA, de assessores do Ministério e do Secretário João Paulo Capobianco – , inicialmente quero dizer da minha satisfação de poder estar aqui para tratar da política de meio ambiente do Governo do Presidente Lula e, ao mesmo tempo, da política de meio ambiente para a Amazônia, dentro de um contexto mais geral.

É também uma oportunidade para abordar questões específicas citadas nos requerimentos dos Deputados Nicias Ribeiro, Átila Lins e Babá, este último do Estado do Pará. Refiro-me à Hidrelétrica Belo Monte, à exploração de madeira na Ilha de Marajó, bem como do açaí e da virola, nos vários aspectos mencionados.

Gostaria de fazer uma rápida apresentação sobre o que tem sido a política de meio ambiente do Governo do Presidente Lula e como se situa a política para a Amazônia. É fundamental mencionar a política geral sobre o meio ambiente, porque não podemos tratar da Amazônia como se fosse uma ilha dentro do País ou um caso à parte. A abordagem integrada é essencial para situarmos a política de meio ambiente para a Amazônia no contexto da política mais geral do meio ambiente.

Desde que assumimos o Governo, procuramos traçar a política ambiental mediante alguns pressupostos que passaram a orientar a nossa ação. Primeiro, no Ministério do Meio Ambiente combinamos questões emergenciais com as estruturantes, para evitar a velha idéia de que muitas vezes nos perdemos no emergencial e não procuramos atender de forma planejada o estrutural. O objetivo é evitar o erro de ficarmos apenas planejando sem dar respostas aos problemas emergenciais. As 2 questões estariam sempre ligadas.

Segundo, quando chegamos ao Ministério, outro aspecto interessante foi a discussão sobre a abordagem que iríamos fazer, do ponto de vista político, sobre as questões encontradas naquele órgão. Decidimos, em primeiro lugar, tentar a superação dos passivos encontrados. É claro que encontramos alguns problemas – alguns ainda persistem – , a exemplo da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, que não possui quadro permanente de servidores, a maioria dos nossos contratos são via PNUD. Acabamos de fazer um contrato provisório e realizaremos futuramente um concurso. O IBAMA realizou um concurso para 600 servidores. Em breve realizaremos outro concurso, inclusive com uma nova abordagem, para que seja regionalizado.

Encontramos passivos referentes às questões dos transgênicos e da biodiversidade. Tivemos problemas relativos à questão do mogno, dos pneus e algumas emergências ambientais. Quem não se lembra do episódio de Cataguases e do incêndio de Roraima, ambos de difícil enfrentamento. Enfim, encontramos problemas que precisavam e precisam ser tratados. São apenas exemplos.

Todavia, encontramos também ativos, coisas positivas. Tenho absoluta certeza de que, daqui a algum tempo, quando eu deixar o Ministério, o meu sucessor encontrará ativos e passivos. Nossa postura é sempre a de processar o que encontramos como dificuldades ainda não resolvidas, até porque não são de fácil solução, mas também os pontos positivos que precisariam ser reelaborados à luz da nova política, das novas estratégias de Governo.

Como exemplo de ativos que precisariam ser reelaborados temos o PPG-7 em sua segunda fase, que passou a ser ligado ao Programa Amazônia Sustentável – PAS, como um instrumento de implementação. Reelaboramos também o projeto ARPA, que passa a fazer parte inclusive das ações de combate a desmatamento na Amazônia. A própria política de combate ao desmatamento ganhou nova dimensão. Além disso, passamos a trabalhar no que chamamos de novas ações para a política ambiental do País.

Faço essa rápida introdução sobre nossa abordagem para que as pessoas percebam adequadamente como temos tratado a questão.

Ainda do ponto de vista da política mais geral, nossa postura foi sempre no sentido de criar meios, uma espécie de argamassa que possibilite o Governo a operar como um todo, em termos de política ambiental, e que possibilite as parcerias com os Governos Estaduais e locais, assim como com os mais diferentes setores da sociedade e com o Congresso Nacional.

Enfim, trabalhamos para formar eixos estruturantes da política ambiental que nos possibilitem diálogo e implementação das políticas por meio de um novo pacto, um novo acordo social que viabilize a efetivação dessas políticas.

Sempre repito: não nos unimos simplesmente para realizar coisas; reunimo-nos em torno de propósitos, conceitos, princípios e, em muitos casos, a partir de utopias. A grande utopia é a do desenvolvimento sustentável, da justiça social, enfim, da melhoria da qualidade de vida no País e no planeta.

Traçamos também os conceitos que vão alavancar esse novo movimento para o acordo que procuramos em torno de uma política ambiental que possa ser integrada ou transversal, como premissa da ação ambiental do Governo. Ou seja, qualquer política ambiental que não se constitua em ação de governo nos seus mais diferentes setores não dará conta da grande responsabilidade que temos em relação aos grandes problemas deste País ou das grandes soluções no que concerne à recuperação e preservação dos nossos recursos naturais.

A abordagem passa a ser diferente. Em vez de apenas o Ministério do Meio Ambiente operar a agenda ambiental, pregamos que todos os setores do Governo – Agricultura, Reforma Agrária, Integração, Educação, Saúde – também se preocupem com a questão ambiental. Essa é a premissa de uma política ambiental integrada.

Durante a campanha eu já externava, e o Presidente Lula a avalizou em seu programa de governo, a idéia de combater com todas as forças o que chamo de "ilegalidade renitente", ou seja, alguns acham que a legislação ambiental brasileira é um obstáculo a ser removido, que meio ambiente não é questão importante para o País e que os avanços da legislação ambiental só fazem atrapalhar o "progresso" – entre aspas – e o desenvolvimento.

Espero que essa visão seja minoritária, mas é fato que existe e tem certa força. A nossa posição é a de combater, com todas as forças, a "ilegalidade renitente", mas não devemos ficar apenas nesse esforço. Vamos trabalhar para construir uma agenda positiva, que chamo de "como pode do bem". Não basta dizer o que não se pode fazer; devemos apresentar a forma correta de fazer. Daí vem a idéia do desenvolvimento sustentável.

Em relação ao controle social, para nós trata-se de uma opção para a condução da temática ambiental na política do nosso Governo. A Conferência Nacional de Meio Ambiente que realizamos recentemente nos deu demonstração cabal de que o controle social não pode ser apenas um discurso nem ser usado apenas como legitimação das ações do Governo. Ele tem necessariamente de ter capacidade, foros e espaços para contribuir de fato, quer com propostas, quer com parcerias até na execução e implementação de políticas. Algumas parcerias podem ser feitas, inclusive na formulação dessas políticas, sem que isso signifique o distanciamento do Governo das suas responsabilidades. Portanto, o controle social do Governo não é apenas legitimação do que está sendo feito pelo governante, até porque não temos a pretensão de fazer política ambiental para a sociedade, mas política ambiental com a sociedade.

Por último, preconizamos o fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente. Referimo-nos à estratégia de ação do nosso Governo. Se não tivermos as ferramentas necessárias para que o Ministério cumpra suas atribuições precípuas, vamos fracassar em boa parte de nossas propostas e ações. É fundamental que o sistema esteja estruturado e organizado, para que possamos usá-lo em favor da devida alavancagem das políticas, no sentido positivo das suas ações.

Com esses pressupostos partimos para o que chamei anteriormente de ações novas. Quais são as ações novas em que estamos trabalhando? Programa Nacional de Florestas – depois posso tratar de mais alguns pontos específicos a respeito desse programa, até mesmo no tempo destinado ao debate; simplificação de procedimentos para o bom manejo florestal e o Programa Amazônia Sustentável (PAS), coordenado pelo Ministro da Integração já no exercício dessa política integrada com a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. No âmbito desse programa tratamos de questões de ordenamento territorial, tecnologias para o desenvolvimento, inclusão social, revisão do crédito e infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável.

O programa não foi concluído. Surgiu da primeira reunião do Presidente Lula com os Governadores de Estados da região amazônica e, a partir daí, iniciou-se um trabalho dentro dos governos. Agora estamos na fase de auscultar a sociedade, e que será coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, pelo Ministro Luiz Dulci, com o apoio dos Ministérios da Integração e do Meio Ambiente.

Quando menciono setores, refiro-me sempre às comunidades locais e empresariais, às ONGs, à comunidade científica, enfim, aos mais diferentes setores que já têm propostas e podem avaliar inclusive o que já fizemos. É uma auscultação. É claro que o Governo decidirá politicamente os eixos da política.

Quanto ao Programa Amazônia Sustentável, não falo especificamente das ações porque ele nem foi publicizado ainda, está no âmbito do Governo. Falo aqui

sobre o processo. O Programa não se atém à velha forma de planejamento em que o Governo pensava o desenvolvimento de Brasília ou de algum outro lugar para a Amazônia, em vez de pensá-lo a partir dela. A nossa abordagem é: tão importante quanto o produto que sairá do processo de planejamento é o processo em si do Programa Amazônia Sustentável. De sorte que ele será, sem dúvida – e terá de ser – , um novo acordo social da Amazônia. Não apenas isso, mas um novo acordo social do País em relação ao que pensa, ao que quer e ao que vai fazer com a região mais importante do planeta, com todas as características que os senhores já conhecem.

Portanto, os aspectos de ordenamento territorial, infra-estrutura para o desenvolvimento, tecnologias avançadas para o desenvolvimento sustentável, inclusão social e a revisão dos instrumentos de crédito na região. Boa parte da destruição da Amazônia foi financiada, ou melhor, ocorria em razão dos financiamentos concedidos pelo BASA, SUFRAMA, SUDAM ou pelo próprio BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica, que acabavam patrocinando atividades altamente predatórias.

O Ministro Ciro Gomes, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, começando pelo BASA, já tem um trabalho bastante avançado para a revisão dos critérios de acesso ao crédito. Os critérios são de que a variável ambiental já se faça presente no planejamento das ações, de sorte que as agências financiadoras, ao avaliarem os projetos, já observarão se contemplam ou não ações de sustentabilidade. Então, o Programa Amazônia Sustentável tem essa característica.

Partimos da premissa de que uma política ambiental integrada precisa também de uma abordagem diferente, porque o Ministério do Meio Ambiente não será um superministério para tratar de ações de infra-estrutura, agricultura ou reforma agrária. Não é isso. Temos um papel de articulação, de formulação e de implementação de políticas no que concerne à gestação ambiental ou de políticas já implementadas em experiências pilotos. É nossa atribuição, ainda, fomentar as políticas que constitucionalmente nos foram delegadas, mas boa parte das ações pilotos que fazemos devem ser transformadas em políticas públicas. Temos como exemplo o PRODES, programa de tratamento de esgoto para recuperação de bacias hidrográficas. Esse programa consiste na compra do esgoto tratado e tem sido avaliado como bom programa agora disponibilizado para o Ministério das Cidades e para quem o queira adotar, pois pode ser encampado pelo Governo.

O Programa Sede Zero já conta com um desses pilotos do Ministério do Meio Ambiente. Começamos com a construção de 12 mil cisternas no semi-árido brasileiro para o atendimento de populações isoladas. Hoje esse programa está disponibilizado para o Governo, e a meta do Presidente Lula é fazer 1 milhão de cisternas até o final do seu mandato. Ou seja, começou no Ministério do Meio Ambiente, mas agora será um programa de todos.

Estou dizendo isso porque já abrimos nessa diretriz da transversalidade, da política integrada, uma agenda muito positiva em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós e o Ministro Miguel Rossetto estamos trabalhando a nova política de reforma agrária, inclusive já criando modalidades. Os projetos de assentamento florestal que lançaremos no dia 9 é uma realidade nova na política agrária do Governo, e pretendemos com isso combater o modelo predatório de exploração da Amazônia. Naqueles 20% a que tem direito o cidadão, em vez de derrubar a floresta para determinadas atividades produtivas que não têm bom retorno, que ele possa fazer o manejo florestal comunitário. Nesse sentido estamos trabalhando na Secretaria de Biodiversidade do IBAMA um conjunto de regras que vão ajudar na implementação dessas políticas.

Segundo dados do Ministério, na Amazônia temos em torno de 2 mil a 3 mil comunidades que fazem manejo comunitário. Nossa idéia é elevar esse número para 30 mil famílias e trabalharmos também com as pequenas, médias e grandes empresas, a partir de novos critérios de sustentabilidade. Poderemos contribuir efetivamente para que na Amazônia se possam gerar em torno de 100 mil empregos a partir da economia florestal de base sustentável. Segundo as informações com as quais estamos trabalhando, 96% da madeira que sai da Amazônia tem base ilegal e apenas 4% é de base legal. É um absurdo!

Se considerarmos que essa atividade produtiva é altamente importante para a economia regional, principalmente no Estado do Pará, logo verificaremos que há uma grande demanda por madeira nativa, mas que a oferta de madeira certificada, manejada, é muito pequena comparada à necessidade. É por isso que hoje enfrentamos crises nos Estados do Pará, de Rondônia e de Mato Grosso.

No Estado do Pará já estamos fazendo um trabalho conjunto: setor produtivo, o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Secretaria de Biodiversidade e o Governo do Estado.

No Estado de Rondônia já tivemos uma primeira reunião em que trabalhamos uma proposta que acreditamos contribuir para, no médio e longo prazos, resolver o problema. Já estamos com um grupo de trabalho também para ser instalado em Mato Grosso, onde temos outro tensionamento.

Para se ter uma idéia da amostragem que fizemos no Estado do Pará sobre as licenças oferecidas para exploração florestal, chegamos a um resultado de 300 planos de manejo fraudados. Esse não era o universo dos planos. Estou falando isso porque saiu na imprensa. Mas estamos trabalhando com essa questão em 2 pólos: um pólo do bem, de vanguarda, que – graças a Deus! – existe e precisa ser estimulado; e, no outro extremo, a ilegalidade renitente, predatória, que opera a fraude, em meio a grande quantidade de pessoas que não podem aprioristicamente ser tratadas como ilegais renitentes. Não. Essas pessoas não tinham alternativas, pois não tinham assistência técnica nem crédito adequado. Também o sistema de fiscalização e de controle de licenciamentos tinha muitas dificuldades, mas agora estamos operando para que essas pessoas possam ter respostas positivas.

Claro que um problema como esse, ou seja, apenas 4% da demanda suprida com madeira legal, manejada, e mais de 90% com madeira ilegal, não se resolve de uma hora para outra. Então, estamos trabalhando para que se crie uma regra de transição. Porém, a direção jamais pode ser a de legalizar o ilegal, em hipótese alguma. A ação deverá ser no sentido de dialogar com as medidas estruturantes que estamos elaborando.

Portanto, essa agenda com o Ministério do Desenvolvimento Agrário é importante, porque ordenamento territorial não é função do Governo do Estado. Passa pelos institutos de terra dos Estados, INCRA e Ministério do Meio Ambiente, como partícipes desse processo.

Temos outras agendas, por exemplo, com o Ministério da Integração, como falei, o Programa Amazônia Sustentável, a BR-163, a questão da SUDAM, o BASA, a revisão do crédito, todos esses aspectos.

Com o Ministério de Minas e Energia também temos agenda bastante positiva. Inclusive, no modelo que virá para esta Casa consta a idéia da variável ambiental no planejamento das ações, antecipando-se ao licenciamento, porque muitas das questões esbarram nele, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte e outras.

Já poderia responder à questão de Belo Monte. Qual foi a nossa decisão em relação à hidrelétrica? Eu e a Ministra Dilma Rousseff nos reunimos, discutimos o problema e verificamos que o melhor caminho era o cancelamento daquele pedido de licença, a solicitação de nova licença e novos estudos, porque havia um erro de origem: o pedido de licença a partir do órgão ambiental do Estado do Pará. Como se tratava de um empreendimento que dependia de licença do órgão federal, então o Ministério Público impediu o processo. Além disso, há todo um passivo de nosso conhecimento em relação aos conflitos envolvendo as populações locais que não foi adequadamente tratado.

A Advocacia-Geral da União está trabalhando no sentido de criar uma espécie de câmara de resolução de conflitos, na qual as empresas jamais farão a mediação nem o Ministério do Meio Ambiente assumirá todo o passivo de uma negociação feita inadequadamente, senão ela vai estourar no licenciamento. Então, estamos trabalhando dessa nova forma para o licenciamento ambiental, e Belo Monte é um exemplo.

Em relação ao Ministério da Defesa, temos parcerias com a INFRAERO e tantas outras que dão suporte ao que fazemos com a nossa pouca estrutura. Por exemplo, para enfrentar o incêndio de Roraima, a integração com o Ministério da Defesa deu-nos uma ajuda fantástica. Também para o combate ao tráfico de animais silvestres, estamos trabalhando em parceria com a INFRAERO. Enfim, muitos aspectos.

No Ministério da Agricultura, a EMBRAPA tem sido uma grande parceira, inclusive na solução da exploração do mogno, sob moratória há mais de 6 anos. Havia problemas anteriores à moratória da exploração predatória do mogno, e o Governo resolveu acertadamente, no meu entendimento, adotar uma medida para evitar o caos, mas não podíamos continuar sem a resposta estruturante, até porque durante um primeiro momento a medida surte efeito, mas depois eles se reorganizam, se reprocessam e quem age ilegalmente não está preocupado com moratória, com manejo, com nada. Ele faz exploração predatória.

O que fizemos já na fase de transição foi contribuir. Aí o Governo anterior estava operando, mas tivemos uma relação bastante fluida com a transição na área ambiental, e operamos a adesão do Brasil ao Anexo II da CITES. Acabamos de concluir as novas regras para exploração sustentável do mogno, com exigências bem mais avançadas. Pela primeira vez, acho que podemos ter um arranjo adequado de exploração sustentável, porque cuidamos de todo o processo, do licenciamento à fiscalização, do transporte ao processamento da matéria-prima. Então, já conseguimos dar essa resposta, e o Ministério da Agricultura nos ajudou, através da EMBRAPA.

Estamos com uma agenda também em relação a vários Ministérios. Vou parar para não perder muito tempo. Isso é só para dar uma demonstração de que essa agenda integrada não é fácil. É a primeira vez que ela está sendo utilizada no País. Indago: por que não acontecia antes? A minha resposta é de que há hora para tudo. Acho que o esforço anterior de criar uma legislação ambiental e estruturas para o comando e controle venceu uma etapa. Na que estamos viven-

ciando, é como se o Ministro Sarney Filho ou o José Carlos tivessem me passado o bastão e dito: "A partir de agora, ou fazemos política ambiental integrada ou" – e vou usar uma expressão não dotada de preconceito – "jardinagem ambiental".

A nossa missão agora é fazer com que os instrumentos de comando e controle constantes da legislação sejam implementados e funcionem, mas necessariamente começaremos novo processo em que a variável ambiental estará dentro das ações do Governo. Aí, não pode mais a Ministra do Meio Ambiente arrancar sozinha os cabelos quando se anuncia o índice de desmatamento da Amazônia, como ocorreu este ano. Qual foi a nossa opção? Fazer com que o Governo assumisse a proposta de combater tal desmatamento. Quem deu a chancela para isso? Quem quis isso? O Presidente Lula. Foi ele quem disse: "A partir de agora, o nosso desafio é a política integrada". Então, o Ministério contribuiu nesse aspecto.

Pela primeira vez, 11 Ministérios, durante alguns meses, trabalharam propostas apresentadas aos Governadores e representantes da sociedade. Esses, por sua vez, foram instados a dar suas contribuições.

Espero que, antes do final do ano, possamos lançar um programa estruturante para combater o desmatamento da Amazônia. Queremos fazer isso em parceria com a sociedade e com os Governos locais, por meio de um novo acordo.

Não temos medo dessa agenda, porque sei que esse é o caminho. Se sabemos que os Estados que mais contribuem para o desflorestamento da Amazônia são Mato Grosso, Rondônia e Pará, e que nesses há 53 Municípios – se não me engano – responsáveis por 70% desses índices, então temos que focalizá-los nas políticas, não agindo acima dos Governos, mas em parceria com eles.

Por isso, é muito importante o esforço feito agora pelo Governador do Estado do Pará com vistas ao zoneamento econômico-ecológico e ao ordenamento territorial. Se formos agir por cima do Governo, não vamos lograr nenhum sucesso. Devemos ser capazes de focalizar as políticas em parceria com os setores. Isso significa o quê? Focalizar o crédito, a assistência técnica e as alternativas para o desenvolvimento.

Em Mato Grosso, há 12 milhões de hectares de áreas desflorestadas abandonadas. Por que temos de continuar avançando sobre a floresta se podemos utilizar, de forma intensiva, as áreas já desflorestadas? Esse é o desafio da nova política integrada.

Há programas como o PPG-7 para a Amazônia, em que a segunda fase será associada à implementação do Programa Amazônia Sustentável.

Estamos trabalhando para que o ARPA possa dar sua contribuição ao processo de combate ao desmatamento da Amazônia. Que bom que o projeto já existe! É o que digo: devemos reelaborar o ativo que encontramos à luz das novas estratégias. Ou seja, aproveitar as coisas positivas que encontramos para superar as grandes dificuldades que persistem.

Hoje no IBAMA há a informação de que fomos capazes de aumentar nossas operações de forma exemplar, mesmo utilizando 20% a menos dos recursos de 2002.

Com essas operações – o Sr. Flávio Montiel, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, está aqui e depois pode aprofundar o tema – , conseguimos evitar que 700 mil hectares de florestas fossem derrubados por desmatamento ilegal.

Para mim, isso é muito importante, porque chegamos antes da contravenção, que faz a grilagem de terra e a exploração predatória. Se anteciparmos essas ações, chegaremos ao percentual de 30% a menos de devastação, em comparação a 2002.

Esse esforço é combinado. Com o apoio do Congresso Nacional poderemos trilhar um caminho virtuoso para a Amazônia. A região não é um santuário a ser adorado, mas também não é um açougue, onde se entra, faz-se o traçado e se acaba com tudo. Não é isso. A Amazônia tem espaço para o desenvolvimento, mas ele tem que ser diversificado. Se as pessoas acharem que é só soja, é o fim; se acharem que é só madeira, também. Há necessidade de uma atividade produtiva diversificada. Essa diversificação não é uma imposição do Governo ou de quem quer que seja, mas da natureza e da própria realidade.

O problema da exploração da virola e do açaí na Ilha de Marajó não se deve apenas ao fato de que a extração está proibida, mas também ao de que o recurso já está escasso. Aquilo é como um celeiro que as pessoas achavam que sempre seria farto. Se explorarem o palmito fazendo corte raso nas touceiras de açaí, vão acabar com tudo. Se explorarem as virolas maduras e as ainda jovens, elas também vão acabar. Temos de observar a capacidade de suporte dos recursos naturais da Amazônia, porque, sem isso, nossa atividade vai ser prejudicada.

Nosso esforço é no sentido de compatibilizar meio ambiente, desenvolvimento e inclusão social. Há lugar para todo mundo, para os pequenos, para os grandes e para os médios, desde que se explore o recurso de forma correta e se iniba a exploração incorreta, o que faremos sendo justos com aqueles que agiam de modo errado porque não tinham outra alternativa, estavam sem assistência técnica, sem crédito, sem estímulo, e não havia fiscalização.

É muito difícil certificar uma madeireira na Amazônia. Mesmo que o seu proprietário pague corretamente os encargos sociais, não explore o trabalho escravo, não retire madeira em terra indígena, cuide do manejo florestal na sua terra, tenha tudo legalizado, ao seu lado um outro explora madeira em terra de índio, faz corte raso, de qualquer jeito, não paga encargos sociais e explora o trabalho escravo. Enfim, aquele que faz tudo corretamente fica sem a menor condição de competir com o outro, que está na ilegalidade. E, se os órgãos de Estado não funcionam para coibir a ilegalidade, quem age direito não se firma nunca. Temos, portanto, de coibir a exploração ilegal para firmar a exploração legal.

É esse o esforço que está sendo feito, mas, como eu disse, é preciso haver uma regra de transição que valha para o grande, para o médio e para o pequeno. Criar constrangimento ético na região é fundamental, e os Parlamentares têm um papel muito importante nesse trabalho. Não podemos clamar pela desobediência civil, temos de clamar pela implementação da legislação. Se não houvesse credibilidade para a exploração sustentável do mogno, ele continuaria na moratória. Só saiu porque a proposta de acordo é consistente. Do Ministério Público ao Greenpeace, todos sabem que a proposta é séria e tem condições de prosperar.

A legislação ambiental, quando é observada, longe de se constituir num empecilho ao desenvolvimento, viabiliza o desenvolvimento. Um dos dias mais emocionantes da minha vida foi aquele em que recebi a notícia de que alguém disse aos meus parceiros do IBAMA que hoje sabe que cumprir a lei é melhor do que ficar na mão daqueles que contribuem com a ilegalidade.

Já há um esforço combinado do INCRA, do IBAMA e dos Governos de Estado para acertarmos o rumo do desenvolvimento na Amazônia. Posso citar os Estados do Pará e do Mato Grosso. A BR-163 pode ser um problema grave se for tratada sem observância das normas ambientais, mas pode também ser um exemplo de como fazer uma obra de infra-estrutura na Amazônia que, em vez de estimular a destruição, alavanque um processo virtuoso para outros investimentos.

O Ministério da Integração Nacional, o Ministério dos Transportes, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário estão trabalhando conjuntamente na elaboração de um modelo exemplar de desenvolvimento e, para isso, contam com o apoio fundamental do Governador Blairo Maggi e de organizações da sociedade. Pela primeira vez, no Município de Sinop, Mato Grosso, fizemos uma reunião com índios, ONGs, Prefeitos e Governo do Estado para debater a forma correta de proceder. Ninguém queria saber como passar por cima do IBAMA ou do Ministério, como não demarcar a terra dos índios, como não criar unidades de conservação. Nada disso. Todos buscavam exatamente o contrário, ou seja, saber como criar unidades de conservação, como viabilizar espaços adequados para a pequena agricultura familiar, como evitar grilagem de terra – é só alguém dizer que vai ser asfaltado determinado trecho, que os grileiros já correm para o local igual a gafanhotos. Espero em Deus que possamos viabilizar esse modelo.

Falei rapidamente sobre Belo Monte e a Ilha do Marajó e sobre como estamos imaginando o programa de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa política ambiental não poderá jamais ser constituída apenas de instrumentos de comando e de controle. Necessariamente, ela deve ser a combinação das ações dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e da sociedade, sem preconceitos.

Por causa da confusão em torno dos transgênicos, sofri muitas críticas. Diziam que o problema do Ministério do Meio Ambiente era que ele estava cheio de ambientalistas. Essa é a mais estapafúrdia crítica que já ouvi. Ninguém diz que o problema do Ministério da Fazenda é estar cheio de economistas; ninguém diz que o problema do Ministério da Educação é estar cheio de educadores; nem que o do Ministério da Agricultura é estar cheio de agrônomos. Isso não é novidade. O Ministério do Meio Ambiente tem, sim, de ser integrado por pessoas comprometidas com as suas atribuições constitucionais. O povo brasileiro nos paga para isso. Lá temos biólogos, historiadores, antropólogos, geógrafos, engenheiros florestais, todos defendendo o patrimônio natural deste País, que é fantástico. Se não fizermos isso, estaremos prevaricando.

Acabamos de fazer uma conferência nacional de meio ambiente fantástica, na qual foram escolhidos 1.012 delegados. Nós nos reunimos sexta-feira, sábado e domingo – éramos 60 mil pessoas, das 27 Unidades da Federação. Promovemos também uma conferência infanto-juvenil que elegeu 480 delegados. Foi a coisa mais linda do mundo. Houve um concurso de cartazes, de redações sobre água, fauna, flora, biodiversidade, lixo. O evento envolveu 6 milhões de pessoas, entre crianças de 5ª a 8ª série, seus pais e professores. Fiquei encantada, porque as crianças são os futuros Deputados, Senadores e Ministros deste País. Tenho absoluta certeza de que, se seguirmos por esse caminho, entenderemos que meio ambiente não é um problema a ser removido, é algo a ser atendido adequadamente.

Por fim, mais uma vez, quero dizer que é muito fácil defender meio ambiente, desde que no ambiente dos outros.

Sinto-me em casa aqui, fico muito à vontade. Sinto-me mais Parlamentar do que Ministra quando estou nesta tribuna, então, preciso ter cuidado.

Fico feliz em saber que há aqui Deputados que defendem o meio ambiente no seu próprio ambiente. Estou falando dos meus companheiros do PV, Deputados Sarney Filho e Edson Duarte, e de tantos outros que trabalham especificamente voltados para esse tema, como os Deputados Nilson Mourão, Anselmo de Jesus Abreu, Zé Geraldo, Perpétua Almeida – e não cito mais nomes para não correr o risco de cometer uma injustiça. O Congresso Nacional talvez seja o lugar mais importante para este debate.

Estou discutindo a matéria nesta Casa há 8 anos e continuo a minha luta, porque ainda sou Senadora. Acho que podemos dar uma grande contribuição às políticas públicas voltadas para a Amazônia. Pela primeira vez, um Governo encara a questão da Amazônia não como política isolada, mas de forma integrada, nos seus mais diferentes aspectos. Isso não é fácil. Nosso grande desafio é fazer com que a política ambiental do Brasil dê respostas estruturantes aos nossos problemas, sem pirotecnia, valorizando as coisas positivas que encontramos e processando aquelas que ainda precisam ser resolvidas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Em nome dos Parlamentares e da Assessoria desta Comissão, agradecemos à Ministra Marina Silva os esclarecimentos prestados.

Vamos dar início aos debates.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, pedi a palavra porque não poderei permanecer aqui muito tempo. Estou participando da organização da manifestação pública contra a pirataria e a sonegação fiscal que acontecerá logo mais, em frente à Câmara dos Deputados.

Não posso deixar de cumprimentar a Ministra Marina Silva e sua equipe pelo belo trabalho que vêm realizando no Ministério do Meio Ambiente, em particular no que diz respeito à Amazônia. A Ministra já iniciou sua exposição dizendo que estamos na alvissareira expectativa de vislumbrar a Amazônia não só no discurso, mas em ações práticas do Governo. Esse esforço nós temos de fazer em conjunto. Todos temos conhecimento da riqueza que a Amazônia encerra, como também da necessidade de inseri-la num projeto de desenvolvimento nacional, que sirva a todo o povo brasileiro.

Um grande abraço, Ministra Marina. Desculpeme por não poder permanecer mais tempo nesta reunião.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Obrigada, Vanessa. Eu sei como é a vida nesta Casa.

Sr. Presidente, quero cumprimentar também o meu companheiro do Acre, Nilson Mourão, a minha companheira Janete Capiberibe, o meu companheiro Babá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Antes de iniciarmos os debates, esta Presidência sugere que as intervenções dos Parlamentares sejam feitas em blocos de 3. Essa já é uma prática corrente na Casa, usada em quase todos os debates e audiências.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sr. Presidente, eu sugeriria blocos de 4 interpelantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Por causa do adiantado da hora?

O SR. DEPUTADO BABÁ – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Tudo bem. Já são 11 os Parlamentares inscritos. Com a aquiescência do Plenário, seguiremos essa regra.

Dando início à ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Nilson Mourão, do PT do Acre, pelo prazo de 3 minutos, conforme estabelece o Regimento.

O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, meus caros companheiros Deputados e Deputadas, Ministra Marina Silva, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, quero felicitar a Ministra por ter vindo a esta Comissão expor o seu pensamento, o que faz sempre com muito brilhantismo.

Pergunto-me, Ministra, por que V.Exa. tem tanta autoridade quando fala na questão ambiental. Acredito que seu discurso nos contagia porque V.Exa. acredita no que diz, tem convicções pessoais. A questão ambiental está presente na sua mente, na sua alma e no seu coração, enquanto outros falam apenas para cumprir tarefas, às vezes até sem acreditar no que estão dizendo. Meus parabéns pelo discurso verdadeiro e sincero. A questão ambiental está no coração da seringueira Marina, do seringal Bagaço.

Ministra, tenho a fazer apenas um pedido e uma pergunta.

Manifesto minha alegria pela realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, iniciativa que en-

volveu grande quantidade de pessoas e contou até com a presença do Presidente Lula, que se comprometeu com as decisões do Ministério, numa demonstração do prestígio de que V.Exa. desfruta. Dada a representatividade do evento, gostaria que V.Exa. partilhasse conosco as principais bandeiras abordadas e, se for possível, também as conclusões a que se chegou.

A pergunta, Ministra, refere-se à notícia, veiculada na grande imprensa, a respeito do aumento do desmatamento na região amazônica. Algumas matérias foram até um pouco maldosas, porque procuraram vincular o problema ao atual Ministério, naturalmente para desqualificar o seu trabalho, o que não tem nenhuma procedência, até porque os dados colhidos diziam respeito a anos anteriores. Minha pergunta é a seguinte: qual é a verdade sobre o desmatamento na região amazônica e que providências o Ministério do Meio Ambiente está tomando para reduzi-lo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Com a palavra o Deputado Babá, do PT do Pará.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Primeiro, quero dizer que tenho o maior respeito pela Ministra Marina, que conheci em 1987, numa greve na Universidade Federal do Acre. Sei que a companheira é uma lutadora não apenas em prol da causa do meio ambiente, mas também da causa dos trabalhadores brasileiros. Se alguém caiu como uma luva no atual Ministério, esse alguém é a Ministra Marina.

Sou do Pará, um dos Estados onde mais têm crescido o desmatamento ilegal e a grilagem de terras – outro ponto em que o Ministério precisa interferir. Nosso Estado é um dos campeões em grilagem de terra, e as fraudes cartoriais, diferentemente do que acontecia no século passado, são utilizadas muitas vezes para expulsar trabalhadores que ocupam terras ou para viabilizar desmatamentos ilegais. Isso tem de ser combatido.

O Município de Moju, por exemplo, teria de ter 6 andares para comportar todos os títulos que apresentaram ao ITERPA, isso fora o problema gravíssimo do Cecílio do Rego Almeida, em Altamira, que se espalha por toda a Amazônia. Eu e a Deputada Vanessa Grazziotin fizemos parte da CPI da Grilagem, que detectou inúmeros escândalos que precisam ser investigados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Exponho essa minha preocupação porque, por exemplo, no Município de Tailândia, no nosso Estado, é preciso intervenção imediata. Há denúncias de desmatamento empreendido até por membros do IBAMA. Não sei qual foi a conclusão desse debate, mas vou passar por escrito à Ministra algumas denúncias que nos chegaram.

A região sul do Estado do Pará se transformou num cemitério de castanheiras, pois os madeireiros, depois que retiram a madeira de lei, ateiam fogo na mata. Preocupo-me porque, toda vez que sobrevôo a região, percebo que o desmatamento se amplia. Outro ponto em que o desmatamento está avançando violentamente está no trajeto Santarém – Cuiabá. É preocupante o avanço da grilagem de terra e do desmatamento ilegal. Como aconteceu há muito tempo com o projeto agropecuário, a Amazônia vive agora o plantio de soja.

Assisti ao programa Globo Repórter sobre a festa do Quarup. No final, o programa exibiu cenas que mostram a morte da nascente do Rio Xingu, que não ficou dentro da reserva indígena. E mostrou claramente a ocorrência de brutal desmatamento e queimadas ilegais no limite da floresta. Projetos como o de Belo Monte podem ter vida curta, se não for feita essa discussão. Sugeri até que essa área da nascente do Rio Xingu fosse retomada pelo Governo para reflorestamento.

Tenho participado de debates sobre a Hidrelétrica de Belo Monte, mas até o momento não fui convencido efetivamente. O Governo pensa em construir a hidrelétrica, e o Rio Xingu pode morrer, como estão morrendo os Rios Araguaia e Tocantins. Aliás, esses são outros pontos de preocupação que começam em Goiás, passam pelo Tocantins e entram pelo sul do Pará. No verão, esses rios ficam praticamente assoreados.

Levanto esses pontos, Ministra, porque há urgente necessidade de se ampliar a fiscalização. Disse V.Exa. que haverá concursos. O problema é que, quanto mais tempo demorar a contratação de novos fiscais, maior será o avanço do desmatamento. Na região do Marajó, próximo a Portel e Breves, há enorme quantidade de madeireiras, onde está havendo brutal processo de desmatamento ilegal. Quando se sobrevoa a região, vê-se claramente como se dá esse processo.

Portanto, a preocupação com a Ilha de Marajó não deveria se deter apenas ao problema do açaí e da virola, é preciso ir mais à frente. E na região de Breves e Portel deve haver uma fiscalização intensa. Sei da existência de projeto de manejo florestal para aquela região. Muitas pessoas que moram ali há 30 ou 40 anos estão sendo achacadas por madeireiros, por isso é preciso fiscalização extrema.

Pergunto ainda se essa lei dos pneus não vai ser revogada. Estamos importando pneus usados que acabam virando lixo.

Por fim, registro meu descontentamento com essa situação e também com a questão dos transgênicos, assunto que tanto foi debatido aqui.

Tenho confiança no trabalho que está sendo feito na área – e não apenas por causa da Ministra,

mas também porque conheço muitos técnicos do Ministério e sei que são pessoas extremamente preocupadas em preservar a Amazônia e em contribuir para que esse projeto de desenvolvimento sustentável seja bem-feito.

Se não existir verba para a implantação desse projeto, Ministra, será um grande problema. Pagamos 123 bilhões de reais de juros, e o Ministério do Meio Ambiente foi um dos que sofreu maior corte no início do ano. Isso nos preocupa bastante, porque todos esses belos projetos podem cair por terra se faltar recurso para executar as ações e até para a contratação de servidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Informo aos presentes que estou relevando o excedente de tempo usado por cada Parlamentar, mas peço a compreensão de todos, até para que não precisem ser interrompidos em sua manifestação. Conforme regimentalmente estabelecido, cada orador usa a palavra por até 3 minutos, para que outros tenham oportunidade de fazer seus questionamentos e assim o debate ficar mais apurado e sólido. Solicito, portanto, que sigamos o mais rigorosamente possível o critério adotado.

Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Zenaldo Coutinho.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO – Prezado Presidente Davi Alcolumbre, Ministra Marina Silva, não é novidade para nós, da Amazônia, a situação fundiária da região, sobretudo nós que sabemos como se deu a sua ocupação, com estímulos e incentivos públicos para que fosse feito justamente o desflorestamento. Assim ocorreu com o PROTERRA e assim agiu a SUDAM ao longo dos anos. O Governo dos militares oferecia terra sem homens para homens sem terra. Quando da construção da Belém – Brasília havia extraordinária preocupação do Governo no sentido de ocupar a região ao longo da rodovia, e para lá se dirigiram brasileiros de todos os Estados. O Pará é ocupado hoje por pessoas vindas das Regiões Sul e Sudeste. Toda a região da Transamazônica é habitada não por paraenses, mas por brasileiros de outros Estados atraídos pelos estímulos e pelo sonho da terra própria.

Essa situação gerou problemas gravíssimos, ocasionou uma ocupação desordenada e, em muitos casos, permitiu a grilagem de terras. Já no final de 1980, início da década de 1990, os movimentos ambientalistas e a consciência ambiental começaram a tomar conta do País, e o assunto passou a ser pauta na própria região.

Quero ressaltar, Ministra, que no Estado do Pará pretendemos um zoneamento econômico ecológico que defina o que é intocável, onde são possíveis o manejo e o desmatamento, onde pode haver agricultura e onde não pode. Precisamos ter uma visão científica sobre a região, e não apenas poética ou lírica.

Todos queremos que os milhões de habitantes da região desfrutem de boa qualidade de vida. Temos confiança no seu trabalho e acreditamos na sua seriedade e nos seus propósitos. Mas não poderíamos deixar de registrar nossa preocupação na condição de amazônida e de representante do povo que ali habita.

No fim de semana estive no interior do Estado e fiquei extremamente preocupado com a situação da indústria madeireira. Verifiquei inúmeros pátios vazios e a dispensa de empregados. O setor madeireiro está em crise. Até hoje não se conseguiu chegar a acordo de funcionamento, pelo menos nesse período de transição, como V.Exa. bem mencionou, em que se estabeleça uma agenda e uma legislação que reordene o setor. Estou preocupado com esse período de transição.

Conversei com muitos trabalhadores que estão vivenciando essa angústia e solicito a V.Exa. que interfira pessoalmente, que busque uma solução, até porque os dados que V.Exa. apresenta são mais alarmantes ainda. Fiquei preocupadíssimo quando disse que 94% do setor florestal age na ilegalidade.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Cometi um erro. Na verdade, 96% são de origem predatória, e eu usei o termo ilegal. É claro que nesses 96% existem o predatório legal e o predatório ilegal. Fica a correção.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO – Já fico aliviado quanto à ilegalidade, porque sei do esforço que o Ministro Sarney Filho desenvolveu ao longo de sua gestão no sentido de buscar sempre a legalidade da ação das indústrias do setor florestal. Temos belos exemplos em nosso Estado, embora, como citou o Deputado Babá, realmente tenha ocorrido em Portel ação predatória. No entanto, eu gostaria de destacar, por exemplo, a atuação de indústrias certificadas com selo verde internacional, como a Cikel, uma indústria respeitada internacionalmente, que faz o bom manejo e aproveita bem os recursos naturais. Outras indústrias também têm essa grande preocupação ambiental de fazer o manejo de baixo impacto. Aliás, essa deve ser a busca não apenas do Ministério, mas do setor produtivo.

Ministra, reitero e enfatizo a angústia e a preocupação desses milhares de trabalhadores, alguns já dispensados. O setor precisa ter nesse momento de transição algum fôlego para buscar seu aperfeiçoamento, eliminar a atividade predatória, utilizando sempre o manejo. A manutenção da floresta como fornecedora

de matéria-prima é a garantia para a qualidade de vida das populações que habitam a floresta. Então, precisamos, sim, respeitar os nossos recursos naturais e saber bem aproveitá-los.

É claro que, quando falo a V.Exa. sobre essa angústia, não estou dizendo que devamos estimular a atividade predatória e ilegal, mas sim que busquemos, por intermédio dos mecanismos que o IBAMA tem adotado ao longo dos anos, não paralisar a atividade de todo, porque pode gerar uma crise sem precedentes, considerando que a indústria madeireira no Estado do Pará – não sei nos demais Estados – é a maior empregadora. Portanto, ela garante a vida de milhares de trabalhadores.

Esse é o apelo que faço a V.Exa. nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – O quarto e último orador do primeiro bloco é o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Saúdo a Ministra e toda a equipe que a acompanha e a parabenizo pela atuação e paixão com que conduz o Ministério.

Nos últimos dias fui totalmente envolvido pela ação do nosso Governo na região oeste do Pará, mais precisamente nas regiões da Transamazônica, Porto de Mós e Altamira. Houve a primeira ação fiscalizatória do IBAMA e também a primeira reação do setor madeireiro, regionalmente articulada, que também contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira. Pela primeira vez, vi empregado defendendo patrão, porque para ele, se a serraria fechar, todos ficarão desempregados. É uma situação de teste para o nosso Governo.

Tenho ouvido muitos comentários de que o nosso Governo está patinando. Penso que em um ano, depois do grande atoleiro do Governo passado naquela região, é difícil enfrentar a situação lá existente. Penso que precisamos nos adiantar, até em novas legislações, para ordenar e fazer com que no próximo ano e na próxima safra não tenhamos o mesmo ambiente em que se encontra o Pará hoje, que não é muito fácil para nós.

Quanto ao desemprego, ao fechamento de empresas, até de pequenas madeireiras que caíram na ilegalidade, temos de admitir que não houve esforço do Governo passado para viabilizar a legalidade. O INCRA no Estado do Pará, nesses 22 anos que estou lá, não documentou terras acima de 100 hectares. E só documentou as terras de 100 hectares nos projetos de assentamento.

Também estamos avançando no debate sobre como documentar as terras, para que os senhores possam legalizar essas propriedades não só para fazer a extração da madeira, mas também para tomar empréstimos para replantar, já que o Brasil importa madeira e não temos um programa de reflorestamento hoje que permita à própria agricultura familiar plantar madeira e conseguir uma aposentadoria verde.

O Documento da Terra é o passo inicial para a legalidade até então no plano de manejo. Os madeireiros daquela região, Ministra, nos disseram que estavam 100% ilegais, mas queriam legalizar sua situação. Encontramos um grande número de empresas que se contentam em ter 2 ou 3 mil hectares de floresta e trabalhar na legalidade.

Portanto, realmente precisamos avançar nesse ordenamento. O Governo do Estado já entendeu que também precisa mudar sua postura, porque, por exemplo, no caso de Porto de Mós, a idéia da criação da reserva Verde para Sempre surgiu a partir do fato de que nem mesmo as terras dos ribeirinhos foram demarcadas pelo ITERPA, durante 8 anos. Então, a alternativa foi propor a criação da reserva. Talvez se tivessem sido demarcadas as terras das comunidades, nem teria surgido com tanta ênfase a idéia da criação da reserva.

Ministra, proponho que seu Ministério lidere cada vez mais esse debate ambiental e fundiário. É claro que esse é o papel do Estado. E no caso do ITERPA é papel do INCRA e do MDA; são terras federais. Mas vejo o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente com uma legitimidade muito grande, porque praticam ações constantemente, todos os dias. Deve haver ação no sentido de ordenar a extração dos recursos naturais, que não são só a madeira.

Proponho que V.Exa. e sua equipe – e aqui reforço aquilo que outros Deputados já disseram – fortaleçam a estrutura do IBAMA na região oeste do Pará. Precisamos, aliás, criar duas gerências. O oeste do Pará representa 50% do território paraense e só tem a gerência de Santarém. De Santarém a Altamira são 500 quilômetros de estrada, que precisam de atenção – e aí é outra preocupação nossa. Poderemos ter uma grande obstrução de estrada se não agilizarmos a liberação de recursos agora, este mês. Mil quilômetros de rodovias poderão ser obstruídos. Hoje, infelizmente, não há uma máquina trabalhando nesses mil quilômetros de estrada de chão.

Esta semana votaremos um projeto de lei na Comissão Mista de Orçamento, que deve liberar em torno de 20 milhões de reais para a recuperação dessa estrada. Já estamos conversando com nosso Governo para empenhar recursos nesse sentido.

Queria fazer outra proposta sobre o pólo Santarém – Itaituba. Discute-se a construção da Cuiabá – Santarém, e até agora não tivemos um debate maior, com a presença de um Ministro do nosso Governo.

Proponho que nos próximos 2 ou 3 meses V.Exa. reserve um dia da sua agenda para que possamos fazer em Santarém, região oeste do Pará, um debate, colocando em pauta a Cuiabá – Santarém, com todos os cuidados ambientais que precisam ser tomados e com tudo aquilo que já estamos discutindo, como o ordenamento daquela região.

Acredito que V.Exa. tem toda a legitimidade neste Governo para iniciar esse grande encontro em Santarém, que reunirá o pólo Transamazônica, Altamira – Itaituba e Santarém – Cuiabá, para promover esse debate com o setor madeireiro, com aqueles que estão na agropecuária da soja e com aqueles outros que reivindicam e defendem o asfaltamento da Cuiabá – Santarém. Sou defensor do asfaltamento das rodovias. Se uma oração fizesse com que, amanhã, as rodovias aparecessem asfaltadas, eu faria essa oração. Mas sei que não é uma questão de prece, mas sim um problema de bilhão de reais que precisamos para fazer aquilo.

Concordo plenamente que não podemos iniciar asfaltamento sem definir o ordenamento fundiário daquela região, porque com certeza a especulação, a grilagem, que já é grande, se tornará sem controle.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Com a palavra a Ministra Marina Silva.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Cumprimento os Deputados que acabam de chegar: os companheiros Júnior Betão, Hamilton Casara, do Estado de Rondônia, e Zico Bronzeado, do Acre.

Vou começar pela questão levantada pelo Deputado Nilson Mourão sobre quais foram as bandeiras e as conclusões do Ministério do Meio Ambiente na Conferência Nacional de Meio Ambiente. Durante os 3 dias em que estivemos debatendo, nos debruçamos sobre temas como biodiversidade, meio ambiente urbano, mudanças climáticas, política nacional de recursos hídricos, agricultura, pecuária e recursos pesqueiros, além de florestas e infra-estrutura na energia e no transporte.

Sobre todos esses temas tivemos um rico debate, nos grupos temáticos, e depois uma plenária final que decidiu sobre propostas em relação a esses temas. Foi abordado esse leque de questões, além de políticas para a estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Portanto, dispomos de material muito rico para essa política ambiental – com controle e participação social – à qual me referia. E estamos estudando com o Governo e setores da sociedade a possibilidade de se criar uma comissão para a implementação das resoluções da conferência. Mas essa implementação passa por um processo de negociação, de avaliação e por uma série de aspectos, em função de que o desafio é fazer com que a política seja de fato transversal.

Em relação às questões formuladas pelo Deputado Babá, uma parte delas eu já respondi.

O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO – Sra. Ministra, faltou a segunda questão. A verdade sobre o desmatamento da Amazônia e quais as medidas que o seu Ministério está adotando para conter o processo.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Geralmente quando chegava o período de divulgação dos índices de desflorestamento da Amazônia, boa parte dos brasileiros ficava apreensiva, aqueles que têm preocupação com a preservação da Amazônia. Também os que estavam à frente das políticas públicas ficavam apreensivos.

Eu, embora não fosse do Governo – aliás, era de oposição no Congresso – , ficava apreensiva por 2 aspectos. O primeiro era o fato de saber que não era justo colocar na conta do Ministério do Meio Ambiente e do seu Ministro tudo o que era feito em relação à destruição da Amazônia, porque na verdade, na hora de anunciar o índice de desflorestamento, era o Ministério do Meio Ambiente que tinha de tomar alguma medida e dar as explicações, mas não era ele que fazia os programas de infra-estrutura na Amazônia; ele apenas licenciava. É claro que o impacto é causado pelas obras de infra-estrutura, pela utilização predatória dos recursos, até mesmo pela falta de instrumentos e meios para fiscalizar e ter uma estrutura melhor.

Sinceramente, eu ficava apreensiva, e minha crítica nunca foi no sentido de colocar na conta do Ministério do Meio Ambiente os problemas. Sempre puxava para essa agenda, que agora estou tentando implementar, de uma política integrada. Esse era o nosso sonho. Era isso que reclamávamos que fosse feito.

Então, de 2000 a 2001, Deputado Nilson Mourão, tivemos um crescimento da ordem de 15% em relação ao que vinha sendo estimado originalmente pelo INPE em relação ao desmatamento da Amazônia. A estimativa era de que seriam 15.787 quilômetros quadrados, e o dado real foi de 18.166 quilômetros quadrados. De agosto de 2001 a agosto de 2002, a previsão, que será confirmada, é de que esse número irá para 25.476 quilômetros quadrados. Esse é um número muito alarmante. Número parecido com esse só tivemos em 1995, quando se chegou a mais ou menos 29 mil quilômetros quadrados de desflorestamento da Amazônia.

Considerando que isso aqui ainda é uma projeção, esse dado poderá ser bem maior. Para ser bem transparente e honesta, nada indica que ele possa ser diferente em relação a 2003, até porque um processo como esse não se reverte de uma hora para outra.

Qualquer insinuação sobre isso ser problema da atual gestão pode ser descartada por pessoa da área. Agora, qual é o cuidado em relação a esses dados? É que de fato o setor produtivo na Amazônia, durante um período, para promover o impacto negativo da expansão da fronteira agrícola, precisou dos financiamentos, dos incentivos fiscais.

Depois, quando obtivemos esse dado de 29 mil quilômetros quadrados, em 1995, época em que o Governo corajosamente baixou medida provisória que elevava de 50% para 80%, tivemos uma queda. Só que esses setores se reorganizaram por sobre o Estado. Não eram mais os incentivos fiscais nem os financiamentos facilitados que estavam promovendo. Eles sofreram o baque no primeiro momento, depois se reorganizaram e, com ou sem Estado, a fronteira agrícola foi avançando, patrocinada das mais diferentes formas, mas principalmente pela madeira. Então, a madeira financiava a expansão da fronteira agrícola. Primeiro o terreno era ocupado como exploração predatória, depois com a pecuária, depois vinha a soja, num terceiro momento.

De fato a situação é muito preocupante, e o esforço que está sendo feito é no sentido de estabelecer políticas integradas dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Regional e do Planejamento, porque sabemos o tamanho do problema que estamos enfrentando. Quando o Presidente Lula decidiu que iria receber os dados e chamar 11 Ministros – dos Transportes, da Agricultura, da Reforma Agrária, de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Integração Regional etc., aqueles coordenados pela Casa Civil – , seu intuito era o de que as ações fossem combinadas, visando ao desenvolvimento, porque se houver apenas instrumentos de comando e controle, vamos fracassar.

De fato o senhor tem toda a razão em se preocupar. Os índices são esses, e não há indício algum de que eles possam ser diferentes em relação a esse nosso primeiro ano de Governo. Todo o nosso trabalho está sendo feito no sentido de que, de forma estruturante e persistente, possamos chegar a 2006 com um quadro alentador. Isso requer uma nova postura da sociedade, dos Governos Estaduais, do setor empresarial.

Quero corrigir algo que disse, porque de fato o Deputado tem razão. Eu me equivoquei quando disse que era tudo ilegal. Não é que seja tudo ilegal, mas sim predatório, 96% são predatórios. Uma parte é legal, mas é predatória, vem da exploração de roçados. Não é esse o caminho que desejamos; só que a oferta legal do bom manejo é insuficiente: é de apenas 4%.

Passo à pergunta do Deputado Babá. As preocupações que V.Exa. levanta em relação à Ilha do Marajó também são nossas. O IBAMA já está trabalhando propostas estruturantes para o manejo de espécies, e não apenas para aquele voltado para as espécies que sofrem pressão. Há um olhar sobre o todo em relação àquele ecossistema.

Quanto à ampliação da fiscalização, embora tenhamos feito um esforço muito grande com a nossa equipe de fiscalização e trabalhado com o Presidente Marcos Barros, só para os senhores terem uma idéia, nessa operação que estamos fazendo no Estado do Pará, encontramos as licenças, os planos de manejo, as ATPFs, tudo jogado numa sala e tivemos muita dificuldade para processar esses dados. Para tanto, foi preciso deslocar equipes do IBAMA que ficaram 3 meses fazendo um levantamento por amostragem.

A partir desse trabalho, avaliou-se que cerca de 184 empresas estão numa situação de total ilegalidade. Esse esforço foi e continua sendo sobre-humano, mas o que queremos é a estruturação do IBAMA, no médio e longo prazo, porque no curto prazo estamos operando com toda a nossa capacidade de intervenção. É claro que também queremos que haja um novo concurso e uma melhor estrutura para o IBAMA, tanto em relação à capacidade de fiscalização do licenciamento, quanto às ações que possam ser não apenas de força, mas também de inteligência e de planejamento, porque não adianta nada criarmos uma celeuma se não formos capazes de dar-lhe uma resposta.

Já dialogando com o Deputado Zenaldo Coutinho, neste momento estamos trabalhando o plano de transição, para sairmos dessa ilegalidade, dessa situação difícil, caótica, e entrarmos no processo virtuoso.

Ontem tivemos uma excelente reunião com o IBAMA e o Governo do Estado – e já estive em reunião na Casa Civil e com o Ministro Miguel Rossetto. Temos a pretensão de fazer uma proposta com o Pará, tanto de transição quanto de estruturação. É uma situação delicada, difícil, e estamos tentando evitar que tudo seja tratado como se fosse ilegal. Trata-se de um setor importante do ponto de vista econômico e social, portanto deve receber tratamento adequado. Mas o tratamento jamais passará sobre a lei, na perspectiva de remoção da legislação para a viabilização de práticas ilegais, como muito bem elencou o ilustre Deputado Zé Geraldo.

Quanto à questão dos pneus, de fato tivemos um problema no início do nosso Governo. O Presidente Lula priorizou a questão do MERCOSUL, e o tribunal arbitral do MERCOSUL tomou uma decisão em relação ao nosso País. O Itamaraty entendeu, naquele momento, que o Brasil não poderia, sendo um dos países de peso significativo no MERCOSUL, passar sobre a decisão do tribunal. Mas trabalhamos – o Ministério das Rela-

ções Exteriores e o do Meio Ambiente – para reverter o processo, tanto é que o CONAMA deliberou uma nova resolução. A partir desse momento ganhamos duas liminares, com a nova resolução do CONAMA em relação à indústria de liminares, para a entrada de pneus usados no Brasil. E estamos resolvendo isso.

O problema é que, quando foi tomada aquela decisão, que na minha opinião foi conjuntural, porque estávamos trabalhando a questão estruturante, para não dar um sinal equivocado sobre a prioridade que o Presidente estava dando ao MERCOSUL, o Brasil continuou trabalhando na direção correta de evitar que o País virasse uma lixeira de pneus usados. Portanto, essa resolução do CONAMA já está contribuindo para que essas liminares, que permitiam a entrada de pneus usados no País, não tenham continuidade. Estamos trabalhando com o Itamaraty para verificar como aquela decisão pode ser revista adequadamente a partir da nova resolução do CONAMA.

Deputado Zé Geraldo, concordo com a idéia de que possamos fazer no Pará a mesma coisa que fizemos em Sinop, no Mato Grosso. Precisamos fazê-lo. Eu já conversei com o Governador Simão Jatene para, da mesma forma como lá foram os Ministros do Meio Ambiente e da Integração Nacional – embora os do Desenvolvimento Agrário e dos Transportes não tenham comparecido porque o Miguel Rossetto esteve com os sem-terra em Brasília e o Anderson Adauto teve outro compromisso – , agendarmos uma reunião no Estado do Pará, com as mesmas bases.

O importante é receber da sociedade e dos seus mais diferentes segmentos as contribuições. Chegamos a discutir em Sinop a criação – da mesma forma que haverá um consórcio para viabilizar recursos para fazer a estrada – de um consórcio para que as ações de ordenamento territorial e de criação das unidades de conservação referentes à gestão ambiental, sejam cumpridas também com os mais diferentes setores da sociedade.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Com relação à nascente do Xingu, apresentei uma preocupação, Ministra.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Estive em São Félix do Araguaia, não no Xingu. Mas estamos trabalhando nisso e já conversamos com o Secretário Gilney Viana.

Quando estivemos em Sinop, uma das questões que saiu dos movimentos sociais foi a mesma proposta que V.Exa. apresenta em relação às cabeceiras dos rios. É claro que se trata de uma ação que envolve os Governos dos Estados, mas a União trabalhará nisso, porque a questão é fundamental. Precisamos de um programa de recuperação de mata ciliar, de proteção das cabeceiras dos rios e também de criação de unidades de conservação, porque de fato isso poderá levar a uma situação grave em relação à vida do rio.

O SR. DEPUTADO BABÁ – Ministra, peço licença a V.Exa. para me retirar porque precisarei ir a outra Comissão. Agradeço a V.Exa. a presença e também as respostas às questões apresentadas.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Obrigada, Babá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Iniciando o segundo bloco de oradores, concedo a palavra à primeira oradora, Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento a nossa companheira Senadora e Ministra Marina Silva.

De certa forma V.Exa. abordou, como um dos feitos positivos dessa parceria do Ministério com o INCRA, a questão dos assentamentos florestais. Neste ano completamos 15 anos sem Chico Mendes. Preferimos lembrar como Chico vivia. Acredito que, se Chico Mendes estivesse presente hoje nesta reunião, ele estaria comemorando conosco essa proposta de assentamentos florestais, porque é uma forma de aproveitar o local onde o cidadão mora, valorizando esse ambiente florestal, fazendo os assentamentos de acordo exatamente com a realidade daquela pessoa.

Ouvi a reclamação de V.Exa. quanto às brincadeiras e piadas de mau gosto acerca do projeto da biodiversidade: diziam que no Ministério do Meio Ambiente só existem ambientalistas. Acredito que isso deva ser visto como um elogio, exatamente porque lá é o lugar deles. Ainda bem que no Ministério do Meio Ambiente não estão os madeireiros que exploram ilegalmente o nosso mogno e as madeiras brasileiras, que não estão lá os exploradores de minério das terras indígenas. Estão lá exatamente os ambientalistas preocupados em traçar a política ambiental, o que o Brasil precisa fazer. Ainda bem que o Ministério do Meio Ambiente é exatamente o retrato da preocupação com o meio ambiente.

Tenho usado em alguns momentos e visto uma frase sua que diz o seguinte: “Queremos sair da fase do ‘nada pode’ e entrar na fase do ‘como podemos fazer’ para usar os recursos naturais da floresta, do meio ambiente”.

Alguns se aproveitam disso e dizem o seguinte: “Está vendo? Até a Ministra já se deu conta de que tem que explorar”. Embora saiba que não é exatamente isso, como alguns tentam afirmar, queria que a senhora traduzisse esse seu pensamento.

Outra questão é que tenho escutado de muitos companheiros nossos, seus também, de muitas pesso-

as que militam nas ONGs, a opinião de que a Marina está "se queimando" no Ministério do Meio Ambiente, e deveria voltar para o Senado, porque o Governo não está muito preocupado em cumprir políticas para o meio ambiente, nem tem dado respostas à questão ambiental, e de que outros Governos foram melhores nessa questão.

Particularmente, acho que a senhora não está lá, Ministra, no Ministério do Meio Ambiente, por um projeto pessoal. Sempre digo : "Ainda bem que a Marina está no Ministério do Meio Ambiente!"

Também sou daquelas que, mesmo na base do Governo, sabe que o nosso Governo está deixando a desejar tanto na questões ambiental e indígena quanto em outras questões. Mas queria exatamente ouvir a sua opinião acerca do assunto, essa sua insistência em se manter no Ministério do Meio Ambiente, em que pesem algumas opiniões e propostas suas, de certa forma, não terem muito eco dentro do Governo.

Como seria o Governo Lula sem essa visão hoje no Ministério do Meio Ambiente? E por que ser tão insistente e continuar nessa divisão de tarefas, nessa preocupação com o Governo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE – Sra. Ministra Marina, quero parabenizá-la pela exposição, na Comissão da Amazônia, a respeito da forma como está conduzindo as ações do Ministério de Meio Ambiente, dentro do princípio da transversalidade. Sozinha, a senhora, com certeza, não conseguiria chegar ao lugar para onde está caminhando.

Quero dizer-lhe algumas coisas, sem bajulação. Este é o primeiro ano de um Governo que pretende ser inovador, pretende considerar este País de dimensões continentais com a especificidade de cada uma das regiões. A senhora, que como eu é amazônida, sabe que a nossa região foi relegada ao longo de muitos Governos nos vários aspectos das políticas públicas. Como diz o dito popular, acho que Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez isso tenha feito com que o nosso meio ambiente – o ecossistema, nossa biodiversidade – tenha se mantido como está até agora. Que nós possamos, a partir do momento da sua entrada, que valorizo muito, no Ministério do Meio Ambiente, trabalhando com seus colegas, implantar outro tipo de política.

Sei que a senhora não trabalha só com a Amazônia, e não quero que aconteça com a nossa região o que ocorreu com a Mata Atlântica. Com certeza, não só o seu Ministério, mas também outros Ministérios têm políticas para a Mata Atlântica. Mas quero puxar para o meu quintal, dentro do princípio da transversalidade da ação conjunta dos órgãos com os quais a senhora trabalha, dizendo inicialmente que o Amapá tem um zoneamento ecológico e econômico já realizado, e muito bem realizado. Aliás, ele se destacou durante os últimos 10 anos por haver realizado esse projeto de fundamental importância e que não foi levado em consideração pelo INCRA, por exemplo, para fazer os assentamentos, que acredito que daqui para a frente serão feitos de forma diferente.

Quero apontar para a senhora, Ministra, o Ministério de Meio Ambiente como norteador de políticas, entre outros Ministérios, junto com a EMBRAPA, no meu quintal, que é o Amapá. A EMBRAPA nacional indicou diretor da EMBRAPA local o Sr. Arnaldo Bianchetti, que há 15 ou 20 dias realizou um seminário sobre biodiversidade, ocasião em que fez apologia da entrada da soja no meu Estado, onde não entrou nem a soja convencional ainda. Graças a Deus, mais uma vez, o Amapá fica do outro lado do Rio Amazonas, então as questões chegam mais lentamente. Lá, o chamado "progresso" – entre aspas – chega dessa forma. Não há soja convencional, nem há soja transgênica, nenhum tipo.

Ministra Marina, como sei que a senhora atuou na elaboração do projeto da biodiversidade, tenho esperança de que esse produto, que é exótico para a minha região, não chegue lá. A senhora apontou reservas, mas vamos considerar o Amapá como uma reserva aonde não chegou esse produto. Gostaria que a população do Amapá contasse com seu apoio para que isso acontecesse.

Continuo falando sobre o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA. Há um mês, voltávamos de uma viagem do Oiapoque, extremo norte do Brasil, junto com o Senador Capiberibe, que foi Governador por 2 mandatos, e vimos duas carretas cheias de árvores imensas paradas na Polícia Rodoviária Federal. O Senador parou e pediu as ATPFs. O funcionário do IBAMA tratou-o com muita insolência, dizendo: "Eu me admiro muito, porque, quando o senhor foi Governador, nunca se preocupou com isso." Ora, não havia esse tipo de situação quando Capiberibe foi Governador do Amapá. Ele se comunicou imediatamente com a Polícia Federal em Brasília e no Estado do Amapá, em virtude da falta de respeito na situação a que foi submetido. Eu estava presente e os seguranças dele também, e assistimos ao que aconteceu.

A partir daí, pode ter sido coincidência, mas aconteceu o que a senhora apontou na sua exposição, uma operação da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, em que estão sendo apreendidas inúmeras carretas no meu Estado e acredito que em outras regiões.

Não tenho informações de outros Estados da minha região. Essas carretas atuavam de forma ilegal, com as ATPFs em branco. Esse é um problema sério que eu gostaria de trazer ao seu conhecimento.

Com respeito ao Ministério do Meio Ambiente e ao Governo do Estado do Amapá, sobre a madeira, queria dizer – a Ministra já sabe disso – aos colegas Deputados, a todos aqueles que assistem a esta audiência pública tão importante, que no Amapá chegou-se a trabalhar, durante o programa de desenvolvimento sustentável, de 1995 até o início de 2002, o desenvolvimento sustentável com a nossa biodiversidade, incluindo a madeira e os minérios como projetos polêmicos, mas que têm de estar inseridos em um programa de sustentabilidade. Chegou-se a negociar com grandes empresas fabricantes de papéis que fazem o plantio extensivo de pinus e eucalipto para que, em negociação intermediada pelo Governo, forneçam madeira para os moveleiros do Estado e invistam na plantação de florestas produtivas, porque há muito desmatamento. Em relação aos roçados, é possível que sejam implantados plantios comunitários de árvores que sirvam para a produção moveleira e de fabricação de outros produtos, bem como sistemas agroflorestais, juntamente com o plantio da monocultura da mandioca ou outros.

Sabe V.Exa, Sra. Ministra, que na Amazônia somos tradicionalmente extrativistas. Isso foi levado em consideração durante o Governo de Capiberibe, do PSB. Nos 3 últimos anos houve o desenvolvimento do Estado com um salto do extrativismo para a atividade industrial. Houve agregação de valor na comunidade local ou no distrito industrial de uma infinidade de produtos de nossas matas.

Foram implantadas 12 agroindústrias dentro dessa nova concepção. É claro que isso foi induzido pelo Governo, pois as cooperativas não tinham dinheiro e, naquela época, BNDES, SUDAM, BASA, ninguém queria financiar uma cooperativa.

Acredite, Sra. Ministra, as agroindústrias foram implantadas obedecendo a todas as exigências de uma cadeia produtiva, incluindo a alfabetização segundo o Método Paulo Freire, de acordo com a realidade local, a fim de que essas cooperativas obtivessem sucesso. Entretanto, o Governo seguinte abandonou o projeto, deixou de colocar o batalhão ambiental, e a incubadora de empresa parou de funcionar. O Ministério que V.Exa. representa é muito importante e está presente na ação dos batalhões ambientais e estaduais para inibir a ilegalidade.

Preocupa-me também a ação do Ministério do Meio Ambiente com a Marinha, em relação às capitanias dos portos locais. Temos no Amapá 600 quilômetros quadrados de costa amazônica e oceânica, onde há a biopirataria de tubarão, camarão rosa e outros pescados por parte de outros países. Devemos enfrentar esse problema porque já não se trata da pequena, mas da grande pesca, pois os navios são de grande calado. O Brasil não tem condições de acompanhar esse processo. Enquanto isso, nossos tubarões vão embora e se tornam ingrediente de sopa, como a sopa de barbatana, no Japão etc.

Sra. Ministra, agradeço esta oportunidade de falar sobre essas questões. Há outras, como a de Chico Mendes, que desejo lembrar. Estou lutando em meu partido para que, no dia da sessão solene solicitada pela Deputada Perpétua, eu possa usar da palavra e lembrar o modelo de Chico Mendes, que adotamos no Amapá. Lutamos para que ele continue na Amazônia, e V.Exa. é uma grande lutadora dessa causa, tanto no Senado quanto no Ministério.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Com a palavra o Deputado Anselmo.

O SR. DEPUTADO ANSELMO – Sra. Ministra, em anos passados participei do Movimento dos Atingidos por Barragens, na Amazônia, e daquele episódio de Tucuruí, de Balbinas, de Samuel, além da manifestação contra a construção de grandes barragens na Amazônia, como Santo Antônio, Belo Monte e Ji-Paraná. Na qualidade de membro do Governo, muitas vezes sou abordado por pessoas e pela imprensa por retomar essa discussão e alguns projetos. Digo sempre que acredito neste Governo, que ele é responsável e que serão elaborados os projetos, evitando-se que ocorram os mesmos episódios do passado.

Tive a triste sorte de ver, na imprensa de Rondônia, notícia de que houve uma audiência pública com a participação de um diretor de Furnas, de cujo nome não me lembro, segundo a qual continua a existir o mesmo discurso de governos anteriores, inclusive o hábito militarista de implantar mudanças de cima para baixo. Houve em Rondônia uma intervenção do IBAMA, por intermédio do Gerente Osvaldo Pitaluga, que levantou uma série de questionamentos a respeito da construção do grande projeto de barragem no Rio Madeira.

Em seguida, o diretor de Furnas tratou-nos como se fôssemos moleques – apesar de fazermos parte de uma Comissão presidida pela Deputada Vanessa Grazziotin, que analisou a questão da matriz energética da Amazônia e teve conhecimento dos grandes projetos que o Governo quer construir na região – e como se aquilo fosse uma brincadeira, ou seja, a barragem será construída, pronto e acabado.

Lembrei que naquela época eu fazia parte do Movimento dos Atingidos por Barragens. Quero continuar

acreditando neste Governo, mas a postura daquele diretor de Furnas deve mudar. Sei que o Ministério tem um papel fundamental para o diálogo, portanto peço a V.Exa. que nas reuniões do Governo lembre aos participantes que a democracia está acima de tudo e que devemos desenvolver grandes projetos com responsabilidade.

Sra. Ministra, também é importante o zoneamento do Estado, e o de Rondônia está pronto. Por desvios do Governo do Estado, cometemos alguns equívocos, ferindo a Lei Maior sobre o CONAMA. Sabemos que essa luta se vem arrastando por longos anos, e este é um momento propício para resolvermos isso. Como V.Exa. lembrou, na última vez toda a equipe técnica do IBAMA esteve presente, e em linguajar popular podemos dizer que parece que encontramos o caminho das pedras para resolver aquilo.

No sábado passado, tivemos um encontro com mais de 300 pessoas e houve grande consenso. Portanto, peço a V.Exa. que reúna essa equipe técnica nas duas próximas semanas e não deixe para resolver essa questão no próximo ano. Esse é um esforço que nossa bancada tem feito e há consenso dentro do próprio Governo nesse sentido.

Também quero parabenizar a equipe técnica que esteve em Rondônia para debater a questão do setor madeireiro. O INCRA esteve dialogando sobre a questão fundiária do Estado, e se formaram vários grupos de trabalho.

Estive em Buritis, segunda-feira, quando nos reunimos com representantes do setor madeireiro. Houve uma aproximação muito grande desse setor, até porque não houve espaço para diálogo com o Governo, que, no entanto, reconhece sua importância. Ao chegarmos à reunião, as pessoas que nos abordavam diziam: “Esse setor vai te trucidar lá dentro”. Quando apresentamos a proposta do Ministério, do Governo, e dissemos que não queríamos o fim desse setor, ressaltando sua importância para o País, os madeireiros colocaram-se à disposição para avançar, principalmente na questão do zoneamento.

Portanto, gostaríamos que os grupos de trabalho formados pudessem avançar no sentido de enfrentar a burocracia do Governo que, de certa forma, é preocupante. Sabemos que é necessário sinalizar maior agilidade. Peço a V.Exa. que nos ajude nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, Sra. Ministra Marina Silva, em seu nome, cumprimento também o Prof. Marcus Barros, Presidente do IBAMA, a quem parabenizo pelo excelente nível de sua competente equipe – Hummel, Rômulo, Nilvo, Flávio, Capobianco, Carlos Vicente, Nilo – que tem estado conosco com freqüência, Zimmerman, Bruno, Cecília e Jaura que se encontram presentes.

Sra. Ministra, parabenizo V.Exa. pela integração que vem promovendo do Ministério do Meio Ambiente com outros Ministérios, de extrema importância, visto que normalmente o orçamento da área ambiental é muito pequeno em relação ao de outras Pastas. Existe uma desproporção principalmente entre as áreas de produção e de meio ambiente. Buscar a integração é medida muito inteligente.

Outra questão é o princípio federativo, que tão bem V.Exa. vem implementando, levando a mudanças na maneira de se executarem políticas, programas e projetos. Como bem disse V.Exa., vamos fazer uma política com o Pará, e não para o Pará. Esse gesto, sem dúvida, muda a regra e resgata o princípio federativo, que muitas vezes esquecemos. Freqüentemente, queremos levar de Brasília para Estados e Municípios políticas que desrespeitam biomas, ecossistemas, bacias hidrográficas.

Parabenizo também V.Exa. pela forma corajosa com que vem quebrando o dogma existente em relação às taxas de desmatamento. Ao longo dos anos, vimos que toda vez que elas são apresentadas há um frisson, principalmente na Casa Civil, que serve para a criação de tendências e para firmar posições nos planos nacional e internacional. Sabemos que a taxa de desmatamento é fato com que temos de nos preocupar, mas não é o cerne da questão. Isso é periferia que até hoje tem servido para compor o discurso de muitos. V.Exa., com muita coragem e de maneira madura, tem enfrentado e discutido essa questão. Entendemos que tanto nacional quanto internacionalmente é necessário haver uma inversão.

Como foi muito bem lembrado por V.Exa., tivemos a conferência realizada em 1972, em Estocolmo, e a de 1992, no Rio de Janeiro. Lembro a conferência que V.Exa. realizou e sua importância como o terceiro elo para a consolidação dos princípios. Espero que não sirva apenas de ligação internacional, mas que a partir dela sejam criados conceitos que nasçam dos nossos biomas e ecossistemas. Vejo que V.Exa. olhou estrategicamente para o futuro, quando pensou exatamente na preparação de um segundo momento da agenda ambiental brasileira, com a realização desta conferência.

Tenho percebido que as ações de V.Exa., tanto em âmbito local, estadual, regional quanto nacional, têm-nos dado a oportunidade de começar a interferir naquilo que é muito importante. Conhecemos a história de V.Exa. nessa área, sabemos da sua grande luta

no sentido de reorientar os instrumentos econômicos para a busca da sustentabilidade. Passamos a permear essa transversalidade, muito bem apresentada por V.Exa.

Já se começa a mexer no eixo, na equação que estava invertida: a área ambiental era considerada um empecilho ao desenvolvimento, quando, na realidade, nos faltava cultura. Trata-se de uma política recente com relação a outras políticas matriciais. Realmente, V.Exa. nos dá a oportunidade de perceber isso no momento em que cita, com muita sabedoria, a passagem de bastão de outras gestões, que consolida com muita lucidez. Vejo que com essa inversão dos instrumentos econômicos – refiro-me ao Orçamento – o Governo promove mais desordenamento do que propriamente ordenamento, justamente por não trabalhar com esses instrumentos que interferem na economia. Com muita propriedade, V.Exa. demonstrou essa busca incessante da integração para utilizar da melhor forma o Orçamento do Governo.

O Deputado Babá lembrou-se com precisão, acompanhado posteriormente pelo Deputado Zenaldo Coutinho, do papel de profeta assumido por V.Exa.: olhar para trás para construir o futuro. Percebo que as políticas passadas, que não observavam a variável ambiental, acumularam passivos ao longo de mais de duas décadas e ainda continuam acumulando. A questão da grilagem de terra, por exemplo, deve ser levantada. Devo dizer a V.Exa., membro do Governo, que o relatório da grilagem de terra produzido por esta Casa deverá prosperar para que os cartórios comecem a sanear e não dificultem o trabalho do IBAMA e do INCRA.

Tenho muita satisfação em dizer que V.Exa. anuncia o aumento de escala. Saltamos de 2 mil pequenas propriedades que praticam o manejo comunitário para 30 mil. Essa escala fará a diferença, com certeza. A agenda de conservação para o bioma amazônico envolve a construção de alianças. O manejo sustentável, seja da floresta, seja dos recursos pesqueiros e de fauna, seja do turismo nas unidades de conservação de uso direto, contribuirá enormemente, com certeza.

Solicito a V.Exa., Sra. Ministra Marina Silva – - mesmo não estando na sua Pasta – , maior empenho quanto à questão indígena, que já tem sido histórica neste Governo. Nas últimas semanas, esta Casa começou a debater com algumas lideranças indígenas o compromisso que o Governo deverá ter com a questão indígena, principalmente no que diz respeito à integridade das reservas, à demarcação, à permanência nas suas áreas e, acima de tudo, a uma política que, como V.Exa. bem disse, seja construída com os povos indígenas e não para os povos indígenas. Esse equívoco praticado, muitas vezes não por culpa do seu Governo ou de V.Exa., é histórico. Desde 1500, ele vem criando dificuldade.

Como o processo de desenvolvimento não pára pela vontade dos povos indígenas, tampouco por aqueles que trabalham por eles, segue uma lógica da dinâmica da economia mundial. Sendo assim, entendemos que devemos ter essa equação invertida com uma reação a partir dos povos indígenas. Do contrário, eles serão eternamente pressionados e vítimas do processo.

São essas as considerações que faço.

Agradeço a V.Exa. pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Esta Presidência abrirá uma exceção, incluindo na lista de inscrição o nome do nobre Deputado Valdenor Guedes, para que S.Exa. não fique sozinho no segundo bloco de perguntas à Sra. Ministra Marina Silva.

Com a palavra o nobre Deputado Valdenor Guedes.

O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES – Sr. Presidente, Sra. Ministra, nobres colegas, minhas saudações.

Sra. Ministra, agradeço a V.Exa., de público, por sua participação nesta reunião da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional. Aqui aprovamos requerimentos de convite e de convocação. Tenho certeza absoluta de que V.Exa. os atenderia.

Sra. Ministra, temos no Brasil, especialmente na Amazônia, aquilo que é real e ideal. Em 1991, fiz um pronunciamento afirmando que faria a opção por energia nuclear, pois sabia da enorme dificuldade de construirmos hidrelétricas no País. Naquele tempo, mais de 12 milhões de pessoas não usufruíam de energia elétrica.

Um dos temas que mais tenho discutido nesta Casa é o da energia alternativa, visto que o nosso combustível fóssil, petróleo e carvão, pela constância de uso, daqui a 50 ou 60 anos, estará esgotado. Então, precisamos criar alternativas. Temos feito grandes estudos e, acima de tudo, elaborado estratégias não somente para a Amazônia, mas para todo o Brasil. Que todo o mundo siga o exemplo da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, que há poucos dias debateu sobre o tema energias alternativas. Logicamente, trabalhamos com métodos de obtenção de produção de energia alternativa, como a hidrelétrica, a eólica, que é ideal para a Amazônia, e a solar, que ainda é muito cara para nós. Se tivéssemos mais tempo para debater cada uma delas, seria muito bom. Inclusive, esse é um ponto importante e foi questão de debate nesta manhã.

Devo lembrar que, quando fui fiscal do meio ambiente, há alguns anos, encontrei muitas dificuldades

nas áreas de garimpo, da agricultura, principalmente a agricultura de massa, mas na área hidrelétrica tive condições de fazer estudos e liberação de estudos de impacto ambiental. No entanto, deparei-me com um problema muito grave, para o qual gostaria que V.Exa. atentasse.

Sempre temos dificuldades de levar à frente projetos no campo devido às grandes mudanças que lá ocorrem. Geralmente, quando as pessoas que estão no campo, na área do garimpo, de desmatamento, se mudam para as cidades, por meio de projetos sociais, como o do INCRA, provocam inchamento nas cidades e trazem problemas sociais gravíssimos, como mão-de-obra despreparada e desqualificada. Muitos pais passam dificuldades com seus filhos. Precisamos fazer com que as pessoas, principalmente os fiscais desses programas – e incluo o Deputado Hamilton Casara, que foi Presidente do IBAMA, além de representantes de outros órgãos ambientais – , trabalhem no real e não no ideal, a exemplo do que vimos ocorrer durante muitos anos.

Qualquer animal ou área valia muito mais do que qualquer ser humano. O ser humano levou essa instabilidade grande à Amazônia, ao Brasil e ao mundo. Precisamos fazer com que esses projetos sejam dimensionados.

Fui fiscal de uma área do garimpo, onde milhares de pessoas trabalhavam. Exigíamos que as empresas mineradoras atentassem para o lado ambiental. Podíamos até fechar, com a autoridade que tínhamos naquele tempo, alguns empreendimentos. No Jari, por exemplo, há uma usina de polpa de celulose. O papel não polui. O que polui é a obtenção da polpa, que causa problemas gravíssimos. Mesmo assim, não queremos fechá-la. Queremos que eles atentem para o problema e cuidem da área, fazendo investimentos de despoluição dos rios, do solo e do ar. Nesse sentido, há problemas seriíssimos sobre os quais quero conversar com a Sra. Ministra daqui a alguns dias.

Sra. Ministra Marina Silva, outro problema sério debatido aqui diz respeito ao desmatamento da Amazônia. No nosso Estado, o Amapá, o desmatamento foi praticamente dobrado, trazendo conseqüências danosas.

Quando eu era professor, sempre explicava aos meus alunos as conseqüências de uma árvore cortada: há incidência do foco de luz no solo, fazendo com que seque e diminua o poder de absorção dos nutrientes, fazendo com que se inicie uma pequena erosão. Os nossos rios da Amazônia, por exemplo, devido ao assoreamento, sentem essas conseqüências: estão diminuindo a sua calha e se transformam em extensas praias. Devido a tudo isso, acredito que o Ministério do Meio Ambiente trabalhe fortemente com o Ministério das Cidades e com o INCRA.

Outro problema seriíssimo que estamos enfrentando na nossa Amazônia é que estão culpando pessoas que nada têm a ver com essa história.

Estima-se em 12 milhões de hectares a área desmatada no Brasil. Por isso, Sra. Ministra, temos de atentar para a energia renovável, para os combustíveis renováreis, como o álcool, a fim de produzir hidrogênio e metano para abastecer as nossas casas e desenvolver a nossa região, o nosso Brasil, o nosso mundo. O trabalho de V.Exa. no Ministério do Meio Ambiente e dos órgãos ambientais deve ser imparcial, técnico-científico no sentido de levar benefícios à sociedade.

Os nossos técnicos não podem agir de maneira muito rigorosa, agressiva nas causas ambientais da nossa Amazônia, Deputado Hamilton Casara. Falo isso com conhecimento de causa, porque sei que os nossos técnicos não olham para o lado social. Eles se preocupam apenas em multar, mas não queremos que seja assim. Não temos condições técnico-científicas de resolver o problema, de uma hora para outra, no momento de decidir quem ocupará aquele espaço na área social, quando se atinge uma madeireira. Milhares de pessoas sofrem com tudo isso. Não concordo com esse procedimento, porque esse lado social não resolvido aumentará a violência e trará dificuldades em todos os sentidos.

Sra. Ministra Marina Silva, parabenizo-a pelo seu trabalho. Não tenho nenhuma pergunta a fazer, mas peço a V.Exa. que tenha cuidado com o lado social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Com a palavra a Exma. Sra. Ministra Marina Silva.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Sr. Presidente, creio que as considerações feitas pela nobre Deputada Perpétua Almeida foram mais no sentido de me dar a oportunidade de dialogar com algum tipo de abordagem que vem sendo feita em relação à política ambiental do nosso Governo. Não tenho dúvida de que o que está sendo feito no Governo do Presidente Lula é inovador e inédito. É a primeira vez que se tem um esforço de governo quanto à política ambiental integrada.

Aceitei o desafio de assumir a Pasta do Meio Ambiente, convite feito pelo Presidente Lula, que me encheu de alegria e orgulho, porque sabia que teríamos de fazer a mediação entre as questões estruturantes e emergenciais. A opção que fizemos no Governo foi a da política estruturante. Seria muito fácil realizarmos algumas ações para ganhar relevo de mídia por algum tempo, mas depois seriam desconstituídas. Ninguém poderia seguir o caminho que tomamos sem a chancela do governante maior.

No Senado, quando acertávamos um grande projeto, como os da Comissão de Combate à Pobreza, da biodiversidade, o Programa Amazônia Solidária, dentre muitos interessantes, algumas pessoas costumavam dizer que aqueles eram projetos da Senadora Marina Silva e não do PT. A política integrada, por exemplo, não é uma política da Ministra Silva, mas do Governo do Presidente Lula. Eu jamais teria condições de dizer: "este ano será assim". Os meus antecessores também pensavam assim, mas faltava a concertação, como disse o nobre Ministro Tarso Genro, da política de Governo.

Eu jamais poderia, unilateralmente, dizer que neste ano os dados sobre desmatamento da Amazônia serão colocados na Internet, para que todas as pessoas deles tomem conhecimento; que este ano realizaremos um seminário com a sociedade, universidades, centros de pesquisas, ONGs, EMBRAPA, INCRA, setores do Governo e outros que lidam com a questão do desflorestamento, para desenhar cenários, avaliar, apresentar propostas para que o Governo oriente melhor sua tomada de decisão. Eu jamais poderia, unilateralmente, dizer que este ano não ficarei aqui sozinha dando explicações sobre desmatamento, mas que todos nós, Ministros Miguel Rossetto, Ciro Gomes, fulano e beltrano, estaremos discutindo aqui, porque esse problema é nosso. Não. Essa foi uma decisão do Presidente Lula e não minha.

Essa política não está pronta. O Governo tem a consciência de que ela está sendo construída. Estamos pedindo parceria com os formadores de opinião, governos locais, estaduais, do setor empresarial e dos nossos parceiros das ONGs, para que essa política seja exitosa. Devemos ter a humildade de saber que uma política dessa envergadura não será uma ação isolada de Governo ou de Ministério, mas ela está em construção.

Na área ambiental, estamos trabalhando para a formulação e articulação de políticas, mas essa é uma decisão que dialoga com outros setores de governo, porque, quando um não quer, dois não brigam ou não se beijam.

Eu estava planejando uma visita aos Ministros, quando o Ministro Miguel Rossetto foi ao meu gabinete e disse, à moda gaúcha: "Bah, tchê, não quero fazer essa reforma agrária doida, como sempre foi feita na Amazônia. Ajude-me a fazê-la de forma correta". A partir daí, começamos a trabalhar numa agenda.

Quando fomos ao Acre, o Presidente Lula poderia muito bem ter tratado isoladamente com cada Governador sobre os problemas da ADA, SUDAM e SUFRAMA. É claro que S.Exa. assim o fez, mas saiu com a determinação de que queria um programa de desenvolvimento para a Amazônia. S.Exa. queria sair da política do pires na mão, da política pontual, e ir para a política estruturante. O nosso Ministério, por intermédio da Secretaria da Amazônia, da Secretária Maria Alegrette, de outras Secretarias e do Ministro Ciro Gomes, assumiu o desafio. Fomos delegados pelo Presidente Lula. Quando a Ministra Dilma Rousseff decide que o modelo de política energética considerará a variável ambiental no planejamento das ações de produção de energia no País, essa é uma ação de Governo.

Meu desafio é fazer com que essa política seja vitoriosa, mas não estará realizada em 4 anos. Há uma série de processos na Amazônia que não se resolve de um dia para outro. Temos de criar as condições. Há 2 milhões de hectares de áreas desflorestadas abandonadas no Mato Grosso que podem ser utilizadas de forma intensiva numa parceria com o Governo do Estado. O Governador Blairo Maggi está buscando essa parceria também. Estamos sabendo que temos um dever de casa a fazer. E o crédito? E a assistência técnica? E as ações indutoras desse novo processo, para que ele se torne viável?

Quero agradecer à companheira Perpétua Almeida, que me deu a oportunidade de me expressar com relação a essa história de que, na época, quando acertava, era eu, quando errava, era o PT. É claro que há problemas. Como começar algo inovador sem tensão? Essas máquinas nunca operaram juntas. Estamos começando, mas elas precisam estar na mesma engrenagem. Haverá problema, inclusive de concepção. Não tenho medo das divergências. Aliás, pela primeira vez, a questão ambiental foi para perto do Governo. Antes era decidido em algum lugar. Recebíamos o projeto de lei, a medida provisória ou o decreto e não tínhamos muita condição de interferir.

Lembro que, em muitos momentos, nós, no Congresso Nacional, Fernando Gabeira, Marcos Afonso, Gilney Viana e outros parceiros, dávamos sustentação à política ambiental, que não tinha sequer base aqui dentro. Certa vez fui a Rondônia para uma audiência pública sobre ampliação da reserva legal num desses locais que fazem rodeio. Eu era a única que defendia o projeto do Governo. Todos os Deputados eram contra. Fui vaiada, jogaram chapéu, boné etc. Mas eu estava ali defendendo a proposta. Por ser do Fernando Henrique, eu ia dizer: a proposta não presta, não vale nada, não vou defender? Ela estava correta. Eu fui lá para ser vaiada, porque entendia que a proposta estava correta. Hoje estamos trabalhando em Rondônia para validar o zoneamento ecológico e econômico, num esforço dos Deputados, da sociedade civil. Parece-me que o próprio Governador já está bastante sensível a resolvermos o

problema, mas cumprindo a lei, respeitando a medida provisória daquela época, que estava correta.

Nossa política precisa ser vitoriosa. Quando há problemas e divergências, ela é tratada dentro do Governo. A questão dos transgênicos foi polêmica? Sim, mas o Presidente Lula criou um grupo com 11 Ministros para discutir os transgênicos. O projeto de lei que veio a esta Casa é do Governo e foi debatido com 11 Ministros, sendo que a decisão foi tomada pelo Presidente da República, que, depois de um debate muito interessante, disse: "É esse o projeto de biossegurança que é bom para o Brasil".

Quanto ao desmatamento, disseram que o Presidente não queria nem saber de desmatamento da Amazônia; que isso deveria ficar com o Ministro; que dessem alguma desculpa; que elaborassem alguma medida provisória; que tirassem isso de perto dele, pelo amor de Deus, pois causaria repercussão internacional negativa.

O Presidente Lula chamou 12 Ministros, Governadores e ONGs para discutir o desmatamento da Amazônia, para criar o constrangimento ético para todos nós, para Estados, Prefeituras, pesquisadores, Ministra do Meio Ambiente, Presidente da República, sociedade. Do jeito que está não pode continuar, senão a Amazônia vai virar a Mata Atlântica.

Esse esforço não está dado a priori nem estou cantando vitória antes do tempo. Se alguém será vitorioso, caso essa política for exitosa, chama-se sociedade brasileira. Essa política não é do Ministério nem do Governo, mas do País. Nada grandioso é feito por uma pessoa. Quando algo é bom de verdade, há vários autores, em vários momentos. Esse é o nosso esforço.

Estamos pedindo ajuda. Graças a Deus, está começando a haver resposta não só pelo nosso apelo, mas porque as pessoas já estão vivendo o problema. O Governo do Pará está querendo fazer o zoneamento, o ordenamento territorial; estamos dialogando com o pessoal do ITERPA sobre a saída para a crise da madeira, no Estado do Pará; estamos negociando no Estado de Rondônia. Até o final de fevereiro estamos com uma agenda para resolver o problema da madeira, o envolvimento dos nossos Deputados, que vão lá, negociam, expõem-se, porque às vezes é muito fácil fazermos o discurso que agrada às bases, mas isso não é sustentável.

Já fiquei 4 anos sem poder andar na metade do meu Estado, porque defendi uma coisa que pensavam que não estava correta. Todo mundo, na época, achava que deveria defender do jeito que o povo queria, mas eu sabia que só podia fazer a estrada se demarcassem a terra dos índios, se criassem as unidades de conservação. Eu dizia que para fazer a estrada precisava de tudo isso. Portanto, diziam que eu era contra a estrada, contra o desenvolvimento, que queria acabar com o Acre. Então, eu não podia nem aparecer na metade do Acre. Graças a Deus, hoje está sendo feito da forma correta e está inspirando o que queremos fazer na BR-163, com esforço de todo mundo. Vamos fazer em Santarém.

Não foram feitas mais perguntas, apenas abordagens. O Deputado Anselmo fez um apelo para que retomemos as negociações. É o que estamos fazendo. A reunião que S.Exa. me disse que houve é muito importante para nós e cria base social para essa proposta do bem. Não nos devemos intimidar e deixar de disputar. Façamos a aeróbica do bem. Se o sujeito tem uma musculatura do bem, por que colocar o mal na veia? De jeito nenhum. Faremos uma discussão mais constitutiva.

Quero falar sobre a Operação Pará. Alguém retomou essa discussão e disse que só estamos tomando ações de fiscalização e pensando na questão social. Estamos imbuídos na integração da questão social com a econômica e a ambiental.

O IBAMA, na Operação Pará, já apreendeu 30 mil metros cúbicos de madeira. Foram vistoriados 12 planos de manejo, nos quais constatamos inúmeras irregularidades, como acavalamento e exploração de madeira fora da área autorizada. Conseguimos fiscalizar 10 serrarias e aplicar multas de 4 milhões de reais. Temos prazer em fazer isso? De jeito nenhum.

Gostaria que estivéssemos agora trabalhando na implementação do treinamento, da assistência técnica para quem quer fazer o bom manejo, fazendo com que pequenos, médios e grandes produtores se enquadrem nesse novo padrão que estamos buscando. Não adianta acharmos que a Amazônia pode tudo. Seria mentiroso defender essa idéia.

Pela qualidade do debate, saio daqui bastante otimista para continuar minha luta, seguindo o que disse a Deputada Perpétua Almeida. Sempre digo que, se há algum mérito em estar à frente do Ministério do Meio Ambiente, é porque, por meio do convite do Presidente Lula, tive a oportunidade de trabalhar com muita gente boa, que está suando a camisa porque acredita. Não são simplesmente funcionários públicos, mas militantes da causa ambiental que estão na luta com muita dificuldade. Sei disso, mas eles acreditam na articulação de políticas públicas, na construção de uma política ambiental que mude os destinos do País.

Agradeço aos Deputados, às Deputadas, ao Presidente Davi Alcolumbre pelo esforço empenhado quando da aprovação do projeto relacionado ao quadro de servidores do IBAMA. Dessa forma, S.Exas.

estão contribuindo para que a eficiência na área do meio ambiente, com o que tanto sonhamos, de fato se concretize.

Do Fundo Nacional do Meio Ambiente – está presente sua representante, Sra. Raimunda Monteiro – , estão sendo disponibilizados 14 milhões de reais para o fortalecimento da política de meio ambiente nos Municípios, principalmente na região do arco do desflorestamento, para que possamos lutar não apenas com unhas e dentes, mas com as condições efetivas para viabilizar uma correta política ambiental.

Deputada Janete Capiberibe, concordo com várias questões apresentadas por V.Exa. Podemos estudá-las e encaminhar propostas. Conheço o trabalho de V.Exa. e do Senador João Capiberibe à frente do Governo do Estado, juntamente com o Jorge. Temos de dar continuidade ao trabalho iniciado. Fiquei muito feliz quando soube que o atual Governador, em recente seminário sobre combate ao desmatamento, anunciou que quer que 70% do Estado seja área de proteção ambiental. Temos de fazer uma ponte entre os ativos trabalhados no Amapá e as possibilidades do presente, tentando fazer com que isso seja um círculo virtuoso na Amazônia.

Novamente, agradeço à minha equipe – Rômulo Mello, Flávio Montiel, Cecília Ferraz, Antônio Carlos Hummel, Nilvo Silva – , todos diretores do IBAMA; Jorge Zimmerman, da Secretária da Amazônia; Raimunda Monteiro, do Fundo Nacional do Meio Ambiente; Bruno, da assessoria e da Agência Nacional de Águas; e o Carlos Vicente.

Muito obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre e companheiro Hamilton Casara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Sra. Ministra Marina Silva, com sua permissão, antes de encerrar os trabalhos, ouviremos ainda o Deputado Humberto Michiles, que teve de se retirar, mas agora gostaria de usar os 3 minutos a que tem direito. Peço a compreensão de todos.

Com a palavra o Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, Deputado Davi Alcolumbre, agradeço a V.Exa. pela gentileza e peço desculpas à Ministra Marina Silva. Gostaria muito de ter assistido à palestra de S.Exa. por inteiro. Sou o Relator de um projeto que estava sendo votado na Comissão Mista do Orçamento, o que fez com que me retirasse algumas vezes. Não posso deixar passar a oportunidade de ouvir a Sra. Ministra a respeito de algumas questões.

Primeiro, quero fazer uma consideração, usando uma expressão do Deputado Nilson Mourão, do PT do Acre, companheiro de S.Exa., que disse o seguinte: "Às vezes me questiono por que a Ministra Marina Silva tem tanto respeito. De onde vem todo esse respeito?"

Sra. Ministra, sou daqueles que acreditam que a comunicação maior não acontece pelo que se diz nem pelo que se faz, mas pelo que a pessoa é. V.Exa. é inegavelmente comprometida com a causa ambiental na sua inteireza. Esse comprometimento dá-nos a certeza de que seu trabalho será marcante para o País, sobretudo para nossa região.

Sou do Amazonas, criado no interior do Estado, mais especificamente no Município de Maués. Ouvi, já por duas vezes, uma frase de V.Exa., a qual repetirei, porque para mim sintetiza tudo o que preciso dizer. V.Exa. certa vez disse ao Prefeito de Manaus e outra vez num comício em Petrópolis que o Governo é muito explícito, muito claro ao dizer o que não pode ser feito na Amazônia, mas não tem a mesma clareza ao dizer o que pode ser feito. Parece-me que o sentido da frase é esse.

Queria ouvir de V.Exa., Ministra Marina, o que está sendo feito para que possamos responder a esse clamor de jovens, crianças e adultos que moram nas áreas interioranas de nossos Estados e que muitas vezes são obrigados a ir à Capital em busca de esperança.

Outra questão: há alguns Estados do Norte que ainda não têm zoneamento ecológico, o que é básico e fundamental. Quem quiser trabalhar ou investir deve ter um direcionamento do Governo.

Srs. Ministra, em Manaus, foi inaugurado, há quase um ano, o Centro de Biotecnologia da Amazônia. O prédio foi inaugurado, mas parece-me que até hoje não há uma definição da responsabilidade, ou seja, de quem comandará aquele Centro. Enquanto isso, tomamos conhecimento de denúncias, pelos jornais, sobre biopirataria. Meu temor é que continuemos na denúncia, talvez até dando satisfação à população de que estamos cumprindo nossa obrigação, denunciando que os estrangeiros estão levando nossas riquezas, nossa biodiversidade, mas não estamos pesquisando, patenteando.

Mais uma vez, peço desculpas a V.Exa.

Eram as observações que desejava fazer.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Em primeiro lugar, agradeço a V.Exa. as palavras, Deputado Humberto Michiles.

Boa parte do que falei aqui foi na tentativa de dizer que as ações para coibir o que não pode estão sendo acompanhadas desse "como pode, do bem". O Programa Amazônia Sustentável é um desses espaços onde estamos criando o "como pode", não apenas nas questões pontuais, mas em questões estruturais, que dialogam com o desenvolvimento da região, como a

questão do ordenamento territorial, da infra-estrutura, de tecnologias para o desenvolvimento da região, do crédito, incorporando o critério de sustentabilidade. Tudo isso são mecanismos para esse "como pode, do bem".

Não é que não se pode fazer exploração madeireira. Não se pode fazê-lo em terras indígenas, nas reservas extrativistas, nas unidades de conservação, de forma predatória, sem planos de manejo etc. Estamos combatendo isso. O que pode? O oposto. Por exemplo, por meio de planos de manejo de acordo com as regras que estamos traçando. Não é que não pode haver agricultura. Há lugar para tudo, inclusive muitas áreas já foram convertidas na Amazônia. Não é que não pode haver pecuária. Pode. Em vez da pecuária extensiva, em que se garimpa nutrientes como se fossem eternos e se derruba mais florestas para melhorar a pastagem, os produtores deveriam aplicar as tecnologias da EMBRAPA, para que as pastagens sejam vigorosas nas áreas convertidas. É esse "como pode" que estamos trabalhando. O BASA, por exemplo, está revendo toda sua linha de financiamento para estimular atividades dessa natureza, ou seja, que dialoguem com o novo padrão.

Estava dizendo ainda há pouco que os dados que tenho é de que o manejo florestal comunitário para pequenas comunidades está na ordem de no máximo 3 mil comunitários fazendo o manejo comunitário de madeira. A meta é chegar ao final da gestão do Presidente Lula com 30 mil comunitários. Os assentamentos extrativistas que estão sendo criados e vão ser lançados dia 9 pelo Ministro Miguel Rossetto já são uma dessas modalidades. É o "como pode". Vamos explorar, mas de forma sustentável.

Portanto, o esforço é exatamente para que se tenha um processo exitoso, que não faça com que nossa população do interior tenha de (ininteligível), como é o caso do Estado do Amazonas, onde a maior parte da população está em Manaus porque não tem alternativa no interior.

O Governador Eduardo Braga também está partilhando desse esforço. Neste momento, há uma grande movimentação no Estado para que as políticas sejam integradas e possam sair do centro para o interior. Queremos nos somar a esse esforço também.

Quanto ao zoneamento ecológico e econômico, vamos ajudar no zoneamento no Estado do Pará. O Acre vai concluir seu zoneamento, e também estaremos ajudando.

Existem alguns, como é o caso de Rondônia, que já fizeram. Tem o problema legal do cumprimento do zoneamento que foi feito, a lei ainda precisa ser aprovada pela Assembléia Legislativa. Tem um processo negocial no Estado de Rondônia. É uma necessidade. O Governo Federal tem essa compreensão, e estaremos, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, estimulando a feitura desses zoneamentos nos vários Estados da Amazônia

Em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, de fato, aquilo não pode continuar como um elefante branco. Neste momento, há uma discussão intragoverno. Esse é o caminho que se pode dar.

Concordo inteiramente com V.Exa.: a melhor forma de combatermos a biopirataria é investirmos cada vez mais na ciência, sendo capazes de dar as respostas, inclusive a partir do cumprimento da legislação brasileira que evita a biopirataria. Porque biopirataria não é só levar do Brasil para o exterior. A biopirataria acontece também internamente. Se um pesquisador se apropria inadequadamente dos recursos da comunidade, do conhecimentos da comunidade, sem o devido reconhecimento, sem a devida forma de repartição de benefícios, também acaba sendo uma espécie de biopirataria.

Assim, o esforço é para dentro e na relação com o externo.

O Brasil tem uma responsabilidade – tenho clareza disso – muito grande em relação a uma política adequada de acesso a recursos genéticos, de repartição de benefícios, porque, se nossa política for frágil, estará prejudicando todos os países irmãos que também partilham da Amazônia.

Temos que ter um marco legal adequado e sermos exemplares quanto à repartição de benefícios no que concerne ao pagamento de royalties, à internalização de conhecimento de tecnologia, ao reconhecimento do saber das populações tradicionais e ao respeito em relação a seus recursos.

Acabamos de realizar um debate com o fim de aperfeiçoar o projeto de acesso a recursos genéticos. Estamos discutindo a forma de como fazer. Tivemos o envolvimento de todos os setores do Governo que lidam com a questão. O Conselho de Gestão de Recursos Genéticos está em pleno funcionamento, já conseguimos simplificar muitas questões para facilitar a pesquisa, para poder enviar as remessas para fora, porque queremos avançar nessa questão tão importante e pode viabilizar o desenvolvimento do País e da nossa região. Afinal de contas, a Amazônia viveu durante quase um século apenas de 2 produtos da sua biodiversidade: a castanheira e a seringueira. O que poderíamos fazer se pudéssemos avançar mais e mais em relação ao uso sustentável da nossa biodiversidade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Encerrados os debates, indago à Sra. Ministra se deseja fazer suas considerações finais.

A SRA. MINISTRA MARINA SILVA – Só quero agradecer a todos e desejar um bom almoço e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Em nome da Comissão, agradeço à Ministra Marina Silva, que atendeu com presteza ao convite, os esclarecimentos prestados, que serão de grande importância.

Agradeço ainda aos colegas a participação e aos demais presentes, que contribuíram para o êxito desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convidando todos os presentes para a reunião deliberativa ordinária que acontecerá a seguir neste plenário.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 48ª reunião ordinária da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional para discussão e votação dos itens constantes da pauta.

Tendo em vista a distribuição antecipada da cópia das atas da 45ª e da 46ª reuniões a todos os membros presentes, indago ao Plenário sobre a necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Dispensada a leitura das atas, em discussão.

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Expediente.

Comunico ao Plenário o recebimento das seguintes correspondências:

1 – Ofício do gabinete do Deputado Eduardo Gomes justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão por motivo de saúde pelo período de 7 dias a partir do dia 18 de novembro de 2003.

2 – Ofício do gabinete da Deputada Sueli Campos justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão em 26 de novembro por motivo de saúde.

3 – Ofício do gabinete do Deputado Coronel Alves justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão no período de 3 a 5 de dezembro, quando estará participando, na condição de palestrante e membro, da reunião do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

4 – Ofício do gabinete do Deputado Zé Lima justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão por 15 dias, a partir de 20 de novembro, por motivo de saúde.

Submeto ao Plenário a indicação do Sr. Ádson Santos Coelho Serra para exercer a função de Assessor Técnico Adjunto – CNE 14 desta Comissão.

Ordem do Dia.

Proposições sujeitas à apreciação do Plenário.

Prioridade

Item 1 – Projeto de Lei nº 96/03, de autoria da Deputada Perpétua Almeida e outros, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá, o Programa Especial de Desenvolvimento do Vale do Juruá nos Estados do Acre e do Amazonas e dá outras providências.

Relator: Deputado Zequinha Marinho.

Parecer pela aprovação.

Solicito ao Deputado Mauro Lopes que faça a leitura do relatório em nome do Deputado Zequinha Marinho, que está ausente.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos diretamente ao voto do Relator:

"A questão das disparidades internas do País encontra-se entre as mais importantes do desenvolvimento brasileiro. As regiões localizadas no Centro-Sul alcançaram níveis de crescimento econômico e social mais aceitáveis, enquanto o Norte e o Nordeste permaneceram em desvantagem, especialmente pela ausência de atividades econômicas dinâmicas.

Para que essas regiões possam superar as suas dificuldades de crescimento, o Poder Público deve intervir, cabendo à União, de acordo com o art. 43 da Constituição Federal, articular, para efeitos administrativos, sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais.

A questão regional é ainda mencionada em outros dispositivos constitucionais como o art. 3º, inciso III, que inclui a redução das desigualdades regionais entre os objetivos fundamentais da República, e o art. 170, inciso VII (falha na gravação), financeira e econômica da República.

O Projeto de Lei Complementar nº 96, de 2003, sob análise nesta Comissão, sugere, dessa forma, a articulação da ação administrativa da União e dos Estados a que se refere, consubstanciada na criação de uma Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento. Sua aprovação possibilitará a atuação concomitante da União, do Acre, do Amazonas e dos Municípios da região do Vale do Juruá, para o suprimento de suas necessidades de serviços públicos.

Existem na região atividades econômicas com grande potencial de crescimento, caso o Poder Público possa a elas dirigir políticas e ações capazes de fortalecê-las e incentivá-las. É o caso da agricultura, do extrativismo vegetal e da pesca.

O planejamento integrado das políticas públicas dos Municípios abrangidos pela Região Integrada aumentará a eficiência das políticas federais e estaduais voltadas para o seu desenvolvimento, beneficiando uma população de quase 250 mil habitantes.

Observamos, outrossim, que os autores da proposição foram cautelosos ao incluir cláusula de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de que a renúncia de receita será considerada na estimativa da receita da lei orçamentária anual e não afetará as metas de resultados fiscais do período para o caso de haver a concessão ou a ampliação de benefício ou de incentivo de natureza tributária, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estamos certos de que a implantação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá possibilitará a integração das ações públicas na região, bem como o planejamento de execução comuns de suas funções para favorecer o desenvolvimento econômico e social de seus Municípios.

Dessa forma, somos favoráveis ao Projeto de Lei Complementar nº 96, de 2003, quanto ao mérito nesta Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional".

É o parecer do Deputado Zequinha Marinho, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Em discussão.

Com a palavra a autora, Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Sr. Presidente, esse projeto de lei que leva a minha assinatura e as do Presidente desta Comissão, Deputado Átila Lins, da Deputada Vanessa Grazziotin, do Estado do Amazonas, e do Deputado Henrique Afonso, do Estado do Acre, tem a preocupação de reduzir um pouco as diferenças regionais tanto no Estado do Acre quanto no Estado do Amazonas com relação ao desenvolvimento de alguns Municípios.

Como a Constituição garante e o voto do Relator explicita a questão da concordância, projeto como esse vai ajudar, e muito, o desenvolvimento dos Municípios da região do Juruá, que abrange os Estados do Acre e do Amazonas.

Algumas regiões brasileiras já contam com projetos como esse, exatamente para garantir seu desenvolvimento – e eles têm dado certo.

Por isso, queremos valer-nos do que a Constituição garante para incrementar o desenvolvimento daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Os Srs. Deputados que forem a favor do parecer do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não estando presentes os autores dos demais projetos de decreto legislativo e dos Projetos de Leis nºs 2.776/2000 e 2.263/2003, vou encerrar a presente sessão.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Tem V.Exa. a palavra.

(Não identificado) – Sr. Presidente, tramita nesta Casa há quase 4 anos um projeto de lei de interesse de Rondônia. Esse fato tem dado muita dor de cabeça para nós, da Comissão da Amazônia. Quero saber da possibilidade de pormos um final na tramitação desse projeto.

Assim sendo, caso o Regimento permita, gostaria que V.Exa. colocasse em pauta o Projeto de Lei nº 2.776/2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Davi Alcolumbre) – Nobre Deputado, há pouco, pedimos ao nobre Deputado Mauro Lopes que fizesse a leitura do parecer, pela aprovação, do Deputado Zequinha Marinho porque a autora do projeto estava presente. Como nem o autor nem o Relator estão presentes, o procedimento da Comissão, nesse caso, tem sido colocar a proposição como prioridade na pauta da próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos da presente reunião, antes, porém, convidando todos para a reunião deliberativa ordinária a realizar-se no dia 10 de dezembro, às 11h, no Plenário 15.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DA AMAZÔNIA
E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da Quadragésima Nona Reunião Ordinária Realizada em 10 de dezembro de 2003.

Às doze horas e quatorze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Átila Lins – Presidente; Davi Alcolumbre – Vice-Presidente; Ann Pon-

tes, Anselmo, Asdrubal Bentes, Babá, Carlos Souza, Edson Duarte, Henrique Afonso, Janete Capiberibe, Josué Bengtson, Luciano Castro, Maria Helena, Perpétua Almeida, Raimundo Santos, Ricarte de Freitas, Suely Campos, Terezinha Fernandes, Valdenor Guedes e Vanessa Grazziotin – Titulares; Agnaldo Muniz, Carlos Abicalil, Dr. Benedito Dias, Hamilton Casara, Marinha Raupp, Maurício Rabelo, Mauro Lopes, Nilson Mourão, Nilson Pinto e Pastor Frankembergen – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Alceste Almeida, Amauri Robledo Gasques, Anivaldo Vale, Antonio Joaquim, Celcita Pinheiro, Francisco Rodrigues, Jader Barbalho, Miguel de Souza, Nicias Ribeiro, Pauderney Avelino, Paulo Rocha, Rogério Silva, Rose de Freitas, Zé Lima e Zequinha Marinho. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da quadrágesima oitava reunião ordinária, realizada no dia três de dezembro de 2003. Em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: O Presidente comunicou ao Plenário o recebimento das seguintes correspondências: Ofício do Gabinete do Deputado Antônio Joaquim, justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão, por motivo de doença, no período de 24 a 28 de novembro; Ofício do Gabinete do Deputado Amauri Robledo, justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão, no período de 2 a 4 de dezembro, por estar viajando em missão oficial; Ofício do Gabinete do Deputado Carlos Souza, justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão, no período de 1 a 5 de dezembro, devido a compromissos anteriormente agendados e Ofício do Gabinete do Deputado Zé Lima, justificando sua ausência aos trabalhos desta Comissão, por 11 dias, a partir de 5 de dezembro, por motivo de saúde. ORDEM DO DIA: A – Requerimentos: 1 – REQUERIMENTO Nº 119/03 – do Sr. Valdenor Guedes – que "requer a criação de Grupo de Trabalho de atuação conjunta com Grupo de Trabalho aprovado na Comissão de Minas e Energia, conforme requerimento número 142 daquela Comissão, para tratar de Fontes de Energia Renováveis." APROVADO O REQUERIMENTO. B – Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: ORDINÁRIA 2 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.419/02 – do Sr. Dr. Benedito Dias – que "dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Marajó." RELATOR: Deputado DAVI ALCOLUMBRE PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Babá e Nicias Ribeiro, em 19/11/2003. RETIRADO DE PAUTA DE OFÍCIO. C – Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: ORDINÁRIA. 3 – PROJETO DE LEI Nº 2.776/00 – do Sr. Confúcio Moura – que "altera os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro, no Estado de Rondônia." RELATOR: Deputado ANIVALDO VALE. PARECER: pela aprovação. Vista conjunta aos Deputados Anselmo, Hamilton Casara e Nicias Ribeiro, em 11/06/2003. NÃO DELIBERADO. 4 – PROJETO DE LEI Nº 2.263/03 – do Sr. Carlos Souza – que "autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Nova Olinda do Norte, no Estado do Amazonas, e dá outras providências." RELATORA: Deputada JANETE CAPIBERIBE. PARECER: pela aprovação. Vista ao Deputado Babá. O Presidente solicitou ao Deputado Davi Alcolumbre que procedesse a leitura da Ata da presente reunião. O Deputado Hamilton Casara solicitou a dispensa da leitura da mesma. Consultado o Plenário, o requerimento de dispensa da leitura da ata foi aprovado. Em votação, a Ata foi aprovada. E, para constar, eu, Neusa Maria Lima Barreto, Secretária Substituta, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **Átila Lins,** e publicada no **Diário da Câmara dos Deputados.**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em vinte e três de fevereiro de dois mil e cinco, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados Moroni Torgan – Vice-Presidente; Antonio Carlos Biscaia, Josias Quintal, Juíza Denise Frossard, Perpétua Almeida e Raul Jungmann. E, para constar, eu, Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em seis de abril de dois mil e cinco, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados Enio Bacci – Presidente; Carlos Sampaio – Vice-Presidente; Antonio Carlos Biscaia, Luiz Couto, Nelson Pellegrino, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Raul Jungmann e Zulaiê Cobra. E, para constar, eu, Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
ECOMBATE AO CRIME ORGANIZADO

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em seis de abril de dois mil e cinco, deixou de se reunir, extraordinariamente, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados Enio Bacci – Presidente; Carlos Sampaio – Vice-Presidente; Antonio Carlos Biscaia, Luiz Couto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago e Raul Jungmann. E, para constar, eu , Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em treze de abril de dois mil e cinco, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados Enio Bacci – Presidente e Pastor Reinaldo. E, para constar, eu, Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em dezenove de abril de dois mil e cinco, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado por falta de quórum. Assinaram o livro de presença os Senhores Deputados Alberto Fraga – Vice-Presidente; Bosco Costa, Gilberto Nascimento, Luiz Couto e Ricardo Barros. E, para constar, eu, Kátia da Consolação dos Santos Viana, Secretária, lavrei o presente Termo.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:
SEVERINO CAVALCANTI - PP - PE
1º Vice-Presidente:
JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º Vice-Presidente:
CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º Secretário:
INOCÊNCIO OLIVEIRA - PMDB - PE
2º Secretário:
NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º Secretário:
EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º Secretário:
JOÃO CALDAS - PL - AL
1º Suplente de Secretário:
GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º Suplente de Secretário:
JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º Suplente de Secretário:
GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º Suplente de Secretário:
MÁRIO HERINGER - PDT - MG

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT
Líder: PAULO ROCHA
Vice-Líderes:
Colombo, Fernando Ferro, Henrique Fontana, Iara Bernardi, João Alfredo, João Grandão, Jorge Bittar, José Eduardo Cardozo, Luciano Zica, Luiz Alberto, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Sérgio, Maninha, Miro Teixeira, Neyde Aparecida, Odair Cunha, Telma de Souza, Terezinha Fernandes, Vicentinho, Vignatti, Walter Pinheiro, Zezéu Ribeiro e Zico Bronzeado.

PMDB
Líder: JOSÉ BORBA
Vice-Líderes:
Mendes Ribeiro Filho, Sandra Rosado, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Wilson Santiago, Zé Gerardo, Rose de Freitas, Max Rosenmann, Marcelino Fraga, Pedro Novais, José Divino, Wladimir Costa, Moreira Franco, Waldemir Moka, Eliseu Padilha, Eduardo Cunha, Paulo Afonso e Jorge Alberto.

PFL
Líder: RODRIGO MAIA
Vice-Líderes:
Roberto Brant (1º Vice), Murilo Zauith, Kátia Abreu, José Roberto Arruda, Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Abelardo Lupion, Paulo Bauer, Pauderney Avelino, Nice Lobão, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, José Carlos Araújo e Júlio Cesar.

PSDB
Líder: ALBERTO GOLDMAN
Vice-Líderes:
Eduardo Paes (1º Vice), Jutahy Junior, Yeda Crusius, Ronaldo Dimas, Lobbe Neto, Carlos Alberto Leréia, Antonio Carlos Mendes Thame, João Almeida, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Vicente Arruda e Zulaiê Cobra.

PP
Líder: JOSÉ JANENE
Vice-Líderes:
Mário Negromonte (1º Vice), José Linhares, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Ivan Ranzolin, Francisco Appio, Nélio Dias, Professor Irapuan Teixeira, Reginaldo Germano, Julio Lopes, João Pizzolatti, Simão Sessim e Benedito de Lira.

Bloco PL, PSL
Líder: SANDRO MABEL
Vice-Líderes:
Miguel de Souza (1º Vice), Carlos Rodrigues, Lincoln Portela, Almir Sá, Amauri Gasques, Aracely de Paula, Heleno Silva, Inaldo Leitão, João Paulo Gomes da Silva, Neucimar Fraga, Paulo Marinho e Welinton Fagundes.

PTB
Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Vice-Líderes:
Ricarte de Freitas (1º Vice), Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Ricardo Izar, Pastor Reinaldo, Marcondes Gadelha, Iris Simões, Paes Landim, Jackson Barreto e Elaine Costa.

PPS
Líder: DIMAS RAMALHO
Vice-Líderes:
Rogério Teófilo, Raul Jungmann, Fernando Coruja, Geraldo Thadeu e B. Sá.

PSB
Líder: RENATO CASAGRANDE
Vice-Líderes:
Dr. Ribamar Alves, Isaías Silvestre, Barbosa Neto e Jorge Gomes.

PDT
Líder: SEVERIANO ALVES
Vice-Líderes:
Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos e João Fontes.

PCdoB
Líder: RENILDO CALHEIROS
Vice-Líderes:
Jamil Murad, Perpétua Almeida e Inácio Arruda.

PV
Líder: MARCELO ORTIZ
Vice-Líderes:
Leonardo Mattos e Edson Duarte.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA
Repr.: ENÉAS

PSC
Repr.:

Liderança do Governo
Líder: ARLINDO CHINAGLIA
Vice-Líderes:
Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria
Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Alceste Almeida - PMDB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PPS
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Badu Picanço - PL
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT
Janete Capiberibe - PSB

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - S.PART.
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Paulo Rocha - PT
Raimundo Santos - PL
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PPS
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PL
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PL
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Ronivon Santiago - PP
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Ana Alencar - PSDB
Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB
Kátia Abreu - PFL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PMDB
Ronaldo Dimas - PSDB

Maranhão

Antonio Joaquim - PTB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Paulo Marinho - PL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PP

Ceará

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antenor Naspolini - PSDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSDB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Gonzaga Mota - PSDB
Gorete Pereira - PL
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PT
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PMDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PPS
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PTB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PMDB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Inaldo Leitão - PL
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PTB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PMDB
Joaquim Francisco - PTB
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhylino - PDT
Marcos de Jesus - PL
Maurício Rands - PT
Miguel Arraes - PSB
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Pedro Corrêa - PP
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Ricardo Fiuza - PP
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Severino Cavalcanti - PP

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Jurandir Boia - PDT
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonâncio Fonseca - PP
Heleno Silva - PL
Ivan Paixão - PPS
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Coriolano Sales - PFL
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB
João Carlos Bacelar - PFL
João Leão - PL
Jonival Lucas Junior - PTB
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PFL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PFL
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PL
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PL
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PL
Carlos Willian - PMDB
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PTB
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PTB
Edmar Moreira - PL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Ibrahim Abi-ackel - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PL
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PPS
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Maria Lúcia Cardoso - PMDB
Mário Assad Júnior - PL
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT

Roberto Brant - PFL
Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PCdoB
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Medioli - PSDB

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Iriny Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcelino Fraga - PMDB
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PFL
Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - S.PART.
André Costa - PT
André Luiz - S.PART.
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Rodrigues - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PT
Deley - PMDB
Dr. Heleno - PMDB
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PFL
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - PSL
Jorge Bittar - PT
José Divino - PMDB
Josias Quintal - PMDB
Juíza Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Miro Teixeira - PT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Renato Cozzolino - S.PART.
Roberto Jefferson - PTB
Rodrigo Maia - PFL
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - PMDB

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Amauri Gasques - PL
Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PP
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PL
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PT
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PMDB
João Batista - PFL
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Antonio Fleury - PTB
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Barbieri - PMDB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PFL
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PT
Paulo Kobayashi - PSDB
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Rubinelli - PT
Salvador Zimbaldi - PTB
Silvio Torres - PSDB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Valdemar Costa Neto - PL
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentinho - PT
Walter Barelli - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zarattini - PT
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thaís Barbosa - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Welinton Fagundes - PL

Distrito Federal

Alberto Fraga - S.PART.
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PT
Osório Adriano - PFL
Sigmaringa Seixas - PT
Tatico - PL
Wasny de Roure - PT

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Capitão Wayne - PSDB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PL
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Canedo - PP
Pedro Chaves - PMDB
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Sérgio Caiado - PP
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PTB
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Affonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PTB
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PSB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Borba - PMDB
José Janene - PP
Luiz Carlos Hauly - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Ricardo Barros - PP
Selma Schons - PT
Takayama - PMDB
Vitorassi - PT

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edinho Bez - PMDB
Edison Andrino - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PP
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PFL
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Augusto Nardes - PP
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - S.PART.
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Milton Cardias - PTB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osvaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Wilson Cignachi - PMDB
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luis Carlos Heinze (PP)
2º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)
3º Vice-Presidente: Assis Miguel do Couto (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Adão Pretto	Guilherme Menezes
Anselmo	Luci Choinacki
Assis Miguel do Couto	Odair Cunha
João Grandão	Reginaldo Lopes
Josias Gomes	Vadinho Baião
Orlando Desconsi	Vignatti
Vander Loubet	Zé Geraldo
PMDB	
Gervásio Oliveira	Mauro Lopes
Leandro Vilela	Osvaldo Reis
Moacir Micheletto	Pedro Chaves
Odílio Balbinotti	Rose de Freitas
Silas Brasileiro (Licenciado)	Wilson Cignachi
Waldemir Moka	2 vagas
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	Betinho Rosado
Carlos Melles	Eduardo Sciarra
Enéas	Félix Mendonça
João Carlos Bacelar [vaga do PV]	Francisco Rodrigues
Kátia Abreu	Lael Varella
Osvaldo Coelho [vaga do PC do B]	
Ronaldo Caiado	
PSDB	
Anivaldo Vale	Antonio Carlos Mendes Thame
Xico Graziano	Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Júlio Redecker
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Cleonâncio Fonseca [vaga do PL]	Augusto Nardes
Dilceu Sperafico	Benedito de Lira [vaga do PL]
Francisco Turra	Érico Ribeiro
Luis Carlos Heinze	Ivan Ranzolin [vaga do PSB]
Nélio Dias [vaga do S.PART.]	Nelson Meurer
Zé Lima [vaga do PSDB]	Sérgio Caiado
Zonta	
PTB	
Carlos Dunga	Airton Roveda
Iberê Ferreira	Dr. Francisco Gonçalves
João Lyra	Josué Bengtson
Nelson Marquezelli	(Dep. do S.PART. ocupa a vaga)
PL	
Almir Sá [vaga do PSDB]	João Tota
Heleno Silva	Tatico
Welinton Fagundes	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PPS	
Cezar Silvestri	Geraldo Thadeu
PSB	
Luciano Leitoa	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Pompeo de Mattos
PC do B	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PV	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Edson Duarte
S.PART.	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Alberto Fraga [vaga do PTB]
	1 vaga

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
Telefones: 216-6403/6404/6406
FAX: 216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Maria Helena (PPS)
1º Vice-Presidente: Átila Lins (PPS)
2º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
3º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Abicalil	Anselmo
Henrique Afonso	Nilson Mourão
Zé Geraldo	2 vagas
Zico Bronzeado	
PMDB	
Ann Pontes	Asdrubal Bentes
Lupércio Ramos	Gervásio Oliveira
Natan Donadon	Marcelo Castro
Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre	Marcos Abramo
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Anivaldo Vale
1 vaga	Zenaldo Coutinho
PP	
Agnaldo Muniz	Suely Campos
Carlos Souza	1 vaga
PTB	
Roberto Jefferson	2 vagas
(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
PL	
Júnior Betão	Coronel Alves
Miguel de Souza	Raimundo Santos
PPS	
Átila Lins [vaga do PSDB]	1 vaga
Maria Helena	
PSB	
Janete Capiberibe	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PDT	
Severiano Alves	Dr. Rodolfo Pereira
PCdoB	
Perpétua Almeida [vaga do Bloco PFL, PRONA]	Vanessa Grazziotin [vaga do PSB]
PSC	
Zequinha Marinho [vaga do PTB]	

Secretário(a): Cristiano Ferri Soares de Faria
Local: Anexo II - Sala T- 59
Telefones: 216-6432
FAX: 216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
1º Vice-Presidente: Pedro Chaves (PMDB)
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente: Silas Câmara (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Durval Orlato	Angela Guadagnin
Jorge Bittar	César Medeiros
Mariângela Duarte	Fernando Ferro
Miro Teixeira	Henrique Afonso
Walter Pinheiro	Vicentinho
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Wasny de Roure

1 vaga	Zarattini

PMDB

Adelor Vieira	Gastão Vieira
Gilberto Nascimento	Henrique Eduardo Alves
Hermes Parcianello	Luiz Bittencourt
Jader Barbalho	Marinha Raupp
Marcelo Barbieri	Pastor Pedro Ribeiro
Pedro Chaves	Wladimir Costa
Takayama	1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Corauci Sobrinho	Aldir Cabral
Eduardo Sciarra	César Bandeira
João Batista	Davi Alcolumbre
José Mendonça Bezerra [vaga do PTB]	José Carlos Araújo
José Rocha	Robson Tuma
Júlio Cesar	

PSDB

Ariosto Holanda	João Campos
Gustavo Fruet	João Castelo
Julio Semeghini	Lobbe Neto
Narcio Rodrigues	Manoel Salviano

PP

Pedro Canedo	Enivaldo Ribeiro
Ricardo Barros	Leodegar Tiscoski
Sandes Júnior	Romel Anizio
Vanderlei Assis	(Dep. do PTB ocupa a vaga)

PTB

Iris Simões	Antonio Cruz
Silas Câmara	Antonio Joaquim
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Arnon Bezerra
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Pastor Reinaldo
	Salvador Zimbaldi [vaga do PP]

PL

Badu Picanço [vaga do PT]	Amauri Gasques
Carlos Nader [vaga do PTB]	Carlos Rodrigues
Pedro Irujo	Inaldo Leitão
Raimundo Santos	José Santana de Vasconcellos [vaga do PSL]
Wanderval Santos	

PPS

Nelson Proença	Raul Jungmann

PSB

Jorge Gomes [vaga do PC do B]	André Zacharow
Luiza Erundina	

PDT

Jurandir Boia	Luiz Piauhylino

PC do B

(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Inácio Arruda

PV

Jovino Cândido	Leonardo Mattos

PSL

João Mendes de Jesus	(Dep. do PL ocupa a vaga)

Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49
Telefones: 216-6452 A 6458
FAX: 216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente: José Mentor (PT)
2º Vice-Presidente: Wilson Santiago (PMDB)
3º Vice-Presidente: Roberto Magalhães (PFL)

PT

Titulares	Suplentes
Antonio Carlos Biscaia	Antônio Carlos Biffi
João Paulo Cunha	Arlindo Chinaglia
José Eduardo Cardozo	Dr. Rosinha
José Mentor	Iriny Lopes
Luiz Eduardo Greenhalgh	João Grandão
Maurício Rands	José Pimentel
Nelson Pellegrino	Luciano Zica
Odair Cunha	Luiz Alberto
Professor Luizinho	Luiz Couto
Rubinelli	Miro Teixeira
Sigmaringa Seixas	Rubens Otoni

PMDB

Cezar Schirmer	Ann Pontes
Jefferson Campos	Leonardo Picciani
José Borba	Mauro Benevides
José Divino	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
Mendes Ribeiro Filho	7 vagas
Michel Temer	
Nelson Trad	
Osmar Serraglio	
Paulo Afonso	
Sandra Rosado	
Wilson Santiago	

Bloco PFL, PRONA

Antonio Carlos Magalhães Neto	André de Paula
José Roberto Arruda	Coriolano Sales
Luiz Carlos Santos	Enéas
Ney Lopes	Jair Bolsonaro
Paulo Magalhães	Laura Carneiro
Roberto Magalhães	Moroni Torgan
Robson Tuma [vaga do PTB]	Mussa Demes
Vic Pires Franco	Onyx Lorenzoni
Vilmar Rocha	

PSDB

Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
João Almeida	Átila Lira
Jutahy Junior	Bonifácio de Andrada
Vicente Arruda	Custódio Mattos
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Léo Alcântara

PP

Benedito de Lira	Agnaldo Muniz
Darci Coelho	Celso Russomanno
Ibrahim Abi-ackel	Professor Irapuan Teixeira
Ivan Ranzolin	Ricardo Barros
Reginaldo Germano	Sandes Júnior
Ricardo Fiuza	Sérgio Caiado
Wagner Lago [vaga do PTB]	

PTB

Antonio Cruz	Ary Kara
Edna Macedo	Cleuber Carneiro
Paes Landim	Luiz Antonio Fleury
Vicente Cascione	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga

PL

Ademir Camilo	Almeida de Jesus
Carlos Mota	Badu Picanço [vaga do PTB]
Carlos Rodrigues	Enio Tatico
Edmar Moreira	Jaime Martins
Inaldo Leitão	Neucimar Fraga [vaga do PTB]
	Pedro Irujo
	(Dep. do PSL ocupa a vaga)

PPS

Juíza Denise Frossard	Colbert Martins
Roberto Freire	Fernando Coruja
	Júlio Delgado [vaga do PMDB]

PSB

Gonzaga Patriota	Alexandre Cardoso
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)	Isaías Silvestre

PDT

Alceu Collares	João Fontes
Luiz Piauhylino	Pompeo de Mattos

PC do B

Jamil Murad vaga do PSB	Alice Portugal
Sérgio Miranda	
PV	
Marcelo Ortiz	Sarney Filho
PSL	
	João Mendes de Jesus vaga do PL

Secretário(a): Rejane Salete Marques
Local: Anexo II,Térreo, Ala , sala 21
Telefones: 216-6494
FAX: 216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Luiz Antonio Fleury (PTB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Seabra (PTB)
2º Vice-Presidente: Paulo Kobayashi (PSDB)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Ana Guerra	Luiz Bassuma
Selma Schons	Maria do Carmo Lara
Simplício Mário	Rubinelli
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PMDB	
Luiz Bittencourt	José Divino
Paulo Lima	Leandro Vilela
Wladimir Costa vaga do PT	Max Rosenmann
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Araújo vaga do PL	Fernando de Fabinho vaga do PPS
Marcelo Guimarães Filho	Kátia Abreu
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Zelinda Novaes
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Carlos Sampaio	Yeda Crusius
Paulo Kobayashi	1 vaga
PP	
Celso Russomanno	Julio Lopes
Pedro Corrêa	Ricardo Fiuza
PTB	
Eduardo Seabra	Alex Canziani vaga do PDT
Jonival Lucas Junior vaga do Bloco PFL, PRONA	Neuton Lima
Luiz Antonio Fleury	Ricardo Izar
	Sandro Matos vaga do Bloco PFL, PRONA
PL	
Almeida de Jesus	Marcos de Jesus
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Remi Trinta
PPS	
1 vaga	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PSB	
Givaldo Carimbão	Paulo Baltazar
PDT	
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
S.PART.	
Renato Cozzolino vaga do PMDB	

Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152
Telefones: 216-6920 A 6922
FAX: 216-6925

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Romeu Queiroz (PTB)
1º Vice-Presidente: Ildeu Araujo (PP)
2º Vice-Presidente: Reginaldo Lopes (PT)
3º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Jorge Boeira	Jorge Bittar
Reginaldo Lopes	Josias Gomes
Rubens Otoni	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PMDB	
Bernardo Ariston	Lupércio Ramos
Carlos Eduardo Cadoca	Wilson Cignachi
Edson Ezequiel	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Fernando de Fabinho	Murilo Zauith
Gerson Gabrielli	Osório Adriano vaga do PV
	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PSDB	
Júlio Redecker	Gonzaga Mota
Léo Alcântara vaga do PV	Yeda Crusius
Ronaldo Dimas	
PP	
Ildeu Araujo	Augusto Nardes vaga do PL
Sérgio Caiado	Delfim Netto
	Dr. Benedito Dias vaga do S.PART.
	Nélio Dias
PTB	
Joaquim Francisco	Armando Monteiro
Romeu Queiroz	Nelson Marquezelli
PL	
Reinaldo Betão	Giacobo vaga do PT
	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
S.PART.	
Luciana Genro	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PDT	
	André Figueiredo vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33
Telefones: 216-6601 A 6609
FAX: 216-6610

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente: Julio Lopes (PP)
1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
2º Vice-Presidente: Colbert Martins (PPS)
3º Vice-Presidente: Jaime Martins (PL)

Titulares	Suplentes
PT	
João Magno	Roberto Gouveia
Maria do Carmo Lara	Terezinha Fernandes
Zezéu Ribeiro	Vitorassi
PMDB	
Alexandre Santos	Zé Gerardo
Marinha Raupp	2 vagas
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	Milton Barbosa
Fábio Souto	Nice Lobão
PSDB	
Ana Alencar	Domiciano Cabral
Custódio Mattos	Gustavo Fruet
PP	
Augusto Nardes	Darci Coelho
Julio Lopes	Mário Negromonte
PTB	
Jackson Barreto	José Chaves
Pedro Fernandes	Pastor Frankembergen
	Silas Câmara vaga do PL
PL	
Jaime Martins	Chico da Princesa
Paulo Gouvêa	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PPS	

Colbert Martins	1 vaga

PSB

Barbosa Neto	1 vaga

PCdoB

Inácio Arruda [vaga do PMDB]

Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188
Telefones: 216-6551/ 6554
FAX: 216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente: Iriny Lopes (PT)
1º Vice-Presidente: Luiz Couto (PT)
2º Vice-Presidente: Pompeo de Mattos (PDT)
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	Adão Pretto
Iriny Lopes	Ana Guerra [vaga do Bloco PFL, PRONA]
Luci Choinacki	João Alfredo [vaga do PTB]
Luiz Alberto [vaga do PSDB]	Luiz Eduardo Greenhalgh
Luiz Couto [vaga do PMDB]	Maria do Rosário
Orlando Fantazzini [vaga do PL]	
PMDB	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Alceste Almeida
2 vagas	2 vagas
Bloco PFL, PRONA	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Jairo Carneiro
2 vagas	(Dep. do PT ocupa a vaga)
	1 vaga
PSDB	
Sebastião Madeira	Eduardo Barbosa
(Dep. do PT ocupa a vaga)	João Almeida
PP	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	José Linhares
1 vaga	Nilton Baiano
PTB	
Pastor Reinaldo	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PL	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Paulo Gouvêa
PPS	
1 vaga	Geraldo Thadeu [vaga do PTB]
	Roberto Freire
PV	
Leonardo Mattos	Jovino Cândido
PDT	
Mário Heringer [vaga do PP]	
Pompeo de Mattos [vaga do Bloco PFL, PRONA]	
S.PART.	
Alberto Fraga [vaga do PTB]	

Secretário(a): Márcio Marques de Araújo
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185
Telefones: 216-6575
FAX: 216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Paulo Delgado (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente: João Correia (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Carlos Abicalil
Iara Bernardi	Chico Alencar
Ivan Valente [vaga do PL]	Colombo
Maria do Rosário	Fátima Bezerra
Neyde Aparecida	Gilmar Machado
Paulo Delgado	Walter Pinheiro [vaga do PPS]
Paulo Rubem Santiago	1 vaga
PMDB	
Gastão Vieira	Dr. Heleno
João Correia	Jefferson Campos
João Matos (Licenciado)	Luiz Bittencourt
Osvaldo Biolchi	Osmar Serraglio
Pastor Pedro Ribeiro	Paulo Lima
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda
César Bandeira	Osvaldo Coelho
Clóvis Fecury [vaga do PP]	Paulo Magalhães
Marcos Abramo	Roberto Magalhães
Murilo Zauith [vaga do PTB]	
Nice Lobão	
Onyx Lorenzoni [vaga do PL]	
PSDB	
Antenor Naspolini [vaga do PL]	Itamar Serpa
Átila Lira	Rafael Guerra
Bonifácio de Andrada [vaga do PP]	Thelma de Oliveira
Lobbe Neto	
Nilson Pinto	
PP	
Professor Irapuan Teixeira	José Linhares
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Márcio Reinaldo Moreira
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zé Lima
PTB	
Neuton Lima	Elaine Costa
Ricardo Izar	Jonival Lucas Junior
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Kelly Moraes
PL	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Humberto Michiles
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Medeiros
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Milton Monti
PPS	
Geraldo Resende [vaga do PSB]	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Ivan Paixão [vaga do PMDB]	
Rogério Teófilo	
PSB	
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Luciano Leitoa
PDT	
Álvaro Dias	Severiano Alves
PC do B	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Anamélia Lima Rocha Fernandes
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170
Telefones: 216-6622/6625/6627/6628
FAX: 216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: Geddel Vieira Lima (PMDB)
1º Vice-Presidente: Eduardo Cunha (PMDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
3º Vice-Presidente: Carlito Merss (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss	Henrique Fontana
José Pimentel	João Paulo Cunha
Nazareno Fonteles	Jorge Boeira
Vignatti	Paulo Rubem Santiago
Virgílio Guimarães	Tarcísio Zimmermann
Wasny de Roure	1 vaga
PMDB	
Eduardo Cunha	Carlos Willian
Geddel Vieira Lima	Eliseu Padilha
João Magalhães	Michel Temer
José Priante [vaga do PTB]	Nelson Bornier

Marcelino Fraga	Odílio Balbinotti
Max Rosenmann	1 vaga
Moreira Franco	
Pedro Novais [vaga do PC do B]	
Bloco PFL, PRONA	
Coriolano Sales [vaga do PL]	Eliseu Resende
Félix Mendonça	João Batista
José Carlos Machado	José Carlos Araújo
Luiz Carreira	Júlio Cesar
Mussa Demes [vaga do PL]	
Osório Adriano	
Pauderney Avelino [vaga do PDT]	
Roberto Brant [vaga do PP]	
PSDB	
Gonzaga Mota	Antonio Cambraia
Luiz Carlos Hauly	Custódio Mattos
Silvio Torres	Julio Semeghini
Yeda Crusius	Walter Barelli
PP	
Delfim Netto	Benedito de Lira
Enivaldo Ribeiro [vaga do PL]	Carlos Souza
Francisco Dornelles	Feu Rosa [vaga do PL]
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zonta
PTB	
Armando Monteiro	3 vagas
José Militão	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PL	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Ademir Camilo
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga
PPS	
Fernando Coruja	Nelson Proença
PSB	
1 vaga	Beto Albuquerque
PDT	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	André Figueiredo
PC do B	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Sérgio Miranda

Secretário(a): Maria Linda Magalhães
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136
Telefones: 216-6654/6655/6652
FAX: 216-6660

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente: Pastor Francisco Olímpio (PSB)
2º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
3º Vice-Presidente:

Titulares	**Suplentes**
PT	
Colombo	Eduardo Valverde
Vitorassi	José Mentor
2 vagas	Sigmaringa Seixas
	Virgílio Guimarães
PMDB	
Aníbal Gomes [vaga do PTB]	Almerinda de Carvalho
Asdrubal Bentes [vaga do PL]	João Correia [vaga do PTB]
Fernando Lopes	João Magalhães
Mauro Benevides	1 vaga
Olavo Calheiros	
Bloco PFL, PRONA	
Aldir Cabral	José Carlos Machado
Paulo Bauer	Ney Lopes
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Pauderney Avelino
PSDB	
Eduardo Paes	João Almeida
Manoel Salviano	Luiz Carlos Hauly
PP	
Francisco Garcia	Luis Carlos Heinze
Ronivon Santiago [vaga do Bloco PFL, PRONA]	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Simão Sessim	
PTB	
Elaine Costa	Iris Simões
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PL	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Carlos Nader [vaga do PP]
1 vaga	Paulo Marinho
	Wellington Roberto
PPS	
1 vaga	B. Sá
PSB	
Alexandre Cardoso	Barbosa Neto [vaga do PDT]
Pastor Francisco Olímpio [vaga do PDT]	Paulo Baltazar
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)

Secretário(a): Edilson Saraiva Alencar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161
Telefones: 216-6671 A 6675
FAX: 216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Fátima Bezerra (PT)
1º Vice-Presidente: Leonardo Monteiro (PT)
2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT)
3º Vice-Presidente: Luiza Erundina (PSB)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fátima Bezerra	Ana Guerra
Leonardo Monteiro	João Alfredo
Selma Schons	Vadinho Baião
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Olavo Calheiros
Wilson Santiago	2 vagas
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Vilmar Rocha	Laura Carneiro
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Ana Alencar	2 vagas
Antenor Naspolini	
PP	
Enivaldo Ribeiro	2 vagas
1 vaga	
PTB	
Pastor Reinaldo	2 vagas
1 vaga	
PL	
Jaime Martins	2 vagas
João Leão	
PPS	
1 vaga	1 vaga
PSB	
Luiza Erundina	1 vaga

Secretário(a): Ruy dos Santos Siqueira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 216-6692 / 6693
FAX: 216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente: Luciano Castro (PL)

1º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL)
2º Vice-Presidente: Paulo Baltazar (PSB)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
César Medeiros	Dra. Clair
João Alfredo	Luiz Sérgio
Leonardo Monteiro	Mauro Passos
Luciano Zica	Selma Schons
PMDB	
Carlos Willian	Max Rosenmann
Fernando Diniz	Teté Bezerra
(Dep. do PV ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Gervásio Silva
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Luiz Carreira
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Affonso Camargo
(Dep. do PV ocupa a vaga)	Vicente Arruda [vaga do PL]
	Xico Graziano
PP	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
(Dep. do PL ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PTB	
Kelly Moraes	Joaquim Francisco
Sandro Matos	Paes Landim
	Vicente Cascione [vaga do PP]
PL	
Jorge Pinheiro	Welinton Fagundes
Luciano Castro	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Oliveira Filho [vaga do Bloco PFL, PRONA]	
Paulo Marinho [vaga do PP]	
PPS	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Cezar Silvestri
PSB	
Paulo Baltazar [vaga do PPS]	Janete Capiberibe [vaga do PP]
PV	
Edson Duarte [vaga do Bloco PFL, PRONA]	
Fernando Gabeira [vaga do PSDB]	
Sarney Filho [vaga do PMDB]	
S.PART.	
Babá [vaga do PP]	Renato Cozzolino [vaga do PMDB]

Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150
Telefones: 216-6521 A 6526
FAX: 216-6535

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: Nicias Ribeiro (PSDB)
1º Vice-Presidente: Paulo Feijó (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB)
3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Eduardo Valverde	André Costa
Fernando Ferro	Hélio Esteves
Luiz Bassuma	Ivo José
Luiz Sérgio	João Magno
Mauro Passos	Vander Loubet
PMDB	
Dr. Heleno	Alexandre Santos
Marcello Siqueira	Deley [vaga do PL]
Pastor Amarildo	Edinho Bez
Rose de Freitas	Josias Quintal
1 vaga	Marinha Raupp
	Moreira Franco
Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado [vaga do PC do B]	Aroldo Cedraz
Gervásio Silva	Gerson Gabrielli
José Carlos Aleluia	Luiz Carlos Santos
Robério Nunes	Pauderney Avelino
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Helenildo Ribeiro	Capitão Wayne
Nicias Ribeiro	João Almeida
Paulo Feijó	Ronaldo Dimas
PP	
João Pizzolatti	Dilceu Sperafico [vaga do PTB]
Nelson Meurer	Francisco Appio
Romel Anizio [vaga do PDT]	Reginaldo Germano
1 vaga	Simão Sessim [vaga do PTB]
	Vadão Gomes
PTB	
Airton Roveda [vaga do Bloco PFL, PRONA]	Edna Macedo
Marcus Vicente	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Osmânio Pereira	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Salvador Zimbaldi	
PL	
Aracely de Paula	Edinho Montemor
José Santana de Vasconcellos	Maurício Rabelo (Licenciado)
Tatico	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PPS	
B. Sá	1 vaga
PSB	
Renato Casagrande	1 vaga
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Jurandir Boia
PC do B	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Damaci Pires de Miranda
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56
Telefones: 216-6711 / 6713
FAX: 216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente: Aroldo Cedraz (PFL)
1º Vice-Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Nilson Mourão (PT)
3º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
André Costa	Ivan Valente
Maninha	José Eduardo Cardozo
Nilson Mourão	Orlando Fantazzini
Terezinha Fernandes	Paulo Delgado
Zarattini	Zico Bronzeado
PMDB	
Edison Andrino	Edinho Bez
Vieira Reis	Marcelino Fraga
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Paulo Afonso
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Takayama
1 vaga	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
Aroldo Cedraz	Carlos Melles
Francisco Rodrigues	Jair Bolsonaro
Jairo Carneiro	Paulo Bauer [vaga do PTB]
	Robério Nunes [vaga do PTB]
	Vilmar Rocha
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Antonio Carlos Mendes Thame
Itamar Serpa	Luiz Carlos Hauly

João Castelo	Zulaiê Cobra
PP	
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Vadão Gomes	Francisco Turra
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Ronivon Santiago
PTB	
Arnon Bezerra	Jackson Barreto
Marcondes Gadelha	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Pastor Frankembergen	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PL	
Hamilton Casara	Almir Sá
João Paulo Gomes da Silva	Júnior Betão
Lincoln Portela	Miguel de Souza
Marcos de Jesus vaga do PP	
Medeiros vaga do PMDB	
PPS	
Júlio Delgado	Rogério Teófilo
PSB	
André Zacharow	Luiza Erundina
PDT	
João Herrmann Neto vaga do PMDB	Manato
Neiva Moreira	
PC do B	
Renildo Calheiros	Perpétua Almeida
PV	
	Fernando Gabeira vaga do PMDB

Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125
Telefones: 216-6739 / 6738 / 6737
FAX: 216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Enio Bacci (PDT)
1º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Fraga (S.PART.)
3º Vice-Presidente: Carlos Sampaio (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Paulo Pimenta	Antonio Carlos Biscaia
Paulo Rubem Santiago	Luiz Couto
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Nelson Pellegrino
PMDB	
Cabo Júlio	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Gilberto Nascimento	2 vagas
Josias Quintal	
Bloco PFL, PRONA	
Jair Bolsonaro	Laura Carneiro
Moroni Torgan	Vic Pires Franco
PSDB	
Capitão Wayne vaga do PT	Bosco Costa
Carlos Sampaio	Zulaiê Cobra
João Campos	
PP	
Reginaldo Germano	Ricardo Barros
1 vaga	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Pastor Reinaldo
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PL	
Coronel Alves	Almir Sá vaga do PMDB
Wanderval Santos	Edmar Moreira
	Neucimar Fraga
PPS	
Raul Jungmann	Juíza Denise Frossard
PSB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão
PDT	
Enio Bacci vaga do PSB	
PCdoB	
	Perpétua Almeida vaga do PTB
S.PART.	
Alberto Fraga vaga do PTB	Luciana Genro vaga do PP

Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
Telefones: 216-6761 / 6762
FAX: 216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)
1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
2º Vice-Presidente: Guilherme Menezes (PT)
3º Vice-Presidente: Almerinda de Carvalho (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Assis Miguel do Couto
Arlindo Chinaglia	Durval Orlato
Dr. Rosinha	Maninha
Guilherme Menezes	Nazareno Fonteles vaga do PL
Henrique Fontana	Selma Schons
Roberto Gouveia	Telma de Souza
	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Lúcia Braga
Benjamin Maranhão	Sandra Rosado
Darcísio Perondi	Waldemir Moka
Jorge Alberto	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Saraiva Felipe	2 vagas
Teté Bezerra	
Thaís Barbosa vaga do PV	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Celcita Pinheiro
Milton Barbosa	Elimar Máximo Damasceno
Zelinda Novaes	José Mendonça Bezerra
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Roberto Brant vaga do PT
	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PSDB	
Eduardo Barbosa	Ana Alencar
Rafael Guerra	Eduardo Paes
Thelma de Oliveira	Walter Barelli
PP	
Dr. Benedito Dias	Pedro Canedo
José Linhares	Vanderlei Assis
Nilton Baiano vaga do Bloco PFL, PRONA	1 vaga
Suely Campos	
PTB	
Antonio Joaquim	Homero Barreto vaga do PMDB
Arnaldo Faria de Sá	Marcondes Gadelha
Dr. Francisco Gonçalves	Milton Cardias
	Osmânio Pereira
PL	
Amauri Gasques	Carlos Mota
Remi Trinta	Jorge Pinheiro
1 vaga	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PPS	
Geraldo Thadeu	Geraldo Resende vaga do Bloco PFL, PRONA
	Ivan Paixão
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Jorge Gomes
PDT	
Manato	Mário Heringer
PC do B	
Jandira Feghali	Jamil Murad
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Gardene Aguiar
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145

Telefones: 216-6787 / 6781 A 6786
FAX: 216-6790

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
2º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
3º Vice-Presidente: Marco Maia (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Dra. Clair	Carlos Santana
Marco Maia	Leonardo Monteiro
Paulo Pimenta	Maurício Rands
Tarcísio Zimmermann	Neyde Aparecida
Vicentinho	Professor Luizinho
PMDB	
Henrique Eduardo Alves	Ann Pontes
Leonardo Picciani	Benjamin Maranhão
Lúcia Braga	Luiz Bittencourt
Moraes Souza	Marcelo Barbieri
Osvaldo Reis	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Laura Carneiro
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Marcelo Guimarães Filho
1 vaga	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Eduardo Barbosa
Walter Barelli	Narcio Rodrigues
1 vaga	1 vaga
PP	
Érico Ribeiro	Pedro Corrêa
Pedro Henry	1 vaga
PTB	
Jovair Arantes	Arnaldo Faria de Sá
Milton Cardias	Homero Barreto [vaga do Bloco PFL, PRONA]
	Ricarte de Freitas
PL	
Enio Tatico	Sandro Mabel
Ricardo Rique	(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)
PPS	
Cláudio Magrão	Júlio Delgado
PSB	
Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio
PDT	
João Fontes	Alceu Collares
PCdoB	
Daniel Almeida [vaga do Bloco PFL, PRONA]	Alice Portugal [vaga do PL]
Vanessa Grazziotin [vaga do Bloco PFL, PRONA]	

Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Local: Anexo II, Sala T 50
Telefones: 216-6805 / 6806 / 6807
FAX: 216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Antonio Cambraia (PSDB)
1º Vice-Presidente: André Figueiredo (PDT)
2º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PMDB)
3º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Gilmar Machado	Mariângela Duarte
Ivo José	Orlando Desconsi
Vadinho Baião	Simplício Mário
PMDB	
Alceste Almeida	Edison Andrino [vaga do PPS]
Deley	Luiz Bittencourt
Marcelo Teixeira	Moraes Souza
	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA	
Claudio Cajado	Fábio Souto
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	José Rocha
	Marcelo Guimarães Filho [vaga do PDT]
PSDB	
Alberto Goldman	Jutahy Junior
Antonio Cambraia	Silvio Torres
Bismarck Maia [vaga do PPS]	
PP	
Márcio Reinaldo Moreira	Ildeu Araujo
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Pedro Henry
PTB	
Alex Canziani [vaga do PP]	José Militão
Cleuber Carneiro [vaga do PL]	Jovair Arantes
José Chaves	Marcus Vicente [vaga do PL]
Josué Bengtson	Philemon Rodrigues [vaga do PMDB]
Ricarte de Freitas [vaga do Bloco PFL, PRONA]	
PL	
Edinho Montemor	Hamilton Casara
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
PPS	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)	Dr. Ribamar Alves
PDT	
André Figueiredo	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
PCdoB	
Alice Portugal [vaga do PSB]	

Secretário(a): Elizabeth Paes dos Santos
Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo
Telefones: 216-6831 / 6832 / 6833

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: Mário Assad Júnior (PL)
1º Vice-Presidente: Humberto Michiles (PL)
2º Vice-Presidente: Homero Barreto (PTB)
3º Vice-Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Santana	Carlito Merss
Devanir Ribeiro	Marco Maia
Hélio Esteves	Paulo Pimenta
Telma de Souza	Zezéu Ribeiro
(Dep. do PL ocupa a vaga)	1 vaga
PMDB	
Edinho Bez	Marcello Siqueira
Eliseu Padilha	Marcelo Teixeira
Jair de Oliveira	3 vagas
Marcelo Castro [vaga do PPS]	
Mauro Lopes	
Nelson Bornier	
Bloco PFL, PRONA	
Eliseu Resende	Claudio Cajado
Lael Varella	3 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PSDB	
Affonso Camargo	Nicias Ribeiro
Domiciano Cabral	Paulo Feijó
Vittorio Medioli	Silvio Torres
PP	
Francisco Appio	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Leodegar Tiscoski	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Mário Negromonte	1 vaga
PTB	

Ary Kara	Carlos Dunga
Homero Barreto	Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues	Romeu Queiroz
PL	
Chico da Princesa [vaga do Bloco PFL, PRONA]	Aracely de Paula
Giacobo	João Leão
Gorete Pereira [vaga do PDT]	João Tota [vaga do PP]
Humberto Michiles [vaga do PT]	Oliveira Filho [vaga do PP]
Mário Assad Júnior	Reinaldo Betão
Milton Monti [vaga do Bloco PFL, PRONA]	
Wellington Roberto	
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Átila Lins
PSB	
Beto Albuquerque	Gonzaga Patriota
PDT	
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Jurandir Boia
PC do B	
1 vaga	Jandira Feghali

Secretário(a): Ruy Omar Prudencio da Silva
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175
Telefones: 216-6853 A 6856
FAX: 216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)
Relator: Maninha (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
José Pimentel	Dra. Clair
Maninha	Henrique Fontana
Paulo Delgado	Ivan Valente
Rubens Otoni	Luci Choinacki
Tarcísio Zimmermann	Paulo Pimenta
1 vaga	1 vaga
PFL	
Fábio Souto	Robério Nunes
Marcos Abramo	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Ney Lopes	3 vagas
Pauderney Avelino	
Ronaldo Caiado	
PMDB	
Cezar Schirmer	Bernardo Ariston
Edson Ezequiel	Moacir Micheletto
Max Rosenmann	2 vagas
Silas Brasileiro (Licenciado)	
PSDB	
Alberto Goldman	Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Antonio Carlos Mendes Thame	Luiz Carlos Hauly
Antonio Carlos Pannunzio	Nilson Pinto
Yeda Crusius	1 vaga
PP	
Feu Rosa	Francisco Dornelles
Francisco Garcia	Leodegar Tiscoski
Francisco Turra	Vadão Gomes
PTB	
Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá
Roberto Jefferson	Arnon Bezerra
	Paes Landim [vaga do PFL]
PL	
João Paulo Gomes da Silva	Humberto Michiles
1 vaga	Paulo Marinho
PSB	
Alexandre Cardoso	Janete Capiberibe
Luiza Erundina	Renato Casagrande
PPS	
Nelson Proença	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Manato
PC do B	
Jamil Murad	Inácio Arruda
PRONA	
1 vaga	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Mário Dráusio Oliveira de A. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROPOR DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS RELATIVAS AO TRATAMENTO A SER DADO AOS ARQUIVOS GOVERNAMENTAIS DADOS COMO CONFIDENCIAIS, RESERVADOS E/OU SECRETOS, BEM COMO PROMOVER A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO EXISTENTES SOBRE O MESMO ASSUNTO.

Presidente: Mário Heringer (PDT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
PMDB	
Mauro Benevides	
PFL	
Vilmar Rocha	
PL	
Lincoln Portela	
PTB	
Vicente Cascione	
PDT	
Mário Heringer	

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO DE PROJETOS E AÇÕES COM VISTAS À TRANSPOSIÇÃO E À INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS PARA A REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO.

Presidente: José Carlos Machado (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Henrique Eduardo Alves (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Marcondes Gadelha (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra	Zezéu Ribeiro
Fernando Ferro	5 vagas
José Pimentel	
Josias Gomes	
Luiz Couto	
Nazareno Fonteles	
PFL	
Fernando de Fabinho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
José Carlos Machado	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
José Rocha	3 vagas
Luiz Carreira	
Osvaldo Coelho	
PMDB	

Benjamin Maranhão	Aníbal Gomes
Henrique Eduardo Alves	Sandra Rosado
Jorge Alberto	2 vagas
Marcelo Castro	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Bosco Costa
Átila Lira	Eduardo Barbosa
Helenildo Ribeiro	Gonzaga Mota
Manoel Salviano	João Castelo
PP	
Benedito de Lira	Mário Negromonte
Cleonâncio Fonseca	Nélio Dias
Enivaldo Ribeiro	1 vaga
PTB	
Jackson Barreto	Carlos Dunga
Marcondes Gadelha	Paes Landim [vaga do PFL]
	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	2 vagas
Heleno Silva	
PSB	
Gonzaga Patriota	Isaías Silvestre
Pastor Francisco Olímpio	Luciano Leitoa [vaga do PDT]
	1 vaga
PPS	
B. Sá	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	João Fontes [vaga do PFL]
	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PV	
Edson Duarte	Sarney Filho

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À MENSAGEM N º 183, DE 2004, DO PODER EXECUTIVO, QUE "SUBMETE À CONSIDERAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL O TEXTO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO".

Presidente: Antonio Carlos Pannunzio (PSDB)
1º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB)
2º Vice-Presidente: Moroni Torgan (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Paulo Rubem Santiago (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	6 vagas
Orlando Fantazzini	
Paulo Delgado	
Paulo Pimenta	
Paulo Rubem Santiago	
Selma Schons	
PMDB	
Ann Pontes	5 vagas
Cabo Júlio [vaga do PSC]	
Edison Andrino	
Eliseu Padilha	
Marcelino Fraga	
Vieira Reis	
Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Aleluia	4 vagas
Moroni Torgan	
Onyx Lorenzoni	
Roberto Brant	
PP	
Feu Rosa	Professor Irapuan Teixeira
Ivan Ranzolin	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Bonifácio de Andrada
Zulaiê Cobra	Carlos Sampaio
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	João Campos
PTB	
Jackson Barreto	Pastor Frankembergen
Marcondes Gadelha	2 vagas
Milton Cardias	
Bloco PL, PSL	
Coronel Alves	João Paulo Gomes da Silva
Edmar Moreira	Wanderval Santos
Lincoln Portela	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PPS	
Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]	Átila Lins
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	
PSB	
Isaías Silvestre	1 vaga
PDT	
João Herrmann Neto [vaga do PPS]	Severiano Alves
1 vaga	
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Costa Ferreira
PV	
Leonardo Mattos	Edson Duarte
S.PART.	
	Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL]

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 002-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS 90 E 91 AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, POSSIBILITANDO QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS REQUISITADOS OPTEM PELA ALTERAÇÃO DE SUA LOTAÇÃO FUNCIONAL DO ÓRGÃO CEDENTE PARA O ÓRGÃO CESSIONÁRIO".

Presidente: Reinaldo Betão (PL)
1º Vice-Presidente: Júnior Betão (PL)
2º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Philemon Rodrigues (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Wasny de Roure	Iara Bernardi
Zé Geraldo	5 vagas
4 vagas	
PMDB	
Cabo Júlio [vaga do PSC]	Lupércio Ramos [vaga do PPS]
Marcelo Castro	5 vagas
Mauro Benevides	
Osvaldo Reis	
Sandra Rosado	
Wilson Santiago	
Bloco PFL, PRONA	
Gervásio Silva	4 vagas
Laura Carneiro	
Milton Barbosa	
Vilmar Rocha	
PP	
Érico Ribeiro	Leodegar Tiscoski
Mário Negromonte	Vadão Gomes
Pedro Corrêa	1 vaga
PSDB	

Carlos Alberto Leréia	Itamar Serpa
Nicias Ribeiro	João Campos
Zenaldo Coutinho	1 vaga
PTB	
Jovair Arantes	3 vagas
Nelson Marquezelli	
Philemon Rodrigues	
Bloco PL, PSL	
Júnior Betão	Almeida de Jesus
Reinaldo Betão	Luciano Castro
1 vaga	Medeiros
PPS	
Geraldo Thadeu	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Gonzaga Patriota	Luciano Leitoa
PDT	
Pompeo de Mattos	Alceu Collares
PC do B	
Sérgio Miranda	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
S.PART.	
	Renato Cozzolino vaga do PSC

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 3-A, DE 1999, QUE "ALTERA OS ARTS. 27, 28, 29, 44 E 82 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E INTRODUZ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, DE FORMA A FAZER COINCIDIR OS MANDATOS ELETIVOS QUE MENCIONA E ATRIBUIR-LHES NOVO PERÍODO DE DURAÇÃO" E APENSADAS.

Presidente: Affonso Camargo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)
3º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	Luiz Couto
José Eduardo Cardozo	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	4 vagas
Paulo Rocha	
Rubens Otoni	
Rubinelli	
PFL	
André de Paula	Davi Alcolumbre vaga do PDT
Eduardo Sciarra	Fernando de Fabinho
Jairo Carneiro	Rodrigo Maia
Mendonça Prado (Licenciado)	Ronaldo Caiado
Nice Lobão	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Roberto Magalhães vaga do PTB	1 vaga
PMDB	
Cezar Schirmer	Marcelo Castro
Eliseu Padilha	3 vagas
Henrique Eduardo Alves	
Jefferson Campos	
PSDB	
Affonso Camargo	Antonio Carlos Pannunzio
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bonifácio de Andrada
Rafael Guerra	Bosco Costa
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
PP	
Enivaldo Ribeiro	Leodegar Tiscoski
Pedro Corrêa	Mário Negromonte
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
Vicente Cascione	Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Luiz Antonio Fleury
PL	
João Paulo Gomes da Silva	Carlos Nader vaga do PFL
Lincoln Portela	Oliveira Filho
	1 vaga
PSB	
Pastor Francisco Olímpio	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Manato	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Renildo Calheiros	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Ana Lucia R. Marques
Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A
Telefones: 261-6214/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).

Presidente: Laura Carneiro (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)
Relator: Átila Lira (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Abicalil	6 vagas
Fátima Bezerra	
Jorge Boeira	
Odair Cunha	
Tarcísio Zimmermann	
1 vaga	
PFL	
João Carlos Bacelar	Antonio Carlos Magalhães Neto
Laura Carneiro	José Roberto Arruda
Ney Lopes	3 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
1 vaga	
PMDB	
Jefferson Campos	Adelor Vieira
Jorge Alberto	3 vagas
Leonardo Picciani	
1 vaga	
PSDB	
Átila Lira	Ariosto Holanda
Eduardo Barbosa	Zenaldo Coutinho
Helenildo Ribeiro	2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PP	
Agnaldo Muniz vaga do PPS	Nilton Baiano
Feu Rosa	Zé Lima
Nélio Dias	1 vaga
Sandes Júnior	
Vanderlei Assis vaga do PFL	
PTB	
Eduardo Seabra	Philemon Rodrigues

1 vaga	1 vaga

PL

Hamilton Casara [vaga do PSDB]	Medeiros
Luciano Castro	Welinton Fagundes
Paulo Marinho	

PSB

Gonzaga Patriota	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	

PPS

(Dep. do PP ocupa a vaga)	Geraldo Thadeu

PDT

Alceu Collares	Pompeo de Mattos

PC do B

Alice Portugal	1 vaga

PV

Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DE ALIENAÇÕES DE TERRAS PROCEDIDAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA".

Presidente: João Grandão (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Eduardo Valverde	Hélio Esteves
João Grandão	Zico Bronzeado
José Eduardo Cardozo	4 vagas
Nilson Mourão	
Vignatti	
1 vaga	
PMDB	
Alceste Almeida	Darcísio Perondi
Gervásio Oliveira [vaga do PDT]	João Matos (Licenciado)
Osmar Serraglio	Lupércio Ramos [vaga do PPS]
Teté Bezerra	Moacir Micheletto
Waldemir Moka	Nelson Trad
1 vaga	1 vaga
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Ronaldo Caiado
Francisco Rodrigues	3 vagas
Murilo Zauith	
Onyx Lorenzoni	
PP	
Cleonâncio Fonseca [vaga do PV]	Ivan Ranzolin
Luis Carlos Heinze [vaga do PSB]	José Janene
Mário Negromonte	1 vaga
Pedro Henry	
Ronivon Santiago	
Zonta [vaga do PSC]	
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Helenildo Ribeiro
Júlio Redecker	Manoel Salviano
Thelma de Oliveira	Nicias Ribeiro
PTB	
Nelson Marquezelli	Iris Simões
Ricarte de Freitas	Silas Câmara
1 vaga	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Carlos Mota	Edmar Moreira
2 vagas	João Paulo Gomes da Silva
	1 vaga
PPS	
1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Barbosa Neto
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zequinha Marinho
PV	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II,Pavimento Superior, Sala 170-B
Telefones: 216.6215
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Divino (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Eduardo Valverde	5 vagas
João Alfredo	
José Eduardo Cardozo	
Maurício Rands	
Paulo Delgado	
PFL	
Coriolano Sales	Antonio Carlos Magalhães Neto
José Roberto Arruda	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Luiz Carlos Santos	3 vagas
Marcelo Guimarães Filho	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
Carlos Willian [vaga do PSB]	Ann Pontes
José Divino	Osmar Serraglio
Marcelino Fraga	2 vagas
Nelson Trad	
1 vaga	
PSDB	
Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Cleonâncio Fonseca	Ivan Ranzolin
Darci Coelho [vaga do PFL]	2 vagas
Dilceu Sperafico	
Ricardo Fiuza	
Wagner Lago [vaga do PDT]	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Antonio Cruz
Vicente Cascione	Paes Landim [vaga do PFL]
	1 vaga
PL	

Edmar Moreira	José Santana de Vasconcellos
Mário Assad Júnior	Raimundo Santos
PSB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Cezar Silvestri	Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Severiano Alves
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Sarney Filho	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)
Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	Devanir Ribeiro
José Pimentel	Fernando Ferro
Luiz Sérgio	Neyde Aparecida
Professor Luizinho	Nilson Mourão
Rubens Otoni	Paulo Rocha
Zarattini	1 vaga
PMDB	
Fernando Diniz	Almerinda de Carvalho
Gastão Vieira	Aníbal Gomes
Jader Barbalho	Pastor Pedro Ribeiro
José Borba	Wilson Santiago
Nelson Trad	Zé Gerardo
Pastor Amarildo vaga do PTB	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Ney Lopes
Moroni Torgan	Rodrigo Maia
Robério Nunes	2 vagas
Vic Pires Franco	
PP	
Benedito de Lira	Feu Rosa
Leodegar Tiscoski	Romel Anizio
Professor Irapuan Teixeira	1 vaga
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bismarck Maia
Jutahy Junior	Bosco Costa
Luiz Carlos Hauly	Carlos Alberto Leréia
PTB	
José Múcio Monteiro	Iris Simões
Paes Landim	Jovair Arantes
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Luciano Castro	Medeiros
Sandro Mabel	Paulo Marinho
Valdemar Costa Neto	1 vaga
PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Átila Lins
PSB	
Jorge Gomes	1 vaga
PDT	
Álvaro Dias	Mário Heringer
João Herrmann Neto vaga do PPS	
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Sarney Filho	Jovino Cândido

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, DO SR. GERVÁSIO OLIVEIRA, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".

Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)
1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Neyde Aparecida (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Zezéu Ribeiro
João Grandão	5 vagas
Maninha	
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PFL	
Celcita Pinheiro	Eliseu Resende
José Roberto Arruda	Lael Varella
Vilmar Rocha	Ronaldo Caiado
2 vagas	2 vagas
PMDB	
Aníbal Gomes	4 vagas
Fernando Diniz	
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Átila Lira
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	João Campos
Ronaldo Dimas	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Thelma de Oliveira	1 vaga
PP	
Pedro Canedo	Carlos Souza
Romel Anizio	Sérgio Caiado
Zé Lima	1 vaga
PTB	
Ricarte de Freitas	2 vagas
Sandro Matos	
PL	
Jaime Martins	Hamilton Casara vaga do PSDB
Maurício Rabelo (Licenciado)	Júnior Betão vaga do PPS
	Raimundo Santos
	1 vaga
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
1 vaga	
PPS	
Raul Jungmann	(Dep. do PL ocupa a vaga)
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	

1 vaga	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 199-A, DE 2003, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "B" E ACRESCENTA ALÍNEA "C" AO INCISO XXIII DO ART. 21, E ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO V DO ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA EXCLUIR DO MONOPÓLIO DA UNIÃO A PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RADIOISÓTOPOS DE MEIA-VIDA CURTA, PARA USOS MÉDICOS, AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Assis Miguel do Couto
João Grandão	César Medeiros
José Eduardo Cardozo	Zarattini
Luciano Zica	3 vagas
Mauro Passos	
Walter Pinheiro	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Cabo Júlio vaga do PSC
Darcísio Perondi	5 vagas
Dr. Heleno vaga do PP	
Jefferson Campos	
Jorge Alberto	
Nelson Trad	
Bloco PFL, PRONA	
José Rocha	4 vagas
Kátia Abreu	
Laura Carneiro	
Ronaldo Caiado	
PP	
Nelson Meurer	Reginaldo Germano
Simão Sessim	Vanderlei Assis
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Ariosto Holanda	Carlos Alberto Leréia
Nilson Pinto	Julio Semeghini
Walter Feldman (Licenciado)	Narcio Rodrigues
PTB	
Iris Simões	3 vagas
Romeu Queiroz	
Salvador Zimbaldi	
Bloco PL, PSL	
Luciano Castro	Almir Sá
Mário Assad Júnior	Carlos Nader
Remi Trinta	Ricardo Rique
PPS	
Dimas Ramalho	1 vaga
PSB	
Isaías Silvestre	Pastor Francisco Olímpio
PDT	
Mário Heringer	1 vaga
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PV	
Edson Duarte	Sarney Filho

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS" (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR, CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	6 vagas
José Eduardo Cardozo	
Maninha	
Maria do Carmo Lara	
Odair Cunha	
1 vaga	
PMDB	
Gilberto Nascimento	Darcísio Perondi
João Correia	Gervásio Oliveira vaga do PDT
Jorge Alberto	4 vagas
Josias Quintal	
Mendes Ribeiro Filho	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	4 vagas
Jair Bolsonaro	
Onyx Lorenzoni	
Ronaldo Caiado	
PSDB	
Bismarck Maia	Carlos Sampaio
Carlos Alberto Leréia	João Campos
Luiz Carlos Hauly	Vicente Arruda
PP	
Ivan Ranzolin	Darci Coelho
Wagner Lago	Ildeu Araujo
1 vaga	1 vaga
PTB	
Dr. Francisco Gonçalves	Milton Cardias
Pastor Reinaldo	2 vagas
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
PL	
Carlos Nader	Luciano Castro
Coronel Alves	Paulo Marinho
Jorge Pinheiro	Remi Trinta
PPS	
Colbert Martins	1 vaga
PSB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Givaldo Carimbão
PDT	
Álvaro Dias	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Jurandir Boia vaga do PSB	
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
S.PART.	
Alberto Fraga vaga do PTB	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss	Devanir Ribeiro
Jorge Bittar	José Pimentel
José Mentor	Nilson Mourão
Paulo Bernardo (Licenciado)	Paulo Delgado
Virgílio Guimarães	Paulo Pimenta
Walter Pinheiro	Paulo Rubem Santiago
Zezéu Ribeiro	Wasny de Roure
PFL	
Antonio Carlos Magalhães Neto	Abelardo Lupion
Gerson Gabrielli	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	José Carlos Machado
Pauderney Avelino	Luiz Carreira
Vic Pires Franco	Paulo Bauer
PMDB	
Eduardo Cunha	Ann Pontes
Henrique Eduardo Alves	Benjamin Maranhão
Lupércio Ramos [vaga do PPS]	José Priante
Osmar Serraglio	Luiz Bittencourt
Pedro Chaves	Wilson Santiago
Pedro Novais	
PSDB	
Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Julio Semeghini	Antonio Carlos Mendes Thame
Luiz Carlos Hauly	Gonzaga Mota
Walter Feldman (Licenciado)	Ronaldo Dimas
Zenaldo Coutinho	Yeda Crusius
PP	
Delfim Netto	Enivaldo Ribeiro
Francisco Dornelles	Feu Rosa
Romel Anizio	Professor Irapuan Teixeira
PTB	
Armando Monteiro	Jackson Barreto
José Militão	Pedro Fernandes
Philemon Rodrigues	Vicente Cascione
PL	
Miguel de Souza	Carlos Rodrigues
Raimundo Santos	Humberto Michiles
Sandro Mabel	Jaime Martins
PSB	
Beto Albuquerque	Barbosa Neto
Renato Casagrande	Gonzaga Patriota
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
Manato	Dr. Rodolfo Pereira
	João Herrmann Neto [vaga do PPS]
PC do B	
Sérgio Miranda	Daniel Almeida
PRONA	
Enéas	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Angélica Fialho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Leonardo Monteiro	André Costa
Maninha	5 vagas
Nilson Mourão	
Orlando Fantazzini	
Paulo Delgado	
Zarattini	
Zé Geraldo [vaga do PMDB]	
PMDB	
Fernando Lopes	Carlos Willian [vaga do PSC]
João Correia	5 vagas
Vieira Reis	
Wilson Santiago	
(Dep. do PT ocupa a vaga)	
Bloco PFL, PRONA	
Francisco Rodrigues	4 vagas
João Carlos Bacelar	
Murilo Zauith	
Vilmar Rocha	
PP	
Feu Rosa	Dilceu Sperafico
Ivan Ranzolin	Francisco Dornelles
1 vaga	Professor Irapuan Teixeira
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Helenildo Ribeiro	Luiz Carlos Hauly
João Castelo	Manoel Salviano
PTB	
Arnon Bezerra	3 vagas
Jackson Barreto	
1 vaga	
Bloco PL, PSL	
Almeida de Jesus	Edmar Moreira
Carlos Mota	Jaime Martins
João Paulo Gomes da Silva	1 vaga
PPS	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Átila Lins
PSB	
Alexandre Cardoso	1 vaga
PDT	
João Herrmann Neto [vaga do PPS]	Mário Heringer
Severiano Alves	
PC do B	
Jamil Murad	1 vaga
PSC	
Zequinha Marinho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PV	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 347-A, DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (INCLUINDO O DISPOSITIVO QUE PROÍBE A INTERRUPÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA SEM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL).

Presidente: Orlando Desconsi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Isaías Silvestre (PSB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Mauro Passos
Chico Alencar	5 vagas

Titulares	Suplentes
Gilmar Machado	
Orlando Desconsi	
Selma Schons	
Walter Pinheiro	
PFL	
Corauci Sobrinho	Laura Carneiro
Dr. Pinotti (Licenciado)	Marcelo Guimarães Filho
Milton Barbosa	3 vagas
Vilmar Rocha	
1 vaga	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Alceste Almeida
Edson Ezequiel	João Correia
Nelson Bornier	Lupércio Ramos vaga do PPS
Pedro Chaves	2 vagas
PSDB	
Alberto Goldman	Átila Lira
Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Ronaldo Dimas	Paulo Kobayashi
1 vaga	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)
PP	
Cleonâncio Fonseca	3 vagas
Márcio Reinaldo Moreira	
Roberto Balestra (Licenciado)	
PTB	
2 vagas	Milton Cardias
	Pastor Reinaldo
PL	
Carlos Rodrigues	Heleno Silva
Wellington Roberto	João Paulo Gomes da Silva
PSB	
André Zacharow vaga do PDT	2 vagas
Isaías Silvestre	
Pastor Francisco Olímpio	
PPS	
1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Mário Heringer
PC do B	
Jamil Murad	Daniel Almeida
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE 2001, DO SR. LUIZ ANTONIO FLEURY, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)
1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	6 vagas
José Eduardo Cardozo	
Nilson Mourão	
Orlando Desconsi	
Rubens Otoni	
Sigmaringa Seixas	
PMDB	
Cezar Schirmer	5 vagas
Eliseu Padilha	
Paulo Afonso	
2 vagas	
Bloco PFL, PRONA	
José Roberto Arruda	Eduardo Sciarra
Luiz Carlos Santos	Onyx Lorenzoni
Ney Lopes	2 vagas
Ronaldo Caiado	
PP	
Francisco Turra	Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio	Márcio Reinaldo Moreira
1 vaga	1 vaga
PSDB	
Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Zenaldo Coutinho	Átila Lira
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bonifácio de Andrada
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Jovair Arantes
2 vagas	2 vagas
Bloco PL, PSL	
Almir Sá	João Leão
Carlos Rodrigues	Mário Assad Júnior
João Paulo Gomes da Silva	Oliveira Filho
PPS	
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	Dimas Ramalho
1 vaga	
PSB	
Alexandre Cardoso	Renato Casagrande
PDT	
1 vaga	Enio Bacci
PC do B	
Renildo Calheiros	Jamil Murad
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Marcelo Ortiz	Sarney Filho

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Mário Heringer (PDT)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	6 vagas
Jorge Boeira	
Maria do Rosário	
Selma Schons	
Tarcísio Zimmermann	
Telma de Souza	
PFL	
André de Paula	5 vagas
Fábio Souto	
Jairo Carneiro	
Laura Carneiro	
Mendonça Prado (Licenciado)	
PMDB	
Cezar Schirmer	João Correia

Gilberto Nascimento vaga do PSB	Osvaldo Reis
Marcelo Castro	Sandra Rosado
Max Rosenmann	1 vaga
Paulo Afonso	
PSDB	
Antonio Cambraia	Carlos Alberto Leréia
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
Thelma de Oliveira	Walter Feldman (Licenciado)
Yeda Crusius	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PP	
Benedito de Lira	Zonta
José Linhares	2 vagas
Suely Campos	
PTB	
Kelly Moraes	Arnaldo Faria de Sá
Marcondes Gadelha	1 vaga
PL	
Almeida de Jesus	Marcos de Jesus
Oliveira Filho	Wanderval Santos
PSB	
Luiza Erundina	André Zacharow vaga do PDT
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	2 vagas
PPS	
1 vaga	Geraldo Resende
	Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
PDT	
Mário Heringer	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Jamil Murad	Alice Portugal
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).

Presidente: Isaías Silvestre (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)
3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)
Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Chico Alencar
Dra. Clair	Eduardo Valverde
Leonardo Monteiro	João Grandão vaga do PSB
Neyde Aparecida	Jorge Boeira
Paulo Rocha	Orlando Fantazzini
Tarcísio Zimmermann	Zé Geraldo
	1 vaga
PFL	
Francisco Rodrigues	Abelardo Lupion
Kátia Abreu	Fernando de Fabinho
Marcos Abramo	José Carlos Araújo
Ronaldo Caiado	Milton Barbosa
1 vaga	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Pastor Amarildo vaga do PL
Asdrubal Bentes	Sandra Rosado
Bernardo Ariston	3 vagas
Teté Bezerra	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bosco Costa
Anivaldo Vale	João Almeida
Eduardo Barbosa	Júlio Redecker
Helenildo Ribeiro	Léo Alcântara
PP	
Wagner Lago	Cleonâncio Fonseca
Zé Lima	Enivaldo Ribeiro
1 vaga	Ivan Ranzolin
PTB	
Homero Barreto	Pastor Reinaldo
Josué Bengtson	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PL	
Medeiros	Luciano Castro
1 vaga	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSB	
Isaías Silvestre	(Dep. do PT ocupa a vaga)
Luiza Erundina	1 vaga
PPS	
Colbert Martins	Geraldo Resende
PDT	
1 vaga	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	1 vaga
PSC	
	Zequinha Marinho vaga do PFL
S.PART.	
	Alberto Fraga vaga do PTB

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".

Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)
1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB)
3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB)
Relator: Fernando Ferro (PT)

Titulares	**Suplentes**
PT	
Fernando Ferro	Josias Gomes
José Pimentel	5 vagas
Luiz Bassuma	
Virgílio Guimarães	
Walter Pinheiro	
Zezéu Ribeiro	
PFL	
Fernando de Fabinho	José Carlos Araújo
José Carlos Machado	Júlio Cesar
José Rocha	3 vagas
Luiz Carreira	
Osvaldo Coelho	
PMDB	
Jorge Alberto	4 vagas
Mauro Lopes	
Olavo Calheiros	
Wilson Santiago	
PSDB	
Gonzaga Mota	Antonio Cambraia
Helenildo Ribeiro	Narcio Rodrigues
João Almeida	Vicente Arruda

Titulares	Suplentes
1 vaga	Walter Feldman (Licenciado)
PP	
Cleonâncio Fonseca	3 vagas
Márcio Reinaldo Moreira	
Mário Negromonte	
PTB	
Jackson Barreto	Jonival Lucas Junior
Marcondes Gadelha	1 vaga
PL	
Heleno Silva	João Leão
Jaime Martins	1 vaga
PSB	
Givaldo Carimbão	2 vagas
Gonzaga Patriota	
PPS	
Raul Jungmann	Colbert Martins
PDT	
Mário Heringer	Severiano Alves
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6218/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 534-A, DE 2002, QUE "ALTERA O ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA GUARDA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL".

Presidente: Iara Bernardi (PT)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Durval Orlato
Devanir Ribeiro	José Mentor
Eduardo Valverde	Odair Cunha
Iara Bernardi	Patrus Ananias (Licenciado)
Mariângela Duarte	2 vagas
Paulo Rubem Santiago	
PFL	
César Bandeira	Abelardo Lupion
Coriolano Sales	José Carlos Araújo
Dr. Pinotti (Licenciado)	3 vagas
Félix Mendonça	
Paulo Magalhães	
PMDB	
Benjamin Maranhão	Edison Andrino
Cezar Schirmer	Osmar Serraglio
Gilberto Nascimento	Silas Brasileiro (Licenciado)
Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
João Campos	Bosco Costa
Zenaldo Coutinho	Helenildo Ribeiro
Zulaiê Cobra	Vicente Arruda
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Francisco Garcia	Érico Ribeiro
Nelson Meurer	Julio Lopes
1 vaga	Leodegar Tiscoski
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Ricardo Izar
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Romeu Queiroz
PL	
Coronel Alves	Humberto Michiles
Edmar Moreira	Maurício Rabelo (Licenciado)
PSB	
Givaldo Carimbão	2 vagas
Gonzaga Patriota	
PPS	
Geraldo Resende	Dimas Ramalho
Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]	
PDT	
Pompeo de Mattos	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	Leonardo Mattos
S.PART.	
Alberto Fraga [vaga do PTB]	

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".

Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Eduardo Sciarra (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Dra. Clair	Orlando Fantazzini
Eduardo Valverde	5 vagas
Gilmar Machado	
Guilherme Menezes	
Iriny Lopes	
João Magno	
PFL	
Coriolano Sales	Murilo Zauith
Eduardo Sciarra	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Fábio Souto	3 vagas
Fernando de Fabinho	
1 vaga	
PMDB	
Carlos Willian [vaga do PSB]	4 vagas
Mauro Lopes	
Rose de Freitas [vaga do PSDB]	
Wilson Santiago	
Zé Gerardo	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	
PSDB	
Custódio Mattos	Affonso Camargo
Gustavo Fruet [vaga do PMDB]	Narcio Rodrigues
João Almeida	Sebastião Madeira
Luiz Carlos Hauly	1 vaga
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PP	
Dilceu Sperafico	Darci Coelho [vaga do PFL]
Herculano Anghinetti (Licenciado)	Mário Negromonte
1 vaga	2 vagas
PTB	
Iris Simões	2 vagas
José Militão	
PL	
Mário Assad Júnior	Carlos Mota
Oliveira Filho	Chico da Princesa
PSB	
André Zacharow [vaga do PDT]	2 vagas
Pastor Francisco Olímpio	

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PPS

Geraldo Thadeu	Cezar Silvestri

PDT

(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Mário Heringer

PC do B

Jamil Murad	1 vaga

PV

Leonardo Mattos	Sarney Filho
Fernando Gabeira	Leonardo Mattos

S.PART.

	Renato Cozzolino vaga do PFL

Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Sandra Rosado (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Iara Bernardi	Iriny Lopes
Luci Choinacki	Maninha
Maria do Rosário	4 vagas
Mariângela Duarte	
Selma Schons	
Telma de Souza	
PFL	
Celcita Pinheiro	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Kátia Abreu	4 vagas
Laura Carneiro	
Nice Lobão	
Zelinda Novaes	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Benjamin Maranhão
Ann Pontes	Lúcia Braga
Marinha Raupp	Teté Bezerra
Sandra Rosado	1 vaga
PSDB	
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	Eduardo Barbosa
Thelma de Oliveira	Ronaldo Dimas
Yeda Crusius	Sebastião Madeira
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Zulaiê Cobra
PP	
Benedito de Lira	Celso Russomanno
Cleonâncio Fonseca	2 vagas
Suely Campos	
PTB	
Dr. Francisco Gonçalves	Kelly Moraes
Elaine Costa	1 vaga
PL	
Maurício Rabelo (Licenciado)	Carlos Mota
Oliveira Filho	Marcos de Jesus
PSB	
Janete Capiberibe	2 vagas
Luiza Erundina	
PPS	
Juíza Denise Frossard vaga do PSDB	Geraldo Thadeu
Maria Helena	
PDT	
Alceu Collares	Álvaro Dias
PC do B	
Alice Portugal	Jandira Feghali
PV	
Marcelo Ortiz	Edson Duarte

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PL)
2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)
3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
Relator: Sérgio Miranda (PCdoB)

Titulares	Suplentes
PT	
João Grandão	6 vagas
José Pimentel	
Paulo Bernardo (Licenciado)	
Paulo Rubem Santiago	
Vander Loubet	
1 vaga	
PMDB	
Carlos Willian vaga do PSC	5 vagas
Eliseu Padilha	
Marcelino Fraga	
Max Rosenmann	
Nelson Trad	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Abelardo Lupion	Eduardo Sciarra
Corauci Sobrinho	Pauderney Avelino
Mussa Demes	Paulo Bauer
1 vaga	1 vaga
PP	
Pedro Corrêa	3 vagas
Ricardo Barros	
Zonta	
PSDB	
João Almeida	Julio Semeghini
Léo Alcântara	Luiz Carlos Hauly
Paulo Kobayashi	Walter Feldman (Licenciado)
PTB	
Elaine Costa	Dr. Francisco Gonçalves
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	José Chaves
1 vaga	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Enio Tatico vaga do PTB	Edmar Moreira
José Santana de Vasconcellos	João Leão
Miguel de Souza	1 vaga
Milton Monti	
PPS	
Átila Lins	Geraldo Thadeu
PSB	
Gonzaga Patriota	1 vaga
PDT	
Mário Heringer	1 vaga
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Zequinha Marinho
PV	

Secretário(a): Carla Medeiros
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6207/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1756, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A LEI NACIONAL DA ADOÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Maria do Rosário (PT)
1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL)
2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT)
3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB)
Relator: Teté Bezerra (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Luiz Couto
Fernando Ferro	Neyde Aparecida
Maria do Rosário	Terezinha Fernandes
Rubens Otoni	3 vagas
Selma Schons	
Telma de Souza	
PFL	
Corauci Sobrinho	Celcita Pinheiro
Laura Carneiro	Kátia Abreu
Paulo Bauer	Nice Lobão
Zelinda Novaes	2 vagas
(Dep. do PP ocupa a vaga)	
PMDB	
João Matos (Licenciado)	Ann Pontes
Marcelo Castro	Deley [vaga do PV]
Paulo Afonso	Marinha Raupp
Teté Bezerra	2 vagas
PSDB	
Eduardo Barbosa	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)
Helenildo Ribeiro	Yeda Crusius
Júlio Redecker	2 vagas
Thelma de Oliveira	
PP	
Darci Coelho [vaga do PFL]	3 vagas
Francisco Garcia	
José Linhares	
1 vaga	
PTB	
Kelly Moraes	Jonival Lucas Junior
1 vaga	1 vaga
PL	
Marcos de Jesus	Almeida de Jesus
1 vaga	Lincoln Portela
PSB	
Luiza Erundina	2 vagas
1 vaga	
PPS	
1 vaga	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Enio Bacci
PC do B	
Perpétua Almeida	Jamil Murad
PV	
Marcelo Ortiz	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6205/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI 2.316, DE 2003, QUE "ESTABELECE O CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Dra. Clair	6 vagas
Eduardo Valverde	
Hélio Esteves	
Luciano Zica	
Luiz Alberto	
Luiz Bassuma	
PMDB	
Deley [vaga do PV]	5 vagas
Eliseu Padilha	
Josias Quintal	
Wilson Santiago	
Wladimir Costa	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Carlos Melles	Gervásio Silva
Eduardo Sciarra	3 vagas
Fernando de Fabinho	
José Carlos Araújo	
PSDB	
Carlos Sampaio	Antonio Cambraia
Paulo Feijó	Helenildo Ribeiro
1 vaga	Nicias Ribeiro
PP	
Ricardo Barros	Celso Russomanno
Vadão Gomes	Nélio Dias
1 vaga	1 vaga
PTB	
Iris Simões	3 vagas
Marcus Vicente	
Sandro Matos	
PL	
Jaime Martins	Aracely de Paula
José Santana de Vasconcellos	Miguel de Souza
1 vaga	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
PPS	
1 vaga	Dimas Ramalho
PSB	
Beto Albuquerque	Pastor Francisco Olímpio
PDT	
Mário Heringer	1 vaga
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PSL	
	João Mendes de Jesus [vaga do PL]

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
André Costa	César Medeiros
João Grandão	5 vagas
José Pimentel	

Titulares	Suplentes
Maninha	
Mariângela Duarte	
Rubens Otoni	
PMDB	
Alceste Almeida	5 vagas
Carlos Eduardo Cadoca	
João Matos (Licenciado)	
Pedro Chaves	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	4 vagas
Marcelo Guimarães Filho	
Ney Lopes	
1 vaga	
PP	
Dr. Benedito Dias	Francisco Garcia
João Pizzolatti	2 vagas
1 vaga	
PSDB	
Bismarck Maia	Eduardo Paes
Carlos Alberto Leréia	Luiz Carlos Hauly
Domiciano Cabral	Professora Raquel Teixeira (Licenciado)
PTB	
Alex Canziani	Arnon Bezerra
2 vagas	2 vagas
Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa	João Tota
João Mendes de Jesus	2 vagas
Reinaldo Betão	
PPS	
Geraldo Thadeu	Nelson Proença
PSB	
Isaías Silvestre	Barbosa Neto
PDT	
Severiano Alves	Álvaro Dias
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Henrique Fontana (PT)
1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
3º Vice-Presidente:
Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Devanir Ribeiro
Henrique Fontana	Eduardo Valverde
Luciano Zica	José Pimentel
Mauro Passos	Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)	Zezéu Ribeiro
Terezinha Fernandes	1 vaga
PMDB	
Eliseu Padilha	Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani	Cabo Júlio [vaga do PSC]
Mauro Lopes	Darcísio Perondi
Moreira Franco	Deley [vaga do PV]
Osmar Serraglio	Eduardo Cunha
	Gilberto Nascimento
	José Priante
Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra	Aroldo Cedraz
Eliseu Resende	José Carlos Araújo
José Roberto Arruda	Rodrigo Maia
Vilmar Rocha	1 vaga
PP	
Dr. Benedito Dias	Leodegar Tiscoski
Francisco Appio	Vadão Gomes
Ricardo Barros	1 vaga
PSDB	
Alberto Goldman	Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame	Ronaldo Cezar Coelho (Licenciado)
1 vaga	Ronaldo Dimas
PTB	
Iris Simões	Jovair Arantes
Jackson Barreto	Luiz Antonio Fleury
Jonival Lucas Junior	Nelson Marquezelli
Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcellos	Medeiros
Luciano Castro	Paulo Marinho
Mário Assad Júnior	1 vaga
PPS	
Fernando Coruja	Roberto Freire
PSB	
Renato Casagrande	1 vaga
PDT	
1 vaga	Severiano Alves
PC do B	
Sérgio Miranda	Inácio Arruda
PSC	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PV	
Sarney Filho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
S.PART.	
Renato Cozzolino [vaga do PSC]	

Secretário(a): Leila Machado
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Leonardo Mattos (PV)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Vadinho Baião
Antônio Carlos Biffi	5 vagas
Assis Miguel do Couto	
Luci Choinacki	
Maria do Rosário	
Neyde Aparecida	
PMDB	
Almerinda de Carvalho	Deley [vaga do PV]
Marinha Raupp	5 vagas
Osvaldo Biolchi	
Pastor Amarildo [vaga do PSC]	

Titulares	Suplentes
Rose de Freitas	
1 vaga	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	4 vagas
Milton Barbosa	
Zelinda Novaes	
1 vaga	
PP	
Celso Russomanno	José Linhares
Ildeu Araujo	Suely Campos
Julio Lopes	1 vaga
PSDB	
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	Walter Feldman (Licenciado)
Thelma de Oliveira	(Dep. do PPS ocupa a vaga)
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Luiz Antonio Fleury
Pastor Reinaldo	Marcus Vicente
Ricardo Izar	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela	Coronel Alves
Maurício Rabelo (Licenciado)	Marcos de Jesus
Paulo Gouvêa	1 vaga
PPS	
1 vaga	Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]
	1 vaga
PSB	
Luciano Leitoa	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Enio Bacci
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Costa Ferreira
PV	
Leonardo Mattos	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6203
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3884, DE 2004, QUE "INSTITUI NORMAS GERAIS DE CONTRATOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS, BEM COMO DE CONTRATOS DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE GESTÃO ASSOCIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Angela Guadagnin	Orlando Desconsi
Antonio Carlos Biscaia	Reginaldo Lopes
Carlos Abicalil	4 vagas
Maria do Carmo Lara	
Neyde Aparecida	
Zezéu Ribeiro	
PMDB	
Deley [vaga do PV]	Carlos Willian [vaga do PSC]
Eliseu Padilha	5 vagas
Gervásio Oliveira [vaga do PDT]	
João Magalhães	
Max Rosenmann	
Pastor Amarildo [vaga do PSC]	
Paulo Afonso	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto	4 vagas
Fernando de Fabinho	
José Carlos Aleluia	
José Rocha	
PP	
3 vagas	3 vagas
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Alberto Goldman
Antonio Carlos Pannunzio	Gonzaga Mota
Bismarck Maia	Yeda Crusius
PTB	
Eduardo Seabra	Jackson Barreto
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	2 vagas
1 vaga	
Bloco PL, PSL	
Almeida de Jesus	3 vagas
Almir Sá	
Enio Tatico [vaga do PTB]	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
PPS	
Geraldo Thadeu	1 vaga
PSB	
Alexandre Cardoso	Luciano Leitoa
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
S.PART.	
Almir Moura [vaga do Bloco PL, PSL]	

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4776, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB, CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Miguel de Souza (PL)
1º Vice-Presidente: César Medeiros (PT)
2º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL)
3º Vice-Presidente: José Militão (PTB)
Relator: Beto Albuquerque (PSB)

Titulares	Suplentes
PT	
César Medeiros	Zezéu Ribeiro
Henrique Afonso	5 vagas
João Alfredo	
João Grandão	
Luciano Zica	
Zé Geraldo	
PMDB	
Ann Pontes	Gervásio Oliveira
Asdrubal Bentes	Luiz Bittencourt
Lupércio Ramos	Moacir Micheletto
Marcelino Fraga	2 vagas
Natan Donadon	
Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre	Eduardo Sciarra
Gervásio Silva	3 vagas
Kátia Abreu	

Titulares	Suplentes
Luiz Carreira	
PSDB	
Anivaldo Vale	Antonio Carlos Mendes Thame
Nilson Pinto	Ronaldo Dimas
Zenaldo Coutinho	Xico Graziano
PP	
Carlos Souza	Francisco Appio
Pedro Henry	Nelson Meurer
Zé Lima	Zonta
PTB	
José Militão	Dr. Francisco Gonçalves
Paes Landim	Jovair Arantes
Pastor Frankembergen	Pastor Reinaldo
PL	
Hamilton Casara	Almir Sá
Júnior Betão	Jaime Martins
Miguel de Souza	Welinton Fagundes
PPS	
Cezar Silvestri	Átila Lins
PSB	
Beto Albuquerque	Janete Capiberibe
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	Severiano Alves
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	Fernando Gabeira

Secretário(a): Fátima Moreira
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6204/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO RECEBIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 4874, DE 2001, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO DESPORTO".

Presidente: Deley (PMDB)
1º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL)
2º Vice-Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Gilmar Machado (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
César Medeiros	Antônio Carlos Biffi
Dr. Rosinha	5 vagas
Gilmar Machado	
João Grandão	
Jorge Bittar	
Mariângela Duarte	
PMDB	
Aníbal Gomes	Nelson Bornier
Carlos Willian vaga do PSC	Tadeu Filippelli (Licenciado)
Darcísio Perondi	3 vagas
Deley vaga do PV	
Gastão Vieira	
Pedro Chaves	
Wilson Santiago	
Bloco PFL, PRONA	
José Roberto Arruda	Claudio Cajado
José Rocha	Corauci Sobrinho
Marcelo Guimarães Filho	Onyx Lorenzoni
Ronaldo Caiado	Rodrigo Maia
PP	
Ivan Ranzolin	Pedro Corrêa
Julio Lopes	2 vagas
Ronivon Santiago	
PSDB	
Bismarck Maia	Lobbe Neto
Léo Alcântara	Nilson Pinto
Silvio Torres	Professora Raquel Teixeira
	(Licenciado)
PTB	
José Militão	Josué Bengtson
Jovair Arantes	Sandro Matos
Marcus Vicente	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Carlos Rodrigues	João Mendes de Jesus
Júnior Betão vaga do PPS	João Tota
Paulo Marinho	Maurício Rabelo (Licenciado)
Reinaldo Betão	
PPS	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Cláudio Magrão
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa
PDT	
André Figueiredo	Pompeo de Mattos
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Costa Ferreira
PV	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Leonardo Mattos

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6211

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5403, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Gastão Vieira (PMDB)
1º Vice-Presidente: Reginaldo Germano (PP)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	6 vagas
Jorge Bittar	
Luiz Eduardo Greenhalgh	
Walter Pinheiro	
2 vagas	
PMDB	
Gastão Vieira	5 vagas
Luiz Bittencourt	
Marcelo Barbieri	
Wilson Cignachi	
Wilson Santiago	
Bloco PFL, PRONA	
João Batista	4 vagas
José Carlos Aleluia	
Laura Carneiro	
Marcos Abramo	
PP	
Augusto Nardes	Ricardo Barros
Celso Russomanno	2 vagas
Reginaldo Germano	
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Ariosto Holanda
Julio Semeghini	Domiciano Cabral
Nilson Pinto	Narcio Rodrigues
PTB	
Alex Canziani	Edna Macedo
Pastor Frankembergen	Ricarte de Freitas
Philemon Rodrigues	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Marcos de Jesus	Carlos Rodrigues
Paulo Gouvêa	Lincoln Portela
Paulo Marinho	Reinaldo Betão
PPS	

Nelson Proença	Raul Jungmann
PSB	
Luciano Leitoa	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
André Figueiredo	João Fontes
	Jurandir Boia [vaga do PSB]
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Edson Duarte	1 vaga

Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Carlos Abicalil (PT)
1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL)
2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB)
3º Vice-Presidente:
Relator: Sandro Mabel (PL)

Titulares	Suplentes
PT	
Antônio Carlos Biffi	Maninha
Carlos Abicalil	Sigmaringa Seixas
João Grandão	4 vagas
Neyde Aparecida	
Rubens Otoni	
Wasny de Roure	
PMDB	
Luiz Bittencourt	Leandro Vilela
Nelson Trad	4 vagas
Pastor Amarildo [vaga do PSC]	
Pedro Chaves	
Teté Bezerra	
Waldemir Moka	
Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda
Murilo Zauith	Vilmar Rocha
Ronaldo Caiado	2 vagas
1 vaga	
PP	
Darci Coelho	Pedro Canedo
Leonardo Vilela (Licenciado)	Pedro Henry
Sérgio Caiado	Sandes Júnior
PSDB	
Carlos Alberto Leréia	Ronaldo Dimas
João Campos	Vittorio Medioli
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	1 vaga
PTB	
Jovair Arantes	3 vagas
Ricarte de Freitas	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	
Bloco PL, PSL	
Enio Tatico [vaga do PTB]	Luciano Castro
Jorge Pinheiro	Maurício Rabelo (Licenciado)
Lincoln Portela [vaga do PV]	Miguel de Souza
Sandro Mabel	
1 vaga	
PPS	

Geraldo Resende	Júlio Delgado
PSB	
Barbosa Neto	1 vaga
PDT	
Severiano Alves	Mário Heringer
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Zequinha Marinho
PV	
(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	1 vaga

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6206/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 2004, QUE "INSTITUI REGIME TRIBUTÁRIO, PREVIDENCIÁRIO E TRABALHISTA ESPECIAL À MICROEMPRESA COM RECEITA BRUTA ANUAL DE ATÉ R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Carlos Melles (PFL)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Luiz Carlos Hauly (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss	Jorge Boeira
José Pimentel	Vitorassi
Nazareno Fonteles	4 vagas
Reginaldo Lopes	
Selma Schons	
Vignatti	
PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca	Alexandre Santos [vaga do PP]
Eliseu Padilha	5 vagas
Lupércio Ramos [vaga do PPS]	
Max Rosenmann	
Wilson Santiago	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
Carlos Melles	Gervásio Silva
Eduardo Sciarra	José Roberto Arruda
Gerson Gabrielli	2 vagas
Marcelo Guimarães Filho	
PP	
Augusto Nardes	Benedito de Lira
Francisco Dornelles	Feu Rosa
Pedro Corrêa	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
PSDB	
Eduardo Paes	Júlio Redecker
Luiz Carlos Hauly	Vittorio Medioli
Ronaldo Dimas	Yeda Crusius
PTB	
Armando Monteiro	Joaquim Francisco
Arnaldo Faria de Sá	2 vagas
José Militão	
Bloco PL, PSL	
Ademir Camilo	Carlos Nader
Giacobo	Enio Tatico
Miguel de Souza	Heleno Silva
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	B. Sá
PSB	
Renato Casagrande	Jorge Gomes
PDT	
Enio Bacci	Álvaro Dias

PC do B	
Vanessa Grazziotin	1 vaga
PSC	
Costa Ferreira	1 vaga
PV	
Jovino Cândido	1 vaga

Secretário(a): Maria Terezinha Dontati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Marcelino Fraga (PMDB)
1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT)
2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
3º Vice-Presidente:
Relator: Zezéu Ribeiro (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Fátima Bezerra	João Alfredo
José Pimentel	Josias Gomes
Leonardo Monteiro	Luiz Alberto
Luiz Couto	Maurício Rands
Paulo Rubem Santiago	Terezinha Fernandes
Zezéu Ribeiro	1 vaga
PFL	
André de Paula	José Carlos Araújo
César Bandeira	4 vagas
Fábio Souto	
Luiz Carreira	
1 vaga	
PMDB	
Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca
Marcelino Fraga	Mauro Lopes
Mauro Benevides	Moraes Souza
Sandra Rosado	Zé Gerardo
PSDB	
Antonio Cambraia	Átila Lira
Bosco Costa	Gonzaga Mota
Helenildo Ribeiro	João Castelo
João Almeida	1 vaga
PP	
Benedito de Lira	Enivaldo Ribeiro
Cleonâncio Fonseca	Márcio Reinaldo Moreira
Ricardo Fiuza	Wagner Lago [vaga do PDT]
	Zé Lima
PTB	
Armando Monteiro	2 vagas
1 vaga	
PL	
Jaime Martins	Sandro Mabel
1 vaga	1 vaga
PSB	
Isaías Silvestre	Eduardo Campos (Licenciado)
Maurício Quintella Lessa (Licenciado)	1 vaga
PPS	
B. Sá	1 vaga
PDT	
Álvaro Dias	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PRONA	
Elimar Máximo Damasceno	1 vaga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6211 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".

Presidente: Átila Lins (PPS)
1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PL)
Relator: Paulo Rocha (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Anselmo	Eduardo Valverde
Carlos Abicalil	Nilson Mourão
Hélio Esteves	Zé Geraldo
Henrique Afonso	Zico Bronzeado
Paulo Rocha	2 vagas
Terezinha Fernandes	
PFL	
Kátia Abreu	Clóvis Fecury
Pauderney Avelino	Davi Alcolumbre [vaga do PDT]
Vic Pires Franco	Francisco Rodrigues
(Dep. do PP ocupa a vaga)	3 vagas
1 vaga	
PMDB	
Alceste Almeida	Ann Pontes
Asdrubal Bentes	Deley [vaga do PV]
Marinha Raupp	Wladimir Costa
Osvaldo Reis	2 vagas
PSDB	
Nicias Ribeiro	Anivaldo Vale
Nilson Pinto	João Castelo
(Dep. do PL ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	1 vaga
PP	
Darci Coelho [vaga do PFL]	Zé Lima
Francisco Garcia	2 vagas
Ronivon Santiago	
Suely Campos	
PTB	
Pastor Frankembergen	Josué Bengtson
Silas Câmara	1 vaga
PL	
Hamilton Casara [vaga do PSDB]	Coronel Alves [vaga do PSB]
Humberto Michiles	Luciano Castro
Raimundo Santos	Maurício Rabelo (Licenciado)
PSB	
Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Janete Capiberibe	1 vaga
PPS	
Átila Lins	1 vaga
PDT	
Dr. Rodolfo Pereira	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A, NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, ANALISAR AS PROPOSIÇÕES EM TRÂMITE REFERENTES A ASSUNTOS QUE TRATAM DAS ATIVIDADES DA SERASA - CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Colombo	Rubens Otoni
Luiz Alberto	Wasny de Roure
Orlando Fantazzini	Zico Bronzeado
PMDB	
Josias Quintal	3 vagas
Max Rosenmann	
Zé Gerardo	
Bloco PFL, PRONA	
José Mendonça Bezerra	2 vagas
Mussa Demes	
PP	
Carlos Souza	Enivaldo Ribeiro
Celso Russomanno	1 vaga
PSDB	
Gonzaga Mota	Antonio Carlos Mendes Thame
Léo Alcântara	Julio Semeghini
PTB	
Paes Landim	Elaine Costa
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Giacobo	Oliveira Filho
Reinaldo Betão	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PPS	
Cezar Silvestri	1 vaga
PSB	
Alexandre Cardoso	Jorge Gomes
PDT	
Manato	1 vaga
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
S.PART.	
Alberto Fraga vaga do PTB	Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.

Presidente: Roberto Brant (PFL)
1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Pimentel (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Arlindo Chinaglia	Adão Pretto
Dr. Rosinha	Assis Miguel do Couto
Eduardo Valverde	Durval Orlato
Henrique Fontana	Guilherme Menezes
Ivan Valente	Maninha vaga do PSB
José Pimentel	Mariângela Duarte vaga do PSB
Nilson Mourão	Roberto Gouveia
	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	1 vaga
PFL	
Félix Mendonça vaga do PTB	Jair Bolsonaro vaga do PTB
Gervásio Silva	Luiz Carreira
Murilo Zauith	Vic Pires Franco
Onyx Lorenzoni	Vilmar Rocha
Roberto Brant	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Robson Tuma	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
PMDB	
Adelor Vieira	Osvaldo Biolchi
Alexandre Santos vaga do PSDB	4 vagas
Darcísio Perondi	
Jorge Alberto	
Mendes Ribeiro Filho	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
PSDB	
Alberto Goldman	Anivaldo Vale
Custódio Mattos	Bismarck Maia
Eduardo Barbosa	João Campos
Yeda Crusius	(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga
PP	
Darci Coelho vaga do PFL	Feu Rosa vaga do PSDB
José Linhares	Ivan Ranzolin
2 vagas	Reginaldo Germano vaga do PFL
	Ronivon Santiago
	1 vaga
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Marcondes Gadelha vaga do PFL
Dr. Francisco Gonçalves	Ricardo Izar
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Vicente Cascione
	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PL	
Carlos Mota	Humberto Michiles
Chico da Princesa	Maurício Rabelo (Licenciado)
Medeiros	Paulo Marinho vaga do PFL
	Wellington Roberto
PSB	
Paulo Baltazar	(Dep. do PT ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PT ocupa a vaga)
PPS	
1 vaga	Geraldo Thadeu
PDT	
Alceu Collares	(Dep. do PSL ocupa a vaga)
PC do B	
Jandira Feghali	Alice Portugal
PRONA	
Enéas	1 vaga
PSL	
	João Mendes de Jesus vaga do PDT
S.PART.	
Alberto Fraga vaga do PMDB	Luciana Genro vaga do PT

Secretário(a): Maria Terezinha Donati
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6215 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PT)
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	Iriny Lopes
Dra. Clair	Mariângela Duarte
João Alfredo	5 vagas
José Eduardo Cardozo	
José Mentor	
Maurício Rands	
Rubinelli	
PFL	

Titulares	Suplentes
Coriolano Sales	Jair Bolsonaro [vaga do PTB]
Jairo Carneiro	José Mendonça Bezerra
Luiz Carlos Santos	Robério Nunes
Mendonça Prado (Licenciado)	Vilmar Rocha
(Dep. do PP ocupa a vaga)	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	2 vagas
PMDB	
Bernardo Ariston	Osmar Serraglio
Carlos Willian [vaga do PSB]	Paulo Lima
Marcelino Fraga	3 vagas
Nelson Trad	
Wilson Santiago	
1 vaga	
PSDB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Bonifácio de Andrada
João Campos	Bosco Costa
Vicente Arruda	Nicias Ribeiro
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Zenaldo Coutinho
1 vaga	Zulaiê Cobra
PP	
Darci Coelho [vaga do PFL]	Celso Russomanno
Feu Rosa	Nélio Dias
Ibrahim Abi-ackel	Roberto Balestra (Licenciado)
Ricardo Fiuza	
Wagner Lago [vaga do PDT]	
PTB	
Luiz Antonio Fleury	Arnaldo Faria de Sá
Paes Landim [vaga do PFL]	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
Vicente Cascione	1 vaga
1 vaga	
PL	
Carlos Mota	João Paulo Gomes da Silva
Inaldo Leitão	Paulo Marinho [vaga do PFL]
José Santana de Vasconcellos	Raimundo Santos
	Wellington Roberto
PSB	
Renato Casagrande	2 vagas
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
PPS	
Dimas Ramalho	Fernando Coruja
Juíza Denise Frossard [vaga do PSDB]	
PDT	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Pompeo de Mattos
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PRONA	
1 vaga	1 vaga

Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6201 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.

Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: Ronaldo Caiado (PFL)

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	César Medeiros
Devanir Ribeiro	Colombo
Fernando Ferro	João Alfredo
José Eduardo Cardozo	Luiz Sérgio
Luiz Couto	Maria do Carmo Lara
Paulo Delgado	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Rubens Otoni	1 vaga
PFL	
André de Paula	Antonio Carlos Magalhães Neto
Luiz Carlos Santos	Eduardo Sciarra
Marcos Abramo	José Rocha
Roberto Magalhães [vaga do PTB]	Marcelo Guimarães Filho
Ronaldo Caiado	Paulo Bauer
Vic Pires Franco	Zelinda Novaes
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PMDB	
Cezar Schirmer	Almerinda de Carvalho
José Divino	Jorge Alberto
Marcelino Fraga	Leandro Vilela
Osmar Serraglio	Mauro Benevides
Osvaldo Biolchi	Vieira Reis
PSDB	
Affonso Camargo	Carlos Alberto Leréia
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)	Nicias Ribeiro
Bonifácio de Andrada	Thelma de Oliveira
João Almeida	Vicente Arruda
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	1 vaga
PP	
Agnaldo Muniz [vaga do PPS]	Francisco Dornelles
Leodegar Tiscoski	Nélio Dias
Mário Negromonte	Ricardo Barros
Nilton Baiano	
PTB	
Jackson Barreto	Edna Macedo
Paes Landim [vaga do PFL]	José Múcio Monteiro
Philemon Rodrigues	Neuton Lima
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
PL	
Carlos Rodrigues	Almeida de Jesus
João Paulo Gomes da Silva	Mário Assad Júnior
Lincoln Portela	Oliveira Filho
PSB	
Alexandre Cardoso	2 vagas
Luiza Erundina	
PPS	
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Átila Lins
PDT	
Severiano Alves	João Fontes [vaga do PT]
	Mário Heringer
PC do B	
Renildo Calheiros	Inácio Arruda
PV	
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6214 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.

Presidente: Vicentinho (PT)
1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:
Relator: José Chaves (PTB)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlos Santana	Antônio Carlos Biffi
Dra. Clair	Antonio Carlos Biscaia
Luiz Alberto	Henrique Afonso
Maurício Rands	Josias Gomes
Orlando Desconsi	Neyde Aparecida

Paulo Rocha	Tarcísio Zimmermann
Vicentinho	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
PFL	
Coriolano Sales	Celcita Pinheiro
João Batista	Gerson Gabrielli
Paulo Bauer	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Vilmar Rocha	2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)	
PMDB	
Leonardo Picciani	Jefferson Campos
Marcelo Teixeira	Leandro Vilela
Wladimir Costa	Pastor Pedro Ribeiro
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Takayama
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	Ariosto Holanda
Carlos Alberto Leréia	Átila Lira
Eduardo Paes	Carlos Sampaio
Ronaldo Dimas	2 vagas
Zenaldo Coutinho	
PP	
Francisco Dornelles	Leonardo Vilela (Licenciado)
Nelson Meurer	Luis Carlos Heinze
Roberto Balestra (Licenciado)	Vadão Gomes
PTB	
Iris Simões	Homero Barreto
Joaquim Francisco	Paes Landim [vaga do PFL]
José Chaves [vaga do PMDB]	Philemon Rodrigues
José Múcio Monteiro	1 vaga
PL	
Miguel de Souza	Heleno Silva
Paulo Marinho [vaga do PFL]	Milton Monti
Sandro Mabel	Raimundo Santos
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
PSB	
Dr. Ribamar Alves	Luciano Leitoa [vaga do PDT]
Isaías Silvestre	2 vagas
PPS	
Cláudio Magrão	Raul Jungmann
Maria Helena [vaga do PMDB]	
PDT	
Pompeo de Mattos	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
PC do B	
Daniel Almeida	Jamil Murad
PRONA	
1 vaga	1 vaga
S.PART.	
Almir Moura [vaga do PL]	Babá [vaga do PT]

Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6206 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

Presidente: Mussa Demes (PFL)
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
Relator: Virgílio Guimarães (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss	Paulo Pimenta
Jorge Bittar	Reginaldo Lopes
José Mentor	Telma de Souza
Paulo Bernardo (Licenciado)	Vignatti
Paulo Rubem Santiago	Wasny de Roure
Virgílio Guimarães	(Dep. do PV ocupa a vaga)
Walter Pinheiro	1 vaga
PFL	
Gerson Gabrielli	Aroldo Cedraz
José Carlos Machado	Eduardo Sciarra
José Roberto Arruda	Eliseu Resende
Mussa Demes	Gervásio Silva
Pauderney Avelino	Júlio Cesar
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Vic Pires Franco
PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca	Ann Pontes
Luiz Bittencourt	Jorge Alberto
Lupércio Ramos [vaga do PPS]	Paulo Afonso
Marcelo Teixeira	Pedro Chaves
Max Rosenmann	1 vaga
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
PSDB	
Antonio Cambraia	Anivaldo Vale
Eduardo Paes [vaga do PFL]	Antonio Carlos Mendes Thame
Julio Semeghini	Gonzaga Mota
Luiz Carlos Hauly	Yeda Crusius
Narcio Rodrigues	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Walter Feldman (Licenciado)	
PP	
Delfim Netto	Augusto Nardes
Francisco Dornelles	Márcio Reinaldo Moreira
Romel Anizio	1 vaga
PTB	
Armando Monteiro [vaga do PMDB]	Arnon Bezerra [vaga do PSDB]
José Militão	Pedro Fernandes
Nelson Marquezelli	(Dep. do PL ocupa a vaga)
1 vaga	(Dep. do PSC ocupa a vaga)
PL	
Edmar Moreira	Enio Tatico [vaga do PTB]
João Leão	Jaime Martins
Sandro Mabel	João Paulo Gomes da Silva
	Reinaldo Betão
PSB	
André Zacharow [vaga do PDT]	Pastor Francisco Olímpio
Beto Albuquerque	1 vaga
Renato Casagrande	
PPS	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	João Herrmann Neto [vaga do PPS]
	1 vaga
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PV	
Edson Duarte	Fernando Gabeira [vaga do PT]
	Leonardo Mattos
PSC	
	Zequinha Marinho [vaga do PTB]

Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
Telefones: 216-6218 / 6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
6 vagas	6 vagas
PMDB	
Gastão Vieira	Osmar Serraglio
João Matos (Licenciado)	4 vagas

Marinha Raupp
Osvaldo Biolchi
1 vaga

Bloco PFL, PRONA

Titulares	Suplentes
César Bandeira	4 vagas
Clóvis Fecury	
Corauci Sobrinho	
Murilo Zauith	

PP

Feu Rosa	Márcio Reinaldo Moreira
Professor Irapuan Teixeira	Ronivon Santiago
Simão Sessim	Suely Campos
Vanderlei Assis	Wagner Lago

PSDB

Átila Lira	Bonifácio de Andrada
Nilson Pinto	Lobbe Neto
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)	Rafael Guerra

PTB

Eduardo Seabra	Alex Canziani
Jonival Lucas Junior	Elaine Costa
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Paes Landim

Bloco PL, PSL

Carlos Mota	Pedro Irujo
Milton Monti	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Paulo Marinho	1 vaga

PPS

Rogério Teófilo	Fernando Coruja

PSB

Luciano Leitoa	1 vaga

PDT

Severiano Alves	1 vaga

PC do B

Alice Portugal	Jamil Murad

PSC

Costa Ferreira	1 vaga

PV

Sarney Filho	Marcelo Ortiz

S.PART.

Alberto Fraga vaga do PTB	Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL

Secretário(a): -

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N º 29, DE 1993.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Antonio Carlos Biscaia	
PMDB	
Mendes Ribeiro Filho	
PFL	
Moroni Torgan	

Secretário(a): Tarcísio
Local: CEDI
Telefones: 216-5615 / 5625

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E A BIOPIRATARIA NO PAÍS".

Presidente: Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB)
1º Vice-Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente: Perpétua Almeida (PCdoB)
Relator: Sarney Filho (PV)

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha	João Alfredo
Henrique Afonso	3 vagas
Leonardo Monteiro	
Nilson Mourão	
PMDB	
Gervásio Oliveira vaga do PDT	3 vagas
Leandro Vilela	
Luiz Bittencourt	
Moacir Micheletto	
Bloco PFL, PRONA	
João Carlos Bacelar	3 vagas
Robson Tuma	
1 vaga	
PP	
Benedito de Lira	Roberto Balestra (Licenciado)
Francisco Garcia	1 vaga
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Nicias Ribeiro
Nilson Pinto	Thelma de Oliveira
PTB	
Josué Bengtson	Pastor Reinaldo
1 vaga	1 vaga
Bloco PL, PSL	
Coronel Alves	Badu Picanço
Hamilton Casara	Miguel de Souza
PPS	
Maria Helena	1 vaga
PSB	
Janete Capiberibe	1 vaga
PDT	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Dr. Rodolfo Pereira
PC do B	
Perpétua Almeida	Vanessa Grazziotin
PV	
Sarney Filho	Edson Duarte

Secretário(a): Saulo Augusto
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6276/6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A "INVESTIGAR A AÇÃO CRIMINOSA DAS MILÍCIAS PRIVADAS E DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO EM TODA A REGIÃO NORDESTE".

Presidente: Bosco Costa (PSDB)
1º Vice-Presidente: Vicente Arruda (PSDB)
2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)
3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)
Relator: Luiz Couto (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro	Guilherme Menezes
João Alfredo	José Pimentel
Luiz Alberto	Maurício Rands
Luiz Couto	Nelson Pellegrino
PFL	
José Carlos Araújo	Davi Alcolumbre vaga do PDT
José Carlos Machado vaga do PRONA	Fernando de Fabinho
Marcelo Guimarães Filho	Rodrigo Maia
1 vaga	1 vaga
PMDB	
Josias Quintal	Pastor Pedro Ribeiro
Marcelo Castro	Sandra Rosado

Mauro Lopes	1 vaga
PSDB	
Bosco Costa	Carlos Sampaio
Helenildo Ribeiro	João Campos
Vicente Arruda	1 vaga
PP	
Enivaldo Ribeiro	Márcio Reinaldo Moreira
Mário Negromonte	Nélio Dias
PTB	
Jonival Lucas Junior	Arnaldo Faria de Sá
Romeu Queiroz	Osmânio Pereira
PL	
Marcos de Jesus	Almeida de Jesus
1 vaga	Edmar Moreira
PSB	
Dr. Ribamar Alves	1 vaga
PPS	
Geraldo Thadeu	Colbert Martins
PDT	
1 vaga	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
PC do B	
Daniel Almeida	1 vaga
PRONA	
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	Elimar Máximo Damasceno

Secretário(a): Francisco de Assis Diniz
Local: Anexo II, Sala 151-B
Telefones: 216-6213 / 6252
FAX: 216-6285

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O PAPEL NELE DESEMPENHADO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES.

Presidente:
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
PT	
Eduardo Valverde	Adão Pretto
Fernando Ferro	Wasny de Roure
Jorge Boeira	2 vagas
Mauro Passos	
PMDB	
José Priante	Josias Quintal
Marcello Siqueira	2 vagas
Pastor Amarildo vaga do PSC	
Wladimir Costa	
Bloco PFL, PRONA	
Gervásio Silva	Corauci Sobrinho
José Carlos Araújo	José Carlos Aleluia
Luiz Carlos Santos	Pauderney Avelino
PP	
João Pizzolatti	Ricardo Barros
Mário Negromonte	Vadão Gomes
PSDB	
João Almeida	Antonio Cambraia
Silvio Torres	Rafael Guerra
PTB	
Osmânio Pereira	Arnaldo Faria de Sá
Salvador Zimbaldi	Marcus Vicente
Bloco PL, PSL	
Giacobo	Jaime Martins
Inaldo Leitão	Luciano Castro
PPS	
B. Sá	Colbert Martins
PSB	
Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
PDT	
Luiz Piauhylino	Álvaro Dias
	Jurandir Boia vaga do PSB
PC do B	
Sérgio Miranda	Vanessa Grazziotin
PSC	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
S.PART.	
	Renato Cozzolino vaga do PSC

Secretário(a): -

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.

Presidente: Moroni Torgan (PFL)
1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)
2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PMDB)
3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)
Relator: Paulo Pimenta (PT)

Titulares	Suplentes
PT	
Luiz Couto	Antonio Carlos Biscaia
Odair Cunha	Iriny Lopes
Paulo Pimenta	José Eduardo Cardozo
Rubinelli	Zico Bronzeado
PMDB	
Gervásio Oliveira	Cabo Júlio
Josias Quintal	Gilberto Nascimento
Mauro Lopes	2 vagas
Nelson Trad	
Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro	Eduardo Sciarra
Moroni Torgan	Onyx Lorenzoni
Robson Tuma	1 vaga
PSDB	
Carlos Sampaio	Bosco Costa
João Campos	Capitão Wayne
	Zulaiê Cobra vaga do PTB
PP	
Nilton Baiano	Francisco Appio
Reginaldo Germano	Mário Negromonte
PTB	
Arnaldo Faria de Sá	Luiz Antonio Fleury
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
PL	
Coronel Alves	Carlos Mota
Neucimar Fraga	Medeiros
PPS	
Juíza Denise Frossard	Colbert Martins
PSB	
Paulo Baltazar	Gonzaga Patriota
PDT	
Pompeo de Mattos	Enio Bacci
PC do B	
Perpétua Almeida	1 vaga
PV	
Edson Duarte	Jovino Cândido
S.PART.	
Alberto Fraga vaga do PTB	

Secretário(a): Manoel Alvim
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B
Telefones: 216-6210/6252
FAX: 216-6285

REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Titulares	Suplentes
PT	
Chico Alencar	

PMDB

José Divino

PFL

Laura Carneiro

PSB

Alexandre Cardoso

PC do B

Jandira Feghali

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)

Relator: Carlos Mota (PL)

Titulares **Suplentes**

PT

Eduardo Valverde

Luiz Eduardo Greenhalgh

Virgílio Guimarães

PFL

José Roberto Arruda

PSDB

Eduardo Barbosa

PL

Carlos Mota

PTB

Arnaldo Faria de Sá

PPS

Colbert Martins

PCdoB

Sérgio Miranda

Secretário(a): Maria de Fátima Moreira

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6204/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.

Coordenador: Orlando Fantazzini (PT)

Titulares **Suplentes**

PT

Luiz Eduardo Greenhalgh

Orlando Fantazzini

PMDB

Gilberto Nascimento

Jefferson Campos

Bloco PFL, PRONA

Dr. Pinotti (Licenciado)

PP

Celso Russomanno

PSDB

Zulaiê Cobra

PTB

Arnaldo Faria de Sá

Bloco PL, PSL

Wanderval Santos

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

Luiza Erundina

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.

Titulares **Suplentes**

PT

Josias Gomes

Paulo Rocha

Professor Luizinho

Zico Bronzeado

PMDB

Alceste Almeida

PFL

Francisco Rodrigues

PTB

Pastor Frankembergen

PP

Suely Campos

PDT

Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Vanessa Grazziotin

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.

Titulares **Suplentes**

PT

Maninha

Zarattini

PMDB

Moreira Franco

PFL

Carlos Melles

Jair Bolsonaro

Murilo Zauith

Robério Nunes

PSDB

Antonio Carlos Pannunzio

PP

Feu Rosa

Ivan Ranzolin

PL

Marcos de Jesus

PDT

João Herrmann Neto

PV

Edson Duarte

Fernando Gabeira

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.

Presidente: Nelson Bornier (PMDB)

Titulares **Suplentes**

PT

André Costa

Antonio Carlos Biscaia

PMDB

Almerinda de Carvalho vaga do PP

Nelson Bornier

Bloco PFL, PRONA

Aldir Cabral

PSDB

1 vaga

PP

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTB

Roberto Jefferson

PL

Reinaldo Betão

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.

Titulares **Suplentes**

PT

Angela Guadagnin
Guilherme Menezes
Nelson Pellegrino

PMDB

Geddel Vieira Lima
Jorge Alberto

Bloco PFL, PRONA

José Rocha
1 vaga

PP

Nilton Baiano
Vanderlei Assis

PSDB

João Almeida

PTB

Jonival Lucas Junior

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Colbert Martins

PSB

Jorge Gomes

PC do B

Alice Portugal

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.

Titulares **Suplentes**

PT

Assis Miguel do Couto

PMDB

Osmar Serraglio

PFL

Eduardo Sciarra

PSDB

Luiz Carlos Hauly

PP

Nelson Meurer

PTB

Alex Canziani

PV

Fernando Gabeira

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO.

Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)

Titulares **Suplentes**

PT

Devanir Ribeiro
Roberto Gouveia

PMDB

Ann Pontes
(Dep. do PV ocupa a vaga)

Bloco PFL, PRONA

Robson Tuma
(Dep. do PV ocupa a vaga)

PP

Ildeu Araujo
Professor Irapuan Teixeira

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame

PTB

Arnaldo Faria de Sá

Bloco PL, PSL

Amauri Gasques

PPS

Geraldo Thadeu

PSB

1 vaga

PV

Edson Duarte vaga do PMDB
Marcelo Ortiz
Sarney Filho vaga do Bloco PFL, PRONA

Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6209/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA, COM ÔNUS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA A AVERIGUAR, "IN LOCO", A MORTE DE CRIANÇAS INDÍGENAS POR DESNUTRIÇÃO NO MATO GROSSO E NO MATO GROSSO DO SUL.

Coordenador: Geraldo Resende (PPS)

Titulares **Suplentes**

PT

João Grandão

PMDB

Teté Bezerra
Thaís Barbosa

PSDB

Thelma de Oliveira

PPS

Geraldo Resende

PCdoB

Perpétua Almeida

PV

Fernando Gabeira

Secretário(a): Ana Clara Fonseca
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6235/6232
FAX: 215-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.

Coordenador: Alberto Fraga (S.PART.)
Relator: Luis Carlos Heinze (PP)

Titulares **Suplentes**

PT

Carlos Abicalil
Eduardo Valverde

PP

Agnaldo Muniz
Luis Carlos Heinze

PL

Miguel de Souza

PTB

Nilton Capixaba

PCdoB

Perpétua Almeida

PV

Edson Duarte

S.PART.

Alberto Fraga

Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6211/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.

Coordenador: Mário Heringer (PDT)

Titulares **Suplentes**

PT

Antonio Carlos Biscaia

Chico Alencar

PMDB

Gilberto Nascimento

Josias Quintal

Bloco PFL, PRONA

Laura Carneiro

PP

Reginaldo Germano

PSDB

(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Bloco PL, PSL

Wanderval Santos

(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS

Geraldo Thadeu

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

PSB

Alexandre Cardoso

PDT

Mário Heringer

S.PART.

Almir Moura vaga do Bloco PL, PSL

Secretário(a): -

COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.

Coordenador: César Medeiros (PT)

Relator: Renato Cozzolino (S.PART.)

Titulares **Suplentes**

PT

César Medeiros

Leonardo Monteiro

PMDB

Deley

Luiz Bittencourt

Nelson Bornier

PP

Julio Lopes

PTB

Sandro Matos

PV

Edson Duarte

Fernando Gabeira

Jovino Cândido

Leonardo Mattos

Marcelo Ortiz

Sarney Filho

S.PART.

Renato Cozzolino

Secretário(a): .

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.

Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)

Relator: Vicente Cascione (PTB)

Titulares **Suplentes**

PT

Durval Orlato

Jorge Boeira

Maria do Rosário

Terezinha Fernandes

PFL

Laura Carneiro

Zelinda Novaes

(Dep. do PP ocupa a vaga)

PMDB

Ann Pontes

Osmar Serraglio

Rose de Freitas

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)

Eduardo Barbosa

Thelma de Oliveira

PP

Darci Coelho vaga do PFL

Ivan Ranzolin

Ricardo Fiuza

PTB

Luiz Antonio Fleury

Vicente Cascione

PL

Carlos Mota

PSB

Luiza Erundina

PPS

Rogério Teófilo

PDT

Severiano Alves

Secretário(a): Saulo Augusto Pereira

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6276/6232

FAX: 216-6225

GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO N° 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.

Titulares **Suplentes**

PT

Iara Bernardi

PMDB

Gastão Vieira

PFL

Paulo Magalhães

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)
Professora Raquel Teixeira (Licenciado)
Secretário(a): -

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 31,00**
Porte do Correio	**R$ 96,60**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 127,60**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 62,00**
Porte do Correio	**R$ 193,20**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 255,20**

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	**GESTÃO 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Adminstração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.